



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes

ANO LXVI – SUP. AO Nº 57 – SÁBADO, 16 DE ABRIL DE 2011 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE		3º SECRETÁRIO
José Sarney - (PMDB-AP)		João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1ª VICE-PRESIDENTE		4º SECRETÁRIO
Marta Suplicy - (PT-SP)		Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE		
Wilson Santiago - (PMDB-PB)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO		1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)
Cícero Lucena - (PSDB-PB)		2º - João Durval - (PDT-BA)
2º SECRETÁRIO		3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
João Ribeiro - (PR-TO)		4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

LIDERANÇA

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 15 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Líder do PR - 5 Magno Malta Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27 Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amelia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Mário Couto - PSDB (9) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (8) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6) Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5) PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	PPS - 1 Líder Itamar Franco - PPS	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.

Expediente	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA		
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES		
1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE		
Ata da 7ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de março de 2011.....	004	
1.1.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ		
Ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de março de 2011.....	028	
Ata da 7ª Reunião Ordinária, realizada em 6 de abril de 2011.....	041	
1.1.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE		
Ata da 5ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de março de 2011.....	068	
Ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de abril de 2011.....	080	
Ata da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de abril de 2011.....	085	
1.1.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA		
Ata da 7ª Reunião Conjunta, realizada em 29 de março de 2011.....	110	
1.1.5 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH		
Ata da 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de março de 2011.....	138	
Ata da 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 28 de março de 2011.....		159
Ata da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 31 de março de 2011.....		193
Ata da 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 de abril de 2011.....		225
1.1.6 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE		
Ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de março de 2011.....		268
1.1.7 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI		
Ata da 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de março de 2011.....		290
Ata da 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 7 de abril de 2011.....		306
1.1.8 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA		
Ata da 5ª Reunião Conjunta, realizada em 29 de março de 2011.....		317
Ata da 6ª Reunião Conjunta, realizada em 5 de abril de 2011.....		346
1.1.9 – Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT		
Ata da 5ª Reunião Conjunta, realizada em 23 de março de 2011.....		378
Ata da 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de abril de 2011.....		397

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia vinte e nove de março do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral e, em seguida, do Senador Lobão Filho, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Angela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Ana Amelia, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Jayme Campos, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Marinor Brito. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lídice da Mata, José Agripino e Demóstenes Torres. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 6ª Reunião, que é dada como aprovada. O Presidente dá início à 1ª parte da Reunião. Item 1 – Mensagem do Senado Federal nº 55 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que “submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 4º da Lei nº 8884, de 11 de junho de 1994, inciso III, letra “d” da Constituição Federal, o nome do Senhor MARCOS PAULO VERISSIMO, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça”, tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Sr. Marcos Paulo Verissimo para fazer sua exposição. Item 2 – Mensagem do Senado Federal nº 56 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que “submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “F” da Constituição Federal, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o nome do Senhor ELVINO DE CARVALHO MENDONÇA, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, na vaga

do Senhor César Costa Alves de Mattos”, tendo como Relatora a Senadora Lídice da Mata, que oferece relatório a ser apreciado em votação secreta. O Presidente da Comissão designa a Senadora Vanessa Grazziotin Relatora “Ad Hoc”. Após a leitura do relatório pela Relatora “Ad Hoc”, usa da palavra o Sr. Elvino de Carvalho Mendonça para fazer sua exposição. Após as exposições dos indicados, usam da palavra os Senadores Demóstenes Torres, Marinor Brito, Vanessa Grazziotin, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Marta Suplicy, Francisco Dornelles e Lindbergh Farias. Encerradas as votações secretas, a Presidência convida os Senadores Lindbergh Farias e Cyro Miranda para atuarem como escrutinadores. Procedidos os escrutínios, a Comissão aprova a indicação do Senhor Marcos Paulo Verissimo para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça por vinte e um votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção; e aprova a indicação do Senhor Elvino de Carvalho Mendonça para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, na vaga do Senhor César Costa Alves de Mattos, por vinte e um votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. As Matérias constantes da 2ª Parte da Reunião são adiadas. Item 1-Mensagem do Senado Federal nº 182 de 2010, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 25 de junho de 1995, a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2010, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Banco Central do Brasil”, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Relatório favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo (SF) que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. Item 2-Mensagem do Senado Federal nº 291 de 2010, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “encaminha ao Senado Federal, de acordo com o que estabelece o art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2010”, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Relatório favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo (SF) que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. Item 3-Mensagem do Senado Federal nº 1 de 2011, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2011”, tendo como Relator o Senador Romero Jucá. A apreciação da Matéria é adiada. Item 4-Projeto de Lei do Senado nº 294 de 2005, terminativo, de autoria do Senador José Sarney, que “cria o Fundo

Nacional Pró-Leitura, destinado à captação de recursos para atendimento aos objetivos da Lei nº 10.753, de 2003 (Política Nacional do Livro)”, tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 a 5-CCJ. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 5-CCJ. A apreciação da Matéria é adiada. Item 5-Projeto de Lei do Senado nº 193 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência Decorrentes de Calamidades Públicas e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. Item 6-Projeto de Lei do Senado nº 114 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que “altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro, para atualizar a definição de livro e para alterar a lista de equiparados a livro”, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Item 7-Projeto de Lei do Senado nº 148 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Gilvam Borges, que “acrescenta dispositivos à Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, para apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, das despesas com a remuneração e formação de mão-de-obra prisional”, tendo como Relator o Senador Demóstenes Torres, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 3-CCJ. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ. A apreciação da Matéria é adiada. Item 8—Projeto de Lei do Senado nº 347 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que “estabelece isenção de impostos federais quando da aquisição de veículos por Governos dos Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. Item 9—Projeto de Lei do Senado nº 337 de 2009, terminativo, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que “concede isenção do Imposto so-

bre Produtos Industrializados a aparelhos de destilação e de osmose inversa, destinados a dessalinização de água”, tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 10—Projeto de Lei do Senado nº 6 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “estabelece que, após os idosos, os professores terão prioridade para recebimento da devolução do Imposto de Renda da Pessoa Física”, tendo como Relator o Senador Jayme Campos, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. — Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 7ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 6ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*.

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Vamos entrar na pauta agora.

Primeira parte: sabatinas.

Item nº 1: Mensagem do Senado Federal nº 55, de 2011, não terminativa. Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, III, “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, III, “d”, da Constituição Federal, o nome do Sr. Marcos Paulo Veríssimo para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, do Ministério da Justiça. Autoria: Presidência da República. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. O relatório será apreciado em votação secreta.

Item nº 2: Mensagem do Senado Federal nº 56, de 2011, não terminativa também. Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, III, “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o nome do Sr. Elvino de Carvalho Mendonça para exercer o cargo

de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, do Ministério da Justiça, na vaga do Sr. César Costa Alves de Mattos. Autoria: Presidência da República. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. O relatório será apreciado em votação secreta.

Os indicados já se encontram no recinto da Comissão. Solicito que a Secretaria os conduza ao plenário da Comissão.

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero dar as boas-vindas ao Dr. Elvino de Carvalho Mendonça e ao Dr. Marcos Paulo Veríssimo.

Concedo a palavra ao relator do Item nº1, Senador Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB de São Paulo, para que proceda à leitura de seu relatório sobre o indicado. Finda a leitura, vou passar a palavra ao Sr. Marcos Paulo Veríssimo para que faça uma breve exposição.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Marcos Paulo Veríssimo, Sr. Elvino de Carvalho Mendonça, por intermédio da Mensagem nº 55, de 2011, e nos termos do art. 52, III, “f”, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, a Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Marcos Paulo Veríssimo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Peço silêncio ao Plenário, porque ainda que os Senadores e as Senadoras estejam silenciosos, há um certo *frisson* aqui no meu lado esquerdo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Submete – eu dizia – o nome do Sr. Marcos Paulo Veríssimo para ser conduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. A referida Mensagem foi encaminhada pelo Aviso nº 112, da Casa Civil, assinado por S. Ex^a, o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, Sr. Antonio Palocci Filho e protocolizado nesta Casa Legislativa em 23 de março do corrente ano.

A Constituição atribui competência ao Senado Federal para examinar...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Por favor, eu pediria silêncio aos Senadores, uma vez que o Senador Aloysio Nunes Ferreira está apresentando o seu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – A Constituição atribui competência ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar por

voto secreto sobre a escolha de titulares de cargos que a lei determinar.

Por sua vez, o citado art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, exige a aprovação do Senado para a nomeação de Conselheiro do CADE.

Ressalte-se que o cargo para o qual o candidato foi indicado é de grande importância para a defesa da concorrência no Brasil, haja vista o rol de competências atribuído aos Conselheiros pela legislação em vigor, especialmente: a) emitir voto nos processos e questões submetidas ao Plenário do CADE; b) proferir despachos e lavrar as decisões nos processos em que forem relatores; c) submeter ao Plenário a requisição de informações e documentos de quaisquer pessoas, órgãos, autoridades e entidades públicas ou privadas, a serem mantidas sob sigilo legal, quando for o caso, bem como determinar as diligências que se fizerem necessárias ao exercício das suas funções; d) adotar medidas preventivas fixando o valor da multa diária pelo seu descumprimento; e e) desincumbir-se das demais tarefas que lhes forem cometidas pelo Regimento Interno do CADE.

Acompanha a mensagem *curriculum-vitae* do candidato, em cumprimento ao Regimento Interno do Senado Federal.

De acordo com esse documento, o candidato nasceu em 17 de dezembro de 1974, filho de João Veríssimo Neto e Rosa Maria Pecora Verissimo. É Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1997), Mestre (2002) e Doutor em Direito (2006) pela mesma instituição e foi pesquisador visitante na Faculdade de Direito da Universidade de Yale, Estados Unidos da América (2005).

É Professor Doutor da Universidade de São Paulo, em regime de dedicação parcial, vinculado ao Departamento de Direito do Estado, condição que ostenta a partir de 2010, com dedicação para as disciplinas de Direito Constitucional, Direitos Fundamentais, Liberdades Públicas e Sistemas Políticos e Eleitorais. É também orientador dos cursos de mestrado e doutorado da referida instituição.

O Senhor Marcos Paulo Verissimo é, a partir de 2009 e até o presente, Chefe de Gabinete da Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O candidato foi professor e pesquisador da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (2002 a 2009), onde coordenou o Curso de Especialização em Direito Empresarial e o Curso de Especialização em Direito Econômico Concorrencial oferecido ao CADE entre 2007 e 2008.

Foi, também, advogado-sócio do escritório de advogados Kram Baumöhl e Veríssimo Advogados

(2003 a 2007), advogado-associado do escritório de advogados Machado, Meyer, Sendacz e Ópice Advogados (1999 a 2003).

No período de 2004 a 2007, foi, ainda, membro da Comissão de Estudos da Concorrência e Regulação Econômica da OAB.

Publicou diversos artigos completos em obras coletivas e em revistas científicas, com destaque para os temas de defesa do consumidor, processo coletivo, regulação tarifária do setor de telecomunicações, lei de ação civil pública, controle judicial das agências reguladoras, ativismo judicial, comércio eletrônico, arbitragem e ações coletivas.

Aliás, os pormenores do currículo estão distribuídos aos Srs. Senadores, membros da Comissão.

Diante da natureza da matéria, eram estas as considerações pertinentes no âmbito do presente relatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Finda a leitura, passo a palavra ao Sr. Marcos Paulo Veríssimo para que faça uma breve exposição.

Com a palavra o Sr. Marcos Paulo Veríssimo.

O SR. MARCOS PAULO VERÍSSIMO – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Delcídio do Amaral; Sr. Vice-Presidente, Senador Lobão Filho; Sr. Senador Aloysio Nunes, Sr^{as} e Srs. Senadores, autoridades presentes, em primeiro lugar, gostaria de dizer o quanto me honra e a satisfação enorme de estar aqui. É uma satisfação que decorre não só da minha indicação para uma vaga no Conselho do Cade, mas sobretudo por estar presente no Senado Federal e estar sendo sabatinado aqui.

A instituição da sabatina é uma das mais importantes características da nossa democracia. Para cargos de Estado faz com que o nominado se sujeite ao órgão do Estado que funciona como uma espécie de conselho de administração do Brasil. É uma invenção muito inteligente dos fundadores americanos que nós copiamos. Portanto, é razão de satisfação submeter o meu nome à apreciação de V. Ex^{as} neste momento.

É também razão de grande satisfação estar aqui sendo sabatinado para uma eventual condução ao Cade, por razões até pessoais: o sistema de defesa da concorrência foi inteiramente reformado na década de 90. A atual lei é de 1994, há aproximadamente 20 anos, quando eu estava nos bancos da faculdade. Então, a minha geração foi especialmente influenciada por aquele momento. Muitos dos meus colegas se dedicaram ao estudo de temas ligados ao direito econômico e regulação. E isso aconteceu comigo também. Especificamente no que diz respeito a mim, a abertura

das regras de direito econômico, o caráter pouco específico delas – ou como preferimos dizer, a expressão das regras por princípios – foi objeto de estudo por mim, desde o primeiro momento, e acabou me levando a minha dissertação de mestrado, que teve por objeto, exatamente, o exame no Judiciário das decisões baseadas em princípios abertos no campo da concorrência e da regulação. Isso foi alguma coisa que pautou a minha trajetória profissional. E estar sendo sabatinado para ser agora um juiz da concorrência, um aplicador desses princípios, é para mim uma razão de enorme responsabilidade, mas também de muita honra.

Muito brevemente, além de dizer da satisfação que tenho, gostaria de me referir aos desafios que me parecem estar presentes no momento. Aliás, eu creio que marcarão o Cade e a defesa da concorrência pelos próximos anos, se eu for aprovado por V. Ex^{as}.

Os desafios são múltiplos, mas gostaria de mencionar apenas quatro deles muito rapidamente. O primeiro é um desafio permanente. A expressão das normas do direito econômico e do direito da concorrência por princípios abertos coloca um tema a ser enfrentado, que é o equilíbrio entre uma tutela forte não transigente da concorrência por intermédio desses princípios e, ao mesmo tempo, a garantia de segurança jurisdicionada.

A aplicação de princípios abertos não pode se traduzir em falta de segurança para o jurisdicionado. Equilibrar o uso dos princípios na atuação efetiva da concorrência e na segurança do jurisdicionado é um desafio permanente das autoridades de regulação de um tribunal administrativo como o Cade. E isso me parece que é um desafio que permanece nos próximos anos.

Um outro desafio importante é o de articulação. As normas do direito econômico e do direito da concorrência não fogem a essa regra e, em geral, precisam se articular com outro sub-sistema jurídico que incidem no mesmo espaço: direito da propriedade industrial, direito do consumidor e com outros órgãos de Estado. O Cade precisa se articular com agências de regulação, com o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, com o Ministério Público, com o Judiciário. Articular as ações dessas várias instituições não é tarefa simples, é um desafio contínuo e um desafio para o qual eu espero colaborar se for aprovado por V. Ex^{as}.

O terceiro desafio é intensificar o foco no combate a condutas anticompetitivas. Esse é um tema que tem crescido de importância no setor da concorrência, é um tema em que a atuação da autoridade é especialmente delicada, depende muito de provas, de procedimentos. Assim, parece-me que a ação da concorrência cada vez mais será uma ação focada em condutas.

O quarto desafio é um desafio de implementação do novo projeto de lei. O sistema de defesa da concorrência está em momento de balanço, não é momento de ruptura, mas de continuidade e reflexão sobre o passado com olhos sobre o futuro. Uma nova lei, apreciada pelo Senado Federal, reforma administrativamente o órgão, coloca desafios de gestão, de eficiência, de redução de prazos, de incremento de segurança e de procedimentos. Nesse sentido, espero poder colaborar com o desafio de implementação da nova lei.

Todos esses desafios, Sr^{as} e Srs. Senadores, só me dão mais motivação e disposição de trabalhar muito para colaborar da maneira que eu puder com o cargo ao qual fui indicado, se for aprovado por V. Ex^{as}.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Marcos Paulo Veríssimo.

No item 2, gostaria de designar a Senadora Vanessa Grazziotin Relatora *ad hoc*.

Concedo, então, a palavra à Relatora *ad hoc*, Senadora Vanessa Grazziotin, para que proceda à leitura do relatório sobre o indicado, no item 2. Finda a leitura, passaríamos a palavra ao Sr. Elvino de Carvalho Mendonça.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Na realidade, vou ler um relatório que foi elaborado pela Senadora Lídice da Mata, que, por compromissos muito importantes no seu Estado, não pôde aqui estar.

RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 56, de 2011 (nº 77, de 18 de março de 2011, na origem), da Presidenta da República, que submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor ELVINO DE CARVALHO MENDONÇA, para ser conduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça. RELATORA: Senadora **LÍDICE DA MATA**

Por intermédio da Mensagem (MSF) nº 56, de 2011 (Mensagem nº 77, de 18 de março de 2011, na origem), e nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o disposto no art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, a Presidenta da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor ELVINO DE CARVALHO MENDONÇA, para ser conduzido ao cargo de Con-

selheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A referida mensagem foi encaminhada pelo Aviso nº 113 da Casa Civil, assinado por Sua Excelência o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, Sr. Antonio Palocci Filho, e protocolizado nesta Casa Legislativa em 25 de março do corrente ano.

A Constituição atribui competência ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar por voto secreto sobre a escolha de titulares dos cargos que a lei determinar. Por sua vez, o citado art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, exige a aprovação do Senado para a nomeação de Conselheiro do CADE.

Ressalte-se que o cargo para o qual o candidato foi indicado é de grande importância para a defesa da concorrência no Brasil, haja vista o rol de competências atribuído aos Conselheiros pelo art. 9º da mencionada Lei nº 8.884, de 1994, em especial: a) emitir voto nos processos e questões submetidas ao Plenário do CADE; b) proferir despachos e lavrar as decisões nos processos em que forem relatores; c) submeter ao Plenário a requisição de informações e documentos de quaisquer pessoas, órgãos, autoridades e entidades públicas ou privadas, a serem mantidas sob sigilo legal, quando for o caso, bem como determinar as diligências que se fizerem necessárias ao exercício das suas funções; d) adotar medidas preventivas fixando o valor da multa diária pelo seu descumprimento; e e) desincumbir-se das demais tarefas que lhes forem cometidas pelo Regimento Interno do CADE.

Acompanha a mensagem *curriculum vitae* do candidato, em cumprimento ao art. 383, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

De acordo com esse documento, o candidato, Sr. Elvino de Carvalho Mendonça, nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 22 de junho de 1969, um pouquinho mais novo do que eu, filho de Elvino Neves da Silva Mendonça e Maria Zulmira Borges de Carvalho Mendonça. É graduado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro desde 1994, Mestre em Economia pela Universidade Federal Fluminense desde 1999 e Doutor em Economia pela Universidade de Brasília – UNB, desde 2003.

O candidato é, desde 2010, Professor Adjunto do Departamento de Economia do Grupo IBMEC, onde leciona laboratório em economia aplicada e teoria microeconômica.

O candidato é, desde 2003, analista de finanças e controle da Secretaria do Tesouro Nacional e, desde 2006, Assessor Técnico da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, onde elabora pareceres técnicos de atos de concentração econômica.

O candidato foi professor do Departamento de Economia da Universidade Católica de Brasília – UCB, entre 2000 e 2004, e professor substituto do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense, entre 1997 e 1999. Nessas instituições, lecionou teoria microeconômica, teoria macroeconômica, economia política, introdução à economia e organização industrial.

O candidato publicou diversos artigos em periódicos, anais de eventos e livros, com destaque para os temas de concentração de mercado, eficiência econômica, política industrial, política antitruste, produtividade da indústria de transformação brasileira, eficiência técnica dos setores industriais brasileiros, lei de patentes, economia da reforma agrária e eficiência técnica da agricultura brasileira e do setor frigorífico de carne bovina.

Diante da natureza da matéria, eram essas as considerações pertinentes no âmbito desta Comissão.

Portanto, apresento o seguinte relatório.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Finda a leitura, passo a palavra ao Sr. Elvino de Carvalho Mendonça, para que faça uma breve exposição.

O SR. ELVINO DE CARVALHO MENDONÇA – Bom dia, Senador Delcídio Amaral, Senador Lobão Filho, demais Senadores aqui presentes, demais autoridades, Senadora Relatora Lídice da Mata e Senadora Relatora Vanessa Grazziotin.

Serei bastante breve na minha apresentação. Vocês já puderam escutar alguma coisa do meu currículo. Tenho tido atividades bastante técnicas, ligadas às questões de organização industrial, de eficiência, de produtividade da indústria brasileira. Como vocês observaram, sou assessor técnico da Secretaria de Acompanhamento Econômico desde 2006. Desde esse tempo, desenvolvo pareceres econômicos para o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

Gostaria de agradecer imensamente a sabatina de vocês, deixar claro que, para mim, é uma honra ter sido indicado pela Presidente Dilma Rousseff para indicar esse cargo, ter sido indicado pelo Ministério da Fazenda.

Gostaria de deixar a vocês uma mensagem: honrarei todas as atribuições que para mim forem designadas no exercício do cargo, caso eu seja aprovado por V. Ex^{as}.

Deixo aberto para vocês fazer qualquer pergunta que queiram, estou à disposição dos Srs. Senadores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Elvino de Carvalho Mendonça.

Encerradas as exposições, passamos à arguição pelos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, que obedecerá a ordem de inscrição, tendo cada Senador três minutos para as perguntas.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o elegante Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Obrigado a V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, primeiro, gostaria de parabenizar os dois, acho que têm currículo à altura para o Cade e ali desempenharem bem suas funções.

Em relação aos dois, só tenho a estranheza que me apareceu hoje, fazendo aquelas pesquisas na Internet. Podem ser até pessoas homônimas. Se forem, perdoem-me. Mas, em relação ao Sr. Marcos Paulo Veríssimo, consta que V. S^a faz parte da equipe do escritório de Mário Oscar Oliveira Advogados.

E isso não consta do currículo de V. S^a. Eu queria saber a razão dessa omissão, se é verdade. É só uma simples estranheza.

Em relação ao Dr. Elvino, da mesma forma. Também consta na Internet que ele faz parte – perdoe-me se for homônimo – do escritório jurídico www.salesmendonca.com.br, mas também não consta do currículo. Se forem os senhores, qual é a razão dessa omissão? É só uma curiosidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, primeiro, o Sr. Marcos Paulo Veríssimo; depois o Sr. Elvino de Carvalho Mendonça.

O SR. MARCOS PAULO VERÍSSIMO – Senador Demóstenes Torres, muito obrigado pelas palavras. Com relação a esse ponto, eu integrei esse escritório até 2007, na verdade, quando deixei a advocacia para ser professor, em tempo integral, da Fundação Getúlio Vargas.

O problema dessas coisas da Internet é que o escritório desagregou, mas a página deixa de ser atualizada, ela fica. Eu já pedi para isso ser eliminado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas não consta também do currículo que V. S^a integrou esse escritório.

O SR. MARCOS PAULO VERÍSSIMO – A bem da verdade, eu prestei consultoria no meu escritório para esse escritório. Integrante desse escritório eu também nunca fui. Eles entenderam, por alguma razão, deixar

o meu nome lá. Eu prestei assessoria a eles de 2005 a 2007. Desde 2007, deixei a advocacia, primeiro, para ser professor universitário, depois para assumir um cargo público. Mas não tenho absolutamente nenhuma ligação com ele.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Sr. Elvino de Carvalho Mendonça.

O SR. ELVINO DE CARVALHO MENDONÇA – Exmº Sr. Senador Demóstenes Torres, de fato, sempre que coloco meu nome na Internet aparece Sales & Mendonça. Do escritório Sales & Mendonça a minha esposa é sócia, Raquel Pinheiro de Andrade Mendonça. Na verdade, eu fiz parte desse escritório em apenas um trabalho. Deixe-me tentar esclarecer.

Na ocasião, quando ele foi fundado, como sou doutor em economia e escrevo várias coisas a respeito da economia brasileira, a proposta na ocasião foi, “bem Drª Raquel, então eu vou contribuir com o escritório fazendo alguns artigos econômicos”. E só fiz um artigo econômico que se chama O Efeito do Cálculo da Inflação na Escolha dos Contratos. Dali para frente, não executei mais nada. Na verdade, eu entrei nesse escritório, não faço mais parte, como colaborador, apenas para dar ao escritório uma visão mais acadêmica, mas não faço mais parte já tem bastante tempo.

Obrigado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu só digo o seguinte: não havia necessidade da omissão no currículo. É claro que deve ter sido uma falha de quem elaborou o currículo. Hoje em dia, a gente vai à Internet e verifica isso. Quer dizer, na realidade, os dois acabaram omitindo que, em algum momento, participaram desses escritórios, e isso não tinha necessidade alguma de acontecer, ao que me parece.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/DEM – MS) – Sr. Marcos Paulo Veríssimo, quer fazer algum comentário adicional? Não? O Sr. Elvino de Carvalho Mendonça?

Eu concordo, Senador Demóstenes, o currículo dos dois sabatinados são muito bons...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu reconheço e disse isso a eles pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/DEM – MS) – ...e são pessoas de extrema qualificação. Agora, compreendo as ponderações de V. Exª, porque é uma coisa tão simples...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente. Qual é a razão?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/DEM – MS) – E, na minha visão, ao se fazer um cur-

riculo, uma das coisas que a gente precisa varrer é a Internet: então, onde aparece meu nome?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E pode haver incompatibilidade das atuais funções de V. Sªs com a advocacia. Quer dizer, dá a impressão de que V. Sªs estariam exercendo a advocacia vedada. Então, se, no passado, desempenharam essa função, muito bem. Isso é normal, até motivo de orgulho, pois são dois escritórios conceituados.

Então, é aquela história: você tem uma assessoria para isso, e a assessoria traz: “olha, os dois não apresentaram... Trabalharam nesses escritórios.”

Então, não estou levantando suspeita de nenhuma forma. Só... Sim, é estranho a gente não colocar que prestou serviço em determinado momento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Na verdade, Senador Demóstenes, é uma questão de forma. Somente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sim, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Até pela qualificação dos dois sabatinados.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Repito: não levanto suspeitas em relação a nada. Só mantenho estranheza por ter havido omissão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Uma sugestão: realmente, o currículo dos dois indicados é um currículo sólido, um currículo invejável, inclusive pela pouca idade que têm. Percorreram uma longa trajetória já, na vida profissional, na produção acadêmica.

Agora, penso que deveríamos, a partir desse pequeno incidente, promover uma alteração na forma de instrução desses processos, de tal forma que, quando forem encaminhados currículos, seja encaminhada também a comprovação dos títulos; uma certidão da universidade, onde foi defendida a tese de mestrado. Inclusive, a história política brasileira recente registra um número muito grande de currículos que alardeiam condições que, na verdade, seus titulares não ostentam.

Muito obrigado.

Não é o caso dos nosso indicados. Quero dizer, claramente, que não é o caso dos nossos indicados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Entendo como muito pertinentes os comentários de V. Exª, tanto é que estamos preparando, a Secretaria está preparando uma proposta, que de-

veremos votar na semana que vem, que vem de encontro ao posicionamento de V. Ex^a. Até para normatizar as sabatinas, e a Secretaria, especialmente as Senadoras e os Senadores terem tempo devido para, num intervalo de uma semana, analisar aprofundadamente o currículo de cada um dos sabatinados como também estabelecer uma regra clara, para que não haja nenhuma dúvida e que discipline não só a questão das sabatinas, mas também, inclusive, requerimentos, que é uma coisa que também até pelo teor de determinados requerimentos, é muito importante que, ao ser apresentado, ele tenha um período de análise para, depois, haver a votação em plenário.

Vamos apresentar... Esse é um compromisso nosso. Já estamos com a minuta pronta para estabelecer alguns ajustes que acho que vão ajudar bastante o dia a dia da comissão e dar tranquilidade aos Senadores e às Senadoras com relação àquilo que está sendo votado aqui.

Mas muito pertinentes os comentários de V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Para valorizar a intervenção do Senador Aloysio, há os que omitem e há os que exageram. Por exemplo, tivemos um debate durante a campanha eleitoral em que uma das candidaturas à Presidência da República apresentava um diploma, e esse diploma não existia. Currículo apresentado à opinião pública do País.

Portanto, tem razão o Senador Aloysio ao pedir a comprovação; ao se apresentar ao Senado e à Comissão de Assuntos Econômicos o currículo do candidato.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Nesse caso me parece que houve duas grandes candidaturas que incorreram no mesmo problema. Mas esse não é o debate.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Marinor, estamos discutindo aqui Cade. A eleição presidencial, graças a Deus, acabou!

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Isso vale para todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Entendo que esse fato foi esclarecido...

O SR. LINDBERG FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Quero agradecer o socorro da Senadora Marinor Brito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ...e foi muito bem entendido pelas Senadoras, pelos Senadores. Entendemos que, agora, com esse ato que vamos trazer aqui para aprovação do Plenário na próxima semana, vamos, definitivamente, regulamentar essa questão das sabatinas e também dos requerimentos.

Passo, agora, a palavra para a Senadora Marinor Brito.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom, bom-dia a todos e a todas, Senador Delcídio, que preside esta audiência; quero cumprimentar Senador Lobão, o Sr. Marcos Paulo, o Sr. Elvino Mendonça.

Quero dizer que acho também pertinente que as questões colocadas aqui, sobretudo porque não nos resta muita alternativa na Casa das sabatinas, como disse o Sr. Marcos Paulo, senão análise dos critérios técnicos, que precisam, absolutamente, de estar em consonância com a legalidade, já que os critérios políticos das indicações, das diversas sabatinas das quais tenho tido oportunidade de participar, desde que passei a integrar o Senado Federal, como Senadora ficha limpa, eleita pelo Pará, não temos permitido, porque não tem na lei. E não tem a lei porque o Governo não quer, porque tem maioria absoluta que regule e que faça regulamento criterioso do pós posse, seja dos Ministros do Supremo, seja dos diretores do Banco Central, seja de outros espaços de direção técnico-política, de indicação exclusiva da Presidência da República.

Então, considero que não pode haver negligenciamento nos critérios técnicos, que é o que nos resta para avaliar aqui. E a avaliação posterior se dá a partir das notas taquigráficas, como tive oportunidade, nesta semana, de fazer uma comparação, mostrando as contradições da fala do Ministro Fux, durante a sabatina, e, posteriormente, quando relatou seu voto no Supremo, em relação à lei da ficha limpa.

Então, acho que tem que haver uma exigência, sim, do controle técnico, até que a lei seja alterada, até que o Governo se mobilize para aprovar o acompanhamento do serviço, do trabalho a ser desempenhado por V. S^{as}.

Mas eu queria, aqui, tratar de um tema que é, absolutamente, visível a olhos nus no nosso País. O Brasil é um País marcado por grandes oligopólios, em que uma das poucas empresas dominam grande parte do mercado. O primeiro exemplo que quero colocar aqui é o oligopólio da mídia, em que seis grupos detêm os principais canais de TV, rádio e jornal em todo o País. No caso do cimento, três grandes empresas controlam o setor e impedem a entrada de novos concorrentes em diversas cidades brasileiras – em diversas cidades brasileiras! Podemos citar aqui algumas cidades im-

portantes. Na Amazônia, a cidade de Belém; o Rio de Janeiro, São Paulo, a Capital do nosso País, Brasília, entre muitas outras.

Os postos de combustível estabelecem preços idênticos; ou ninguém nunca viu isso? Ou alguém saiu de um posto de gasolina para o outro e identificou um valor diferenciado?

Em diversos outros setores, fusões e incorporações ocorreram durante o governo Lula. Aviação: Gol/Varig; aves: Sadia, Perdigão; Bancos: Itaú, Unibanco, ainda Bancos, Santander e Real; vendas pela Internet: Submarino/Lojas Americanas; varejo: Pão de Açúcar, Extra, Ponto Frio, Casas Bahia; telefonia celular – que é o terror do povo brasileiro também –: Tim/Vivo, Brasil Telecom/Oi; carnes: frigoríficos JBS/Bertin.

O Cade somente se pronuncia após as fusões. Tem sido assim, não sei se vai ser diferente daqui para diante, eu quero ouvir de V. S^{as}, e, na maioria das vezes, depois de se pronunciar, aprovando as operações. Há casos em que são colocadas algumas restrições, é verdade, mas nenhuma delas impeditivas à formação dos oligopólios. Ou V. S^{as} me diriam que houve algum impedimento nesse últimos período de formação de oligopólios?

Portanto, pergunto aos senhores, caso os senhores sejam aprovados – e serão – como Conselheiros do Conselho Administrativo da Defesa Econômica, os senhores irão impedir a continuidade dessas fusões e desses oligopólios?

Qual o comportamento diferente que V. S^{as} podem nos apresentar que terão em relação a isso, que é uma situação absolutamente contrária ao interesse público – repito – absolutamente contrária ao interesse público?

Era só isso que eu queria perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral.Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Marinor Brito.

Passo a palavra, em primeiro lugar, ao Sr. Marcos Paulo Veríssimo, depois falará o Sr. Elvino de Carvalho Mendonça.

O SR. MARCOS PAULO VERÍSSIMO – Senadora Marinor Brito, muito obrigado pelas considerações e pelas importantes advertências que V. Ex^a faz. V. Ex^a pergunta acerca de nossa conduta, como Conselheira do Cade, se prá lá efetivamente formos, e faz considerações sobre uma série de setores da economia, uma série de processos de concentração e sobre o Cade.

Eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, em relação à minha conduta, que não é possível tolerar infração à lei de proteção da concorrência. O sistema de defesa da concorrência é um dos braços importantes da tutela do Estado sobre a economia. Há outras legislações que colaboram nesse sentido. O Código de

Defesa do Consumidor olha o mesmo problema sob a perspectiva, digamos, exclusivamente do consumidor. A lei de concorrência desleal olha o mesmo problema, principalmente sob a perspectiva do concorrente prejudicado. E a Lei Antitruste tem um pouco a tarefa ingrata de olhar isso tudo. Ela tutela o mercado da concorrência, mas não sem um objetivo final.

Em toda a Lei nº 8.884, transparece claramente um objetivo final, que tem de ser atendido por todas aquelas normas: que é o bem estar do consumidor. A nossa Lei faz uma opção clara. Ela é aplicada mediante princípios que, às vezes, não são muito claros, ela tem, no art. 54, a possibilidade de dialogar com possíveis eficiências – eu vou voltar a esse ponto em breve –, mas ela tem um ponto irrenunciável, absolutamente irrenunciável, que é o bem estar do consumidor.

Então, segundo a Lei nº 8.884, nenhum fundamento de um processo de concentração, ou do que quer que seja, poderá ser admitido como válido se implicar prejuízo para o consumidor.

Essa seria a luz de orientação, o farol guia da minha conduta no Cade, que, me parece, Senadora, que é o que tem portado a atuação do Cade nesses últimos anos. V. Ex^a menciona uma série de mercados, de fato mercados em que há problemas potenciais de concentração, e eu não gostaria de falar sobre casos específicos, mas sobre os mercados é possível. No caso de postos de combustível, há uma atuação muito intensa da Secretaria de Direitos Econômicos e do Cade no sentido de combater cartéis. Essa é uma tarefa muito difícil, porque o cartel, inclusive, é ilícito penal. E, segundo a teoria econômica, eu vou pedir ajuda ao meu colega Elvino nessa parte, mas na teoria econômica diz que nem todo o comportamento uniforme de preços pode ser interpretado como cartel. Dependendo das condições de um determinado mercado, pode haver comportamentos racionais dos agentes econômicos que levam a uma relativa uniformidade de preços. Um comportamento que é chamado de ...

A SR^a MARINOR BRITO (PSol – PA) – Racionais, não é isso?

O SR. MARCOS PAULO VERÍSSIMO – Não desejáveis do ponto de vista do consumidor, mas que podem ser, do ponto de vista do agente econômico, racionais. Isto por quê? Porque, para que haja condenação por cartel, é preciso a conduta de combinação de preços, inclusive esse é um ilícito penal. Se houvesse condenação, inclusive penal, sem prova de que houve combinação só pelo fato objetivo de os preços serem iguais, correr-se-ia o risco de aplicar as leis penais contra pessoas que não cometeram culpa delituosa. Então, é preciso ter muito cuidado na aplicação da lei para que ela seja muito severa. Que não renuncia a pro-

teção de quem deve proteger, mas que também tome o cuidado de não aplicar penas a quem não cometeu delito. Então, a prova nesses casos é muito importante, a denúncia dos concorrentes... Um mecanismo que tem sido usado cada vez com mais frequência é o acordo de leniência, por meio do qual um dos participantes do cartel, ou seja, no caso em que houve efetivamente combinação de preço em nível de produção, um dos participantes menores do cartel, não o líder do cartel, mas um dos participantes, comparece ao sistema de defesa da concorrência e apresenta as provas.

A SRª MARINOR BRITO (PSol – PA) – Existem representações contra esses cartéis? Porque denúncias, eu sei que existem muitas.

O SR. MARCO PAULO VERÍSSIMO – Srª Senadora, existem e já houve condenações, se não me engano, no caso de Florianópolis...

A SRª MARINOR BRITO (PSol – PA) – Eu vou solicitar o levantamento. Porque como isso ocorre no Brasil inteiro, a gente não tem notícia de atuação.

O SR. MARCOS PAULO VERÍSSIMO – No campo do combate a condutas, sobretudo no combate a cartéis, é um dos campos em que realmente a autoridade antitruste – o órgão judiciário, o juiz penal, o Ministério Público; há muitas pessoas que concorrem para isso – depende especialmente de um conjunto probatório robusto, que nem sempre é fácil de conseguir, porque dificilmente os membros de um cartel combinam preços em uma sessão solene e assinam a ata. Isto não acontece. Então, é uma prova difícil. Por outro lado, ela é necessária para que a ação, inclusive do órgão antitruste, sobreviva ao crivo do Judiciário. No Judiciário, o exame formal da substância das provas que o órgão antitruste tem é inescapável. Então, é muito importante que haja prova. Nem sempre a prova é fácil de se obter. Há um enorme esforço do sistema de defesa da concorrência no sentido de obter essa prova e combater intensamente cartéis. Acho que esse é o elemento mais daninho.

A Secretaria de Direitos Econômicos publica algumas cartilhas, há até um gibi da Turma da Mônica, que é uma iniciativa muito interessante, explicando o que é um cartel, como combatê-lo, como as pessoas podem denunciar cartéis. É interessante, explica para as crianças como é um cartel e como combatê-lo. A atuação muito firme nesse campo é obrigatória, mas nem sempre é fácil a autoridade antitruste dar conta do sua tarefa.

Um último ponto – e aí eu vou deixar para o Dr. Elvino – diz respeito ao exame dos atos de concentração *a posteriori*. V. Exª pergunta: “Não seria adequado fazê-lo antes?” Hoje há um consenso de que sim, e o novo projeto de lei que aguarda aprovação toma exa-

tamente esta providência. Ele pega o controle dos atos de concentração que hoje é *ex post*, o que é uma relativa exceção no mundo, e transforma esse controle em um controle *ex ante*, ou seja, para que a concentração aconteça, o órgão antitruste deve consentir antes. Isso coloca, evidentemente, um desafio de gestão ao Cade, que precisa dar conta de responder em tempo hábil. Mas eu tenho certeza de que melhorará muito a atuação do órgão no campo do controle de estruturas.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Então, o Governo não aprova se não quiser, porque o projeto está pronto, tem uma previsão de conteúdo técnico para responder ao que V. Sª está me dizendo. Então, a bola da vez está com a Presidenta Dilma, para pedir aprovação, porque falta de maioria no Congresso Nacional não é.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/ PT – MS) – Senadora Marinor, na verdade, o projeto já está no Congresso e com certeza será aprovado, porque é de iniciativa do próprio Governo.

Com a palavra o Sr. Elvino de Carvalho Mendonça.

O SR. ELVINO DE CARVALHO MENDONÇA – Excelência, achei a sua pergunta muito pertinente, porque aí a gente tem a oportunidade de passar um pouco de como é que funciona a análise antitruste.

V. Exª citou vários casos aqui, como Sadia-Perdigão, casos de cimento. Participei, em alguns deles como técnico, na Seae; em outros, contribuí para uma discussão econômica mais ampla. A grande questão, na verdade, o que a lei coloca – isso é uma análise ampla, na verdade, de defesa da concorrência – é que o poder de mercado não é um problema; o problema é o exercício do poder de mercado. Então, o que acontece? Pelo fato de uma empresa ter 30% de participação, a gente não pode, a rigor, assumir que seja uma empresa que cria danos à concorrência. A gente precisa seguir um certo rito e isso acontece dentro do nosso guia. Nós temos a Portaria nº 50 SEAE/SDE/, que é um guia de instrução de atos de concentração. O que está nesse guia? Só para esclarecer, porque é uma oportunidade boa, nesse guia nós temos que definir mercado relevante, ou seja, qual é a área e qual é o produto sobre o qual o poder de mercado pode ser exercido. A gente precisa delimitar isso. Uma vez delimitada essa área, a gente segue, então, para testar, para verificar o *market share*. Uma vez visto que o *market share*, na atual lei, é acima de 20%, precisamos continuar com a nossa análise e verificar questões de entrada, importação, rivalidade, ou seja, se a gente conseguir, de certa forma, provar economicamente, por via de instrumentos econômicos, que essa concentração não é uma concentração que possa viabilizar exercício de poder de

mercado, a gente está seguindo a Lei Antitruste e está conseguindo, de certa forma, inibi-la.

Agora, concordo com V. Ex^a que realmente o Brasil tem se concentrado bastante, mas isso não é uma tendência só do Brasil, é uma tendência mundial.

O que, na teoria econômica, explica um pouco a concentração? A concentração é movida por dois movimentos. O primeiro movimento é o de crescimento das economias. Então, com as economias crescendo, as empresas ficam mais pujantes e, conseqüentemente, adquirem outras empresas. Isso é o significado de que o Brasil, de certa forma, está conseguindo crescer e evoluir nesse sentido.

Uma outra forma mais penosa do aumento das fusões é o que observamos após 2009, com a crise, que na verdade são fusões por conta do *failing firm*, ou seja, de falências. As empresas estão falindo e adquirirem. Esse é o segundo. Está certo, Senadora, eu concordo com a senhora, prefiro ficar no primeiro, o crescimento da economia.

Então, só para fechar a minha exposição e tentar responder um pouquinho, na verdade, na análise antitruste feita no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, o que vamos observar é o seguinte: existe probabilidade de exercício de poder de mercado? Ou seja, essa fusão resulta em exercício de poder de mercado? Se a gente se convence, por meio de entradas, de rivalidade, de importação, ou de qualquer outro tema, a gente acaba por aprovar. Agora, sendo Conselheiro, sendo aprovado por V. Ex^{as}, vou continuar defendendo a minha posição, que é sempre muito técnica, de observância das leis antitruste no Cade. Os meus pareceres dos últimos cinco anos mostram bastante esse compromisso com relação à defesa do consumidor, à defesa do produtor, à defesa do concorrente.

Só para complementar o que o Dr. Marcos falou, com a passagem da nova lei, o sistema vai passar a ter a notificação prévia. A notificação prévia vai obrigar as empresas a se manifestarem de uma forma mais rápida e mais correta e vai obrigar o sistema a se preparar, a ganhar mais musculatura, para poder dar a resposta mais rápida que tiver que dar.

Muito obrigado pela pergunta, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT/MS) – Muito obrigado, Sr. Elvino de Carvalho Mendonça.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu quero concordar primeiro com os colegas que me antecederam a respeito do preparo tanto do Sr. Marcos quanto do Sr. Elvino para o desempenho dessa função. Acho que ambos têm uma formação acadêmica, e espero

que prática também, que lhes possibilita desenvolver da melhor forma as atribuições que requer o cargo de conselheiro do Cade.

Eu quero concordar com os questionamentos da Senadora Marinor. Quando ouvimos outros dois sabatinados, levantamos muito esses aspectos da necessidade de os órgãos de defesa da concorrência – não só o Cade, mas também as secretarias no âmbito do Ministério da Justiça – tratarem com mais antecedência e com mais cuidado essa questão das fusões. Acho que até saiu uma matéria no jornal, um dia desses – não cheguei a ver, apenas vi a manchete –, dizendo o óbvio: raras vezes ou nunca as grandes fusões são barradas no Brasil. Agora mesmo foi a Oi com a BrasilTelecom, as últimas do setor da telefonia a se juntarem. O máximo que se faz, por meio das agências, inclusive no caso da Anatel, é exigir o cumprimento de alguns itens estabelecidos. Acho que tem que ser cada vez maior o número de itens. E repito esse exemplo, Senador Dalcídio: nós acabamos de inaugurar a internet banda larga por fibra óptica na cidade de Manaus, a sétima cidade do Brasil. Só que a sétima cidade ainda não tem uma região metropolitana plenamente habitada, o que elevaria o número populacional em muito. Só agora tivemos a inauguração, graças a um acordo entre o então Presidente do Brasil, Lula, e o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, para que isso fosse possível, porque a nossa fibra óptica vem da Venezuela. E mais, a fusão Oi/BrasilTelecom só seria aceita se fossem cumpridos determinados itens, entre eles a construção do cabo que traz a internet de Boa Vista a Manaus.

Se fosse deixar, Senador Aloysio, para deliberação única e simples das empresas telefônicas, certamente nós não teríamos hoje internet por fibra óptica, porque, mesmo Manaus sendo a sétima cidade brasileira, talvez os custos não compensassem. Mas, para o consumidor, é muito importante porque determinado kilobyte passou de R\$400,00 para R\$40,00, ou seja, uma economia significativa para o consumidor, que é para quem o Estado e o Cade devem olhar, porque quem se beneficia com a concorrência é o consumidor.

Mas, enfim, não estou aqui para dar aula a ninguém, estou aqui para aprender mesmo. E quero fazer uma pergunta só. Só uma! Hoje vou bater meu recorde. Eu participei de uma CPI. Mas, enfim não estou aqui para dar aula a ninguém. Estou aqui para aprender mesmo. E quero fazer uma pergunta só, só uma – hoje vou bater meu recorde.

Eu participei de uma CPI, algumas, mas uma delas que tratou da questão da pirataria. E tem alguns setores, todos eles vulneráveis à pirataria, do setor produtivo do medicamento à peça de aviação, mas

tem alguns setores que são extremamente sensíveis. Cito o exemplo da indústria fonográfica, produção de CDs e DVs, que por acaso é concentrada na minha cidade, a cidade de Manaus, no polo industrial, porque recebe incentivos. Então, mas de 90% dos CDs e DVDs fabricados no Brasil vêm de lá, com um conjunto de isenções fiscais e tudo o mais. Mas, mesmo assim, a concorrência é extremamente desleal. A gente percebeu, tendo acesso a dados que são normalmente sigilosos, que um dos grandes problemas diz respeito à importação de produtos acabados, principalmente o CD virgem. Aí, a Receita Federal mudou métodos: passou de linha verde para linha amarela. E, quando houve essas mudanças, a gente percebeu na movimentação que não mais eram CDs eram importados e sim DVs. Mudou o nome, DVD, aí esse, sim, tem linha verde, mas, na realidade, são CDs.

Os números são gritantes. O Paraguai importa 100, 200 vezes mais CDs que o Brasil, com esse tamanho que nós temos e com esse número populacional.

Então eu queria perguntar qual tem sido na opinião dos senhores, o qual deveria ser, uma ação permanente – não esperar por denúncia – do Cade e dos órgãos de defesa da concorrência no sentido de estancar, se não estancar, pelo menos minimizar esse problema, porque grande parte vem pelo caminho, na realidade pelo descaminho, através de contrabando, e outra pequena parte, mais significativa que vem pelos caminhos legais, ainda apresenta esses problemas.

Agora mesmo estou sendo demandada para tratar disso porque dizem que novamente está ficando muito séria essa situação da importação. E isso atinge diretamente a concorrência. Queria ouvir a opinião dos senhores sobre qual a interlocução que poderia haver com o Ministério da Fazenda, para evitar que isso prejudique tanto a economia brasileira como vem prejudicando.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigada, Senadora Vanessa Grazziton.

Com a palavra o Sr. Marcos Paulo Veríssimo e, depois, o Sr. Elvino de Carvalho Mendonça.

O SR. MARCOS PAULO VERÍSSIMO – Senadora Vanessa Grazziton, muito obrigado pelas palavras elogiosas de V. Ex^a e pelas considerações muito importantes.

Eu gostaria de aproveitar, antes da pergunta de V. Ex^a, o ponto tocado por V. Ex^a, para referir, ainda que em tese, no que diz respeito ao setor de telecomunicações, um dos problemas enfrentados pela tutela da concorrência. Há muitos mercados, e o setor de telecomunicações é um deles, que naturalmente

tendem não ser competitivos. E, nesses mercados, a tutela da concorrência representa um desafio ainda maior. No caso do setor de telecomunicações, isso historicamente acontece, porque a infraestrutura necessária à prestação do serviço não é racional de ser reproduzida do ponto de vista econômico. Ou seja, se cada *player* no mercado de comunicações providenciar o próprio insumo de que ele precisa para concorrer, que basicamente é cabo, o aproveitamento dos recursos da sociedade seria subótimo, em um nível muito elevado. Ele não conseguiria recuperar os seus investimentos etc. Quer dizer, o investimento só é possível na medida em que uma única infraestrutura sirva à prestação do serviço.

Essa situação, que é uma situação de monopólio natural, exige algo além da tutela da concorrência em sentido tradicional, exige regulação positiva do Estado. O Estado precisa regular aquele mercado de sorte a fomentar a existência de concorrência. A concorrência precisa ser criada pela ação do Estado. No nosso caso, esse foi um arranjo desenvolvido na década de noventa. No processo de privatizações do setor de telecomunicações, a lei geral de telecomunicações foi construída em cima de dois pilares fundamentais, que nem sempre são fáceis de serem compatibilizados.

Um desses pilares é o princípio da universalização, que diz: “O serviço de telecomunicações deve ser universal, disponível universalmente a todos, ainda que não haja interesse econômico do agente em explorar o serviço em uma dada localidade”. Quando não houver interesse econômico, ele, no regime de prestação de serviço público, vai receber algum tipo de bonificação para entregar o serviço. Por outro lado, haverá concorrência.

Esses dois princípios precisam conviver: alguém será encarregado de prestar o serviço onde ele não for economicamente viável e, mesmo assim, terá que concorrer nos lugares em que a concorrência for possível com outras pessoas.

Esse é um equilíbrio delicado, difícil, depende da atuação dos órgãos de concorrência e depende da regulação. É um dos temas que eu mencionava no início da minha fala em que é preciso haver especial articulação entre a legislação de regulação do setor de telecomunicações e a legislação da tutela de concorrência e entre dois órgãos: o Cade e a Anatel.

De certa maneira, a regulação do setor de telecomunicações ditará as regras do jogo em que a competição naquele mercado acontecerá. E o Cade garantirá a preservação dessas regras do jogo. Mas, em muitas hipóteses, será preciso regulação. Para entregar serviços em lugares mais distantes do País em que prestação não for economicamente viável, a

concorrência por si só provavelmente não dará conta disso. O bem-estar daquele consumidor não será produzido pelo só fato de haver concorrência. Talvez até o oposto. Quer dizer, o só fato de haver concorrência livre não produzirá bem-estar para aquela pessoa. Para que isso aconteça é preciso de regulação, uma regulação que obrigue um dos agentes a entregar serviço adequado, de qualidade e a bom preço. Esse é um aspecto em que talvez será preciso até fazer uma coisa que na concorrência não é ideal, que é regular preço, o que se dá por meio da tarifa.

Essas necessidades têm que ser compatibilizadas. A detenção da infraestrutura tende a ser um monopólio natural em quase todos os lugares do mundo e coloca um desafio regulatório importante. Então esse exemplo de V. Ex^a, diria que é um bom exemplo, que mostra um caso em que o bem-estar do consumidor depende também de regulação e um exemplo em que a tutela de concorrência precisa articular-se com outros valores. É um desafio grande, mas o nosso sistema legal acho que tem dado bons passos nesse sentido.

No que diz respeito à indústria fonográfica e ao problema da contrafação, esses, sem dúvida, são problemas muito sérios que atingem inúmeros mercados e de uma forma cruel. Como o agente econômico legal pode concorrer com a ilegalidade? As práticas trabalhistas da ilegalidade são ilegais; as práticas comerciais da ilegalidade são ilegais; as práticas tributárias da ilegalidade são ilegais. A contrafação não paga tributos. Então, quer dizer, ela representa uma vantagem que faz com que o concorrente ilegal tenha enormes dificuldades.

Não obstante esse é sobretudo um problema de polícia. Quer dizer, é preciso haver uma atuação muito intensa da polícia, sobretudo da Polícia Federal, porque o contrabando é crime. Na perspectiva de combate do comércio ilegal, parece-me que há prevalência das autoridades policiais em relação às autoridades de defesa da concorrência, e esse combate tem que ser intenso.

Parece-me que V. Ex^a tocou um ponto muito importante e que deve ser objeto de ação contínua, sobretudo da polícia.

Gostaria que o Dr. Elvino complementasse.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com a palavra o Sr. Elvino de Carvalho.

O SR. ELVINO DE CARVALHO – Excelentíssima Senadora, perguntas muito pertinentes, e aí, de novo, eu respondo com a oportunidade de esclarecer, acho que é uma demanda da Senadora sempre esclarecer à sociedade brasileira sobre os movimentos do sistema brasileiro de defesa da concorrência.

Na verdade, com relação a um questionamento que V. Ex^a fez, que foi a questão da exigência do cumprimento das medidas. O Cade hoje tem, regulado na Lei 884, vários instrumentos para tentar fazer valer as decisões de plenário. Um deles é o TCD, termo de compromisso e desempenho. Efetivamente, esse termo, o que ele vem a fazer, complementando o que o Dr. Marcos falou, em ambiente de monopólio natural onde você precisa regular e transformar aquele monopólio natural e dar para ele ares de concorrência, você também precisa cumprir; e cumprir significa ter um Cade forte, com TCDs e algo mais. Isso tudo vem com a aprovação da nova lei, que vai fortalecer muito mais o sistema, ou seja, a gente vai ter, sendo aprovado por V. Ex^{as}, eu terei o prazer de participar de um órgão forte que fará valer esses TCDs e alguns outros instrumentos. Essa é a primeira questão.

A segunda questão sobre a qual eu quero me debruçar e concordar com V. Ex^a em gênero, número e grau é a questão da indústria fonográfica. Como bem colocou o Dr. Marcos Paulo, nós temos dois problemas aí. Nós temos um problema de polícia que ninguém discute, quer dizer, como é que isso aí entra pela nossa fronteira, como é que isso resolve. E temos também outro problema que não considero problema como economista que é uma mudança radical no mercado fonográfico. Hoje, você tem tecnologia de informação que fica muito difícil você não atacar de certa forma a indústria fonográfica. Por que? As coisas vêm por mp3, as coisas andam, você consegue pegar isso na Internet de todas as formas. Isso é só um ponto. A indústria fonográfica, ela de fato está sofrendo, ela precisa e ela está fazendo porque nada como o setor privado para ser criativo e criar alternativas para seus problemas, e ela está sendo.

Eu, me tornando conselheiro com a aprovação de V. Ex^{as}, estarei especificamente zelando por essa indústria porque de fato é uma indústria que sofre muito. Essas são minhas palavras a respeito desses dois questionamentos de V. Ex^{as}.

O Sr. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Esta Presidência pergunta à Senadora Vanessa se está satisfeita com as explanações. *(Pausa.)*

Passamos a palavra ao Senador Alvaro Dias para que possa fazer suas indagações.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, como se está fazendo em bloco, farei todas as perguntas de uma vez. As perguntas se referem à lei de reestruturação do Cade que está em tramitação na Câmara dos Deputados. Eu indago e peço comentários a respeito do fim da punição a empresas que investem na exclusividade de comercialização de seus produtos. Que possíveis efeitos anticompetitivos essa medida po-

deria gerar – é o artigo 36, § 3º, inciso IXX, do projeto. Como se sabe, em 2009, o Cade condenou a AmBev a pagar 352 milhões por prejudicar a concorrência no setor de cervejas ao criar o programa Tô Contigo, que teria induzido donos de bares e restaurantes, por sistema de bonificação, a venderem somente produtos da sua marca. Por essa razão, apresentou-se essa alteração ao projeto que está na Câmara dos Deputados.

Ainda sobre esse projeto, o órgão tinha no máximo 240 dias para realizar o controle dos atos de concentração econômica prorrogáveis por mais 90 – artigo 88, § 2º do projeto. Com a alteração no Senado, esse prazo foi reduzido para 120 dias. Entendo que a redução é positiva, mas indago se consideram que o Cade tem estrutura para cumprir esses prazos; como tratar operações complexas em prazos eficientes sem que se inibam investimentos ou desestimulem a economia.

Ainda sobre o projeto: o § 7º do artigo 88 do projeto faculta ao Cade a possibilidade de requerer, no prazo de um ano a contar da respectiva data de consumação, a submissão de atos de concentração que não se enquadrem nos critérios de notificação previstos. Na opinião de V. Sªs, esse dispositivo não poderia gerar insegurança jurídica ao administrado? O projeto já não estabelece ações repressivas no caso de infrações da ordem econômica, prevendo até a cisão da sociedade ou a transferência de controle societário? Qual a opinião de V. Sª sobre o conflito de competência entre o Cade e o Banco Central na análise de questões que tratam da fusão envolvendo instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional? A situação não causa indesejada insegurança no setor que, particularmente, necessita de solução rápida e segura? Em caso de fusão de bancos, deve atuar o Banco Central, responsável pela fiscalização da atividade financeira, ou o Cade, responsável pela defesa da concorrência? Última pergunta sobre a reestruturação do Cade: até que ponto a estratégia do BNDES e do Governo de criarem empresas nacionais fortes – também chamadas campeãs nacionais – comprometem a atuação cada vez mais rigorosa do Cade no julgamento de casos envolvendo fusões, aquisições ou alianças empresariais. São muitas as pressões para aprovação desses negócios? Do ponto de vista da defesa antitruste, como se vê a criação de grandes empresas nacionais com o objetivo de se obter maior poder de concorrência com outros grupos no exterior em detrimento da competição doméstica? Além dessas questões sobre a reformulação do Cade, eu, ao final, já que está em discussão ainda agora na Comissão de Educação um convite ao Cade também para debater esta questão que envolve clubes de futebol, o Clube dos Treze, e emissoras de televisão. O Cade está sendo convocado pelo Clube

dos Treze a avaliar os contratos que estão sendo celebrados individualmente entre clubes de futebol e as emissoras de TV, estabelecendo aí uma concorrência que, a meu ver, é benéfica. De qualquer forma, eu gostaria de saber a opinião dos senhores sobre o papel do Cade em um episódio como esse. Se há razões para que o Cade venha a ser chamado a intervir. O Cade teria realmente essa atribuição nesse caso específico? São as indagações que formulo a V. Sªs.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Passo a palavra ao Sr. Marcos Paulo Veríssimo para que comece a responder às indagações.

O SR. MARCOS PAULO VERÍSSIMO – Sr. Senador Alvaro Dias, muito obrigado pelas questões que formulou.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Como são muitas perguntas, façam a divisão aí.

O SR. MARCOS PAULO VERÍSSIMO – São questões importantíssimas que tocam elementos centrais da tutela antitruste, da nova lei. Podemos passar aqui longo tempo conversando sobre elas. O Presidente me repreenderia. Vou procurar ser breve, mas as questões todas são de enorme importância.

Pontualmente, primeiro vou tratar do artigo 36, § 3º, inciso IXX, do projeto de lei. Muito rapidamente, tentei aqui localizar. Esse é o item do projeto de lei que fala das infrações à ordem econômica. Essas infrações ocorrem na medida em que produzam efeitos deletérios à concorrência; então, como regra geral elas não são infrações; a celebração, por si só, de contratos de exclusividade quer no sistema atual, quer no sistema que se colocará, não configura uma infração à ordem econômica, um ilícito concorrencial; quer dizer, ela configura, dependendo de como estiver desenhada e se tiver a potencialidade de abusar de posição dominante de prejudicar concorrência, viabilizar aumento de lucro etc.

De outro lado, o rol das condutas que podem caracterizar a infração à ordem econômica, se tiverem esse objetivo, não é um rol exaustivo; ele é exemplificativo. No próprio § 3º consta o seguinte: “infrações à ordem econômica, além de outras, as seguintes”....

Parte da dificuldade na aplicação da lei antitruste decorre disso. Quer dizer, as normas, em geral, estabelecem condutas que são proibidas desde que cheguem a dada finalidade e outras normas não tipificadas que produzam aquele mesmo resultado podem ser consideradas ilícitas. Por isso, como eu mencionei no começo – isso encantou e apresentou um desafio na minha geração de juristas especificamente –, é preciso ter muito cuidado na aplicação da lei porque ela envolve juízo, razão. Na esfera do antitruste se fala na regra da razão, que traduz a necessidade de aplicar a

razoabilidade na tutela da concorrência, ainda que as hipóteses não sejam *numerus clausus*.

Parece-me, de toda maneira, que não faria, tendo em vista a aplicação da lei, substancial diferença haver ou não o artigo. O que é importante é o seguinte: a celebração de contratos de exclusividade por si só não caracteriza ilícito concorrencial. Ela pode ser uma prática lícita, desejável, racional. Ela diminui os custos de transação entre agentes econômicos numa mesma cadeia vertical. Isso pode ser bom, desde que não produza efeitos deletérios na concorrência.

Essa análise tem de ser feita com muito cuidado e segundo os critérios eu foram desenvolvidos ao longo do tempo pela autoridade antitruste.

No que diz respeito à redução do prazo, parece-me que ela é inteiramente desejável. Ela, por si só, é desejável. Quanto mais rápida for a resposta...

Bom, em primeiro lugar, a análise prévia dos atos de concentração é um ganho importante. É um ganho de segurança para o jurisdicionado. É um ganho porque permite que a autoridade antitruste possa se manifestar rejeitando antes do fato consumado ou solicitando modificações, restrições, compromisso de desempenho antes do fato consumado, ainda que hoje haja mecanismos que evitam a consumação completa. É boa, e quanto mais rápido for o prazo de análise melhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Cade tem estrutura suficiente?

O SR. MARCOS PAULO VERÍSSIMO – Creio que não, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Essa é a questão.

O SR. MARCOS PAULO VERÍSSIMO – Parece-me que ao tem. O projeto cuida de aumentar significativamente os quadros do Cade. Há criação de uma série de novos cargos de gestor público. A criação e o preenchimento desses cargos parecem-me condição necessária a que a redução de prazos e o bom funcionamento dos sistema de controle prévio aconteçam. Como tudo na vida, os limites físicos colocam barreiras à boa vontade das pessoas. Parece-me que o incremento na estrutura é necessário para que os prazos possam ser, como devem ser, os mais exíguos possíveis.

Há outros dois ou três pontos, sobre os quais vou tentar falar rapidamente e pedir ao Dr. Elvino que complemente sobre o problema da competição externa e interna e a relação entre Cade e Bacen.

A relação entre Cade e Bacen remete a um problema de que falei há pouco, que é a articulação do sistema de defesa da concorrência e do Cade com outras subesferas de regulação e os órgãos encarregados de implementá-las. Esse é um dos casos típicos. Houve

uma grande polêmica acerca das competências de cada órgão. A minha posição pessoal é mais ou menos a seguinte: parece-me que o Banco Central tem dada preocupação em mente ao fazer a regulação do sistema bancário, que é a sua principal preocupação. Qual é? A higidez do sistema financeiro, que no sistema financeiro é chamada de .higidez sistêmica, o combate de risco sistêmico. Existe a percepção de que a quebra de banco, por exemplo – é por isso que os bancos se sujeitam a regras de liquidação deferente das demais empresas comerciais – pode gerar nos agentes econômicos um comportamento de corrida ao caixa.

Todo mundo vai procurar sacar os seus depósitos. Isso desestrutura completamente o sistema financeiro e pode quebrar todos os bancos. Então a quebra de um banco não é problema daquele banco, mas do sistema inteiro. Por isso se cria um sistema de proteção.

Na análise que o Banco Central faz dos processos de concentração, esse problema do risco sistêmico parece-me que é a principal preocupação. Há outras, mas esta é a principal: a higidez sistêmica.

O Cade quando olha um fenômeno desse olha de uma perspectiva completamente diferente, que é a do bem-estar do usuário do serviço bancário, inclusive o grau de minúcia na análise é diferente. O Cade quando vai analisar uma concentração dessa vai procurar identificar mercados relevantes e distintos uns dos outros. Então, por exemplo, esse banco atua no setor de seguros? Esse é um mercado. O setor de seguros é um só? Não. Há seguro de automóvel, há seguro de casco de navio, etc. Cada um desses mercados tem de ser considerado isoladamente. A análise antitruste vai fazer recomendações e vai se voltar individualmente para cada um desses mercados. Quanto a cartão de crédito é a mesma coisa. Houve uma análise importante do Cade recentemente. Esse nível de minúcia e a preocupação com o bem-estar do consumidor final como preocupação principal são elementos que distinguem a ação do Cade da do Bacen. Também parece que. Essa ações são complementares e deveriam ser complementares. Essas concentrações deveriam ser analisadas pelos dois órgãos, cada qual sob sua ótica.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Tem sido ou tem ocorrido alguma trombada?

O SR. MARCOS PAULO VERÍSSIMO – Isso tem ocorrido. Acho que em todo tema que exige articulação alguma fricção é possível, mas, no balanço geral, parece-me que se tem chegado a um resultado harmonioso, tão harmonioso quanto possível quando a articulação é necessária entre órgãos com racionalidades parcialmente diferentes.

Há outros dois pontos em que V. Ex^a toca, o da competitividade em nível externo e a competitividade

interna. Essa, de fato, é uma dificuldade do mundo globalizado, de uma economia que se internacionaliza. Aqui o ponto fundamental é que a Lei Antitruste, apesar de ter válvulas de escape, no sentido de que ela é sensível a razões de economia nacional, tem um ponto de chegada irrenunciável, que é a defesa do consumidor.

Vou deixar o Dr. Elvino analisar os aspectos econômicos e vou procurar focalizar os jurídicos.

Do ponto de vista jurídico, isso hoje está no art. 54 da Lei, que diz basicamente o quê? É possível, em tese, que a autoridade antitruste aprove um ato de concentração que produz poder de mercado? . Essa é a pergunta.

Na análise que se faz, eu vou primeiro identificar qual é o mercado relevante, quer dizer, qual é o produto, ou produtos e o lugar. Essa é uma análise que, muitas vezes, fatia uma concentração em muitos mercados específicos. Não estou falando de uma coisa só; estou falando de coisas distintas umas das outras. Pode haver maior problema em um caso e menor em outro.

Bom, nesse mercado a concentração gera poder de mercado? Gera. Isso acende uma luz vermelha.. O art. 54 da Lei diz o seguinte: “É possível aprovar um ato de concentração, mesmo nessa hipótese, desde que ele produza determinadas eficiências ou atenda objetivos de interesse nacional, etc., mas jamais se ele prejudicar o consumidor”.

Então o critério de atendimento de eficiências e de benefício à economia nacional sozinho não produz aprovação. É absolutamente necessário que o consumidor se beneficie em parte dessas eficiências, ou seja, se a eficiência reduz custo, isso tem que se traduzir em um preço menor, ao final, para o consumidor. O consumidor tem de ser beneficiado ou, no mínimo, jamais prejudicado.

Então se em determinado mercado relevante envolvido naquela concentração eu perceber que há prejuízo ao consumidor, nenhum argumento permitirá a concentração naquele mercado relevante. E a autoridade antitruste vai ser obrigada...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Sempre *ex-post*.

O SR. MARCOS PAULO VERÍSSIMO – Sempre *ex-post* porque o regime atual é *ex-post*. E isso gera dificuldades, perplexidades.

Com o novo projeto de lei, em que essa análise é *ex-ante*, o ganho de segurança e de efetividade me parece que vai ser tremendo, tremendo.

De fato, há em muitos casos vantagens do ponto de vista da competição no mercado externo dos processos de concentração. Agora, essa vantagem precisará obrigatoriamente conviver com a legislação brasileira.

E, no aspecto antitruste, está dito o seguinte: se essa concentração gera poder de mercado, nenhum benefício que pode ser decorrente desse poder de mercado será admitido se resultar em prejuízo do consumidor. Então, o bem-estar do consumidor doméstico é uma barreira intransponível à concentração nos mercados em que ocorrer prejuízo.

A aplicação da lei é complicada, mas, no limite, no conceito, é tão simples quanto isso. Agora, essa é uma análise que não é feita em tese à vista da concentração como um todo dos grupos. Ela é feita mercado a mercado. E há hoje em dia um ganho muito grande, que são os guias de análise da SDE e da Seae, que fornecem padrões tão objetivos quanto possível para determinação desses mercados. Há um teste monopolista hipotético. Enfim, há critérios minimamente controláveis para determinar os mercados em que eu vou fazer essa análise. Em cada um, o benefício ou o não prejuízo do consumidor brasileiro é irrenunciável, pela nossa lei.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Passo a palavra ao Sr. Elvino, mas eu pediria aos nossos dois indicados que, respondendo objetivamente e não deixando de sanar todas as dúvidas dos nossos Senadores, pudessem ser o mais concisos e objetivos porque ainda faltam cinco Senadores querendo também fazer as suas indagações.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Na realidade, Sr. Presidente, quero cumprimentá-los pelo poder de síntese. Raramente se vê depoimentos com essa capacidade de síntese que estamos vendo hoje. É que fizemos muitas perguntas; por isso, a demora.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Percebe-se que o Senador Alvaro Dias está profundamente satisfeito com as respostas.

Dando seguimento, o Sr. Elvino.

O SR. ELVINO DE CARVALHO MENDONÇA – Ex^a, Senador Alvaro Dias, perguntas muito pertinentes, preocupação desta Casa que refletem sobre o bem-estar do consumidor em suma.

Vou ser breve como o Senador Lobão me solicitou. Eu queria falar a respeito... Vou falar de todos os itens de uma forma breve. Na questão do primeiro item, sobre o Programa Tô Contigo, punição, vou falar dos dois conjuntamente; do art. 7º, que é a questão da insegurança jurídica...

O que eu entendo desses dois artigos sem entrar nesses artigos? O problema econômico é um problema de incentivos. Se você não gerar os incentivos adequados para o lado que você quer, ou seja, para o bem-estar da população, você acaba dando um tiro que sai, no bom português, que acaba saindo pelo lado errado.

Com relação à questão da punição, é preciso realmente avaliar. E acho que esta Casa avaliou e a Câmara também vai avaliar com relação à punição. Ou seja, você precisa realmente saber o seguinte: será que a ausência dessa punição gera ou não gera incentivos para uma distorção e um efeito?

Com relação à questão do art. 7º, ele funciona no lado contrário. Ou sejam, o que a lei está fazendo é gerando um incentivo correto para que as partes informem de forma correta, tempestiva.

Por que eu digo isso? Como V. Ex^{as} já sabem, sou instrutor de atos de concentração há cinco anos e me defronto várias vezes com dificuldades de informações. E, aí, a gente consegue resolver esse problema com a segunda pergunta do Senador Alvaro Dias, sobre a questão da notificação prévia dos 240 dias para 120 dias.

Na minha opinião, o sistema como está hoje trabalha absurdamente. Quer dizer, são muitos processos complexos. Mas, uma vez aprovada a lei, essa lei vem para ajudar, eu acho que é perfeitamente possível em 120 dias a gente realizar.

Ou seja, nós vamos nos dotar de um número maior de técnicos e nós vamos resolver um problema que é um problema do nosso sistema que é um problema de dupla função, ou seja, a Seae e o Cade. Ou seja, a gente vai resolver isso tudo dentro de um único órgão. Então, acredito que, em 120 dias, é possível com equipe grande e com estrutura, você conseguir produzir pareceres condizentes com os objetivos da sociedade.

Com relação à questão do Bacen e do Cade, faço as palavras do Dr. Marcos. Ou seja, o problema do Bacen, quer dizer o Bacen olhar para o setor financeiro e o Cade olhar para outros setores é extremamente relevante, porque o que move a economia mundial é o sistema financeiro. Uma quebra do sistema financeiro gera risco sistêmico. Risco sistêmico afeta todos os produtores, afeta todos os consumidores. Ou seja, afeta os excedentes do consumidor e os excedentes do produtor. Então, acho que esse conflito, se bem administrado, pode trazer resultados bastante interessantes.

Com relação à questão dos campeões nacionais, como disse o Dr. Marcos e eu também havia colocado num questionamento meu, a nossa grande questão chama-se mercado relevante, quando a gente verifica se existe poder de mercado ou não. Se você tem um mercado relevante que é internacional e se essas empresas estão competindo internacionalmente, pensar em campeão nacional não é algo que não faça sentido porque você está lutando em termos de mercado internacional. Obviamente, se você pensa em mercado na-

cional para competir estadualmente, em nível regional, a gente precisa discutir com mais cuidado isso.

Para finalizar, a questão do que o Cade deveria fazer com relação ao Clube dos Treze. Na verdade, o Cade deve continuar atuando da forma como atua em todos os casos; ou seja, observância total da Lei nº 8.884 e se manifestar naquilo que realmente é cabível do ponto de vista da concorrência.

Ok, Senador?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Perguntaria ao nobre amigo Alvaro Dias se está plenamente satisfeito com as respostas.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sim. Agradeço as respostas e reitero que realmente responderam com a capacidade de síntese que se exige em ocasiões com esta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes para que possa fazer também suas indagações.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Senhores sabatinados, eu me dirijo, em primeiro lugar, ao Dr. Veríssimo, que afirmou, em resposta a uma das indagações, que há uma distinção entre o poder de mercado, que, em princípio, seria neutro do ponto de vista da aplicação da lei de defesa da concorrência e o exercício do poder de mercado.

Pergunto ao Dr. Veríssimo, nesse plano conceitual, se não há uma contradição entre essa distinção que o senhor faz e a análise *ex-ante* das fusões pelo Cade?

Essa é a primeira pergunta.

Segundo, quero desejar aos dois que tenham um reforço de fé na independência e na isenção do Cade na análise dos processos de fusão e incorporação de empresas, porque o Cade não atua num ambiente esterilizado, debaixo de uma redoma, imune a influências, especialmente influência do Governo. O Cade é um órgão governamental e tem que conciliar, o que nem sempre é fácil, aquilo que é política de governo e aquilo que é a defesa do interesse geral da sociedade. E nós vivemos num País onde atualmente é nítido o objetivo da política industrial do Governo: a concentração de setores com a formação de grandes líderes globais e nacionais no mercado interno também. Se fossem apenas líderes globais, se poderia entender como algo desejável. Mas eu acho questionável, digamos assim, o interesse para a economia brasileira de tamanho esforço e empenho e concatenação do trabalho de órgãos governamentais poderosíssimos, como o BNDES, ou dos fundos de pensão das empresas estatais para promover fusões e concentrações, o

que tem um efeito sobre a economia nacional e sobre a relação das empresas com o consumidor.

Vou citar o exemplo que já foi citado pela Senadora Marinor Brito: no setor das telecomunicações, a momentosa fusão da Oi com a Brasil Telecom. O BNDES, o Banco do Brasil, os fundos de pensão de empresas estatais participaram ativamente, freneticamente, do processo, ainda mesmo antes da alteração do Plano Geral de Outorgas, para que a fusão se concretizasse.

Ora, passado menos de um ano dessa fusão, que teve esse apoio direto do Governo, o próprio Governo fez um diagnóstico de que o setor de telecomunicações no Brasil não era suficientemente competitivo, e assim seria necessário ressuscitar a Telebrás. O agente do Governo que fez esse diagnóstico era, na época, diretor, ou melhor, ocupava, na época, um cargo muito importante no Ministério do Planejamento, na Secretaria de Tecnologia do Ministério do Planejamento, o Sr. Rogério Santanna. Hoje, o Sr. Rogério Santanna é o presidente da Telebrás.

Agora, a pasta de dentes já saiu de dentro do tubo. É possível recolocá-la?

Quando se leva essa questão ao BNDES, o problema da compatibilidade entre essa política de governo e o interesse do consumidor, e, mais do que o interesse do consumidor, também, o interesse do dinamismo da economia brasileira, porque essas grandes concentrações trazem o risco de matar pequenas, médias e mesmo grandes empresas que estão lutando para conseguir posições de mercado e buscando conseguir essas posições através da inovação – esses gigantes podem matar esse processo novo no ninho –; quando se pergunta, se questiona o BNDES, o BNDES diz: olha, isso é com o Cade. Quer dizer, Pôncio remete a Pilatos essa história.

Então, quero fazer votos de que, realmente, se forem aprovados, os senhores, que têm carreiras jurídicas e uma vida funcional no setor público irretocáveis, tenham realmente um reforço na sua fé, na disposição do Cade, na missão do Cade de velar pelos interesses do consumidor, pela lisura da concorrência no exercício das suas funções. Essa era a observação que eu queria fazer.

Segundo, e finalmente, volto à questão dos postos de gasolina. Dr. Veríssimo, se o senhor for aprovado, não poderá permitir que, sob as nossas barbas – digo isso no sentido metafórico, mas, no seu caso, é no sentido literal –, isso continue a acontecer, e isso em Brasília, na Capital da República. Não sei se o Cade tem titularidade para requisitar inquéritos policiais para acionar o Ministério Público, mas, enfim, é preciso que haja ações exemplares, porque isso, esse fenômeno

que afeta a vida cotidiana do brasileiro acaba por levar ao descrédito todo um sistema que vem sendo construído há anos e que vem sendo aprimorado há anos, que é o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e do consumidor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Com a palavra o Sr. Marcos Paulo Veríssimo e, depois, o Sr. Elvino de Carvalho Mendonça.

Quero registrar que temos ainda mais quatro inscritos: Senador Cyro Miranda, Senadora Marta Suplicy, Senador Dornelles e Senador Lindbergh Farias.

Com a palavra os sabatinados.

O SR. MARCOS PAULO VERÍSSIMO – Sr. Senador Aloysio Nunes, muito obrigado pelas importantes questões. V. Ex^a, Ministro da Justiça que foi, conhece esses temas muito de perto e toca pontos muito importantes.

Novamente eu gostaria de passar um bom tempo falando sobre isso, mas não posso. Vou tentar ser extremamente breve, dado o adiantado da reunião, nos três pontos que foram tocados.

No que diz respeito ao problema do poder de mercado e do exercício do poder de mercado, essas são duas etapas tradicionais da análise antitruste. Ela, basicamente, percorre quatro grandes etapas. A primeira é a definição do mercado relevante, o que significa estabelecer o âmbito geográfico de que estou falando na análise e o produto. O que é substituível por o quê? Banana e maçã: é um mercado relevante só ou o consumidor de banana só prefere banana, e o de maçã, só maçã? Quer dizer, essa é uma primeira etapa que precisa ser vencida.

A segunda etapa, delimitado o mercado relevante, é estabelecer se o produto daquela concentração gera poder de mercado. Essa é uma etapa mais fácil e implica, basicamente, o olho no grau de concentração que seria produzido naquele mercado.

Isso só, no entanto, não basta, porque pode ser que aconteça a concentração, mas que o mercado seja tão aberto à concorrência ou a importações – não necessariamente coisas vindas de outro país, mas vindas de outro mercado relevante geográfico – que aquele poder de mercado não pode ser exercido. Se o detentor de poder de mercado subir o seu preço, outro rapidamente vai se interessar em produzir ou vender de onde está para lá. Então, mercados muito abertos à importação, por exemplo, são mercados em que o exercício do poder de mercado é difícil, ainda que o fato do poder de mercado possa acontecer.

Então, essas são as três etapas.

Se tudo isso acontecer, aí é que realmente a luz verde acende, e eu vou passar para a análise de eficiências e troca com o consumidor.

Quer dizer, é possível haver poder de mercado e ele não ser exercido porque o mercado é aberto à concorrência, tem baixas barreiras à entrada.

No que diz respeito ao tema da política industrial, de fato, o Cade foi desenhado, muito inteligentemente, como um órgão de Estado, independente, com garantias de mandato, para seguir uma missão que lhe é específica, que é a atuação da legislação antitruste.

A atuação da legislação antitruste deve ser cega à política industrial? Não, ela não deve ser cega a nenhuma política de governo, porque, senão, o exercício do direito seria uma coisa maluca, uma hidra de muitas cabeças. Ela não deve ser cega a nenhuma política de governo, mas deve ser orientada pelo seu farol específico, que é o benefício do consumidor.

Então, quer dizer – repetindo o que falei –, qualquer concentração, ainda que faça sentido do ponto de vista da competitividade externa, se ela produzir poder de mercado em um mercado relevante específico doméstico, que possa ser exercido pelas barreiras de entrada que mencionei – pela dificuldade de importação, por exemplo –, a análise, provavelmente, vai redundar em reprovação. É isso. Naquele aspecto. Quer dizer, a análise... Mercado é mercado, mas, em um dado mercado, esse é o ponto.

No setor de telecomunicações, que V. Ex^a mencionou, repito o que disse: esse é um setor em que a regulação precisa incidir de forma importante.

O Cade, por exemplo, fez uma coisa no passado que foi muito importante para o setor – e foi um passo difícil –, que foi regular o preço de EILD. Uma decisão corajosa. Regular preço não é algo aceito com muita tranquilidade. Mas a EILD, que é a Linha Dedicada, é alguma coisa que o agente econômico tem, o detentor de poder de mercado, e ele aluga isso para que outros agentes possam concorrer com ele. Então, ele tem um incentivo potencial de aumentar custos de seus competidores, sobretudo pequenas, micros, médias empresas que atuam em regiões metropolitanas e que, às vezes, dependem dessa infraestrutura.

Regular as condições de acesso a essa infraestrutura, por exemplo, pode ser tão ou mais importante que analisar a estrutura de mercado como um todo. É preciso ter um grande foco nessas duas coisas.

Muito obrigado pelas considerações, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Sr. Elvino de Carvalho Mendonça.

Eu só gostaria de sugerir a V. Ex^{as}, como existem quatro inscritos – o Senador Lindberg ameaçou

pedir pela ordem e, depois, retrocedeu –, eu gostaria de sugerir que, agora, em função até do adiantado do horário.

Existem outras comissões também. Coincidentemente, agora estão surgindo comissões funcionando às terças, às nove, às dez horas. Está ficando inadmissível essa questão. Então, se todo o Plenário estiver de acordo, sugiro que façamos os próximos inscritos em bloco, para a gente acelerar e depois começar a votação. Peço aos sabatinados objetividade. V. Ex^{as} são bastante objetivos, mas aperfeiçoar mais a objetividade, em prol da eficiência desta Comissão.

Com a palavra o Sr. Elvino de Carvalho Mendonça.

O SR. ELVINO DE CARVALHO MENDONÇA –

Muito obrigado, Exmo. Senador Aloysio Nunes pelas brilhantes perguntas. Acho que a explicação do Dr. Marcos a respeito de exercício de poder de mercado e poder o mercado está explicado, acho que a contento. A única coisa que eu gostaria de pontuar é que o senhor tocou num ponto importante que é a questão da notificação prévia e como é que isso fica no exercício do poder de mercado.

Eu acho que as operações, hoje, demoram de certa forma, porque nas informações que nos chegam, nos órgãos do SBDC, são informações que vêm de forma morosa. Então, se você tem notificação prévia, eles têm incentivo em informar isso mais rapidamente e você identifica mais rapidamente o poder de mercado e mais rapidamente o exercício do poder de mercado. Era isso que eu gostaria de completar da pergunta.

Para fechar, a questão que acho que é extremamente relevante é a discussão política industrial *versus* política antitruste. A política antitruste, como já foi falado aqui várias vezes, defende a concorrência, aplica o guia para defender a concorrência. A política industrial pode ser de duas formas. Ela pode ser horizontal, aplicada a todos os setores da economia, ou ela pode ser vertical, aplicada a setores específicos da economia.

Eu tenho um artigo em que eu e o Dr. Ricardo Kalil fazemos discussões a respeito de quando é que a análise antitruste combina com a política industrial e quando não combina. É mais ou menos como o Dr. Marcos diz. vamos analisar caso a caso e verificar se cabe a política antitruste aí, se cabe a análise da política industrial.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Elvino de Carvalho Mendonça.

Eu quero anunciar a presença do Presidente Paulo Skaf, da Federação das Indústrias do Estado de

São Paulo, que muito nos honra aqui com a sua competência habitual, representando muito bem o Estado de São Paulo e a Federação das Indústrias, e, acima de tudo, com grandes desafios pela frente. Portanto, quero cumprimentar o Presidente Paulo Skaf e agradecer, mais uma vez, a presença dele, com seu diretor aqui de Brasília, o nosso querido Marquinhos.

Passo agora a palavra, primeiro, para o Senador Cyro Miranda,. Em seguida, para a Senadora Marta Suplicy, Senador Dornelles e Senador Lindbergh Faria.

Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Boa tarde, Sr. Presidente Delcídio, Srs. Sabatinados, Dr. Elvino e Dr. Marcos, farei só uma constatação, uma pontuação muito rápida. Primeiro, parabeno-os pelo currículo e a história dos senhores, que acho que os capacitam para esse cargo, não vejo dúvida. Corroboro com todos que me antecederam, principalmente no pós ou antes. A demora, a falta de agilidade do CADE tem transtornado muitas empresas. Não é admissível um prazo de um ano, dois ou três anos para se chegar a uma conclusão. Tem um caso patente, Nestlé/Garoto, que depois houve obrigação de vender determinadas marcas para se adequarem ao mercado. Mesmo com essa nova mudança de antecipação, se não houver celeridade, se não houver agilidade do CADE, vocês vão provocar um tumulto no mercado porque no mercado as coisas acontecem e mudam mês a mês. Talvez, uma decisão que demore um ou dois anos venha a trazer um transtorno muito grande. Então, eu quero que vocês levem que eu senti que, nesta Comissão, todos os Senadores pontuaram isso. É mais para que vocês, que vão entrar agora, torço por isso, tenham essa visão e procurem transformar o CADE. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda, pela objetividade.

Senadora Marta Suplicy .

A SRª MARTA SUPLICY (BLOCO/PT – SP) – Primeiro, quero também saudar os Srs. Marcos Paulo Veríssimo e Elvino de Carvalho Mendonça, com currículos extremamente qualificados para a função que vão exercer. Tenho três perguntas.

A primeira: o CADE, há pouco tempo, incorporou em seu marco legal, a política da leniência, que é um tipo de delação premiada no combate aos cartéis. Eu queria saber qual é a opinião dos senhores sobre a eficácia desse tipo de política e se deveria ser aprimorada, aperfeiçoada.

A segunda questão diz respeito às decisões do CADE, que teriam uma natureza administrativa. Então, elas não estão sujeitas à revisão da Justiça comum, caso as empresas recorram da decisão. Os senhores

não acham que isso acaba limitando muito o seu poder de atuação? Seria interessante a criação de varas especializadas em Direito da concorrência? Elas poderiam ajudar a ter outro trâmite?

Ultima questão: a OCDE, ao longo dos últimos anos, tem publicado relatórios avaliando a atuação do CADE e tem emitido alguns juízos que são muito positivos, ainda que às vezes apresentem sugestões para o aperfeiçoamento.

Na sua opinião o Projeto de Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, que atualmente está finalizando a tramitação na Câmara, contempla essas sugestões que foram feitas? O Brasil passará a contar com um sistema mais evoluído a partir daí? E quais são os principais pontos dessa evolução, contidos no projeto de lei, de maior relevância?:

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy, pela objetividade.

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Dr. Marcos Paulo Veríssimo, quero cumprimentar o Dr. Elvino de Carvalho Mendonça e desejar, estou certo, muito sucesso nesta sabatina.

Eu queria levantar a seguinte situação. Verifique se, realmente, a minha posição é correta ou não.

Às vezes, entendo que o CADE analisa algumas situações de fusão e incorporação das empresas, tendo em vista, ou achando, ou considerando o contexto de uma economia fechada, ou seja, o CADE não analisa os processos de fusão, tendo em vista uma economia globalizada.

Muitas vezes, empresas brasileiras são obrigadas a entrar no processo de fusão e incorporação para competir com empresas domiciliadas no exterior que hoje, dentro da globalização, com tarifas reduzidas e com câmbio valorizado, entram no mercado brasileiro. E quando O CADE analisa essa fusão, ele verifica a situação das empresas que fazem a fusão com outras empresas no Brasil e criam as maiores dificuldades para as empresas brasileiras. Além disso, o CADE não leva em consideração práticas desleais que existem hoje no comércio internacional.

Então, hoje é o seguinte: se duas empresas calçadistas no Brasil fizessem uma fusão para poder competir com o que existe, hoje, com o mercado chinês, o CADE, talvez, punisse essas empresas e achasse que elas estão conquistando mercado. Mas essas empresas estão morrendo, em decorrência de exportação vinda do exterior, com prática de dumping, com prática de subsídios, com práticas desleais de comércio.

Como pode o CADE conciliar essas situações? Porque eu vi muita preocupação com o consumidor, e é importante essa preocupação com o consumidor.; Agora, eu vou dar um exemplo para vocês. Se nós zerarmos o imposto de importação de automóveis, o consumidor brasileiro vai comprar carro importado por um preço baixíssimo. Será uma festa. Agora, mata a indústria automobilística brasileira.

O CADE, quando analisa esses casos de fusão e incorporação, ele leva em consideração também a posição da empresa brasileira dentro de um contexto de competição externa. O Cade leva em consideração as práticas desleais de comércio de *dumping* que estão sendo montadas contra empresas brasileiras.

Eu gostaria de lhe fazer esse questionamento e perguntar como é a posição do Cade, como analisa dentro de um contexto de globalização.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

Por último, mas não menos importante, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Presidente Delcídio.

Eu queria começar cumprimentando também pelos currículos. É uma uma sabatina. Tivemos, na semana passada, mais dois conselheiros e o presidente do Cade, são quatro conselheiros aqui falando, e quero destacar a capacidade técnica, o conhecimento aqui demonstrado por todos nessas sabatinas. Acho que isso é um ponto importante de destacar, a escolha, por parte da Presidente da República, de nomes que tenham história e que tenham essa formação.

É de saber também, fui relator de um dos conselheiros na semana passada, que, ao apresentar meu relatório, a gente viu que o Cade tem virado referência internacional, em revistas especializadas. E falei até aqui, na semana passada, no caso específico do cartel dos gases, em que a atuação do Cade virou uma decisão antitruste importantíssima, comentada internacionalmente. Mas há um novo Cade. Eu queria que os senhores falassem desse novo Cade, dessa nova composição.

Eu me associo aqui muito a intervenções já feitas, do Senador Aloysio Nunes, do Senador Dornelles e do Senador Alvaro Dias também, porque há uma busca de equilíbrio aqui muito difícil. Nessa sabatina aqui, vi críticas a fusões, a excesso de fusões que aconteceram recentemente. mas vi críticas agora ao Senador Dornelles, falando claramente um outro lado. Há um equilíbrio aqui muito difícil. Eu queria que os senhores falassem desse equilíbrio, se há conversas com a iniciativa privada, se os senhores analisam todos os

aspectos. Concorro com o Senador Dornelles, meu líder, do Rio de Janeiro, que aqui temos um desafio: é a defesa do consumidor, a defesa da concorrência. Mas somos hoje a sétima economia do mundo, estamos caminhando para ser a quinta economia do mundo. Como garantir também que as empresas brasileiras conquistem esse espaço no cenário de competitividade global? E é aqui que entra uma segunda pergunta, que é a relação da política de defesa de concorrência – isso que eu estava falando – com outras políticas públicas voltadas para a regulação de mercados e com a política industrial.

Eu considero, e já falei, que a defesa de concorrência deve garantir o bem-estar do consumidor, sem perder de vista a necessidade de garantir que empresas brasileiras conquistem espaço no cenário competitivo global.

Nesse sentido, como o Cade tem se articulado com agência de regulação e com órgãos de defesa comercial? Será que hoje o Cade não tem uma postura mais conflituosa do que cooperativa com esses órgãos? Foi isso que o Senador Aloysio Nunes falou também. De que forma ele se relaciona com a política de governo, com a política industrial? E sinto que esta foi uma pergunta que esteve presente na fala de todos os Senadores, e há um difícil equilíbrio aí a ser encontrado. Creio que a aprovação desse projeto no Congresso Nacional vai facilitar, vai dar mais poderes, mas as conversas também são muito importantes. Mais do que ser só um órgão que esteja ali, conversar, conversar com a iniciativa privada, conversar com todos os envolvidos.

Termino minha sabatina, até porque uma parte dessas questões eu já me sinto contemplado aqui.

O Senador Alvaro Dias falou do futebol, inclusive, da polêmica do Clube dos 13, uma decisão do Cade, que acho uma decisão importantíssima, quando falava preferencial daquela cláusula. Mas, agora, acho que – falo aqui como Senador do Rio de Janeiro –, talvez, exista um excesso. Eu vi o Clube dos 13 dizer: vamos recorrer ao Cade. Eu conversava com o presidente do clube Vasco da Gama, Roberto Dinamite, e ele dizia que a Deputada Estadual pelo Rio de Janeiro... Puxa! Mas eu não tenho direito, como clube, de fazer um contrato com a emissora de televisão?

Então, até que ponto foi importante aquela decisão. Não se pode passar do ponto e ter uma postura muito intervencionista. Sei que talvez este seja um assunto que não possa ser... Talvez os senhores tenham que decidir esse aspecto. Mas fiz questão de deixar aqui minha posição, e o que os senhores puderam comentar eu agradeço.

Mas, parabéns aos senhores aqui. Como Senador, eu me sinto bastante satisfeito, foi uma sabatina de altíssimo nível. Acho que esse aspecto falei no início e eu queria frisar: marca que a composição está sendo uma composição muito técnica. Isso sei que é um desejo da Dilma, mas desejo que seja deste Senado Federal e deste Congresso Nacional também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Com a autorização de V. Ex^{as}, porque estou muito preocupado com as outras comissões que estão acontecendo agora e como já estamos na reta final da sabatina, vou abrir já a votação, porque estamos inclusive com dificuldade para a mobilização de Senadores que estão em outras comissões. Portanto, não é praxe desta comissão, mas, excepcionalmente, porque hoje não sei o que aconteceu, tem comissão funcionando para tudo quanto é lado, até debate sobre reforma política está acontecendo agora também aqui, totalmente fora da agenda. Eu até sugiro que a Liderança do Governo olhe com cuidado essa questão, porque está ficando difícil a gerência aqui da participação de Senadores e Senadoras nas comissões. É um negócio inacreditável.

Então, quero pedir aos gabinetes dos Senadores e Senadoras que são da Comissão de Assuntos Econômicos que venham para cá, para votar, porque vou abrir a votação agora, enquanto os sabatinados respondem. Ao mesmo tempo, também agradecer a V. Ex^{as} pela qualificação do debate, e acho que esse é o objetivo, transformar sabatinas realmente em um momento especial para o Senado, especial para a Comissão de Assuntos Econômicos e para as demais comissões, mostrando efetivamente a preocupação dos Senadores em aprovar aqui nomes que efetivamente façam um bom trabalho pelo País.

Passo a palavra agora para o Sr. Marcos Paulo Veríssimo e, depois, ao Sr. Elvino de Carvalho Mendonça, agora com tranquilidade para responder, e já abro a votação. Quem quiser votar, já estamos aqui com as cédulas.

O SR. MARCOS PAULO VERÍSSIMO – Obrigado, Senador Delcídio. Uma pequena desvantagem da indicação de professores para esses cargos é a dificuldade com a objetividade. Vou fazer o possível aqui para não fugir a essa regra. Vou tentar responder em bloco.

Eu gostaria de agradecer imensamente as questões do Senador Cyro Miranda, da Senadora Marta Suplicy, do Senador Francisco Dornelles, do Senador Lindbergh Farias, todas questões muito importantes. Eu me sinto particularmente honrado pela qualidade da sabatina e das questões que me foram feitas.

Um ponto que é tocado aqui e já foi comentado, o Senador Dornelles – vou começar respondendo por ele – apresentou com muita precisão, quer dizer: uma das dificuldades do Estado contemporâneo e do seu direito – parece muito teórico isso, mas no fundo é do que se trata – é que ele não tem um objetivo só, ele tem múltiplos. A gente abre a Constituição do Brasil e está lá prevista a tutela da propriedade e a sua função social. E o problema do intérprete, do aplicador, é saber como esses valores se conciliam. É importante ter uma indústria competitiva e que possa resistir a pressões estrangeiras? É importante, porque senão acaba o emprego, e o consumidor é também um empregado. É importante tutelar concorrência? É importante. É preciso encontrar, o que é difícil, um equilíbrio dessas necessidades todas. Cada ramo do Direito procura olhar para esse mesmo problema de uma perspectiva, a tutela *antidumping* é muito importante. De fato, importações, uma extrema facilidade de importações pode significar, da perspectiva do antitruste, uma coisa boa. Exatamente, o exercício de posição dominante em um dado mercado dificilmente vai acontecer, porque há um concorrente que é... Digamos, o produto chinês. No agregado, isso é bom? Isso conduz a uma outra pergunta. O sistema antitruste tem que ser aberto a todas essas preocupações, sem descuidar do seu objetivo principal, do seu foco de análise, que é o benefício do consumidor.

Essas outras preocupações não podem resultar em prejuízo ao consumidor. Acho que esse é o único senão.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu pediria o seguinte: acho que, para votar, não precisa conversar.

Com a palavra, o Sr. Marcos Paulo Veríssimo.

O SR. MARCOS PAULO VERÍSSIMO – Obrigado. Eu vou ser muito breve.

O Senador Cyro Miranda reiterou o problema do tempo. De fato, acho que esse é o maior desafio.

A lei nova traz muitas coisas boas. O desafio maior dela é de gestão. Pensando no que um professor meu dizia no tempo de faculdade, “o tempo do direito é diferente do tempo da economia”. Mas o tempo do direito econômico não pode ser diferente. Ele tem que ser o tempo da economia. Então, o desafio de gestão é enorme. É preciso criar um órgão que funcione e que seja capaz de entregar decisões prévias num prazo muito curto.

A Senadora Marta Suplicy pergunta sobre o tema da leniência, sobre a revisão judicial das decisões do

Cade. Eu tenho um trabalho extenso sobre isso e sobre o projeto de lei.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCOS PAULO VERÍSSIMO - Eu diria que o acordo de leniência é o principal instrumento que tem o sistema de defesa da concorrência para lidar com condutas, principalmente com cartéis, quer dizer, a condenação do cartel. Existe uma prova muito robusta, se não ela não resiste, se não ela seria injusta e, de toda maneira, não resistiria ao Judiciário, e essa prova é muito difícil de se obter. A principal forma de obtê-la é o acordo de leniência.

Uma dúvida que surgiu e surge – e que o projeto de lei, acho, ajuda a dissipar – é a relação entre o acordo de leniência feito no órgão administrativo e a tutela penal do acordo que caracteriza cartel. No novo projeto de lei, isso está muito claro, dizendo: “o acordo de leniência suspende o processo penal e, uma vez cumprido [se não me engano], extingue a pretensão punitiva do Estado”. Então, é a garantia que a parte tem de que pode fazer o acordo de leniência. Sofrerá as penalidades impostas pela autoridade antitruste, mas isso não lhe imporá, no campo penal, um desincentivo a denunciar, porque, se ele não denunciar, a prova não existe. Essa é a dificuldade. Acho que o projeto avança nesse ponto.

O projeto avança em outros pontos. Por exemplo, a análise prévia dos atos de concentração é um grande avanço – parece-me. Maior regulamentação dos procedimentos me parece que também é um grande avanço.

O Cade tem sido muito severo na regulamentação dos procedimentos, e, quando a lei se expressa por princípios genéricos, como a lei antitruste o faz, eu ter certeza quanto aos caminhos que levam ao julgamento é crucial. Se há alguma margem de liberdade na aplicação material da lei, o caminho que me leva lá precisa ser seguro, porque, senão, vivo num ambiente de completa insegurança, e acho que esse é outro importante avanço.

E V. Ex^a tem razão: a especialização no Judiciário ajudaria muito o controle. Essa é uma tese que sempre defendi. Muito difícil um juiz cuidar bem de direito de família, securitário, econômico, criminal, e às vezes um juiz de uma pequena comarca faz tudo isso mesmo. A especialização, sobretudo nos tribunais, é crucial para uma boa atuação do antitruste no Judiciário.

O último ponto, do Senador Lindbergh Farias – acho que de alguma maneira eu toquei nesse outros todos: o equilíbrio é fundamental, e a integração e a articulação com outras agências é da essência do nosso trabalho no Cade.

Muito obrigado a V. Ex^{as}, e fico muito satisfeito de ter sido examinado com tanto rigor pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/ PT – MS) – Com a palavra, o Sr. Elvino de Carvalho Mendonça.

O SR. ELVINO DE CARVALHO MENDONÇA

– Gostaria, de novo, de também agradecer pelas perguntas dos Ex^{mo} Sr. Senador Lindbergh, Senador Cyro Miranda, Senador Dornelles e da Ex^{ma} Sr^a Senadora Marta Suplicy.

Com relação ao questionamento do Sr. Cyro Miranda, é verdade: o grande problema é o prazo. Se você demora, se você não é tempestivo, você quebra a indústria, você faz com que a indústria não consiga executar o plano de investimento que ela tinha.

Então, eu acredito, tenho fé de que, com o novo PL, isso será resolvido quase que totalmente, porque você vai ter uma equipe enorme, você vai ter novos instrumentos, eu acredito nisso, e, quando instruo meus atos de concentração, sempre me preocupo com o efeito disso para o empresário e, conseqüentemente, para o consumidor.

A Senadora Marta Suplicy também fez vários questionamentos interessantes. Sobre o acordo de leniência, o Dr. Marcos já explicou. Eu queria tocar só naquele ponto da OCDE, porque eu acho que esse ponto é muito importante.

O Brasil participa de três encontros por ano na OCDE. Nós participamos desse encontros, onde discutimos a política antitruste no mundo. No ano passado, tivemos nossa avaliação – o *priori view* – pela Comunidade Europeia, para ver se estávamos atendendo aos preceitos de uma boa política antitruste. E o que foi solicitado pela Comunidade é exatamente o que está presente na nova lei, principalmente notificação prévia e coisas dessa natureza. Nós incorporamos muito do sistema da Comunidade Europeia.

A questão do Senador Dornelles, uma questão de extrema preocupação, é sobre se levar ou não levar em consideração a globalização. Essa é uma preocupação enorme, e eu gostaria de dizer o seguinte: a lei antitruste, como também o Cade, faz toda uma análise – como já debatemos aqui –, desde o poder de mercado até o possível exercício do poder de mercado. E, de maneira geral, se o mercado é muito regionalizado, a gente tenta levar em consideração a questão da globalização, mas ela foge um pouco ali do que a lei nos permite fazer, porque o mercado relevante é tão restrito que a gente não consegue contemplar questões maiores de OMC e tudo mais. Mas aí, nesse ponto, eu acho que a gente precisa de uma ligação maior com as outras políticas – políticas macroeconômicas que favoreçam o reequilíbrio de câmbio, de juros, etc.

-, de tal forma que se consiga equalizar, e a política antitruste consiga executar o que ela tem de executar, que é dentro do mercado relevante.

O Senador Lindbergh fechou muito bem, falando a respeito dessa discussão de política antitruste, de política industrial. Esse é um ponto muito importante, e, como eu havia respondido ao Senador, há um artigo acadêmico, conjunto com o Dr. Ricardo Kalil, no qual nós discutimos isto: em que ponto a política antitruste pode conversar com a industrial? Esse artigo é feito no contexto da nossa nova política industrial de 2003, onde você tem setores de bioenergia, setores específicos, aqueles setores que geram tecnologia, onde você faz política industrial e você consegue conviver com a política antitruste.

Por fim, gostaria de agradecer aos senhores por todas as perguntas e dizer que, se aprovado for, estarei à disposição para qualquer questionamento no Cade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Muito obrigado, Sr. Marcos Paulo Veríssimo, Sr. Elvino de Carvalho Mendonça.

Aqueles Senadores que ainda não votaram eu pediria que comparecessem aqui à cabine de votação, se é que podemos chamá-la de cabine indevassável. Se todos já votaram...

O Senador Jorge Viana...

Senador Lindbergh votou? Como vota o Senador Lindbergh? O Senador *pop*, Lindbergh Farias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não é matéria extemporânea, mas, aproveitando o tempo antes da votação, consulto V. Ex^a sobre a possibilidade de votarmos hoje o requerimento do Senador Cyro Miranda, que convida o Ministro da Fazenda para ser questionado sobre as questões referentes à Vale do Rio Doce.

Gostaria de saber de V. Ex^a se há possibilidade de votarmos esse requerimento ao final da sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Alvaro Dias, a intenção de fazermos isso é terça-feira, não só aprovar os atos que discutimos aqui para disciplinar, não só a aprovação de requerimentos, mas também as sabatinas, porque isso é importante, até para que tenhamos as condições necessárias para tomar decisões importantes para a Comissão, para o Senado, para o País. Falei para o Senador Cyro, um pouquinho antes do início da reunião, que já há um convite do Senador Dornelles ao

Ministro Guido Mantega. Então, eu já vou entrar em contato com o Ministério da Fazenda, porque foi um convite, para que o Ministro Guido Mantega venha e, sem prejuízo do requerimento do Senador Cyro, nós o votaríamos na próxima semana, juntando os dois convites, sem prejuízo do tempo, que é uma preocupação do Senador Cyro Nogueira. Então, na terça-feira, nós votaremos o requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Agradeço a V. Ex^a. É urgente porque, se nós discutirmos esse assunto depois, não haverá razão nenhuma para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito à frente, não haverá razão nenhuma para se fazer um debate nesse sentido.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PP – PI) – Sr. Presidente, só uma correção: Cyro Miranda. Tenho admiração muito grande por S. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perdão. Foi um ato falho meu.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PP – PI) – Aliás, a maior Bancada por nomes é a de Ciro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Foi um ato falho meu, caro Senador Cyro Miranda; ato falho, que não repetirei.

Considero a votação encerrada e peço ao Senador Lindbergh e ao Senador Cyro Miranda que façam a apuração dos votos.

Peço paciência, porque rapidamente faremos o escrutínio para, depois, encerrarmos a reunião. E informo a V. Ex^{as} que a próxima reunião será mais de discussão dos requerimentos, dos atos e também de vários projetos que estão aguardando a votação no plenário da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Procede-se à apuração dos votos.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero também aqui registrar um fato raro aqui. Terminaram de fazer a contagem dos votos, o Senador Cyro Miranda e o Senador Lindbergh Farias: 21 votos “sim”, nenhum voto “não”, nenhuma abstenção. Portanto, o Sr. Marcos Paulo Veríssimo, como também o Sr. Elvino de Carvalho Mendonça foram aprovados por unanimidade.

A Comissão de Assuntos Econômicos aprova, com 21 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, o nome do Sr. Marcos Paulo Veríssimo para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade –, do Ministério da Justiça, e o nome do Sr. Elvino de Carvalho Mendonça, com 21 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econô-

mica – Cade –, do Ministério da Justiça, na vaga do Sr. Cesar Costa Alves de Mattos.

Peço, se todos estiverem de acordo, que esses dois nomes sejam votados hoje, em caráter de urgência, no plenário do Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Então, encaminhamos, com urgência, os nomes do Sr. Marcos Paulo Veríssimo e do Sr. Elvino de Carvalho Mendonça.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu queria registrar o papel da oposição, especialmente do Senador Aloysio Nunes, nas outras sabatinas, propondo que a votação acontecesse ao final da sabatina.

O Senador Aloysio Nunes estava corretíssimo, e acho que temos que, nesta Comissão, instituir isso como uma norma definitiva, para não haver mais polêmicas.

Registro isso porque acho importante. Hoje funcionou muito bem, acho que a Oposição está certa, esvaziavam muito as sabatinas quando deliberamos no início, o que é um desprestígio para as pessoas que vão ser sabatinadas.

Então, quero reforçar esse papel da Oposição, que, corretamente, reclamou. Hoje aconteceu dessa forma, mas acho que isso tem que virar quase que uma norma definitiva desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh. Com certeza, nós seguiremos essa determinação à risca, até em função de atos que vamos aprovar na terça-feira, porque, dessa forma, valoriza-se o sabatinado, qualifica-se o debate e valoriza-se o Senado como quem sabatina esses dirigentes que vão comandar órgãos importantes, instituições importantes do País.

Nada mais havendo a tratar na nossa pauta, encerro a reunião, convocando os Srs. Senadores para a próxima terça-feira às 10 horas.

Parabéns ao Sr. Elvino de Carvalho Mendonça e ao Sr. Marcos Paulo Veríssimo.

(Levanta-se a Reunião às 12h50min.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA

DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia vinte e três de março de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Eunício Oliveira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, João Ribeiro, Ricardo Ferraço, Gilvam Borges, Benedito de Lira, Cícero Lucena, Demóstenes Torres e Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Marta Suplicy. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Renan Calheiros, Roberto Requião, Gim Argello e a Senadora Kátia Abreu. Justifica ausência o Senador Flexa Ribeiro. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião. Passa-se à deliberação da Pauta: **ITEM 1) Terminativo – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 481, DE 2008** Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, para estabelecer suspensão temporária do prazo para apresentação de impugnação a auto de infração e a notificação de lançamento. **Autoria:** Senador Raimundo Colombo **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles. Em 16/03/2011, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PLS nº 481, de 2008, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado: O Substitutivo oferecido ao PLS nº 481, de 2008, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF.** **ITEM 2) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 2010** Institui o Prêmio Brasil de Comunicação Pública. **Autoria:** Deputado Ricardo Quirino **Relatoria:** Senador Marcelo Crivella **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. Em 16/03/2011, foi concedida vista ao Senador Demóstenes Torres, nos termos regimentais. **Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório.** **ITEM 3) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2010** Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério do Esporte. **Autoria:** Presidente da República **Relatoria:** Senador Inácio Arruda **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Retirado de pauta.** **ITEM 4) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO**

Nº 218, DE 2010 Modifica as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para disciplinar a obrigatoriedade de manifestação e os efeitos da participação dos órgãos consultivos da advocacia pública em processos administrativos. **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF) **Relatoria:** Senador Alvaro Dias **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Em 16/03/2011, foi concedida vista ao Senador Lindbergh Farias, nos termos regimentais. **Resultado:** **Adiado.** **ITEM 5) Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 2008** Altera o “caput” do art. 38 da Constituição Federal. (Aplicam as disposições de mandato eletivo ao servidor público em exercício). **Autoria:** Senador Fernando Collor e outros. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria ad hoc:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** **Aprovado o Parecer favorável à Proposta.** **ITEM 6) Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, DE 2008** Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que “Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento”. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro **Relatoria:** Senador Alvaro Dias **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Em 16/03/2011, foi concedida vista ao Senador Antonio Carlos Valadares e às Senadoras Marta Suplicy e Kátia Abreu, nos termos regimentais. Em 22/03/2011, foi recebido Voto em Separado de iniciativa da Senadora Marta Suplicy, com voto que conclui pela rejeição do Projeto, por inconstitucionalidade e antijuridicidade. **Resultado:** **Retirado de Pauta a pedido do autor, com anuência do Relator.** **ITEM 7) Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, DE 2009** Acrescenta um artigo 244-B, na Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1.990 (“Estatuto da Criança e do Adolescente”), para criminalizar a prática remunerada de ato libidinoso ou conjunção carnal com criança ou adolescente. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Pela declaração de prejudicialidade do Projeto. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Resultado:** **Aprovada a declaração de prejudicialidade do PLS nº 292, de 2009.** **ITEM 8) Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2010** Altera o Código de Processo Penal, para assegurar prioridade no julgamento de crimes de homicídio praticados contra jornalistas em razão de sua profissão. **Autoria:** Senador Roberto Cavalcanti **Relatoria:** Senador Vital do Rego **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** **Retirado de Pauta para reexame do Relatório.** **REQUERIMENTOS APRECIADOS:** 1) **REQUERIMENTO Nº 5, DE 2011-**

CCJ “Na forma regimental, requiero que o Projeto de Lei nº. 91, de 2011, que “Altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre”, de autoria do Senador Pedro Taques, tenha o seu estudo e apreciação feitos em reunião conjunta das Comissões de distribuição, nos termos do art. 49, combinado com o art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal” **Autoria:** Senador Sérgio Petecão. **Resultado:** **Aprovado.** 2) **REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011-CCJ** “Requer realização de audiência pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 268/2002”, nos termos do Art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, convidando-se, para tanto, as seguintes entidades: Conselho Federal de Medicina; Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Conselho Federal de Enfermagem; Conselho Federal de Farmácia; Conselho Federal de Nutricionistas; e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde” **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** **Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara encerrada a presente reunião às onze horas e trinta e cinco minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) - Declaro aberta a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT - CE) – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – O Senador José Pimentel solicita a dispensa da leitura da ata anterior, que foi distribuída aos Srs. Senadores.

Os Srs. Senadores que concordam e aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata da reunião anterior.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Itens 1 a 8 do sumário distribuído aos Srs. Senadores.

Antes de dar início ao primeiro item, eu gostaria de responder à questão de ordem levantada pelo nobre Senador Pedro Taques na reunião do dia 16 de março de 2001.

O Senador Pedro Taques formulou questão de ordem sobre a aplicação do § 1º do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal, quanto ao momento em que poderá ocorrer o pedido de vista na apreciação das matérias desta Comissão. Em síntese, o Senador defende que a vista poderá ser concedida durante a discussão da matéria.

O § 1º do art. 132 do Regimento assim dispõe:

Art. 132.

§ 1º O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator [...]

A dúvida que se coloca então é se o pedido de vista deve ser formulado pelo membro da Comissão tão logo seja proferido o voto pelo relator, antes, portanto, de iniciada a discussão da matéria, ou se poderá ser feito a qualquer momento durante a discussão da própria matéria.

O exame da questão nos leva, aparentemente, a contrapor dois elevados valores do processo legislativo: a celeridade e a qualidade das deliberações.

A solução a ser obtida, entretanto, não pode privilegiar apenas um desses elementos, mas deve procurar conciliá-los, de forma a chegarmos ao melhor resultado possível.

Por outro lado, em prol da celeridade, tem-se a interpretação de que o pedido de vista deverá ser formulado assim que proferido o voto do relator.

Ora, se há intenção de pedido de vista, é melhor que seja desde logo apresentado, evitando-se que se prolongue, sem préstimo, uma discussão da matéria naquela oportunidade, uma vez que a proposição retornará à pauta da Comissão após a vista e será submetida, então, à discussão, que inclusive deverá se mostrar mais produtiva pela presença de possíveis posições opostas.

Nesse sentido, o art. 274 do Regimento Interno determina que a discussão não será interrompida, salvo em algumas situações excepcionais que relaciona.

Essa norma regimental demonstra claramente a inconveniência da interrupção da discussão, e certamente para evitar manobras protelatórias e garantir a celeridade e a qualidade das decisões.

A propósito, vale observar que o tempo é um dos grandes desafios a ser enfrentado pelo Parlamento, cujas provisões devem ser contemporâneas aos fatos sociais que pretende regular, sob pena do anacronismo e da inutilidade.

Por outro lado, contudo, uma interpretação do § 1º do art. 132 do Regimento Interno que admitisse o pedido de vista até o final da discussão viria propiciar uma ampliação do conhecimento, do debate nesta Casa sobre a matéria, tal como alegado pelo autor da questão de ordem, o nobre Senador Pedro Taques. Isso, no meu entendimento, favoreceria a qualidade das deliberações da Comissão, além de possibilitar que as dúvidas porventura suscitadas no desenvolvimento da discussão fossem analisadas e superadas.

Também uma aplicação do Regimento que alargasse a possibilidade do pedido de vista poderia conferir maior relevância aos debates desta Comissão, reforçando a importância do contrário na formação do convencimento e na certeza da decisão de cada Senador e, enfim, deste Colegiado.

Cumprе lembrar que a possibilidade da ampla negociação política somente por meio de procedimentos regimentais previstos figura entre um dos princípios básicos do processo legislativo, relacionados no art. 412 do Regimento Interno desta Casa.

Por todo o exposto, no intuito de oferecer justa ponderação aos valores da celeridade e da qualidade das decisões da Comissão, esta Presidência passará a conferir ao art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal a seguinte aplicação:

1) o pedido de vista deverá ser formulado de preferência – de preferência, apenas – assim que for proferido o voto do relator, caso em que a discussão da matéria será iniciada após decorrido o prazo concedido pela vista;

2) serão, porém, atendidos, no sentido de ampliar o debate, de ampliar a discussão, de dar aos Srs. Senadores o direito do amplo debate nesta Comissão – que, entendo, além de temática, é democrática –, serão atendidos os pedidos de vista que sejam formulados até o final da discussão da matéria, em benefício, obviamente, do esclarecimento e do contraditório;

3) o pedido de vista somente poderá ser aceito por uma única vez pelos prazos a seguir discriminados, que correrão em conjunto se a vista for requerida por mais de um Senador:

a) matéria em tramitação normal, o prazo é improrrogável, de 5 dias, conforme prevê o art. 132 no seu § 1º;

b) matéria em regime de urgência do inciso I do art. 336 do Regimento, o prazo de meia hora (art. 132, § 2º, do mesmo Regimento);

c) matéria em regime de urgência dos incisos II e III do art. 336 do Regimento, o prazo será de 24 horas, conforme o art. 132, § 2º;

d) proposição com prazo determinado pelo prazo de 24 horas, desde que não ultrapasse os últimos

dez dias de sua tramitação, conforme preceitua o art. 132, § 3º.

Essa decisão que adoto hoje, em face da questão de ordem levantada pelo ilustre Senador Pedro Taques, coloco em prática de imediato, a partir de hoje, sem prejuízo das decisões anteriormente tomadas na outra interpretação que era feita do Regimento.

Consulto os Srs. Senadores.

Não havendo objeção, a partir de hoje, por decisão desta Presidência, o artigo será ampliado e as discussões poderão acontecer, ou melhor, os pedidos de vista poderão acontecer durante toda a discussão, desde que não ultrapassem o prazo de quando esta Presidência afirmar e anunciar que o processo de votação foi iniciado. Enquanto não for iniciado o processo de votação, será permitida aos Srs. Senadores vista ao processo, desde que haja agora, neste momento, a anuência dos Srs. Senadores.

Eu indago ao Plenário se V. Ex^{as} estão de acordo com a decisão desta Presidência de permitir que o pedido de vista possa ser feito durante todo o processo de discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma objeção, a Mesa...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SERGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Pedro Taques. Pela ordem, depois, o Senador Petecão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, pedi a palavra pela ordem apenas para cumprimentar V. Ex^a pela justeza e ponderação da decisão, o que demonstra que V. Ex^a, além de experiente como legislador já na Câmara dos Deputados, é um Senador que está atendendo o Regimento Interno e, sobretudo, atendendo a Constituição da República.

Quero parabenizar V. Ex^a por essa decisão ponderada, o que demonstra esse seu espírito de homem público.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Petecão, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. SERGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Presidente Eunício, posso até estar me tornando chato, mas peço a sua paciência de um bom cearense, porque esse será um assunto que traremos todos os dias aqui a esta Comissão, até porque esse assunto foi fruto de um acordo desta Comissão.

E, vendo aqui a pauta da reunião de hoje da CCJ, a nossa assessoria nos informa que o projeto que trata sobre o fuso horário do Acre encontra-se

na CAE. O acordo feito aqui por todas as lideranças foi que esse projeto fosse terminativo. Inclusive, foi o questionamento feito pelo Senador Demóstenes Torres e pelo Senador Pedro Taques, que já apresentou o projeto em plenário. Nós questionamos a assessoria da Presidência e nos foi informado que esse projeto teria de tramitar tanto na CAE quanto na Comissão de Relações Exteriores.

Encaminhamos ofício ao Líder Romero Jucá para que fosse cumprido o acordo aqui, até porque ele estava presente na sessão do dia 2, e nós já temos aqui um precedente, que foi uma lei, um PLC que alterou a Lei Pelé.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Posso dar uma sugestão, Senador Petecão, para agilizar?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Com certeza, Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pode ser feita a tramitação conjunta...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Pois é, é aí que eu...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – ... e eu sugiro que aprovemos este requerimento aqui, agora. Eu tenho certeza de que o Senador Jucá vai encampar este requerimento. Todos nós vamos encampá-lo.

Se o Presidente Sarney despachou para passar em três Comissões, a única maneira de acelerar é fazer a tramitação conjunta. Aprova-se hoje este requerimento aqui, aprova-se lá – acho que haverá reunião amanhã da Comissão de Relações Exteriores – e depois, na terça-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos.

V. Ex^a pede ao nosso Presidente, Senador Eunício, que acerte com os demais Presidentes. Pode ser escolhido um Relator único, que pertença às três Comissões ou, se isso não for possível, pode ser feita a escolha de um Relator por Comissão. Mas eu tenho certeza – até aproveitando que o Senador Jucá acaba de chegar – de que o Senador Jucá vai concordar com essa tramitação conjunta sobre a situação do fuso horário no Acre. Havia o acordo de que o Presidente Sarney iria despachar para ser terminativo na CCJ exclusivamente, mas ele despachou para que também tramitasse na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Relações Exteriores.

Então, o que eu peço, o que eu sugiro ao Senador Petecão – e talvez V. Ex^a, Senador Jucá, possa operacionalizar isso – é que aprovemos três requerimentos, um em cada Comissão, para tramitação conjunta, de preferência escolhendo um Relator único, para que, no máximo em até duas semanas, nós consigamos pôr fim à tramitação desse projeto.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Líder Romero Jucá, encaminhei um ofício ao senhor, para que nós possamos, segundo essa linha de raciocínio do Senador Demóstenes Torres, dar uma certa celeridade, porque foi feito um acordo aqui, nesta Comissão.

Isso tem causado um transtorno, lá no Estado, tão grande! Para vocês terem uma ideia, lá no Município de Sena Madureira, um juiz tomou a decisão de mudar o horário. Um juiz tomou a decisão de mudar o horário! É lógico que o Tribunal de Justiça revogou a decisão do juiz. Alguns Prefeitos – o Prefeito de Cruzeiro do Sul, Vagner Sales, já mudou o horário.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Há juiz que revoga a lei da gravidade, Senador Petecão!

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Já mudou o horário!

E aqui, nesta Comissão, o Senador Jorge Viana inclusive estabeleceu o prazo de trinta dias, no máximo, e nós estaríamos resolvendo essa situação, o que criou uma expectativa na população.

Então, eu estou apelando, estou pedindo, estou vendo aqui que, na pauta de hoje, não consta. Estou pedindo aqui, estou fazendo este apelo, para que possamos cumprir o acordo feito aqui, nesta Comissão!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Petecão...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Até porque já há um precedente. Estou vendo aqui um requerimento do Senador Romero Jucá, tratando da alteração da Lei Pelé, que tramitou simultaneamente, dentro dessa linha de raciocínio, nas três Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Petecão, respondendo a V. Ex^a, o art. 49 do nosso Regimento prevê, inclusive, que o Presidente do Congresso, o Presidente do Senado, o Presidente José Sarney pode determinar que o estudo seja feito em reunião conjunta das Comissões.

Eu quero só esclarecer para V. Ex^a que eu compreendo que o acordo foi feito nesta Comissão, sou avalista dessa decisão que foi tomada pelo colegiado, agora não cabe à Presidência da CCJ fazer a distribuição e o trâmite.

O Presidente Sarney encaminhou para três Comissões: para a CAE, para a Comissão de Relações Exteriores e para a CCJ – nós somos a terceira Comissão. O que eu posso fazer – e aí faço um apelo também ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá – é procurar o Presidente Sarney para fazer o entendimento ou procurar o Presidente das outras duas Comissões, para que aquilo que foi acertado nesta

Comissão pelos líderes e pelo seu plenário seja, efetivamente, cumprido.

Então, V. Ex^a fique tranqüilo que nós vamos fazer essa gestão ainda esta semana para que a gente tenha essa posição definitiva.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Presidente Eunício, apenas para registrar que a Liderança do Governo concordou e pactou também com o acordo. Nós somos avalistas também desse acordo, vamos ajudar a operacionalizar o acordo, vamos manter contato com os Presidentes das duas outras Comissões e o requerimento de tramitação conjunta – não sei se o requerimento já existe. Se já existir...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pode ser feito agora.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Nós assinaríamos inclusive em conjunto, para poder...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu só quero deixar claro que esta Presidência tem um compromisso de pautar assim que a matéria chegar à Secretaria da CCJ. Como a matéria não havia chegado, por isso não consta na pauta de hoje, mas há um novo entendimento aqui para que façamos esse requerimento de avaliação conjunta e V. Ex^a terá obviamente a resposta necessária para dar ao povo do Acre.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – A nossa assessoria já está providenciando o requerimento, Líder Jucá, e eu quero agradecer ao Presidente Eunício, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Petecão, só para esclarecer. A nossa Claudia explica à Mesa e a Mesa responde a V. Ex^a que o Presidente Sarney já despachou de acordo com os incisos I e II, que eu acabei de citar aqui, no dia 18, para tramitação conjunta.

Então, esta Presidência fará...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Já está resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ... a solicitação aos dois outros Presidentes para que a gente possa fazer a tramitação conjunta conforme foi determinado.

Eu acho que está esclarecido o que V. Ex^a deseja, e vamos à pauta do dia de hoje.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Eu agradeço, Presidente, a sua sensibilidade e só quero que entenda que estou expressando aqui um sentimento e uma angústia do povo que está lá nessa expectativa, porque esse referendo foi uma decisão do povo acreano, e nós gostaríamos que fosse respeitado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) –

ITEM 1 – Terminativo –

**TURNO SUPLEMENTAR DO
SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 481, DE 2008**

Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, para estabelecer suspensão temporária do prazo para apresentação de impugnação a auto de infração e a notificação de lançamento.

Autoria: Senador Raimundo Colombo

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Observações: *Em 16/03/2011, foi aprovado o substitutivo, nesta Comissão, oferecido ao PLS nº 481, de 2008, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.*

Coloco a matéria em discussão, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento desta discussão, vedada a apresentação de substitutivo integral, conforme preceitua o art. 282, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em discussão a matéria.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, essa matéria foi aprovada já, por unanimidade, nesta Comissão. Acho que ela dispensa qualquer nova discussão sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havendo nenhum Senador inscrito, atendendo a solicitação do nobre Senador e ex-Governador da querida Santa Catarina Luiz Henrique da Silveira, e não tendo sido oferecidas emendas ao substitutivo, é dado como definitivamente adotado sem votação, conforme também preceitua o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 2 da pauta.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Estou enfrentando uma dificuldade aqui com a minha assessoria, Sr. Presidente, porque esse projeto passou na Câmara dos Deputados, mas já foi levantado pelo Senador Demóstenes, na semana passada, se haveria aqui um vício de iniciativa, se estamos impondo ônus e obrigações a um outro poder. A consultoria do Senado acha que não, mas a redação é dúbia. E a

orientação do Governo é votar contra. De tal maneira que eu gostaria de pedir, se fosse possível...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – A orientação do Governo é a favor.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Desse projeto?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Desse projeto, que foi submetido a V. Exª.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Não, V. Exª está falando de outro item.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O item que foi votado agora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, já foi votado. O item 1 já foi votado. Estamos discutindo... Dei a palavra ao Senador Crivella. Senador Crivella, dei a palavra a V. Exª, para que V. Exª fizesse sua manifestação sobre o Item 2.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Item 1 já é item ultrapassado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, no Item 2, a orientação do Governo é voto contra.

Então, eu gostaria de pedir a V. Exª para retirar de pauta, para eu poder discutir com todo mundo e, assim, encontrarmos um caminho. É um projeto importante de um Deputado expressivo aqui de Brasília, que teve uma boa idéia, quer dizer, motivar os órgãos de comunicação, TV Senado, Rádio Senado, jornal do Senado, da Câmara, enfim, dar a esses valiosos instrumentos de divulgação do nosso trabalho parlamentar a oportunidade de serem aplaudidos uma vez por ano.

Eu acho que isso é tão importante, as pessoas terem seu valor reconhecido.

Eu gostaria que V. Exª me permitisse retirar de pauta, para a gente encontrar um caminho.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª, como Relator, tem o direito de pedir retirada de pauta.

Está retirado de pauta o Item 2.

Item 3.

O Senador Inácio Arruda pediu para fazer uma inversão de pauta, tendo em vista que o Ministro Orlando encontra-se em uma comissão temática de educação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Primeiro, vou sugerir que o requerimento ao Governo,

porque acho que o Governo não vai querer aprovar esse projeto que amplia despesa. Foi criada agora a Autoridade Pública Olímpica, que cria cargo. Para que criar cargo para o Ministério dos Esporte? No ano passado, eu já segurei esse projeto por quase um ano, porque eu já não era...

Então, eu sugeriria que enviássemos um ofício ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento. Acho que o próprio Governo vai, num momento de dificuldade... Caso não seja possível, vou pedir vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria não vai entrar em discussão agora, porque o Senador Inácio Arruda, que é o Relator, encontra-se ausente. Eu poderia retirar o projeto de pauta, tendo em vista a ausência do Relator.

Então, eu vou retirar o projeto de pauta, pela ausência do Relator.

O SR. AÉCIO NEVES (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (PSDB – MG) – Presidente Eunício, apenas para corroborar, para contribuir bem e objetivamente com a sugestão do Demóstenes.

Para lembrar que este projeto é de 2008, obviamente quando o Brasil vivia uma outra circunstância do ponto de vista econômico e não haviam ainda sido tomadas as medidas relativas à criação da Autoridade Olímpica.

Este projeto perde totalmente o sentido, sobretudo em um momento como este. Significaria, até a sua discussão por parte do Governo, uma enorme incoerência em relação às medidas que o Governo tem tomado de contenção de despesas.

Não há sentido sequer a discussão deste projeto, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Talvez eu faça até um requerimento para que pudessemos ouvir, se V. Ex^a concordar e a Comissão, o Ministério da Fazenda. Vamos ouvi-lo. Porque é completamente diferente do projeto, por exemplo, que era defendido pelos Senador José Pimentel: com as estruturas construídas e tal. Quer dizer, justificava-se a criação da despesa.

Entendo que o próprio Governo não vá querer votar este projeto.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, o Item 3 da pauta, Projeto de Lei da Câmara de nº 89/2010, por ausência do relator, a Presidência tirou de pauta de ofício. Se Vs. Ex^{as}. entenderem fazer um requerimento convidando o Ministro da Fazenda cabe ao Plenário decidir.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, até porque o Congresso já aprovou a criação de inúmeros cargos comissionados. Nós vamos trazer, numa próxima reunião, o levantamento dos que foram criados, e o Governo pode fazer remanejamento. O Senador Aécio disse-o bem, estamos em um momento em que o Governo anuncia cortes, e é contraditório, corta de um lado e acrescenta do outro, corta no que é essencial e acrescenta no que não é essencial. Certamente este é um projeto que tem que ser retirado realmente, o ministro está na Comissão de Educação nesse momento e nós teremos oportunidade de debater esse assunto com maior profundidade numa próxima reunião, Sr. Presidente, mas é hora de o Governo começar a pensar em uma reforma administrativa de profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Dornelles, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, o Governo suspendeu a nomeação de grande número de funcionários concursados que ocupariam cargos da maior importância em entidades que estão precisando de funcionários, como é o caso do Banco Central. No momento em que ele suspende a nomeação de funcionários concursados não é justo criar cargos de assessoramento em cargos de comissão. Por isso, eu acho que o assunto deve ser profundamente debatido nesta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – **Item 4:** Projeto de Lei do Senado, não terminativo, nº 218/2010, que modifica as Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para disciplinar a obrigatoriedade de manifestações e efeitos da participação dos órgãos consultivos da advocacia pública em processos administrativos. Autoria...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Por uma economia processual. O Senador Lindbergh Farias me solicitou – e eu transmito a V. Ex^a – o pedido para que o projeto seja adiado, já que ele pretende discuti-lo. S. Ex^a pediu vistas e deve apresentar um parecer diferente daquele que apresentei. Por solicitação dele, eu peço a V. Ex^a que adie.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Adiado a pedido do Relator para atendimento também do Senador Lindbergh Farias. O Projeto de Lei nº 218 volta à pauta na próxima semana.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O projeto do Item 6 será retirado de pauta pelo Senador Flexa Ribeiro ou...?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos agora ao Item 5. Não há ainda requerimento para retirada de pauta do Item 6.

Item 5: Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2008, não terminativo, que altera o caput do artigo 38 da Constituição Federal: aplicam-se as disposições de mandato eletivo ao servidor público em exercício. Autoria do Senador Fernando Collor e outros; Relatoria do Senador Acir Gurgacz.

Conforme informações recebidas, o Senador Acir, combinado com o Senador Pedro Taques, pede que esta Presidência o determine como Relator *ad hoc*.

E eu determino o Senador Pedro Taques.

Solicito que V. Exª leia o relatório.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Para emitir.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores:

I – Relatório

Trata-se da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2008,

que tem como primeiro signatário o Senador Fernando Collor. A iniciativa modifica o texto do art. 38, *caput*, da Constituição Federal.

Atualmente, o referido texto assim dispõe:

“Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

.....”

A redação proposta consigna:

“Art. 38. Ao servidor público em exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

.....”

A correspondente Justificação em resumo pondera que a proposta pretende restabelecer o texto original da Constituição (modificado pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) que seria mais justo e afim com o princípio da isonomia, sendo que o texto atual beneficiaria algumas categorias de servidores em detrimento de outras. Isso porque os servidores da administração indireta que não pertençam aos quadros das autarquias e das fundações públicas, vale

dizer, os empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, apesar de também comporem a administração indireta, estariam sendo discriminados, pois se quiserem exercer algum cargo público eletivo têm de se desvincular das instituições a que pertencem, perdendo o vínculo empregatício. A consequência acaba sendo o desemprego ao fim do exercício do mandato eletivo, com sérios prejuízos para o servidor e sua família.

Desse modo, ao restabelecer a redação original do art. 38, *caput*, estaríamos reforçando o princípio da igualdade, cláusula pétrea que constitui o maior arcabouço da democracia e também aprimorando os mandamentos relativos ao serviço público.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – Análise

Consoante prevê o art. 356 do Regimento Interno da Casa, cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania emitir parecer sobre proposta de emenda à Constituição.

Passamos, pois, a analisar a proposição.

Quanto à constitucionalidade, entendemos que nada obsta à livre tramitação da matéria sob exame. Com efeito, no que diz respeito às cláusulas que impedem deliberação sobre proposta de emenda à Constituição inscritas nos §§ 1º, 4º e 5º do art. 60 da Lei Maior, nenhuma delas se aplica ao caso sob exame. Assim, não temos unidade da Federação sob intervenção federal e não estamos sob estado de defesa ou de sítio (§ 1º); a proposta não fere a forma federativa de Estado, nem o voto direto secreto, universal e periódico, não macula a separação de Poderes, nem os direitos e garantias individuais (§ 4º); por fim, a matéria que é objeto da proposição não foi rejeitada nem prejudicada na presente sessão legislativa (§ 5º).

Outrossim, não vislumbramos vício de juridicidade ou de regimentalidade.

Quanto ao mérito, o nosso entendimento é o de que a presente proposta de emenda à Constituição deve ser acolhida.

Com efeito, a redação dada ao art. 38, *caput*, da Lei Maior, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, feriu a regra da isonomia, que é princípio constitucional e que estabelece que pessoas na mesma situação devem ter o mesmo tratamento por parte da lei.

Ora, os cidadãos que são funcionários das sociedades de economia mista e das empresas públicas fazem parte da chamada administração indireta tanto quanto os cidadãos que são funcionários das autarquias e das fundações públicas. Todos eles, portanto, compõem a administração pública e todos são servidores

públicos, juntamente com os servidores da chamada administração direta.

Essa a razão pela qual a todos esses servidores a Constituição originariamente determinava a aplicação do seu art. 38, que diz respeito às regras administrativas a serem aplicadas aos servidores públicos quando eleitos para exercerem mandatos eletivos. Portanto, a proposta de Emenda à Constituição de que tratamos nada mais faz do que reparar iniquidades praticadas por ocasião da elaboração da Emenda nº 19 de 98, recuperando a regra da isonomia que se constitui em fundamento da Lei Maior. Não podemos conceber que funcionários das empresas públicas e sociedade de economia mista possam ser discriminados pelo fato de se elegerem com voto popular para exercer mandato eletivo.

Voto

Como conclusão, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e quanto ao mérito pela aprovação da proposta de Emenda à Constituição nº 18 de 2008.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB-CE) – Em discussão a matéria.

Senador Demóstenes Torres para discutir.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM-GO) – A proposta do Senador Fernando Collor é muito boa, e foi muito bem relatada pelo Senador Acir Gurgacz, rererendada pelo Senador Pedro Taques.

É muito simples. Em 98 foi feita uma emenda constitucional que tirou o direito daqueles que pertencem à administração indireta, especialmente quem trabalho em empresa pública e sociedade de economia mista de disputarem o pleito sem exoneração do cargo.

Agora vejam como quebrou o parâmetro. Para quem é da administração indireta e trabalha em autarquia e fundação pública, pode pedir licença, perde a eleição e volta a trabalhar. Para quem pertence a sociedade de economia mista e empresa pública tem que pedir demissão. Já está por antecedência fora do serviço público. De sorte que repara essa desigualdade dizendo que, de agora em diante, todos aqueles que pertencem à administração indireta, independentemente de trabalhar em fundação, autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista podem disputar o pleito como acontece com qualquer servidor da administração direta e, depois, se perder a eleição, o que acontece com a grande maioria, voltam a trabalhar normalmente.

Parabéns ao Senador Pedro Taques, que representa os outros dois Senadores, voto com louvor. Creio que reestabelece um princípio claro da constituição que é a isonomia.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB-CE) – Não havendo mais quem queira discutir...

Senadora Marta com a palavra.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT_SP) – Acredito ser um projeto justo que realmente retoma a isonomia que fora retirada desses servidores.

Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB-CE) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadores que aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado o Item 5 da pauta a matéria vai a ple-nário.

Item 6 da pauta.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias que pediu a palavra pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB-PR) – Exatamente para pedir a retirada do projeto, por solicitação do Senador Flexa Ribeiro, já que esse projeto tem conexão com uma proposta de emenda constitucional que não foi ainda apreciada. Por essa razão o autor pede a retirada do projeto até que se delibere sobre a proposta da emenda constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB-CE) – Retiro de pauta a matéria, a pedido do autor, Senador Flexa Ribeiro, com anuência do nobre Relator, Senador Alvaro Dias.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT-MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB-CE) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT-MT) – Sr. Presidente, todos nós sabemos que a Constituição Federal estabelece um mecanismo de controle recíproco entre o Legislativo e o Executivo.

Existem vários exemplos na Constituição desse mecanismo de controle entre esses órgãos que exercem parcela da soberania — Legislativo e Executivo.

Exemplo: Legislativo aprova os Senadores, aprova os candidatos a Ministro do Supremo; quem julga os Senadores pela prática de crime é o Supremo. Existe esse mecanismo de freio e contrapeso entre os órgãos que exercem parcela da soberania. Um desses instrumentos, Sr. Presidente, é o veto exarado pelo Presidente da República. O Legislativo não tem o domínio sobre o processo legislativo porque o Sr. Presidente nos termos do art. 66 § 1º ele pode vetar o projeto enviado depois do autógrafo pelo Legislativo ao Executivo.

Este veto, Sr. Presidente, não é absoluto, é relativo. A Constituição de 1824 estabelecia que o veto era absoluto porque o imperador vetava e nada mais po-

deria ser feito. A partir da Constituição de 1891 o veto passou a ser relativo, apesar de alguns entenderem que tínhamos um presidencialismo imperial.

O que quero dizer com isso? Nós temos, Sr. Presidente, segundo as contas de alguns – e eu estou fazendo esse levantamento –, mais de mil vetos em que o Presidente o exara, e esta Casa e o Congresso Nacional não se manifestam sobre veto. Aí o Presidente passa a ter um veto que é absoluto.

O art. 66, § 4º da Constituição determina que o Congresso Nacional deva se manifestar sobre esse veto, concordando ou não com esse veto, que pode ser jurídico ou político.

Pondero com V. Exª e faço esta ponderação também com os Srs. Senadores e com as Srªs Senadoras: esta Comissão de Constituição e Justiça também tem a atribuição de fazer a defesa da Constituição. E a Constituição está sendo violada de há muito, porque o Executivo veta, e o Congresso Nacional não se manifesta sobre a derrubada do veto.

Nós, do Legislativo, Deputados Federais e aqui Senadores, mais uma vez, estamos abrindo mão das nossas prerrogativas constitucionais de controlar o Executivo, transformando o Executivo no Brasil. Não interessa que Presidente ou Presidenta seja; num presidencialismo imperial, que manda é o Presidente, e nós ficamos aqui como carimbadores do que vem do Poder Executivo.

E solicito a V. Exª um encaminhamento no sentido de que possamos nos manifestar a respeito dos vetos que vêm do Poder Executivo. Inclusive o legislador constituinte deu tanta importância à manifestação do Legislativo sobre a derrubada do veto que disse que ele tranca a pauta. E nós não nos manifestamos sobre o veto, mais uma vez nos submetendo à força do Poder Executivo.

Era essa ponderação que eu queria fazer a V. Exª: pedir que V. Exª, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que tem a obrigação regimental e constitucional de fazer a defesa da Constituição, solicitasse ao Sr. Presidente do Congresso Nacional que tomemos providências a respeito da derrubada desses vetos – ou a manutenção deles -, para que a Constituição seja objetivamente cumprida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Senador Pedro Taques, os vetos têm o mesmo rito das medidas provisórias. O Presidente Sarney é que deveria ter criado comissões especiais para tal. O Presidente Sarney apresentou agora, ao Plenário do Senado, uma proposta de mudança do rito das medidas provisórias. V. Exª terá oportunida-

de inclusive de emendar esse rito, no que se refere à questão da derrubada dos vetos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT - MT) - Pela ordem, Sr. Presidente, com todo o respeito a V. Exª: a Constituição não traz o mesmo rito para a derrubada do veto e para a medida provisória. São processos legislativos diversos, e são coisas diversas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Eu sei, mas por comissões mistas e apreciado pelo Congresso Nacional; e quem convoca o Congresso Nacional é o Presidente do Congresso Nacional, o Senador José Sarney.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) – Mas eu acho, Sr. Presidente – e nós discutimos tanto isso na legislatura passada, tentamos várias vezes votar, que poderia... Acho que o que o Senador Pedro Taques quer é uma manifestação da Comissão de Constituição e Justiça para que o Presidente do Senado cumpra essa obrigação de convocar as duas Casas – e criar a terceira, o Congresso -, com o fim de deliberar sobre esses vetos. Eu acho que a Comissão, por ser absolutamente constitucional, pode tomar esta iniciativa: oficiar ao Presidente da Casa para que ele cumpra a Constituição e convoque o Congresso para deliberar sobre veto. Não é nada de excepcional; é só uma manifestação da CCJ de que ele deve cumprir a obrigação dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – Sr. Presidente, o Senador Taques traz aqui um tema da maior relevância. Na verdade, o Congresso Nacional não está cumprindo o dispositivo do texto constitucional. Pelas informações que o Senador Pedro Taques me trouxe ainda há pouco, nós temos vetos de 2003 que ainda não foram apreciados. Vejam: estamos há oito anos sem apreciação de vetos, num flagrante descumprimento do texto constitucional, do procedimento, inclusive, que impõe a Constituição para a apreciação desses vetos.

Então, eu queria reiterar a questão de ordem apresentada pelo Senador Taques, e creio que é dever desta Casa, desta Comissão, a maior importante das comissões do Congresso Nacional, por ser a do Senado da República, ter uma manifestação sobre esse tema; e o quanto antes expressar essa manifestação ao Presidente do Congresso Nacional para que nós possamos fazer a apreciação desses vetos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Eu vou encaminhar este debate ao Presidente Sarney, mas é claro que cabe ao Plenário desta Comissão as deliberações e não à Mesa, que tem apenas a obrigação de fazer cumprir o Regimento da Casa.

Item 7 da pauta.

Projeto de Lei do Senado Federal nº 292, de 2009, terminativo, que acrescenta o art. 244-B à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para “criminalizar a prática remunerada de ato libidinoso ou conjunção carnal com criança ou adolescente”. O autoria é do nobre Senador Marcelo Crivella, e a relatoria, do Senador Demóstenes Torres, a quem concedo a palavra para proferir o relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, proposta muito boa do Senador Marcelo Crivella, que foi apresentada em junho de 2009.

Esta proposta diz que:

“Art. 244-B. Praticar com criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 2º desta Lei, ato libidinoso ou conjunção carnal, ainda que mediante consentimento ou remuneração.

Pena – reclusão de dois a seis anos, e multa.

§ 1º. Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifica as práticas referidas no caput deste artigo.

§ 2º. Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização de funcionamento do estabelecimento”.

Por que o Senador apresentou este projeto? Por que vinha o Superior Tribunal de Justiça decidindo seguidamente que aquele que mantinha relacionamento sexual com menor em condição de prostituição não podia ser apenado pela pena do art. 244 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Só que, no mesmo ano de 2009, foi editada a Lei nº 12.015, que mudou o Código Penal. Se não me engano, ela é do mês de agosto. Então, ali, já se definiu exatamente como queria o Senador Marcelo Crivella – hoje é o art. 218-B do Código Penal:

“Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração penal alguém menor de dezoito ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone:

Pena – de quatro a dez anos”.

E na mesma pena incorre quem pratica conjunção carnal ou outro ato libidinoso com alguém menor de dezoito ou maior de quatorze na situação descrita no *caput*, que é a situação de explorada sexualmen-

te. E também tem os mesmos efeitos: aplicam-se “ao proprietário, ao gerente”... E constitui efeito da condenação a “cassação da licença de localização e de funcionamento desse estabelecimento”.

Então, o que queria o Senador Marcelo Crivella, absolutamente justificável, já foi definido posteriormente por uma lei que eu tive oportunidade de relatar, a Lei nº 2.015, de 2009.

De sorte, Sr. Presidente, que, estando a matéria hoje tipificada no Código Penal, só resta dar o parecer pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 292, de 2009, enaltecendo a iniciativa do grande Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tendo em vista o parecer apresentado...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Marcelo Crivella, como autor da matéria.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu só queria agradecer ao Senador Demóstenes pelas gentis palavras e dizer que nós cumprimos o nosso papel, porque não é possível mais a gente ver um Tribunal Regional e depois um Tribunal Superior não punir elementos que aceitam serviços de prostituição de criança.

Então, acho que o Congresso Nacional está de parabéns. Esta Casa cumpriu o seu dever perante a Nação. Agora é crime.

Estou repetindo o que o Senador Demóstenes leu porque eu sei que há muita gente nos assistindo pela TV Senado, pela Rádio Senado. Então, eu queria deixar isto parafraseado e bem dito: agora é crime e a pena chega a dez anos!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tendo em vista o parecer apresentado pelo ilustre Relator, Senador Demóstenes Torres, declaro a prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2009, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Coloco em votação a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2009.

Trata-se de matéria terminativa e, portanto, a votação é nominal.

Quem vota pela prejudicialidade do projeto vota “sim”.

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Magno Malta?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, até por conhecer essa matéria – o Senador Demóstenes, que relata a prejudicialidade, foi Relator da CPI da Pedofilia, CPI que eu presidi e que está tão perto dessa legislação, nas preocupações do País com as crianças –, eu voto pela prejudicialidade da matéria com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a é autor do projeto. Está marcada aqui.

Como vota o Senador Vital do Rêgo?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela aprovação ou pela prejudicialidade? “Sim” ou “não”? “Sim” é pela prejudicialidade.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Só para me posicionar com mais firmeza: com o Relator Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigada, Senador.

Senador Luiz Henrique da Silveira?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Francisco Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o nobre Senador Aécio Neves?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Voto com o Relator Demóstenes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota a Senadora Marta Suplicy? (Pausa.)

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente, pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Voto conhecido.

Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Aprovada a votação de prejudicialidade do projeto, pela unanimidade dos presentes a esta Comissão.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário Oficial do Senado Federal*.

Item 7 da pauta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Item 8. Item 8!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Desculpem-me.

Item 8 da pauta.

ITEM 8 – Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2010

Altera o Código de Processo Penal, para assegurar prioridade no julgamento de crimes de homicídio praticados contra jornalistas em razão de sua profissão.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, V. Ex^a me agraciou com a relatoria deste projeto, do meu conterrâneo Senador Roberto Cavalcanti, um projeto em cujo mérito tenho interesse, que é a questão de assegurar a prioridade do julgamento de crimes de homicídio praticados contra jornalistas em razão da sua profissão.

Já estudei, já preparei um relatório. Inclino-me a votar favoravelmente, mas peço a V. Ex^a a retirada de pauta para aperfeiçoar o relatório, que já começamos a esboçar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem V. Ex^a, como Relator, o direito à retirada de pauta. Tenho a convicção de que pelo sentimento de liberdade que V. Ex^a sempre pregou neste Brasil afora e na sua querida Paraíba, este vai ser um parecer com muita densidade e, com certeza, a favor da liberdade de imprensa.

Há um requerimento sobre a mesa, do Senador Petecão, mas está prejudicado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Solicito uma questão de ordem para, em função do art. 214, inciso III, do Regimento Interno, pedir a inclusão, na Ordem do Dia, do requerimento que apresentamos nesta Comissão, na reunião anterior da CCJ, para realização de audiência pública para tratar do PLS 268, de origem aqui no Senado e já tramitado pela Câmara, que trata do ato médico.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a se antecipa um pouquinho. Acabei de falar que existe requerimento sobre a mesa, do Senador Petecão: “Requeiro, na forma regimental [...] para restabelecer o fuso horário no Estado Acre.”

O Senador Petecão não se encontra presente, mas o seu requerimento já foi, pela maioria dos membros, votado e aprovado.

Há um requerimento sobre a mesa para realização de audiência para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 268/2002.

Nos termos do art. 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública para instrução do Projeto de lei nº 268, de 2002, convidando-se, para tanto, as seguintes entidades: Conselho Federal de Medicina, Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Con-

selho Federal de Enfermagem, Conselho Federal de Farmácia, Conselho Federal de Nutricionistas e Confederação Nacional os Trabalhadores na Saúde.

JUSTIFICAÇÃO

O Senado Federal cumpre o papel de ouvir a sociedade brasileira num projeto de suma importância no sistema de saúde brasileiro. Para tanto, uma vez que o Projeto de Lei 268, de 2002, afeta diversas áreas no âmbito da saúde, se faz necessária a oitiva dos representantes dos Conselhos supraconsignados, com vistas a conferir mais ainda legitimidade ao projeto em referência. Por essas razões, apresento o presente requerimento.

Sala das Comissões. Senador Randolfe Rodrigues. PSOL – AP.

Passo a palavra a V. Ex^a, se quiser falar sobre o requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, na verdade é só uma indagação. Não sei se no requerimento nós incluímos o Conselho Federal de Enfermagem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a incluiu o Conselho Federal de Enfermagem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeitamente. Então, sem mais considerações, inclusive já dialoguei com o Relator da matéria, o Senador Antonio Carlos Valadares. Esta matéria veio originalmente da Câmara, teve alterações, e, antes da apreciação por parte da CCJ, seria importante ouvirmos os próprios médicos e esse conjunto de entidades que aí descrevemos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues.

Marcaremos, o mais breve possível, esta audiência pública importante para debater esse assunto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Questão de ordem ou pela ordem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Em relação ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, que, salvo engano, já se encontra aqui na Comissão e V. Ex^a

é o Relator, é o projeto que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado. É uma matéria de suma importância. Na verdade, é um pela ordem para solicitar que, o quanto antes, possamos apreciar esta matéria aqui na Comissão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Não havendo mais quem queria fazer uso da palavra e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Mas, antes, peço aos Srs. Senadores que foram designados para relatar matérias pedindo aos Srs. Senadores que foram designados para relatar matérias que encaminhem seus relatórios a esta Comissão para que tenhamos uma pauta mais robusta na próxima reunião.

Obrigado a todos.

(Levanta-se a Reunião às 11h35min.)

SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia seis de abril de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Eunício Oliveira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Anibal Diniz, João Ribeiro, Lindbergh Farias, Humberto Costa, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Ciro Nogueira e Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Marta Suplicy. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Simon, Roberto Requião e Aécio Neves. Registra a presença o Senador Cristovam Buarque. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião. Passa-se à deliberação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 218, DE 2010** Modifica as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para disciplinar a obrigatoriedade de manifestação e os efeitos da participação dos órgãos consultivos da advocacia pública em pro-

cessos administrativos. **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF). **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 e 2, do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatoria do Vencido:** Senador Lindbergh Farias. **Relatório do Vencido:** Contrário ao Projeto. Em 16/03/2011, foi concedida vista ao Senador Lindbergh Farias, nos termos regimentais, que ofereceu Voto em Separado, contrário à matéria. Durante a discussão, o Senador Aloysio Nunes Ferreira apresenta as Emendas nºs 1 e 2, acolhidas pelo Relator, Senador Alvaro Dias. **Resultado: A Comissão rejeita o Relatório do Senador Alvaro Dias. A Presidência designa Relator do Vencido o Senador Lindbergh Farias. Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. ITEM 2) Não Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 100, DE 2010** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes da polícia na Internet com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente. **Autoria:** CPI – Pedofilia – 2008 (SF). **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda que apresenta. Durante a discussão, o Senador Demóstenes Torres altera o Relatório, para acolher sugestão dos Senadores Pedro Taques e Jorge Viana. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 3) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2011** Altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria:** Senador Aécio Neves. **Relatório:** (Aguardando recebimento de Relatório.). Em 31/03/2011, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues. Em 06/04/2011, foi recebida a Emenda nº 2, de iniciativa do Senador Vital do Rêgo. **Resultado: Adiado. ITEM 4) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 2008** Altera o artigo 944 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para estabelecer parâmetros e limitar o valor de indenizações por danos morais. **Autoria:** Senador Lobão Filho. Tramita em conjunto com o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, DE 2008** Regulamenta o dano moral e a sua reparação. **Autoria:** Senador Valter Pereira. **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatório:** Pela rejeição dos Projetos. **Resultado: Adiado. ITEM 5) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, DE 2008** Confere interpretação autêntica ao art. 70, caput, e ao art. 58, I e III, da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõem sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil. **Autoria:** Senador José Sarney. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com quatro Emendas que apresenta. Em 06/04/2011, foi recebido Relatório reformulado pelo Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Randolfe Rodrigues, nos termos regimentais. ITEM 6) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2008** Acrescenta parágrafo ao art. 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre leilão de veículos de motoristas alcoolizados. **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Magno Malta e Jorge Viana, nos termos regimentais. ITEM 7) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, DE 2010** Altera o Código Penal para tipificar separadamente o estupro e o atentado violento ao pudor. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Pela prejudicialidade do Projeto. Durante a discussão o Senador Demóstenes Torres reformula o Relatório, concluindo pela prejudicialidade do Projeto. **Resultado: Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto. ITEM 8) Não Terminativo PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 74, DE 2009** Altera o Regimento Interno do Senado Federal, para estabelecer nova espécie de proposição legislativa que veicule sugestões ou propostas relacionadas às políticas públicas. **Autoria:** Senador Jefferson Praia e outros. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 7, DE 2011-CCJ** “Em aditamento ao Requerimento nº 4/2011, solicito seja convidado o Exmo. Sr. Ministro Dias Toffoli, Presidente da Comissão de Reforma Eleitoral, para discutir o item 4 do requerimento, que diz respeito a ampliação da participação dos membros da Magistratura Federal nos Tribunais Regionais Eleitorais.” **Autoria:** Senador Aníbal Diniz. **Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 8, DE 2011-CCJ** “Nos termos do art. 93, inciso I, requeiro a realização de audiência pública a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2011, que ‘Autoriza a exploração de cassinos em Hotéis da Região Amazônica e do Pantanal.’ Para tanto solicito que sejam ouvidas as seguintes autoridades: Ministro do Turismo; Secretário da Receita Federal; Secretários de Turismo dos Estados abrangidos pelo Projeto; e Secretários de Fazenda dos Estados abrangidos pelo projeto; Representante do GNCOG; Representante do ENCLLA – MJ. Sem o prejuízo de outras que possam ser indicadas pelos nobres mem-

bro desta Comissão”. **Autoria:** Senadores Mozarildo Cavalcanti, Pedro Taques e Jorge Viana. **Resultado: Aprovado. 3) REQUERIMENTO Nº 9, DE 2011-CCJ** “Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, I, do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública destinada à instrução do Projeto de Lei do Senado nº 480, de 2009, de autoria do Senador Renato Casagrande, que cria normas de planejamento e controle dos gastos relativos à Copa do Mundo de 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016; para tanto, requeiro que sejam convidados a serem ouvidos: o Presidente do Tribunal de Contas da União, o Ministro de Estado dos Esportes, o Ministro Chefe da Controladoria Geral da União e o Presidente da Autoridade Pública Olímpica (Medida Provisória nº 503/2010)”. **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Resultado: Aprovado. 4) REQUERIMENTO Nº 10, DE 2011-CCJ** “Em aditamento ao Requerimento nº 3, de 2011-CCJ, de audiência pública destinada a discutir o papel informativo e educacional dos meios de comunicação social no combate ao narcotráfico e à disseminação de entorpecentes (especialmente o crack) no seio da infância e da juventude brasileira, requeiro, nos termos regimentais, a inclusão dos seguintes convidados: Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte – Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça; Alexandre Annenberg Netto – Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV Por Assinatura – ABTA.” **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Resultado: Aprovado. 5) REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011-CCJ** “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito da CCJ, duas audiências públicas, destinadas a discutir e propor a atualização e o aprimoramento da legislação comercial brasileira, tendo como expositores convidados as seguintes autoridades: Prof. Dr. Fábio Ulhôa Coelho, docente titular da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), autor de obras sobre direito de empresas, como o recente livro O futuro do Direito Comercial; Prof. Dr. João Geraldo Piquet Carneiro, advogado, ex-titular da Secretaria de Desburocratização do governo federal e atual presidente do Instituto ‘Hélio Beltrão’.” **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Resultado: Aprovado. 6) REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011-CCJ** “Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do requerimento de audiência pública para instrução do PLS 268/2002 – Ato Médico, para solicitar a inclusão do Presidente do Sindicato Nacional dos Optometristas, Ivan Rogério Freitas Sciessere.” **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presiden-

te (Senador Eunício Oliveira) declara encerrada a presente reunião às treze horas e um minuto, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, distribuída aos Srs. Senadores.

Em votação a Ata.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada a Ata da reunião anterior.

Em cumprimento ao artigo 89, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, faço conhecer o recebimento das seguintes correspondências, bem como o expediente que lhes foi conferido: Ofício nº 1.747/2010, SGM, da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, com sugestões sobre a gravação para os tipos de furto, roubo e demais crimes contra o patrimônio quando se tratarem de condutas lesivas ao patrimônio cultural do País. Expediente encaminhado em resposta à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Ofício nº 19/2011, da Presidência da CCJ, de 28 de março de 2011, informando tramitar na Câmara dos Deputados como Casa revisora o PL nº 7.101/2006, em conjunto com o PL nº 2.694/2003 e PL nº 2.378/2003, que teve origem no Senado Federal e versa sobre a matéria sugerida. Fax do cidadão José Edmilson Batista pugnando pela elaboração da lei de defesa do usuário dos serviços públicos, a fim de regulamentar o artigo 37, § 3º, da Constituição Federal. Expediente encaminhado em resposta ao cidadão, Ofício nº 20/2011, da Presidência da CCJ, de 28 de março de 2011, informa tramitar na Câmara dos Deputados como Casa revisora o PL nº 6.953/2002, que teve origem no Senado Federal e versa sobre a matéria sugerida. Correspondência do cidadão Plínio Max Moreira da Rocha com sugestões de proposta de emenda à Constituição referentes ao quinto constitucional. Expediente encaminhado em resposta ao cidadão, Ofício 22/2011, da Presidência desta CCJ, de 31 de março de 2011, informa acerca da tramitação em conjunto na Câmara dos Deputados das PECs nºs

262/2008, 290/2008 e 462/2010, as quais têm como teor as matérias por ele sugeridas e que, posteriormente, se aprovadas na referida Casa, serão analisadas pelo Senado Federal e por esta Comissão.

Comunicação: comunico que foi encaminhado o Ofício nº 21/2011, da Presidência da CCJ, em atendimento a requerimento do nobre Senador Pedro Taques enviado ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney.

Atendendo à solicitação de V. Exª, Senador Pedro Taques, foi encaminhado ao Presidente do Senado, Senador José Sarney, as notas taquigráficas daquela reunião com o registro do debate realizado aqui neste plenário na sexta reunião ordinária desta Comissão sobre a apreciação de vetos presidenciais pelo Congresso Nacional e suas conseqüências. Inclusive pedi à assessoria desta Comissão que preparasse o material para ser disponibilizado e para que V. Exª possa interceder junto ao plenário do Senado Federal sobre esta questão que considero muito importante.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Oportuna a abordagem de V. Exª ao questionamento feito pelo nobre Senador Pedro Taques.

Ontem na reunião de Líderes essa matéria foi discutida e houve uma decisão, por unanimidade dos Srs. Líderes. O Presidente da Casa vai procurar o Presidente da Câmara para estabelecer as agendas de votação dos vetos. Há cerca de mil vetos. São vetos consensuais porque são vetos à LDO e vetos a leis orçamentárias, inclusive mais de mil deles, se não me engano, já perderam oportunidade de qualquer questionamento. De sorte que o Senado e a Câmara vão fazer essas sessões. A primeira deverá limpar completamente a pauta e, creio, a partir daí haverá, no mínimo, uma sessão por mês até que nós consigamos regularizar a questão dos vetos.

É oportuna a abordagem de V. Exª.

Parabéns ao Senador Pedro Taques.

O encaminhamento da questão foi feito em decorrência da provocação havida aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ontem numa reunião com o Presidente Sarney, eu abordei o tema por ter a responsabilidade de presidir esta Comissão que, como disse o Senador Pedro Taques, é a guardiã da Constituição Federal, da nossa Carta Maior.

Por isso encaminhei a matéria ao Presidente Sarney. Além de fazer o encaminhamento formal, alertei o Presidente Sarney. Aproveito a presença da Vice-Presidente do Senador Federal, Senadora Marta Suplicy, para que tome de ofício, por debate deste Plenário, a informação do requerimento feito por V. Ex^a.

Item nº 1: Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2010. Não terminativo. I – Modifica as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993; nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; nº 8.429, de 2 de junho de 1992; e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para disciplinar a obrigatoriedade de manifestação e os efeitos da participação dos órgãos consultivos da advocacia pública em processos administrativos.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

Relatoria: Senador Alvaro Dias.

O relatório, que já foi lido, é favorável com duas emendas que apresenta.

No dia 16 de março de 2011 foi concedida vista ao Senador Lindbergh Farias, nos termos regimentais, que ofereceu voto em separado contrário à matéria.

Antes de passar a palavra ao nobre Senador, bravo representante do Rio de Janeiro, Lindbergh Farias, convido a Deputada Miriam Sobreira, que nos honra representando a Assembléia legislativa do Ceará, para tomar assento em nosso plenário.

Concedo a palavra ao Senador Lindbergh Farias para proferir o voto em separado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, a minha assessoria preparou um voto em separado, que está nas mãos das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, mas vou economizar; em vez de ler esse voto em separado, vou tentar explicar sinteticamente por que sou contra esse projeto.

Primeiro quero dizer que a intenção é muito boa. O projeto surge de um pleito da advocacia pública, cujo fortalecimento todos nós queremos, mas é preciso dizer que, em relação à transparência, à lisura do processo, na verdade, pouco se acrescenta. Os problemas de licitação são ligados a direcionamento de objetos, atuação de cartéis, a apresentação de propostas inexequíveis e por aí vai.

O que diz o projeto, o centro do projeto? Hoje na Lei 8.666 consta o seguinte:

“Art. 38

Parágrafo único – As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes, devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da administração”.

Na verdade, há uma modificação desse artigo, sendo que, em vez de “assessoria jurídica da administração”

Nesse ponto, passa, previamente examinadas e aprovadas, no âmbito de cada esfera de poder, pelos núcleos consultivos dos seus órgãos superiores de assessoramento jurídico.

O que vai acontecer aqui é uma burocratização do processo. As diversas secretarias lá da Prefeitura conduzem o seu processo de licitação.

Pelo que está aqui, no projeto, ela teria que passar pela Procuradoria Geral. Eu falo... Nós vamos ter em cada... Fico pensando, nos governos estaduais, como seria esse procedimento. Na nossa visão...

A Senadora Marta Suplicy pede um aparte.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/ PT – SP) – Um aparte, Senador Lindbergh.

Concordo plenamente com sua exposição. Como ex-Prefeita de São Paulo, isso inviabilizaria um governo. É totalmente improcedente. Seria, além da burocracia existente, do gasto existente, da energia perdida, seria a paralisação de qualquer governo.

Concordo plenamente com a sua observação, com sua experiência, que combina e é muito semelhante ao que eu imagino que aconteceria na administração de uma cidade como a cidade de São Paulo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy. Agradeço o aparte.

O Senador Alvaro Dias foi o relator desse projeto, com a melhor das intenções, mas não tenho nada a acrescentar. Volto a dizer: em relação à transparência, à lisura do processo, você fazer descentralizado ou centralizar na Procuradoria, não é por aí que nós vamos inibir a existência de delito.

Eu chamo a atenção para outro detalhe. Aqui pode haver – o Senador Demóstenes e o Senador Pedro Taques são nossos professores aqui –, talvez, uma implicação na discussão sobre responsabilização dos agentes públicos. Um prefeito ou um governador sempre responde de forma subsidiária por um ato realizado pelo secretário por um processo lá.

Ao passar pela Procuradoria Geral, eu acho que é uma modificação na discussão também sobre responsabilidade dos agentes públicos.

Tem outro ponto, o art. 2º, que fala o seguinte: quem deixar de submeter essa apreciação a esses órgãos jurídicos centralizados tem uma pena de três a cinco anos.

Eu acho exagerado. O que eu acho, sinceramente – concluo aqui minha fala, sem querer me alongar –, quero dizer que nós poderíamos chamar de tese do fortalecimento das carreiras da advocacia pública. Eu

sou completamente favorável. Nós poderíamos chamar as entidades que representam, chamar a OAB, para discutir aqui como esta Casa, como esta Comissão pode encaminhar alguns projetos no sentido de fortalecer as carreiras da advocacia pública.

Dessa forma, ao invés de ajudar, acho que pode prejudicar, burocratizar os processos de licitação.

Era isto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, para suas considerações.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB –PR) – Muito obrigado.

Primeiramente, quero reafirmar que o projeto é de autoria da Ordem dos Advogados do Brasil e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Não vejo como objeto principal no projeto a valorização da advocacia pública. Esse não é o objetivo. O objetivo é impor um rigor maior no controle da legalidade dos atos administrativos, evitando o risco da improbidade administrativa, que tem sido reincidente no Brasil.

Aliás, o que anima a apresentação de um projeto dessa natureza, certamente, é ver o Brasil transformado no paraíso do superfaturamento de obras. Nunca se viu tanto superfaturamento na história deste País. Transformou-se num fenômeno nacional o superfaturamento de obras. É rotina, é regra, não é mais exceção. E nós acompanhamos, desde os últimos anos, no atual Governo, um esforço no sentido de limitar a capacidade de fiscalizar do Tribunal de Contas da União.

Nós estamos exatamente verificando a existência de duas correntes. E eu não quero, de forma alguma, afirmar que aqueles que estão contrários a este projeto estão defendendo a tese que vou expor agora. Mas a tese existe. Há uma tese, advogada por executivos, de que a burocracia excessiva é responsável pela incompetência da gestão. Eu não vejo assim. Eu fui Governador, é evidente que há burocracia, é inegável. A burocracia existe, mas é possível superá-la com competência e com eficiência. Eu não vejo como possa ser prejuízo para o Município, para o Estado e para o País acrescentar mais um cuidado na apreciação de atos administrativos, convocando mais um órgão especializado a opinar.

Eu confesso que a grande angústia que eu vivia como chefe de Executivo era exatamente a angústia de ter a certeza de que estava autorizando um ato absolutamente lícito, sem risco de estar convalidando

uma improbidade administrativa da qual eu não gostaria de participar.

O projeto oferece maior segurança para o Governante correto. Não há dúvida de que pode demorar um pouquinho mais – mas só um pouquinho mais. Basta que o chefe do Executivo seja realmente apto a exercer função executiva. E que tenha a competência da cobrança, a competência da exigência da agilidade.

Eu confesso que não vejo razões para se rejeitar esta proposta. Imagino até que ela será rejeitada, mas não vejo razões para a sua rejeição. Ela pretende submeter um ato administrativo à apreciação de mais uma instância, num País envolvido pela corrupção; num País em que todos os anos somos obrigados a lamentar uma posição de destaque entre os países mais corruptos; num País que é colocado anualmente, pela organização não governamental Transparência Internacional, com sede na Alemanha, no *ranking* dos países mais corruptos do mundo; num País em que grandes conglomerados internacionais deixam de investir nele porque optam por realizar seus investimentos em outros onde os índices de corrupção são menores – e nós desperdiçamos oportunidades de emprego, de receita pública, de renda, de desenvolvimento; e essa ONG afirma, com a respeitabilidade internacional que possui, que, se o Brasil tivesse os mesmos índices de corrupção da Dinamarca, teríamos uma renda *per capita* 70% maior do que temos hoje. Diante de tudo, não há por que rejeitar uma proposta que, além disso, vem com o aval da Ordem dos Advogados do Brasil e de duas comissões temáticas desta Casa.

Sobretudo, defendo a proposta, apesar de respeitar as opiniões divergentes. Não vejo aqui ninguém com má-fé, não vejo aqui ninguém com nenhuma postura de desonestidade – faço questão de ressaltar esse ponto, Senador Lindbergh, Senadora Marta Suplicy -, respeito a posição que cada um aqui expõe, porque certamente defende a posição com o objetivo de aprimorar procedimentos administrativos e dar celeridade. Isso porque há também outra angústia no País: decisão adotada, execução retardada; anúncio às vezes até espetaculoso e, depois, desastre na execução. Nada acontece, ficamos no anúncio. Eu compartilho também dessa angústia do que acha que devemos compatibilizar. Mas as duas angústias podem se eliminadas: de um lado, com maior eficiência, com maior competência, com maior acuidade; de outro lado, certamente com os cuidados que devem ser adotados para reduzir os índices de corrupção no nosso País.

E a convocação da advocacia pública, neste caso, pode ser célere e eu não estou também dissertando sobre os dispositivos do projeto como fez o Senador Lindberg Farias, porque já discutimos isso na última

reunião. Mas a tese é essa Sr. Presidente e Srs e 'Sr^{as}. Senadoras. É o desejo que todos nós devemos alimentar de vermos o País sair desse estágio de corrupção reconhecida e proclamada internacionalmente para um estágio de moralização da administração pública onde os recursos públicos sejam aplicados com maior correção. Faço sempre uma afirmativa, e isso não dirijo a nenhum dos governantes. Sei que é possível fazer três vezes mais o que se faz no Brasil em matéria de obra pública se adotarmos o procedimento de correção, de lisura, aplicação correta dos recursos públicos, levando sempre em conta a relação custo/benefício do gasto realizado. Não tenho nenhuma dúvida sobre isso. Acho que tenho que expor a minha convicção. Por isso defendo esse projeto e certamente mesmo que ficasse isolado com esse parecer eu mantenho exatamente com esse sentido, com esse objetivo. Não posso ver a burocracia como um pretexto para a ineficiência na administração. Não posso aceitar a burocracia como um pretexto para a incompetência e também não posso blindar a corrupção a pretexto de que adotando mecanismo de maior rigor vamos burocratizar mais e tornar a administração pública ainda mais incompetência. Esta é a nossa posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB-CE) – .Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel do meu querido Ceará..

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT-CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores.

Quero começar registrando que se o projeto tratasse dessa matéria em que o nobre relator aqui faz referência eu votaria com ele tranquilamente. Lamentavelmente, o projeto não diz nada sobre o que ele expôs. Não trata do paraíso do superfaturamento. Nós sabemos que temos 4 grandes problemas nas licitações brasileiras e esse projeto não trata de nenhum deles. A primeira delas é exatamente o direcionamento da licitação. Temos problemas aqui. Todos os governos, todos os partidos políticos já tentaram frear esse processo mas ainda não conseguimos ter o remédio jurídico suficiente para por fim a essa prática. A segunda questão é a combinação de preços pelos fornecedores. Temos feito muitas ações para combater a combinação de preços e o mais avançado de todos foi o pregão eletrônico. Este tem sido o principal instrumento para fazer frente à combinação de preços pelos fornecedores. Esse projeto não trata disso.

Outra coisa é a concorrência do superfaturamento dos contratos. Este assunto também não é tratado. Esse projeto trata simplesmente de analisar o teor do edital de licitação. Esse teor do edital de licitação que hoje é analisado pelas consultorias jurídicas sairia das

consultorias jurídicas de cada órgão específico e iria para essa estrutura a que o projeto se propõe. Portanto, os graves problemas de corrupção que hoje existem, ainda, ele não trata disso. É bom que esses fatos sejam registrados para que depois determinados parlamentares dêem entrevista dizendo que parte da base do governo, ou aqueles que têm esse compromisso estejam comungando com a perpetuação, a continuidade da corrupção porque o projeto não trata dessas matérias, não trata do superfaturamento de obra. O projeto trata, exclusivamente, de uma análise prévia do edital de licitação que já é feito pelas consultorias. Isso é o que trata o edital e os problemas não estão ali. Ao fazer isso, estamos inviabilizando as compras governamentais das micro e pequenas empresas que é regulamentado pela Lei Complementar 123 de 2006, aprovada, por unanimidade, neste Senado e, por ampla maioria, na Câmara dos Deputados.

Esse instrumento permitiu que os micro e pequenos, por meio do processo do pregão eletrônico, passassem de 2,5 bilhões de compras, em 2003, para 15,5 bilhões de compras em 2010.

E esse setor da micro e pequena empresa, quando você abre a geração de empregos, dos 2,5 milhões de empregos gerados em 2010, 50% deles são nas empresas que têm até quatro funcionários. E um dos grandes setores que levou a esse crescimento foi exatamente o das cúpulas governamentais, em que os 5564 Municípios estão se preparando, em que os 26 governos estaduais e o Distrito Federal já se prepararam, e o Governo Federal também se preparou.

Portanto, nobre Relator, se quiséssemos efetivamente atender a tudo o que o senhor levanta no discurso, não é o conteúdo desse projeto de lei. Esse projeto de lei não trata dessa matéria. Essa é uma preocupação de toda a sociedade brasileira. E um dos instrumentos que nós construímos coletivamente, aprovado no Congresso Nacional, foi a Lei Complementar nº 123, que trouxe mudanças profundas nas licitações para esse setor. E o resultado é objetivo, é concreto na redução dos custos e na combinação prévia de preços, que, aí, sim, nós temos problemas. Mas, lamentavelmente, esse projeto não trata disso. Nós precisamos aprimorar essas regras, precisamos da ajuda da Ordem dos Advogados do Brasil, dos tribunais de contas e de todos os setores que atuam nesses segmentos para fecharmos essas comportas.

Sou um daqueles que entendem que esse projeto de lei acaba com o pregão eletrônico, com a forma como ele está sendo feito, porque lá tem a inversão de fases; e, aqui, iria se sobrepor o formal ao efetivo preço ofertado. Isso porque, no pregão eletrônico, você tem uma inversão: primeiro, você analisa a do-

cumentação formal; depois, abre para ver os preços, e a partir daí é que você vê o restante da habilitação da própria empresa. Portanto, burocratiza, não resolve o problema e inviabiliza o que temos de bom, que é o pregão eletrônico.

Portanto, Sr. Presidente, voto contra o projeto, porque ele não traz as inovações de que o Brasil necessita.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, acho que, depois, eu esclareço as questões colocadas pelos Senadores, como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há Senadores inscritos para fazer o debate, e V. Ex^a poderá também, como Relator, no momento oportuno, interceder.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O.k.!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique, pela inscrição. S. Ex^a está inscrito.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, se me fosse permitido apenas esclarecer um ponto da exposição, antes do próximo orador... Mas, se V. Ex^a preferir, ao final...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como Relator, V. Ex^a tem a palavra. Agora, vamos ouvir um pouco o debate...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – É apenas para dizer o seguinte: eu não considero esse projeto um tratado contra a corrupção. Não foi isso que eu disse. Ele é específico, ele é pontual. Ele apenas impõe mais um mecanismo de controle, com mais uma opinião jurídica, um parecer jurídico, a respeito do ato que se praticará. Ou seja, é preventivo. Portanto, eu não quis dizer aqui que é um tratado contra a corrupção. Eu estaria exigindo muito pouco pelo mal que há no Brasil em matéria de corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O.k.! Está esclarecido o relatório de V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou focar na questão da “burocratização”. Não vou falar em burocratização, vou falar em “burrocratização”. Na verdade, esse projeto cria um *bis in idem*, e a experiência de governador durante oito anos me permite dizer isso. Todo processo elaborativo das licitações é feito com base em uma assessoria jurídica de que dispõe o governo, não apenas no órgão mais específico das contratações, que é a Secretaria da Administração, como também em cada órgão de assessoramento governamental.

O Ministro Pimentel abordou uma face importante da evolução desse processo, que é o pregão eletrônico.

E o pregão eletrônico, associado ao leilão presencial, tem permitido uma redução fantástica no preço da contratação de obras e de serviços.

Por outro lado, quero assinalar que o Tribunal de Contas faz o exame prévio das licitações. Esse exame que é proposto no projeto já é feito pelo Tribunal de Contas do Estado, o que é importante como mecanismo de contenção de irregularidades mas tem sido, também, em muitos casos, resultante da demora no processo de execução das obras, das ações, da contratação de serviço.

Por essa razão, respeitando a opinião do nobre Relator Senador Alvaro Dias e os propósitos nobres que foram por S. Ex^a enunciados, votarei contra o projeto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo orador inscrito é o Senador Demóstenes Torres, a quem concedo a palavra, depois o Senador Pedro Taques, depois o Senador Aloysio Nunes, e depois V. Ex^a, Senador Valadares.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, vou reiterar o que disse anteriormente. Acho que é uma tentativa única e exclusiva de valorizar a Advocacia Pública de uma maneira indevida. Constrange o administrador público, isso é remetido para o Tribunal de Contas. Qual ato da administração pública que não é remetido para a análise do Tribunal de Contas. E mais, há alguns dispositivos, por exemplo, em que um governador se deixar de atender a um parecer de um procurador, corre o risco, se não comunicar ao Tribunal de Contas, de ser punido com pena de prisão. E se o corrupto for o advogado? Se o advogado tentar induzir o governador ao erro, porque é possível, não é verdade?

Talvez seja até mais fácil cooptar alguém mais próximo do solo do que ali em cima. Então, o que vejo nesse aspecto, sinceramente, divergindo quanto às proposições específicas, não contra o discurso do Senador Alvaro Dias, que acho que é corretíssimo. Nós temos aí uma série de projetos que torna hediondo o crime de corrupção, que impede a concessão de liberdade provisória sem fiança para o corrupto, já aprovado aqui. A fiança é no valor do bem, do proveito criminoso. Então, se um guarda de trânsito tomou R\$50,00, a fiança é de R\$50,00; se for um grande corrupto, um banqueiro como apareceu por aí, deu um prejuízo de um bilhão, será de um bilhão a fiança.

Então, quer dizer, há uma série de mecanismos aí, a indisponibilidade de bens, a busca de bens com terceiros, porque muitas vezes o corrupto esconde o bem em nome de outro. Então, há uma série de medidas que já aprovamos na legislatura passada; podemos revigorar agora para combater de forma mais eficiente a corrupção.

De forma que, pedindo vênua ao nosso querido Alvaro Dias, a quem respeitamos e seguimos; estamos juntos em quase 100% das questões, mas, infelizmente, nesse caso, não tenho como acompanhá-lo, porque vejo que a intenção é muito boa, mas, na realidade, é uma supervalorização da carreira da advocacia pública e nós somos insuspeitos aqui, porque tudo o que vem em favor da Advocacia Pública – está aqui o Senador Valadares que é um defensor quase que um defensor público, um advogado público – quantas vezes nós não trabalhamos nessa direção de fortalecer essa carreira. Mas acho que aqui é absolutamente desarrazoado.

Então, peço vênua para acompanhar o voto do Senador Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, penso que aqui nós temos dois temas que estão sendo discutidos. O primeiro é a luta contra a corrupção. Vejo, Senador Alvaro, que todos temos de nos empenhar nessa luta. Vejo que não é um tratado contra a corrupção que vai resolver. Nós precisamos de uma biblioteca inteira contra a corrupção, porque a roubalheira é muito grande, e nós todos sabemos. Com todo respeito à fala de V. Ex^a, à qual eu também me associo nesse combate, nessa luta contra a corrupção no Brasil, esse projeto não muda essa realidade. Esse é o primeiro ponto que deve ser ressaltado.

O segundo ponto é a necessidade de nós valorizarmos a advocacia pública. Eu tive a honra de, durante três anos, ter sido Procurador do Estado de São Paulo, à época em que o atual Vice-Presidente da República era o Procurador-Geral do Estado de São Paulo. E uma das primeiras falas de S. Ex^a lá, nos cursos de introdução, era no sentido de que o Procurador do Estádio estava ali para defender o interesse primário da sociedade, para defender o Estado, não o governo. O governo é temporal; o Estado é espacial, o Estado não tem tempo.

Muito bem; a advocacia pública deve, sim, ser valorizada por todos nós. Agora, este projeto, como ele se encontra, penso que vá burocratizar o sistema. A burocracia tem várias causas, uma delas é a incompetência, no que concordo inteiramente com V. Ex^a; mas,

além de várias causas, a burocracia também tem consequências, e uma das consequências da burocracia é nós criamos a venda da dificuldade para se comprar a facilidade – aumento da corrupção. Não estou aqui a afirmar que seria o caso desse projeto, porque nós todos conhecemos os advogados públicos, sem querer generalizar, porque qualquer generalização não é democrática.

Muito bem; este projeto cria tipos penais, o que vai naquela linha que se denomina inflação legislativa penal. Qualquer coisa nós vamos nos socorrer do Direito Penal. O Direito Penal não serve para isso; o Direito Penal é o último soldado que deve ser utilizado. Nós vamos, aqui, também com esse projeto, retirar do administrador aquele espaço de discricionariedade que ele tem, tendo em conta a oportunidade e a conveniência política, que, na Administração, notadamente no Poder Executivo – e aqui nós temos ex-governadores, ex-prefeitos – isso ocorre.

E, para finalizar, Sr. Presidente, este projeto está batendo na mesma tecla, pois já existem, dentro da Administração Pública, servidores que fazem isso. E nós estamos criando um novo instrumento legislativo para reger a mesma realidade que já existe. Por isso eu acompanho o Senador Alvaro Dias na defesa que ele fez da necessidade da luta contra a corrupção, mas não é este projeto que ira fazer com que nós tenhamos um país menos corrupto.

Dessa feita, eu acompanho o Senador Lindbergh Farias em seu voto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, na minha opinião, esse projeto não aumenta a burocracia se levarmos em conta a emenda proposta pelo Senador Alvaro Dias em seu parecer.

Vejam os senhores: a Lei de Licitações, a Lei nº 8.666, na sua redação atual, já exige o exame prévio, obrigatório portanto, das minutas de editais de licitações, contratos e congêneres pela assessoria jurídica da administração. Essa é a expressão da lei atual. Qualquer contrato, qualquer minuta de edital de licitação tem que ser examinado pela consultoria jurídica. Não é novidade nenhuma; isso se faz rotineiramente.

É a lei em vigor das licitações. O que o projeto de lei relatado pelo Senador Alvaro Dias faz, em primeiro lugar, na forma da sua emenda, é determinar que essa assessoria jurídica da administração, expressão genérica utilizada na Lei das Licitações, seja substituída

pela “advocacia pública”, ou seja, pelas procuradorias e, no caso do Governo Federal, pela Advocacia-Geral da União.

Única dificuldade que vejo na redação proposta pelo Senador Alvaro Dias é em relação aos Municípios que não têm uma advocacia pública organizada. É perfeitamente possível corrigir esse problema, acrescentando-se, se o Relator assim concordar, “onde ela estiver organizada”. Ou seja, nos Municípios onde não haja procuradoria municipal, advocacia pública do Município, continua valendo o parecer obrigatório do órgão jurídico da administração.

O Senador Alvaro Dias suprime, na sua emenda, essa expressão que eu considero infeliz da submissão a um órgão superior, ao “núcleo superior da assessoria jurídica de cada nível da administração pública”. Isso realmente poderia trazer como consequência criar mais instância de exame prévio. A emenda do Senador Alvaro Dias corrige esse problema se S. Ex^a concordar com a expressão “onde existir Procuradoria Municipal”.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – É uma emenda apenas... onde existir.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Considero também pertinentes as observações dos colegas que consideram inconvenientes introduzirmos mais tipos penais. O Código Penal, no seu capítulo Crimes contra a Administração, já prevê a punição de destruição de documentos que é objeto de um dos artigos do projeto de lei. Então, eu suprimiria os dois tipos penais que são incluídos no projeto de lei.

Agora, o que o projeto de lei traz de novidade efetiva é obrigar o administrador que tomar uma decisão em desacordo com o parecer jurídico a comunicar a sua decisão ao Tribunal de Contas e fundamentá-la. Simplesmente confere mais força ao parecer jurídico. O administrador não é vinculado a esse parecer. O seu ato não deve seguir necessariamente, obrigatoriamente a orientação da Procuradoria. Ele mantém o seu poder descricionário, apenas é obrigado a fundamentá-lo e, no caso em que isso ocorrer, comunicar o Tribunal de Contas: estou tomando essa decisão em desacordo com o parecer jurídico da minha procuradoria ou da minha assessoria jurídica por tais e tais razões. Comunicar o Tribunal de Contas. É isso que o projeto faz.

Então, eu creio que, se tirarmos, excluirmos do projeto, os tipos penais, também sou contra a proliferação de tipos penais em legislações que saiam do molde do Código Penal, e acrescentarmos essa flexibilidade para permitir que os Municípios que não tenham procuradoria própria, advocacia pública própria organizada possam levar a cabo os seus processos de administração, creio que não haverá nenhum in-

conveniente. Creio que as objeções levantadas pelos Senadores não teriam mais razão de ser.

Pediria que o Relator Alvaro Dias meditasse sobre essas sugestões e que os colegas também meditassem. Trata-se de dar mais valor ao parecer e fortalecer a atuação das procuradorias, da advocacia pública onde elas estão organizadas.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a quer fazer alguma consideração como Relator?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas para afirmar que obviamente não sei se isso altera a posição de cada Senador, as sugestões apresentadas pelo Senador Aloysio Nunes, mas elas são perfeitas e certamente aprimoram o projeto na linha de oferecer maior segurança jurídica a um ato do gestor público e exigir dele também um cuidado maior.

Eu acolheria as sugestões, acrescentando no parágrafo único “onde houver” e, no art. 2º, excluindo os arts. 93-A e 93-B, em atendimento ao Senador Taques e também ao Senador Aloysio, relativamente à criação de mais penalidades. Haveria a pena de três a cinco anos nos dois casos. Excluiríamos isso do relatório final, mas, primeiramente, é preciso ouvir a posição dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havendo mais...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Desculpe-me, Senador Valadares.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A matéria já foi amplamente discutida. Quero apenas dizer o seguinte: quando nós, o Poder Público, fazemos uma licitação, o que queremos é que a obra ou produto que será adquirido tenha bom preço e que seja levada em consideração a qualidade do produto e da obra. Este é o objetivo primordial da licitação: baratear os preços e conseguir boa qualidade na realização dos objetivos da administração pública.

No que diz respeito a esse projeto, há uma emenda do nobre Relator, que, efetivamente, sendo administrador e parlamentar, tem preocupação com a corrupção, com a fraude e com a indecência na realização de licitações na gestão administrativa, que diz que todos os editais passarão pelos membros da carreira da Advocacia Pública Federal dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Sem dúvida, isso vai contribuir para o aumento da burocracia. S. Ex^a, como tinha razão, disse que o Brasil estava entre os primeiros em corrupção. O Brasil também é o segundo em burocracia no mundo. Reclamam as empresas, reclamam as

microempresas, as pequenas empresas, da burocracia existente até para se criar, ainda hoje, apesar da facilidade que veio com a Lei Geral da Microempresa, para se montar um pequeno empreendimento.

Suponhamos o caso de um Ministério querer fazer uma obra do PAC. A licitação seria apreciada, em primeiro lugar, pela AGU.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – São membros das carreiras da Advocacia Pública Federal dos Estados. Está aqui: “As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, (...) devem ser previamente examinadas e aprovadas no âmbito de cada esfera de poder pelos membros de carreira da Advocacia Pública Federal”.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu gostaria de ouvi-lo, até para que seja feito um esclarecimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Hoje, a Lei nº 8.666 já exige o parecer jurídico das consultorias jurídicas de cada órgão da administração pública.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Corretamente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não há exigência de um parecer novo. Há a exigência de um parecer jurídico. O projeto propõe apenas que esse parecer jurídico, em vez de ser, como frequentemente ocorre, exarado por uma consultoria *ad hoc*, seja exarado pela Procuradoria, no caso dos Estados e dos Municípios, ou pelos membros da AGU, no caso da União.

Isso não acrescenta nenhuma etapa nova, apenas muda o personagem: sai o consultor jurídico *ad hoc* e entra o advogado público no mesmo processo. Não é uma etapa nova que se acrescenta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, muda de direção, vamos dizer. Os advogados...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Qualifica o responsável pelo parecer.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Exatamente, mas precisaria da AGU.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Nesse caso sim.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela emenda de V. Ex^a não vai haver um acúmulo de trabalho, de atividade da AGU, que já tem a atividade específica de fazer a fiscalização, de

defender o Governo perante o Supremo Tribunal Federal? Não haverá um acúmulo de trabalho?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – A virtude da ideia está na valorização dos profissionais qualificados que são submetidos a concurso público. Neste caso são profissionais que passaram por concurso público, que possuem mérito para o exercício da atividade. Portanto, é um avanço.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Na administração de cada órgão existem funcionários, existem advogados que participaram de concurso público que dão pareceres.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Exato. Nesse caso sim, mas há casos em que o governante pode optar por comissionados para oferecer o parecer.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O fato é que a administração pública no Brasil tem sido condenada não só pela ocorrência de atos de corrupção como também pela demora na realização das obras e serviços. A própria Ministra Miriam Belchior, do Planejamento, vem com a ideia, que eu considero razoável, de alterar a sistemática da Lei de Licitações, a 8.666, de 1993, dizendo que, em vez de a licitação exigir em primeiro lugar a análise da documentação, que se leve em conta em primeiro lugar a análise das propostas. As empresas que participam da licitação apresentam uma documentação e tudo isso vai bater na Justiça, atrasando sensivelmente a realização daquilo que é o principal, a análise das propostas. Aquelas empresas cujos preços são exorbitantes, que estão fora do contexto do edital, serão suprimidas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – V. Ex^a me permite?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Logo darei o aparte a V. Ex^a.

A documentação será analisada posteriormente à daquelas empresas que ganharam a licitação. Havendo a inversão – não estou falando do caso do pregão, porque isso já existe.

Agradeço a V. Ex^a.

O Senador Aloysio Nunes em primeiro lugar, depois o Senador Demóstenes Torres.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Senador Valadares, V. Ex^a, segundo é propalado pela crônica política, será Ministro em breve. Então, V. Ex^a verá que em todos os Ministérios...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Notícia boa não se desmente, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Estou sendo nomeado pela Oposição.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/ DEM – GO) – Pois é.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não é uma tentativa...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/ PSB – SE) – O Governo ainda não se pronunciou, mas a Oposição já. É um bom sinal.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – Pelos seus méritos. Espero que isso não prejudique a indicação de V. Ex^a.

V. Ex^a verá que a Advocacia Geral da União está presente em todos os Ministérios. Isso não implica a necessidade de contratar mais funcionários para a AGU, mais advogados para a AGU. Ela já está presente. Isso em primeiro lugar, em segundo lugar, na hipótese da inversão de fase do processo de licitação, que já é praticado em São Paulo, de qualquer maneira já existe necessidade de um edital para a abertura da licitação. E sobre esse edital é que se exige um pronunciamento, um parecer jurídico da advocacia pública da esfera do Governo que promove o edital, onde houver, porque evidentemente não se pode pedir ao pequeno Município que organize a sua Procuradoria. Os pequenos Municípios contratam seus advogados mediante concurso público, enfim, como é exigência da Constituição. Não há um acréscimo de serviço para a AGU e nem a presença, a exigência do parecer jurídico, que já consta hoje da Lei nº 8.666, interfere, dificulta a adoção do procedimento de inversão das fases na licitação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Bom, eu respeito V. Ex^a, sem dúvida alguma, que foi administrador em São Paulo, agora, claro que a carga de burocracia vai aumentar, e a prática demonstraria isso.

Concedo a...

O Senador Demóstenes pediu um aparte.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só para encerrar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/ PSB – SE) – Para encerrar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Primeiro, parabenizar pelo aniversário, para que V. Ex^a tenha longa vida. Se for Ministro, longa vida maior ainda.

Mas o Senador Aloysio Nunes, com seu brilhantismo, salva o projeto porque coloca “onde houver”. Mas, ao mesmo tempo, mostra que ele é desnecessário. Por quê? Onde houver continua do mesmo jeito. Onde tem, faz; onde não tem, não faz.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Era exatamente o que eu comentava com o Senador Taques.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não, não, é diferente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – Permita-me um esclarecimento.

Esse projeto evita uma prática que ocorre aqui ou ali, que é a contratação, pelo administrador, de advogados nomeados em comissão em cargo de confiança para elaborar parecer jurídico sob a orientação e de encomenda para interesse do administrador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perfeito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – Então, quando houver advocacia pública, essa prática fica vedada. É obrigado a passar pela advocacia pública.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sim.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas talvez não fosse o caso...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – No caso da Prefeitura de São Paulo...

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas não poderia... Existe isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – Os Estados têm Procuradoria, a União tem a AGU.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Aloysio, existe isso de nomear uma comissão para dar parecer que interesse ao Executivo. Então, é mais fácil fazer um parecer proibindo esse tipo de coisa. Mais fácil é fazer um projeto proibindo esse tipo de atitude.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – Mas é isso que se faz.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, eu acho que é muito mais complicado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – É isso que se faz. E mais...

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Onde você já é administrador existem os instrumentos para coibir. Enquanto isso não ocorre, há uma falha. Mas não é uma falha só burocrática. É outro tipo de falha que foi mencionada aqui. Agora, nos municípios pequenos é inócuo porque eles não vão ter e nos municípios grandes isso já existe. O que nós estaríamos acrescentando seria simplesmente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Pela ordem, pede a palavra o Senador Armando Monteiro, com o devido respeito ao Senador Aloysio Nunes.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PB) – Eu queria fazer uma ponderação. Nós já tivemos um debate, aqui, muito rico, e eu queria me congratular com

todos os companheiros, mas acho que nós já esgotamos o debate. Nós estamos há 45 minutos discutindo essa matéria. Acho que já temos elementos para definir a posição. Eu queria fazer essa ponderação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu só queria encaminhar, então, a forma...

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Relator, para suas considerações finais. Espero que sejam breves.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Serão breves.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já estamos há 45 minutos no debate do primeiro item da pauta.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Como eu não gosto de burocracia, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. ex^a ainda tem outro relatório a fazer.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Como eu não gosto de burocracia, não vou propor a retirada do projeto para apresentá-lo com nova forma, mas antecipo ao voto dos colegas que submeteria à votação, Sr. Presidente, com as alterações sugeridas. A alteração na redação do parágrafo único, estabelecendo “onde estiverem organizadas” e excluindo o art. 2º, que estabeleceu, em dois artigos, as punições já existentes no Código Penal. Por sugestão do Senador Pedro Taques, nós estamos retirando, então, esses dois artigos. Dessa forma, submeteríamos à apreciação dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras, afirmando, para concluir, que não considero que isso mude, por si só, a realidade, mas é uma modesta contribuição e qualificação da assessoria jurídica dos gestores públicos, já que há aqui uma exigência de que esses editais sejam previamente submetidos a profissionais qualificados que foram submetidos a concursos públicos, evitando o amadorismo que estamos acostumados a verificar em algumas administrações.

Portanto, Sr. Presidente, não é um tratado contra a corrupção, não é uma biblioteca contra a corrupção, mas é, enfim, mais um gesto, mais uma tentativa de impor rigor maior no controle das gestões públicas no País.

Esta é a nossa solicitação, Sr. Presidente: que seja submetido com essas alterações.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Com as devidas alterações propostas pelo Senador Alvaro Dias, vou colocar em votação o Projeto de Lei nº 218.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Alvaro dias permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado o parecer do nobre Senador Alvaro Dias, designo como relator do vencido o Senador Lindbergh Farias, que foi autor do voto em separado.

Senador Lindbergh, em deferência a V. Ex^a e ao Rio de Janeiro, V. Ex^a está nomeado, por esta Presidência, relator para a matéria.

Como a matéria já foi amplamente discutida, concedo a palavra a V. Ex^a, se quiser fazer uso dela, para depois colocar em votação novamente o vencido, o voto em separado de V. Ex^a.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Eu só queria, Sr. Presidente, dizer o seguinte: depois desta reunião, Senador Demóstenes, Senador Alvaro Dias, Senador Aloysio Nunes, Senadora Marta, Senador Pimentel, todos os Senadores aqui presentes, acho que seria bom fazermos uma discussão com a OAB.

Eu entendi a tentativa do Senador Aloysio Nunes de salvar o projeto. Ele contribuiu. Eu acho que só o “se houver” tiraria... Por isso que é outro projeto. O “se houver” tira uma coisa que é muito importante: você pode até inibir... O sentido do projeto é estimular que se constituam procuradorias, com seus planos de carreira. O “se houver” tira até isso.

Acho que o melhor caminho é tentar construir um novo projeto. Então, esse assunto não sai de pauta depois da votação, e a minha proposta aqui é que chamemos a OAB, voltemos a discutir o tema e apresentemos um projeto mais redondo, em cima da mesma questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Em votação o voto em separado do Senador Lindbergh Farias.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o voto em separado do Senador Lindbergh Farias, que passa a constituir o parecer da Comissão, a matéria vai ao Plenário.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Sr. Presidente, seria possível pedir uma inversão de pauta com relação ao Item 7?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – V. Ex^a pede, e a Presidência submete o pedido ao Plenário.

V. Ex^a quer a inversão de pauta de qual item?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ)
– Item 7.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Pedido de inversão de pauta. Nós teríamos agora o Item 2, que era o PLS nº 100/2010, Senador Demóstenes Torres, mas há um pedido de inversão de pauta feito pelo Senador Crivella, para que votemos o Item 7 da pauta.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com a inversão de pauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inversão de pauta. Portanto, vamos discutir o Item 7 da pauta.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR) – Sr. Presidente, eu peço a V. Ex^a que retire por hoje esse projeto do qual sou relator, porque devo comparecer a uma outra Comissão agora, onde estará presente a Ministra da Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – V. Ex^a solicita a retirada de pauta do PLS 114, Item 4 da pauta? (*Pausa.*)

Está retirado de pauta, a pedido do Sr. Relator.

ITEM 7 – Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, DE 2010

Altera o Código Penal para tipificar separadamente o estupro e o atentado violento ao pudor.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senador Demóstenes Torres.

Esse projeto tem votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, para proferir o relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM - GO) - Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, em 2009, aprovou-se a nova lei dos crimes sexuais, a Lei 2.015, e passou a ser tipificado, dentro do Código Penal, o crime contra a dignidade sexual.

Uma lei muito profunda, que alterou diversos tipos penais e passou a considerar estupro também o que se chama de atentado violento ao pudor. Relembrando: estupro, no Brasil, era só a conjunção carnal com mulher; outros atos libidinosos e conjunção anal, com homem ou com mulher, era considerada atentado violento ao pudor.

Muito bem; sempre se discutiu no Brasil se deveríamos utilizar a terminologia mundial – isso bem antes do Código Penal, quando houve uma discussão mundial muito séria e aprofundada sobre estupro – ou se manteríamos essa dicotomia: estupro para conjunção carnal com mulher, forçada naturalmente – conjunção vaginal –, e conjunção anal, em qualquer situação,

com homem ou com mulher, seria atentado violento ao pudor.

Muito bem; com a discussão que houve – uma discussão de quase uma década aqui no Congresso –, finalmente esse projeto veio para cá e eu acabei sendo designado relator dessa medida. O que é que eu fiz? Eu juntei os dois tipos penais – estupro e atentado violento ao pudor – na figura do estupro, como acontece no mundo todo. Ou seja: demos o direito ao homem de ser estuprado – não é verdade? –, reconhecendo que já era atentado violento ao pudor. E, a partir daí, surgiu uma controvérsia judicial dizendo que, na realidade, quando havia... Antigamente, não havia qualquer dúvida. Quando uma pessoa, na mesma relação, tinha uma conjunção vaginal forçada com uma mulher e, em seguida, uma relação anal forçada, a pessoa cometia dois crimes. Então, começou essa discussão. Ora, o Congresso Nacional abrandou, porque colocou, no mesmo tipo penal, estupro e atentado violento ao pudor. Portanto, a pessoa que recebia duas penas agora passa a receber uma pena só.

Eu comecei uma discussão – uma discussão doutrinária – mostrando que existem tipos de ações múltiplas, ou seja, crimes com ações múltiplas. Alguns crimes, em se perfazendo aquelas ações múltiplas, você é apenado com uma pena só. Em outros, você cometendo os dois núcleos do tipo, embora esteja no mesmo artigo, você soma as penas. Então, eu dizia o seguinte – até porque na doutrina isso é tranqüilo: nós não mudamos, nós colocamos os dois crimes dentro de um artigo só. Você pode somar as penas. É o que se chama de tipo misto cumulativo.

Mas, logo no início, o Poder Judiciário, especialmente o Poder Judiciário de primeiro grau, e o Ministério Público ficaram muito intranquilos. Eu me lembro de que fui dar uma palestra em São Paulo para o Ministério Público e a Magistratura e houve uma discussão grave sobre isso. E eu disse: “olha, mas isso é um tipo misto cumulativo”. A prova é tanta que eram dois tipos diferentes que foram fundidos em um só. Então, é possível, acontecendo o que se chamava antigamente de estupro e o que se chamava de atentado violento ao pudor, que hoje são chamados de estupro, acontecendo na mesma ação, é possível somar as penas, tanto é que o tipo penal criado diz o seguinte: “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. Então, o que nós fizemos? Só jogamos ali.

O Senador Marcelo Crivella, conversando comigo naquela ocasião, disse que não adiantava a gente ficar com aquela discussão. Por quê? Porque, na realidade, a intenção nossa era uma, mas os juízes estão julgando

de outra forma. Quer dizer, nós acabamos diminuindo a pena do estuprador que também cometia o atentado violento ao pudor. Mas, para nossa felicidade, Senador Crivella, o Superior Tribunal de Justiça começou julgando de forma divergente e hoje já é unânime aceitando a tese de que, na realidade, o que está acontecendo é que o legislador juntou dois tipos num tipo só, mas os crimes continuam sendo múltiplos, dependendo da ação do criminoso, do estuprador. Se ele comete a cópula vagínica, ele tem uma pena, se ele comete a cópula vagínica e a cópula anal, ele soma as duas penas. Então, continua exatamente como era antes, em termos de somatório de pena, só que modificado para um nome só: estupro.

Tenho aqui um julgamento em que foi relator o Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, que deixa claro: inadmissibilidade da hipótese de crime único. Então, o Superior Tribunal de Justiça, em várias decisões, já consagrou a tese de que não é preciso ter nova alteração, que do jeito que foi feito é que está certo, ou seja, somam-se as penas. Aquelas dúvidas que V. Ex^a tinha, eu até cheguei a dar parecer favorável. Por quê? Porque embora fosse contra a minha convicção, sempre tive convicção de que era um tipo misto cumulativo, que as penas se somavam, embora estivesse dentro do mesmo artigo. Eu não ia usar minha convicção para beneficiar estuprador, não é verdade? Se a Justiça vinha decidindo que a coisa tinha de ser cindida para que as penas fossem somadas, tudo bem. Mas com a decisão hoje pacificada dentro do Superior Tribunal de Justiça, inclusive o parecer como foi dado bem anteriormente não foi colocado, eu então, parabenizando V. Ex^a, o espírito público de V. Ex^a, mas já tendo sido a questão pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça, dou o parecer pela prejudicialidade do projeto, porque a lei, afinal, foi reconhecida na direção que V. Ex^a quer e na direção que eu também queria, aliás, que o Brasil inteiro queria, que era o somatório de penas para tipos diferenciados.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a reformulou o voto, então?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Reformulo para dar como prejudicial.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Porque o voto de V. Ex^a está aqui: pela aprovação do projeto com a emenda que V. Ex^a tinha apresentado. Então V. Ex^a faz um novo relatório...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela prejudicialidade, em decorrência...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só para informação e conhecimento do Plenário, porque foi distribuída outra matéria, V.

Ex^a reformula o voto pela prejudicialidade do voto de V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Prejudicialidade do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Do projeto que V. Ex^a relata.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Porque o ... (inaudível)... já está dizendo que é do jeito que o Senador Marcelo Crivella quer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então a matéria está em discussão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Crivella, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Senador Demóstenes Torres, mas que um Senador, com uma virtuosa inteligência e também didática, V. Ex^a resumiu em cinco minutos o que é o projeto. A nossa preocupação é uma só: se mudar a turma de juízes e isso não estiver na lei. Porque olha o caso que cito a V. Ex^a.

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, em 2006, julgou um *habeas corpus* e reduziu a pena de um criminoso que, por três vezes, abusou sexualmente da filha de 10 anos e praticou contra ela dois atentados violentos ao pudor e, na outra oportunidade, em que estava consumando o estupro, foi impedido por populares. No seu Estado, a pena dele foi de 21 anos de reclusão; no Superior, baixaram para dez anos, metade da pena.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas isso é anterior à lei. Isso é 2006. A lei é de 2009.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pois é, a lei é de 2009.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Mas você vê que houve aqui uma interpretação ainda mais favorável àquilo que estamos querendo combater, que é a violência, atentado ao pudor, estupro, sobretudo quando ocorre com crianças. V. Ex^a disse que o Superior Tribunal de Justiça já tem dado decisões de somar pena. De tal maneira que a gente não pode se preocupar. Agora, a pergunta que faço a V. Ex^a, que tem experiência muito maior do que a minha, é: e se mudar a composição do Superior Tribunal de Justiça? Não seria melhor nós escrevermos na lei e, talvez, pecar por excesso, mas garantiríamos uma...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Olha, a redação que V. Ex^a está sugerindo é a mesma em que o tribunal reduziu a pena.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – É?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – A mesma. A redação de 2006, que é a que V. Ex^a propõe no projeto é a mesma que garantiu essa redução de pena.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Então, é o que estou lhe dizendo. Se naquela ocasião já diminuíram a pena, imagine agora, considerando um crime só.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não, agora está somando a pena.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Ah, mas agora estão somando, neste instante com uma decisão deles, mas não estamos...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Igual ao Ficha Limpa. O Supremo decidiu por 22 que era critério. Agora, decidiu que é pena. Quem mudou foi o Supremo, não fomos nós. É um risco que todo mundo corre, porque ninguém sabe o que tem dentro de cabeça de juiz, não é verdade? Então, o Supremo decidiu 22 anos que inelegibilidade podia aplicar no mesmo ano que não tinha problema nenhum. Agora, mudou o Supremo. Então, na realidade o que V. Ex^a quer hoje o Superior Tribunal de Justiça está atendendo. Estão somando a pena.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Agora, eu aceito o parecer de V. Ex^a pela prejudicialidade, mas gostaria de que nos debruçássemos sobre a matéria, inclusive com o aconselhamento de V. Ex^a, para que não seja apenas uma súmula de um tribunal que muda com o tempo, mas que seja realmente uma coisa da lei. Porque, na época em que tínhamos dois crimes, se reduzia, imagina agora quando temos apenas um crime, portanto há a probabilidade de se aplicar uma pena só.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas isso foi descartado, porque, doutrinariamente, pode haver dois crimes dentro de um único artigo. Essa foi a discussão que, ao final, o Superior Tribunal de Justiça reconheceu. São dois crimes dentro de um mesmo artigo. Portanto, as penas podem ser somadas.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Mesmo que a pena não esteja prevista, que tenha saído da lei apenas para atentado ao pudor?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – A pena é aquela... Está aqui a decisão. Tem um voto até muito extenso da Ministra Laurita Vaz e, depois, um outro do Ministro Félix Fisher. Esse aqui

é do Ministro Napoleão Nunes Maia, quer dizer, inadmissibilidade da hipótese de crime único. Inadmissibilidade. Quer dizer, então, o tribunal pacificou que, havendo duas ações, são dois crimes, embora dentro de um artigo só. É o que a doutrina chama de tipo misto cumulativo. Então, o problema está resolvido. Se mudarmos, é capaz de ter mais confusão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, fico satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, V. Ex^a pediu a palavra?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só para complementar o Senador Demóstenes e lembrar que a lei precisa ter um período de decantação para que os juízes possam aplicá-la. A mudança reiterada de uma lei a cada dois anos é prejudicial também à segurança jurídica. Então, complementando o Senador Demóstenes e reconhecendo que a preocupação do Senador Crivella é razoável, mas penso que a decisão do Superior Tribunal de Justiça nos traga essa segurança, com o tempo de maturidade de que a lei precisa, de 2009 até agora, e o STJ tem essa função de uniformizar a jurisprudência dos tribunais estaduais e federais.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tendo em vista o parecer apresentado pelo ilustre relator, Senador Demóstenes Torres, declaro a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 126, de 2010, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em votação a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2010.

Como se trata de matéria terminativa, a votação será nominal.

Os Srs. Senadores que votam pela prejudicialidade do projeto votam “sim”.

Como vota...

A SR^a MARTA SUPPLY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quem vota pela prejudicialidade vota “sim”, com o relator.

Como vota o Vice-Presidente desta Comissão, o nobre ex-Deputado e ilustre Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, voto com o relator. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta Suplicy, como vota V. Ex^a?

A SR^a MARTA SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Voto “sim”, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, como vota V. Ex^a?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – “Sim”, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Jorge Viana, como vota V. Ex^a?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – “Sim”, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. *Fora do microfone.*) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o relator.

Como vota o Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. *Fora do microfone.*) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o relator.

Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. *Fora do microfone.*) – “Sim”, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – “Sim”, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o relator.

Como vota o Senador Sérgio Petecão? (*Pausa.*)

Saiu. Está ausente S. Ex^a.

Como vota o nobre Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o relator.

Como vota o Senador Demóstenes Torres? É voto declarado.

Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o relator.

Como vota o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. *Fora do microfone.*) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o relator.

Como vota o Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o relator.

Senador Lindbergh Farias não vota.

Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. *Fora do microfone.*) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o relator.

Todos já votaram? (*Pausa.*)

Resultado: fica prejudicado o PLS nº 126, de 2010.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Item 2:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 100, DE 2010.

Não terminativo. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes da Polícia na Internet, com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente. Autoria: CPI da Pedofilia, de 2008, do Senado Federal. Relator: nobre Senador Demóstenes Torres, a quem concedo a palavra para proferir o seu voto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, esse é um projeto muito bom que vai ajudar a combater a pedofilia na Internet. O que ele prevê, em síntese? Ele prevê infiltração de agentes da Polícia na Internet com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de crianças e de adolescentes, crimes definidos nos arts. 240-A a 244... Melhor dizendo, crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D do Estatuto da Criança e do Adolescente, 217-A, 218, 218-A e 218-B do Código Penal. Em síntese, desde armazenar fotografia, aliciar criança, prostituição infanto-juvenil.

Qual é o objetivo desse projeto?

É um projeto que está sendo feito em vários lugares do mundo porque apareceu a figura do que se chama Internet *grooming*. O que é Internet *grooming*? É o pedófilo que entra nos *chats*, das salas de bate-papo, do Orkut, das redes sociais, do Facebook, se disfarça como se fosse uma criança também. Nessa fase, ele seleciona a vítima. Depois, demonstra amizade, demonstra conhecimento, conhece filme de criança como ninguém, música de adolescente. Então, ele vai envolvendo a criança, forma uma relação

com essa criança, avalia todos os riscos. Depois, pede exclusividade para falar, sai da sala de bate-papo, passa a ter um contato mais íntimo. Depois, começa a conversar sobre sexo: olha, você já beijou na boca? Já fez... Daí vai, até consumir. Depois, tem a fase de constrangimento, da chantagem com a criança. É todo um processo.

A Polícia brasileira sofre muitas dificuldades porque, embora, em tese, possa acontecer essa infiltração de agentes, como se fosse um disfarce, um policial que entra ali também para tentar, dentro da rede, identificar o pedófilo, isso tem sido deferido com muita parcimônia pelo Poder Judiciário, alegando justamente que não há uma lei que discipline, que há uma lei genérica, que é uma coisa que deveria ser melhor definida.

Então, nós criamos dentro daquela CPI um projeto, feito com o auxílio do Ministério Público, da Polícia, do Ministério da Justiça, do Poder Judiciário, essa figura da infiltração de agentes da Polícia na Internet. Há vários requisitos, para também não se vulgarizar. O primeiro dos requisitos e das limitações legais é a necessidade de autorização judicial. Toda vez que alguém, um policial, for entrar na Internet dessa forma, tem que ser precedido por uma autorização de Juiz.

Segundo, a imprescindibilidade da medida. Tem que se demonstrar que aquelas provas não podem ser colhidas de outra forma. Se puderem ser colhidas de outra forma, então que se busque outra forma que não essa de entrar dentro da Internet.

Outro requisito é que haja a requisição do Ministério Público ou do delegado de polícia. Também a autoridade tem de pedir ao juiz para que tome essa medida e demonstrar a necessidade de que tenha a medida.

Depois, tem que ter uma justificação individualizada. Falar: olha, nós estamos investigando fulano de tal, que às vezes pode ter um apelido. O sujeito, muitas vezes, entra na Internet não com o nome dele. É um *fake*, entra com algum apelido. Então, ele tem de dizer: nós estamos investigando fulano, cujo apelido é tal, ou só tem o apelido, por esse, esse, esse e esse motivo. Tudo leva a crer, ou já está aliciando etc.

O prazo da medida é de 90 dias. O juiz vai tendo acesso ao procedimento, o promotor também, e pode haver uma prorrogação por no máximo 360 dias.

Outra situação: a operação tem de ser absolutamente sigilosa. Quer dizer, só o magistrado e aqueles que participam da investigação podem ter conhecimento porque, afinal, pode resultar inverídica e expor a intimidade de uma pessoa que, na realidade, não tem nada a ver com aquilo.

A responsabilidade do agente policial por excessos eventualmente cometidos. Às vezes, foi dado

à autoridade policial um poder para fazer xis, mas ele se acha no direito de fazer outras coisas totalmente ao arrepio da autoridade policial.

O apoio dos órgãos do registro público para otimizar a infiltração. Então, é óbvio que tanto a Polícia Federal quanto... Tudo. Como nós fizemos essa operação, esses convênios todos, até com o Google, com o Facebook e com as empresas de venda de cartão de crédito, todo mundo vai participar e isso tudo tem um registro dentro da Polícia Federal, do Ministério da Justiça, dos cartórios, e todo mundo vai poder contribuir com essa infiltração. Inclusive, em alguns casos, por determinação judicial, pode haver uma alteração do nome da pessoa que está entrando ali, claro que tudo isso mediante autorização judicial. E o registro pormenorizado de toda a operação, que ao final será reunido em autos apartados. Então, tudo será documentado para essa finalidade. O objetivo principal é esse, e é criar também – porque mundialmente já chegou-se à conclusão de que é um dispositivo eficaz criar um temor no pedófilo de que ele não esteja operando simplesmente com crianças, mas que a qualquer momento pode ter um agente policial, alguém infiltrado, devidamente autorizado.

Então, o objetivo é esse e o meu parecer é favorável ao projeto do jeito que ele veio.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir, tem a palavra a nobre Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Eu quero parabenizar por esse excelente projeto, porque o mundo mudou e, com esses novos instrumentos eletrônicos, não temos tido a proteção que deveríamos ter para conter esse assédio de pedófilos nas redes existentes hoje.

Então, o projeto vem em muitíssima boa hora. Também me parece extremamente cuidadoso, porque o temor que nós teríamos é que esses agentes infiltrados poderem ir além do que seria o razoável em termos de responsabilidade, mas essas limitações, como a necessidade da autorização judicial, de só utilizar se for impossível conseguir outra prova, o requerimento do Ministério Público, nominar as pessoas que serão investigadas – porque não pode ser uma autorização para investigar genericamente –, o prazo de 90 dias, prorrogáveis por 360 dias; sigilo da operação e a responsabilidade do policial pelo excesso cometido, eu acho, Senador Demóstenes Torres, protege o que significa uma infiltração numa rede social.

O projeto me parece brilhante realmente, e a sociedade aguardava uma ação nessa direção. E aí, vou acrescentar mais. Em casos, por exemplo, de abuso sexual, nós sabemos que há muitos indícios na pró-

pria escola, que a professora pode detectar pelo tipo de comportamento da criança. Mas, no caso desse policial infiltrado, acredito que quando pudermos desenvolver essa prática com mais tempo, provavelmente passaremos a detectar alguns tipos de ação e formas de comportamento que irão nos ajudar de maneira que ainda não temos a dimensão do que poderá ser.

Então, o projeto é excelente e voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Taques pediu a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, cumprimentando o Relator e me associando a ele nesta luta – e este projeto é muito bom nesse sentido – mas, com todo o respeito, eu só faria uma sugestão no sentido de que este prazo de 360 dias, de um ano, se me afigura pequeno, Ex^a, e vou dizer o porquê.

A primeira operação mundial de combate à pedofilia via rede mundial de computadores, chamada Operação Catedral, ela foi desencadeada pelo FBI, pelas agências européias, e esta operação demorou um ano, dois anos, porque em um ano é possível que possamos encontrar um pedófilo. Agora, pela rede mundial de computadores nós temos uma rede de criminosos, isso em mais de um país, o que se revela a chamada criminalidade transnacional via rede mundial de computadores.

Então, parabenizo o Relator e faço a sugestão, se isso for possível, de alargar-se este tempo da infiltração, porque um ano para você tratar de pedofilia na Internet, através de um crime que é feito pela rede mundial, como o próprio nome está a dizer, em mais de um país, a prática nos revela que esse tempo não seria o ideal.

Concordo inteiramente com o projeto. Mais uma vez, parabenizo a CPI da Pedofilia, e o ilustre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu só quero falar que discussões de matérias como esta me fazem sentir mais útil ao meu País, sendo Senador.

Primeiro, pela origem, como o Senador Pedro Taques falou, da proposta que vem da CPI da Pedofilia. Em segundo, pelo brilhante relatório do Senador Demóstenes, que se soma. E hoje, acho que é um desafio que temos dentro de nossas casas, todos nós como cidadãos e todos os brasileiros. Ao mesmo tempo em que se democratiza o acesso a mecanismo de comunicação em tempo real, você também mascara com isso aquilo que já acontecia na nossa sociedade: esses crimes bárbaros, principalmente vinculados à criança; eles passam a acontecer sem que a gente possa ter a

visão de movimento de pessoas, como bem descreveu o ilustre Senador e Relator Demóstenes.

Eu queria me associar a essa preocupação, porque quando me foi colocado um ano, que parece ser um prazo elástico, mas estamos lidando com algo novo que está presente no mundo inteiro, que entra nas nossas casas e não sabemos como entra – e muitos pais não têm condições sequer de fazer uso do acesso à Internet de computadores, mas seus filhos são os professores, independente da idade.

Então eu só queria parabenizar a Comissão por ela apreciar esta matéria, dizer que estou com o Relator e me associar à preocupação do Senador Taques e, quem sabe, nós podemos recomendar um prazo mais elástico.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador João Ribeiro está com a palavra.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, eu também quero me congratular com aqueles que já se pronunciaram, e dizer que realmente nós temos que proteger nossas crianças e partir para cima daqueles que cometem todo tipo de abuso.

Este projeto saiu da CPI da Pedofilia, que é comandado pelo meu colega de partido, hoje Líder, Senador Magno Malta, e que fez um bellissimo trabalho nessa área, uma CPI que realmente funcionou e que descobriu muitos rolos, muitos problemas por este País afora.

Quando a gente fala sobre a questão da criança, aí a gente tem que fazer tudo, dar tudo de nós, procurar fazer uma legislação mais ágil, mais dura, a fim de que a gente possa evitar certos tipos de constrangimentos, de problemas que vêm acontecendo em nosso País.

Sou também favorável, vamos aprovar a matéria e fazer com que a lei seja mais dura com aqueles que não têm pudor, não têm vergonha na cara, não têm sentimento e que, realmente, tentam iludir nossas crianças.

Por isso o meu voto é favorável e, com toda a força, com toda a determinação, vamos aprovar esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havendo mais oradores que queiram discutir, vou colocar a matéria em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra o nobre Relator Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, o Senador Pedro Taques, o Senador Jorge Viana, e outras Sr^{as} e Srs. Senadores, têm preocupação, porque o prazo pode ser exíguo de 360 dias para a conclusão da investigação como

tempo máximo. Esse prazo, creio eu, foi colocado pela CPI da Pedofilia para guardar consonância com outros projetos que foram aprovados aqui, que limitaram o tempo da interceptação telefônica porque, segundo levantamento feito pelo próprio Conselho Nacional de Justiça, havia um abuso quanto ao deferimento dessas interceptações telefônicas e também quanto à duração delas. Muitos simplesmente não tinham fim.

Mas concordo plenamente que, no caso da Internet, a situação é outra completamente diferente e acho que vale a pena dobrar esse prazo para dois anos. Então, vamos colocar 720 dias.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A proposta de V. Ex^a é incorporada. De 360 dias para 720 dias.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado, o relatório passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai ao plenário.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pronto, parabéns! Já foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Magno Malta

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – O projeto foi aprovado e estou vindo exatamente de uma palestra sobre esse assunto. E fico muito feliz de ter chegado a tempo, no momento em que V. Ex^a anunciou a aprovação do projeto. E, ouvindo no rádio, vim correndo, pois estava falando em uma faculdade. Esse é um anseio da Polícia Federal do Brasil. Aliás, uma informação que eu queria dar: a Polícia Federal do Brasil – o Senador Demóstenes sabe disto, porque acompanhou ao longo dos três anos da CPI da Pedofilia – é a polícia que mais cresceu tecnicamente no combate ao crime cibernético no mundo, e mesmo sem ter instrumentos para tal. E esse é um instrumento do sonho da Polícia Federal – aliás, do mundo inteiro.

Nós estivemos, Senador Presidente, Senador Pedro Taques, nos Estados Unidos, no Departamento de Justiça. E há uma ONG nos Estados Unidos, chamada NCMEC, que o Brasil precisa ter, que toma conta de todas as questões que envolvem crianças, desde o desaparecimento, maus-tratos, abusos. E essa ONG, ligada ao governo, recebe sustentação financeira do governo americano para poder tomar conta dessas questões. Nós temos uma ONG, chamada Safernet, que presta um enorme serviço, mas não é com essa dimensão.

O Departamento de Justiça americano foi quem criou essa figura do agente infiltrado, do agente sem rosto. Aliás, essa questão de pedofilia é tão violenta do ponto de vista emocional que eles, depois de um

ano infiltrados, são retirados. São retirados para um ano de tratamento psicológico e, depois, são afastados definitivamente desse tipo de atividade.

Então, perceba V. Ex^a, nós que ficamos três anos metidos nessa atividade diuturnamente, porque essa é uma causa da vida, quando abrimos o sigilo do Orkut no Brasil e nos deparamos com a lama, com o sofrimento de crianças de berço durante três anos, e não seis meses e um ano, como fica a cabeça de alguém? Como fica o sentimento e a alma de alguém? Na verdade, nunca mais é o mesmo. Mas imagino que essa lei votada hoje é um dos grandes, um dos maiores avanços no combate ao crime cibernético. E por quê, Sr. Presidente? Nós estamos entre os três maiores abusadores do planeta; e, no consumo do crime na Internet, nós somos o primeiro do planeta. Devemos aqui criar instrumentos para que nós combatamos o crime com o auxílio daqueles que têm conhecimento, que é a própria Polícia Federal.

Ontem, um repórter me perguntou: “mas um policial em casa, sendo policial, ele não pode navegar na Internet para pegar o pedófilo, dizendo que é pedófilo, ou então oferecendo uma criança?”. Não! Ele não é criminoso. Induzir alguém ao crime é crime também. Por isso essa figura que se vota hoje e que se votou hoje nesta Casa.

Quero parabenizar a Casa, quero parabenizar a Polícia Federal, porque esse era um sonho, era um anseio. E tive o privilégio de assinar essa lei quando era Presidente da CPI da Pedofilia e ver que vale a pena lutar por causas importantes e lutar de maneira que se vejam, de forma contundente, resultados do trabalho.

Agradeço aos Srs. Senadores. O que fizemos foi pelos nossos filhos, pelas crianças do mundo inteiro, pelas crianças do nosso País, porque um policial nosso infiltrado aqui, na hora em que ele pega um alvo dentro da rede, ele pega mil, pega 10 mil, pega 100 mil, porque é uma rede. Se pegou um alvo... Prendendo aqui, pegou no mundo inteiro. Então, estamos com essa lei, protegendo as crianças do mundo inteiro.

Parabéns ao Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Parabéns ao Plenário, que tomou essa decisão importante!

ITEM 5 – Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, DE 2008

Confere interpretação autêntica ao art. 70, caput, e ao art. 58, I e III, da Lei n.º 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõem sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil.

Autoria: Senador José Sarney

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Pela aprovação do Projeto com quatro Emendas que apresenta.

Observações: *Votação Nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para proferir o relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, em exame nesta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2008, de autoria do nobre Senador José Sarney, que pretende conferir interpretação autêntica ao art. 70, *caput*, e ao art. 58, incisos I e III, da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil.

Basicamente, a proposição afirma que o poder de punir não deve ser exclusivo dos conselheiros seccionais, que as infrações disciplinares que envolverem mais de uma seccional deve ser de competência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que os conselhos seccionais devem criar câmaras ou turmas para julgar em grau de recurso questões decididas pelo Tribunal de Ética e Disciplina e que para a composição das referidas turmas ou câmaras deve ser permitida a convocação de advogado de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetivo exercício da advocacia.

Passemos à análise para economizar tempo, Sr. Presidente.

A matéria veio a esta CCJ por força da competência prevista na alínea “f” do inciso II do art. 101 do Regimento Interno, na qual está prevista a emissão de parecer desta Comissão sobre órgãos do serviço público civil da União e servidores da administração direta e indireta, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos territórios.

A Ordem dos Advogados do Brasil é uma autarquia especial, submetida, portanto, aos ditames do Direito Administrativo. Ainda assim, o assunto tratado possui conteúdo autorizativo e trata mais da regulamentação do exercício da profissão, razão pela qual entendemos não se tratar de iniciativa privativa do Poder Executivo.

Afasta-se, assim, qualquer vício de inconstitucionalidade.

Sobre a proposição, consultamos o Conselho Federal da OAB, que nos encaminhou ofício de 20 de outubro de 2008, subscrito pelo então Presidente Cezar Britto (em anexo parecer), da lavra do Conselheiro Federal Alberto Zacharias Toron.

Analisando as considerações constantes do parecer, constatamos que elas são válidas e transcrevemos os argumentos ali expostos.

Em primeiro lugar, o PLS nº 127, de 2008, teria sido sugestão do próprio Conselho Federal, apresentada pelo Conselheiro Sérgio Ferraz.

Objetiva-se trazer para a competência deste colegiado os casos de infrações ético-disciplinares de repercussão nacional.

O parecer posterior que acompanha o ofício citado, entretanto, detecta problema de redação no art. 1º do PLS, dada a impossibilidade de uma infração disciplinar em território abrangendo mais de uma seccional, afinal o fato infracional é sempre praticado em certo lugar e este se situa no âmbito de uma seccional. Esta redação fulminaria como inócua a norma do artigo citado.

Conclusivamente, o parecer que acompanha o ofício da OAB propõe o retorno à redação original, aprovada pelo Conselho Federal, no que se refere ao art. 1º do PLS.

O mesmo documento manifesta concordância com as mudanças propostas no art. 2º do PLS.

Cremos que as sugestões merecem ser acatadas, permitindo-se a criação de turmas ou câmaras para julgamentos em grau de recurso nas decisões dos tribunais de ética e disciplina, com a convocação de advogado de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetivo exercício da advocacia, ainda que não conselheiros das seccionais.

Nesse sentido, estamos apresentando emendas em vez de um substitutivo, Sr. Presidente. Para não tirar a autoria da proposta, que é do Senador José Sarney, resolvemos apresentar algumas emendas.

Em face dos argumentos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 127 com as seguintes emendas...

A emenda que dá ao art. 1º do PLS 127 a seguinte redação:

“O poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete ao Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração.

Outra emenda: “Dê-se ao art. 2º do PLS 127 a seguinte redação:

“Acrescente-se os seguintes dispositivos à Lei 8.906, de 1994:

Art. 70-A – Fica facultado aos Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil, nos termos dos incisos I e III do art. 58 desta Lei, a edição de normas regimentais e resoluções criando câmaras ou turmas para julgar, em grau de recurso, questões decididas pelo Tribunal de Ética e Disciplina.

Parágrafo único. Para a composição das referidas turmas ou câmaras poderão ser convocados advogados de reputação ilibada e com mais de dez anos de

efetivo exercício da advocacia, ainda que não Conseeilheiros da Seccional.

Art. 70-B – Cabe ao Conselho Federal instaurar, processar e julgar originariamente os processos disciplinares quando a falta for cometida em suas dependências ou quando for imputada a membro de sua diretoria ou conselheiro federal, ou a presidente do Conselho Seccional.

Art. 70-C – Quando as consequências da infração, ou suas repercussões à dignidade da advocacia, ultrapassarem a base territorial do Conselho Seccional em que ocorreu a falta, o Conselho Federal, de ofício ou mediante solicitação de qualquer Conselho Seccional, poderá originariamente instaurar, processar e julgar o processo disciplinar.

Parágrafo único: na hipótese prevista neste artigo, o Conselho Federal poderá suspender previamente o advogado, até final decisão, observando-se o disposto nos §§2º e 3º do art. 70 desta lei.

Uma outra emenda, apenas de redação:

“Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da publicação”

É o parecer, Sr. Presidente. Trata-se de um projeto que foi uma solicitação direta da própria OAB, visando regulamentar a situação de advogados que são julgados nas Seccionais, podendo ser julgados também, em casos de repercussão geral, na própria Ordem dos Advogados, aqui em Brasília”.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É o parecer do Senador Valadares, com vista pedida pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. Vista concedida ao nobre Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Item 6.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva concedida ao Senador Randolfe Rodrigues.

Item 6.

Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2008, acrescenta parágrafo ao art. 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre leilão de veículos de motoristas alcoolizados.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

A Relatoria é do nobre Senador Flexa Ribeiro, a quem concedo a palavra, para proferir seu relatório. Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, esta Comissão examina, em decisão terminativa...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só lembrando aos Srs. Senadores que esta será uma votação nominal, se não houver pedido de vista ao processo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...esta Comissão examina, em decisão terminativa, o projeto de Lei do Senado nº 331, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que, se aprovado, agrava as sanções penais dos motoristas embriagados previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

O projeto tem apenas dois artigos.

O primeiro permite a expropriação do veículo apreendido em decorrência da terceira condenação de seu proprietário pela prática do crime previsto no art. 306 do Código de Trânsito, cuja tipificação penal se traduz na condução de veículo sob influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa.

O segundo firma a cláusula de vigência imediata da proposta.

Justificando a medida, assinala o autor do projeto que o motorista que for condenado pela terceira vez por embriaguez na direção de veículo automotor de sua propriedade terá o bem desapropriado. Isso porque a perda de propriedade certamente será um instrumento mais forte de repressão do que a própria prisão do infrator, sobretudo porque, depois da casa própria, o automóvel é o maior objeto de desejo do brasileiro.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto.

Análise.

O PLS não apresenta vício de regimentalidade e os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos.

Quanto à constitucionalidade material, vislumbremos óbices a macular o projeto que vulneram o princípio constitucional da propriedade. A nosso ver, o referido projeto ofende o disposto no art. 5º, *caput*, incisos XII, XXII e XXIV da Constituição Federal. De fato, se por um lado é correto afirmar que o legislador constituinte originário teve por objetivo assegurar a propriedade como direito fundamental, por outro lado, não é menos verdade que vedou o confisco, isto é, todo avanço do poder público nos bens particulares do cidadão deve ser precedido da indenização devida.

É por esse motivo que a Constituição Federal prevê, no mencionado inciso XXIV do art. 5º, que “a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na própria Constituição”.

Portanto, nada justifica a expropriação propugnada pelo projeto.

Na Constituição, as hipóteses de expropriação de bens dos particulares sem qualquer indenização prevista no art. 243 são:

1 – a de glebas onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas;

2 – a de qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

Examinando os termos do projeto, verificamos que, a despeito da nobreza de sentimento que o qualifica, o texto apresenta sérios problemas de juridicidade e mérito.

A juridicidade de uma norma pode ser aferida com esteio nos seguintes critérios:

1 – adequação;

2 – generalidade normativa;

3 – inovação ou originalidade;

4 – coeretividade e

5 – compatibilidade com os princípios diretores do sistema de direito pátrio ou com os princípios especiais de cada ramo da ciência jurídica.

Especificamente por ausência de compatibilidade com os princípios gerais norteadores de nosso ordenamento jurídico, mostra-se injurídica a norma aventada. A sanção criminal proposta está em descompasso com as regras administrativas previstas no art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro. Nesse artigo, a alienação de veículo em hasta pública destina-se apenas à quitação dos débitos tributários e administrativos a ele vinculados.

No que se refere ao mérito, merece elogios a preocupação do ilustre Senador Cristovam Buarque com a segurança do trânsito. Com efeito, os índices de acidentes são altíssimos. Embora a mortalidade por acidente de trânsito seja considerado um problema evitável, o agravamento das penas dissociado da intensa fiscalização não mostra adequação suficiente à prevenção de acidente.

De outro lado, não há estudo algum que permita concluir serem necessárias exatamente três condenações para dar azo à expropriação do veículo conduzido pelo proprietário embriagado e assim prevenir o risco de acidente.

Vamos ao Voto, Sr. Presidente.

Pelas razões acima expostas, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado 331, de 2008.

Este é o Parecer, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista concedida ao nobre Senador Magno Malta.

Como autor do projeto, concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu sei que, quando se pede vista, morre o projeto naquele período, mas, como não sou desta comissão, gostaria de deixar a minha palavra. Primeiro para parabenizar o parecer. O relatório extremamente cuidadoso, respeitoso inclusive para mim, o que eu agradeço, mas parte de um erro de concepção, de origem. O Senador leu o tempo todo “carro”, leia “arma”. Eu trato carro nas mãos de um alcoolizado ou de um drogado como uma arma, não como um veículo de transporte. Então o que eu estou propondo aqui é desapropriar uma arma, que tem quatro rodas, que tem direção, mas que é uma arma. E uma arma tem que ser desapropriada.

Por outro lado, todos os argumentos contra a desapropriação, mas se um cidadão correto, que não tem droga, nada, nada, não paga a prestação do carro, tomam o carro dele. Ele já pagou 70%, mas tomam o carro inteiro. Como é que a gente não vai fazer o mesmo se é um motorista com tradição – é na terceira vez, não é na primeira – de alcoolizado, com tradição de consumidor e usuário de droga?

Então é nesse sentido que eu queria complementar o parecer, mas deixando muito claro: eu li o parecer e tenho o maior respeito, agradeço as referências e parabenizo pelo cuidado com que foi feito. Mas não se trata de “carro”, leia-se “arma” quando o carro está na mão de um alcoólatra ou de um alcoolizado – alcoólatra não porque o alcoólatra pode passar muito tempo sem beber, e não tem problema. Eu falo é quando está alcoolizado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Taques pede a palavra pela ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Se o senhor me permite, Senador, vejo que o mérito do projeto é muito razoável e a lei pode, sim, retringir direitos fundamentais. Agora, só uma sugestão ao Senador Magno Malta, que pediu vista. Quem sabe a razão estaria em alterarmos o art. 91 do Código Penal, que trata dos efeitos secundários da sentença penal condenatória.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Randolfe pede a palavra pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, Senador Cristovam, eu caio na sedução de imediato querer votar favoravelmente à matéria proposta por V. Ex^a, Senador Cristovam. Concorro com a sua compreensão também. As estatísticas sobre o número de mortos em virtude de acidente automobilístico e a

utilização do veículo automotor como arma é uma realidade triste. Entretanto, concordo com a ponderação sobre o princípio constitucional consagrado no inciso XXIV do artigo 5º da Constituição.

Em bom momento é solicitada a vista pelo Senador Magno Malta. Tenho entendimento de que o princípio constitucional é inibidor da matéria. É o meu entendimento que ele claramente inibe a matéria. Mas é importante a sugestão do Senador Pedro Taques que pode ser objeto...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Permite-me, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É totalmente inconstitucional a matéria do jeito em que está concebida porque confisco foi bem relatado. Até porque considerar automóvel como arma, e muitas vezes na prática o é, daqui a pouco começam algumas ilações. Discutimos hoje o crime de estupro; qual é a arma do crime de estupro?(Pausa.)

Não é verdade? Os efeitos secundários podem redundar no perdimento dos objetos do crime. Pode ser. Talvez a retirada de pauta...

O objetivo do Senador Cristovam Buarque é nobilíssimo. Mas do jeito com que foi concebido realmente é inconstitucional. A sugestão do Senador Pedro Taques pode ter acolhida dentro do Código Penal. Vamos examinar isso até porque o que sugere o Senador na realidade é uma arma, então, quem sabe, os efeitos secundários da condenação...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só lembro aos Srs. Senadores que esta matéria foi retirada de pauta e estou concedendo a palavra a V. Ex^{as} apenas por zelo ao debate.

Com a palavra, o Senador Randolfe e, depois, o Senador Jorge Viana.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Só para concluir.

Como diria o bom e velho Max, o grande pensador do século XIX, o conteúdo aqui é revolucionário. Permita-me, Senador Demóstenes. O conteúdo apresentado pelo Senador Cristovam é revolucionário. Temos que usar a forma adequada da apresentação. Então vem muito bem o pedido de vista para mantermos o revolucionário, inovador e importante conteúdo apresentado pelo Senador Cristovam, mas adequando a forma constitucional e jurídica que necessita para sua apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Repito, a matéria foi retirada de pauta, mas por amor ao debate, concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, V. Ex^a acerta quando nos permite, mesmo diante de uma decisão, comentar um assunto que está na ordem do dia de todos os brasileiros. A autoridade do nobre Senador Cristovam é maior do que a nossa. Ele, quando Governador, iniciou aqui no DF a implementação de critérios, de regras, de leis que começaram a mudar a relação entre transeuntes e usuários de carros e outros veículos. É da maior importância este debate, com o adendo do Senador Pedro Taques porque precisamos ter segurança jurídica para cumprir bem nossa missão, mas não podemos jogar fora temas como este, que são necessários para a vida dos brasileiros. Não tem nada que preocupe mais as pessoas em cidades pequenas, medias e grandes do que a violência no trânsito. Temos que parar de contar os mortos.

Outra coisa, parece que se estimula aqueles que estão matando. A lei é do mais forte; o do carro maior pode mais, mata mais, e aquele que não tem carro, aquele que anda ou que utiliza um meio de transporte pequeno é vitimada a toda hora.

Concluo minhas palavras associando-me, obviamente, à preocupação quanto à segurança jurídica. Essa é uma matéria fundamental para que possamos trazer de volta para cá... Peço a V. EX^a, se possível, que seja vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva concedida a V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC). – Muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, eu pedi vista – gostaria de dizer ao Senador Cristovam que pedir vista não significa que o projeto vai morrer – dada a importância do mérito desse projeto. Minha mãe, apesar de ser analfabeta profissional, Senador Cristovam, dizia que há momentos na vida em que a graça tem de ser maior do que a lei. Nesse tema a graça tem de ser maior do que a lei. Existem temas tão necessários à vida dos seres humanos que nós precisamos fazer a lei se enquadrar ao mérito. Parar com essa história de descarar o mérito porque ele não se encaixa na lei. Nossos códigos são velhos, ultrapassados. Estão mais a serviço dos bandidos do que do bem-estar da sociedade. Então o sujeito que está tetraplégico, só mexe a cabeça, que se alimenta por tubo, não pode nada, mas o bêbado que o atropelou e fez dele um tetraplégico pode tudo. Ele não pode nem criar prova contra ele, ninguém toca nele. Nem o teste do bafômetro ele pode fazer porque ele está protegido. Uma criança que perdeu as pernas – co-nheço várias –, crianças órfãs, pessoas que estão em cadeiras de rodas e pessoas que estão vegetando na cama usando fralda, vítimas de um louco alcoolizado

no volante, esses não podem nada, mas o louco pode tudo. Ele não pode nem criar prova contra ele porque ele pode tudo. Tudo está a serviço dele, menos do outro. Penso em que há momentos em que a graça tem de ser maior do que a lei, e a lei precisa se enquadrar no mérito. Por isso, pedi vista, Senador Cristovam e a vista coletiva...

Penso que a idéia colocada aqui antes... Meu professor era só o Demóstenes. Agora chegou o Pedro Taques e esse menino aí, que sabe tudo de lei, de Constituição e tal...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Ele tem 18 anos. É o único caso de um menino de 18 anos que virou Senador. O Senador Randolfe é preparado, é meu amigo pessoal. Com a mesma atenção com que eu cuido das crianças tenho de cuidar dele, porque é novo demais.

Acho que a ponderação feita pelo Senador Pedro Taques... Peço a ajuda de todos que fizeram essa vista coletiva entendendo a necessidade de que a lei se enquadre ao mérito, que nós façamos dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Eunício Oliveira, eu acredito que esta Comissão, uma das mais importantes, senão a mais importante do Senado brasileiro, tem a obrigação de zelar – esse é o seu mérito maior – pela constitucionalidade dos projetos que aqui tramitam.

Ao assumir o nosso mandato, todos nós juramos cumprir a Constituição. Eu disse no meu relatório... Eu parabeneizei o Senador Cristovam Buarque pelo mérito do projeto. Acho que há consenso quanto a isso. Todos nós achamos que é justo, que o condutor de um veículo que, três vezes, é surpreendido embriagado dirigindo seu veículo e podendo provocar um acidente que leve alguém a óbito deve, além da prisão, ter o carro confiscado. Nós só não podemos fazer isso ao arrepio da lei.

O Senador Magno Malta disse que a graça tem de ser maior que a lei. Quero dizer-lhe, Senador Magno Malta, que eu comungo da indignação de V. Ex^a no que diz respeito a tudo que acontece neste País. Pelas normas legais nós nos vemos impedidos de praticar uma ação muito mais rígida. Acredito, Senador Cristovam, que V. Ex^a pode transformar o mérito de seu projeto de modo que possa tramitar no Congresso Nacional. V. Ex^a pode transformá-lo numa PEC, introduzindo uma emenda à Constituição que, no caso dessa infração, haja a autorização constitucional para que haja a ex-

propriação do bem, que seja mais uma condição de expropriação. Aí nós poderemos fazer a tramitação dentro da norma constitucional alterada.

Lamentavelmente, quero aplaudi-lo pela ideia, que tem, no mérito, o atendimento, mas não há como acolhê-la dentro da norma legal vigente. E como nós juramos cumpri-la, nós tivemos que encaminhar pela rejeição da proposta. Vamos verificar de que forma possa ser, com a vista solicitada, com o notório saber dos nossos juristas, encontrada uma solução que possa adequá-la.

Eu estou pronto, encontrada a solução, para fazer as alterações no parecer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

A matéria, Senador Cristovam, estava fora de pauta, mas por amor ao debate e em respeito à presença de V. Ex^a, esta Presidência concedeu para que todos os Senadores pudessem fazer o primeiro debate, porque a matéria volta à pauta na outra semana, quando, obviamente, teremos oportunidade de fazer um debate ainda maior.

Item 8 da pauta.

Projeto de Resolução nº 74, de 2009. Não terminativo. Altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer nova espécie de proposição legislativa que veicule sugestões ou propostas relacionadas às políticas públicas. Autoria do Senador Jefferson Praia e outros. Relatoria do nobre, jovem, brilhante Senador Randolfe Rodrigues.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Agradeço também ao Senador Magno Malta pelo carinho. Fica por conta da amizade, Senador.

Presidente, esta matéria, na verdade, é em decorrência de um debate que travamos aqui sobre a insistência dos projetos de lei autorizativos e a ausência, no nosso Regimento Interno, de uma figura que possa possibilitar que o Senador faça a indicação de alguma matéria que, por força constitucional, não pode ser de sua autoria e deve ser encaminhada por outro Poder.

Então, esse é o Projeto de Resolução do Senado nº 74, de 2009, dos Senadores Jefferson Praia e Renato Casagrande, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer nova espécie de proposição legislativa que veicule sugestões ou propostas relacionadas às políticas públicas.

Incorporo também – é importante aqui destacar – que, em relação a esta matéria, há o Projeto de Resolução nº 10, de 2011, do nobre Senador José Pimentel, apresentado em 23 de março de 2011, que reafirma

a necessidade de criação desse tipo de instrumento que aqui ora foi apresentado.

Relatório.

O Projeto de Resolução do Senado nº 74, de 2009, propõe alteração ao Regimento Interno para que seja criada uma nova espécie de proposição denominada de moção, através da qual um Senador ou Comissão poderia sugerir a outro Poder da União a adoção de providência, a realização de ato administrativo ou de gestão ou o envio de projeto sobre matéria de sua iniciativa exclusiva.

A moção teria a mesma tramitação aplicável às indicações, segundo o art. 227 do Regimento Interno.

Em sua justificação, o autor defende que essa alteração ao Regimento Interno se faz necessária para que os Senadores e as Comissões do Senado possam exercer em sua plenitude suas funções de locais de discussão e debate de políticas públicas, dispondo de um mecanismo que permita a formalização de propostas e sugestões a outros Poderes.

Análise.

Nos termos do art. 401, § 2º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Constituição e Justiça analisar os projetos de resolução que visem a alterar o Regimento Interno nos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, bem como com relação ao mérito.

No que tange à constitucionalidade e à juridicidade, a proposta não apresenta qualquer tipo de vício, uma vez que se encontra em consonância com o Título IV da Constituição Federal, que trata sobre a organização dos Poderes.

A regimentalidade também é respeitada, nos termos do art. 401 do Regimento Interno desta casa.

Quanto ao mérito da proposta, é louvável a iniciativa que permitirá que o Senado Federal torne mais efetiva a sua atuação, propondo aos demais Poderes da União que adotem providências relativas a determinado assunto objeto de discussão nesta Casa Legislativa, ou ainda, que envie projeto de lei sobre matéria que seja de sua iniciativa exclusiva.

A possibilidade de o Senado Federal, reitero, apresentar sugestões também é tema de matéria apresentada pelo nobre Senador José Pimentel.

No entanto, para que fique mais clara a natureza da iniciativa, bem como a forma de sua tramitação, são necessários alguns ajustes de redação que aqui proponho.

Dessa forma, apresento substitutivo que mantém a finalidade original do PRS nº 74, de 2009, alterando a denominação de “moção” para “indicação”, termo que julgo mais adequado.

Indo ao voto.

Voto

Portanto, de todo o exposto, votamos pela aprovação do PRS, na forma do seguinte substitutivo:

Art. 1º Os arts. 224 e 225 do Regimento Interno do Senado Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 224. Indicação corresponde à proposição através da qual o Senador ou Comissão:

I – sugere a outro Poder adoção de providência, a realização de ato administrativa ou de gestão, ou o envio de projeto sobre a matéria de sua iniciativa exclusiva;

II – sugere ao órgão competente da Casa que determinado assunto seja objeto de providência ou estudo, com a finalidade de seu esclarecimento ou formulação de proposição legislativa.

§ 1º Na hipótese do inciso I, a indicação será objeto de requerimento escrito, despachado pelo Presidente e publicado no Diário Oficial do Senado Federal.

§ 2º Na hipótese do inciso II, serão observadas as normas dos arts. 226 e 227.”

“Art. 225. A indicação não poderá consulta a qualquer comissão sobre:

I – interpretação ou aplicação de lei;

II – ato de outro Poder, de seus órgãos e autoridades.”

Art 2º Os pareceres das comissões competentes sobre proposições em tramitação no Senado Federal que tenham por objeto o descrito no inciso I do art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada por esta Resolução, poderão concluir pela apresentação do requerimento de que trata o § 1º do referido dispositivo, consignando-se a autoria da proposição originária.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o Relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação o Relatório do Senador Randolfe Rodrigues, do Projeto de Resolução nº 74, de 2009.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa)

Aprovada, a matéria passa a constituir parecer da Comissão e será encaminhada a o Plenário.

Requerimento sobre a mesa.

Requerimento de aditamento ao Requerimento de nº 4, de 2011:

Solicito seja convidado o Exmo. Sr. Ministro José Antonio Dias Toffoli, Presidente da Comissão de Reforma Eleitoral, para discutir o Item 4 do requerimento que diz respeito à ampliação da participação dos

membros da magistratura federal nos tribunais regionais eleitorais.

Aditamento ao requerimento já existente do Senador Aníbal Diniz.

Requerimento da Comissão de Constituição e Justiça.

Sr. Presidente, nos termos do art. 93, inciso I, requero realização de audiência pública a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2011, que autoriza a exploração de cassinos em hotéis da Região Amazônica e do Pantanal.

Para tanto, solicito que sejam ouvidas as seguintes autoridades: Ministro do Turismo, Secretário da Receita Federal, Secretários de Turismo dos Estados abrangidos pelo projeto e Secretários de Fazenda dos Estados abrangidos pelo projeto também, sem prejuízo de outras que possam ser indicadas pelos membros desta Comissão.

Senador Mozarildo Cavalcanti.

Requerimento sobre a mesa.

Requeiro, nos termos do art. 58, inciso II, audiência pública destinada à instrução do Projeto de Lei do Senado nº 480, de autoria do nobre Senador Renato Casagrande que cria normas de planejamento e controle dos gastos relativos à Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

Requerimento sobre a mesa.

Em aditamento ao Requerimento nº 3, de 2011, audiência pública, destinada a discutir o papel informativo e ... dos meios de comunicação social, combate do narcotráfico e disseminação de entorpecentes, especialmente o *crack* no seio da infância e da juventude brasileira, requeiro, nos termos regimentais, a inclusão entre os nomes dos convidados de Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, Secretária Nacional de Política Antidrogas, do Ministério da Justiça, e o Sr. Alexandre Annenberg Neto, Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura, ABTA. Esse requerimento é de autoria da Presidência, Eunício Oliveira.

Requerimento nº 11. Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, que seja realizada, no âmbito da CCJ, duas audiências públicas destinadas a discutir, a propor a atualização do aprimoramento da legislação comercial brasileira, tendo como expositores convidados as seguintes autoridades: Dr. Fábio Ulhoa Coelho, docente titular da Faculdade de Direito da Universidade Católica de São Paulo (PUC), autor de obras sobre direito de empresas, como o recente livro *O Futuro do Direito Comercial*, e do Dr. João Geraldo Piquet Carneiro, advogado e ex-titular da Secretária de Desburocratização do Governo Federal, atual presidente do Instituto Hélio Beltrão.

Requerimento sobre a mesa.

Requer o aditamento do requerimento de audiência pública para a instrução do PLS 268, de 2002, para solicitar a inclusão de convidado. O Senador Randolfe Rodrigues requer a inclusão do Sindicato Nacional dos Optometristas. Sr. Ivan Rogério de Freitas Sciessere, como convidado para participar da audiência pública destinada à instrução do PLS 268, de 2002 – ato médico.

Submeto ao Plenário os requerimentos sobre a mesa.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O senhor me permite, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Concordando com os requerimentos, nesse requerimento sobre os cassinos, será que eu poderia aditá-lo ou tem que ser por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a pode fazer agora. Obviamente, que a Presidência acatará a indicação de V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim. Eu gostaria que, se fosse o caso também e concordando com essa audiência, que fosse oficiado ao GNCOC, Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas, que indicasse também um membro do Ministério Público para fazer parte dessa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação os requerimentos.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

O Senador Petecão pede a palavra pela ordem.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, é só para esclarecimentos. Na semana passada, está comissão não se reuniu por conta da morte do nosso ex-vice-Presidente. Tínhamos aí um encaminhamento a respeito da questão do fuso horário lá do Acre. O projeto iria tramitar na CAE e na Comissão de Relações Exteriores. Estou perguntando aqui na CCJ porque está comissão aqui foi palco da discussão na qual nós assumimos o compromisso de que iríamos dar a maior celeridade possível para que esse projeto tramitasse conjuntamente nas comissões. Estipulou-se o prazo: no máximo em trinta dias, estaríamos com esse projeto aprovado. Neste final de semana, estive lá na região de Juruá, Município de Cruzeiro do Sul, cuja população tem uma expectativa muito grande e tem nos cobrado muito.

O Governador Tião Viana, num gesto importante, mudou o horário das escolas – os alunos estão entrando 8 horas da manhã. Isso de alguma forma

ajudou, mas também criou um problema porque nas empresas privadas as pessoas entram às 7 horas; como a pessoa vai trabalhar às 7 horas e vai levar o filho às 8 horas para a escola? Nós entendemos que o referendo já resolveria tudo, mas como houve o questionamento por parte desta comissão, eu queria que o senhor me informasse sobre o andamento desse projeto. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Sergio Petecão, houve um entendimento nesta comissão, por parte de todos os seus Líderes, inclusive com a proposta de V. Ex^a e com a participação do nobre Senador Jorge Viana, sobre o Projeto de Lei que este plenário formulou de nº 91/2011, que altera o artigo 2º do Decreto 2.784, de 18 de junho de 1913, para estabelecer o fuso horário do Estado do Acre. Comunico a V. Ex^a e aos demais membros desta Comissão que, após uma conversa com o Presidente Sarney, esse projeto iria tramitar em três comissões: Comissão de Relações Exteriores, Comissão de Defesa Nacional e Comissão de Assuntos Econômicos. Foi feito um acordo entre os respectivos Presidentes para que o Senador Luiz Henrique da Silveira fosse designado relator nas três comissões pra esta matéria.

Informo ainda que tão logo seja apresentado relatório pelo Senador Luiz Henrique da Silveira, esta Presidência, por acordo de Líderes, repito, com a participação de todos os senhores Senadores e Líderes que compõem esta comissão, com a participação do Senador Pedro Taques, aqui presente, autor nominal do projeto, que tem autoria coletiva de todos os membros desta comissão, para a substituição de um projeto que havia sido apresentado por V. Ex^a... Inclusive nesse projeto consta a participação de todos os membros desta comissão. O Senador Jorge Viana me alerta que ele é parte desse projeto. Então esse projeto só não está assinado pelo Presidente da Comissão porque me deram a honra de presidi-la e como Presidente estou impedido regimentalmente. Só posso fazer voto de Minerva.

Pede a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Parabéns V. Ex^a pela condução deste assunto que é da maior importância para o Acre. Acho que esse encaminhamento é o adequado.

Antes de encerrarmos esta reunião, eu quero me associar e pedir um aditamento ao requerimento que trata de trazer pessoas para discutir a implantação ou não de cassinos no Brasil para trazer representante da Encla. No Ministério da Justiça, há um grupo tratando da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro e que junto com a sugestão do nobre Senador Pedro Taques nós poderíamos ouvir

aqueles que já trabalham nisso. Esta Comissão poderia ouvir os dois lados, faríamos um debate adequado aqui e assim encontraríamos o melhor juízo.

Por último, uma sugestão de procedimento da própria comissão. Tendo em vista a importância dos requerimentos, que são relevantes na comissão, poderíamos ter acesso aos que seriam apreciados na comissão um pouco antes, até para nos prepararmos e acrescentarmos ou não alguma melhoria nas iniciativas dos nobres Senadores. Sempre que for possível, sugiro que tomemos conhecimento daquilo que será votado. Sei que no início ou durante uma reunião se faz a apresentação de requerimentos, mas se pudéssemos conhecê-los um pouco antes situações como essa não seriam perdidas, como bem colocou o Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Determino, em cumprimento à sugestão de V. Ex^a, que os requerimentos que chegarem à Mesa antes do início de reunião, seja dados ao conhecimento de todos os Senadores,

Exatamente, como eu disse no começo da nossa reunião, por amor ao debate, por respeito ao trabalho de cada um de nós, enquanto Presidente for, V. Ex^{as} terão livre direito ao exercício do mandato parlamentar, tão dificilmente conquistado por todos nós.

O Senador Sérgio Petecão tem a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Presidente, o Senador Luiz Henrique já foi incumbido de fazer esse parecer?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira) – Não. Parecer não; pelo acordo de Líderes. Ele é o Relator. Obviamente, o parecer será de lavra e de autoria – aí nem a Presidência nem outro Senador pode interferir durante a execução do parecer. Debate-se o parecer, altera-se o parecer, pedi vista do parecer, faz-se adendo ao parecer, faz-se voto em separado ao parecer, mas cabe exclusivamente ao Relator elaborar o parecer e proferi-lo nesta Comissão.

O Senador Luiz Henrique foi designado – isso não aconteceu hoje, ele foi designado antes – e já deve estar trabalhando no seu relatório, que pode, inclusive, ser acompanhado por todos os Senadores que compõem ou não esta Comissão, que trata desse tema que é considerado relevante na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença dos senhores, mas antes de encerrar esta reunião quero submeter à apreciação dos Srs. Senadores a inclusão

dos nomes que foram aqui sugeridos: representante da OCOG... É isso?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Não; é GNCOC – Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas, que faz parte da Encla, do Ministério da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira) – Submeto aos Srs. Senadores. Os que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a inclusão.

Vou começar a marcar as audiências públicas no horário da tarde, depois do almoço e antes da deliberação do Plenário do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a Reunião 13h01min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2011.

Às onze horas e nove minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Roberto Requião, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Eduardo Amorim, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Ana Amélia, Marisa Serrano, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Marinor Brito, Clésio Anadrade, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Vital do Rego, Sérgio Petecão, Francisco Dornelles, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Lídice da Mata, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Kátia Abreu e João Alberto Souza, que justifica a ausência. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, inicia a deliberação da Pauta. Item 003: Substitutivo (Turno Suplementar), de autoria do Senador Augusto Botelho ao Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2008, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que “Dá nova redação ao inciso V do art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para assegurar aos pro-

fissionais do magistério em exercício da docência em regime de tempo integral metade da carga horária em atividades de estudo, planejamento, avaliação e outras não incluídas no trabalho de interação com os alunos previsto em seu plano curricular”. O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 004: Substitutivo (Turno Suplementar), de autoria do Senador José Nery ao Projeto de Lei do Senado nº 481, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Determina a instalação de quadras esportivas e locais apropriadas para a prática dos esportes olímpicos nas escolas da educação básica”. O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2010, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Institui o ‘royalty-criança’ e cria o Fundo Nacional da Educação Básica – FNEB, e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Pedro Simon e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. Item 002: Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2010, de caráter terminativo, de autoria dos Deputados Fátima Bezerra, Iram Barbosa, Cândido Vaccarezza e Maurício Rands, que “Declara Nilo Peçanha Patrono da Educação Profissional e Tecnológica”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Item 005: Requerimento nº 09/11-CE, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ângela Portela, que requer “... nos termos regimentais, a realização de reunião de audiência pública com o objetivo de discutir o processo de expansão da educação infantil após a aprovação de legislação destinada a favorecer sua universalização. Nessas condições, indico para convidados-expositores: Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, secretária de Educação Básica do Ministério da Educação; Daniel Silva Balaban, presidente do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação; Dioclécio Campos Júnior, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria e Secretário da Criança do Governo do Distrito Federal; Vital Didonet, Ex-presidente da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar/Brasil e vice presidente da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar para a América Latina, ex-coordenador de educação

pré-escolar no Ministério da Educação”. O Requerimento é aprovado. Item 007: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que requer “... nos termos do artigo 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de Sub-Comissão Temporária de Educação para efetuar análise e apresentar propostas em relação ao Projeto de Lei nº 8035/2010 que trata do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 (PNE-2011-2020), tendo em vista a relevância e abrangência do tema”. O Requerimento é retirado de pauta, em atendimento à solicitação do autor. Neste momento, a Presidência submete ao Plenário proposta de criação de Grupo de Trabalho, composto pelos Senhores Senadores Ricardo Ferraço, Marínor Brito, Cristovam Buarque e Paulo Paim, para acompanhar e propor ações a respeito do Plano Nacional de Educação. A proposta é aprovada. Logo após, a Senhora Senadora Ana Amélia requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de dois Requerimentos, o que é aprovado (ver Extra-Pauta Item 001 e 002). Item 009: Comunicados da Presidência: Não houve comunicados. Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 10/11-CE, de caráter não terminativo, de autoria das Senadoras Ana Amélia e Marisa Serrano, que requerem “Em aditamento ao Requerimento de nº 08/2011 – CE, que trata da realização de audiência pública para debater ‘A aquisição de direitos de transmissão de jogos de futebol profissional realizados no Brasil nas diversas modalidades de mídia’, requeiro que a mesma seja desmembrada em duas audiências públicas, com os seguintes convidados, respectivamente: **1ª Audiência Pública:** Sr. Fernando de Magalhães Furlan – Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); Sr. Ricardo Teixeira – Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF); Sr. Fábio André Koff – Presidente do Clube dos Treze; Representante da Rede Globo; Representante da Rede TV; Representante da Rede Record. **2ª Audiência Pública:** Sr. Andrés Navarro Sanchez – Presidente do Sport Club Corinthians; Sr. Juvenal Juvêncio – Presidente do São Paulo Futebol Clube; Sra. Patrícia Amorim – Presidente do Clube de Regatas do Flamengo; Sr. Paulo Odone Chaves de Araújo Ribeiro – Presidente do Grêmio Foot Ball Porto Alegrense. Sr. Vilson Ribeiro de Andrade – Vice-Presidente do Coritiba Foot Ball Club; Sr. Marcelo Guimarães Filho – Presidente do Bahia Futebol Clube”. O Requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 002: Requerimento nº 11/11-CE, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que requer “Em aditamento ao Requerimento de nº 05/2011 – CE, que trata da realização de audiência pública, para ‘discutir a situação nacional e os caminhos para melhorar a

qualidade do ensino, em particular do ensino técnico profissionalizante’, requeiro que sejam incluídos entre os convidados os seguintes nomes: Sr. Clésio de Andrade – Presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT); Sr. Antônio José Domingues de Oliveira Santos – Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e do Conselho Deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Sr. Márcio Lopes de Freitas – Presidente do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); Sr. Paulo Skaf – Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)”. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: Item 006: Requerimento, de autoria da Senadora Lídice da Mata e Item 008: Requerimento, de autoria da Senadora Kátia Abreu. O Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e seis minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Há número regimental. Declaro aberta a 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto ao plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, bem como a sua aprovação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. Os contrários, manifestem-se. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu gostaria de começar pelo item 3 da pauta. Mas, antes, quero informar aos Srs. Senadores que acabamos de fazer, na forma avençada numa reunião anterior, através do rodízio dos membros da Comissão, incluindo os suplentes, a distribuição de 140 projetos de lei que estavam aguardando distribuição na Secretaria. Dessa forma, hoje à tarde todos os projetos em tramitação na Comissão estarão nas mãos dos Srs. Senadores relatores. E nós contemplamos os suplentes da mesma forma que os titulares, até porque o trabalho era pesado e o número de processos, muito grande.

Gostaria de começar a nossa reunião com o item 3.

ITEM 3 – Terminativo -

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, DE 2008**
(Turno Suplementar)

Dá nova redação ao inciso V do art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para assegurar aos profissionais do magistério em exercício da docência em regime de tempo integral metade da carga horária em atividades de estudo, planejamento, avaliação e outras não incluídas no trabalho de interação com os alunos previsto em seu plano curricular.

Autoria: Senadora Fátima Cleide

Relatoria: Senador Augusto Botelho

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

O substitutivo de autoria do Senador Augusto Botelho ao PLS 397/08 foi aprovado na reunião do dia 14/12/10

Não sendo oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 284, combinado com os arts. 92 e 282, do Regimento Interno do Senado Federal.

Não foram apresentadas emendas ao projeto. Então, a Mesa dá o projeto por aprovado, para que continue sua tramitação.

ITEM 4 – Terminativo –

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 481, DE 2009**
(Turno Suplementar)

Determina a instalação de quadras esportivas e locais apropriados para a prática dos esportes olímpicos nas escolas da educação básica.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador José Nery

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Desde já, advirto a Comissão de que não tivemos emendas propostas.

Não tivemos nenhuma emenda até este momento.

E, se o plenário não se manifesta, está aprovado.

O que temos mais aqui?

ITEM 1 – Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, DE 2010

Institui o “royalty-criança” e cria o Fundo Nacional da Educação Básica – FNEB, e dá outras providências.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Pedro Simon

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Senador Pedro Simon, para apresentar o relatório.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 2, de 2010, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, visa a instituir o *royalty-criança* e o Fundo Nacional da Educação Básica (FNEB), sendo as definições, de ambos, apresentadas nos artigos 1º e 2º.

De acordo com o art. 1º, o novo *royalty* corresponde à parcela de recursos que couber à União, como resultado da exploração das reservas de petróleo existentes na camada do pré-sal. Já o FNEB, a teor do art. 2º, é um fundo de natureza contábil e financeira a ser constituído, de maneira preponderante, com os mencionados *royalties*, para fins de investimento na educação básica.

Nos artigos 3º e 4º do PLS são arroladas as fontes de recursos do FNEB – entre as quais prepondera o *royalty-criança* – e estabelecidos os critérios de distribuição a Estados, Municípios e ao Distrito Federal, destacando-se entre esses a proporcionalidade ao número de matrículas na educação de base nas respectivas redes de ensino.

Leio o parecer, porque a matéria me parece muito importante, Sr. Presidente, tem alcance profundo. Acho que vamos ter que meditar para fazer a análise sobre a decisão.

Os artigos 5º, 6º e 7º, compreendem normas de controle e fiscalização. Para tanto, o art. 5º cria o Conselho Deliberativo do FNEB, com a incumbência de fiscalizar a aplicação e a destinação dos recursos do Fundo, a ser integrado pelos Ministros de Estado da Educação e da Cultura, além de representantes das entidades que congregam dirigentes estaduais e municipais de educação, e trabalhadores em educação. O art. 6º dispõe sobre a sistemática de elaboração das demonstrações contábeis do Fundo.

O art. 7º, por sua vez, impõe ao Ministério da Fazenda o dever de encaminhar relatório trimestral de desempenho do Fundo, ao Congresso Nacional. Por fim, o art. 8º, numerado equivocadamente como art. 7º, estabelece a data de publicação como termo inicial de sua vigência. Para o autor, a medida é justificável, por destinar recursos à educação, com precedência sobre as demais.

O projeto, que terá decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), não recebeu emendas.

Análise

O PLS nº 2 de 2010 tem nítida inspiração no Projeto de Lei (PL) nº 5.940, de 2009, do Poder Executivo. É o projeto que o Poder Executivo já apresentou sobre a matéria. Em tramitação na Câmara dos Deputados, esse projeto do Poder Executivo institui Fundo Social com os recursos da União que vierem a ser gerados pela exploração do petróleo da camada pré-sal, direcionando-os à realização de projetos e programas de *combate à pobreza, desenvolvimento da educação, cultura, ciência e tecnologia e sustentabilidade ambiental*.

Vou falar um pouco mais baixo para não atrapalhar o pessoal que está falando ali, Sr. Presidente. Vou diminuir o tom, Se. Presidente. Cumpre destacar, no entanto, que a proposição em exame se faz inovadora e ambiciosa, quando comparada ao PL nº 5.940, de 2009, por destinar o investimento maciço desses recursos em educação, ciência e tecnologia.

Repare a importância, Sr. Presidente. O projeto do Executivo é amplo com relação a essa matéria ao passo que o projeto do Senador Cristovam se dedica à educação. Reparem que se trata de uma análise que vamos ter que destilar porque o Governo também não deixou de tratar da matéria, só que amplia a destinação enquanto o Senador Cristovam faz com que a destinação seja para educação. Repito: Cumpre destacar, no entanto, que a proposição em exame se faz inovadora e ambiciosa, quando comparada ao PL nº 5.940, de 2009, que veio do Executivo e está na Câmara dos Deputados.

O projeto do Executivo destina a verba para educação ciência e tecnologia. O autor empreende, assim, conceito inédito de rentabilidade dos recursos, que, ademais, é apropriado ao caráter não renovável das fontes geradoras dos recursos em comento. Essa efemeridade das fontes, *per se*, recomenda o uso dos recursos em áreas estratégicas e com garantia de retorno, como preocupação predominante, de parte dos países produtores.

A inovação aventada não poderia, dessa maneira, ser mais acertada e oportuna. A escolha da educação como destino prioritário de investimento reflete o amadurecimento do País com relação à preparação de um futuro promissor, sustentável. Afinal, o investimento na produção e disseminação de conhecimento, base da economia deste século, é o único capaz de potencializar transformações sociais e gerar resultados econômicos sustentáveis no médio e longo prazos.

No que tange à constitucionalidade, o projeto apresenta vício de iniciativa, por tratar de matéria situada entre aquelas da competência privativa do Presidente da República, consoante disposto no art. 61 da Constituição Federal. Para contornar essa falta, o Senado Federal, por meio do Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aquiesceu, em alguns casos, o cabimento de projetos de lei autorizativa, ante o condão de instar o Executivo a atuar em área em que é omissa, servindo, assim, de colaboração com aquele Poder. Por conta disso, apresentamos emenda para ajustar a proposição ao entendimento da douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

No mais, impende registrar que o projeto apresenta imprecisão terminológica ao usar, de maneira indistinta, expressões como “educação

de base” e “educação básica”. Considerando que não há consenso quanto à equivalência suscitada no projeto e que “educação básica” é termo e conceito consagrado na legislação educacional pátria, a denotar todo o nível de ensino que antecede a educação superior, sugerimos que o texto do PLS seja ajustado à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

Cumpre registrar, também, que o Fundo previsto no presente projeto tem um saudável caráter complementar ao atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Este, como se sabe, é alimentado por 20% dos principais impostos e transferências que constituem as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de um aporte da União estimado, hoje, em quase R\$ 8 bilhões. Entretanto, essa complementação da União é direcionada a dez Estados que apresentam menor gasto médio por aluno. Já o fundo dos *royalties* reforçará o financiamento da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio de todos os entes federados.

Não se deve também omitir a necessidade de novas políticas de gestão nas redes públicas de ensino para fazer com que esses novos recursos se convertam efetivamente em investimentos na educação, de modo a propiciarem maior qualidade dos serviços e maior aprendizado dos estudantes. Tal reflexão se impõe.

Finalmente, entendo dispersivo o uso de dois artigos para dispor sobre conceitos interdependentes.

Esse é meu voto, Sr. Presidente, com a emenda que diz:

“Autoriza o Poder Executivo a instituir o *Royalty* Criança e o Fundo Nacional da Educação Básica (FNEB).”

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o *Royalty* Criança e o Fundo Nacional da Educação Básica (FNEB).

Sr. Presidente, o Governo já mandou o projeto. (Pausa.)

Já foi sancionado pelo presidente da República o chamado Fundo Social.

Diz o seguinte:

“É criado o Fundo Social, de natureza contábil e financeira, vinculado à Presidência da República, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional.”

E destina: educação, cultura, esporte, saúde pública, ciência e tecnologia, meio ambiente, mitigação e adaptação das mudanças climáticas. Essa é a lei hoje. O Senador Cristovam quer que essa aplicação seja exclusivamente em educação. E essa é a nossa discussão.

Eu, com toda sinceridade, com o maior respeito ao projeto do Governo, sou favorável ao projeto do Senador Cristovam. Acho que distribuir da forma com que a lei hoje determina é fazer uma geleia geral e não fazer coisa nenhuma. Da maneira como quer o Senador Cristovam, é realmente fazer um fundo grosso e maciço na educação. Justiça seja feita, o Senador Cristovam é um apóstolo da educação. A sua dedicação, o seu amor, a sua paixão por essa causa merecem admiração e respeito. Por isso eu vejo com simpatia seu projeto. Todavia, a assessoria da Casa diz que não podemos aceitar o projeto do Senador Cristovam como está porque ele é determinativo. E esse tipo de projeto é de exclusividade do Poder Executivo. Não cabe a nós dar a destinação.

Então, a Comissão de Constituição e Justiça e nós – e eu sou um dos responsáveis naquela Casa – decidimos criar o tal de projeto autorizativo. Quer dizer, na verdade, não significa muito – não precisa fazer essa cara, que eu sei. Não precisa muito, mas, de qualquer maneira, significa a posição do Congresso. A posição do Congresso é esta: se a Casa achar de aprovar o projeto como está, isto é, determinando, eu concordo. Não tenho nenhuma paixão pelo meu substitutivo, e se a Casa resolver aprovar o projeto do Cristovam como veio, determinando, eu sou favorável. Ainda que o Presidente da República venha a vetar.

Era isso, Sr. Presidente.

Peço desculpas por ter atrapalhado a conversa das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, Senador, esse projeto, conforme decisão de uma reunião anterior da Comis-

são, devia estar sobrestado até uma decisão da Comissão de Constituição e Justiça. Nós enviamos uma série de projetos para lá. Não foi sobrestado especificamente esse projeto porque ele já havia tramitado na Comissão.

O relatório foi lido e está em discussão.

Senadora Marisa Serrano, Senador Wellington Dias e Senadora Ana Rita.

Senadora Marisa Serrano com a palavra.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada.

Eu queria aqui fazer um comentário a respeito desse projeto e do relatório do Senador Pedro Simon.

Eu sou amplamente favorável. Acredito que para que possamos erradicar a pobreza no País precisamos da educação; para que alcancemos ciência e tecnologia precisamos da educação; e para que possamos promover a cultura precisamos da educação. Então, para qualquer ato em que pensarmos precisamos de um povo educado, um povo que tenha conhecimento, que detenha conhecimento e que possa produzir conhecimento. Portanto, quero aqui deixar meu apreço ao Senador Cristovam, cumprimentar o Senador Pedro Simon pelo relatório e pelas emendas e dizer que aprovo e que sou amplamente favorável a essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu acho que é um projeto que nos permite um amplo debate. Eu queria apenas me deter um pouco mais sobre ele. Primeiro, ele cria o Fundo de Desenvolvimento de Ensino Básico. Nós já temos, que é o Fundeb. Vamos criar um outro? Como é que fica, em paralelo com o outro?

Nós estamos falando de uma receita, a receita do Fundo Social. Não sei se todos têm essa compreensão, mas, se se confirmarem as projeções apresentadas – e até aqui elas têm se confirmado –, de que chegaríamos, em 2010, a cerca de dois milhões de barris/dia; para 2015, a previsão é de chegarmos ao dobro, aproximadamente quatro milhões de barris/dia; para 2019, a previsão é de 5,7 milhões de barris/dia. Se trabalharmos com a venda, estamos falando de aproximadamente – em 2019 – um trilhão e trezentos milhões de reais no Fundo Social, para compreendermos o que estamos falando aqui.

Por essa razão, sou levado a crer que... Com toda a compreensão da importância da política de educação para todas as áreas, mas o projeto que foi inclusive aprovado pelo Senado, regulamentando sobre isso, estabelece um teto mínimo para a educação, que é em torno de 50% dos valores dos rendimentos.

Então, eu gostaria de pedir vistas ao projeto, gostaria de reexaminar a matéria com mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vista concedida por cinco dias.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Senador Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu acho que vamos... Apesar de o Senador ter pedido vistas, vamos dar a palavra à Senadora Ana Rita para continuar o debate.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero aqui também ressaltar e fazer coro à palavra do Senador Wellington. Primeiro, dizer que o projeto é extremamente importante. Com certeza, não temos dúvida de que é importantíssimo investirmos cada vez mais na educação, uma educação de qualidade. Penso que a intenção do Senador Cristovam Buarque é bastante louvável. Até porque sou de um Estado produtor de petróleo e, mais do que nunca, é importante discutirmos a destinação dos *royalties* do petróleo. E destinar os *royalties* do petróleo para a educação é extremamente importante. Mas também percebo que há outras legislações em andamento e que precisamos conversar mais sobre isso. Eu acho que uma definição aqui hoje, uma decisão aqui hoje, de certa forma, não nos possibilita uma análise mais profunda para que possamos compreender melhor o impacto que isso terá, considerando as demais legislações. A discussão, na verdade, vem reforçar o que já está posto hoje, mas é necessário aprofundarmos um pouco mais.

Então, quero aqui, Sr. Presidente, reforçar o pedido de vista do Senador Wellington.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Penso que, como houve o pedido de vista, o senhor abriu o debate e a Senadora Ana Rita...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vistas coletivas.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Vistas coletivas. Agora eu queria, fora da pauta,... Há um aditamento a requerimento já apreciado por esta Comissão, Sr. Presidente, e eu queria que fosse apreciado. Trata da realização de audiência pública para debater a questão relacionada à aquisição dos direitos de transmissão dos jogos de futebol profissional realizados no Brasil nas diversas modalidades de mídia...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora, está previsto na pauta a análise do aditivo.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Desse aditivo?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sim.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Está previsto?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Está.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Então...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Então, vistas coletivas, por cinco dias. Com uma única observação:...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Desculpe-me, Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O relatório do Senador Pedro Simon transforma em um projeto autorizativo, que, na verdade, se resume a uma simples indicação, porque falece ao Senado da República a iniciativa para esse tipo de lei. Então, isso termina sendo uma mera sugestão. Passa a não ter essa importância impositiva que se poderia pretender. De qualquer forma, vistas coletivas por cinco dias.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, não ficou claro para mim. Esse projeto mereceu análise da CCJ?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não, não. Esse projeto vai para a CCJ... Para a CAE, não é para a CCJ.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Então, o aspecto da constitucionalidade não foi avaliado pela Comissão pertinente?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não foi avaliado. Não foi avaliado. Ele é inconstitucional. Aliás, nós já estávamos tentando resolver isto em uma reunião anterior: a inconstitucionalidade de 67 projetos que mandamos para a Comissão de Constituição e Justiça.

E, além da inconstitucionalidade, existem outros projetos inconstitucionais que podem ser reduzidos ao absurdo, como a denominação de uma estrada com cinco, seis, sete, dez, quinze nomes diversos, descharacterizando-se e dificultando-se sua identificação. Nós vamos começar sobre os tais tipos de matéria. Mas, de qualquer forma, essa matéria fica postergada, pelo pedido coletivo de vista, para uma próxima reunião.

Item 2: Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2010. Declara Nilo Peçanha patrono da educação profissio-

nal e tecnológica. Autoria: Deputada Fátima Bezerra; Relator: Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2010, cujo primeiro signatário é a Deputada Fátima Bezerra, compõe-se atualmente de dois artigos.

No primeiro, fica declarado Nilo Peçanha patrono da educação profissional e tecnológica do Brasil. Já o segundo determina o início de vigência da futura lei na data da sua publicação.

Sr. Presidente, acho que não preciso ler todo o relatório. Todo mundo sabe a importância para o ensino técnico do nosso País de Nilo Peçanha. Acho que é uma justa homenagem. Eu mesmo me formei no SENAI, em Caxias do Sul, que se chamava Escola Nilo Peçanha – SENAI.

A história de Nilo Peçanha é belíssima, e foi por intermédio dele que surgiram as primeiras escolas técnicas do nosso País.

Eu poderia aqui lembrar, numa homenagem a Nilo Peçanha: o Presidente Nilo Peçanha era filho de Sebastião de Sousa Peçanha, padeiro, e de Joaquina Anália de Sá Freire, descendente de uma família importante da política do Rio de Janeiro.

Peçanha não era filho único: tinha mais quatro irmãos e duas irmãs. A família vivia pobremente em um sítio no atual distrito de Morro do Coco, Campos de Goytacazes. O próprio Presidente falava de suas origens muito humildes, tendo sido criado a pão dormido e paçoca.

Nilo Peçanha era afrodescendente. Por sua cor, foi descrito como sendo mulato e frequentemente ridicularizado na imprensa, em charges e anedotas que se referiam à cor da sua pele. Durante sua juventude, a elite social de Campos de Goytacazes chamavam-no de “Mestiço do Morro do Coco”.

Sr. Presidente, só quis fazer uma pequena leitura, falando um pouco da vida de Nilo Peçanha, para mostrar quanto o preconceito existiu e existe em nosso País.

Enfim, acho que é uma justa homenagem. Nilo Peçanha é um símbolo do ensino técnico em nosso País, há mais de um século. E é mais do que correto aqui deliberarmos sobre a intenção da nobre Deputada Fátima Bezerra.

Por isso tudo, Sr. Presidente, sem ler o vasto relatório, sou pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2010, Projeto de Lei nº 6.089, de 2009, na origem.

Está feito o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Paulo Paim. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

A votação tem de ser nominal, e estamos sem *quorum*. Um Senador se retirou, e falta exatamente um Senador para haver *quorum*.

Vou sobrestar e passar a votar os requerimentos.

A votação é nominal.

Item 5: requerimento da Senadora Angela Portela.

A Senadora está com a palavra, para a leitura do requerimento.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, sugeri a realização dessa audiência pública, para examinar o processo de expansão da educação infantil, principalmente porque neste momento é que está em pauta de discussão o Plano Nacional de Educação na Câmara dos Deputados, que posteriormente virá para o Senado.

E, embora tenhamos observado grandes avanços no nível de escolaridade do País, na melhoria da qualidade da educação básica, entendemos que, na educação infantil, ainda temos um longo caminho a percorrer, até atingirmos as metas que estão previstas no PNEE 2011/2010, que inclui metas de acesso e que determina a universalização da educação infantil até 2016 e o acréscimo de vagas em 50% no atendimento a crianças de zero a cinco anos em creches, principalmente porque se observa o interesse da Presidenta Dilma em valorizar a educação infantil em nosso País.

Na semana passada, ela, no Palácio do Planalto, numa audiência, mostrou seu interesse em melhorar o ensino de educação infantil em nosso País, assinou convênios para a construção de seis mil novas unidades de creches em nosso País, um investimento de R\$800 milhões para a construção de 718 unidades em todo o nosso País.

Então, observamos que há um interesse grande do Governo brasileiro, do Governo da Presidenta Dilma, em cumprir as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação.

A educação infantil é importante, é uma etapa da educação das crianças que não pode ser negligenciada. Temos dados que mostram claramente que o atendimento é inferior a 20% das crianças brasileiras. Temos dados do PNAD de 2007, que mostram que o Brasil tinha 44,4% das crianças de zero a seis anos estudando, porém esse número é mais representativo no universo de quatro a seis anos, em que a cobertura alcança 77%.

A cobertura de creches continua pequena, representando apenas 17,1% do total das crianças. Então, estimamos que mais de 11 milhões de crianças brasileiras entre zero a seis anos estão fora das creches e pré-escolas, por isso a importância de discutirmos o processo de expansão das creches neste momento em que o Fundeb financia a educação infantil, em que o Governo brasileiro prioriza uma oferta maior de educação infantil em nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Lido o requerimento, em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecer sentados, e os contrários se manifestem. (Pausa.)

Aprovado.

A data fica a cargo da comissão de pauta.

Item 6. Requerimento nº 2011, da Senadora Lídice da Mata.

A Senadora não se encontra. Conforme já havíamos combinado, não vamos colocá-lo em votação.

O SR. WALTER PRINHEIRO (Bloco/PT – BA) – (Intervenção fora do microfone.) Sr. Presidente, eu posso subscrever o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu acho que não. Vamos estabelecer uma ordem nisso. Estamos vendo... Já tivemos um impasse aqui, numa audiência pública com muito pouco *quorum*. Acho que tem de haver uma responsabilidade direta, e a defesa tem de ser feita por... Se o Senador tivesse subscrito anteriormente, tudo bem.

Na próxima reunião, nós o colocamos em votação.

Item 7. Requerimento de 2011, do Senador Ricardo Ferraço.

A respeito desse requerimento, o Senador pede para criar uma subcomissão em relação ao projeto do Plano Nacional de Educação. Como essa é a matéria mais importante da Comissão de Educação, eu tinha conversado com o Senador, contrapondo-me a essa ideia e propondo que examinássemos o projeto no âmbito mais amplo da Comissão e que, chegando o projeto ao Senado, subdividindo-o, nomeássemos alguns relatores e sub-relatores, dando a oportunidade a uma série de Senadores para participarem da discussão.

Pergunto ao Senador se insiste na subcomissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, a proposta de V. Ex^a contempla plenamente a minha preocupação.

Qual é a minha preocupação?

O governo encaminhou ao Congresso Nacional esta matéria, que é de absoluta relevância, somente ao final de 2010, quando, na verdade, esse novo plano de metas já deveria estar valendo para 2010.

A Câmara dos Deputados constituiu recentemente a comissão, mas ainda não iniciou os trabalhos. Ou seja, a possibilidade de ficarmos 2010 e 2011 sem o Plano Nacional de Educação é um fato concreto e objetivo, até porque se tomarmos e levarmos em conta que pode acontecer com esse projeto o que tem acontecido com as medidas provisórias, a Câmara poderá esgotar todo esse debate lá e o que restará para o Senado Federal receber este projeto, em que momento, em que tempo, para que possamos nos debruçar sobre esse tema, que é decisivo para as metas para os próximos dez anos.

O sentido do meu requerimento, o sentido da minha reflexão é na direção de pensarmos o que poderíamos, nesta Comissão, fazermos em paralelo para irmos acumulando juízo de valor, massa crítica, audiências públicas, para que pudéssemos ir discutindo esse assunto, para que quando fosse o momento de o recebermos oficialmente já tivéssemos um acumulado de informações. Mas o meu requerimento fica contemplado com a proposta de S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas, no mesmo sentido, Senador, eu aqui imaginava uma solução de antecipação da discussão. Na próxima quarta-feira, dia 06/04, sem ser a de amanhã, teremos audiência da Ministra da Cultura; posteriormente ao dia 6, se o Plenário concordasse, poderíamos iniciar com uma audiência pública paralela sobre o Plano – temos cópia do Plano que chegou à Câmara – antecipando essa discussão, e o Senador se encarregaria de fazer uma proposta de pessoas que seriam ouvidas inicialmente nesse processo, mesmo que oficialmente não pudéssemos estar discutindo; estaríamos antecipando a discussão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Como forma de tentarmos recuperar o tempo perdido, porque o Plano de Metas deveria estar em exercício em 2010 e não está.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu ousaria sugerir que o Senador Ferraço, a Senadora Marinor e o Senador Cristovam se encarregassem de modelar uma primeira audiência pública, que seria votada na próxima reunião da Comissão. E o Senador Paim? Não?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pode ser. Aceito.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos modelar uma próxima reunião e

numa terça-feira votaríamos essa audiência pública. Assim, eu não coloco em votação o seu requerimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O meu requerimento está contemplado com a proposta de S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Perfeito.

Item 8 da pauta.

Requerimento da Senadora Kátia Abreu, que, como S. Ex^a não está presente, não colocarei também em votação.

Já temos quorum para votação? (Pausa.)

Extra pauta, mas que já estava agendado: discussão da complementação da audiência pública referida pela Senadora Ana Amélia. Com a palavra a Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente Roberto Requião.

Em aditamento, então, ao Requerimento nº 8, de 2011, desta Comissão, que trata de realização de audiência pública para debater a aquisição de direitos de transmissão de jogos de futebol profissional realizados no Brasil, nas diversas modalidades de mídia, estou requerendo, junto com a Senadora Lídice da Mata e também a Senadora Marisa Serrano, que a mesma seja realizada em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e que seja desmembrada em duas audiências públicas com os seguintes convidados, respectivamente: para a primeira, Fernando de Magalhães Furlan, Presidente com Cade, Conselho Administrativo de Defesa Econômica; Ricardo Teixeira, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol; Fábio Koff, Presidente do Clube dos 13; representantes das redes de televisão: Rede Globo, Rede TV e Rede Record.

A segunda audiência, Sr. Presidente, seria com a participação dos Srs. Andrés Navarro Sanches, Presidente do Sport Clube Corinthians Paulista; Juvenal Juvêncio, Presidente do São Paulo Futebol Clube; a Sr^a Patrícia Amorim, Presidente do Clube de Regatas do Flamengo; o Sr. Paulo Odone Chaves de Araújo Ribeiro, Presidente do Grêmio Foot-Boll Porto Alegrense; Vilson Ribeiro de Andrade, vice-presidente do Coritiba Futebol Clube; e Marcelo Guimarães Filho, Presidente do Bahia Futebol Clube, que aí atende a Senadora Lídice da Mata; e também a Senadora Marisa Serrano queria incluir mas aceitou essa lista que apresentamos.

Essa é a proposta em aditamento ao requerimento já apresentado pela Comissão, Presidente Roberto Requião.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria subscrever, Excelência, o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Gostaria de fazer uma observação. Essa proposta de acoplamento à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática pode nos levar a uma dificuldade que resultará na inviabilização da reunião.

Não podemos decidir por uma comissão que não é a nossa e vamos começar a ter uma incompatibilidade de horários de propostas. Estamos com oito pessoas convidadas, um número pesado para uma audiência pública. Essa é uma audiência pública de 15 ou 16 horas continuadas.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Serão duas audiências separadas, Sr. Presidente, porque não haveria condições de fazer no mesmo dia as duas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É mais razoável assim.

O requerimento original já foi aprovado.

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, nessa mesma linha, estou requerendo, através de um aditamento, que se amplie a audiência para dar mais representatividade a essa audiência, convocando clubes que não estão representados aí no Clube dos 13.

Nesse sentido, solicito a inclusão de representantes dos clubes de maior torcida no Brasil, como o Sport Club Corinthians, o Clube de Regatas Flamengo...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, as suas sugestões já foram contempladas na proposta da Senadora Ana Amélia.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – E também um clube do Nordeste, me parece que o Esporte Clube Bahia também está contemplado.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria pedir a avaliação das autoras, para que a gente possa também incluir a representação dos clubes da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas existe essa representação?

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Existe. Existe um clube no Pará que é o mais querido da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sim, mas quando se fala em representação dos clubes da Amazônia há um pressuposto de que eles se reuniram para indicar determinado clube.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Campeão de renda, chamado Clube do Remo.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Teríamos grande prazer em ouvir, Presidente, a representação de todas as regiões do País, mas estamos numa questão muito séria de tempo, de agilização desse debate

e, eventualmente, poderemos, mais tarde, depois de realizada esta que envolve as principais torcidas do Brasil, dos maiores times de futebol, que possamos, em um outro momento, fazer a discussão com os outros times, porque o Remo merece tanto quanto os outros estar aqui, como diz a Senadora Marinor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Estamos discutindo uma coisa que mexe com o imaginário do povo brasileiro. Futebol, sem dúvida, é um fenômeno da cultura brasileira e ele se movimenta no País inteiro. Acho que a oportunidade – por isso inclusive pedi para subscrever – de debater essa questão influencia a vida, o cotidiano da vida de todos os Estados brasileiros, porque a forma como esse debate ocorre interfere nos calendários regionais dos clubes do País inteiro.

Acho que uma representação, nem que seja da Federação, não significa... Acho que tem que valorizar o esforço dos que estão...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas, Senadora, não podemos inviabilizar a reunião.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não, não é inviabilizar, é convidar. Qual é o problema de o Senado Federal reconhecer a existência desse fenômeno, da importância desse debate no Brasil inteiro?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – 27 Estados.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria só também lembrar que o Remo, Senadora Marinor...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É uma impossibilidade física.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não, nem está...

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Ele não está na primeira divisão.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – ...na primeira divisão, mas não se trata só disso. É a importância do debate. Talvez até por isso não esteja.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – É, perfeito. Isso mesmo.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pela discriminação histórica com que têm sido tratados os clubes da região amazônica em relação à dita elite do futebol brasileiro.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Eu lhe agradeço muito. Então, queria submeter ao Presidente, Senador Roberto Requião, a apreciação desse aditamento, respeitando as considerações e a posição da Senadora Marinor, mas discutindo uma segunda etapa, a questão dos clubes da segunda divisão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu só gostaria de chamar a atenção

do plenário, porque a discussão está tão interessante que não temos mais quórum para votar. Podemos votar simbolicamente um requerimento, mas o interesse despertado pela audiência dos clubes é tão grande que nós tínhamos 19 Senadores e agora temos 7.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, me desculpe, mas não me parece que seja falta de interesse. Esta Casa é uma máquina de fazer doido. Tem quatro comissões, e eu sou titular de uma comissão que eu gostaria de ver – Código Florestal –, importantíssimo, que tem questões ambientais, eu queria estar lá e também não posso.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Senadora, eu estou assustado, porque estou aqui há 30 anos e não tinha me dado conta.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Ah, mas eu talvez esteja trabalhando mais do que V. Exª. Estou trabalhando 12 horas aqui, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas V. Exª, em dois meses, já chegou à conclusão de que esta é uma casa de fazer doido?

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Mas 12 horas por dia aqui, Senador Pedro Simon!

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Talvez isso tenha a ver com a sensibilidade das mulheres, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas eu acho que V. Exª está certa.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – A percepção é mais imediata.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senadora Marinor. Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas é exatamente aonde quero chegar.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Espero que a Casa não seja machista.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É a impossibilidade material de fazermos reuniões com onze comissões trabalhando simultaneamente e com número excessivo de pessoas. Assim como é impossível fazermos uma reunião para escutarmos clubes de 27 Estados, até porque seria uma escolha nossa, uma vez que os clubes dos Estados não se reuniram para viabilizar uma representação.

Coloco, então, em votação a proposta da Senadora Ana Amelia.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Coloco em votação a proposta aditiva da Senadora Marinor, de acrescentar... Qual é o clube, Senadora?

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu deixo o destaque para discutir mais à frente. Não vou fazer aqui cavalo de batalha, não, mas não quero deixar que esse assunto não tome a dimensão necessária de debater essa questão no Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E retiramos a Comissão de Tecnologia.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Concorde. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Não, sobre essa questão, não quero manifestar-me. Sou inteiramente de acordo com a Senadora Ana Amelia.

Quero uma questão de ordem mesmo: V. Exª já votou esse requerimento? Está votado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Está votado.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Então, apenas uma questão de ordem, Sr. Presidente. Por falha minha, uma falha que tive, estava junto com a Senadora Ana Amelia em duas comissões de que faço parte – Comissão de Meio Ambiente e Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Agrário –, e fica lá do outro lado do corredor.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Na Ala Nilo Coelho.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – E, como estou com problema no joelho, levei um tempo para chegar aqui. Senti demais, porque cheguei e estava terminando a votação dos Itens nºs 3 e 4, que reputo que foram os dois mais importantes, sem desmerecimento dos outros, mas dois extremamente importantes em discussão nesta Casa. Sinto muito não ter podido estar aqui, porque gostaria muito de debater os dois requerimentos. Quero deixar apenas a minha manifestação, para que todos saibam que não foi por outra razão que não estive aqui, num debate que era sumamente importante para esta Casa, e que foi votado rapidamente sem que pudéssemos ter tempo de manifestar nossa opinião. Até porque, Sr. Presidente, tem uma Adin de Governadores que discutem o problema – está ainda em discussão – e...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora, nós não votamos essas matérias pela ausência dos autores. As emendas...

Exatamente, a 3 e a 4.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Não foi votado? Não foi votado o turno suplementar?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não, turno suplementar não tem voto.

Não havendo emenda, é dada como aprovada e segue...

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Exatamente, mas a minha preocupação maior – eu acho que é uma atenção que temos de tomar na reforma do Regimento do Senado... É evidente que todos nos sentimos honrados em presidir uma comissão, mas onze comissões funcionando simultaneamente inviabilizam o trabalho de cada uma delas.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer V. Exª e a Senadora Ana Amelia. O problema é o seguinte: nós tínhamos um número de comissões absolutamente normal. Aí, foi aumentando. Por quê? Porque cada um queria pegar uma presidência. Então, Educação e Cultura. Então, vamos criar uma comissão para cultura, e pega um presidente. Aí...então, ainda não estamos completos. Vamos ter mais dez comissões porque tem dez companheiros que querem pegar presidência. É esse o motivo pelo qual temos tantas comissões.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Daí, também, Senador, a minha hesitação aqui em preencher e instalar as subcomissões da comissão de educação. Nós vamos acabar não conseguindo fazer funcionar nenhuma. A secretaria me informa....

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu, por exemplo, não participo de subcomissão, porque não vou ter condições de ir. Então, eu não aceito.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – ...sequer nas que estão instaladas. De seis comissões, o Senado partiu para onze comissões. Isso está inviabilizando o funcionamento das comissões do Senado.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas, Presidente, a análise feita, muito singelamente, pela Senadora Ana Amelia nós deveríamos analisar. Talvez buscar um psicanalista, um psicólogo, para ver até que ponto isso está se transformando numa fábrica de doidos.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – O senhor está contratado, Senador Pedro Simon, para esse trabalho. O senhor é experiente, é político, e sabe....

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Em primeiro lugar, não sou psicólogo.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – O senhor tem...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Em segundo lugar: com 30 anos, talvez eu seja o mais doido.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – O senhor tem aquilo que psicólogo não tem, que é experiência desta Casa, e um psicólogo não teria, para dizer como ela funciona, quais são suas naturezas, quais são as articulações necessárias, como a gente tem que ter um comportamento de tolerância com as pessoas que não sabem, como é o meu caso.

Agradeço muito a sua recomendação, Senador Pedro Simon, mas queria pedir licença...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Nós temos mais um requerimento da Senadora Ana Amélia, extra-pauta, aditamento.

Passo a palavra à Senadora para leitura do requerimento.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, este é também um aditamento ao Requerimento nº 5, de 2011, que trata da realização de uma audiência pública para discutir a situação nacional e os caminhos para melhorar a qualidade do ensino, em particular do ensino técnico profissionalizante. Estou requerendo sejam incluídos entre os convidados os seguintes nomes: Dr. Clésio Andrade, nosso colega, Senador, que é Presidente da Confederação Nacional dos Transportes e do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Transportes; Sr. Antonio José Domingues de Oliveira, Presidente da Confederação Nacional de Comércio e do Conselho Deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, o Senac; Márcio Lopes de Freitas, Presidente do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, SESCOOP; e Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Fiesp, isso em razão de que o Sistema S, Presidente, todo ele, em massa, manifestou interesse de dar a contribuição. Como sabe V. Exª, o Sistema S tem um papel significativo na questão do ensino profissionalizante do nosso País. Por isso, esse aditamento ao requerimento anterior, que já foi aprovado por esta Comissão.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o aditamento da Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. Os contrários se manifestem.

Aprovado.

Com a palavra a Senadora Marinor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – A gente tem que amadurecer à medida que as coisas vão se juntando e nos permitindo refletir mais profundamente. A Comissão de Direitos Humanos tomou uma decisão

coletiva de realizar suas audiências, suas reuniões, nas segundas-feiras, um dia que não tem absolutamente nenhuma concorrência do ponto de vista das comissões. Eu estou preocupada com a qualidade do debate, sobretudo quando entrarmos no alimento educacional dos próximos anos, que é o Plano Nacional, para que a gente não faça de forma atabalhoada, corrida, sem o devido comprometimento com a questão. Se a gente não poderia, pelo menos na realização das audiências, alterar o dia para quarta-feira. Se a gente não poderia amadurecer com os integrantes da Comissão a realização das audiências nas quartas-feiras, porque eu acho que a gente limpava um pouco a pauta, acelerava o processo e evitava essa perda de qualidade, porque a ausência de Senadores para responder às demais comissões vai fazer falta. Uma sugestão para a nossa Presidência: dar uma acumuladinha, consultar as lideranças que participam desta Comissão, para ver se a gente não teria uma alternativa entre...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Essa alternativa, Senadora, não seria segunda-feira.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não, não seria segunda-feira; na quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Eu tenho estado presente com a Senadora Ana Amélia, às segundas-feiras...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Na quarta-feira, na quarta-feira. A proposta é na quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Nós vamos sobrepor as outras comissões. O problema é que nós temos comissão demais funcionando ao mesmo tempo.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Mas isso não vai se resolver no curto prazo, Excelência. A gente tem que encontrar uma mediação. Eu queria propor que a gente refletisse.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Mas nós não vamos... Essa mediação...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não é para responder agora. Vamos refletir sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Perdoe-me a resposta imediata. Eu não vou refletir sobre uma impossibilidade.. Nós temos onze comissões trabalhando simultaneamente. Segunda-feira, por exemplo, temos dois ou três Senadores no Plenário. No Plenário! Com toda possibilidade de audiência da televisão do Senado. A Comissão de Direitos Humanos está funcionando, mas com audiência pública.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – É exatamente isso que eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Com audiência pública, e não com a presença dos Senadores.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Ontem tinha a presença dos Senadores. Não estava lotada, mas nós estávamos lá. Dia de segunda-feira é dia de trabalho, tem que começar a reverter essa situação. Os funcionários vêm trabalhar, por que os Senadores não vêm?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Mas é exatamente como o Senador Pedro Simon está dizendo: são dois Senadores e uma audiência pública ampliada. E as comissões têm audiências públicas vez por outra, mas esse é um espaço de discussão das Srªs e dos Srs. Senadores que têm, a fim e a cabo, que decidir sobre as matérias. Audiências públicas têm alguma facilidade de se realizar até no domingo, mas nós não podemos viver de audiências públicas, porque temos que deliberar.

Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Eu não pedi a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Não pediu? Mas mesmo assim eu lhe ofereço.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Já que é compulsória, eu só quero dizer que V. Exª, nesse caso, Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Eu sabia que V. Exª queria a palavra. *(Risos)*

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – ...Senadora Marinor, com quatro anos que eu estou aqui e procuro ser o mais assídua possível às comissões que pertencço, é sumamente impossível trabalharmos numa segunda-feira. Já tentamos isso. Fico feliz de a Comissão de Direitos Humanos estar realizando, mas é muito difícil, na segunda-feira, realizar comissões aqui. Já tentamos isso em outras épocas. Não foi para a frente. Falha na primeira, na segunda, depois não tem mais ninguém. Então eu acho que nós deveríamos continuar com o nosso ritmo. E, mesmo assim, já está sendo difícil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Apesar das dificuldades, eu gostaria de informar aos Senadores que remanescem na nossa reunião que o nosso quorum tem sido, senão o mais alto, o segundo quorum mais alto do Senado da República na comissão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É V. Exª na Presidência.

A SRª ANA AMELIA (PP – RS) – Sob o comando da Presidência. É a capacidade de liderança.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a sessão e convocada para a próxima terça-feira.

(Levanta-se a Reunião às 12h06min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE ABRIL DE 2011.

Às onze horas e quinze minutos do dia cinco de abril de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senador Roberto Requião**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Garibaldi Alves, Ana Amélia, Marisa Serrano, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Marinor Brito, Anibal Diniz, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Vital do Rego, Francisco Dornelles, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Agripino e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Magno Malta, Eduardo Amorim, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Kátia Abreu e João Vicente Claudino. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando quórum para deliberação do projeto terminativo. **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Institui o ‘royalty-criança’ e cria o Fundo Nacional da Educação Básica – FNEB, e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Pedro Simon e o parecer favorável é aprovado, com as emendas nº 01-CE, nº 02-CE, nº 03-CE e nº 04-CE. **Item 003: Requerimento nº 12/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que requer “Com fulcro no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para celebrar o centenário de nascimento do artista Carybé e debater a importância de sua obra. Ademais, sugiro que figurem, entre as autoridades convidadas para palestrar na referida ocasião: – a **Sra. Solange Bernabó**,

filha do artista e dirigente do Instituto Carybé; – o **Sr. Antônio Risério**, poeta, tradutor, ensaísta, antropólogo e pesquisador baiano; – o **Sr. Albino Rubim**, Secretário de Cultura do Estado da Bahia; – o **Sr. Juan Pablo Lohlé**, Embaixador da Argentina no Brasil”. O Requerimento é aprovado. **Item 005: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Wellington Dias e Walter Pinheiro, que requerem “... nos termos regimentais, seja realizada audiência conjunta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com o objetivo de levar ao conhecimento destas Comissões um trabalho coordenado no país pelo Prof. Dr. Miguel Nicolelis, que faz o uso democrático da ciência para transformação social e econômica do Brasil”, com os seguintes convidados: **1. Prof. Dr. Miguel Nicolelis – pesquisador na Universidade Duke; membro das Academias Brasileira, Francesa e do Vaticano de Ciências; criador do Instituto Internacional de Neurociências de Natal Edmond e Lilly (IINN-ELS). 2. Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT. 3. Representante do Ministério da Educação**”. O Requerimento é aprovado. Logo após, o Senhor Senador Roberto Requião requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta Item 001**). Prossequindo, a Senhora Senadora Marinor Brito requer, oralmente, a inclusão extra-pauta do “calendário de reuniões do grupo de trabalho responsável pelo Plano Nacional de Educação”, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta Item 002**). **Item 006: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Aviso nº 2/3 GP-TCU do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando cópia do Acórdão nº 357/2011– TCU – Plenário, de 16/2/2011, bem como do Acórdão nº 513/2011-TCU – Plenário de 2/3/2011, acompanhado do Relatório de Auditoria, proferido nos autos do processo nº TC-003.701/2010-7, que trata de Auditoria Operacional realizada nas ações de apoio e desenvolvimento do Esporte de Alto Rendimento – EAR. Os Senadores que desejarem uma cópia do Aviso poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 02:** “Convido os Senhores (as) Senadores (as) para o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura, a ser realizada no dia 6 de abril do corrente, quarta-feira, a partir das 08h00, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados. O evento terá a participação da Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Cultura, Ana de Hollanda, de Senadores, Deputados Federais, dos membros do Conselho Nacional de Política Cultural,

artistas, intelectuais, militantes e representantes dos movimentos culturais do país. O convite já foi enviado para o e-mail dos Senhores (as) Senadores (as)”. A Matéria vai ao arquivo. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 14/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Roberto Requião, que requer “... nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública conjunta a ser realizada pelas Comissões de: Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; Constituição, Justiça e Cidadania; Assuntos Econômicos; Educação, Cultura e Esporte e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para debater o Projeto de Lei da Câmara n. 116, de 2010 que “Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências”, tendo como convidados o Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, o Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, o Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA, o Presidente da Associação Brasileira de TV Por Assinatura – ABTA, o Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL, o Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV e o Presidente da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABP-TA, ficando ressalvada a deliberação a ser feita por este colegiado em reunião singular”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Calendário de Reuniões do Grupo de Trabalho responsável pelo Plano Nacional de Educação**, de autoria da Senadora Marinor Brito. Acatado preliminarmente, aguardando reunião da Comissão de Pauta. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 002: Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2010 e Item 004: Requerimento**, de autoria da Senadora Kátia Abreu. O Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e trinta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª reunião ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura e submeto à apreciação do Plenário a dispensa de leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão; os contrários se manifestem. (Pausa.)

Aprovada.

O Item primeiro da pauta é o Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2010, que está sobrestado por falta de *quorum* para votação. Embora tenhamos *quorum* para abrir a reunião, ainda não temos *quorum* para votação.

O Secretário me informa que não é terminativo, então pode ser votado com qualquer *quorum*. Institui o *royalty* da criança e cria o Fundo Nacional de Educação Básica e dá outras providências. Autoria: Senador Cristovam Buarque; relatoria: Senador Pedro Simon. O relatório do Senador, que já foi lido e discutido, é favorável, com uma emenda oferecida. Essa matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Dessa forma, coloco-a em votação.

Os Senadores favoráveis permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. (Pausa.)

Aprovado.

O Item nº 2 é terminativo na Comissão, mas não temos *quorum* para votação. Então, vamos para o Item nº 3, o requerimento da Senadora Lídice da Mata.

Senadora, com a palavra para a leitura do requerimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Srªs e Srs. Senadores, com fulcro no art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para celebrar o centenário de nascimento do artista Carybé e debater a importância de sua obra.

Ademais, sugiro que figurem entre as autoridades convidadas para palestrar na referida ocasião a Srª Solange Bernabó, filha do artista e dirigente do Instituto Carybé; o Sr. Antônio Risério, poeta, tradutor, ensaísta, antropólogo e pesquisador baiano; o Sr. Albino Rubim, Secretário de Cultura do Estado da Bahia; o Sr. Juan Pablo Lohlé, Embaixador da Argentina no Brasil.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o artista Caribé, nascido de nome Hector Julio Páride Bernabó, foi um dos mais importantes artistas plásticos da Bahia e do Brasil durante os anos 50, finais dos anos 40. Para um baiano, um dos identificadores, criado-

res da identidade baiana, juntamente com Caymmi e Jorge Amado.

Eu diria, Sr. Presidente, que, apesar de nascido argentino, Carybé, que se considerou baiano durante toda sua vida, recentemente foi homenageado, em seu centenário, na Argentina, na Bahia, fez da Bahia, junto com Jorge Amado e Caymmi, um produto literomusical artístico. Esses três artistas foram criadores de uma identidade de que a Bahia é a terra da felicidade. E, para nós, baianos, é muito caro reverenciar neste centenário a figura de Carybé, que é um artista plástico pouco conhecido no Brasil e que merece, portanto, o reconhecimento de todos os brasileiros.

Espero, em uma oportunidade próxima, poder aqui também ressaltar outros artistas brasileiros, a exemplo do curitibano – para homenagear V. Exª – Sérgio Ferro, um grande artista brasileiro também muito pouco conhecido em nosso País e que divide sua vida também com a Bahia. Mas isso em outra oportunidade, certamente com o apoio de V. Exª para que possamos fazer essas reverências.

Hoje, aqui, gostaria de contar com os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras para homenagear, neste centenário, esse grande artista nascido argentino, mas, especialmente, baiano e brasileiro, que tanto contribuiu para as artes nacionais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o requerimento da Senadora Kátia Abreu.

Não havendo quem queira discutir...

Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Honrar-me-ia muito ser a Senadora Kátia Abreu, mas temos uma grande diferença de opinião.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o requerimento da Senadora Lídice da Mata. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os contrários se manifestem. (Pausa.)

Não havendo manifestação contrária, aprovado.

Só uma observação, Senadora Lídice: nós estamos com uma pauta de audiências públicas excessivamente densa. A marcação dessa audiência vai ficar por conta da comissão de pauta que nós criamos, mas teremos dificuldade para realizar as audiências públicas que estão sendo requeridas na Comissão.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, faço uma proposta para contribuir com os nossos trabalhos. Talvez nós pudéssemos... Era a minha intenção realizar aqui, como fiz na Câmara, mais um seminário do que uma audiência pública. Como no

Senado não há muito essa figura, eu proporia, se V. Ex^a concordasse, que esse requerimento fosse transformado em uma audiência feita até em um espaço mais para o final do ano, mas que V. Ex^a dirigisse à Presidência da Casa que pudesse ceder um espaço para que fosse realizada uma exposição das artes de Caribé no Senado nacional.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Seria magnífico. Vamos ver se encaminhamos dessa forma. Mas fica, de qualquer maneira, a observação: estamos congestionando a possibilidade de termos audiências públicas.

Próximo item da pauta: requerimento da Senadora Kátia Abreu.

Conforme havíamos decidido, não estando presente a Senadora, não colocamos o requerimento em votação.

Item 5 da pauta:

REQUERIMENTO Nº..., DE 2011
(do Senador Wellington Dias.)

V. Ex^a está com a palavra, Senador.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, sei que estamos com a pauta – usando uma linguagem do povo – entupida de audiências, mas não poderia deixar de me manifestar, vendo um requerimento sendo tratado na Comissão de Ciência e Tecnologia, em um tema que temos debatido muito aqui, que é a qualidade na educação.

Hoje existe um conjunto de alternativas para se trabalhar a qualidade da educação, e uma delas é a valorização da ciência. O Dr. Miguel Nicolelis tem um excelente trabalho no Rio Grande do Norte testando uma teoria da importância da ciência para a qualidade da educação e a parte da tecnologia também na educação.

Lá no meu Estado, inclusive, temos, na cidade de José de Freitas, uma situação muito importante, uma situação em que uma cidade que tinha a pior avaliação na qualidade da educação já está com quatro anos à frente, nas metas estabelecidas pelo MEC, a partir do uso da tecnologia e a partir do uso da ciência.

Por essa razão, consideramos importante que esta Comissão possa beber dessa experiência, ouvindo aqui o professor Dr. Miguel Nicolelis, junto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, para que possamos, quem sabe, estar colocando para o MEC uma cobrança maior no sentido do uso dessa experiência, principalmente para as regiões onde o índice de qualidade de educação está mais baixo. Eu creio que esse é o principal objetivo desse requerimento. Por isso, mesmo sabendo de uma intensa pauta que temos de audiência, que pu-

déssemos apreciar e estarmos juntos nessa audiência com a Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o requerimento do Senador Wellington.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os contrários se manifestem. (Pausa.)

Não havendo manifestação contrária, está aprovado.

Vai para a Comissão de Pauta, para verificar a possibilidade de realizarmos.

Item 6 da pauta:

Eu tenho aqui um comunicado do Tribunal de Contas da União:

“Comunico aos Srs. Senadores o recebimento do Aviso nº 2/3, do Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando cópia do Acórdão nº 357, de 2011, do TCU, Plenário de 16/02/11, bem como do Acórdão 503, de 2011, do TCU, Plenário de 02/03, de 2011, acompanhado do Relatório de Auditoria proferido nos Autos do Processo TC 003.701/2010 7, que trata de auditoria operacional realizada nas ações de apoio e desenvolvimento do esporte de alto rendimento.”

Os Senadores que desejarem uma cópia do Aviso poderão se dirigir à Secretaria da Comissão.

Eu fui procurado, durante a semana, pelo Senador Braga, fazendo uma proposta de uma audiência conjunta com duas outras comissões – Comissão de Ciência e Tecnologia e Comissão de Justiça e Cidadania – sobre o Projeto de Lei da Câmara que regulamenta canais a cabo e conteúdo nacional.

Eu tenho observado à Comissão que nós estamos com uma sobreposição de tarefas. Das seis comissões que o Senado tinha, originalmente, nós passamos a ter, regimentalmente, onze comissões. Além dessas onze comissões, as comissões existentes estão se subdividindo em subcomissões, com uma dificuldade enorme de *quorum*.

Eu, pessoalmente, sou favorável a uma audiência conjunta, desde que não signifique a retirada da oportunidade da Comissão de Educação se manifestar singularmente sobre a matéria. Essa matéria já está há algum tempo no Senado, se não me engano há dois anos, e ela diz respeito à regulamentação das televisões a cabo e do conteúdo nacional. Eu não quero possibilitar, com esse pedido de audiência conjunta, que se retire da Comissão de Educação a possibilidade da deliberação singular e quem, de um momento para outro, alguém acesse um requerimento pedindo

para ir diretamente ao plenário, depois de uma votação conjunta também.

No ano passado, algumas tentativas de reunião conjunta não tiveram *quorum*. Foram 4 ou 5 Senadores em cada uma delas. Então submeto um requerimento, a pedido do Senador Braga, à Comissão, autorizando a marcação de uma agenda para uma reunião conjunta, mas, estabeleço essa preliminar, desde que aos e retire o exame singular da Comissão de Educação sobre a matéria.

Coloco em votação o requerimento.

Não havendo manifestação contrária, nos termos em que eu expus, está aprovado.

Continuamos sem *quorum* para o Projeto de Lei da Câmara nº 146.

Amanhã cedo, às oito e meia da manhã, os Senadores da Comissão estão convidados para o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura, a ser realizada, evidentemente amanhã, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados.

Terá a participação da Sr^a Ministra de Estado da Cultura Ana de Hollanda, de Senadores, de Deputados Federais, dos membros do Conselho Nacional de Política Cultural, artistas, intelectuais, militantes e representantes dos movimentos culturais do País.

O convite já foi enviado, por e-mail, aos Srs. Senadores, e peço à Secretaria que reitere o convite.

Posteriormente a este café-da-manhã, a Ministra estará aqui, em audiência pública, a partir das dez horas da manhã, para o que também estou pedindo a presença de todos os senhores. O assunto é planos e diretrizes do Ministério para os próximos quatro anos. Essa audiência é em decorrência do requerimento do Senador Inácio Arruda.

Nós vamos inverter, ou melhor...

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PR) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Onde está o calendário das reuniões?

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PR) – Eu queria a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Um minuto. (Pausa.)

As reuniões sobre a televisão e o futebol serão realizadas nos dias 17 e 23. Mas eu queria o calendário para ver a ordem das pessoas convocadas, por favor. (Pausa.)

A Secretaria desapareceu com o calendário. Mas, de qualquer forma, os representantes das federações... Houve uma inversão no calendário inicial por impossibilidade de comparecimento de algumas pessoas convidadas, porque estavam no exterior.

Senadora Marinor, pela ordem

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria prestar conta aqui, rapidamente, de uma tarefa coletiva, que me delegaram junto com mais três Senadores, de organizar um cronograma de audiências públicas sobre o Plano Nacional de Educação, com o objetivo de aprofundar a discussão sobre os principais aspectos do projeto de lei que institui o Plano Nacional de Educação.

Fiz aqui, junto com o Senador Cristovam, um requerimento que estabelece os temas contidos no Plano Nacional, propondo uma dinâmica de audiências públicas para garantir a participação de representantes do Governo, da sociedade civil, dos trabalhadores, dos estudantes e de entidades acadêmicas e de empresários. E o calendário que foi proposto – preliminarmente, obviamente a depender da decisão desta Comissão: no dia 4 de maio, debate sobre educação infantil; no dia 11 de maio, sobre ensino fundamental, educação integral e EJA; no dia 18, sobre ensino médio; no dia 25, ensino profissionalizante; no dia 1º de junho, ensino superior e pós-graduação; no dia 8 de junho, valorização do magistério; e complementando com o dia 15 de junho, o financiamento da educação em regime de colaboração.

Eu queria, Senador... A questão de ordem é a seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora, só uma informação sobre sua questão de ordem.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É uma questão singular sua ou a Senadora se reuniu com a Comissão?

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Já conversei individualmente com os Senadores que estão tratando da questão junto comigo...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Então, é uma proposta do grupo de trabalho.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – É do grupo. Por enquanto, estaria ainda assinada por mim e pelo Senador Cristovam. Mas o que eu gostaria? Que a gente submetesse preliminarmente à aprovação o que tem consenso, que é isso que está aqui e, posteriormente, nós fecharíamos ou alteraríamos as datas, em função obviamente do cronograma geral da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Exatamente.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Para que a gente aprovasse aqui o princípio...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, houve uma delegação para esse grupo de trabalho...

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O calendário de vocês já está preliminarmente aceito, mas será submetido à comissão de pauta, que vai verificar a possibilidade das datas.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Tudo bem. Eu queria que a gente pudesse aprovar aqui o princípio...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senão teremos duas comissões trabalhando com a pauta, e não vamos chegar a lugar algum desta forma.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não, obviamente. Obviamente que....

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Então, está aprovado o seu calendário, a sua proposta. Ele será submetido à comissão de pauta, da qual V. Ex^a também faz parte.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Era isso que eu queria registrar, porque o tempo é curto, a ideia é antecipar mesmo, fazer com que essa comissão...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O tempo é curto, o assunto é urgente, e nós estamos sobrecarregados.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – É urgente, e nós não queremos aqui ser surpreendidos no plenário com um tema tão importante e estratégico para a vida do povo brasileiro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O importante é que nós não seremos surpreendidos nem com o plano nacional e muito menos com a questão da televisão a cabo e do conteúdo nacional.

Há uma pressão muito grande de *lobbies* das empresas para que se elimine o conteúdo nacional. Nós temos que fazer com que essa discussão se aprofunde, de forma que não analisemos isso com uma ligeireza irresponsável. Nós vamos aprofundar essa discussão, e a Comissão de Educação, com base no regimento dela próprio e do Senado, não abrirá mão da análise singular da matéria.

Então, a próxima reunião amanhã, às 10 horas, com a Ministra da Cultura.

Senador Garibaldi Alves, com a palavra. Garibaldi Alves o verdadeiro, o primeiro e o legítimo.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN) – Primeiro, eu quero prestar contas a V. Ex^a da minha ausência da Comissão. O partido decidiria entre Educação ou Agricultura. Como minha atividade principal é agricultura é evidente que eu preferia a Comissão de Agricultura. Mas o certo é que não foi decidido. Se eu soubesse que V. Ex^a era o presidente da Comissão, já teria vindo aqui apesar dos tropeços. Tenho por V. Ex^a a maior admiração e aproveito a oportunidade para dizer que estou inteiramente às suas ordens até que seja resolvido o problema da mudança da comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A sua participação, Senador, só honra a nossa comissão.

Não havendo mais nada a tratar, está convocada a reunião com a Ministra para amanhã.

(Levanta-se a Reunião às 11h37min.)

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE ABRIL DE 2011.

Às dez horas e nove minutos do dia seis de abril de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Garibaldi Alves, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Marisa Serrano, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Marinor Brito, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Vital do Rego, Sérgio Petecão, Francisco Dornelles, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Eduardo Amorim, João Alberto Souza, Pedro Simon, José Agripino, Armando Monteiro e João Vicente Claudino. O Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 2/11-CE, de autoria do Senhor Senador Inácio Arruda, destinada a ouvir a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Cultura, Ana de Hollanda, sobre os “Planos e Diretrizes do Ministério para os próximos quatro anos”. Prosseguindo, a Presidência passa a palavra à Excelentíssima Ministra de Estado da Cultura, Ana de Hollanda.

Finda a exposição da Ministra, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, passa a presidência à Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente da Comissão, para a condução dos trabalhos. Logo após, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Inácio Arruda – autor do Requerimento, e os Senhores Senadores Marinor Brito, Randolfe Rodrigues, Francisco Dornelles, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Garibaldi Alves, Roberto Requião, Paulo Bauer, Ângela Portela, Ana Rita, Marisa Serrano e Eduardo Suplicy, não-membro da Comissão. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos da sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, encerra a reunião às treze horas, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura e submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

A presente reunião atende a requerimento de autoria do Sr. Senador Inácio Arruda, convidando a Exmª Srª da Cultura, Ana de Hollanda, com o objetivo de expor os planos e diretrizes do Ministério para os próximos quatro anos.

Sem mais delongas, passo a palavra à Ministra Ana de Hollanda, para fazer a sua exposição.

A SRª ANA DE HOLLANDA – Exmº Senador Roberto Requião, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, Exmº Senador Cristovam Buarque, Exmº Senador Inácio Arruda, Exmº Senador Ricardo Ferraço, Exmª Senadora Marisa Serrano, Exmª Senadora Maria do Carmo Alves e Exmª Senadora Marinor Brito, Exmº Senador Randolfe Rodrigues, membros e suplentes desta mesma Comissão, artistas, produtores, colegas do Ministério da Cultura, bom dia a todos.

É histórica a parceria entre a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal e o Ministério

da Cultura. Neste momento, chego com a intenção de iniciar uma nova parceria, tendo como objetivo a cultura como um elemento estratégico para o País e essencial para emancipação do cidadão, o que deve ocorrer nas bases sólidas do humanismo, da inclusão social e da melhoria de condições de vida da população.

Cada vez mais, o Brasil é reconhecido pelo seu potencial criativo e empreendedor, fenômenos que posicionam o País entre os que mais se desenvolvem no mundo atual. O povo brasileiro já conviveu com a fome, a miséria, a ausência das mínimas condições de vida e tantas outras dificuldades que vêm sendo superadas gradativamente. Conta, hoje, com o reconhecimento internacional pelo exemplo de democracia e de desenvolvimento com inclusão social, promovido pelo seu governo.

Do ponto de vista dessa inclusão, um desafio se impõe agora para os que aqui estão com a tarefa de dar seguimento à grande obra do ex-Presidente Lula, em particular a desenvolvida na área cultural.

Uma pesquisa do Ipea mostrou que o consumo da chamada classe C superou o da classe B em 2009, fenômeno que deve ter se repetido também em 2010. No entanto, há ainda uma enorme diferença entre o que se adquiriu em uma faixa e outra. Enquanto as famílias da classe C compraram eletrodomésticos e outros itens básicos para residência, o outro grupo gastou mais com livros, discos, entretenimentos culturais.

Essa pesquisa nos alertou para a necessidade de alimentar, nessa nova classe que ascendeu socialmente, o hábito que é também essencial para o conhecimento e abertura de horizontes.

Nesse sentido, passamos a pensar em projetos voltados para esse novo público.

Um deles, já em andamento na nossa Fundação Biblioteca Nacional, vai-nos apresentar o programa do livro popular a 10 reais, que queremos lançar ainda neste primeiro semestre. Essa boa notícia venho trazer e dividir aqui com esta Comissão em primeira mão, colocando-me também à disposição de todos os Senadores para que apresentem outras iniciativas que visem à ampliação do acesso à cultura e novas oportunidades de crescimento pessoal, familiar e social para nossa população.

Nesse horizonte propício para aumentar significativamente o acesso ao cinema, ao teatro, aos espetáculos artísticos, ao livro e à leitura está o Vale-Cultura, formulado na gestão anterior e que voltará para aprovação nesta Casa. Ele vai significar novas oportunidades de acesso à cultura, especialmente para os trabalhadores, mas vai também significar um expressivo aumento de recursos no mercado da criação e da produção cultural.

Um dos grandes avanços do Ministério da Cultura nos últimos oito anos foi o incremento dos investimentos do Estado brasileiro no setor.

A cultura no mundo atual não só se transformou num elemento essencial para a solução dos modelos de desenvolvimento como passou a uma condição onipresente, chave inclusive para a administração de complexos problemas de ordem social. Embora o orçamento tenha aumentado nestes últimos anos, o horizonte de avanços das políticas culturais nos impõe o dever de nos empenhar por mais. Ainda há muito a fazer pelo avanço cultural pleno do Brasil. Temos de conquistar as propostas contidas na PEC 150, que destina dos Orçamentos públicos o mínimo de 2% para investimento da União, 1,5% dos Estados e 1% dos Municípios. Essa luta continua, e tenho certeza de que terá de todos o apoio e a atenção aqui nesta Comissão.

Ainda do ponto de vista da ampliação dos investimentos públicos para a cultura, visionamos ainda, no mandato da Presidenta Dilma e de todos nós do Ministério da Cultura, o Fundo Social do Pré-Sal e a fatia de recursos que certamente poderá levar a infraestrutura cultural brasileira a uma condição de igualdade às melhores existentes na Europa ou na América do Norte. A conquista de novos recursos para a estruturação do setor cultural é tão importante quanto a ampliação dos recursos orçamentários diretos. Por essa razão, é também imperiosa a aprovação do projeto Pró-Cultura, com novas propostas que visam a aperfeiçoar as leis de incentivo à cultura, e que chegará ainda neste ano ao Senado Federal.

Ainda há uma robusta pauta de outros temas em tramitação neste Congresso e outros que ainda deverão chegar aqui ao longo desta Legislatura, como a Lei do Circo, inúmeros projetos de lei, principalmente no âmbito das políticas para o audiovisual.

Quero dizer aqui que tanto eu como toda a equipe de secretários e dirigentes do sistema Minc estamos extremamente comprometidos com a consolidação do Sistema Nacional de Cultura e de todos os avanços conquistados por cada um de nós. Para isso, já desencadeamos um processo interno de planejamento do Ministério da Cultura, que, ainda em 2011, vai-se cruzar com o início de outro grande momento de participação e de diálogo, que será a realização das conferências municipais e estaduais de cultura, preparatórias para a grande conferência de 2012.

Neste momento, estamos trabalhando em várias frentes para superação das dificuldades encontradas nesta gestão. A primeira delas tem a ver com a quitação dos convênios e editais dos anos anteriores. Decidimos que essa seria a prioridade número um do Ministério, assim que tivéssemos o orçamento e financeiro libe-

rados para o exercício atual, o que ocorreu agora em março. Desde o dia 14, estamos pondo em dia os pagamentos dos pontos de cultura, comprovando com isso o nosso compromisso de continuidade com os bons projetos que foram realizados nas gestões anteriores e também de seriedade e respeito aos movimentos e comunidades que se expressam e se valorizam através desse programa. Nosso compromisso, portanto, é com a continuidade dos avanços, mas também com as inovações pactuados.

Em seus 26 anos de existência, o Ministério da Cultura conseguiu avançar e muito, mesmo sob a mancha da censura e coerção ditatorial dos anos 80, ou ainda, o brutal esvaziamento institucional vivido nos anos 90. A cultura soube se fortalecer ao se aliar às forças vivas da sociedade e da democracia brasileira. Algumas marcas indicam essa retomada conceitual na estrutura orgânica do Ministério. A convivência cotidiana de abertura e consulta pública, órgãos colegiados, conselhos e consultores da sociedade, a transparência prática dos editais públicos, a descentralização dos recursos para todas as regiões, a mediação institucional pela criação de marcos regulatórios, além da profunda agenda comum com o Congresso Nacional, que queremos fortalecer ainda mais.

Se o Governo Lula avançou ao promover uma mudança de investimentos culturais concentrada, desproporcionalmente em quase que somente dois Estados da Federação, agora, com o Governo da Presidenta Dilma Rousseff, queremos efetivar essa transformação, ampliando as ações do Ministério, para investir e envolver cada vez mais todos os seus Estados nas políticas públicas de cultura.

Os projetos que tramitam ou vão tramitar nesta Casa, que aqui destacamos, serão fundamentais para todo esse processo. Juntos, vão representar uma verdadeira revolução cultural para o Brasil.

Esperamos, então, poder contar com o apoio dos senhores.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Secretaria da Comissão providenciou a abertura das inscrições para o início do diálogo. Queria convidar a Vice-Presidente da Comissão, Senadora Marisa Serrano, para assumir a Presidência e comandar esse segundo estágio da nossa conversa com a Ministra, que é o do diálogo com os Srs. Senadores.

Marisa, os inscritos aqui, Senador Inácio Arruda, Marinor Brito, Randolfe Rodrigues, que é nosso convidado ilustre hoje, não pertence à Comissão, mas nos honra com a sua presença.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Presidente. Quero cumpri-

mentar e agradecer a presença da Ministra Ana de Hollanda aqui conosco e todos os artistas, atores, produtores que estão aqui nos prestigiando e todos os amigos e dizer que a cultura não pode ser o patinho feio nem desta Comissão nem do Governo.

Eu não dissocio educação de cultura e não acredito num povo desenvolvido se não for um povo educado e culto.

Portanto, trabalhar com cultura é dever de todos nós, mesmo aqueles que não tenham tido uma formação cultural desde pequenos ou adequada, mas que sentem a cultura como fundamental para a construção do cidadão brasileiro.

Portanto, fico muito contente de estarmos aqui discutindo cultura brasileira. Quero colocar que temos projetos muito importantes em tramitação, e os Srs. Senadores poderão mencioná-los, que serão debatidos, como disse a Ministra, aqui nesta Casa – estão na Câmara –, pois são fundamentais para melhorar a cultura brasileira.

Acredito também, como disse a Ministra, que sem recurso a cultura não anda. E a cultura tem um dos menores orçamentos da Esplanada. Portanto, é dever nosso também discutir a questão orçamentária para a cultura brasileira.

Eu quis fazer esse adendo apenas para esquentar os debates.

Passo a palavra ao Senador Inácio Arruda, que é o autor do requerimento de convite para que a Ministra estivesse conosco nesta manhã.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente e Sr^a Presidenta, quero cumprimentar a nossa Ministra Ana de Hollanda e agradecer a presteza no atendimento ao nosso convite. Já estivemos aqui com o Ministro da Educação, estivemos com o Ministro do Esporte, e talvez esta seja a audiência mais prestigiada dentre todas que tivemos. Eu a considero a mais importante. Em alguns países, o Ministério mais importante não é o da Fazenda, é o da Cultura, embora muitas vezes a Fazenda é que sustente os programas da cultura, digamos assim, no direcionamento dos meios para que a cultura possa se manifestar.

Vejam que talvez o principal instrumento de influência que os povos tenham em todas as épocas no mundo é a sua influência cultural, é a capacidade de fazer com que os outros falem a sua língua, o seu idioma, cantem a sua música, vejam seus filmes, vejam suas atrações circenses e uma gama extraordinária de expressões artísticas, que vai das artes plásticas à escultura, aos monumentos, às obras.

Uma vez, brincando aqui, o Niemeyer respondeu uma indagação de um profissional da própria área, da construção e da arquitetura, que lhe disse: “Mas esse

prédio que o senhor fez não tem funcionalidade!” Ele respondeu: “É que eu não fiz para ter funcionalidade; fiz para ele ser admirado, para ele ser visto. De longe vão ver o Palácio do Planalto, o Alvorada, o STF, vão ver o Congresso Nacional, vão ver a Catedral”. São obras para se ter fascínio diante delas e poder exportá-las como ícones da cultura nacional. Isso vale para a música, isso vale para as artes plásticas, vale para os nossos repentistas – há pouco estávamos ali ouvindo o Geraldo Amâncio com o seu repente.

Então, vemos que a força da cultura é algo muito presente em todos os tempos, e hoje mais ainda. Talvez a responsabilidade que imagino maior do Ministério da Cultura, além de uma luta titânica orçamentária, é que não é fácil se mudar a cultura de governo. Porque esta é uma cultura de governo, não é uma cultura desse ou daquele governante, é uma cultura de governo, que vem ao longo dos tempos: mas para que tanto recurso para a cultura? O pessoal canta, pinta e borda, etc. e tal, não precisa desses recursos.

Fico examinando um programa que V. Ex^a citou e que eu percebo como algo explosivo, do ponto de vista cultural, em termos de apresentar aquela máxima da qualidade e quantidade. Esse é um programa que se alastra como aquele rastilho de pólvora, em que se pode às vezes transformar a cultura em algo poderoso. Refiro-me ao programa Pontos de Cultura. É um negócio bem simples, é só um ponto. Quer dizer, se somarmos os milhares e milhares de pontos de cultura, de gente do povo, simples, que está em casa, cuidando da comida, dos filhos ali, mas está fazendo aquele bordado, aquela criação, e que, de repente, aquela criação se transforma também numa peça de arte, de cultura. E quantos outros? Esses repentistas que aí estão, que até as vezes sumiram. Nós fizemos, agora, quase que uma brincadeira. O Professor Gilmar de Carvalho, um acadêmico da Universidade federal do Ceará, disse: “Vamos fazer o seguinte: vamos fazer dois dias de apresentação de rabequeiros, lá no Museu do Centro Dragão do mar em Fortaleza. E vocês, produtores de rabecas, aqueles que constroem as rabecas, tragam as rabecas que vocês tiveram.” Então, trouxeram as rabecas, colocaram numa mesa, expostas. Na metade da primeira apresentação, todas as rabecas estavam vendidas e muitas encomendas feitas. “Mas eu não acreditei que vocês gostassem de rabeca. Nem tem. Ninguém vê no cinema, ninguém vê na televisão, ninguém ouve no rádio. Como é que de repente esse povo quis comprar rabeca?”

Vejamos o que tem aí de expressões. Essa é a minha maior preocupação que eu indagaria do Ministério. Essa base que aqui está, que são os pontos de cultura, que é a expressão, digamos assim, quase que espontânea

que você passa a apoiar, ela pode se ligar a um processo também de formação nessa área. Em todas as áreas nós estamos com esse dilema, de termos profissionais na construção civil, na área científica. Em todo canto, nós estamos com uma demanda muito grande de profissionais, e nessa área, especialmente. Nós estamos, mesmo ainda com o orçamento pequeno, mas com essa realidade que V. Ex^a levantou de que, mesmo em tempos difíceis, os profissionais agiram e fizeram com que a cultura se expressasse com muita força, hoje nós temos um problema central, que é a formação de pessoal para muitas áreas. Uma que eu cito, porque a gente passou a também a produzir bastante, é a área mesmo de audiovisual. Em tudo que é canto do Brasil nós estamos produzindo. Hoje, cada vez mais, você pode diminuir mais o corpo de pessoal para fazer uma peça de vídeo importante, interessante, mas a quantidade de pessoal de que você precisa, e preparada e formada, cada vez cresce mais.

Nós montamos algumas escolas, mas ainda se mostram insuficientes para responder a essa demanda. E, mesmo que a cultura seja a expressão da vivência do povo, o que se chama a questão espiritual, a alma do povo, o espírito do povo, mas é um grande negócio de todos os povos no mundo inteiro. Então, como a gente tratar disso também como um grande negócio?

A cultura é um grande negócio. A cultura emprega com salários maiores, com médias salariais maiores, tem mais refinamento no pagamento. No nosso Estado – mas isso vale para Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, que têm um grande expressão nessa área –, só bandas de forró nós catalogamos mais de 300 e cada uma emprega, pelo menos, entre 25 e 30 pessoas. Então, é um mundo de ação cultural, de arte e também de oportunidades de trabalho.

Então, eu vejo dois caminhos que nós temos de perseguir na nossa Comissão e apoiar o Ministério, e o Ministério nos demandar como força de pressão, para que a gente possa transformar a questão orçamentária do Ministério da Cultura como um instrumento forte. Quer dizer, chegar a esses percentuais de dois, um meio e um não é batalha pequena. É muito grande. Nenhum governo, nem o municipal, nem o estadual, nem o federal gostam de ver o seu orçamento amarrado em algo: aqui vai ser 2%, aqui vai ser 3%, aqui vai ser 1%. Ninguém gosta disso. Todo mundo quer ter a maior liberdade, porque, numa hora, pode apoiar tal peça, tal vídeo; em outra, pode deixar de fazer isso e investir em outra coisa, comprar bicicleta, moto, carro de segurança, comprar ou isso ou aquilo. Então, não querem ter essa amarra. Mas essa amarra tem sido muito importante para as outras área, educação por

exemplo. Sem aquela amarra na educação, talvez a gente tivesse uma tragédia maior.

Então, aqui é uma grande luta política que temos de desenvolver de convencimento nosso e, ao mesmo tempo, do próprio Governo. E o outro, que eu gostaria de ver assim uma explanação especial, é a questão dos pontos de cultura. O que o Ministério tem visto assim de... O que é o retorno dos pontos de cultura? Porque a gente viu assim como grande possibilidade fazer o retorno. Ele existe de fato? Ele está se apresentando como algo positivo como instrumento de produção cultural do nosso País?

Então, são essas duas questões: orçamento, batalha para conseguir os recursos e contar com o nosso apoio, nos convencer e nos levar para essa batalha, nos conduzir para essa batalha junto com V. Ex^a; e a questão de reforçar os pontos de cultura.

A SR^a PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Para concluir, Senador.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu estava esperando essa ordem da Mesa, de uma Presidenta forte, rígida. Foi precisa (Risos.)

A SR^a PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Senador.

Vamos fazer um acordo, aqui, de cinco minutos para cada um, porque a lista é imensa de Senadores que querem se pronunciar. E como queremos ouvir todos, vamos dar um prazo razoável, com direito a réplica e a tréplica também.

Senadora Marinor Brito, por favor.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Ministra Ana de Hollanda.

A Constituição Federal, Ministra, nos diz, no seu art. 215, que compete ao Estado garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional e apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais através da democratização do acesso aos bens de cultura.

Apenas 13% dos brasileiros vão ao cinema alguma vez no ano; mais de 92% nunca foram a um museu ou à exposição de arte; e 78% nunca assistiram a um espetáculo de dança. Mais de 90% dos Municípios brasileiros não possuem salas de cinema, teatros, museus ou espaços culturais multiusos, e 73% dos livros estão concentrados nas mãos de apenas 16% da população.

Essas fontes são Unesco, IBGE, MinC e IPEA, que inclusive estão nos nossos manifestos pela democratização do acesso à cultura, que acabamos de lançar agora na Frente Parlamentar em Defesa da Cultura brasileira.

Eu sou da região amazônica, sou do Pará e vivo o dilema de não ver os resultados dos investimentos nas três esferas de poder, nas cidades, nos Estados e na União, que ajude a enfrentar hoje o que é um dos principais problemas do povo brasileiro: a cassação da juventude brasileira. A nossa juventude ou está nos cárceres – porque, das 580 mil pessoas que estão nas penitenciárias de 15 a 25 anos, são jovens –, ou os que não estão nas penitenciárias estão no caminho das drogas ou estão na prostituição juvenil. Contraditoriamente a isso, nós temos no nosso Estado uma diversidade cultural, o que é comum no Brasil, que dá inveja a qualquer país do mundo. O Pará tem quadri-lha, pássaro junino, que é peculiar da região, samba de cacete, carimbó, lundu, siríá, marujada, marambiré – numa região quilombola no Pacoval e Alenquer –, tem o Círio de Nazaré, como Patrimônio Cultural do Brasil – inclusive estamos lutando, junto ao Iphan e à UNESCO, para que ele se torne Patrimônio Imaterial da Humanidade. Temos os melhores – que não deixam a desejar – artistas de todas as modalidades culturais do Brasil. O nível, a qualidade dos artistas paraenses se iguala à magnitude do que é o povo brasileiro em produção cultural, mas produção de resistência, infelizmente produção de política de balcão.

Qual é a minha preocupação?

Estou bastante excitada com a possibilidade de estar diante da Ministra da Cultura. Queria perguntar qual é a posição dela no enfrentamento dessa descentralização da cultura. Se no Orçamento da União, 44% continuam sendo destinados à dívida pública?

Os percentuais destinados à cultura não aparecem nos mapas nacionais. Como é que o Governo pretende descentralizar a cultura, dar relevância à cultura popular no País, criar espaços multiusos, oportunizar o acesso à cultura, disputar culturalmente a juventude, tirando-a da mão do tráfico e da prostituição sem recurso?

Nós não temos problema aqui, Ministra. Nós decidimos aqui no Senado, ontem, uma pauta importante em relação ao mutirão de votação de projetos. Vai começar depois da Semana Santa a votação dos projetos relativos à saúde. Na sequência, podem entrar os projetos relativos à cultura existentes no Senado Federal. Nós estamos dispostos aqui a nos mobilizar. Essa comissão aqui tem demonstrado compromisso com a cultura, com a educação, com o esporte, como um tripé, como elementos que são fundamentais para a vida das pessoas, para a qualidade de vida das pessoas. Nós não podemos pensar o desenvolvimento da humanidade, não podemos pensar o futuro do nosso País se a nossa infância, se a nossa adolescência está

perdendo a oportunidade de ter a cultura como uma questão transversal na sua vida.

Para finalizar, eu queria perguntar uma coisa à Ministra. Levando em consideração que os recursos da Lei Rouanet são públicos e que, a depender da linguagem, as empresas patrocinadoras têm renúncias de até 100% do valor investido, ou seja, simplesmente repassam aos projetos o que seria destinado aos cofres públicos. Há algum mecanismo que vise garantir a mesma oportunidade de acesso aos recursos aos artistas menos famosos e de menor expressão nacional? O atual Ministério da Cultura já tem consciência dessa prática do mercado?

O aumento expressivo de aprovação dos projetos pela Região Norte não tem se traduzido em captação de recursos proporcionalmente em relação ao Estado do Centro-Sul. O que o Ministério da Cultura vai fazer para nivelar essa relação de investimento público em relação à Região Amazônica, em especial em relação ao Pará.

Muito obrigada, Ministra, pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Senadora Marinor.

Nós vamos, se todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras concordam, conceder a palavra a três Senadores, e, aí, pedimos a Ministra para responder; depois, outros três Senadores, porque, assim, acho que a produtividade é melhor.

Senador Randolfe Rodrigues, com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente Senador Requião, Srª Presidenta Senadora Marisa Serrano, Senadoras e Senadores, Ministra, queria primeiramente cumprimentar meu querido amigo Senador Inácio pela iniciativa do requerimento e agradecer a Ministra pela presteza em atender o nosso pedido e vir aqui para conversar com os membros do Senado Federal.

Permita-me dizer que estava ansioso por esse encontro. Tinha um roteiro de perguntas tão vasto que os cinco minutos não seriam suficientes. Então, eu tive a dramática tarefa aqui, Inácio, de selecionar perguntas, algumas delas me foram trazidas por movimento da sociedade civil da cultura, que me designaram a tarefa de porta-voz.

Eu queria primeiramente afirmar que considero a cultura um direito social básico, tão importante quanto saúde e educação.

Acredito que a cultura deveria estar inserido no art. 5º da Constituição, Senador Requião, Senador Humberto, como um direito fundamental, porque as várias definições de cultura retratam concretamente a formação de um povo. A cultura espelha os traços característicos de um povo. Por isso, temos uma dimensão

enorme ao definir a expressão cultura, uma dimensão que, com certeza, não é correspondida – não é deste governo –, historicamente, não é correspondida nos percentuais orçamentários que são designados ao Ministério da Cultura.

Escolhi quatro temas que, se me permitir V. Ex^a, Ministra, vou discutir com a senhora. O primeiro é em relação à reforma da Lei nº 9610, de 1998, a Lei de Direitos Autorais. Tenho conhecimento das polêmicas envolvendo a lei, em especial as polêmicas envolvendo o ECAD e sua compreensão sobre a lei. O Ministério da Cultura publicou recentemente uma versão revisada do texto do projeto da lei de direitos autorais. No entanto, não percebi a aplicação do relatório que embasa as mudanças propostas à lei de Direitos Autorais. Esta é, então, a primeira pergunta: qual a razão da ausência dessa justificativa das mudanças propostas à Lei nº 9610, de 1998.

Uma das medidas administrativas iniciais do Ministério na gestão de V. Ex^a, Ministra, foi a retirada do licenciamento em Creative Commons do *site* do Ministério da Cultura. Entretanto, outros *sites* do Governo brasileiro, como o *blog* do Palácio do Planalto, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Agência Brasil, o Ministério do Planejamento, mantêm a referência do licenciamento em Creative Commons. Da mesma forma, o Ministério modernizou o *site*, introduzindo – e é fundamental no mundo de hoje – o conteúdo colaborativo de redes sociais como Twitter, Facebook, YouTube, Flickr, que, da mesma forma, são redes de empresas privadas com fins lucrativos, vinculadas a grandes conglomerados econômicos. A pergunta: por que a retirada do Creative Commons se no *site* do Ministério estão lá presentes as redes sociais da Microsoft, Facebook, enfim, desses conglomerados internacionais, não é, Senador Requião?

Por fim, com sua tolerância, Sr^a Presidente, as duas últimas perguntas: há um grande movimento na cultura brasileira hoje, presente, latente, vigente, que é o movimento da cultura digital. Temos uma mobilização enorme, a mobilização do partido da cultura, que interveio, apresentando propostas para os candidatos nas diferentes esferas na última eleição. É um exemplo disso a articulação com outros movimentos, é uma demonstração concreta disso. Então, pergunto: qual a opinião do Ministério, o que o Ministério pensa da cultura digital, quais os planos do Ministério para esse setor emergente, em que se encontram música, literatura, artes visuais e que têm latentes e vigentes uma grande inovadora rede cultural. Por fim, permita-me, companheira de partido, Senadora Marinor, na esteira do questionamento de S. Ex^a, também sou Senador amazônida, com muito orgulho, do Amapá, um estado

que faz fronteira com a França. Aliás, sempre digo que é a maior fronteira francesa, inclusive maior do que as próprias fronteiras francesas da Europa.

Então, a pergunta é nesse sentido. Lá no Amapá e no Amazonas, nós temos, para produção cultural, um custo amazônico. O Amapá, por exemplo, é o último Estado da federação brasileira em atendimento da Internet, segundo informações da Telebrás, nosso atendimento é 0,06%. Lá não existe banda larga. Lá existe banda muito lenta. Então, isso já é uma dificuldade de acesso aos editais. E além é assim, é muito mais difícil. Uma produção cultural do nosso Nordeste, Inácio, do Norte, da Amazônia, ter acesso ao grande mundo da produção fonográfica, da produção cultural do centro-sul, do que de lá da Amazônia ou do Nordeste.

Então, pelas distâncias, pela gigantesca Amazônia, pelas dificuldades de acesso à comunicações, temos um custo na produção cultural. E aí a pergunta que lhe faço seria como tratar a questão do custo amazônico e como tratarmos questões como o Amapá, que tem uma fronteira comum com a França, que tem uma possibilidade de integração cultural fantástica com a França e com o Caribe, como promover, nos editais do Ministério da Cultura, incentivo a políticas dessas áreas de fronteira – como nós sabemos, a cultura não tem fronteira e quanto mais integrada ela é,

O Amapá tem um belo exemplo e falo isso para concluir: o povo uauá, que é um povo indígena, não foi apartado pela fronteira europeia dos portugueses e dos franceses. Tem índios uauás do lado guianense francês e do lado amapaense. E eles falam a mesma língua. Isso mostra que nem as fronteiras construídas há 500 anos pelos europeus conseguiram separar cultura de povos.

Como integrarmos mais essas culturas poderia ser um tema a ser incorporado ao editais do Ministério?

A SR^a MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS)

– Obrigada, Senador Randolfe, Faço minhas as suas últimas palavras, dizendo que eu, que sou da fronteira com o Paraguai, também me interessa muito saber – e o Senador Moka, aqui presente também – como a gente pode incrementar essa integração fronteiriça,

Antes de passar a palavra à Ministra, quero agradecer a presença do Sr. João Batista Pimentel, Diretor de Comunicação do Congresso Brasileiro de Cultura; e de Odilon Wagner, Presidente da Associação de Produtores Teatrais Independente. Seja bem-vindo, Odilon, como sempre. Nosso querido Nelson Sargento, compositor, cantor, pesquisador da música popular brasileira, artista plástico, ator e escritor, que está aqui com a sua esposa Ivonete, sejam sempre bem-vindos a esta Casa.

O Sr. Agenor de Oliveira, cantor e compositor; o Sr. Wolney Oliveira, Diretor Executivo do Festival Nacional do Cinema e vice-Presidente da Associação de Produtores de Cinema do Norte e do Nordeste; Sr. Jorge Vinhas, assessor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Depois eu continuo fazendo as enumerações.

Passo, agora, a palavra à Sr^a Ministra para responder a esse primeiro trio de perguntas e, depois, nós continuamos os questionamentos.

A SR^a ANA DE HOLLANDA – Em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Inácio Arruda o convite. É um grande prazer estar aqui e responder a essas... eu anotei mais ou menos...aqui tem um repertório que vou longe. Mas para tudo tem resposta, sim.

Em relação à questão da formação, às vezes eu vou ter que falar de uma forma um pouco abrangente, porque educação é fundamental para a cultura. Isso eu acho que todos nós...esta Comissão, pelo próprio nome, já deixa clara a importância, a ligação que se encontra, se vê entre educação e cultura. O Ministério da Cultura saiu da Educação e ele complementa a educação. Eu entendo a educação como formação básica, mas a cultura amplia os horizontes, ela vai dar ferramentas para que a reflexão, além do que ele recebeu de conhecimentos, se amplie, para que ele detenha não somente a informação mas se sinta preparado a dar um passo adiante, para criar, para compreender com outros olhares o que é passado para ele. Essa capacidade de reflexão acho que muito passa pela cultura. A cultura permite uma liberdade, uma liberdade que, às vezes, é como a gente fala da liberdade poética, é bem isso, além das regras, a gente pode pensar um pouco mais adiante. Em função disso, nós estamos trabalhando muito com o Ministério da Educação. Já tive encontros e tenho falado sempre com o Ministro Fernando Haddad, que já esteve aqui, e ele também falou do Plano Nacional de Educação, que vai ampliar a carga horária para, pelo menos, metade das escolas públicas e aí a cultura vai ser essencial. Finalmente, nós vamos ter condições...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Nós aprovamos aqui...

A SRA. ANA DE HOLLANDA – Já foi aprovado?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Uma lei que diz que todas as escolas tem que ter aula de música. Já é uma lei.

A SRA. ANA DE HOLLANDA – Isso é uma lei que vai ter que ser regulamentada.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mas há um problema: precisa de gente que conhe-

ça música para dar aula de música, para formar esse povo.

A SRA. ANA DE HOLLANDA – Exatamente, isso já é uma lei e nós temos que implementar isso, quer dizer, o Ministério da Educação. E nós estamos trabalhando junto com o Ministério. Nós criamos, dada a importância dessa relação e desses temas, para poder, inclusive, desenvolver mais trabalhos em todas as áreas, como incorporar a cultura na educação e como a educação tem acesso à cultura. Já criamos uma diretoria dentro da Secretaria de Políticas Culturais que irá trabalhar com a educação, formamos um grupo de trabalho interministerial para abordar não somente essa questão de como ocupar todo o resto da grade, mas como preparar o pessoal para atender essa nova lei, que acho muito importante, da inclusão da música no currículo escolar. Porque a música, já há provas, ela trabalha com tudo; quem estuda música ajuda muito na matemática. Já há comprovação da sua eficiência não somente para o conhecimento musical. E para outras áreas também é importante essa possibilidade que a cultura tem de ampliar também o conhecimento, as liberdades, dar uma emancipação ao ser humano, para que ele se sinta mais dono da sua criatividade, da sua potencialidade.

Então, acho que essa ligação entre a Cultura e Educação, essa evolução, essa interligação são essenciais.

Nós, em relação ao audiovisual, que já foi falado aqui, nós temos um projeto na Secretaria de Audiovisual para a criação da Escola de Animação de Audiovisual. Isso, provavelmente, irá passar por aqui e temos várias demandas para formação nessa área. Inclusive, foi lembrada especialmente essa porque é uma nova que vai ser apresentada brevemente.

Nós também estamos trabalhando com a Secretaria de Economia Criativa. É uma nova Secretaria. A Cláudia Leitão, sua conterrânea, vai assumir essa Secretaria; ela já está trabalhando intensamente, como especialista no assunto, e ela vai trabalhar muito com essa questão da sustentabilidade, porque o artista tem isso, ele trabalha muito de uma maneira informal, e os trabalhos começam a ficar eventuais. Você se profissionaliza numa área, seja de música, seja de teatro, cinema, seja como escritor, você se dedica, você estuda para isso e depois você vive de projetos eventuais. Muito passa pelas leis de incentivo. Mas, essa regularidade do trabalho, esse estudo tem que ser feito de uma forma mais organizada, como ajudar na área de financiamento para que eles contem com ferramentas, para que o seu trabalho se torne mais permanente e não dependa tanto de favores ou de ajudas do Poder Público, de um ou outro empresário. Também acho que

essa questão da emancipação tem que passar muito por esse caminho.

Então, não sei se atendi de uma forma geral as suas questões – espero que sim – e vamos passar adiante.

Senadora Marinor, os percentuais da falta de acesso à cultura. Anotei aqui.

Bem, nós estamos trabalhando muito para tentar equilibrar essa questão que envolve não só a concentração nas Regiões Sul/Sudeste de recursos, de atendimento mesmo – e isso já foi detectado há muito, a gente vem trabalhando há oito anos, posso falar, porque já trabalhei nesse Governo – eu trabalhava na Funarte, no Centro de Música –, e nós procurávamos sempre fugir desse desequilíbrio real que existe.

Os trabalhos, por exemplo, da Funarte... eu trabalhei precisamente no Projeto Pixinguinha, a volta de Pixinguinha, onde todos os Estados participavam, e nós selecionávamos artistas de todos os Estados, que passava por todas as capitais de todos os Estados e outras cidades também; existia uma parceria. E na área de teatro, na área de artes visuais e outras áreas também isso foi muito desenvolvido. É claro que ainda falta muito para se poder fazer uma distribuição e um acesso justos, como a gente gostaria. Mas estamos trabalhado nesse sentido.

Na área do cinema. Voltando ao cinema, nós temos uma medida provisória que entrou no ano passado, entrou em vigor; depois não foi votada em tempo, mas vai voltar, que era o Projeto Cinema Perto de Você, um incentivo para a criação de salas de cinema em todas as cidades acima de 100 mil habitantes. Isso já atenderia bastante essa possibilidade de acesso ao cinema.

Quero lembrar também que os pontos de cultura... nós fazemos um trabalho... eles, sim, chegam nos pontos mais espalhados... e se não está completo, pode ser aperfeiçoado, sim. Está aqui a nossa Secretária Marta Porto, da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural. Ela está trabalhando intensamente junto aos pontos específicos da área amazônica, que tem suas características diferenciadas; ela está trabalhando com isso.

Como a gente pode ajudar a reconhecer, estudar o perfil de cada um, e a forma de atender a cada um, o que serve para um, suas características, não podemos massificar o projeto; o projeto tem que ser olhado com cuidado. E para a gente poder fazer isso, nós temos que trabalhar com os Estados, porque não dá, daqui de Brasília, olhar cada ponto. Quer dizer, o Amapá...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Ministra, eu gostaria de fazer um convite para que a senhora pudesse conhecer, pelo menos, as regiões do Pará,

pelo menos as principais cidades do Pará, para que V. Exª possa ter a dimensão dessa preocupação que estamos tratando, tanto do ponto de vista das distâncias, das dificuldades de locomoção, como da diversidade cultural.

A SRª ANA DE HOLLANDA – Certo, aliás, eu tenho uma relação muito forte com o Pará; sou quase uma filha de paraense e conheço, na música e na dança, bastante coisa, mas eu tenho certeza, já me contaram, de que já são reconhecidos noventa ritmos diferentes. Quero fazer essa visita o quanto antes.

Mas, voltando, nós temos esse olhar, essa preocupação, e essa Secretaria vai trabalhar buscando reconhecer a adversidade, e nós vamos tentar alimentar o máximo possível essas regiões mais distantes, principalmente por meio dos pontos de cultura, do projeto Cultura Viva. Por exemplo, a Funarte acabou de fazer uma grande distribuição de equipamentos, de livros. A Secretaria de Audiovisual entrega kits de filmes brasileiros para todas as regiões, para todos os pontos, todos estão recebendo equipamento do Ministério para ter esse acesso.

Quanto à questão dos desequilíbrios que existem na Lei Rouanet, realmente ela está sendo toda reformulada, passou pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara, vai passar pelas outras comissões, vai ser votada, vem para o Senado. Acho que está naquele momento em que já saiu do Ministério da Cultura, nós estamos muito preocupados com a aprovação, porque ela vai ajudar a equilibrar sim, equilibrar essas questões que foram apontadas, dos Estados que têm mais dificuldades de acesso, lá está prevista essa melhor distribuição, como também a questão do acesso.

Quanto à captação, a Lei aprova o projeto para captação, e o que está acontecendo, inclusive há um debate na imprensa em relação a, por exemplo, Maria Bethânia ter um projeto aprovado com um valor muito alto, mas não é só este, como muitos outros projetos têm sido aprovados com valores altos.

Agora, passa por todas as comissões, os pareceristas examinam os valores, veem se estão de acordo com o mercado, às vezes há corte – neste projeto houve corte também –, e eles são aprovados, mas a captação é o problema. Quer dizer, esse projeto é realmente voltado para o mercado, não podemos negar que são as empresas que vão escolher muito...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Mas o dinheiro é público, Ministra.

A SRª ANA DE HOLLANDA – Claro, compreendemos.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Tem que ser dividido. O privilégio não pode continuar para os grandes artistas.

A SR^a PRESIDENTE (Marisa Serrano. PSDB – MS) – V. Ex^a pode ter uma réplica e uma tréplica também. Tem todo o direito.

A SR^a ANA DE HOLLANDA – Eu entendo perfeitamente. O projeto que eu estou falando é projeto da Lei Rouanet, agora existe um outro projeto que vai ser votado também, que é o Procultura. O Procultura é o projeto já aperfeiçoado, existe uma grande parcela que vai para o Fundo Nacional de Cultura. Esse Fundo é discutido, o Conselho Nacional participa da discussão do uso desse dinheiro público, esse dinheiro que vem também da isenção fiscal. Aí, sim, existe uma distribuição regional em todo o seu diferencial. O Conselho é formado por representantes da sociedade civil, por representantes da área artística, da área cultural, da área de produção. Então, nós temos que tentar equilibrar os desequilíbrios que existem, sim, na Lei Rouanet.

O Ministério está trabalhando, mas esse projeto foi enviado ao Congresso no ano passado, está sendo votado, vai ser discutido em várias instâncias. Acho que compete também a todos nós e principalmente aos Parlamentares examinar melhor no que ele pode ser aperfeiçoado. Acho que é uma responsabilidade de todos nós tentar equilibrar. Não acho que o artista, por ter um grande nome... Se for fazer um projeto que vá atender a um público imenso... Quer dizer, nesse caso, por exemplo, da Bethânia, seria para *blogs* a que todo mundo teria acesso e tal. Se for atender, acho que é interessante. Não temos que vetar um, temos que trabalhar com todos. Agora, há formas sim de equilibrar. Alguns têm uma isenção maior para incentivar o patrocínio a um tipo de projeto e outros, que já são mais favorecidos, terão um incentivo menor. Quer dizer, essa lei tem mil detalhes que serão examinados. Agora, nesse momento, faço um apelo para que todos examinem com cuidado para poder até melhorar e aprovar o quanto antes esse projeto para que a gente não fique lidando com as dificuldades, só ouvindo as reclamações do projeto, da Lei Rouanet, que é a lei que está em vigor.

Há a questão também da infância e da adolescência para ser incluída, fazer parte dos nossos programas. Eles fazem parte. Já falei também da questão dos pontos de cultura. O Ministro Haddad pediu muito essa questão também de os pontos irem nas escolas, trabalharem com as escolas e elas receberem também os estudantes, 51 milhões e 300 mil estudantes da rede pública, de ensino fundamental e médio. Quer dizer, isso é muito importante porque são esses alunos que, daqui a dez anos, estarão produzindo e consumindo cultura. Então, esse contato com a cultura neste momento é fundamental. É agora que a gente abre a

cabeça deles para esse mundo da criação, da cultura, da reflexão, é a abertura de mentes.

Nós temos também vários projetos no Ministério. Eu poderia falar até do projeto das bandas de músicas e de vários projetos para a inclusão do adolescente e da criança. As crianças já participam com oficinas etc., e há vários projetos para participarem em atividades... A Funarte tem vários projetos. Temos também vários projetos de leitura, de livro e leitura, que incluem também criança e adolescente. Temos trabalho muito intenso com o Ministério da Educação. Aí sim, que vai... Quer dizer, nós temos projetos até! Não temos ainda tudo que gostaríamos, mas temos projetos e agora estamos implementando mais essa aproximação, esses projetos de aproximação com o Ministério da Educação, assim podemos atender, chegar nessas crianças e nesses adolescentes.

Enfim, é isso. Acho que já atendi a suas perguntas, espero.

Em relação, Senador Randolfe, à reforma da Lei de Direitos Autorais, ela foi colocada. A que está no *site* do Ministério ainda não foi examinada pela nossa Diretoria de Direitos Intelectuais, que assumiu agora há pouco, faz um mês no máximo. Nossa primeira providência foi pegar esse projeto de lei que foi elaborado no ano passado, passou por uma consulta pública e depois houve um processamento interno para colocá-lo no *site* do Ministério. Quer dizer, ele não chegou a ser colocado, mas foi enviado para a Casa Civil no dia 23 de dezembro.

Esse projeto foi devolvido, como tudo que é enviado – tudo que foi enviado em dezembro – para a Casa Civil é devolvido para todo os Ministérios.

No caso, nós recebemos não só esse projeto, como também nomeações, outros projetos e outras... Foi tudo devolvido para que eu examinasse e enviasse de volta se concordasse com o formato em que estava. Como? Nós ainda não tínhamos a pessoa para cuidar da área dos direitos intelectuais, os responsáveis por essa área. A gente esperou a nomeação e nossa primeira providência é colocá-lo para conhecimento público. Quer dizer, o processo que foi feito para chegar a isso ocorreu no ano passado. Não tenho todo esse processo de como foi examinado. Isso teve consulta pública, nós sabemos, nós conhecemos. Agora, por que chegou a esse resultado aí não tenho esse histórico completo, isso foi uma questão interna da gestão passada. Ele está disponível e a Diretoria de Direitos Intelectuais está examinando, verificando e, provavelmente, será colocado em consulta pública. Quer dizer, deixou um mês lá, já correu boa parte e vai-se definir um cronograma. Esperamos que seja rápido, porque

acho que o ideal é que ele venha logo para o Congresso poder discutir essa reforma.

Agora, no momento, estamos detectamos, já detectamos inclusive problemas como uma presença muito pequena da Internet nesse projeto. Fui verificar inclusive no marco regulatório da Internet e também não consta a presença da questão do direito intelectual. E nossa preocupação... Temos duas preocupações, sim, em relação à questão do direito intelectual. Ele está previsto na Constituição brasileira, quer dizer, é uma cláusula pétrea e temos de respeitar, e não só respeitar porque está na Constituição, mas ele é o sustento de 99% dos criadores brasileiros, pelo menos os profissionais dependem dessa arrecadação. Quer dizer, não é só o Ecad, o senhor citou o Ecad, mas e o escritor que passa dez anos pesquisando para fazer seu livro, e o fotógrafo? Falam assim: "Não, às vezes, tudo bem, ele disponibiliza a música gratuitamente e pode fazer *show*, mas, às vezes, ele não faz *show*, é um letrista; às vezes, é aposentado; às vezes, perdeu a voz, enfim, às vezes, ele tem direito a receber pelo trabalho dele. Temos de pensar que essa é uma relação muito forte com a questão profissional, com a questão de trabalho, as pessoas vivem disso, isso tem de ser muito considerado. E acho que foi colocada uma polêmica em relação ao direito do cidadão e ao direito autoral. Eu acho que as coisas se complementam. O cidadão tem de ter a possibilidade de acesso à cultura. Mas não em detrimento de quem vive disso. Temos de equilibrar. Então, acho que essa lei tem de ser muito estudada. Vamos verificar, vamos trabalhar. Estamos recebendo muitos documentos, cartas de associações, ligadas a escritores, principalmente, que já se manifestam muito, autores de música, gente de cinema já se manifestou também. A preocupação é geral, e estamos vendo a manifestação muito dos consumidores e, principalmente, do pessoal ligado à Internet que quer ter o acesso a isso.

Acho que temos de pensar, talvez, até em formas de prever o pagamento, às vezes por meio das ferramentas utilizadas na Internet para que recebam e, assim, possibilite o acesso gratuito para a população. Se isso for possível, será muito bom, temos de estudar isso. O artista quer. Ninguém quer guardar seu trabalho na gaveta, não; ele quer que a população tenha acesso, sim, pode ter certeza. A grande frustração do artista ou do criador é quando ele não consegue difundir seu trabalho. Então, tenho essa preocupação. A Internet é importante, esses novos meios de acesso à cultura são fundamentais.

E aqui quero reafirmar a minha preocupação. Sou a maior defensora da cultura digital, embora se tenha espalhado por aí que sou contra. Não sei de

onde tiraram isso, nenhuma vez dei qualquer declaração contrária. Eu apoio. E, no Ministério, essa área de cultura digital está na Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, está na Secretaria do Audiovisual, está na Secretaria de Políticas Culturais, que é a Secretaria central. Ela está em todas as nossas... Nós temos, na Funarte, toda uma área já digitalizada, o Cedoc, de um acervo riquíssimo; nós temos a Biblioteca Nacional também com boa parte digitalizada. Então, essa preocupação... E os Pontos de Cultura trabalham muito com esse material. Quer dizer, eu nunca seria contra o acesso à cultura digital. Eu nunca seria contra a que as pessoas usem essa ferramenta da forma que for possível. Então, quero reafirmar e esclarecer isso de vez.

Agora, o autor tem de liberar? Por enquanto, sim. Não há outra forma, senão a do autor liberar. A forma que ele vai encontrar de autorizar ele vai discutir. Por exemplo, falou-se do Creative Commons. O Creative Commons é uma forma de licenciamento. Ele pode permitir que se use de uma forma "a", "b", "c". Há algumas, inclusive, que permitem que ele faça uma obra compartilhada, que outros também interfiram na obra e que se crie uma terceira... É fantástico que exista isso. Isso é um exercício que pode ser praticado, e eu acho ótimo que esteja sendo praticado. Agora, isso depende de quem cria. Quem cria disponibiliza assim ou assim, assado. Então, temos de ter a permissão de quem cria para ver se ele quer que essa obra seja usada assim, assim, assado. Então, ele é que vai definir a forma em que ele vai autorizar o uso.

Então, eu digo, quando me perguntam por que o Ministério resolveu tirar do *site* da sua página principal. Quero fazer uma diferença: a página oficial do Ministério tinha, sim, uma logo; os outros não têm. Existem em *blogs*. Sim, *blogs* do Planalto, outros *blogs*. Nos *blogs* existe uma liberdade muito maior de uso das redes todas. Agora, no *site* do Ministério, eu pedi, imediatamente, que o jurídico... Quer dizer, sou responsável pelo que estiver lá. Se existe uma marca de uma entidade privada, quer dizer, pode ser uma empresa ou uma ONG, enfim, que presta um serviço. No caso, o Creative Commons oferece os serviços, sim, modelos para se disponibilizar. E temos de deixar claro que a disponibilização é gratuita e definitiva; nunca mais ele vai ter volta do que disponibilizou. Não vejo, não via por que e, pelo exame que fiz na área jurídica, não havia por que aquela marca estar lá, porque não tinha havido nenhum processo administrativo para incluí-la lá. Isso é de uma grande responsabilidade. Por que estou privilegiando uma marca, se existem várias formas de se disponibilizar, gratuitamente ou não, e isso depende do autor? Achei estranho aquilo e fui consultar. Nada,

nenhum processo, nada que justificasse a inclusão. Então, não estava normal uma... Era uma marquinha, uma propagandinha de um serviço que uma entidade promove. Ela não tem nada contra o serviço que oferece. Como existem outras, também, que fazem esse tipo de serviço. No mundo eu sei que existem várias.

Não tem nada contra os serviços que ela oferece, como existem outras que fazem esse tipo de serviço. No mundo eu sei que existem vários e pela lei brasileira ele pode fazer isso diretamente – o autor. Então, eu não achei correto e pelo que eu consultei na área jurídica nada justificava aquilo lá. Eu teria que tirar mesmo.

(Fora do microfone.)

A SRª ANA DE HOLLANDA – Não aí é diferente. Twitter, Face são redes, as redes são livres para se comunicar, não é um serviço que está sendo oferecido, onde você se clica e entra na página, oferece... O Twitter, o Face são redes... tudo isso foi colocado, aliás, na gestão passada..

Mas é interessante essa liberdade de poder opinar, entende? No caso, não. É um licenciamento para que se abrisse mão dos seus direitos em favor do acesso público. Mas, às vezes, abrir mão dos direitos sem remuneração é um opção que deve ser pensada duas vezes. Então, não cabe ao Ministério estimular que se faça isso. Quem quiser fazer, sabe muito bem. Eu estou toda a hora assinando autorização de direitos autorais, da obra do meu pai, por exemplo. Toda hora recebo, muitas vezes é gratuita, às vezes não é por um trecho, mas sempre tem um período de duração por tantas edições ou para dez anos um contrato com uma editora por não sei quanto tempo. Mas tem, isso tem que estar previsto. A Constituição brasileira prevê isso.

Então, eu entendi que não combinava com o Ministério da Cultura o estímulo ao artista, ao criador abrir mão do seu ganha-pão. Então essa diferenciação existe.

O que mais foi colocado aqui?

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/ PSDB – MS) – Se V. Exª quiser, depois terá condições de completar o raciocínio com outras perguntas.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria uma réplica.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/ PSDB – MS) – Uma réplica, Senadora Marinor, por três minutos.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Para ser disciplinada aqui, ele disse que eu estava insubordinada hoje, mas não é verdade, é aquela ansiedade, apesar de ter 52 anos, mas aquela ansiedade da menina que quer brincar de bola e quem tem a bola é a Ministra.

Acho que não é a Ministra. A Ministra pertence a uma família de pessoas envolvidas com a questão cultural e merece respeito nosso, mas quem está com a bola, Ministra, é a Presidenta Dilma. Eu sinto e conheço algumas pessoas que estão no Ministério, embora não tenha uma representatividade amazônica, pessoas que atuam na política cultural na Amazônia, que conhecem a nossa realidade, a nossa diversidade, geralmente não estão na Funarte, não estão em espaços onde é preciso conhecer e ter a sensibilidade para saber como enfrentar os problemas. Não que os que estão aqui não possam se apropriar disso, não possam viajar, não possam conhecer a nossa realidade.

A minha preocupação tem a ver com a questão orçamentária, o corte de R\$50 bilhões que o Governo sofreu deixa só no Ministério da Cultura um rombo de R\$530 milhões. O orçamento passa de R\$1,336 bilhão para R\$806 milhões. Isso é um desastre! Para uma situação adversa, para que o Ministério da Cultura possa enfrentar todas essas dificuldades que estão relacionadas no processo de discussão histórico, inclusive. Eu fiz parte do movimento de cultura no Brasil que escreveu o primeiro programa de governo para a cultura do Presidente Lula. Infelizmente, me frustrei com esse sonho e não vi até hoje uma movimentação no sentido concreto de enfrentar essas dificuldades.

É por isso que eu até me preocupo com V. Exª, que tem um envolvimento, que tem um engajamento, de como vai fazer com menos R\$530 milhões, já que aquele percentual do orçamento a que eu estava me referindo há pouco, faz parte de um mapa que debate a questão dos estudos econômicos sobre os orçamentos, com base no orçamento de 2010, onde 44,93% ficam para amortização dos juros da dívida pública, e 0,06% estão destinados à cultura, ou melhor, estavam destinados. Com esse corte de 530 milhões, o que dá para fazer, Sra. Ministra?

E aqui para fazer um reparo, rapidinho. Eu não acho que artista famoso não tenha direito de disputar recursos. Acho que tem, tem todo o direito. O que estou discutindo aqui é que mecanismos precisam ser criados para que todos os artistas, todos os produtores culturais do Brasil tenham acesso. Porque se deixar esses recursos públicos nas mãos do mercado, os artistas famosos, de grande expressão, vão ter sempre acesso aos recursos da Lei Rouanet. As empresas patrocinadoras em geral vão preferir os artistas reconhecidos, já que o retorno em mídia, em valor agregado se multiplica, a partir dos investimentos feitos. Não é se a Maria Bethânia tem direito ou não, porque não estou aqui fazendo esse discurso. É como acessar, possibilitar os recursos aos artistas populares, aos que não são famosos. É esse o debate.

E para finalizar, Ministra, o Governo tem maioria na Câmara e no Senado, ele vota todo e qualquer projeto a hora em que quiser. Então, mais uma vez, a bola está com a Presidente Dilma. A revisão na área da Cultura depende do Governo Federal. Não haverá oposição, se for para o bem da Cultura.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. PSDB – MS) – Obrigada Senadora Marinor...

SRª ANA DE HOLLANDA – (*Fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. PSDB – MS) – Como não, Ministra.

A SRª ANA DE HOLLANDA – É só questão da Lei Rouanet, já foi dito, ela está sendo modificada, haverá um equilíbrio maior com a Lei Procultura que está sendo discutida.

Agora, dizer que o Ministério ou a Presidência está em maioria e aí será aprovado, acho que depende também do olhar de cada um sobre o projeto, porque ele pode ser piorado ou melhorado aqui...

O SR. INÁCIO ARRUDA (PC do B – CE) – Vai ser piorado.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Vai ser melhorado! Nós garantimos.

SRA. ANA DE HOLLANDA – Por isso mesmo, eu confio.

Então, não é assim tudo tão automático não. E eu tenho muitos projetos que partiram do Legislativo. Então, temos todos que pensar de uma forma mais aberta nesse sentido.

Agora, em relação a distribuição, vou até aproveitar porque recebi aqui um recadinho. Foram investidos 12 milhões em microprojetos na região amazônica, que agora estão sendo pagos. Nós estamos aos poucos, a dificuldade é enorme sim, essa parte da questão financeira, inclusive temos muitos restos a pagar, mas, dentro do possível, a gente está negociando para poder quitar as dívidas.

Temos também um ponto de cultura no Amapá, no Pará, no Amazonas, que somam cerca de 5 milhões.

Quero lembrar que eu tive com a Presidenta Dilma em Manaus, há duas semanas no lançamento da campanha contra o câncer de útero e da mama; vários artistas, vários desportistas também estiveram lá, dando o seu apoio, porque todos se sensibilizam e todos sabem do peso que eles têm como formadores de opinião para que as mulheres se cuidem. Então, a nossa preocupação com a Amazônia sempre existiu e em nenhum momento a gente está pensando...

Quero lembrar também que nós temos uma representação do Ministério da Cultura no Pará, que é pequena, precisamos ampliar, para termos esse olhar lá. Vamos trabalhar muito mais nessa área.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Ministra...

O SR. RANDOLPH RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem. Serei breve. Em respeito aos Colegas que estão na fila, eu não vou utilizar o direito a réplica. Mas eu gostaria que as minhas contra-razões de réplica constasse do relatório final desta reunião. E como temos uma enorme fila aí...

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Vamos pedir à secretaria que providencie isso, Senador Randolph.

Queremos agradecer a presença do Sr. Eduardo de Souza Barata, Presidente da Associação de Produtores Teatrais; da Srª Marta Porto, Secretária de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura; do Sr. Cláudio Leitão, Secretário de Economia Criativa do Ministério da Cultura; Vítor Ortiz, Secretário Executivo de Fomento do Ministério da Cultura; Mário Diamante, Diretor da Agência Nacional de Cinema, Ancine – e, no ano passado, nós votamos aqui um projeto para a criação do grupo efetivo da Ancine; Sr. Antônio Grassi, Presidente da Funarte; Sr. Rênio Quintas, Maestro e Secretário de Relações Institucionais da Associação de Músicos do DF e do Entorno, Assom, da FNM e da Abrafin; da Srª Margareth Menezes, cantora; da Fabiana de Filippi, produtora de cinema e teatro; do Toni Medeiros, Deputado Estadual do PSL do Amazonas; Ademar Bandeira, Vereador, Líder do PT na Câmara Municipal de Manaus; Lúcio Oliveira, Presidente da Abrap; e Tadeu de Pietro, ator e Chefe de Representação do Ministério da Cultura de São Paulo.

Passo a palavra, agora, ao Senador Francisco Dornelles por cinco minutos. Posteriormente, falará o Senador Cristovam; depois a Senadora Lídice.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Ministra Ana de Hollanda, como Senador do Rio de Janeiro, quero inicialmente mostrar a minha satisfação em ver o Ministério da Cultura ser comandado por uma carioca competente e ilustre.

A SRª ANA DE HOLLANDA – Eu não gosto de ouvir... boa parte da família é carioca, mas eu sou paulista.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas é que sua assessoria me informou que é carioca, mas se não for, a partir de agora é. (*Risos.*)

A SRª ANA DE HOLLANDA – Eu sou meio carioca, sim. (*Risos.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Já estamos providenciando o título de cidadã cearense. (*Risos.*)

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas, para nós é carioca. Então, fica com as duas: carioca e paulista.

Ministra, o assunto é o seguinte: eu quero até dizer, em dois minutos, contar a seguinte situação: no ano de 1975, os Estados Unidos ameaçaram colocar um imposto de 35% sobre calçados do Brasil. E nós sentimos, dentro da nossa estratégia, a importância do cinema americano; chamamos aqui a *Motion Pictures* e dissemos: o imposto do cinema americano no Brasil vai subir 35% também. Meses depois, eu recebi um telefonema do Presidente da *Motion Pictures*, dos Estados Unidos, Jack Valance, que me disse o seguinte: estive com o Presidente dos Estados Unidos, e o imposto sobre calçados não será de 35%, mas de 3,5%. Como é que fica o cinema? Eu disse: fica em 3,5%. Então, está bem. Apenas comunico ao Itamaraty 15 dias depois.

Então eu quero mostrar a importância que um país como os Estados Unidos dá ao cinema, que é hoje uma indústria que tem um potencial, uma força tão grande política quanto à de armamento.

Eu queria dizer que o cinema nacional é o segmento, o setor com maior potencialidade de crescimento no País. Nós temos capitalista querendo investir, nós queremos diretores e artistas da melhor qualidade.

Então, eu queria lhe perguntar: Qual é a política, quais são as metas do Governo para o cinema nacional? E sobre isso há um projeto, aprovado na Câmara, do Senador Cristovam Buarque, sobre cinema nas escolas.

Acho que é um dos problemas de ter um mercado de cinema nacional.

Querida perguntar quais são as metas, qual é a política do Ministério da Cultura. Sei que cinema é um pouco indústria, um pouco comércio, um pouco cultura, mas está sob o seu comando. Qual é o programa, quais são as metas do Ministério para o desenvolvimento e fortalecimento do cinema nacional?

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigado Senador Dornelles. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVÃO BUARQUE (Bloco/PDT-DF) – Srª. Presidente, cara Ministra, quero dizer da satisfação de estar aqui nesse debate, e que duvidei...

A SRª ANA DE HOLLANDA – Quase pernambucana...

O SR. CRISTOVÃO BUARQUE (Bloco/PDT-DF) – Meu avô é pernambucano.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Isso é coisa de mineiro, por isso deu esse problema.

O SR. CRISTOVÃO BUARQUE (Bloco/PDT-DF) – Por causa desse avô pernambucano que fico em dúvidas. Se eu fizer perguntas muito simples vão di-

zer que é protecionismo, aparente. Seu eu fizer muito difícil, vão dizer que a família está brigando.

Mas a minha preocupação, Ministra, é com a cultura na educação. Sei que outros já falaram sobre o assunto, mas não há como criarmos uma população com gosto pela cultura se não investirmos em levar a cultura para dentro das escolas. Na primeira leitura que fiz do Plano Nacional de Educação, digo primeiro porque é tão complexo, tão cheio de detalhes que não dá para ter uma opinião com base em uma só leitura. Mas pelo que vi a parte de cultura está relegada por parte do Ministério de Educação. Gostaria de saber se está havendo um diálogo entre o Ministério da Cultura e o da Educação no sentido de que o Plano Nacional de Educação para os próximos 10 anos tenha, de fato, cultura dentro das escolas, o que provavelmente vai exigir aumentar o número de horas de aulas por dia, caminhando-se para o horário de educação integral no País. Então essa é uma pergunta.

A outra é uma preocupação. Este é um País que está gastando, ninguém sabe nem quanto, para construir estádios e quadras para Copa do Mundo e para Olimpíadas e tão pouco para manter o patrimônio cultural em edificações que o Brasil tem. Quero saber como é que nós do Congresso podemos ajudar o Ministério para que pelo menos essa disparidade enorme em que o estádio aqui de Brasília... É preciso dizer que nos últimos 5 anos Brasília não teve mais de 30 mil torcedores em quadra de futebol, somados todos os 5 anos. E vai construir um com a capacidade de 70 mil, e já tem um outro no Gama que deve ter capacidade para uns 20 mil. Como podemos ajudar para que este País possa gastar mais dinheiro na proteção de seu patrimônio para evitar essas vergonhas que sentimos quando desabam igrejas, um prédio antigo, ou até quando autorizam a destruição deles. Então essas são as minhas duas perguntas. A cooperação com o Ministério de Educação para termos um Plano Nacional que incorpore cultura na educação. O meu projeto visa colocar o cinema brasileiro na escola porque a gente só cria um mercado de adultos para o cinema se criarmos o gosto pelo cinema na educação de base. A gente começou assistindo filme de bang-bang americano na escola e termina assistindo, hoje, filme americano.

O que o está sendo feito pelo Ministério e o que podemos fazer para aumentar recursos para proteção ao patrimônio cultural.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano Bloco/PSDB-MS) – Obrigada Senador Cristovam. Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB-BA) – Tentando ser rápida, quero saudar o Senador Inácio que

propôs a vinda da Ministra e saudar a Ministra que tem tido um desempenho, na minha opinião, muito importante nesse debate, enfrentando as polêmicas que têm sido colocadas na agenda da cultura, com muita delicadeza mas com firmeza, mesmo porque não se faz cultura sem polêmica. Cultura da unanimidade é uma cultura... ou é uma não cultura. Portanto, eu creio que a polêmica é indispensável para que possamos fazer a política cultural do Brasil. E eu queria dizer que acho muito importante que, num Governo de uma Presidente mulher, o Ministério da Cultura também seja dirigido por uma mulher. É a busca de identificação, de dar visibilidade à cultura feminina neste País e à participação da mulher no fazer cultural da nossa Nação.

Mas, Ministra, como a senhora sabe, porque já estive na Bahia algumas vezes justamente no fortalecimento da cultura e tem neto baiano, já que todo mundo quer um pedaço da Ministra – a Bahia também tem o direito de tê-lo –, a senhora esteve lá participando de eventos vinculados à cultura afro-brasileira, eu gostaria de saber, portanto, um pouco dos planos de trabalho previstos para sua gestão na Fundação Palmares, que é uma importante instituição para o fortalecimento da cultura afro-brasileira e fundamental, portanto, para o meu Estado e para tantos Estados que reconhecem, que se identificam com essa identidade afro-brasileira, reconhecendo-nos baianos como um povo negro. Eu gostaria que a senhora pudesse destacar essa questão.

Concordo integralmente com a fala do Senador Dornelles e também tenho interesse em que a senhora possa responder sobre esse ponto e, finalmente, quero dar uma palavra: só gostaria de saber como a população tem-se pronunciado em relação às consultas públicas sobre a mudança na lei dos direitos autorais, como resultado dessa proposta. Creio que a Lei Rouanet veio para o Congresso para ser modificada para melhor para que possamos superar as dificuldades que ela tem, mas a reconhecemos também como uma lei estimuladora dos investimentos empresariais na cultura brasileira, indispensável para que pudéssemos buscar esse fomento à cultura nacional.

Finalmente, eu gostaria que a senhora esclarecesse um pouco esta polêmica em relação ao financiamento do projeto de Maria Bethânia, até em prol, em defesa de Maria Bethânia, que conheço como uma artista baiana das que menos depende de qualquer tipo de financiamento público. Tem a sua carreira, sua vida estruturada na sua capacidade de captar investimentos no seu próprio trabalho e é uma artista de reconhecimento internacional. O que faz pela poesia brasileira, uma área tão pouco valorizada pelas políti-

cas em geral, vejo como algo extremamente saudável e a ser saudado pelos brasileiros.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Senadora Lídice.

Queremos agradecer também a presença da Srª Márcia Helena Gonçalves Rollemberg, esposa do nosso Senador, que é Diretora do Departamento de Articulação e Fomento da Infância. Seja muito bem-vinda.

Ministra, por dez minutos.

A SRª ANA DE HOLLANDA – Senador Francisco Dornelles, só consertando: sou filha de carioca, vivia entre São Paulo e Rio.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Então, era o melhor dos mundos, a senhora pensa que é paulista, e nós achamos que a senhora é carioca. Vamos ficar assim.

A SRª ANA DE HOLLANDA – Está certo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mas o título de cidadã é cearense, não tem mas jeito.

A SRª ANA DE HOLLANDA – O cinema é uma área muito rica e complicada. A gente vê as polêmicas dentro do cinema. A Ancine está trabalhando, tivemos o encontro com o Conselho Superior de Cinema, agora na semana passada, com representantes de toda a cadeia produtiva, da criação, dos produtores, distribuidores e tal, para discutir as saídas, porque quando chega lá também existe uma certa burocracia que também passa pela CGU, que exige uma série de procedimentos.

Então, o pessoal do cinema está gritando muito. Mas, estamos, o Ministério da Cultura está trabalhando intensamente para buscar soluções para o investimento no cinema.

Na mesma reunião, a gente discutiu uma questão, que foi o Cacá Diegues que havia levantado. Uma vez ele fez a imagem de que o cinema brasileiro é aquele Boing que está assim com tudo pronto na pista, motor ligado, está quente, mas ainda não levantou voo. Quer dizer, o que está faltando para levantar esse voo?

Nós combinamos, na reunião do Conselho Superior de Cinema, um trabalho conjunto do Ministério da Cultura com a Ancine para descobrir soluções. Nós conseguimos descobrir várias saídas para esses impasses em relação à lei Rouanet. A aprovação da Lei Rouanet também era complicadíssima. Aí o Enilton, que é da Sefic, secretaria de fomento – ele que veio do Ceará também –, facilitou muito os tramites para a aprovação e para poder aprovar projetos da lei, independente dos méritos, porque isso aí não passa pelo conselho, o conselho que julga os projetos. Mas a tramitação burocrática, isso foi muito facilitado. Ele

vai trabalhar junto com a gente, junto com a Ancine para ajudar.

Quer dizer, o cinema já tem leis próprias, a Lei do Audiovisual, existe o Fundo Nacional de Amparo ao Cinema para o audiovisual, e nós temos também, na área da Secretaria do Audiovisual, vários programas para o cinema de pequeno e médio orçamento, para documentários, para várias outras áreas, e o estímulo a festivais. E tem uma área importantíssima no Ministério que é a cinemateca brasileira. A cinemateca brasileira está digitalizando filmes e está fazendo uma distribuição muito grande para os pontos de cultura e para quem mais está pedindo. E nós pretendemos sim, agora, com essa parceria com o Ministério da Educação, também fazer essa distribuição – tem um número enorme, agora não sei o número de títulos que tem de filmes brasileiros de qualidade – nas escolas, para que a juventude também tenha esse acesso.

Isso está sendo fechado, essa parceria com a área da educação, para estimular o cinema. Um lado é estimular fomento ao cinema na Ancine, e na cinemateca temos essa área muito específica também da digitalização e distribuição e divulgação do cinema brasileiro.

Senador Cristovam Buarque, cultura e educação, sempre a educação é a preocupação do Senador. Mas ainda bem que ele compreende a cultura como parte integrante da educação. Eu também entendo da mesma forma.

No Plano Nacional de Educação, até há pouco, pelo o que o senhor falou, a cultura não estava muito contemplada. Mas isso vai ser, estamos revertendo isso. Na conversa que estamos tendo com o Ministro Haddad, isso já foi detectado, estamos com um grupo de trabalho já, uma diretoria trabalhando nesse sentido, de como ocupar essa grade escolar que aumentou, ampliou seu horário, e a cultura tem que entrar. Ele reconhece a importância da cultura na formação do aluno. Isso, para ele, está muito claro. Nós vamos trabalhar juntos. Com certeza, nós vamos administrar essa questão para que a cultura participe – não só a música, que já está aprovada e vai ser regulamentada, mas também que participe em outras áreas, porque todas ajudam na ampliação de horizontes.

O cinema brasileiro nas escolas, como eu já disse, conseguindo essa parceria já estabelecida, nós vamos passar a fazer a distribuição de cópias de filmes em DVD para as escolas, assim como com livros, com outras áreas temos também essa preocupação. Temos também preocupação com vários projetos pequenos, porque a cultura tem isso: trabalha às vezes com projetos pequenos que aparecem pouco.

Quando eu estava na Funarte, isso com certeza vai voltar, havia um projeto de concertos didáticos nas escolas. Então nós dávamos uma verba para que duo, trio fizesse não só um concerto, uma apresentação, como também uma aula, mostrando os instrumentos, como se toca, o que é era o quê. Quer dizer, ninguém precisa ser músico, mas conhecer um pouco mais e despertar para esse mundo, que é muito interessante, que passa também muito do imaginário. Isso é importante que chegue na escola, porque, às vezes, a música que chega, que toca nos rádios tem sido de uma qualidade tão baixa que acho que temos trabalhar com educação para levar uma cultura a que as pessoas não têm acesso pelos rádios, pelos meios de comunicação mais conhecidos.

Em relação à Copa e às Olimpíadas, realmente as verbas têm sido grandes em função dos eventos. Agora nós também, além de compreender que as vezes esses esportes exigem espaços grandes, de grande visibilidade, e com a cultura, porque trabalha muito com a diversidade, com trabalhos pequenos que não aparecem tanto, a mídia não percebe tanto a dimensão que a cultura nos pequenos projetos consegue atingir. Claro que nós temos essa preocupação. Estou correndo, já estive no BNDES, vou estar com a Petrobras.

Para a recuperação, temos o Iphan. A nossa maior preocupação é o Iphan, com seus prédios históricos que estão precisando desse trabalho para que esse patrimônio, que é importante para todos nós, que é importante para que as crianças conheçam a sua história, história do seu País. Nós estamos procurando além da verbas, que neste momento, neste ano, estão curtas, realmente vieram bastante cortadas, mas vamos trabalhar com elas para não parar as obras e para, a partir do ano que vem e com recurso que virão das estatais, tenho quase certeza, já está tudo mais ou menos costurado, vamos poder atender mais a área de patrimônio.

Fora isso, há um grande projeto de museus, que já estou colocando nessa agenda da Copa também, porque os museus têm que estar preparados para receber, na Copa e Olimpíadas, também o público que vem ver esporte, mas que vem passear pela cidade e conhecer um pouco das cidades, sua história, seus museus.

Bom, ainda tenho uma para responder, da Senadora Lídice da Mata. Há muito polêmica em relação à cultura realmente, Senadora. Com cultura, a gente sempre vai ter polêmica. Vamos sempre lidar com a criatividade, o impulso, as demandas. Assim, são muito mais vivas as polêmicas na cultura.

Agora, em relação à Fundação Palmares, esteve conversando comigo o Elói Ferreira há poucos dias,

inclusive lembrando que, neste ano, comemora-se o dia dos descendentes de africanos, outros falam afrodescendentes. Nós temos que ter um cuidado, um olhar todo especial. Estou inclusive me programando para visitar alguns países africanos de língua portuguesa e fazer um trabalho voltado para o resgate dessa língua, do reconhecimento dessa língua portuguesa praticada no Brasil e nos países africanos de língua portuguesa.

Nós estamos querendo trazer desses países também informações que possamos publicar da linguagem praticada nesses países, nesse encontro de línguas que veio para o Brasil, que aqui se transformou em outra coisa e que ainda lá se pratica e que todas passam pelo Português.

A gente pretende desenvolver – isso também vai ser provavelmente com dinheiro privado que a gente vai buscar – a publicação de dicionários e de estudos sobre a língua praticada no Brasil e nos países africanos.

O trabalho que ele quer fazer do encontro dos quilombos, que a gente ainda não decidiu se vai ser em Brasília ou em outra região, o encontro dos quilombos todos que ainda existem pelo Brasil.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Baixo e Médio Amazonas e Tapajós, na cidade de Alenquer. Os quilombos mais antigos do Brasil. É a sugestão.

A SRª ANA DE HOLLANDA – Nós temos que fazer para eles se conhecerem. Têm que saber que existem, mas que estão isolados, às vezes, em pequenas regiões no Amazonas e em outras regiões mais populosas.

Agora, a Bethânia! A Bethânia, todo mundo gosta dela, e ela tem um grande nome, ela tem uma capacidade de obter recursos junto à iniciativa privada. Sem dúvida, ela tem. Acontece que a iniciativa privada está muito viciada nas leis de incentivo; só contribuem com lei de incentivo. Ela quer fazer um projeto para 365 gravações para colocar no *blog*; cada uma dessas 365 serão lançadas dia a dia; serão gravações de poesia – e há um vasto leque de poesias que a Bethânia foi recolhendo, foi estudando, trabalhando nisso há anos – e música também. Isso vai ser oferecido gratuitamente. O preço é caro? É, mas temos que pensar também na avaliação feita porque não compete ao ministério fazer avaliação de qualidade, se é bom ou se não é bom. Não está dentro da Lei Rouanet esse mérito. Acho que o projeto – se todo mundo tiver acesso a 365 gravações da Bethânia, lendo poesia, ainda mais hoje em dia que a poesia está tão esquecida, está tão colocada em segundo plano –, eu considero o projeto interessante. O valor, isso não vou discutir, foi analisado por comissões específicas para isso.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Eu quero fazer uma pausa só para agradecer a presença do Nelson Sargento e de sua esposa. A última vez que ele esteve aqui foi quando discutimos o seguro desemprego para o artista. Quero dizer que vamos continuar trabalhando para isso. Muito obrigada. (Palmas.)

Para os Senadores que não estavam aqui no ano passado, digo que ele cantou para nós e foi uma manhã muito agradável.

Agradecemos muitíssimo a presença, Nelson, venha sempre, a Casa é sua. Obrigada.

Antes de passar a palavra para os próximos inscritos, só queria falar à ministra sobre o que ela colocou com relação à baixa cultura das nossas rádios. Não sei como aquilatar isso, como dizer o que é baixa cultura e o que não é baixa cultura. É uma questão muito difícil de se colocar como fundamento, num País continental como é o Brasil, com toda a miscigenação brasileira, o que significa baixa cultura e alta. Essa é uma dúvida que para mim vai ficar. Se V. Exª puder depois nos explicar.

Passo a palavra agora ao Senador Roberto Requião, depois ao Senador Paulo Bauer, Senador Eduardo Suplicy e Senador Garibaldi Alves.

Pela ordem, ao Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN) – Preciso ou tenho que me retirar, mas antes queria formular uma indagação à Ministra:

Existem convênios do Ministério da Educação com as prefeituras para educação do homem do campo. As prefeituras estão numa situação deplorável. Esse programa está praticamente encerrado. Eu queria pedir – não é indagar – à Ministra que encontre uma maneira, mediante o Ministério da Cultura, de evitar que esse programa feche suas portas.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Senador Garibaldi Alves.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Ministra, quero, inicialmente, conceituar uma visão de cultura. Acho que só podemos ter um programa completo se tivermos uma conceituação que nos informe e suporte a respeito das ações que vêm posteriormente se sucedendo.

Eu vejo a cultura do ponto de vista antropológico. A cultura é uma informação, uma experiência assimilada pela inteligência humana e por ela mediada para satisfação de uma necessidade. O exemplo básico, primário dessa situação é a de um grupo humano nômade, acampado ao lado de um rio, que assistia periodicamente a um de seus membros cair na

água e morrer afogado. Certa feita, um dos indivíduos do grupo cai no rio e, eventualmente, se agarra a um tronco e consegue, com o tronco flutuando, chegar a uma margem. Em outra ocasião um indivíduo cai no rio, está-se afogando, e um dos membros do grupo, lembrando a experiência a que assistiu, lança à água um tronco em que o quase afogado se agarra e demanda a uma das margens.

Nesse momento, pela primeira vez, se fez cultura, que é a utilização do aprendizado de uma experiência para o atendimento de uma necessidade humana. É evidente que à medida que o ser humano evolui, do ponto de vista da inteligência, surgem outras necessidades, inclusive as estéticas. Daí a pintura, as artes, a música. Quando a cultura assume a dimensão da cidade, ela se transforma em civilização.

Dentro dessa perspectiva, no Paraná, nós administramos a questão cultural da seguinte forma: nós passamos a criar espaços para manifestação de maneira absolutamente horizontalizada e democrática. Nós não abandonamos os eventos, as manifestações artísticas consolidadas, a repetição de peças de teatro, as exposições, inclusive universais, abrindo para o Estado uma janela para o mundo. Não ficamos na visão provinciana da exibição da arte e do artesanato local.

Nesse sentido, nossa política toda passou a criar espaços para manifestação cultural. Então, passamos a construir bibliotecas com laboratórios de informática em todos os Municípios do Estado. O Paraná patrocinou isso, inclusive com o primeiro acervo. Passamos a construir cinemas e fizemos esses cinemas funcionarem por meio da televisão digital com um filme projetado na nossa estação pública, que poderia ser repetido em todas as unidades de cinema construído com qualidade digital. Nós criamos um festival de arte estudantil que envolveu cerca de duzentas mil crianças. Era um festival de artes que nós chamamos de Fera com Ciência porque, além das manifestações artísticas que envolvia a população local, grupos artísticos do Estado e de fora do Estado, nós abrimos espaço para outras manifestações culturais. As mais singelas, corte e costura, cozinha, experiências científicas e criativas dos estudantes das escolas. Dessa forma socializamos e horizontalizamos as oportunidades. É evidente que, ao lado disso, cuidamos da arte espetáculo e dos eventos. Criamos prêmios por exemplo para o cinema e criamos um festival latino americano de cinema em Curitiba. Construímos e implementamos um escola sulamericana de cinema onde a nossa diretora, por alguns anos, foi a minha amiga Ítala Nandi, trazendo os principais diretores e produtores de cinema do Brasil na condição de mestres e de professores. É

este ponto de vista que eu gostaria de sobre ele ver a sua consideração.

Na verdade, estímulo à cultura é estímulo a uma oficina de arte, é estímulo a uma cozinha comunitária. Não compartimentar e focar única e exclusivamente em cima dos eventos. A cultura é uma mediação da inteligência para a solução de necessidades humanas que passam, necessariamente, pelas necessidades estéticas: pela pintura, pelo teatro, pelo cinema. Mas ela vinculada, por exemplo, ao Programa de Erradicação da Miséria da nossa Presidenta, tem uma inserção muito mais ampla na sociedade e não pode se limitar a essa discussão às vezes ociosas do financiamento de alguns pequenos – serão sempre pequenos – e diminutos eventos culturais e manifestação artística.

Nesta linha, qual a sua consideração e, se lhe parece, a visão antropológica razoável, o que o nosso Ministério pensa nesse sentido?

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB-MS) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB-SC) – Obrigado. Senhora Ministra, gostaria de apresentar três assuntos muito objetivamente.

O primeiro é que desde a sua posse temos assistido a uma sucessão de questionamentos à condução das políticas culturais no Brasil. E não temos ouvido uma resposta assertiva de parte de V. Exª e sua equipe sobre esses questionamentos, a alguns desses questionamentos. E um exemplo disso é a questão do direito autoral. Houve uma proposta de alteração da lei e foi colocada em suspensão. Pergunto: Por que aconteceu essa suspensão, uma vez que o processo ensejou meses de consulta pública, foram despendidos recursos públicos com passagem, viagem de servidores pelo Brasil inteiro e o Ministério voltou atrás. Parece-me que o assunto está hoje merecendo uma análise diferente do Ministério, inclusive ensejando alguns questionamentos, porque defensores da reforma da Lei dos Direitos Autorais insistem em afirmar que temem que a simpatia de V. Exª, muitas vezes mencionadas por argumentos do Ecad, que dizem ser contrários à reforma, contaminem os rumos desse processo.

Procurei ser muito claro nas informações para que V. Exª possa nos dizer qual a sua posição efetivamente em relação a este assunto e em relação a esta argumentação do Ecad.

Segundo questionamento.

Sabemos que no Ministério existem vários órgãos que estão incumbidos de cuidar de determinados assuntos. Por exemplo, nós temos a secretaria de fomento e incentivo à cultura, de políticas culturais, de cidadania cultural de audiovisual, de identidade e diversidade cultural e articulação institucional. Pergunto: Por que o

Ministério não tem um órgão com status de secretaria dentro da sua estrutura para cuidar, por exemplo, do livro e da leitura? Por que não ter outro para a música, já que nós sabemos que a música tem, no Brasil, uma expressão e um reconhecimento internacional? Então, o *status* desses dois setores – livro e leitura e música –, a meu ver, deveria ser elevado dentro do Ministério conduzido por V. Ex^a, haja vista que livro e leitura é algo que precisa ser ainda mais incrementado no Brasil. Digo isso como um ex-secretário de educação de Santa Catarina, quando, inclusive, fiz com que a Secretaria comprasse livros de literatura brasileira e os entregasse gratuitamente a todos os alunos da rede escolar, em diversas ocasiões, para difundir o hábito da leitura no âmbito da família e não apenas no âmbito das escolas. Portanto, é necessário fazê-lo. Aliás, a música, como disse aqui o nosso eminente Senador José Inácio, já tem até uma lei que impõe a realização de aulas de música na escola. Todavia, vivi esse problema como secretário de cultura de Santa Catarina no passado, além de secretário de educação, e posso dizer que é algo muito complicado. A gente quer ensinar música, precisa ensinar música, é fundamental que o façamos, mas não temos professores. E, aí, o Ministério tem que entrar nessa questão e trabalhar com universidades, com conservatórios, com não sei mais quem para formar professores, pois, do contrário, a lei não poderá ser cumprida.

Por último, Ministra, faço apenas uma sugestão, no sentido de contribuir. Sobre a proposta de emenda à Constituição que está tramitando desde 2003 na Câmara e que, segundo minha assessoria, V. Ex^a mencionou aqui que precisaria ser agilizada no âmbito da Câmara, digo que certamente o será se V. Ex^a fizer uma alteração ou orientar a bancada do Governo a fazê-la. Quando nós dizemos, no §1º do art. 216, “dos recursos a que se refere o *caput*, a União destinará 25% aos Estados e ao Distrito federal e 25% aos Municípios”, eu sugiro que se deveria colocar 50%. Se, efetivamente, dada a diversidade cultural do Brasil, descentralizarmos os recursos e colocarmos mais responsabilidade nos Estados e Municípios para a promoção da cultura, para a realização de projetos culturais, V. Ex^a será aplaudida exatamente por ter dado uma nova regra, uma nova política para o setor cultural do Brasil, permitindo que as iniciativas, a criatividade de todos os que defendem e promovem a cultura no País se faça permanentemente no âmbito onde ela deve ser feita. Isso certamente está relacionado a uma descentralização que eu defendo e que precisa acontecer no Brasil, e pode começar pela cultura por uma iniciativa de V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) –Obrigado, Senador Paulo Bauer.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy e finalmente a Senadora Ângela Portela para encerrar esta manhã.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr^a Presidente, Senadora Marisa Serrano, Sr. Presidente, Senador Roberto Requião, quero, em primeiro lugar, cumprimentar a Ministra Ana de Hollanda, sobretudo por suas ações, citando que foi muito positiva a presença da Presidenta Dilma Rousseff.... Eu não estava presente, mas causou uma repercussão muito positiva a presença de Sua Excelência, na semana passada, na exibição da peça de Chico Dias e Walter Campos de Carvalho, aqui, no teatro em Brasília. E acho muito bom que V. Ex^a possa estimular a Presidenta Dilma a assistir às peças de melhor qualidade, no Brasil, porque isso vai ser um estímulo muito grande ao teatro e a todos que trabalham nessa área da cultura e também do cinema, porque eles interagem muito.

Gostaria também de cumprimentá-la pela maneira como, juntamente com Sérgio Mamberti, Antônio Grassi compareceu ao Congresso Brasileiro de Teatro, sábado retrasado, em Osasco, quando V. Ex^a ouviu pessoas do teatro de rua, do teatro amador, dos mais diversos tipos de teatro que, inclusive, fizeram diversas sugestões a V. Ex^a. Agradeço se V. Ex^a puder nos dizer quais foram as proposições daquela reunião que considera mais importante, porque as pessoas do teatro que não estiveram ali presentes gostariam de ouvir.

A senhora ouviu, por exemplo, sugestões para se criar um prêmio para diversos tipos de teatro e, quem sabe, isso possa ser uma forma de estímulo muito importante para todos os que trabalham nessa área. Portanto, agradeceria se pudesse aqui nos informar dos planos de estímulo aos que trabalham também nessas formas de manifestação cultural.

Relacionado ao teatro e, sobretudo em São Paulo, agradeço se puder nos informar a respeito da situação em que se encontra, porque estava muito adiantado no final do governo do Presidente Lula e da gestão do Ministro Juca Ferreira a avaliação de decisão de tombamento que já havia sido recomendada em torno do Teatro Oficina. Havia um entendimento no sentido de que, com a colaboração da própria Prefeitura Municipal de São Paulo, do Governo Estadual, poderia o Ministério da Cultura, o Governo Federal, adquirir o entorno do Teatro Oficina, que foi considerado tombado e, poderia haver entendimento que, segundo informações, o próprio proprietário daquela área, o Sr. Silvio Santos, estaria propenso a se desfazer daquela área que, então, poderia se tornar algo importante. Isso poderia muito contribuir para a revitalização cultural do bairro que V. Ex^a conhece tão bem, do Bixiga/Bela Vista, em São Paulo.

Gostaria também que pudesse esclarecer melhor, porque não sou bom conhecedor da expressão que V. Ex^a mencionou no início de sua exposição sobre o tipo de licença, *creative commons*, porque algumas pessoas gostariam de conhecer melhor. Como a senhora citou outras licenças, quais são essas licenças, que tipos há e que planos há de adoção pelo Minc a respeito dessa situação, uma vez que gostariam essas pessoas de saber da possibilidade de o criador viver de sua obra e poder ser remunerado na forma como existia no *creative commons*. E, se houver alguma alternativa, como ela existirá?

A SR^a PRESIDENTE (Marisa Serrano. PSDB – MS) – Obrigado, Senador Suplicy.

Senadora Angela Portela e, finalmente, Senadora Ana Rita.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Bem, quero parabenizar a Ministra Ana de Hollanda pelas exposições feitas aqui.

Ministra, entre as diversas ações do Ministério da Cultura, os Pontos de Cultura são uma das ações que tem alcançado um destaque, tem tido um alcance muito grande. O meu Estado de Roraima tem 15 Municípios. Entre os 15 Municípios, cinco tem Pontos de Cultura. Eu tenho acompanhado o desenvolvimento desses Pontos de Cultura e tenho percebido a importância da inclusão digital para a juventude desses 15 Municípios. Temos também Pontos de Cultura entre as comunidades indígenas – e o Conselho Indígena de Roraima administra um desses Pontos de Cultura.

Eu queria, Ministra, ver a possibilidade do Ministério pensar em universalizar os Pontos de Cultura em Roraima. É possível, Ministra? Se são 15 Municípios e em cinco já existem Pontos de Cultura, 27 Pontos de Cultura, de repente, seria interessante colocar em mais 10 Municípios e atender essa demanda interessante principalmente entre as comunidades indígenas. Nós temos inúmeras etnias indígenas ianomâmis, taurepangues, macuxis, que têm uma riqueza cultural muito grande e essa diversidade cultural precisa ser preservada. Isso nos preocupa porque não existe, no momento, nenhum projeto que possa estar resgatando a cultura desse povo indígena. Então, eu gostaria de saber da possibilidade de ampliação de metas dos Pontos de Cultura, privilegiando Roraima por esse potencial indígena, por essa população rica indígena que há lá.

O outro ponto que eu gostaria de destacar, Ministra, diz respeito ao Sistema Brasileiro de Museus. Como está sendo construído? O programa Pontos de Memória vem sendo ampliado?

Eu gostaria de saber, também, se a população tem dado retorno à consulta pública sobre as mudanças da Lei dos Direitos Autorais.

Dentre as mudanças realizadas na Lei Rouanet, quais a senhora considera fundamentais?

Por fim, quero parabenizar o Ministério pela presidência da Comissão Interamericana de Cultura da Organização dos Estados Americanos. E pedimos que nos fale um pouco sobre as atribuições dessa comissão e do papel desenvolvido pelo Brasil na sua presidência.

Muito obrigada, Ministra.

A SR^a PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Senadora Angela Portela.

Senadora Ana Rita, e encerramos as nossas indagações de hoje.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada.

Quero me justificar, porque estávamos em uma outra audiência pública, solicitada por nós, por mim, então não poderia me ausentar de lá. Por isso, cheguei agora. Mas gostaria também de parabenizar a nossa Ministra pelo trabalho que vem desenvolvendo e parabenizar o Ministério da Cultura também, assim como a nossa Senadora já falou, por estar na Comissão Interamericana de Cultura.

Gostaria, rapidamente, apenas de dizer da minha opinião com relação à cultura, considerando as mais variadas e mais diversas culturas populares que temos no Brasil. Acho importante o Ministério descentralizar a cultura para que ela chegue a todos os Municípios brasileiros, para que os Municípios de fato tenham essa compreensão e a clareza da importância da cultura nos seus respectivos Municípios para que a nossa juventude, para que a população local possa ter acesso ao teatro, ter acesso... enfim, possa também ser protagonista da questão da cultura.

Eu faria duas perguntas, rapidamente, Ministra. Primeiro, pergunto o seguinte: com relação aos Pontos de Cultura – sabemos que é um programa de grande alcance dentre as ações do Ministério –, se for possível, gostaria que a senhora nos relatasse quais os resultados concretos que esses Pontos de Cultura têm conquistado e qual a meta para o período de 2011 até 2014. Neste mandato da nossa Presidenta Dilma, quais são as metas previstas com relação aos Pontos de Cultura?

Outra pergunta – a senhora citou mais cedo hoje, no café da manhã – é com relação ao Sistema Brasileiro de Museus. Como está sendo construído o Sistema Brasileiro de Museus? O programa Pontos de Memória vem sendo ampliado? Se a senhora puder, peço uma breve colocação sobre isso.

Não sei se falei muito rápido ou se foi possível o registro. Posso repetir.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/ PSDB – MS) – Obrigada, Senadora.

Srª Ministra, a senhora tem aí o seu tempo e suas considerações finais a respeito desta manhã.

A SRª ANA HOLLANDA – Obrigada.

Em relação, primeiro, à colocação feita pela senhora, em relação às rádios. Foi falado na questão de “baixa cultura”. Não é bem, exatamente, o que estou falando, ou seja, não existe baixa ou alta cultura; a cultura existe. O que acontece é que, nas emissoras de rádio, televisão e tal, o que tem tocado mais é um número muito pequeno... o leque, a variedade é muito pequena, em primeiro lugar. São as mesmas obras se repetindo no Brasil inteiro, de norte a sul. Quer dizer, elas estão tocando de manhã, de tarde e de noite. Sabemos que existe uma diversidade cultural tão grande! Por que essas rádios repetem as mesmas coisas? E são obras... É claro, grande parte, inclusive, não é brasileira. São obras que vêm de fora, das grandes indústrias fonográficas, que mandam para cá, e estão tocando. Isso não permite se conhecer a variedade, a diversidade cultural. O que eu acho que está baixo nesse sentido é isto: a falta de diversidade. A música que toca não representa a produção cultural brasileira. Não representa não é uma questão estética. Até existem críticas à questão estética, mas não cabe a mim. Eu posso gostar de um tipo de música, outro gostar de outra. Isso não é o problema. O problema é a questão do famigerado jabá, quer dizer, a gente sabe que existe um favorecimento para as emissoras tocarem, as gravadoras trabalham mais para concentrar, para vender mais um tipo de música. Então, é mais sobre isso que eu estava falando. Eu não estou fazendo um julgamento de mérito sobre se a música é de alta ou de baixa qualidade. Nem cabe a mim fazer esse tipo de julgamento.

Senador Roberto Requião, eu concordo com o senhor na questão dos espaços onde a cultura vai ser fomentada, porque não cabe ao Estado criar; ele tem que dar as ferramentas, dar as condições. Quem cria são os criadores, os artistas. Eles sabem como fazer. Então, realmente eu concordo com o senhor: a gente não tem que pensar em grandes eventos.

Existia uma discussão, e participei de vários movimentos no final da ditadura, quando se falava de Diretas: o que a gente quer? Que programas de cultura estamos querendo? O que queremos para o futuro? O que seria democratizar? E aí começaram a discutir a questão do evento contra o movimento, ou do movimento contra o evento. O movimento é quando se deixam resíduos, quando se criam condições de

a cultura se proliferar, de ela criar suas condições de andar com pernas próprias. O evento, não; ele acaba no dia seguinte. O evento é para atrair grandes multidões, mas tem este problema: ele não deixa resultados, ou deixa poucos resultados – eu não vou dizer que não deixa.

Então, concordo inteiramente no ponto de que estímulo à cultura seria fomento: fomento à produção, fomento ao cinema para que produza, ao teatro.

Sim, sobre os prêmios, são importantes, sim, porque os concursos, os prêmios fazem com que os artistas se sintam mais estimulados a produzir, a procurar novas linguagens também, porque, se ficarmos fazendo um evento que já existe, não vamos buscar novas linguagens. É preciso buscar renovação nas linguagens, nos caminhos culturais, que existem em todas as áreas: no cinema, na fotografia, na música, em todas as áreas. Até na moda se buscam inovações. Para isso, temos que ter programas de fomento.

Eu acho que nossa meta principal, nosso foco principal é o fomento à criação e, depois, à difusão, à distribuição. Eu acho que, com isso, o povo vai ter acesso à cultura, e vai ter acesso a toda a sua diversidade, como consumidor e como produtor.

Assim, eu concordo inteiramente, e acho que esclareci.

Senador Paulo Bauer, a questão que está sendo apresentada na mídia, nos *blogs*, em grande parte, não está correspondendo ao que estou dizendo. Tive poucas oportunidades... Dei várias entrevistas coletivas, mas nem sempre elas foram reproduzidas. Dei entrevistas individuais. Houve uma entrevista exclusiva que dei a uma revista, e ela simplesmente não reproduziu nada. Ela pôs duas frases de matéria contra, dizendo o que eu teria achado, e não reproduziu o que eu disse, as respostas que eu dei. Dei entrevista no Estado, e saiu uma grande entrevista. E vou dar outras. Estou sempre disposta a esclarecer essas dúvidas. Não estou fugindo a esclarecê-las.

Eu acho importante. Eu, como Ministra, tenho obrigação de esclarecer as dúvidas que o povo brasileiro está tendo em relação às medidas que estamos tomando. Tudo isso está sendo feito com muito cuidado.

A questão dos direitos autorais realmente foi enviada à Casa Civil em finalzinho de dezembro; teve, sim, uma consulta pública, que durou anos; só que atendeu mais a um viés porque eu estou ouvindo há muito tempo as reclamações de uma grande área que não se sentiu contemplada, que não se sentiu ouvida e que fizeram vários documentos, e não se sentiram contemplados, que é mais a área autoral mesmo. Eu não poderia endossar um documento, um projeto de lei como sendo meu – porque foi devolvido para o Mi-

nistério da Cultura para eu aprovasse ou não – que não tivesse o mínimo de consenso. Claro que isso vai ser sempre polêmico, nunca vamos chegar a agradar a todos, são interesses antagônicos nessa questão, como em várias outras.

Tenho que buscar um consenso maior dada a quantidade imensa de manifestações, de descontentamento ao que estava sendo proposto. Ela voltou, está disponível na Internet para conhecimento geral e está aqui também a Diretora da Diretoria de Direitos Intelectuais e ela está com uma equipe estudando isso e vamos ver, provavelmente vai haver a necessidade de colocar novamente em consulta pública, fazer alguns encontros e até procurando fazer alguns ajustes que a lei realmente não estava contemplando. Isso já foi detectado, então, vamos tentar ver.

Claro que é melhor mandar uma lei aperfeiçoada do que uma lei que já teria divergências. Eu, como Ministra, não poderia assinar embaixo de uma lei contra na qual a nossa Diretoria de Direitos Intelectuais vê muito problemas. Existem vários obstáculos já detectados pela Diretoria de Direitos Intelectuais.

Então, por isso, realmente, eu não endosseí aquele projeto de lei. Ele vai ser examinado para que eu possa manda novamente ao Congresso.

A relação com o ECAD, inclusive, é uma das questões que não sei por que realmente existem grupos muito insistentes em querer me taxar de Ministra ligada ao ECAD. Por acaso a Presidenta Dilma ia aceitar uma indicação do ECAD para uma Ministra? Não. A Presidenta Dilma teve muita gente sugerida, teve muita gente em pauta, no mundo tem muita gente boa, ela não ia aceitar que uma entidade ligada a um grupo indicasse uma Ministra.

Então, acho que essa relação é tão absurda que eu nunca...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E o ECAD é mais um executor, que tem uma obrigação diante da lei. Eu até faço essa citação porque a primeira lei de direito autoral, Ministra, foi feita por um músico, compositor, de um movimento cultural que tentava trazer as raízes do baião para a cena nacional, que foi Humberto Teixeira, por dois mandatos aqui no Congresso Nacional, depois fez um movimento nacional. E ele respondeu sobre a lei e sobre a aplicação da lei até morrer, diante da polêmica que causa essa questão.

Então, eu acho que a senhora deve ter cuidado mesmo para trazer uma boa lei para cá e nós vamos modificar, não tenha dúvida, no sentido de melhorar.

A SRª ANA DE HOLLANDA – Obrigada, Senador, Claro.

Mas realmente o ECAD pode ter problemas? Pode. Mas muita gente reclama do ECAD porque ninguém gosta de pagar ECAD, ninguém gosta de pagar impostos. Existe também uma certa demonização da função do ECAD. ECAD é a única forma, é um escritório central para arrecadar para que os autores recebam. Antes do Ecad existiam várias associações. Acabava o espetáculo e vários fiscais, de várias associações, iam lá brigar pelos direitos, ninguém sabia para quem pagar. Então, a forma que se encontrou foi o Ecad. Está na nossa pauta também ver como trabalhar com o Ecad. Agora, nem sou do Ecad, nem sou contra o Ecad. O Ecad é necessário, é somente um instrumento.

Agora, deixe-me ver...

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – A medida provisória, os 50% que eu sugeri.

SRA. ANA DE HOLLANDA – Ah, pois é. Olha, eu acho que é bem interessante, porque estamos preocupados em fazer a relação com os Municípios. Às vezes, lá no centro, onde o Ministério não percebe, é importante que chegue aos Municípios. Agora, realmente isso não cabe ao Ministério da Cultura nem ao Executivo. Pode dizer que a Presidenta tem a maior bancada de apoio. Então, aqui, o apelo está feito para que a bancada se sensibilize, e a oposição também, já que existe essa questão. Se for consenso do Congresso todo, isso não cabe ao Ministério, já saiu das nossas mãos, o nosso poder de influência é muito pequeno...

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Ministra, a oposição não é contra, apenas é que está tramitando na Câmara, desde de 2003, e eu só sugeri que houvesse uma celeridade no trâmite e, finalmente, uma aprovação, que a manifestação do Ministério com relação a minha sugestão fosse feita, porque tenho certeza de que vai caminhar mais rapidamente e chegar a um resultado favorável.

SRA. ANA DE HOLLANDA – O registro está feito, todo mundo aqui está escutando.

Do Senador Suplicy, criação de prêmio para teatro, que foi lançado em Osasco a criação de um prêmio para o teatro brasileiro. Isso foi uma demanda, acho que isso vai chegar aqui no Congresso, dei todo o meu apoio, porque o teatro é aquela arte que está diretamente ligada ao ato de fazer, no momento em que se faz a criação viva, é diferente, não é editada, é a criação viva. A gente fala muito dos grandes nomes do teatro, mas o teatro de rua é real, os teatros que existem em sindicatos, em associações, tem o profissional, tem o teatro amador, o teatro é uma necessidade desde a Grécia, o teatro é real, o teatro é a manifestação importante. Acho que esse prêmio é muito importante

também, sou a favor. Qualquer projeto que seja bom para cultura tenho que defender.

Em relação ao tombamento do entorno do Teatro Oficina, aquela região que tem vários teatros no Bexiga, existe essa demanda, o José Celso já estava negociando. Agora, o Iphan está tendo uma certa dificuldade de negociação, porque os preços que estão pedindo são absurdos e temos que prever como ficará a utilização desses espaços, porque nós não podemos comprar sem pensar qual será a utilização, como definir isso. Então, não existe um consenso sobre esse uso e também temos que avaliar o preço, porque se forem os preços que estão sendo levantados... A Caixa Econômica já está fazendo uma avaliação...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – A Caixa Econômica já fez uma avaliação do terreno, pela informação que me foi dada.

SRA. ANA DE HOLLANDA – Ainda não me chegou isso. Mas, de qualquer forma, essa avaliação é importante até para que a gente possa ver se existe essa possibilidade no orçamento, e depois a definição da utilização. Eu conheço, eu sou de São Paulo, apesar de dizer aqui que sou meio carioca, sou meio baiana, sou meio paulista, sou meio pernambucana, mas, de qualquer forma eu cresci no Bexiga, no Teatro Oficina, no TBC.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Acho que será muito importante, até que V. Ex^a possa então dialogar com os responsáveis pelo Teatro Oficina e as suas sugestões e idéias...

A SR^a ANA DE HOLLANDA – Sim, já fizemos.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – ... sobre a utilização daquele espaço serão muito bem acolhidas.

A SR^a ANA DE HOLLANDA – Se não me engano, o Grassi já teve uma conversa com o José Celso?

O SR. PAULO GRASSI – Tive uma conversa com o Celso ontem, e temos uma agenda na semana que vem no Teatro Oficina, em São Paulo, e eu espero que o Senador Eduardo Suplicy esteja presente.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Esta bem.

A SR^a ANA DE HOLLANDA – Então, está esclarecido. Vamos atualizar...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – O que eu soube é que ele está aguardando a possibilidade, justamente, de dialogar com V. Ex^a. Acho que em breve isso poderá acontecer.

A SR^a ANA DE HOLLANDA – Acho muito importante essa coisa de descentralizar o Ministério, ou seja, o Ministério tem várias áreas e ainda existe quem pensa que eu vou dar resposta a todos os assuntos. Se a área onde atuo, conheço... onde estão as artes

cênicas? É na Funarte, que é anterior ao Ministério, ela já existia antes da criação do Ministério. Então é importante que a gente tenha o diálogo, mas que o diálogo passe pela área afim que trabalha com isso. Estamos falando aqui de um ator, o Grassi, que é um ator e conhece muito mais essa área do que boa parte de nós aqui. De mim, conhece bem mais.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Gostaria de saudar o anúncio de que o Paulo Grassi informou de que a Funarte promoverá em sua sede, em Brasília, o próximo Congresso Brasileiro de Teatro, conforme ele anunciou lá em Osasco, ao seu lado. Acho que isso foi muito bem acolhido e será uma oportunidade para que pessoas do teatro de todo o Brasil venham aqui para o congresso.

A SR^a ANA DE HOLLANDA – Eu já falei bastante da questão da licença da *creative forms*... Agora, eu queria dizer o seguinte: essa licença tem o problema de que não prevê remuneração, ainda não foi estudada essa forma. Existem *sites* que vendem e pagam; agora, a licença é gratuita. Então, temos que esclarecer que quem autorizar para a *creative forms* não vai receber, e até pode ver as diversas formas.

Então nós temos que prever, sim. Na Constituição Brasileira já existe, é permitido, você pode autorizar de uma forma ou de outra. E se quiser, o autor pode autorizar para a *creative forms*. Não somos contra a *creative forms*; a *creative forms* é uma das formas que se utiliza. Os pontos futuros é muito usado em *creative forms*, porque eles gostam muito de compartilhar as suas produções. Então, eles trabalham com uma ferramenta muito útil. Agora, só estou falando que no *site* teve esse problema, porque, de uma certa forma, induzia ao uso de uma marca de uma entidade privada que oferece um serviço.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

A SR^a ANA DE HOLLANDA – Obrigada.

Senadora Ângela Portela. Pontos de cultura e população indígena.

Sobre esta questão de pontos de cultura, se formos pensar para todos os Municípios do Estado de Roraima, temos que pensar democraticamente em todos sim, mas temos que caminhar conforme as nossas pernas. Estamos fazendo uma avaliação detalhada à Secretária Marta Porto, que está fazendo um levantamento, um mapeamento e, depois, nós vamos tentar chegar neles, para saber que tipo de trabalho é desenvolvido. Com as populações indígenas já temos algumas informações mais precisas, mas com cada uma, para ver como eles vão interagir com o entorno também, com a população do entorno, que tipo de

trabalho existe entre o que eles fazem, que acesso estão tendo.

Então, sobre esse trabalho, antes de se pensar em ampliar dessa forma, que talvez não tenhamos pernas para chegar a tudo isso, primeiramente a gente tem que ver uma forma de trabalhar, de trabalhar de atendê-los melhor, se está fazendo prestação de serviço e que tipo de prestação de serviço está executando. Se eles precisam mais de alguma ajuda. Esse trabalho nós estamos iniciando agora. Ainda não saiu a nomeação da Marta Porto e ela está trabalhando, intensamente, há três meses, voluntária, pela paixão que ela tem por esses projetos.

Claro que queremos, temos toda uma preocupação com a população indígena, como dar e respeitar a cultura indígena, isso é sagrado. Temos que respeitar, eles sabem o que estão fazendo. Temos que caminhar com muita responsabilidade, não é só criar algo e nunca mais olhar para o que foi feito. Só mandar uma verba e pronto. Temos que pensar qual o trabalho que está sendo desenvolvido e como podemos acompanhar.

Em relação a ponto de memória no Ibram.

O Ibram é uma das áreas que está bastante desenvolvida. Eles têm o sistema de museus, pontos de memória, já vou falar também do sistema, e que em nenhum momento parou. Estamos incrementando, foi num começo de governo, como já foi dito, com uma verba bastante reduzida. Temos que nos adequar e essa verba está sendo liberada aos poucos para priorizar alguns projetos mais necessitados. Temos compromissos antigos, 1, 2 anos atrás, que ainda não foram pagos. Temos que quitar isso, temos que nos equilibrar. E temos que observar as novas demandas, demandas mais urgentes.

Então só quero dar essa resposta. O Nascimento não está aqui, agora,, mas ele está acompanhando isso, está se dedicando muito a isto.

Existem pontos fracos na Lei Rouanet? Sim, existem, mas acho que agora estamos começando a estudar para acompanhar. A Lei Rouanet tem essa questão de estar priorizando muito a decisão do empresário. O empresário tem o poder de decidir o que ele quer e pouca coisa está sendo democratizada. Nessa nova lei, com o aumento de verbas destinada ao Fundo Nacional de Cultura, a lei vai ser mais democratizada. A lei vai permitir o acesso, inclusive porque o que vai para o fundo vai passar pelo Conselho Nacional de Políticas Culturais, que é um conselho enorme com pessoas da sociedade civil, de todos os Estados, de entidades, de artistas, de criadores. Então essa lei vai ser aperfeiçoada e está no Congresso. A de Direito Autoral também. Acho que já respondi.

Senadora Ana Rita, “centralizar para todos os municípios ponto de ruptura”, acho que já respondi essa questão, dentro do possível.

“Resultados concretos e metas previstas para 2011 e 2012”. Também. Os resultados concretos está sendo feito um levantamento deles com a Marta, fazendo estudos... Como eu falei ela vai trabalhar mais a partir de agora para fazer esse levantamento do que foi feito. Sobre as metas, devo dizer que antes de pensar na ampliação do projeto para novos municípios temos que observar como estão trabalhando. Se estão trabalhando com o devido cuidado, com a devida atenção, o que eles estão trabalhando, o que estão fazendo e como.

Temos que olhar com um pouco mais de cuidado a questão dos pontos de cultura para dar um tratamento mais adequado mais responsável possível. Então, dessa forma, podemos definir as metas.

Acho que teremos outros encontros onde a Marta pode também trazer os resultados do que está sendo visto. Agora, são mais de 3,3 mil pontos no Brasil. É muito difícil responder, de uma hora para outra, o resultado, sem ter um aprofundamento nessa questão de o que é, qual foi, qual é o resultado, como está e tal.

Quanto ao Sistema Brasileiro de Museus e aos Pontos de Memória, acho que já foi respondido.

Espero, com isso, ter respondido. São várias questões, e quero deixar claro que estarei sempre disposta a voltar a conversar. As portas do Ministério estão abertas para a visita dos Senadores. Terei o maior prazer. Tenho recebido sempre. A agenda está muito cheia, mas, dentro do possível, estou recebendo. E todos os nossos secretários também estão aqui para atender, para responder. Inclusive, tenho de esclarecer, houve uma mudança – isso foi mencionado – nas secretarias antigas, mas eu já tinha falado da mudança em relação à nova Secretaria de Economia Criativa.

Houve também uma outra questão, que agora não me lembro, mas alguém perguntou, sobre a questão do trabalho, da programação de livre leitura, e da música também. Acho que deixei isso sem resposta.

Isso está sendo desenvolvido, o Plano de Livre Leitura, com o Galeno Amorim. Ele está fazendo um trabalho muito sério nesse sentido, está começando agora, e vai desenvolvê-lo com a maior responsabilidade, sim. Isso não para. Existem também os Agentes de Leitura. Há muitos programas ligados à leitura. Ele vai agora lançar o livro popular a dez reais. Isso vai ser para poder chegar, praticamente, à cesta básica do cidadão comum, para ele poder ter livros de grande qualidade, de conteúdo e a preço popular.

Foi falado da música, também, que está na Funarte. A música está na Funarte, como estão as artes

cênicas, que envolvem dança, ópera, teatro e circo – são quatro áreas dentro de um centro –, e temos também o Centro de Música, com música clássica, música popular, há as bandas, os programas de bandas de música. Há vários programas, apoio a festivais, apoio a várias atividades e mostras, editais de ocupação de espaço.

Então, existe um trabalho com a música todo na Funarte. O Grassi, uma hora, também pode voltar para falar dos programas da Funarte, que são enormes. E há também a área de artes visuais, que também tem vários programas.

Acho que, com isso, já esclareci bastante, e todo mundo deve estar com fome. Estou falando da cultura e adorei ter a oportunidade de ser ouvida. Quando dizem “ela não fala”, não é verdade; falo até demais. Se não me cortarem o tempo, continuo a falar, sei disso. É questão de me dar oportunidade, de me procurar e me abrir as portas, porque quero o diálogo. O diálogo está sempre aberto, e é importante para a gente ouvir também o que os senhores estão pensando, porque cada um representa aqui um eleitorado grande, representa as suas bases, e é importante para a gente ouvir o que estão pensando dos programas de cultura. Isso, para a gente, essa interface é fundamental. Estamos procurando, de todas as formas, dentro do MinC e fora do MinC, ter essa interface com quem pensa na cultura e no cidadão.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Ministra. V. Exª viu aqui e ouviu inúmeros Senadores colocarem as suas preocupações. Uma delas, que quero enfatizar aqui, é a descentralização da cultura, principalmente conhecendo as nossas raízes, de um país tão grande e tão diversificado como o nosso. E dizer ainda, Ministra, que ficou aqui também a ideia de que o Ministério pode trabalhar em algumas frentes que V. Exª colocou aqui. Por exemplo, a senhora falou sobre o “jabá”, que é tão conhecido neste País. Quem sabe o Ministério possa procurar, talvez não acabar, mas pelo menos diminuir um pouco, essa cultura.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Ou acaba com o “jabá” ou amplia o “jabá” para todos.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Ou modifica essa cultura nacional que está tão arraigada na tradição deste País. E também colocar o Ministério da Cultura, pelo que V. Exª disse, para instigar e, principalmente, incentivar aí a instalação no País de novas áreas culturais. Quem sabe, isso também é função do Ministério fazê-lo.

Tenho certeza, como disseram o Senador Paulo Bauer e a Senadora Marinor, os projetos que estão aqui, nesta Casa e na Câmara dos deputados, dependem

muito do interesse do Governo, depende de o Governo estiver interessado em fazer da cultura algo realmente fundamental para a sociedade brasileira e fazer da cultura prioridade nacional, depende do Governo a votação dos projetos que estão aqui em tramitação na Casa. Quero colocar dois projetos. Aqui nesta Comissão, nós temos um projeto que cria a Secretaria Nacional do teatro. É algo que pode ser feito, tem de ser feito e acredito que seria uma forma de o Ministério mostrar e avançar na questão das secretarias temáticas. Acredito que essa seja uma das propostas.

Eu já falei do seguro-desemprego para os artistas que precisam dele, mas quero dizer de outros projetos que estão aí. Além da reformulação que está acontecendo, da Lei dos Direitos Autorais, que é uma discussão já bastante grande, também há questões como a meia entrada, que foi tão debatida aqui, que está lá na Câmara, que é algo que ajuda muito a cultura e que tem que ser enfrentada. Para ficar ou não ficar, mas tem de ser enfrentada e não pode ser postergada, como está sendo.

Então, eu quero deixar aqui, se me permite o Presidente da Comissão, Senador Requião, o agradecimento à Ministra pelo acolhimento ao convite do Senador Inácio para que estivesse nesta manhã conosco, esperando que esta Casa sempre tenha a oportunidade de ouvir.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Srª Presidente, pela ordem, se me permitir.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Como não, Senador?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Antes de cantar aqui alguns repentes, eu queria convidar a nossa Ministra, o que já foi feito aqui pelo coordenador da 21ª Edição do Cine Ceará, para que V. Exª possa estar presente. Seria uma honra para nós, cearenses. E também participar do nosso festival nacional, e eu posso dizer internacional, porque nós já tivemos a presença de chineses, árabes, muitos americanos, gente da América Central. É um festival de violeiros e repentistas que acontece no Estado do Ceará, onde as rabecas brilham com muita força, com muita energia. É aquela coisa da criação efervescente que nós temos no Festival de Violas. Nós estamos aqui com Geraldo Amâncio, um dos maiores violeiros do Brasil. Então, gostaríamos de aproveitar essa oportunidade, mas o meu parceiro, o Suplicy, saiu. Então, parte da cantoria vai ficar para depois.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – O Convite está feito. Obrigada, Senador.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador, o convite acho que foi aceito, por unanimidade.

dade, e eu só queria saber se nós podemos retirar as passagens e o *vouch* da estadia no seu gabinete.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Isso tudo aí vai ser na Dilma, nossa Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Agradecemos a presença dos Senadores, dos convidados, dos amigos que estão aqui, agradecemos a presença de todos, principalmente da Ministra, pela disponibilidade de estar conosco nesta manhã.

Dou por encerrada esta reunião. Muito obrigada.

(Levanta-se a Reunião às 13 horas.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EM CONJUNTO COM A 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 10h00.

Às dez horas e dois minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência dos Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG** e **ACIR GURGACZ**, reúnem-se conjuntamente a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA; e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, ANA AMÉLIA, ANA RITA, ANGELA PORTELA, ANÍBAL DINIZ, ANTONIO CARLOS VALADARES, BENEDITO DE LIRA, BLAIRO MAGGI, CASILDO MALDANER, CLÉSIO ANDRADE, DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO AMORIM, EDUARDO BRAGA, EUNÍCIO OLIVEIRA, FLEXA RIBEIRO, GLEISI HOFFMANN, IVO CASSOL, JAYME CAMPOS, JOÃO VICENTE CLAUDINO, JORGE VIANA, KÁTIA ABREU, LUIZ HENRIQUE, MARISA SERRANO, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, VALDIR RAUPP, VANESSA GRAZZIOTIN, VICENTINHO ALVES, VITAL DO REGO e WALDEMIR MOKA**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ALOYSIO NUNES FERREIRA, CÍCERO LUCENA, CIRO NOGUEIRA, CRISTOVAM BUARQUE, CYRO MIRANDA, EDUARDO SUPLICY, GARIBALDI ALVES, JOÃO ALBERTO SOUZA, JOÃO PEDRO, JOÃO DURVAL, LOBÃO FILHO, MARINOR BRITO, PAULO DAVIM, ROBERTO REQUIÃO, ROMERO JUCÁ, WALTER PINHEIRO e**

WILSON SANTIAGO. O Senhor Presidente Rodrigo Rollemberg declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A seguir, informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 2, de 2011-CMA, aprovado em 01/03/2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e outros senhores senadores, e do Requerimento nº 11, de 2011-CRA, aprovado em 24/03/2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de realizar um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965), atualmente em curso no Congresso Nacional. Comparece o seguinte convidado: Deputado Aldo Rebelo, relator do projeto de reforma do Código Florestal na Câmara dos Deputados. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, ACIR GURGACZ, KÁTIA ABREU, JORGE VIANA, LUIZ HENRIQUE, BLAIRO MAGGI, WALDEMIR MOKA, ANA AMÉLIA, FLEXA RIBEIRO, IVO CASSOL, PEDRO TAQUES, JAYME CAMPOS, SÉRGIO PETECÃO, EDUARDO BRAGA, ANA RITA e VANESSA GRAZZIOTIN**, apresentando seus questionamentos. O convidado responde às perguntas e faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezessete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente CMA. – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente CRA.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª reunião conjunta da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a 5ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da primeira Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa das leituras das Atas das reuniões anteriores, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Audiência Pública Conjunta em cumprimento ao Requerimento nº 2, de 2011, aprovado em 1 de março de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e outros Srs. Senadores, e do Requerimento nº 11, de 2011, da Comissão de Agricultura aprovado em 24 de março de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de realizar o ciclo de debates destinado a coletar subsídios técnicos/jurídicos para o

aperfeiçoamento do Código Florestal, Lei nº 4.771, de 1965, atualmente em curso no Congresso Nacional, com a participação do seguinte convidado: Deputado Aldo Rebelo, Relator do Projeto de Reforma do Código Florestal, na Câmara dos Deputados, a quem convido para compor a Mesa. (*Pausa.*)

Prezado Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; prezado Deputado Federal Aldo Rebelo, Relator do Projeto de Reforma do Código Florestal, aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, eu quero muito rapidamente, Deputado Aldo Rebelo, agradecer a sua presença, dizer que é uma honra para esta Comissão tê-lo aqui para iniciarmos o ciclo de debates, aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, e pela Comissão de Agricultura, a respeito das modificações do Código Florestal Brasileiro.

O objetivo da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle de antecipar o debate, sabendo que este tema ainda está para ser apreciado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, é por entender a relevância e a complexidade do tema, a fim de que possamos aprofundar este debate antes mesmo de chegar o texto final a ser apreciado pela Câmara dos Deputados.

Sou testemunha do afinho e da dedicação com que V. Ex^a se dedicou a este tema, nos últimos anos, e digo sempre aos meus interlocutores, Deputado Aldo Rebelo, que os Parlamentares, as pessoas da sociedade civil podem ou não discordar de V. Ex^a. Mas afirmo com muita tranquilidade que V. Ex^a é um dos melhores Deputados que tive a honra de conhecer e conviver na Câmara dos Deputados, sempre se dedicando aos temas com muita seriedade, com muita profundidade; é um estudioso da questão e um profundo conhecedor da realidade brasileira.

Eu tenho dito aos meus Pares, aqui nesta Comissão, que eu tenho a convicção absoluta, a maior confiança de que nós, Congresso Nacional, seremos capazes de dar uma resposta à sociedade brasileira, aprovando um Código Florestal que possa dar tranquilidade aos produtores rurais brasileiros, mas que possa também se preocupar com o futuro e com a sustentabilidade dos nossos biomas.

Entendo que ao fazer este ciclo de debates, o que a Comissão de Meio Ambiente, a Comissão de Agricultura e o Senado Federal desejam é construir uma proposta equilibrada, em que o Brasil possa continuar sendo um grande produtor de alimentos, um grande produtor de agroenergia, mas que possa fazê-lo de forma sustentável, garantindo qualidade de vida para estas gerações e para as futuras gerações.

Eu penso que o aprofundamento deste debate trará resultados muito positivos para que o Brasil possa voltar a pensar de forma estratégica, possa planejar o futuro – e já vejo alguns subprodutos da maior importância neste debate sobre o Código Florestal, como a necessidade de resgatarmos o sistema nacional de pesquisa agropecuária, onde as universidades cumprem um papel importante no desenvolvimento da pesquisa básica; a Embrapa, no desenvolvimento de novas tecnologias, o fortalecimento das organizações estaduais de pesquisa, e também o fortalecimento das instituições de extensão de assistência técnica e extensão tecnológica, que foram destruídas no País, em passado não muito longínquo.

Considero importante também, como subproduto deste debate, a necessidade de o País produzir um grande zoneamento agrícola, um grande zoneamento ambiental, a exemplo do que foi feito com o zoneamento da cana-de-açúcar, que fez com que o Brasil pudesse produzir de forma sustentável e, assim, fosse respeitado pelo mundo todo.

Entendo, também, que esta Casa deve avançar, que o Congresso Nacional deve avançar numa legislação moderna de pagamento por serviços ambientais, pois entendemos que apenas as medidas de comando e controle são insuficientes para garantir o cumprimento da legislação. Então, nós temos que criar mecanismos de incentivo financeiro para o produtor rural, especialmente aquele que cumpre a legislação ambiental e que, muitas vezes até, cumpre mais do que a legislação ambiental exige.

Portanto, seja muito bem-vindo. Tenho convicção de que V. Ex^a, pela sua experiência, pelos estudos e conhecimentos que desenvolveu na relatoria desse projeto, é a melhor pessoa para iniciar este debate, porque é a partir do seu texto inicial, já aprovado pela Comissão Especial, que as Comissões debaterão e apresentarão propostas, buscando o equilíbrio entre a produção e a sustentabilidade.

Portanto, seja muito bem-vindo!

E agradeço, mais uma vez, a presença de todos e passo a palavra ao Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para as suas considerações iniciais, Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sr. Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, nosso convidado Deputado Aldo Rebelo, Relator do Código Florestal na Câmara dos Deputados, é com prazer que recebemos V. Ex^a aqui hoje para debatermos, já antecipando o debate neste Senado, mesmo antes de chegar aqui esse projeto que esperamos seja votado o mais rápido

possível, e aprovado na Câmara dos Deputados, no sentido de nos anteciparmos para debater as divergências, apurar o contraditório que entendemos faz parte da democracia; enfim, debatermos essa questão com toda a lisura, com toda a transparência que a população brasileira necessita e espera que façamos.

Essas audiências públicas, elas têm sido feitas sempre em conjunto, ou seja, a Comissão de Reforma Agrária e Agricultura junto com a Comissão de Meio Ambiente, porque entendemos a importância de nós, da área de agricultura, caminharmos juntos com a Comissão de Meio Ambiente. Os dois segmentos têm, buscam o mesmo objetivo: produzir alimentos com qualidade e produzir um meio de vida com qualidade.

Portanto, a agricultura quer aumentar a produção agrícola, porque precisamos alimentar não só os brasileiros, mas todas as pessoas do Planeta, mas precisamos fazer isso com consciência ambiental. E trabalharmos, a Comissão de Agricultura juntamente com a Comissão de Meio Ambiente, é um exemplo de que queremos e temos os mesmos objetivos; ou seja, fazer com que o Brasil possa ser, nos próximos dez anos, o maior produtor de alimentos do Planeta. Este é o nosso objetivo. E queremos fazer isso com consciência ambiental, respeitando as nossas florestas, respeitando o meio ambiente, respeitando aquilo que é a melhoria de qualidade de vida para o povo brasileiro.

Agradeço a presença do Deputado. Temos algumas questões importantes, Deputado, e não quero aqui iniciar com perguntas, mas faço questão de colocar um dos projetos que nós temos aqui no Senado no sentido de regularizar os nossos produtores rurais brasileiros, aqueles que fizeram os seus desmatamentos à lei da época. Nós entendemos que a lei não pode retroagir para prejudicar. Nós entendemos que a lei precisa ser preservada, o nosso produtor precisa ser preservado. Quando foi convidado, por exemplo, para desbravar a Amazônia brasileira foi convidado para integrar para não entregar. E, naquele momento, determinada época, era permitido e obrigatório desmatar 75% das suas áreas. Em determinada época, era permitido e incentivado pelo Governo Federal o desmatamento de até 50% das suas áreas e, hoje, temos uma nova legislação que permite apenas 20% de desmatamento naquela área.

Mas entendemos que o que foi feito, sob aquela lei daquele momento, tem que ser respeitado e, hoje, não é o que acontece. Peço ao Deputado Aldo Rebelo que nas suas colocações, se for possível, apresentar esse assunto que para nós é muito importante. Nós entendemos que a preservação tem que acontecer, mas programas de governo que foram feitos ao longo dos anos, incentivando a ocupação, incentivando a

produção de alimentos, tem que ser respeitado o que foi feito naquela época.

De antemão, mais uma vez, eu agradeço a sua presença aqui conosco e entendemos que esse assunto já foi amplamente debatido pelas audiências públicas que foram feitas na sua Comissão na Câmara dos Deputados, levando também, por várias vezes, Senadores que acompanharam essas audiências públicas em todo o País. Praticamente esse assunto foi debatido no País inteiro. No meu Estado de Rondônia, nós tivemos a satisfação de tê-lo, com toda a Comissão, no ano passado, quando foi debatido essa questão do Código Florestal, a reforma do Código Florestal. Assim como praticamente eu acredito – e V. Ex^a vai dizer – que em todos os Estados brasileiros, de modo que essa antecipação do debate que hoje nós fazemos é no sentido de tirarmos as dúvidas, Deputado, para que não haja modificações; para que, quando chegar aqui este Projeto, nós possamos debatê-lo, mas não produzir reformas no sentido de ter que voltar à Câmara novamente. Se tiver alguma modificação, que seja feita agora, nessas duas semanas que antecedem, Senador Marisa, à votação lá na Câmara dos Deputados, para que, quando chegar aqui este Projeto, nós possamos discutir e votar o mais rápido possível para que não aconteça o que aconteceu nos últimos anos. Já são onze anos de debate! Há onze anos este tema está sendo debatido na Câmara dos Deputados.

Nós nos antecipamos e entendemos que estamos ajudando o nosso produtor brasileiro e ajudando também os ambientalistas brasileiros.

Agradeço ao nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente por fazermos juntos esse debate. Tenho certeza que estamos contribuindo para as duas comissões.

Muito obrigado, Senador Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quero antes de passar a palavra ao Deputado Aldo Rebelo, informar que já temos outra audiência pública marcada para dia 5 de abril, terça-feira, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em que já estão confirmados representante da SBPC, da Academia Brasileira de Ciências, da Embrapa e o ex-Ministro Alisson Paulinelli.

Quero também comunicar que a Comissão terá uma diligência à usina de Jirau nessa próxima quinta-feira, com saída na quarta-feira à noite. Os Senadores interessados em participar dessa diligência, por favor, entre em contato com a secretaria da Comissão.

Passo, agora, então, a palavra ao Deputado Federal Aldo Rebelo. V. Ex^a tem o tempo que considerar necessário, Deputado.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, querido amigo e ilustre Senador Rollemberg, prezado Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz, Sr^a Senadora Marisa Serrano, Srs. Senadores Clésio Andrade, Waldemir Moka, querido ex-Governador Senador Luiz Henrique, querido ex-Governador Senador Blairo Maggi, eu creio, Senador Rodrigo Rollemberg, que V. Ex^a já fez de certa forma uma apresentação do esforço realizado até agora para enfrentar o desafio na construção de uma legislação florestal que contemple preservação ambiental e proteção da agricultura e da pecuária.

Foi exatamente o impasse em torno da combinação dessas duas exigências o fator que me levou a assumir a relatoria dessa matéria. Eu não integro a Frente Parlamentar da Agropecuária; nunca integrei a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados; sempre tive a minha atividade ligada muito mais à Comissão de Relações Exteriores, que integrei desde sempre e continuo a integrar, e de Defesa Nacional.

Solicitei na época – acho que V. Ex^a era o líder do nosso Bloco – uma vaga de suplente na Comissão pela curiosidade de acompanhar a repercussão no debate dessa matéria das disputas na Organização Mundial do Comércio, que é exatamente o órgão que cria a mediação entre a agricultura dos países desenvolvidos, europeus principalmente e da América do Norte, e do Brasil. E eu sempre via nos relatórios a questão ambiental como uma coisa muito forte e presente nessa disputas. Eu queria acompanhar para saber até onde o Código acolheria ou não as reivindicações dos países ricos no uso da temática ambiental como fator de contenção da nossa agricultura na guerra comercial que se trava no mundo em torno dessa matéria.

Chegando lá, diante de um impasse, recebi dos líderes partidários, dos partidos do Governo e da oposição, a convocação para relatar a matéria. Por que nem podia ser reivindicado pelo meu Partido nem por mim, pela própria correlação de forças nas indicações dessas relatorias.

A Comissão foi criada em agosto de 2009 para relatar matérias que estavam esperando na Câmara há mais de dez anos. A matéria que encabeça a lista de projetos é de 1999, de um Deputado de Rondônia já falecido, o Deputado Sérgio Carvalho. Reunimos essas matérias e, por prudência e por método, resolvemos que a Comissão e o Relator fariam um inventário dos problemas relacionados com o assunto.

E fizemos esse inventário da seguinte forma: realizamos audiências públicas em Brasília e fora de Brasília – mais de 80 audiências públicas até hoje –, reunindo e ouvindo organizações não governamentais,

as internacionais que têm sede no Brasil, Greenpeace e tantas outras; as nacionais, SOS Mata Atlântica e tantas outras, foram ouvidas várias vezes, em audiências públicas e privadas; as locais, no Mato Grosso, em Rondônia, no Rio Grande do Sul, em Minas, na Bahia; ouvimos a Embrapa, exaustivamente, dezenas de técnicos da Embrapa.

Ouvimos a Embrapa em Brasília; ouvimos a Embrapa em Petrolina; ouvimos a Embrapa Pantanal, em Corumbá; ouvimos a Embrapa Arroz, em Rio Verde; ouvimos a Embrapa Floresta, em Curitiba; e colhemos da Embrapa todas as impressões sobre a matéria. Ouvimos a academia, cientistas, pesquisadores; ouvimos em Brasília, fui ouvir em Piracicaba na Esalq, passei o dia todo lá, ouvindo vários dos pesquisadores da Esalq; ouvimos as universidades federais no Amazonas, em Minas, no Pará, no Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Viçosa, de Lavras; ouvimos os parlamentares, naturalmente, ouvimos os órgãos ambientais, o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama, órgãos ambientais dos Municípios, dos Estados; e ouvimos também aqueles que nunca foram ouvidos nesta matéria: os agricultores, os pequenos, os médios, os grandes. E essas viagens que foram feitas do Rio Grande do Sul, da fronteira gaúcha até a fronteira setentrional, lá no Estado de Roraima, aonde não fomos apenas à Boa Vista, fomos ao interior, fizemos audiência pública – me lembro até o nome do povoado – em Tepequem, lá nos contraforte dos maciço das Guianas, e creio que o que colhemos forma um inventário dos problemas e permite, portanto, um inventário das soluções. E o que vi, além de um exercício que me é muito caro e muito grato, conhecer cada vez mais o meu País, ouvir e colher de perto as suas expectativas, os seus sonhos, as suas esperanças, as suas angústias, os seus medos, verificar de perto o esforço que se faz para construí-lo; e muitas vezes a incompreensão que marca este esforço. Tudo isso, confesso às senhoras e aos senhores, Senadoras e Senadores, Senadora Vanessa Grazziotin, Senadora Ana Amélia, que esse esforço me foi muito grato, permitiu-me retomar aquilo que faço desde o tempo de estudante, quando visitei todos esses Estados, num esforço de reconstrução da gloriosa União Nacional dos Estudantes, e que faço permanentemente para contribuir com o possível para o nosso País.

A legislação florestal brasileira é uma legislação muito antiga. O conceito de reserva legal é um conceito que tem na sua origem o patriarca da nossa Independência, a figura grandiosa de José Bonifácio de Andrada e Silva, que concebeu, na medida de cada propriedade, que eram as sesmarias, que se mediam em léguas, diferente, portanto, da estrutura da proprie-

dade fundiária hoje, mas José Bonifácio concebeu a reserva legal. Corresponhia a 1/6 da propriedade que deveria ser reservada. Para que uso? Embora possa ser considerado o primeiro ambientalista da nossa pátria, José Bonifácio também concebia a reserva legal como elemento de sustentação do Estado e da propriedade. Reserva legal para José Bonifácio era madeira para a construção naval, essencial para a segurança do Estado. A reserva legal para José Bonifácio era a madeira para que as fazendas pudessem sustentar a construção civil, das casas, das pontes, das cancelas, das cercas; a energia para sustentar os engenhos, a atividade das serrarias e madeireiras, que defendiam o instituto da reserva legal porque precisavam dessa matéria prima. Era esse o conceito da reserva legal. Esse conceito passou para o Código de 34, da época do Presidente Getúlio, mas já herdando a concepção, a idéia do José Bonifácio. E esse conceito acompanhou o Código de 1965, votado, é verdade, na época de um governo militar mas, a bem da justiça, muito bem discutido, a partir de uma comissão criada em 61, que teve a presença de um grande brasileiro, o desembargador Osny Duarte Pereira, autor de um trabalho sobre legislação florestal de quinze anos antes, de 1950. E esse legislador dedica esse compêndio sobre legislação florestal exatamente para que não desapareçam as serrarias do Brasil, associando a preservação das florestas a essa atividade.

E esse Código de 65 permaneceu, e a partir dos anos 80 sofreu profundas modificações, porque hoje se lê facilmente nos jornais que nós da Comissão queremos alterar o Código. Não é verdade. O Código já foi completamente alterado, e o que resta dele, hoje, é pouco mais que o título e o nome.

Vou dar aqui o exemplo de duas alterações fundamentais. A primeira alteração é no conceito de reserva legal, que deixou de ser uma reserva de sustentação e de uso da propriedade e passou a ser uma reserva biológica, de preservação das espécies vegetais e animais. Eu não estou discutindo se essa evolução era necessária. Acredito que era necessária, mas a mudança do conceito mudou também o tratamento que cada proprietário dava à sua área de reserva legal.

Lamentavelmente, hoje em dia, numa sociedade urbana, poucas pessoas, poucos legisladores, poucos jornalistas, técnicos e cientistas conviveram com a vida no campo. Quem conviveu sabe que cada pequena fazenda tinha a sua reservinha legal, a sua matinha. E o que se fazia com essa mata? Um cabo de foice, de enxada, de machado, uma estaca para fazer uma cerca, um mourão, uma cancela, tudo isso o proprietário tirava da reserva legal. Era uma reserva de sustentabilidade sem que a mata desaparecesse por isso,

porque a incidência dessa madeira chamada nobre, ou madeira de lei, ela é rara numa formação florestal. Não tem uma mata somente de madeira nobre. Você tira ali e, às vezes, estatisticamente, é até desprezível esse número, a não ser quando você converte a floresta para uso de agricultura e pecuária. Mas, para esse uso, é sustentável.

Quando isso aconteceu, os pequenos proprietários que se depararam com a ausência de qualquer possibilidade do menor uso dessas áreas, eles começaram a se desfazer dessas áreas e passamos a sofrer, principalmente na Mata Atlântica, um processo de substituição dessas matas pelo uso para a agricultura e pecuária. A legislação também alterou o conceito de área de preservação permanente. Hoje em dia está essa guerra em torno de 30 a 500 metros, porque eu propus, a pedido das federações de trabalhadores da agricultura e da confederação de trabalhadores da agricultura, e da agricultura familiar, reduzir a margem de 30 para 15 metros nos córregos de até 5 metros. E ninguém compreende isso, acha que isso é uma ameaça.

Agora, sabem qual era a mata ciliar do Código de 65? Era de 5 metros, e até 100 metros. O que era 5 passou para 30, e o que era 100 passou para 500. Eu examinei exaustivamente a legislação, cito inclusive no meu relatório, busquei a legislação do mundo inteiro. Na Austrália vai de 5 até 20 metros; em alguns países europeus simplesmente não existe, é um licenciamento que vai determinar se você vai ter 4, 5, 6 ou 15 metros. Outros fazem a restrição de uso de herbicida, defensivo, a partir de uma certa metragem, mas impedimento do uso, como regra, não existe. E a reserva legal, que na Amazônia exige que 80% de uma propriedade seja destinada à reserva legal, simplesmente no mundo não existe. Não há um único país europeu que tenha reserva legal, nem de 1% da propriedade, nem de 2, nem de 5, nem de 10%.

Na Amazônia, as organizações não-governamentais sediadas na Holanda, na Bélgica, querem 80% e nos países onde têm a sua sede não defendem nem 1, nem 2, nem 3, nem 4%. Considero isso uma indignidade, inaceitável. Não que nós tenhamos a reserva legal porque permanece os 80% no meu relatório. Considero inaceitável que certas organizações e seus executivos assalariados que têm por mês uma renda que o agricultor em Rondônia não consegue em 1 ano, tenham a desfaçatez de chegar aqui e exigir de nós o que não defendem, o que não apontam. Aliás, nem esse debate existe. Consultei a agenda dos parlamentos da Europa e procurei, nas últimas décadas, debate sobre APPs e Reserva Legal., não achei. Procurei a mídia, a imprensa dos Estados Unidos e Europa, do Japão, da China, da Índia, da Rússia. Hoje é fácil fa-

zer essa pesquisa, Debate na imprensa sobre APP e reserva legal. Nas academias de ciência de todo mundo, das mais antigas, da Alemanha, da Inglaterra da França. Provavelmente algum cientista tenha pautado a discussão sobre APP e Reserva Legal. Também não encontrei. É como disseram deputados da Espanha e alguns parlamentares gaúchos na Galícia: não, essa agenda aqui nós criamos para vocês, não para nós. A legislação foi sendo elaborada à margem do Congresso, por medidas provisórias que nunca foram votadas, decretos, portarias, Resoluções do Conama e instruções normativas. De 300 a 400 artigos que não mão de um agente público se transforma num código contra a agricultura.

Uma das Resoluções do Conama mudou o conceito de várzea de tal forma que levou para a ilegalidade todo o boi criado há 270 anos no Pantanal. Transformou o Pantanal numa única APP, inapta, por exemplo, para a agricultura e para a pecuária. Levou para a ilegalidade 75% do arroz produzido no Brasil, porque o arroz é produzido em várzea no Brasil, na China, na Índia, no Vietnã e resolveram que, aqui, não poderiam produzir arroz em várzea. Levaram para a ilegalidade agricultores ribeirinhos do Amazonas. Eu percorri a calha do rio Purus há 15 dias para ver o terror que se espalha no meio daquelas comunidades que estão lá há 300 anos cultivando na várzea e preservando a floresta. Apontavam Chico Corrente na Comunidade de São Sebastião. “Veja aqui, deputados, como a floresta está intacta. Nós usamos a várzea”.

Saímos do rio Purus, entramos por um igarapé para chegarmos na comunidade dele de barco. Ele disse: “Deputado eu planto aqui.” Planta aqui onde? Ele disse: “Aqui, esse igarapé baixa, na seca, e nós plantamos aqui. Colhemos e o igarapé volta.” Vivem assim há séculos e hoje são criminosos ambientais.

A agricultura e a pecuária de topo de morro também estão proibidas. Por que? Porque tornou-se área de preservação permanente. Quem viajar pelo Brasil, quem tiver a curiosidade de olhar, basta olhar, você já sabe que está ilegal. Você pega um carro em Porto Alegre e vai a Torres, pela estrada você vai ver o pé da serra todo cheio de bananeiras. Está tudo ilegal. Toda banana do Vale do Ribeira que abastece São Paulo, que é uma dádiva da natureza e da geografia você ter 20 milhões de habitantes abastecidos de bananas há 80 quilômetros de distância. Os Estados Unidos compram banana do Equador e a Europa da Costa Rica. São Paulo, o meu Estado, a grande São Paulo, tem banana há 80 Km de distância. Está ilegal.

Eu trouxe um ofício dos bananicultores, pequenos proprietários, não conheço ninguém que tenha ficado rico vendendo banana, pelo menos no Brasil. Mostrei

à Ministra Isabela a situação reinante em São Paulo. Ela olhou, pediu a um assessor que verificasse. O assessor voltou e disse-nos: de fato, a legislação não permite. Eu disse: Mas essa situação já perdura por 8 anos. Há oito anos essas pessoas estão nessa situação. Multadas, autuadas. O Ministério Público chegando nas propriedades, dizendo: isso aqui é APP, isso aqui é Reserva Legal.

Encontrei em Cândido Mota, no interior de São Paulo, um agricultor cearense, que veio do Ceará com medo da seca. Ele chegou lá e comprou uma propriedade com muita água. Perdeu 70% da propriedade. Ele disse que nunca imaginou, na vida, que fosse correr do Ceará com medo da seca e correr de São Paulo com medo da água. Porque, na pequena propriedade, se você considerar essa margem de 30 metros de cada córrego, qualquer fio de água... no sul de Minas, por ter um microclima muito favorável, há muitas nascentes que a gravidade transforma num fio d'água de um palmo, dois palmos. Tudo aquilo tem que ser protegido com 30 metros de cada lado. Há nascente com 50 metros. Aplicada a fórmula do cálculo da circunferência: *Pi r ao quadrado* você tira de uma propriedade quase 8 mil metros quadrados, quase um hectare. Isso ouvi, agora, na semana passada. Disseram, mas se eu tenho 5 hectares e 5 nascentes, o senhor vai me tirar, provavelmente, quase 40 mil metros de 50 mil. O que vai restar para ele produzir? O pequeno produtor de café no morros de Minas vai ter que separar o topo do morro em alguns. Eles plantam com inclinação acima de 45 graus. O outro tem várias pequenas nascentes e a lei protege a nascente e córrego permanentes e aqueles que só aparecem na estação chuvosa. O que amplia o número de nascentes. E, às vezes, o terreno de fato é muito favorável à nascente e você tem numa pequena propriedade várias nascentes. Inviabiliza, completamente, a pequena propriedade. Por conta disso, encontramos num único município, em Querência, no Mato Grosso, 1920 assentados da reforma agrária. O mito de que isso aqui beneficia os grandes, não se segura em nenhum lugar. Os mais regularizados são os grandes, está aqui a estatística do Senador Luiz Henrique, que é Santa Catarina. Vemos que 64% das propriedades têm até 20 hectares. Vinte e nove por cento têm entre 20 e 100 hectares. Produtores maiores de 1000 hectares somam 2%. Com relação à reserva legal, observa-se que: os maiores de 500 hectares têm quase toda reserva legal, 19,11; ou seja, quase 20% exigido por lei. Quem tem menos de 20 hectares, só tem 7. E quem tem entre 20 e 100, tem 11.

Quem mais precisa da terra nessa comparação com a área destinada a APP Reserva Legal, é o pequeno. Para 10 mil hectares, 30 ou 50, ou 100 metros

não vão fazer diferença. Vi nos assentamentos de São Paulo, o Ministério Público começa a medir a APP, quando ele está na metade já entrou na outra propriedade. Aí o assentado diz que a medida já está no vizinho. Ou seja, a propriedade foi toda, se o rio for um pouco mais largo. Isso é socialmente justo, isso tem alguma relação com proteger o meioambiente, a sociedade? Lá em uma cidade de Santa Catarina, Senador Luiz Henrique, vi uma estatística onde 90% dos catadores de lixo da cidade vieram do campo. Gente que troca a sua propriedade por uma Brasília usada, por um barraco na beira da cidade e porque torna-se inviável a sua sobrevivência. Tem como sobreviver. Isso já acontece em larga escala. Eu tenho aqui em Santa Catarina o quanto já aumentou de área verde no Estado e no Rio Grande do Sul. Aí conversei com o Secretário de Recursos Hídricos e ele disse: é propriedade abandonada. Ou ele vende para ser uma chácara de classe média, que não precisa cultivar, ou ele simplesmente abandona, pressionado pela família, porque a renda média desse agricultor é muito pequena, mesmo naquela agricultura toda integrada. Lá no Paraná, o município com o maior IDH, eu visitei, é um município de base agrícola e cooperativista. Você vai à propriedade, uma classe média rural aparente, mas em declínio, porque a renda está em declínio. Conversa com a família, tem dois filhos, um está na faculdade e o outro não está porque não pode pagar. Trago no bolso muitas vezes bilhetes de agricultores. Agora mesmo, lá no café, um produtor de café de Minas Gerais me dá um bilhete pedindo para eu telefonar para uma faculdade daquele Estado para pedir meia bolsa para a filha, porque ele não tem dinheiro para pagar nem sequer a taxa rodoviária para a menina ir e voltar. Essa é a renda média de 90% dos agricultores brasileiros.

Inviabilizados, eles abandonam as suas áreas, transferem para proprietários maiores – o que eu vi em Rondônia, lá em Ji-Paraná – e recebem um lote. No caso de Querência, eles receberam a terra autorizados a usar 50%, depois a lei mudou e disse que só poderiam usar 20% e que teriam que reflorestar por conta própria os 30% correspondentes à nova legislação. Custa dinheiro, tem que ter um plano, tem que comprar as mudas. É de 9 mil reais, se não me engano, o cálculo que eu vi lá em Rondônia, Senador Casol. Em São Paulo é mais. Aí chega o Ministério Público e você não tem alternativa. Eu vi com o João de Deus, do Meio Ambiente. Ele estava junto, em São Paulo, a uma mulher de 80 anos, chorando, dizendo que o marido com câncer de pele era obrigado, todo dia, a pegar um aguador, o dia inteiro no sol, para aguardar 70 mil mudas que ele tinha se comprometido a fazer lá no TAC, porque essa é a exigência.

O que fizemos diante disso? Procurar uma solução, porque o problema ambiental existe e não é invenção de ONG. Lamentavelmente ele existe, é grave no Brasil e no mundo. É evidente. E a agricultura há de dar a sua contribuição, embora não seja a principal responsável por isso. Eu sou da capital de São Paulo, moro a algumas quadras da Avenida Paulista e sei qual é a situação do Rio Tietê.

A situação do Tietê em São Paulo não é responsabilidade de um sujeito que está criando uma vaca em Araçatuba ou plantando cana em Barra Bonita. Aquilo ali é o esgoto da cidade que vai para dentro do Tietê. Agora você chega em Marília e obriga uma agricultora que me disse o seguinte: meu avô plantava repolho, meu pai plantava repolho, eu plantava repolho numa pequena propriedade. O Ministério Público foi lá e disse: a senhora não pode continuar plantando repolho. Ela vendeu a propriedade e foi para a periferia de Marília. Foi criada uma APP para proteger um rio que passa em Marília, dentro da cidade, e apodrece. Ela dizia: eu nem podia usar a água, porque a água é imprestável. Mas ninguém foi obrigado a deixar de despejar o esgoto em Marília. Ela foi obrigada a sair da propriedade dela e deixar de plantar repolho. Isso aconteceu. Ela é Diretora da Federação dos Trabalhadores da Agricultura.

O problema ambiental existe e é preciso que todo mundo contribua. Não dá para fazer como a Folha de S.Paulo fez, ao dizer que o código que nem foi votado tinha responsabilidade pelas tragédias do Rio de Janeiro, que permitia a construção em encosta e levar um mês e seis dias para publicar que aquilo não era verdade. Mas a desinformação na sociedade e na própria imprensa é muito grande sobre isso. E todo mundo reproduz um jargão que é uma briga entre ambientalista e ruralista. Aliás está hoje aqui, reproduzido no jornal do nosso glorioso Senado Federal. A idéia é de uma briga entre ruralista e ambientalista. Isso é uma necessidade do País de proteger o meio ambiente e a agricultura.

O que nós, depois desse esforço, fizemos? Primeiro, conservar os nossos conceitos. Não vamos abrir mão do instituto da reserva legal. Embora ele só exista no Brasil, vai continuar existindo reserva legal de 80% na Amazônia. Agora, vejam, senhoras e senhores, 75% da Amazônia já é reserva natural, porque é terra pública. A Amazônia já tem 75% de reserva porque é terra indígena, parque, unidade de conservação. Só no Ministério da ex-Senadora Marina foram 50 milhões de hectares de parques, alguns nas melhores terras do Brasil e do mundo. Duvido que país do mundo faria o que fizemos, duvido, impunemente, o que fizemos, mas estão lá 50 milhões de hectares só ultimamen-

te. Setenta e cinco por cento já são terra pública. Dos 25% que restam ainda transformamos 80% em reserva legal, 80% do que resta. No Estado do Amazonas do Senador Eduardo Braga e da Senadora Vanessa e dos demais, 98% são vegetação nativa, só tem 2% abertos, e destes 80% têm que ser reserva legal. E não vi essa contestação na Amazônia. Houve até uma certa serenidade em relação a isso. Teremos 35% de reserva no cerrado amazônico, 20% na Mata Atlântica. Tudo isso vai continuar na lei. Vai continuar na lei a proteção dos rios, de 15 até 500 metros. Continuará na nossa legislação. A proteção de morros, de encostas, tudo isso nós continuaremos acolhendo, porque a proteção do meio ambiente não é um compromisso de Governo, de Estado; é um compromisso civilizatório do Brasil. Por isso preservamos hoje 70% de vegetação nativa, e os europeus não têm mais nada, zero. Os europeus têm zero, e nós temos 70%.

Agora, não podemos aceitar, como li na *Folha de S. Paulo*, que um ambientalista vá lá em Manaus recepcionar os estadistas do primeiro mundo e diga que a peste que ameaça o planeta é a raça humana. Depois vi na internet: não é pouca gente que defende essa ideia, não. Então, não é um problema de meio ambiente, mas um problema de querer desantropizar a Amazônia. Este é o problema. É outra questão.

Estamos propondo que os pequenos proprietários detentores de até quatro módulos sejam dispensados da recomposição da reserva legal. É isso que nós estamos propondo até quatro módulos fiscais. Não sei qual é o módulo porque varia de município para município, mas para beneficiar o quê? Esses de até 20 hectares de Santa Catarina que compõem 64% dos estabelecimentos, mas têm apenas 18% da área. E os outros, uma parte de até 100 hectares que compõem 28%. Juntos eles somam 90%, praticamente, de estabelecimentos de Santa Catarina. Eles são dispensados não de APP, de Área de Preservação Permanente, mas da reserva legal.

Os demais proprietários teriam a possibilidade de somar a reserva legal com uma APP. Por quê? Porque a legislação atual pune quem mais protege. Quanto mais água na sua propriedade, mais você perde a sua propriedade e isso, muitas vezes, ocasiona efeitos deletérios: vê-se o proprietário enterrando mina, desfazendo-se de área onde pode ter água, para não perder a sua propriedade, principalmente, o pequeno.

Então, é possível somar reserva legal com APP nas médias e nas grandes propriedades. Isso não é para resolver problema da Amazônia, não. Isso é para resolver – vou dar o exemplo do meu Estado – principalmente em São Paulo, talvez no Rio Grande do Sul.

Para aplicar a lei hoje, em São Paulo, Senadora Kátia, no meu Estado, nós teríamos, segundo a Secretaria de Agricultura, que abrir mão de três milhões e seiscentos mil hectares de área produtiva. Nós teríamos que arrancar feijão, capim, cana, soja, café de três milhões e seiscentos mil hectares para plantar mata, com o desemprego ocasionado por essa medida, a queda da arrecadação do campo e o desemprego urbano. Quem fabrica máquinas, equipamentos e defensivos não é o agricultor, não. É o trabalhador urbano. E nós teríamos, portanto, 20%, exatos 19,9%, segundo o Instituto de Economia Agrícola da Secretaria da Agricultura de São Paulo. Dezenove vírgula nove por cento da área de agricultura de São Paulo seria transformada em mata. É concebível uma coisa dessas? É possível? E nos outros Estados aconteceria mais ou menos a mesma coisa.

Um Procurador da Fazenda Federal chegou a calcular para mim a perda, município por município, de emprego e arrecadação com base no produto agrícola dessa medida.

Então estamos propondo que se some reserva legal com APP.

Estamos propondo que naquelas propriedades onde não é possível fazer a soma da reserva legal com a APP você possa compensar a reserva legal no mesmo bioma, mesmo que fora do Estado, porque a Constituição criou o conceito de bioma; não criou conceito de bioma por Estado. Cada área averbada é uma área protegida. Você preserva a área que está produzindo e passa a proteger uma área de vegetação nativa, isso também no esforço de regularizar as propriedades.

Fizemos ainda a proposta de a legislação ser aplicada na época da abertura da propriedade. Você não pode pedir para o assentado de Querência ou de Confresa ou de Rondônia que recebeu a propriedade quando podia ocupar 50% refloreste hoje 30%. A legislação da época protege, por exemplo, propriedade em Pernambuco cujo proprietário disse: não, isso aqui foi coisa do Duarte Coelho Pereira, em 1550 ou 60. Tem lá o registro. Como é que você vai ser responsabilizado por isso? E ele faz a aplicação da legislação à época em que a propriedade foi aberta.

Recebi da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura e das federações de trabalhadores da agricultura um apelo que tem a minha simpatia, mas ainda vou conversar lá com os companheiros da Câmara.

O que deseja a Contag e as federações de trabalhadores da agricultura? Que para a agricultura familiar essa margem de 15 metros até córregos de cinco metros, e assim por diante, seja reduzida em

até 50% mediante autorização, mediante estudos de órgãos técnicos.

Eu acho absolutamente razoável, porque sei que para alguns proprietários mesmo os 15 metros, se tiver quatro ou cinco cursinhos d'água, três ou quatro nascentes, aplicado o PIR-2 ele não tem como sobreviver, está inviabilizado. E acho que não devemos contribuir para agravar uma situação já difícil no campo. Não devemos contribuir para isso. Mas ainda é um tema, uma questão em aberto.

Recuperar o trabalho de extensão, porque nós abandonamos o trabalho de extensão. Proteger solo e proteger água exige recursos. Não adianta prender, multar um agricultor que abriu uma pequena área de erosão porque não fez a curva de nível. Ele não faz a curva de nível porque quem é da agricultura sabe que isso exige conhecimento e recursos, dinheiro. Sem isso você não faz curva de nível. Sem recurso, sem tecnologia você não protege nem a água nem o solo, e a agricultura pequena e média do Brasil é pouco intensiva em tecnologia e capital, não tem tecnologia e capital. Aliás, em Querência, o embargo das propriedades dos assentados proíbe até receber o crédito da agricultura familiar, o Pronaf. Nem ao Pronaf eles têm acesso.

Aí tem a polêmica do que chamam de anistia: ah, está propondo uma anistia. Primeiro, não estou propondo anistia nenhuma. Anistia é simplesmente o perdão, embora o nosso país tenha a tradição de anistia, que permanece, o que acho uma dádiva de generosidade da nossa civilização. Nós anistiamos no Rio Grande do Sul na Guerra dos Farrapos, degoladores de lado a lado. Anistiamos e agora há um debate para saber se anistiamos ou não o italiano Battisti.

Para não dizerem que fiquei em cima do muro, quero dizer que defendo a anistia, que é uma forma de anistia. Agora, o Edgar, que é um agricultor lá de Boca do Acre que esperou três anos por uma licença do IBAMA com os filhos dentro da propriedade, e essa licença não veio, e resolveu derrubar quatro madeiras para plantar milho, feijão e mandioca é um criminoso que não pode ter anistia. Esse é o criminoso para o qual não se pode falar em anistia.

Sinceramente, senhoras e senhores! O Edgar veio aqui, eu fui lá e vi o Edgar, que me falou de outras propriedades pequenas, familiares, em que só trabalha o filho enquanto o Ministério do Trabalho não chega, porque o filho também não pode trabalhar na agricultura familiar. O fiscal do IBAMA foi lá e ela não tinha dinheiro para ir ao IBAMA atender à notificação. O fiscal pegou R\$ 30,00 do bolso e disse: tome, vá ao IBAMA para atender à sua notificação.

O Governador do Acre, Tião Viana, criou a comissão de anistia no estado dele. Por quê? Porque as

multas são estratosféricas, não há correspondência entre a multa e o valor da posse, do bem. No Pontal do Paranapanema, no meu Estado, São Paulo, assentados da reforma agrária que estavam com as vacas morrendo sem capim, e tinha lá uma vastidão de capim numa área que estava em regeneração, botaram as vaquinhas lá dentro: 3 milhões e 500 mil reais de multa. Também não ouvi dizer não.

Tenho o nome das companheiras assentadas que foram a uma reunião comigo. Uma disse: olhe, desculpe, eu atrasei porque tive que sacrificar uma vaquinha da qual estava tirando leite, ela já deitada. Deu lá o remédio e não teve jeito. Mas não pode entrar. Ela disse: a vaca não come floresta; a vaca come capim. Ela não vai comer as árvores.

Não estou falando do caso. Deviam ter posto a vaca lá dentro, é verdade, mas uma multa de 3 milhões e 600 mil reais tem cabimento? O que vai fazer? Tem que legalizar, mas não pode anistiar. Com essas multas não legaliza ninguém. Já há em Boca do Acre o cartório está fazendo um inventário dessas pequenas posses, Senador Luiz Henrique, para vender, para leiloar. A Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Acre, D. Sebastiana, com quem estive há poucos dias, disse que teve que reunir um monte de gente para impedir que alguém desse um lance, para que ninguém comprasse uma pequena propriedade. Oitenta e cinco por cento dos pecuaristas do Acre têm menos de 100 cabeças. Como é que você vai fazer? Ou você legaliza e depois vai examinar, porque, se sou multado no trânsito, sei que vou poder pagar a multa. Se alguém é multado no imposto de renda sabe que vai poder pagar a multa. Nesta legislação a multa não tem correspondência com a posse. Você multa uma posse de um assentado em 3,5 milhões, e como é que fica? Então, é preciso analisar com prudência, com generosidade, com espírito humanitário a situação dessas pessoas. Elas não podem vir aqui, Senadores. Não podem. Para trazer a Luzia lá de Boca do Acre precisou que um amigo meu de São Paulo, que tem uma ONG que trabalha lá, fosse lá, fosse à Prefeita, a quem ela não tem acesso, e pedisse uma passagem para ela vir aqui, para poder falar comigo, com o Senador Petecão, com a Senadora Vanessa, a quem eu levei. Essas pessoas não têm acesso, elas não têm e-mails, a imprensa não vai ouvi-las. A imprensa ouve as ONGs, está certo, porque têm *internet*, têm tudo. Mas essas pessoas que estão aí nesse campo vão ouvir o agricultor de Miguelópolis, lá no interior de São Paulo, que perdeu 70% do que tinha? Essas pessoas, muitas vezes, não chegam aqui. Os grandes, naturalmente, têm mais condições de se apresentar, mas o problema principal não está com os grandes, eles têm mais

facilidade de resolver. Os grandes são mais vítimas da guerra comercial entre a agricultura de funcionários públicos da Europa e dos Estados Unidos – funcionários públicos no sentido de que a renda deles não depende de atividade privada; depende do Tesouro – e essa agricultura do Brasil, que enlouquece esses americanos e europeus. É mais esta questão: bloquear fronteira agrícola nossa. Agora, o pequeno é um problema social também. Não é que eles não produzam, eles produzem. Os pequenos lá do Paraná exportam frango, carne suína, etc. Mas é um problema social, porque muitos deles vivem ali na terra, moram ali. Então, é preciso a gente ter um pouco até de clemência com esses brasileiros e fazer tudo para proteger o meio ambiente. Precisamos proteger. Protegemos mais do que os outros e precisamos continuar protegendo mais, e não tratar isso como assunto entre inimigos. Não é. A sociedade, o povo e a nação esperam que o Congresso legisle para proteger o meio ambiente, para proteger a agricultura, para proteger a natureza, para proteger o ser humano, para proteger os rios e as florestas e para proteger as pessoas que precisam continuar vivendo e que sempre viveram perto da floresta, perto dos rios. Esse é o esforço que nós precisamos fazer e acho que é possível, porque a maioria das organizações não governamentais já compreendem isso. Algumas não compreendem porque não querem ou porque não precisam compreender, mas uma boa parte já compreende. Eu vi no Mato Grosso do Sul o esforço de zoneamento com a participação de ONGs, de instituições da sociedade. É esse o esforço que nós podemos fazer.

Peço aos senhores desculpa por um momento ou outro de exaltação desnecessária e agradeço a confiança do Senador Rodrigo Rollemberg, do Senador Acir Gurgacz e das senhoras e dos senhores por me ouvirem sobre esse tema.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero agradecer ao Deputado Aldo Rebelo por sua colaboração a esse debate.

Quero relembrar aos Senadores que chegaram depois da abertura desta sessão que na próxima terça-feira nós daremos continuidade ao ciclo de debates conjuntos da Comissão de Meio Ambiente com a Comissão de Agricultura, ouvindo representantes do SBPC, da Academia Brasileira de Ciências, da Embrapa e o ex-Ministro Alysson Paulinelli e que nós vamos adotar o seguinte procedimento: em primeiro lugar, nós vamos ouvir os autores e coautores dos requerimentos que, no caso específico, são os dois Presidentes das Comissões e a Senadora Kátia Abreu. Em seguida, estão inscritos o Senador Luiz Henrique, o Senador

Blairo Maggi, o Senador Waldemir Moka, a Senadora Ana Amelia, o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Ivo Cassol, Pedro Taques, Jayme, Petecão... Vou pedir para o Presidente Acir ir registrando.

Quero cumprimentar o Deputado Aldo Rebelo e mais uma vez reiterar o profundo respeito que tenho pela trajetória política do Deputado e pelo seu trabalho. Embora eu tenha algumas discordâncias do relatório do Deputado Aldo Rebelo, que está aqui, quero registrar a seriedade e profundidade com que se dedicou ao tema, visitando todas as regiões deste País.

Vou me ater, para ser muito breve e dar oportunidade para outros Senadores para tratar a outros temas referentes a esse debate, à questão específica das áreas de proteção permanente, especialmente as áreas de proteção permanente ripárias, ou seja, às margens dos rios. E quero lembrar, retomar a história para lembrar que essa modificação referida pelo Relator Aldo Rebelo no Código Florestal de 1965, que ampliou as áreas de preservação permanentes de cinco metros para trinta metros, deu-se nos idos da década de 1980, a partir de uma iniciativa de um Deputado de Santa Catarina, Estado do ilustre Senador Luiz Henrique, o Deputado Artenir Werner, que, naquela época, apresentou a proposição de ampliação das áreas de proteção permanente de cinco para trinta metros. Essa ampliação foi aprovada por unanimidade pela Comissão de Agricultura, em função de uma tragédia, em função das enchentes ocorridas naquela ocasião no Vale do Itajaí. E a Comissão de Agricultura, por unanimidade, entendeu que deveria ampliar as áreas de proteção permanente de cinco para trinta metros, por entender que o impacto daquelas enchentes foi muito maior em função das pequenas áreas de preservação permanente.

Quero registrar também que este tema, como me disse há pouco o Senador Valdir Raupp, é um tema estratégico para o País, empolgante, desafiador e, em função até de minhas responsabilidades como membro desta Comissão, tenho procurado me aprofundar no assunto. Foi com esse objetivo, Deputado Aldo Rebelo, que, há duas semanas, fiz questão de fazer uma imersão na Embrapa com representantes de alguns centros da Embrapa, com o Chefe da Embrapa Florestas, o Chefe da Embrapa Meio Ambiente, pesquisadores dessas unidades da Embrapa e uma diretora da Embrapa discutindo mais profunda e tecnicamente essa questão do Código Florestal.

Claro que, ao discutir a redução das áreas de preservação permanente de trinta para quinze metros, o ideal seria que nós já tivéssemos conhecimento científico suficiente, que o País tivesse investido em zoneamento e em mapeamento de solos ao longo dos anos,

para que pudéssemos definir a área ideal das áreas de proteção e de preservação permanente, levando em consideração a questão da declividade do solo, a espessura do solo, a textura do solo e os serviços ambientais que aquela área de preservação permanente pode executar, além dos recursos genéticos que aquela área de preservação permanente tem, até porque vivemos em um país de extrema complexidade.

Então, realmente é muito difícil tratar de um tema tão complexo com a diversidade imensa de biomas como o da Amazônia, como o da Mata Atlântica, como o do Cerrado, como o da Caatinga. Além da diversidade de biomas, há uma diversidade muito grande no processo histórico de ocupação. Na Amazônia é de uma forma, em São Paulo já é extremamente consolidado e na Caatinga é de forma diferente. Por isso, se nós formos tomar esses exemplos que o Deputado Aldo Rebelo traz muito bem aqui, mostrando todo seu conhecimento e a oportunidade que teve, a riqueza que teve, que adquiriu ao visitar todas essas áreas do Brasil, nós temos uma infinidade de exemplos. Mas nós temos que tratar de uma questão central. E aí me preocupa, a par de todas essas questões específicas que precisam ser tratadas de formas excepcionais em alguns casos, simplesmente a área de redução – é o que mais me preocupa nesse relatório de preservação permanente – de trinta para quinze metros. E me chamou muito atenção a apresentação de um pesquisador da Embrapa Meio Ambiente, que trata da questão dos serviços ambientais realizados pelas áreas de proteção permanente. Ele mostra várias pesquisas em que se faz uma relação do processo de polinização com o aumento da produtividade de algumas culturas. Cita, define o nível de dependência de polinização biótica, baseado nos aumentos ou quedas de produção, em função da polinização, definindo como essencial até 90% de redução na produção; alto, de 40% a 90%; modesto, de 10% a 40%; pouco, até 10%; neutro, sem interferência. Pesquisa 107 culturas mostrando que esse nível de polinização é essencial em 13%, alto em 30%, modesto em 27%, pouco em 21%, neutro em 7% e desconhecido em 9%. E demonstra em algumas culturas bastante comuns na agricultura brasileira, como soja, café, laranja, algodão, maracujá, pêssego, melão e caju. Para vocês terem uma ideia, a contribuição da polinização no aumento da produção de soja é de 50% da produtividade da soja; do café, de 40%, segundo esse pesquisador; de laranja, 35%; de algodão em caroço, 43%; do maracujá, 100%, totalmente dependente da polinização pela abelha mamangava; do pêssego, 14%; do melão, de 45% a 75%; a castanha de caju, 88%.

Por que eu trago esses dados aqui? Para mostrar que as áreas de preservação permanente cumprem um papel, um serviço ambiental fundamental no aumento da produtividade das culturas tradicionais, que são culturas, na maioria das vezes, temporárias: naquele período em que não estão sendo produzidas, as abelhas, os polinizadores, tanto precisam de alimentos como precisam de abrigos. E sem ter o conhecimento total dessa questão – do impacto da declividade, da espessura, da textura do solo, dos serviços ambientais, dos recursos genéticos da cada área de preservação permanente – a precaução recomendaria, no meu entendimento, que é melhor manter os trinta metros para os rios de até cinco metros, excepcionando casos especiais, do que simplesmente reduzir essas áreas, porque se amanhã se confirmarem todas essas pesquisas e preocupações, certamente será muito mais caro e demorará muito mais tempo repor essas áreas de preservação permanente – e provavelmente já não conseguiremos fazê-lo com toda a biodiversidade que eles têm hoje – do que aumentar a produção e a produtividade em outras áreas, investindo em inovação tecnológica, ampliando, avançando a fronteira agrícola em áreas de pastagem degradadas, aumentando a produtividade da nossa pecuária e com isso abrindo áreas hoje destinadas à pecuária à agricultura, intensificando os processos de integração lavoura-pecuária-silvicultura.

Então me parece que a precaução e a cautela indicariam neste momento um caminho como esse do que reduzir as áreas de preservação permanente dos córregos até cinco metros para metade do que é hoje: de trinta para quinze metros. Lembrando que essa proposição é para rio de até cinco metros, lembrando que os rios, todos eles, começam pequenos. E, se nós afetarmos os pequenos rios, isso terá impacto nos médios rios e nos grandes rios.

Há cerca de dez anos tive a oportunidade de participar de uma expedição pelo Rio São Francisco que foi de Pirapora até a Foz do São Francisco e em todos os afluentes do Rio São Francisco: o Rio Uruçuia, o Grande, o Paracatu. Quando a embarcação, Senador Luiz Henrique, chegava à foz desses rios, ela atracava e era preciso pedir socorro à cidade próxima. Demorava um dia, dois dias para desatracar a barca e a expedição continuar. Por quê? Em função de um processo avançado de assoreamento nos rios que começam nos rios menores, nos rios médios e vão desaguar, produzindo resultados no rio maior, no caso, o Rio São Francisco.

Quero registrar também uma posição em relação à questão da reserva legal como um único instituto jurídico presente no Brasil, não existente em outro país

do mundo. Eu tendo a considerar que toda inovação em relação a outros instrumentos jurídicos, especialmente essa, é positiva. Se o Brasil conseguiu ser o grande produtor de alimentos que é, o grande produtor de agroenergia que é, entendo que temos que criar todas as condições para ser cada vez mais, mas mantendo a suas florestas, mantendo a sua biodiversidade, esse patrimônio genético ainda desconhecido. Isso nos dará condições de competitividade cada vez maior no futuro e nós não podemos abrir mão disso. Se hoje temos uma grande riqueza, se temos na agricultura, na pecuária e na agroenergia uma grande riqueza, temos também na nossa biodiversidade uma imensa riqueza ainda desconhecida e pouco explorada.

Ao concluir, quero lembrar também um estudo da Agência Nacional de Águas, lançado agora, no Dia Mundial da Água, que demonstra que, nas condições atuais, nós teríamos que investir em torno de R\$ 22 bilhões nos próximos anos para garantir o abastecimento de água nas cidades brasileiras. E é claro que nós teremos que investir R\$ 22 bilhões para ter água nas cidades brasileiras se nós tivermos as condições dos nossos rios e córregos como temos hoje. Se essa situação piorar é claro que esses recursos serão mais volumosos.

Entendo que neste debate sobre o Código Florestal, debate fantástico, como já disse, nós temos que produzir... E a Comissão de Meio Ambiente, a Comissão de Agricultura devem firmar alguns compromissos no sentido que na elaboração do orçamento a gente garanta de fato recursos expressivos para que o Brasil possa planejar estrategicamente o desenvolvimento da agricultura brasileira, da agroenergia brasileira, a recuperação do nosso sistema nacional de pesquisa agropecuária, que possamos continuar fazendo levantamento de solos e, especialmente, que o Congresso Nacional perceba a importância de evoluir, de avançar numa legislação inovadora de pagamento de serviços ambientais.

Lembrar também que o aumento da produção e da produtividade brasileira – e há gráficos da Embrapa que demonstram que nós tivemos um aumento da produtividade – permitiu que aumentássemos muito a produção nos últimos anos, aumentando muito menos a fronteira agrícola. E, portanto, isso nos ensina o caminho de investir fortemente em inovação tecnológica, em desenvolvimento científico e tecnológico. Para isso é fundamental fortalecer a Embrapa e todo o sistema nacional de pesquisa agropecuária e garantir recursos significativos cada vez mais, mas também garantir financiamentos mais adequados especialmente para aqueles produtores que utilizam os manejos adequados.

Nós temos que sair um pouco da condenação apenas dos sistemas de comando, das ações de comando e controle para construir uma agenda positiva.

Quero, para encerrar, Deputado Aldo, dizer que nos últimos dias me dediquei a reler o seu relatório e, como disse, tenho um profundo respeito pela sua dedicação. V. Ex^a é um brasileiro, tem compromisso com este País. Independentemente de qualquer possível divergência em relação ao seu entendimento da matéria, acho que V. Ex^a traz uma contribuição ao debate com profundidade, trazendo exemplos de situações que acontecem nos rincões deste País tão diverso e tão maravilhoso. Mas tenho plena confiança, plena convicção de que o Congresso Nacional, especialmente o Senado Federal, começa a dar essa demonstração hoje, ao unir as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária à Comissão de Meio Ambiente. Tenho a convicção de que temos todas as condições de produzir e de aprovar, ao final de tudo isso, um relatório equilibrado que possa garantir que o Brasil continue sendo um grande produtor de alimentos e de agroenergia, que o Brasil dê tranquilidade e segurança jurídica aos agricultores e que reconheça o papel fundamental que eles desempenham na economia nacional, na vida nacional. Mas que possamos fazer isso de forma inteligente, sem destruir o grande patrimônio genético que temos, sem degradar o grande patrimônio, os aquíferos que nós temos, os rios que nós temos, porque esse, sem dúvida, será o grande diferencial. Este é o século das oportunidades para o Brasil e, para que a gente possamos aproveitá-las, temos que fazer tudo de forma sustentável. E temos elementos, condições e competência para fazer isso.

Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Deputado Aldo Rebelo, quero registrar que V. Ex^a colocou para todos nós a profundidade do seu conhecimento com relação a esse tema. Quero ser bastante direto para não tomar tempo dos nossos colegas que também querem iniciar o debate.

Eu faço duas colocações, Deputado. Aquelas pessoas que desmataram à época em que estava em vigência a lei do momento serão contempladas nesse novo código, respeitando o seu direito adquirido? Eles derrubaram, na época em que era permitido, até 75%. Depois, com a mudança da legislação, era permitido derrubar até 50% e depois veio essa nova lei pela qual é permitido derrubar até 20%. Essa é uma pergunta.

A outra pergunta, Deputado: colocar a Amazônia com 80% de reserva não estará engessando o desenvolvimento do nosso País e inviabilizando os futuros assentamentos que precisam ser feitos? É preciso

contemplar a reforma agrária brasileira e nós só temos espaço praticamente na Região Amazônica.

Essa é uma pergunta que eu faço e gostaria de ter a sua resposta.

Agradeço mais uma vez a sua vinda aqui.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB–DF) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

Vou sugerir que a gente ouça cinco Parlamentares e a cada cinco eu passo a palavra para o Deputado Aldo Rebelo.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Obrigada, Presidente Rodrigo Rollemberg, Senador Acir, Presidente da nossa Comissão de Agricultura, nosso Relator Aldo Rebelo, competente na sua atuação à frente do Código.

Eu gostaria de registrar também que se hoje nós temos aprovações de transgênicos no Brasil devemos a Aldo Rebelo, pois, àquela época, eu ainda Deputada junto com Aldo, ele, Presidente da Câmara dos Deputados, permitiu que nós pudéssemos votar a matéria e uma emenda minha que alterasse o *quorum* da CTN-Bio, que era impraticável. Nós não teríamos nenhum produto aprovado de transgenia no Brasil se não fosse Aldo Ribeiro.

Portanto, eu tenho certeza do seu trabalho, do resultado do seu trabalho à frente do Código. Se hoje o Código está difícil, a transgenia naquela época era muito mais difícil ainda, e tantos preconceitos existiam.

Naquela época já existiam divergências entre cientistas: cientistas a favor, cientistas contra a transgenia. E hoje nós estamos com o assunto praticamente pacificado, seguro e ajudando a agricultura. E, principalmente, ajudando a agricultura a produzir alimentos mais baratos para as pessoas nos supermercados, nos armazéns de todo o Brasil, à disposição dos brasileiros.

Fiz um desafio no ano passado para que qualquer ambientalista, todos eles, especialmente aqueles radicais que fazem do assunto meio ambiente um dogma, que nós da CNA, nós, produtores rurais do Brasil, estávamos dispostos a dar mil hectares para cada um deles, de presente, na Região Norte do País, desde que todos cumprissem as três legislações impostas ao homem do campo, gerassem emprego e renda, reserva legal de 80, cumprir 252 normas trabalhistas que são impostas, cumprir o GUT e o GE da reforma agrária e ainda dar emprego e gerar lucro. Nós fizemos este desafio. Infelizmente, ninguém nunca apareceu para aceitar esse desafio.

Nos Estados Unidos, unidade de preservação é unidade de preservação. Unidade de produção é uni-

dade de produção. O que isso quer dizer? As unidades de conservação, é papel do Estado fazer com recurso do Estado, com recursos do contribuinte, porque isso é um bem coletivo e não pode ter um ônus individual para o produtor rural. Reserva legal nos Estados Unidos é piada.

A *Farm Bureau* estará inclusive na CNA hoje. A *Farm Bureau* é a CNA americana. Não há a menor hipótese de eles aceitarem qualquer tipo de imposição de uma unidade de conservação dentro de uma unidade de produção, porque é um corpo estranho que prejudica todo o plano de negócios da empresa agrícola, que não tem diferença nenhuma de uma empresa privada.

A reserva legal que é jabuticaba brasileira, disse bem Aldo Rebelo, não existe em parte nenhuma do mundo. E nós estamos tratando hoje, no Brasil, de recomposição de um objeto que não é mundial, fazendo com que o Brasil imponha aos seus agricultores e à economia uma reserva legal, para depois importar arroz da China, feijão do México, que não têm nem sequer código florestal, que não têm nem uma margem de APP.

A Europa tem 0,02% de floresta nativa. Nós temos 60% de floresta nativa. Agora, importar produtos de toda parte do mundo, caso nós tenhamos que diminuir a produção, mesmo que não tenha APP, mesmo que não tenha reserva legal, será que isso é honesto com o Brasil? Será que nós podemos fazer isso com os brasileiros? Não é com os produtores rurais, não, porque eu tenho dito a eles, em várias vezes, numa quantidade enorme de números: nós estamos fazendo o papel do Estado. Nós estamos fazendo o papel do governo, porque somos empresários. E o mercado funciona de toda sorte, em qualquer lugar do mundo, quer seja no campo ou na cidade: quanto menos oferta mais preço. Ou não é assim em qualquer parte do mundo?

Portanto, nós, produtores rurais, deveríamos estar do outro lado, rezando para que a reserva legal aumentasse, para que pudéssemos diminuir a produção e termos um preço mais elevado dos nossos produtos. Esse era o nosso papel e o governo não tinha que estar fazendo o papel contrário, exigindo que as áreas de produção pudessem ser aumentadas, preocupados com o abastecimento nacional e com a comida barata.

Se há 45 anos o brasileiro gastava 48% do seu salário com comida, ele gasta 18%. E só não gasta 12% hoje porque não nos deixam trabalhar, senão gastaria muito menos salário.

Nós que já fomos, 45 anos atrás, grandes importadores de comida, de arroz das Filipinas, que é o lugar mais longe do Brasil, 26 horas de voo, nós já

compramos feijão do México, nós já compramos leite, e muito leite, da Europa; nós já compramos muita carne da Austrália, hoje nós somos autossuficientes.

Isso não foi à custa de deitar numa rede, esperando a comida chegar. Nós fizemos tudo isso foi trabalhando, foi desmatando, sim, abrindo áreas novas. Nós não jogamos terras ao vento, como se diz naquela novela antiga das oito. Nós transformamos cobertura florestal em arroz, feijão, milho, emprego, PIB e exportações. E isso não pode ser mudado do dia para a noite, como se os agricultores tivessem cometido um crime contra o Brasil e um crime de lesa-pátria. Portanto, o abastecimento é responsabilidade do Governo, do Estado, desta Casa e não dos produtores rurais sozinhos, como estão lutando hoje para aumentar suas áreas de produção todos os dias.

Quero chamar a atenção, Relator. Não poderia passar silenciosa diante deste detalhe do seu relatório. Com toda a competência, com todo o espírito democrático, V. Ex^a fez o que foi possível. Negociou, andou o Brasil inteiro atrás de acordos, de ouvir as pessoas, os divergentes, para elaborar o seu relatório. Mas quero dizer aos meus colegas Senadores que, como Presidente da CNA, o relatório ainda não está suficiente para atender às demandas da agropecuária brasileira, da economia nacional, porque discutir meio ambiente sozinho, sem considerar as questões ambientais, sem considerar a questão econômica, sem considerar a questão social, não nos levará a parte nenhuma.

Gostaria, em um minuto, de apresentar um dado para que meus colegas pudessem ver com facilidade o que estou mostrando. O que diz respeito no relatório do Aldo Rebelo à reserva legal? Ele isenta a reserva legal até quatro módulo, o que acho ser de muita justiça para os pequenos agricultores do Brasil. Muitos deles estão 100% dentro da APP e, portanto, jamais conseguiriam ser minimamente competitivos se impusessem sobre eles a reserva legal. É mais do que técnico; é humano, é consideração, é solidariedade com essas pessoas que são pobres, que representam quase 80% dos produtores do Brasil.

Quando eu discordo, quando a CNA discorda que acima de quatro módulos a reserva legal tenha que ser composta, em algumas circunstâncias, mesmo antes ou depois da lei, nós pretendemos dizer apenas com essa tela o porquê disso.

Aqui, por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quero apenas fazer um apelo. Estou sendo cobrado por outros Senadores...

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, eu prometo falar muito menos do que V. Ex^a.

Em 1960, a área privada era de 250 milhões de hectares. Naquele tempo, na área privada, tínhamos apenas 191 milhões de hectares à disposição da produção agropecuária. Portanto, 46 anos depois, temos à disposição da agropecuária, à disposição da produção de alimentos no Brasil, apenas 230 milhões de hectares. Há 46 anos tínhamos 191 milhões de hectares, só que éramos 80 milhões de brasileiros e hoje somos quase 200 milhões de brasileiros. Nós aumentamos a nossa produtividade: 1.000% em carne e 650% em grãos.

Portanto, quero chamar atenção de que se prevalecer o relatório de Aldo Rebelo, que foi feito com a maior competência, com o maior espírito democrático, mas quero chamar atenção de que, se prevalecer a reserva legal recomposta acima de quatro módulos em várias propriedades do Brasil, essa área de produção nacional deverá diminuir enormemente.

Temos 850 milhões de hectares no Brasil inteiro. Portanto, nas mãos da produção temos apenas, em arroz, feijão, carne, milho e frutas, 230 milhões de hectares. Portanto, quero deixar essa reflexão de que possamos fazer a vontade do Senado Federal e pedir ao nosso Relator que faça um corte na legislação, porque o passado é o passado. Hoje nós estamos falando de uma agricultura moderna, de uma agricultura de ponta, de uma agricultura invejada em todo o mundo e não uma agricultura de 45 anos atrás, que nem sequer debatia o meio ambiente. Que pudéssemos fazer um corte neste País. A anistia existe na legislação para ser usada e não só admirada. Que nós possamos passar um corte, seja em 2001, seja em 2005, que comecemos uma vida nova para este Brasil, para manter as áreas de produção intactas como estão hoje, a não ser que a ciência, que os cientistas possam apontar qualquer coisa na minha fazenda que esteja desrespeitando e trazendo perigo ao meio ambiente, qualquer detalhe mínimo que haja na fazenda de Aldo Rebelo para que a gente possa corrigir erros cometidos, mas que possamos manter as áreas de produção neste País.

Não temos o direito, com mais de 40 milhões de brasileiros que estão abaixo da linha de pobreza, de diminuir produção de alimentos e importar arroz da China, que não tem reserva legal nem APP.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Agradeço à Senadora Kátia Abreu. Peço desculpas. Na verdade, estou pressionado aqui pelo Regimento. Fui cobrado por alguns Senadores para cumprir o Regimento. E, pessoalmente, gostaria de ouvir a todos pelo tempo que considerarem necessário.

Vou solicitar, fazer um apelo para que os Senadores sejam os mais breves possíveis, lembrando que, pelo Regimento, cada um teria direito a três minutos.

Não quero controlar o tempo de nenhum Senador, mas apelo para que todos sejam os mais objetivos possíveis.

Vamos ouvir a Senadora Ana Amélia, que também é coautora do requerimento. E passo, agora, a palavra ao Senador Jorge Viana, que também é coautor do requerimento. Em seguida, o Senador Luiz Henrique. E vamos ouvir o Relator Aldo Rebelo.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente... Srs. Presidentes, não é? Nós temos aqui o Senador Rodrigo.

Caro Deputado Aldo, eu queria dizer que li o relatório e tenho procurado me informar mais ainda. A preocupação com a Amazônia e com o Brasil no meu caso é muito vinculada à minha própria atividade. Sou engenheiro florestal. Estabeleci, no Acre, meus propósitos de me somar aos ideais de Chico Mendes, aos propósitos de Marina Silva, de Binho Marques e agora de Tião Viana, tentando fazer do Acre uma referência de busca de implementar na Amazônia uma atividade econômica que melhorasse a vida do povo, mas que especialmente pudesse ser uma referência de um desenvolvimento que fosse feito acompanhado da palavra sustentável. Temos procurado e alcançado muitos avanços. Modificamos muito a realidade do nosso povo e do nosso Estado, mas ainda temos muito a fazer.

Esse tema que a gente discute nessa reunião de hoje está carregado pelo emocional, o que é natural, porque envolve a vida de brasileiros e brasileiras. Está carregado também pelos interesses, alguns interesses mais imediatos e outros interesses do nosso País. Não custa lembrar que o pretérito, a história do nosso País está essencialmente vinculada ao que estamos discutindo hoje. O próprio nome do nosso País vem de uma árvore, o que pode ser um alerta para a nossa consciência hoje. Essa árvore foi dizimada! Serviu de atividade econômica de uma maneira, eu diria irresponsável ou de baixa responsabilidade e, simplesmente, só ficou o nome.

Ouçó Parlamentares aqui. O País não é como o México ou outros países que foram citados. O Brasil é completamente diferente. Nós temos a segunda área de floresta do Planeta, a maior área de floresta tropical do Planeta. Nós temos biomas que são absolutamente complexos e diferenciados dentro do nosso próprio País.

Neste País, que recebe para guardar e para usar de maneira sustentável tanta riqueza, não cabe repetir nem buscar exemplo em outros países. Se os Estados Unidos não têm reserva legal, os Estados Unidos são completamente diferentes do nosso País por esse aspecto.

Para me prender aqui, aproveitando a presença do Aldo, queria dizer, Aldo, que você é um grande brasileiro. Já provou isso por onde passou. É um estudioso dos problemas do nosso povo e do nosso País. Acho que foi um desafio grande você aceitar. Eu sei disso. Mas que caiu em boas mãos, porque caiu na mão de um estudioso. Eu li. Você mistura, com sabedoria, a história do povo brasileiro com o tema que a gente discute hoje, com os desafios que temos.

Temos divergências? Obviamente. Temos um modelo de pensar esse assunto de maneira diferenciada e isso é rico, não é pobre. Quando você esteve no Acre, nas muitas vezes que você já foi na Amazônia, eu me associei com o Governador Binho fazendo uma crítica à reunião que você tinha realizado porque não podemos estar presos, mesmo que de um lado esteja a realidade de um produtor que enfrenta uma realidade perversa contra ele. Aquilo tem que ser levado em conta, tem que ser considerado, mas nós temos que pensar que estamos estabelecendo uma política não para quem trabalha na atividade agrícola hoje, mas também para quem trabalha hoje, para quem trabalhará amanhã e para quem trabalhará no futuro.

Por esse aspecto, entendo que já, já esse tema virá para o Senado. O Senado acertou em trazer o nobre Deputado Aldo, Relator, para cá. Nós todos estamos nos debruçando sobre o assunto, estudando esse tema. Não posso me alongar, até porque eu acho que a riqueza está em ouvirmos todos, mas, sinceramente, acho que há um problema de origem nesse tema.

Nós temos uma legislação boa, feita no século passado, em 65. O ano de 1965 era um período em que o Brasil não estava nada bem do ponto de vista de ouvir, de consultar. Ao contrário. Era um regime de exceção. Mas, ali, acumulando a experiência e levando em conta a realidade diferenciada do mundo inteiro, o Brasil fez uma legislação que nos trouxe até aqui.

Acho que as mudanças que foram feitas foram mudanças que tencionaram e agravaram situações que nos trouxeram à realidade de hoje. Talvez tenhamos aqui a grande oportunidade de fazermos o que eu chamo de uma atualização da legislação ambiental do Brasil, levando em conta não apenas a realidade que o povo vive e sofre hoje, aquele que quer produzir, mas também levando em conta, essencialmente, sem separar disso, os interesses da nossa Nação, do nosso País, para que essa atualização do Código signifique trazermos o Brasil para o século XXI e não enterrarmos o Brasil no século passado.

E acho que há um erro de origem nesse debate. A floresta, os biomas estão sendo tratados como inimigos nossos. E aí eu me associo ao meu colega Rodrigo.

A floresta... Eu sou da Amazônia de pai, de mãe e de avô. Não posso reproduzir o brilhantismo, o heroísmo de quem chegou lá antes de nós no século passado. Estou falando do século retrasado, como os meus antepassados chegaram. Eles cumpriram uma missão heróica, mas nós não podemos... Temos que olhar para esse passado, valorizá-lo, mas nós não podemos reproduzi-lo e repeti-lo. Então, sinceramente, nós não podemos partir do pressuposto de que a floresta é o problema, meu caro colega Senador Acir. A floresta na Amazônia é a solução. Se nós formos com um problema, então vamos ter que discutir o quanto tiramos. E daí há uma diferença enorme que pode se aliar aos 20%.

No Acre, hoje, os pecuaristas, que foram para lá, ficaram lá e modernizaram-se – e não são poucos –, foram acolhidos por um modelo de desenvolvimento sustentável e, hoje, sentam-se com os índios, com os seringueiros, à mesma mesa e fazem um zoneamento, como está feito como referência. O grande aliado é a floresta. A reserva legal lá passou a ser o equilíbrio da atividade econômica no Acre. O produtor que trabalha com a agropecuária tem, na floresta, uma fonte de renda importante na economia dele. A floresta não valia nada há vinte, trinta anos, quando manejada. Hoje, é uma receita importante no equilíbrio, quando, por exemplo, a carne tem problema. Quando a atividade que ele gosta de fazer tem problema, ele a equilibra com o preço do manejo que está fazendo, sendo a atividade disputada.

Então, esse é um ponto, para mim e para o Aldo, fundamental. Não é hoje o debate. Nós ainda não recebemos a matéria que vem da Câmara. Estou agradecido por estar aqui, mas, sinceramente, acho que nós não podemos contaminar do jeito que está contaminado. Uma coisa é trabalharmos para que o nosso País siga sendo um País que resolve o problema da fome no mundo, resolvendo os problemas dos produtores, problemas de créditos, problemas de burocracia, problemas de armazenamento, problemas de infraestrutura de estrada. Não vamos satanizar que todos os problemas dos produtores, hoje, estão vinculados à reserva legal, à APP. Não estão. Esse é um dos problemas. Esse não é o problema central dos produtores. A insegurança nas propriedades é um problema a ser resolvido agora.

Aí a Kátia Abreu – desculpa –, a Senadora Kátia Abreu tem razão. Nós temos que dar uma solução para as áreas consolidadas, estabelecendo qual será o período, quando será esse corte. Sou defensor, mas isso não pode contaminar a nossa visão de fazermos uma legislação moderna, que veja a floresta como aliada – o nosso Presidente colocou aqui claramente –, que veja

a floresta como fonte de recursos. Não posso admitir que, hoje, dentro de uma reserva extrativista com a qual o Chico Mendes sonhou e que nós lutamos para implementar, não possa ser feito o manejo. Quem é contra estabelecer manejo florestal dentro da floresta é inimigo da floresta, porque manejar, fazer uso inteligente dessa riqueza é ganho, é economia, é garantir que o usuário vai perpetuar aquilo que é fonte de renda dele. Se não deu certo, aqui no litoral, a floresta foi porque a floresta era vista como um problema e foi retirada. Na Amazônia, e outros biomas, o próprio cerrado, tem de ser visto como aliado.

Encerro meus comentários no sentido de parabenizar as duas comissões. Acho que temos muito o que ler e, principalmente, ver se o Senado... porque a Câmara é a Casa do povo, há os Deputados que representam o povo, o Senado é a Casa da Federação, além de representar o povo. Acho que aqui a gente pode buscar o equilíbrio, Senadora Kátia Abreu, o equilíbrio de fazer o País entender que uma legislação só não vai resolver os quatro, cinco biomas que temos, as cinco regiões que são completamente diferentes do ponto de vista da infraestrutura instalada, dos desafios que têm e da atividade econômica.

Então, dentro desse aspecto, podemos tirar o máximo do emocional, mas sem tirar do todo e trazer a atividade econômica, deixar de ver a floresta como um problema e, quem sabe, a gente encontra uma maneira de aperfeiçoar os propósitos do nobre Deputado Aldo, fazendo algo que seja bom para agora e para as futuras gerações.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Jorge Viana. Realmente o tema é apaixonante. É absolutamente constrangedor para mim regular o tempo de V. Ex^{as} em função das contribuições. Mais uma vez a Mesa está sendo tolerante com todos os Senadores, mas apelo pela objetividade, pelo tempo, para que possamos ouvir todos os Senadores.

E passo, com muita alegria, a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que me advirta quando eu chegar aos três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não terei condições de fazer isso, Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Começo tomando a expressão que V. Ex^a acabou de proferir no seu belo e alentado discurso: nós somos um País de extrema diversidade.

Quero cumprimentar o Deputado Aldo Rebelo – acabei de lembrar o grande companheiro nosso que foi Aldo Fagundes –, que se transformou num verdadeiro cavaleiro andante para dar ao Brasil uma lei que se compatibilize com aquilo a que o nosso Senador Jorge Viana acabou de se referir.

Temos que sair dessa dicotomia entre a satanização da floresta e o terrorismo sobre o pequeno agricultor. Temos que sair desse dilema. Mas quero abordar um aspecto muito mais importante para esta discussão. Nós fizemos a Constituição, fomos constituintes. O que estabelecemos na Constituição? Vou ler o art. 24 da Constituição:

“Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente”. Repito: “concorrentemente, sobre

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

VII – proteção ao patrimônio paisagístico.

VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente e aos bens paisagísticos.

§ 1º – no âmbito da legislação concorrente [concorrente, saliente], a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais”. Vou repetir o parágrafo: “No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º. A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.”

Ora, Srs. Presidentes, ora, meu caro Relator, ora, minhas caras Senadoras, meus caros Senadores, o que a Constituição procurou estabelecer? Qual é a *mens legis* que está nesse conjunto de dispositivos que acabei de ler?

O que ela decidiu foi que em matéria ambiental a competência da União limita-se a traçar as normas gerais. Quando ela menciona competência concorrente com os Estados não significa dizer que os Estados têm mera ação subsidiária. Não! Os Estados têm ação concorrente para definir a lei em relação às suas peculiaridades territoriais, regionais, culturais. Por isso, vendo os agricultores submetidos ao terrorismo ambiental e toda essa posição equivocada, satanizando a Mata Atlântica, nós criamos um código ambiental no meio tempo, que foi difamado, que foi mal compreendido, que foi objeto até de ameaças ministeriais, exatamente para ser fiel ao que diz a Constituição.

O nobre Senador Jorge Viana tem razão: nós não vamos resolver essa questão com uma lei federal, até porque os cinco biomas traçados no art. 225 da Constituição têm peculiaridades diversas. Então, com relação, por exemplo, ao afastamento que é proposto

em 15 metros, é o único que aspecto de que discordo do ilustre relator. A Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, editada durante o regime autoritário, numa época em que a Oposição não tinha capacidade de modificar dispositivo nenhum, uma lei autoritária, mas o que ela preservou? Ela preservou a cultura agrícola brasileira. O agricultor sempre respeitou cinco metros. Quem for a Santa Catarina pega o helicóptero, voa por todo o Estado e vai ver a mata ciliar intacta. O agricultor não ultrapassa os cinco metros. Então a lei não criou os cinco metros; a lei simplesmente preservou uma cultura nacional. Mas eu acho que nós não podemos estabelecer numa lei federal se são cinco, 15, 30. Em alguns Estados de rios largos e profundos pode até ser mais. O que advogo é que a lei não pode penetrar na competência exclusiva dos Estados de fixar esses parâmetros de acordo com suas peculiaridades locais e regionais. Essa é a tese que eu espero que seja respeitada na votação do Código que for realizada pelo Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique. Agradeço a V. Ex^a e vou sugerir um novo encaminhamento, com a autorização do nosso convidado, Deputado Aldo Rebelo. Que possamos ouvir todos os Senadores presentes, em seguida retornamos a palavra ao nosso convidado, se também O nosso Presidente concordar.

Passo, então, a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, aliás, nossos dois Presidentes, Acir e Rodrigo Rollemberg. Cumprimento também o nosso convidado, Deputado Aldo Rebelo, e quero saudar todas as Senadoras e Senadores aqui presentes.

Quero dizer, Deputado Aldo, que dificilmente o Congresso, a Nação brasileira teria tido oportunidade de debate tão rico se não fosse o senhor o relator desta matéria, primeiro, porque é um homem urbano, conhece bem o País. Mas é um homem urbano, mora a poucas quadras da Avenida Paulista. E para conhecer a realidade do Brasil é preciso ter disposição, colocar o pé na estrada, como dizemos lá no Mato Grosso, tirar a bunda da cadeira. E o senhor fez isso e viajou por todo este País, conversou com as pessoas, conversou com os sindicatos. Acho que não deixou de ouvir nenhuma das representações ligadas à questão da terra, à questão fundiária neste País. E, mais importante, ouviu o agricultor, ouviu a história dos agricultores e relembrou a vida de cada um e as dificuldades que cada uma das famílias que está aqui hoje sofreu para chegar até onde chegou.

Numa parte da sua fala, V. Ex^a me fez lembrar da minha família, do meu bisavô, do meu avô e do meu pai, que viveram na região de Torres, mais Três Cachoeiras, Lajeadozinho e em todas aquelas encostas dos morros por onde se vem de Porto Alegre descendo para o Sul do Brasil. Ali os italianos tiveram que, como se diz, trepar naqueles morros, derrubar a floresta. E ali sustentaram gerações e gerações cultivando bananas. Toda a minha família veio da banana, vamos dizer assim.

E isso nos traz, nessa sua fala, a lembrança dos milhares ou dos milhões de brasileiros que estão aí hoje e que tiveram que passar pelo que passaram para termos o País que nós temos hoje.

Às vezes eu fico ouvindo o Senador Viana, que me antecedeu há pouco tempo, e também ouço todos os ambientalistas e suas opiniões divergentes, importantes – não quero dizer que elas não sejam importantes –, mas às vezes eu me pergunto se nós, de hoje, vivêssemos na época dos nossos bisavós, daqueles que vieram para cá e tiveram que fazer este País. E se eles tivessem a mesma mentalidade que a grande maioria dos urbanos tem hoje será que nós seríamos o País que somos hoje? O que seria deste País? Talvez nós fôssemos a África, com grande potencial, mas sem conhecimento, sem a coragem de fazer, sem a vontade de fazer, sem a determinação de fazer. Então me sinto, às vezes, contra a parede.

Eu conheço a história da agricultura, conheço a história dos agricultores. Eu sou produto dessa luta pela terra, pela ocupação do oeste do Paraná por uma política feita pelo Getúlio Vargas, eu sou produto da ocupação do Centro-Oeste feita por uma política de Governo do regime militar, mas que acertou em tudo, porque hoje o Centro-Oeste brasileiro, junto com o Sul e com o Sudeste, mantém quase duzentos milhões de habitantes em mais de 150 países mundo afora sendo alimentados, em parte, pelos brasileiros de todas as regiões do Nordeste e do Norte também.

Então, de fato estamos numa encruzilhada. Queremos conservar, e acho que devemos conservar, mas não podemos, de forma nenhuma, esquecer daqueles que trabalham e fizeram no passado.

O senhor, nas suas andanças, no seu relatório, eu li com atenção, o senhor reconhece essa parte histórica do povo brasileiro, que trouxe o País até aqui. E os que trouxeram o País até aqui nos dão um recado também: temos que conservar, preservar, mas temos que continuar avançando.

A responsabilidade da produção de alimentos talvez seja das coisas mais nobres que o ser humano pode fazer, porque a gente vive sem o rádio, mas não vive sem comer todos os dias. E todas as atividades

humanas, as necessidades humanas do dia a dia e até as supérfluas passam pela atividade de alguém no campo.

E, aí, quando nós estamos nos alimentando, a gente não tem a distinção de pequeno, de grande, de médio, porque a gente não sabe de onde vem a comida, a não ser em nichos específicos, agricultura orgânica, que é importante. Eu não desprezo nenhuma atividade, nenhum tipo de mercado. Mas a gente precisa pensar que amanhã cedo ou melhor hoje ainda no almoço, nós vamos almoçar, vamos jantar, tomar café da manhã e quem for tomar um *chopp*, uma cerveja estará usando dos serviços de um agricultor em qualquer lugar do mundo.

Então, de fato, a responsabilidade nossa nesta aprovação, na discussão deste novo Código Florestal deve levar em conta o que foi feito no passado, em cada uma das suas épocas, e o que queremos para o futuro. Queremos preservar, conservar, mas temos que continuar ampliando. Precisamos entender que o mundo vai ficando cada vez mais ricos. Novas regiões como a Ásia e o próprio Brasil vêm mostrando que, a cada dia, tem mais dinheiro no bolso ou sobra um pouco mais, e esse pouco mais vai vir para alimentação, vai vir para vestimenta, e nós precisamos estar atentos a tudo isso.

Então, eu não tenho nenhuma pergunta, meu caro amigo Aldo. Só essas constatações. Quero dizer que será um debate muito rico, muito rico. E o senhor, até aqui, trouxe uma contribuição enorme, uma contribuição muito grande para o debate. E eu tenho conversado também com aqueles que pensam diferente da gente ou de mim pelo menos, mas que a diferença no pensamento é que vai nos levar ao entendimento, porque esse entendimento é bom para a Nação brasileira e é bom para humanidade, de termos um Planeta e um País cada vez mais com produção, mas também cada vez mais preocupado com as questões ambientais.

Agora, o que foi feito foi feito. Não há como mudar o que foi feito. E foi feito de acordo com uma regra preestabelecida. Agora, daqui para frente, meu Senador e ex-Governador Jorge Viana, aí estamos de acordo. Para frente, nós vamos estabelecer um novo pacto, uma nova forma de produzir, mas não vamos jogar para fora, não vamos esquecer aqueles que nos antecederam, porque, se eles estivessem aqui, no mínimo, eles iam dar um puxão de orelha na gente: “olha, vocês estão dizendo que eu, com todo o meu sacrifício, com todas as malárias, com todas as dificuldades por que passei, vocês dizerem que eu estou errado e que eu fiz errado”, aí não podemos concordar.

Parabéns, e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Passo, então, a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Acir, eu quero dizer aos Srs. Senadores e Senadoras que eu, junto com Aldo, participei da formatação deste texto.

E me orgulho muito disso, Aldo. Orgulho-me da sua postura, orgulho-me do seu equilíbrio. E lembro quando, na Comissão de Agricultura, a chamada bancada ruralista insistia em ter o Micheletto como Presidente e o Homero, do Mato Grosso, como Relator. Eu dizia para eles: vocês não saem nem do papel porque a mídia não vai deixar e, depois de duas tentativas, em uma reunião, de forma até ousada, sugeri o nome do Deputado Aldo Rebelo à bancada ruralista. Quase fui crucificado e disse a eles: o Aldo não vai fazer o que os ruralistas querem, mas também não se deixará intimidar por aqueles que querem debitar no ombro do produtor rural toda a mazela do que hoje se discute nos desastres que envolvem o crime.

O Aldo é um nacionalista antes de tudo, um homem equilibrado que tem uma vida inteira e que trouxe uma postura sempre que foi designado para relatar, para cumprir alguma missão, o fez com muita coragem e com muito equilíbrio. E acho que o texto que o Aldo coloca hoje foi o texto possível.

É claro que entre segmentos produtivos há discordância e são razões, tenho certeza de que são procedentes. Eu mesmo as defenderia. Mas não posso ter participado com o Aldo de uma discussão, ter participado da dificuldade que foi votar esse texto, chegar aqui e discordar do Relator. Quero dizer que apoio o seu relatório, acho que ele vai ser aprovado na Câmara. Acho que V. Ex^a deu uma demonstração, antes de tudo, de ser um grande brasileiro e a sociedade vai ganhar com essa discussão. Não vou entrar no mérito, Senador Rodrigo Rollemberg, mas já fiz o elogio e vou repetir: fiquei muito feliz ao vê-lo presidindo a Comissão do Meio Ambiente.

V. Ex^a tem na paleta, usamos essa expressão na fronteira... A Senadora Kátia Abreu é muito boazinha, muito tranqüila e tal, mas essa dupla: Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, não tenho a menor dúvida de que, quando da discussão do código, haveremos de fazer uma grande discussão. A Senadora Kátia Abreu é uma das pessoas mais preparadas que conheço para discutir este assunto. Não tenho a menor dúvida. Rodrigo Rollemberg vai colocar essas questões e haveremos de fazer.

Quero encerrar com apenas um dado que não é nem do meu Estado. Se fosse do meu Estado, te-

nho certeza de que os Senadores que representam o Amazonas aqui... Olhem o que estamos dizendo: 75% das terras do Amazonas são públicas: ou são reservas indígenas ou são áreas de preservação. Restam 25%. Pois muito bem, dos 25% restantes, disse o Relator, 2% estão abertos. E, desses 2% abertos, você tem que deixar 80% da área. E ficamos ouvindo gente aqui ditar regras para nós.

Quero saber o que o pessoal da Europa preservou. O que eles preservaram? E vêm aqui em cima da gente impor esse tipo de discurso. O Aldo disse bem: a nossa agricultura concorre com o Tesouro do Mercado Comum Europeu. Essa que é a verdade. Eles têm que subsidiar cada vez mais. E quando você coloca um produto de boa qualidade com um preço mais baixo, meu caro Senador Jayme, eles têm que aumentar o subsídio. É esse o problema deles.

A cada ano que passa nós produzimos mais, com mais qualidade e com preço competitivo. Baixa o preço, um produtor que é subsidiado, o Tesouro tem que aportar cada vez mais dinheiro para manter isso lá. Por trás dessa discussão está isso aqui e não podemos deixar.

Encerro dizendo: não tem nada que o sul-mato-grossense defenda mais do que o Pantanal e lá nós nos orgulhamos: há 250 anos produzimos, na chamada pecuária extensiva, a proteína vermelha, o nosso boi. E é o Pantanal, de longe, o bioma mais preservado deste País. E quem preservou? O produtor rural, os pantaneiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF.) – Muito obrigado, Senador Waldemir Moka. Passo a palavra à Senadora Ana Amelia.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS.) – Agradeço ao Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, ao meu Presidente, Senador Acir Gurgacz, e ao nosso grande bravo brasileiro, Deputado Aldo Rebelo, porque sou signatária do requerimento que, na Comissão de Agricultura, permitiu juntar o esforço de duas áreas em que o tema Código Florestal é crucial, fundamental e importante à Comissão de Meio Ambiente e à Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Agrário.

Assisti praticamente a toda a sua dissertação, Deputado Aldo Rebelo, e, como das outras vezes, em vários lugares do meu Estado do Rio Grande do Sul que acompanhei – Tupanciretã, Não-Me-Toque – continuo me emocionando, pelo vigor e profundidade, e, mais do que um homem preocupado com a questão da nacionalidade, o senhor está preocupado com a preservação ambiental e com a questão social e humana, que parece, às vezes, esquecida na discussão desses temas. O ambiente não pode ficar sozinho, sem

a presença do homem preservando e desenvolvendo de forma sustentável. Assim – antes de Parlamentar, mas como cidadã – queria manifestar a minha alegria e o orgulho de ver um Parlamentar da sua qualidade, integridade e convicção e, sobretudo, que engrandece o Parlamento brasileiro.

Por quarenta anos acompanhei, como jornalista da área de comunicação, o setor agropecuário, e pensar que, muitas vezes, a mídia – posso falar isso, porque fui jornalista, faço autocritica disso – não tem o olhar sobre a questão agrícola e agrária brasileira com a mesma atenção que dá para as questões urbanas ou financeiras do País. É nessa medida que vamos perdendo espaço, desvalorizando um setor que sustenta a balança comercial brasileira, pois, hoje, se verificarmos, todo o nosso superávit comercial está sustentado pelo campo, o campo é que sustenta a reserva cambial brasileira e é esse campo que não está sendo devidamente valorizado. E o agricultor brasileiro, hoje, tem que cuidar, da porteira para dentro, da sua produtividade, de aumentar a sua capacidade de produção, usando agricultura de alta precisão e plantio direto, porque é um preservacionista. Mas isso não é visto e não é avaliado como posição positiva dos nossos agricultores, no nosso país.

Queria congratular-me, meu caro Aldo Rebelo, com suas posições e lhe fazer uma pergunta, pela experiência que tem do embate. De acordo com o presidente Marco Maia, na Câmara, este tema seria votado em março. Março está terminando, a Câmara não votará em março. Quero saber se, em abril, maio ou junho, haverá condições de fazer essa votação, porque, no dia 30 de junho, encerra o prazo dado pelo Governo, e os agricultores, se isso não for votado, ficarão na ilegalidade, correndo o risco de um agricultor – como o senhor descreveu aí –, em várias partes do Brasil, ser preso, denunciado por um crime ambiental que não teve informação suficiente para saber, enquanto bandidos que matam estão soltos e podem encher as cadeias. É essa questão simples e singela que coloco a V. Ex^a, e o que vai acontecer no dia 30 de junho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF.) – Muito obrigado, Senadora Ana Amelia.

Passo, agora, a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA.) – Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg; Presidente, Senador Acir Gurgacz; meu querido amigo, Deputado Aldo Rebelo; senhoras e senhores Senadores.

Deputado Aldo Rebelo, para mim é uma alegria e uma honra recebê-lo aqui na audiência conjunta das Comissões de Meio Ambiente e de Agricultura do Senado Federal. Quero parabenizá-lo pelo trabalho que

V. Ex^a fez ao presidir a Comissão Especial da Câmara, para o relatório de revisão do Código Florestal. V. Ex^a, com competência e inteligência, elaborou um relatório. Sei da dificuldade que deve ter ao elaborar esse relatório, porque apresentei, lá em 2005, um projeto, de uma única página, que deu início a essa discussão toda. É o PLS nº 110, de 2005, em que eu apenas previa a utilização de espécies nativas ou exóticas no reflorestamento de áreas antropizadas, não derrubava uma única árvore existente, para que se pudesse utilizar essas áreas antropizadas com espécies nativas ou exóticas, com recuperação dessas áreas e fosse possível, então, usá-las como recuperação florestal. Foi aprovado, por unanimidade, no Senado Federal, ainda em 2005, encaminhado à Câmara e, até hoje, a tramitação na Câmara resultou nessa Comissão Especial que V. Ex^a então fez o seu relatório.

Quero dizer que dividimos a discussão entre ruralistas e ambientalistas, e esquecemos, como bem disse a Senadora Ana Amelia, de olhar o homem. E V. Ex^a – como nordestino que migrou para São Paulo e lá fez a sua vida política – focou, nas suas andanças, para poder compor a sua consciência no seu parecer, exatamente a questão do homem.

Quero lhe dizer, futuro Senador Aldo Rebelo, que, ao andar pelo meu Estado, me constrange, meu coração fica apertado de ver aqueles brasileiros, no interior do interior do meu Estado, morrendo de malária, em pleno século XXI, sem terem acesso a nenhuma condição, eu diria, sub-humana de vida, enquanto as autoridades aqui de Brasília, encasteladas em seus gabinetes refrigerados, ficam ditando regras, assinando sem saberem que estão mudando a vida daqueles brasileiros que lá estão trabalhando há décadas e décadas, desrespeitando o mínimo, que é a existência humana das pessoas, Senador Acir. Não é possível que, com uma decisão monocrática, se possam criar – em desrespeito aos estados brasileiros, à federação brasileira – reservas, sejam elas ambientais ou indígenas, sem ouvir os Estados, sem ouvir os governantes, sem que se faça, Senadora Kátia, o que manda a Constituição brasileira, que é fazer a verificação, *in loco*, da existência de pessoas naquelas áreas, de propriedades, de trabalho executado naquelas áreas, de determinar o valor daquele trabalho, de indenizar, para depois, então, homologar as reservas. Não. Simplesmente são definidas essas reservas e que se danem as pessoas que estão lá há décadas, criando as suas famílias.

Meu querido Deputado Aldo Rebelo, temos que proteger esses brasileiros. O meu Estado, o Estado do Pará, tem 24% do seu território aberto; 76% do território do Pará são áreas de conservação, sejam elas ambientais, sejam elas indígenas, sejam elas de qual-

quer tipo. Estão intactas. O governador, enquanto no Estado – e quero aqui, com todo respeito ao Estado do Amazonas –, recebia no seu território personalidades internacionais para fazerem discursos, discursos para o mundo apontando o dedo, “as mazelas”. O Governador do Pará, Simão Jatene, ia a Paragominas, que é um Município modelo, lançar um programa de municípios, o Programa Municípios Verdes, mostrando que é possível, sim, quando há um pacto da sociedade. E aí não adianta a União querer determinar o que fazer, Deputado Aldo Rebelo. É preciso que haja um compromisso, um pacto da União com o Estado, com os Municípios para que se possa fazer uma ação de conscientização do homem, para que haja realmente um exemplo e um êxito, uma eficácia na ação, criando inclusive um ICMS ecológico acima dos 25% para aqueles Municípios que assumirem a postura. Não precisamos derrubar, Senador Moka, nenhuma árvore a mais no Brasil, mas precisamos, sim, consolidar as áreas abertas. Já concluo, Presidente Rollemberg.

Deputado Aldo Rebelo, V. Ex^a tem um compromisso: a Nação brasileira. Tenha a coragem cívica. O Código Florestal não é dogma, tem mais de 40 anos, precisa ser revisto. A ciência e a tecnologia avançaram nesse tempo. Podemos hoje produzir muito mais com a inovação. Nesta semana fomos surpreendidos. Estamos importando álcool dos Estados Unidos. Quando podíamos imaginar que o Brasil importaria álcool dos Estados Unidos? E aí o Governo Federal diz que não se pode plantar cana na Amazônia. É um absurdo, uma blasfêmia dizer que não se pode plantar cana na Amazônia! Dizer que não se pode derrubar floresta para plantar cana, todos vamos aplaudir. Agora, é uma ignorância não saber que não existe uma Amazônia, mas que existem várias Amazônias, inclusive Amazônia de cerrado, de campo natural, onde não existe mata e se pode plantar cana. Não é possível que a União seja madrastra para com a Amazônia.

Faça, tenha coragem de fazer justiça para com os brasileiros que estão sendo massacrados por ambientalistas que são cegos para com aqueles que ajudaram a construir esta Nação.

Parabéns pelo seu relatório!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Estou com uma dificuldade que gostaria de compartilhar com o nosso convidado e com os nossos oradores inscritos. São sete oradores inscritos. O Deputado Aldo Rebelo está me comunicando que tem um voo marcado para as 13 horas e 30 minutos. Portanto, vou pedir que os nossos oradores respeitem agora os três minutos regimentais e apelo ao Deputado Aldo Rebelo que permaneça mais um pouco, para que a

gente possa levar nossa audiência pública tão positiva até o final.

Quero registrar aqui a presença do Deputado Valdir Colato e do Deputado Marcos Monte. É uma alegria tê-los aqui.

Com o apelo para que possamos andar bastante rápido, passo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (PP – RO) – Obrigado.

Sr. Presidente, também quero cumprimentar o Relator, Deputado Aldo Rebelo, e dizer que o Estado de Rondônia tem 83% de pequenos produtores, 15%, de médios e 2% de grandes. Servimos, na década de 70, na ditadura militar, como berço da reforma agrária do Governo Federal. Para se ter uma ideia, Presidente, Relator Aldo Rebelo, o desmatamento onde acomodou, onde assentou essas famílias do nosso Estado foi oriundo do Governo Federal. Foi o Governo Federal que estimulou que as pessoas fossem para Rondônia, para não entregar a Amazônia. No documento eles diziam, o INCRA: ou você desmata ou você perde a terra. Sou testemunha disso, como meus familiares também são.

Hoje, tentam colocar a culpa, como se os culpados fossem os nossos produtores – e não só em Rondônia, mas no Brasil inteiro. Se formos colocar a lei em prática, vão sobrar poucos em Santa Catarina, São Paulo e demais Estados da federação brasileira. O Governo federal sempre veio de carona. No tempo em que fui Governador, Aldo Rebelo – por dois mandatos –, o Ministério do Meio Ambiente, sob o comando de pessoas que dizem que são os preservadores da Amazônia, não investiram uma cibalena no meu Estado para ajudar a preservar e nem para diminuir o desmatamento. Passamos como cobaias na mídia nacional, como se estimulássemos o desmatamento. Então, o que precisamos? Sou a favor da Kátia Abreu, fazer um risco do que foi feito no passado e começar a exigir o presente. Nós viemos com uma proposta de Rondônia para desmatamento zero para o Brasil. A exemplo disso, temos a Zona Franca de Manaus. Se amanhã a Zona Franca, Eduardo Braga, acabar em Manaus, o pessoal vai todo para Juquira. Nós temos as usinas do Rio Madeira. Se, amanhã, não dermos opção para aquele povo que está lá, o pessoal vai todo desmatar novamente.

Precisamos criar, nesse Código Florestal, uma compensação para quem preserva. Temos que criar o ICMS verde, no Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Não podemos ficar aqui exigindo. É muito fácil um cara, em São Paulo, no Rio de Janeiro e aqui em Brasília, no conforto, no ar condicionado, com energia à vontade – que vem da região amazônica – só nos cobrar, sem dar nada em troca. O que alguns

ambientalistas querem? Que fiquemos de pires na mão, pedindo esmola para americano que derrubaram tudo, desmataram tudo e não deixaram nada. É isso que eles querem.

Quando o senhor está falando na questão das multas, quero dizer-lhe um simplificado do nosso Estado. Boa parte das multas do nosso Estado os agricultores não têm como pagar. Outra parte das multas... Olha como é o abuso que vem dos órgãos ambientais: fiz um acordo com o Palácio do Planalto, no passado, a compensação das usinas, mudamos uma flora, acabou o futuro – e está aqui o Acir e o Raupp, que sabem disso. Fizemos a compensação e, lá dentro, estava o Ibama, o Rebio, multando os agricultores, mesmo tendo um acordo pactuado com o Governo Federal. Multas de dois, três, quatro milhões. As outras multas, boa parte não procedem. Dou exemplo aqui, como cobaia: tenho quatro autos de infração, quatro multas na minha pele, no meu CPF, e nenhuma na minha propriedade, em propriedade dos outros. Tudo por retaliação, porque o Ibama cometia exageros no meu Estado e eu ia defender, a exemplo da usina de calcário que fecharam no meu Estado e eu tinha que buscar calcário no Estado do Mato Grosso, do Blairo Maggi.

Faço um desafio aqui para os ambientalistas. Sou a favor de preservar, mas também sou a favor de produzir alimentos para nos sustentarmos e sermos competitivos a nível mundial. Caso contrário, seremos importadores de leite, de arroz, de milho, de tudo. Tenho aqui uma sugestão, um desafio, Sr. Presidente, para os ambientalistas. Aqueles que são ambientalistas que, às vezes, falam que recebem em reais, mas muitos deles recebem em dólares. Gostaria que viessem aqui nesta Comissão, se tivessem condições de chegar aqui sem agredir o meio ambiente. Queria que um ambientalista chegasse aqui e, no mínimo, viria com roupa de bananeira ao redor, com o sapato, eu viria a pé, quer dizer, sem o calçado, então, qualquer coisa que fizemos vai agredir o meio ambiente. Mas temos que ser inteligentes: de um lado preservar e, de outro, produzir. E somos capazes disso. A exemplo do que o Blairo Maggi fez, como governador no Mato Grosso, a exemplo do que fiz em Rondônia, a exemplo do que Eduardo Braga fez lá... A exemplo de cada Estado, respeitando suas potencialidades regionais. Mas, para isso, é importante, Sr. Presidente, que coloquemos junto, no Código Florestal, uma compensação, para os proprietários, para os municípios e para o Estado, das reservas das áreas de preservação. Aí passa a ser fonte de renda, e não o exemplo que está aqui hoje.

Vou dar um exemplo simplificado, para terminar: hoje, sai a Polícia Federal daqui, a Guarda Nacional, para ficar cuidando das reservas do Estado de Ron-

dônia. Por que o Governo Federal, esta Casa aqui, não aprova um projeto de lei para pagar os que moram em torno das reservas, para não deixar ninguém entrar diante das reservas? Ficaria muito mais barato que uma diária de mil reais para o cara ir lá. Com duzentos, trezentos, quatrocentos reais, uma bolsa de preservação, daria muito mais resultado. É isso que defendo. Portanto, sou a favor da produção, sou a favor da preservação, mas temos que separar o passado, que foi estimulado pelo próprio Governo – e, quando falo Governo, todos eles que passaram, pelo presente e pelo futuro –, porque não podemos ser cobaia dos outros países que não preservaram. Queremos preservar, mas queremos produzir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Registro, com alegria, a presença da Deputada Rebecca Garcia.

Passo a palavra ao Senador Pedro Taques, mais uma vez apelando para que sejam breves.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Deputado Aldo, quero expressar a V. Ex^a o meu total respeito. V. Ex^a é um grande brasileiro e esse trabalho aqui revela que aqui V. Ex^a não está preocupado com ruralista ou com ambientalista; V. Ex^a está preocupado com os brasileiros. V. Ex^a aqui teve uma isenção e uma imparcialidade. Isso demonstra o seu espírito público. Eu quero cumprimentá-lo por isso e dizer que é uma honra falar diante de V. Ex^a.

Se um marciano descesse agora a esta reunião, ele chegaria à conclusão de que são o Ministério Público, os ambientalistas e o IBAMA que fazem a lei, que criam normas, mas quem faz a lei é o Congresso Nacional. Essa discussão revela a incompetência e a omissão do Congresso Nacional e joga a culpa nos ambientalistas, no Ministério Público, no IBAMA. O Congresso Nacional é omissor, porque se pauta pela agenda do Poder Executivo e não passa de um carimbador do Poder Executivo.

Vamos trazer essa discussão do Senado para cá e o Senado terá quase dois meses - porque temos um prazo, a não ser que se prorrogue o decreto - para discutir um tema de vital importância para a sociedade brasileira. Nós estamos discutindo esse tema de afogadilho. V. Ex^a viajou o País todo e teve a percepção de ouvir todos os setores. O Senado da República não tem condições técnicas de decidir um tema como esse em dois meses.

Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Sr. Presidente da Comissão de Agricultura, o que vamos fazer é uma outra questão. Esse é o primeiro ponto que eu queria trazer.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Freud, Sr. Deputado, afirma que existem alguns momentos importantes na vida da humanidade. Um primeiro momento foi quando Copérnico descobriu que nós não somos o centro do universo. Nós somos uma poeira cósmica no universo. Esse momento é importante. Um segundo momento, para aqueles criacionistas, contrários aos evolucionistas, foi quando Darwin chegou à conclusão de que já fomos uma ameba. Um outro momento – e este V. Ex^a conhece muito bem – foi quando um alemão, de 29 anos, em Paris, falou sobre determinismo histórico e ideologia. Por fim, um outro momento é quando ele, Freud, construiu o conceito de inconsciente.

O que eu quero dizer com isso? Nós todos temos as nossas pré-compreensões. Eu sou eu e as minhas circunstâncias. Agora, essas minhas circunstâncias têm um limite e esse limite é a Constituição. Esse é o limite no Estado Democrático de Direito. Num Estado autoritário, pode ser um partido político; num Estado teocrata, pode ser Deus. O nosso limite é a Constituição. Como vamos decidir temas de vital importância para a sociedade brasileira sem encontrarmos esse limite na Constituição?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Pergunto a V. Ex^a, com todo respeito: nesse relatório, qual foi o papel da ciência para que pudéssemos definir de 30 para 15 a APP? Eu gostaria de saber o papel da ciência nessa discussão. O nosso limite é a Constituição, mas não podemos aqui nos pautar pelo inconsciente, pela nossa ideologia. Temos de ser aqui razoáveis e a ciência nos dará esse componente de razoabilidade. A minha pergunta objetiva é nesse sentido. Parabenizando V. Ex^a, eu gostaria de saber qual é a contribuição da ciência. Não podemos definir aqui 15, 14, 16, 30, porque, quando se define...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

(Interrupção do som.)

Já vou concluir.

Quando se define, não é feito “a zoio”, como se diz no Estado de Mato Grosso. Isso tem de ter um componente científico.

Essa é a minha indagação a V. Ex^a. E eu gostaria de saber se V. Ex^a entende como razoável o Senado da República discutir um tema como esse em dois meses.

Quero aproveitar a oportunidade para fazer referência aos produtores lá do Estado de Mato Grosso que aqui se encontram, brasileiros que contribuem para o progresso do nosso Estado. Quero cumprimentá-los e dizer que, neste tema, temos que afastar os radicais, os xiitas de todos os lados, e construir pontes, porque

a questão, além de ser de consciência ambiental – que todos temos –, deve ser também de conquista de mercados internacionais, mas este desenvolvimento econômico da República Federativa do Brasil não pode passar por um desenvolvimento social e ambiental, porque o limite aqui é a Constituição.

Obrigado, são essas duas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF.) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Passo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT.) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg; Sr. Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir Gurgacz; prezado, valoroso e operoso Deputado, grande homem público, Deputado Aldo Rebelo, por quem tenho e confesso, de público, a maior admiração. Sobre tudo, conhecedor da sua trajetória como homem público deste País, e confesso que acho que as novas e futuras gerações tinham que se espelhar nesse grande brasileiro que V. Ex^a tem demonstrado ser, ao longo de sua vida pública.

Todavia, Sr. Presidente, após ouvir atentamente aqui os nossos Senadores e Senadoras, acho que é um momento ímpar para discutirmos a questão da política do Código Ambiental Brasileiro. Apenas para recapitular aqui – eu, particularmente, que sou do Estado do Mato Grosso, Deputado Aldo –, recorro muito bem que, na década de 1964 e 65, quando o poder militar, ou seja, os militares assumiram o Governo, a Escola Superior de Guerra começou a discutir a divisão do Brasil, sobretudo e, particularmente, esta vasta divisão do Brasil, que eram o Centro-Oeste e a Amazônia. Naquela oportunidade, foi consolidada a sua divisão, no Governo do Presidente Ernesto Geisel, que assinou a divisão do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Recordo muito bem, Deputado Aldo Rebelo, que a proposta, naquela oportunidade – e que era pertinente –, era a ocupação da Amazônia, para garantirmos a soberania nacional. Isto aconteceu na década de 1970, com a abertura da Cuiabá-Santarém, que é a BR-163, em que o próprio Governo Federal encaminhava, induzia alguns milhares de brasileiros – sobretudo do Sul e Sudeste – a ocupar aquela parte do Brasil. O tempo passou – mais de trinta anos – e aquelas pessoas que foram para lá, para garantir a soberania nacional, essas mesmas pessoas – brasileiros e brasileiras que, muitos, perderam entes queridos, suas famílias –, hoje passaram a ser tratados como bandidos, como V. Ex^a teve a oportunidade de ir a alguns municípios daquele Estado, sobretudo numa pequena comunidade chamada São José do Apuí. V. Ex^a esteve lá e testemunhou o sofrimento daquela gente valorosa, sofrida, mas, acima

de tudo, que tem crença, fé e esperança em um Brasil de baixa oportunidade e de injustiça social.

Mas, quero dizer a V. Ex^a que não se acovarde. V. Ex^a é corajoso, é brasileiro, nacionalista, acho que está sendo muito tímido aqui, quando V. Ex^a apresenta o seu relatório. Não podemos abrir mão, em hipótese alguma, Deputado Aldo Rebelo, da questão das áreas consolidadas, de maneira alguma. O que passou passou.

Quando ouço aqui o Senador Flexa Ribeiro dizer que o Brasil está importando álcool dos Estados Unidos, isso é uma vergonha para nós. Aconteceu até um fato bizarro lá, Deputado Aldo Rebelo. O Governo Federal, por meio do Decreto nº 6.139, passados já trinta anos que uma vasta região no meu Estado produz álcool, com mais de cinco usinas de álcool, baixou um decreto dizendo que aquela região não podia mais plantar cana porque ia contaminar. Ou seja, a bacia do Alto Paraguai não podia produzir mais, porque ia contaminar o Pantanal. É até bizarro. Eu não posso, em hipótese alguma, entender que um governo... O governo nada mais é que responsável pelas boas políticas públicas do País. O Governo perdeu o compromisso com a sociedade brasileira, sobretudo desta vasta região do Brasil.

Não posso admitir, meu caro Deputado Aldo Rebelo, que um País como este, que preserva 60% da sua cobertura vegetal, um País que mais respeita os povos indígenas – nós temos 120 milhões de hectares à disposição dos povos indígenas... É um País que certamente tem o respeito também pela questão ambiental.

De modo que quero encerrar... Falo isso com a autoridade que tenho como Senador e como ex-Governador do meu Estado. Fui Prefeito da minha cidade. Eu fui o primeiro Governador deste País, Deputado Aldo, que assinou um convênio, ou seja, um contrato de financiamento com o Banco Mundial para fazermos a política ambiental no meu Estado. Fui o primeiro Governador que assinou com o PPG 7 um convênio já buscando as políticas de preservação ambiental no Estado do Mato Grosso. De maneira que nós temos que discutir com o Benício e o Senador Pedro com bastante exaustão, mas, sobretudo, nunca perdendo o cidadão brasileiro de vista. A terra é um bem social. E nós não podemos, em hipótese alguma, largar milhões de brasileiros à mercê de políticas públicas não condizentes com a nossa realidade. O que precisa é o Governo respeitar o povo brasileiro. Feito isso, tenho certeza de que vamos chegar a um caminho que certamente vamos preservar, mas nunca perdendo de vista a nossa produção.

Essa era a minha colocação. Gostaria de falar muito mais, mas sei do adiantado da hora. Fica aqui o respeito e admiração do Senador Jayme Campos diante do que V. Ex^a teve a coragem de escrever aqui: a versão da sua relatoria como Presidente da Comissão Especial da Câmara do nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos. Nós também gostaríamos de ouvi-lo muito mais, mas eu estou aqui espremido com a questão do tempo em função do compromisso de viagem do nosso convidado, Deputado Aldo Rebelo.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Acir Gurgacz, Deputado Aldo Rebelo, eu estava conversando com o Senador Eduardo e fico pensando naquelas primeiras reuniões que foram feitas lá, na Câmara, quando V. Ex^a teve a coragem de encampar esse debate, porque, na verdade, isso era uma batata quente. Eu lembro que ninguém queria segurar esse pepino, aquele debate com a WWF, com o Greenpeace. E V. Ex^a, com muita humildade, foi e foi. E hoje eu estou muito feliz em ver um depoimento da maioria dos Senadores aqui de apoio, de solidariedade e reconhecer que V. Ex^a está no caminho certo. É lógico que, como V. Ex^a sempre tem tido, não é perfeito. Esse relatório aqui é para que nós possamos abrir um debate, corrigindo o que o entendimento desta Casa achar que deve ser corrigido. Na Câmara, com certeza, será o mesmo. Eu fico feliz.

De uma coisa eu estou tranquilo. Tive a oportunidade de acompanhá-lo em algumas audiências e V. Ex^a tem dado uma atenção para as pessoas que estão vivendo com o problema. V. Ex^a esteve no meu Estado já por duas vezes. Infelizmente, na primeira vez, numa audiência pública e tive a oportunidade de presenciar – e lamentei –, na gestão do então Governador Binho Marques, uma audiência pública em que teve uma participação maravilhosa. No outro dia, comprei os jornais e trouxe para o senhor. A imprensa sequer deu uma linha. Não deu uma linha. Graças a Deus, e ouvi o senhor dizendo aqui agora, que o ex-Senador Tião Viana, nosso atual Governador, teve a sensibilidade de criar uma comissão para rediscutir as multas do Ibama e do Imac. Não é isso? Pelo menos foi o que ouvi da sua boca. Isso me tranqüiliza, porque a situação o senhor já conhece e ouviu aquele depoimento naquela audiência pública de Boca do Acre.

Na verdade, eu só queria parabenizá-lo pela sensibilidade de ir ao encontro das pessoas, pelos menos daquelas que não têm a oportunidade de vir aqui. Eu, quando cheguei em seu gabinete e vi a pre-

sença do Chico Corrente, que é um morador lá do rio Purus... Lá das beiras de Boca do Acre abaixo ainda dá uns dois dias de voadeira. Então, isso é legal. Isso é legal porque a aflição e a angústia dessas pessoas que estão naquela situação muito difícil.... Você está dando a oportunidade para que essas pessoas possam se manifestar. Pelo menos, é o direito, como nós chamamos lá no Acre, de estrebuchar. É o direito de o cidadão estrebuchar. Se vai resolver alguma coisa é um outro problema. Mas ele está tendo, pelo menos, o simples direito de espernear.

Então, era isso, Deputado Aldo. Parabéns. Com certeza, estamos aqui tendo a oportunidade de ter acesso a esta peça, seu relatório. Com certeza, os Senadores, como Eduardo Braga, que para mim é uma das maiores autoridades da Amazônia... Eu conheço porque... O maior é o Petecão, 1,96m, mas o Eduardo é uma pessoa competentíssima. Digo porque eu conheci o Secretário de Desenvolvimento Sustentável e de Meio Ambiente, Virgílio Viana, uma das maiores autoridades deste País de conhecedor da nossa região e conhecedor da situação, principalmente do caboclo. E fizeram uma política direcionada aos menos favorecidos.

Eu acho que esta Casa poderá, com certeza, dar uma contribuição e corrigir, se houve necessidade, o Código Florestal.

Parabéns, Aldo. Obrigado, Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Sérgio Petecão, por colaborar com a previdência dos trabalhos.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Meu caro Presidente Rollemberg, meu caro Presidente Acir Gurgacz, meu caro Deputado Aldo Rebelo, quero, em primeiro lugar, dizer da minha admiração, do meu respeito e da minha alegria de poder estar hoje aqui debatendo com o nosso Deputado Aldo Rebelo a elaboração de uma proposta de Código Florestal. E gostaria de dizer que assino em baixo de todas as declarações de apoio ao político, ao brasileiro, ao cidadão Aldo Rebelo. Já tive a oportunidade de fazer isso ao longo da nossa história e ao longo dos embates que já travamos em favor da democracia no Congresso Nacional e fora do Congresso, no exercício da cidadania.

Quero dizer que essa questão do Código Florestal tem que estar baseada, meu caro Deputado Aldo, basicamente em cima de um binômio: bom senso e equilíbrio. É preciso ter bom senso para entender que nem sempre o que foi executado ou o que é executado nos países desenvolvidos é a solução definitiva dos problemas. E cito apenas um exemplo para mostrar isso. Há três, quatro anos, o Brasil era fortemente

criticado pelo excesso de regulação no sistema financeiro brasileiro. Se não fosse o excesso de regulação no sistema financeiro brasileiro, os bancos brasileiros não teriam sobrevivido à crise financeira que abateu os bancos dos países mais desenvolvidos e mais ricos com o *subprime* e às consequências que isso trouxe à economia mundial. Portanto, nem tudo que os americanos fazem é perfeito. Nem tudo que os europeus fazem é perfeito. Porque, se fosse, nós seríamos eternamente colônia deles. E não precisaríamos desenvolver nossas teses e nossos deveres para com o nosso País, e a independência não teria sido proclamada.

Por outro lado, é preciso também perceber que viver na Amazônia não deveria ser uma punição; que viver na Amazônia não deveria significar ser excluído de tudo. Ainda há pouco, um Senador falava – o Senador Flexa Ribeiro – que é proibido plantar cana na Amazônia. Cana-de-açúcar, palma de dendê, etc. é proibido plantar apenas em novas áreas devastadas, mas, em áreas já degradadas, é possível. É possível. O problema...

Não, não, não. Nas áreas degradadas não está proibido. O que não há hoje é a identificação das áreas degradadas. O problema hoje é que não estão identificadas as áreas degradadas. Portanto, se houver áreas degradadas identificadas, é possível, sim, tanto que eu sugeriria que se discutissem, junto com o Código Florestal, outras questões. Por exemplo, a questão do clima é tão fundamental para a agricultura quanto a questão do Código Florestal, porque, sem o ritmo hidrológico mantido para a agricultura brasileira, teremos grandes problemas. E essa questão do clima vai além da questão apenas hidrológica ou da temperatura, do ritmo das águas, vai também para aspectos mercadológicos.

Se a soja brasileira for classificada como uma soja que é inimiga do clima e do meio ambiente, haverá graves e sérios problemas nos mercados. Mas não é, ela não é inimiga, não precisa ser inimiga. Mas, se não discutirmos isso com bom senso, com equilíbrio; se não houver um equilíbrio entre as posições – aqueles que querem cada vez mais plantar, plantar, plantar *versus* o equilíbrio com as áreas florestais –, teremos grandes problemas.

Veja, não sou contra a reforma do Código Florestal, sou a favor. Acho que esse Código, para o qual há aqui a apresentação de substitutivo do Deputado Aldo Rebelo, tem avanços em inúmeras áreas e pontos que devem merecer uma discussão mais profunda. Acho que podemos avançar. É preciso discutir a questão da sustentabilidade, que tem aspectos econômicos, sociais e ambientais que precisam ser levados em consideração.

As áreas consolidadas são uma inovação desse Código. Precisamos discutir em que momento deve ser feito o plano de corte. Sou a favor de que seja feito um plano de corte, mas também preciso reconhecer que, se quisermos manter a floresta em pé na Amazônia e se isso, em vez de ser um problema, for uma vantagem comparativa do Brasil, é preciso que o Brasil implemente serviços ambientais.

Aqui, neste Código, no substitutivo, estão previstos alguns artigos sobre a questão dos serviços ambientais. No entanto, o projeto de lei que institui os serviços ambientais no Brasil está paralisado na Câmara dos Deputados. Essa lei dos serviços ambientais tem de caminhar *pari passu* com a lei do Código Florestal, sob pena de haver um desequilíbrio básico na legislação.

Se não tivermos estruturado a questão do carbono florestal dentro do Brasil; se não tivermos estruturado os mecanismos de compensação ambiental, com serviços ambientais como o *Redd Plus*, não teremos autoridade moral para questionar, em relação aos países desenvolvidos, as compensações na Floresta Amazônica brasileira.

Se queremos trazer a discussão com Bill Clinton, com o Governador Shwazneger, com Obama... O Presidente Obama veio ao Brasil, e não se fez nenhuma menção sobre a Amazônia, nenhuma menção com relação à questão do aquecimento global e nenhuma menção com relação às compensações de uma economia que é altamente emissora de gases de efeito-estufa.

Portanto, Sr. Presidente, para concluir, gostaria de dizer que é extremamente importante e meritório o trabalho que o Deputado Aldo Rebelo vem engajando. No meu Estado, S. Ex^a esteve em Boca do Acre. Em que pese o nome “Boca do Acre”, Boca do Acre pertence ao Estado do Amazonas.

Um dos pouquíssimos municípios no meu Estado, que é agrícola e que precisa efetivamente de uma política diferenciada. Reconheço os avanços que traz aqui para o pequeno agricultor, para os quatro módulos fiscais. No entanto, acho que este debate tem que ter, como sempre, um princípio básico: bom senso e equilíbrio.

Os serviços ambientais são fundamentais para uma formulação moderna, equilibrada de uma discussão de como fazer com que as reservas legais e as áreas de proteção ambiental sejam mantidas e deixem de ser um problema para ser uma solução. Acho que esse é um ponto básico com relação a esta questão.

Com relação à anistia, acho que esse será um grande debate, um bom debate que o Brasil terá no Congresso Nacional com relação ao Código Florestal.

No mais, quero deixar aqui o meu respeito, a minha admiração pelo trabalho desenvolvido pelo companheiro Deputado Aldo Rebelo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Eduardo Braga, por sua brilhante contribuição.

Apelo mais uma vez – estou muito à vontade, posso ficar aqui o tempo que for necessário; o debate é interessantíssimo – estou preocupado com o compromisso do nosso convidado.

Passo a palavra à Senadora Ana Rita, nossa penúltima inscrita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Quero, primeiramente, saudar aqui os nossos Senadores e, de uma maneira especial, saudar o Deputado Aldo Rebelo, e dizer da importância deste momento, desta audiência pública envolvendo as duas Comissões, a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura, discutindo um tema tão importante como é o caso do Código Florestal.

Eu gostaria, Sr. Deputado – na verdade, a gente tem muito coisa para dizer –, apenas de dizer que a minha fala nesse momento não é uma fala apenas da Senadora Ana Rita. Quero aqui manifestar também as preocupações que os agricultores familiares, os ambientalistas e de uma maneira geral as pessoas do meu Estado, o Espírito Santo, que muito têm nos abordado manifestando as suas preocupações com relação ao que está proposto no Código Florestal, sabe, Sr. Deputado.

E, diante disso, quero ser breve, gostaria de fazer algumas perguntas. Na verdade, não vou entrar no debate porque o tempo não permite, mas gostaria de fazer essas perguntas e, na medida do possível, obter as respostas pelo menos com relação a um dos temas que a proposta nos apresenta, que é com relação ao topo de morro.

A pergunta é a seguinte: como suprimir as APPs de topo de morros, montes, montanhas e serras, independente de ser em áreas urbanas ou rurais? Primeiro. Segundo a SBPC, essas são áreas insubstituíveis em função da sua biodiversidade e do alto grau de especialização e endemismo da biota que abrigam.

Segundo: o Brasil se tornou signatário de importantes compromissos internacionais, como a Convenção da Diversidade Biológica e a Convenção de Áreas Úmidas em Ramsar.

Terceiro item: o ano 2010 foi o ano da biodiversidade e COP-10, Japão 2010, e a participação do Brasil foi no sentido de ampliar as áreas de preservação da biodiversidade e de redução do desmatamento. Como assumir compromissos internacionais e aqui estarmos trabalhando em legislação em sentido contrário? Essa

é minha pergunta, Deputado. A outra pergunta: qual é o embasamento científico para isso?

Gostaria de ouvir de V. Ex^a os devidos esclarecimentos. São perguntas que nos indagam.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita. Agradeço muito a compreensão de V. Ex^a e passo a palavra à última oradora inscrita, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu também, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a, quero dizer que vou colaborar com o Deputado Aldo Rebelo para que ele não perca o avião. Portanto, não vou fazer nenhuma pergunta, apenas alguns registros.

Sou daquelas pessoas que consideram, assim como a maioria que falou, esse debate importante. Não sou contra a revisão do Código Florestal, datado da década de 30.

O próprio Deputado quando começou sua explanação disse que o Código já foi reformulado há muito tempo. Foi remendado, na realidade. O que estamos fazendo, tentando fazer, é transformar aquilo que é uma colcha de retalhos numa lei, não de fácil aplicabilidade, mas numa lei que tenha nexos entre si. Na realidade, é isso. Quero dizer que apoio integralmente.

Entretanto, acho que, para a preservação ambiental, esse talvez não seja o caminho mais eficiente. Dou um exemplo aqui, daquilo que o Senador Eduardo já falou, e acho que o Senador Cassol citou: o Estado do Amazonas, maior Estado do Brasil e, portanto, da Amazônia, tem 1,5 milhão de quilômetros quadrados. É o Estado que tem o maior índice de preservação.

Aí, eu poderia fazer uma pergunta simples. Será que o Governador Eduardo foi mais eficiente do que o Governador Blairo na política de preservação? Não, são dois Estados com características diferentes. Um explora a sua produção de setor primário, e o outro tem o maior polo industrial eletroeletrônico da América Latina, e é isso que faz com que não haja a pressão sobre a floresta, como há no Mato Grosso, por exemplo.

Então, nós precisamos discutir saídas para a preservação, saídas econômicas, dar sustentabilidade para os Estados, para os Municípios, para as pessoas.

Não adianta chegar para o caboclo – V. Ex^a tem andado muito na nossa região – e dizer para aquele ribeirinho que mora lá, a mil quilômetros da cidade de Manaus, “não toque fogo, não. Não pode, não. É proibido tocar fogo”. Ele vai limpar a área dele com o quê? Com o terçado? É com aquilo que ele e a família dele vão limpar a área?

Então, são saídas econômicas de modernização da produção, de investimento nessa região, que vão

fazer com que a Amazônia seja efetivamente preservada. Então, Deputado Aldo, quero dizer que V. Ex^a sabe, porque não é uma preocupação só do Parlamento... V. Ex^a faz parte da Bancada do meu Partido e nos orgulha muito. Sabe que estamos buscando, senão um consenso total, mas pelo menos em grande parte do Código Florestal. As divergências não são só entre partidos, mas entre pessoas. Na Bancada do PCdoB, eu mesma tenho uma polêmica com o Deputado Aldo, quando ele coloca a isenção, a não necessidade da reserva legal para até quatro módulos.

Eu acho que seria um grande equívoco, mas apoio totalmente, integralmente, em tratar a Amazônia da forma como ela realmente é. A Amazônia não é uma floresta única, não. A Amazônia tem biomas diferentes e dessa forma ela tem que ser tratada.

Então, sou daquelas que acredita no diálogo, acredita na negociação, e tenho certeza de que o Congresso Nacional – Câmara e Senado – vai contribuir muito, e principalmente o Deputado Aldo, com o seu empenho, vamos contribuir muito com o desenvolvimento deste País. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu que agradeço à Senadora Vanessa Grazziotin, pela sua contribuição, e passo agora a palavra ao Deputado Aldo Rebelo.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Boa tarde, Sr^s e Srs. Senadores, Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, Sr. Presidente Acir, eu creio que seria pretensioso da minha parte dizer que vou, pelo menos, tentar responder as diversas questões, perguntas ou divergências que surgiram aqui ao longo da exposição das Senadoras e dos Senadores. Quero dizer que não é esta a minha pretensão.

Sou muito grato às referências elogiosas e imerecidas das senhoras e dos senhores. O que fiz foi muito menos do que a minha obrigação e o meu dever, de brasileiro e de legislador nacional. É claro que o trabalho ainda apresenta lacunas a serem esclarecidas e preenchidas, e é natural no trabalho humano, ainda mais quando se trata de compor interesses legítimos e contraditórios, num país tão cheio de desequilíbrios e desigualdades regionais, econômicas, sociais, culturais, climáticas, de bioma. Não é fácil. Então, é um esforço que exige, acima de tudo, humildade, para saber que vai fazer algo que vai deixar muito a desejar, como a corrida de bastão, em que alguém vai ter que pegar isso e levar mais adiante.

Eu fui orientado por duas exigências. A primeira: a de fazer o esforço de preservar o meio ambiente no Brasil e, a segunda, urgentíssima, a de tirar da ilegalidade 100%... Hoje, Senadora, tenho recebido essas preocupações do seu Estado, mas tenho recebido

também as preocupações que apontam no sentido de que mais de 80% dos agricultores do seu Estado estão na ilegalidade, mais de 80% num Estado onde se cultiva em áreas acidentadas, topo de morro, encostas, numa geografia completamente carregada desse relevo, como é a geografia física do Brasil – dali de Santa Catarina, da fronteira gaúcha até o Ceará, perto do Maranhão, nós temos toda essa região de pecuária e de agricultura marcada por essas áreas de relevo acidentado, da Serra do Mar, da Mantiqueira, da Diamantina, até a Borborema ou o Arararipe, lá no Ceará, é tudo assim.

A legislação nos aponta limitações no uso dessas áreas. Eu falei para a Ministra do Meio Ambiente que, se a nossa legislação fosse aplicada na Bolívia e no Peru, as civilizações boliviana e peruana estariam condenadas a desaparecer, porque lá, no lugar que eles chamam de Vale, são 2,8 mil metros de altitude, que é aquela região de Cochabamba, de Sucre. No altiplano, vai para quatro mil metros.

Aqui nós proibimos, definitivamente, qualquer atividade agrícola ou pecuária acima de 1,8 mil metros. Boa parte da Europa não teria mais atividade agrícola nem pecuária, assim como boa parte da China. E aqui, então, no Peru e na Bolívia, acabou. Então, lá no Estado da senhora, há essa limitação.

A ciência.

Não sei se depois do Parlamento, Senador Taques, mas antes ou depois do Parlamento, a ciência no Brasil está, em cada passo, na responsabilidade pela omissão em relação a essa questão, lamentavelmente.

Agora apareceram as cobranças em relação ao fato de a ciência não ter sido ouvida. Quero saber se a ciência foi ouvida quando se estabeleceu que era cinco ou cem metros, trinta ou quinhentos.

Um grande pesquisador da Embrapa, o Dr. Gustavo Ribas Curcio, disse que essas são medidas tiradas da cartola, disse que não se apóia em base científica você dizer se são trinta, cinquenta, cem ou quinhentos metros. Isso depende de fatores que a metragem vai obedecer: a natureza do terreno que margeia o rio tem declive ou é plana? Aí, a largura da mata ciliar vai ser condicionada pela declividade do terreno. Um terreno plano pode ter uma mata ciliar menor; um declive acentuado, que fragiliza aquela margem pela ação da gravidade e da chuva, uma mata ciliar maior.

Outro fator é a natureza do solo. No solo arenoso, a proteção é maior. Há aqueles rochedos que margeiam o São Francisco entre Petrolina e Penedo quase, mas pelo menos até Piranhas, que é rocha pura. Ali não tem nem como ter mata ciliar, porque não nasce nem mato ali. O rio desce naquele cânion de 30, 50, 100,

200 metros e, na margem, é só pedra. Não pode ser a mesma coisa.

Eu acho que é isso que orienta alguns países no sentido de estabelecer que deve ser feito mediante licenciamento. Aí, você vai dizer onde são 30, 50 ou 100 metros. Os cuidados derivam da natureza do terreno e do solo e da natureza também da utilização. Você não pode, por exemplo, na Suécia, até 30 ou 50 metros, usar defensivo – você não pode fazer isso, outras coisas você pode fazer.

Fizemos o esforço de ouvir universidades. Fiz uma reunião lá com a SBPC, a Academia Brasileira de Ciências. Por quê? Porque não há uma regra que estabeleça a partir de metragem nem de reserva legal.

A proteção de biomas e a proteção das espécies não estão associadas, necessariamente, à existência de uma reserva legal de tal tamanho, mas, sim, à natureza dessa reserva legal. Se tivermos uma reserva legal onde não haja nem água, por exemplo – você averbou sua reserva legal em um lugar que não tem água –, qual a espécie que vai sobreviver sem água? Nem grilo, nem bicho, nem carrapato, nem gafanhoto.

Então, a reserva legal, para algumas funções, exige determinados tamanhos, proximidade com água, mas isso não se estabelece com uma medida que tem que ser, por exemplo, 80, 20, 30 ou 50, porque não houve de fato, e nem há.

O que estou propondo, derivado do que a legislação já estabelece, ou seja, não houve definição científica para cinco ou cem, para trinta ou quinhentos, e nem há agora. O que a ciência diz é o seguinte: depende da situação, da circunstância. Mas isso é um debate que não tem como ser superado neste momento.

Tenho a preocupação em resolver também uma questão social, esta ligada à pequena agricultura. Vamos ter que enfrentar o desafio, porque, de fato, o rio começa pequeno, o rio começa estreito. Mas aí dizem: você vai proteger menos o rio ali? De fato, o rio deveria ter uma proteção maior na sua nascente. É ali. Você tem a sorte de o São Francisco ter um parque, o da Serra da Canastra. E outros que não têm?! O rio, depois de ganhar o seu curso normal, torna-se mais forte, mais resistente, menos vulnerável. Como é que pode fazer isso nessa lei? Pode-se fazer isso permitindo que, por exemplo, o órgão ambiental privilegie a reserva legal, se a propriedade tiver nascente, na área da nascente.

Os planos de bacias... Só que metade dos Estados nem têm os comitês de bacias, porque isso é uma coisa muito mais dos comitês de bacias. Isso é que deveria estar sendo definido por esses comitês.

Então, rigorosamente houve essa omissão do Congresso. Nós passamos... Esses exageros das mul-

tas ambientais, que estão na legislação de crimes ambientais, são decorrentes de uma lei que foi aprovada aqui. Houve uma medida provisória, mas também houve coisas aprovadas aqui, as quais não se ouviu, não se levou em conta as consequências, a advertência do Conselheiro Acácio. As consequências vêm sempre depois. São óbvias, mas são sábias.

E a ciência precisa se aproximar não com uma opinião, porque não é só a opinião do cientista que é ciência. Ciência exige um método: a observação, a experimentação, a descoberta, até a invenção. Temos opiniões. Sobre um código que apresentei uma proposta, vem um monte de opiniões, opiniões respeitáveis, de cientistas, mas, com todo o respeito, opinião de cientista não é ciência. Opinião é opinião e todo mundo pode ter. A ciência exige a experimentação, a comprovação. E onde está isto? Não foi feito.

Um disse: vai desaparecer a jararaca de São Paulo. Eu fui ver. Há 25 tipos de cobras só no Município de São Paulo, apesar daquela ocupação toda. E quem conhece o campo sabe que jararaca não desaparece desse jeito. Mas as opiniões vêm assim.

Portanto, creio que para além de um pacto que resolva... Qual é o pacto possível, Governador Eduardo Braga? O pacto possível é aproximadamente o seguinte: consolida-se o que está em uso e preserva o patrimônio que não é pequeno. Nós temos muita coisa, muita coisa. Será que é um pacto possível? Preservar e consolidar o que está em uso significa tudo? Não! Em áreas onde, de fato – principalmente APP –, a regeneração, a recomposição seja uma coisa essencial, penso que a lei não deve tergiversar; tem que recuperar, recompor. Água, solo frágil, tudo bem. Mas usar uma regra geral que tem de recompor tudo. Vai criar uma confusão que não pode ser alcançada, não tem como em São Paulo...Ninguém vai conseguir converter em mata 3,6 milhões hectares. Não tem como fazer isso. Isso é impossível. Aí você tem de compensar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – *(intervenção fora do microfone)* – ... serviços ambientais...

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Serviços ambientais, pagamentos que é preciso saber de onde, não é fácil.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Deputado Aldo, a oportunidade desse pagamento vir de onde é exatamente quando nós queremos resolver um passivo ambiental e jurídico histórico num país cuja economia é baseada no agronegócio. Isso é que mudaria a posição do Brasil, efetivamente, no cenário internacional, de deixar de ser aquele que copia para ser aquele que inova e que acaba liderando as transformações em uma economia globalizada.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Pois bem, então eu creio que eu apresento ao senhor uma outra questão: o Senado pode resolver isso em dois meses? Essa é uma pergunta para a qual, de fato, eu não tenho resposta, porque, infelizmente, a minha vaga de Senador talvez fique para a próxima eleição.

Mas eu quero fazer uma outra pergunta: 98% ou 99% dos produtores rurais sobre os quais cairão a fúria de todos quando esse decreto esgotar em junho podem esperar também?

Então, eu acho que tem de compor a necessidade ou a prerrogativa do Senado de discutir mais a matéria e a situação desses brasileiros que aguardam com expectativa, até com medo, com receio que, esgotado esse decreto do ex-Presidente Lula, eles se vejam em uma situação incontornável. Mas isso, naturalmente, uma Casa onde a sabedoria é maior saberá resolver com melhores consequências.

Muito obrigado mais uma vez e boa tarde aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, quero agradecer ao Deputado Aldo Rebelo, agradecer a todas as Sr^{as} e aos Srs. Senadores aqui presentes, a todos que nos prestigiaram com a sua presença, de forma muito especial, agradecer ao Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir Gurgacz, lembrando que, para a próxima terça-feira, a nossa audiência pública é com a SBPC, Academia Brasileira de Ciências, Embrapa e com o ex-Ministro Alysson Paulinelli.

Muito obrigado.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

ATA DA QUINTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e um minuto do dia vinte e dois de março de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores e Senadoras: **Ana Rita, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque, Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Paulo Davim, Gilvam Borges, Mozarildo Cavalcanti e Cyro Miranda.** Comparece a não membro Senadora **Mari-**

za Serrano. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta deliberativa: **Item 01. Requerimento nº 21, de 2011**, que requer a realização de audiência pública, no dia 02 de maio do corrente ano, a fim de debatermos a situação da empregabilidade dos trabalhadores experientes (acima de 45 anos). Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado.** **Item 02. Requerimento nº 22, de 2011**, que requer a realização de audiência pública, no dia 09 de maio do corrente ano, a fim de debatermos a situação do câncer de mama no Brasil. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado.** **Item 03. Requerimento nº 23, de 2011**, que requer a realização de audiência pública para debater a Reforma Política na Visão dos Movimentos Sociais. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado.** **Item 04. Requerimento nº 24, de 2011**, que requer a realização de audiência pública a fim de debatermos a proposta da ANVISA para a retirada de circulação dos medicamentos inibidores de apetite. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado.** **Item 5. Requerimento nº 25, de 2011**, que requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre os problemas carcerários e a privatização do sistema prisional brasileiro. Convidados: Doutor Álvaro Manzano, Procurador da República no Estado do Tocantins; Doutor João Costa Ribeiro Filho, Secretário de Segurança, Justiça e Cidadania; Doutor Ophir Cavalcante; Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Senhora Hebe Teixeira Romano; Coordenadora de Reintegração Social do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN); Diácono Manoel Luis Tranquilino do Nascimento, Pastoral Carcerária Nacional, representando a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil). Autoria: Senador Vicentinho Alves. Resultado: **Aprovado.** O Senhor Presidente, Senador Sérgio Petecão, faz um encaminhamento no sentido de seja acrescentado um representante da Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida, o encaminhamento é aprovado. **Item 6. Requerimento nº 26, de 2011**, que requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre a saúde, alcoolismo, drogas e soberania alimentar nas comunidades indígenas. Convidados: Senhor Marcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da FUNAI; Senhor Antônio Alves, Secretário Nacional de Saúde Indígena; Senhor Marcos Terena, Professor da Cátedra Indígena Internacional; Doutor Álvaro Manzano, Procurador da República no estado do Tocantins; e Doutor Hugo Hass, representante da Divisão Indígena da Polícia Federal no Tocantins. Autoria: Senador Vicentinho Alves. Resultado: **Aprovado.** O Senhor

Presidente, Senador Sérgio Petecão, faz um encaminhamento no sentido de seja acrescentado um representante da Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida, o encaminhamento é aprovado. **Item 7.** Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara Nº 169, de 2009**, que dispõe sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em território nacional estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países. Autoria: Deputado Walter Pinheiro. Relatoria: *ad hoc* pelo Senador João Alberto Souza. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **aprovado.** **Item 08.** Não Terminativo. **Ofício “S” nº 14, de 2009**, que encaminha ao Senado Federal expediente da Subprocuradora-Geral da República. Autoria: Procurador-Geral da República. Relatoria: *ad hoc* Senadora Ana Rita. Relatório: Conclui pela apresentação de Requerimento de Audiência Pública para instruir a matéria. Resultado: **Aprovado o relatório e o requerimento que apresenta.** **Item 09.** Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 298, de 2009**, que altera o art. 19 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. (obriga o estabelecimento de saúde a fazer a notificação compulsória em casos de violência contra idosos). Autoria: Deputado Sebastião Bala Rocha. Relatoria: *ad hoc* Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a emenda nº 01— CAS. Resultado: **lido e aberta a discussão é adiada a votação da matéria por falta de quorum.** **Item 10.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2010**, que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, para tratar do direito à moradia e introduzir o uso da expressão “pessoa com deficiência. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: *ad hoc* Senador João Alberto Souza. Relatório: Pela aprovação da matéria com a emenda que apresenta. Resultado: **lido e aberta a discussão é adiada a votação da matéria por falta de quorum.** **Item 11.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2009**, que altera o art. 134 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever que o Conselheiro Tutelar da Criança e do Adolescente que atuar em regime de dedicação exclusiva deverá ser remunerado e dá outras providências. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas nº 1, nº 2 e nº 3-CAS. Resultado: **retirado de pauta a pedido do Relator.** **Item 12.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2009**, que altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para implementar uma

política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos. Autoria: Senador Renan Calheiros. Relatoria: *ad hoc* Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas nº 1, 2 e 3 – CCJ. Resultado: **lido e aberta a discussão é adiada a votação da matéria por falta de quorum. Item 13. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 111, de 2008**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: *ad hoc* Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a rejeição da Emenda nº 1/2008-CE, aprovação da Emenda nº 2/2008 – CE, e com uma emenda que apresenta Resultado: **lido e aberta a discussão é adiada a votação da matéria por falta de quorum. EXTRAPAUTA. Item 01. Requerimento nº 27, de 2011-CDH**, que requer a realização de audiência pública para debater a necessidade de criação de uma Secretaria Nacional da Criança. Sugere sejam convidados para debater em audiência pública o tema um representante do CONANDA e o Doutor Dioclécio Campos Júnior, Secretário de Estado da Criança do Governo do Distrito Federal. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: **aprovado. Item 02. Requerimento nº 28, 2011-CDH**, requer a realização de Audiência Pública para debater o teor do Relatório produzido pela Comissão de procuradores Federais acerca do conteúdo do “Livro Negro do Terrorismo no Brasil”, texto produzido pelo Projeto ORVIL em 1988. Requer ainda que participem como convidados: Ministra Maria do Rosário Nunes, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Senhora Eugênia Augusta Gonzaga Fávero – Procuradora da República em São Paulo e uma das autoras do Relatório; Lívia Nascimento Tinoco – Procuradora da República no Distrito Federal e uma das autoras do Relatório; Marcelo José Ferreira – Procurador da República em Marabá/PA e um dos autores do Relatório; Marlon Alberto Weichert – Procurador Regional da República – 3ª Região e um dos autores do Relatório; Senhor Leônidas Pires Gonçalves – ex-ministro do Exército na época da execução do Projeto ORVIL; Senhor Sérgio Augusto de Avellar Coutinho – General de Brigada do Exército (reformado) e identificado como um dos participantes do Projeto ORVIL. Resultado: **Aprovado. Item 03. Requerimento nº 29-CDH, de 2011**, que requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de debater a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 2006), que voltou a figurar nos noticiários, no judiciário e na sociedade, possíveis alterações em

função de interpretações díspares sobre a sua aplicabilidade. Para cumprir essa finalidade indicamos como convidados: A Ministra de Estado Iriny Lopes da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Ministra de Estado Maria do Rosário da Secretaria Especial de Direitos Humanos; Ministra de Estado Luiza Bairros da Secretaria Especial da Igualdade Racial; e o Ministro Cezar Peluso, Presidente do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Autoria: Senadora Ângela Portela. Resultado: **Aprovado. Item 04. Requerimento nº 30-CDH**, de 2011, requer a realização de Audiência Pública em comemoração ao Dia Nacional do Sistema Braille. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores Paulo Paim, Sérgio Petecão, Marisa Serrano, Cristovam Buarque, Paulo Davim, João Alberto Souza, Ana Rita e Humberto Costa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dez horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Requerimento nº 1:

“Com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, requeiro a realização de audiência pública no dia 2 de maio do corrente ano, a fim de debatermos a situação da empregabilidade dos trabalhadores experientes acima de 45 anos.”

De autoria do Senador Paulo Paim.

Explico que esse requerimento que encaminho hoje à Comissão para deliberar no momento adequado é fruto de um debate que venho travando, impulsionando e incentivando na sociedade já há alguns anos. Tenho um projeto neste sentido, como o saudável, inesquecível e sempre saudoso Senador Jefferson Péres também tinha um projeto igual a esse. Foi procurado por uma ONG nacional, onde trabalhadores e trabalhadoras com mais de 45 anos acabam não tendo acesso ao mercado de trabalho com a desculpa de que estariam, na visão do empregador, com uma idade muito avançada, o que eu acho um equívoco, um equívoco que poderíamos dizer histórico, porque o cidadão com 45 anos está com toda a sua força inclusive intelectual, enfim, pessoal. E é inadmissível que não seja contratado por ter mais de 45, ou seja, mais de cinquenta anos.

Então é a nossa intenção, Senador Petecão, é uma alegria vê-lo aqui conosco, fazer um debate sobre esse tema. E confesso que me é simpática inclusive a ideia de termos política de quotas na linha de assegurar que as empresas que contratarem homens e

mulheres com mais de 45 anos tenham algum tipo de incentivo em matéria de tributos e impostos a pagar. É uma forma de incentivar. Eu tenho certeza de que quem ganha com isso é o País, a própria empresa e, naturalmente, as pessoas, já que estamos aqui na Comissão de Direitos Humanos.

É inegável que as pessoas, às vezes, entram até em depressão pela falta do emprego. Calcule um jovem cidadão com 45, 50 anos sendo discriminado porque acham que ele está com idade muito avançada.

Sem querer falar, mas falando – essa é boa –, eu me lembro do Japão, que está passando por um momento tão difícil. Senador Petecão, eu tive a alegria de ficar um mês no Japão, mais ou menos 20 anos atrás. Eu tive fui em nome do Congresso ficar há um mês no Japão para conhecer as experiências do Japão tanto na área do trabalho, como também na questão dos mais velhos. E, lá no Japão – eu sei que não é novidade, mas vou falar da experiência que tive lá –, cidadão de 45, 50, 60 anos é considerado um mestre, ele é um instrutor. Quando sai de uma empresa, ele é convidado por outra empresa para ser o professor que vai dar orientação para que os mais jovens aprendam a profissão.

Aqui no Brasil, por incrível que pareça, o cidadão, quando chega a 50 anos e está desempregado, não consegue emprego, encosta. E eu conheço amigos meus, da minha geração – e eu tenho mais, eu já estou com 61 –, que estão com dificuldade, pessoas que eu conheço, capacitadas, profissionais, só por terem uma idade que ultrapassa aos cinquenta anos.

Então, a minha intenção, Senador, aqui estou propondo isso, que façamos uma audiência pública para discutir essa questão que eu considero a discriminação que ainda existe a esses cidadãos.

Vamos encaminhar aqui e votaremos no momento adequado, se assim nós todos entendermos.

Com fundamento também no art. 93, inciso II, vamos realizar uma audiência pública que seria no dia 9 de maio, a pedido de uma entidade também nacional, para discutir a situação do câncer de mama no Brasil.

Também um outro requerimento que chega para nós. Eu estou fazendo a leitura e os Senadores estão chegando:

“Com fundamento do art. 93, inciso II, requeiro a realização de audiência pública para debater a reforma política na visão dos momentos sociais.”

E por que eu digo isso? A reforma política não é uma questão somente de deputados, de senadores. É de interesse de toda a sociedade.

Eu sei que a comissão da Câmara, como a do Senado, como a comissão mista que está sendo mon-

tada estão fazendo um belo debate sobre o tema, mas os movimentos sociais, entenderam eles que essa questão é também de direitos humanos, de direito da pessoa, pela importância, e gostariam de participar do debate conosco sobre esse tema.

Também com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, vamos realizar uma audiência pública a fim de debatermos a proposta da ANVISA para retirada de circulação dos medicamentos inibidores de apetite. Esse é um debate internacional. Nos Estados Unidos, eles proibiram uma série de remédios que visam a inibir o apetite. A ANVISA caminha no mesmo sentido, mas uma polêmica se instalou, pois tem tudo a ver com a obesidade, com aquelas pessoas que estão com o peso exagerado.

Eu quero dizer que estou fazendo um regimezinho e já perdi oito quilos. É a dieta dos pontos. Para quem está ouvindo, a dieta dos pontos dá certo. Além da dieta dos pontos, que se pega no computador – depois, o gabinete pode orientar, se necessário for –, deve haver meia hora de exercícios, de manhã e à tarde. Estou dando uma orientação. Não sou médico, mas acho que fazer a dieta dos pontos é bom para todos. E não custa nada; pelo contrário: gasta menos. Não usa remédio e gasta menos, porque come menos. Faz uma economia em casa e faz uma caminhada de meia hora de manhã e meia hora de tarde. Eu perdi oito quilos em um mês. Então, fica a receita aqui, mas vamos debater a questão da obesidade aqui, na comissão.

O Senador Vicentinho Alves também encaminhou requerimento que diz o seguinte: “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater sobre os problemas carcerários e a privatização do sistema prisional brasileiro”. Convidados: Dr. Álvaro Manzano, Procurador da República do Estado do Tocantins; Dr. João Costa Ribeiro Filho, Secretário de Segurança, Justiça e Cidadania; Dr. Ophir Cavalcanti, Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Sr^a Hebe Teixeira Romano, Coordenadora de Reintegração Social do Departamento Penitenciário Nacional; Diácono Manoel Luiz Tranquilino do Nascimento, da Pastoral Carcerária Nacional, representando a CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. Esse requerimento é do Senador Vicentinho Alves. Por ele estar com um problema de doença, nós, aqui, Senadores presentes, assinaríamos o requerimento como coautores e o votaríamos, mantendo a autoria do Senador Vicentinho Alves.

Outro requerimento do Senador Vicentinho Alves: “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos

Humanos e Legislação Participativa para debater sobre a saúde, o alcoolismo, drogas e soberania alimentar nas comunidades indígenas”. Convidados: Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da FUNAI; Sr. Antonio Alves, Secretário Nacional de Saúde Indígena; Sr. Marcos Terena, Professor da Cátedra Indígena Internacional; Dr. Álvaro Manzano, Procurador da República do Estado de Tocantins; e Dr. Hugo Hass, representante da Divisão Indígena da Polícia Federal de Tocantins. Entendo eu que vai haver um acordo com o Senador Vicentinho Alves para incluir aqui a questão das chamadas milícias indígenas para debater. Chegou um documento aqui, falando sobre esse fato, que foi também à CCJ. Numa forma de tentar ver o que está acontecendo na comunidade indígena e de trazer o debate para a sociedade brasileira, vamos discutir também – entendo eu que o Senador Vicentinho deve concordar – a questão das milícias indígenas.

O outro projeto é o Projeto de Lei da Câmara nº 169, de 2009, não terminativo, que dispõe sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em território nacional de estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países. Autoria: Deputado Walter Pinheiro. Relatoria: Senadora Marinor Brito, que deve estar aqui presente, em alguns minutos, para apresentar o seu parecer. Ela fará a leitura, vamos discutir e votar a matéria no dia de hoje, até porque é um projeto não terminativo.

Temos também na pauta Ofício nº 14, de 2009, que encaminha ao Senado Federal expediente da Subprocuradora-Geral da República.

Autoria: Procurador-Geral da República.

Relatora: Senadora Marinor Brito.

Depois temos o Item 9 – Projeto de Lei da Câmara nº 291, de 2009, altera o art. 19 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, obriga o estabelecimento de saúde a fazer a notificação compulsória em caso de violência contra idosos.

Autoria: Deputado Sebastião Bala Rocha.

Relatoria: Senador Cícero Lucena.

Item 10 – Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e a sua integração social para tratar do direito à moradia e introduzir o uso as expressão pessoa com deficiência.

Autoria: Senadora Marisa Serrano

Relatora: Senadora Marinor Brito.

Item 11 – Altera o art. 134 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever que o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente possa atuar em regime

de dedicação exclusiva e deverá ser remunerado e dá outras providências.

Autoria: Senador Raimundo Colombo.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Item 12 – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para implementar uma política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos.

Autoria: Senador Renan Calheiros.

Relatoria: Senador Cícero Lucena.

Item 13 – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 200, para incluir mecanismos de acesso de deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais.

Autoria: Senador Flávio Arns.

Relatoria: Senador Cícero Lucena.

Em relação a esse último projeto, uma vez que é um projeto terminativo para discutir a situação dos deficientes visuais, recebi o seguinte documento que pede que aproveitemos para realizar uma audiência pública e debater toda a questão das pessoas, como eles mesmos me dizem – eu falo isso com toda tranquilidade –, cegas. Eu uso esse termo porque tenho dois cegos que trabalham comigo: Luciano, que tem o cão-guia, que anda aqui dentro da Casa com livre acesso, baseado numa lei que aprovamos, lei de autoria do inesquecível, já falecido, Senador Romeu Tuma, e o Santos Fagundes, que prefere usar a bengala. Ambos dizem “não tenha nenhum prurido, Senador, quando falar na palavra cego, porque somos cegos, sim, e cumprimos nosso papel.” Falam muito da questão do braille, que é um dos motivos do documento que recebi.

Mas eu recebi, enfim, da ONCB, Organização Nacional de Cegos do Brasil, uma proposta de audiência pública aqui na Comissão dos Direitos Humanos do Senado Federal, para, conforme diz o documento, comemorarmos o Dia Nacional do Sistema Braille.

Diz ele aqui na justificativa:

“No ano de 2009 comemorou-se em todo o mundo, por recomendação da União Mundial dos Cegos, o bicentenário de nascimento de Luiz Braille, o benfeitor que alterou para sempre o destino das pessoas cegas em todo o mundo.

Luiz Braille ficou cego aos 3 anos de idade, em decorrência de um acidente na selaria do seu pai. Iniciou sua vida acadêmica aos dez anos, quando foi levado para o Instituto para Meninos Cegos, em Paris. E foi nessa escola que Luiz Braille desenvolveu o Sistema Braille, que até hoje é o sistema oficial de leitura e escrita da pessoa cega.

O Sistema Braille é baseado em seis pontos que alternam em 63 combinações, as quais possibilitam

as pessoas cegas ler e escrever em todos os idiomas, representarem a matemática, a física, a química e a musicografia Braille.

O Sistema Braille é utilizado em todo mundo. Foi por meio dele que os cegos conquistaram sua independência e autonomia, garantindo, até os dias de hoje, sua formação acadêmica, sua inserção no mundo do trabalho e a sensibilidade ao mundo da cultura e também da informação.

Por ocasião dos festejos dos 200 anos de nascimento de Luiz Braille, o segmento das pessoas cegas no Brasil, representadas pela Comissão Brasileira para as Comemorações do Bicentenário de Luiz Braille, instituída pela Organização Nacional dos Cegos do Brasil, solicitou ao Poder Legislativo a tramitação de um projeto de lei para a instituição do Dia Nacional do Sistema Braille, por considerar a relevância da intenção de Luiz Braille e pela importância do Sistema Braille para cegos de todo o mundo.

Assim sendo, foi sugerido pelo PL proposto que essa comemoração no Brasil se concentrasse no dia 8 de abril. A escolha dessa data embute uma dupla homenagem: exaltação ao sistema que dá conhecimento e autonomia a todos os cegos e lembrança da data do nascimento de José Álvares de Azevedo, jovem cego brasileiro que estudou no Instituto de Jovens Cegos, em Paris, e que idealizou a fundação de uma escola nos moldes do Instituto parisiense na cidade do Rio de Janeiro.

Os legisladores brasileiros consideraram relevante a demanda do segmento e aprovaram, em 21 de junho de 2010, a Lei nº 12.226, que institui o dia 8 de abril como o Dia Nacional do Sistema Braille, a ser incorporado ao calendário das datas importantes a serem festejadas anualmente.

Por que estou fazendo toda essa introdução? Eles já me solicitaram e nós aprovaremos hoje um requerimento extrapauta para que na primeira segunda-feira após o dia 8 – porque o dia 8 cai numa sexta-feira –, que será dia 11 de abril, a gente faça aqui uma audiência pública para discutir a situação das pessoas cegas no Brasil.

Eles convidarão todas as entidades e lideranças para estarem aqui. Eu já adianto que os dois que trabalham comigo, tanto o Santos, no Rio Grande do Sul, que coordena o gabinete lá, como o Luciano, que é um dos que escreve os meus discursos, estarão aqui também fazendo os seus depoimentos.

Por isso farei, no momento adequado, a leitura do requerimento, quando o número de assinaturas no livro for já o suficiente, para que a gente possa ter, no dia 11, uma audiência pública para discutir a questão dos cegos.

Não é só discutir para que eles coloquem as suas preocupações. Eu quero aprofundar o debate, porque a política de cotas, que é um direito da pessoa com deficiência, tem – percebo eu – uma restrição contra, ou diminui os espaços, no mínimo, das pessoas cegas.

Nós temos que garantir que na política de cotas, que é lei, no percentual destinado às pessoas com deficiência esteja garantido também o direito das pessoas cegas de trabalharem livremente, até porque, como eu sempre digo, é só uma questão de dar oportunidade e eles mostrarão, como mostram no meu gabinete, toda a sua capacidade.

Falo isto com tranquilidade para vocês: pela experiência que vivo com ambos, eles fazem o debate político de igual para igual com qualquer assessor meu em qualquer área e não só na questão da pessoa com deficiência – e não só neste termo: pessoal com deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Estamos aqui. Meu amigo Aires foi assessor durante longo período de um grande amigo, Senador Flávio Arns. Eu mesmo já participei de debates com ele – Flávio Arns também – e com o grupo de assessores. Não pensem que ele só cuida da questão do cadeirante – pelo contrário, ele fala de toda a conjuntura do campo social, político e econômico com enorme capacidade. Meus cumprimentos. É uma alegria vê-lo aqui. Hoje, você está assessorando Ana Rita, que é Vice-Presidente desta Comissão e deve estar deslocando-se para cá. Só estou esperando a chegada dela para iniciarmos a votação dos requerimentos.

Hoje, é uma sessão não deliberativa. Não é audiência pública. É uma sessão em que não votaremos os projetos terminativos. Só votaremos os que não são terminativos. Então, não é necessário quorum além daquele que vamos assegurar no livro.

Enfim, pela relevância da data, a Organização Nacional dos Cegos do Brasil propõe uma parceria com a Secretaria da Presidência do Senado Federal e a Comissão de Direitos Humanos junto com outras Comissões da Casa para colocar em pauta aspectos relativos à política nacional referente a diretrizes e normas para o uso, ensino, produção e difusão do Sistema Braille em todas as suas modalidades, compreendendo especialmente a Língua Portuguesa. Naturalmente, discutimos também toda a questão que envolve a situação no cego no Brasil.

Acreditamos ser este espaço um largo fórum de discussão para aprofundarmos os conhecimentos a respeito do Sistema Braille e avaliarmos a educação, a profissionalização e a inserção social do indivíduo cego para novos rumos, apontando, assim, caminhos para buscar mecanismos que favoreçam a ascensão intelectual, profissional e social dos cegos no Brasil.

Discutir o assunto à luz das propostas do Governo Federal se faz necessário e é imprescindível já que, na atual conjuntura, a ONCB sinaliza que não se tem dado a essa ferramenta a importância e o reconhecimento que lhe é devido.

O objetivo da audiência pública proposto é celebrar o Dia Nacional do Sistema Braille, analisar as leis que circulam na Casa e já fortalecer a Lei nº 12.266, de 2010. Os objetivos específicos são: disseminar a Lei nº 12.226, do Dia Nacional do Sistema Braille, e divulgar a importância para o Brasil avançar com essa ferramenta, refletir sobre a real importância do Braille e olhar a questão dos cegos com uma visão profissional, social e cultural.

Diz ainda no argumento:

“Reunir legisladores estudiosos dos assuntos, gestores educacionais, instituições públicas e privadas, usuários, professores, profissionais da área de produção Braille e familiares para uma discussão acerca da situação dos cegos no Brasil.

Público alvo: a audiência será destinada a um público presencial de 40 pessoas, que estarão na abertura do evento – que naturalmente será transmitido para todo o Brasil com a presença dos Srs. Senadores e outros convidados.”

Para essa audiência, eles já estão indicando os convidados especiais. É claro que eles lembram aqui a presença deste Senador e dos outros Senadores e, depois, de representantes da Organização Nacional dos Cegos do Brasil e da Associação Brasileira de Educadores e Deficientes Visuais. Eles indicam o nome de Edvaldo da Silva Ramos, Angélica de Oliveira Dias, Patrícia Neves Raposo e também o da representante do Conselho Ibero-Americano de Braille, Regina Fátima Caldeira de Oliveira, do representante do Conselho Nacional de Defesa da Pessoa com Deficiência, Conad, meu amigo gaúcho, recentemente eleito, Moisés Bauer Luiz, e do representante do Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Comissão Brasileira de Braille; Cláudia Pereira Dutra, representante da Fundação Nacional para Cegos ou do Instituto Benjamin Constant; Centro de Distribuição; Roberto Fernando Gallo e Jonir Bechara Cerqueira, um ou outro – eles dizem isso aqui -, Metodologia, audiência presidencial. Enfim, cada participante, é norma da Comissão, terá em torno de 15 minutos mais cinco e debate com o Plenário.

Serão abordados os seguintes temas: toda a problemática da questão da implantação do Sistema Braille, com o conhecimento de todos, e naturalmente tudo o que envolver as pessoas cegas.

Essa é a justificativa de recebi da ONCB (Organização Nacional de Cegos Brasileira). Entendo que

os requerimentos extrapauta estão todos aqui. Quais são, porque também vou situar. Quantos requerimentos extrapauta nós temos aí? Por favor, posso ter acesso a eles?

Vou fazer as leituras, enquanto vamos buscando o número de assinaturas no livro para fazer o requerimento de extrapauta hoje.

O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com fundamento no Dispositivo nº 93, inciso II, requer a realização de audiência pública em comemoração do Dia Nacional do Sistema Braille, com todo o seu envolvimento da situação do cego no Brasil.

Foi-me pedido e encaminhei esse requerimento, que será votado num momento adequado extrapauta.

Também requeiro, com fundamento no art. 93, inciso II, realização de audiência pública no dia 02 de maio do corrente ano, a fim de debatermos a situação da empregabilidade dos trabalhadores experientes, cujo comentário e cuja defesa já fiz aqui, das pessoas com mais de 45 anos, que estão sendo discriminadas no local de trabalho em grande parte. Também entrará extrapauta.

Requeremos desta Comissão, com fundamento no art. 93, realização de Audiência Pública, no dia 09 de março do corrente ano, a fim de debatermos a questão da situação do câncer de mama no Brasil. Também aqui encaminhado como extrapauta.

Requeiro, como Presidente da Comissão de Recursos Humanos e Legislativa Participativa do Senado Federal, com fundamento no art. 93, realização de audiência pública, conforme disse, para discutir as questões políticas na visão dos movimentos sociais.

Com fundamento no art. 93, requeiro a realização de audiência pública, a fim de debatermos proposta da ANVISA sobre a retirada de circulação dos medicamentos inibidores de apetite que já aqui relatei.

Por fim, requeiro, nos termos regimentais, realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, para debatermos Projeto do Senador Vicentinho Alves também.

Já vamos iniciar agora, com o retorno do Senador Sérgio Petecão, a votação dos requerimentos imediatos.

Requeiro, nos termos regimentais, realização de audiência pública, em nome da Comissão de Direitos Humanos e de Participação Legislativa, para debater os problemas carcerários e privatização, da qual já fiz aqui a devida defesa, em nome do Senador Vicentinho Alves, que está adoentado, e o outro também da situação indígena, do qual já fiz a defesa.

Podemos iniciar a Ordem do Dia de hoje, com a presença do Senador.

Vou pedir, neste momento, ao Senador Sérgio Petecão que presida a Comissão para mim, porque uma série de requerimentos aqui são de minha autoria, e eu, se necessário, farei comentários.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PMN – AC) – Com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, requeiro a realização de audiência pública no dia 2 de maio do corrente ano, a fim de debatermos a situação da empregabilidade dos trabalhadores experientes acima de 40 anos. Autoria, o ilustre Senador Paulo Paim.

Coloco em votação o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Até porque já fiz a defesa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PMN – AC) – Ok.

Os que aprovarem permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

Item 2

Com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, requeiro a realização de audiência pública no dia 9 de maio do corrente ano, a fim de debatermos a situação do câncer de mama no Brasil. Autoria, Senador Paulo Paim.

Em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu já fiz a leitura e a defesa antes. Agora, se V. Ex^a quiser colocar em votação...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PMN – AC) – Como o autor do requerimento inclusive já fez alguns esclarecimentos sobre o requerimento, eu coloco em votação.

Os Srs. Senadores que forem a favor permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

Item 3, requerimento.

Com fundamento no art. 93, do inciso II, requeiro a realização de audiência pública para debater a reforma política, na visão dos movimentos sociais. Autoria, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Foi um apelo de todas as centrais e confederações de trabalhadores que gostariam de dar a sua opinião sobre a importância da reforma política, porque eles percebem que a reforma política não está chegando ao povão, à massa. E nós sabemos, já disse um poeta, que as nossas vidas passam por decisões do mundo político. Se tivermos um fórum aqui, convidaremos inclusive o relator, o coordenador da reforma política aqui na Câmara ou no Senado e faremos um debate sobre o

tema para que eles possam se apropriar do conhecimento, das mudanças que teremos na legislação no futuro. Este é o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PMN – AC) – Até porque qualquer decisão que for tomada nesta Casa vai refletir diretamente na vida de cada um.

Parabéns, Senador Paulo Paim.

Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

Item 4.

Com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, requeiro a realização de audiência pública a fim de debatermos a proposta da Anvisa para a retirada de circulação dos medicamentos inibidores de apetite.

Autoria, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Rapidamente também, Senador. Há um debate grande no campo da saúde, entre os médicos, sobre se podem ou não podem continuar receitando medicamentos que, conforme decisões de alguns países como Estados Unidos e outros, prejudicam a saúde. A Anvisa caminha na linha de proibir alguns chamados inibidores de alimentação.

Quando fui procurado por ambos os lados, dizendo que isso é uma questão de direitos humanos, porque se refere à obesidade, eu disse: olha, eu abro o debate. Então esse é o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PMN – AC) – Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

Item 5, requerimento:

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão e de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater sobre os problemas carcerários e a privatização do sistema prisional brasileiro. Convidado Dr. Alvaro Manzano, Procurador da República do Estado de Tocantins, Dr. João Costa Ribeiro Filho, Secretaria de Segurança e Justiça, Dr. Ofhir Cavalcanti, Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, a Sr^a Hebe Teixeira Romano, Coordenadora de Reintegração Social do Departamento Penitenciário, Depen, Diácono Manoel Luis Tranquilino do Nascimento, da Pastoral Carcerária Nacional, representando a CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

Senador Paulo Paim, se o senhor me permite gostaria de fazer uma sugestão e incluir nesse requerimento que houvesse um representante da Frente da Família. É uma frente que será instalada aqui no Senado de que faço parte. Já tivemos, ontem, uma

audiência com o Ministro da Justiça e o debate fluiu nesse sentido.

Esse é um dos temas que, com certeza, a Frente da Família poderá ter uma participação que acho importante.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu concordo com o seu encaminhamento. Podemos fazer juntos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PMN – AC) – Com a palavra a Senadora.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Sr. Presidente, gostaria de dizer que esses são requerimentos extremamente pertinentes.

Estamos com um problema seríssimo no País. A mídia tem, sistematicamente, mostrado questões absurdas que acontecem nas nossas penitenciárias, sub-humanas. Não estou aqui defendendo criminoso, mas estou dizendo que é impossível que as pessoas não tenham o direito de ter pelo menos a sua vida preservada, e isso não estamos vendo nas nossas penitenciárias, nos nossos cárceres.

As delegacias de polícia, que têm uma função precípua, hoje se transformaram em cárceres e é inadmissível que esta Casa não ache uma saída para essa questão, apoiando o Executivo e os governos estaduais e municipais. Portanto, sou amplamente favorável a esse debate nesta Casa.

Temos que procurar ajudar sempre que possível e levantar como é que está realmente a situação do País efetivamente porque o que nós sabemos geralmente é pela mídia e precisamos ter informações mais contundentes, mais sérias a esse respeito.

Sou amplamente favorável e quero, de antemão, dar o meu voto a favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Essa sugestão é do Senador Vicentinho? É do Senador Vicentinho essa proposta?

Ele não se encontra aqui porque está adoentado. Eu acho que, se V. Ex^a concordar, a gente aprova o requerimento e vamos fazer integrado com a comissão da família, atingindo o objetivo que a Senadora argumentou.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PMN – AC) – Frente Parlamentar da Família.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso.

Convidamos e faremos um trabalho integrado desta comissão, convidando a frente parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PMN – AC) – Vamos colocar em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

Requerimento nº 06:

“Requeiro, nos termos regimentais, audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater sobre a saúde, alcoolismo, droga e soberania alimentar nas comunidades indígenas.

Convidados: Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da FUNAI; Sr. Antonio Alves, Secretário Nacional da Saúde indígena; Sr. Marcos Terena, Professor da Cátedra Indígena Internacional; Dr. Álvaro Manzano, Procurador da República do Estado de Tocantins e Dr. Hugo Hanz, representante da Divisão Indígena da Polícia Federal no Tocantins.”

Aqui, Sr. Presidente, o autor é desse requerimento é o...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É o Senador Vicentinho que está adoentado. Então, assinamos como co-autores. O objetivo é esse, é discutir a problemática toda que se encontra neste momento, conforme está no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PMN – AC) – Eu gostaria aqui também, Sr. Presidente Paim, de sugerir que a Frente Parlamentar da Família participasse desse debate. Ontem, tivemos um depoimento de alguns membros. Um pastor levantou uma questão, na discussão com o Ministro, a respeito do infanticídio, porque hoje os nossos índios, às vezes até por falta de informação mesmo... E é importante nós colocarmos uma participação da Frente Parlamentar da Família aqui também, porque é um tema que vem sendo discutido lá na frente por algumas lideranças.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Eu gostaria de discutir também, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PMN – AC) – Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Mato Grosso do Sul, o meu Estado, tem a segunda população indígena do País. Parece brincadeira. As pessoas, às vezes, não entendem isto, no Brasil: como um Estado do centro-sul, como é Mato Grosso do Sul, tem a segunda população indígena do País, depois do Amazonas. Conheço bem essa problemática, que preocupa, principalmente, os habitantes de Mato Grosso do Sul, de regiões como Miranda, Dourados e Amambai, todas com grandes populações indígenas.

E eu sinto falta, neste requerimento, que já está muito extenso – queria que o Senador Paim também atentasse para isto: o número muito grande de pessoas –, de alguém que está lá, na base. Eu sinto falta de um Prefeito estar aqui para dizer das suas dificuldades em atender a população indígena, porque uma coisa é nós vermos os órgãos confessionais e os órgãos do Executivo nacional. Mas quem está lá, na base, o Prefeito que está lá sentindo as necessidades, o Governador

que está lá tendo que atender diretamente a população, eu acho que eles têm de dar o seu depoimento, como o Prefeito de Dourados, a segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul, que tem uma aldeia indígena dentro da própria cidade, que tem um alto índice de alcoolismo e um dos maiores índices de suicídio de adolescentes. Quer dizer, eles têm que vir aqui colocar a sua visão.

Agora, só acho, Senador Paim, que tem muita gente. Ou desdobra em duas audiências públicas, neste caso, ou diminui o número de participantes, porque é inadmissível que coloquemos aqui oito, nove pessoas para debater.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se V. Ex^a concordar, permita-me um aparte. Acho que é tão importante a questão indígena que podíamos fazer, inclusive, duas audiências. Podia ser uma segunda-feira e uma terça-feira. Faríamos duas audiências públicas para que todos pudessem fazer uso da palavra, respeitando as indicações do Senador Vicentinho, que é o autor do requerimento, a sua contribuição e a contribuição da Senadora. Podíamos fazer dois dias, em uma segunda-feira e uma terça-feira, para debater a questão indígena. Aí V. Ex^a indica qual o dia que V. Ex^a prefere que venha o Prefeito.

A SR^a MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Depois eu envio à Comissão, por escrito, a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PMN – AC) – Pelo que vejo aqui, Senadora, o Senador Vicentinho focou no Estado de Tocantins. Eu acho que seria interessante que os Prefeitos... É como V. Ex^a diz. V. Ex^a está coberta de razão, porque as pessoas moram nos Municípios. São eles que sentem as dificuldades: o Prefeito do Município que, com certeza, está dentro dessa região indígena e também o Governador do Estado. Isso não impede que os Prefeitos e o Governador do Mato Grosso do Sul, que V. Ex^a sugeriu...

A SR^a MARISA SERRANO (PSDB – MS) – É um Prefeito que acho fundamental. E os Governadores também poderiam ser ouvidos. Eu não sei se o Governador de Tocantins... Eu não sei que tipo de problema tem a população indígena em Tocantins. Eu não conheço a realidade de Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PMN – AC) – Eu também não conheço. Eu conheço a do Acre.

A SR^a MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Eu conheço a realidade de Mato Grosso do Sul. Eu posso dizer, como a segunda maior população indígena do País, que nós estamos tendo enormes problemas. O índio em Mato Grosso do Sul é muito diferente do índio não aculturado ou pouco aculturado do Amazonas. Uma

cosa é dizer do índio que está lá no meio da floresta. Outra coisa é dizer do índio que está dentro da cidade, que não tem floresta, como Mato Grosso do Sul, que é um Estado extremamente produtor de grãos e produtor de carne. É muito difícil a vida do índio e não se pode dizer que a política indígena tem que ser a mesma para o Amazonas e para Mato Grosso do Sul. Há uma diferença muito grande de aculturação desses índios. Então, essa é uma questão que tem que ser discutida. Talvez aí, Senador Paim, poderíamos deixar, já que este é mais ligado ao Tocantins, que se faça essa audiência pública e depois se pense numa audiência pública mais nacional.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PMN – AC.) – É aquilo que eu disse. Ele focou diretamente no Estado dele, porque lá no meu Estado, no Estado do Acre, nós temos também essa questão indígena. Eu penso que a pessoa que está apta a fazer esse debate seria o prefeito. Concordo com a senhora, porque, se fizermos aqui uma audiência pública, chamarmos todas essas entidades aqui já citadas e não chamarmos o prefeito de Sena Madureira lá no meu Estado, você não fez nada, porque são os prefeitos que sentem os problemas. Acho que a senhora está coberta de razão. Acho que fica melhor esse entendimento de fazermos essa audiência aqui e depois chamarmos a um debate mais amplo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu proporia, se os senhores concordarem, se pudessem ambos fazer o requerimento para aprovarmos num outro dia com esse objetivo mais amplo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PMN – AC.) – Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item nº 7.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu queria aproveitar, Senador Sérgio Petecão, com V. Ex^a na Presidência, para solicitar que V. Ex^a coloque em votação um ou outro requerimento meu que eu teria que fazer a defesa. V. Ex^a colocaria em votação e depois eu assumo dali para frente.

Requerimento extrapauta, de minha autoria, com fundamento no art. 93, inciso II:

Requeiro a realização de uma audiência pública, a fim de debatermos a proposta da Anvisa que retira de circulação medicamentos inibidores de apetite. Esse extrapauta, se V. Ex^a pudesse colocar em votação, foi a pedido tanto dos médicos, das pessoas obesas, como também da Anvisa. É um debate que nós temos que fazer e tem tudo a ver com cada homem e com cada

mulher deste país que usa os chamados medicamentos inibidores de apetite.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PMN – AC.) – Ok. Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo a presidência dos trabalhos ao Senador Paulo Paim.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PMN – AC) – Senador Paulo Paim, se V. Ex^a me permite, eu gostaria de fazer um registro de um acreano ilustre. Estou vendo ali fazendo parte desta comissão o Dr. Pedro Paulo Castelo Branco. Um dos grandes advogados do nosso país, acreano do pé rachado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Seja bem-vindo à Comissão de Direitos Humanos.

Senador Cristovam está com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu gostaria de solicitar, se for de acordo dos demais Senadores, uma antecipação do item que sou relator, porque vou ter que estar na Comissão de Relações Internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em votação a inversão de pauta.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Senador Cristovam com a palavra para proferir parecer.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, trata-se de um projeto do Senador Raimundo Colombo, que, a meu ver, tem uma grande importância.

Vou ler rapidamente, indo diretamente à análise, sem aquela introdução sobre os diversos artigos, apenas dizendo que o Projeto de Lei nº 97, de 2009, já foi apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais, que o aprovou com treze emendas. Não foram apresentadas outras emendas neste momento.

Cabe à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa examinar os aspectos da matéria relativos à proteção de crianças e adolescentes. É nesse sentido que, conforme esclarece a justificativa da proposição, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda já recomendou aos Municípios que passem a remunerar os conselheiros tutelares que atuem em regime de dedicação exclusiva. Eu chamo atenção: aqueles de dedicação exclusiva. Não obstante, o Estatuto da Criança e do Adolescente garante autonomia municipal para decidir assuntos como esses na sua autonomia política. A

garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes é obrigação de toda a sociedade, do Estado e da família. Os Conselheiros Tutelares exercem uma função que supera o cumprimento dos deveres de todos os cidadãos na proteção integral à infância e à adolescência, pois assume responsabilidades extraordinárias no exercício de suas funções, frequentemente sacrificando seus interesses pessoais e seu bem-estar em prol da coletividade. A instituição de remuneração obrigatória e de direitos sociais mais abrangentes em favor dos membros dos Conselhos Tutelares que se dedicam a essa função em regime de dedicação integral prestigia a importante atividade com a qual essas pessoas contribuem para a proteção integral da infância e da juventude.

As emendas aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais aprimoraram significativamente a redação do PLS nº 97, evitando qualquer ofensa à autonomia municipal. No mesmo sentido da manifestação daquela comissão, entendemos que é importante reforçar a recomendação de remunerar os membros dos Conselhos Tutelares sem ofensa à autonomia municipal.

Antes de dar o meu voto, quero abordar um aspecto de total defesa e uma dúvida que recebi informalmente. A defesa que tenho, Senador Paim, é a de que este País não pode ficar como sendo o país mais perverso do mundo em relação às crianças. Senador, tirando os países em guerra e aqueles que usam crianças para guerra, como soldados, nenhum outro país tem esse número de crianças assassinadas a cada ano, nenhum outro país tem esse número de crianças abandonadas permanentemente nas ruas, nenhum outro país tem esse número de crianças que fazem de conta que vão à escola ficando até às 10 horas, quando, depois da merenda, vão embora, ou que vão num dia e não vão no outro. Apesar disso, nenhum dos Governos brasileiros até hoje – e não foi por falta de sugestão – criou uma secretaria, perto do Presidente da República, para se preocupar e cuidar das crianças. Temos secretaria com status ministerial para cuidar das mulheres, dos negros, dos jovens. Temos um sistema para cuidar dos idosos. Temos a FUNAI para os índios. Nada para as crianças! Quando há um problema de prostituição infantil, por exemplo, o Presidente liga para a Polícia. Não é possível uma coisa dessa! Quando tem um problema de saúde, liga para o Ministério. Mas, com casos de jovens, não. No caso de jovens, tem um encarregado dos jovens.

Este País não erradicou ainda a prostituição infantil – e deixe-me explicar que não chamo de exploração sexual, como politicamente correto, porque acho que diminui a tragédia. Exploração tem de outros tipos, apenas estamos acrescentando mais um tipo de explo-

ração. Não é mais um tipo de exploração a exploração sexual de crianças, é uma coisa muito mais grave. Por isso, eu uso a palavra prostituição infantil, forçada de crianças. Não acabamos ainda, porque não tem uma pessoa encarregada disso. Não tem um xerife para resolver isso, xerife não no sentido policial, xerife no sentido ministerial - temos comissões para tudo, não temos uma que funcione efetivamente como encarregada disso -, que seja demitido se, seis meses depois de nomeado, ainda continuar essa tragédia, que não estamos vencendo. Eu gostaria – e vou trazer uma sugestão – de uma audiência pública sobre a necessidade de se criar uma secretaria, com nível ministerial, junto à Presidência da República, para as crianças, como há para os jovens, como há para as mulheres, como há para os negros, e eu justifico todas essas e sou favorável.

Diante disso, uma das poucas coisas que agem em defesa da criança é o Conselho Tutelar. É claro que, mais uma vez, isso mostra o abandono, porque, enquanto o jovem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, se me permitir, eu pedirei à assessoria que bata o requerimento. V. Ex^a assina e encaminha, e nós analisamos extrapauta.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Está ótimo. Faço agora. Ótimo.

Enquanto jovens, mulheres, negros são uma preocupação federal, o Conselho Tutelar é municipal. A escola, a educação de base é municipal; a universidade é federal.

Nós temos uma preferência pelos mais velhos, que votam. Nós temos um desprezo pelas crianças neste País. Essa é a verdade. Tínhamos que reconhecer isso.

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Senador, permite-me um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Por favor, só para concluir.

Por isso, sou favorável, sim, à remuneração dos conselheiros tutelares de dedicação exclusiva e não daqueles que vão lá uma vez ou duas por semana. Entretanto, foi-me levantado, informalmente, a preocupação de que esse salário poderia ficar permanente mesmo depois do mandato. Eu não vejo por que isso. Não vejo qual é a lógica, porque Senador, quando termina o mandato, perde seu salário corretamente; Deputado perde; Vereador perde. Qualquer dirigente de empresa que não é o dono e que perde a posição não recebe mais salário. Eu não vejo uma lógica nesse medo de que o conselheiro tutelar vai manter o salário. Só se for, mais uma vez, essa raiva que se tem no Brasil contra a criança. Se fosse conselho tutelar dos

estudantes universitários, provavelmente todo mundo seria a favor e defenderia a remuneração. Mas não é de estudante universitário; é de criança. Então, surgiu essa dúvida.

Em face dessa dúvida, estou disposto a pedir mais um tempo a esta Comissão para estudar o assunto e tirar essa dúvida, porque é claro que eu serei radicalmente contrário a que a remuneração ao conselheiro permaneça depois que termine o seu mandato. Sou terminantemente contra a criar o direito adquirido a essa remuneração. Eu só peço que isso volte já na próxima semana, porque são centenas de conselheiros tutelares dedicados ao trabalho – e eu vejo essa dedicação – que substituem famílias, quando as crianças não as têm, substituem o Estado, que se nega a cuidar da criança. Eu espero que não demore mais de uma semana, mas estou disposto a discutir com aqueles que consideram que há um risco de se criar um direito adquirido de remuneração. Se a Comissão estiver de acordo, peço uma semana a mais para trazer o meu parecer definitivo.

Antes disso, passo a palavra ao Senador.

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Tenho pouco a acrescentar ao que V. Ex^a acabou de dizer, de falar. É uma verdade, porque, infelizmente, no nosso País, a criança ainda não conseguiu ser prioridade.

Acho que nós temos, como V. Ex^a, com muita propriedade, relatou, Secretarias e Ministérios os mais diversos possíveis, situação com a qual eu também concordo. Agora, infelizmente, a criança, apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda não consegue ser vista como prioridade.

Vou dar um exemplo, que é uma luta que eu venho travando há alguns anos – já estive até conversando com o Ministro Alexandre Padilha –: é a questão das equipes de saúde da família. Eu estou pleiteando a introdução do pediatra na equipe da saúde da família, porque o PSF é formado pelo médico, pelo odontólogo, pela enfermagem e pelos técnicos, e o nome do Programa é Saúde da Família. Será que criança não faz parte da família? Questiono, Senador Cristovam...

Sou médico há 26 anos. Não me sinto habilitado, capacitado para atender criança, porque há uma particularidade, há todo um envolvimento específico do diagnóstico terapêutico da criança. As doses são diferentes. As doenças são diferentes. O diagnóstico é feito diferente. Então, na hora em que se coloca, como médico da família, um clínico – não estou contra, estou querendo acrescentar –, ele não tem o preparo técnico para fazer um diagnóstico precoce; ele não tem o preparo técnico para prescrever a medicação,

que são em doses pequenas, dependendo do peso. É algo muito detalhado. Acho inclusive que, nas regiões mais carentes deste País, a presença do pediatra iria contribuir, e muito, para diminuir a mortalidade infantil, exatamente porque vai permitir o diagnóstico precoce de doenças que se instalarão posteriormente por falta dessa visão técnica apurada. Então, venho solicitando isso. Já conversei com o Ministro. Acho que é justo. A gente precisa enxergar a criança com prioridade, mas não é só no papel. A gente tem que promover ações em que de fato a gente perceba que a criança está sendo priorizada no País, como essa questão que V. Ex^a levantou.

Outro dia, um projeto que foi apreciado aqui e que tinha como relatora a Senadora Marisa Serrano abordou a questão da merenda escolar. Na minha região, a merenda escolar é um fator determinante da evasão escolar. Nas escolas que têm regularidade na merenda escolar, a presença da criança é sentida. Na hora em que isso não é regular, há maior evasão escolar, inclusive da repetência. O senhor, como educador, sabe bem mais que eu. No entanto, a gente não pode perder do nosso horizonte que existem crianças que têm algum tipo de patologia, que são diabéticas, que são hipertensas, que são renais e que, portanto, precisam de uma dieta especial, e não se enxerga isso. Graças a Deus, o projeto relatado pela ilustríssima Senadora Marisa Serrano, já inclusive recebi o relatório, vem contemplando isto, a visão que prioriza o atendimento a crianças.

São essas particularidades que a gente percebe que precisam ser levadas à frente para que a criança verdadeiramente seja prioridade neste País. O nosso futuro vai depender muito da forma como atendemos e cuidamos das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Só depende disso!

Pediria, para concluir, a permissão a V. Ex^a para subscrever o seu requerimento. Também peço... V. Ex^a contemplou meu pensamento. O Brasil precisa de uma secretaria para cuidar da criança, com *status* de Ministério. Ou a gente faz isso ou as nossas crianças não serão, não vão conseguir ter nunca a prioridade que a gente quer. Não sendo assim, o nosso futuro, não temos muita segurança sobre ele, porque a criança, o adolescente, o jovem são o futuro do País, de todo e qualquer País.

Portanto, quero parabenizar pela sensibilidade que V. Ex^a demonstrou em suas palavras. Para mim não é surpresa. Gostaria de pedir também permissão para subscrever o requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Davim, o requerimento está sendo

entregue a V. Ex^a. O Senador Cristovam já assinou. Logo após V. Ex^a assinar poderemos colocar em votação extrapauta.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam que eu coloque extrapauta o requerimento do Senador Cristovam com o seguinte conteúdo. Vou ler o conteúdo.

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Sr. Presidente, uma dúvida que gostaria de tirar. Essa questão do pediatra no PSF, poderia encaminhá-la através da Comissão requerimento ou solicitação nesse sentido?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Então, eu gostaria de fazê-lo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Converse com a assessoria, e depois a gente encaminha sem problema nenhum.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Chega à Mesa, então, requerimento do Senador Cristovam com o seguinte teor: “Com fundamento disposto no art. 93, inciso II, requeiro a realização de audiência pública para debater a necessidade de criação de uma Secretaria Nacional da Criança.” Assinam o Senador Paulo Davim e o Senador Cristovam.

Em discussão o requerimento já que eu tinha afirmado antes que todos concordaram, pelo que percebi, que entrasse extrapauta. Então, garantindo, todos concordam com o extrapauta? (Pausa)

Aprovado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu só queria... Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quanto ao mérito, Senador Cristovam, pode discutir o mérito. V. Ex^a está com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Quanto aos que virão falar na audiência e que não colocamos nesse requerimento, creio que é fundamental que esteja o Conanda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Peço à assessoria que tome nota dos convidados.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – ...que inclusive não é favorável, pelas notas que eu tinha. Sugiro o Dr. Deoclécio, Secretário da Criança no Distrito Federal, que há tempos vem estudando essa conveniência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, Conanda e Dr. Deoclécio.

Se algum Senador tiver outra contribuição a dar, pode depois encaminhar para esta Secretaria da Comissão de Direitos Humanos.

Em votação o requerimento assinado até o momento pelo Senador Cristovam e pelo Senador Paulo Davim, que querem uma audiência pública para discutir a necessidade ou não da criação de uma Secretaria Nacional da Criança. Convidados: Conanda e Dr. Deoclécio.

Mais alguma contribuição? Senão, até o momento, Conanda e Dr. Deoclécio são nossos convidados.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Por enquanto, eu sugeriria esses dois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok. Em votação.

Os que concordam com o teor do requerimento e com os nomes indicados permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

Temos um projeto que não é terminativo, que é do Senador Walter Pinheiro. Eu convidaria, se ainda entendesse, o Senador João Alberto. Pergunto se não quer relatar *ad hoc*, já que a Senadora Marinor Brito está fora e não vai poder estar presente, o Item nº 7, página 23.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Presidente, estou tomando conhecimento do assunto agora. Assim sendo, não me acho no momento pronto para relatar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, convido o Senador Paulo Davim. Não gostaria de ler o relatório do nobre Senador Walter Pinheiro, parecer construído pela Senadora Marinor Brito, que não vai conseguir estar aqui em tempo? V. Ex^a faria a leitura do relatório e vamos discutir. Não é terminativo, e dá para ser votado se assim os Senadores entenderem.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Relatório:

“Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 169, de 2009, autuado na Casa de origem como Projeto de Lei nº 2.108, de 2003, de autoria do Deputado Walter Pinheiro, tem por finalidade proibir entidades ou empresas brasileiras ou sediadas no Brasil de firmar contratos com empresas sediadas em outros países que explorem trabalho degradante. Para esse fim, estabelece que o trabalho degradante corresponde às formas de trabalho violadoras da dignidade da pessoa humana, consoante acordos, tratados ou atos internacionais ratificados pelo Brasil, apuradas mediante procedimento de investigação de organismos internacionais.

As entidades ou empresas brasileiras ou sediadas no Brasil devem avaliar previamente a situação da empresa contratante estrangeira e, no caso de violação ao disposto no Projeto, ficam proibidas de firmar contrato com quaisquer entes ou órgãos públicos que

participarem de licitação ou de se beneficiar de recursos públicos por prazo de cinco anos.

Caso seja aprovado o PLC, a lei dele decorrente entra em vigor seis meses após a data de sua publicação. O autor justifica a proposição com fundamento na responsabilidade compartilhada de respeitar e promover os direitos humanos. Nesse sentido, os contratos internacionais não podem corroborar direta ou indiretamente práticas degradantes nas relações de trabalho.

O PLC nº 169, de 2009, foi distribuído inicialmente a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), devendo ainda ser analisado pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em caráter terminativo nesta última.

Não foram apresentadas emendas à proposição até o presente.

Análise.

Nos termos do art. 102, e, inciso III do Regimento Interno do Senado compete à CDH analisar a proposição sobre perspectiva de garantia e promoção dos direitos humanos.

A Constituição de 1988 expressa alguns valores que devem nortear a nossa apreciação da matéria, entre eles, podemos ressaltar o valor social do trabalho e da livre iniciativa, associada à dignidade da pessoa humana, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a proibição da tortura e do tratamento desumano e degradante.

Nesse sentido, é importante reconhecer a importância do PLC nº 169, de 2009, na luta pela erradicação do trabalho degradante, inclusive, mas não somente, do trabalho escravo e do trabalho infantil. Essa luta não pode ficar à margem da transnacionalidade das relações econômicas, tendo em vista o postulado ético de que a dignidade humana fundamental não conhece fronteiras, é universal.

A proposição estabelece, na prática, o embargo contra empresas estrangeiras que explorem trabalho degradante, contribuindo efetivamente para coibir essas violações. Além disso, coíbe o chamado *dumping* social, caracterizado pela tentativa de escapar à legislação nacional de proteção dos direitos humanos mediante a contratação de fornecedores ou de prestadores de serviços que não estejam sujeitos aos mesmos rigores nos respectivos países.

Voto. Em razão do que foi exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 169, de 2009.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão a matéria.

O projeto é de autoria do nobre Senador Walter Pinheiro. Relatoria: Senadora Marinor Brito, que não se encontra, e o Senador Paulo Davim fez o relatório.

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Sr. Presidente, eu acho essa iniciativa louvável.

Nós sabemos que País afora encontramos, não só o trabalho escravo, mas o trabalho degradante e acho que um instrumento a mais, um instrumento adicional, não só de fiscalização que se possa coibir esse tipo de prática em nosso País.

Eu acho a iniciativa louvável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O Senador Paulo Davim que concorda com o relatório e, como ele não é terminativo, ele ainda vai para outras comissões, poderá a Casa aperfeiçoar se assim entender, na mesma linha da leitura feita pelo Senador Paulo Davim.

Aqueles que concordam com o parecer lido pelo Senador Paulo Davim, permaneçam como se encontram. *(Pausa)*.

Aprovado com as devidas honras ao Deputado Walter Pinheiro, à Senadora Marinor Brito, que fez o relatório, e ao Senador Paulo Davim.

Temos ainda um outro projeto que é não terminativo em que a Relatora também é a Senadora Marinor Brito.

Eu indagaria à Senadora Ana Rita se poderia fazer a leitura do relatório que é o Item nº 08, página 32. Autoria da Procuradoria-Geral da República, Relatoria Senadora Marinor Brito.

Com a palavra, como Relatora *ad hoc*, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – A Senadora Marinor Brito emitiu a seguinte análise com relação ao referido processo.

Submete-se a esta Comissão o Ofício S nº 14, de 2009, expediente enviado pelo Procurador-Geral da República Antonio Fernando Barros e Silva de Souza que encaminha relatório referente ao “livro negro do terrorismo no Brasil”, nos termos do § 4º, do art. 8º da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão criou comissão para proceder à análise do livro negro do terrorismo no Brasil no intuito de subsidiar o Procedimento Administrativo nº 1340010020572001– 99, que objetiva garantir o direito indisponível e imprescritível das famílias dos participantes da guerrilha do Araguaia de obter do Estado dados que permitam localizar o paradeiro de seus entes mortos na repressão.

A Comissão foi composta pelos Procuradores Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, Livia Nascimento

Tinoco, Marcelo José Ferreira e Marlon Alberto Weichert.

A existência ao referido livro foi revelada por matéria pública ao jornal *Correio Braziliense*, em 14 de abril de 2007, onde o autor afirmava que a referida obra começou a ser escrita em 1986, como forma de responder as acusações contidas no livro *Brasil Nunca Mais*, lançado pela Arquidiocese de São Paulo no ano anterior.

A reportagem afirma que um grupo de trinta oficiais do Centro de Informações do Exército trabalhou de forma sigilosa no Projeto Orvil.

Tendo acesso ao referido livro, a Comissão se debruçou sobre o seu conteúdo, tendo como foco a busca de evidências comprobatórias de que as Forças Armadas Brasileiras possuem documentos que auxiliam no esclarecimento do paradeiro e na localização dos corpos de dezenas de militantes de esquerda, ainda hoje considerados desaparecidos políticos.

Segundo o relatório, o livro teria ficado pronto em 1988, e há apenas a identificação de um de seus autores, cujas iniciais S. A. A. C. podem ser do General de Brigada do Exército Sérgio Augusto de Avelar Coutinho, militar reformado.

Os Procuradores fizeram minucioso estudo do livro e confrontaram as informações de militantes políticos que tiveram suas prisões e mortes mencionadas no livro com os dados coletados pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, de 2007. Verificaram que existem inúmeras informações conflitantes, na maioria das vezes é reproduzida no livro a versão oficial sobre a causa da morte, a qual já foi desconstruída pelo trabalho da Comissão Especial do confronto dos laudos médicos e outros documentos históricos. Porém, o conjunto de informações arroladas nesta obra só poderia ter sido produzido com acesso privilegiado a documentos que as Forças Armadas negam a existência.

Afirma textualmente o relatório que:

Apesar de não trazer elementos que contribuam significativamente para identificação de autores dos crimes cometidos, bem como para o conhecimento das reais condições em que as mortes e os desaparecimentos ocorreram, ele demonstra que os seus autores se louvaram de informações constantes em fontes não trazidas a público. Ele revela até mesmo que o Governo brasileiro nos anos de 1986 a 1988, data em que foi escrito, tinha documentos sigilosos que negava formalmente possuir.

Em outro trecho, o relatório que relata os feitos na terceira parte do livro também revela que há informações consolidadas e organizadas nos arquivos públicos militares ou em poder de agentes que participaram das

forças de repressão. Afirma que a narrativa do livro só pode ser fruto da reunião de trechos de depoimentos de presos e relatórios de agentes da repressão.

Ao final, os Procuradores sugerem a adoção de pelo menos sete medidas concretas, além do envio dos autos do relatório para as demais autoridades constituídas:

1ª – Instauração de procedimentos cíveis e criminais, voltados investigação e a responsabilização de agentes públicos pelos crimes contra a humanidade cometidos durante o regime militar;

2ª – Recomendação à Presidência da República para a instituição de uma Comissão da Verdade, nos moldes preconizados pelas Nações Unidas;

3ª – Cooperação com as autoridades estrangeiras interessadas em investigar e responsabilizar os agentes envolvidos na operação Condor;

4ª – Digitalização e divulgação do inteiro teor do livro;

5ª – Constituição de uma unidade nacional de arqueologia e antropologia forense;

6ª – Identificação e notificação das autoridades e servidores públicos na ativa ou não que participaram do projeto Orvil, entre eles o ex-Ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves e o General Brigadeiro da reforma do Exército Sérgio Augusto de Avellar Coutinho, para que prestem esclarecimentos sobre as fontes utilizadas no projeto Orvil;

7ª – Apuração do fato descrito no livro “Direito à Memória e à Verdade”, página 357, relativa à negação formal dos representantes das Forças Armadas ao então Ministro da Justiça quanto ao conhecimento de informações que já constavam do Orvil e do acervo do Itamaraty.

Aqui segue o voto da Senadora Marinor.

O Senado Federal não pode apenas se conformar em tomar conhecimento deste importante e bem elaborado relatório. Os fatos investigados pela Comissão de Procuradores Federais demonstram que os participantes do Projeto Orvil tiveram acesso privilegiado à fonte documental sobre as reais condições em que as mortes e desaparecimentos de militantes de esquerda ocorreram nos anos do regime militar. A existência de tal documentação é reiteradamente negada pelos representantes das Forças Armadas.

Por isso apresento o requerimento abaixo para que esta Comissão busque contribuir com a elucidação dessa importante página de nossa história e dê a sua contribuição para que dezenas de familiares possam finalmente localizar e enterrar seus entes queridos e mais, que os responsáveis por tais atos possam ser identificados, processados, julgados e punidos por seus crimes.

Senado Federal, Senadora Marinor Brito, do PSOL do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão o parecer da Senadora Marinor Brito, lido aqui pela Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador Presidente, é necessário ainda ler o requerimento da Senadora que emitiu o voto.

Vou proceder então à leitura do requerimento elaborado pela Senadora Marinor:

“Requeiro, tendo por base o Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o teor do relatório produzido pela Comissão de Procuradores Federais acerca do conteúdo do Livro Negro Terrorismo no Brasil, texto produzido pelo projeto Orvil, em 1988.

Requeiro ainda que participem como convidados, 1, a Ministra Maria do Rosário Nunes, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, 2, a Srª Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, Procuradora da República em São Paulo e uma das autoras do relatório, 3, Livia Nascimento Tinoco, Procuradora da República no Distrito Federal e uma das autoras do relatório, 4, Marcelo José Ferreira, Procurador da República em Marabá, Pará, e um dos autores do relatório, 5, Marlon Alberto Wicker, Procurador Regional da República 3ª Região e um dos autores do relatório, 6, Sr. Leônidas Pires Gonçalves, ex-ministro do Exército na época da execução do Projeto Orvil, 7, o Sr Sérgio Augusto de Avellar Coutinho, General da Brigada do Exército, reformado, e identificado como um dos participantes do Projeto Orvil.

Sala das Comissões do Senado Federal, Senadora Marinor Brito, PSOL Pará.”

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação.

Os que concordam com a leitura feita *ad hoc* pela Senadora Ana Rita, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o parecer original da Senadora Marinor.

Segunda votação.

Os que concordam também com a audiência pública conforme o requerimento lido pela Senadora Ana Rita permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Está aprovado o parecer e também o encaminhamento feito, que é de uma audiência pública.

Vou colocar rapidamente em votação, porque já havia recebido aqui na mesa um requerimento. Apenas ficamos na dúvida se ele poderia ser apresentado hoje,

porque nós vamos instalar a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, que vai ser a Senadora Angela Portela, pelo menos como indicação nossa – vai ser votado naturalmente – que deve ser a Presidenta dessa comissão.

E ela já me remeteu o seguinte requerimento:

“Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito desta comissão, a fim de debater a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 2006, que voltou a figurar no noticiário do Judiciário e na sociedade possíveis alterações em função de interpretações díspares sobre a sua aplicabilidade.

Para cumprir tal finalidade, indicamos como convidados, Ministra Iriny Lopes, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Ministra Maria do Rosário, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministra Luiza Bairros, da Secretaria Especial da Igualdade Racial, Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Cezar Peluso.

Sala das Comissões. Angela Portela.

Então nós faremos dois encaminhamentos.

Primeiro, os Senadores que concordam que esse requerimento entre extrapauta permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Vamos ao mérito.

Eu quero também esclarecer que é também intenção da Senadora Angela Portela que essa audiência pública seja realizada no dia, vamos trabalhar nesse sentido, em que nós vamos já instalar a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher. Eu acho que é um gesto muito positivo. Já instalamos e, em seguida, faremos um belo debate sobre o tema.

Então aqueles que concordam permaneçam como se encontram, de acordo com o requerimento da Senadora Angela Portela. *(Pausa)*

Aprovado.

Nós temos ainda quatro projetos terminativos. Eu vou pedir que a gente faça a leitura, porque, no momento em que nós tivermos aqui no plenário, não só no livro, o número de Senadores presentes, a gente pode, em seguida, ir para a votação.

Então, o primeiro projeto na ordem é o de nº 9, de autoria do Deputado Sebastião Bala Rocha. Relatoria: Senador Cícero Lucena, que autorizou que eu indicasse um relator *ad hoc*. Já combinamos. Então é o Senador Paulo Davim que passa a ser o relator *ad hoc* do projeto que altera o art. 19 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Obriga o estabelecimento de saúde a fazer as notificações compulsórias em caso de violência contra os idosos.

Sinto uma alegria enorme, porque fui o autor do Estatuto do Idoso e percebo que cada vez mais ele está sendo aprimorado, está sendo melhorado.

V. Ex^a com a palavra, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Pois não, Presidente.

Farei agora a leitura do relatório.

Vem à análise desta comissão o Projeto de Lei da Câmara PLC nº 298, de 2009, Projeto de Lei nº 944, de 2007, na origem, de autoria do Deputado Sebastião Bala Rocha, que pretende tornar obrigatória a notificação pelos serviços de saúde de casos de suspeita ou de confirmação de violência contra o idoso neles atendidos.

A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, já obriga os profissionais de saúde a comunicar casos de suspeita ou de confirmação de maus tratos contra o idoso.

A proposição que ora examinamos estende essa obrigação aos serviços públicos e privados de saúde e define a violência contra o idoso como sendo qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico.

Remete à Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de vigilância epidemiológica sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças e dá outras providências, determinando a sua aplicação no que for cabível à notificação compulsória de violência contra o idoso.

O PLC nº 298, de 2009, foi aprovado pela Câmara dos Deputados e nesta Casa foi examinado pela Comissão de Assuntos Sociais, que o aprovou com a emenda de redação votada para o aprimoramento da sua técnica legislativa.

Vem agora a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para a apreciação em caráter terminativo.

Não foram recebidas emendas nesta Comissão.

Análise

O PLC nº 298, de 2009, traz importante contribuição no combate à violência contra o idoso, pois favorece o fim da impunidade dos autores dessas agressões.

Como menciona o autor da proposição na sua justificativa, muitos idosos deixam de denunciar às violências que sofrem, seja por estarem fragilizados e assustados, seja por sentirem constrangimento em denunciar os autores, sobretudo quando estes são os seus próprios parentes.

A notificação compulsória, que passa a ser obrigatória para os serviços públicos e privados de saúde,

permite a devida persecução penal dos culpados e favorece a elaboração de políticas públicas voltadas para a prevenção e a repressão da violência contra o idoso. Aprimora-se desta forma a legislação já vigente.

Ressalta-se, com a relação à violência contra o idoso, que essa modalidade de agressão costuma ser especialmente covarde e merecedora de enérgica repressão social e legal, especialmente quando os autores dessa violência se favorecem de superioridade física ou da relação de independência econômica ou afetiva que mantêm com os agredidos.

Voto.

Em razão do que foi exposto, voto pela aprovação do PLC nº 298, de 2009, com a emenda já aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, neste momento...

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Apenas para ratificar essa iniciativa, eu abomino todo e qualquer tipo de violência, por menor que seja, contra o idoso, contra a criança. É um ato, como ele diz bem aqui, de covardia sem precedentes. Você usar da superioridade orgânica, física, até da dependência – essa que é mais dolorida, a dependência emocional, a dependência econômica – e submeter esse idoso a qualquer tipo de violência... Muitas vezes o que é tolerado sem nenhum problema e nem sequer é percebido em um jovem, em um indivíduo que não está contextualizado dessa forma, no idoso, não. Por menor que seja esse ato, nele tem uma repercussão muito grande.

Então, mais uma vez quero externar a minha concordância com essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Paulo Davim. Eu sei do seu trabalho dentro dessa linha dos direitos humanos, da criança, do adolescente, do idoso, da mulher, de combate a todo o tipo de preconceito. V. Ex^a fez o relatório e ainda fez a defesa do relatório.

Então nós o retiramos de pauta e ele entra para a votação na próxima quinta-feira.

Obrigado, Senador.

Passamos a palavra, então, ao nobre Senador João Alberto, para que, conforme entendimento feito, ele faça o relatório de um projeto de autoria da Senadora Marisa Serrano, que já esteve aqui conosco, que

foi feito da forma original, da relatoria, pela Senadora Marinor Brito.

O projeto altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e a sua integração social, para tratar do direito à moradia e introduzir o uso da expressão “pessoa com deficiência”.

Quero cumprimentar a iniciativa da Senadora e também do Relator agora *ad hoc* João Alberto, que concordou, depois que leu realmente o parecer, porque temos a mania de chamar pessoas portadoras de deficiência.

E eu me lembro do debate do estatuto da pessoa com deficiência na Câmara. Todos diziam: pelo amor de Deus, tirem essa palavra portador. Aqui, pessoa com deficiência.

Então, com alegria, o parecer de V. Ex^a e depois abriremos para a discussão se assim entenderem.

Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, vem à análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 142, de 2010, da Senadora Marisa Serrano, com o relevante mérito de incluir o direito à habitação própria para as pessoas com deficiência na legislação vigente. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa sobre o projeto de lei da Senadora Marisa Serrano, dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social para tratar do direito à moradia e introduzir o uso da expressão “pessoa com deficiência”.

Acerca da cláusula de vigência imediata, embora entendamos que o mérito da proposição é premente, deve-se levar em consideração que há procedimentos administrativos indispensáveis ao cumprimento da lei, posto que, de imediato, os programas habitacionais afetados pela nova legislação serão lançados na ilegalidade, caso exista cláusula de vigência arazoada. Para tanto, consideramos que um prazo de noventa dias seja adequado ao que se destina essa muito bem-vinda e necessária atualização de direito para os brasileiros com deficiência.

O voto. Em face ao exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 142, com a seguinte emenda:

Emenda nº 1 – altera-se a cláusula de vigência no art. 3º do PLS nº 142, para entrada em vigência em noventa dias a contar da publicação da lei.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço, Senador João Alberto, a leitura do relatório do projeto da Senadora Marisa Serrano. Nós vamos retirá-lo de pauta, naturalmente, porque a vo-

tação é nominal e terminativa. É nossa intenção fazer um esforço concentrado para votar na quinta. Nesta comissão, vamos votar os projetos terminativos, porque sei que houve um tempo em que era muito difícil votar terminativos.

O item 11 já teve seu relatório feito por parte do Senador Cristovam. Ele mesmo pediu para retirar de pauta. Vamos ao item 12. Vou pedir para a Senadora Ana Rita para fazer... Quanto ao projeto anterior, nós vamos deixar que continue a discussão e, por isso, eu só pedi a leitura do relatório. A Senadora Ana Rita me alertou da importância de não fechar a discussão. Então, vamos manter a discussão e a votação será na próxima semana.

Item nº 12. A Senadora Ana Rita vai fazer a leitura sem prejuízo da discussão, que não encerraremos. O projeto é do Senador Renan Calheiros. O que diz o projeto? O projeto, terminativo, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para implementar uma política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos. Autoria: Senador Renan Calheiros. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatora *ad hoc*: Senadora Ana Rita, que tem a palavra para leitura do relatório.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – O relatório do Senador Cícero Lucena é o seguinte: cabe a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa analisar, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2009, do Senador Renan Calheiros, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, com objetivo de criar cadastro centralizado e integrado de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos. O projeto é composto por três artigos. O primeiro deles acrescenta parágrafo único ao art. 87 do Estatuto, para criar o cadastro, delegando ao Poder Executivo a sua regulamentação. Já o art. 2º torna obrigatória a notificação ao cadastro dos casos de desaparecimento em investigação e o art. 3º trata da vigência da lei proposta.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou a matéria com três emendas que não modificam a essência do projeto, visando tão-somente adequar sua redação às regras da técnica legislativa. Nesta Comissão, não foram apresentadas emendas à matéria.

Em seguida, a análise do Relator.

O Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2009, enquadra-se nas matérias pertinentes ao exame desta Comissão previstas no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Também atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Ademais, a proposição respeita os limites de competência do Poder Legislativo, pois propõe a adoção de regras gerais para o funcionamento de cadastro de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos e delega a regulamentação mais detalhada ao Poder Executivo.

Quanto ao mérito, trata-se de matéria relevante, considerando que a criação de um cadastro de tal natureza integrado a outros sistemas já em funcionamento tanto poderá contribuir para a rápida localização de crianças e adolescentes desaparecidos, diminuindo a angústia que tais ausências acarretam às famílias, como também dará uma medida mais exata de quantos são os desaparecidos, quem são e de onde desapareceram.

Por fim, o projeto também cuida de garantir a rápida investigação dos casos de desaparecimentos que deverão ser notificados no cadastro, possibilitando que as informações circulem rapidamente entre portos, aeroportos, polícia rodoviária e companhias de transporte interestaduais e internacionais.

O voto do Relator.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2009, com as emendas acolhidas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Comissões, Relator Senador Cícero Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Em discussão.

Quero dizer que não estou encerrando a discussão. Eu abro a discussão. Se alguém quiser comentar, nós fizemos a leitura e na próxima quinta a discussão continua e, aí sim, se não tiver quem queria discutir, colocamos em votação.

Ninguém querendo discutir, ele passa para a próxima quinta.

Agradeço a Senadora Ana Rita como agradeci ao Senador João Alberto.

Vamos agora ao Item 13.

Projeto que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais.

Autoria: Senador Flávio Arns.

Relatoria: Senador Cícero Lucena.

Conforme entendimentos, passamos a palavra, como Relator *ad hoc*, ao Líder Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Relatório.

Esta comissão examina, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que altera a Lei nº 10.098,

de 19 de dezembro de 2000, para determinar que o poder público mantenha portal na Internet no qual seja colocado à disposição dos cidadãos com deficiência visual o conteúdo dos livros nele especificados. Essas obras compreendem os livros adquiridos pelo Programa Nacional do Livro Didático, PNLD, pelo Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio, PNLEM, pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola, PNBE, pelo Plano Nacional do Livro e Leitura, PNLL e por outros que forem criados com propósitos idênticos, além de outros cuja disponibilização seja autorizada pelos detentores dos seus direitos autorais e obras de domínio público.

Os arquivos referentes às obras em questão deverão possibilitar a sua conversão em áudio mediante utilização de sintetizador de voz ou impressão no sistema braille. Esses arquivos serão colocados à disposição de bibliotecas públicas, de entidades, sintetizador de voz ou impressão no Sistema Braille de educação de pessoas com deficiência visual e dessas próprias pessoas diretamente.

A proposição foi aprovada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sem emendas.

Na Comissão de Educação duas emendas foram aprovadas, sendo a primeira para evitar colisão da norma proposta com a legislação de direitos autorais, e a segunda para que os arquivos sejam disponibilizados no formato TXT e não no formato PDF, originalmente previsto.

Nenhuma outra emenda foi apresentada no âmbito desta Comissão.

Análise.

Não vemos óbices de natureza constitucional à matéria apreciada.

Os pareceres emitidos pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Educação revelam que a iniciativa é viável, oportuna, razoável e, sobretudo, necessária para evitar a evasão escolar das pessoas com deficiência visual.

Cabe-nos acrescentar que vemos, na proposição, um mecanismo nitidamente salutar à inclusão das pessoas com deficiência que homenageia o direito à igualdade e favorece a plena realização de seu potencial humano no que se incluem o acesso à educação e à cultura.

Ressalvamos, não obstante, alguns aspectos do § 3º do art. 17, “a”, a serem incluídos na lei, de acordo com a proposição.

Em primeiro lugar, convém adotar a expressão “pessoa com deficiência visual” no lugar de “deficientes visuais” ou “portadores de deficiência visual”. Também é recomendável alterar a expressão “entidades de

educação de deficientes individuais” para instituições de ensino que tenham funcionários ou alunos com deficiência visual, tendo em vista que as pessoas com deficiência não participam mais da educação apenas em entidades especializadas, seja como discentes ou docentes.

Finalmente, não vemos necessidade de incluir no *caput* do art. 17, “a”, a ressalva genérica à legislação vigente, conforme proposto na Emenda nº 1, de 2008, da Comissão de Educação, pois, como constatou a Comissão de Ciência e Tecnologia, o próprio texto do PLS nº 111, de 2008, já contém salvaguardas aos direitos de autor. No mesmo sentido, o respeito à legislação vigente é pressuposto do ordenamento jurídico. Portanto, a receada antinomia deveria ser claramente indicada, bem como sua solução.

Voto.

Por essas razões, rejeitada a Emenda nº 1, de 2008, da Comissão de Educação e aprovada a Emenda nº 2, de 2008, da Comissão de Educação, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2008, com inclusão da seguinte emenda:

Emenda (nº a ser definido) – Comissão de Direitos Humanos.

Dê-se a seguinte redação ao § 3º do art. 17, “a”, da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, incluído pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2008:

Art. 17, “a”, § 3º

Os arquivos serão colocados à disposição de usuários com deficiência visual de bibliotecas públicas e de instituições de ensino que tenham funcionários ou alunos com deficiência visual.

Sala da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Líder Humberto Costa, que fez o relatório *ad hoc*, substituindo o Senador Cícero Lucena, conforme sua autorização. O projeto é de autoria do Senador Flávio Arns.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, como fiz nos outros projetos, jogamos para a próxima quinta-feira – é terminativo –, sem prejuízo de continuarmos a discussão da matéria e, aí sim, da respectiva votação, se for o caso de alguns dos projetos lidos, inclusive com pedido de vista.

Esclareço que o próprio Senador Cristovam fez a leitura do Item 11 e ele mesmo pediu para que se tirasse de pauta a matéria, que também vai para um próximo momento.

Nós estamos encerrando os nossos trabalhos, mas, antes de encerrar, eu só quero convidar todos, porque nós teremos aqui, na próxima segunda-feira,

a 6ª reunião extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Em resumo, a pauta será: audiência pública, nos termos do Requerimento nº 15 da CDH, aprovado em 17/03/2011, para debater o Estatuto da Igualdade Racial e os oito anos da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, SPPIR.

Convidados a atual Ministra da SPPIR e os ex-Ministros Luiza Bairros, Ministra da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial; Edson Santos de Souza, Deputado Federal e ex-Ministro da mesma Secretaria; Elói Ferreira de Araújo, Presidente da Fundação Cultural Palmares e ex-Ministro da respectiva Secretaria; Matilde Ribeiro, hoje assistente social e também ex-Ministra; Humberto Adami, advogado e Diretor da Associação de Advogados, ex-Ouvidor da SPPIR, advogado do Instituto Iara; Nelson Fernandes Inocêncio da Silva, coordenador do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros da UnB; Fernando Benesse dos Santos, coordenador da Educafro, Brasília; e Ana Maria Sandes Rolland, que todo mundo conhece, militante, articuladora e Secretária de Ações da Igualdade Racial.

Então, vamos à correção. Esta audiência pública se realiza dia 28 de março de 2011, segunda-feira, às 10 hs, aqui na Comissão de Direitos Humanos.

O SR. JOÃO ALBERTO (PMDB – MA) – Quem é o autor do requerimento, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Paulo Paim.

Esclareço também a todos que fiz uma série de requerimentos. Deixo muito claro aos Srs. Senadores. São requerimentos que considero estratégicos para que a Comissão possa ir funcionando enquanto os Senadores não encaminham os seus requerimentos. Quando qualquer requerimento chegar a esta Comissão, o meu ficará para o segundo plano e prevalecerá o requerimento do Senador ou da Senadora.

Não vai ser por falta de requerimento que esta Comissão deixará de trabalhar. Então, todos os Senadores estão convidados a encaminhar requerimentos de audiência, enfim, ou mesmo projetos de lei que entendendo que devam ser realizados sob o mesmo debate aqui na Comissão.

Nós temos aí, estrategicamente, já um número “x” de requerimentos e nós faremos as audiências públicas. Por exemplo, instalada a Comissão da Mulher, foi solicitada por uma ONG que a gente faça um debate sobre o câncer de mama. O que eu vou fazer? Vou transferir para a Comissão da Mulher esse debate, naturalmente.

Instalada a Comissão do Trabalho Escravo – já tem requerimento nesse sentido – eu vou transferir para

a Subcomissão do Trabalho Escravo; e agora também nós temos que ver uma outra pessoa, provavelmente para assumir uma Comissão, se ficar vaga.

Ficarei por aqui. Não irei além disso porque a decisão é do Supremo. A decisão, até o momento, é do mérito, do conjunto da obra. Cada caso é específico. Por isso todos os Senadores continuam membros titulares; indicados continuam membros titulares desta Comissão.

Só lembrar que nós também vamos estar lá na Subcomissão de Combate à Fome, sob a coordenação do Deputado Wellington Dias, que já me apresentou um belo plano de trabalho.

Eu queria, se vocês concordarem... Eu recebi um documento que veio do Rio de Janeiro, da Srª Benicé Piana de Piana, Diretora Administrativa da ADEFA, que trata da questão dos autistas. Enfim, ela faz aqui toda uma série de considerações sobre os autistas, lembrando que no dia 1º de abril nós vamos festejar, no mundo, o Dia Internacional dos Autistas.

Ela faz um convite para que esta Comissão esteja no Cristo Redentor, que vai estar iluminado com luzes azuis. E segundo ela, em todo o mundo, nos prédios considerados de destaque. Na mesma hora, ou seja, às seis da tarde, os prédios vão estar iluminados.

Ela solicita que eu faça um pedido aqui ao Presidente do Senado para que as nossas duas torres gêmeas – tem uma simbologia, mas eu falo aqui isso – as duas torres aqui do Senado também estejam iluminadas nesse dia, a partir das 18 horas.

Se esta Comissão concordar, em nome da Comissão farei esse pedido ao Presidente Sarney para que isso aconteça.

Ela convida também todos os membros desta Comissão. Diz ela:

“Desta vez, convidamos a todos para subir conosco o Corcovado, estar junto ao Cristo Redentor no dia 1º de abril, onde vamos celebrar o momento único e primeiro da história deste País. Vamos iluminar o Cristo Redentor de azul ao cair da tarde, às 18 horas, em homenagem aos autistas de todo o País, rogando a Deus misericórdia para os excluídos de tratamento, de educação, de lazer, de vida social.

Queremos que estejam conosco, levantando essa bandeira, falando por nós e recebendo nossa homenagem pelo que todos aí no Senado têm feito em prol do autista brasileiro. A luta é grande. Só foi dado o primeiro passo. Não podemos recuar. Neste dia e em outros locais importante de todo o País e do mundo, vamos iluminar de azul os prédios, como já relatei no e-mail ?? superior, em homenagem aos autistas. Solicitamos também [repito o que eu tinha improvisado], junto à sua

equipe e à assessoria dessa Comissão, a iluminação do prédio do Senado de azul neste dia.

Esperamos que compreendam a importância da presença dos senhores nesse dia junto a nós. Depois da audiência pública realizada [segundo ela diz] ainda no dia 24 de novembro de 2009, quando estávamos na Presidência dessa Comissão, essa Comissão passou a ser a nossa voz em Brasília e no País. Os vídeos com a audiência pública da Comissão estão nas páginas de todos os companheiros autistas. Aqui, eles têm compromisso com essa causa no Brasil e no mundo.

Por todas as razões que temos para crer, avançamos na constituição de uma política séria para toda a nossa gente. Nós os esperamos. O Cristo Redentor abraça os autistas nesse dia. Nós os esperamos.

Com o respeito e a admiração de sempre.

Atenciosamente,

Berenice de Piana de Piana.”

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria também de parabenizar essa entidade, a Adefa, que apresentou proposta de projeto de lei, acolhida por esta Comissão, que me designou Relatora do referido projeto.

Nosso relatório já está pronto. Estou com ele em mãos. Ainda não o encaminhamos oficialmente à Comissão. Ele será encaminhado ainda hoje para que seja apreciado o mais rápido possível, Senador Paim.

Então, é importante. É dessa forma que a sociedade civil...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se V. Exª me permitir.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Colocaríamos em votação na próxima quinta-feira, véspera do Dia do Autista, que é no dia oito.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pode ser. Já está pronto o parecer, e o encaminharemos ainda hoje para V. Exª. Se for possível, entrar na pauta da próxima quinta-feira seria importante.

Então, mais uma vez, quero parabenizar a entidade Adefa. É importante que a sociedade nos encaminhe propostas e sugestões de projetos de lei. É claro que, com certeza, vamos aqui avaliar, analisar e fazer os ajustes necessários para que ele possa ser efetivo e dê retorno de que a sociedade precisa e que merece.

Mais uma vez, parabéns a essa entidade, Senador Paim. Parabéns a V. Exª também, que acolheu com muito carinho a proposta encaminhada pela as-sociação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Indiquei V. Exª como Relatora. Tenho certeza absoluta que o parecer será favorável. Com a rapidez,

como foi, surpreendeu até a mim. Já está pronto, então? Muito bem.

Eu queria, no encerramento, como de praxe fiz nos anos em que presidi esta Comissão, agradecer muito a todos os Senadores que vieram a esta Comissão para que a gente pudesse colocar em votação e fazer a leitura de todos os relatórios. Só não foram votados os terminativos, que passamos para a próxima quinta-feira.

Então, agradeço aqui, de forma muito carinhosa, à nossa Vice-Presidente, Senadora Ana Rita, ao Senador Wellington Dias, que passou também aqui, ao Senador Magno Malta, ao Senador Cristovam Buarque, ao Senador João Alberto, ao Senador Sérgio Petecão, ao Senador Paulo Davim, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, à Senadora Angela Portela, à Senadora Gleisi Hoffmann, ao Senador Humberto Costa, que está aqui conosco junto com a Senadora Ana, ao Senador Gilvam Borges e ao Senador Cyro Miranda.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a Reunião às 10h59min)

ATA DA SEXTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas do dia vinte e oito de março de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores e Senadoras: **Paulo Paim, Pedro Simon e Marinor Brito**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta: **Item único – Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 15, de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 17/03/11, “para debater o Estatuto da Igualdade Racial e os 8 (oito) anos da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial”**. Convidados que comparecem e fazem uso da palavra, nesta ordem: Mário Lisboa Theodoro, Secretário Executivo em representação à Luiza Bairos, Ministra da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial; Elói Ferreira de Araújo, Presidente da Fundação Cultural Palmares; Matilde Ribeiro, Assistente Social; Valéria Oliveira, Chefe de Gabinete em representação do Deputado Edson Santos de Souza; Humberto Adami, Diretor da Associação dos Advogados do Banco do Brasil – ASABB; e Fernando Benício dos Santos,

Coordenador da Educafro Brasília. O Senhor Presidente abre os trabalhos e nomeia os convidados que comparecem e solicita que tomem lugar à mesa. Em seguida, o Senhor Presidente faz suas considerações iniciais. Após a explanação dos Senhores convidados e Senadores o Senhor Presidente franqueia a palavra a lideranças de organizações civis presentes no plenário da Comissão. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores Paulo Paim e Marinor Brito. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 6ª reunião extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Primeiro, quero agradecer a todos os presentes. Tenho dito que nós, nesta Comissão, vamos manter exatamente o horário combinado para iniciar as audiências públicas e o trabalho da Comissão. Na segunda-feira, 10 horas, em ponto, eu abri os trabalhos. Na quinta-feira, as reuniões deliberativas vão iniciar às 9 horas. A audiência pública de hoje, nos termos do Requerimento nº 15, de 2010, da CDH, de autoria deste Senador, aprovado em 17/03/2011. Objetivo: debater o Estatuto da Igualdade Racial, a sua regulamentação e aqui lembrarmos da importância dos oito anos da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Convidamos para esta audiência pública tanto a atual Ministra da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial como também os ex-ministros. A atual Ministra todos sabem que é a nossa companheira Luiza Bairros, que hoje se encontra no meu Estado, o Rio Grande do Sul, mas encaminhou aqui, para representá-la, o nosso colega e sempre amigo, que é secretário executivo que a representa em eventos como esse, o nosso amigo Dr. Mário Lisboa Teodoro.

Convidamos, também, a Srª Valéria de Oliveira, representando o Deputado Edson de Souza. Também está convidado e reafirmou a sua presença Eloi Ferreira de Souza, Presidente da Fundação Palmares Matilde Ribeiro, ex-Ministra; Humberto Adami, Diretor da Associação de Advogados do Banco do Brasil;

Nelson Fernando Inocêncio da Silva, coordenador do núcleo de estudos afrobrasileiros da UnB; Fernando Benício dos Santos, coordenador da Educafro; Edna Maria dos Santos Rolante, coordenadora de combate ao racismo por parte da Unesco.

Permitam-me, enquanto os outros candidatos estão se deslocando para essa audiência pública, que eu faça uma introdução sobre o evento do dia de hoje. Considero um evento importantíssimo. Estamos no mês que lembramos o massacre sobre Soweto, foi 21 de março, acontecido na África do Sul.

Enfim, farei uma abertura, depois vou passar a palavra aos nossos convidados.

Comissão de Direitos Humanos, legislação participativa. Estão aqui meus amigos e minhas amigas, com muita alegria para nós todos, representantes dos movimentos sociais, representantes de negros, de brancos, de índios, de ciganos, de judeus, de palestinos, estudantes, aposentados e pensionistas, pessoas com deficiência, idosos, mulheres, líderes da juventude, lutadores pela liberdade em todas as áreas e pela igualdade, tanto, por exemplo, da orientação sexual como religiosa, militantes das causas populares, faço uma saudação a todos no início dessa audiência.

Peço a todos se puderem desligar os celulares, que seria muito bom para nossa audiência.

A finalidade desse momento histórico é de demonstrar o olhar da sociedade brasileira para enfrentar todo tipo de discriminação e de preconceito. O Governo Lula teve a ousadia, a coragem de, no dia 21 de março de 2003, Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, criar uma estrutura de Estado para criar, monitorar, avaliar e dialogar acerca de políticas públicas de igualdade racial. Lá se vão oito anos. É tempo de celebrarmos a existência da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Seppir, com o *status* de Ministério.

Posso dizer que tive a alegria, meu amigo Theodoro, de ser o Relator do Projeto que vem a esta Casa, para que o nosso representante maior na Secretaria passasse a ter o *status* oficial de Ministro. Quero dizer, também, que sabemos que a Seppir não é um órgão perfeito, e nem se pensa isto, é como se achássemos que somos perfeitos. A Seppir, com as suas dificuldades, erros e acertos, passa a cada dia a dar respostas políticas e sociais que a nossa sociedade de multiculturalidade exige. Lembro, aqui, de Matilde Ribeiro, de Edson Santos, Eloi Ferreira de Araújo, Luiza Bairros, duas mulheres e dois homens negros, foram os primeiros lanceiros nestes oito anos da Secretaria com *status* de Ministério.

Em relação ao Estatuto da Igualdade Racial, é hora de avaliar, precisamos aqui dignificar o que avan-

çamos, em que ponto estamos e para onde vamos. Ao certo, temos que continuar lutando com a mesma intensidade dos últimos 500 anos, temos que reafirmar as nossas bandeiras de luta, ampliando o diálogo com segmentos igualmente discriminados.

Não pensem aqueles que estão assistindo neste momento pela TV Senado, que estão ouvindo pela Rádio Senado e aqueles que estão aqui presentes, todos militantes desta causa, não pensem que foi fácil, não pensem que é fácil ver o Estatuto da Igualdade Racial ser aprovado após 10 anos, 10 anos de debate no Congresso e na sociedade, não pensem que foi fácil aceitar que parte das nossas reivindicações, nós, que somos lutadores dos direitos humanos, não foram incluídas, mas ele é nosso! O Estatuto é nosso, possui uma representatividade jurídica histórica, legal e moral. Sabemos que não é porque, com a abolição da escravidão, não vieram as políticas públicas para o povo negro que o ex-escravos voltaram para a senzala! Pelo contrário: naquela noite, naquele dia, dançaram, bailaram, cantaram, os tambores rufaram em nome da liberdade! Seguimos lutando.

Este é o Estatuto, não dos nossos sonhos, mas aquele que permitiu a correlação de forças do Congresso Nacional aprovar. É bom lembrar a todos: aprovamos com um Senador negro, este que lhes fala, e eu diria que não tem uma dúzia de Deputados Federais negros que estão à frente desta luta. Foi enfrentando esta realidade que construímos este Estatuto.

Lembro a todos vocês: um dos temas que não abandonamos são as quotas. Elas, no serviço público, na mídia e nas universidades. Um grande exemplo é que vamos continuar debatendo aqui, no Senado, a aprovação do PLC 180, de 2008, que estabelece quotas nas universidades, de autoria da Deputada Nice Lobão e que se encontra na Comissão de Justiça do Senado, já com parecer favorável da Senadora Ana Rita, do Espírito Santo. O projeto garante 50% de reserva de vagas para os estudantes de escolas públicas, sendo destinado percentual também para negros e indígenas, de acordo com o percentual da Unidade da Federação.

No projeto também existe a proposição para as escolas técnicas e para os portadores de necessidades especiais. Quero, aqui, mudar o termo para “pessoas com deficiência”, já que estipulamos que não usaremos mais o termo “portador”. Vale a pena reafirmar que mais de 100 instituições de ensino superior públicas adotam ações afirmativas, além, é claro, das particulares, através do Programa Universidade para Todos, o Prouni, criado pelo Presidente Lula. Também queremos acompanhar as ações de regulamentação e implementação do Estatuto da Igualdade Racial nas

suas mais variadas dimensões, por exemplo: queremos aqui lembrar de duas ações práticas, relativas ao Estatuto da Igualdade. A primeira diz respeito à reserva de vagas para negros nos concursos para diplomatas do Itamaraty; a segunda diz respeito a convênio, já assinado, entre a Petrobras e a Seppir, para incluir o módulo indicativo para frentistas, profissionais e técnicos também naquela tão lembrada – e importante para nós – estatal. Mas existem os compromissos da Casa Civil de regulamentarmos o Estatuto da Igualdade Racial. E nós, da CDH, podem ter certeza, vamos acompanhar esse projeto de regulamentação de perto.

Não posso aqui, na abertura desta sessão tão importante, que lembra 21 de março, que lembra os oito anos da Seppir, não posso deixar aqui de lembrar de fatos com os quais nós nos indignamos e que aconteceram recentemente. Começamos com o caso de racismo sofrido por nosso querido e jovem jogador Neymar, para mim, um dos melhores jogadores do mundo. Aconteceu em um amistoso da seleção brasileira ontem, contra a Escócia; como também, aqueles que aconteceram com nosso inesquecível jogador Roberto Carlos e também com Marcelo. A Comissão de Direitos Humanos repudia essa prática e encaminhará documento junto à CBF e à Fifa, o total repúdio, exigindo a punição de atos como esse em qualquer parte do mundo que venham a acontecer ou que aconteceram.

Os casos de racismo na Europa são assustadores. Por aqui, sabemos que as pessoas se calam muitas vezes, mas existem também no Brasil – e que não se tenha dúvida. Estamos falando aqui sobre o que aconteceu, recentemente, lá fora. Embora alguns digam de forma velada e silenciosa, mas acontece, praticamente, todos os dias... Como é o caso da juventude, como é o caso do estudante negro, Hélder Souza Santos, de 25 anos, que teve de deixar, às pressas, seu estudo, lá na cidade de Jaguarão, lá no meu Estado, na noite de quinta-feira, devido às ameaças que teriam partido por parte de policial militar do Município. Hélder está hospedado, neste momento, na casa do advogado, militante das causas de combate ao preconceito, Onir Araújo, em Porto Alegre. Hélder tem um pedido: quer voltar para a Bahia, a cidade onde nasceu, segundo comentou com as pessoas que falaram por ele. Hélder diz que foi abordado por PM, na saída de uma festa para a escolha do Rei Momo, no Carnaval de Jaguarão, em 05 de fevereiro. Durante a revista, ao ser chamado de “negão”, ele perguntou se o policial era racista. Isso foi motivo, o estopim, para que o agressor o atingisse, diversas vezes, com o cacetete. Segundo relato de Hélder, ele foi algemado e levado em uma viatura até o hospital, onde não teria sido feito exame de corpo

de delito. No dia seguinte, ele procurou a Corregedoria da Brigada Militar e Polícia Civil, onde registrou a ocorrência de crime de racismo e agressão. Fez exame lá mesmo para comprovar machucados nos ombros e na barriga. A história se espalhou pelo Estado, e a imprensa, inclusive, permitiu a Hélder que relatasse os fatos. A partir das entrevistas, teria, então, segundo alguns, provocado a ira dos policiais. Em algumas semanas, Hélder recebeu duas cartas que o ameaçavam, caso não ficasse quieto. A segunda, recebida no sábado próximo, continha xingamento de teor racista com tom de ameaça. A correspondência começava com “baiano, negro e sujo”. Em um dos trechos, o texto dizia:

“Se tu for lá na Brigada falar a verdade e me caguetar no meu processo, eu volto a te cobrir de porrada. No Carnaval, tu escapaste, mas dei um jeito de esbolachar o teu amiguinho Edson, sem sujar as mãos, deixando a cara dele mais feia e preta que a tua, seu otário”.

Isso estava na carta, que está nas mãos do Ministério Público e daqueles que estão investigando o caso. A essa altura, a Secretaria da Justiça e Direitos Humanos já sabia do caso e decidiu, em parceria com a Unicamp, onde o universitário cursa o terceiro semestre de História, tirá-lo da cidade.

Diz Helder: “Eu não queria ir embora, minha pesquisa estava toda em Jaguarão, eu estava com a ideia de morar em Jaguarão e, por motivo maior, esse que eu relatei, tive de sair”, lamenta Helder. O prejuízo que sofreu é enorme, ele estava com a vida estruturada e teve de interromper seus sonhos. Seria o primeiro universitário da família, que é muito humilde, diz o advogado Onir Araújo.

Há algumas semanas, dia 11 de março, também o jovem negro, Tairone da Silva, chegou em casa em Osório, lá em Rio Grande e disse à sua mãe – eu vou comentar porque eu acompanhei: “Mãe, tem um policial me ameaçando”. O Helder já havia sido destacado como referência nacional na modalidade dele, na sua idade, na modalidade de pugilismo. A mãe dele disse: “Evita, evita isso que podes te dar mal”, mas infelizmente no dia 11 de março, o jovem negro Tairone da Silva foi assassinado por um militar em Osório, litoral do Rio Grande. Tairone, repito, um boxeador de futuro promissor, teve sua vida interrompida devido a essas perseguições. As autoridades locais dizem que estão investigando e pediram para que todos esperem, aliás, a palavra esperar aparece de forma frequente na vida dos discriminados, principalmente da população negra.

Isso me faz lembrar da carta de Birmingham, escrita em 16 de abril de 63, por Martin Luther King Júnior, que no trecho principal diz:

Já faz anos que ouço a palavra “espere”, ela ressoa nos ouvidos de cada negro com uma familiaridade aguda. Este “espere” [espere, espere] quase sempre significou “nunca”. Temos de chegar à percepção junto com um dos nossos eminentes juristas de que a justiça adiada por muito tempo é justiça negada.

Esperamos por mais de 340 anos por nossos direitos constitucionais e concedidos por Deus [disse Martin Luther King].

As nações da Ásia e da África estão dirigindo-se com velocidade a jato rumo à conquista da independência política, mas nós ainda nos arrastamos a passo de cavalo e de charrete rumo à conquista de uma xícara de café em um aparador.

Talvez seja fácil aqueles que nunca sentiram os dardos perfurantes da segregação dizerem: “espere, espere, vamos esperar”; mas quando você viu bandos perversos lincharem suas mães e pais à vontade e afogar suas irmãs e irmãos a seu capricho, quando você viu policiais cheios de ódio amaldiçoarem, chutarem e até matarem seus irmãos e irmãs negros [você diz: “Basta, basta, não queremos mais esperar”]. Quando vê a vasta maioria de seus vinte milhões de negros e negras sufocando-se em uma jaula hermética da pobreza, em meio a uma sociedade de abundância [você diz: “basta, basta de esperar”].

Por fim, quero falar de algo extremamente simbólico, que representa a luta por direitos humanos, a paz e a solidariedade dos povos: o feriado de 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. O atual momento, em que os olhos do mundo estão voltados para os conflitos do Oriente Médio, a força da recuperação do povo japonês, a pressão da Europa em relação às questões ambientais, um novo momento dos países da América Latina e a luta contra a pobreza na Pátria mãe África. Esta data torna-se o símbolo de solidariedade e reflexão em relação a todos esses desafios. Nós aprovamos, aqui no Congresso, na última semana, parecer favorável ao feriado do dia 20 de novembro. Existe na Casa parecer contrário, mas assumi a relatoria, revoguei o Parecer e aprovei na Comissão de Assuntos Sociais como feriado nacional dia 20 de novembro.

O dia 20 de novembro, o feriado do Dia da Consciência Negra, simboliza a luta pela dignidade não só dos negros, mas, para mim, seria um dia de reflexão sobre a situação dos índios, dos ciganos, buscando respeito à cultura de todos, o dia da indignação contra todo e qualquer tipo de preconceito, inclusive contra outros imigrantes, os latinos, os africanos, os asiáticos; homens e mulheres que lutam pela liberdade religiosa, pelo fim da violência contra as crianças, contra as mulheres, pela livre orientação sexual, contra a discriminação contra os ciganos, pelo combate às drogas,

pela educação, os defensores do meio ambiente, dos sem teto, dos sem terra, dos trabalhadores e das trabalhadoras, do combate à pobreza, enfim, um dia de reflexão sobre todos que, de uma forma ou de outra, são discriminados.

Quero dizer que a data, inicialmente, transmitia um simbolismo somente para o povo negro, mas aos poucos a consciência do papel de Zumbi e dos Quilombos dos Palmares transformou-a na luta dos discriminados e da solidariedade dos povos e da paz. Quero dizer que, a partir de Oliveira Silveira, poeta gaúcho, idealizador do 20 de novembro, a sociedade deixou de lado o 13 de maio, Dia da Abolição, e adotou o dia da morte do grande líder Zumbi dos Palmares, símbolo da integração, do amor, da resistência e da paz, como era nos quilombos que ele sempre liderou. Nesses passos que estamos dando no Congresso Nacional, creio que vamos aprovar, sim, este ano, o feriado de 20 de novembro, que já existe como feriado em diversos Estados e em mais de 200 cidades do nosso País. Quero terminar – permitam-me essa introdução – fazendo uma homenagem a Oliveira Silveira, nosso poeta e um dos inspiradores dessa data. Disse, numa poesia, Oliveira Silveira:

Encontrei minha origem
Em velhos arquivos
Livros
Encontrei
Em malditos objetos
Troncos e grilhetas
Encontrei minhas origens
No leste
No mar e em imundos tumbeiros
Encontrei
Em doces palavras
Cantos
Em furiosos tambores
Ritos
Encontrei minhas origens
Na cor da minha pele
Nos lanhos de minha alma
Em mim
Em minha gente escura
Em meus heróis altivos.
Encontrei,
Encontrei-as, enfim.
Me encontrei

Palmas ao nosso grande poeta. (*Palmas.*) São para ele as palmas, que foi um dos que idealizou a data de 20 de novembro. A partir desse momento, com essa introdução que tive o cuidado de fazer, buscando um pouco da história do 20 de novembro, um pouco da

história da criação da Seppir, passo a palavra de imediato para que ele inicie e dizer ao meu querido Mário Theodoro, que aqui fala como Ministro da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. Eu já justifiquei a não presença da Ministra, que me disse que mandaria o Secretário Executivo dela, que vai falar como se aqui ela estivesse. Mário Theodoro, essa sessão visa homenagear a Seppir. Você usará a palavra pelo tempo que entender necessário e vai, naturalmente, falar dos temas que achar adequados. Quero chamar antes à Mesa o meu querido ex-Ministro, também da Seppir, hoje presidente da Fundação Cultural Palmares, o meu querido Eloi Ferreira de Araújo que, de pronto, aceitou o convite, aqui está conosco, e foi um dos grandes mentores do movimento para aprovar o Estatuto da Igualdade Racial. Vou dar a palavra, em primeiro lugar, para o Mário Theodoro, dizendo que você vai abrir e encerrar, no momento, adequado a nossa audiência pública. Você está com a palavra.

O SR. MÁRIO THEODORO – Muito obrigado, Senador Paim. Bom dia a todos os presentes, à Mesa, aos meus diletos amigos, Dr. Eloi Ferreira, Dr^a Valéria Oliveira, Dr. Humberto Adami e o Senador Paim, companheiro de luta de muitos anos e referência da luta na questão da igualdade racial, a quem eu saúdo em nome da Ministra, que infelizmente não pôde estar presente.

Ela até tentou uma mudança de datas pela importância do evento, mas, infelizmente, ela não pôde aqui estar. Mandou um grande abraço para todos e a alegria dessa iniciativa de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, Mário, só me permita um aparte para dizer que acertamos com Porto Alegre: ela vai receber o menino que teve que sair da sua cidade para praticamente se proteger na capital. Então, meus cumprimentos à Ministra por esse momento.

O SR. MÁRIO THEODORO – Claro, não poderia ser de outra forma, Senador, até por que a ideia nossa é a de estar em todos os lugares possíveis, onde a questão da igualdade racial é colocada em xeque.

As minhas palavras iniciais são palavras de, primeiro, agradecimento pelo evento, de alegria de estar aqui na presença de algumas pessoas que têm batido muito em questão à questão racial, eu digo, pessoas não só na Mesa, mas também no público, é uma alegria muito grande contar. Dr. Eloi, que foi quem encabeçou a Seppir até bem pouco tempo e que foi o grande responsável pela aprovação do Estatuto, minha alegria de estar aqui com ele também e falar da importância desse Estatuto.

Temos uma referência, temos um respaldo legal agora para conversarmos com a população brasileira

como um todo sobre a grande questão, que é a desigualdade racial. Todos falam que o Brasil é um país desigual socialmente, mas quando nós vamos abrir a estatística para ver que desigualdade é essa, quando nós colocamos no papel de onde é que sai essa desigualdade, ela está justamente na clivagem negros e brancos. A grande desigualdade no Brasil é que nós temos quase que praticamente duas sociedades estanques em termos de padrão de vida e condição de vida, a sociedade branca e a sociedade negra. Esses dados estão aí, não sou eu que estou inventando, os dados estão aí nas publicações do IPEA, do IBGE, o Censo está saindo para corroborar que nós temos uma clivagem racial que está no centro da nossa desigualdade. E se a clivagem racial está no centro da nossa desigualdade e se um dos grandes motivadores do Governo hoje é o combate à desigualdade e à miséria, eu diria que a questão racial está no centro da questão social hoje do Brasil. E tem que estar. E assim nós vamos batalhar muito para que ela esteja. O papel da Seppir é, sempre foi o papel de resgate da questão racial e, mais do que isso, de fazer com que essa questão racial seja – e esse é o nosso compromisso – que a questão racial seja hoje, passe a ser uma política de cunho nacional. Nós tivemos aí 8 anos em que nós tivemos ações de muita importância no sentido de consolidação desse espaço de políticas públicas, mas até hoje nós não conseguimos ter uma política de igualdade racial que tivesse uma dimensão que abarcasse o Brasil como um todo. E a Seppir vai envidar todos os esforços junto aos Ministérios – Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho, Ministério da Educação, enfim, todos eles – para que nós consigamos colocar a clivagem racial, o corte racial como um indicador importante da ação do Governo em todas as suas políticas. Esse é o compromisso que nós temos e nisso é que nós estamos trabalhando para que consigamos que isso venha à tona. Por quê? Porque se nós não fizermos isso, nós não vamos estar tocando no cerne da nossa questão, que é a naturalização da desigualdade a partir de uma clivagem racial, não é?

O racismo, o preconceito e a discriminação jogam um papel importantíssimo nessa desigualdade brasileira, que é histórica e que vem desde a época da escravidão. Se para alguns países é inconcebível que haja irmãos, ou meninos de rua, ou pessoas na rua pedindo esmola, nós temos uma certa naturalização com isso. Essa naturalização passa pela questão do racismo. O racismo é uma ideologia que tem que ser combatida. O Estatuto da Igualdade Racial está aqui e tem várias passagens dele que são justamente para combater esse racismo.

Racismo se combate com políticas públicas e políticas públicas de promoção da igualdade racial, políticas públicas de ação afirmativa, políticas como, por exemplo, as cotas nas universidades, que são importantíssimas para que a gente tenha, num futuro muito próximo, pessoas de todas as cores em posições não de subalternidade, mas, ao contrário, em posições importantes na sociedade. As cotas vêm hoje para dirimir ou para enfrentar uma situação que é secular e não vêm para eternamente. As cotas vêm enquanto nós não conseguirmos uma política universal que equalize as oportunidades para negros e brancos.

As cotas são temporárias, mas são muito importantes, e eu queria falar duas coisas sobre elas. Primeiro, a cota é para o estudante que conseguiu completar todos os requisitos que a universidade quer ou necessita para que se passe. Ninguém entra na universidade sem que tenha cumprido o requisito, a nota mínima de passagem. E a segunda coisa: a cota é para entrar, não para sair. Ninguém vai sair da universidade a não ser que tenha cumprido todos os requisitos que a universidade exige para os profissionais. Então, nós vamos ter, no final dos cursos, pessoas capacitadas, negras e brancas, a colorir essa elite que hoje, infelizmente, ainda está muito pálida em relação à população. Essa é a ideia que nós temos com relação às cotas, e estamos trabalhando firmemente para que elas sejam colocadas como política de governo.

Hoje em dia, elas são tratadas como política de universidade. Estamos também ansiosos pela resolução final do Supremo Tribunal Federal sobre a ação contra as cotas e estamos muito esperançosos de que o Supremo dê parecer favorável, dê uma posição favorável com relação às cotas e fale da importância que é esse combate ao racismo e ao preconceito no Brasil. Se não combatermos o racismo e preconceito através de políticas públicas, através de cotas, mostrando que é possível que pessoas de outras cores possam assumir posições importantes no País, se não fizermos isso, o Brasil não vai conseguir ultrapassar o problema da desigualdade que nos aflige e que nos coloca como o país mais desigual das Américas.

Então, essa chaga que nós temos e que vem do passado de escravidão tem de ser combatida e a Seppir está imbuída dessa ação de combate à questão racial, à desigualdade racial e, portanto, combate a questão maior da desigualdade.

Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ministro, permita que eu dê um destaque especial. Vocês vão ver que nesta sessão, no plenário tem um Senador que não é um Senador, é um Senador especial, o Senador Pedro Simon, defensor de todas

as políticas públicas para a comunidade negra. Quero dizer para vocês que, na aprovação do Estatuto da Desigualdade Racial, tive de conversar com ele. Se dependesse dele, não seria aprovado da forma em que estava. Ele queria muito mais.

Uma salva de palmas para o Senador Pedro Simon.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim.Bloco/PT – RS) – Por isso que ele é o Senador Simon. Ele sentou lá no fundo, quietinho, nem veio aqui na mesa, mas, com certeza, ele vai festejar conosco com o seu pronunciamento em seguida aqui.

O SR. MÁRIO THEODORO – Cumprimento o Senador Simon em nome da Ministra Luíza Bairros. Obrigado por sua presença.

Complementando, a ideia nossa é de trabalhar firme e fortemente as questões ligadas à igualdade racial, na perspectiva de que a igualdade racial está no centro, é o cerne da questão social brasileira.

Essa questão social que hoje se coloca como questão mais importante nós vamos combater. Nós vamos combatê-la, em prol de um país mais igual. Esse país mais igual passa necessariamente por um país onde as pessoas não vão ser diferenciadas por sua cor. Esta é a nossa ideia: de que daqui a alguns anos não precisemos mais de uma Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, porque nós vamos conseguir, enfim, de fato, uma igualdade racial e ultrapassar essa chaga que temos que é a uma chaga que vem desde o nosso histórico de escravidão.

Queria, mais uma vez, sem querer me alongar, Senador, agradecer muito esta oportunidade, agradecer muito o fato de estar aqui com vocês nessa confraternização.

Em nome da Seppir, que é, vamos dizer, a homenagem, estamos muito felizes e muito contentes de ter aqui não só o Senador, mas também a presença de antigos Ministros, mostrando que há uma continuidade, mostrando que há uma perspectiva, que estamos trabalhando juntos e que vamos aprender com a experiência dos que nos antecederam, para que a gente possa continuar esse trabalho de igualdade racial, que é um trabalho fundamental não só para a população negra, mas para o Brasil como um todo. Muito obrigado, então, a todos, essas são as primeiras palavras que eu gostaria de dizer. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu queria convidar para a Mesa a ex-Ministra também da Seppir, Matilde Ribeiro, pedir que, se pudesse sentar ao meu lado, porque depois vai entrar mais um lá. E convido para que fique aqui também à

minha esquerda o Fernando Benício dos Santos, Coordenador da Educafro. (*Palmas*.)

Eu passo a palavra de imediato ao ex-Ministro também da Seppir, Eloi Ferreira de Araújo, que hoje é Presidente da Fundação Cultural Palmares. E dizer, Eloi, que você... Tanto eu como o Simon temos que dizer que foi a tua política de convencimento... Porque eu estava na mesma posição que V. Ex^a, Senador, e você me disse: “Paim, vamos aprovar assim?”. E eu digo: “Vamos aprovar, que é um pedido”. O Eloi foi fundamental para a aprovação do Estatuto nos moldes como foi aprovado. E quero dizer, Eloi, que eu reconheço o teu trabalho e eu diria que não tenho nenhuma dúvida que você estava correto, e nós continuaremos a avançar para que aquilo que não entrou no Estatuto entre. Isso é uma luta permanente. Como disse o poeta espanhol, o caminho a gente faz é caminhando, não somente recuando. Então, meus cumprimentos. Com uma alegria enorme, quero passar a palavra a V. Ex^a neste momento.

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAÚJO – Bom dia a todas e todos presentes a esta sessão. Senador Paulo Paim, tenho uma alegria muito grande não apenas de tê-lo como representante do povo brasileiro, especialmente do povo negro no Senado, mas na condição de um amigo dileto, uma personalidade por quem tenho profunda admiração. Cumprimento meu caríssimo hoje Ministro nesta sessão, Mário Theodoro, companheiro, amigo, que ocupa a Secretaria Executiva da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Humberto Adami, ex-Ouvidor da Seppir, da Associação de Servidores do Banco do Brasil; Valéria, que representa o Deputado Edson Santos, Chefe de Gabinete do Deputado Edson Santos, que esteve à frente da Seppir nos últimos dois anos, substituindo; a nossa referência de luta pela promoção da igualdade racial, que iniciou todo esse trabalho no Governo, no início do Governo do Presidente Lula, e nós tivemos a oportunidade de dar prosseguimento, que foi a nossa querida Matilde Ribeiro, que é uma referência e merece todos os aplausos. (*Palmas*.) Matilde merece o reconhecimento da população negra e da população brasileira, por seu destemor, por sua vontade na construção de um Brasil mais justo, mais igual, e que por isso experimentou um tanto de ofensas que hoje se comprovam, se confirmam como absolutamente desnecessárias e agressivas, que não contribuíram para a construção da igualdade. Mas Matilde não esmoreceu, essa mulher é forte e nos enche de orgulho e alegria de tê-la no rol de amigos e daquelas amigas que admiram a sua determinação para construção da igualdade de oportunidades, da igualdade racial no

nosso País. E ao companheiro representando o Educafro, nossas saudações.

Senador Paim, Senador Pedro Simon, uma alegria de tê-lo neste instante e tê-lo sempre como um apoiador das políticas de ação afirmativa.

Senador Paim, há oito anos que a Seppir está inscrita no cenário nacional para a construção das políticas públicas, para as políticas de promoção da igualdade racial.

Foi um marco nacional para a construção das políticas públicas, para as políticas de promoção da igualdade racial. Foi um marco importantíssimo, um marco que o Estado brasileiro insere no sentido de avançar, porque foi o primeiro instante que o Estado tem um órgão próprio para a construção dessas políticas públicas. Nós tivemos avanços, avanços que nós não podemos deixar de dizer que não aconteceram, tivemos a Fundação Cultural Palmares, que hoje no âmbito da cultura foi o órgão criado para poder tratar das questões raciais e que hoje tenho a honra de presidir, a convite da Ministra Ana de Hollanda. Tivemos algumas ações importantes ao longo da história, mas nada se compara à importância da Seppir, porque a Seppir trouxe à baila, de uma forma madura, de uma forma qualificada, o debate sobre as políticas públicas para a promoção da igualdade racial, muito além do trabalho de discussão das questões que tratamos, ao longo da história, muitas vezes, que foram as questões de punição das questões raciais e que nós temos que punir. Mas a Seppir foi para além das questões das sanções, para além das questões penais, ela foi para construir políticas para estabelecimento da igualdade de oportunidade do Brasil.

Então a Seppir tem, ao longo desses anos – e iniciado lá com Matilde Ribeiro, a primeira Ministra, uma grande contribuição –, pautado a política de cotas para estudantes negros negras nas universidades brasileiras, e ganhou os corações dos brasileiros. Porque, vocês vejam bem, o acinte dessa política no nosso País, a implementação dessa política, como foi. Nós não encontramos, é uma política voltada à população negra, mas que encontrou acolhida do povo brasileiro. Ainda que haja uma ofensa tramitando no Supremo Tribunal Federal, buscando questionar esse tipo de política, mas o povo brasileiro aplaudiu. Aplaudiu e os resultados são concretos, a gente já vê na universidade a presença da diversidade do Brasil; e isso está sendo muito bom.

Foi de contribuição da Secretaria, ao longo desses anos também, o estabelecimento do Prouni pelo MEC; mas o Prouni tem uma contribuição da Seppir, e o Prouni levou mais de 700 mil jovens à universidade e desses, perto de 350 mil, são de jovens negros:

pretos e pardos na universidade brasileira; o que muda também o perfil da universidade.

Foi ao longo desses anos que a Seppir construiu a política do PBQ – Programa Brasil Quilombola – com uma atenção especial às comunidades quilombolas. A Seppir tem um tanto de ações, ao longo desses anos, que nos enche de orgulho de termos participado dessa história, desse momento, mas uma história que acho muito importante, que ela estabelece um marco. Nós tivemos 1888 o marco da abolição; a abolição estabelece um novo momento histórico no Brasil, sociedade escravocrata para sociedade capitalista, sem escravos, a sociedade que nasce naquele instante. Mas a abolição veio, como o Senador Paulo Paim colocou, absolutamente insuficiente, absolutamente sem estabelecimento das políticas públicas necessárias para a inclusão da população negra, foi muito insuficiente. De lá para cá, como dissemos, só tivemos leis que trataram da questão penal. Foi a Lei Afonso Arinos que deu ao racismo a condição de contravenção, um crime de menor poder ofensivo, com se o racismo pudesse ter um poder ofensivo pequeno. Mas foi importante.

Tivemos a construção da República, que estabeleceu um novo marco de situar o racismo como um crime imprescritível e inafiançável, e que deverá ser punido.

A contribuição, depois, do Deputado Caó estabelecendo a sanção aos crimes de racismo.

Mas nós temos hoje um grande marco, que é o Estatuto da Igualdade Racial, Senador. O Estatuto da Igualdade Racial tem agora um grande desafio.

É um marco, mas o desafio que ele tem é o mesmo desafio, eu diria para as senhoras e os senhores, que teve houve no instante da criação da Seppir. O Estatuto da Igualdade Racial agora precisa ser regulamentado. A Seppir é criada no bojo de um cenário internacional e é criada no bojo da pressão do Movimento Negro Brasileiro, que quer, que exige a criação de um órgão, que exige que o Governo brasileiro assumira a construção de políticas públicas de promoção da igualdade racial.

E assim é criada a Seppir, e agora o Movimento Negro Brasileiro é preciso que se organize, que venha para frente para poder fazer o grande desafio que é a regulamentação desse Estatuto.

Alguns imaginam assim...

Para avançar, Senador, eu gostaria de dizer o seguinte; o art. 14 do Estatuto diz que o Poder Público... Ele não diz o que alguns imaginavam que poderia ser assim: “O Poder Público poderá estimular e poderá apoiar ações educacionais realizadas por entidades do movimento negro”. O Estatuto diz assim: “O Poder Público estimulará e apoiará” – ele é afirmativo – “as

ações socioeducacionais realizadas por entidades do movimento negro que desenvolvam atividades voltadas para a inclusão social, mediante cooperação técnica”.

Isso aqui, meus companheiros e minhas companheiras, impõe, entre outros aspectos, a regulamentação do Estatuto. A Seppir tem hoje um grande desafio. Esse documento é um documento estruturante. Ele vai para além dos seminários, ele vai para além dos colóquios, ele vai para além dos encontros, porque ele impõe agora o desafio da regulamentação. Regular é dar concretude, é como toda a sociedade e, em especial a população negra, poderá se apropriar desse texto.

Algumas ações já começam a surtir efeitos. Aplausos ao MRE pela adoção de políticas de percentuais para o concurso público para o Itamaraty deste ano. E os outros concursos que estão em andamento? (Palmas.) E os demais concursos que estão em andamento? Deverão observar isso também. Se não observarem que devem estabelecer percentuais, deverão ser interrompidos à guisa de se adaptarem, de se adequarem ao texto da lei. Fora da lei não há salvação, e a lei assim determina. Esse é um diploma de ações afirmativas, é um diploma vigoroso, forte, e nós precisamos nos apropriar dele. E o que eu lhes digo é exatamente isso.

O Dr. Humberto Adami outro dia me falava: “Eu estou planejando já ingressar com algumas ações em relação aos concursos públicos que estão em andamento e que não tiverem previsão de percentuais para a população negra brasileira”. Eu falei: “Pois faça isso, que será muito bem-vindo, e a população negra brasileira haverá de aplaudi-lo”. Isso porque o Estatuto tem este mandamento, ele manda fazer. E aí alguns diziam assim: “Acabaram as cotas?”. Não, não acabaram as cotas. As ações afirmativas dizem que devem ser implementadas as políticas de inclusão da população negra. É esse documento, e ele tem que ser apropriado porque ele é vigoroso.

Algumas questões ficaram fora do Estatuto. É verdade, e hoje o Congresso brasileiro debate um tema que ficou fora do Estatuto, que diz respeito à reforma política. Nós temos um Senador negro, num universo de 81. Nós temos 18 Deputados e Deputadas negros e negras, num universo de 513. Ora, alguma coisa está fora da ordem. É preciso criar um ambiente de igualdade e oportunidade para que todos possam acessar essas Casas legislativas ou esta Casa legislativa e possam dar sua contribuição de uma forma bem singular. É bem verdade que o Congresso brasileiro apoiou e aprovou esse Estatuto, aprovou essa modificação. Tem essa lei voltada para a população

negra, às comunidades de guerreiro, voltada às comunidades quilombolas, à juventude e que institui as ações afirmativas. Não é uma lei só para a população negra. Essa é uma lei para a Nação brasileira reparar, avançar na reparação dos quase quatrocentos anos de escravidão que ainda produzem seus efeitos nefastos na nossa sociedade.

Então, quando o Senador Paulo Paim faz essa reunião, essa solenidade para poder discutir e festejar os oito anos da Seppir, ele festeja também com esse Estatuto, que é um marco entre o desafio de o País consolidar sua democracia plenamente com a inclusão de negros e negras e avançar, cada vez mais, na construção da justiça social, da igualdade de oportunidades e, verdadeiramente, da construção de uma pátria mais fraterna e mais democrática.

E, neste ano, Senador, nós temos que festejar o Ano dos Descendentes de Africanos. A ONU instituiu este ano como o Ano dos Descendentes de Africanos.

A Presidenta Dilma já sancionou a lei que colocou no Panteão da República o nome dos heróis que lutaram. São heróis brasileiros agora, para todos conhecerem, que lutaram na Revolta dos Malês. Este ano ainda estamos a comemorar o centenário do fim da chibata, porque, só no final do ano, que nós deixaremos de comemorar. Enfim, este ano é importante.

Então, esses oito anos da Seppir, meu caríssimo Mário Theodoro, estão carregados. Estão plenos de possibilidades. E a sociedade exige, o movimento negro requer e vai encontrar acolhida, com certeza, nos democratas. Não nos democratas que estão contra as nossas causas lá no STF. Mas vai encontrar acolhida em todas as pessoas que querem a construção dessa sociedade mais justa.

Então, Senador Paulo Paim, V. Ex^a está de parabéns, de novo, pelo seu compromisso com a causa da população negra, pelo seu compromisso com a causa da Nação de construirmos, cada dia que passa, um mundo mais justo. Parabéns a V. Ex^a.

Fica, neste instante de festejarmos os oito anos da Seppir, também um desafio, para que toda a sociedade se organize. E vamos juntos trabalhar pela regulamentação do Estatuto, que é um novo passo para que essa lei ganhe concretude e ganhe a grande visibilidade e construção da igualdade de oportunidades, que é isso que a gente precisa.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao ex-Ministro da Seppir, Eloi Ferreira de Araújo, que hoje é Presidente da nossa Fundação Cultural Palmares, que eu tive a alegria de,

como Constituinte, ter ajudado a construir, lá atrás, Caó, Benedita, Edmilson. Lembro-me do Moura também. Foi lá que surgiu a Fundação Cultural Palmares.

Mas deixem-me fazer aqui uma provocação positiva, mediante a sua fala da reforma política, porque retiraram de lá o que eu tinha colocado no original, de 30% das cotas também para negros, para que a gente esteja também participando das decisões do País. E hoje eu vejo que há todo um debate aí, meu amigo Eloi, sobre a reforma política. E tem muitos segmentos que defendem a lista fechada da seguinte forma: um homem e uma mulher, para buscar o equilíbrio – um homem e uma mulher, um homem e uma mulher. Por que a gente não pode fazer também um homem e uma mulher, mas sendo um homem negro e um homem branco, uma mulher branca e uma mulher negra. (Palmas.)

Porque não se pode fazer então? Aí, sim, seria um equilíbrio da tal lista fechada, dando oportunidade para que, efetivamente, as lideranças populares tenham acesso ao seu espaço no seu partido político.

Eu digo isso por que nós já marcamos nesta Comissão um debate aqui: a reforma política e os movimentos sociais. E eu quero ver aqui o movimento negro fazendo esse debate. E eu sei que virão. Quer dizer, eu vou convidar. Nós vamos fazer um bom debate da participação do negro na política.

Bom, hoje não sou eu que falo. Hoje são vocês que falam. Eu já fiz uma fala, Senador Simon, daquela que V. Ex^a está acostumado na abertura, que eles diziam: “Quem é o pai da lista?”. É o Paim, porque eu falei meia hora na abertura. E o certo seriam cinco minutos.

Mas vou passar a palavra, nesse momento, à minha querida amiga, ex-Ministra também da Seppir, Matilde Ribeiro. Com certeza, eu quero endossar as palavras que foram ditas aqui, ela foi injustiçada, mas teve a grandeza: “Se é para o bem da comunidade negra, se é para o bem da luta contra o preconceito, eu renuncio então ao cargo de Ministra, na época”. Eu quero recebê-la com esse gesto, com uma salva de palmas aqui. (Palmas.)

A SR^a MATILDE RIBEIRO – Bom dia a todas as pessoas aqui presentes. É de praxe começar agradecendo, mas entendo, Paim, que aqui é mais do que praxe. Estamos aqui, na verdade, esta Mesa e este Plenário, a convite do Senador Paulo Paim, fazendo uma recuperação de história a partir dos nossos olhares, das nossas construções, das nossas emoções e das nossas lutas. Entendo que este momento se torna bastante importante não apenas como uma comemoração, mas como um registro histórico.

Neste sentido, Paim, não poderia deixar de estar aqui. Desculpem minha demora, porque o voo atrasou. Entendo que a importância de estarmos aqui juntos, rememorando os fatos, reafirmando nossas demandas, nossas construções é para o bem do Brasil, não apenas da população negra, mas de toda a Nação. Neste sentido, quero aqui agradecer imensamente, Senador Paulo Paim, porque quando cheguei aqui na condição de Ministra, foi uma das pessoas que estavam já nesse exercício institucional e nos acolheu dando pistas, dando sugestões, contribuindo para a construção de um espaço, e essa construção não está acabada. Construir uma secretaria do tamanho e da dimensão que é a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, mais de 500 anos depois da existência do Brasil, significa um trabalho persistente. Também naquela época, como colaborador número um, tivemos aqui o Mário Theodoro, que nos ensinou o caminho de construir a peça orçamentária, virando noite, fim de semana, contribuindo para que a primeira peça orçamentária fosse apresentada no tempo certo e nós, como todos os outros gestores que estavam chegando, tínhamos a tarefa de fazer, de estruturar uma peça, cuja densidade política sabíamos, mas não sabíamos qual era a sua estrutura administrativa.

O Mário Theodoro, hoje, integra o corpo da Seppir; naquela época, como gestor do Ipea, foi extremamente solidário, extremamente contribuinte, trazendo também o seu time. Então, isso é prova de que essa construção tem mãos de muitas pessoas e que está ainda em curso.

Neste sentido, saúdo também os outros representantes da Mesa, representante da Educafro, Humberto Adami; o ex-Ministro Eloi, hoje Presidente da Fundação Cultural Palmares, outra trincheira; e Valéria, aqui representando o ex-Ministro Edson Santos.

O que tenho a dizer aqui são palavras de retomada e reafirmação de alguns momentos deste processo e também algumas breves reflexões que temos que fazer para consolidar essa política. Além do Senador Paulo Paim, temos também o Senador Pedro Simon, com o qual me encontrei várias vezes naquele momento, na condição de Ministra.

Entendo que um primeiro aspecto muito importante que temos que registrar nessa história foi que, com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Estado brasileiro saiu da retórica de que é importante ter política de promoção da igualdade racial para ir para a prática. A Fundação Cultural Palmares já existia, foi uma referência bastante importante naquele momento, mas a Fundação Cultural Palmares respondeu a um momento histórico.

Em 1988, era possível trazer a questão racial para dentro da estrutura do Governo via cultura, que é um pilar extremamente importante da política de igualdade racial, mas tantos outros pilares estavam à deriva enquanto há necessidade de uma política com continuidade, com estrutura, com um orçamento e com uma sessão, diria, do Governo; com um departamento do Governo que estivesse 24 horas por dia atento à construção dessa política.

Então, esse reconhecimento se deu não apenas pela vontade política do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e agora, dando sequência, a Presidente Dilma Rousseff, mas acima de tudo foi possível em função da luta histórica do Movimento Negro, que, incansavelmente (*Palmas.*), desde sempre, desde a abolição da escravidão, desde a luta para que os seres humanos fossem livres no Brasil veio se mantendo atento e em negociação com as estruturas de Estado, com as estruturas de Governo.

Quando eu fiz parte do Governo de transição, em 2002, juntamente com tantos outros homens e mulheres, colegas naquele grupo de transição, nós nos demos conta de que as políticas que haviam sido encaminhadas pela gestão anterior, pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso eram políticas importantes, sim; negociadas, sim, com o Movimento Negro, desde a Marcha de 1995, que ocorreu aqui nesse gramado ao lado do Senado e da Câmara Federal.

Então, em 1995, o Movimento Negro entregou um documento com as principais reflexões e as principais demandas do que deveria ser um Brasil inclusivo e para todos. Desde a Constituição já se havia demarcado o racismo como crime, a necessidade da ação para os quilombolas, a necessidade de ações afirmativas. Veio a Marcha, em 1995, e entregou um documento com uma densidade política muito forte, escrito por muitas mãos e representando a diversidade nacional.

Desde a Marcha de 1995, até 2001, aconteceram grupos de trabalho e ações. Mas, em 2001, com a realização da 3ª Conferência Mundial contra a Discriminação, o Racismo, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas, concretizaram-se efetivamente ações executivas, começando pelos Ministérios das Relações Exteriores, do Desenvolvimento Agrário e da Educação. E, em 2002, eu encontrei cerca de nove a dez eixos de política pública nesses vários Ministérios.

Porém, a avaliação era de que faltava um órgão coordenador dessas políticas. Faltava um órgão que tivesse a delegação da Presidência da República para coordenar essas políticas e uma pessoa representando esse órgão para dialogar com os Ministros e as Ministras, colocando na ordem do dia as necessidades das políticas de promoção da igualdade racial.

Foi aí, então, que uma comissão formada por integrantes de cinco entidades nacionais do Movimento Negro se formou, para dialogar com as estruturas da Presidência da República. E esse desenho da Seppir veio a ser implementado, iniciando-se em 21 de março de 2003.

Às vezes, Paulo Paim, as pessoas me perguntam: “Matilde, se você tivesse que recomeçar, o que você mudaria?”. E eu digo: “Não dá para a gente mudar o passado, dá pra mudar o futuro”. (*Palmas.*)

No passado, o que foi possível foi uma secretaria como um órgão coordenador das políticas de igualdade racial, um órgão especial com *status* de Ministério, tendo como missão tocar as políticas destinadas à população negra, que é mais de 50% da população brasileira, mas em diálogo com os indígenas, com os ciganos, com os povos que vivem discriminações históricas, culturais e sociais no Brasil, seguindo o que determinava a declaração e o plano de ação da Conferência de Durban.

Isso é difícil, sem dúvida, porque a estrutura estava sendo criada. Assumi, como Ministra, no dia 21 de março de 2003, e, no dia 22, eu fui à busca do espaço para trabalhar, da cadeira para sentar-me, do telefone, da equipe com a qual trabalhar. E vocês já viveram isso comigo ou viveram depois. Mário Theodoro está tendo, hoje, a oportunidade de viver isso, na condição de gestor, ocupando a cadeira nº 2 da Secretaria.

E aqui também saúdo a Ministra Luiza Bairros, que é uma pessoa que nós conhecemos há longas datas, trabalhando em prol da comunidade negra do País; Eloi; enfim, todos os demais que estiveram junto ou num momento posterior à minha permanência no Governo não de concordar comigo que a estrutura é bem menor do que a fila das demandas históricas, não é, Adami? Eu acho que o Adami aprendeu muito do lado de dentro, assim como todas as pessoas – militantes históricos que somos. Nós tivemos a possibilidade de viver o externo, olhando e pensando como será que seria. Agora, do lado de dentro, a história é outra. A história é de levantarmos e deitarmos pensando no que é necessário ser feito para garantir o apoio às lutas das instituições em âmbito nacional – e este Brasil não é pequeno –, a motivação cotidiana para pensar como gastar o recurso, porque não basta ter o recurso. É importante sabermos a construção do caminho para gastá-lo e, sabendo que é pouco, também captarmos mais e mais recursos. É ouvir muito “não”, não é? Muito “não” no dia a dia, não é, Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza.

A SRª MATILDE RIBEIRO – Porque, como o Paim abriu a reunião aqui dizendo, embora tenhamos mui-

tas conquistas, nós temos que convencer os demais de que a política é importante. Se a reforma política é importante para o Brasil, é importante também para os negros, não é? (*Palmas.*) Se a reforma previdenciária é importante para o Brasil, é importante também para os negros, e não basta só dizer que é importante. É importante que nós consigamos ter propostas que dialoguem com a linguagem institucional, como disse há pouco o Ministro Eloi, quando leu um dos artigos do Estatuto, que dialoguem a ponto de virar políticas públicas.

Então, o exercício da execução da política de igualdade racial, assim como a política para as mulheres, a política para o meio ambiente, a política para os indígenas, essas políticas que não estão no cardápio das instituições de maneira tradicional, essa construção é um aprendizado com o qual nós temos que ter paciência, hoje, para fazer avaliações e para fazer debates sobre as dificuldades e as potencialidades dela e, nesse sentido, então, construir, como já foi citado aqui... Eu não ouvi a fala do Mário Theodoro, mas já li muito os seus textos com os quais tenho muito mais concordâncias do que discordâncias e eu ouvi aqui a fala do Ministro Eloi. A estruturação do Programa Brasil Sem Racismo... Desculpem-me. O Programa Brasil Sem Racismo foi o programa de campanha em 2002. Ele foi muito importante também, porque era necessário pegar um documento que tem um formato e uma estrutura de diálogo com a sociedade civil, a partir de um partido e de partidos, e transformá-lo no exercício da Administração Pública.

Mas o que eu queria falar mesmo era do Programa Brasil Quilombola, que foi o principal programa que o Presidente Lula delegou à Seppir em 2002, com a sua coordenação, começando por uma coisa muito difícil, que foi transformar um decreto, que vinha de gestões anteriores e que está sendo, hoje, contestado no Supremo Tribunal Federal, com diálogos e negociações com os principais protagonistas, os principais demandantes daquela política, que são os quilombolas do Brasil, que merecem todo o nosso respeito (*Palmas.*), porque, nos meios urbanos, as nossas lutas têm densidade política e importância que, muitas vezes, não consideram a existência dos quilombos, a existência das aldeias indígenas, a existência dos ribeirinhos, a existência das comunidades tradicionais.

Então, construir o Decreto nº 4.887 em diálogo com os principais protagonistas, mas também ouvindo as opiniões e respeitando as missões dos diversos órgãos institucionais do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, demorou cerca de oito meses. Esse trabalho foi iniciado em março de 2003 e terminou com o lançamento deste Decreto junto com a Política Nacio-

nal de Igualdade Racial em 20 de novembro de 2003. Foram os dois primeiros pilares para essa luta, para essa construção de política pública e em diálogo com o tal Estatuto da Igualdade Racial. Muitas e muitas reuniões. Muitas e muitas reuniões.

A Seppir, do ponto de vista do Executivo, é a responsável pelo diálogo do conteúdo dessa peça, mas sabendo que, aqui, nesta Casa, havia muitas contradições. Aqui, no Senado, o Senador Paulo Paim, foi o condutor deste Estatuto deste antes da existência da Seppir; na Câmara Federal, diversos Deputados e Deputadas Federais, mas, mais diretamente, os negros, porque entendem a importância desse instrumento como parte de sua luta cotidiana. E, em muitas reuniões, ouvimos muitos não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Simon, inclusive para pegar um gancho na sua fala para que possa tomar um copo d'água, na época, o Deputado Alceu Colares queria que o nome fosse Estatuto do Negro e não da Igualdade Racial, para ver como o debate era profundo. E foi um debate profundo para chegarmos à conclusão de que deveria ser Estatuto da Igualdade Racial.

A SRª MATILDE RIBEIRO – Então, daquela época até o final da minha estada no Governo Federal, a grande contradição apresentada em relação ao conteúdo do Estatuto era se ele teria ou não um fundo para igualdade racial.

Já havia sido esgotado o debate. Tanto eu quanto o Senador Paulo Paim passamos, por inúmeras vezes, pelas salas dos Ministros do Planejamento, da Fazenda, do Presidente da República, e já havia um acordo, mesmo que eu tivesse sido voto-vencido, que Paim tivesse sido voto-vencido, já havia um acordo pela não existência do fundo de maneira explícita, mas, sim, pela chamada de todas as organizações dentro do Governo Federal, todas as instituições, todos os Ministérios, para que fossem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente. Daí, no acordo, apresentei uma PEC, que está na CCJ, que cria o fundo.

A SRª MATILDE RIBEIRO – Naquele momento, sendo voto-vencido naquela esfera – e, quando sabemos, no esquema democrático, como é a vida, quando você é voto-vencido, você não pode dizer não brinco mais disso, você tem que dizer ok. Vamos continuar a partir do que está acordado – entrou para o Estatuto um estímulo, um chamamento, uma forma, uma redação que colocava responsabilidade de todos os órgãos de Governo de garantir orçamento para a política de igualdade racial.

Estou citando esse exemplo para dizer que eu fui uma das pessoas, Ministro Eloi, que fez críticas a este

documento, como integrante hoje da sociedade civil que sou e também por ser um ser político. Seres políticos que somos, não temos que ter só concordância. Temos que demonstrar a nossa crítica nos devidos lugares para que as coisas tenham outras engrenagens.

A crítica feita não foi em relação à importância do instrumento. A crítica feita tem, aqui, que ser reafirmada, sem dúvida, por nós

que desejamos mudanças, foi no sentido de que, enquanto não é votado, nós temos que lutar para que os instrumentos sejam os mais completos possíveis, depois de votado nós temos que encarná-los e lutar pela sua regulamentação e pela melhoria via tanto outros instrumentos. (*Palmas.*) E nesse sentido, então, a batalha agora é pela regulamentação dessa peça e identificarmos quais as tantas outras necessidades para incorporar em outros documentos a serem construídos por nós dos lugares onde estamos.

Eu optei por fazer esse relato de alguns momentos e chamando para algumas reflexões, porque construir essa política de igualdade racial, seja no Executivo, no Legislativo, no Judiciário, é uma tarefa, como já dissemos, árdua, e nós já tivemos maturidade suficiente para entender, de certa forma, quais são as brechas e quais são as portas fechadas. Não é à toa que no dia 21 de março de 2003 o Presidente Lula me disse duas coisas. Ele me disse, quando me empossava: “Ministra, você será uma peregrina na Esplanada”. E assim foi. Eloi foi, Edson Santos também foi, Luiza Bairros também será junto com Mário Theodoro, porque, para construir a política de igualdade racial, nós temos, sem dúvida, que convencer os demais da importância e de pôr a mão no bolso para ter o orçamento para ela.

Além disso, o Presidente Lula me disse também: “Peça licença para entrar na sala de um outro colega, apenas por educação, você é uma pessoa educada, mas saiba que você tem valor tanto quanto os outros”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

A SRª MATILDE RIBEIRO – Ele sabia o que estava dizendo, ele já estava inclusive pré-anunciando como seria a minha saída – não que ele tenha tido nada a ver com isso –, mas ele estava fazendo uma leitura de como o racismo se expressa nesta sociedade brasileira. Assim como também o nosso querido Abdias Nascimento, que foi um das pessoas que eu consultei logo depois de ter assumido. Eu fui ao Rio de Janeiro, num jantar, conversar com Abdias, que acabou de completar 97 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – 97 anos, grande Abdias! (*Palmas.*)

A SRª MATILDE RIBEIRO – o Abdias brincou comigo, e disse: “Menina – ele foi razoável – menina, não se faz omeletes sem quebrar ovos, e, quando a gente quebra ovos, a gente incomoda”.

O futuro pertence à sociedade nas suas lutas, mas eu entendo que nós estamos diante de pelo menos três grandes desafios. O primeiro, após tudo que nós conquistamos via o ProUni, via o Brasil Quilombola, via as ações no campo da segurança pública, via o programa Trabalho Doméstico Cidadão, via as ações para a juventude negra, que merece atenção nesta nossa pauta de política pública pelas pressões e violência que enfrenta no dia a dia, via a organização das ações para as mulheres negras... Enfim, a lista é muito grande, e estou aqui citando alguns dos aspectos da política pública que foi institucionalizada via programas, via projetos, via ações, mas nós sabemos que esta política de igualdade racial só será efetiva quando ela tiver escala ampla na sociedade brasileira. Quando a partir daqui, dos nossos gabinetes, dos gabinete da Ministra Luiza Bairros, da Presidenta Dilma Rousseff, nós tivermos a notícia de que a política está chegando lá na ponta extrema do Brasil, e com continuidade. Então a manutenção dessa política e a ampliação da escala é o nosso desafio número um, do meu ponto de vista.

Na sequência, e junto com isso, nós temos que ter um monitoramento sistemático, portanto, uma relação já estabelecida via conferências, via conselhos, via todo o espaço de diálogo entre Governo e sociedade civil, mas a nossa tarefa de garantir a consolidação da política por meio das leis, por meio dos protocolos, por meio de toda referência que fique, apesar das pessoas. E esse é orgulho que nós podemos ter.

Já tem três anos que eu não estou mais na Seppir, mas eu sei que as coisas estão lá e sei que há pessoas trabalhando e que há leis garantindo a continuidade. Portanto, o trabalho não foi em vão. Ele fez parte da esteira, fez parte da linha de produção. Isso é o que vale, e a consolidação merece essa nossa atenção por meio do orçamento público, das leis e também de todos os instrumentos necessários.

E, por fim, eu entendo que oito anos – estamos entrando no nono ano – de uma política intencional de promoção da igualdade racial é um período pequeno, é um vão na história de mais de 500 anos, de 511 anos da existência do Brasil, e esses 511 anos sendo marcados por quase quatrocentos de escravidão e 123 de abolição, que é um período curto também na história.

Portanto, nós não podemos esmorecer, não é, Eloi? Eu não podia, eu não tenho o direito de esmorecer, assim como nenhum de nós aqui tem. Nós temos,

sim, que nos manter unidos nos nossos encontros, nas nossas concordâncias e, em debate, nas nossas diferenças, para que essa política possa ser mais forte e efetiva, garantindo o Brasil para todos efetivamente.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à ex-Ministra Matilde, que faz uma exposição clara. Eu gostei de ouvir, Ministra, como seria bom, como disse alguém, se todos fossem iguais a você. Por que estou dizendo isso? Ela fez crítica ao Estatuto, queria muito mais, e fez críticas, mas tem, claro, que o Estatuto está aprovado, avançou no que pode e que nós temos que, como você disse, olhar para o futuro para incluir aqui o que não está aqui. Isso só ajuda a avançarmos.

Mas eu queria agora – uma coisa mais pessoal aqui. Aí vai vaidade minha, sou meio vaidoso também. E vou dizer qual é a vaidade, Senador Simon e minha querida Senadora Marinor Brito... Quando dissemos que ia haver audiência pública numa segunda-feira, às 10 horas da manhã, primeiro disseram que o plenário ia estar vazio, que não haveria ninguém aqui, e que os convidados não viriam. E Senador, nem pensar! Não vai haver nenhum Senador! Estão aqui o Senador Simon e a nossa querida Senadora Marinor Brito. (*Palmas.*)

Então, uma salva de palma ao plenário. Todos os que foram convidados se fizeram presentes, de uma forma ou de outra; o Ministro Edson não pode, mas mandou o seu representante, e a nossa Ministra só não está aqui porque está no Rio Grande do Sul, inclusive vendo uma questão específica num ato de racismo lá, e disse que falará comigo ainda por telefone.

Eu vou passar a palavra de imediato aqui à representante do nosso ex-Ministro Edson Santos, que lutou muito também pela aprovação do Estatuto, que é a Sr^a Valéria Oliveira, e, depois, eu vou abrir a palavra, naturalmente, para os outros dois convidados, Humberto Adami... Eu fiz questão de, primeiro, dar a palavra para o Ministro ou seu representante, ex-Ministro, no caso. Em seguida, para o diretor da Associação do Banco do Brasil, Humberto Adami, e para o Fernando Benício dos Santos. Os dois falarão aqui pela sociedade civil, sem prejuízo, eu quero dizer, da lista de oradores que eu tenho aqui, que está em torno de sete pessoas do plenário, que poderão usar a palavra também.

A Valéria Oliveira vai usar a palavra neste momento. Então, a Valéria Oliveira fala em nome do ex-Ministro Edson Santos. Por favor.

A SR^a VALÉRIA OLIVEIRA – Bom dia a todos e todas. Saudando o Senador Paulo Paim, o Senador Pedro Simon e a Senadora Marinor, saúdo todas as au-

toridades presentes e gostaria de fazer uma saudação aos demais presentes citando aqui a presença

de vários colegas da Seppir que estão aqui e que fazem, no dia a dia, essa política tão importante. Estou vendo aqui a Renata e outras colegas e gostaria de saudá-los.

Queria dizer que, em nome do Deputado Edson Santos, nós agradecemos imensamente a convocação desta audiência pública extremamente importante e que eu acho que se soma a outros eventos muito importantes que ocorrerão ao longo do ano, ano este que está pautado por vários desafios em torno da promoção da igualdade racial. A gente assiste, por um lado, a enormes avanços, especialmente no campo das políticas públicas, mas a gente assiste também – e eu acho que não dá para deixar de citar aqui a campanha eleitoral como um momento em que isso veio muito à tona – às forças reacionárias tentando, enfim, desqualificar as políticas e distorcer a realidade dos fatos, porque recentemente o Ministério da Justiça trouxe à tona uma nova pesquisa em que, mais uma vez, a gente constata que as mortes causadas por formas violentas estão prioritariamente atingindo os jovens negros. Então, essas são realidades que estão aí no nosso cotidiano e que, infelizmente, mostram para a gente que, se por um lado a gente avançou bastante, ainda temos longo caminho a percorrer.

Acho que, e não vou me repetir, mas até porque os oradores que me antecederam são muito mais brilhantes e têm uma longa experiência em torno da questão, é importantíssimo a gente reconhecer e lembrar que a criação da Seppir foi um dos primeiros atos do Presidente Lula no início do seu governo. Então, obviamente, isso revela um acúmulo dos movimentos sociais que vinham lutando há séculos por essa igualdade tão almejada por todos nós e significa que o Presidente, ao iniciar o seu governo, criando a Seppir, atestou ali a sensibilidade e o reconhecimento para essa situação tão séria que nós temos no nosso País.

Acho que é importante citar alguns avanços. Também estive partilhando dessa importante caminhada na Seppir, estive participando da gestão, tive o privilégio de participar quando a Ministra Matilde estava lá, depois com o Ministro Edson permaneci, e pude vivenciar com muito prazer, apesar de todas as dificuldades, que não são poucas, quem está lá no dia a dia sabe disso, mas pude vivenciar alguns avanços que eu queria destacar aqui, entre vários outros.

Eu acho que a criação da política integral de saúde da população negra é um dos aspectos mais relevantes que a gente tem em termos de governo. É claro que essa política precisa ter uma materialidade muito maior do que a que ela alcançou até hoje, mas

a gente vê denúncias extremamente graves em relação à saúde da população negra. E são várias. Além das especificidades que existem, que precisam ser tratadas como especificidades e que, muitas vezes, por despreparo e desconhecimento dos profissionais de saúde, a população não tem o atendimento que deveria ter, os casos de discriminação são patentes e se manifestam de diversas formas. Então a criação dessa política, o investimento no esclarecimento e na qualificação dos profissionais de saúde para lidarem com a população negra eu acho um passo extremamente importante e um direito elementar. Então destacaria essa política.

Acho que a Lei nº 10.639, que insere nos currículos a história e cultura africana, também é um elemento fundamental, porque a gente sabe que a escola é um espaço de apreensão de saber, mas é também um espaço de construção das relações sociais. E a gente sabe que a evasão escolar que atinge prioritariamente os jovens negros no ensino médio é provocada não apenas pela situação quando o jovem tem que sair para o mercado de trabalho, ela é muito provocada também pela inadequação da escola para lidar com os jovens de uma maneira geral, e especialmente com os jovens negros. Então se a escola não é acolhedora, se a escola não traz elementos de identidade, obviamente ela não tem interesse e ela não é apropriada para os jovens.

Então quanto a essa Lei que a gente tem visto, a Seppir promoveu no ano passado uma série de seminários em todas as regiões do País para acompanhar a implantação da lei, a gente observa que ela tem muitas dificuldades ainda, mas ela é uma lei que precisa de ser apropriada por todos nós. Aonde a gente vai, todos os debates, todos os espaços públicos que a gente frequenta, a gente precisa dizer.

que existe essa Lei e que é para ser aplicada em todos os níveis de educação, em todos os sistemas, inclusive na educação superior.

Essa é uma bandeira que acho muito importante. Por quê? A gente sabe o poder de transformação da educação. Então, a permanência dos jovens negros, o bem-estar das crianças negras, o bom rendimento escolar de todos esses atores integrados na educação, inclusive dos professores e educadores que atuam nessa área, dependem muito de que nós também, enquanto cidadãos, façamos dessa uma bandeira importante no nosso dia a dia.

Citaria também pelo simbolismo as bolsas e agora as cotas no Instituto Rio Branco, porque a gente sabe que, para nós, negros, por mais que a gente estude, que a gente batalhe para os cargos de chefia, para os cargos de excelência, infelizmente, ainda estão aquém

da nossa ascensão, e essa é uma maneira de estimular com que a gente realmente tenha representantes em todas as áreas do Governo, inclusive nas áreas de excelência e nas áreas de representação maior. Então, acho que essa iniciativa tem um simbolismo que também deve ser destacado.

Acho que a gente tem, neste ano, desafios bastante grandes. A gente tem um enorme ataque à política relativa aos quilombos – e a gente tem que cerrar fileiras para enfrentar –, a gente tem, eu acho ainda, superar, melhorar, aprimorar as políticas em relação à comunidade cigana, que é uma comunidade extremamente importante. A gente sabe que os ciganos sofrem discriminação não apenas aqui, mas no mundo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estão aqui os representantes dos ciganos aqui. Ela estava esperando e depois vai poder falar também. *(Palmas.)*

A SRª VALÉRIA OLIVEIRA – É preciso aprimorar as políticas voltadas a essa parcela da nossa sociedade, inclusive reconhecendo a enorme herança cultural, que é milenar e que é tão rica, tão bonita e precisa ser valorizada também.

A questão das cotas que está extremamente atacada. A gente tem, neste ano, o julgamento do mérito no STF. Quem pôde acompanhar a discussão das audiências em relação às cotas pôde ver que majoritariamente foram defendidas as cotas, mas é um espaço de luta bastante difícil e importante.

A gente tem agora, em relação às cotas, alguns instrumentos muito importantes, porque a gente começa já a contar com dados de avaliação sobre a política das cotas, e, como era de se esperar, como a gente sempre acreditou, os nossos alunos cotistas saem-se muito bem do ponto de vista acadêmico, não devem nada a ninguém. Muito pelo contrário: em algumas áreas se destacam bastante bem, o grau de evasão é menor.

Isso comprova que, dada a oportunidade, o mérito certamente virá como para qualquer parcela da sociedade, mas para esses jovens, particularmente, o que tem sido observado e o que as pesquisas têm ressaltado é que, ao contrário de outros jovens que entram muito jovens na universidade, mas não sabem exatamente qual profissão seguir, mudam bastante de curso, têm um alto grau de evasão, os jovens cotistas, pelo contrário, entram e não saem. Então, essa é uma prova de que, dada a oportunidade para essa parcela da juventude, ela a acolherá e certamente valorizará, como tem sido comprovado nas pesquisas.

Brevemente, queria só fazer uma observação. A Ministra Matilde falou bastante sobre isso, mas acho

que a questão da transversalidade é um acerto. Realmente, uma política de igualdade racial só vai ter sucesso a partir da transversalidade com os órgãos de governo, mas é preciso que a gente tenha claro as dificuldades que encontramos no dia a dia ao realizar essa transversalidade.

Então, esse é um desafio. Acho que o Governo tem consciência disso e tenho certeza de que a Presidente Dilma vai pautar essa questão da igualdade racial como uma prioridade de Governo, mas é preciso que seja realmente assim. A igualdade racial tem que ser tratada como prioridade de governo para que a gente realmente possa ter a Seppir como um órgão coordenador, mas a gente possa ter todo o Governo executando as políticas que são tão importantes, porque a Seppir tem uma estrutura pequena, tem valorosos guerreiros que são os servidores da Seppir, mas que, se realmente não tivermos esse ambiente de prioridade... Tanto no Senado quanto na Câmara Federal, a gente tem Parlamentares com essa consciência que estarão reforçando também essa prioridade.

A questão também que devemos pautar como prioridade para este ano, um desafio para a Seppir, é o monitoramento e a avaliação dessas políticas. Acho que a Seppir tem um tempo de vida, para nos estarmos voltando para esses dados, inclusive a fim de ver potencialidades e as dificuldades. Isso é muito importante este ano, de Governo, que é a promoção da igualdade racial.

Para concluir, para os mandatos parlamentares, para o mandato do Deputado Edson, estamos elencando a igualdade racial como uma prioridade muito grande no mandato, mas acho que, tanto do Senado quanto da Câmara, temos espaços bastante importantes para fazer os debates e avançar inclusive as medidas de igualdade racial que estão na Casa tramitando para serem votadas.

Acho que a frente pela promoção da igualdade racial, a frente parlamentar, está sendo lançada agora, é um importante espaço, pois é o diálogo com a sociedade civil é que mantém vivas as atuações parlamentares. Queria dizer que o Deputado Edson está propondo – fez um requerimento – a criação de uma Subcomissão na Comissão de Direitos Humanos da Câmara para acompanhar a regulamentação do Estatuto da Igualdade Racial, que é de extrema importância. Ainda não foi votado, mas acreditamos que esse requerimento possa ter êxito e que tenhamos, nesse espaço, essa Subcomissão.

(Palmas)

Bem, no mais, gostaria de agradecer a oportunidade e dizer que o Deputado Edson realmente não pôde estar presente por motivos de agenda, mas es-

tou aqui humildemente, nesta Mesa de autoridades tão importantes, para reafirmar esse compromisso do mandato com essa questão.

Muito obrigada pela oportunidade de estar aqui.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Parabéns à Valéria Oliveira, que representou, e muito bem, o nosso querido ex-Ministro Deputado Edson Santos de Souza.

Agora, passamos de imediato a palavra ao Humberto Adami, militante histórico desta causa, também Diretor da Associação dos Advogados do Banco do Brasil (ASABB).

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JUNIOR – Bom dia a todos e a todas! Bom dia, Senador e demais autoridades, Ministros, ex-Ministros e futuros Ministros! Bom dia aos Senadores presentes, às pessoas que são militantes históricos, às pessoas que nos assistem pela TV Senado, trago o abraço do Presidente da Associação dos Advogados do Banco do Brasil – que, por sinal, é gaúcho também – Dr. Cláudio Lamachia, Presidente da Associação Nacional do Banco do Brasil.

Na verdade, devo estar aqui na condição de ex-ouvidor da Seppir e também de ex-Presidente do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (IARA), que tem uma história juntamente com outras entidades do movimento negro, no sentido de exigir especialmente o cumprimento da legislação, no âmbito do Judiciário, e fazer, com isso, o avanço do ordenamento jurídico.

Penso, Senador Paulo Paim, que seria importante – vou pedir a V. Ex^a que registre posteriormente – o balanço da Ouvidoria da Seppir – algumas cópias foram providenciadas. Há também a promessa da Ministra Luiza e do senhor representante, o Secretário Executivo Mário Teodoro, de publicação do balanço da Ouvidoria da Seppir na página da mesma.

Então, vou requerer a V. Ex^a o registro em ata, que, na verdade, registrou a Ouvidoria da Seppir ao longo de todos os Ministros. Não tive a possibilidade de trabalhar como funcionário da Seppir na época da Ministra Mathilde, mas trabalhei com os outros três Ministros – o Ministro Edson Santos, o Ministro Elói Ferreira e a Ministra Luiza Bairos.

Esse balanço passa exatamente o caminho que seguiu na implantação da Ouvidoria da Seppir e como ela pôde, ao longo desses oito anos, entrar muitas vezes de forma silente, sem causar estardalhaço, sem causar aquela atividade própria

Está aí, talvez, o porquê de a Ministra Matilde ter dito que tive de aprender a não mais também trabalhar como movimento social, mas trabalhar também

no silêncio do encaminhamento das demandas como integrante do Governo Federal.

É importante dizer que, ao longo desses quase dois anos que estive à frente da Ouvidoria da Seppir, alguns casos foram bastante emblemáticos. O caso de intolerância religiosa com a mãe de santo de Ilhéus que foi jogada pela polícia militar em cima de um formigueiro, em que a ouvidoria da Seppir pôde fazer um trabalho de proteção, de alento, ao trazer o assunto para a estrutura do Governo Federal e que, muitas vezes, isso não chega ao conhecimento público, porque a engrenagem é por dentro do Governo Federal, onde existem muitos inimigos do chamado racismo institucional, e que têm de ser combatidas ainda certas posturas que se tornaram praxe da sociedade brasileira e que, portanto, estão refletidas no Governo Federal, nos Governos Estaduais e nos Governos Municipais.

O caso do livro *Lendas de Exu*, em que uma professora, no Município de Macaé, foi demitida pela Diretora, que era evangélica, porque estava dando aulas com o livro *Lendas de Exu*, que era um livro cultural, não tinha nada a ver com a questão religiosa, mas houve a intolerância.

A questão do Município de Atibaia em que um jardineiro, Senador, que há 23 anos, levava os chamados baculejos da polícia, na cidade de São Paulo, e, todos os dias, ele sofria uma averiguação. Há os ofícios da Ouvidoria da Seppir, e isso não saiu em jornal nenhum. Essas agressões contínuas têm parado; no mínimo têm minimizado.

A Sr^a Hilda dos Santos, um caso aqui de Brasília, que foi cuspidada na cara e chamada de negra safada, dentro de um ônibus do Distrito Federal; e, pela primeira vez, o cidadão que foi o ofensor, o praticante, ficou preso, ainda que por pouco tempo, mas ficou preso.

O Movimento Porta na Cara, do setor bancário. Um importante manifesto que foi distribuída agora, no final de dezembro, a todos os sindicatos e a todas as centrais sindicais, a fita. É fácil ver isso – Manifesto Porta na Cara, na Internet –, em que um jovem negro não consegue entrar em uma agência bancária, com a mesma bolsa que a de um jovem branco, portanto celulares, chaves e objetos; depois, vai o jovem branco – há um filme da empresa filmando do lado de fora da agência – e entra. Logo a seguir, ele passa essa mesma bolsa para o jovem negro; o jovem negro fica três minutos e meio na porta do banco, e não consegue entrar. É muito fácil ver. E há uma discussão seriíssima com as entidades sindicais, os sindicatos e as centrais sindicais, que têm uma postura de dizer que isso faz parte da segurança, de que as portas fazem parte da segurança. Mas a utilização dessas portas

têm de ser imediatamente modificadas, porque elas atingem a população negra

A Portaria do Ministério da Justiça, da Polícia Federal, que regula a atividade de vigilância bancária, deve ser imediatamente revista, para que essas pessoas sofram treinamentos e não mais a população afrodescendente siga sofrendo esses tipos de crimes raciais impunes, tanto nas portas das agências bancárias como também seguidos casos nos *shoppings* e nos mercados populares.

São vários casos que ocorrem todo o tempo. O caso da GOL também, em que o funcionário da GOL foi ofendido em Alagoas. A ofensora acabou por ser denunciada pelo Ministério Público.

As fraldas da Turma da Mônica, em um anúncio em que apenas bebês brancos representam os bebês.

Acabou de ser julgado no Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária, que é outro espaço que o Estatuto da Igualdade Racial precisa ainda invadir e se fazer respeitar, porque o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária não vem seguidamente respeitando a lei. O Estatuto da Igualdade Racial, a Lei nº 12.288, é lei como qualquer outra lei no País e deverá se fazer respeitar pelos meios próprios, inclusive obrigatoriamente.

A questão do Fashion Week, uma denúncia importante, em São Paulo, outro caso em que o Ministro Edson Santos, o Ministro Eloi, uma delegada de polícia em Vila Velha prendeu as funcionárias da Riachuelo, todos esses casos tiveram repercussão não tão estrondosa, mas foram casos importantes. Casos do Rio Grande do Sul... Agora, 19 afrodescendentes em Cachoeira do Sul, no seu Estado, Senador, o Ministério Público arguiu a inconstitucionalidade da lei de cotas do Município. O Ministério Público, estou repetindo, a inconstitucionalidade das cotas da lei municipal. Apenas os 19 afrodescendentes que passaram e foram aprovados para a Prefeitura de Cachoeira do Sul foram retirados do concurso após o julgamento da inconstitucionalidade da lei. Os outros 230 que passaram no mesmo concurso permanecem até hoje. É um absurdo! Isso foi denunciado. Levamos o caso inclusive ao Conselho Nacional do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Deixe-me só citar esse caso, que acompanhamos. O Thiago está aí, e o Thiago, que é advogado da minha assessoria, inclusive esteve lá assessorando e interpelou inclusive judicialmente, como advogado, essa questão. Você tem toda razão.

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JUNIOR – É importante dizer isso. O Ministério Público diz que tem independência para fazer o que quiser. Nesse caso,

o Thiago entrou com uma ação de R\$5 milhões para fazer a indenização do dano. Quem paga é o Estado do Rio Grande do Sul e o Município de Cachoeira. Se o Ministério Público acha que tem independência para fazer o que quiser, ao arrepio da lei, inclusive, bastando apenas a sua consciência, vamos discutir, Senador, quanto e quem vai pagar a conta dessa independência toda, que é, na verdade, *contra legis*, porque o Ministério Público tem obrigação de defender as minorias étnicas, de acordo com a Lei nº 75. Tanto o Ministério Público, que está por aí, como na semana passada, no Espírito Santo, a Ministra Luiza já está acompanhando, o Ministério Público, que vai arguir a inconstitucionalidade das cotas, está laborando em dissonância com a sua obrigação legal, porque tem obrigação de defender a população étnica, minoritária, e não de ficar arguindo a inconstitucionalidade da lei por aí, por acolá...

O caso principal, que acho que foi o que mais repercussão causou, foi o livro *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato, que em uma ação da ouvidoria da Seppir, sob o comando do Ministro Eloi, causou a repercussão, uma balbúrdia tremenda, uma gritaria, inclusive da Academia Brasileira de Letras, da própria Ordem dos Advogados, que sequer se deram o trabalho de ler o acórdão, a decisão do Conselho Nacional de Educação que aponta o livro como absolutamente incoerente com o Programa Nacional de Biblioteca na Escola, que proíbe que o livro didático tenha financiamento público que possua estereótipo ou preconceito... O livro *Caçadas de Pedrinho*, que todos nós lemos, a grande maioria leu, tem especificamente atos de discriminação, de racismo e de preconceito. Portanto, não pode, de acordo com a lei, o Programa Nacional de Biblioteca na Escola, ser financiado com dinheiro público. A primeira reação é que muitas Prefeituras e muitas secretarias estaduais pararam de comprar a coleção, que estava sendo vendida sem licitação, por dispensa por notória especialidade. Como foi criada toda essa celeuma, muitos... "Está tendo problema? Ah, esse é aquele que está tendo problema? Então, não vamos comprar ele aí". É uma coisa importante.

Na verdade, o Conselho Nacional de Educação está de parabéns porque assumiu, enfrentou, assim como a Seppir também e o Ministro da Educação, e vamos ver esse parecer da professora Nilma, que é... Como aprovado pelo Ministro da Educação... A Ministra Luiza esteve recentemente lá. Vamos ver muito em breve esse e outros.

É racismo, sim, e não adianta ficar fazendo campanha contra *bullying* na escola se o livro fica ensinando racismo, fica reciclando, fica trazendo aquilo tudo de volta. A Lei 10.639 precisa ser implementada, e não apenas trazer a história da escravidão do negro

no Brasil, que é o que muito se tem feito. Mas a busca incessante pela implementação da lei.

Esse balanço da Ouvidoria, que vou passar às suas mãos agora, Senador, e pediria registro em Ata, ainda aporta, pela Ouvidoria da Seppir, a expedição de 1.200...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Só dizer, Adami, que tanto vamos registrar aqui, na Comissão de Direitos Humanos, pela importância do documento, mas também no plenário do Senado.

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JÚNIOR

– Muito obrigado.

Também expediu, e silenciosamente – alguns estranharam muito isso – 1.200 ofícios a todas as universidades brasileiras, a todos os reitores, às universidades públicas federais, estaduais, a todas as universidades privadas e às confessionais, pedindo que dissessem o que fizeram com a Lei 10.639 e a resolução no Conselho Nacional de Educação, que determina que os reitores e as universidades tenham conteúdo pedagógico das relações étnico-raciais em todos os cursos ministrados pelas universidades. Isso não vem sendo feito em lugar nenhum.

A pena do Conselho Nacional de Educação é baixar a avaliação da universidade, especialmente aquelas universidades que se recusam a fazer cotas para negros, como é a nossa universidade, Ministro Eloi, a UFRF, que insistentemente se recusa a ter cotas para negros.

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAÚJO – É que eles atribuem que a responsabilidade deve ser social, como se o Estado brasileiro tivesse recebido em algum instante a escravidão social. Só houve escravos negros; não houve escravidão social. Sempre tivemos problemas sociais na história do Brasil.

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JÚNIOR –

Eu quero saber se eles são tão bons para fazer a Lei 10.639 como eles são tão bons para negar as cotas para negros naquele *campus*. E, na verdade, com autorização da Ministra Luiza Bairos, agora, antes de eu sair da Ouvidoria, nós ampliamos isso para os 400 institutos federais de educação, pedindo agora também a remessa do plano pedagógico institucional, que é, mais ou menos, como a bíblia da universidade, que lá tem que ter o que ela vai fazer com a 10.639, sob pena de sofrer de penalidades, como, por exemplo, a diminuição do seu número de estudantes.

Pois bem, agora, o que eu tinha para falar sobre as coisas da Ouvidoria, não esquecendo também o Decreto 4.228, que, na verdade, é um decreto do tempo do Governo Fernando Henrique, que casa com o Estatuto da Igualdade Racial de uma forma que me parece que está todo mundo em improbidade admi-

nistrativa, porque o Estatuto é muito claro em falar da questão da implementação da ação afirmativa no âmbito da Administração Pública Federal.

Tem que fazer sim! E os gestores que estiverem se recusando, na minha opinião, estarão se colocando em improbidade administrativa, porque é isso que deu exemplo o Itamaraty e, como disse a Ministra Luiza Bairros, nós queremos ver – não é só Itamaraty. O Itamaraty fez o que ele queria, porque ele estava com vontade... Um belo dia, o Ministro do Itamaraty acordou e resolveu fazer. Não. Tem que fazer porque é lei, é lei. É a Lei nº 2.888 e também há os tratados internacionais que o Brasil vem assinando desde 1960.

Eu quero ainda, além do registro do balanço em ata da Ouvidoria, sugerir que as Comissão de Direitos Humanos instalasse uma comissão de juristas para monitorar a implementação do Estatuto da Igualdade Racial em todo o território nacional (*Pausa.*), não só no âmbito do Governo Federal, mas também no âmbito dos Governos Estaduais e Municipais, porque a obrigação é de todos; a obrigação não é só do Governo Federal. É por isso que é tão difícil, Matilde, porque o Governo Estadual também tem obrigação de fazer essas coisas; o Governo Municipal também tem obrigação de cumprir a Lei nº 10.639, também tem obrigação de ajudar a implementar a questão da demarcação dos quilombos e, nesse sentido, então, acho que é possível daqui do âmbito do Senado possa fazer esse monitoramento em todo o território nacional.

Queria fazer uma sugestão, ainda, Senador, que, de acordo com o art. 21 – eu já conversei sobre isso com o Deputado Edson Santos –, o Estatuto cria ouvidorias permanentes no acesso à Justiça e à segurança, no art. 51, e diz que o Poder Público Federal instituirá, na forma da lei e no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo, ouvidorias permanentes em defesa da igualdade racial para receber e encaminhar denúncias de preconceito e discriminação com base em etnia ou cor e para acompanhar a implementação de medidas para promoção da igualdade. A minha pergunta é: o que impede o Poder Legislativo, hoje, de executar o art. 51? Não precisa de regulamentação, a não ser um ato do Presidente do Congresso, que é quem fala pelo Poder Legislativo. Então, parece-me que os Senadores que estão apoiando isso, juntamente com os Deputados, podem perfeitamente, a partir do Presidente do Congresso, obter a criação da ouvidoria permanente em defesa da igualdade racial no âmbito do Legislativo. Não precisa de decreto do Presidente da República para fazer isso. É a minha sugestão: que se faça, ato contínuo, essa ouvidoria que ajudaria a ser um amplo fórum para repercussão e para receber denúncias, para que casos como o que acontecem hoje lá

e que o advogado Onir está acompanhando possam ser instigados às Polícias Municipais e Estaduais e ao Ministério da Justiça, a fim de que se possa cobrar. A palavra de ordem é cobrar. Não precisamos fazer mais uma lei. Quem quiser fazer uma lei melhor arranje quinhentos congressistas e faz uma lei melhor. Essa lei é a que se pôde fazer. O problema agora é que essa lei saia do papel. Essa lei tem de ser cobrada todos os dias! (*Pausa.*)

Por fim, já me encaminhando para a questão final, eu queria sugerir que se voltasse à discussão que foi encaminhada na Câmara, que o Senador acompanhou, sobre a Febraban. A Febraban foi denunciada pelo Ministério Público do Trabalho, após uma série de denúncias não só do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental como também do Educafro. E eu nunca vi o Ministério Público do Trabalho receber uma denúncia, mandar fazer a apuração, que foi o que o próprio denunciado fez, com o laudo que foi feito pelo Ceert e que comprovou a denúncia – a ausência dos negros nos bancos brasileiros, em todos os bancos, especificamente nos cinco maiores bancos privados, mas também nos públicos –, e depois não acontecer mais nada! Há uma denúncia ao Ministério Público do Trabalho, há um inquérito civil público, o denunciado é o responsável por fazer a perícia, a perícia feita pelo denunciado comprova que as pessoas afrodescendentes giravam em menos de 2% nos bancos privados – é muito pouco, é indecente – e não acontece mais nada! Então, eu instaria o nobre Senador a cobrar, a chamar o Ministério Público do Trabalho, a chamar a Febraban e a começar tudo de novo! Simplesmente, passaram-se alguns anos – a denúncia é do tempo da ex-Ministra Matilde...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Nós até realizamos, na época, uma audiência pública aqui, quando eu era ainda Presidente há dois anos.

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JUNIOR

– E houve a comprovação da denúncia. O relatório do Ceert, que foi feito pela Professora Cida Bento, comprova que... Agora, com o Estatuto, o art. 39 manda que instituições privadas, assim como o Governo Federal, adotem medidas de implementação de ação afirmativa. Então, é o caso de chamar, de novo, a Febraban aqui e dizer: “Vocês ficaram esse tempo todo aí e fizeram o quê, além de fazer propagandas de que estavam fazendo coisas importantes?”. É o caso.

Eu queria sugerir também a questão dos militares. Na defesa da Febraban aqui, o ex-Ministro Saulo Ramos disse assim: “Ministério Público do Trabalho, vocês estão fazendo isso com os bancos? Desafio vocês a fazerem com a Igreja Católica, com as instituições militares e com o Itamaraty”. O IARA pegou essa peça

de contestação do Ministro Saulo Ramos e fez uma nova denúncia ao Procurador-Geral da República: o ex-Ministro tem toda razão. Agora, quero investigação nos três Ministérios Militares, na Igreja Católica - porque padre preto também pode querer virar bispo ou não pode? – e também no Itamaraty, que tem essa questão da ação afirmativa, mas é muito pouco.

que tem essa questão da afirmativa, mas é muito pouco. Até há pouco tempo, eram 1.400 diplomatas – não são 15 diplomatas negros dos 1.400 diplomatas brasileiros. Fica esse vexame – perdoem-me dizer -, no Governo brasileiro, vimos pouquíssimos, ou nenhum representante negro. De negro, só vimos pela televisão o Presidente dos Estados Unidos e um diplomata, que, por sinal, era americano.

Então, parece-me que temos muito a correr atrás desse negócio aqui. Quero dizer que a implementação do Estatuto é importantíssimo.

Por fim, sou advogado do Banco do Brasil, mas este não tem um Diretor negro, nem um Vice-Presidente negro, como também não tem mulheres. Não sei por que isso acontece, mas gostaria de ter explicações concretas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Eu diria em quase todos os outros bancos também.

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JUNIOR – Pois é, mas só que agora é necessário que se faça a ação afirmativa não só na iniciativa privada, como também na administração pública federal. Não vou perder a chance de dizer também que os partidos políticos precisam parar de reclamar, na minha opinião, do protagonismo negativo do partido dos democratas, que está indo lá. Podemos não gostar e até reclamar, mas eles estão indo lá, no Supremo Tribunal Federal, ajuizar as ações,

A minha pergunta é: Por que os outros 10 Partidos, da base de sustentação da Presidenta Dilma Roussef, da Aliança do Governo Federal, não estão indo também ao Supremo Tribunal fazer amigo na Corte, treinar os seus advogados, levar os seus discursos políticos em forma de peças jurídicas, que orientem, instruem e dêem informações aos Ministros do Judiciário, movimentando toda a máquina dos partidos, inclusive para assessorar os mandatos parlamentares a nível estadual e municipal, porque essa é uma guerra permanente.

O feriado Zumbi dos Palmares só vai conseguir ser um feriado nacional, quando, em todos os municípios do Brasil ou em sua maioria, a gente consiga um feriado. Para isso, precisamos ajudar o Vereador, o Deputado Estadual. Nesse sentido, penso que talvez uma cartilha para esses mandatos, no sentido de

condensarmos essa agenda nacional, pudesse ajudar bastante.

Não ia deixar de falar também do caso do moreno escuro. Será que se a gente mudar o nome das quotas para negros para moreno escuros teremos a adesão de um certo partido, que vem, o tempo todo, indo contra Quilombola, quotas para negros. Quer dizer, se for o problema do nome, eu acho que podemos mudar. Vamos fazer quotas para moreno-escuros, e aí vamos conseguir a unanimidade em todos os partidos do Congresso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Muito bem. Vou pedir ao nosso advogado, Dr. Humberto Adami, que, depois, se possível – para mim, todas as suas sugestões são importantes -, converse com o Canindé, com o Thiago e com o Roberto para que possamos documentar as suas sugestões e vamos tentar viabilizá-las dentro da nossa força nesta Casa. Em alguns casos, basta apenas um ato da Presidência da Casa. Meus cumprimentos pela sua fala.

O último orador inscrito aqui dos convidados – inclusive, vou passar a palavra em seguida à Senadora Marinor Brito – é o nosso colega, amigo, Fernando Benício dos Santos, Coordenador da EDUCAFRO, representando aqui o Frei Davi.

O SR. FERNANDO BENÍCIO DOS SANTOS – Primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade. Bom dia a todos e a todas, ao Senador Paulo Paim, à nossa ilustre Senadora também.

É uma satisfação imensa representar a EDUCAFRO, na figura do Frei Davi, primeiro pela sua luta, que começa sempre agora. Ele fala sempre isso. Cada audiência pública é sempre um começo e não um recomeço, porque estamos trancados numa sala, e depois vêm os fatores externos.

Quero também agradecer a presença maciça da figura feminina.

(Pausa)

A EDUCAFRO está muito feliz mesmo com relação à representatividade da figura feminina neste novo Governo em relação a essa representatividade da figura feminina, e falar para o nosso amigo Humberto que nós estivemos no MEC, no dia 03 de março, em uma reunião, inclusive com a presença da Maria e da Graça, debatendo justamente a questão que caiu nas nossas mãos, no nosso colo: uma resposta do MEC sobre o livro *Caçadas de Pedrinho*. Nós estávamos debatendo isso, mas o nosso intuito lá não foi debater *Caçadas de Pedrinho*. Por coincidência, estava chegando o Carnaval e havia uma polêmica tremenda, no Rio de Janeiro, sobre o bloco de carnaval “Que merda é essa?”. Não sei vocês lembram. Estava na mídia. In-

clusive, *O Globo* publicou lá uma matéria sobre isso. Nós aproveitamos e debatemos sobre a questão do bloco e do livro *Caçadas de Pedrinho*.

Levamos ao MEC uma denúncia importantíssima sobre essa questão, principalmente trazendo aqui o debate sobre as cotas, porque estão roubando as vagas do ProUni. Nós levamos a denúncia para o MEC a respeito das pessoas não pobres que estão se aproveitando do ProUni.

A Educafro lançou aqui uma cartilhinha colocando o relato de um diretor de uma universidade, que disse: “Aqui não tem funcionário para fiscalizar a veracidade da documentação. Tem uma equipe enxuta.” Aí, quer dizer, vai ficar por isso mesmo? Essa equipe enxuta vai deixar roubar as vagas dos pobres? E quem são os pobres brasileiros hoje? Qual é a cor da pobreza? Nós sabemos qual é a cor da pobreza.

Outra denúncia também que a Educafro faz é sobre o relatório do coordenador do Departamento do Monitoramento de Fiscalização do Sistema Carcerário, que colocou lá: mais de 300 mil negros encarcerados. E aí a gente vem colocando aqui: desses negros encarcerados, a maioria, 58%, é jovem. Aí eu coloco aqui também, na figura do Frei Davi, que, quando me convocou para representar a Educafro, ele falou: “Fernando, você pode representar a Educafro lá nessa sessão?” Eu falei: “É claro que eu posso representar.” Eu, como jovem, agora tenho a minha referência. Eu tenho vocês como referência, coisa que eu não tinha há pouco tempo. Oito anos de Seppir – também quero parabenizar por esses oito anos de Seppir – mas há muito a ser feito. Então, hoje nós temos referências. Os negros jovens têm que ter uma referência, porque, ao ligar a televisão, a gente não tem referência alguma. A mídia coloca os negros na condição de negro no nosso País. Então, hoje nós temos referência, como o próprio Humberto deixou bem claro aqui. Hoje eu o tenho como referência. Que bom, que bacana! Mas será que é só isso?

Nós, negros, nós, da Educafro, queremos mais ainda do sistema de cotas, porque o Estatuto coloca, no seu art. 38: a implementação de políticas voltadas para a inclusão da população negra no mercado de trabalho. Agora, nós vamos precisar de cotas também no mercado de trabalho, não só cotas nas universidades, porque, saindo da universidade, o estudante vai precisar de cotas para o mercado de trabalho também. (*Palmas.*) E aí vem esta situação, que cada um colocou aqui bem claro: precisamos de regulamentação para isso? Não precisamos. Precisamos, justamente, externar o que está sendo debatido aqui agora. É levar para as escolas, para os professores. Se você perguntar hoje nas escolas públicas – eu sou morador da

Ceilândia, eu faço debates lá nas escolas –, nenhum professor sabe que existe o Estatuto da Igualdade Racial, ou seja, isso não aparece na mídia. Isso está aparecendo para nós. Como vamos enfrentar esse fator externo agora?

Senador, a Educafro quer colocar também uma situação – precisamos, inclusive, agora, da Seppir, mais que nunca – de distribuir isso aqui, criar uma forma de distribuir, colocar no bolso dos nossos jovens das periferias isso aqui e falar que não precisamos mais de nenhum segurança nos perseguindo no mercado comum quando formos comprar alguma coisa, porque, toda vez que um negrinho entra num supermercado, ele é seguido por três ou quatro seguranças. Então, nós precisamos de quê? Colocar isso aqui na mão daquele cidadão e falar: “Olha, você não precisa mais me seguir”. (*Palmas.*) Então, há muito que ser feito. A Educafro está batalhando por isso.

Temos também aqui, Adam, uma situação sobre a São Paulo Fashion Week. Depois eu vou distribuir aqui uma cartilha da Educafro sobre tudo o que sabemos. E queremos a participação de todos vocês para podermos colocar isso aqui na mídia, colocar estas informações para as pessoas que não sabem, que a São Paulo Fashion Week é totalmente racista. Nós não temos a mulher bonita, a figura linda brasileira caracterizada na São Paulo Fashion Week. Temos a figura européia, ainda, de embelezamento brasileiro. Então, tem alguma coisa errada. E a Educafro vai batalhar por isso também.

E, assim, encerrando a minha palavra – acho que todo mundo já falou muito bem sobre a questão

das cotas, sobre a questão do mercado de trabalho, o que eu quero deixar bem claro, a Educafro quer deixar bem claro na verdade é que a gente precisa externar este momento. A gente não precisa apenas desses momentos para poder fazer reflexão. Temos que ir para o campo de batalha. Precisamos levar este Estatuto, mesmo que não esteja regulamentado, para as escolas, para as universidades, para que a gente possa crescer no próximo debate que a gente vai fazer. A casa hoje está cheia, graças a Deus, a gente está consciente, mas e aí? Será que só aqui que vai estar cheio? Então a gente precisa ampliar essas discussões. Inclusive quanto à questão da Febraban, a Educafro também está trabalhando em cima. Por que a Febraban parou com a contratação dos jovens negros, principalmente da Educafro, que a Educafro ainda quis facilitar. Nós vamos preparar os currículos, vamos preparar pessoas para enfrentar o mercado de trabalho dentro dos bancos. E a Febraban parou com isso. No momento foi aquela coisa, vamos chamar a mídia, eles apareceram bonitinhos, mas depois esqueceram.

E aí? Agora a gente tem que partir de novo e começar uma batalha que já vinha há muito tempo para continuar com essa inclusão que infelizmente a gente tem que todo ano estar recomeçando.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Registro a presença conosco do ex-Deputado Federal Augusto Carlos Garcia de Viveiros.

Vamos, de imediato, passar a palavra a nossa querida Senadora Marinor Brito.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom dia a todos e a todas.

Senador Paim, eu tanto quanto V. Exª estava otimista com as audiências de segunda-feira, com a realização dos nossos debates que, na nossa perspectiva, dos que sonham com um mundo de justiça e liberdade, são estratégicos para o enfrentamento das desigualdades sociais, são estratégicos para o combate a todos os tipo de preconceito e discriminação.

Eu queria, na oportunidade, dar um abraço especial na Matilde, em nome dela agradecer também a presença de todos os que se fazem representar, das entidades, dos lutadores e lutadoras sociais que se encontram aqui neste plenário.

Nós temos muito avanço na legislação brasileira. Está aí o Estatuto da Criança e do Adolescente da década de 90, o Estatuto dos Idosos, a Lei Maria da Penha, a própria Lei da Ficha Limpa, mas sabemos exatamente o que significa num País onde a força do capital determina a vida das pessoas, o que é ter lei e o que é cumprimento de lei. Recentemente, há menos de três dias, nós vimos um retrocesso histórico na política do nosso País, inclusive numa legislação que se originou das lutas e dos movimentos sociais, que foi a Lei da Ficha Limpa. Veremos retroceder a vontade do povo a partir de uma decisão da Suprema Corte do País é no mínimo não reconhecer o quanto de mal os corruptos têm feito para aumentar as desigualdades sociais no nosso País.

Eu sou de um Estado, o Estado do Pará, onde os mais altos índices de violência estão colocados. Nós somos campeões de trabalho escravo, nós somos campeões de desmatamento, nós somos campeões de violência sexual contra crianças e adolescentes, nós somos campeões dos mais baixos índices educacionais do Brasil.

Isso não está relacionado com a vontade do povo negro, das mulheres, das crianças, dos idosos. Isso está relacionado com a determinação política que têm tido os governos nesse último período. Eu não vou excluir aqui o governo Lula e não vou excluir o Governo Dilma, apesar de reconhecer diferenças entre os go-

vernios anteriores, porque as decisões têm sido muito tímidas no sentido de enfrentar radicalmente essas desigualdades sociais.

E falo isso levando em consideração o Orçamento de 2010, que deixou mais de 44% dos recursos orçamentários brasileiros para o pagamento da dívida pública e o que sobra para dividir com as políticas sociais? O que sobra são as migalhas para o enfrentamento das diversas formas de violência existentes no nosso País.

Peguei hoje, aqui, e eu queria que isso ficasse registrado nos Anais desta Comissão, o novo Mapa da Violência no Brasil de 2011, de Júlio Jacobo, é isso, que foi encomendado pelo Ministério da Justiça. É triste ver, neste último período, Senador Paim – e, aí, faço a minha crítica ao Governo Federal, na gestão Lula e no início já do Governo Dilma, porque, em 2002, o índice de nacional de vitimização negra foi de 45,8%, isto é, nesse ano, no País, morreram, proporcionalmente, 45,8% mais negros do que brancos. Apenas três anos mais tarde, em 2005, esse índice pulou para 67,1%; morreram, proporcionalmente, 67,1% mais negros do que brancos. Já em 2008, um novo patamar, morreram, proporcionalmente, 103,4% mais negros do que brancos, isto é, acima do dobro. Esses são dados de pesquisas recentes, o que significa que a violência contra os negros não está sendo enfrentada, o enfrentamento deste processo passa por muitas questões, sobretudo, pela determinação política de ter orçamento para enfrentar essa questão. E, aí, faço uma relação com os 50 bilhões que acabaram de ser retidos para os ajustes inflacionários brasileiros.

Denunciei, semana passada, aqui, nesta mesma Comissão, para a Ministra Maria do Rosário que 360 milhões foram contingenciados para programas que são essenciais para o enfrentamento dessa desigualdade, como, por exemplo, o trabalho infantil. Quem são as meninas da Amazônia que estão nas casas das pessoas ricas servindo de empregadas domésticas, muito pequenas, não só na Amazônia, mas em todo o Brasil, se não as meninas pobres e negras?

Programas como Jovens em Conflito com a Lei. Quem são os jovens em conflito com a lei que precisam desses recursos para alterar a sua condição de vida, se não os jovens pobres e negros?

De 580 mil pessoas que estão nas penitenciárias brasileiras mais de 80% são pobres e negros. Quando vamos alterar esse quadro, se a decisão de Governo, da política nacional do Governo, inclusive do Governo Lula e Dilma, continua dando sequencia a uma mesma trajetória de privilegiar interesses dos banqueiros, dos latifundiários, dos grandes empreendimentos no País, em detrimento do interesse das maiorias pobres

e negras? Não podemos fechar os olhos. Não se trata de bater palma ou de acusar.

Não adianta, Matilde, muitas mulheres e negras no Governo, se não tiver orçamento! Não adianta! Desculpe-me, com todo respeito às camaradas, lutadoras sociais, que foram convidadas pela Presidenta Dilma. Não adianta sequer Presidenta se não enfrentar as contradições que têm explorado e colocado na mais profunda situação de desigualdade e miséria social em que vive o povo.

Este texto pode chocar, porque aqui, talvez, estejamos diante de uma base social que tenha uma vinculação talvez mais próxima do Governo Federal. Mas eu não vim aqui para agradar ninguém. Eu vim aqui para exercer meu mandato que pulou a barreira do “Ficha Limpa” e que, talvez, daqui a pouco, assumo no meu lugar um dos mais renomados corruptos do País, chamado Jader Barbalho, que jamais sentou em uma Comissão de Direitos Humanos; que jamais sentou em uma Comissão de Educação; que jamais assumiria compromissos históricos como só os socialistas, como só os que têm a convicção de que, para enfrentar a injustiça, a gente precisa enfrentar coletivamente, a gente precisa enfrentar juntando os de bem e planejando, estrategicamente, cada passo, cada batalha.

Eu faço parte da Comissão de Educação também aqui nesta Casa. E, aí, como é que nós vamos pensar e avançar na perspectiva da igualdade racial se, para incluir, educacionalmente, de acordo com o Pnad, atendendo à Emenda Constitucional 59, o Brasil precisa garantir mais de três milhões e quinhentas mil vagas, e o corte orçamentário atinge o Ministério da Educação? Como é que nós vamos incluir, educacionalmente? Quem são esses excluídos, educacionalmente, senão os pobres e negros do País? E, aí, Humberto, em quero assinar embaixo de todas as suas provocações. Eu quero assinar embaixo – e quero, Senador Paim – que nós façamos, pela Comissão de Direitos Humanos, a cobrança ao Ministério Público Federal no que diz respeito a todas essas denúncias que foram feitas e não concluídas, porque, no mínimo, ao se concluir não cumprimento de lei, tem de se transformar em uma ação de improbidade ou em uma ação civil pública ou em uma ação criminal. E o Ministério Público não pode negligenciar seu papel. Nós não podemos abrir mão de fazer essas cobranças. Poderemos estar como uma agulha no palheiro – como o diz o povo paraense –, mas nós vamos cumprir nossa tarefa. Assino embaixo todos os levantamentos, todas as denúncias que tu fizestes aqui. É preciso muito mais! É preciso muito mais, porque as universidades brasileiras, que estão “em processo de expansão”... Nós temos mais

de 70% das universidades privadas no País, e ainda o Governo Federal achando que este ainda é o caminho: os pró-isso, os pró-aquilo! Enquanto não tiver recursos para a educação pública –especificamente para a educação pública, para investimento na qualidade e na formação educacional dos educadores – não adianta a gente ter, como nós temos em Belém, fruto de nosso mandato... E eu tenho muito orgulho de ter incluído no currículo, de forma transversal, a questão do debate sobre a igualdade racial, sobre as questões históricas, não só a história do negro, mas o processo de resistência do povo negro em nosso País.

Assim como incluí, de forma transversal, em Belém, e tive de brigar com o Ministério Público para que a capoeira fosse direito nas escolas municipais da minha cidade em Belém. Estou transformando tudo isso em projeto de lei; logicamente analisando a legislação nacional e vendo a adaptação que precisa ser feita.

Como eu disse, precisa ter determinação política, precisa ter cobrança da sociedade, precisa ter cobrança nesses espaços que são pequenos, que talvez não tenham grande repercussão, porque aqui estamos, acredito, com pessoas que sonham com o mesmo caminho, mas não vamos negligenciar a nossa tarefa, seja ela militante do cotidiano, seja ela institucional, seja ela profissional, porque eu acho que é tarefa de todos ajudar nesse enfrentamento.

Queria aqui também fazer referência a uma situação que é absolutamente grave na minha opinião, que é exatamente o mascaramento político de determinadas ações. A despeito do valor que dou à militância, à luta de cada um de nós para conquistá-la, como por exemplo, o Estatuto da Igualdade, Matilde, e não tem quem não reconheça, de Norte a Sul do País, as pessoas que ajudaram nesse protagonismo e as dificuldades por que passaram para se chegar a essa síntese aqui, que está muito aquém do que precisa ser feito, mas isso não pode virar propaganda política de Governo, porque por dentro disso, por dentro de cada artigo aqui, falta cumprimento de dever, dever cívico, dever de solidariedade, dever de fraternidade, dever de justiça social, com os que estão em desigualdade social. Tem muita coisa por dentro disso.

Eu não quero continuar dando elementos, dando estrume para fortalecer os poucos passos que têm sido dados nessa perspectiva, quando os muitos passos têm sido deixado de ser dados. Porque quanto mais a gente bate palmas, mais as pessoas estão pensando que estão fazendo o melhor.

Se é verdade que o Governo Lula fez alguma coisa, fez muito pouco do que deveria ter sido feito, fez muito pouco para enfrentar as oligarquias locais nos Estados brasileiros; negociou muito pouco com

os governos dos Estados e as prefeituras, como aqui foi dito pelo Humberto. Ou não é responsabilidade da União, da Controladoria-Geral da União fiscalizar os recursos? Ver se estão sendo implementadas as políticas públicas? Ou não são os negros, as meninas pobres que estão morrendo nas filas dos hospitais, ou não são as mulheres pobres que estão morrendo de câncer de colo de útero ou de mama, que é perfeitamente passível de prevenção neste País?

Basta lançar um programa, fazer uma festa com isso e não concretizar nas filas do Sistema Único de Saúde a prevenção desse câncer? Ou não estão morrendo? Ou não estão morrendo?! Quem são as pessoas que estão morrendo?

Quem são as meninas e os meninos que estão sendo levados para fora do nosso País pelo tráfico de pessoas, como mercadorias baratas, para fins de exploração comercial, sexual, para venda de órgãos?! Quem são essas pessoas que estão saindo do Brasil? O que fez o governo Lula nesse período?! Que estrutura foi investida na Polícia Federal?! Não tem Polícia Federal! A Amazônia brasileira... O tráfico sai do Pará para o Amapá, para a Guiana Francesa, pelo Oiapoque, Guiana Francesa, Holanda, para o resto do mundo! E não tem formação! Os delegados no Brasil continuam tratando as meninas que chegam para denunciar a prostituição infanto-juvenil ou o abuso sexual, desculpem-me a expressão, como "putinhas", como meninas que botaram o short curto de propósito para serem violentadas sexualmente. E são as filhas de quem, senão das pobres e das negras, das famílias desestruturadas, sem salário? Porque o Bolsa Família não resolve, é paliativo! Precisa ir além disso! Precisa gerar emprego e renda, e não é isso o que estamos vendo, porque só agora, para Belo Monte, estão se deslocando mais de 200 mil pessoas, quando lá tem uma perspectiva de geração de 20 mil empregos. Só na cidade de Altamira, em Belo Monte, tem 19 mil desempregados. E quem são esses desempregados que estão indo para lá? São filhos de negros, são pobres. Quem são os que estão lá desempregados? São pobres e negros. Não é possível passar a mão. Desculpem, sei que a ideia hoje aqui era de uma sessão mais comemorativa deste momento, de valorizar esse esforço. Não estou aqui, em momento algum, desvalorizando esse esforço, até porque sou uma militante comunista, não tenho a história de discriminação pela cor da minha pele, mas sou filha de pobre, de costureira, sou migrante e sei o que é passar necessidade, sei o que é cada esforço para dar um passo na perspectiva de construir um país mais justo, uma cidade mais justa, uma história mais condigna com a questão humana. Muitas vezes já fui ameaçada de morte, como estão

ameaçadas de morte no meu Estado as pessoas que lutam pelos direitos humanos, como está a irmã Henriqueta, como estão várias pessoas. O meu Estado é campeão de morte no campo, porque não tem lei que faça com que aquelas oligarquias sejam chamadas para sua razão. Sabe por quê? Porque o Supremo Tribunal Federal, a justiça brasileira, acaba passando a mão. O rico, quando mata o sonho de felicidade de milhares de crianças pobres e negras, é corrupto. O pobre, negro, quando tira do supermercado uma lata de leite, é ladrão e apanha muito e talvez nunca mais consiga a possibilidade de viver dignamente porque o sistema é perverso. E o que tem sido feito para enfrentar esse sistema perverso? Queria aqui, Paim, agradecer o carinho que V. Ex^a tem tido comigo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É uma questão apenas de justiça. V. Ex^a está fazendo um pronunciamento que todos estão aqui a assistir com muito respeito e com muito carinho pelo seu ponto de vista. Pode ter certeza de que V. Ex^a está exercendo a sua função de Senadora da República. Essa audiência não é apenas para aqueles que batem palmas para as questões do Governo da Dilma, do Lula ou do Fernando Henrique. É uma audiência pública em que cada um coloca o seu ponto de vista e V. Ex^a está colocando muito bem o que pensa sobre o quadro que se apresenta. Depois de V. Ex^a ainda vão falar em torno de dez entidades e todas vão poder colocar também os seus pontos de vista. Então, de minha parte, só há carinho por V. Ex^a pela fala de muito coração e muita alma, que percebo.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Sei disso. E como vi que as falas também foram bastantes extensas na Mesa, eu pensei: bom, este é o momento para a gente falar, para a gente dizer o que de fato está incomodando. Porque cada um de nós aqui sabe onde está militando, cada uma de nós aqui sabe as dificuldades por que estão passando para dar o passo seguinte. Às vezes a gente dá 10 passos e tem que voltar 30 atrás. Eu estou num momento já de bastante maturidade na vida, estou com 52 anos, já passei por um câncer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Uma guria, como se fala no Rio Grande, 52 anos.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Já tive muitas labutas na vida, acho que a gente não tem mais o direito de errar, seja de errar por excesso ou por omissão. Acho que a gente tem que encontrar a reflexão correta, porque se nós não tivermos, se isso aqui, se esses dados aqui não estiverem bem compreendidos de como se chegou a esses índices de violência, nós não vamos desconstruir isso. A pesquisa científica existe para isso, para você planejar o futuro e planejar numa

perspectiva de fazer o verdadeiro enfrentamento. Então, esses aqui são dados do próprio Ministério da Justiça, são dados que precisam ser enfrentados. Eu queria colocar à inteira disposição enquanto eu estiver aqui, no Senado Federal, deixar o mandato à inteira disposição, o gabinete à inteira disposição, as portas abertas para recebê-los, para interagir. O que tiver de energia e de estrutura nesse mandato vai estar à disposição da liberdade e da justiça para o povo brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora. (*Palmas.*)

Nesse momento, vou abrir para as entidades e depois a Mesa fará suas considerações finais. Lembrando a todos que nós temos que encerrar, a Senadora Marinor sabe, em torno de dez para as duas, porque às duas horas começa o plenário. Como há em torno de 10 inscritos – o Senador Simon abriu mão – depois a Mesa faz suas considerações finais. Eu pediria que cada um fosse o mais breve possível, como disse aqui a Senadora Marinor, todo mundo, num momento como esse, quer expressar suas angústias e apontar caminho para o bem do nosso povo.

Vou começar com o Sr. Sionei Leão. Sionei Leão com a palavra. Eu vou pedir que em torno de 3 minutos cada um, daí a gente permite que a Mesa use 5.

O SR. SIONEI LEÃO – Senador, obrigado pelo convite. Quero ressaltar a intermediação do jornalista Roberto Rodrigues, que nos convidou, à Cojira (Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Distrito Federal), para fazer parte desta audiência pública.

Quero iniciar a minha intervenção fazendo um convite e um alerta, porque no próximo dia 13 de maio a Câmara Legislativa do Distrito Federal fará uma audiência pública para discutir as políticas de igualdade racial no DF. A primeira convidada aqui é a nossa Vera Lúcia do Nascimento Severino, recém-empossada Presidente do Conselho do Negro no DF. Espero contar com ela. (*Palmas.*) Estender os convites às autoridades. Vocês serão comunicados, enfim. Até por que o senhor mesmo citou: No Brasil existem 200 Municípios onde o Dia de Zumbi é feriado. Ora, essas manifestações, as passeatas, as articulações políticas acontecem aqui, em Brasília. Então, é uma certa contradição que em Brasília não seja feriado. Esse é um dos temas a serem debatidos nessa conferência.

Senador, quero dizer neste momento aqui de comemoração que, além de se comemorarem os 8 anos da Seppir – e está aqui a nossa ex-Ministra Matilde Ribeiro – ela humildemente, ou corretamente, colocou assistente social hoje, mas nunca deixará de ser a nossa Ministra. Mas, há mais do que ser comemorado, porque se nós formos analisar num período

histórico, são mais de 30 anos de um discurso bem sucedido do Movimento Social Negro, principiado com o Movimento Negro Unificado, lá nos anos 70 do século passado.

A propósito disso, eu quero citar as presenças da Graça e da Jacira Silva (*Palmas.*) do MNU, que significou uma virada no discurso racial brasileiro, ou seja, um discurso qualificado, contundente e que vem se renovando década a década. Inicialmente, havia a questão de uma legislação racial. Isso foi cumprido com a Constituição Federal, em 1988. Depois, o combate do discurso da democracia racial, que continua sendo feito, mas estamos em outra etapa, que diz respeito às políticas públicas, também muito bem-sucedidas. Acho que hoje mais de sessenta universidades têm algum sistema de reserva de negros – os dados estão sempre se alterando – não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – São em torno de cem instituições.

O SR. SIONEI LEÃO – Isso. Os dados estão sempre se alterando. E, na maior parte delas, a política surgiu por iniciativa do próprio colegiado. Acho que apenas no Rio de Janeiro e no Mato Grosso as universidades adotaram o programa por lei estadual, votada, portanto, no Parlamento.

Então, as vitórias são muitas. Além da Vera Lúcia, que citei, existem várias coordenadorias, Conselhos do Negro, enfim, tudo fruto de um discurso lá dos anos setenta que vem se renovando, e vem se renovando a ponto de nós de nós atingirmos uma carreira de Estado que é a diplomacia. Ou seja, o Itamaraty, a Chancelaria brasileira sempre vinha sendo criticada por não ter diplomatas negros, e hoje a gente avança para isso com uma política no Rio Branco e com uma política no ingresso da carreira. Veja até onde avançamos.

Mas existem duas carreiras de Estado em que este debate continua intocado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só faço um apelo para o tempo, senão os onze não vão conseguir falar e a Mesa não vai poder concluir. Faço a apelo a V. Ex^a, que tem mais um minuto para concluir.

O SR. SIONEI LEÃO – Está bom.

Existem duas carreiras de Estado que continuam intocadas. O Humberto Adami citou a questão das Forças Armadas. Existem tratativas sobre isso, mas é um seguimento que é refratário a este debate. E há outro seguimento que vejo pouco debater sobre isso, que é a Magistratura. Ora, a Magistratura, enquanto carreira de Estado, é fundamental para que a gente avance nas decisões, nas tomadas de decisão. E o Ministério Público, enfim, é outro seguimento que a gente poderia discutir.

Para ser breve, Senador, concluindo mesmo, apontando para o futuro, disse que o Movimento Negro se renova a cada dez anos e hoje, mais do que nunca, ele precisa se renovar porque existem enfrentamentos ao discurso racial nas duas Casas do Congresso Nacional, no STF e na imprensa do Brasil. Ou seja, existe uma ideologia de combate acirrada aos avanços da igualdade racial, e a sinalização, uma pista, para ser bem sucinto, é uma política muito interessante que está acontecendo no Brasil.

Surgiu em Jundiá, no interior de São Paulo, a política Adote um Vereador. Então, em Jundiá, criou-se um política da sociedade, para que a sociedade adote um parlamentar e acompanhe o seu trabalho. Hoje, em Brasília, existe a Adote um Distrital; em certos Estados existe a Adote um Deputado. É preciso ter a Adote um Senador, Adote um Deputado Federal, ou seja, a comunidade acompanhar para criticar, mas não só para criticar, mas para sugerir, para repercutir as iniciativas de seus Parlamentares. Isso falta. Talvez por isso tenha sido difícil para vocês enfrentarem o debate do Estatuto da Igualdade Racial, por falta desse eco na sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Agradeço ao Sidnei. Aqui está Sidnei. É Sionei?

O SR. SIONEI LEÃO – É comum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aqui está Sidnei Leão, mas é Sionei.

Agradeço ao Sionei e vou, de novo, insistir no tempo, para que todos possam falar. O Sionei foi brilhante na sua fala e falou em torno de seis minutos. Vou insistir nos três minutos para cada um, porque senão nem todos poderão usar da palavra, e a Mesa tem de concluir.

Passo a palavra à nossa querida Cida Abreu, Secretária Nacional de Combate ao Racismo, do PT.

A SR^a CIDA ABREU – Boa tarde a todos e a todas. Queria agradecer ao Senador Paim pelo convite, queria cumprimentar a Mesa e não poderia deixar de dizer da importância desse mandato do Paim, eu que estive presente na campanha e o apelidei de *pop star* do Rio Grande do Sul, de tanto sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você estava de corpo e alma fazendo a panfletagem nos bairros, nas vilas, nas fábricas. Quero dar esse testemunho. E desconto do teu tempo o tempo que falei agora.

A SR^a CIDA ABREU – E isso era para que a gente tivesse esse momento, a garantia da nossa participação, a nossa voz aqui no Senado, porque sabíamos que o Paim não é um Senador somente do Rio Grande do Sul, mas é um Senador negro que defende o povo brasileiro do ponto de vista do Senado Federal.

Eu não poderia deixar de registrar. Queria então só mesmo fortalecer as falas que foram feitas na Mesa, foram ótimas, foram diversas em vários pilares, mas em que se colocou a reflexão do quanto nós temos ainda para fazer, o nosso compromisso com essa política e com o combate ao racismo.

Eu parto da reflexão que a Matilde fez, histórica, de 1995 a 2001, que eu acho que foi o momento que o povo negro, na última marcha, disse que já tinha feito tudo: nós já tínhamos denunciado o racismo, já tínhamos quebrado o mito da democracia racial, então restava agora o Estado brasileiro assumir com competência as ações que fizessem a consolidação dessa política do ponto de vista do racismo e da promoção da igualdade racial.

Essa repercussão histórica e essa construção histórica nos deram hoje os pilares que garantem, ainda não de forma consolidada, a garantia de algumas políticas, mas que ainda necessitam, como a efetivação da implementação da Lei 10.639, a implementação de fato e a garantia das cotas raciais, a implementação do Decreto 4.887, a efetivação verdadeira do Estatuto da Igualdade Racial, que versa sobre a transversalidade dessa política no Governo, com o monitoramento do Governo, que para mim tem que ser uma proposta vinda da Casa Civil, de monitorar e fortalecer as políticas da Seppir, para que tenha garantia de Orçamento, garantia de transversalidade e garantia de relação com os movimentos e com os organismos de Governo.

E eu acho, Paim, que, como tudo já foi dito por todas as análises e cada um estava num espaço, garantindo que as lutas fossem consolidadas, eu acho que nos resta também, agora, um forte debate acerca da reforma política. A reforma política está sendo um debate pautado nas Comissões do Senado e da Câmara, os partidos estão tendo posições quanto a que modelo de reforma política devemos ter, nós estamos num momento privilegiado, porque, na história da democracia brasileira e nunca antes na história deste País, nós tivemos tantas ações voltadas para as políticas de promoção da igualdade racial como um governo do campo democrático-popular conseguiu a duras penas, e a duras penas pelas formas que foram colocadas aqui, de garimpar no próprio Governo, nos próprios partidos, no Congresso Nacional, o fortalecimento dessas políticas.

Então, nós avançamos sim, avançamos muito, muito foi feito no Governo Lula, muito será feito no Governo Dilma, e nós temos ainda que estar juntos na reforma política para garantir a nossa participação na lista paritária de gênero e etnia que tem que ser aprovada na reforma política (*Palmas*.), que é o modelo de

lista que nós do PT estamos defendendo, a executiva nacional do partido.

E eu queria dizer para vocês que o partido tem a sua posição quanto a todas essas linhas de pensamento, a todas as bandeiras de luta do movimento negro brasileiro, e nós estamos com a nossa peça pronta sendo avaliada, fazendo a última avaliação no nosso jurídico do nosso partido. Nós vamos entrar como “amigos da Corte”, que foi um movimento feito do PT em debate com a Educafro de São Paulo. Foi um debate que nós fizemos e nós acatamos, vai ser defendido pela Secretaria Nacional de Combate ao Racismo e o Presidente Nacional do PT, quando o Supremo Tribunal Federal trouxer esse tema para ser debatido. E nós queremos, desta forma, fortalecer a discussão e fazer com que os partidos da base, os partidos do campo democrático-popular possam estar fortalecendo a Seppir, a fundação que tem que dialogar com a questão racial, com a Seppir, por fortalecimento das políticas que são comuns entre nós, que pode ser cultural, mas é versado na questão racial, que há muito tempo não teve esse diálogo com as pastas de competência que tratam da questão racial.

Então, a nosso ver, nós estamos aqui para fortalecer, como partido que dialoga com o movimento, as ações do Senado, as ações da Câmara Federal, o nosso total apoio à implementação e fortalecimento político da Seppir, à Fundação Cultural Palmares e a todos os outros setores que dialogam com essa política de promoção da igualdade racial.

Só queria parabenizar e dizer que, de todas as gerações – falei isso para Matilde, falei isso para o Eloi, falei isso para o Edson Santos e falei para o Mártius, que foram entrevistados por um livro, que Matilde está coordenando, junto com o PT, que vai contar a história da construção da política de promoção da igualdade racial no Brasil – que vocês são responsáveis pela história do povo negro, que há 30 anos luta para reafirmar as nossas raízes, as nossas resistência e transformar o Estado e a Cultura do povo brasileiro da política branca brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT-RS) – Meus cumprimentos a sua fala, minha querida amiga, que esteve de fato no Rio Grande Sul fazendo campanha, sim, campanha dia e noite.

Quero dizer para vocês que agora o Theodoro me passou aqui o telefone da nossa querida Ministra Luiza Bairros, e ela me informou que neste momento ela saiu da reunião, recebeu o Hélder Santos – que está sendo perseguido lá – e ele pediu que quer ser transferido para uma universidade da Bahia, e a Ministra já fez contato com o Ministro da Educação e já

assegurou que o Hélder Santos vai voltar para casa, vai voltar para Bahia.

Passo a palavra ao Sr. Antônio Ferreira, da Secad.

O SR. ANTONIO FERREIRA – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim pela iniciativa porque faz-se necessário, como um dos alicerces das nossas ações dentro do Governo, momentos desses onde a gente possa fazer avaliações das nossas intervenções dentro do Estado, onde a gente possa construir esse futuro de que Matilde fala, porque a gente não poderia construir futuro se a gente não fizesse uma avaliação crítica e séria do nosso passado e dos momentos que construímos.

Acho que a política que hoje está sendo implementada pelo Governo Dilma ela é sem dúvida nenhuma um avanço do Governo Lula. Não é de todo ruim para nós ouvirmos críticas como a feita pela Senadora, porque realmente temos essa avaliação também, de que tivemos dificuldades de implementar a nossa política. Isso é fundamental para a gente poder fazer esse avanço de um futuro próspero, como a Matilde falou.

É necessário e eu acho que agora também com essas políticas históricas que o movimento negro unificado trouxe para dentro da luta racial, que hoje chegam ao poder na figura da Ministra – que foi fundadora do MNU – vão dar uma outra cara também nas relações externas com os movimentos. Houve experiências nossas que tiveram dificuldades dessas relações, a gente precisa ter a “Santíssima Trindade” das ações, é o Governo, nós, negros, dentro do poder e a relação com o movimento. Faltou em alguns tempos passados uma relação um pouco mais eficaz com os movimentos, e é nesse momento que a estamos construindo. Lá, na Secad, pela coordenadoria, nós já recebemos a Educafro. Tivemos agora, sábado, na aula inaugural da Uniafro, em São Paulo, cerca de 1.200 alunos, e a mesma proposta, discussão de política educacional em relação à educação dos negros, foi colocada também e foi reivindicada pelo movimento. Lá vamos dar continuidade e, com isso, essas relações têm que estar cada vez melhores.

Então, eu acho que é fundamental, Senador, que a gente faça aquilo que foi sua campanha, nas vezes que participei em Porto Alegre, quando o senhor tinha a figura de metade parlamentar, metade operário, é isso que a gente tem que incorporar dentro do governo: metade é movimento, metade é governo, para que a gente tenha uma política eficaz e que tenha sucesso nas nossas lutas do futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Antônio, que inclusive ficou dentro do tempo, exatamente.

Parabéns, Antônio, parabéns a todos que falaram aí com muita precisão.

Vamos lá, então, passamos a palavra ao Sr. Ernesto Luiz, do Movimento Negro do PMDB. *(Pausa.)*

Então, passamos a palavra a Sr^a Jacira da Silva, do MNU

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra a Sr^a Jacira da Silva, do MNU. Jacira, por favor.

A SR^a JACIRA DA SILVA – Boa tarde a todos e a todas.

Este espaço da Casa do povo, como eu sempre gosto de colocar, nos últimos períodos tem ouvido o clamor da população negra do Brasil. Essas oportunidades são ímpares. Precisamos renovar as nossas lideranças e as nossas intervenções; precisamos acolher a juventude que está chegando, essa geração, porque a gente já foi das outras gerações, resultado dessas gerações. Parabenizar esta sessão.

Na Câmara dos Deputados, na semana passada, nós dizíamos: vamos ocupar, sim, esta Casa do povo de forma digna, no mesmo patamar de direitos, e não vamos cair na provocação de que estamos buscando migalhas. Nós estamos buscando e exigindo direitos, direitos iguais e oportunidades iguais. E isso tem que sair do discurso, tem que sair do papel, tem que sair da gaveta. Ele tem que se materializar concretamente. E nós, do Movimento Negro, lideranças negras, precisamos formar, formar para dar essa continuidade, formar nos partidos, formar nas entidades negras, formar na candidatura, nesse projeto político de termos mais representações negras nesses Parlamentos, para não ficar um Paim sozinho, para não ficar uma Janete Pietázinha, porque essa luta é solitária, mas é solitária com dignidade, é solitária num momento em que nós temos radicalizações, sim. Somos radicais no que acreditamos, que é essa igualdade de direitos.

Todos os avanços, todos os desafios, precisamos estar à disposição deles. Que essa disputa seja em outro campo, seja no campo de buscar essa igualdade em que mais mulheres estejam nesta mesa, em que mais negros e negras estejam neste Parlamento *(Palmas)*. E de fato não nos vendermos, não sermos omissos quando tivermos que dizer “não”. O “não” tem que ser dito, sim, e esse “não” tem que estar acompanhado dessa unidade. Não somos iguais, mas somos iguais na semelhança da espécie humana. Temos que dar o nosso recorte racial, o nosso recorte de mulheres negras, o nosso recorte dessa juventude que, ao lado do Parlamento, no Distrito Federal, meninos e meninas de

dez anos que não estão mais distantes de nós nessa marginalidade que nós dizíamos que era o outro. Somos nós, nossos sobrinhos, nossos afilhados, nossos filhos que estão sujeitos e sujeitas a essa marginalidade que nós denunciemos e queremos que haja outra realidade e que não seja no futuro mas agora.

Muito axé e parabéns para todos nós. E vamos buscar esses espaços políticos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sr^a Jacira, que falou também pelo MNU.

Passo a palavra à Sr^a Marlete Queiroz, que representa a comunidade cigana.

A SR^a MARLETE QUEIROZ – Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para dizer que ela está sempre conosco quando convidada. Não houve um evento em que ela não se fez presente. Parabéns à comunidade cigana! *(Palmas.)*

A SR^a MARLETE QUEIROZ – Querido Senador, é sempre um prazer imenso estar junto do senhor.

Eu quero sempre aproveitar estes momentos para falar dos ciganos calões, porque hoje estou aqui representando não Brasília, mas os ciganos de acampamento do Brasil.

Recentemente a França expulsou os ciganos, porque nós somos eternos intrusos – agora, no ano passado. Mesmo com a intervenção da ONU, a França achou por bem expulsar essa minoria, porque são eternos intrusos e indesejáveis.

Agora eu quero fazer uma reflexão: se o Brasil não faz isso, não existe uma ação do governo, uma ação efetiva que alcance os ciganos de acampamento.

Nas inúmeras vezes em que procurei a Seppir – e quero fazer uma proposta ao senhor –, a justificativa foi a seguinte: existe uma segregação, existe realmente porque os ciganos se escondem. Não há um mapeamento dos acampamentos e não se sabe onde encontrar os ciganos.

Gostaria de fazer essa parceria. Nós estamos nos colocando à disposição para que se faça esse mapeamento, para que exista essa visibilidade.

E quando eu falo que o Brasil faz a mesma coisa, os ciganos vivem à margem da sociedade, em condições subumanas, sem o mínimo direito básico.

Eu quero fazer uma ilustração aqui. E nós somos felizes, mesmo com essa ilustração.

A Sr^a Lúcia Alves da Silva, nascida em 20/10/1944, conseguiu a sua certidão de nascimento no dia 05/01/2010. Mas nós achamos que foi um grande progresso, porque o jovem Arielson Alves da Costa, nascido em 07 de agosto de 1996, em Brasília, con-

seguir a sua certidão de nascimento em 10 de maio de 2010. E estou falando de direitos básicos.

Eu não posso me estender sempre. A minha fala é simples e objetiva, como nós somos simples, porque se falarmos das nossas necessidades o meu discurso seria no mínimo exaustivo.

E só para terminar, Senador Paulo Paim, ontem estiveram na minha casa cerca de 100 ciganos – São Paulo, Alexânia, Brasilinha, Mambai – dizendo que eles ouviram falar que aqui em Brasília, na sua singularidade, tinha um moço que morava no Congresso Nacional e era muito bom para os ciganos e que ele se chamava Paulo Paim. Então, eles me pediram para agradecer a V. Ex^a e eu não posso perder essa oportunidade de fazê-lo aqui nesta Casa.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado.

Depois não sabem por que eu me emociono de vez em quando. Quando eu falei do menino aqui, a palavra voltar para casa sempre mexe comigo, por isso eu me emociono. Não sei se me lembro dos nossos antepassados, porque o sonho era voltar para a África, quando foram sequestrados lá. E por isso, quando eu falei em voltar para casa, que ele vai poder voltar para casa, para a sua Bahia e para a sua universidade, também fiquei um pouco emocionado.

Quando você fala desse gesto bonito da comunidade cigana, claro que já trancou aqui dentro, tudo de novo. Mas, obrigado, viu?

A nossa Ministra Matilde vai ter que se retirar por causa do voo, mas ela quer fazer uma saudação. Vão continuar os oradores aqui, inclusive um companheiro quilombola que pediu a palavra.

A SR^a MATILDE RIBEIRO – Serei breve.

Ouvindo todos e todas que se pronunciaram, eu me sinto bastante confortada nesta visão de futuro que apresentei aqui para vocês. Inclusive, Senadora Marinor, a sua fala me conforta também, porque nós não podemos mais fazer a política de avestruz, não é? Sendo este um momento de congraçamento, na minha fala inicial, recuperei importantes fatos históricos, mas creio que cabe a nós, cidadãos, cidadãs, aos presidentes, à Presidenta, aos parlamentares que se comprometem com essa visão de mundo que nós estamos aqui defendendo, e nisso nós temos acordo, olhar atentamente para a História do Brasil e ver as mazelas que temos, que são construídas no dia a dia. Nós, que temos origem pobre, origem dos que labutam pela sua sobrevivência, temos que olhar para a nossa própria história, para o nosso entorno e para o todo, entendendo que a mudança se faz de maneira integral.

Então, a visão crítica é o que alimenta, eu entendo, essa construção do todo, e não apenas olhar para o nosso próprio umbigo. Esse processo que nós vivemos – eu disse e reafirmo aqui – está em curso. Ele é alentador pelo desafio. E nesse desafio, a sociedade brasileira, nós temos cada vez mais comprometê-la com essas situações de desrespeito às vidas humanas,

de desrespeito à história de luta dos cidadãos negros, mulheres, ciganos, indígenas, todos os que no dia a dia batalham para ter vida, mas para ter vida com dignidade.

Entendo que esta audiência, Senador Paulo Paim, é muito importante. Nós precisamos ter muitos outros momentos como este. Neste processo da minha volta para casa, voltei para casa três anos, voltei maior do que cheguei aqui em Brasília, do ponto de vista de conhecimento, do ponto de vista de comprometimento e sempre estive disposta a me somar aos que têm o mesmo ponto de partida que eu tenho, que é colocar a vida a serviço, a vida profissional, a vida política a serviço de mudanças substanciais em respeito aos que já se foram, em respeito a Zumbi dos Palmares e em respeito aos que virão, como o filhinho da Renata, que está ali sentada com um barrigão. Nós temos um compromisso com o hoje e com o futuro.

Muito obrigada e me emociona muito estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço a presença da ex-Ministra e passo de imediato a palavra à Sr^a Waldicéia de Moraes Teixeira, Presidente da Aliança de Negros Evangélicos do Brasil.

A SR^a WALDICÉIA DE MORAIS TEIXEIRA – Boa tarde a todos e a todas. Não só sou Presidenta da ANEB, mas também do Conselho de Negros e Negras do Brasil no Distrito Federal e entorno.

Gostaria de começar a minha fala antes de a Ministra sair, pegando uma frase dela, de que precisamos nos manter unidos nas concordâncias e em debate nas nossas diferenças. E, puxando o gancho dessa fala, quero parabenizar o Senador Paulo Paim por ter priorizado, neste momento, convidar todos os ex-Ministros da Seppir para que estivessem presentes aqui, trazendo uma contribuição rica como essa, de análise de todo o processo histórico da criação da Seppir e da importância que ela teve para a população negra neste País.

Feito esse preâmbulo, gostaria de colocar especificamente para o Mário Teodoro a necessidade de um programa de conscientização por parte da Seppir, das nossas governadoras e governadores, das nossas unidades da federação, das nossas prefeituras e prefeitos, para que sejam criadas também, em nível munici-

pal e estadual, secretarias de promoção da igualdade racial. Isso facilitaria, e muito, o trabalho da Seppir na Presidência da República, no sentido de avançarmos ainda mais em relação a todos os pontos que foram colocados pela Senadora.

Um outro detalhe que coloquei aqui também seria a sugestão de que a Seppir apresentasse ao Ministério da Educação a proposta de atrelar a liberação de verbas por parte do Ministério de Educação, tanto para os Estados como para os municípios, e a implementação ou não da Lei nº 10.639 nos currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Sou professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal, estou há sete anos dentro da escola tentando essa implementação em nível de escola e o máximo que consegui até hoje foi garantir um horário para cada turma ao longo do ano. E assim mesmo ainda estamos tentando dividir com a cultura indígena. Isso não é nada. A lei exige que faça parte de todas as disciplinas a história e cultura da África e dos afro-brasileiros. E isso não está acontecendo em nível de Brasil! (*Palmas.*)

E eu não acredito que vá acontecer se nós não atrelarmos a liberação de verbas por parte do MEC para as escolas públicas do Brasil. Não vai acontecer se não for dessa forma.

Encerrando, eu gostaria de fazer esta pergunta para o Eloi: de que forma, ou seja, qual caminho o Movimento Social Negro teria que seguir para que ele tivesse o estímulo e o apoio do Poder Público, como diz o art. 14 a que você se referiu, para o desenvolvimento de ações educacionais realizadas por nós?

No dia 21, o Conselho de Defesa dos Negros e Negras do Brasil no Distrito Federal e entorno – nós somos hoje 16 entidades dentro desse Conselho – realizamos um evento em parceria com a Casa da Cultura da América Latina, ali no Setor Comercial Sul, com um único propósito: levar conhecimento para a população do Setor Comercial Sul – quem é do Distrito Federal conhece, é um lugar que tem pessoas de todo DF e entorno passando o tempo todo – sobre o que é injúria racial, o que é discriminação racial. Passamos a tarde inteira oferecendo o Estatuto da Igualdade Racial para as pessoas que por ali passaram, mostrando para eles como fazer para denunciar a injúria racial, a discriminação racial. E fechamos o evento com o filme “Sob o Signo da Justiça”, produzido pela UnB com a mediação do Nelson Inocêncio. Inclusive, senti falta dele aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi convidado.

A SRª WALDICÉIA DE MORAIS TEIXEIRA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E ele disse que viria, mas entendo que algum motivo...

A SRª WALDICÉIA DE MORAIS TEIXEIRA – É. Alguns problemas ele deve ter tido...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas ele confirmou presença.

A SRª WALDICÉIA DE MORAIS TEIXEIRA – ...porque foi fantástica, após o filme, a mediação dele.

O filme fala sobre a implementação do sistema de cotas, que começou na UnB e acabou se espalhando por todas as universidades federais do Brasil.

Então, nós – todas as entidades que eu presido – temos nos pautado por essa necessidade de levar conhecimento para a população como um todo. Mas como nós poderíamos conseguir esse estímulo e esse apoio que está no art. 14 para a implementação dessas políticas no Movimento Social Negro?

Gostaria de agradecer este momento e espero, em outras oportunidades, também estar presente, contribuindo com o pouco conhecimento que temos em relação à luta da população negra.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

Parabéns. No meu tempo, eu dizia: “prof”. Pode ser? No meu tempo eu dizia: “prof”. Era uma forma carinhosa de me dirigir às professoras. Parabéns à nossa “prof”, então, Waldicéia de Moraes Teixeira, que fez aqui uma bela exposição. E como ela fez uma provocação positiva ao ex-Ministro Eloi, hoje Presidente da Fundação Palmares, e ele vai ter que sair em seguida, aproveito para que o ex-Ministro e Presidente possa responder e apresentar as suas considerações finais.

O SR. ELOI FERREIRA – Obrigado, Senador.

Antes que eu inicie as considerações finais, a primeira questão é cumprimentá-lo de novo, o que todo o Plenário aqui, todos os companheiros e companheiras já o fizeram, com merecimento, por esta reunião da Comissão, pela sua história, pela sua ação, por essa contribuição para a Nação brasileira como um todo e não apenas para a população negra.

Essa questão, professora, diz respeito ao seguinte aspecto: o MEC acabou agora – acho que já está em meio público – a tradução da história da África, que é um material extraordinário. São oito volumes densos. Quer dizer, vamos levar quase um ano para ler cada um daqueles oito volumes, de tão densos que são, bonitos.

O que ocorre é que esse material serve de balizador. Ele é um paradigma para seguir na produção de

todos os materiais que vão tratar, hoje, da história da África. É isso. Com essa tradução, agora, nós teremos uma unidade de ensino, uma unidade de referência. Então, encadeado nesse mesmo sentimento, acho que a Seppir é o órgão do Estado brasileiro que conduz, coordena as políticas públicas de promoção da igualdade racial, que é responsável por todo o processo de condução a que diz respeito a regulamentação.

Esse tema e todos os demais estão “linkados” à regulamentação, e a Seppir vai oferecer reflexão de como essa condução deverá ser feita, de como ouvir a oitiva da sociedade civil, ouvir o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e as outras formas de ouvir as demais organizações do movimento social, do movimento negro.

Essa condução, seguramente, vai balizar e dar uma contribuição extraordinária, porque o Estatuto da Igualdade Racial, inclusive, também acentua que a Seppir – não falou da Seppir especificamente –, ou melhor, o Poder Público, por meio dos órgãos responsáveis pelas políticas de promoção da igualdade racial e de educação, acompanhará e avaliará os programas de que trata a seção no art. 16, referindo-se à questão da educação.

A Seppir é a referência do Governo, do Estado, para tratar desse tema e – atrevendo-me aqui, na presença do ilustre Secretário Executivo, nosso amigo Mário Theodoro – seguramente haverá de fazer as reflexões necessárias sobre como conduzir e ouvir a todos. Então é a nossa referência para esse tema.

No campo da cultura, já que a cultura é o tema de que, hoje, estou com a incumbência de tratar, nós haveremos de oferecer também um debate na regulamentação. Quando digo oferecer, refiro-me à sugestão no campo de regulamentação do tema da cultura da população negra em que o Estatuto precisa mergulhar e tratar mais profundamente.

Enfim, essas são formas que acreditamos que vão avançar substantivamente para a construção de um novo modelo num novo momento. O Estatuto, assim como a Abolição, foi insuficiente, mas foi um marco da sociedade escravista para a sociedade capitalista empírica ainda nascente no século XIX. É um marco da promoção da igualdade racial para a construção de ambientes de igualdade e de oportunidade. Assim é esse documento. E, a cada dia que passa, quanto mais apropriado por toda a sociedade, ele haverá de ter mais provocação. A regulamentação e a participação de todos os atores da sociedade haverão de dar mais resultado para que toda a Nação não apenas repare o mal dos quase 400 anos de escravidão, mas também avance na construção de um ambiente de fraternidade para que a diversidade não cause estranheza, mas

seja algo natural em todas as nossas vidas, em todos os ambientes da atividade econômica, da atividade cultural e da atividade social.

Então, muito obrigado a todos e todas. Desculpem-me por ter que me ausentar nesta hora. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Ministro Eloi lembra que também esteve lá fazendo a campanha. E esteve mesmo.

Passo a palavra, de imediato, à Sr^a Iyá Patrícia de Oxum, que vai falar pelas religiões de matriz africana.

A SR^a IYÁ PATRÍCIA DE OXUM – Boa tarde a todos.

Parabenizo o Senador por este momento, para nós tão único. O senhor está nos ajudando com a Frente Parlamentar em defesa das comunidades tradicionais de terreiro lançada na Casa.

Fico triste porque o nosso amigo Eloi vai sair, porque ele seria uma testemunha do que eu ia falar neste momento.

Já que o senhor começou falando sobre a questão histórica, eu gostaria de lembrar que, quando os negros desceram dos seus navios negreiros, eles não vieram sozinhos, mas trouxeram seus orixás, seus voduns, suas crenças. Junto com o racismo cresceu também a intolerância religiosa. E, hoje, vemos que o racismo e a intolerância são uma intersecção no nosso cotidiano brasileiro.

Quando falamos em oito anos de Seppir, eu também dou os parabéns, porque, desde a gestão de Matilde, de Edson, de Eloi, as comunidades tradicionais de terreiro se fizeram ser vistas e começaram a garantir os seus direitos e a lutar por eles. Sabemos que, em todas essas gestões, uma das pessoas de que eu acho que é importante falar, até porque nós acabamos sempre falando sobre o que acontece, mas não falamos quem nos ajuda, que foi o Pai Nilo, o Nilo Nogueira, que, em todo o Brasil, fez realmente as comunidades se conhecerem, saberem da sua importância e lutarem por ela.

Assim como no Estatuto da Igualdade Racial, saiu um capítulo 3 falando sobre nós, mas, para nós, a fala é muito importante na nossa religiosidade. O falar bate, tem força.

Queria lembrar que, nesta mesa, com exceção do caso da nossa Mãe Bernadete, que foi citada, a Mesa se esqueceu das comunidades tradicionais de terreiro. Então, peço que não se esqueçam dela. Ela tem um trabalho construído aos poucos e que, hoje, está ganhando espaço dentro do governo, dentro da Casa. Lembrem-se, porque a fala para nós é muito importante. Então, as comunidades de terreiro precisam que sejam citadas, precisam de pessoas que lutem por

elas, até porque não é só o caso de Mãe Bernadete. Aqui, no DF, o caso da Mãe Baiana foi derrubado, a ação da casa da Mãe Vera, em demolição agora. E estamos vivendo tudo isso no nosso cotidiano.

Peço que não se esqueçam da gente, porque não nos esquecemos de vocês em todo momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento a Sr^a Iyá Patrícia de Oxum.

De fato, neste Estatuto, isso felizmente foi mantido, pois alguns pontos caíram. Inclusive tivemos um grande encontro na Bahia, onde foi construído esse artigo específico que garantiu a inclusão no Estatuto.

Meus cumprimentos a V. Ex^a.

Eu estive lá com um grupo de Senadores e Deputados, na época, participando de uma audiência pública.

Passo a palavra agora para o último orador da sociedade civil, depois depois volta à Mesa para fazer suas considerações finais. É o Sr. José Antonio Ventura, Quilombo Serra do Salitre.

O SR. JOSÉ ANTONIO VENTURA – Boa tarde a todos e a todas.

Tenho muito prazer em olhar para o meu grande ídolo, Dr. Humberto Adamis, Senador Paim. O Adamis, como poucos, conhece a história do nosso quilombo, onde a maioria dos negros anda de cabeça baixa de tanta pressão e humilhação que sofreram dos fazendeiros, porque voltaram a ser escravos em pleno século XXI.

E quando falo no resgate histórico das famílias Ventura e Teodoro de Oliveira, falo nos escravos e quilombolas da picada de Goiás.

Queria dizer ao Senador Paim que estamos numa caminhada junto a políticos, para que entrem na luta do resgate do segundo quilombo do Brasil, onde a mineradora faz um laudo e quer uma cessão de direito em branco para eles. Eles escolhem as nossas terras, eles estão lá desde 1940, mandam e desmandam. Expulsaram as famílias, deslocaram. E, ainda hoje, querem que a gente assine em branco, atestando que as terras não são nossas.

Eles podem comprar tudo, menos a nossa história, a história quilombola de luta de mais de trezentos anos.

E a gente só tem vocês como parceiros nessa luta, não pessoas de governo. A gente está olhando para vocês como quilombolas do movimento negro, na esperança de não cair no barranco. Nós queremos andar para a frente, onde a nossa história tenha visibilidade e que a Lei nº 10.639 saia do papel, porque ela vai ajudar a resgatar toda a origem do negro da nossa região.

Nós não estamos criando quilombo. Nós somos o quilombo de Minas Gerais. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sr. José Antonio Ventura, deixe-me, no encerramento, dizer uma frase, e quem esteve na campanha viu este momento. Eu estava em Santa Maria, numa comunidade quilombola. Então, botaram toda a gurizada – lá eu chamo de gurizada –, a meninada, sentada para me ouvir, porque ia falar o Senador. E um momento de um clima muito emotivo, muito bonito, que achei o mais bonito de toda a fala que eu fiz, foi quando disse à meninada: voltem para a sala de aula, onde vocês têm amiguinhos brancos, negros e índios e digam a eles que vocês hoje conheceram um Senador que tem orgulho de dizer que ele é um Senador quilombola.

Foi o momento mais bonito da audiência lá, e eu senti o brilho no olhar daquela meninada. Então, isso eu jamais vou esquecer.

Parabéns à nação quilombola, é a nação de todos nós. Um abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. ANTONIO FERREIRA – Senador, um minutinho só, a respeito do *História Geral da África* de que o Ministro Eloi falou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vou lhe dar um minutinho, porque nós estamos com problemas de horário e a Mesa vai fazer o encerramento.

O SR. ANTONIO FERREIRA – Um minutinho, só para a informação não ficar com uma expectativa muito grande porque, na verdade, *História Geral da África* já está pronta e já está sendo distribuída para todas as bibliotecas federais, municipais e estaduais, mas é um material muito denso e para ser usado por pesquisadores. O que nós, do MEC, vamos fazer a partir de agora entra num outro processo, que é a criação de livros didáticos a partir de *História Geral da África* para serem distribuídos para alunos e professores para que eles tenham esse material para usar dentro da sala de aula. E, quanto à questão dos quilombolas, a gente já distribuiu, ano passado, para todas as escolas, o *kit* quilombola, que é um *kit* que ajuda os professores na área de quilombos... Não. É para os professores quilombolas que foi distribuído, para os que trabalham com escolas de quilombos. Então, a gente tem esses dois materiais que estão dentro do programa da Lei 10.639.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Para as suas considerações finais, eu vou dar cinco minutos para cada um aqui da Mesa e o representante da Ministra Luiza vai poder falar um pouco mais. A Sr^a Valéria Oliveira, representando o ex-Ministro Edson Santos.

A SR^a VALÉRIA OLIVEIRA – Senador, em nome do Deputado, eu só gostaria de agradecer, dizer que foi extremamente importante a realização da audiência, cada vez a gente aprende mais, vai incorporando novos conhecimentos e novas visões. Quero dizer, por fim, que para mim, pessoalmente, foi um momento de muita emoção recuperar essa história, ver essa participação. Então, diante até da riqueza do que foi dito aqui, não teria nada a acrescentar a não ser agradecer a V. Ex^a e a todos os presentes. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, nossos cumprimentos pela presença. Passo a palavra, de imediato, ao nosso querido Diretor da Associação de Advogados do Banco do Brasil, nosso Humberto Adami.

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JUNIOR – Senador, também queria me somar aos agradecimentos e também à celebração desse momento de verificar o que foi feito e, ao verificarmos o que foi feito, verificamos que muito mais há que se fazer. Apenas uma correção: a primeira universidade a criar cotas para negros no Brasil foi a Universidade do Rio de Janeiro, a Universidade Estadual da Bahia; a Universidade de Brasília, a UnB, foi já a terceira. Então, num momento diferente. É importante dizer que o que se discutiu aqui provavelmente vai ser motivo de muita reflexão. A própria Ministra Luiza, ao tomar posse, disse que era momento de fazer uma reflexão de tudo que havia sido feito nesses oito anos e talvez remanejar, alinhar, ajustar.

Eu penso que isso não se aplica ao movimento social. O movimento social, na palavra do ex-Presidente Lula e também da Presidenta Dilma, tem que fazer isso mesmo, é incomodar, é fustigar o tempo todo para que as pessoas que vão ao Governo, como estava até outro dia, elas não se deixem acomodar para aquelas questões da mesa e da cadeira. O dia a dia, a obrigação do movimento social e da administração pública é adequar as suas demandas, e o papel do movimento social é cada vez mais e mais fustigar. Eu penso então que essa audiência se coloca como uma das muitas que deverão ocorrer ao longo deste Ano Internacional dos Afrodescendentes, que, diga-se de passagem, até o presente momento, está muito pouco comemorado, muito pouco evidenciado.

Acho que, como celebração, ela deve ser buscada nos 5.470 Municípios de todo o País, e lembrando que o País tem 27 capitais, esse monte de Municípios aí, e que a luta se dá também em cada um desses 5.470 pontos.

Eu quero agradecer, em meu nome pessoal, em nome da Associação dos Advogados do Banco do Brasil, em nome do Instituto de Advocacia Racial

e Ambiental, a oportunidade de ter estado aqui nesta manhã memorável.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós é que agradecemos ao Dr. Humberto Adami por toda a sua contribuição e a sua firmeza de convicção em cada momento, em defesa de todo o nosso povo e de toda a nossa gente.

Passo a palavra para o Dr. Fernando Benício dos Santos, coordenador da Educafro.

O SR. FERNANDO BENÍCIO DOS SANTOS – Senador Paulo Paim, também a Educafro agradece muito a oportunidade de estar participando mais uma vez da audiência, e quer deixar bem claro também que a Educafro se faz presente em todas as audiências, não só nas da questão do negro, mas onde também temos que batalhar por outras situações de minoria, a questão do índio, a questão da mulher.

Essa oportunidade que nos foi dada, Paulo Paim, eu gostaria que não nos fosse retirada. Na verdade, sempre que possível, que puder nos convidar, nós vamos estar presentes, vamos nos fazer presentes e vamos debater e conhecer novas pessoas para que essa luta não pare por aqui.

Então, a Educafro agradece muito, na figura até mesmo do Frei Davi, esse lutador. Temos vários núcleos, espalhados pelo País, da Educafro, preocupados com essa situação da questão do negro, da questão da discriminação em todas as ramificações da sociedade.

Então, a Educafro está à disposição de todos. Quem quiser depois mais informações, eu vou estar aqui, pode me procurar, que eu vou estar distribuindo esse jornalzinho aqui. E também tem o *síte* da Educafro: www.educafro.org.br.

Todas as informações da Educafro estão lá e vamos discutir, vamos debater, vamos trocar figurinhas para podermos continuar com a luta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Antes de passar para o nosso colega Mário Lisboa Theodoro, Secretário Executivo, que representa aqui a Ministra Luiza Bairos, eu gostaria de agradecer muito aqui as camisas que recebemos, que diversos receberam. Eu recebi.

Em todo o caso, se alguém tiver que viajar, pega a minha, depois eu ganho outra. Achei muito bom. Conselho de Defesa dos Direitos do Negro, aqui de Brasília – está aqui a Presidente do Conselho, que é a Sr^a Vera. E está escrito aqui: O que afeta diretamente uma pessoa, afeta a todos indiretamente. Martin Luther King. Parabéns. Grande iniciativa.

Vou vesti-la nas minhas caminhadas no parque.

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JUNIOR – Senador, só um registro. O Conselho do Negro do DF, no ano passado, expediu ofícios para todas as escolas municipais, estaduais, cobrando a 10.639, e esse material está lá, em exame, na Ouvidoria da Seppir. Copiamos tudo. Acho que é uma coisa que poderia ser copiada nos 27 conselhos estaduais, e nos municipais também. Cobrar é livre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Parabéns à iniciativa da querida Vera.

Eu passo a palavra neste momento ao Dr. Mário Lisboa Theodoro, Secretário Executivo, que representa aqui a Ministra Luiza Bairros, que, reafirmo, só não veio porque está no Rio Grande do Sul, esteve lá já recebendo o menino Helder Santos, já resolveu a situação dele em parte, pelo menos.

O SR. MÁRIO THEODORO – Obrigado, Senador. Eu queria fazer umas últimas considerações aqui, tendo em vista inclusive o que foi colocado aí pela audiência.

Quero falar, primeiro, da minha emoção de estar aqui nesta audiência que comemora os oito anos da Seppir, eu que tive a felicidade de estar presente, pelo menos de alguma maneira, durante todo esse tempo. E me lembro muito do empenho de Matilde, uma coisa muito forte, com toda a força do movimento, mas sozinha lá no Governo de transição, para montar essa secretaria. A força que ela teve, uma coisa que para mim foi extraordinário perceber e tentar ajudá-la de alguma maneira, assim como nesses oito anos também me vem muito à mente o esforço do Dr. Edson, também, Edson Santos,

de consolidação dessa construção que se inicia com a gestão Matilde e da consolidação, inclusive, no nível internacional, participando de fóruns, encontros. A gente foi testemunha disso, e o próprio Ministro Eloi, cujo ápice me parece que tenha sido a consecução do Estatuto da Igualdade Racial. Por tudo isso, a gente já começa a sentir um peso da história e da necessidade de continuidade desse trabalho que foi feito por esses Ministros, por essas gestões anteriores. Nós nos sentimos muito contemplados por isso, muito satisfeitos e muito cientes da responsabilidade que é dar continuidade a esse trabalho que é feito nestes últimos oito anos.

Também queria falar da nossa responsabilidade também com todo o público que a Seppir, de uma certa maneira, mais diretamente cuida, e aí eu falo um pouco das comunidades religiosas, todas elas, principalmente as comunidades de matriz africana, das quais me penitencio não ter falado antes, mas foi uma fala mais geral, e agora eu falo da importância que é, não só na preservação da cultura negra, mas principalmente

por uma questão de justiça com a questão religiosa. Todo o apoio às religiões de matriz africana que têm sido perseguidas de uma forma inaceitável, na nossa maneira de ver, inaceitável. E a Seppir vai estar sempre, sempre lutando para que isso não ocorra e que, do nosso ponto de vista, o que nós pudermos fazer para que isso não ocorra mais, tenha certeza de que nós vamos fazer.

Também com relação a outros povos, porque a Seppir não é só o povo negro, o povo cigano, nós temos tido algumas conversas, vamos depois conversar um pouco sobre essas propostas que nós temos. Temos representantes dos ciganos na Seppir, temos mantido conversações também para que possamos também... A Seppir tem a obrigação de fazer frente a esse problema, que é um problema sério, um problema nosso, um problema nacional, que é justamente essa falta de apoio, falta de cidadania, da qual o povo cigano é privado e que também é outra coisa inaceitável.

Refletindo um pouco sobre algumas falas, a fala da companheira Waldicéia, sobre a necessidade de fazermos um envolvimento maior com Estados e Municípios, nós estamos plenamente de acordo. Na verdade, a política de promoção da igualdade racial só vai existir lá na ponta. Não adianta a gente de Brasília ficar montando grandes programas se os programas não chegam lá. Para isso, nós estamos fortalecendo o Fippir, que é o Fórum Interagencial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que, teoricamente, é o fórum onde vai haver discussões da Seppir, Governo Federal, com os conselhos e mesmo com as, vamos dizer, Secretarias de Igualdade Racial de Estados e Municípios. A ideia nossa é fortalecer o Fippir e fazer com que ele participe até de um trabalho conjunto que seja unificação dos PPAs estaduais e federal, para que a gente tenha uma unicidade na política de igualdade racial. Essa é uma tentativa que nós vamos ter este ano, espero que a gente consiga e vamos tentar, de toda forma, isso.

Da mesma forma, acho que a ideia de se colocar uma cláusula para a liberação de verbas dos Ministérios em relação às legislações existentes é uma ideia muito boa. Vamos discutir com os nossos colegas dos outros Ministérios, os nossos colegas da Secad que estão aí. Depois vamos conversar um pouquinho sobre isso também. Eu acho que isso é muito importante para nós.

Queria ressaltar, de forma muito clara, a importância que nós temos nesse diálogo com o pessoal do movimento negro, o pessoal da sociedade civil, que é muito importante para nós que estamos na Seppir. O Adami me falou uma coisa que é verdade, que é a tendência a um insulamento, a tendência a que nós

começamos a participar dos problemas corriqueiros da administração e esqueçamos, muitas vezes, o que é mais importante, que é o objetivo final, que é o objetivo de instalar políticas de igualdade racial, em nível nacional. Nós estamos totalmente empenhados em fazer isso. A Ministra Luiza Bairros me incumbiu de falar isso aqui, quer dizer, essa é a nossa tarefa este ano, que é a na construção do PPA, que é o grande plano que vai nortear as ações do governo para os próximos 4 anos.

Que nós façamos introduzir, de uma forma efetiva, a questão da igualdade racial, mas principalmente colocar mecanismos de acompanhamento e monitoramento dessas políticas e indicadores. Precisamos de indicadores, precisamos que os Ministérios entendam que a política tem que ser acompanhada, tem que ser monitorada. Vamos fazer isso e vamos apresentar, sempre que possível, para a comunidade, a performance dessas políticas.

Esse é um compromisso que estamos assumindo desse acompanhamento e de que isso vai ser publicizado da melhor forma possível.

Querida de novo agradecer ao Senador, falar da minha emoção em estar aqui. Vi essa CPI nascer e, para mim, é uma coisa muito especial poder estar dentro da CPI, contribuir de alguma forma com ela, juntar-me aos colegas que lá estão há muito tempo, que têm trabalhado, não têm deixado a peteca cair e têm-se colocado e falar para vocês novamente que, da nossa parte, da nossa gestão, também tenhamos a possibilidade de fazer alguma coisa a mais que nossos antecessores fizeram, até porque estamos subindo nas costas deles e temos obrigação de fazer isso.

Muito obrigado a todos. Muito obrigado, Senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu quero ainda registrar que recebi aqui uma cópia do livro *Ações afirmativas. A questão das cotas. Análises jurídicas de um dos assuntos mais controvertidos da atualidade*. Coordenação do Dr. Renato Ferreira, que está aqui conosco. Uma salva de palmas para o Renato. (Palmas.)

Se me permitirem agora, só mais cinco minutinhos, fiz uma fala na abertura, mas queria, nesse momento, porque considero o momento de fato histórico, como foi dito por tantos aqui, reunirmos todos os ex-Ministros, quem sabe Presidentes, da Seppir e, quem sabe, apontando nessa caminhada do povo negro para a Presidência, por que não dizer?

Mas, durante a minha caminhada como sindicalista, confesso a vocês que passei a militar com mais força na questão do povo negro, e que lembrou, quando ouvi essa música... Eu me lembrava da minha in-

fância e dos momentos que passei e enfrentava sem saber o preconceito, porque não entendia porque é que alguém... Como é que, menino, eu ia entender que alguém poderia discriminar alguém por causa da cor da pele? Eu não entendia, mas fui aprendendo na caminhada com o enfrentamento. E houve um jovem cantor no Rio Grande do Sul que morreu muito jovem. Ele teria hoje a minha idade, 61 anos. Ele cantou essa música, e essa música foi ganhadora de um dos festivais no meu Estado.

Eu queria que a gente ouvisse, a música é antiga, não é nova, mas a simbologia da música, para mim, é que é importante. É chamada O Negro de 35, do nosso inesquecível cantor gauchesco César Passarinho. Se pudessem colocar essa canção de César Passarinho, que a interpreta como ninguém.

(Execução de música.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Com certeza absoluta, para a época, ele foi ousado. Foi uma revolução. Lembro-me de que, numa oportunidade, houve um evento muito forte, lá no Estado, onde ele é considerado o artista – ele e outros grandes cantores gauchescos –, quando, de repente, alguém inventou que ele, por ser negro, não podia cantar. O bonito foi que nenhum dos cantores subiu ao palco, e não houve *show*.

Vida Eterna para você, César Passarinho!

Salve-nos sermos negros!

Está encerrada a audiência pública.

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 31 DE MARÇO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia trinta e um de março de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores e Senadoras: **Ana Rita, Marta Suplicy, Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta, Cristovam Buarque, Vicentinho Alves, Garibaldi Alves e Wilson Santiago** e participam, ainda, da reunião os não membros Senadores **Pedro Taques, Eduardo Suplicy e Lindbergh Farias**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta, deliberativa. Item 1. Requerimento nº 31, de 2011**, que requer a realização de audiência pública para apresentação de projetos sociais do Tribunal de Contas da União –

TCU. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 2. Requerimento nº 32, de 2011**, que requer a realização de Audiência Pública por esta Comissão, a fim de discutir a exploração de trabalhadores em obras do PAC, especificamente nas usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau que compõem o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira. Convidados: Representante do Ministério do Trabalho; Representante do Ministério Público do Trabalho; e Representante da Secretaria de Direitos Humanos. Autoria: Senador Cyro Miranda. Resultado: **Adiado. Item 3. Requerimento nº 33, de 2011**, que a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, devendo ser convidados: a Senhora Paulina Duarte, Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça; o Sr. Leandro Coimbra, Diretor-Geral da Polícia Federal; e o Sr. Roberto Tykanori, Gerente de Projetos da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde, com o objetivo de que sejam prestados esclarecimentos acerca do conjunto de ações, programas e metas do Governo Federal, em termos de trabalho preventivo, repressão e combate ao tráfico de *crack*, bem como o tratamento dos usuários, por ser um tema de relevante interesse público. Autoria: Senador Sérgio Petecão. Resultado: **Adiado. Item 4. Requerimento nº 34, de 2011**, que requer a realização de Audiência Pública para avaliar denúncia de ameaças de morte porque passa Irmã Marie Henriqueta, coordenadora da Comissão de Justiça e Paz, da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil, Regional N2, bem como discutir possíveis providências para o caso. Convidados: Irmã Marie Henriqueta – Comissão de Justiça e Paz/CNBBN2; Fernando Antonio dos Santos Matos – Departamento de Defesa dos Direitos Humanos/Coordenação – Geral de Proteção aos Direitos Humanos; Luiz Fernando Rocha – Secretário de Segurança do Estado do Pará; Dom Jesus Maria Cizaurre Berdonces – Presidente da CNBBN2; Dom Dimas Lara Barbosa – Secretário Geral da CNBB; Dra. Mary Lúcia do Carmo Xavier Cohen – Secretária da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB; e Sra. Dira Paes – Presidente da ONG Humanos Direitos. Autoria: Senadora Marinor Brito. Resultado: **Adiado. Item 5. Não Terminativo. Sugestão nº 1, de 2010**, que institui o Sistema Nacional Integrado de Atendimento à Pessoa Autista e dá outras providências. Autoria: Associação em Defesa do Autista. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com o Projeto de Lei que apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 6. Não Terminativo. Projeto de Lei Do Senado nº 177, de 2009**, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro

de 1989 (Lei de Prisão Temporária), nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, quando cometidos contra criança, e dá outras providências. Autoria: CPI – Pedofilia – 2008 (SF). Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com as Emendas nº01, 02, 03, 04 e 05 que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 7. Não Terminativo. Projeto de Lei Do Senado nº 71, de 2010**, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer pena de prisão aos maiores de 18 (dezoito) anos condenados pela prática de ato infracional equivalente a crime hediondo. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela Aprovação da matéria. Resultado: **Adiado. Item 8. Não Terminativo. Projeto De Lei Do Senado nº 3, de 2010**, que assegura o registro público aos prenomes indígenas. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com a Emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 9. Não Terminativo. Projeto De Lei Do Senado nº 201, de 2010**, que estende para 31 de julho de 2020 o prazo de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com a Emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 10. Terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2009**, que dispõe sobre a reserva de recursos públicos destinados à habitação, em benefício da mulher responsável pelo sustento da família, e dá outras providências. Autoria: Deputado Pompeo de Mattos. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela Aprovação da matéria. Resultado: **Adiado. Item 11. terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 298, de 2009**, que altera o art. 19 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Autoria: Deputado Sebastião Bala Rocha. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria *ad hoc*: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com a Emenda nº01-CAS. Resultado: **Adiado. Item 12. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2008**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria *ad hoc*: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela Aprovação da maté-

ria, com a Rejeição da Emenda nº01-CE/2008, Aprovação da Emenda nº02-CE/2008 e com a Emenda que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 13. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2009**, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o direito de acesso público a informações sobre condenados por crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente, e dá outras providências. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com as três Emendas que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 14. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2009**, que altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para implementar uma política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos. Autoria: Senador Renan Calheiros. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com as Emendas nº01-CCJ, nº02-CCJ e nº03-CCJ. Resultado: **Adiado. Item 15. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2010**, que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, para tratar do direito à moradia e introduzir o uso da expressão “pessoa com deficiência. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senadora Marinor Brito. Relatoria *ad hoc*: Senador João Alberto Souza. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com a Emenda nº01. Resultado: **Adiado. Extrapauta. Item 01. Requerimento nº 35, de 2011-CDH**, que requer a realização de Audiência Pública a realização de audiência pública intitulada “Poesia e o Direitos Humanos”, em comemoração ao Dia Nacional da Poesia, ocorrido no dia 14 de março. Para tanto gostaria que fosse convidado, dentre outros convidados a ser indicado posteriormente por este senador, o poeta Tiago de Melo. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Encaminhamento do Senador Randoupho Rodrigues, para que o poeta amapaense João Gomes seja incluído entre os convidados da Audiência Pública referente o Requerimento nº35, de 2011-CDH. O Senhor Presidente coloca em votação o encaminhamento do Senador Randolphe Rodrigues e o aprova. **Item 02. Requerimento nº 36, de 2011**, que requer a realização de audiência pública a fim de debatermos o cancelamento de restos a pagar de 2010 (Decreto 7.418, de 31 de dezembro de 2010), bem como a dificuldade de análise dos processos junto à Caixa Econômica Federal. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **aprovado. Item 03. Requerimento nº 37, de 2011**, que requer a realização de audiência pública

intitulada “Empregada Doméstica e os Direitos Humanos”, em comemoração ao Dia Nacional da Empregada Doméstica, que ocorrerá dia 27 de abril. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. O Senhor Presidente faz homenagem ao Ex Vice-Presidente José Alencar Gomes da Silva, pela vida honrada e virtuosa que levou bem como, pelos relevantes serviços prestados à nação brasileira. O Senhor presidente, em ato contínuo, roga que, transcorrido os 50 anos de sua morte, possa na forma da lei, ser elevado ao livro de heróis da pátria. Em seguida, o Senhor Presidente divulga o vídeo do Ex Vice-Presidente José Alencar no qual este declama a letra do samba de Nelson Cavaquinho, Quando eu me chamar saudade, em seguida o áudio da música é exibido. O Senhor Presidente abre os trabalhos anuncia a presença de membros da sociedade civil organizada de defesa dos artistas. Em seguida, o Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e dá a palavra aos Senhores Senadores e aos Senhores Fernando Cotta e Adriana Alves para fazer suas considerações em nome de diversas entidades representativas dos artistas. Às onze horas e vinte e nove minutos, o Senhor Presidente suspende a reunião. Às quinze horas e quatro minutos, o Senhor Presidente retoma os trabalhos da CDH e coloca em votação a pauta. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Wellington Dias, Marta Suplicy, Lindbergh Farias, Magno Malta, Pedro Taques, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy e Lindolphe Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às quinze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A presente reunião, no dia de hoje, visa votarmos uma série de projetos não terminativos e outros requerimentos que, uma vez aprovados, com o número de assinaturas garantidas no livro de presenças, serão encaminhados para as audiências públicas.

Convidando todos os Senadores titulares e suplentes desta Comissão para se deslocarem para a Sala 2 do Senado da República, a Comissão de Direi-

tos Humanos, informo quais são os projetos e requerimentos que serão votados no dia de hoje.

Será votado, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, requerimento de audiência pública em que o Tribunal de Contas da União vai apresentar todas as suas iniciativas e projetos, em colaboração com esta Casa, em prol da dignidade da pessoa humana.

Será votado também requerimento, nos termos no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, para a realização de uma audiência pública a fim de discutir a exploração de trabalhadores em obras do PAC. Aqui, citam-se as usinas. Autoria: Senador Cyro Miranda.

Será votado também outro requerimento visando esclarecimentos acerca do conjunto de ações programadas como meta do Governo Federal em termos do trabalho preventivo e do combate ao tráfico de *crack*, bem como outras drogas. Esse é de autoria do Senador Sérgio Petecão.

O requerimento anterior é do Senador Cyro Miranda e o primeiro, sobre o TCU, é de nossa autoria.

Teremos ainda um outro requerimento da Senadora Marinor Brito, que visa fazermos aqui uma audiência pública, um debate para discutirmos e avaliarmos as providências a serem tomadas sobre as denúncias de ameaças de morte por que passa a Irmã Maria Henriqueta, Coordenadora da Comissão de Justiça e Paz da CNBB.

Também vamos, no dia de hoje, deliberar, de forma não terminativa, sobre um tema muito, muito importante. É um projeto de lei que institui o sistema nacional integrado de atendimento da pessoa autista e dá outras providências. Esse projeto deu entrada nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa por parte da Associação em Defesa do Autista. A relatora será a Senadora Ana Rita, e seu parecer já é favorável.

Em relação a esse projeto, já estão aqui alguns convidados nossos – em seguida, vou pegar os nomes para registrar as presenças -, que são líderes nessa luta do autismo. Com alegria, vejo aqui conosco, vestido com camisa azul... E vejam que a minha gravata também é azul. Depois, vou destacar que, no sábado, vai ser a primeira vez na história que o Congresso vai estar de azul. Estaremos juntos, no sábado, às 6 horas da tarde. Então, numa homenagem inclusive a vocês, quero falar da importância desse projeto. A Senadora Ana Rita, que já está chegando aí, fará o relatório no momento adequado. Enquanto os Senadores e as Senadoras estão se deslocando para cá, eu tomo a liberdade de fazer a seguinte introdução:

Sr^{as} e Srs. Senadores, meus caros amigos e amigas que estão aqui na nossa Comissão, saúdo a

todos com um abraço carinhoso. Abro esta reunião, falando de um importante projeto que tenho certeza de que iremos aprovar no dia de hoje, que é fruto do movimento dos autistas no Brasil.

O projeto foram vocês, e o entregaram aqui na Comissão. Eu me lembro que, na época, o entreguei ao Flávio Arns, que se reuniu com vocês, costurando um acordo. Está aqui inclusive um dos assessores do Flávio Arns, que é o Aires. O Aires me lembra o Flávio Arns, por isso que eu faço uma pequena confusão. Está aqui o Aires, que ajudou inclusive nesse debate e que é também uma pessoa com deficiência. Ele agora está assessorando a Senadora Ana Rita, que eu indiquei como relatora. Ela complementou o trabalho e vai apresentá-lo hoje para vocês.

Lembro aqui que esse projeto surgiu em uma audiência pública realizada nesta Comissão, onde o Movimento dos Autistas entregou a minuta de um projeto de lei que institui um sistema nacional integrado de atendimento à pessoa autista. O Flávio Arns, como eu dizia, foi o primeiro relator. A relatora atual é a Senadora Ana Rita. Ela vai hoje apresentar o seu parecer, que já adiantou. Como eu comentei da tribuna do Senado, é um parecer favorável aos autistas.

Quero mais uma vez dizer aos autistas que estão assistindo, tenho certeza, em todo o Brasil, porque são muito organizados... E parabéns aos autistas! Eles estão em rede neste momento, em todo o Brasil, porque eles sabem da importância da aprovação desse projeto.

Quero dizer mais uma vez aos meus amigos autistas que não poderei estar no Rio de Janeiro no dia 2, mas o meu coração, a minha alma vai estar lá no Rio e vai estar aqui em frente ao Congresso, às 18 horas do mesmo dia. O Cristo vai ser iluminado de azul. As sete maravilhas do mundo, nesse dia, em uma homenagem aos autistas, vão estar sendo também iluminadas de azul, e nós estaremos aqui em frente ao Congresso, já com a presença confirmada de alguns Senadores. No Congresso estarão presentes o Senador Wellington, o nosso jovem Senador do Rio de Janeiro Lindbergh Farias, O Senador Cristovam e provavelmente o Senador Pedro Simon. Temos uma atividade aqui no sábado. Eu vou estar com eles e depois vamos nos deslocar para estarmos aqui em frente no momento em que o Congresso for iluminado de azul.

Quero dizer que já falei da tribuna diversas vezes sobre a importância do projeto do qual é relatora a minha querida Vice-Presidente, como já comentei aqui. Você vai relatar no dia de hoje o projeto, no momento adequado, esperando o número de assinaturas maior aqui no nosso livro.

Destaco ainda a todos vocês que recebemos também o convite da ong Autismo Realidade para participar

da primeira caminhada do autismo realidade, que vai ser em São Paulo, no dia 3 de abril. Então quero registrar aqui também esse belo movimento, como dizia um amigo meu no Rio Grande, o ex-governador Olívio Dutra, que se está espraçando – é um termo gaúcho – pelo mundo cada vez mais. Que bom, não é? Em um reconhecimento a essa bela caminhada.

No convite que me fazem para São Paulo, consta que essa caminhada tem como objetivo eliminar preconceitos, despertar o interesse, a consciência e a boa vontade da sociedade brasileira para a causa do autismo e todos os seus aspectos, cuja incidência é de uma em cada 110 crianças, sendo um para cada 70 meninos. São informações que eles me passaram.

A ong informa também que, hoje, a incidência de autismo infantil é maior que de da diabete, do câncer e da aids infantil somados. Olha só a importância do movimento que os senhores lideram. Sendo bem claro, quem lidera são os senhores, nós somos ferramentas e temos que estar à disposição de vocês. Por isso, faremos hoje esta sessão, que não deixa de ser uma sessão de homenagem aos autistas, ao autismo. Depois, ao meio-dia, estaremos também em uma outra comissão com o mesmo objetivo, ainda valorizando esse encaminhamento.

Parabéns pelo evento, parabéns pela presença de vocês. A Senadora Ana Rita logo vai fazer a leitura. Eu só vou esperar um pouquinho mais que os Senadores se desloquem, para que ela faça a leitura do seu parecer. O Senador Magno Malta está vindo, o Senador Pedro Simon também está vindo e outros Senadores estão se deslocando para cá.

Eu vou continuar fazendo a leitura agora – só fiz um aparte em homenagem ao autismo – dos outros projetos que serão votados hoje.

Vamos votar também no dia de hoje o que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, um projeto de autoria da CPI da Pedofilia, que tem como relator o Senador Magno Malta. Esse projeto fortalece a luta contra a exploração das crianças e adolescentes. Vamos votar outro projeto também, de autoria do Senador Marcelo Crivella e relatoria do Senado Magno Malta. Votaremos, ainda, um projeto do Senador Cristovam Buarque, que tem como relator o Senador Vicentinho Alves, que trata de questões de interesse dos povos indígenas. Teremos, ainda, um projeto, esse de minha autoria, com relatoria do Senador Vicentinho Alves, que estende para 31 de julho de 2020 o prazo para a isenção do imposto sobre produtos industrializados na aquisição de automóveis para a utilização no transporte autônomo de passageiros bem como para os automóveis para as pessoas portadoras de deficiência. Então,

amplio o que existe hoje até 2020, e tenho certeza de que será, de fato, ampliado novamente.

Temos um outro projeto aqui, esse do ex-Deputado Pompeu de Matos, do Rio Grande, com relatoria do Senador Magno Malta. Dispõe sobre a reserva de recursos públicos destinados à habitação em benéfico da mulher responsável pelo sustento da família e dá outras providências. É também um belo projeto.

Temos outros projetos aqui. Aviso à assessoria que me mandou encaminhamento à Mesa que não votaremos nenhum terminativo. Estou lendo a pauta somente. Projetos terminativos são impossíveis de serem votados no dia de hoje. Se votarmos, serão os não terminativos e com número de assinaturas no livro. Os terminativos, que são os projetos do Magno Malta, Pompeu de Matos, Sebastião Bala da Rocha, Flávio Arns, Marisa Serrano, não serão votados. Todos esses são terminativos e, sem o quórum exigido presente aqui, naturalmente não votaremos nenhum terminativo. Nenhuma Comissão na Casa faz isso. O que estou reforçando aqui é que, mediante o quórum aqui presente, mesmo em se tratando dos projetos não terminativos, se algum Senador no plenário quiser pedir vista, ele não será votado. Os não terminativos que estão na pauta, se ninguém pedir vista, serão votados.

Naturalmente, se a Senadora Ana Rita considerar que algum projeto não deva ser votado, ainda que seja não terminativo, deve fazer o pedido oficialmente aqui – faz parte do Regimento – para que seja retirado de pauta. Estou informando aqui para que todos fiquem tranquilos. Sei que se trata de uma sessão de quinta-feira, Senadora Ana Rita, do dia do velório do nosso querido Vice-Presidente, que está sendo velado, neste momento, em Belo Horizonte. Foi velado em Brasília, estivemos todos lá. Sabemos que muitos Senadores se deslocaram para Belo Horizonte. Então, nesse caso, votaremos aqui os projetos, como sempre fizemos em momentos como esse, que estiverem de acordo com os Senadores que aqui estão presentes. Somente serão votados aqueles projetos em relação aos quais houver acordo. Na questão do autismo, que é o projeto principal da reunião de hoje, não tenho dúvidas de que nenhum Senador será contrário à votação de um projeto de autoria da sociedade civil e que recebi quando era ainda Presidente da Comissão.

Informo à Casa que, por decisão da bancada do PT, estou reapresentando o projeto que vai tratar da questão dos restos a pagar, para o que vamos convidar a Caixa Econômica Federal. Foi decisão unânime da bancada. A bancada entende que tem que haver uma explicação, sim. Eu havia retirado por solicitação de alguns órgãos, mas, ontem, em debate, a banca-

da entendeu que efetivamente esse requerimento tem que ser aprovado.

Pretendemos, então, incluir extra-pauta um requerimento, que foi aprovado ontem por unanimidade na bancada, solicitando à Caixa que venha explicar por que não se está fazendo a verificação adequada em relação ao direito que as prefeituras têm de receber recursos provenientes das emendas individuais, ou mesmo de bancada, de parlamentares. Fico aqui tranquilo quanto ao encaminhamento que faremos nas decisões de cada tema.

Pergunto à Senadora Ana Rita se S. Ex^a quer dar o seu parecer agora – ficaria lido o parecer – ou se quer aguardar um pouco mais.

Tenho outros encaminhamentos para fazer, mas V. Ex^a é que decide. A minha intenção, a partir da leitura do seu relatório, é permitir – está aqui o representante dos autistas, com toda sua equipe – que ele possa também fazer algumas considerações. Se V. Ex^a entender de fazê-lo agora, depois eu faço os outros encaminhamentos.

Quero dizer que, no encerramento desta audiência pública, nós faremos uma homenagem ao nosso querido Vice-Presidente José Alencar, que está sendo velado neste momento lá em Minas Gerais.

Passamos a palavra, neste momento, à Senadora Ana Rita, para a leitura do seu relatório.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Quero inicialmente saudar o movimento dos autistas, saudar o presidente da entidade e dizer que estamos muito felizes de ter a oportunidade de relatar uma proposta de projeto de lei apresentada por vocês. Acho que iniciativas como essa nos animam muito, porque é a sociedade participando, opinando, trazendo as suas sugestões. Portanto, queremos aqui agradecer muito a contribuição de vocês.

É importante também este momento porque o dia 2 é o dia declarado pela ONU como o Dia dos Autistas, não é isso? Depois, poderemos ter a oportunidade de ouvi-los um pouco melhor. Hoje cedo, antes de sair, o programa da Ana Maria Braga estava sendo dedicado também aos autistas. Foi exibida uma reportagem muito interessante, muito bonita. Confesso que até cheguei um pouquinho mais tarde justamente por isto, porque quis ouvir e acompanhar um pouco a reportagem. Então, foi muito interessante.

Vou fazer, Sr. Presidente, a leitura do nosso parecer.

Diz o relatório: vem à apreciação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), nos termos do disposto no art. 102-E, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), sugestão legislativa apresentada pela Associação em Defesa do

Autista (ADEFA), que visa a instituir o Sistema Nacional Integrado de Atendimento à Pessoa Autista.

Essa sugestão – que tramita como Sugestão nº 1, de 2010 – consubstancia-se em anteprojeto de lei que estabelece os direitos fundamentais da pessoa autista; equipara o portador desse distúrbio à pessoa com deficiência; institui o Sistema Nacional Integrado de Atendimento à Pessoa Autista, “determinando as medidas a serem adotadas pelo Poder Público”; e cria, no âmbito da União, um “cadastro único das pessoas autistas”, com a finalidade de produzir estatísticas nacionais sobre o problema.

O Sistema Nacional aventado articulará, segundo a proposta, os organismos e serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (nas áreas de saúde, educação, assistência social, trabalho, transporte e habitação) para a coordenação de políticas e a execução de ações assistenciais e prestacionais – o que o anteprojeto denomina de “tratamentos e outros atendimentos às pessoas autistas”.

Em relação a cada um dos setores da Administração articulados pelo referido sistema, o anteprojeto determina ações programáticas específicas para a efetivação do direito correspondente.

Para a efetivação do Sistema, o anteprojeto propõe que a administração pública firme convênios e parcerias com pessoas jurídicas de direito privado, sob supervisão e fiscalização do poder público, com vistas à implementação dos “tratamentos e outros atendimentos”.

Na área de saúde, o regulamento alcança, também, “o atendimento oferecido pelos planos privados de saúde”.

Para os autores, a proposição é justificada pelo significativo crescimento da prevalência dos transtornos associados ao autismo. Isso se traduz em um elevado número de pessoas com essa condição em nosso meio, constituindo “uma urgente e crescente crise de saúde pública”.

Justifica-se, segundo os autores, também, pela elevada frequência de atos discriminatórios e de tratamento desumano a que são submetidas as pessoas autistas e, ainda, em razão de o diagnóstico e o tratamento precoces serem essenciais para a limitação das incapacidades associadas e para a integração social das pessoas com esse tipo de deficiência. Apontam que, no Brasil, tal integração é “extremamente precária”.

Aí, segue a nossa análise quanto à proposta apresentada.

A incidência e a prevalência de autismo variam grandemente, de acordo com as características da população pesquisada e da metodologia do estudo. No entanto, pesquisas realizadas em vários países repor-

tam uma constatação em comum: o crescimento, nos últimos anos, do número de casos de autismo.

Esses artigos, divulgados em conceituadas publicações médicas e científicas – entre as quais destacam-se as revistas *Lancet*, *Public Health Report* e a da Associação Médica de Israel – relatam aumento na frequência desses transtornos nos Estados Unidos, no Reino Unido, em Israel e em outros países, nos últimos anos, apontando uma taxa de cerca de 30 casos por 10.000 crianças.

Esse aumento é atribuído a fatores como: a adoção de novos critérios de diagnósticos e de classificação; as mudanças nas políticas e práticas relativas à atenção ao autista naqueles países; e o aumento da conscientização e do conhecimento sobre a síndrome por parte tanto da população em geral quanto dos profissionais de saúde.

No Brasil, o número de estudos epidemiológicos sobre autismo é pequeno. Entre eles estão: um estudo publicado na *Revista de Pediatria*, em 2004, que mostra uma prevalência de autismo entre 4 e 13 casos por 10.000; e um levantamento realizado em Atibaia, Estado de São Paulo, que identificou a ocorrência, naquele município, de “uma prevalência próxima do limite inferior das taxas encontradas na literatura”.

A maior parte da variabilidade das taxas observadas pelos diferentes estudos é considerada não etiológica. Isso quer dizer que essa variação pode ser explicada por diferenças nos critérios adotados para o diagnóstico e nos métodos de busca de casos ou por outros fatores relacionados ao desenho do estudo. No entanto, a contribuição das mudanças nos padrões e critérios de diagnóstico e seu melhoramento como fator explicativo desse aumento permanece não esclarecida.

Para os autores desses estudos, o aumento nos índices de prevalência de autismo significa que mais indivíduos estão sendo identificados como tendo essa ou outras condições similares, e não que a incidência de autismo esteja aumentando. Todavia, nem todos aceitam que esse grande aumento, pelo menos nos Estados Unidos e no Reino Unido, possa ser explicado apenas pela mudança de critérios de diagnóstico ou pela melhoria ou pela ampliação do acesso ao diagnóstico. Sugerem, assim, uma “abordagem de maior precaução” na avaliação do crescimento da incidência do autismo, que pode, realmente, vir a constituir matéria de “urgente preocupação pública”.

Essa é a posição defendida pela Adefa, proponente da norma em comento. Para a entidade, também no Brasil o autismo representa “uma urgente e crescente crise de saúde pública” e exige “uma ação urgente dos setores públicos”.

Por essa razão, concordamos que é chegada a hora de o País contar com uma legislação que não apenas reconheça e assegure os direitos das pessoas atingidas pelo problema – as pessoas com transtornos do espectro autista, suas famílias e cuidadores – como também estimule e favoreça o seu enfrentamento.

Então, assim afirmadas a relevância e a importância da medida, cumpre registrar, no entanto, que a proposição legislativa formulada pela Associação em Defesa do Autista apresenta sérios problemas que precisam ser contornados para possibilitar sua adoção pela Comissão de Direitos Humanos.

A sugestão atende ao que dispõe o art. 102, “e”, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, que estabelece entre as competências da Comissão de Direitos Humanos opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil. Nesse sentido, a Sugestão nº 1, de 2010, pode e merece ser acolhida e adotada por esta Comissão.

Sob o aspecto formal, observamos ser constitucional e regimental a apresentação por Parlamentar de projeto de lei que institua política de atenção aos autistas para estabelecer direitos fundamentais, equipará-los às pessoas com deficiência e assim incluí-los como beneficiários das políticas já estabelecidas para aquele segmento. No entanto, ao determinar medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo, medidas que alcançam inclusive as administrações dos Estados e Municípios, a proposição incorre em vício de iniciativa por contrariar os princípios constitucionalmente definidos de separação dos Poderes e da organização federativa do Estado.

De fato, importa observar que tais matérias se enquadram no âmbito da iniciativa legislativa privativa do Presidente da República, conforme prescreve o art. 61, § 1º, da Constituição Federal. Esse dispositivo reserva ao Presidente da República a iniciativa das leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições dos Municípios e órgãos da Administração Pública. Da mesma forma, o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Carta Magna, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, estabelece que compete privativamente ao Presidente da República dispor mediante decreto sobre a organização e o funcionamento da Administração Federal.

Assim, entendemos que é constitucional o estabelecimento de uma política geral de atenção ao autista por iniciativa do Senado Federal, mas não a imposição de ações executivas e a criação de sistemas e programas de caráter administrativo.

A simples apreciação da topografia constitucional quanto a esse tema nos impõe especial cuidado no

respeito às cláusulas e princípios constitucionais que tratam da separação dos Poderes. No caso do anteprojeto sugerido, por mais razoável e sensata que seja a proposta, nela identificamos afronta à Lei Maior, pois invade competência do Poder Executivo. Lembramos ainda que atribuir competências ou impor obrigações aos Poderes Executivos Estaduais e Municipais amplia o rol de inconstitucionalidades da proposição por ferir o princípio federativo da organização do Estado brasileiro.

Tendo em conta os argumentos expendidos, sugerimos a transformação do anteprojeto em um texto normativo que institua não um sistema de atendimento, mas uma política de atenção ao autista com a expressa identificação de direitos. Sugerimos ademais que isso se faça na forma de projeto de lei que estabeleça uma política nacional com diretrizes gerais.

Assim submetemos essa matéria de extrema urgência social à apreciação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lembrando que o tema já foi amplamente discutido tanto em audiências públicas quanto em reuniões de trabalho.

Tais reuniões e audiências foram promovidas nesta Casa por nossa iniciativa, contando com a ativa participação dos segmentos populacionais que lutam em defesa dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

III – VOTO

Em vista do exposto, somos pela aprovação da Sugestão nº 1, de 2010, na forma do projeto de lei do Senado, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista em anexo.

Não vou ler o projeto de lei, pois está à disposição de V. Ex^{as} – uma cópia já se encontra nas mesas – e, a partir de agora, ele será apreciado e debatido por esta Comissão.

Este, Sr. Presidente, o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mediante a leitura do relatório feita pela nossa querida Senadora Ana Rita, relatora dessa brilhante iniciativa, quero muito fortalecer os amigos aqui presentes, Senadores e Senadoras, e destacar, com muita satisfação... Senadora Ana Rita, disseram-me que não haveria nenhum Senador aqui hoje. Eu entendo e justifiquei aqueles que foram a Minas, ao enterro do nosso querido Vice-Presidente, mas já estão conosco, desde o início dos debates, a Senadora Ana Rita, Vice-Presidente desta Comissão, a Senadora Marta Suplicy, Vice-Presidente desta Casa, do Senado da República, o Senador Wellington Dias, o Senador Lindbergh Farias e estão vindo para cá, e disseram que

farão tudo para chegar a tempo, mais três Senadores que me telefonaram.

Então, a partir deste momento, com esse quórum e a presença das lideranças, nós vamos abrir a discussão do tema, ou seja, do projeto que é de iniciativa da entidade de autismo; eles que formularam e entregaram o projeto. O projeto não tem pai Senador nem pai Deputado, a sociedade civil é a autora. Eles entregaram aqui, nós, na época, assumimos, depois foi encaminhado para o Senador Cristovam, que assumiu a presidência, Senador Flávio Arns como relator, agora eu assumi e passei para a nossa querida Ana Rita.

Em discussão a matéria.

As Sr^{as} e os Senadores que quiserem usar a palavra neste momento, podem fazê-lo. *(Pausa.)*

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Estou até aqui mesa sem ser convidado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, vai ter uma surpresa no final para V. Ex^a, mas não vou contar agora.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não faça isso agora, não.

Primeiro, quero parabenizar a Senadora Ana Rita pelo brilhante relatório, parabenizar as entidades e dizer que eu já estive no Parlamento e são raros os momentos como este: a sociedade utilizar-se de um mecanismo legal, a apresentação às comissões de um projeto, que, ao ser aprovado, torna-se projeto de iniciativa popular em nome de uma comissão. Ou seja, o projeto passa a tramitar na Casa em outras comissões, se necessário no plenário, não em nome de um parlamentar isoladamente, mas em nome de um comissão representando essa iniciativa.

Quero parabenizar também o nosso Presidente, Senador Paulo Paim. Eu tenho o privilégio de Deus de ter uma filha autista, a Daniele. Ainda hoje pela manhã eu estava conversando com ela ao telefone, embora ela não fale comigo, eu sei que ela compreende tudo o que eu digo. Creio que o Brasil ainda conhece muito pouco de algumas síndromes, aliás, o mundo e a ciência conhecem muito pouco sobre a mente humana, mas uma coisa eu posso dizer: a gente aprende muito com as pessoas que têm deficiências, são pessoas que nos ensinam muito. Tenho sempre reafirmado o quanto mudou a minha vida e a vida da minha esposa essa experiência. Ouvi outro dia o depoimento do Lindbergh, o depoimento do nosso querido Ministro Toffoli, do nosso querido Romário, acho inclusive que essas coisas têm seus propósitos, como alguém que crê em

Deus eu acho que têm seus propósitos. Creio que essa regulamentação vai nos ajudar muito. E queria aqui, Sr. Presidente, dizer não só do meu apoio, mas também que conte conosco para ajudar na tramitação que tiver que acontecer nesta Casa e na Câmara.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu ia falar no final, mas trata-se de um aparte a V. Ex^a.

Tenho certeza de que este Plenário vai concordar. Todos sabem que, a partir deste momento, o projeto passa a tramitar na Casa como Projeto de Lei do Senado e se V. Ex^a concordar – eu sei que não posso fazer isso – mas que eu possa pelo menos demonstrar aqui que nós faremos de tudo para que V. Ex^a seja o Relator do projeto nas Comissões em que ele atue e que V. Ex^a esteja lá como membro da Mesa.

Se as palmas simbolizarem é que foi aceito. (*Palmas.*) Nós vamos trabalhar. É claro que eu não posso indicar, porque eu acho que é uma justa homenagem a essa causa.

Senadora Marta Suplicy, Vice-Presidente do Senado, com a palavra.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu acho que não poderia haver melhor Relator para este projeto.

Primeiro, eu quero compartilhar os sentimentos expressos pelo Senador Wellington Dias pela iniciativa. Porque, realmente, a iniciativa se torna, quando é feita dessa forma, muito forte, muito forte realmente.

Eu tenho acompanhado, não tenho a experiência pessoal, como o Wellington falou, mas a gente acompanha pessoas, amigos. Como Prefeita de São Paulo acompanhei quão difícil foi poder dar uma assistência especial às pessoas que sofrem do autismo, principalmente na questão do diagnóstico. Ainda são pouco habilitados os profissionais que cuidam da criança quando nasce e depois no desenvolvimento nos primeiros meses a fazer esse diagnóstico. E depois a diferença enorme que faz quando as pessoas têm acesso à família, porque aí geralmente – até hoje tem sido assim – a família tem condição de dar o atendimento adequado. Assim, nós vemos a diferença que faz uma criança que tenha a síndrome e nunca teve uma possibilidade de tratamento adequado e outra que teve a experiência e a possibilidade de ter toda qualidade que permite o desenvolvimento. É por isso que nós estamos brigando, para que os nossos seres humanos, todos possam ter acesso a tudo, eles nascendo com aptidão para um potencial maior ou nascendo com as limitações que vão ter.

Foram lindas as palavras do Wellington, sendo pai de uma portadora de autismo; dizer o que se aprende

também e o que uma família pode crescer em virtude de um primeiro choque, que pode ser um problema, mas que, se a família consegue introjetar aquilo e levar essa questão com amor, carinho e para o desenvolvimento espiritual e desenvolvimento de cada um, essa criança pode se transformar num bônus.

Então, eu quero parabenizar todos e parabenizar também a Senadora Ana Rita pelo brilhante trabalho. Acho que não haverá problema nenhum de conseguirmos o Wellington como Relator. E se vocês não o conhecem ainda bem, vão ter o privilégio de ver o que é um grande Parlamentar no exercício da sua função; ele vai passar isso como uma brisa aqui no Senado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy, que dá esse belo depoimento. Eu só tive que desligar aqui o meu celular. As pessoas estão ligando para cá de outros Estados cumprimentando pela nossa reunião, que está ao vivo para todo o Brasil.

Obrigado, Senadora.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Paulo Paim, eu acho que esta Casa hoje faz uma homenagem ao Dia Mundial de Conscientização do Autismo. Na verdade, as sessões foram suspensas por um motivo mais do que justo, pela história do nosso ex-Vice-Presidente José Alencar, e eu queria destacar um outro aspecto dessa luta. Uma figura fantástica em toda sua trajetória de vida, mas na forma como lutou contra o câncer. Eu, inclusive, liguei para o Diretor do Instituto Nacional do Câncer, Professor Santini, para o Ministro Padilha sugerindo que o Instituto Nacional do Câncer se chamasse Instituto Nacional do Câncer José Alencar e o Diretor foi Inca me falava que o Vice-Presidente José Alencar conseguiu nessa luta dele fazer mais do que setenta anos de luta contra a estigmatização dessa doença, pela forma como conduziu, pelo bom humor, por dar seu testemunho.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Um aparte.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro!

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sabe que o senhor tem toda razão, Senador? Porque, ontem, eu estava vendo uma entrevista dele, e ele falou repetidas vezes, na entrevista, a palavra “o câncer”; o câncer que eu tenho. E essa palavra não era mencionada, e ele a introduziu. Realmente, quebrou um tabu extremamente importante.

Parabenizo por essa iniciativa do Instituto do Câncer.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Marta.

É isso o que V. Ex^a fala. Às vezes a palavra não era nem mencionada, e isso é muito ruim, porque as pessoas fogem. Não faziam exames preventivos.

Acho que nosso ex-Vice-Presidente teve um grande papel nessa luta contra a estigmatização. A nossa Presidente também.

Eu conversava com o Professor Santini, volto a dizer, o Presidente do Inca, e ele comparava o que a Presidenta Dilma está fazendo, neste mês das mulheres, inclusive, quando lança um programa de combate ao câncer de colo de útero, câncer de mama, com investimentos de mais de quatro bilhões. Comparava a ação da nossa Presidente à ação do Presidente Nixon, que acabou criando o Instituto Nacional do Câncer nos Estados Unidos.

Pois bem, mas esta Casa reabre seus trabalhos em função desse Dia Mundial de Conscientização do Autismo. Quero dizer que, além da luta do Senador Paulo Paim, Senadora Marta, da Senadora Ana Rita, do Senador Wellington Dias, que tem uma experiência extraordinária de um trabalho de políticas públicas à pessoa com deficiência no Piauí...

Sou muito novo nessa causa, por motivos pessoais, pela minha filha, Beatriz, mas, qualquer discussão que fazemos sobre o tema, quando vinha o Estado do Piauí, vinham as experiências de políticas públicas, lideradas pelo então Governador Wellington Dias, que, hoje, é Senador desta Casa.

Estou muito animado com as perspectivas de trabalho nesta Casa e no Congresso Nacional, como um todo, porque, no Congresso Nacional, na Câmara Federal também, Senadora Marta Suplicy, temos Deputados extremamente atuantes. Temos três Deputados cadeirantes agora. Acho que temos uma grande oportunidade de aperfeiçoar a legislação. Todos queremos a regulamentação de uma convenção da ONU que faz parte da nossa Constituição – o Senador Paulo Paim está nos debates do estatuto –, mas tem uma coisa que vale mais do que aperfeiçoar a legislação, que é fazer cumprir, tentar fazer as coisas andarem. Acho que podemos aqui, nesse sentido, tentar fazer mediações: chamar o Ministério da Saúde, chamar o Ministério da Educação. Tentar ter uma pauta concreta para resolver problemas objetivos.

Assumi a Presidência da Comissão da Pessoa com Deficiência, na Comissão de Assuntos Sociais. É uma subcomissão permanente. Vamos acabar esta sessão aqui, daqui a pouco, Senador Paulo Paim, e vamos para lá.

E vamos também dedicar nossa sessão ao debate do Dia Mundial de Conscientização do Autismo, com

a presença da Sr^a Adriana Alves, Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil; do Sr. Fernando Cota, Coordenador para Inclusão da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal; e com o Senador Wellington Dias, que também vai falar sobre esse dia mundial.

Quero dizer a todos os senhores e senhoras que, amanhã, no Rio de Janeiro, Senadora Marta, às 18h, o Cristo Redentor vai estar sendo... No caso, foi antecipado um dia, no Rio, mas vai ficar até o sábado. O Dia Mundial de Conscientização do Autismo é dia 2, mas, no dia 1º, já, no Rio de Janeiro, às 18h, o Cristo vai ser iluminado, na cor azul. Confirmamos – vou estar presente – a presença também do Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes; de um grupo de deputados estaduais; da Deputada Aspásia Camargo, que é mãe de um autista. E, no sábado, aqui, o Senador Paulo Paim já deve ter falado, o Presidente Sarney confirmou a presença dele, junto com o Senador Paulo Paim, junto com o Senador Wellington Dias... Senador Cristovam, Senador Pedro Simon, e também este Congresso Nacional vai ser iluminado.

No Piauí também vai haver uma série de iniciativas; em São Paulo haverá uma série de iniciativas. Então, acho que está sendo muito interessante esse momento que estamos vivendo aqui. Eu não queria me estender mais, Senador Paulo Paim, mas entendo que seria importante, Senadora Ana Rita, Eu sei que foi lido aqui o relatório, mas se os senhores pudessem, para nós todos, resumir do que se trata esse projeto – sei que não é simples –, para que as pessoas que nos assistem e para nós, Senadores, também, penso que seria muito importante. Peço desculpas porque cheguei no momento em que a Senadora Ana Rita lia o seu Relatório, por isso, seria importante tentar sintetizar o que significa esse projeto, de autoria da sociedade, mas assinado por V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos atender à solicitação de V. Ex^a.

Concederei a palavra ao Senador Magno Malta; em seguida, falará o Senador Pedro Taques, aqui presente. Depois de tudo isso, a Senadora – já combinamos isso –, vai ler os principais artigos do projeto, para que todos aqueles que estão assistindo à TV Senado neste momento e também o Plenário, saibam o que de mais importante tem no texto que vamos aprovar hoje.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos amigos militantes da causa do autismo no Brasil.

Também eu, a exemplo do Senador Lindbergh Farias, hoje um dia absolutamente ímpar, especial para a vida da Nação brasileira tendo em vista o passamento do ex-Vice-Presidente da República – Presi-

dente em alguns momentos –, ex-Senador, empresário valoroso, valoroso pai de família, valoroso amigo, José Alencar, que agora tem o seu corpo velado no seu Estado, Minas Gerais, quero externar ao Brasil a minha solidariedade, o meu consternamento, até porque há alguns episódios vividos com José Alencar, por exemplo, quando do ingresso dele no PL, o meu Partido, oportunidade em que saiu do PMDB, homem de luta pelas suas crenças, ainda que ficasse só, e que, naqueles dias, disputou a Presidência do Senado e teve um voto, o dele próprio, para, em seguida, se tornar Vice-Presidente da República.

Empresário respeitado, um homem sem muitas letras, porque não passou do Primário – eu gosto disso porque fica patente as coisas em que eu acredito quando digo que um homem não é medido pelo seu nível de escolaridade; um homem tem que ser medido pelo seu caráter – e José Alencar tornou-se Vice-Presidente da República, numa parceria PT/PL com o Lula, época em que fui o primeiro Líder deste Partido aqui. Por diversas vezes estive com José Alencar para ouvir as agruras dos primeiros dias do Governo Lula, dos primeiros dias meses, reunindo-me com ele. E o destino reservou-me uma coisa bacana: o meu gabinete, hoje, era o gabinete de José Alencar. A minha cadeira era a cadeira do ex-Senador José Alencar. E o destino reservou-me que, no passamento dele, fosse eu novamente o Líder deste Partido aqui nesta Casa. Ao abraçar a esposa dele, eu disse a ela: “Olha, tem coisa que deveria estar na Bíblia e não estão. Alguns dos Provérbios que Salomão escreveu, aliás, todos são muito importantes, mas alguns são falados por pessoas tão sábias que deveriam estar lá e não estão”.

Certa feita, José Alencar falou algo para um repórter que me chamou a atenção: “Deus não precisa de câncer para me levar. Se Deus quiser me levar, me leva de qualquer jeito! Mas se Deus não quiser me levar, não tem câncer que me leva!”

Eu, como sou afeito a lutas, aliás, artes marciais é algo que me enche os olhos, penso que na história de luta da morte, no cartel de luta da morte, ela só teve uma derrota, foi quando Jesus a venceu no calvário. Depois disso, acho que o componente mais duro que a morte enfrentou foi José Alencar.

Ele enfrentou com muita galhardia esses momentos durante os catorze anos, como dizia o Senador Lindbergh Faria, trazendo à luz e colocando em pauta um debate com muita clareza. E ele cita o nome da Presidente, que também foi a público falar do seu sofrimento, do seu câncer, assim como tantos outros, como a Ana Maria Braga e pessoas que não estão na clareza da mídia, mas que estão na luta, nos seus bairros, nas suas ONGs como cidadãos anônimos dan-

do conhecimento, mas, muitas vezes, sem fazer eco. Acho que essa luta, esse enfrentamento e o debate, como ele colocou, realmente chama a atenção. E V. Ex^a fez muito bem em fazer esse tipo de referência.

O Papa João Paulo II morreu de Parkinson. Eu pensei que, por ser um Papa, o debate do enfrentamento ao Parkinson iria aumentar, que as pesquisas iriam aumentar e, parece, o seu passamento calou esse debate de se buscar a cura disso, a pesquisa disso. Espero que, no Brasil, apesar do passamento de José Alencar, isso fique vivo e que o poder público realmente invista, que o poder público não perca a visão com relação ao enfrentamento.

Fico pensando cá com meu botões e do alto da minha falta de letra, como José Alencar e do próprio ex-Presidente da República, o Presidente Lula, desde que sou menino vejo falar dessa desgraça que é o câncer, que a cura vai chegar, chegar e chegar e nunca chega. Vem a Aids e eles conseguem frear. A Aids explode, eles conseguem arrumar um coquetel aqui, já consegue evitar aqui, já freia aqui, aqui o cara já melhora, aqui já não morre mais, e o câncer vai carcomendo, carcomendo, carcomendo, carcomendo, e ninguém consegue, na verdade, dar um freio. O passamento de José Alencar traz à luz esse debate.

Eu gostaria de saudar, neste dia em que o mundo se volta, em que o País se volta para fazer reverência ao autismo, os senhores e as senhoras militantes desta causa. Há aqueles que militam do ponto de vista da vida como um todo e aqueles que, de uma forma muito específica, com uma bandeira na mão, como que na construção de políticas públicas para essas lindas criaturas que não são portadoras de deficiência, mas são tão-somente especiais, porque deficiência é não ter caráter. Elas só são especiais, só são especiais. A minha reverência, o meu entusiasmo com esta causa na efetivação de políticas públicas verdadeiras. E aí, mais uma vez, ratifico a fala do jovem Senador Lindbergh Farias e saúdo o relatório dessa Senadora competente do meu Estado, aliás da minha cidade, Vila Velha, a Senadora Ana Rita.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Conforme entendimento com a Mesa, principalmente com a Relatora, nós neste momento vamos passar a palavra para o Sr. Fernando Cota, para que coloque o seu ponto de vista sobre esse debate e o próprio projeto.

O SR. FERNANDO COTA – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, Senadora Ana Rita. Eu gostaria de cumprimentá-los e cumprimentar os demais Senadores na pessoa do Senador Magno Malta, que também

está presente e disse belíssimas palavras. Fica muito difícil depois de tudo que já foi dito.

De fato, as pessoas com autismo, as famílias dessas pessoas com autismo ainda enfrentam grandes dificuldades no Brasil. Vimos, conforme o Relatório lido pela Senadora Ana Rita, as dificuldades dos Governos estaduais, as dificuldades das Assembleias Legislativas em, desesperadamente, fazer leis que tentam proteger, alcançar na área de saúde, educação, trabalho as pessoas com autismo, chegando mesmo à questão do lazer, do turismo, o que, por enquanto, para nós, para muitas famílias com pessoas com autismo, é uma utopia.

Dentro de um espectro tão grande, como o Senador Paulo Paim lembrou, superando a Aids, superando o câncer, superando o diabetes, torna-se uma questão muito necessária para este País ter de fato uma atenção voltada à política pública para as pessoas com autismo e às famílias. São pessoas muitas vezes ainda sem um diagnóstico pela dificuldade do diagnóstico. Em parte nenhuma do mundo existe um exame, algum médico irá lhe dizer que o seu filho é um autista. Quer dizer, ainda depende muito do profissional estar qualificado para isso.

Já participamos de várias sessões nesta Casa informando a dificuldade dos pais em levar a um médico que saiba reconhecer no indivíduo traços de autismo para que, enfim, seja dado um diagnóstico e, depois desse diagnóstico, onde tratar esse indivíduo, que lugar do sistema de saúde estaria adequado para se levar esse indivíduo. Depois disso, há as dificuldades com a educação.

Enfim, o que a Adefa, o Movimento Orgulho Autista, a Abraça, as associações brasileiras trouxeram para o Senado Federal é somente essa angústia que temos e a necessidade dos Governos estaduais, municipais e do Governo Federal de ter essa atenção dedicada a essas pessoas que já lotaram os manicômios e que vão continuar lotando os serviços de saúde se não tiverem de fato uma política pública voltada para essas pessoas e, aí, sim, vão poder participar do PIB e contribuir para um país melhor.

Muito obrigado pelas palavras do Senador Lindbergh, que, por uma questão até familiar, tem comprado – permita-me dizer assim, Senador – a causa das pessoas com deficiência. Neste dia, em especial, aqui em Brasília, também faremos uma série de eventos, participaremos do evento do Senado, faremos uma *blitz* com a Polícia Rodoviária Federal no dia 2, a “Blitz do Autismo”, já famosa no Brasil inteiro, o Senador já falou sobre isso algumas vezes. As pessoas com deficiência, de fato, têm de ter um lugar, têm de ter uma oportunidade. Hoje, trabalho no Governo do Distrito Federal e

fui o primeiro pai de autista, a primeira referência de autistas no Brasil inteiro, que assumiu uma coordenação voltada para a pessoa com deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E esteve diversas vezes falando nesta Comissão.

O SR. FERNANDO COTA – Muito obrigado, Senador.

E, depois disso, conseguimos algumas pessoas, até porque o autismo ainda passa por uma invisibilidade, vamos dizer assim, maior, porque há pessoas com autismo que, além da dificuldade do diagnóstico, não trazem absolutamente nenhuma característica diferente de qualquer um de nós, que não temos autismo.

Então, hoje, no Governo do Distrito Federal, estamos tentando implementar políticas públicas para o autismo. Tivemos aqui também, nessa tentativa, como eu disse, desesperada, dos Parlamentares estaduais, municipais, de tentar transformar, de tentar criar leis, tivemos uma lei recentemente vetada pelo Governador Agnelo, aqui no Distrito Federal, alegando também o vício de iniciativa, nessa dificuldade, conforme foi relatado pela Senadora Ana Rita agora há pouco.

Eu gostaria de passar a palavra, Senador, se o senhor puder, para os verdadeiros representantes, que hoje estão nas associações, que estão aqui presentes e que têm essa dificuldade. Temos aqui o presidente da AMA, Associação dos Amigos dos Autistas, a presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil. São eles que se encarregam, com muita dificuldade, dessa questão de cuidar dos seus filhos, dos seus netos, dos seus parentes, porque são as famílias que mudam a sociedade, são as famílias que impulsionam as associações, que trazem as necessidades para este Senado Federal e que podem, realmente, melhorar a qualidade de vida das pessoas com autismo. Quero parabenizá-lo, Senador, e, por último, encerrar minhas palavras dizendo parabéns pelo fato de o Senhor ter comprado a causa do autismo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns a V. Ex^a.

Vamos fazer o seguinte encaminhamento: fala um representante da sociedade civil, no caso, do autismo, e fala um Senador. Neste momento, passo a palavra ao Senador Pedro Taques, que já havia pedido, e, em seguida fala um da sociedade civil e o Senador Cristovam, que está aqui conosco. Permita-me, Senador Pedro Taques, fazer uma referência ao Senador Cristovam, que foi presidente desta Comissão, que foi quem indicou o Flávio Arns como Relator. Flávio Arns saiu, fez um belo trabalho nas Comissões. Passei, então, à Senadora Ana Rita.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores e membros dessa importante associação, não faço parte, infelizmente, desta Comissão, Senador Paim, mas eu estava

O importante é a associação.

Eu não faço parte, infelizmente, desta Comissão, Senador Paim, mas estava conversando agora com o Senador Lindbergh, porque estava no gabinete que ocupo, aqui na Ala Afonso Arinos, assistindo pela TV Senado e fiz questão de vir hipotecar o apoio a esta causa.

Infelizmente alguns acreditam, Senador Paulo Paim, que democracia seja sinônimo de exercício de direitos políticos. Democracia não é só exercício de direitos políticos; também é exercício de direitos políticos o direito de votar e ser votado. Democracia é muito mais do que isso. Democracia é o respeito à liberdade, à igualdade e, sobretudo, à dignidade da pessoa humana.

Hoje, se nós jogarmos todos os livros num canto e escolhermos uma palavra para qualificar a democracia significa tolerância. Democracia é sinônimo de tolerância. Infelizmente, no Brasil, nós não somos tolerantes com aqueles que alguns qualificam como invisíveis. Nós precisamos fazer com que estes que são chamados de invisíveis, que nós não vemos, possam ser trazidos para o seio das discussões mais importantes.

Parabenizo esta Comissão e a Relatora, Senadora Ana Rita, por este trabalho. E quero expressar o meu apoio. E apoio a sociedade civil que está aqui lutando por esses que querem deixar de ser invisíveis. Nós temos que ser tolerantes com aqueles que são diferentes.

Conversando também com o Senador Magno Malta, nós estávamos aqui discutindo que eles não são deficientes. Deficientes são aqueles que não têm caráter. Estes são deficientes. Eles são especiais. Por isso quero expressar o meu apoio a esta causa, que é uma causa da democracia, é uma causa da defesa daquele que é tolerante com aquele que é diferente.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra, neste momento, mediante o que nós combinamos, para fazer a sua rápida consideração, à Sr^a Adriana Alves, do Movimento Orgulho Autista Brasil. Em seguida, ao Senador Cristovam.

Por favor.

A SR^a ADRIANA ALVES – Bom dia a todos. É com grande honra que venho me dirigir a esta Casa. E por tratar de um assunto para nós tão relevante, que é a causa do autismo, esperamos, com todo o nosso

coração, que esse debate tome conta para que essas pessoas que não têm voz passem a ter voz.

E, diante de todas as palavras que já foram ditas, para mim, só resta a esperança, como mãe de autista que sou e dessa bandeira, dessa causa que nós levamos.

Agradeço bastante por essa oportunidade e esperamos que isso tenha continuidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, os meus cumprimentos à Adriana. *(Palmas.)*

E passamos, de imediato, a palavra ao Senador Cristovam, que, repito, quem puder olhar para a direita, foi quem me antecedeu nesta Comissão que ora estou presidindo. Eu estive um período aqui. E tudo começou lá trás, quando nós, numa audiência pública, fizemos um grande debate com a sua participação. Em seguida, V. Ex^a assumiu a presidência e indicou o Flávio Arns. E eu tive a alegria de poder indicar a Ana Rita agora, porque Flávio Arns saiu.

Senador Cristovam com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Presidente.

Quero dizer que ocupei o seu cargo, mas não o substituí porque não consegui. A dinâmica que V. Ex^a deu a esta Comissão é algo fenomenal. Isso não é nenhuma generosidade gratuita que estou fazendo. Essa é a verdade. V. Ex^a consegue dar, está voltando a dar uma dinâmica completamente diferente. A prova é esta sessão, com a possibilidade de falar um Senador, um não Senador.

Quero primeiro parabenizar a Senadora Ana Rita pelo seu parecer e dizer que se tem algo que eu lamento nesse projeto é que nenhum Senador pensou em fazer isso. É surpreendente que tivemos que esperar a... *(falha na gravação)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a é sempre brilhante. Isso mostra toda a capacidade dos autistas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eles que tiveram.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Nenhum de nós pensou em fazer isso, mesmo aqueles tão envolvidos com o problema como eu próprio.

Agora, ao dizer isso, quero salvar os dois Senadores que estão aqui, porque nem o Lindbergh nem o Taques estavam aqui antes. E, provavelmente, eles teriam feito isso antes de todos.

Mas o fato é que isso mostra também essa grande vantagem da nossa Constituição, que permite a inicia-

tiva popular, que deu lugar à Lei da ficha Limpa e esta dando lugar à criação desse sistema.

Eu creio até que na reforma política que está para se fazer – e eu lamento que estejam pensando só numa reforma legislativa – a gente deve pensar numa reforma mais ampla, dando mais facilidades para iniciativas populares.

Senador Taques, o senhor que é um representante, eu diria, desse bloco progressista do Senado na Comissão de Reforma... Deve ter outros e eu não estou lembrando. A gente tem que facilitar, sobretudo graças aos novos instrumentos de internet. Eu me pergunto até, Senador Taques... Eu sempre me refiro ao senhor porque o senhor é um homem progressista, mas legalista. Eu sou mais progressista e constitucionalista. Eu me pergunto se é possível a gente pensar na possibilidade de que as iniciativas populares venham com assinaturas digitais, sem precisar da assinatura de um por um.

Dito isso, eu quero dizer da minha satisfação de ver esse projeto caminhando. Espero que rapidamente ele chegue ao Congresso, e a gente possa criar isso.

O autismo é uma das manifestações menos entendidas do ponto de vista do sistema de saúde em toda a ciência. É um dos menos entendidos. Se é um dos menos entendidos, nós precisamos ter duas coisas: uma de cuidado e outra de otimismo. O otimismo que eu tenho dito quando falo sobre isso é que, se o autismo é tão desconhecido, de repente a gente vai descobrir uma maneira de resolver o assunto. Qualquer dia um cientista vai ter uma percepção que ninguém teve ainda e vai dizer: olha aqui, o problema está na química, com drogas, ou o problema está em estímulos ou o problema está para ser resolvido com o uso da eletrônica, graças à neurobiologia.

E o outro é o cuidado. Nós temos que ter um cuidado especial com essas crianças. Eu falo por uma experiência própria, embora o meu irmão não seja autista. A situação dele é mais grave do que o autismo. Eu tenho um irmão que está com 63 anos, fez anteontem, e tem idade mental absolutamente zero. É como se ele não tivesse cérebro. Alguma coisa aconteceu, aos dois anos, que devastou o cérebro dele. Pode ter sido uma meningite, porque ele já estava falando e, de repente, depois de gritos e gritos e gritos, passou a ser uma pessoa que anda, mas não reconhece nem minha mãe, apesar de tantas décadas, e não tem o menor contato com nada, com ninguém, com nada, com nada, com nada, o que é muito diferente dos autistas em geral. É muito mais grave.

Mas os autistas, com atenção, podem desenvolver o seu potencial. Com cuidados especiais, eles podem levar uma vida que, se não tem a qualidade da

dos outros, tem a qualidade possível. E é desse cuidado que a gente precisa para vê-lo despertar para a sociedade.

É nesse sentido que eu aproveito para convidar a todos. É um dia ingrato, mas a gente só pode fazer sessões especiais nesses dias, na sexta-feira, dia 8. Ia ser esta sexta-feira, e nós adiamos, o que eu lamento, porque não sei se o Senador Lindbergh, que é uma figura fundamental, vai poder. Ele já havia se comprometido se fosse nesta sexta, mas ficou para a outra, a pedido, inclusive, de algumas entidades.

Faço a comunicação para chamar todos, inclusive da AMA, para estarem aqui na sexta-feira. Entrei em contato, e foi o que me despertou para a sessão, com o Professor Bruno, da USP, que dirige uma entidade também em função do seu filho e não da sua especialidade. Assisti a uma entrevista desse senhor, inclusive bem mais jovem que eu, e fiquei muito impressionado com a tranquilidade, a maneira natural como falava do assunto. Eu liguei para ele, trocamos e-mails e ele está querendo que outros, obviamente, despertem. O que a gente quer no dia 8 de maio? Pela televisão, porque a sessão é transmitida nacionalmente, despertar os brasileiros para quebrar preconceitos, de um lado, e para se envolver nos cuidados com os autistas. E isso passa por envolver os governos municipais estaduais e Federal. Para despertar isso foi convocada esta sessão. E o Professor Bruno fez questão de dizer que convidasse pessoalmente o Senador Paim para estar presente – está escrito lá no e-mail dele –, talvez até porque ele sabia desta sessão. Ele falou desta sessão.

Espero que, com isso, a gente dê uma colaboração. Mas a grande colaboração vai ser a aprovação rápida deste projeto de iniciativa popular, que espero que a gente possa, muito rapidamente, votar no plenário. É para isso que existe esta Comissão, não apenas para defender os direitos humanos do ponto de vista da fala, mas defender também do ponto de vista da ação. Nossos discursos em defesa dos direitos humanos são muito importantes, mas as ações concretas são mais ainda. E essa é uma ação concreta dos direitos humanos. É como a gente cuidar de todos os portadores de deficiência com o respeito que eles merecem. Neste caso, são os autistas. Eu espero que o meu nome fique na história do Senado como quem estava presente na votação deste projeto de lei de iniciativa popular.

Meus parabéns aos que tomaram a iniciativa. Agora, falta nós aprovarmos, e a Presidenta Dilma – e eu sugiro que o Presidente Paim peça – faça uma grande solenidade no dia em que for sancionar esta lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador. *(Palmas.)*

Passamos a palavra para a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Antes de fazer o destaque de quais são os principais artigos do projeto de lei, eu gostaria também de me manifestar aqui e dizer da nossa alegria, nossa satisfação de ter tantas entidades e movimentos aqui, particularmente dos autistas, defendendo uma causa tão importante.

Eu gostaria também de dizer a vocês que, como profissional que sou – sou assistente social –, tive oportunidade, na minha vida, não só de conviver com pessoas com deficiência, mas também de atuar nesta área no meu Estado. Eu tive oportunidade, no período, de ser conselheira do Conselho Estadual de Pessoas com Deficiência e também presidi o Conselho Estadual de Assistência Social, onde também discutimos as políticas das pessoas com deficiência. Como é importante este movimento e a sociedade, de fato, provocar o Poder Público, não só o Executivo, mas o Legislativo, porque essa contribuição que vocês nos trazem enriquecem não só o trabalho do Legislativo, mas, particularmente, contribui para que possamos avançar nas políticas públicas das pessoas, neste momento, com deficiência. Já se conseguiu avançar em muita coisa, inclusive no próprio conceito. Há bem pouco tempo, nós falávamos que as pessoas eram deficientes. Esse conceito não se usa mais – é importante dizermos. Hoje, o significado é “pessoas com deficiência”. Esse é o conceito correto.

E quero dizer que, com isso, vamos criando, na sociedade, uma nova consciência da importância de se valorizar e de perceber que as pessoas com deficiência também são capazes. Elas têm muito a contribuir com o nosso País. Quero dizer que nós temos algumas pessoas com deficiência aqui, nesta sala, que nos prestam belíssimos trabalhos, contribuem com os nossos mandatos. Nós temos aqui assessores legislativos que fazem parte como profissionais efetivos nesta Casa. Isso é muito importante. Ter acesso ao mercado de trabalho também é fruto de uma luta que as pessoas com deficiência, constantemente, têm enfrentado.

Nós já apresentamos alguns projetos de lei nesta área, que, posteriormente, teremos oportunidade de debater aqui, mas gostaria, mais uma vez, de parabenizar vocês por terem nos provocado, por terem trazido para nós essa belíssima contribuição. Com certeza, isso terá repercussão em vários outros setores da sociedade, inclusive em outros Poderes: Legislativo, estaduais e municipais. Então, isso é muito importante.

Acho que vocês trazem aqui uma grande contribuição. Vocês trazem para nós um material importante. Eu li alguns itens aqui e gostaria de ler um dos itens que me chamaram a atenção, coincidentemente o Item nº 13, número por que tenho uma profunda admiração, porque é o número do meu Partido. Sou do PT.

O que o autista fala? O que nos pediria um autista? Se nós fôssemos perguntar: o que você nos pede, você que é autista? Ele nos diz aqui: “Vale a pena viver comigo. Posso dar-lhe tantas satisfações quanto outras pessoas, embora não sejam as mesmas. Pode chegar um momento em sua vida em que eu, que sou autista, seja a sua maior e melhor companhia”.

O Senador Wellington, com certeza, poderia dar um grande testemunho por ter um filho autista, dar seu depoimento aqui, que muito nos honra, cativa e nos compromete com essa causa, com essa luta.

Senador, posso fazer a leitura dos artigos? Todos os que estão aqui têm os relatórios em mãos que vocês poderão levar, divulgar, discutir, debater. Ele é grande, tínhamos pensado em destacar alguns aqui.

Na verdade, o projeto de lei que é fruto agora de uma reivindicação de vocês, a partir do que vocês nos apresentaram, tem o seguinte título: “Institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista”.

O art. 1º é muito importante, porque diz o seguinte: “Esta lei institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista e estabelece diretrizes para a sua consecução”.

O § 1º do art. 1º define o que é uma pessoa autista. Então o § 1º diz: “Para efeitos desta lei é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada por: item 1, deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal, usada para interação social, ausência de reciprocidade social, falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de conhecimento.

O item 2, padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou comportamentos sensoriais incomuns, excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizado, interesses restritivos e fixos.

E o § 2º determina que pessoa autista é deficiente. Então, o § 2º diz o seguinte... Esse é um parágrafo extremamente neste projeto de lei – eu pelo menos considero um dos mais importantes –, porque a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais.

É importante destacar que, a partir da aprovação, se assim for assegurada aprovação do projeto de lei, a pessoa autista passará a ter todos os direitos que toda pessoa com deficiência já conquistou até hoje em termos de políticas públicas. Até então o autista não tinha esse direito. Não é verdade? Vocês que estão aqui podem testemunhar isso. Não tinha acesso aos

direitos, como outras pessoas com deficiência tinham. A partir do momento em que o projeto for aprovado o autista passará a ser também um portador de direitos, assim como os demais.

O art. 2º define quais são as diretrizes da política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista. Não vou ler quais são as diretrizes. São muitas as diretrizes, são oito diretrizes a que vocês poderão ter acesso.

O art. 3º fala quais são os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista. São vários os direitos aqui elencado que também não vou ler porque é muito longo.

Por último, Sr. Presidente, quero apenas fazer agora a leitura do art. 4º: “A pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência” o que eu acho extremamente importante também.

Então são esses, Sr. Presidente, os principais pontos do projeto de lei que hora começa a tramitar nesta Casa para apreciação dos demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT–RS)

– Senador Lindbergh Farias com a palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT–RJ) –

Senadora Ana Rita, Senador Paulo Paim, queria me dirigir às entidades, porque, na Subcomissão da Pessoa com Deficiência, temos feito um esforço para entender características, lutas específicas das diversas áreas de deficiência.

Se eu perguntasse ao Sr. Fernando quais são os três principais problemas e lutas de vocês... Diagnóstico. Em relação à Síndrome de Down, nós tivemos uma reunião com o Ministro da Saúde, com o pessoal da Federação da Síndrome de Down. O que as mães e os pais queriam era um protocolo, porque, Senador Cristovam, muitos médicos e pediatras, no caso da Síndrome de Down, não sabem os procedimentos específicos que têm que ser tomados, algumas especificidades, como a hipotonia. Algumas coisas são mais desenvolvidas. Se tem Síndrome de Down, tem que fazer exame cardíaco na hora. Grande parte de morte de crianças down é por problemas cardíacos. Infelizmente acontece muito.

O senhor falou de um diagnóstico. Parece que esse é um problema. Eu não sei em que momento acontece o diagnóstico. Será que tentar construir um protocolo com o Ministério da Saúde para ser divulgado em todo corpo médico do País ajuda? Em relação às políticas de saúde, o que está faltando, o que podia ter mais?

Nesse esforço de leigo, querendo entender, eu faria uma pergunta desta: em relação a políticas públicas, aos governos, o que seriam as coisas mais importantes?

O SR. FERNANDO COTA – Uma excelente pergunta, Senador Lindbergh.

O primeiro problema, a grande diferença do diagnóstico, vamos dizer assim, para a questão do autismo, comparando, já que o senhor falou e conhece muito bem, porque tem em casa, com a Síndrome de Down é que, pelo exame, a Síndrome de Down é trissomia do cromossomo 21. As próprias feições do indivíduo. E mesmo quando as feições não se reconhecem a princípio, a trissomia do cromossomo 21 fica muito clara nos exames laboratoriais. O autismo não tem isso. O problema do autismo é que você não tem, não existe. Então é pela anamnese, pela observação, conversar com os pais, saber dos cuidadores como é que esse indivíduo se manifesta, por que esse indivíduo começou a falar, Senador Cristovam, que a gente chama hoje de autismo de regressão, mas a maioria das pessoas não conhece, não sabe disso, e de repente parou, entrou naquilo que a gente chama de buraco do autismo: o sujeito falava palavras, começava a falar frases, e de repente esse sujeito não fala mais. Então, nós temos um problema seriíssimo. Eu que sou servidor público federal, nós que somos classe média Senador, nós temos condição de levar ao médico que falou: não, isso é a mãe que mimou, isso é o sujeito que não deu atenção, que não sabe que cada criança tem o seu desenvolvimento. E você vai esperar por um ano, dois anos, três anos e aquele indivíduo parou de falar, sabe que cada criança tem seu desenvolvimento e você vai esperar por um ano, dois anos, três anos e aquele indivíduo parou de falar, estereotípias começam. O movimento autista trouxe aqui comportamentos característicos dos autistas. Tentamos uma vez falar com a Sociedade Brasileira de Pediatria para que o pediatra, Senador Cristovam Buarque, soubesse, pudesse ter acesso a informações como essas, porque é muito fácil alguém falar: “vá para casa, vamos aguardar mais”. Mas o tempo não volta para essas pessoas. E o atendimento precoce, para qualquer pessoa, inclusive para as pessoas com deficiência, e o autista não é diferente, faz uma diferença enorme na vida e no desenvolvimento desse indivíduo.

Então, sem dúvida, a questão do diagnóstico é muito bem colocada. A pessoa precisa entender; o médico precisa entender, precisa saber o que é. Se não todos os médicos, mas pelo menos os pediatras, nessa questão do socorro, que é aquele primeiro médico onde se leva aqui em Brasília, nas cidades grandes ou mesmo no interior. Depois disso, precisamos preparar

o serviço de saúde – e é importantíssimo essa lei, nesse sentido – para saber como vamos lidar com aquele indivíduo depois do diagnóstico, onde levá-lo.

O que acontece hoje é que tudo termina na educação, Senador Cristovam Buarque. V. Ex^a que é um homem muito ligado à educação sabe que tudo termina para a escola resolver. E a escola resolve dizendo: “esse menino é diferente; ele não responde a determinadas situações”. Então, para onde vou encaminhar. Vamos chamar a equipe de diagnóstico. Muito bom isso. Mas três meses, um ano para chegar na escola e diagnosticar e o tempo vai passando. Esse indivíduo, portanto, não tem esse atendimento inicial. Pode ser que os próprios médicos se sintam inseguros. Não raro acontece isso. Eu recebo no Acorde pessoas dizendo: “meu filho tem todos os traços de autismo, pois vejo aqui nesse panfleto, conheço, já conversei, mas médico nenhum diz que ele é autista”.

Outro grande problema que temos é a Síndrome de Asperger, que é um tipo de autismo leve. O indivíduo está muito bem; consegue falar e se relacionar relativamente bem, mas muitas vezes não consegue a subsistência sozinho, depende de alguém para gerir a própria vida. E os próprios médicos ficam inseguros em dar um laudo, pois esse indivíduo, a partir do momento que passa a ser considerado pessoa com deficiência, passa a ter acesso a uma série de programas.

Portanto, queria destacar estas dificuldades: depois do primeiro diagnóstico, a dificuldade do diagnóstico, nós sabemos que, infelizmente... Conversamos com médicos, com psicólogos e de forma *en passant* pelas faculdades de Medicina, de Psicologia, faculdades ligadas à questão de ciências da saúde. Depois, onde os serviços de saúde estão preparados para receber esse indivíduo? De que forma, em que lugar os serviços de saúde estão preparados? Qual a qualificação dos professores para saber identificar esse indivíduo?

É muito mais fácil dizer que o indivíduo é preguiçoso, que não quer fazer nada, ele tem um comportamento diferente. Assim, precisamos qualificar. E a nossa ansiedade é no sentido de que com essa lei, que agora se apresenta como um projeto, esses serviços estejam capacitados para atender esses indivíduos.

Hoje nós temos problemas desde o diagnóstico até à inserção no mercado de trabalho da pessoa com autismo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Paulo Paim, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não é desculpa. V. Ex^a está ajudando inclusive para que possamos aprofundar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Tenho uma angústia muito grande, Senador Cristovam

Buarque, e acho que esses projetos de iniciativa... Esse projeto que está aí é fantástico. Quero aplaudir. Até por ter sido prefeito, sei que a vontade aqui neste Senado – e é um outro momento como parlamentar – é de tentar fazer as coisas andarem, tentar fazer acontecer. E queria fazer uma pergunta aos senhores, Senador Paulo Paim, qual seja, se seria importante – e proponho fazer isso lá na Casdef – fazer uma reunião de trabalho dos senhores com o Ministério da Saúde e com a Sociedade Brasileira de Pediatria para discutirmos, talvez, o protocolo do diagnóstico. Será que isso ajuda? Vamos tentar fazer uma reunião de trabalho. Isso porque creio que a disseminação dessas informações pelos médicos, em especial pelos pediatras, é fundamental. E termos um protocolo oficial do Ministério da Saúde talvez seja muito importante.

Então, faço essa consulta aos senhores e, se a idéia for aceita, vamos tentar marcar uma reunião de trabalho, em que juntemos as partes, montemos um grupo e que surja, em três, quatro meses, esse protocolo e que seja disseminado, nacionalmente, entre os profissionais de saúde.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Permite?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não. Está aberto ao debate.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Talvez porque, como o Lindbergh eu também estive no Poder Executivo, quero fazer uma provocação mais específica, que eu usei mais de uma vez na Reitoria da UnB e no Governo. Quando chegavam pessoas pedindo coisas como isso aqui, eu me levantava e dizia: Senta aqui na minha cadeira. A pessoa sentava e eu dizia: Faz de conta que você é o governador. O que você faria?

Então, faço uma pergunta: Se um de vocês fosse o Presidente da República, o que faria para que no Brasil pudéssemos cuidar melhor dos autistas. Não sei se vão querer responder agora ou não, mas fica essa provocação. Se vocês tivessem o poder de fazer. O único poder que vocês não têm é o de curar. Esse, ou é Deus ou a ciência e depende de cada um escolher onde está o poder maior. Mas, tirando esse, a cura, o que vocês fariam?

Acho que é nessa linha que quis provocar o Lindbergh. Acho fundamental, porque se não acabamos virando, aqui, a Casa apenas da fala e não da ação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, entendo que nós estamos encaminhando bem. Esse projeto é fruto de um debate das entidades com reuniões com a sociedade, com o Parlamento, de mais de dois anos, mais de dois anos, porque tudo começou ainda na outra legislatura e hoje

está, enfim, com um projeto concreto aqui na Mesa, fruto, principalmente das lideranças do autismo. E aproveitando esse gancho que ambos me deram aqui, quero fazer um apelo a todos os líderes partidários, porque ainda faltam três nomes, faltam três assinaturas no livro. Quero dizer que sou um pouco teimoso, e como o Dia do Autismo é agora nesse fim de semana, nós não vamos encerrar essa reunião enquanto não tivermos essas três assinaturas. Nem que vá até à uma, duas, três, quatro, até às cinco; se tivermos que abrir às dez da noite, vamos abrir novamente, mas amanhã, não adianta celebrarmos o autismo, não adianta iluminarmos o Congresso como nós, desta Comissão, pedimos de azul, e é único projeto concreto não estar aprovado.

Já fiz aqui uma série de telefonemas; liguei, inclusive, para Senador que está em Belo Horizonte, que me disse; Olha, Paim, se você segurar, eu garanto que à tardinha estou aí.

Então quero dizer que vamos manter essa reunião aqui até que tenhamos o número de assinaturas no livro para aprovar o projeto do autismo. Certo? (*Palmas.*)

O SR. LINBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Parabéns, Senador, só espero que possa haver uma interrupção para que às 11 horas possamos ir ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós faremos o encaminhamento adequado aí, mas independente das outras Comissões eu me dou o direito de ficar aqui, e daqui ninguém me tira sem aprovar o projeto. É um direito meu. E aí quando digo que sou teimoso, sou teimoso mesmo; enquanto não tiver as assinaturas eu não levanto desta mesa, sem prejuízo das outras comissões. Acho que é um direito de cada Senador estar nas outras comissões. Nós precisamos só de três assinaturas. Quando as três assinaturas estiverem no livro o projeto vai ser votado. Então, pessoal, a vida é assim. Eu aprendi que se não insistir não leva. E os senhores merecem as palmas porque estão insistindo e vamos aprovar o projeto hoje de qualquer jeito, independente do trabalho das outras comissões.

Vamos, nesse momento, fazer a leitura de uma série de requerimentos que estão sobre a mesa. Quero dizer que estou contando com a boa vontade dos Senadores que falei por telefone, alguns chegam à tarde a Brasília e virão aqui assinar o livro para permitir a votação do projeto. Outros que chegariam para o plenário, à tarde, também disseram que era para contar com eles, que estariam aqui. Então, não estou aqui dando uma de Dom Quixote, apenas acho que não me custa nada fazer aqui um plantão maior até que se aprove o projeto.

Vou fazer, neste momento, a leitura dos requerimentos que estão na pauta para aprovação. Somente podemos colocar em votação os requerimentos depois das assinaturas.

Era minha intenção também, antes de fazer qualquer movimento de interrupção ou não da reunião, assegurar, aqui, uma homenagem ao nosso querido Vice-Presidente falecido, José Alencar.

Além dos requerimentos que li – como eu havia anunciado no início, já li todos os requerimentos –, eu colocaria em votação também o seguinte requerimento: “Sr. Presidente da Comissão Permanente dos Direitos Humanos (CDH), com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno, queremos a realização de uma audiência pública, a fim de debatermos o cancelamento dos restos a pagar não processados referentes ao período de 2007 a 2009 (Decreto nº 7.418, de 2010), bem como a questão referente à Caixa Econômica Federal”. Eu havia apresentado esse requerimento e o retirei a pedido de setores do Governo que não me procuraram, em qualquer momento, para discutir o requerimento. Ontem, em conversa com a bancada, esta entendeu que eu deveria manter o requerimento. Então, esse requerimento também vamos apreciar no dia de hoje.

Além de registrar a presença aqui dos Senadores, faço questão de destacar a presença de Fernando Cotta (Corde-DF), de Adriana Alves (Movimento Orgulho Autista Brasil), do Sr. Horácio Leitão (MA-DF), do Sr. Eduardo Cavalcanti Melo (Movimento Orgulho Autista Brasil), de Arislene Cristina dos Santos (Corde-DF) e de Clara Beatriz Belmonte (Corde-DF).

Os Senadores e as Senadoras que já registraram a presença são: Ana Rita, Marta Suplicy, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Magno Malta, Pedro Taques e Cristovam Buarque. Falei com outros Senadores por telefone, e S. Ex^{as} se comprometeram a estar aqui conosco. S. Ex^{as} virão aqui, com certeza, durante o período que combinarmos.

Quero dizer também ao meu querido amigo e Senador Lindbergh Farias que o Regimento permite que a gente faça a reunião até a aprovação das matérias, sem prejuízo da nossa reunião, da reunião de V. Ex^a, da qual vou participar, pois também assumi esse compromisso.

Neste momento, com o entendimento deste Plenário, eu queria fazer o que eu chamaria de uma pequena homenagem ao nosso Vice-Presidente da República que está sendo velado neste momento, José Alencar Gomes da Silva. Permitam-me fazê-lo enquanto aguardamos as novas assinaturas no livro.

Neste momento em que nossa Pátria acorda ainda entristecida com a perda desse guerreiro, des-

se lutador, que é nosso inestimável e inesquecível ex-Vice-Presidente da República José Alencar Gomes da Silva, eu, na Presidência desta Comissão, em nome de todos os Colegas do Congresso, peço licença – eu usaria um termo bem galdério do meu Rio Grande – e a benção do Patrão do universo para prestar uma carinhosa homenagem ao ilustre amigo que nos deixou e que, neste momento, desbrava, com certeza, os caminhos celestiais.

Ainda guardo no espelho dos meus olhos e na minha alma um final de agosto de 2002. Estávamos nós no Rio Grande, eu e o nosso querido José Alencar, em plena campanha eleitoral. Dali a algumas semanas, nosso querido Luiz Inácio Lula da Silva seria eleito Presidente da República do Brasil, e José Alencar seria eleito o nosso Vice-Presidente.

Eu queria destacar, e vou fazê-lo neste momento, por isso vou passar um vídeo, que o palco daquele momento era a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, a Fiergs.

Quero cumprimentar e agradecer ao Paulo Tigre, Presidente da Fiergs, que me mandou – chegou agora mesmo – vídeo que vamos ver. Era um evento na Fiergs, que tinha como objetivo dar oportunidade a todos os candidatos a Vice-Presidente, Senador Cristovam, para apresentar sua proposta de governo, ou seja, a proposta de governo do Presidente Lula.

Aí se passou a palavra, então, ao nosso querido amigo, falecido agora, Vice-Presidente José Alencar. Eu diria, porque estava ao lado dele, que a clareza da sua fala transformou-a num farol de idéias, da forma como tão tranquila e com o maior bom humor, ele fez a defesa do projeto nacional liderado pelo Presidente Lula. A simplicidade dele era algo assim maravilhosa. E, aqui digo, de uma forma singular, de um líder do interior, ele encantou a todos, fazendo com que o ambiente todo se apaixonasse.

Eu ouvi ali dos grandes empresários – estava ali o PIB nacional – frases como esta: “Ele de fato é o mais competente que esteve aqui”. Ouvi essa frase, que vai ficar aqui registrada. É o mais querido também.

José Alencar, naquele momento em que encerra toda a defesa do projeto Lula, bota a mão no bolso e tira um papel amassadinho, todo amassado, e começa quase a declamar, no mínimo a ler, um samba-canção chamado “Quando eu chamar saudade”, de Nelson Cavaquinho em parceria com Guilherme Brito.

O que diz o samba? Vocês vão ver. Parece que ele estava prevendo o futuro.

Vou ler aqui a letra do samba, e depois vamos vê-lo falando na telinha.

Diz o samba:

Sei que amanhã quando eu morrer,

Os meus amigos vão dizer
que tinha um bom coração [Senador Sul-
plicity]

Alguns até hão de chorar
E querer me homenagear,
Fazendo de ouro um violão.
Mas, depois que o tempo passar,
Sei que ninguém mais vai se lembrar
Que eu fui embora.
Por isso é que eu penso assim
Se alguém quiser fazer por mim
Que faça agora [ele estava pedindo apoio
a esse projeto no nível nacional]
Me dê as flores em vida
O carinho, a mão amiga
para aliviar meus ais.
Depois que eu me chamar saudade
Não preciso de vaidade
Quero preces[quero preces] e nada
mais.

Parecia que ele estava prevendo o amanhã.

Então, neste momento, para finalizar esta homenagem ao nosso sempre líder e Vice-Presidente, vou pedir que a Assessoria colocasse a parte – são dois minutos – em que ele fala e dá aquela aula da Fiergs, repito, e que todos bateram palmas, entusiasmados, para o nosso Vice-Presidente.

E só quero alongar-me um pouquinho, para dizer que dali nos deslocamos para Caxias do Sul. Aí ele foi falar para os movimentos sociais. E, no caminho, contei essa história no plenário, ele perguntou: “E daí, Paim, como é Caxias?”.

Eu disse: “Depois do brilho que o senhor teve na Fiergs, tenho certeza de que aqui vai ser aplaudido de pé”.

Ele chegou a Caxias, e ainda havia aquela questãozinha de que os setores entendiam, mas que um grande empresário seria o nosso Vice-Presidente.

Ele foi aplaudido de pé na Fiergs, chega a Caxias, faz um pronunciamento quase com o mesmo teor, com a mesma emoção e foi aplaudido de pé por todas as centrais, confederações e militantes de todos os partidos que estavam lá.

Por isso, peço que a nossa Assessoria coloque agora primeiro o nosso, que já estava antes aqui... Vamos ver se conseguimos ouvir a palavra dele.

(Procede-se à apresentação do vídeo, com as palavras de José Alencar.)

O nome da música é “Quando eu me chamar saudade”, de Nelson Cavaquinho.

Quando Eu Me Chamar Saudade. Nelson Cavaquinho.

“Sei que amanhã
Quando eu morrer
Os outros meus amigos vão dizer
Que eu tinha um bom coração
Alguns até hão de chorar
E querer me homenagear
Fazendo de ouro um violão
Mas depois que o tempo passar
Sei que ninguém vai se lembrar
Que eu fui embora
Por isso é que eu penso assim
Se alguém quiser fazer por mim
Que faça agora
Me dê as flores em vida
O carinho, a mão amiga,
Para aliviar meus ais.
Depois que eu me chamar saudade
Não precisa de vaidade
Quero preces e nada mais”

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Tive a alegria de estar ao lado dele nesse momento, como eu disse, lá na Fiergs – Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul. Ele era todo emoção. E usou, de forma muito competente e inteligente, depois do encerramento da fala dele, porque ele entendia que o projeto que ele defendia era a maneira de o homenagear. Ele precisava daquele plenário, e o plenário terminou o aplaudindo de pé.

Mas, como estamos aqui neste momento numa homenagem a ele, pedi que a assessoria colocasse agora a música na íntegra, na voz que ele me disse que ouviu e gostou, de Nelson Gonçalves:

(Procede-se à apresentação do vídeo com a apresentação da música na voz de Nelson Gonçalves.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Quero dizer que, com a chegada do nosso querido Senador Suplicy, só faltam duas assinaturas. Agradeço, desde já, aos Senadores que me ligaram dizendo que estariam vindo, e eu sei que virão, e quero dizer, de forma muito carinhosa, que inúmeros Senadores não estão aqui porque foram ao enterro do homenageado, inclusive neste momento, desta Comissão. E outros estarão à tarde. Repito: nós só precisamos do número de assinaturas no livro e a votação não precisará ser nominal.

Senador Suplicy com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

Sr. Presidente, primeiro, quero saudar a iniciativa de V. Ex^a e da Comissão de Direitos Humanos de hoje estarmos aqui recebendo as entidades que se preocupam com a síndrome de Asperger, o Autismo, expressar meu apoio ao parecer da Senadora Ana Rita, ao projeto que institui o Sistema Nacional Integrado de

Atendimento à Pessoa Autista e congratular-me com ela pela qualidade do seu parecer.

Gostaria também de informar, Sr. Presidente, que, ainda na semana passada, recebi uma sugestão que quero aqui compartilhar com os membros, sobretudo da Comissão de Direitos Humanos, para que possamos instituir no Brasil o Dia Nacional das Doenças Raras. Seis por cento dos brasileiros têm diversas formas de doenças raras. Doenças como aquelas que, por exemplo, caracterizam a vida de Stephen Hawking, que, em que pese toda a doença que tem, se tornou um dos maiores físicos que nos explica a história da origem do universo. E tantas outras pessoas. Recebi a sugestão e vou preparar um projeto de lei nesse sentido. Espero poder apresentá-lo inclusive aqui nesta Comissão, mas quero adiantar que estou realizando esse trabalho e que tenho recebido a visita das pessoas que fizeram essa proposta e que, de alguma forma, têm uma relação com o autismo. É muito importante que possamos assegurar àquelas pessoas que porventura são acometidas do autismo que tenham toda a oportunidade de educação e do seu próprio desenvolvimento, no máximo da potencialidade de cada um. Noto que o parecer da Senadora Ana Rita atende exatamente esse propósito maior.

Quero também, neste momento, solidarizar-me com a iniciativa de V. Ex^a porque, ainda agora, se desenvolvem os atos conclusivos do funeral de nosso querido Presidente, vice-Presidente e colega aqui no Senado, José Alencar. Ainda ontem, participei das homenagens que se prestaram, no Palácio do Planalto, com a presença de Dona Marisa, de Josué, de todos os seus filhos e netos. Eu não pude, na terça-feira, estar presente em razão da missão que me foi dada pelo Senado para representar-nos em Montevideu, na reunião realizada pelas Nações Unidas com vistas à realização de melhor entendimento de paz entre Israel e Palestina. Falarei à tarde sobre isso, mas quero aqui dizer como José Alencar representou para todos nós um extraordinário exemplo de como ele e o Presidente Lula conseguiram criar como que um amálgama que fez o Brasil trilhar os caminhos do desenvolvimento com justiça social de uma maneira simplesmente extraordinária. Então, que possa a música de Nelson Cavaquinho, cantada por Nelson Gonçalves, nos recordar, mas, sobretudo dizer que José Alencar jamais será esquecido. José Alencar será sempre uma pessoa que estará presente entre nós pelo seu exemplo, a sua dedicação e sobretudo os anseios de fazer do Brasil uma nação onde todos possamos estar juntos na mesa da fraternidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, cumprimento mais uma vez V. Ex^a, que é um dos Senadores mais presentes nesta Comissão, sempre contribuindo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Embora tenha vontade de participar da CDH, acho que ainda não sou membro titular ou suplente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está tudo combinado. O seu nome vai ser lido agora, às 14 horas, e vai poder votar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então fico contente. V. Ex^a é quem está me dando a notícia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Graças a V. Ex^a vamos aprovar o projeto do autismo.

Vamos encaminhar agora. Vai ser lido às 14 horas para poder votar, já que está a sua assinatura.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quer dizer que o Líder Humberto Costa me colocou aqui.

Então estou presente pra valer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Senadora Ana Rita, que fez o relatório, pediu a palavra neste momento.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu pedi a palavra por dois motivos. Primeiro, preciso viajar. Tenho uma homenagem lá no Estado. Meu vôo agora é meio-dia e não posso me atrasar. Lamentavelmente não posso ficar aqui até o final.

Quero aqui parabenizar, mais uma vez, todas as entidades que aqui estão representando os autistas, dizer da nossa satisfação de participar deste momento com vocês e nos colocar à disposição para outros momentos também.

Não poderia também, aproveitando esta oportunidade, deixar de manifestar a nossa homenagem, a nossa grande homenagem ao nosso Vice-Presidente José Alencar, que muito nos emocionou ontem, durante todo o velório, desde a sua chegada até a saída aqui no Palácio. Nós queremos, de público, manifestar toda a nossa solidariedade, o nosso respeito à família do Vice-Presidente José Alencar, dizer que nós estamos solidários à dor, mas, ao mesmo tempo, dizer que sua trajetória de vida, a sua convivência conosco, particularmente com a nossa militância, foi uma convivência muito bonita, que nos trouxe muitos exemplos. E um deles é a esperança na vida. Sempre foi uma pessoa que acreditou muito na vida. Devemos trazer dentro de nós essa esperança de que a vida, a cada dia que passa, é muito importante para cada um de nós. Então, manifestar todo o nosso carinho, a nossa solida-

riedade, o nosso respeito ao nosso Vice-Presidente José Alencar.

Muito obrigada, Sr. Presidente, por compreender que precisamos sair um pouco mais cedo, considerando uma agenda que temos hoje, lá no Estado, que infelizmente não posso faltar. É uma agenda de homenagem. E quando é homenagem não podemos enviar pessoas para nos substituir. Obrigada pela atenção, pelo carinho. Nosso mandato está à disposição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns à Senadora Ana Rita. Se não fosse ela nós não estaríamos votando o projeto no dia de hoje. O projeto só vai ser votado no dia de hoje porque ela foi rápida no seu relatório. Nossos cumprimentos. Uma boa reunião no seu Estado.

Passo a palavra, neste momento, ao Senador do Rio de Janeiro, este jovem Senador do Rio de Janeiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Paulo Paim, quero parabenizar a homenagem que V. Ex^a fez ao nosso ex-Vice-Presidente José Alencar. Ontem também estive no velório Ex-Vice-Presidente José Alencar, ontem, também, estive no velório à noite, na chegada do ex-Presidente Lula e da Presidente Dilma, e deu para ver a emoção do nosso ex-Presidente, porque ele chorava muito, é aquilo que ele sempre disse: não podia ter um melhor Vice do que José Alencar. Viraram amigos, e impressionante, Senador Cristovam, como eles se parecem também em algumas características, a ligação com o povo, uma carga emocional muito forte em todas as suas iniciativas. José Alencar tinha uma coisa muito parecida com o Lula, que, às vezes, quando se encontram em grupos grandes, José Alencar sempre fez isso comigo, eles sempre, no meio de um grupo grande, um grupo de 50 pessoas, ele sempre falava pessoalmente, fala Lindberg, falava o nome da pessoa, e o Presidente tem muito a ver com a música do Nelson Gonçalves que fala, o Presidente disse isso, muita gente fala que é bom depois que morre, mas José Alencar foi bom em vida. E é uma história fantástica. Eu acho que o que o aproxima do povo é essa história de superação, a infância pobre, construiu um dos maiores grupos empresariais deste País, rompeu paradigmas em tudo. Aquela aliança com Lula, existiam muitos questionamentos no PT. Puxa, um grande empresário! E lembro-me disso, participamos de muitos debates desse jeito. E ele rompeu isso, o que mostra que um grande empresário como ele é uma pessoa com um coração, com uma ligação com o povo, com as pessoas, então, ele rompeu também esse estigma. Mas já falei aqui, antes, Senador Cristovam, talvez ele tenha conseguido nessa fase final dele da luta contra o câncer.

Fiz um discurso em plenário, já falei aqui, hoje, que sugeri ao Presidente do Inca, o Professor Santini, que o nome do Inca fosse Instituto Nacional do Câncer José Alencar, o Ministro Padilha achou a ideia fantástica e deve estar conversando, hoje, com a Presidente Dilma sobre isso. Não é só uma homenagem ao José Alencar, na verdade, é muito mais do que isso: ter o nome dele lá, estaremos ajudando muitas famílias, milhões de brasileiros que enfrentam esta luta contra o câncer. E os testemunhos, os depoimentos, são muitos de pessoas que estão enfrentando esta luta contra o câncer neste período e que se inspiraram em José Alencar.

Então, esta não é uma sugestão mais de homenagem só a ele, não, é porque o nome dele, a forma como lutou contra o câncer, tem que inspirar outras pessoas. E vamos falar aqui: qual é a família que não enfrentou um problema de luta contra o câncer, que não tem alguém? Meu pai morreu de câncer, Senador Paulo Paim, mas esta é uma história que é presente na vida de todos nós. Então, não é menor essa luta dele, é uma coisa tão fantástica, e ele não pode deixar de inspirar as pessoas que estão nessas batalhas. Essa homenagem, na verdade, do Inca tem este sentido de não parar de inspirar nas próximas gerações, essa luta contra o câncer, acho que isso ele fez muito bem.

V. Ex^a está de parabéns pela homenagem que fez. Ele tem algumas frases fantásticas, acho que tem que inspirar uma nova geração, todos, não só uma nova geração de políticos, quando ele disse “eu não tenho medo da morte, tenho medo da desonra”. Que coisa, que frase! E isso é muito forte e tem que ser muito forte para a gente. Nós, que estamos na vida pública, vê isso numa pessoa que deixa um sentimento tão grande na população, nas pessoas, José Alencar foi um vitorioso até nesse momento, e está sendo homem público até na hora da morte e vai continuar inspirando esta nação.

Senador Paulo Paim, vou me retirar desta Comissão, porque, dentro da homenagem que íamos fazer nesta Casa ao Dia Mundial da Conscientização do Autismo, vamos abrir, instalar, agora, sou o Presidente, uma outra Comissão, que é a Subcomissão da Pessoa com Deficiência, da CAS, estou indo para lá, vamos ter um debate com o Dr. Fernando Cota, que estava aqui participando, mas já foi para lá, com a Dr^a Adriana Alves e com Wellington Dias. Lá, queremos fazer uma coisa mais sintética, vendo os problemas, organizar uma pauta de trabalho para tocarmos

Organizar uma pauta de trabalho para tocarmos nessas questões. Então, vou me retirar desta Comissão. Espero os senhores daqui a pouco...

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Onze e meia estaremos lá.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Eu ia para as Subcomissão de Assuntos Sociais (do crack) que acabou neste instante.

O SR. LINDBERGH FARIAS – Então, V. Ex^a está convidado para participar da outra Subcomissão que é para dar continuidade. Eu e o Senador Paulo Paim, nós tínhamos organizado este dia de hoje. Eu volto a agradecer a presença dos Parlamentares, Senador Cristovam. Eu acho que está sendo muito interessante esse envolvimento dos parlamentares aqui, neste dia, nesta homenagem que, volto a dizer, amanhã continuará no Rio de Janeiro, às 18h, com a iluminação do Cristo Redentor e, no sábado, aqui neste Congresso Nacional, também às 18h, com a presença dos Senadores Paulo Paim e Wellington Dias, do Presidente do Senado, José Sarney, e do Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque e o Senador Simon estão garantidos.

O SR. LINDBERGH FARIAS – Quero dizer também que a Ponte Espraiada estará iluminada, o Monumento às Bandeiras, o Viaduto do Chá, todos em São Paulo, o Teatro Amazonas, em Manaus, estará iluminado, a Usina do Gasômetro, em Porto Alegre. Acho que o Brasil está participando com força desse dia mundial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Senador Lindberg Farias, que agora se desloca para outra Comissão. E nós temos até as 11h30min para continuar. O que vai acontecer às 11h30min? Vou manter exatamente o que eu disse: às onze e meia nós não vamos encerrar os trabalhos. Nós vamos interromper. Vamos lá naquela Comissão. Quando terminar, voltaremos para cá e vamos aprovar o projeto hoje à tarde, com certeza absoluta. Vamos nos manter aqui. Apenas vou interromper os trabalhos, vamos até lá e continuarei nesse evento em homenagem aos autistas e, depois, voltaremos para votar o projeto, já que nós acertamos com alguns líderes e mesmo com alguns Senadores que estão aqui que será feita a leitura no Plenário e, em seguida, nós poderemos votar aqui o nosso projeto.

Eu quero passar a palavra, neste momento, já que me pediu para usá-la, a Sr^a Ana Maria Domingues dos Santos, mãe de um autista.

A SR^a ANA MARIA DOMINGUES DOS SANTOS – Agradeço esta oportunidade e quero também pedir desculpas, pois, desde que o senhor aceitou ser padrinho dos autistas, eu procurei o senhor, mas não consegui falar, mas consegui falar com o Senador Suplicy. Aconteceu uma situação que eu preciso também... Já que nós estamos nessa situação de re-

solver, legalizar essa situação de nossos filhos autistas... Meu filho já está com 30 anos. Sou funcionária desta Casa, mas estou falando como mãe de autista. Ocorreu uma situação desagradável: meu filho foi impedido, várias vezes, de entrar nesta Casa, porque usa bermuda. Meu filho não usa calça comprida, porque ele é muito cabeludo.

Então eu, como mãe de autista, fui procurar, com documento na mão e tudo... Se eu falar vai prolongar muito. Só aqui eu tive a oportunidade de poder falar, de gritar, já que estamos resolvendo uma coisa para nossos filhos autistas. Eu não queria que se revolvesse a situação na hora só para meu filho, como foi dito aqui. O que ocorreu? Meu filho só pode entrar aqui se eu comunicar 30 minutos antes, assim foi dado e eu vou passar de novo para o senhor. Trinta minutos antes eu tenho que avisar que meu filho vai entrar aqui. Eu tenho de avisar... Isso! Ele não pode. Está proibido de vir de bermuda, eu tenho que avisar 30 minutos antes, tem que vir acompanhado e só pode ir a um lugar já determinado. Ele não pode ir para outro lugar. E tem que dizer o que ele veio fazer aqui dentro. Está escrito aqui. Isso é uma discriminação!

Isso é uma discriminação. Na ocasião, quem deu foi o diretor-geral, e até hoje não foi feito nada. Isso aconteceu – vou falar para vocês, porque isso vem se arrastando – em 2003, em 1998 e no ano passado, na Semana da Acessibilidade. Eu procurei todos, todos que eu tinha direito de procurar. Está aqui, e ficou por isso mesmo. Eu não posso aceitar. O senhor foi procurado como padrinho dos autistas. O senhor não queira saber o que é a humilhação, o que é uma série de coisas que acontecem, não só aqui dentro, já que temos de incluir neste projeto e também em outros lugares. Eu nunca vi disso.

Eu fui chamada, e o que eu sugeri? “Gente, vamos fazer um crachá...”, não dizendo especial, para não haver essa discriminação, algo que os próprios seguranças da Casa, quando olhassem, já vissem. No TCU é assim. Aqui não é a Casa do povo?

Eu mostro documento, mostro tudo. O único Senador que me acompanhou foi o Senador Suplicy, mas, Senador, ficou do mesmo jeito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A senhora permite? Como é o nome da senhora mesmo?

A SRª ANA MARIA DOMINGUES DOS SANTOS – Ana Maria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Srª Ana Maria, eu queria fazer uma sugestão aqui, de pronto, ao Presidente Paulo Paim e à nossa Comissão, ao Senador Cristovam Buarque: que, diante do relato de V. Sª possamos, de pronto, recomendar

à Secretaria-Geral da Mesa, à Presidência do Senado, que haja uma modificação no regulamento e que possa, a partir de hoje, haver um procedimento de respeito, de tratamento, de dignidade, para como todas as pessoas que porventura sofram do autismo e que possa então haver um procedimento por parte da segurança do Senado condizente com o espírito que, inclusive hoje, esta Comissão está tratando do assunto. Então, que possamos – pediria até à secretaria da Comissão, diante do relato da Srª Ana Maria – fazer uma recomendação no sentido de que o Senado Federal, na hora que autistas vierem visitar o Senado, garanta acesso às dependências do Senado como a quaisquer cidadãos e que possam ser tratados com todo o respeito. E até, se houver necessidade de assistência e auxílio por parte dos que são responsáveis pela segurança, que este cuidem de haver isso. É a sugestão que formulo à Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem. Acatada a sugestão do Senador Suplicy, daremos o devido encaminhamento junto à direção da Casa e dizer, pessoal, com todo o carinho e respeito.

A SRª ANA MARIA DOMINGUES DOS SANTOS – No caso, o ato que foi alegado... Não estou com ele aqui, porque acho que na hora caiu. Ele não diz como é o bem vestido decentemente; só diz vestido decentemente, e não detalha como é vestido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nós entendemos.

A SRª ANA MARIA DOMINGUES DOS SANTOS – E por que os excepcionais também não? Não só os autistas, e os excepcionais também, nós temos...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Todos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Todos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Todos os seres humanos, sem discriminação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nós entendemos já a sua... Eu entendi a sua preocupação e acho que encaminhamento que o Senador Suplicy dá, mais uma vez, fortalece que nesta reunião do dia de hoje tomamos essa decisão que vai ser encaminhada à direção da Casa para contribuir naturalmente para a posição da senhora, que é mais do que justa.

A SRª ANA MARIA DOMINGUES DOS SANTOS – Só por uma questão de justiça, também – acho que esta questão temos de resolver –, dizer que o Senado da República, veja bem, ainda tem esse problema, mas é um dos exemplos de um espaço público que efetivamente se preocupa com as pessoas com deficiência. Nós aprovamos o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que contempla o interesse de cerca de 26 milhões de pessoas. Nós somos o único Poder que faz a Semana

da Pessoa com Deficiência. Nós temos Subcomissão da Pessoa com Deficiência. Nós adotamos inclusive a política de cotas, que muita gente não adota em matéria de pessoas com deficiência.

Então, o Senado da República... Vejo-me na obrigação, porque há uma comissão, aqui na Casa, que cuida dessa questão. Lembro que aqui não tinha rampa, daí a comissão veio e providenciou a rampa. Não tinha os elevadores. Pensando nas pessoas com deficiência, providenciaram-se os elevadores.

Então, o Senado da República tem feito um grande esforço. Eu quero reconhecer o esforço desta Comissão que não é minha, é de funcionários da Casa que dedicam uma semana para as pessoas com deficiência. Trazem artistas, trazem pessoas com deficiência. Trouxeram o circo daquele Frota, não é? O Frota fez diversas apresentações do trabalho dele; estive no Petrônio Portella. Eu acho que o Presidente atual, Sarney, como todos os ex-Presidentes sempre deram uma atenção especial às pessoas com deficiência.

Digo isso porque às vezes dá a impressão de que não se fez nada. Nós fizemos muito. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, que na verdade regulamenta todos os direitos das pessoas com deficiência em todas as áreas, inclusive do autista, está lá na Câmara. E esse projeto agora, no momento em que aqui chegou por parte dos autistas...

Senador Cristovam, àquela época eu estava presidindo e V. Ex^a não fazia parte da Comissão. De imediato fizemos uma audiência pública e surgiu esse projeto. O Senador Cristovam depois assumiu e passou para o Flávio Arns, que fez reuniões, dezenas de reuniões. Eu tenho que lembrar aqui o trabalho do Senador Flávio Arns, que apresentou esse projeto que agora vai se transformar em lei no dia de hoje.

Queiram ou não queiram, alguns vão se transformar em lei. Vamos aprová-los. Eles vão para outras comissões, naturalmente. Mas o primeiro passo é esse.

E, inclusive, por parte dos autistas, todos esses prédios vão ser iluminados de azul. Vieram a esta Comissão e pediram que eu aprovasse aqui um requerimento. Aprovei o requerimento ainda no início de março. Mandeí ao Presidente Sarney, que nos deu uma resposta no dia 20, dizendo: consegui a licença que dependia do Iphan, enfim, da Companhia de Energia Elétrica de Brasília. Mexerão em quase duzentas luzes para iluminar o prédio de azul, para que o Congresso Nacional mostre o seu compromisso não só com o autista. O autista aqui é simbologia, mas é com a pessoa com deficiência. Mas esse trabalho está sendo liderado pelos autistas.

Vocês não imaginam a carta, Senador Cristovam – eu acabei lendo lá no Plenário – que eu recebi dos

autistas pedindo que a gente estivesse no Rio de Janeiro. Eu e, naturalmente, os Senadores da Comissão. Eu disse que não poderia estar e respondi de forma carinhosa. Gravei um vídeo e mandei, em nome da Comissão de Direitos Humanos, que eles vão passar lá no Rio de Janeiro.

Eu disse: “Não estaremos aí”. Permita-me, usei o seu nome, Senador Cristovam, porque sei que está em Brasília. Eu disse: convoquei e já aceitaram o Senador Simon e o Senador Cristovam, que estão mais em Brasília. O Lindbergh disse que volta do Rio para essa atividade. O Senador Wellington. Enfim, o Senador Sarney disse que vai estar também, para iluminarmos o prédio de azul.

A terra é azul. O mundo vai estar azul nesse dia, porque essa é uma atividade internacional. Nós, aqui na Comissão, só cumprimos a nossa parte. Aprovamos o requerimento, encaminhamos e fizemos com que... Estamos colaborando para que isso aconteça.

Estou insistindo nessa reunião e vamos levá-la todo dia, se necessário for, para aprovar, porque para mim tem uma simbologia. É agora, é sábado. Domingo é o Dia do Autista, não é? É sábado? Então, nós não queremos chegar no Dia do Autista, nós que temos compromissos. Nós todos, Senadores, Deputados, sociedade civil, vocês, pais de autistas, as lideranças do movimento dizendo: não, mais uma vez o Senado ficou no discurso. Mais uma vez eles falaram, falaram, falaram, mas o projeto que estava lá pronto para ser votado não foi aprovado.

Nós vamos aprovar o projeto. Vamos aprová-lo hoje! Se tiver que suspender, vamos suspender. Se tiver que ir ao Plenário, vamos ao Plenário. Se tiver que chamar uma sessão para as três, vamos chamar. Se tiver que chamar para as 8 da noite, vamos chamar. Se tiver que chamar para as 10, vamos chamar. Se tiver que chamar para amanhã, vamos chamar – não tem problema nenhum – para que a votação aconteça, nunca encerrando os trabalhos até que dê o período. Mas eu estou convicto, pela fala que fiz com alguns Senadores que estão inclusive em Minas.

Quero dizer que não é falha dos Senadores. A ampla maioria desta Comissão

A ampla maioria desta Comissão está em Minas neste momento, mas retornará à Brasília para dar sua assinatura para que possamos aprovar o projeto.

Cumprimento, então, todos os Senadores. Vamos para outra reunião agora, às 11h30min, mas vamos só interromper nossos trabalhos. A Comissão vai apenas suspender seus trabalhos para que possamos apoiar a outra Comissão. Vamos continuar, de lá, a fazer o chamamento para que nós, às 15h – estabelecendo esse horário, teremos um intervalo para o almoço –,

estejamos aqui de novo. Quero saber se posso contar com vocês aqui às 15h para retomarmos nossos trabalhos. Posso contar? (*Pausa*) Então, às 15h estaremos aqui de novo para votar.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – É para completar uma informação. Queria dizer que foi da Sr^a Adriana Dias, do Instituto Baresi, que recebi a sugestão que há pouco mencionei de propor um projeto de lei para instituir o Dia Nacional de Doenças Raras, a ser celebrado no último dia de fevereiro de cada ano, ou seja, dia 28 ou dia 29.

Uma doença rara é uma doença que ocorre com pouca frequência ou raramente na população. Para ser considerada rara, cada doença específica não pode afetar mais do que um número limitado de toda a população. Na Europa, a definição para doenças raras abarca as que atingem uma em cada duas mil pessoas; nos Estados Unidos, são consideradas raras aquelas que atingem menos de duzentos mil indivíduos; no Japão, segundo a definição jurídica local, doença rara é a que afeta menos de cinquenta mil pacientes no país ou cerca de uma em cada 2,5 mil pessoas.

São exemplos Doug Herland, medalhista olímpico em 1984, que tinha *osteogenesis imperfecta*; Stephen Hawking, físico, com esclerose lateral amiotrófica; e nada mais nada menos do que o Presidente John F. Kennedy, que tinha a doença de Crohn.

Se alguém tiver alguma sugestão sobre isso, pode me falar ao longo desta semana, porque, na próxima, pretendo apresentar um projeto de lei que, certamente, passará por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Senador Cristovam com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu quero, inicialmente, dizer que estou tentando falar com a Diretora do Senado, que é a chefe da administração, sobre o caso que a senhora trouxe. Eu me lembro desse fato, nós falamos sobre isso. Considero um absurdo uma coisa dessas. Estou tentando falar com a Diretora, inclusive já descobri que ela está aqui pertinho, mas, como não quis sair, estava tentando falar com a Subdiretora. Eu vou falar com elas. Eu pedi antes de ouvir a sugestão do Suplicy. Talvez nem seja mais preciso falar com ela, mas, se ela ligar, vou até colocar vocês para falarem.

Mas eu pedi a palavra antes de a senhora falar porque eu queria também fazer uma manifestação sobre José Alencar. Ontem, quando eu estive com D. Mariza,

esposa dele, eu disse que não iria dar pêsames, mas iria fazer agradecimentos. Todos nós passamos por esse momento da morte, toda razão temos para ficar tristes, mas é uma coisa natural, que vai acontecer com qualquer um. Agora, o que não acontece com qualquer um é uma vida com a de José Alencar, isso é que não acontece com qualquer um. Só algumas pessoas conseguem passar da vida para a história.

E o José Alencar, antes de ontem, virou personagem histórico. E a gente tem de agradecer o que ele fez e agradecer pelo que esse personagem histórico pode fazer ainda.

Quando soube da morte de Alencar, pensei sobre o que os jovens iriam ver desse momento. E falei em todas as televisões que me pediram – não foram muitas, é verdade – que cada jovem deste País deve perceber a chance que está tendo de ver nascer um personagem histórico. É uma chance que a gente tem.

Ao mesmo tempo, deve-se lembrar dele como um exemplo que ficou. O José Alencar deixou um exemplo. Ele deixou muitas coisas. Uma das leis de iniciativa minha foi assinada por ele, porque o Presidente Lula estava viajando. Ele assinou muitas leis. Ele participou do governo Lula, um governo que fez tanta coisa, mas o mais importante foi o exemplo. Eu não lembro apenas o exemplo dele pelo fato de ter enfrentado o câncer, por ter feito com que o câncer deixasse de ser uma palavra feia. Tudo isso é importante. Mas, para mim, o mais importante do exemplo dele, se a gente souber lembrar isso, é fazer com que os jovens do Brasil mudem a maneira como veem a forma como nós fazemos política.

Este País não terá futuro, se os jovens fugirem da política. É a política que faz o país. É a política que vai fazer com que os autistas sejam bem cuidados. E, sem os jovens, quem vai fazer política?

Ele conseguiu mostrar que é possível fazer política com honradez, que é possível fazer política com sinceridade, inclusive a sinceridade de não esconder a própria doença. Ele mostrou que é possível fazer política com abnegação, inclusive abnegação de se afastar dos negócios e enfrentar todas as dificuldades da vida pública.

Por isso, deixo aqui a minha mensagem ao exemplo que José Alencar deixou para todos nós. Fazer política. E os jovens que não fazem. E o povo brasileiro que desconfia tanto e foge dos políticos. Sem a política, ele não seria um personagem histórico. Seria um homem de sucesso pelos negócios, mas o personagem histórico em que ele se transformou é fruto da militância, da ação política dele.

É desse exemplo que quero chamar atenção. E quero pedir aos jovens do Brasil inteiro que lembrem

que é possível fazer política como José Alencar fez e não apenas como outros fazem dando mau exemplo. Ele deu um bom exemplo e vai ficar na história. E nós precisamos carregar essa história.

E no lugar dos pêsames, no caso de José Alencar, a gente tem de agradecer pela sua vida, mesmo que ficando com a tristeza pela sua morte. Mas a palavra chave, no caso dele, não é pêsames, é muito obrigado, José Alencar.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para eu manter o entendimento feito com os Senadores que estão lá na comissão me esperando, o Senador Wellington e o Senador Lindbergh Farias, primeiro gostaria de anunciar a todos que, na próxima segunda-feira, teremos audiência nesta Comissão. Será em dois momentos. Uma, na segunda-feira, às 9 horas, quando discutiremos os acidentes no trânsito. Está comprovado que perdemos mais vidas no trânsito do que nas últimas guerras. Por iniciativa de algumas ONGs e entidades, na segunda-feira, vamos debater os acidentes no trânsito. No dia 7 de abril, é reunião deliberativa. No dia 11 de abril, por iniciativa da Acorde, nós discutiremos a situação dos cegos no Brasil, pois será o Dia Nacional do Sistema Braille. Tenho dois cegos que trabalham comigo, e quando alguém diz que deveriam falar deficiente visual, sabem o que eles me dizem? “Diga cego mesmo, não tem coisa nenhuma. É cego mesmo. Nós somos cegos e queremos debater a nossa situação”. Como negro. Dizer que é marronzinho, é isto, é aquilo. É negro mesmo e pronto. Por isso temos o estatuto do Negro.

E dizer também que no dia 12/04 vai ser instalada, aqui, a Subcomissão da Mulher.

Vamos interromper, mas só vamos mudar de sala. Na outra sala, vai continuar a Comissão de Direitos Humanos e a Subcomissão da Pessoa com Deficiência, para continuarmos lá o debate.

Na suspensão, agora, Senador Cristovam, sabe o que eu queria fazer mesmo no dia de hoje? Eu acho que todos nós, acho que não há um brasileiro que não tinha um amor, um carinho especial pelo nosso querido Vice-Presidente, que perdemos. Eu lhe confesso que fui olhar a história dos heróis da Pátria, lá onde estão Zumbi, Tiradentes, onde estão as grandes figuras que a gente, com certeza, nunca mais vai esquecer. Daí, fui olhar a legislação e lá diz que só 50 anos pós-morte. Mas eu quero aqui assumir o compromisso de que esta Comissão aprove uma moção, para ficar nos Anais da Casa porque a gente não sabe o que vai acontecer no futuro, para que, quando fizer 50 anos da morte deste grande brasileiro – que muitos já disse-

ram, estou apenas repetindo –, ele seja incluído entre os heróis da Pátria.

Está interrompida a reunião. (Palmas.)

Mas, me permitam ainda, já que chegou neste momento o Deputado Cleber Verde, do PRB do Maranhão, que veio à Comissão para conversar um pouco conosco. Vamos agora conversar. Vamos à outra Comissão e, à tarde, vamos retomar.

Então, está interrompida a reunião, Deputado Cleber Verde, até as 15 horas. Às 15 horas, a gente volta aqui para votar, de forma definitiva, o relatório que já foi lido. Quero tranquilizar os autistas de todo o País. Eu combinei interromper às onze e meia, retomo às 15 horas, e a gente vota o projeto, com certeza absoluta. Então, voltamos às 15 horas.

Está interrompida a reunião até as 15 horas. Um abraço.

(Suspensa às 11h30min, a reunião é reaberta às 15h01min)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro abertos os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República, com a presença do nobre Senador Randolfe, um dos que fizeram um esforço enorme, porque estava em outras comissões, em audiências junto à sociedade civil, e deslocou-se para cá para garantir o quórum e a respectiva aprovação desse projeto tão importante. Estão aqui os Líderes – nem todos puderam retornar, porque fizeram plantão à tarde e foram almoçar –, para discutir sobre a importância desse projeto, que regulamenta, cria um corpo legal para a situação dos nossos autistas.

Foi dito aqui, pela manhã, Senador Randolfe – depois um dos Líderes vai poder falar –, que existem mais pessoas com autismo no Brasil do que pessoas com câncer, do que pessoas com *AIDS* e até com diabetes, para se ver como é importante esse debate e o projeto de lei que nós vamos aprovar no dia de hoje, logo que a Mesa me passar os devidos documentos.

Eu quero – permita-me, Senador – fazer uma pequena introdução, que é a continuação dos trabalhos da manhã.

Ao reabrir os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos, quero informar que, há poucos minutos, falei também da tribuna do Senado e já informei ao Brasil que o projeto seria aprovado exatamente às 15 horas, na abertura dos trabalhos desta Comissão, e é o que vai acontecer. E lá eu dizia – repito – que, no momento em que nos preparamos para homenagear os autistas de todo o mundo, estamos nos unindo a essa homenagem com esta reunião deliberativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, na qual votaremos hoje, em questão de minutos, a SUG nº 1, de 2010.

Essa SUG institui o Sistema Nacional Integrado de Atendimento à Pessoa Autista e foi apresentada pela Adefa, a Associação em Defesa dos Autistas do Rio de Janeiro, e outras entidades.

Lembro, que o primeiro contato... Estamos agora com o Líder Fernando – está aqui a relação dos Líderes presentes – e outros – vou citar o nome dos três em seguida –, mas quero lembrar a Sr^a Berenice Piana de Piana, que também foi uma pessoa que nos procurou.

Quero informar a todos que, para que chegássemos a este momento, tivemos uma longa caminhada. Ainda em 2008, tivemos aqui uma audiência pública, a que o Fernando e outros estiveram presentes. em que o Senado abriu as portas para o tema, sendo construído pouco a pouco, até o primeiro texto, em 2010.

Cumprimento o Senador Flávio Arns, que hoje é Vice-Governador do Paraná e foi o Relator da matéria na época, ou seja, durante o período de 2009/2010. A partir daí, o Senador Cristovam, na Presidência, acompanhou também os trabalhos. Eu assumi neste ano e passei a relatoria, então, para a Senadora Ana Rita, que leu o seu relatório hoje, pela manhã, todo o relatório. Encerramos a discussão e faremos, neste momento, só as considerações finais.

A partir deste momento, quero destacar, mais do que nunca, os Senadores que estiveram aqui pela manhã e que estão aqui agora para que este momento acontecesse. Nem todos estão aqui, mas todos vieram e assinaram o livro para garantir a votação: Senadora Ana Rita, Senadora Marta Suplicy, este que, naturalmente, lhes fala, Wellington Dias, Magno Malta, Cristovam Buarque, Garibaldi Alves, Vicentinho Alves, Wilson Santiago e Randolfe Rodrigues, que foi fundamental para garantir o quórum – faltava ali a sua assinatura –, Senador Eduardo Suplicy, Pedro Taques e Lindbergh Farias.

Deixo este documento nos Anais da Casa e quero, mais uma vez, destacar que estiveram pela manhã e estão aqui Fernando Cotta, Coordenador-DF dessa luta toda; Adriano Alves, do Movimento Orgulho Autista Brasil; Horácio Leitão, AMA-DF; Eduardo Cavalcante Lins de Melo, Movimento Orgulho Autista Brasil; Arislene Cristina dos Santos, que estava aqui conosco, Corde-DF; e Clara Beatriz Belmonte, também Corde-DF.

Quero também destacar, Senador Randolfe, que, durante a manhã toda, nos debates que aqui realizamos, não houve um Senador que tenha se posicionado discordando da iniciativa. Todos elogiaram a Comissão, e V. Ex^a sei que vai falar sobre isso, pela importância, inclusive, da metodologia, a partir de quando o projeto entrou, com reuniões, com debates, com audiências, até construirmos este momento.

Passo a palavra, neste momento ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, Srs. representantes do autismo do Brasil, queria inicialmente destacar a natureza do projeto. Sou partidário de que levemos cada vez mais a cabo a alma que está no parágrafo único do art. 1º da nossa Constituição, que diz que todo o poder desta Nação emana do povo, que pode exercê-lo diretamente. Essa alma presente no parágrafo único do art. 1º da Constituição funda no Brasil uma democracia semidireta, ou seja, uma democracia em que temos os mecanismos de participação por meio da representação na eleição de Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Vereadores, mas também temos os mecanismos de participação direta do povo no exercício da democracia.

Isso está também na Constituição, no art. 14, incisos I, II e III, que fala de iniciativa popular, do plebiscito e do referendo, que, no meu entender, inclusive, a iniciativa popular quando fosse apresentada aqui nesta Casa deveria trancar a pauta do plenário até ser votada. O mecanismo proposto aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa é: a Associação Nacional traz o projeto e depois o projeto se assume como projeto da Comissão e vai tramitar aqui em todas as Comissões do Senado, chegará ao plenário, depois irá à Câmara e, se Deus quiser, seguirá para a sanção e será sancionado pela Presidenta da República. Este mecanismo é também um mecanismo de democracia direta, uma entidade legítima de um setor que alguns tratam como minoritário, mas é maioria da sociedade brasileira que apresenta o projeto para a Comissão, o projeto para cá veio, por nós hoje será aprovado, vai tramitar nas Comissões, mas o fundamental é que foi apresentado pela Associação de Defesa do Autista, foi apresentado por entidades da sociedade civil, ou seja, veio emanado do legítimo anseio do povo.

Queria parabenizar os senhores por conhecerem os direitos, por buscarem que outras instituições, associações façam o mesmo, busquem os mecanismos de exercer a democracia diretamente. Aliás, Senador Paim, eu acredito que a reforma política que estamos tanto debatendo aqui no Senado e na Câmara só terá sentido se conseguirmos ampliar mecanismos como estes, de participação direta do povo nas decisões políticas, senão vai acabar sendo somente uma reforma eleitoral que não vai modificar as estruturas do sistema político brasileiro.

Além do mais, o mérito da matéria apresentada por vocês inclui-se na necessidade, na reivindicação, com certeza, que a Associação apresenta de inclusão do autista, de ser tratado com dignidade, de ser

reconhecido, de ser tratado também com outros princípios, que é um dos fundamentos da nossa República ancorados na Constituição, que é o princípio da dignidade da pessoa humana. Além do mais, a matéria aqui apresentada é inédita no sentido de proclamar um conjunto de direitos do autista e de constituir um sistema nacional de defesa do autista, necessário e fundamental.

É uma pena que o escopo legislativo brasileiro ainda não tivesse uma norma dessa natureza que nós iremos aprovar agora, graças à sua dedicação, Senador Paulo Paim. O senhor tem mobilizado Senadores. Que o mérito maior seja entregue ao Senador Paulo Paim, que passou o dia todo ligando para os Senadores, mobilizando Senadores para que aqui viessem, não descansou enquanto não conseguiu a última assinatura que faltava neste projeto, que foi a minha, embora seja suplente na Comissão para poder viabilizá-lo.

Inclusive no ambiente que temos nesta semana, de quase feriado no Senado da República, em virtude da lamentável partida do nosso querido Vice-Presidente José Alencar – desde terça-feira, nós todos, no Senado, estamos de luto –, há, então, naturalmente um clima de desmobilização, e isso só reforça ainda mais a conquista deste momento de aprovação e a dedicação que o Senador Paulo Paim teve para que tivéssemos êxito com este momento agora.

Então todas as loas e saudações é para o Sr. Presidente pelo mérito de ter conquistado e de ter sido porta-voz desta reivindicação dos autistas do País e conquistar agora e aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado pelas suas considerações, Senador Randolfe. Eu, de fato, fiz a minha parte como V. Ex^a também fez, deslocando-se inclusive e eu quero dizer aos senhores e às senhoras que não houve um Senador que eu tenha ligado que não demonstrou total solidariedade ao movimento dos autistas. Todos, todos, inclusive os que estavam em Belo Horizonte que disseram: “Olha, Paim, se você quiser, chame outra reunião para as três, para as cinco, e nós estaremos aí para votar” – Senador Simon e tantos outros aqui desta Comissão.

Mas, Fernando, acho que é um momento histórico a aprovação deste projeto, e tenho certeza de que a partir de hoje passa a tramitar no Senado, com rapidez, a nossa intenção, já conversando com outros Senadores, inclusive com o Senador Randolfe, de pedir urgência quando ele for aprovado na primeira comissão posterior a esta, a fim de que ele seja votado com a brevidade que os autistas exigem.

Por isso, com satisfação, a palavra a V. Ex^a.

O SR. FERNANDO COTA – Obrigado, Senador, quero agradecer, em especial, aos Senadores que se deslocaram, inclusive ao seu empenho em ligar para cada um desses Senadores, para cada uma dessas pessoas que estavam homenageando o nosso ex-Vice-Presidente José Alencar – homenagem justíssima –, mas, como o senhor sabe, nós não poderíamos esperar mais, e o seu empenho em todo esse trabalho de ter adotado essa idéia como um projeto pessoal – virou um projeto pessoal de vida do senhor, nós percebemos isso, percebeu a necessidade dos autistas de serem atendidos, de precisarem imediatamente até porque o tempo não volta, como o senhor falou. O senhor já está requerendo, inclusive, a urgência para a votação desse projeto e, em nome dos autistas, em nome das associações de autistas do Brasil inteiro, quero lhe agradecer e dizer que isso representa, de fato, aquilo que nós esperamos dos nossos Parlamentares, dos nossos representantes que estão aqui como o senhor e que nos fazem ter orgulho também desta Casa, porque dão celeridade aos nossos processos e que vão mudar efetivamente a qualidade de vida dessas pessoas, das pessoas com autismo, das famílias dessas pessoas do Brasil.

É um momento histórico, é um momento em que vamos ver, ainda nessa geração, Deus queira, e nas gerações posteriores também, efetivamente o resultado disso, Senador, da melhoria da qualidade de vida das pessoas autistas, das famílias dessas pessoas.

Então quero agradecer em especial à Adefa, à Abraça, à Ama do DF, que está aqui com seu presidente, ao Movimento Orgulho Autista Brasil e às demais instituições que trabalharam em conjunto com esta Comissão, para que, de fato, essa lei fosse abrangente, não só na educação, na saúde, na assistência social, mas em todos setores para que os governos, os governos estaduais, os governos municipais, o Governo Federal, possam garantir o atendimento, à dignidade da vida da pessoa autista como muito bem foi colocado aqui pelo Senador que falou recentemente.

Obrigado, senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fernando Cota, não sei se os senhores querem usar a palavra também, se já se sentem contemplados?

O SR. FERNANDO COTA – Eu gostaria só de fazer um pedido a V. Ex^a, porque nós, recentemente, no Distrito Federal, construímos também nessa tentativa talvez – perdoe-me o termo –, desesperada de atender à questão dos autistas com os Parlamentares locais – no Estado da Bahia, por exemplo, já existe essa lei, no Estado da Paraíba, enfim, no Município do Rio de Janeiro, em várias cidades brasileiras já se tenta de alguma forma... Soube que, recentemente na Assem-

bleia Legislativa de Manaus, o projeto já está passando... São leis semelhantes a essa e, no Distrito Federal, depois de tramitar pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, nós tivemos, infelizmente, o projeto vetado na sua integralidade pelo Governador Agnelo.

E nós gostaríamos, aqui, representando as instituições que trabalham com o autismo no Distrito Federal, de solicitar a V. Ex^a a possibilidade de V. Ex^a indagar ao Governador Agnelo o porquê desse veto integral a esse projeto.

Foi alegado vício de iniciativa, mas nós sabemos que em outros Estados também a lei existe e está em vigor por conta de iniciativa de Parlamentares locais também. Então, Senador, até porque o Governador Agnelo também é do mesmo Partido do senhor, quem sabe sugerir então que ele apresente agora, pela oportunidade do Dia Mundial de Conscientização do Autismo, no dia 2, a lei de iniciativa do Executivo, se for o caso.

Então, solicitamos a V. Ex^a a possibilidade de intervir nesse caso também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a pode ter certeza de que eu farei esse movimento entre hoje e amanhã. O que eu posso fazer é uma solicitação ao Executivo do DF para que ele atenda essa sua solicitação, que resolve a questão. Se é problema de iniciativa, que o Governo então encaminhe para a Câmara Distrital um projeto com o mesmo teor ou com as devidas alterações, mas desde que se consagre a lei.

E me comprometo mais, vou também procurar, no Rio Grande do Sul, a Assembleia Legislativa, para ver se construímos lá também um projeto nos moldes dos que foram aprovados já em outros Estados.

Isso só fortalece a aprovação do projeto aqui na Casa. A minha intenção, depois de aprová-lo – vamos colocar em seguida em votação – é inclusive entrar com pedido de requerimento de urgência, para que ele seja aprovado com brevidade.

Mediante o exposto, eu, neste momento, coloco em votação o parecer apresentado aqui pela Senadora Ana Rita.

Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. *(Paus.)*

Abstenção?

Voto contra?

Foi aprovado, então, por unanimidade, já que todos os Senadores que assinaram a lista de presença – precisávamos só de onze e pelos meus cálculos aqui foram catorze Senadores – assinaram dando sua concordância à aprovação deste projeto, que neste momento estamos consagrando.

Então, uma salva de palmas aos autistas. *(Palmas.)*

Nós, agora, temos uma série de requerimentos para aprovar ainda. Eu pediria ao Senador Raldolfe que assumisse a Presidência. Os requerimentos, como diz aqui o Regimento, só com a presença do Senador. A não ser que haja algum que V. Ex^a queira assinar como co-autor, aí depende, naturalmente, do Senador ou da Senadora que teve a iniciativa.

Então, eu queria que passassem para o nosso Presidente os requerimentos de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Raldolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Requerimento nº 31, de 2011:

“Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública para a apresentação de projetos sociais do Tribunal de Contas da União em prol da dignidade da pessoa humana.”

Autoria do Senador Paulo Paim.

Coloco em discussão o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Rapidamente, Sr. Presidente. É só para dizer que esse foi um pedido do próprio TCU. Eles querem fazer um trabalho mais integrado com o Congresso Nacional. Eles entendem que, por pesquisas realizadas, auditorias, têm muita coisa a contribuir. E querem vir aqui apresentar a conclusão desse trabalho e, ao mesmo tempo, que possamos, como eu digo, nos apossar desse conhecimento para as políticas públicas do nosso País.

Por isso eu solicitei essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Raldolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Perfeito, Senador Paim.

Coloco em votação então o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu tenho dois requerimentos que pediria a V. Ex^a que colocasse extrapauta.

Quando presidi esta Comissão, nos dois anos que antecederam o Senador Cristovam, no fim dos trabalhos, publiquei um livro chamado *O Cantar dos Pássaros nas Manhãs do Brasil* e usei a construção de um belo projeto chamado *Estatuto do Homem*, que foi escrito pelo poeta Thiago de Mello, quando estava no exterior ainda. Devido à ditadura, ele foi para o exílio. E pretendo, nesta audiência pública... Já conversei com o Thiago de Mello, que deve estar com o quê? Noventa e poucos anos, 91 anos, que se comprometeu de estar conosco. E nós faríamos uma audiência pública da seguinte forma:

Com base no disposto no art. 49, inciso II, requeiro a realização de uma audiência pública intitulada *Poesia*

e *Direitos Humanos*, em comemoração ao Dia Nacional da Poesia, que V. Ex^a registrou em plenário. Estou lembrando agora. V. Ex^a fez um discurso em plenário, ocorrido no dia 14 de março, um dia antes da data do meu aniversário. Para tanto, eu gostaria que fosse convidado, dentre outros que a Comissão poderá indicar por este Senado, o poeta Thiago de Mello.

Thiago de Mello, poeta brasileiro, escreveu em 1967, quando estava no exílio, o *Estatuto do Homem*. Em seu artigo final, diz:

Fica proibido o uso da palavra liberdade, a qual será suprimida dos dicionários e do pântano enganoso das bocas. A partir deste instante – veja a grandeza dele –, será algo vivo e transparente como um fogo ou um rio, e a sua namorada será sempre o coração do homem.

O que ele quer dizer? Ele não quer ver só a liberdade na expressão da boca das pessoas, mas sim viva, tão forte como o fogo ou como a água ou no coração de cada homem.

E termino dizendo na justificativa: Já o escrito pelo colombiano Gabriel Garcia Marquez, Nobel de Literatura em 1982, termina o seu pronunciamento com a seguinte frase, no momento em que Gabriel recebeu o Nobel de Literatura. Diz ele:

É por isso que convido-os a todos a brindar por aquilo que um grande poeta das nossas Américas Louis Aragon definiu como a única prova concreta da existência do homem. O que é? A poesia.

Esses são os argumentos, meu amigo Presidente.

É com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. P-Sol – AP) – Senador Paim, antes de colocar em votação a inclusão do requerimento na pauta desta sessão, não poderia deixar de cumprimentá-lo. Nada mais condizente com a Comissão de Direitos Humanos do que refletir sobre a condição humana. E a poesia faz isso. Thiago de Mello se insere na categoria dos grandes poetas brasileiros. E, junto com ele, temos Drummond, Graciliano Ramos e tantos outros. Eu tenho orgulho de o Thiago de Mello ser um poeta amazônida que se insere dentre a plêiade de grandes poetas amazônidas, como um poeta amapaense que é Alcir Araújo, autor, inclusive, da poesia que aqui declamei. Alcir Araújo lamentavelmente já faleceu. E nós, inclusive, pelo Senado, pretendemos fazer o lançamento de um livro em homenagem póstuma às poesias de Alcir Araújo. Alcir Araújo, conhecido de Thiago de Mello, é um dos grandes poetas amazônidas.

Mas tem um outro poeta amigo de Thiago de Mello que podemos convidar para esta sessão, que é o poeta João Gomes, do Amapá. Inclusive, Thiago de Mello

compareceu no Amapá nos 50 anos de poesia de João Gomes, que é um nome da poesia amazônida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já está acatada a sua recomendação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. P-Sol – AP) – Então, pronto, está incorporado para a nossa sessão o convite também para o poeta amapaense amazônida João Gomes. Será um belo encontro entre Thiago de Mello e João Gomes.

Dessa forma, coloco em apreciação a incorporação, na pauta desta sessão, do requerimento de autoria do Senador Paulo Paim.

Não havendo ninguém que divirja, considero incorporado à pauta desta sessão da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Nesse sentido, coloco em apreciação o mérito do requerimento.

Não havendo ninguém que divirja do mérito do requerimento, consideramos aprovado o requerimento de autoria do Senador Paulo Paim para a sessão desta Comissão de Direitos Humanos junto com poesia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, tomo a liberdade de apresentar outro requerimento. Alguém pode estranhar, mas tomo a liberdade como Senador da Base, porque entendo que isso também tem a ver com a vida das pessoas.

Passo a descrever o requerimento:

Sr. Presidente, requeiro a realização de audiência pública para o fim de debatermos o cancelamento dos restos a pagar 2010 (Decreto nº 7.418, de 31 de dezembro de 2010), bem como as dificuldades de análise dos processos junto à Caixa Econômica Federal.

Aqui eu faço alguns considerandos que faço questão de ler:

1) A publicação do Decreto nº 7.418, de 31 de dezembro de 2010, que cancela os restos a pagar não processados dos convênios e contratos de repasse inscritos em 2007, 2008 e 2009 à data de 30 abril de 2011;

2) que os Municípios possuem inúmeros contratos em vigência, com a execução em andamento. Como fica a situação deles?

3) Que as Prefeituras que têm se deparado com dificuldades técnicas operacionais da Caixa frente à morosidade da avaliação e a falta de pessoal: técnico, engenheiro, arquiteto para análise e fiscalização dos contratos, aqui a gente possa discutir;

4) que o cumprimento do decreto supracitado trará enormes prejuízos aos programas sociais dos Municípios.

5) Que grande parte das empresas ganhadoras das licitações está sem capital de giro por falta de pagamento das parcelas já executadas. Por isso vamos

ter que debater. E lembro que o princípio... V. Ex^a que é advogado, jurista, é bacharel, é tudo, como se pronuncia o princípio do *pacta sunt servanda*. É isso mesmo? E o da segurança jurídica estão em choque.

Enfim, que nos termos do art. 78, § 15, da Lei nº 8.666, os contratos podem ser executados por falta de pagamento com prazo superior a noventa dias, o que poderá resultar numa enxurrada de ações na Justiça. Nós não queremos isso, queremos resolver a situação.

Enfim, acontece a violação do princípio da dignidade da pessoa humana, uma vez que as empresas executoras não conseguem cumprir as suas obrigações, por exemplo, quanto à folha de pagamentos, atingindo diretamente a economia dos pequenos Municípios e trazendo miséria à mesa do trabalhador.

Requeremos a presença, para construir um entendimento, de um representante da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, um representante da Caixa e um representante das prefeituras via suas entidades.

O objetivo aqui é apenas que a gente consiga buscar caminhos para que, quando a Caixa disser: fiz a vistoria, eu possa encaminhar o pagamento, desde que vocês cumpram a parte de vocês em quinze, vinte dias, o que é impossível porque há toda uma burocracia. E uma das alternativas seria prorrogar o prazo por mais noventa dias.

Enfim, é esse o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Pois não, Senador.

Coloco em apreciação a inclusão do requerimento na pauta desta sessão da Comissão de Direitos Humanos.

Não havendo quem discorde, declaro incluído nesta sessão o requerimento de autoria do Senador Paulo Paim.

Desta feita, coloco em apreciação o mérito do requerimento agora apresentado.

Não havendo ninguém que discorde, declaro aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, por fim, nós todos acompanhamos o Brasil chorar e se emocionar, inclusive o Presidente Lula – todo mundo viu a emoção e as lágrimas. Hoje pela manhã, fizemos uma homenagem aqui ao nosso querido amigo e Ex-Presidente José Alencar Gomes da Silva.

Enfim, muitas foram as iniciativas, eu tomei a iniciativa hoje pela manhã, pois acho a figura de José Alencar tão emblemática, tão simbólica, a posição dele em defesa do nosso povo, da nossa gente, do combate à taxa de juros. Era alguém que toda vez, Randolfe, que eu me dirigia ao Palácio, ele, na Presidência ou

na Vice, sempre me recebia com uma enorme satisfação e ficávamos horas e horas conversando sobre o Brasil.

Resolvi encaminhar o seguinte documento e espero a apreciação dos nossos pares, porque eu disse o seguinte hoje pela manhã: se eu pudesse, eu que entrei com a iniciativa aqui de herói da pátria para Setepe Araju, por exemplo, e depois o Deputado Marco Maia teve uma iniciativa semelhante, aprovou lá, eu fui relator aqui e hoje Setepe Araju é herói da pátria. Eu cheguei a pensar em encaminhar nesta Casa a proposta para considerar o ex-Vice-Presidente José Alencar herói da pátria. Mas é claro que considereirei e que sei que só após cinquenta anos da sua morte.

Mediante os fatos, estou tomando conhecimento dessa questão, encaminho o seguinte documento:

Ato de homenagem à vida do ex-Presidente José Alencar Gomes da Silva.

A comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, em 31 de março de 2011, em reunião deliberativa, manifesta os seus votos de homenagem ao ex-Presidente José Alencar Gomes da Silva, pela vida honrada e virtuosa que levou, bem como os relevantes serviços prestados à Nação brasileira.

Aí vem o detalhe, que pode ser um detalhe, mas não é o detalhe:

“Ao mesmo tempo em que homenageamos, rogamos - aqui ficaria registrado nos anais da Casa. Eu, provavelmente nós que estamos aqui, muitos dos que estão assistindo a esse programa também já estarão no outro espaço -, transcorridos os cinquenta anos da sua morte, possa-se, na forma da lei, ser elevado ao livro dos heróis da pátria.”

Essa é a intenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Belíssima sugestão, Senador Paulo Paim, em especial porque não é simplesmente uma moção, um ato de homenagem; é de reconhecimento, é de incluir José Alencar no panteão de heróis do povo brasileiro, o que, de fato, foi. O Presidente José Alencar teve uma curta carreira política. Ele foi candidato a Governador de Minas Gerais, já em 1994. Já tinha obtido todo o sucesso possível como empresário, mas, na curta carreira política que teve nesses dezesseis, dezessete anos de vida pública emprestou o melhor de sua vida ao povo brasileiro.

Dessa forma, incluímos a moção, o ato de homenagem, na pauta desta sessão e, ao mesmo tempo, colocamos em apreciação.

Quem concorda com o ato de homenagem, com a moção aqui apresentada, por favor, permaneça como está.

Considera-se aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS) – Com certeza, Sr. Presidente, daqui uns anos, quando forem olhar os trabalhos desta Comissão, vão lembrar dessa pequena moção e quem sabe aí o colegiado da época resolva assegurar a ele, por recomendação desta sessão, que considero histórica, em que nós estamos dividindo inclusive a Presidência. Ele virou um símbolo da luta nacional contra o câncer também. Foram treze, quatorze anos de resistência, sempre dizendo “Na hora que Deus quiser Ele me leva”

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL - AP) – Nada mais propício para uma Comissão de Direitos Humanos. É um bom exemplo da luta por direitos humanos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS) – Muito obrigado.

Presidente, eu ainda gostaria de encaminhar um outro requerimento:

Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com fundamento também no art. 93, requeiro audiência pública intitulada Empregada Doméstica e os Direitos Humanos, em comemoração ao Dia Nacional da Empregada Doméstica, que ocorre agora, dia 27 de abril.

Em comemoração ao Dia da Empregada Doméstica, solicitamos a especial gentileza de realizar audiência pública para os dias 25 e 28 de abril de 2011 para que a gente faça essa comemoração, bem como evidenciar essa categoria de trabalhadores que há muito tempo desempenham as suas tarefas e só vieram a ter a sua profissão reconhecida em 1982, através da Lei do Empregado Doméstico, Lei nº 5.859.

De 1º a 17 de julho de 2011, vai acontecer a Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, onde, na 70ª sessão, um dos itens para a aprovação é: Item 4. Um Trabalho Digno para os Trabalhadores Domésticos. Ação normativa, segundo a discussão, com vista à adoção de uma convenção completa por uma recomendação. Ou seja, neste ano, provavelmente teremos uma convenção internacional para fortalecer o trabalho daquele homem ou daquela mulher que serve a outros na função doméstica.

A mesma entidade que me pede essa audiência pública indica os participantes Creuza Maria Oliveira, Presidente da Fenatrad, Cleonice Caetano Souza, Presidente da Inspir – Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial, Maria Luiza Feltz, Secretária Nacional da Mulher Contratis CUT, Rosane Silva, Secretária Nacional da Mulher, Lilian Arruda Marques, Assessora da Direção Técnica do Dieese, Raimunda Gomes, Secretária Nacional da Mulher CTB – Central dos Trabalhadores do Brasil, Maria Auxiliadora, Secre-

tária Nacional da Mulher da Força Sindical, e ainda Rosane Silva, Secretária Nacional da Mulher da CUT, ou seja, todas as centrais estão representadas. Há uma representante também da Nova Central.

Pela OIT, Organização Internacional do Trabalho, Márcia Vasconcelos, Ana Carolina Quirino, representando ONU Mulheres, da Unifem, e ainda Cássia Bufelli, Secretária Nacional da Mulher da UGT – União Geral dos Trabalhadores, Maria Pimentel, Assessora Internacional da CGTB, e José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Nesse mesmo dia, com certeza poderemos aprofundar, quem sabe, um outro projeto que apresentei, que trata da regulamentação da situação do gari. Vejam como, sem querer, eu liguei, porque o gari até hoje não tem piso, não tem uma definição, seus direitos não estão assegurados.

Então, vamos aprovar o requerimento da empregada doméstica e, quem sabe, na sequência discutir um projeto que apresentamos na Casa, que regulamenta a situação do gari, esses homens e mulheres que limpam as ruas das cidades. Muitas vezes a podridão deixada pelos poderosos, eles juntam em defesa da saúde e, naturalmente, do meio ambiente.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL - AP) – Obrigado, Senador.

Coloco em apreciação a inclusão desse requerimento na pauta desta sessão. *(Pausa)*

Não havendo quem discorde considero-a aprovada.

Coloco em apreciação o mérito deste requerimento. *(Pausa)*

Não havendo quem discorde considero-o aprovado.

Não havendo mais requerimentos, devolvo a presidência para o seu titular.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Randolfe, pela forma carinhosa, como sempre, e gentil com que V. Exª atendeu ao meu pedido, dividindo a presidência da Comissão de Direitos Humanos no dia de hoje.

Quero dizer a todos que não haveria problema algum em fazermos algumas audiências em parceria com outras comissões, como, por exemplo, a Subcomissão de Trabalho e Previdência, a Subcomissão da Pessoa com Deficiência, a Subcomissão de Educação ou mesmo a Comissão de Assuntos Sociais. Algumas comissões podem fazer o trabalho integrado, o que facilita inclusive a vida dos convidados, que poderão participar num único momento de uma audiência pública com duas, três ou quatro comissões quando for necessário. Hoje mesmo fizemos isso. Tivemos um

trabalho aqui na Comissão de Direitos Humanos, interrompemos e fomos para a Subcomissão das Pessoas com Deficiência. Terminou lá, voltamos para cá, para continuar os trabalhos de forma muito integrada.

Eu terminaria, Senador Randolfe, lhe dizendo que a nossa Comissão, no dia de hoje, teve dois marcos, se os senhores que são líderes do autismo concordarem: a homenagem que fizemos ao nosso

A homenagem que fizemos ao nosso querido falecido José Alencar. Apresentamos um vídeo onde, no Rio Grande do Sul, ele declamou a letra da música... Como é mesmo o nome, Roberto? (Pausa.) Agora me esqueci. É a música da Fiergs que passamos hoje de manhã aqui, do Nelson Cavaquinho, que leva o nome... Antes de eu encerrar, vocês que estão aqui, passem o nome. Vocês devem ter os documentos.

Foi muito bonito ele declamando na Fiergs. Eu estava lá com ele. Ele tirou um papel do bolso - eu contei e conto de novo - e declamou. Conseguimos o vídeo, passamos o vídeo aqui... "Quando eu me chamar saudade". Ele fala da vida e da morte. E ele diz uma parte da letra da canção, resumindo: façam por mim o que puderem enquanto eu estiver vivo, porque depois de morto eu só quero que rezem por mim.

Muito bonita a forma como ele falou. Depois eu coloquei na voz do Nelson Gonçalves - a música foi escrita pelo Nelson Cavaquinho. Aqui colocamos na voz do Nelson Gonçalves, porque era o DVD que eu tinha naquele momento.

Então, que possamos dividir essa data histórica, inclusive aprovando a moção no final, que recomenda aos futuros legisladores, só que daqui a 50 anos, mas isso fica nos Anais da Comissão de Direitos Humanos desta reunião em que dividi a Presidência com o Senador Randolfe Rodrigues.

Quem sabe em algumas décadas os Senadores e os Deputados aprovem essa recomendação nossa de que o nosso querido Vice-Presidente seja colocado entre os heróis da Pátria.

E, naturalmente, aos autistas. O mundo todo vai estar pintado de azul a partir das seis horas do próximo dia 2. Será aqui no Congresso, será no Rio de Janeiro, será em Porto Alegre, será em São Paulo, será em Santa Catarina, será em Londres e, pela informação que tenho, será nos Estados Unidos, mais precisamente em Washington, isso fruto desse movimento dos autistas aqui neste Plenário, representados pelo Sr. Fernando Cota. Faço questão de repetir: Adriana, Horácio, Eduardo, Gislene, Clara e, por que não dizer, pelo Randolfe, que representa a assinatura. Ele foi o último. Faltava ele, que se desloca de longe. Disse que estaria aqui em 40 minutos. Assinou e concluímos, então, com a aprovação.

Enfim, encerro a presente audiência pública dizendo que ela é uma audiência pública histórica. Oxalá o nosso Vice-Presidente esteja entre os heróis da pátria e oxalá aprovemos o requerimento de urgência, para que o regulamentação do autista seja aprovada o mais rápido possível.

Eu dizia hoje pela manhã, lá na outra comissão, e repito: tenho muito orgulho de ser o autor da lei que garantiu 21 de setembro, no início da primavera, como o Dia da Pessoa com Deficiência em nosso País.

Oxalá até lá o projeto do autista esteja aprovado e sancionado.

Assim encerro a presente sessão.

(Levanta-se a Reunião às 15h47min)

ATA DA OITAVA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e um minuto do dia quatro de abril de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores e Senadoras: **Paulo Paim, Cristovam Buarque, Gleisi Hoffmann e Vicentinho Alves e dos não membros Senadora Ana Amélia e Senador Marcelo Crivella.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta: **Item único** – Audiência Pública, nos termos dos **Requerimentos nºs 08, e 12 de 2011 – CDH**, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovados em 17/03/11, para discutir **a relação entre motoristas, trânsito e acidentes.** Convidados que comparecem e fazem uso da palavra, nesta ordem: Adélio Justino Lucas e Mônica de Macedo Guedes Lemos Ferreira, Procuradores do Trabalho da 10ª Região, em representação de Otavio Brito Lopes, Procurador-Geral do Trabalho; Marcos Aurélio Ribeiro, Assessor Jurídico da Confederação Nacional do Transporte de Carga e Logística, em representação do Senador Clésio Andrade; Omar José Gomes – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestre – CNTTT; Luiz Antônio Festino, Diretor de Assuntos Trabalhistas, Segurança e Saúde no Trabalho, em representação ao Senhor José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central; Dilson de Almeida Souza, Assessor Especial do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, em representação ao Senhor Orlando Moreira da Silva, Diretor-Geral do DENATRAN; Otaliba Libânio de Moraes Neto – Diretor

do Departamento de Análise de Situação de Saúde do Ministério da Saúde; Ronaldo Alves – Presidente da ONG Rodas da Paz; Luiz Alberto Mincarone, Consultor Técnico da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais – ABTI; Luiz Carlos Galvão, Presidente do Sindicato dos Motociclistas Autônomos do DF – SINDMOTOTAXI, Marcelo Corrêa Restano, Advogado do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística do Rio Grande do Sul – SETCERGS; e Neri Leobert, Coordenador do Movimento União Brasil Caminhoneiro – MUBC, em representação ao Senhor Nélcio Botelho, Presidente do MUBC. O Senhor Presidente abre os trabalhos e nomeia os convidados que comparecem e solicita que tomem lugar à mesa. Em seguida, o Senhor Presidente faz suas considerações iniciais. Após a explanação dos Senhores convidados e Senadores o Senhor Presidente franqueia a palavra a lideranças de organizações civis presentes no plenário da Comissão. Às onze horas e quatorze minutos o Senhor Presidente passa a presidência para Senadora Ana Amélia. Às onze horas e trinta e um minutos a Senadora Ana Amélia devolve a presidência ao Presidente Paulo Paim. O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Lincoln Macário Maia, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, para fazer denúncia de violação de direitos humanos de jornalistas. Em seguida, o Senhor Presidente faz o encaminhamento para a Secretaria da CDH receber a denúncia por escrito e sugere a realização de audiência pública para tratar do assunto. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Gleisi Hoffmann, Ana Amélia e Marcelo Crivella. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às quatorze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 8ª reunião extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A audiência pública, nos termos dos Requerimentos nºs 8 e 12, de 2011, de autoria deste Senador, aprovado em 17 de março de 2011, para discutir “a re-

lação entre motoristas, trânsito, acidentes” e o próprio Estatuto do Motorista.

Convidados para esta reunião Otaliba Libânio de Moraes Neto, Diretor do Departamento de Análise de Situação de Saúde do Ministério da Saúde; Dilson de Almeida Souza, assessor especial do Departamento Nacional de Trânsito – Denatran, em representação ao Sr. Orlando Moreira da Silva, Diretor-Geral do Denatran; Ronaldo Alves, Presidente da ONG Rodas da Paz; Reivaldo Alves de Moraes, Presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais – Sindimoto – DF; Maria Alice Nascimento Souza, Diretora-Geral do Departamento da Polícia Rodoviária Federal; Marcos Aurélio Ribeiro, assessor jurídico da Confederação Nacional do Transporte de Carga e Logística – NTC, em representação ao Senador Clésio Andrade; Adélio Justino Lucas e Mônica de Macedo Guedes Lemos Ferreira, Procuradores do Trabalho da 10ª Região, em substituição ao Sr. Otávio Brito Lopes; Osmar José Gomes, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestre, CNTTT; José Calixto Ramos, da Nova Central; Neuri Leobet, coordenador do Movimento União Brasil Caminhoneiro em representação a Nélcio Botelho, Presidente do MUBC; Francisco Cardoso, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais – ABTI; Luiz Alberto Mincarone, consultor técnico da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais – ABTI; e Marcelo Corrêa Restano, advogado do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística do Rio Grande do Sul.

Eu explico a todos que estão aqui neste momento que o objetivo desta nossa audiência pública, na verdade, é a continuação de um trabalho que iniciamos há mais de dois anos para discutir a importância da legalização definitiva da questão dos nossos motoristas em todas as áreas. Naturalmente, esse embate começa, esse debate – ou que seja um bom embate – no momento em que há uma preocupação muito grande no Brasil com os acidentes no trânsito, e claro que o acidente do trânsito inicia as preocupações nos órgãos de Governo e também nos motoristas, seja de caminhão, de ônibus, de táxi, de carro de lazer, pegando até o ciclista; avançaríamos ainda mais, porque interessa naturalmente a todo pedestre.

Então, esta audiência tem esta simbologia: discutir a importância do nosso transporte de forma ampla e, como eixo – esse é o objetivo –, avançarmos na ideia que tivemos do Estatuto do Motorista, para o qual tivemos uma série de reuniões.

Vou fazer uma rápida introdução e dizer que, além do Senador Vicentinho, que já está aqui ao meu lado, o Senador Cristovam está aqui conosco, e peço

uma salva de palmas para ambos (*Palmas.*), porque segunda-feira às 9 horas da manhã eles já estão aqui quando alguns alegam que nem sempre...

Vou passar a palavra em seguida, pois há uma pessoa pedindo a palavra. Só vou fazer aqui uma introdução, e vamos formatar a nossa Mesa. Com os nossos convidados, faremos mais do que uma Mesa: os convidados falarão; a primeira turma cede o espaço na Mesa e entra outro time para fazer a outra palestra. O Senador Vicentinho pode ficar aqui comigo, sem problema algum.

Enfim, vamos aqui iniciar este momento tão importante desta Comissão.

Eu vou fazer uma retrospectiva muito rápida e o Senador Cristovam vai sentar aqui com a gente. À medida que os panelistas vão falando, eles retornam ao plenário e os convidados vão se revezando.

Senhoras e senhores convidados, Senadores, Senadoras, nossos panelistas, esta audiência pública tem o objetivo de abrir o diálogo sobre a importância de criarmos uma lei que contemple, valorize, proteja e, antes de tudo, regulamente de forma definitiva a situação dos motoristas, apontando os caminhos do motorista de taxi, de caminhão, de ônibus, do motorista em geral. Eu avancei aqui inclusive quanto à situação dos motociclistas. Tivemos uma grande audiência aqui em relação à situação inclusive dos ciclistas, que pediram espaço e vão falar também no dia de hoje.

Sabemos que temos que destacar muito, na questão dos motoristas, a questão dos autônomos e dos celetistas. Eu aqui lembro: quem de nós, em algum momento de nossas vidas, de uma forma ou de outra, não foi envolvido em algum tipo de acidente no trânsito, independente de ser ou não motorista? Todos nós. Eu mesmo lembro que, na campanha passada, tive um acidente no Rio Grande do Sul; o carro que o meu motorista dirigia bateu em outro carro. Não importa quem foi o culpado, tivemos que entrar com um processo. Felizmente, ninguém se feriu. Lembro aqui a questão do meu filho também. Recebemos, enfim, notícias de acidente no trânsito em todo o Brasil, diariamente. Quando ligamos qualquer TV, qualquer rádio, ficamos recebendo os índices, que são assustadores.

De forma genérica, de acordo com os dados que eu recebi em relação ao feriado do carnaval do ano passado e deste ano – os dados oficiais estão aí –, houve um aumento muito grande do número de pessoas que morreram, inclusive, nos acidentes de trânsito. Enfim, as pessoas são arrancadas do convívio da família, bruscamente, após estarem na estrada, pensando até no passeio, quando vem o acidente.

Eu me coloco, neste momento – e é este também o objetivo desta audiência pública –, no lugar das

famílias que perdem seus entes queridos, vítimas de acidentes de trânsito, quase todos os dias. Acredito que somos vítimas também – por que não lembrar que vamos debater? – de uma falta de estrutura das nossas estradas, que leva a contribuir para os acidentes.

Portanto, há a necessidade de diálogo com toda a sociedade, com todos os órgãos ligados ao segmento do transporte e do trânsito, com líderes dos trabalhadores, que gentilmente atenderam ao nosso convite e estão aqui para debatermos um tema que envolve a vida de todos nós.

Antes de dar prosseguimento a esta fala, gostaria que, simbolicamente, nós todos levantássemos e fizéssemos um minuto de silêncio em saudação, em solidariedade, em homenagem àqueles que perderam a vida em acidente de trânsito.

(Procede-se a um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Vou dar alguns dados aqui, somente para iniciarmos os nossos debates.

“Segundo estudos realizados pelo Ipea, intitulado ‘Impactos Sociais e Econômicos dos Acidentes de Trânsito na Área Urbana Brasileira’, o Brasil está assim colocado reconhecidamente um dos recordistas mundiais em acidentes de trânsito.

O problema se revela não apenas pelo número absoluto de acidentes, mas também pela alta incidência de acidentes por pessoa ou por veículo em circulação, que se reflete em índices que demonstram a real periculosidade do trânsito no país.”

E aí, vem todo o debate que está no estatuto e que a gente quer aprofundar, de garantir aposentadoria especial para todo motorista profissional, o que não é assegurado hoje pela legislação.

“Conforme dados recentes do Denatran, em 2009, o total de vítimas fatais foi de 20.604. E a soma de feridos nesse mesmo período foi de 501.829.” Olha que nós saímos de 20.000 para 501.829 só no ano de 2009, entre vítimas fatais e feridos.

Além do custo sentimental que esta estatística representa, e é natural que nada paga uma vida, existe o custo econômico gerado num montante mais do que considerável que poderia ser revertido em políticas públicas para salvar vidas e melhorar as condições principalmente das estradas, assegurando uma estrutura decente para os nossos motoristas

Outro dado assustador que me chega. Acidentes de trânsito são a principal causa da morte de pessoas entre 10 e 24 anos. De acordo com o estudo realizado pelos pesquisadores da Austrália, Grã-Bretanha e Suíça, a pedido da Organização Mundial da Saúde. A pesquisa também indica que a taxa de mortalidade por

acidentes de trânsito é bem mais alta entre os homens, 15%. Entre as mulheres essa taxa é de 5%.

Acidentes de trânsito são responsáveis por 10% das mortes entre jovens no mundo. Segundo a OMS, a intenção do estudo é informar os governos sobre as principais causas de morte para auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas e programas de prevenção, objetivo também desta nossa audiência pública.

A partir destas conclusões, fica claro são necessários investimentos não apenas no setor da saúde, mas de setores que incluem educação, bem estar, transporte, infraestrutura para melhorar o acesso à informação e serviços, ajudar os jovens e a população em geral a evitarem comportamentos arriscados e que podem levar à morte.

Não restam dúvidas sobre a importância do tema, e reitero que não é de hoje que esse diálogo a respeito do estatuto do motorista está na pauta. Tramita no Senado o Projeto de Lei nº 271/2008, de nossa autoria. Esse projeto é fruto de inúmeras visitas que fizemos a diversos Estados. Lembro-me que fui a São Paulo, Santa Catarina, no Rio Grande do Sul visitei São Marco, Três Cachoeiras, Uruguiana, considerados pólos dos caminhoneiros do sul; em Porto Alegre.

Este estatuto é uma proposta para enfrentarmos debates sobre a situação dos motoristas no Brasil. O estatuto envolve toda a sociedade civil de maneira direta ou indireta, com sindicato, federação, empresário, com o Ministério Público, com o setor de transporte, cooperativas, motoristas, pedestres, passageiros, frentistas de postos de combustível e, naturalmente, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Estamos ouvindo todos os setores para chegarmos a uma proposta de consenso. Desde a apresentação do Estatuto do Motorista, já realizamos – e muitos aqui já participaram – mais de trinta encontros, entre audiências e reuniões. Houve a presença de muitas pessoas, de várias categorias, para comprovar, pela experiência aqui reafirmada, o pedido também de que o estatuto olhe inclusive a questão do Mercosul, devido à situação das nossas fronteiras, e a própria experiência internacional dos motoristas. Aqui vem a questão das fronteiras, da fiscalização, enfim, que foi levantada aqui pelo grupo de trabalho.

A peça legal que está sendo construída apresenta, em sua essência, ponto de consenso e de cumplicidade e outros em que não houve consenso; teve por base informações técnicas de todos os segmentos interessados em manter esse diálogo e que, responsavelmente, nos forneceram subsídio para levarmos adiante a criação do estatuto.

Rapidamente, vou colocar aqui aquilo que caminha como uma linha de consenso.

Primeiro, foi aqui levantado por todos que o serviço considerado é penoso, é perigoso e, por isso, merece aposentadoria especial aos 25 anos, sem o famigerado fator previdenciário. Todos disseram que não querem fator previdenciário para ninguém. E, por isso, a especial... O fator já não se aplica na especial, mas fizeram questão de que eu colocasse que ninguém quer o fator para ninguém, embora a especial já não use o fator como efeito de cálculo. Então, se vocês tiverem direito à especial, já estão fora do fator.

Definir a especificação de cada categoria de motorista. Foi dito também que parte do dinheiro do Fundep, que é para o ensino técnico profissionalizante – é uma PEC que apresentamos que visa a investimentos no ensino técnico, que deve girar em torno de R\$9 bilhões –, seja utilizado para formação e qualificação profissional dos motoristas.

Jornada de trabalho – aqui ficou de forma genérica, porque nós não chegamos ainda a um acordo – flexibilizada, baseada na realidade de cada categoria, separando o tempo de direção e a carga horária. Podem ver que não estou citando aqui qual seria essa carga que estamos debatendo, e esse é o motivo desta reunião.

Regulamentação da profissão, de forma definitiva, que evitará o eterno conflito trabalhista, entre empregado e empregador. Muitas vezes o empregado só pode entrar na Justiça depois de três, quatro, cinco anos... Não é que “pode”, é que ele entra, aí tem de rever tudo, e não é bom para nenhum dos dois. Se tudo aquilo que estiver legalizado ele já receber mensalmente, ganha ele e ganha o seu empregador, que poderá até perder a empresa no futuro, se o acúmulo de causas trabalhistas for do montante que está apondoando aí hoje e o futuro.

Separação dos autônomos e celetistas, porque são realidades diferentes.

E o final – nós aqui chegamos a um entendimento – é a construção por capítulos, para que fique bem claro qual é a situação do taxista, qual é a situação do caminhoneiro, qual é a situação do motorista de ônibus, qual é a situação do motorista em geral e, é claro, vamos tratar com carinho aqui, a pedido de um setor que nos procurou, a questão dos motociclistas e dos próprios ciclistas.

É claro que o pedestre também está sendo o principal preocupado com toda a situação. Quanto mais avançarmos, todos ganham. Por isso que, para mim, esse debate do Estatuto do Motorista é de interesse de todo o povo brasileiro, não só daquele que está dirigindo, seja qual for o veículo. É de interesse inclusive do pedestre.

Por isso, queremos, nesta audiência, fazer com que todos possam expressar seu ponto de vista, preocupados com a qualidade do serviço do motorista, preocupados com os acidentes e, na verdade, preocupados com todo o povo brasileiro. Sei que, de parte do Governo, há também interesse em ajudar na construção desse grande entendimento.

Então, a partir dessa minha pequena introdução, já com a presença aqui dos Senadores, eu abria agora a palavra aos nossos convidados. Falariam os dois que já estão na mesa... Os Senadores falarão a qualquer momento que assim entenderem. Depois que os dois falarem, os dois serão convidados – e nós faremos aqui uma negociação – para estar no plenário para continuar o debate, e virão outros dois, até que todos que estão hoje aqui entre os convidados possam fazer uso da palavra.

Mas o Sindicato dos Jornalistas, pessoal, pediu para nós um minuto aqui na abertura – um minuto que, claro, vamos atender, ou cinco minutos, se necessário – porque eles entendem que estão com uma denúncia muito grave e queriam fazer essa denúncia aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Eu vou permitir ao companheiro que use a palavra...é o Presidente do Sindicato? O Presidente do Sindicato dos Jornalistas, então, fale, em primeiro lugar, o seu nome e, sem seguida, faça a sua denúncia. Daí eu recolherei a denúncia, espero que vocês me entreguem aqui e a Comissão fará o procedimento que se fizer necessário.

O SR. LINCOLN MACÁRIO – Obrigado, Sr. Presidente Paim, Senador Cristovam, Senador Vicentinho, em primeiro lugar eu peço perdão por interromper uma audiência pública da maior importância, mas trata-se de assunto da maior gravidade que quero trazer ao conhecimento desta Comissão, a Comissão de Direitos Humanos, para que a gente possa, com o apoio dela, evitar um mal maior.

Meu nome é Lincoln Macário, sou Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal e venho trazer ao conhecimento da Comissão um caso de grave agressão contra jornalista no exercício da profissão seguida de ameaça de morte.

E como o histórico das agressões que não são enfrentadas geralmente levam a um mal maior, a gente pede à Comissão que nos auxilie nesse processo de evitar esse mal maior.

O repórter fotográfico, jornalista Victor Antônio Soares Filho, nosso colega, foi violentamente agredido e ameaçado de morte no dia 30 de março de 2011, no exercício da profissão, conforme um termo que vamos entregar ao senhor, que foi prestado à Polícia Federal,

que foi inclusive responsável por evitar que a agressão continuasse.

Ele foi contratado por uma empresa de comunicação de Manaus para fotografar uma operação de busca e apreensão da Polícia Federal aqui em Brasília. No exercício dessa função, no edifício Barão de Mauá, ele foi espancado pelo investigado, Afonso Luciano Gomes Amâncio e seu filho que vem a ter o mesmo nome. Esse espancamento, Sr. Presidente, só foi...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu só estou pedindo que o Victor passe aqui na frente para que as pessoas percebam que ele está sendo ameaçado de morte e vejam vocês – me permita, Victor – que ele casualmente também é negro. Vejam que a violência aí é dupla: contra o jornalismo e contra um cidadão negro. Estamos percebendo que a violência em todo o Brasil e no mundo cada vez aumenta mais.

Você vai continuar, mas gostaria de pedir uma salva e palma em solidariedade a você. (*Palmas.*)

Vamos tomar os procedimentos a partir da fala dele.

O SR. LINCOLN MACÁRIO – Nós, inclusive, complementando essa informação, Sr. Presidente, fizemos no sábado uma grande reunião preparatória da comissão de jornalistas pela igualdade racial, uma das comissões mais importantes e mais atuantes do nosso sindicato, justamente num trabalho de planejamento para ações nesses casos que, infelizmente, estão se tornando cada vez mais comuns, mas também na prevenção desses casos. Agir *a posteriori* pode dar visibilidade ao sindicato, mas não preserva a dignidade dos profissionais, que tem sido constantemente violada.

Mas continuando, Sr. Presidente, até para encerrar de maneira mais rápida, esse espancamento que estamos relatando só foi encerrado pela ação dos agentes da Polícia Federal que chegaram ao local e nós precisamos inclusive mencioná-los: Leonardo Carvalho e Ericson Silva.

No entanto, durante essa agressão, o Sr. Afonso Luciano Gomes Amâncio Júnior tentou jogar o jornalista do terceiro andar do mezanino. Posteriormente, o próprio investigado deu seguimento a essas ameaças na presença de um delegado da Polícia Federal, delegado que prestou o auxílio e que deu a declaração consubstanciada para esse conjunto de ação que estamos tomando.

Essas ameaças de morte nos causam um especial constrangimento e um apavoramento porque trata-se de pessoa com suspeita de ser mandante de outros crimes no Estado do Amazonas.

Diante desses acontecimentos, Victor tomou as providências cabíveis de boletim de ocorrência e foi encaminhado, inclusive com a ajuda de um Senador desta Casa, um pedido de audiência e de proteção do Estado ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, por quem temos o maior apreço e sabemos que na condição de alguém que já atuou, inclusive, em investigações, sabe que tipo de atitude alguns tipos de investigados estão dispostos a agir, tenho certeza de que o Ministro tomará as providências, mas tenho certeza de que a interferência desta Comissão, a Comissão de Direitos Humanos, nesse caso tornará ainda mais célere a decisão de dar proteção do Estado a esse nosso colega, antes que algo mais grave ocorra, até por se tratar de uma investigação da Polícia Federal de altíssima gravidade, um caso de desvio de dinheiro que precisa ser, de fato, investigado.

Esse documento que nós estamos passando ao senhor é assinado não só pela vítima, pelo Presidente, mas também pelo Presidente do Comitê de Imprensa aqui do Senado Federal, um colega muito solícito na defesa dos direitos da nossa categoria, que, infelizmente, Sr. Presidente, vem sendo cada vez mais vítima desse tipo de comportamento de investigados, talvez por uma sensação de impunidade que tem se consolidado entre os agressores nos últimos anos. E é justamente não só para evitar um mal maior no caso do nosso colega, mas para interromper essa sensação de impunidade que vem crescendo entre os agressores que nós solicitamos a intervenção desta Comissão de Direitos Humanos.

Muito obrigado por nos dar direito à palavra, Presidente. E peço, mais uma vez, reiteradas desculpas a todos os participantes desta audiência pública, mas se trata de assunto de enorme gravidade.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se os Senadores me permitirem, e também nossos convidados, eu acho que, de fato, tem que ter um desdobramento. E não é a primeira vez que recebemos aqui denúncia de agressão a jornalistas. Se os senhores concordarem, vamos dar todo o procedimento, naturalmente, legal, na Comissão. Vamos encaminhar o material que vocês deverão me apresentar neste momento à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, vamos também dialogar com o Ministério da Justiça. Mas se os senhores se dispuserem, nós faremos uma audiência pública aqui para discutir a violência contra os jornalistas e inclusive com a presença dos jornalistas agredidos e denunciando quem são os agressores. Eu acho que é isso mesmo. A sociedade tem que saber. E este espaço a Comissão de Direitos Humanos vai garantir sempre, sempre que

alguém for agredido, e tem que tomar providências. Eu quero concordar com vocês.

Eu me lembro que, recentemente, no Rio Grande do Sul, um jovem negro pugilista, que estava em ascensão absoluta, foi ameaçado, há duas semanas. Chegou em casa e contou à mãe: “Ó, me ameaçaram, assim, assim e assim”, e a mãe disse: “Não, te afasta, não vai acontecer nada”. No fim de duas semanas, ele foi assassinado mesmo. Então, nós temos que ter essa preocupação, temos que tomar medidas.

Se vocês concordarem, nós recebemos todo o material, a Comissão vai adotar todos os procedimentos que o caso exige para a segurança do nosso querido Victor e, ao mesmo tempo, nós fazemos uma audiência pública, chamando inclusive a Federação Nacional dos Jornalistas, o Sindicato dos Jornalistas, convidamos os agredidos, para que eles possam expor aqui que cada um saiba que isso não ficará assim. Qualquer agressão que for feita, esta Comissão haverá de dar um passo, quantos passos forem necessários caminhar para o combate e lutar para que isso não se repita nunca mais.

O SR. LINCOLN MACÁRIO – Nós não só agradecemos, mas vamos apoiar e vamos buscar essa articulação junto à Federação Nacional dos Jornalistas, que, tenho certeza, vai encampar. Porque é necessário sim trazer a público, jogar luz sobre esses episódios que, infelizmente, por sermos jornalistas, não os noticiamos com a gravidade que eles merecem, até para não utilizarmos o nosso trabalho a nosso favor. Mas, por conta disso, infelizmente, essa prática tem se tornado cada vez mais comum. E é por isso que nós fazemos esse apelo para uma união, em torno da Comissão de Direitos Humanos, para resolvermos. Aceitamos a proposta, apoiamos a proposta e vamos nos articular para trazer a esta Mesa os casos mais emblemáticos e aqueles que carecem de solução urgente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para informar a você e ao Plenário que, naquela questão em que o jornalista Netto, que é gaúcho também, estava preso na Líbia, o Senador Suplicy esteve aqui e trouxe ao Plenário a denúncia. Entrei em contato, de imediato, com o Embaixador da Líbia no Brasil. Ele fez contato com as autoridades e me deu retorno, dizendo: “Olha, até hoje à tarde ele estará em liberdade”. Então, é esse o nosso papel mesmo, é nossa obrigação. E inclusive nós fizemos o convite também ao Netto para que esteja aqui. Quem sabe, ele também estará nessa reunião, falando da agressão ao jornalista, quer seja em âmbito internacional, e naturalmente aqui no Brasil também. Ok?

Então, uma salva de palmas a vocês todos. (Palmas.)

O SR. LINCOLN MACÁRIO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RJ)

– Parabéns pela iniciativa, por não ficarem quietos, e trazerem à luz, como você disse.

Não sei. Se ele quiser dizer algumas palavras ou...

Quer dizer algumas palavras? Sinta-se contemplado. *(Pausa.)*

Está bem então. Então, está encaminhado.

Obrigado a todos.

Vamos à nossa audiência pública.

Como combinamos, os dois painelistas que estão na mesa falarão e, quero deixar bem claro, todos os convidados falarão, se assim entenderem e compreenderem a importância do Estatuto, cada um na sua área. O Procurador já me adiantou que falará sobre o trabalho, outros falarão especificamente sobre os acidentes. E fecharemos no tempo que for necessário. A nossa intenção é estender o dia de hoje para esse debate sem nenhum pressa e, no final, construir aquilo que tínhamos nos anos anteriores, que já foi solicitado por mim e por diversas entidades: uma comissão que vai trabalhar diariamente na construção de respostas para a situação em que se encontram os motoristas no enfrentamento aos acidentes de trânsito.

Por favor, Procurador do Trabalho, Dr. Adélio Justino Lucas, com a palavra.

Permitam-me apenas dizer que já está conosco a Senadora Gleisi, o Senador Cristovam. Já que pedi palmas para outros dois, peço também para a Senadora também. *(Palmas.)*

O SR. ADÉLIO JUSTINO LUCAS – Sr. Presidente, Paulo Paim; Senador Vicentinho Alves, Senador Cristovam, Senadora Gleisi Hoffmann, Sr^a Mônica, do Ministério Público, Srs. Integrantes da platéia, demais autoridades aqui presentes, inicialmente o Ministério Público do Trabalho agradece a oportunidade que esta Comissão nos concede de relatar o nosso trabalho nesse viés tão preocupante, que é jornada de trabalho do caminhoneiro e do motorista brasileiro. Evidentemente, a discussão estatutária é ampla, trabalharemos aqui com um viés meramente trabalhista, que poderá ser ampliado, aproveitado e discutido, a respeito da nossa experiência.

Quero inicialmente fazer até justiça a um colega do Ministério Público do trabalho, Paulo Douglas, lotado em Mato Grosso. Ele fez um trabalho brilhante, inicial, a respeito das atividades, mais especificamente dos caminhoneiros, naquele Estado.

Em razão de normativos, essa atuação dele foi deslocada para Brasília, para o Distrito Federal, em razão da amplitude e caráter nacional que tem – e tem por origem. Nesse sentido, coube a mim e à Dr^a Mônica a condução dessas atividades.

Quero relatar a nossa preocupação acerca da jornada de trabalho a que os caminhoneiros e motoristas profissionais estão submetidos. Esta é a nossa maior preocupação: adequação da sua jornada de trabalho à legislação. Com isso, temos percebido que a jornada de trabalho é uma jornada excessiva. Essa jornada excessiva tem gerado, no mundo dos trabalhadores, acidentes, como disse o Senador que acabou de se pronunciar e informou o número de acidentados, o número de mortes. Isso está intimamente relacionado à jornada de trabalho.

Geralmente, os caminhoneiros das empresas têm metas a cumprir, mas têm homens de menos para trabalhar. Com isso, esses trabalhadores são obrigados a estender suas jornadas extenuantes. Muitos são “obrigados” a fazer uso de drogas ilícitas para permanecer mais tempo ativo no seu trabalho. Estamos falando aqui nos famosos “rebites”, que são as anfetaminas, e do uso da cocaína. Quero dizer isso para me referir à notícia veiculada pelo Fantástico no domingo. Desde 2007, já trabalhamos de maneira forte no sentido de regulamentar, regularizar e adequar essa jornada de trabalho.

Existe aqui, Sr. Senador, nas nossas mãos, uma cópia de uma ação civil pública que está tramitando aqui na 14^a Vara, em Brasília, de caráter nacional, onde estamos enfocando, de maneira incisiva, a participação da ANTT, bem como da Confederação Nacional dos Transportes, no sentido de normatizar, Sr. Senador, de maneira objetiva, o trabalho a que esses caminhoneiros estão submetidos. Porque sabemos que eles têm metas que estão obrigados a cumprir, e isso aí induz ao uso dessas drogas ilícitas, provocando acidentes, com um grande transtorno familiar, porque muitos deixam órfãos, com um custo excessivo para o INSS, para a Previdência brasileira; enfim, numa situação de calamidade pública, como bem mostrado pelo programa *Fantástico*.

Quero trazer aqui, apenas para ilustrar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, demais presentes, que, no universo de trabalho onde foi feito um levantamento, inicialmente em Rondonópolis, nós constatamos o uso objetivo, com coleta de urina dos motoristas – coleta voluntária –, por meio de exames clínicos objetivos, catalogados, com critérios científicos, nós tivemos aquela declaração espontânea do uso de drogas ilícitas para suportar exatamente as longas jornadas de trabalho. Numa determinada amostragem, nós tivemos que 99% dos declarantes que utilizam drogas ilícitas, como anfetaminas, cocaína, trabalham mais de nove horas consecutivas no volante; 40% desse universo trabalha entre 13 a 16 horas de trabalho diário, Sr. Se-

nador.; e 31% desse mesmo universo trabalha mais de 16 horas, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ininterruptas?

O SR. ADÉLIO JUSTINO LUCAS – Exatamente.

Então, Sr. Senador, V. Ex^a pode perceber a que carga extenuante e ostensiva estamos submetendo os trabalhadores brasileiros.

Então, a nossa preocupação, Sr. Presidente, é muito grande com relação ao trabalho objetivo, efetivo dessa categoria. Por quê? Porque estamos percebendo que os acidentes de trabalho estão dizimando vidas na juventude, no pleno vigor do trabalho, e, ainda que nós tomemos as medidas cabíveis, Senador Cristovam, neste momento, muitos deles permanecerão dependentes dessas drogas.

Então, Sr. Presidente, dos motoristas que admitem o uso de drogas ilícitas, 46% deles, em outra amostragem, trabalham mais de 16 horas. Então, nós temos um universo muito danoso à saúde do trabalhador nesse capítulo que nós trabalhamos.

Individualmente, nós sabemos que são os padrões que impõem a execução de determinada tarefa; nós sabemos que o dia tem 24 horas e nós sabemos o quanto o empregado pode trabalhar. Então, se o padrão diz que o motorista deve cumprir uma determinada tarefa, ou seja, que tem dois dias para ir até o porto tal e voltar etc., isso implica uma determinação implícita de que o empregado cumpra a sua jornada da forma como melhor entender, e, para a manutenção do seu posto de trabalho, há essa quase que obrigatoriedade desse trabalhador cumprir jornadas inadequadas, além dos limites biológicos e do socialmente e legalmente permitido – e é essa a nossa esfera.

Nós percebemos ainda que, no conjunto dos trabalhadores autônomos, Sr. Presidente, 33% deles trabalham mais de doze horas, mas nenhum deles trabalha mais de 16 horas. O que nós queremos trazer com esse dado? É que o trabalhador autônomo não está muito vinculado com aquela imposição implícita do seu padrão de cumprir aquela tarefa.

Também para fazer justiça, ocorre que diversas empresas, já percebendo que estão perdendo seu capital humano, já estão fazendo restrição, Sr. Senador, da jornada de trabalho. Então, o padrão consciente já está fazendo o seu controle de jornada, através de rastreamento ele sabe onde o caminhão sai, para, avança e também até do corte, por meio de tecnologia, do corte de combustível. Então, o caminhoneiro para. Temos que trabalhar a seguinte idéia. Nós não podemos parar o Brasil, então temos que trabalhar uma idéia sistemática de como funciona o transporte de cargas no Brasil nesse viés; questão de horário e turno.

Então, Sr. Senador, o que trazemos aqui é uma preocupação objetiva desses trabalhadores. Nós, do Ministério Público, Sr. Senador, entendemos que a Agência Nacional de Transporte Terrestre, é preponderante e fundamental na regulamentação desse trabalho, porque a lei lhe autoriza, Sr. Senador Cristovam, a lei lhe confere poderes para regulamentar esse trabalho. Está na lei, na própria Lei nº 10.233, de junho de 2001. Então, nós temos que trabalhar essa situação, porque lá inciso II do art. 20 da lei, uma de suas competências é regular, supervisionar, em suas respectivas atribuições as atividades de prestação de serviços, de exploração da infraestrutura de transportes exercidas por terceiros.

Então, tem essa competência de regulamentar, e o art. 44, inciso II, tem como objetivo a autorização para aquele registro dos trabalhadores de transporte terrestre, do cadastro nacional. A autorização será disciplinada por um regulamento próprio da agência e será outorgada mediante termo em que implicará: inciso II: “As condições de sua adequação à finalidade do atendimento do interesse público e a segurança das populações e a preservação do meio ambiente.”

Então, está mais do que claro que ela tem competência. Quando ela faz aquele registro, Senador, é de determinar, trabalhar com as empresas que fazem aquele registro, inclusive com os autônomos, porque tem que ser um trabalho um pouco diferenciado, no sentido de poder adequar a jornada de trabalho.

Em caso de descumprimento dessa determinação, orientação da ANTT, nós temos aqui no art. 48: “Em caso de perda dessas condições indispensáveis ao cumprimento do objeto daquela autorização que aquela empresa teve para ter transporte, ela pode cancelar.

Então, acredito que se tiver um trabalho objetivo da ANTT, no sentido de normatizar, trabalhar e regulamentar essa carga, tenho certeza de que o empregado do transporte de cargas estará presente junto com esses trabalhadores, junto com o povo brasileiro, no sentido de dar cidadania a esse trabalho dos caminhoneiros que estamos vendo perdendo vida no dia a dia.

Quero dizer, Sr. Presidente, que o Ministério Público está aqui pronto; dizer que aquela matéria que saiu no Fantástico para nós não é novidade, veio confirmar aquela constatação do nosso trabalho no dia a dia.

Não sei, mas naquele mesmo momento nós não queríamos publicidade em um momento dramático, mas redigir uma nota ao Fantástico explicando que o ministério Público do Trabalho já teve – está aqui a nota que mandei para o Fantástico explicando e não

saiu, mas já tínhamos a nossa preocupação e nós já trabalhávamos nesse sentido.

Com a permissão do Sr. Senador vou ler essa nota que fiz:

Ilustríssimo Responsável pelo Jornalismo do Fantástico, Rede Globo.

O Ministério Público do Trabalho, da 10ª Região, pelo procurador signatário, considerando os termos da matéria jornalística veiculada pelo Fantástico da Rede Globo, no dia 27 de março do corrente ano, que tratou da questão referente ao excessivo trabalho dos caminhoneiros em rodovias brasileiras, onde muitos dos quais fazem uso de drogas ilícitas para atingir metas de trabalho, vem apresentar nota de esclarecimento nos seguintes termos:

Que o tema enfocado na referida matéria jornalística é de relevância e com reflexo na sociedade brasileira; fato que motivou, em 2007, a abertura de inquérito civil com o objetivo de estabelecer critérios objetivos de controle de jornada de trabalho dos motoristas (caminhoneiros), visando humanizar e controlar a jornada de trabalho e, por consequência, suprimir ou inibir o uso de drogas ilícitas, rebites, cocaína, destinadas a manter o motorista ativo por mais tempo.

No referido inquérito que teve curso na 23ª Região, Mato Grosso, integram o pólo passivo dessa nossa ação a Confederação Nacional dos Transportes, CNT, a Agência Nacional dos Transportes, a ANTT, a Federação dos Trabalhadores Rodoviários do Estado do Mato Grosso, a Fettrmat, sem, no entanto, naquele estágio, alcançar êxito de solução negociada para o caso, fato que fez resultar o ajuizamento da ação civil pública pelos Procuradores Paulo Douglas de Moraes e Priscila Borato, da Vara de Trabalho de Rondonópolis.

Dada a natureza e extensão do dano, além da repercussão nacional, a ação foi deslocada para Brasília, Distrito Federal, e a condução está a cargo da Exma Srª Juíza Titular da 14ª Vara de Trabalho de Brasília, Drª Cilene Ferreira Amaro Santos, e este Procurador é responsável nos autos na esfera judicial.

Ademais, percebendo que a matéria jornalística trouxe mais luzes aos fatos e causou grande indignação à sociedade brasileira, entendi por bem e imediatamente requeri ao juízo a conversão do julgamento em diligência conciliatória para que, com essas luzes, pudesse a CNT e a ANTT se sensibilizarem no sentido de observarem o regramento a respeito da jornada de trabalho dos motoristas, sem necessidade de trilhar o caminho judicial, atitude essa que viria ao encontro dos anseios de todos, em especial da família de caminhoneiros que tem visto sistematicamente seus entes queridos envolverem-se em acidentes com mortes, em

decorrência do trabalho nas rodovias brasileiras em condições adversas.

O pleito judicial foi prontamente atendido, e designamos, de imediato, audiência conciliatória para o dia 6, depois de amanhã, quarta-feira, às 15h, na Procuradoria.

Por derradeiro, informamos que o Ministério Público do Trabalho, pelo Procurador signatário, encontra-se à disposição para outros esclarecimentos.

Então, Sr. Presidente, quero finalizar e dizer que, quanto ao processo, já em fase de julgamento, O Ministério Público requereu, e foi atendido pela Juíza Presidente, transformar em diligência, e quarta-feira a ANTT e a CNT estão convocadas para, em uma negociação com o Ministério Público, tentar equacionar, de maneira clara, nesse primeiro momento, a jornada de trabalho dessa classe.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já se encontra com a gente também a Senadora Ana Amelia. Nesse sábado, aconteceu um almoço de homenagem a ela, em que tive a alegria de estar, junto com o Senador Simon, e me lembrei desta nossa audiência. Estarei lá. Então, Senadora Ana Amelia... *(Palmas.)*

Passo a palavra agora para o Senador Cristovam e à Senadora Gleisi e, em seguida, passo para a Drª Mônica.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Bom-dia a cada uma e a cada um. Peço desculpas a cada um dos senhores e senhoras aqui presentes, principalmente Senadores e Senadoras, porque tenho que sair correndo e depois volto. Aqui a nossa vida é entre encontros diferentes. Às 11 horas, há um em que não posso chegar um minuto atrasado.

Pedi para falar antes, embora deva voltar, para dizer da minha solidariedade com a sua categoria. Aqui, em Brasília, fiquei conhecido, quando Governador, como Governador, entre outras coisas, do trânsito. Tenho certeza de que, nesse sentido, consegui dar um grande salto.

Além disso, tenho um débito muito grande aqui com os rodoviários e taxistas. Foram eles que levaram meu nome de simples professor para um candidato a Governador, mas não é só por isso. Quem está ao lado dos trabalhadores tem que estar ao lado especialmente daqueles que mais trabalham, têm menos liberdade, são mais explorados. E hoje eu vejo poucas categorias, se é que há, que estejam tão condenadas a um trabalho forçado quanto os motoristas. Costumo dizer que os taxistas, Senadora Ana Amelia, Senadora Gleisi, compõem os trabalhadores mais livres e mais

escravos. Mais livres porque estão sempre em movimento e mais escravos porque poucos trabalham tantas horas quanto eles. Há pouco aqui um conhecido nosso faleceu de cansaço, caiu na direção do carro, pela quantidade de horas de trabalho, até pela dificuldade que tinha de pagar as faculdades de duas filhas.

Essa é uma realidade que temos que enfrentar. Mas não são só os taxistas. Nós temos visto como os motoristas de caminhão sofrem horas e horas, inclusive muitos deles tendo a necessidade de tomar remédios para não dormir, o que afeta a saúde deles, sem falar que afeta a segurança. E, quanto aos motoristas de ônibus, desses a gente nem fala, porque é um trabalho tão árduo no dia a dia que, mesmo com as horas – como aqui em Brasília a gente tem, as seis horas de trabalho, em alguns momentos os Governadores respeitam, outros não, mas foi implantado no meu Governo –, mesmo assim, são seis horas que valem por dez, vinte horas de outros trabalhadores.

Eu quero dizer, portanto, da minha solidariedade com vocês, da minha disposição de, nesta Comissão e no Senado, estar ao lado de vocês, na procura de criar as condições necessárias para um trabalho digno, respeitoso dos direitos humanos e, ao mesmo tempo, com a remuneração devida, porque nós não estaríamos vivendo se não fossem vocês transportando passageiros e mercadorias. Tudo neste País, Senadora, que a gente come foi transportado, às vezes até por milhares de quilômetros. Uma coisa que a gente vai ter que mudar neste País, com uma logística diferente, em que a produção possa ser mais próxima de onde está o consumo.

Então, contem comigo, mas, independente disso, vocês têm no Paim o grande defensor de vocês, de todos os trabalhadores. Um grande abraço. Tentarei voltar para continuar os trabalhos, mas até lá eu quero que fique o meu recado da minha solidariedade e do meu compromisso com vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Cristovam. Eu só queria comunicar que a Sala 13 e a Sala 15 também estão à disposição, uma está lotada, a outra ainda tem lá uns dez lugares, enfim temos mais uns cinquenta companheiros nas outras duas salas acompanhando este debate. Cumprimento o Senador Cristovam e passo, de imediato, à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Bom-dia a todos e a todas, é um prazer muito grande estar aqui. Como eu acompanho também o Senador Cristovam, terei que me retirar, disse ao Senador Paim que não poderia fazê-lo sem antes externar aqui a minha solidariedade e a minha disposição de estar juntos com vocês nesta caminhada.

Em primeiro lugar, parabenizar, Senador Paulo Paim, por essa audiência, por essa iniciativa tão rápida, tão pronta como resposta a uma situação, que, como disse o nosso Procurador, foi noticiada na semana passada, eu acho que todos têm muito aqui a contribuir para gente edificarmos um caminho. Então, eu queria parabenizar, e o Senador Paim tem sido um Senador muito atuante na área de direitos humanos. A gente tem muito orgulho dele, orgulho de ele ser Presidente desta Comissão.

Também quero saudar a Senadora Ana Amelia, que é uma grande companheira, está sempre junto nas caminhadas, e dizer aos senhores que nós estamos à disposição. Eu quero acompanhar esse debate, essa discussão, já tenho feito isso, de certa forma lá, no Paraná, sei que há paranaenses aqui, eu estou vendo o Neuri que está aqui, que é um dos representantes da categoria dos caminhoneiros, também nosso companheiro lá do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte, é um prazer muito grande tê-los aqui, e me colocar à disposição. Naquilo que vocês tirarem como pauta de encaminhamento podem contar comigo, que nós vamos estar juntos, Senador Paim. Quero dizer dessa minha disposição.

Sinto não poder ficar até o final dessas discussões, mas nós vamos acompanhar muito de perto o encaminhamento deste trabalho. Então, muito obrigada, um sucesso, um bom debate e boas resoluções.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador, naturalmente eu e a Senadora Ana Amelia poderemos, juntos com o Senador Pedro Simon, atender também a demanda do Rio Grande do Sul.

Vamos formar um grupo de trabalho no final e seria muito bom que pudéssemos contar com a senhora e um assessor acompanhando os nossos trabalhos, porque a demanda do Paraná é muito grande. Que bom que a senhora está aqui. Já conversei muito com as lideranças do Paraná. Então, podemos contar com a sua presença neste grupo de trabalho ou com a de um assessor quando a senhora não puder? (*Pausa.*) Se comprometeu aqui. Está acertado. (*Palmas.*)

Senadora Ana Amelia, não sei se V. Exª pode ficar um pouco mais... (*Pausa.*) A Senadora Ana Amelia vai ficar um pouco mais.

Eu passaria, agora, a palavra à nossa convidada, Drª Mônica de Macedo Guedes Lemos Ferreira, que fala pela 10ª.

A SRª MÔNICA DE MACEDO GUEDES LEMOS FERREIRA – Bom dia a todos.

Querida permissão para cumprimentar a Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim, cumprimentar os senhores e as senhoras presentes e falar da nossa sa-

tisfação de estar compondo esta mesa para tratar de uma questão que é tão importante e tem nos deixado perplexos, não só no nosso trabalho, na nossa função institucional no Ministério Público, mas também como cidadãos, como cidadãos.

Inicialmente, eu queria parabenizar a iniciativa da audiência pública, em especial a audiência da iniciativa de normatizar a questão através do Estatuto dos Motoristas. O Dr. Adélio já colocou algumas informações da nossa função institucional e eu me associo a tudo o que ele esclareceu, às informações que ele deu em termos das nossas iniciativas e acompanhamento de ações judiciais. E, diante do que ele disse, queria deixar apenas sugestões de implementação de condições preventivas.

Como V. Ex^a mesmo colocou, a nossa atuação do Ministério Público é sempre na perspectiva da prevenção, para corrigir o ilícito, para que ele não mais ocorra. No contexto das colocações iniciais sobre o Estatuto, V. Ex^a fez menção à jornada de trabalho. Esse é o nosso viés de atuação específica. O que acontece? Pela legislação genérica da CLT, o motorista cai na regra geral, que é jornada de oito horas diárias ou 48 horas semanais. O que se sustenta judicialmente é que ele não pode exceder a essa jornada a não ser em duas horas no máximo, ou seja, 10 horas de jornada no máximo. Fora essas hipóteses, só em caso de força maior ou necessidade excepcional. Essa é a regra da legislação da CLT.

O que acontece? A realidade do transporte, especialmente do caminhoneiro, é muito específica. E me veio aqui, durante todo esse momento que o Dr. Adélio expunha e que o Senador lia sobre o Estatuto, a ideia de normatizar, de acordo com as especificidades da categoria, uma jornada, a exemplo dos motociclistas, que já têm uma lei federal que os reconhece como categoria diferenciada. Quanto à categoria dos caminhoneiros, temos um acesso mais fácil em razão dessa proliferação das ações civis públicas. Já atuei também com motociclista em acidente de trabalho, que é muito comum com os motociclistas, então a minha sugestão – e eu não vou me estender mais para dar oportunidade a todos de uma troca de ideias – era trazer exatamente essa proposta e colocar-me à disposição para contribuir com o que for desnecessário, é que, ouvindo os atores sociais envolvidos e, em especial, a categoria interessada, propor que, na questão da jornada de trabalho, se legisle no sentido de tratar os caminhoneiros, os motoristas de modo geral como categoria diferenciada que são, pelas suas especificidades.

Então, fica a sugestão e me coloco à disposição, agradecendo a todos a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gostaríamos de convidar a compor a mesa o Dr. Marcos Aurélio Ribeiro, assessor jurídico da Associação Nacional de Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística), em representação, inclusive, do Senador Clésio Andrade.

Também está aqui presente o representante da Confederação dos Trabalhadores do Transporte. Assim, convido também a compor a mesa o Sr. Omar José Gomes, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestre (CNTTT).

Convido os dois representantes dessas entidades a se dirigirem à mesa. Eles, neste momento, farão uso da palavra. Há dois lugares na mesa. Os senhores podem continuar aqui.

Como foi combinado... Tudo é combinado, não é? O Senador Crivella chegou aqui agora, e todos nós batemos palmas. E é o que fazemos de novo, Crivella. (*Palmas.*)

Vou pedir à assessoria para colocar uma cadeira ao lado da mesa, para que o Senador Crivella a ocupe.

Passo, de imediato, a palavra ao Dr. Marcos Aurélio Ribeiro. Permita-me, Dr. Marcos, dizer que o senhor já participou, dessas trinta reuniões de que já falei antes, no mínimo, de vinte e nove reuniões. Em todas elas, ele está presente, dando sua contribuição, para a gente construir esse entendimento. Da mesma forma, participou das reuniões nosso representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNT).

Quero registrar ainda a presença do Sr. Ronaldo Alves, Presidente da ONG Rodas da Paz, que vai usar da palavra depois. Há nove anos, ele trabalha com o tema “Segurança no Trânsito no DF”. Neste caso especial, ele trata da situação dos ciclistas.

Também está aqui presente a Sr^a Beth Davison, Vice-Presidente da ONG Rodas da Paz, que, a meu convite, já estiveram aqui, naquele momento em que, em Porto Alegre, dezesseis ciclistas foram atropelados. Eles foram convidados por nós e vieram aqui, fizeram um belo depoimento, que repercutiu em todo o Brasil.

Meus cumprimentos aos ciclistas que aqui vieram e que também farão uso da palavra. (*Palmas.*)

Está com a palavra o Dr. Marcos.

O SR. MARCOS AURÉLIO RIBEIRO – Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores aqui presentes, Srs. Procuradores, meu caro Omar, senhoras e senhores, eu queria iniciar, pedindo permissão ao Senador, para fazer uma correção. Represento aqui a Confederação Nacional dos Transportes (CNT), não o Senador Clésio Andrade. Não faria sentido que o Senador, na Casa dele, aqui representasse a Confederação. Então, re-

presento aquela entidade, que, hoje, é presidida pelo Senador Clésio Andrade.

Eu queria dizer ao Senador Paulo Paim que, se não participei de vinte e nove reuniões, participei de, pelo menos, vinte e oito audiências públicas e reuniões que realizamos, discutindo esse tema, que, para a CNT, não é um tema novo, mas é um tema que já estamos discutindo há longo tempo. Se os senhores se lembram disso, esta Casa, o Senado, e o Congresso Nacional aprovaram um projeto de lei que, aqui, tramitou durante doze anos, cuidando do tempo de direção do motorista. É uma questão que surgiu na discussão do Código de Trânsito há quinze anos. Nessa discussão do Código de Trânsito, no fechamento da votação do Código de Trânsito aqui, no Congresso Nacional, essa questão foi deixada de lado, mas era para ter sido debatida numa lei isolada, que foi o que, de fato, aconteceu. Essa lei tramitou aqui. Procuramos discutir essa lei o mais amplamente possível, para incluir no Código de Trânsito a questão do tempo de direção. Por que incluir no Código de Trânsito o tempo de direção?

O Sr. Procurador relatou, com propriedade, que, no Brasil, relativamente aos caminhoneiros, há duas categorias ou dois tipos de motoristas de caminhão que trafegam em nossa cidade.

Há motorista de caminhão que é empregado e que está submetido a uma jornada de trabalho; e há o motorista de caminhão que é autônomo e que não está submetido a um controle de jornada de trabalho, porque não é empregado.

O nosso amigo Omar representa os trabalhadores das empresas de transporte; quem representa os autônomos, pelo que vi na lista, não vi aqui presente, é Nélcio Botelho, que deve falar pelos transportadores autônomos. Segundo o registro da ANTT, o RNTRC, hoje há por volta de 800 mil autônomos registrados no Brasil.

Então, o tempo de direção se aplica ao autônomo também; a jornada de trabalho, não. Dessa discussão toda, quando foi votado esse projeto... Esse projeto acabou sendo votado e depois vetado, porque havia um dispositivo que dizia que o tempo de direção não poderia ser superior, aliás, o descanso obrigatório entre jornadas teria de ser no mínimo de dez horas. Houve o entendimento do nosso amigo Omar de que aquilo conflitava com a CLT, de que revogava o artigo da CLT que fala em 11 horas, e exatamente por isso foi tirado; depois o Governo, o Executivo, teve de vetar, porque o projeto ficou capenga.

Nessa discussão toda, promovida brilhantemente pelo Senador Paulo Paim, em todo o Brasil, como ele já mostrou aqui – e a disposição dele é fazer essa discussão o mais amplamente possível, com todos

os segmentos interessados. Temos participado, sim, e mostrado que precisamos ter essa coisa claramente definida, e a posição da CNT é a de ter isso claramente definido.

Nós precisamos de uma lei que defina essa jornada de trabalho do motorista, levando em consideração as especificidades da atividade do motorista no Brasil. Não dá mais para imaginar que o motorista possa ficar preso, trabalhando com uma jornada de oito horas, que é a regra geral que está na CLT.

E, das nossas discussões, acabamos fazendo uma discussão muito ampla dentro setor, sobre essa questão. E, dessa nossa discussão, ficou muito claro que precisamos ter duas definições muito claras estabelecidas na lei: a primeira delas, dentro da CLT. Acharmos que o Estatuto do Motorista tem de ter um capítulo, Senador Paulo Paim, dentro da CLT. Se se vai tratar de jornada de trabalho, se se vai tratar da profissão do motorista, isso precisa estar dentro da CLT, porque se tem de dar segurança jurídica às duas partes.

Nós sabemos, o Sr. Procurador do Trabalho que está aqui sabe muito bem disso, que, na Justiça do Trabalho, quando há uma lei esparsa, que não está na CLT, que não está no Código Civil, que não está em nenhum dos outros códigos, se ela beneficia o trabalhador, é prontamente aplicada; se se entender que ela não beneficia o trabalhador, que cria qualquer restrição de direito ao trabalhador, que cria qualquer vantagem ao empregador, ela não se aplica, porque aí se aplica a CLT.

Exatamente por isso, defendemos que a regra da profissão de motorista, ou seja, que, segundo o estudo que se faz e que fizemos a respeito da profissão do motorista, o Estatuto de Motorista, para nós, tem de estar dentro da CLT, disciplinando a profissão do motorista que é empregado e do motorista que é celetista. E ali vai estar, no nosso modo de entender, que são onze horas de descanso, que a jornada máxima é de oito horas, que se podem fazer duas horas extras, e vai haver um disciplinamento específico para transportes de longa distância, de tal forma que se tenha uma jornada flexível, possibilitando-se que as empresas tenham horários de trabalho diferenciados, dependendo da sua atividade.

A nossa proposta é dividida em três partes. A primeira, então, é dentro da CLT, disciplinando a jornada de trabalho do motorista. Uma segunda parte da nossa proposta diz respeito ao tempo de direção de motorista, e aí entendemos que devemos fazer modificações no Código de Trânsito Brasileiro. Entendemos que devemos fazer modificações no Código de Trânsito Brasileiro, porque essas modificações a respeito de tempo

de direção vão aplicar-se ao motorista empregado e ao motorista autônomo.

Então, a nossa proposta, que está lá, é a de que esse motorista não possa dirigir mais do que quatro horas direto, ininterruptamente.

Se ele dirigir quatro horas, ele fica obrigado a parar meia hora para descanso. Tanto faz ser empregado como ser autônomo. Ele não pode dirigir durante um mesmo dia sem ficar um intervalo de dez horas sem dirigir. O descanso dele aí é da direção, do tempo de direção. Ele não pode passar de um dia para o outro sem ficar dez horas sem dirigir. O motorista, quando tem o intervalo de descanso – o motorista empregado, o intervalo intrajornada de trabalho de onze horas –, ele tem de passar dez sem dirigir, mas ele vai ter tempo para jantar, vai ter tempo para tomar o café da manhã. Esse tempo vai ser muito maior e vai dar as onze horas do motorista empregado. Mas o autônomo também não pode deixar de passar o dia sem descansar dez horas da direção. Isso é tempo de direção.

A nossa proposta... A preocupação da CNT é tão séria em relação a essa questão – aos dois procuradores que estão aqui eu gostaria de frisar o conteúdo desta proposta – que a própria CNT, os próprios empresários, ao proporem essa modificação legislativa no Código de Trânsito, preocuparam-se em estabelecer penalidades, penalidades séria de que o senhores vão tomar conhecimento. Porque a idéia é de que isso seja para valer e seja cumprido tanto por um quanto por outro. E, quando se fala que o motorista tem de dirigir no máximo quatro horas de forma ininterrupta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Permita-me que passe, por alguns minutos, a Presidência à Senadora Ana Amelia, enquanto atendo um pessoal aqui na porta? Serão três, quatro minutos.

O SR. MARCOS AURÉLIO RIBEIRO – Pois não, claro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Está presidindo a Senadora Ana Amelia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS.) – Pode continuar.

O SR. MARCOS AURÉLIO RIBEIRO – Quando se fala que o motorista obrigatoriamente vai ter de dirigir quatro horas e ter um intervalo de descanso, cria-se uma situação de o motorista ser obrigado a parar. Depois de quatro horas, ele é obrigado a parar. Isto está na lei, pelo menos na nossa proposta de projeto de lei, e já estava naquele projeto que foi aprovado aqui: ele tem de parar. Mas parar onde? A questão de segurança que existe em nosso País é uma outra coisa muito séria. O motorista que está viajando numa Belém, dão quatro horas e ele para num lugar ermo?

Dão quatro horas e ele para na marginal do Tietê, em São Paulo? Onde é que ele vai parar na hora em que derem as quatro horas? O projeto prevê um tempo de acréscimo para chegar a um lugar seguro. O que é esse lugar seguro?

Na nossa proposta, então, o terceiro ponto trata dessas questões de pontos de parada, que precisam ser criados. E aí não é responsabilidade nem do motorista, nem do transportador, do empregador, a criação desses pontos de parada.

Exatamente por isso, estamos propondo que, na lei de concessão de rodovias, que existe atualmente no País, coloque-se como ponto obrigatório a existência desses pontos de parada; que, em todos os novos editais de licitação que forem feitos, já conste a construção desses pontos de parada com segurança para o motorista. Que ele tenha lá o lugar para tomar banho, para comer, para dormir, e que possa parar o caminhão e não ser assaltado.

Bom, então, as novas licitações se resolvem colocando-se nos editais. E as que já existem? Para as que já existem, a proposta é que se coloque também essa obrigação. E o Governo tem um mecanismo – que, aliás, hoje, a Agência Nacional de Transporte está discutindo este mecanismo – de revisão desses contratos e de renegociação. Isso implica despesa? Implica despesa. Como é que se resolve isso? Então, existe um mecanismo para colocar também nas concessões já em andamento, como já foi feito lá atrás. Já houve isso. A lei que criou as concessões resolveu alguns problemas de concessões já existentes, obrigando a colocar determinadas questões dentro das velhas concessões. E aquelas que não estão concedidas? Nós sabemos que, infelizmente para nós, brasileiros, temos 140 mil quilômetros de rodovias que são asfaltadas e, considerando que temos mais de 1,5 milhão de rodovias e o resto é de terra.

Dessas asfaltadas temos por volta de 15 mil quilômetros que estão concedidas. Então resta ainda uma grande quantidade que o poder público teria que fazer direto esses pontos de parada. Como fazer isso? Nossa proposta é que se coloque na legislação a abertura para fazer isso por meio de parceria público privada. Nesse caso, a MTT que tem condição de regulamentar, vai regulamentar e dizer que a parceria público privada ou posto para se transformar num ponto de parada aceito e reconhecido tem que tais e tais condições. A partir daí entendemos que com esse arcabouço se criam condições para resolver o problema da jornada de trabalho diferenciada. O aviador tem uma jornada de trabalho diferenciada, quem trabalha em navio também, o motorista, pelas características do Brasil, precisa de uma jornada diferenciada. Nós

discutimos isso com as empresas dizendo que a empresa que consegue funcionar a sua atividade que faz distribuição local, no máximo 10 ou 200 quilômetros de distância ela tem uma possibilidade de funcionar dentro da regra geral que são 8 horas. E a empresa que faz 500, 1000, 2000 quilômetros não tem como. Para isso precisamos de regras diferenciadas desta jornada de trabalho. É isso que nós estamos propondo ao Senador Paulo Paim e à senhora que está presidindo no momento porque existem no Congresso por volta de 15 projetos tratando desta questão. Tem o Estatuto do Motorista, o Regulamento da Profissão do Motorista e vários outros projetos tratando dessas mesmas questões. Entendemos que isso precisa de uma solução global uma solução que junte todos esses projetos e que desse grupo de trabalho que o Senador Paulo Paim está sugerindo se faça um trabalho de juntar tudo isso e criar um projeto único.

Eu queria dizer ao Procurador do Trabalho que essa nossa proposta nós já entregamos ao Omar que, infelizmente, na reunião ele não estava presente, pois estava doente, mas ficou de marcar uma outra reunião porque combinamos com o Senador Paulo Paim que traríamos uma proposta de consenso entre nós.

Queria dizer ao representante do Ministério Público que nesta ação o Paulo Douglas esteve na Câmara dos Deputados participando de um seminário promovido pelo setor discutindo esse assunto há dois anos atrás. Então estamos discutindo este assunto com o Ministério Público há dois anos. Inclusive o Promotor de Chapecó, agora não me ocorre o nome, nós tivemos duas ou três vezes discutindo isso, levamos as idéias e as achou interessante de se dispôs a contribuir para o aperfeiçoamento das idéias que estamos discutindo. O projeto de lei que nós imaginamos apresentar não tem, já dissemos isso ao Omar e ao Ministério Público e dizemos à senhora, não temos a pretensão nenhuma de ter feito uma sugestão perfeita e acabada. Muito pelo contrário. Ela precisa ser aperfeiçoada para que cheguemos a uma solução que contemple a todos e principalmente àquilo que o Procurador disse, para não parar o País. Muito obrigado. (*Palmas*).

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia Bloco/PP-RS) – Muito obrigada.

Eu queria agradecer ao Marcos Aurélio Ribeiro que falou em nome da Confederação Nacional dos Transportes.

Eu peço licença ao Sr. Omar, porque o Senador Crivella quer fazer uso da palavra a respeito desse tema.

Com a palavra o Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB-RJ) – Serei breve, Sr. Omar.

Senadora Ana Amélia, queria cumprimentar todos os membros da Mesa e dizer que eu acho que estamos dando um passo importante na redenção dessa nossa tragédia que é a jornada exaustiva de trabalho dos motoristas e a exposição de todos os brasileiros aos acidentes.

Nós no Senado federal estamos preocupados com isso.

Estamos preocupados mesmo. Se vocês olharem, talvez 30% dos Senadores já apresentaram projetos que vão ao encontro desta preocupação. Eu mesmo apresentei projeto para proibir a venda de anfetamina no País. E a Agência se adiantou e fez o regulamento para proibir... Vocês viram a capa da revista *Veja* dizendo que era contra. Os laboratórios, aliás, são contra, porque ganham muito dinheiro com remédios derivados disso. Essa eterna disputa entre capital e trabalho tem seguramente um papel importantíssimo do Ministério Público do Trabalho na defesa dos direitos, mas é aqui no Congresso Nacional, na Casa do povo, no palco da liberdade e da democracia que vamos encontrar os caminhos pacíficos para solução das controvérsias, exatamente em debates como este, em que possamos chegar a um consenso. É fundamental esse fórum.

Paim, estava dizendo aqui que cada Senador tem uma ideia, cada Senador tem um projeto. Nós precisamos sentar e consolidar isso, ouvindo essas pessoas, tanto do setor dos empresários, do Ministério Público e também, sobretudo, a voz dos trabalhadores, que nos sensibiliza a nós todos com ainda mais profundidade.

Eu queria também deixar aqui, antes de terminar, uma preocupação minha no Rio de Janeiro. Outro dia, estava fazendo uma viagem com o Presidente Lula, na época em que ele era Presidente, e ele disse uma coisa muito interessante, Paim: “Olha, um metalúrgico da Mercedes, em São Paulo, ganha mais do que um metalúrgico da Mercedes em Minas, mas ainda tem a mesma coisa”. Eu perguntei por quê. Ele disse: “Ah, foram muitas greves, foram muitas lutas em portão de fábrica”. Foi uma luta imensa. E eu estava dizendo: “Presidente, foi bom ouvi-lo falar isso, porque os motoristas de ônibus de São Paulo ganham muito mais do que os motoristas de ônibus do Rio de Janeiro”. Muito mais! Motorista de ônibus de São Paulo ganha muito mais do que no Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, Paim, hoje um motorista pega às 7h da manhã, larga às 14h ou 15h, vai comer um sanduíche e volta para fazer – o Ministério Público deve ter noção disso – uma jornada extra, que não tem registro em carteira de trabalho, que não tem direitos sociais, mas é para sobreviver e conseguir ganhar R\$1.300,00 por mês. Isso é público e notório. E mais: eles fazem papel de

trocador e de motorista. Já tivemos vários acidentes... E por quê? Porque a Justiça diz que, se há acordo de empregados e de patrão, então o acordo é sagrado. A Justiça não tem que se meter naquilo que o patrão e o empregado decidem. É liberdade. É questão deles. Porém, o sindicato que negocia com os patrões no Rio de Janeiro não é apenas de motoristas de ônibus. É sindicato de todos os motoristas, e os motoristas de ônibus não conseguem ter seu próprio sindicato, embora o sindicato patronal de ônibus exista. Nessa negociação, admite-se cobrar passagem, dirigir ônibus e não ganhar mais nada por isso.

Quer dizer, nós precisamos olhar isso. Nós precisamos tomar o exemplo do Presidente Lula, que disse que, na Mercedes, em São Paulo, ganham mais. Mas custou, teve luta, teve debate, teve greve. E eu acho que é isso, essa grande lição que devemos seguir em nosso País, onde estamos chegando a um nível de pleno emprego. No nível de emprego, falta mão-de-obra, e neste momento a mão-de-obra precisa valorizar-se e conseguir melhores condições – claro, sem nenhuma obstinação, sem nenhum fanatismo, sem querer parar o País ou sem querer ter ganhos que não condigam com a produção, porque qualquer ganho que não condiz com a produção vai gerar inflação. São ganhos fictícios. Vai ser ruim para todos nós no final. Agora, se há produção, se há crescimento do PIB, se as empresas estão melhorando, nós temos que melhorar também as condições de trabalho e os salários dos nossos trabalhadores.

Paim, desculpe tomar esse tempo, mas quero dizer para você, diante dos nossos companheiros, que nunca faltei a nenhum chamamento que colocasse o interesse dos nossos trabalhadores diante, muitas vezes, das extrapolações, das exorbitâncias do poder, seja econômico, seja político. Quero reafirmar, Paim, neste nosso novo mandato – nós dois ganhamos de novo, pela generosidade do povo, sem merecimento, mas o povo na sua misericórdia, no Rio e no Rio Grande do Sul, reconduziu-nos –, então, quero reafirmar nosso compromisso de oito anos de luta incessante. Você tem muito mais experiência do que eu. Portanto, você, nas suas iniciativas... Mas estou do seu lado, apoiando-lhe, pedindo voto ao meu Partido e aos meus companheiros, sobretudo na bancada evangélica, que são setenta federais, explicando para eles os detalhes. Na correria do Congresso, muitas vezes a gente não tem tempo de aprender tudo, porque é muita coisa. No sentido de que a gente possa ter as conquistas, diminuir os acidentes e dar uma vida melhor aos trabalhadores.

Muito obrigado, Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Crivella.

Deixe-me dar este depoimento também. Não tenham dúvida, o Senador Crivella sempre esteve na linha de frente. É grandeza dele quando ele diz que tem que aprender comigo. Eu que aprendo com ele.

Agradeço muito à Senadora Ana Amelia, que já está aqui, dividindo aqui a Presidência comigo, e eu a convido para que convide o nosso próximo painelista. V. Ex^a fala a hora que quiser.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Paim, que é um cavalheiro sempre, não só na defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores brasileiros e do nosso Estado do Rio Grande do Sul.

Convido agora o nosso Amaro José Gomes, que é o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores dos Transportes Terrestres.

O SR. AMARO JOSÉ GOMES – Em primeiro lugar, nós, trabalhadores e trabalhadoras em transporte deste País, queremos agradecer a eleição do nosso Senador Paulo Paim, porque esse é um Senador que trabalha em prol de todos trabalhadores deste País; agradecer o convite para a participação na audiência passada, mas, devido à agenda prévia de nossos dirigentes, nem todos puderam comparecer, mas estão presentes hoje as seguintes federações – os trabalhadores, Paim, estão querendo ver estes projetos aqui no Senado aprovados: Federação de Goiás, com seis membros; Federação do Norte, com três membros; Sindimotos, com trinta pessoas; Fettorinas, 42 pessoas, responsável, o velho Geraldo Mascarenhas; relação de motoristas e trânsito, Fetesp, 28 pessoas; Fetronorte, uma pessoa; Fetrooeste, cinco; Antonio Vargas, do Rio de Janeiro; Fetropaulo, Lourival, que já esteve aqui na Mesa...

Inclusive vou deixar para depois o companheiro Festino, que está inscrito, para fazer o relatório completo sobre a Confederação, a Federação de São Paulo e a nova Central.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É o próximo a falar.

O SR. AMARO JOSÉ GOMES – Todos estão vendo que a nova Central está sempre em prol do transporte em geral.

Agora, foi dito aqui sobre um projeto de Rondonópolis. A Confederação apoiou integralmente aquele trabalho de Rondonópolis, inclusive o processo que está aqui na 14^a Vara de Brasília está apenas aguardando sentença. Quem atua ali são os companheiros do Paraná, que são diretores da Confederação e a Federação também lá no Mato Grosso dá todo apoio, e só aguardamos a sentença que é sobre o problema, aquele velho problema da droga, que é este material que está aqui e que saiu no Fantástico. Este material,

a confederação já mandou para todas as federações e está no nosso *site* para quem quiser ler.

Eu sou um motorista dos velhos tempos. E hoje eu comecei a ficar um pouco alegre aqui com o que o companheiro do lado falou, porque na reunião do Sest/Senat, o dirigente máximo da carga, que é o meu grande amigo Flávio Benatti, fala o contrário: diz que nós temos que rever a CLT. E a nós, trabalhadores, a confederação não aceita este problema de rever a CLT. Nós queremos melhorar a CLT para os nossos companheiros; nunca rever pontos.

Também foi dito aqui tempo de direção. Tempo de direção foi um projeto que veio do Governo Federal, passou na Câmara e, infelizmente, quando chegou no Senado teve um ex-Senador, a pedido de um empresário, fez emendas terríveis no projeto. Conforme veio, nós aceitamos, mas com as emendas feitas no Senado, e aprovadas, nós não aceitamos. Então eu fiz um grande documento contra aquele projeto e, felizmente, companheiros, companheiras e componentes desta Mesa, o ex-Vice-Presidente da República, o saudoso José Alencar, vetou o projeto, porque o projeto era bom, tornou-se ruim.

Nós, trabalhadores, estamos com uma comissão, recebemos sugestões dos empresários, estamos estudando elas e vamos nos reunir outra vez. Espero, Senador Paulo Paim, que na regulamentação da profissão, que está aqui dentro do processo, e o Estatuto do Motorista, nós, trabalhadores, entremos num consenso com os empresários. Nós não queremos mal aos empresários. Os trabalhadores deste País de transporte não quer mal aos empresários; agora, também não queremos ser prejudicados em nada. Esperamos que, futuramente, a gente entre num consenso.

Quero agradecer ao Senador Paulo Paim, a todos os companheiros aqui presentes. Inclusive eu estive 16 dias internado, há um mês atrás, no Hospital Santa Lúcia e, por isso, não pude àquela reunião. Mas, graças ao bom Deus, o velho Omar está aqui de volta com vocês e, se Deus quiser, nós chegaremos a um acordo com os empresários.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/ PT – RS) – Muito bem!

Agora, a gente cumprimenta, até por sugestão mesma do nosso amigo Omar, que usa a palavra, neste momento, representando o José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central, que está com um número expressivo de líderes, o nosso amigo Luis Antonio Festino. Um salva de palmas para ambos. (*Palmas.*)

O SR. LUIS ANTONIO FESTINO – Bom-dia a todos!

Mais uma vez, em nome do nosso Presidente José Calixto Ramos, a gente agradece o convite do Senador Paim, porque poucas oportunidades a gente tem perante a imprensa e os demais órgãos de divulgação.

Eu preparei um material específico, infelizmente a tecnologia apresentou algumas falhas e a gente vai ter que fazer alguns cortes. Em primeiro lugar, para todos, não sei se todos viram a reportagem da *Rede Globo* domingo, e toda vez que acontece alguma coisa assim, que a imprensa divulga, ela só mostra as consequências e nunca mostra as causas – então, daria para passar o primeiro, da *Globo*? É bem curto, é só introdução com o material da Globo.

(*Procede-se à apresentação de vídeo.*)

O SR. LUÍS ANTÔNIO FESTINO – Eu não vou citar os números, porque aí ele já apresentou na audiência passada, mas só um exemplo aí, que é quando se coloca toda a culpa no ônibus e no caminhão. A diferença é enorme. São 62 milhões de veículos e 58% de automóvel. O caminhão representa 6%, o ônibus, 1% e as motos 25% hoje em dia. Então, uma diferença enorme, e a culpa cai sempre em cima do motorista profissional. Vejam bem o que circula, o congestionamento, tudo o mais, a culpa é que o caminhão é grande, a culpa é porque o ônibus fecha um cruzamento, só que a realidade é bem outra, que circulam aí 36 milhões de automóvel.

Quando a gente fala em transporte, mesmo aqui hoje, a gente está falando muito no transporte de passageiro e no transporte de carga, transportadoras ou autônomos. Mas no Brasil não é bem isso. Então, o transporte rodoviário de passageiro está presente em 4.473 Municípios, apenas 167 Municípios atendidos pela ferrovia e apenas quinze pelo metrô, e o transporte fluvial é em 464 Municípios. Aí, eu não vou passar, são 50 milhões de passageiros. E aí começam a entrar os outros setores: o de enfrentamento e turismo, o interstadual, o metropolitano, que nem sempre é citado.

Uma realidade que nós, também, normalmente esquecemos: são 7,6 mil alunos nas áreas rurais e 96.557 escolas. Mais da metade da frota é contratada, e uma idade média acima de 16 anos, com grandes acidentes nesse setor.

O setor de cargas, que já estamos discutindo, 60%. Pode mudar. Aí estão as demais categorias. O setor de transporte de passageiros e mais o setor de cargas representado pelas transportadoras representam 40% do transporte. Sessenta por cento estão nas categorias diferenciadas.

Daí a importância da regulamentação da profissão, porque esse trabalhador não está sendo contemplando especificamente. São 60% dos motoristas

trabalhando nos Correios, até na própria imprensa, na indústria, no comércio.

Então, é um grande setor de trabalhadores que não são contemplados com a questão de qualificação profissional, de direitos da saúde. Inclusive, nos índices de acidentes, aparece, pelo FAP – fator acidentário –, o motorista registrado e da transportadora, e hoje já é o primeiro em mortalidade, passou a construção civil. Os dados, agora, da Previdência... Segundo a Comissão Tripartite, que envolve trabalhadores, empresários, Ministério da Saúde, Ministério da Previdência e Ministério do Trabalho, esses índices já aumentaram. Imaginem só, já passou o índice da construção o motorista de transporte de carga. Se se colocar todo o setor de transporte que não entra nos índices, esse número vai aumentar muito mais.

Outra representação, também, um pouco esquecida, é a do pessoal que trabalha no setor rural. São os absurdos, como aquele caminhão com cinco carretas. Nem bitrem, aquilo são cinco.

Trabalhador rural. Um exemplo que está no Código de Trânsito é o daquele motorista de trator numa rodovia do Paraná, mas que não é considerado motorista, e sim rural. Pode mudar.

Trabalhadores em portos. Temos um representante de Santos aqui. Um grande número de trabalhadores que trabalham confinados no porto, no aeroporto e nas ferrovias, que também acabam não sendo considerados.

Um setor em que hoje há mais de 30 representantes e que vem crescendo – está lá no outro auditório, depois o Rivaldo deve falar ou o Luiz – é o de motos, com grande índice de mortalidade também.

Aí gostaria que você passasse os acidentes. É um trabalho do IPEA, Denatran e ANTP, já de 2006, mas que tem tudo que ver com esta discussão.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. LUÍS ANTÔNIO FESTINO – Já deu para ter uma ideia desse trabalho excelente do IPEA, Denatran e ANTP com essa questão dos acidentes. É de 2006, mas ele está muito atual.

Isso é um pouco do que foi falado ali. O cenário mundial dos acidentes de trânsito também foi apresentado pela Organização Mundial de Saúde. O Senador Paim já citou no início: um milhão e trezentas mil mortes por ano, os jovens com menos de vinte e cinco anos de idade. Já foi citado pelo Senador o impressionante número de acidentes e mortes no setor de transporte.

Só os custos, 518 bilhões de dólares anuais. Nos países de renda alta, 2% do PIB; nos de renda

média, de um a um e meio do PIB. Então, é um custo altíssimo.

Agora vamos procurar as causas: onde está trabalhando esse motorista? O motorista de transporte de passageiro ou motorista de carga que está nas cidades? Aí nós temos os congestionamentos, poluição ambiental, poluição visual, poluição sonora. Tudo isso tem que ser discutido e está sendo discutido em diversas comissões, inclusive no Senado, por intermédio do Senador Paim, que levantou a questão do Estatuto do Motorista.

A característica que já foi falada aqui: jornada de trabalho sem interrupção, irregularidade de horário de refeição, inclusive para necessidades fisiológicas, trabalho noturno e em finais de semana, precarização das relações trabalhistas, atividade de elevado risco à saúde física. Nessa parte de elevado risco, são quatro profissões relacionadas ao serviço público. Temos os policiais com alto risco, os agentes penitenciários, os professores e os trabalhadores na área de saúde, todos relacionados com a prestação de serviço público. E se inclui aí o motorista também com alto risco. Além da automedicação, de que a gente já falou aqui, o problema das drogas e o sedentarismo.

Temos aí a questão de como está o trabalho. Um exemplo bem claro disso: os motoristas de transporte urbano em São Paulo. Somente 39% dos trabalhadores têm acesso à água potável ou a uma rede sanitária. Então, vejam bem, uma jornada longa, de uma hora, uma hora e meia, duas horas, e ele não tem acesso. Inclusive a legislação não permite que ele abandone o ônibus. E ele precisaria ter local próprio e tudo mais.

Esse é um exemplo bem claro da situação dos equipamentos. Além da alta idade média da frota, nós temos a postura incômoda. Esse é um ônibus, um veículo novo, de 2007, a postura do motorista. Um exemplo que a gente tem que citar sempre é a questão de novos equipamentos com novas tecnologias, que são os motores com câmbio automático, motor central e motor traseiro. E está ali um exemplo: foram comercializados 21.442 veículos urbanos com motores ultrapassados, motores dianteiros e transmissão manual, e somente 856 veículos com transmissão automática. Então, há uma diferença enorme na questão do trabalho. Essa é outra situação difícil, que já foi citada aqui pelo Senador Crivella, que é a questão de cobrar e trabalhar. Eu gostaria que você passasse o dupla função, que mostra bem claro, de modo concreto, a situação dessa...

“Surgiu a figura do motorista Júnior. Ocorre que, além das funções normais de condução do veículo micro-ônibus, o motorista Júnior é obrigado pela empresa a efetuar o recebimento do pagamento da passagem. Seja em vale transporte ou em espécie, essa atividade

de extra acarreta diversos problemas, visto que é necessário fazer a conferência do dinheiro e até mesmo fornecer troco. Além da dificuldade inerente à função e de um salário inferior ao da categoria, os motoristas acabam propensos a causar acidentes durante sua jornada de trabalho”.

O Senador Crivella já deu um exemplo, e esse filme mostra a dificuldade que é dirigir e cobrar. Por isso, em nosso projeto há proibição da dupla função quando no volante. Isso consta, inclusive, no Código de Trânsito.

Outro grave problema é a manutenção, pois a frota é velha e a manutenção é feita no centro da cidade. Há assaltos e roubos, acidentes, conflitos. Por tudo isso o trabalhador do setor de transporte passa no seu dia a dia.

Também estão se avolumando no País os congestionamentos em rodovias e também os acidentes – já foi citado o número. Esses acidentes e os congestionamentos são outros fatores que contribuem para o estresse dos motoristas de modo geral.

Eu gostaria que você passasse aquele filme que mostra as condições das estradas, bem rapidinho, para nós vermos como está a situação daquele pessoal empurrando o ônibus.

“É agora. É agora. É agora. Vamos ali. Sai daí, Noelito! “(Risos.)

Esse é um exemplo bem claro da situação em que não só o motorista mas também os passageiros estão colaborando. É grave a situação das rodovias que continuam merecendo maior atenção do Governo Federal.

Aí está um grande problema. Por falta de política pública, o que as cidades estão fazendo? Estão proibindo a circulação de caminhões. São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, várias cidades, estão proibindo a circulação de caminhões, sem a infraestrutura necessária, sem pontos de parada, sem estacionamento. São Paulo conta com um único terminal de carga, que levou vinte anos para ser concluído. Nos demais Estados a situação é pior ainda.

Eu gostaria que você mostrasse aquele de Dourados.

(Exibição de vídeo.)

Está aí, Senador Paim, mais um exemplo de um ponto de parada, e são diversos no País.

Essa é a situação em que o motorista fica dezoto horas, dois, três dias, sem sanitário, sem um local para refeição. Mesmo nas grandes cidades não temos esses pontos de parada.

Não há uma discussão do Poder Público. Somente querem proibir, mas sem discutir o que fazer.

Quanto às principais doenças causadas aos motoristas, 40% são de coluna, perna e braço – isso devido ao equipamento, ao estresse, aos veículos –, digestivo, respiratório, circulatório. Podem ver que o índice é grande das principais doenças.

Aí, chegamos à discussão que estamos fazendo da questão do estatuto e do que o Senador Paim falou: temos de regulamentar a profissão. Vamos fazer uma diferenciação aqui entre os dois projetos. O estatuto regulamenta o mercado de trabalho, e a regulamentação da profissão, que é o PLC nº 371, regulamenta a atividade. Então, o estatuto é muito mais amplo; vamos entrar em discussão de jornada de trabalho, tipo de equipamento, tipo de fiscalização. Ele é bem amplo do que a regulamentação que é específica para o setor, que regulamenta, especificamente, dupla função, qualificação, aposentadoria, seguro de vida. É muito mais a atividade do que o mercado de trabalho.

Na questão da jornada, como o Senador Paim colocou, as centrais sindicais, mais a nova central, as nossas confederações, tiramos como ponto básico a aprovação da jornada de trabalho de quarenta horas – um projeto do Senador Paim junto com o Senador Inácio Arruda, e que está em tramitação desde 1995. Vejam bem o tempo em que está em tramitação. Ele está na Câmara. Um outro projeto em que estamos defendendo as quarenta horas, também do Senador Paim, é o nº 4653, de 1994.

O outro projeto é sobre o tempo de direção, que o Sr. Omar colocou, que foi aprovado aqui no Senado, na Câmara, só que totalmente distorcido, totalmente emendado, e que não contemplava o projeto original. Está entre os projetos vetados para serem discutidos, que é o nº 2660, de 1996.

Há uma situação gravíssima no mundo inteiro: o tempo de espera. Aí, é o exemplo da semana passada e semana retrasada. Somente a fila no Porto de Paranaguá... O pessoal da Federação, o Lourival está distribuindo um caderno aí para vocês terem noção de como está a situação das rodovias no Paraná. Esse é o tempo de espera. O sindicato, o Sintracarp, de Paranaguá, junto com a Federação, acabou distribuindo mais de 9,5 mil litros de água, porque aquele motorista não tinha a mínima condição de sair. Até para a compra de remédios – para motoristas que precisavam de remédio –, a Federação contratou um *motoboy* para ir buscar esses remédios, porque eles não poderiam sair da fila. Então, a situação é gravíssima. E ela é gravíssima no mundo inteiro. Temos vários protestos, na Austrália, nos Estados Unidos, contra empresas como DHL, TNT, Americ. São várias empresas que estão aí atuando no mundo todo, inclusive entrando no Brasil.

Mais um problema de jornada, que é dos motoristas do transporte urbano, é a intrajornada. Apesar da OJ nº 342, que permitiu o fracionamento, desde que em acordo coletivo – havendo acordo coletivo, pode fracionar –, muitos motoristas ainda não conseguem, não têm condição de parar durante o intervalo de uma viagem para outra. E volta aquela falta de estrutura das cidades. Não há local para refeição, não há um banheiro, um sanitário. Então, a questão do intervalo, no setor urbano, é superimportante.

Para encerrar, a revista que passamos aí foi do nosso seminário. Estamos dando um exemplo aí de um acidente com o Sidney, que foi nossa testemunha nesse processo do Mato Grosso. Ele esteve aqui no ano passado testemunhando sobre a questão do excesso de jornada, e foi mais uma vítima do excesso de jornada. A própria testemunha acabou falecendo, por uma carga excessiva.

Não havia um motivo tão especial, ele estava prestando um serviço para a Sadia. E a Sadia tem diversas denúncias, por isso caímos na questão da categoria diferenciada, que nem sempre é só a transportadora. A prestação do serviço para a categoria diferenciada. E esse motorista faleceu, em virtude de um acidente de trabalho. Então, essa é uma realidade em que a nossa Confederação, a Nova Central, vem lutando, inclusive na divulgação desse trabalho. Vamos realizar mais um seminário, no mês de julho, sobre essa mesma questão, e estamos contando com a participação do Poder Público, do Ministério Público, do Ministério do Trabalho e dos próprios empresários, pois hoje temos uma parceria na comissão tripartite. Estamos discutindo, mas, infelizmente – o Dr. Marco Aurélio está aqui representando o setor de transporte de cargas –, nós não estamos conseguindo diálogo com o setor de transporte de passageiros. Infelizmente. Apesar do convite do setor de cargas, o setor de passageiros acha que não tem que discutir, não tem que se sentar com os trabalhadores. Não conseguimos evoluir na discussão com esse setor.

Agradeço, mais uma vez, ao Senador Paim. Fora esse material, temos diversos materiais. Vocês já tiveram uma ideia aí – estamos com o tempo curto – do material que temos hoje de denúncia, mas não podemos ficar só na denúncia, como está fazendo a imprensa. Não estou dizendo a imprensa que esteve presente hoje aqui, mas a imprensa de modo geral, que só denuncia e não entrevista, não dá a oportunidade de os segmentos se colocarem. Faz uma denúncia contra a Polícia Rodoviária Federal, mas também não dá a chance de mostrar o que a Polícia Rodoviária tem feito, o que os fiscais do trabalho têm feito. Com um

número pequeno para o Brasil inteiro, como é que vão fiscalizar todo o setor?

Na questão da fiscalização, houve o pedido aqui, Senador Paim, dos radares. É um pedido aqui do pessoal de São Sebastião e de Lagoa do Paracatu, onde os radares estão escondidos, o que está totalmente fora da lei. Então, foi um pedido feito pelo pessoal de Minas de Gerais, e a fiscalização também tem que mostrar, o Poder Público, onde está o radar, o que está no Código de Trânsito, e não esconder o radar para simplesmente autuar.

Agradeço. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Festino, que tem estado conosco por diversas vezes, em reuniões de gabinete e em reuniões da Comissão, sempre presente. Fez uma bela exposição, mostrando a realidade do nosso País, e por isso a importância deste momento.

De imediato, passo a palavra à Senadora Ana Amelia para que faça suas considerações.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Senador Paim, quero dizer aos participantes desta audiência pública que não pertenço, não sou membro titular da Comissão de Direitos Humanos, que competente e brilhantemente o Senador Paulo Paim preside e tem debatido, às segundas-feiras, temas de interesse nacional, como este agora, relacionado às questões não apenas de interesse trabalhista, da categoria dos motoristas, mas, hoje, o problema da violência no trânsito se tornou gravíssimo e um problema de saúde pública também. Então, envolve questões sociais, trabalhistas e de saúde. Fiquei muito impressionada quando o Luiz Festino apresentou o vídeo. Vocês imaginem aquele ônibus, numa lombada ensaboada como aquela, mesmo aquela quantia de pessoas empurrando, se ele perde a direção e o controle e vem ladeira abaixo, o risco para aquelas pessoas que foram lá solidariamente resolver um problema. Então, é um problema muito complexo. A questão da logística é muito séria, a questão do porto, a questão da distribuição da mercadoria nos terminais, como o caso de São Paulo e o caso de Belo Horizonte até Porto Alegre, em que não há essa infraestrutura que capacite ou que viabilize o trabalho dos motoristas.

Gostei muito também de você ter se referido à questão da qualificação dos profissionais. O Rio Grande do Sul, do Senador Paim e meu, é um dos Estados que tem um número de caminhoneiros autônomos muito grande. Nós temos cidades conhecidas, como São Marcos, Vacaria, minha Lagoa Vermelha, Uruguaiana, que tem um transporte internacional, em que esse tema passou a ser prioridade, porque é muito importante a questão da segurança das pessoas. O motorista pode

estar dirigindo um caminhão, um ônibus, um van, uma kombi, uma caminhonete ou uma moto, mas é também o que aquilo pode representar, por exemplo, um motorista que esteja transportando um produto inflamável ou químico acontecer num acidente que pode poluir o ambiente, que pode representar um risco de contaminação e também ter uma consequência grave do ponto de vista ambiental.

Então, essas questões relacionadas à qualificação são temas prioritários no projeto para salvaguardar a segurança pessoal e física e valorizar a profissão dos motoristas, por quem temos um grande respeito. Por tudo isso ficou clara até agora, e virão outras informações dos senhores, a complexidade do tema, que é relacionada à questão da segurança, do direito trabalhista e das condições de trabalho. Como transporte escolar tem veículos com uma média de 16 anos? É um carro velho, um veículo velho, sem condições de segurança para o motorista e para as crianças transportadas. Recentemente, três pessoas morreram num acidente de transporte de universitários em Passo Fundo, na região de Palmeira das Missões.

Gostaria, então, de agradecer o Senador e cumprimentá-lo, dizendo que, no Rio Grande do Sul, com bom senso de oportunidade, foi criado um comitê, liderado pelo Vice-Governador Beto Grill. Estive participando dessa cerimônia. Trata-se de um comitê de segurança no trânsito ou também na área dos transportes. E um dos temas suscitados no primeiro dia pelos parlamentares presentes diz respeito exatamente às condições de trabalho dos motoristas profissionais.

Sou também amiga dos taxistas para dizer a eles e aos que estão aqui que dou tanto valor que o motorista que convidei para ser o meu motorista aqui no Senado trabalhou onze anos comigo, porque eu levantava às 4h30 da manhã, e ele, em onze anos, não atrasou um minuto. Ele me pegava no seu táxi às 5 horas da manhã para eu chegar às 5h30 no meu trabalho. Então, esse motorista que me serviu onze anos, como recompensa à dedicação, à eficiência, à lealdade, à segurança com que sempre trabalhou comigo, esse motorista de táxi aqui de Brasília foi recrutado para trabalhar no meu gabinete e hoje é o meu motorista. Então, com isso quero homenagear a categoria dos taxistas também. Nós estamos trabalhando muito na regulamentação da categoria.

Muito obrigada, Senador Paim. Parabéns pelo seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou voltar à lista de convidados. Pergunto se o Sr. Otaliba Libânio se encontra, Sr. Dílson de Almeida Souza.

Então, convido, neste momento, o Sr. Dílson de Almeida Souza, Assessor Especial do Departamento Nacional de Trânsito, Denatran, em representação do Sr. Orlando Moreira da Silva, Diretor-Geral do Denatran, para vir à Mesa e fazer uso da palavra.

Está presente aqui o Sr. Ronaldo Alves, Presidente da ONG Rodas da Paz.

O Ronaldo está?

Convidaria os dois que usaram da palavra se pudessem...

O Sr. Otaliba Libânio de Moraes Neto encontra-se conosco também. Ele é Diretor da Análise de Situação de Saúde, do Ministério da Saúde. Em seguida ele fará uso da palavra.

Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Dílson de Almeida Souza, Assessor Especial do Denatran.

O SR. DÍLSON DE ALMEIDA SOUZA – Boa tarde a todos. Saudação, Senador Paulo Paim, à Senadora Ana Amélia, aos procuradores, demais representantes de entidades e confederações; viemos aqui designados pelo Departamento Nacional de Trânsito, onde somos assessor, mais como observador e ouvinte. O assunto de que tratamos aqui corre em nossas veias. O Departamento Nacional de Trânsito, o Conselho Nacional de Trânsito se preocupa demasiadamente com a segurança e com a fluidez do trânsito e dos trabalhadores, e esses assuntos têm sido objeto de estudos, de posicionamentos e de resposta através da legislação regulamentar que é estabelecida pelo Conselho Nacional de Trânsito.

Estamos atentos, ouvindo, e continuaremos nesse trabalho de regulamentação do trânsito no País. Queremos deixar registrado que se tem falado muito nas consequências. Alguém já falou hoje aqui que a imprensa olha muito as consequências dos desastres, dos acidentes; a saúde está muito preocupada porque está pagando a conta; agora a Previdência Social também está sendo exaurida em seus recursos. Ninguém fala muito nas causas. Nós, da segurança do trânsito, Denatran, do Sistema Nacional de Trânsito, não temos também estudos suficientemente fundamentados para dizer sobre as causas, mas temos um sentimento muito grande nisso aí.

A gestão pública do trânsito é exercida no nosso País, fundamentada no Código de Trânsito Brasileiro, pelo Sistema Nacional de Trânsito. O Sistema Nacional de Trânsito é composto por milhares de órgãos, da União, dos Estados, dos Municípios e por aquelas instituições que são credenciadas para exercer determinadas atividades. Todo esse universo de instituições faz funcionar o sistema, faz a gestão do trânsito. Ele é muito complexo. A legislação não é só a lei, não é só o Código. Até o atual Código, o Conselho Nacional

de Trânsito emitiu mais de 800 resoluções. Hoje, ainda dessas, estão em vigor cerca de 50. De 1997 para cá, o Conselho Nacional de Trânsito já emitiu mais de 350 resoluções – parece que em torno de 374. São resoluções que regulamentam detalhes da gestão desse trânsito. Essa gestão é feita em três vertentes: a vertente da engenharia, a engenharia automotiva, a engenharia viária; a vertente do esforço legal, que é a elaboração da legislação, a sua aplicação, a fiscalização e o julgamento; e a vertente da educação. Essa gestão, por essas três vertentes, essas atividades que fluem em todo o sistema nesses milhares de órgãos, ela deve ser harmônica, ativa, competente e eficiente, ela deve ser harmônica, ativa, competente e eficiente, senão a coisa não funciona. Vai crescendo o número de acidentes e de vítimas a cada dia mais, porque a população cresce, a frota cresce, e a gestão não está atingindo o seu objetivo, principalmente na área da educação e da fiscalização.

Com o advento da fiscalização eletrônica, a fiscalização dos agentes de trânsito recolheu-se. Diminuíram os agentes de trânsito. Hoje, no Brasil, a fiscalização por agente não passa de 30 mil agentes, quando a necessidade mínima seria de 60 mil e o ideal seria de 120 mil agentes. A Polícia Rodoviária Federal hoje tem cerca de 10 mil agentes, luta para aumentar esse número, e não consegue. Não há recurso, não há estrutura. A fiscalização está encolhida.

A fiscalização não é só punitiva. A fiscalização é de orientação, é de operação do sistema.

A educação está no Código há doze ou treze anos e é obrigatória nas escolas de ensino regular, fundamental, médio e superior, mas não se fez nada nesse sentido. Na verdade, o sistema educacional resiste muito à educação de trânsito.

Queremos concluir dizendo assim: se você listar as causas dos acidentes, talvez relacione dezenas – quem sabe? –, centenas de causas imediatas ou secundárias, mas todas elas invariavelmente podem se enquadrar em três causas secundárias: o erro, a desobediência e a falta de atenção. Nós afirmamos que tanto o erro quanto a desobediência e a falta de atenção são simplesmente, unicamente falta de educação.

Se nós continuarmos não dando educação ao nosso povo... E não é só educação ao condutor, é educação ao cidadão, a toda população, porque o pedestre participa do trânsito, o passageiro participa do trânsito, todos nós participamos do trânsito e, como usuários, precisamos estar educados como cidadãos. Os governos, tanto municipais como estaduais, e a União têm que se sensibilizar para isso e colocar a educação de trânsito para a nossa população.

É pena que o Senador Cristovam não esteja aqui, porque ele é uma bandeira da educação e também uma bandeira da segurança no trânsito. Fez um excelente governo nesse sentido aqui o Distrito Federal. Ele é sensível a isso e poderá nos trazer algumas luzes a respeito de como fazer o sistema educacional municipal, estadual e federal atuar na educação de trânsito. Isso é essencial, importante, básico. Se nós não fizermos isso neste País continuaremos com esse terrível resultado da acidentalidade do trânsito.

Hoje nós já temos cerca de cinco a seis mortos por 10 mil veículos por ano. O Dr. Libânio talvez tenha a estatística mais precisa, mas já foi mais. Nos anos 90, esse índice era de dez a quinze mortos por 10 mil veículos por ano. Nós precisamos chegar a um nível de menos de três, porque os países mais desenvolvidos têm um índice inferior a um, aproximando-se de zero. Esse é o ideal.

Nós temos que caminhar, temos muito chão para andar, Senador Paim, porque a educação de trânsito no Brasil é praticamente zero, não existe, e a fiscalização, que já teve uma atividade boa, hoje regrediu. As polícias militares recolheram, reduziram os efetivos dos batalhões de trânsito e dos batalhões rodoviários. Isso precisa ser novamente revisto. É necessário educar e fiscalizar, porque, se não fizermos, esse número terrível de acidentes, de mortes e de inválidos continuará crescendo. Infelizmente, temos que tomar essa posição. Ela é importante e é necessária.

É a nossa contribuição.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Dr. Dílson, que foi muito preciso, eu diria. Vou destacar pelo menos dois pontos, se me permite – toda palestra foi importante: fiscalização, educação e investimento, inclusive em material humano, quando é citado que precisava de 120 mil e não chega a 30 mil policiais.

Meus cumprimentos. Vamos aqui construindo o nosso caminho para combater os acidentes de trânsito.

Passamos de imediato a palavra ao Dr. Otaliba Libânio de Moraes Neto, Diretor do Departamento de Análise de Situação de Saúde do Ministério da Saúde.

Agradeço a Senadora Ana Amélia, que teve que se retirar nesse momento.

Convidei para a Mesa também Ronaldo Alves, Presidente da ONG Rodas da Paz.

Passo a palavra de imediato ao Dr. Otaliba.

O SR. OTALIBA LIBÂNIO DE MORAIS NETO – Boa-tarde a todos. Eu queria cumprimentar os componentes da Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim, os colegas da Mesa, cumprimentar os representan-

tes das transportadoras, dos trabalhadores da área de transporte, parabenizar, Senador, pela audiência e agradecer imensamente o convite ao Ministério da Saúde que, em nome do Ministro Alexandre Padilha, do Secretário de Vigilância, Dr. Jarbas Barbosa.

A gente vai apresentar um pouco um quadro mais geral dos acidentes de transportes terrestres no Brasil e também algumas considerações sobre a década de ações para a segurança no trânsito, como a decisão das Nações Unidas, que será a década de 2011 a 2020.

Para que os senhores tenham uma idéia, enquanto colocamos a apresentação, hoje existe um movimento muito grande, internacional, no sentido de priorizar a prevenção, a redução dos acidentes de transportes no mundo e no Brasil. Esse hoje é um problema muito grave, principalmente nos países de baixa e média renda que concentram em torno de 90% dos acidentes de transportes terrestres no mundo.

Já foi falado algo em torno de 1,3 milhão de mortes mundialmente. Os jovens são as principais vítimas dos acidentes de transportes terrestres e os principais usuários vulneráveis são principalmente os pedestres, os motociclistas, os ciclistas, mas também os outros usuários do trânsito.

Como falei, 90% das mortes ocorrem nos países de média e baixa renda, que detêm menos da metade da frota de veículos existentes.

Só para que os senhores tenham uma ideia, foi falado muito: “E as causas? O que está mais relacionado aos acidentes de transporte?”

Há um informe da Organização Mundial de Saúde onde ela faz uma análise da gravidade da situação, aponta os principais fatores de risco relacionados aos acidentes, principalmente a associação do álcool e da direção, o excesso de velocidade, a velocidade inadequada, o não uso dos equipamentos de segurança...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou fazer um apelo ao Plenário, porque estamos ao vivo e não parece, mas qualquer fala ou alguém atendendo ao celular, prejudica tanto para nós, da Mesa, quanto para vocês entender, assim como as pessoas que estão em casa. Então, peço o maior silêncio possível. Quem quiser falar, não tem problema nenhum, dá uma fugidinha no corredor e depois volta.

O SR. OTALIBA LIBÂNIO DE MORAIS NETO – Eu estava falando que os principais fatores de risco são esses. E destacamos principalmente a velocidade, o álcool e a direção, mas há também a questão das vias, desenho, infraestrutura, conservação, sejam das vias urbanas ou das rodovias. E as recomendações para diminuirmos e prevenirmos esses acidentes são principalmente as políticas de transporte e o uso do

espaço viário, a própria rede viária, a segurança veicular, a importância fundamental da fiscalização e, do ponto de vista da saúde, a atenção às vítimas, desde o atendimento hospitalar até à reabilitação.

Só para ter ideia, Senador, dos dados de mortes causados pelo trânsito hoje no Brasil. De 2000 a 2009, observamos, ano a ano, um número absoluto de mortes causadas pelo trânsito. Em 2008, que é o ano que temos os dados mais fechados, foram 38.273 mortes. Um pouco mais elevado do que o Senador falou em seu pronunciamento inicial, tendo em vista que os dados do Denatran estão muito associados à ocorrência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Confesso, doutor, que quando falei aqui que em 2009 tinham morrido 20 mil pessoas, achei que havia algum erro inclusive. Veja como estamos desatualizados. É quase o dobro.

O SR. OTALIBA LIBÂNIO DE MORAIS NETO – Os dados que são registrados principalmente pelo sistema do trânsito se relacionam com as mortes que ocorrem no momento do acidente. E na base do Ministério da Saúde se relacionam com os que estão ali, os que ocorrem no momento e os que vão morrer após, nos serviços hospitalares, nas urgências ou no trajeto para o atendimento.

Então, em 2009, dados preliminares mostram uma redução: 36.365, que podem estar relacionados por ainda estar faltando dados de Municípios, mas também pode estar relacionado com a Lei Seca, que teve um impacto positivo na redução das mortes causadas pelo trânsito.

As causas violentas, todas as causas externas, acometem a faixa etária de 01 a 40 anos, quando é a principal causa de morte. Dentro dessas causas violentas, o acidente de transporte terrestre é a principal causa de 05 a 09 anos de idade, de 30 a 39 anos até 60 anos. Portanto, a violência causada no trânsito ceifa muitas vidas, principalmente homens na idade produtiva e também idosos, na questão dos atropelamentos.

Aqui é a taxa, ou seja, o risco de uma pessoa morrer no Brasil por um acidente de transporte terrestre. Naquela linha verde lá mais de cima é a tendência para todos os meios de transporte.

Tínhamos uma taxa muito elevada em 1996 e 1997. Com o Código de Trânsito, tivemos um impacto muito positivo na redução das mortes. Mas, a partir de 2001, tivemos um aumento das taxas novamente, que vêm se mantendo até 2008. Está estabilizado, mesmo com o aumento da frota, mas ainda é uma taxa muito elevada em relação a outros países, principalmente os países de alta renda.

O que eu chamaria de destaque é uma certa redução das mortes envolvendo ocupantes, mas um

aumento expressivo das mortes envolvendo motocicletas. Eu diria que esta é uma situação que consideramos quase que epidêmica: a morte envolvendo motocicleta.

Aqui há um dado específico das motocicletas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, sobre esse assunto que o senhor está falando, porque depois o Luiz Carlos Galvão vai falar sobre a questão das motocicletas.

É muito boa a sua informação.

O SR. OTALIBA LIBÂNIO DE MORAIS NETO –

Para aprofundar um pouco mais, Senador, dividimos por região – as grandes regiões do País – as mortes envolvendo motociclistas, ocupante ou condutor de motocicletas. Observamos que a Região Sul e a Região Centro-Oeste se destacam por um aumento do risco de morte envolvendo acidentes com motocicletas muito importante durante os últimos anos. Mas em todas as regiões observamos um aumento do risco de morte.

Se dividirmos os Municípios brasileiros por porte populacional, o que chama a atenção é que nos grandes Municípios estamos tendo uma tendência de queda ou de estabilidade. Ou seja, nos Municípios acima de 100 mil ou acima de 500 mil habitantes estão reduzindo o risco de morte. Mas aqueles pequenos Municípios, principalmente até 20 mil habitantes, estão aumentando muito o risco, e já ultrapassando, hoje, o risco dos demais portes populacionais. É, portanto, algo que chama muito a atenção. Está associado aí, talvez, a necessidade de uma estrutura de fiscalização nos pequenos Municípios e também a questão das motocicletas.

Aqui há um outro dado que gostaríamos de trazer, de uma outra fonte, qual seja, o sistema de vigilância de violência e acidentes do Ministério da Saúde. Fazemos uma pesquisa em hospitais de urgência de todo o Brasil em mais de 40 Municípios e, depois, uma amostragem. O que observamos com relação ao número de atendimentos por acidentes de transporte nesses hospitais de urgência é que o condutor tem uma importância grande, a maioria são homens em relação aos passageiros e também há um peso importante dos pedestres.

Das causas violentas que chegam nos hospitais de urgência hoje, 50,9% dos acidentes de transporte terrestre envolvem motocicletas. Então, de todos os acidentes de transporte terrestre que chegam nos hospitais de urgência, mais da metade envolve motocicleta, depois bicicleta, depois pedestre e depois ocupantes de automóvel. É um dado bastante importante.

Também queria destacar que, entre esses acidentados do trânsito que chegam nos hospitais de urgência, 80,3% são homens; 19,7% são mulheres; e

30% estavam exercendo a sua atividade de trabalho. Assim, 30% das vítimas que chegam nos hospitais têm relação com o seu trabalho, ou seja, poderia ser caracterizado como um acidente de trabalho: 30% para os homens e 18, 1% para as mulheres. Outro dado importante que mostra o peso do trabalho na violência causada pelo trânsito.

Aqui têm alguns dados por grandes capitais brasileiras. Uma pergunta que fazemos é a seguinte: se ele tinha suspeita de uso de álcool ou se ele declarava o uso de álcool. Em algumas cidades, há um grande percentual – Teresina, Aracaju, Fortaleza –, quase 30%, que declarava que utilizaram o álcool, o que pode ser um dos fatores causadores desses acidentes de trânsito. E em algumas outras cidades, como Rio de Janeiro, Porto Velho e Porto Alegre, há uma declaração bem menor.

Aqui também há esse mesmo inquérito nos hospitais de urgência com relação à utilização de itens de segurança. Por exemplo, 66% dos homens usavam capacete; 63,1% em relação às mulheres. Cinto de segurança, 48,6% dos homens; e 35,8% das mulheres, em relação ao uso de cinto de segurança na frente ou atrás. Ainda mostrando uma baixa utilização, principalmente no banco de trás.

Esta já é uma outra pesquisa: Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio. O suplemento de saúde feito pelo IBGE em parceria com o Ministério da Saúde mostra que 4,8 milhões de pessoas, em 2008, se envolveram em acidentes de trânsito. Entre as pessoas envolvidas, 52,9% eram condutores ou ocupantes de veículos; 30,1% eram condutores ou ocupantes de motocicletas; e 5,6% eram pedestres. Assim, em nível nacional, prepondera condutores ou passageiros de veículos.

Mas se pegamos a Região Norte e Nordeste, temos, no Norte, 45% de condutores de motocicletas ou passageiros. E para o Nordeste, 42,2%. Ou seja, para essas regiões é muito maior a ocorrência de acidentes envolvendo motocicletas do que veículos, como nas demais regiões. Então, é mais um dado que corrobora a importância da motocicleta.

Aqui são dados já comentados, de pesquisas do IPEA sobre os custos para o Brasil: R\$ 24,6 bilhões nas rodovias e 3,6 bilhões nos aglomerados urbanos. Grande parte desse custo é com a atenção à saúde das vítimas.

Queria deixar registradas algumas iniciativas do Ministério da Saúde. Não temos nenhuma pretensão de ser um órgão fiscalizador ou normatizador do trânsito. O compromisso da saúde é com a atenção às vítimas, a prevenção dos acidentes, a melhoria da informação e a defesa, somadas às vítimas, às famí-

lias das vítimas, à defesa da prevenção e a redução desses acidentes.

Temos algumas políticas no âmbito do Ministério. Destacaria a política de redução da mortalidade no trânsito e a política nacional de promoção da saúde, que privilegiam a prevenção e a redução das lesões e mortes causadas pelo trânsito. São dezesseis capitais mais um conjunto de 105 municípios brasileiros com apoio técnico, apoio financeiro para desenvolver ações de prevenção dessas lesões e dessas mortes.

Trabalhamos hoje com uma coordenação nacional envolvendo vários ministérios: Ministério das Cidades, com a presença do Denatran, Senad, Ministério da Saúde, da Justiça e Polícia Rodoviária Federal, um projeto internacional, coordenado pela Organização Mundial da Saúde que se chama Segurança no Trânsito em 10 Países.

O Brasil foi um dos países escolhidos pela OMS. E nós desenvolvemos, em cinco capitais brasileiras, um em cada região, esse projeto que, no Brasil, se chama Vida no Trânsito.

O objetivo é trabalhar em cima de alguns fatores de risco para reduzir as lesões e mortes causadas pelo trânsito, principalmente as mortes e os feridos graves no trânsito, com foco em dois grandes fatores de risco, que é a associação de álcool e direção e o excesso de velocidade ou velocidade inadequada.

Esses foram os critérios definidos para eleger os municípios, principalmente os riscos: se havia um risco elevado, uma taxa de mortalidade elevada, e se aquele município tinha capacidade de intervir para reduzir o problema.

Aqui são os municípios que hoje estamos trabalhando, um para cada grande região: Teresina, Palmas, Campo Grande, Curitiba e Belo Horizonte.

Existe, então, uma coordenação nacional composta por vários ministérios do Governo Federal, que está trabalhando, além das prefeituras dos governos estaduais onde estão essas cinco capitais. A idéia é trabalhar integrado, articulado órgão de trânsito, educação e saúde, focando na melhora de informação e trabalhando na prevenção e redução desses acidentes.

Por ultimo, a década de ações pela segurança no trânsito, 2011 a 2020. A gente tem que aproveitar essa oportunidade como uma janela de oportunidades para trabalhar de forma mais efetiva, mais articulada e integrada para a redução desse grande problema.

A meta da década é estabilizar e reduzir a mortalidade por acidente de trânsito até 2020. Foi feita a Resolução nº 64, das Nações Unidas, que proclama essa década.

Os pilares das ações: fortalecimento da gestão da segurança no trânsito, fortalecer os órgãos respon-

sáveis, melhoria da infraestrutura viária, segurança veicular, mudanças no comportamento e segurança dos usuários, envolvendo toda a parte de fiscalização, educação para o trânsito, atendimento dos traumas, assistência pré-hospitalar e hospitalar e a reabilitação.

Finalizaria com os grandes desafios: articular as diversas áreas relacionadas à temática do trânsito, envolvendo saúde, órgãos de trânsito, transporte, infraestrutura, educação, iniciativas da sociedade civil, das empresas, dos trabalhadores com o Legislativo, o Ministério Público, o Poder Judiciário; elaborar um plano de ação intersetorial integrado para a prevenção das lesões e mortes causadas pelo trânsito, esses são grandes desafios com metas a ser alcançadas.

Melhorar a qualidade da informação, integrar várias fontes, produzir informes estatísticos para que possamos monitorar a década, definir as estratégias e ações do ponto de vista da prevenção, proteção, promoção da saúde, mobilidade, transporte público, ações para a melhoria da informação, educação e saúde, para atenção às vítimas, para integrar as informações, os vários sistemas, e para aumentar a fiscalização e controle sobre as infrações de trânsito.

Por fim, o mais importante – e os trabalhadores e os empresários podem ajudar muito nisso: o acidente não é acidental. Ele não é natural. Eles são previsíveis, podem ser prevenidos e evitados. Essa é a mensagem que queríamos que esta audiência, esta Comissão abarcasse junto com o Ministério da Saúde.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Dr. Otaliba, que fez uma exposição muito clara e mostrou os movimentos que estão sendo feitos não só no Brasil como no mundo também, com essa enorme preocupação. Eu achei muito interessante que ele, praticamente, atualizou os dados que eu tinha, demonstrando que são muito mais graves do que aquilo que eu tinha falado na abertura. Eu só pergunto se podemos ter acesso a isso. Dá para deixar uma cópia do documento? Vai ser muito positivo aqui para a Comissão.

Neste momento, passo a palavra ao Ronaldo Alves, Presidente da ONG Rodas da Paz, que fez um belo manifesto, uma manifestação – eu diria – aqui em Brasília. E, naquele mesmo dia, eu o recebi aqui, na Comissão de Direitos Humanos. Tivemos uma audiência interna. Inclusive, o pessoal entrou com todo o material que de proteção e as bicicletas no Salão Negro e, depois, veio para este espaço aqui. Eu dizia a ele que teríamos uma oportunidade, e ele, de pronto, atendeu e está aqui conosco.

Passo a palavra ao Ronaldo e quero dizer que a próxima mesa será do Sr. Luiz Alberto Mincarone,

consultor técnico da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais (ABTI). Também vai estar o Reinaldo Alves de Moraes, Presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais (Sindmoto), que vai estar representando o Luiz Carlos Galvão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu queria licença porque vou precisar me ausentar. Eu queria agradecer. Eu tenho um compromisso pessoal, porque o meu filho aniversaria hoje e vou precisar almoçar com ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Leve as nossas palmas para ele. (*Palmas.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Queria agradecer e desejar um bom trabalho a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a palavra o Ronaldo.

O SR. RONALDO ALVES – Senhoras e senhores, boa tarde. Queria agradecer mais uma vez a presença...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ronaldo, só me permita convidar para a Mesa o Sr. Luiz Carlos Galvão, Sindmoto-táxi aqui do DF, e também o Sr. Luiz Alberto Mincarone, que tem nos ajudado muito nesse debate para combater os acidentes e para desenvolver a regulamentação da profissão e do estatuto.

Eu só queria – ainda me permita – perguntar se está presente Neuri Leobet, Coordenador do Movimento União Brasil. Vai estar, então, logo em seguida. Francisco Cardoso está presente? Não veio. O Marcelo Correia está aí? Está aí. Está bom. O Marcelo vai ser chamado em seguida. Então é bom saber que teremos mais duas mesas.

Está aí? Está aí o Marcelo. Está bom. O Marcelo vai ser chamado em seguida. É bom saber que teremos mais duas mesas. Por favor.

O SR. RONALDO ALVES – Boa tarde a todos. Cumprimentando o Senador Paulo Paim, eu cumprimento a Mesa. Cumprimentando a Srª Beth Davison na plenária, cumprimento a todos os senhores presentes neste evento tão importante para nós.

Senador, quer agradecer mais uma vez seu interesse em tocar, dentro desta Casa legislativa, em um tema que aflige toda a nossa comunidade. Eu fiz um resuminho daquilo que eu gostaria de mostrar aqui, mas, mais do que isso, quero dizer sobre como é importante, em eventos como este aprendermos.

Tradicionalmente estamos nas mesas que tratam de acidentes associados a ciclistas. Invariavelmente a gente trabalha sempre no contexto da importância das políticas públicas relacionadas à prevenção de mortes e lesões associadas ao ciclista. Hoje aprendi uma coisa muito interessante aqui, que tem uma porção de

pessoas que são o outro lado da história: os motoristas de caminhão, motoristas de trabalho profissional que veem o acidente de trânsito sob a sua ótica. O seu excesso de trabalho fomenta o acidente. Obrigatoriamente não é uma questão muitas vezes de fórum pessoal que ele vá se exacerbar no seu esforço físico para fazer o seu trabalho, mas, muitas vezes, um pouco de livre arbítrio usar ou não o rebite para poder fazer mais tempo de trabalho. É uma coisa importante que precisa ser relatada.

Queria aproveitar também este momento para chamar a atenção para o primeiro ponto de sugestão da apresentação do nosso amigo Otaliba Libânio, que nós já vimos em outras oportunidades por aí. Acidentes de trânsito estão associados, no contexto mais amplo, a uma coisa muito simples de perceber que é a falta de políticas públicas reais e efetivas de mobilidade sustentável, porque cada vez que se pensa no contexto do trânsito apenas como elemento de consequência mais veículos na via, mais produção de elemento de tarefa de trabalho, em que eu tenho que deslocar o cidadão de onde ele mora para onde ele vai executar o trabalho dele, então é mais gente necessitando de transporte e mais gente se deslocando.

Quanto mais eu tenho frota aumentada e política pública de fomento, isenção de impostos para aumentar cada vez mais a frota, vocês concordam que é uma forma de se fomentar, como política pública, o acidente? Não é isso? Então é um aspecto interessante.

Nós precisamos trabalhar as políticas voltadas especificamente, em especial agora, ao contexto de mobilidade urbana, considerando o recorde de acidentes urbanos dentro do contexto da nossa mesa, do nosso encontro. Então, em especial, vale um comentário. Quanto se investe hoje em fomento à política pública de transporte, estamos vivendo no Distrito Federal, e o recorde que eu trouxe é exatamente para mostrar isso – fiz um recorde inclusive do seu Estado, Senador, das políticas de trânsito e acidentes de trânsito do Estado do Rio Grande do Sul –, voltando ao comentário, quando se gasta hoje efetivamente em implementação de elemento de transporte público, você realmente faz com que possam tirar os veículos em grande quantidade das vias. Então esse é um contexto. Quanto mais se fomenta o veículo individual, quanto mais se fomenta o motorista único no carro, que é outra coisa curiosa do Brasil e de Brasília, então mais se fomenta o acidente.

O número de acidentes que nós temos para a nossa cidade – o Distrito Federal tem um contexto curioso em termos de cidade-estado, nós não temos Município porque somos uma unidade federativa – nós temos dados aqui que são absolutamente impressionantes

para um tamanho pequeno de território, população relativamente pequena e uma quantidade enorme de veículos e de transporte motorizado individual. Então, isso é realmente uma coisa interessante. Vale lembrar que, quando se pega o recorte de acidentes aqui, são 612 mortos no trânsito do Distrito Federal em 2010. É muita gente, muita gente em um ano.

Vindo para cá, para este local hoje de manhã, fui para o meu trabalho e de lá me desloquei para cá – como quem mexe com essas coisas de mobilidade sustentável faz trabalho voluntário, a gente tem de sair das nossas atividades normais para vir a essas mesas, porque é importante que nós estejamos todos aqui, vocês aí e nós aqui –, vindo para cá eu encontrei uma senhora acidentada aqui embaixo da rodoviária. Tinha acabado de ser atropelada na faixa. Estava chegando o carro da polícia e o trânsito já estava sendo fechado para entrar para o Eixão, porque iam fechar ali. Então é uma cidade curiosa o Plano Piloto, o Distrito Federal em geral, em função dos seus dados estatísticos. Alguns dados infelizmente não está sendo possível eu demonstrar aqui na tela, mas eu os tenho aqui. Rapidinho eu relato para todos. Para uma frota de 1 milhão e 300 mil veículos que nós temos aqui, eu vou fazer uma demonstração rapidinho, Senador. Esse dado é do seu Estado, o Rio Grande do Sul. Desde que foi feito o convite, na sexta-feira, para confirmar, eu fui procurar como os dados são apresentados nos Detrans. Estava aqui, agora há pouco, o Dr. Alfredo Peres, ex-Diretor-Geral do Denatran – não sei se ainda está por aqui –, muito parceiro nosso em relação a essas lutas por aqui.

Nestes dados curiosos do Rio Grande do Sul – estes recortes são todos do Detran –, peguei sempre os dados de 2009, porque só consegui dados consolidados de dois anos atrás, inclusive no Detran do DF. Olhe que interessante: a quantidade de pessoas mortas aqui, neste contexto do gráfico de colunas. Eu peguei apenas as faixas etárias de 18 a 44 anos. Neste contexto, em um ano, de 2009, no Estado do Rio Grande do Sul, Estado do nosso Senador que tanto nos afeta com a história do trânsito, são 933 mortos entre 18 e 49 anos, em um ano, Senador. Estamos considerando que Brasília é pequenininha, o Distrito Federal é pequeno, e estamos lidando com um Estado enorme, que tem uma história cultural de uso da via muito maior que a nossa. Então, a primeira coisa importante: olhe como é isso em relação ao contexto da faixa etária.

Outra coisa importante: em Porto Alegre, Senador – está tudo em vermelho para ficar mais fácil –, em 2009, foram 5.504 vítimas de trânsito, um resumo do site de um pouco mais de 2 mil acidentes entre 18 e 44 anos dessas vítimas que estão aí. Isso é só nes-

se contexto de 2009. Estabelece aquele total de 933 mortos mais o restante do Estado. Esse é o dado do Rio Grande do Sul.

Eu também trouxe, só por curiosidade – para não falar que estava brigando com o Senador –, do Estado do Pará, que é de onde sou. Natural de Belém, formado pela Federal do Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi, Manaus. Eu sou da área de meio ambiente e não sou da área de trânsito. Eu sou apenas uma pessoa apaixonada pelo tema por gostar de bicicleta. O Estado do Pará – que interessante – tem uma frota muito maior que o Distrito Federal e, ainda assim, você tem, em 2009, o mesmo dado que você tem aqui, 527 mortos. Em um ano, no Estado do Pará inteiro, morreram 527 pessoas. No Distrito Federal, em 2010, foram 612. Há alguma coisa errada, não é, Senador? É que a nossa cidade, o nosso Distrito Federal foi construído para a política de mobilidade por carro. Então, isso está pouco registrado nas estatísticas. Eu peguei 26 Detrans e peguei esses quatro especiais para exatamente tratar desse tema. Então, é curioso.

Esses dados aqui são bem interessantes. Aqui é o dado de pessoas que estão fazendo habilitação: 514 pessoas se habilitaram em 2009. Esse é o dado total de um ano, considerando todas as RAs. O interessante é que, dessas 514 pessoas – é claro que não são exatamente as mesmas, mas observem o que acontece com os dados de mortos em 2009, entre 18 e 49 anos –, 286 pessoas nessa faixa etária morreram no Distrito Federal em 2009. Curiosamente, 514 se habilitaram e 286 morreram, Senador. Então, é uma expectativa curiosa – e mexer com números é uma coisa gelada – que mostra que mais ou menos metade das pessoas que se habilitam em um ano no DF vai morrer neste trânsito. Isso é impressionante. Esses dados são de 2009 e nos chocam, porque estamos falando da Capital do País, que, supostamente, precisa ter política pública voltada à mobilidade sustentável, à segurança no trânsito, à cidadania, à educação, à saúde, à qualidade vida, porque é a Capital da República. E nós não vemos isso nesse contexto de dados tão gelados. E isso nos choca realmente.

Então, fazendo um resumo bem claro do que nos afeta mais: nos anos de 1995 até 2010, foram 767 ciclistas mortos no trânsito, entre atropelamentos, abalroamentos e colisões de diversos tipos. Então, o número, em quinze anos, de ciclistas mortos, o número de acidentados mortos no trânsito do DF em um ano, que é o caso específico do meu recorde de 2009 – já tenho os dados de 2010, não são oficiais, por isso que não os apresentei –, são muito chocantes. Então, o que nos chama a atenção, em especial...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Qual é o número?

O SR. RONALDO ALVES – Seiscentas e doze pessoas mortas no DF. São dados do Detran, da planilha de uma senhora que mexe com trânsito lá no Detran e que pediu dois meses para consolidar; vão a público agora, no mês de maio, os dados de 2010. Por isso, não os registrei aqui.

Mas o curioso disso é o contexto do que vai mais adiante. Isso aqui é um pouco do que temos de registro da faixa de pedestre. Estava aqui o Senador Cristovam Buarque, um dos ícones da história da faixa aqui na nossa cidade. É muito importante que ele esteja e foi muito importante para nós a história da faixa.

Este texto aqui resulta um pouco do resumo das 70 pessoas mortas na história da faixa desde 97. Curiosamente, agora, em 2009, há esse dito dado, esse recorde que estamos mostrando aqui. Aconteceu um aumento de acidentes fatais na faixa, talvez por conta de que caiu um pouco no descaso a política daquela época, de favorecimento ao uso da faixa. As pessoas nesta sala que são de fora de Brasília talvez não saibam disso, mas Brasília foi um ícone relativamente a demonstrar a presença da cultura e a importância de o motorista parar na faixa de pedestres quando vai passar uma criança com a sua mochilinha de escola ou um ciclista ou um pedestre.

Então, foi muito importante isso naquela época. A política andou, as pessoas criaram um orgulho danado de serem da capital da República, onde se respeitava a faixa. Mas hoje, um pouco por nossa característica política de desprezo... Como a comunidade de Brasília despreza a sua comunidade política, despreza o seu Poder Executivo e também o seu Legislativo, então despreza o que eles falam, o que eles pregam, o que eles querem. Isso reflete-se diretamente no contexto das ruas. Então, os dados de doze vitimados mortos nas faixas do DF em um ano só são muito graves; considerando 612 mortos, doze foram nas faixas de pedestre.

Essas curiosidades chamam atenção em função do que podemos fazer. E aí vamos de novo ao primeiro item de soluções da apresentação do Dr. Otaliba Libânio – transição para uma unidade urbana sustentável, transição para a implementação de políticas severas de fiscalização, transição para um modelo de formação e capacitação do novo habilitado que respeite os demais componentes do trânsito e que não veja como sendo “Ah, ganhei a minha carteira de motorista, ganhei o meu porte de arma”. Não é assim que se brinca no Brasil inteiro?

Então, são curiosidades sobre as quais precisamos refletir. Na Casa legislativa que, com certeza, é da

maior importância para nós, o Senado da República, fatalmente, Senador, nós nos colocamos como a ONG Rodas da Paz, como sociedade civil. Estão aqui nesta reunião outros representantes dos grupos de ciclistas organizados de Brasília. Colocamo-nos à disposição para sentar à mesa e discutir propostas. Muitas vezes nos sentamos nessas reuniões... Olha, eu vou fazer 50 anos. A gente se cansa das reuniões, dos seminários, das plenárias, das audiências, e não vê, muitas vezes, as coisas andarem. Como sou um cara que acredita mesmo, sabe, Senador, sou otimista de carteirinha, acredito sim que vamos sentar e bolar algumas coisas dentro daquelas prerrogativas que o Dr. Otaliba apresentou, que podem sim modificar um pouco especialmente o DF e que possam servir de replicação para grande parte das capitais do Brasil.

Refleti uma coisa interessante: quando a gente não está trabalhando como voluntário dessa entidade, a gente trabalha com política pública de conservação de florestas na Amazônia brasileira. Rondonópolis, Uruará – conhecem esses nomes? –, Rondon do Pará, Altamira, são cidades caracteristicamente de impressionante explosão do mercado e do uso da motocicleta, Senador. É impressionante hoje a quantidade de pessoas que usam motocicleta. E digo mais, essas motocicletas não têm documento, o motociclista não é habilitado, e ninguém usa equipamento de segurança. Este é o meu dia a dia, de quinta a domingo, a cada quinze dias visitando esses lugares para implementar a política de redução de desmatamento. É o meu outro lado de trabalho, afora gostar tanto do tema mobilidade e uso da bicicleta. Então, a gente percebe nesses lugares – com certeza, para mim, é fácil perceber – a curva de crescimento, Dr. Otaliba, porque você percebe que as pessoas começam a não ter mobilidade porque falta política pública de transporte. Então ele cria a sua solução pessoal, que é a motocicleta de R\$2.500,00, paga em 60 vezes, que dá o equivalente a R\$115,00, R\$125,00, já considerando os juros, por parcela/mês. Então, ele vai trabalhar, coloca a família inteira numa moto 125c.c. e anda de Uruará em direção a Brasil Novo. Você conhece essas cidades do mapa? Estou falando de transamazônica, BR-230. O cara vai de Uruará, na BR, em determinado ponto, até Brasil Novo, numa CG 125; com ele, a esposa e os dois filhinhos.

Este é o meu trabalho: mostrar essas coisas quando a gente vai falar de registro de mobilidade nesses pontos. A gente fotografa e guarda. O máximo que se pode falar para ele é “cuidado”.

Porque ele não foi educado, não é capacitado, não tem o entendimento da sua autosssegurança e do seu envolvimento com os riscos de trânsito.

Temos um foco mais imediato para cidades do interior do Pará e do Amazonas. Recentemente, a gente tem trabalhado – um trabalho próprio de consultoria – em quatro capitais do Brasil que vão ser sede da Copa do Mundo de 2014: Cuiabá, Natal, Brasília e Manaus, quatro cidades-foco, como alguém está trabalhando em modalidade sustentável e sustentabilidade dentro do Comitê da Copa de 2014.

A gente percebe que existe um despreparo do componente de construção das políticas. Vão aceitar e vão executar essa Copa de 2014 no contexto de mobilidade. O pessoal está preocupado apenas com o estádio. Não há preocupação, por enquanto, com a história de ponto de geração de tráfego. Quem é da área de trânsito e de transporte sabe exatamente do que estamos falando. O quanto que vai demandar de pessoas, mobilidade de transporte, de deslocamento para os pontos específicos, que são, então, o estádio, o campo de futebol – no caso de Brasília, o Estádio Nacional de Brasília.

Houve uma audiência pública, na terça-feira passada, a respeito disso, e grande parte dos projetos que foi mostrada pela Secretaria de Transporte do DF para a Copa refere-se à ampliação de vias, viadutos, pistas novas, ampliação para favorecer, de novo, mais o automóvel. Então, vai acabar, passará a Copa, e você novamente tendo aqui, há mais de dez, doze anos, todo o estrangulamento viário que já temos hoje. Quem mora em Brasília, quem conhece um pouco a nossa cidade sabe o quanto que isso dificulta o nosso deslocamento. Cito o exemplo de quem tentou chegar aqui a esta sala: como foi até nos deslocarmos para cá.

Então, são coisas curiosas para as quais a gente chama a atenção, como o contexto de que é possível pensar em mobilidade num contexto mais amplo, pensar em mobilidade como solução para o acidente de trânsito, e não só o acidente de trânsito como consequência de má política, por exemplo, de fiscalização, monitoramento, habilitação e produção de veículos. Então, esse é um contexto curioso. Esse dado fecha um pouquinho tudo aquilo que a gente gostaria de citar.

São os dados, em resumo, de acidentes de trânsito também no Distrito Federal, agora associados à diferença entre as vias urbanas, as vias chamadas rodovias do DF, as DFs todas por aí e a rodovias federais que cortam o Distrito Federal.

Então, os dados são todos curiosíssimos. Eu somei. As 286 mortes que eu citei, em um ano, em 2009, estão aqui embaixo nesse amarelinho. Essas 286 estão espalhadas por esses três componentes, mais ou menos envolvidos com as zonas urbanas. No caso do Distrito Federal, a quantidade de acidentes associada a vias urbanas é muito mais ampla: nas zonas urbanas

de Brasília, nas nossas vias intermediárias aqui e um pouco nas cidades do DF que estão no contexto da classificação nova de vias do DF.

Quero chamar a atenção, mais uma vez, para este gráfico aqui. Esses dados, essas três colunas aqui do gráfico de colunas, referem-se exatamente à quantidade de mortos na faixa etária, de novo, de 18 a 49 anos, certo?

Então, eu queria comunicar uma coisa importante para esta comunidade que nos ouve, em especial os especialistas como o Dr. Otaliba e o Senador Paulo Paim, que tanto nos acolheu.

Senador, nós estamos dizimando a maior força de trabalho do Brasil. Entre os 18 e 49 anos, nós temos a nossa maior força de capacidade de produtividade. Esses dados são do Ipea de 2010, do Sips. Estão valendo esses dados, estão publicados no *site*, estão lá, bonitinhos. Mas como é que se detalha isso? Um indivíduo que tem 18 anos está terminando o ensino médio. Qual é o maior sonho dele mesmo? Para um público, para um País que tem o carro como foco de ascensão social? Estou certo? Qual é o maior sonho dessa pessoa? Tirar a sua carteira de motorista, não é assim? Até para ajudar a família a transportar pessoas, etc., mas, de qualquer maneira, é um sonho da criança de 18 anos tirar a sua carteira de motorista. Mas como é esse motorista aos 18 anos? Como ele é capacitado? Como ele é orientado? Como ele é educado para a convivência pacífica, segura, entre os demais componentes do trânsito, como motocicletas, ciclistas, pedestres, outros motoristas, ônibus, caminhões? Nós temos um grande problema nessa formação. Trabalhando com o Detran-DF nós já fornecemos uma porção de dados, uma porção de informações e capacitações para melhorar um pouco a capacitação do motorista nosso aqui, especialmente incluindo a figura do pedestre, da faixa do ciclista no trânsito. Então, foi uma contribuição particular da entidade Rodas da Paz, a quem a gente agradece, porque, hoje, quem faz os cursos de capacitação vê os dados, essas estatísticas e esses questionamentos lá na formação.

Mas o mais interessante, voltando, é: a pessoa formou-se, aos 18 anos, no ensino médio e vai para a faculdade. Ele termina a sua faculdade aos 23 anos, já que os nossos cursos superiores, em média, duram... Também sou professor de ensino médio e superior e, por isso, eu estou lhe dando, relatando essa experiência. Ele termina o curso superior dele com 23 anos, em média. Os cursos superiores no Brasil, os de curta duração têm duração de dois anos – faculdades particulares os realizam –; o curso superior de duração média tem quatro anos, e os de ampla duração têm

cinco ou seis anos, que é o caso do Direito, da Medicina, por exemplo.

Então, ele termina – entrando aos 18 mais cinco anos – aos 23, 24 anos. De 23 para 24 anos, esse camarada começa a procurar um estágio para trabalhar e posicionar-se no mercado de trabalho. Então, ele está absolutamente, agora, começando a sua fase produtiva, em que grande parte do investimento público é feito, se, por acaso, ele estudou na escola pública, desde quando era pequenininho, na creche – escolas públicas boas no Brasil existem –, até levá-lo ao ensino médio e, depois, à faculdade. Sou fruto disso, porque só estudei em escola pública a vida inteira. Então, consigo contar e até contabilizar.

O Fundo Nacional da Educação e o Ministério da Educação dão um dado de R\$116 mil, em média, para formar esse cidadão. Esse cidadão de creche, de maternal dois, até o ensino médio e, depois, uma graduação na Universidade de Brasília, com ensino gratuito. São R\$116 mil em média, dependendo, é claro, muito do nível da escola e do investimento público que é feito na universidade de cada Estado da Federação. Imaginem R\$116 mil por indivíduo, de 18 a 49 anos, que, depois, para de fazer a parte dele, porque ele vai ser morto no trânsito. Ele chega à fase do estágio e, imediatamente, no caso de Brasília e do Brasil inteiro, porque agora há as febres de concurso público, vai querer parar de exercer a profissão em que ele se formou para tentar ser concursado, porque as políticas públicas de emprego talvez sejam um pouco melhores. Então, ele vai batalhar para trabalhar, agora, para ser concursado e passar num concurso público. Nesse momento, esse rapaz está entre 25 e 30 anos. Determinadas formas das carreiras que forem acessíveis ou não, as pessoas, hoje, reingressaram no mercado de concurso a partir dos 40 anos para tentar fazer uma nova carreira.

Mas voltando ao nosso extrato aqui. Então, essa pessoa vai fazer essa tentativa de construção de uma carreira, de profissão, a partir de um investimento que foi feito nele, mas, ao chegar aos 30 anos, em média, ele já saiu um pouco dessa comunidade; ele não está ali.

Uma curiosidade é que o investimento público que nos seria ressarcido, porque nós, como servidores e como moradores deste País, pagamos esse serviço, não ocorre. Então, é um outro custo, Dr. Ataliba, que não está incluso naqueles gastos ali, naquela computação. Não está incluso. Quando nós investimos em cada cidadão para se capacitar... E aí o quanto nós vamos ter de perda quando ele não estiver ali, está certo?

Quem faz curso no ensino superior – graduação, pós-graduação – no exterior, no mercado de intercâmbio, sabe que há uma prerrogativa de manutenção sua

como profissional, trabalhando no Brasil, se, por acaso, o seu mestrado, o seu doutorado foi pago nos Estados Unidos pelo Sistema Público Brasileiro de Educação, com cinco anos, no mínimo. Então, existe uma prerrogativa legal para se ressarcir o investimento público federal em você que está estudando nos Estados Unidos ou em qualquer lugar do mundo. Da mesma maneira, há a prerrogativa sensorial nossa de trabalhar por este País e devolver a ele tudo que nós ganhamos de investimento público em educação pública, de transporte, vale-transporte, vale-ticket, transporte público. Tudo são investimentos, e todas essas coisas são perdidas nessa pessoa de 18 anos aos 49 anos, quando o trânsito, literalmente, o absorve, tira ele daqui.

Então, vale a pena refletir sobre o que nós queremos da nossa comunidade, da nossa cidade, das nossas vidas no contexto do trânsito. É muito mais importante, hoje, de verdade, o respeito a cada categoria de motorista profissional que aqui está representado, a cada pessoa que pega o seu carro de manhã e vai trabalhar, mas é impressionante o nosso descaso com o que acontece no dia a dia com o trânsito no Distrito Federal e no Brasil.

Nós choramos tanto – eu e a história de ex-perito biólogo da Polícia Civil no Distrito Federal – choramos tanto as mortes das 154 pessoas do Voo Gol 197 em 2006. Certo? Eu me lembro de ter visitado parte daquele trabalho de juntar os pedaços para identificar as pessoas, por conta de ser professor de ensino superior e por haver a necessidade de se obterem dados para algumas coisas. E aquilo era muito, muito, monstruoso ao chegar e ver aqueles cacôs de pessoas. E choramos bastante por aquilo.

Mas, o engraçado, Dr. Ataliba, Senador e representante que estava aqui do Denatran, é que nós não temos o menor dó dos dois, três, quatro, dez, cem aviões boing que caem no Brasil e no mundo se nós os compararmos com os acidentes de trânsito, porque são pulverizados esses acidentes. As mortes são isoladas, e, como tal, as dores são isoladas. Por conta disso, a gente não os respeita e, às vezes, não pensa nisso.

Então, cabe a gente, que tem um pouquinho mais de discernimento, estar aqui reunido por conta de querer discutir essas coisas, trazer para a política pública geral, no contexto legislativo local, no caso a Câmara Distrital do Distrito Federal; no contexto federal, muito agradecido, de novo, ao Senador Paulo Paim, que trouxe à Comissão de Direitos Humanos esse assunto aqui; ao Senado da República, que, efetivamente, tem que se preocupar muito mais com isso, não só no contexto do acidente, mas no contexto da educação para o trânsito. Também chamo a atenção da Câmara Legislativa. Agora quero fazer dois relatos e dois

informes: a Câmara Federal, na sua Comissão Mista de Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro ou Frente Parlamentar para Prevenção de Mortes e Lesões no Trânsito, estará nesta quarta-feira, dia 6 de abril no Auditório Nereu Ramos. Estão todos convidados. O Dr. Otaliba estará, mais uma vez, conosco aqui. Será a reabertura dessa frente parlamentar. Duzentos e dezenove Deputados Federais assinaram o requerimento para participar dessa frente, capitaneados pelo Deputado Hugo Leal, que vai presidir a Mesa.

Essa é uma coisa importante. Isso no contexto da primeira ação real, de 2011, do Congresso brasileiro já como resposta à Década Mundial de Prevenção a Mortes e Lesões no Trânsito – a ONU determinou isso em resolução em 1964 –, de 2 de março de 2010. Cento e cinquenta países vão fazer isso que nós estamos tentando discutir hoje aqui, cento e cinquenta países, dos quais alguns já passaram pela sua década, já tiveram resultado positivo e agora vão estar nessa onda de trabalhar seriamente a política de prevenção de mortes e lesões no trânsito.

Então quarta-feira, dia 6 de abril, no Auditório Nereu Ramos, às 9 horas. Vocês serão muito bem-vindos. A força com que se trabalha essas coisas, com certeza, vai se repetir em todos os ambientes. Relato, registro e informo o trabalho feito na entidade que a gente representa – Rodas da Paz. O trabalho é quase pessoal no sentido de acreditar que toda vez que for trabalhar essas coisas tem de ser no contexto de usar as instituições. Especialmente as instituições do Executivo e as do Legislativo vão nortejar nosso trabalho.

O que nós queremos? Aí vem nosso trabalho como sociedade civil de correr atrás e pegá-lo no corredor, pegá-lo pelo pescoço, como fizemos naquele dia do evento aqui e dizer-lhe: Senador, é muito importante que o senhor valorize esse tema.

Falando ao lado dele aqui, eu disse: Senador, coloque isso no seu colo. Traga isso para o Senado da República, traga para a Comissão de Direitos Humanos o tema Trânsito Seguro e Mobilidade Sustentável. Imediatamente eu registro para vocês a resposta da Comissão e do Senador. Eu pedi a ele que fosse desencilacrado do contexto do Legislativo, do Senado, o PLC 166, de 2010. O que é isso? É a lei nacional de mobilidade sustentável. Essa lei foi encaminhada a esta Casa legislativa em 2003, na Câmara e no Senado. Já passou pela Câmara. Está na Comissão de Assuntos Econômicos. Conversando com o Senador, fiquei sabendo que ele saiu dessa Comissão, foi para a de Turismo e talvez seja encaminhado para a promulgação. Vamos esperar um pouco.

Por que o PLC 166 é importante? Porque ele norteia todas as políticas estaduais e municipais de

mobilidade sustentável. É necessário que toda cidade de 500 mil habitantes ou mais construa o seu plano de mobilidade sustentável. E Brasília vai construir o seu a partir de uma coisa importante, que é o informe de agora: foi criada na Câmara Legislativa Federal a Frente Parlamentar de Trânsito Seguro, que vai tratar desses sistemas agora, com dezenove Deputados Distritais que foram sensíveis ao contexto de passar de porta a porta, e também a Frente Parlamentar de Mobilidade Sustentável, da qual todos os que moram em Brasília e quiserem participar vão ser chamados pelas redes de comunicação, pelos jornais, pela internet, etc. a estar lá. Cada Frente dessa, cada grupo desse, vai trabalhar com grupo de trabalho por tema, separação disso por categorização, especialistas importantes que possam contribuir, em especial a formação do grupo de trabalho e a organização dos documentos que vão pautar a legislação.

A legislação, que seria o Plano de Mobilidade Central do Distrito Federal. No nosso caso, suponho que cada um de vocês, de cada Estado presente aqui o faça e o puxe no seu Legislativo local e o Plano de Mobilidade Viária Segura Federal, capitaneada pela Frente Parlamentar de Trânsito Seguro, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, capitaneada lá por dezenove Deputados Distritais.

Senador, mais uma vez, obrigado.

Obrigado a todos.

Estou à disposição para qualquer questionamento. Com certeza, trânsito é muito mais do que um acidente.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Sr. Ronaldo Alves, Presidente da ONG Rodas da Paz.

Convido agora os dois, se quisessem retornar ao plenário, para compor a última Mesa. Dois já estão aqui. Eu convidaria, se estiver presente, Maria Alice Nascimento Souza, Diretora-Geral da Polícia Federal, e Neuri Alberto, Coordenador do Movimento União Brasil Caminhoneiro, em representação a Nélcio Monteiro. Convido, ainda, Francisco Cardoso, vice-Presidente... Não veio. O Mincaroni já está aqui. Marcelo Correa Restano, advogado do Sindicato das Empresas de Transporte

Então, convido os três para virem para a Mesa. (Pausa.)

O SR. RONALDO ALVES – Gostaria de aproveitar a oportunidade para divulgar uma coisa interessante. Nosso trabalho, nos nossos nove anos de entidade, é trabalhar por um trânsito seguro voltado à bicicleta. Todo mundo que mora em Brasília conhece uma coisa que se chama Passeio Ciclístico Rodas da Paz, que ocor-

re em junho e junta quatro mil pessoas na Esplanada dos Ministérios. É um momento em que fazemos uma prestação de contas a toda a comunidade de todo o trabalho que fizemos no período de um ano.

Eu queria dar de presente ao Senador a camiseta do último evento, que foi agora em 2010. Nós agregamos ao contexto [*inaudível*] da sustentabilidade a partir das caminhadas – vamos fazer a 1ª Caminhada Sustentável do Distrito Federal – e o 8º Passeio Ciclístico Rodas da Paz.

Quero dar de presente... E também trouxe para a Senadora, Vice-Presidente da Comissão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estamos juntos!

O SR. RONALDO ALVES – Com certeza!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode contar!

Passamos a palavra, neste momento ao Luiz Alberto Mincarone, Consultor Técnico da Associação Brasileira de Transportadoras Internacionais – ABTI.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – Obrigado, Senador.

Boa tarde a todos! Estou representando a ABTI e também o Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Rio Grande do Sul. As duas entidades, o sindicato do Rio Grande do Sul e a ABTI, têm a característica de transportes de longa distância. A ABTI trata do transporte internacional, que abrange o Mercosul, estendendo-se, além do Mercosul, em certas circunstâncias, até o Equador. Por exemplo, os caminhões da Scania-Vabis vão rodando até o Equador, conduzidos por motoristas brasileiros. Então, somos o transporte de viagens de quatro, cinco, seis mil quilômetros. E tem as suas características, as suas especificidades, muito diferentes do transporte normal que se usa no Brasil, que normalmente é distância de até mil quilômetros; no máximo, dois mil.

Na questão do Mercosul, nós temos de compatibilizar também as legislações dos países-membros. O Mercosul é um acordo internacional dos países em que se procura harmonizar legislações de trânsito, de trabalho, de vários aspectos. Então, sempre temos enfatizado que, na hora de colocar a legislação brasileira, ou chegar a uma conclusão quanto à legislação, temos de conversar com os nossos parceiros do Mercosul.

As duas entidades, a ABTI e o SETCERGS, são totalmente a favor de que exista uma limitação do tempo de direção e que também exista um controle da jornada de trabalho. São itens fundamentais para reduzir os níveis de acidentes e para dar uma melhor qualidade de vida e de saúde também aos trabalhadores.

Nós também entendemos que a urgência maior é do tempo de direção, que não é tão complexo quan-

to a questão da jornada de trabalho. Até entendemos que poderia ser editada uma lei imediata, ou a curto prazo, do tempo de direção, e que se complementasse logo em seguida com a jornada de trabalho. A jornada de trabalho é um pouco mais complexa, porque ela envolve atividades complementares, tempo de espera e outros itens que também merecem ser levados em conta na elaboração da legislação.

Eu queria citar ainda a questão, que nós devemos levar em conta, do que já tem hoje na CLT. Por exemplo, a CLT trata do ferroviário, que tem uma certa similaridade com o rodoviário. Por exemplo, o art. 239 fala sobre o limite de horário para o ferroviário, de doze horas; o repouso mínimo de dez horas. O art. 243... O art. 244 fala de sobreaviso e prontidão. Então, tem algumas especificidades do ferroviário que podemos estudar e ver se valem ou não para o rodoviário. Não quero dizer que têm de valer. Estou dizendo que já existe alguma coisa na CLT e podemos estudar para ver da conveniência ou não de adotar, principalmente essa questão de prontidão e sobreaviso, que influencia no transporte no caso do rodoviário internacional, em que os motoristas ficam em aduanas de fronteira, aduanas interiores, esperando documentação, esperando liberação também.

Bom, eu queria passar rapidamente... Vou tentar pular alguns *slides* para não atrasar mais o horário de encerramento. Então, podia pedir para passar, por favor?

Há alguns estudos, são feitas algumas sugestões.

Entendemos que nossa prioridade é a inclusão do tempo de direção no Código de Trânsito. Com o tempo de direção, boa parte da jornada de trabalho já se resolve. Não digo que isso resolva tudo, mas muita coisa já se resolve com a inclusão do tempo de direção, em primeiro lugar porque isso alcança tanto autônomos como empregados. Isso é importante, pois todos os que estão no trânsito hoje, sejam eles autônomos ou empregados, já seriam alcançados por essa legislação.

Há três pontos importantes, e, entre eles, estão os limites para a direção ininterrupta. É o que o nosso colega Marcos Aurélio, representante da CNT, citou: o limite de, por exemplo, quatro horas, para não se dirigir por mais de quatro horas. Deve haver um limite. É preciso que haja um limite mínimo para pausa, para parada, que, como foi dito, seria de trinta minutos, e um limite mínimo para descanso noturno, que pode ser de mais ou menos dez horas. No caso do ferroviário, seria de dez horas; na CLT, em geral, seria de onze horas. Isso tem de ser estudado. Não queremos definir números

aqui, até porque achamos que deve haver um grupo técnico para trabalhar com essas questões depois.

Quanto aos organismos de fiscalização, é importante que haja o envolvimento da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Rodoviária Estadual e dos agentes municipais de trânsito, para os quais é preciso dar condições de trabalho. É preciso haver efetivo suficiente e fiscalização efetiva e eficiente.

Além disso, as multas têm de ter valores elevados. Uma vez, em 1991 – portanto, há vinte anos –, a convite da Mercedes, visitei a Europa e obtive o testemunho de um motorista que havia sido multado em US\$1 mil, naquela época, por ter excedido a jornada. Então, estamos mais de vinte anos atrasados em relação à Europa. É preciso haver multas pesadas, porque, no Brasil, multa pequena não funciona.

Apresentamos algumas situações específicas, como as viagens de longa distância. Por exemplo, leva-se carga da cidade de Rio Grande a Recife, o que compreende mais de quatro mil quilômetros; são levadas cargas de arroz do interior do Rio Grande do Sul a Fortaleza. Então, são viagens de longas distâncias. E me refiro tanto às viagens nacionais, como às internacionais. Uma viagem de São Paulo a Santiago, no Chile, compreende mais de quatro mil quilômetros. São viagens muito comuns hoje em dia.

Também tem de se levar em conta a seguinte questão: quando o motorista viaja, ele tem de atingir um local seguro. Muitas vezes, ele pode andar um pouquinho mais, para chegar à sua residência ou à sua base operacional quando ele está próximo dela. Há também questões de fronteira, local de carga e local de descarga. São especificações que têm de ser levadas em conta na legislação. As viagens em dupla feitas pelos motoristas é outra questão que tem características especiais.

Chamo a atenção também para o tipo de carga: carga perecível, carga perigosa. Por exemplo, na Europa, há países que proíbem o tráfego de caminhões no domingo, mas que abrem exceção para carga perecível. Para a carga perigosa, há restrições muito maiores, como a de não trafegar em determinados horários noturnos, assim por diante.

Há algumas medidas preventivas. Vamos precisar de maior quantidade de locais de parada e de pontos de estacionamento. Isto foi dito com bastante propriedade pela CNT: a necessidade de que, nas concessões das rodovias, já se preveja a instalação de pontos de parada e de pontos de estacionamento de veículos com condições adequadas de higiene e também de segurança. É fundamental a estrutura de segurança nos locais de parada.

Vamos precisar de maior quantidade de motoristas e de maior número de cursos de formação e de aperfeiçoamento. Isso é fundamental. Ressalto a ponderação do Senador de as escolas técnicas se voltarem para a formação e qualificação de motoristas. Essa é uma das profissões em que há mais carência de cursos de qualificação. Quase não consigo visualizar motoristas que tenham passado por uma escola. Normalmente, ele aprendeu com outro motorista. A construção civil e a área ligada aos motoristas precisam contar com cursos de qualificação.

Vamos precisar de mais caminhões, com programas de financiamento e de aquisição, principalmente para os autônomos, que são os que, normalmente, têm mais dificuldade em obter financiamentos.

Próximo:

A infraestrutura da rodovia, a construção de novas rodovias, a ampliação das atuais.

Próximo:

Há um ponto de que se fala muito pouco, mas que foi muito colocado em outros países, principalmente da Europa, recentemente no Chile e até a Argentina está estudando. Trata-se de medidas compensatórias, medidas tributárias para equilibrar os custos. Temos um custo muito elevado. Ao implantar uma nova legislação que limita a jornada de trabalho, o tempo de direção, o que é necessário é levar-se em conta a possibilidade de se compensar, tanto o autônomo como as empresas, na questão tributária. Deve-se encontrar uma maneira temporária de fazer uma compensação para permitir que não haja um impacto muito grande no custo do transporte.

Próximo:

Entendemos que deve haver etapas e períodos de transição na legislação de trânsito como um todo.

Próximo:

Existe uma questão que é de fundamental importância, que é o fracionamento dos tempos de direção. Trata-se daquilo que citei para vocês: às vezes, o motorista está chagando perto de São Paulo às 10 horas da noite e parou a cem quilômetros de São Paulo. Se ele tiver que cumprir todo aquele período noturno de parada, vai acabar entrando em São Paulo em horário de pique, de manhã, com todo aquele estresse. Então, em certas circunstâncias, somos favoráveis a que possa haver o fracionamento, ou seja, que o motorista possa ter o repouso noturno reduzido, mas com a compensação de complementar em seguida. Por exemplo, em vez de o motorista parar às 11 horas, ele para às 9 horas, acorda mais cedo, entra em São Paulo antes do horário de pico e depois tem as suas duas horas de complemento durante a manhã, quando chega em

seu destino, no local da descarga ou no local onde vai fazer algum trâmite.

Próximo: Impactos positivos.

Próximo:

Sem dúvida, a redução dos índices de acidentes é fundamental, é o primeiro impacto que vamos sentir com a nova legislação.

Próximo:

Qualidade de vida e de saúde do trabalhador vai melhorar muito e vai haver maior segurança jurídica para os empregadores e trabalhadores e autônomos, vamos saber qual é a regra do jogo: o trabalhador sabe, o empregador também sabe, o autônomo também sabe.

Na questão da jornada de trabalho, a jornada vai alcançar somente o empregado. Não vai, obviamente, alcançar o autor.

Próximo:

Temos que examinar situações similares. Citei o ferroviário, mas temos também os marinheiros, os tripulantes, que já estão dentro da CLT, do art. 248 ao art. 252 e também os aeronautas, que estão sob uma lei específica. Já existe, nas outras três modais, legislação que não temos na modal rodoviária. É importante estudarmos isso antes de terminar e finalizar nossa legislação. Temos de deixar alguma margem para negociação nas convenções coletivas entre sindicatos.

Vou citar o exemplo do caso do internacional: existe um sindicato de trabalhadores muito forte, o Sindimercosul em Uruguiana, que tem todas as condições de discutir com o sindicato das empresas alguma questões específicas para o transporte internacional. Essa margem para o transporte internacional, para o transporte frigorífico, para o transporte de produtos perigosos deve ser prevista na legislação de modo que, nas convenções coletivas, o sindicato faça seus acordos, já que, numa legislação, numa CLT ou num código de trânsito, não dá para prever tudo que acontece em todos os modais e suas especificidades. Então, é importante ter essa flexibilidade para colocar nas convenções coletivas.

Próximo:

Há a questão da prontidão e do sobreaviso. É o motorista que está dentro do caminhão aguardando para ser chamado, seja numa fila ou numa aduana, como também ele pode estar em casa aguardando o motorista que chega de viagem para que ele possa rendê-lo e seguir adiante. Por exemplo, temos empresas que fazem São Paulo-Porto Alegre em dezoito horas, sem problema nenhum para o motorista, porque um vai até Joinville em nove horas e o outro vai de Joinville a Porto Alegre. Aquele que está em Joinville está esperando o motorista chegar. Às vezes, ele fica de

prontidão, até em sua casa, onde recebe a comunicação de que o motorista atrasou, por exemplo, uma hora e, em vez de chegar às dez, vai chegar às onze. Mas isso tem que estar previsto, porque ele também deve ser remunerado se está na sua residência esperando ser chamado.

Próximo: (Pausa.)

Temos as atividades complementares, então, relacionadas a caminhão e carga, que terão de ser especificadas. E a nossa proposta final é a da formação de um grupo de trabalho que envolva tempo de direção, numa primeira etapa; jornada de trabalho, numa segunda etapa; e cláusulas de aposentadoria e outras, numa terceira etapa. Não quer dizer que tenha de haver uma demora grande entre uma e outra. O que eu quero dizer é que não dá para discutir as três ao mesmo tempo. Se nós fizermos uma reunião, vamos pegar e discutir a primeira coisa, separada da reunião que vai discutir a segunda e a terceira. Obrigado.

Próximo: (Pausa.)

Nós agradecemos, então, a atenção de vocês e nos colocamos à disposição, tanto o Sindicato do Rio Grande do Sul quanto a Associação Brasileira de Transportadores Internacionais, sempre procurando manter um diálogo de maior escuta com o trabalhador, ouvindo as suas necessidades. Temos feito isso com êxito em todas as convenções trabalhistas no Rio Grande do Sul. E não há convenção coletiva que tenha ido para dissídio. Estamos fechando todos os acordos baseados nesse princípio: primeiro, a escuta das necessidades do trabalhador, de coração aberto, e, a partir daí, tentar compor alguma coisa que seja do interesse das duas partes.

Obrigado, Senador, e obrigado a todos os presentes.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Micarone, que, inclusive, recentemente esteve lá no meu escritório no Rio Grande do Sul, colocando-se inteiramente à disposição, com uma equipe de técnicos, para ajudar na elaboração desse trabalho, naturalmente com a participação dos outros setores. V. S^a fez aqui uma bela exposição.

Vou passar a palavra agora ao Sr. Luiz Carlos Galvão, do Sindmototáxi, para a sua exposição. Depois teremos apenas mais dois convidados para fazer uso da palavra. Em seguida, abrirei a possibilidade de que pelo menos quatro companheiros do plenário possam também fazer as suas considerações.

Luiz Carlos, por favor.

O SR. LUIZ CARLOS GALVÃO – Boa tarde a todos! Meu nome é Luiz Carlos Galvão; sou Presidente do Sindicato dos Mototaxistas. Quero cumprimentar

a Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim, que é um emérito lutador pelo reconhecimento da nossa profissão, seja do mototáxi, seja do motofrete, e cumprimentar também o Presidente da nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, o Sr. Omar. Cumprimento também o nosso pessoal aqui da nova central, que está sendo representado aqui no auditório.

Eu queria, Senador, chamar a atenção para os índices de acidente. Porque, para nós, representantes dos trabalhadores com motocicleta, esses índices estão sendo generalizados. Como generalizados? Estão pegando todo mundo e estão dizendo que estão morrendo e que vai morrer muito mais. Como se vai aprovar uma profissão que é perigosa?

Então, para nós, está havendo uma dificuldade de avançar nos nossos projetos. Assim, nós queríamos chamar a atenção de todos e colocar na linha de raciocínio que nós tínhamos aqui um agente da fiscalização do DETRAN, que era o Fonseca, agora já é outro, e toda vez ele dizia que éramos nós que estávamos nos altos índices de acidentes. Mas eu comecei a mostrar para ele que onde é regulamentado, Senador... E onde é regulamentado... Vamos a Goiânia para dar um exemplo aqui de perto. Lá se regulamentou a profissão de mototaxista, o que é um exemplo para todo o Brasil. Lá, a moto é amarela, com placa vermelha, em regime de licitação por se tratar de transporte público. Lá tem o seguro de vida para o condutor e para o passageiro. Esse seguro de vida serve para vermos os índices de acidentes precisos, tanto assim que nós colocamos o pessoal do DETRAN aqui para ir checar esses dados. E eles foram a Goiânia, e, lá, o mototáxi é obrigado a ter o seguro de vida para o condutor e o passageiro. Dentro desse seguro de vida tem o DIT – Diárias Interrompidas de Trabalho. Então, em trinta dias de trabalho, se ele tiver um dia interrompido de trabalho, ele dá entrada no seguro e recebe essa diária. Então, todo mototaxista que sofrer um acidente, seja a torção de um dedo do pé ou qualquer outra lesão que o impossibilite de trabalhar, seja ou não um acidente com a moto, ele pode dar entrada. E, quando ele dá entrada nesse seguro, ele recebe.

Assim, nós pedimos à Secretaria de Transporte de Goiânia, juntamente com o seguro que têm os mototaxistas de Goiânia e ficamos alarmados, porque tínhamos a certeza de que o índice de acidentes não é o que estão falando; é generalizado.

No momento, Senador, em que pega as três categorias que nós costumamos falar, que é o nosso companheiro Rivaldo, que está aí presente, também, Presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais aqui de Brasília, e nós dois falamos a mesma língua, no

momento em que pegamos os índices de acidentes e mostramos que nós estamos nos índices de acidentes nós provamos. Provamos como, Senador? Podemos provar da seguinte forma: para nós somos três categorias, o motoboy, que passou a chamar motofrete, o mototáxi, que é o trabalhador autônomo, e o usuário comum. Pega um índice generalizado de todos e fala que estamos morrendo, que vai aumentar; que se regulamentar a profissão do mototaxi, vai morrer muito mais. E para nós, representante da categoria, isso é mentira. Mentira porque a gente quer ir dentro do índice, o índice em que é regulamentado, o índice que tem uma licitação, uma adequação, uma permissão, é permissionário. Então, não é verdade o que estão falando. Estamos sofrendo, também, Senador, uma Adin, Ação de Inconstitucionalidade da nossa lei, que foi pedida pelo Procurador Roberto Gurgel e está tramitando. E nós, representantes da categoria aqui de Brasília, não tínhamos como nos defender, fazer uma defesa dentro de uma Adin. Então, o que vamos fazer? Entramos juntamente com nossa advocacia, provocamos o Senado, porque o projeto de lei é origem do Senado, do Senador Mauro Miranda, de 2001, que inclusive eu e o meu companheiro Rivaldo que está aí presente, mais o Presidente da nossa Federação Robson Alves, que é da Fenamoto, nós sentamos, na época, com o Senador Mauro Miranda, em 2001, do PMDB da época de Goiás e quem sentou nessa mesa com o Senador fomos nós, Brasília/Goiânia. Eu também estava na mesa, Senador, e nós digitamos, 21 anos, dois anos de habilitação e mais alguns critérios, que dão dignidade ao trabalhador, que dão assim, uma tranquilidade para poder trabalhar, porque vivemos hoje num trânsito em que ninguém respeita ninguém. Aí fala, olha lá o cachorro louco, olha lá o motoboy. Isso aí não erra. Isso aí não é ele, o cachorro louco; não é o motoboy, Então, estamos todos juntos, quer dizer, o profissional, o usuário comum. Então, esse índice é generalizado.

O que queremos, Senador, é chamar a atenção para pegar uma linha de raciocínio onde já é implantado, não é falar que não vai implantar lá porque estão morrendo. Então se não implantou lá, onde estão morrendo, tinha que implantar lá e os senhores iam ver que profissionalmente não é o trabalhador com a motocicleta, a maioria é o usuário comum, Senador. Então, para nós está tendo uma resistência muito grande na regulamentação da nossa lei. O nosso Presidente Lula nos recebeu aí três vezes no decorrer dessa situação de dez anos, tanto eu como meu companheiro Rivaldo e o apoio total da nova central e da CNTT e conseguimos avançar alguns obstáculos. E um obstáculo que queremos avançar é esse do acidente, porque a

moto é o vilão da situação, com a moto todo mundo fala que se parado, se cair já machuca, imagina em movimento.

Então é uma situação muito complexa, complicada que queremos abrir essa situação do índice de acidentes com motocicleta, mostrar que são três situações que estão dentro do índice, uma delas é mototáxi, a outra é o motoboy que é o motofrete, e o usuário comum. Chamei até a atenção do Rivaldo esses dias e falei: Olha, Rivaldo, já que nós já fomos lá em Goiânia e buscamos dentro da seguradora lá o índice de acidentes que é mínimo, é 2% anual, então falamos que não somos nós. E aí fomos buscar também dentro do Distrito Federal, Senador, os altos índices de acidentes com o trabalhador. Então, a própria seguradora falou: olha, se morresse tanto como estão falando por aí, eu iria assegurar quem? Então, com morte ninguém lucra.

Então a gente chama a atenção para que se faça esses índices, Senador, separadamente, não de forma generalizada como estão fazendo e quem está sendo penalizado é próprio trabalhador que sai da sua casa com a sua motocicleta, sua ferramenta de trabalho, tem todas essas perseguições, essas situações negativas, é o cachorro louco, é aquilo mais e a gente quer limpar essa imagem negativa e trazer para todos uma informação positiva, porque muitos não têm essa informação. Pensam, com moto vão morrer muitos, então, não vou aprovar. Então não é por aí. O mototáxi em si, Senador, chamo a atenção de todos porque nós transportamos vidas. Se saio da minha casa para trabalhar na minha função, tenho que voltar para a minha casa vivo, porque também tenho minha família, tenho minha mulher, meus filhos que me esperam.

Todo trabalhador tem esse receio de que uma motocicleta é um veículo perigosíssimo. Mas já é um mecanismo de meio milhão de pessoas no Brasil. Dados da nossa fenamoto. Então o que fazer com essa profissão que cresce rapidamente? Um precisa de uma pizza, nós entregamos; outro precisa de um remédio, nós levamos; pegamos o passageiro na porta e deixamos na sua porta, aqui no Distrito Federal, Senador, evitamos a violência dele andar nas ruas escuras. Pega a criança no colégio, deixa na sua casa. Portanto são diversas situações onde existem pessoas e famílias que acreditam na nossa profissão e sabe que há um índice generalizado sobre isso. Então nós queremos, nessa situação, mostrar para todos que são 3 situações: o motoboy, que é o motofrete, o mototáxi e o usuário comum. Pega-se o índice geral de motos, com trabalhador, com tudo, e estão falando que está havendo muitas mortes. E isso não é verdade. Morrendo estão, e os acidentes aumentam cada vez mais com a moto-

cicleta. Mas o trabalhador está sendo crucificado com essa situação negativa está saindo de casa sem saber se pode trabalhar ou não.

Queremos, Senador, juntamente com essa audiência pública, chamar a atenção e aproveitar que o Senador é uma pessoa que já vem nos defendendo desde 2001, conhecedor da nossa luta, tanto do motoboy como do motofrete. Para todos entenderem a lei do motoboy e do motofrete foram aprovadas juntas. E, também, não foi aprovada uma profissão nossa, foi reconhecida apenas uma atividade. A nossa profissão, Senador, pelo meu entendimento junto à CNTT e a nova central, está enquadrada dentro da profissão do motorista, que vai de A a E. Estamos enquadrados nesta profissão. Não é a profissão de mototáxi, nem de motofrete. O Presidente Lula reconheceu a nossa atividade, agora, estamos querendo mostrar à população quem é o vilão do acidente: se é o profissional com a moto ou o usuário comum. Nós, os mototaxistas não somos, porque os índices são precisos. No momento em que se tem o índice preciso, sabemos que não é essa a situação. Chamamos a atenção, Senador, para pegar essa linha de raciocínio, para mostrar o índice de acidentes do mototaxista, onde é regulamentado, não é onde está a farra do boi. Vimos também o motofrete, onde também existe a regulamentação. Os índices de acidentes não são altos, são pequenos. Estamos trabalhando isso, inclusive o Dr. Ataliba, aqui no Ministério da Saúde, tanto eu como o meu companheiro Vivaldo estivemos com ele, diversas vezes, e todo ano em setembro fazemos um evento. Este ano já estamos realizando o 11º. E fazemos no mês de setembro por causa da Semana Nacional do Trânsito. Nós chamamos o Ministério da Saúde, a Petrobrás, chamamos todos aqueles que nos apóiam e mostrar que o trabalhador não se encontra nesse alto índice de acidentes e que o trabalhador precisa, sim, de um reconhecimento profissional e de rédea. Porque aqui em Brasília, nossa profissão não está regulamentada. A população não sabe se está pegando uma moto com um trabalhador ou com um bandido. . .Precisamos regulamentar a nossa profissão e mostrar a todos que não estamos envolvidos nesses altos índices de acidentes. Acidentes existem com as motocicletas e está aumentando cada vez mais pela proporcionalidade do aumento da população e da necessidade. Peço a todos uma reflexão e pegar uma linha de raciocínio dentro de uma situação que está sendo generalizada. Acho que não é justo.

Quero também pedir nessa audiência pública que nos apoiem com os projetos. O Senador mesmo é um que nos apoia muito. Nós estamos passando por uma situação complicada em virtude de uma Adin do

Roberto Gurgel que está tramitando. O Senado, a nossa Casa, já saiu em defesa da nossa categoria e do trabalhador. Então, é preciso um pouco de raciocínio e sabedoria para tocarmos essa situação. Se pedirmos para não regulamentar a lei do mototáxi o que vamos fazer com meio milhão de trabalhadores? É a categoria que mais cresce e que precisa de organização. Algumas pessoas aqui usam o transporte individual de passageiros com a motocicleta e sabe que é eficaz. Por que? Porque você anda com o profissional que confia, que tem credibilidade. Acidente tem, mas não é o que estão falando da nossa categoria, tanto mototaxi quanto motofrete. A gente sabe que acidente tem, a gente tem na nossa cabeça que é o usuário comum e o que a gente quer, Senador, é provar isso aí. Da mesma forma que a gente fez para a fiscalização do Detran, a gente quer mostrar quem é que está envolvido em acidentes ou não.

Muito obrigado a todos. Agradeço e peço a vocês uma ajuda, um ponto de colaboração e contribuição dentro da nossa profissão, porque pegamos vocês na porta e deixamos na porta.

Muito obrigado a todos. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Luiz Carlos Galvão pela sua exposição tranqüila e pode contar com o apoio total deste Senador, como também desta Comissão.

Passamos a palavra agora ao Dr. Marcelo Correia Restano, que é do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística do Rio Grande do Sul, e o último convidado será o Neuri, que falará em seguida.

O SR. MARCELO CORREIA RESTANO – Boa tarde a todos, saudando o Senador Paim e os demais integrantes da Mesa, demais presentes nesta audiência.

Fico bastante satisfeito em verificar que existe realmente um consenso, um consenso federal no sentido da imperiosa necessidade de que a questão da jornada de trabalho seja regulamentada por legislação específica, Senador Paim, e realmente queria destacar pelo menos três pontos que já foram citados anteriormente, dois deles que pinço da explanação do Luiz Alberto Micarone, representante também do Setcergs e da ABTI, no sentido de que haja, via estatuto do motorista, a regulamentação, tanto no que tange ao Código de Trânsito Brasileiro como também no âmbito da Consolidação das Leis do Trabalho.

É claro que o setor precisa dessa regulamentação como um todo, de forma ampla. Não seria lógico que os motoristas autônomos ficassem à deriva, se não a fiscalização poderia atingir as transportadoras e os seus empregados e não-autônomos e vice-versa. Então,

esses dois aspectos, nós consideramos extremamente relevantes. E a outra questão que se mostrou muito pertinente foi colocada pelo Dr. Marco Aurélio quando mencionou que haveria a necessidade de se trabalhar muito a questão da infraestrutura viária.

Ora, se se buscam condições para que a atividade do motorista deixe de ser uma atividade penosa, não seria lógico que, ao longo das nossas estradas, não tivéssemos locais adequados para que os motoristas pudessem trafegar com a maior segurança possível, o que, em última análise, pelo resumo de todos os relatos, é o que se busca, o que se visa: acabar com o flagelo da violência no trânsito que acomete a nossa sociedade, uma aspiração social bastante premente.

Então, Senador, Paim, essas seriam as breves considerações, levando em consideração o que o Micarone colocou em nome da entidade também e reiterar que o nosso corpo técnico, como referimos em outras oportunidades, está inteiramente à disposição desta Casa para que se busque um regramento justo, equânime e que venha satisfazer, contemplar o todo da categoria do transporte no Brasil.

Agradecido pela oportunidade. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu só quero informar a todos que já usaram a palavra que o nosso objetivo, quando terminarmos a audiência pública, já com o encerramento, é formar o grupo de trabalho.

Esse grupo, a depender dos convidados deverá se reunir, se depender de mim, pelo menos uma vez por semana, e a gente montando aí o que seria a redação dessa minuta, que seria resultado de todas essas 31 reuniões como essa de hoje para poder apresentar para o debate nacional uma redação, apontando o entendimento na questão do estatuto, que interessa a todos que estão aqui neste momento e àqueles que estão assistindo, pela TV Senado, em todo o País, a essa audiência pública.

Passo a palavra, neste momento, ao Neuri Leobet, Coordenador do Movimento União Brasil Caminhoneiro, que está aqui representando o Nélio.

O SR. NEURI LEOBET – Boa tarde a todos.

Sentimo-nos muito honrados em estar aqui hoje representando o nosso Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro do Brasil, Nélio Botelho, que, por compromisso antes assumido, não está aqui.

Eu quero dizer que estamos passando por um grande momento porque temos um Senador que demonstrou sua preocupação com o setor de transporte. Se estamos aqui hoje e cheio de lideranças neste Senado é porque alguém viu a necessidade de um trabalho que tem que ser feito junto aos caminhoneiros

autônomos e aos motoristas, e também valorizando os empresários.

Por isso que estamos aqui, Paulo Paim, por esse carinho que você tem dado para nós e abrindo as portas, envolvendo esta Casa tão importante de leis, e é aqui que podemos fazer a diferença. Represento os caminhoneiros autônomos e preciso falar deles depois de tantas explanações tão bem feitas aqui, mostrando o que é o setor de transporte. E nós, dos Caminhoneiros Autônomos, estamos sentindo falta aqui, Senador Paulo Paim, de uma instituição que é muito importante para nos ajudar e que, sem sombra de dúvida, é um dos grandes responsáveis que precisamos envolver aqui: a Agência Nacional de Transportes Terrestres. Nosso amigo Bernardo Figueiredo, temos a certeza de que a agência tem muito a contribuir conosco, e nós precisamos fazer cobranças dignas da nossa agência.

Fiquei muito contente quando vi o Ministério Público se propondo. São essas medidas, é a esse trabalho que precisamos dar início. Precisamos da política, dos políticos, do Ministério Público e de pessoas que têm vontade de vir aqui e resolver problemas da nossa sociedade, porque o setor de transporte... Não adianta nós irmos aqui várias e várias vezes... Eu até pedi ao Senador Paulo Paim para fazer uma audiência pública no Paraná. Não sei se ainda vai dar tempo ou não. Por que no Paraná? Porque o Paraná é um dos maiores entroncamentos do Sul do Brasil. Temos lá o Porto de Paranaguá, nós temos os nossos problemas seriíssimos.

Estive lá, estive na fila, estive ajudando, fui solidário aos caminhoneiros. As concessionárias... Eu peguei caminhoneiros – fiz mais de 20km – os caminhoneiros estavam lá há três, quatro, cinco dias sem tomar um banho. Tentei ir às concessionárias, não tem um chuveiro, não deram um banheiro. Eu tive que levar esses caminhoneiros a mais de 20km num posto de combustível para eles tomarem o seu banho.

Então, essas coisas, nós temos que cobrar, a sociedade, o Ministério Público. O caminhoneiro paga caríssimo o pedágio, caríssimo aos pedágios, e não estão dando a estrutura necessária para os nossos irmãos da estrada. Então, precisamos, junto com o Ministério Público, com o Senado Federal, junto com a Câmara Federal, criar esse projeto, esse estatuto do caminhoneiro, esse estatuto, porque precisa.

Nós, na nossa jornada de trabalho ou no tempo de direção – porque para o caminhoneiro autônomo se diz tempo de direção – juntos, nossos amigos, Senador Paim, já tem provas, já tem o conhecimento de que seria de 750 km diários. Durante as vinte e quatro horas, o caminhoneiro teria, não seria uma carga horária, mas teria tempo para rodar até 750km/dia. Essa

é a proposta do Movimento União Brasil Caminhoneiro junto com o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas. Então precisa realmente desse tempo de direção. Precisa, porque tem cargas horárias que precisaria ter dois caminhoneiros e os caminhoneiros estão fazendo um. O caminhoneiro é usado, é explorado várias vezes. Então, quero dizer a vocês que há esse critério.

Segurança, combate de roubo e cargas de caminhões. O que mostraram para nós, no Fantástico, é uma realidade, mas não é 100%. Não existe o cesto de laranjas podres; existem algumas frutas que estão estragadas e que precisam ser tiradas daquele mecanismo para não estragar o resto. Não é todo caminhoneiro que faz aquilo. O caminhoneiro autônomo é pai de família; ele está preocupado com sua esposa, com seus filhos, em dar uma educação para o filho que precisa. Por isso que estamos aqui, gente. Temos que procurar o melhor.

Mostraram que, na Polícia Rodoviária Federal, há pessoas que não honram a farda, mas nós precisamos acreditar na Polícia Rodoviária Federal, porque, senão, como vamos combater o roubo de caminhões e cargas? Nós caminhoneiros não temos como! Nós precisamos de uma Polícia Rodoviária Federal que nos ajude, de uma Polícia Rodoviária Estadual que nos ajude, que vá fazer cursos, que vá onde estão os caminhoneiros, nos pátios, trocar ideias.

O que podemos fazer para melhorar, Senador? Como que vamos melhorar os caminhoneiros? Muitos caminhoneiros não têm estudo, caminhoneiro autônomo não tem condição de fazer seguro, e por quê? Porque é muito alto. Ele não tem apólice especial, não é uma grande empresa e não tem 300, 400 caminhões para criar uma apólice especial de seguro. Então, ele não consegue. O valor da tabela para ele é 10%, 11%, 12% da Tabela Fipe. Nós precisamos nos ajudar, gente! Estou vindo aqui pedir o apoio de vocês para ajudarmos a resolver os problemas.

Criaram o Centro de Atendimento ao Caminhoneiro (CAC). O caminhoneiro faz 1.000 km, ele está chegando e não tem mais onde parar, não tem mais lugar, os postos estão cheios. Não tem estacionamento, não tem chuveiro, ele está jogado. É por isso que estou vindo pedir o apoio.

Existe muita reclamação. Eu sei porque estou no dia a dia do caminhoneiro. Sou Presidente do Sindicato lá em Ponta Grossa, no Paraná. O Rodotrem... Está sendo feita uma cobrança: o Rodotrem não poderia andar à noite. Grandes frotas têm três, quatro, cinco, dez Rodotrens andando um atrás do outro com mais de 30 m cada um. Como é que vai se fazer uma ultrapassagem? Ou anda em rodovia com pista dupla

ou não roda à noite. Existe uma cobrança muito grande. Vocês acham que essas pontes andam caindo de verde? Vocês acham que essas pontes estão caindo de graça? Em Mato Grosso, fez canaleta nas rodovias. Nós temos que fiscalizar o peso, nós temos que criar... Não adianta nos reunirmos aqui e não criarmos a solução. Então, estamos aqui para isso.

A saúde do irmão caminhoneiro. Tem irmão caminhoneiro trabalhando doente, tentando pagar a prestação do seu caminhão. Se for fazer curso no Sest Senat, é tudo cobrado. O caminhoneiro vai lá, carrega o caminhão dele e já paga o Sest Senat. Ele precisa de um curso profissionalizante, de alguma coisa, ele tem que pagar. Então, estamos aqui defendendo e valorizando a família do irmão caminhoneiro, não só do caminhoneiro autônomo, mas daquele caminhoneiro motorista que deixa a família em casa e dorme na cabina do caminhão. Esse eu defendo e por esse eu luto e brigo. Podem ter certeza de que a minha parte, se eu tiver oportunidade, vamos fazer. Cursos profissionalizantes para filhos de caminhoneiros, para os caminhoneiros quando estão na fila, que eles possam fazer um curso, que possam estudar, aproveitar o tempo.

A segurança do próprio caminhoneiro, que foi uma conquista nossa, e tenho orgulho de falar em prol do caminhoneiro, porque quando a nossa Presidente Dilma, que era Ministra da Casa Civil, nos deu o Pró-Caminhoneiro, cresceu 43% a venda de caminhões no ano passado. Foram vendidas mais de 157 mil unidades. E a estrutura continua a mesma, ou seja, é claro que cada vez vamos ter mais acidentes.

Portanto, temos que nos preocupar com isso, rever a nossa aposentadoria, rever a aposentadoria do caminhoneiro, pois ele é diferente, a profissão é diferente. Ele passa muito pouco tempo com a sua família, muito pouco ele tem condições de valorizar os seus filhos. Por isso que estamos aqui.

E o salário-comissão? Os caminhoneiros trabalham dia e noite por causa da comissão. Será que não tinha que se rever essa comissão? O caminhoneiro não tem carteira assinada, muito pouco. Então, estamos aqui juntos aproveitando esta grande oportunidade que esse Senador tem dado ao setor de transporte.

Nós, que representamos o movimento aqui, temos hoje mais de 80 sindicatos em todo o Brasil, porque queremos, realmente, ajudar quem trabalha, quem paga seus impostos em dia e quem constrói um País diferente, valorizando a família do irmão caminhoneiro.

Se beber não dirija; se for dirigir, não beba!

Preciso registrar e agradecer aqui a presença da nossa Senadora que veio aqui nos prestigiar e assumir um compromisso, junto com o Senador Paulo Paim, de participar da organização desse estatuto. É a Senadora

Gleisi Hoffmann, do Paraná, esposa do Ministro Paulo Bernardo. Também quero dizer que estamos prontos para ajudá-lo, Senador Paulo Paim, para que esse grupo de trabalho que será criado seja composto por pessoas que tenham realmente vontade de se dedicar e ajudar a criar um estatuto que venha a melhorar o setor de transporte do nosso Brasil.

E o nosso movimento, o nosso sindicato, a nossa pessoa está pronta a se somar a esse grupo, se for preciso, para se fazer o melhor. Espero que esse grupo não tenham interesses particulares, que tenha em conta, em primeiro lugar, a vida do caminhoneiro, a vida do motorista, seja ele taxista, seja ele motoboy, seja ele motorista de ônibus, mas que, nesse estatuto, o motorista esteja sempre em primeiro lugar para poder dar valor aos seus filhos e a sua família. Que ele consiga dar, no mínimo, um estudo digno aos filhos, porque nós somos merecedores.

Deixo aqui meu abraço e muito obrigado pela oportunidade de falar aqui em nome do setor de transporte, em nome do Movimento União Brasil Caminhoneiro. Meu abraço.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Neuri Leobet, que fez a bela exposição.

O companheiro Célio Moreira da Silva tinha pedido a palavra. Ele se encontra? Pode sentar aqui.

Devido ao nosso horário – essa campanha que toca é chamando do plenário para o início da sessão – vou assegurar a palavra a cinco companheiros, mas, se possível, que cada um sintetize em três minutos a sua saudação.

Se o Roberto puder me ajudar ou alguém da assessoria e pegar o nome dos cinco companheiros. De preferência, pessoal, de Estados diferentes.

Roberto, eles já levantaram o braço. O Roberto já vai ver esses cinco.

Com a palavra o Célio Moreira da Silva, do Sinditrans.

O SR. CÉLIO MOREIRA DA SILVA – Sr. Senador da República Paulo Paim, quero inicialmente parabenizá-lo pela iniciativa deste debate e agradecer a oportunidade que temos de estar participando deste debate. Mas quero complementar algumas coisas.

O meu Presidente, companheiro Omar José Gomes, o Festino já relatou aqui com muita propriedade praticamente tudo aquilo que ocorre dentro do nosso setor, os palestrantes aqui. Então, foi muito brilhante a audiência pública.

Mas eu sou Vereador também na cidade de Uberlândia, sou Diretor da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de Minas Gerais,

cujo Presidente é o companheiro José Teodoro, e tive a oportunidade, Senador Paulo Paim, de apresentar na Câmara Municipal de Uberlândia um projeto de lei que visa minimizar também os acidentes que acontecem hoje no Brasil por causa da falta de estrutura no local de carga e descarga. Então, o projeto visa obrigar os grandes embarcadores que se instalem ali no Município a construir estrutura para recepcionar o caminhoneiro, porque hoje os caminhoneiros chegam e, ao invés de descansar, passam a noite puxando fila. Se eles não fizerem isso perdem a vez de carregar ou descarregar o seu caminhão e têm que pagar uma multa porque perderam a vez. Então, eles ficam a noite inteira puxando fila. Quando chega a hora de carregar ou descarregar, eles estão exaustos, com sono e têm que ir embora, porque muitas vezes ganham comissão ou, se são autônomos, precisam fazer o dinheiro para pagar a prestação do seu caminhão.

Então, o projeto visa obrigar os grandes embarcadores a construir essa estrutura mínima para fornecer o dormitório e uma senha para carga e descarga do caminhão, de modo que o caminhoneiro, quando chega, vai dormir, descansar, e o embarcador providencia alguém para despertá-lo assim que chegar a vez de esse caminhoneiro carregar ou descarregar o seu caminhão. Dessa forma, quando ele terminar sua carga ou descarga, estará descansado e poderá ir embora.

Para finalizar, Senador Paulo Paim, nós temos também um outro problema grave com os trabalhadores profissionais dentro das empresas, que é a forma de remuneração, parte fixa e variável. A parte fixa é pequena, e nós encontramos às vezes dificuldades em avançar, em colocar isso no nível que o mercado está estabelecendo, de forma que ele tem que correr atrás dessa parte variável para complementar o seu salário. Isso também é o grande causador dos graves acidentes que acontecem hoje no País.

Então, eram esses os meus esclarecimentos. Estou encaminhando a V. Ex^a, enquanto Presidente desta Comissão tão importante, esse projeto de lei que apresentei na Câmara Municipal de Uberlândia, para que V. Ex^a traga isso para um debate nacional, porque não é uma questão local, é uma questão nacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Solicito a V. Ex^a que entregue à Mesa.

Meus cumprimentos. (*Palmas.*)

Normalmente, o pessoal não cumpre os três minutos. Ele cumpriu, ficou ali três minutos e dois segundos, eu acho. Parabéns, meus cumprimentos.

Passo a palavra de imediato ao Cássio Francisco Cota, Presidente do Sindicato dos Rodoviários de Itabira, Minas Gerais.

Eu só quero lembrar aqui, pessoal, que só quem se inscreveu foi Minas. Eu pedi de preferência um de cada Estado e só Minas está inscrito. Se ninguém quiser falar, então vai prevalecer Minas.

Cássio.

O SR. CÁSSIO FRANCISCO COTA – Boa tarde, Senador Paulo Paim, boa tarde a todos que vieram nessa caravana do Brasil e a vocês que conduziram os trabalhos. Seria eu leviano se viesse aqui e não falasse o que eu pensei o tempo todo, porque não vi nesta Casa, nesta audiência pública o Senador de Minas Gerais. Então, o povo do Rio Grande está de parabéns por ter um Senador que o represente aqui com mãos firmes e fortes, mas mesmo assim nós, brasileiros, trabalhadores do Brasil, sabemos que o Senador Paulo Paim é o nosso representante. E se o mar chora por não banhar Minas, o trabalhador mineiro chora por não ter um Senador para estar do lado do senhor e ajudá-lo nessas conduções.

É disso que nós precisamos. Ter homens que realmente queiram trabalhar em favor de nós trabalhadores.

Muito obrigado, Paulo Paim. Muito obrigado ao povo do Rio Grande por ter um Senador que represente todo trabalhador brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu agradeço, Cássio, por suas considerações, mas eu queria também justificar um pouco. É que segunda-feira pela manhã nem todos Senadores se encontram aqui em Brasília pela manhã e quando eu pedi, porque eu concedi para vocês aqui, via TV Senado, nós falarmos ao vivo para o Brasil todo, começamos às 10 horas da manhã e vamos até às 2 da tarde, e tudo isso aqui vai ser reproduzido novamente, vai entrar no ar. Mas eu tenho certeza de que os Senadores de Minas Gerais estarão junto com a gente nesse projeto. Eu, como Presidente da Comissão, tenho que reunir as ideias, as contribuições, mas eu tenho certeza de que eles vão estar conosco, pode ter certeza disso. Eu entendo a sua colocação, mas eu quero aqui dar uma costurada, porque na hora da aprovação nós precisamos do voto de todos os Senadores, e os três Senadores de Minas, eu tenho certeza de que votarão a favor do Estatuto.

Ma,s uma salva de palmas a todos os Senadores, mesmo àqueles que não puderam estar aqui.

O SR. CÁSSIO FRANCISCO COTA – É o que nós mineiros esperamos, que, se não estejam presentes aqui, que pelo menos não nos traiam na hora do voto.

Então, aos Senadores mineiros, nós, trabalhadores mineiros, pedimos: votem em favor de nós traba-

lhadores mineiros. Obrigado a eles se assim votarem com a gente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, muito bem. Fez a costura aí, ó. A diplomacia aí está...

Chamo Adão Pego dos Santos, Presidente do Sindicato dos Rodoviários de Curvelo.

O SR. ADÃO PEGO DOS SANTOS – Boa tarde. Queria falar primeiro ao senhor da admiração que nós temos pelo seu empenho, pelo seu trabalho.

Na nossa Federação em Minas Gerais são 37 sindicatos, todos eles o admiram muito pelo empenho que o senhor sempre tem dado aos trabalhadores mineiros e também brasileiros.

Agora, se o senhor me permite, nas falas de todos aqui faltou alguma coisa que achei por bem dizer ao senhor e às autoridades presentes.

Na região de Três Marias, Curvelo, Montes Claros, São Francisco, Sete Lagoas, há um problema sério no transporte de carvão. É uma altura imensa, além do limite, sempre estão morrendo trabalhadores e motoristas e também deixando sequelas em alguns. Talvez, por mês – o senhor pode averiguar – devem morrer um ou dois, por mês, nessas regiões, porque é uma altura imensa, qualquer curva, qualquer depressão no terreno, o caminhão tomba, e isso aqui eu acho que ninguém disse porque às vezes não tem muito conhecimento disso. Mas, já há muito, eu, como sindicalista, estou muito preocupado com isso e com muito sentimento, porque eu vejo de perto a situação.

Mais uma vez, que Deus abençoe o seu trabalho e o trabalho de todos os Senadores, de todas as autoridades desse Brasil para proteger nossos trabalhadores e proteger a saúde de todos que precisam para continuarem a vida. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao Adão pela brevidade da fala e vamos de imediato ao Geraldo Mascarenhas. Federação dos Rodoviários de Minas Gerais.

O SR. GERALDO MASCARENHAS – Boa tarde a todos os companheiros e a todas as companheiras, aos componentes da Mesa. Inicialmente, quero agradecer a iniciativa do Senador Paulo Paim por essa audiência pública de tratar de assuntos de tanta relevância para nós, trabalhadores de transportes rodoviários.

Eu gostaria de deixar aqui uma preocupação. Inclusive, eu estive investigando, no decorrer da audiência, sobre a formação e a educação do trabalhador referente ao estatuto, à regulamentação, e está embutido. Mas, só duas pessoas que citaram aqui o Sr. Luiz Alberto Mincarone e o Neuri falaram sobre essa questão de tal relevância que é a formação.

Eu só gostaria de pedir, Senador Paulo Paim, que esta Comissão de Direitos Humanos tivesse um empenho maior na formação do trabalhador, porque sabemos que uma série de questões se dá por falta de informação e educação, e que também esta Comissão, por meio do Senador, tivesse um empenho muito grande para acabar com o monopólio dos cursos de formação que há no Sest Senat. Eu, além de diretor do Sindicatos dos Rodoviários de Belo Horizonte e da Federação, sou também Coordenador Técnico do Instituto de São Cristóvão do Estado de Minas Gerais, instituto esse que é responsável pela formação.

E nós, há mais de cinco anos, estamos tentando no Estado de Minas acabar com o monopólio dos Sest Senat sobre os cursos de que trata a Resolução nº 168 do Contran, que é curso para motorista, condutor de passageiro, produtos perigosos, transporte escolar e transporte de emergência.

Esse monopólio foi quebrado só no Estado do Paraná. Lá hoje o instituto São Cristóvão tem também autorização para fazer esses cursos e, no restante do Brasil, há uma dificuldade muito grande, principalmente do Sest Senat de quebrar esse monopólio.

Aí eu pego aqui um pouco da palavra do Cássio, quando fala dos Senadores do Estado de Minas, vamos acreditar, como disse o nobre Senador Paulo Paim, que eles irão votar em conjunto para o Estatuto do Motorista. Assim, pedimos especial atenção do Senador Clésio, Andrade que faz parte da Confederação Nacional do Transporte. Vamos pedir-lhe que tenha uma atenção e que quebre esse monopólio, que o trabalhador está carente de informação e de educação, principalmente por empecilho por parte patronal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Mesa cumprimenta o Geraldo. Quero dizer que, quando eu apresentei o Fundep, que é um fundo de investimento para ensino técnico profissionalizante, ele veio com esse sentido. Ele não traz nenhum prejuízo para o Sistema S, mas busca, via FAT, algo em torno de R\$9 bilhões para investimento do ensino técnico. E, nas primeiras reuniões que tivemos aqui, foi abordada sempre esta questão, que essa verba do Fundep, que é essa PEC que eu apresentei e que foi aprovada na CCJ e no plenário, destine parte da verba para a formação dos motoristas profissionais.

Então, eu estou concordando com a sua cobrança a todos nós do Congresso, para que haja mais preocupação com o ensino técnico.

Parabéns a V. Ex^a.

Agora, depois que eu encerrar, nós vamos nos reunir, e discutir a formação desse grupo de trabalho. Daí o número de reuniões, vocês mesmo vão decidir;

se vai ser uma vez por semana, uma cada quinze dias, mas eu vou estar junto. Se for aqui nesta Comissão, eu estarei junto, se entenderem que deve que haver algumas nos Estados, eu vou procurar estar junto também.

Eu quero permitir, para as considerações finais de todos os nossos painelistas, que eles usem a palavra, se assim entenderem, por três minutos cada um, daí encerraremos, e vamos fazer uma reunião de trabalho já sem os microfones.

Eu começaria com esta Mesa que está aqui. Cada um fala por três minutos e vai para o plenário. Aqueles que estão no plenário, que usaram a palavra desde o Ministério Público que está aqui até os líderes sindicais, os líderes dos empresários, viriam para fazer as suas considerações.

Começamos aqui com o Luiz, e todos ficam com três minutos, para que possamos acelerar os trabalhos.

O SR. LUÍS ANTÔNIO FESTINO – Senador, eu quero que, dentro desse grupo de trabalho, incluísse também o motofrete, o mototáxi, o trabalhador com motorcicleta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai ser incluído, com certeza.

O SR. LUÍS ANTÔNIO FESTINO – Porque a gente vê falar muito do transporte rodoviário, do taxista, a gente quer ver falar do motociclista profissional.

Então, a gente só pede que essa comissão seja criada e inclua a nossa profissão tanto do mototáxi quanto do motofrete, só isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Com a palavra o Micarone.

O SR. LUIZ ALBERTO MICARONE – Como tem limite de tempo de direção vai ter limite de fala também? Eu quero ser breve. Como todo mundo falou, tem vários pontos importantes. Eu acho que tempo de direção e jornada de trabalho têm que fixar limites, mas também temos que dar condições para os motoristas.

A formação de motorista é fundamental hoje em dia, os locais para a parada dos veículos também são fundamentais, a fiscalização e as penalidades, também é muito importante que existam, e a inspeção veicular, que é um ponto de que todos nos esquecemos de falar, porque já existe no Brasil uma lei, mas não está regulamentada. Em vários países nós temos obrigação, aqui no Mercosul, de que todos os anos os veículos passem por uma inspeção veicular. Inclusive os caminhões brasileiros, quando vão para a Argentina ou o Uruguai, têm fazer a inspeção na fronteira ou quando estiverem saindo, para cumprir a norma do Mercosul.

Eu acho, Senador, que nós temos que ver o que está travando essa inspeção, que é a revisão que o veículo tem que ter todos os anos para que ele possa rodar com mais segurança.

Então, todos esses aspectos vão desembocar no grande trabalho desta Comissão, que esperamos que seja breve, objetivo e conclusivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Agradeço ao Micarone, dizendo que fui indicado para fazer parte do Mercosul. Se nós assim entendermos – nós, do grupo de trabalho –, eu levarei esse debate também para dentro do Mercosul a partir da experiência que haveremos de construir juntos.

Passo ao palavra ao Neuri.

O SR. NEURI LEOBET – Senador Paulo Paim, muito obrigado pelo carinho que se tem demonstrado pelo setor de transporte, pela valorização da nossa categoria.

Nós estamos em um momento muito importante e temos condições de criar um mecanismo legal para tentar trazer soluções para as nossas famílias, para, principalmente, uma preocupação muito grande da nossa Presidenta Dilma que era também do ex-Presidente Lula, Luiz Inácio da Silva, que sempre esteve do nosso lado.

Uma grande preocupação nossa é o excesso de peso, porque o excesso de peso faz com que haja falta de segurança.

Então, o excesso de peso, o rodotrem, o ensino à distância para os irmãos caminhoneiros, o ensino é fundamental. Essas escolas, nós temos quer criar.

A saúde dos caminhoneiros.

Nós precisamos fazer com que o SESC e SENAT atendam melhor o setor de transporte. Ele está recebendo para isso.

Então, os cursos que eles precisam, que sejam analisados com carinho, que sejam estudados. Realmente se precisa cobrar tudo isso do SESC e do SENAT.

E também gostaria de vincular a agência da ANTT.

Nós precisamos da agência. Eu acho que a agência é o carro-chefe deste grupo de trabalho que nós podemos criar para realmente encontrar uma solução para o que precisa ser feito, principalmente combater a corrupção e também o roubo de carga e de caminhões, que é muito intenso no nosso País. Há uma preocupação muito grande, principalmente do caminhoneiro autônomo, que não tem o seu seguro. Por isso estamos aqui hoje em uma das maiores reuniões. Eu já participei de várias com o Senador Paulo Paim,

mas essa de hoje é fundamental, porque vai se criar um grupo que tem interesse em um objetivo único: encontrar uma solução. E deixo aqui o meu abraço a todos vocês que estão presentes e a quem está nos ouvindo e assistindo pela TV Senado.

O meu grande abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim; Bloco/PT – RS) – Por favor, Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO CORREIA – Senador, nessas considerações finais, eu agregaria aos três pontos que eu havia destacado, que seria a necessidade de regulamentação de tempo de direção, jornada de trabalho e uma atenção bastante especial à questão da infraestrutura viária, também o que foi mencionado na última explanação, a respeito da necessidade de se atentar para a questão da formação e, além da formação, também da reciclagem do motorista profissional.

Finalizando, reitero o agradecimento pela oportunidade e manifesto a nossa intenção de colaborar com a Casa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu cumprimento o Dr. Marcelo e convido o Ministério Público para as suas considerações finais. Se quisessem trocar agora, os que estão aqui voltam e vocês assumem. Ok? Todos que são painelistas estão convidados.

Tem ali, também, o Omar.

Passo, de imediato, a palavra para o Festino, que representa, aqui, o Calixto e a Nova Central.

O SR. LUÍS ANTÔNIO FESTINO – Para encerrar, eu queria fazer um convite aos Senadores. Estamos criando a Frente Parlamentar em Defesa do Trabalhador em Transporte, porque tem Frente em Defesa do Transporte Ferroviário, Frente em Defesa do Transporte Rodoviário e nada com referência ao trabalhador em transporte. o Senador Paim já assinou a parte inicial, alguns Senadores já assinaram, e vamos lançar essa Frente no dia 19 de maio, mas, para isso, vamos precisar de 27 assinaturas aqui do Senado. Então, a gente pediria a colaboração do Senador Paim para recolher essas assinaturas, porque não é simplesmente pegar uma assinatura, mas, sim, convencer os Senadores da importância da Frente. E vamos necessitar de mais 198 assinaturas de Deputados.

Estamos propondo que o Senador Paim faça parte da mesa diretiva que está sendo encabeçada pela Deputada Jô Moraes, e que participe, como sempre participou, de mais essa defesa dos trabalhadores em transporte. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Muito bem. Conte conosco para esse encaminhamento e parabéns pela brevidade.

Passo a palavra, de imediato, para o Procurador do Trabalho da 10ª Região, aqui representado pelo Sr. Adélio Justino Lucas.

O SR. ADÉLIO JUSTINO LUCAS – Sr. Presidente, o Ministério Público só tem a agradecer o convite de poder participar desta audiência pública e dizer a todos que esta audiência pública é uma orquestração social que, seguramente, irá resultar no entendimento entre as partes interessadas e o disciplinamento pelo Poder Público, tanto da jornada de trabalho quanto ao tempo de direção e as suas consequências advindas.

Quero dizer, aqui, que o Ministério Público é um cumpridor das leis, tem na sua função institucional a promoção da defesa dos interesses sociais, que são os interesses envolvidos no trabalho desses trabalhadores aqui em situação adversa e de risco e que o Ministério Público não tem a pretensão, de forma alguma, em querer disciplinar regras ou cargas horárias, porque isso é competência desta Casa, mas quero dizer, também, que, enquanto a situação não está definida no sentido de criar, por exemplo, uma categoria diferenciada, o Ministério Público não pode ficar passivo à situação de excesso de jornada que está acontecendo com os trabalhadores caminhoneiros do Brasil. E temos o instrumento, que é dado por esta Casa, pelo Congresso Nacional, de atuar na promoção da defesa dos interesses sociais e da segurança dos trabalhadores.

Ficamos muito felizes porque estamos percebendo que haverá um avanço objetivo para a solução deste caso. O Ministério Público agradece, e sempre pode contar conosco, no sentido de podermos atuar, de forma firme, na defesa dos interesses sociais. Continuaremos, apesar desta audiência, firmes, no sentido de equacionar, pelo menos, se não for definitivo, de uma forma provisória os anseios da categoria dos trabalhadores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Obrigado, Dr. Adélio, pelas suas contribuições.

De imediato, passamos a palavra a este líder sindical que conheço há uns trinta anos. Omar, com a palavra.

O SR. OMAR JOSÉ GOMES – Companheiros e companheiras aqui presentes, meu grande Senador Paulo Paim, que não é de hoje que somos conhecidos. Muitas vezes, no Rio Grande do Sul, lamentei não estar lá para poder votar nele. Mas, companheiros e companheiras, Srs. Procuradores e Senador Paim, a Confederação, sob minha Presidência, e os companheiros, alguns diretores aqui presentes, saem daqui hoje satisfeitos pelos avanços que estamos sentindo que, doravante, serão feitos na regulamentação de nossa categoria e o Estatuto do Motorista.

Portanto, muito obrigado aos companheiros que compareceram, ao grande Senador Paulo Paim e os Procuradores aqui perto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Eu pediria que, por três minutos, o Presidente da Federação também usasse a palavra em nome do plenário. Fiz questão de o chamar, para que ficasse a imagem desse companheiro lutador que esteve diversas vezes com a gente e, infelizmente, morreu num acidente.

O SR. GERALDO MASCARENHAS – Primeiramente, quero esclarecer uma injustiça, não sou Presidente da Federação, sou diretor da Federação dos Trabalhadores Rodoviários do Estado de Minas, mas agradeço a deferência. A Federação do Estado de Minas também sai daqui bastante otimista, porque os senhores que, aqui, participaram desta audiência, todos eles, sem exceção, sejam trabalhadores, sejam patrões ou Parlamentares, todos eles estiveram imbuídos numa causa comum, que é melhorar as condições de trabalho da categoria rodoviária e também lutar pela infraestrutura.

Constantemente, na mídia, temos visto uma série de acidentes – recentemente, lá, em Belo Horizonte, um acidente vitimou cinco pessoas no anel rodoviário; temos também, lá, no Estado, a Rodovia 381, conhecida como rodovia da morte. Então, temos certeza de que todos os assuntos aqui, a regulamentação da profissão, o Estatuto do Motorista, tudo isso irá melhorar e irá transformar também, no dia a dia, principalmente, a infraestrutura e a educação, que vai fazer com que tenhamos um Brasil cada vez melhor.

Não tenhamos dúvida, hoje, de que a ferramenta mais importante do desenvolvimento do progresso é o trabalhador, e o trabalhador, sendo assistido, sendo respeitado, transforma isso em ganho, transforma isso em riqueza para a Nação.

Então, a Federação do Estado de Minas sai daqui também esperançosa de que, breve, breve, estaremos comemorando juntos melhores condições de trabalho e de vida para o setor rodoviário.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Muito bem. Muito bem, Mascarenhas.

Aproveito este momento em que vamos encerrar, porque vamos realizar inúmeras outras reuniões, com certeza, para fazer uma homenagem ao companheiro Sidnei que morreu num acidente rodoviário e esteve conosco em diversas audiências públicas. Fica, aqui, o nosso voto de solidariedade ao Sidnei.

Quero dizer para vocês que esta audiência é a primeira deste ano; diversos segmentos do setor, desde o Ministério Público, os líderes sindicais, os empresários

de todas as áreas estavam me pedindo para retomar os trabalhos em cima do Estatuto e, conseqüentemente, combater todo acidente no trânsito. Esta audiência foi ampla, falaram aqui mototaxistas, falaram aqui os companheiros caminhoneiros, falaram os empresários autônomos e também falaram os líderes dos celetistas, falaram os líderes dos trabalhadores autônomos – lembrava aqui agora –, falaram, enfim, todos os setores; todos foram convidados e todos se fizeram presentes. Falou o Estado, pelo Ministério da Saúde, enfim, vi aqui a recomendação que foi me dada de convidar a Agência Nacional dos Transportes. Ela esteve aqui, em diversas reuniões conosco, vamos convidar e vai estar junto conosco nas reuniões. Vamos convidar a Agência Nacional dos Transportes Terrestres, o Ministério Público, os empresários, líderes dos trabalhadores autônomos e celetistas, taxistas, mototaxis, ônibus, caminhoneiros. Enfim, todos serão convidados a participar dessas reuniões que faremos de maneira informal, mas que vai constar em ata e colaborar pra construir aquilo que chamamos de redação final. Eu, particularmente, só posso dizer que fiquei muito feliz com a audiência.

Quando a gente faz o chamamento para uma segunda-feira, alguns que não acreditam na mobilização dos trabalhadores e da sociedade civil achavam que iria ter – como a gente fala às vezes – meia dúzia de gato pingado. Nós lotamos três salas. Esta sala aí está lotada e outras duas também estão lotadas, numa demonstração de que os trabalhadores, os empreendedores, o Ministério Público, o Estado, todos estão preocupados com o número de acidentes e a falta de estrutura nas nossas estradas. Conseqüentemente, todos perdem com isso. Perde-se vida, perde-se patrimônio, os trabalhadores perdem, os empresários perdem, o Estado perde, nós perdemos. Enfim, é o momento de uma reflexão muito positiva e que nós haveremos de fazer.

Eu quero dizer para vocês o que eu disse já há um ano. Quando a gente foi construir aqui o Estatuto do Idoso, disseram que era sonho, porque é um tema de fato polêmico. O Estatuto do Idoso hoje é lei. Quando nós fomos discutir o Estatuto das Pessoas com Deficiência, disseram que não passaria. Passou na Câmara, passou no Senado. O Senado alterou, voltou à Câmara, mas já foi aprovado – eu diria – nas duas Casas, falta agora a redação final.

O próprio Estatuto da Igualdade Racial é um tema polêmico. Alguém poderia dizer: “Não, tem que haver um estatuto para o índio, tem que haver para o japonês, tem que haver para o alemão, tem que haver para o italiano; um pra cada um, então”. Eu digo que não, porque é um estatuto que combate todos os precon-

ceitos. E conseguimos. Agora já é lei. Aprovamos nas duas Casas, e o Presidente Lula sancionou.

O Estatuto do Motorista, pela sua abrangência, nós sabemos também que é delicado. Mas eu acredito na nossa capacidade, no nosso potencial de fazer com que aconteça. Pode ser que a redação que saia não seja o ideal, mas que seja um avanço, mediante o que tem hoje na Legislação, que contempla os interesses dos trabalhadores e cria um clima de paz e de entendimento entre capital e trabalho.

Antes falar em entendimento entre capital e trabalho para muitos era um símbolo de como se tivessem vacilando, não é? Como não dizer que o melhor exemplo entre capital e trabalho se chama José Alencar? José Alencar, o nosso Vice-Presidente que faleceu agora. Ele concordou. Teve diversos convites para ser candidato a Vice e até a Presidente, na época. Ele preferiu fazer aliança com o operário, com o nordestino Luiz Inácio Lula da Silva. E deu tão certo que foram reeleitos duas vezes.

Então, não é impossível construirmos esse grande entendimento.

Por isso, logo após o término, nós vamos sentar e construir esta Comissão, que vai se reunir quantas vezes forem necessárias, para formularmos, então, uma redação que seja encaminhada para votação.

Mas me permitam explicar, porque quero que vocês entendam. Sei que seus familiares talvez nem estejam mais aqui. Eles pediram que na hora em que eu falasse, na abertura... Não deu para eu falar na abertura, mas vou falar no encerramento.

Eu vou ler aqui essa pequena mensagem dos familiares da Bruna de Oliveira Carneiro, de 20 anos, mais uma vítima da violência e irresponsabilidade no trânsito. Mas, quando eu ler aqui a mensagem da família dela, quero que entendam vocês que serve para todos aqueles que perderam vidas ou tiveram acidentes no trânsito. O que diz aqui?

Não à impunidade. Paz no trânsito. Obrigatoriedade do bafômetro. Lei Seca já!

No dia 14 de outubro, ao tentar ajudar um amigo que se encontrava bêbado [aqui diz alcoolizado, mas eu digo bêbado, porque ele não morreu], como não dirigia, resolveu essa moça acompanhá-lo no carro, para evitar que ele dormisse ao volante, evitando assim o acidente.

Segundo testemunhas e amigos de Bruna, o rapaz saiu em alta velocidade, no sentido Asa Norte, no caso aqui em Brasília, e ao chegar na altura da Quadra 601, L2 Norte, ele perdeu o controle da direção, capotando várias vezes, sendo a vítima lançada para fora do veículo a metros de distância.

Bruna foi socorrida no local e levada ao hospital com traumatismo craniano, em estado gravíssimo. Ela lutou, lutou seis longos dias, por sua vida, mas, infelizmente, não resistiu devido aos graves ferimentos e complicações decorrentes do seu estado. O rapaz que conduziu o veículo se negou a fazer o bafômetro, dificultando assim o trabalho da perícia.

Não podemos trazer nossa querida Bruna de volta, mas, hoje, queremos apenas pedir por justiça! Queremos pedir aos nossos governantes pela obrigatoriedade do bafômetro na Lei Seca, para que os responsáveis por tragédias como essa sejam punidos adequadamente e que esse não seja só mais um acidente brutal esquecido e arquivado, como tantos outros.

Bruna era uma menina alegre e amada por todos. Nos deixou uma dor constante, uma saudade infinita e a imensa vontade de lutarmos pelo que achamos ser justo.

Parabéns aos familiares! Parabéns a esse movimento! Eu diria que Bruna estará sempre presente junto a todos nós, como todos aqueles que morreram, infelizmente, em acidentes como esse. Fica aqui o nosso maior carinho aos familiares, entendendo a indignação correta de todos.

E, como iniciamos fazendo um minuto de silêncio, peço uma salva de palmas a todos que lutam pela causa dos motoristas. *(Palmas.)*

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a Reunião às 14 horas e 37 minut

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA SEXTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia vinte e quatro de março de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores **Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella, Ana Amélia, Mozarildo Cavalcanti e Inácio Arruda.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo

número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. São lidos os comunicados da Presidência. Apresenta-se como **item extrapauta o Requerimento nº 248, de 2011**, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, que “*requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de solidariedade e apoio à posição do Brasil em prol de um cessar-fogo imediato na Líbia*”. **Resultado:** aprovado o Parecer favorável. Tem início a análise da pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 3, de 2011**, de autoria da Presidente da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Romênia*”. **Relator:** Senador **Vital do Rêgo**. **Resultado:** Lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 34, de 2011**, de autoria da Presidente da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora ELIANA DA COSTA E SILVA PUGLIA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Guiné Equatorial*”. **Relator:** Senadora **Ana Amélia**. **Resultado:** Lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 3 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 116, de 2008**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*aprova o texto da Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994*”. **Relator:** Senador **Mozarildo Cavalcanti**. **Resultado:** aprovado o Parecer favorável. **Item 4 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 79, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área de Submarinos, celebrado no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008*”. **Relator:** Senador **João Pedro**. **Resultado:** aprovado o Parecer favorável. **Item 5 – Requerimento nº 04, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **Francisco Dornelles**, que “*requer seja convidado o Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antônio de Aguiar Patriota, para participar de audiência pública nesta Comissão, em data a ser oportunamente acordada, para tratar da Política Externa Brasileira*”. **Resultado:**

aprovado o Requerimento. **Item 6 – Requerimento nº 05, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **Cristovam Buarque**, que “*requer seja convidado o Ministro das Minas e Energia, Senador Edson Lobão, para informar e ouvir as opiniões dos Senadores sobre o programa nacional de ampliação do uso de energia de fonte nuclear e sobre a segurança das atuais usinas em funcionamento em Agra dos Reis*”. **Resultado:** aprovado o Requerimento. **Item 7 – Requerimento nº 04, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **João Pedro**, que “*requer seja criada Comissão Temporária Externa do Senado Federal, composta por, no mínimo, três membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, com o objetivo de visitar um grupo de refugiados haitianos em Tabatinga, no estado do Amazonas*”. **Resultado:** retirado de Pauta a pedido do autor. **Item 8 – Requerimento nº 04, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **Randolfe Rodrigues**, que “*requer seja instituído o funcionamento itinerante da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF, cujas reuniões deverão ser realizadas alternadamente em cada uma das capitais dos Estados da Amazônia Legal*”. **Resultado:** retirado de Pauta a pedido do autor. **Item 9 – Ato nº 4, de 2011 – CRE**, de autoria da Senadora **Gleisi Hoffmann**, que “*disciplina o rito para exame, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, dos pedidos para representação da Casa ou para missão no exterior*”. **Resultado:** aprovado o Ato. Durante a Reunião, fazem uso da palavra os senadores **Eduardo Suplicy**, **Gleisi Hoffmann**, **João Pedro**, **Blairo Maggi**, **Cristovam Buarque**, **Antonio Carlos Valadares**, **Luiz Henrique Vital do Rego**, **Francisco Dornelles**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Randolfe Rodrigues**, **Marcelo Crivella**, **Ana Amélia**, **Mozarildo Cavalcanti** e **Inácio Arruda**. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às doze horas e dez minutos, lavrando, eu, **Álvaro Araújo Souza**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)
– Declaro aberta a 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Comunicados. Sobre a tramitação de acordos e tratados internacionais, quanto à morosidade na tramitação desses acordos, tema levantando pelo Senador Luiz Henrique durante a reunião nossa do último dia 24 de março, gostaria de informar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que, em decorrência das observações feitas na última reunião pelo Senador Luiz Henrique, especificamente sobre a morosidade da apreciação pelo Congresso Nacional dos projetos de decreto legislativo referentes a tratados e acordos internacionais, esta Presidência tomou a iniciativa de, juntamente com o Senador Luiz Henrique, levar pessoalmente ao Presidente José Sarney a solicitação para que as referidas matérias sejam distribuídas a esta Comissão em caráter terminativo, conforme amparo do Regimento Interno do Senado, nos seguintes termos:

Art. 91

§ 1º O Presidente do Senado, ouvidas as Lideranças, poderá conferir as comissões competência para apreciar terminativamente as seguintes matérias:

1 – tratados ou acordos internacionais (Constituição Federal, art. 49, I)

Assim, no âmbito do Senado, acredito que essa providência, já recebida pelo Presidente da Casa, e que esperamos, nos termos regimentais, seja acolhida pelos Líderes partidários, reduzirá significativamente o prazo dos acordos e tratados internacionais, na medida em que evitará os prazos e a fila de matérias a serem incluídas na pauta do Plenário.

Os agradecimento da comissão ao Senador Luiz Henrique pela sugestão feita na nossa última reunião.

Segundo comunicado. Situação no norte da África e no Oriente Médio.

Atualização. Gostaria de trazer ao conhecimento das Sr^{as} e Srs. Senadores uma necessária atualização do cenário político e de conflitos da chamada “primavera árabe”, não só em função dos informes dados na última reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, mas principalmente em virtude das constantes e diárias mudanças dos fatos, acontecimentos e decisões que envolvem esse tema e que hoje mobiliza, prioritariamente, a política externa das principais nações do mundo.

A situação no norte da África e no Oriente Médio continua a deteriorar-se, com a onda de manifestações e repressões atingindo também a Síria, e com o agravamento da crise na Líbia, agora internacionalizada.

No dia 17 de março, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas votou a Resolução 1.973, com base no Capítulo VII da Carta da ONU,

quando se abstiveram o Brasil, a China, a Rússia, a Índia e a Alemanha.

Tão logo aprovada a resolução que autorizou a utilização dos meios necessários para evitar as agressões humanitárias do regime líbio, a França mobilizou sua força aérea com aviões Rafale para bombardear posições na Líbia colocando em vigor a *no-fly zone*, possibilitada pela decisão do Conselho.

A seguir, o Reino Unido e os Estados Unidos passaram também ao ataque com mísseis de longo alcance.

Registre-se a mudança de posição francesa, país que, ainda no começo da onda de instabilidade árabe apoiava, o Governo da Tunísia, oferecendo-lhe, inclusive, meios de resistência.

Houve mudança radical também na posição norte-americana, pois o Governo de Barack Obama esteve, no início do ciclo de instabilidade, relutante em apoiar as forças de insatisfação e, assim, perder aliados de longa data como o Egito do Sr. Mubarak.

O líder Kadafi reagiu à imposição da zona de exclusão aérea com um anúncio de um cessar-fogo que não se materializou, pois suas tropas continuaram a avançar. Por outro lado, reforçou o tom de suas ameaças à aliança ocidental.

É interessante notar que se trata por enquanto de uma coalizão *a doc* de que participam as forças do Reino Unido, da França, dos Estados Unidos, da Itália, do Canadá, da Espanha, da Dinamarca e da Bélgica.

O Catar e outros países árabes, como Kuwait, Jordânia, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita estariam prontos a dar a sua contribuição em menor escala.

Apesar das divergências no interior da coalizão liderada por Estados Unidos, Reino Unido e França, busca-se acordo para se unificar o comando das operações do âmbito da Otan. Embora ainda não formalizada, a colocação da ofensiva sob a égide da Aliança Atlântica caminha rapidamente, e o presidente americano, em contado com o presidente francês, Nicolas Sarkozy, e o premiê inglês, David Cameron, já teria obtido sua anuência.

A Otan está patrulhando a costa líbia para implementar o embargo de armas, embora a Alemanha, que se opõe à intervenção, tenha tirado belonaves do comando da organização.

Importa registrar a posição da Itália, antiga potência colonial cujo tratado de amizade e de cooperação com a Líbia de 2008 continua tecnicamente em vigor, pois não foi denunciado. Esse ato internacional veta o uso do território italiano para incursões contra a Líbia, o que impediria, por exemplo, a utilização das bases da Aliança Atlântica de Nápoles e Sigonella.

Assim, o governo italiano, por seu ministro da defesa, declarou que o tratado está suspenso; ou seja, não será aplicado.

Tanto o governo italiano de Berlusconi quanto o francês de Sarkozy estão com problemas políticos e com baixa popularidade e veem na participação na coalizão antikadafi uma oportunidade de recuperação. A França, ademais, com divergências internas tanto no âmbito da orientação das relações exteriores quanto no seu serviço diplomático vê terreno propício para retomar a posição internacional que considera merecer.

O Brasil, que se absteve na votação da resolução, considerando que o uso da força poderia piorar a crise humanitária, tem se manifestado a favor de um cessar-fogo e de que os ataques terminam num prazo o mais breve possível. Embora não tenha condenado explicitamente os ataques, reitera solidariedade ao povo líbio e apoia a iniciativa de negociações pelo enviado especial das Nações Unidas e pela União Africana.

Embora seja precoce analisar os resultados da chamada operação Odyssey Dawn.

Está claro que os ataques aéreos enfraquecerão, mas não anularão as forças leais ao regime líbio. A oposição só avançará se contar com a ajuda direta da coalizão. Há o risco de um impasse e até mesmo da divisão da Líbia em porções antagônicas.

O governo norte-americano descarta por enquanto o uso de tropas terrestres, que são as que podem fazer a ocupação territorial e eventualmente estabilizar o país.

O governo inglês se disporia a participar das operações terrestres, desde que de pequena envergadura.

Apesar de o Conselho de Segurança não prever a mudança do regime, os que são favoráveis à mudança – o Reino Unido e a França –, é difícil imaginar cenário em que a coalizão aceite que o líder líbio continue como protagonista. Kadafi é símbolo político importante para amplas parcelas da população árabe e está a desafiar ostensivamente os principais atores ocidentais de hierarquia de poder mundial: os Estados Unidos, o Reino Unido e a França.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de passar também à leitura de um requerimento que será, então, colocado na pauta da próxima reunião, mas que gostaria de dar conhecimento também em função da manifestação de alguns integrantes desta Comissão quanto à necessidade de a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional tomar conhecimento das aditâncias brasileiras no exterior.

O teor do requerimento é o seguinte:

“Nos termos do Art. 49, Inciso X, e do Art. 50 § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com

o Art. 216, Inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas as seguintes informações:

- ao Ministério da Defesa, referentes ao adido militar;
- ao Ministério da Justiça, referentes ao adido policial;
- ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, referentes ao adido agrícola;
- ao Ministério da Fazenda, referentes ao adido tributário; e
- ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, referentes ao adido de inteligência;
- sobre a relação de todas as aditâncias subordinadas ao respectivo Ministério em funcionamento no exterior;
- a relação dos respectivos adidos atualmente em exercício e as estruturas administrativa e funcional de que dispõem na sede da aditância;
- as normas, os requisitos e a forma de indicação, designação e/ou nomeação dos titulares das aditâncias, bem como de seus adjuntos e auxiliares;
- os critérios, as necessidades e o amparo legal que norteiam, demandam e determinam a abertura de uma aditância no exterior;
- a natureza desses cargos e os valores de sua remuneração, bem como dos demais servidores a ele vinculados;
- a vinculação, o papel e a participação do Ministério das Relações Exteriores e das embaixadas brasileiras no processo de criação de aditâncias e de nomeação dos respectivos titulares.

Justificação

A indicação de servidores públicos para desempenharem atividades em missões de caráter permanente como adidos no exterior é legalmente atribuída aos Ministérios das respectivas áreas de atuação, que o fazem baseados em decretos e por meio de portarias próprias. Contudo, a nomeação se dá Ato do Presidente da República.

O que se tem percebido nos últimos anos é um aumento cada vez maior de aditâncias no principais países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas.

Se até pouco tempo tínhamos apenas os adidos militares e culturais, hoje se verifica a presença desses servidores junto às embaixadas exercendo missões em outras áreas, como os de adido agrícola, adido tributário, adido policial e adido de inteligência, num total de cerca de uma centena de adidos brasileiros, até onde constatamos.

Além de importante papel que desempenham no assessoramento às embaixadas brasileiras em segmentos específicos de interesse do país, os adidos, ao assumirem os cargos, passam a dispor de uma estrutura administrativa e funcional que configura uma autêntica representação brasileira no exterior, incluindo instalações, remunerações e subsídios especiais, além de um quadro de servidores adjuntos, auxiliares e de apoio.

Assim, dentro das prerrogativas constitucionais do Congresso Nacional, especialmente de natureza fiscalizadora dos atos do Poder Executivo, consideramos salutar requerer maiores informações e dados acerca das adidâncias brasileiras, principalmente no que concerne aos critérios e requisitos para sua criação e escolha dos respectivos titulares. Afinal, trata-se de instituições públicas de representação e atuação no exterior em nome do Governo brasileiro e para as quais não há nenhum tipo de acompanhamento ou controle por parte do Poder Legislativo, muito menos de prestação de contas das escolhas, gastos, decisões e atividades desempenhadas.

Esse é o teor da justificativa do requerimento que estará incluído para apreciação e deliberação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores na nossa próxima reunião.

Ainda...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Fora do microfone.) – O autor do requerimento é V. Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Sim, o autor sou eu. O autor do requerimento é o Senador Fernando Collor.

Gostaria de juntar a esse requerimento mais uma explicação. Nesse sentido e diante de uma perspectiva regulamentação do assunto, pretendemos, ainda na reunião da próxima semana, trazer à consideração das Sr^{as} e dos Srs. Senadores uma proposta de projeto de lei, estabelecendo a necessidade de audiência do Senado para aprovação dos nomes de titulares indicados para as adidâncias brasileiras no exterior.

O intuito é de que, se acolhida pelos membros desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a matéria seja apresentada à Mesa do Senado tendo a própria Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional como sua autora. Portanto, na próxima reunião incluiremos na pauta a referida minuta de proposição, de modo a submetê-la à análise e deliberação das Sr^{as} e Srs. Senadores aqui presentes.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, na última terça-feira, tendo em vista que

o Governo brasileiro, na véspera, havia proposto por nota do Itamaraty o cessar fogo na Líbia e considerando que se trata de uma questão de extraordinária relevância, eu sugeri, juntamente com o Senador Rodrigo Rollemberg e praticamente todos os Senadores que estavam presentes no Senado na terça-feira última, só não encaminhei a V. Ex^a, o que aqui o faço, porque não o encontrei pessoalmente na tarde de terça-feira, mas praticamente todos os Senadores aqui presentes assinaram e foi lido no plenário na sexta-feira um documento que, após diversos considerandos, todos nós manifestamos nossa solidariedade e apoio à posição brasileira de pleitear um cessar fogo na Líbia.

Ao mesmo tempo, declaramos também o nosso apoio a uma solução pacífica e negociada do conflito interno Líbia conduzido pela ONU e pela OEA, que surge de um amplo entendimento de todas as forças políticas da Líbia e que seja capaz de promover a criação de um regime plural e democrático naquele país.

O Senado brasileiro aproveita a oportunidade para deplorar a violência cometida por todas as partes do conflito, inclusive as forças da coalizão, e para se solidarizar com as vítimas desse terrível conflito.

Por último, os Senadores da República Federativa do Brasil declaram sua firme convicção de que o grande povo da Líbia saberá se reconciliar e se encontrar no objetivo comum da construção de um país justo, democrático e soberano.

Sr. Presidente, sim, quero sempre respeitar as normas que foram por nós aqui aprovadas, mas gostaria de dizer que esse requerimento foi lido há mais de 48 horas no plenário do Senado, assinado pela maioria dos Senadores que compõem esta Comissão, e, dada a relevância e urgência da matéria, eu pediria a consideração de V. Ex^a e do Plenário para o seguinte: pelo que estou vendo, quase todos aqui assinaram, só falta o Presidente; se todos que o assinaram concordarem, Sr. Presidente, dada a relevância - não preciso mais dar explicações -, quem sabe hoje possamos apreciá-lo a aprová-lo. Vou pedir, então, à Secretaria que passe às mãos de V. Ex^a, inclusive para convidá-lo para também assinar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com muito prazer.

Pela ordem, Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Senadoras e Senadores, primeiro, concordo com a leitura da análise que V. Ex^a fez no início da reunião, essa análise internacional, relatando esses fatos. Eu gostaria de lembrar a esta Comissão que, agora neste último dia 20, completou oito anos a intervenção americana no Iraque. E uma justificativa mui-

to forte para a ocupação daquele país pelos Estados Unidos eram as armas químicas do então Presidente Saddam Hussein.

Então, o Iraque vive até hoje uma intervenção militar com prejuízos irreparáveis, oito anos com esse método americano, e, daqui a pouco, eles invadem a Líbia. Oito anos no Iraque! Ninguém viu as armas químicas, e o Iraque não conseguiu a estabilidade política e social.

Há poucos dias, agora em fevereiro, Presidente, o povo iraquiano fez uma manifestação que foi reprimida, e uma das reivindicações era água! Água! Liberdade também.

Para qual ponto quero chamar a atenção? São oito anos, completados agora no dia 20, neste final de semana.

E, mais uma vez, lamentavelmente, a ONU perde a oportunidade de exercer uma liderança e buscar um método civilizado para contribuir para a Líbia, e países como a França e os Estados Unidos lideram esse bombardeio. E V. Ex^a foi muito feliz quando externou e leu a desaprovação do Governo Sarkozy, e ele procura, por esse meio mais perverso e lamentável, recuperar sua imagem com o povo francês. O europeu, por conta de evitar que o africano chegue até a Europa; e os Estados Unidos por estarem de olho no petróleo.

É um absurdo aceitarmos. Precisamos falar, denunciar, fortalecer o multilateralismo, fortalecer a ONU. É inaceitável que o método do bombardeio possa resolver conflitos internos como está vivendo a Líbia.

Então, quero concordar com as palavras de V. Ex^a, mas digo que não fui ao jantar na França, pois o mínimo de protesto que posso fazer é rejeitar o jantar oferecido pelo embaixador francês a um membro da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB - AL) – Obrigado, Senador João Pedro.

Em relação à solicitação do Senador Eduardo Suplicy, ela se insere exatamente num dos artigos do Ato nº 2 que aqui foi aprovado, relatado pela Senadora Gleisi Hoffmann, que diz o seguinte:

Art. 3º. Salvo situações extraordinárias [e esta situação que V. Ex^a traz ao plenário no dia de hoje é uma situação extraordinária] nenhuma reunião será realizada sem que a pauta devidamente preparada pela Secretaria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional seja enviada aos membros dois dias úteis antes da sua realização.

A Presidência desta Comissão considera esta uma situação extraordinária e, atendendo ao pedido de V. Ex^a, coloca e dá à deliberação dos Srs. membros essa moção apresentada pelo Sr. Eduardo Suplicy, já apresentada, inclusive, em plenário com a assinatura

de diversos Senadores e Senadoras pertencentes a esta Comissão, apoiando o Governo brasileiro na solicitação que fez de um cessar-fogo nesse imbróglio em que se envolveram potências ocidentais no norte da África.

Coloco, portanto, a deliberação às Sr^{as} e Srs. Senadores...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, estou sendo informado, por exemplo, que a Senadora Gleisi Hoffmann gostaria também de assinar o requerimento, como co-autora e quem sabe outros Senadores aqui presentes, inclusive V. Ex^a....

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Claro.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – A Senadora Ana Amelia. A Senadora Gleisi Hoffmann já havia assinado, perdão. E, desculpe, Senadora Ana Amelia, com todo carinho e respeito, eu troquei.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senadora Ana Amelia. Pois não.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Gostaria de acrescentar ainda o seguinte: ainda hoje, eu ouvi que também o Presidente da Itália, que tem uma relação mais próxima com o Sr. Kadafi, solicitou o imediato cessar-fogo e, mais do que isso, ele recomendou que possa o Brasil ser um dos interlocutores.

Ainda na última segunda-feira, na homenagem que a comunidade árabe, no clube Monte Líbano, prestou ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente Lula mencionou que apoiava a resolução que nós estamos apoiando e gostaria muito mais que o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, estivesse lá procurando intermediar entendimentos entre todas as forças do conflito.

Então, eu fiquei pensando e até disse ao Presidente Lula que sabe ele e pessoas como Nelson Mandela, se sua saúde permitir, ou como o bispo Desmond Tutu, prêmio Nobel da paz...mas o próprio Presidente Lula teria hoje, quem sabe, as condições excepcionais para mediar um entendimento sobre esse conflito.

Fica aqui a ponderação e a sugestão tendo em conta que o próprio Primeiro-Ministro da Itália sugeriu que o Brasil possa colaborar para um melhor entendimento para logo terminar esse conflito na Líbia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy .

Passo a palavra à Senadora Ana Amelia e peço, tendo em vista já a demonstração do apoio dela ao requerimento do Senador Suplicy, que ela seja a relatora, faça o seu relatório oral, dando seu parecer sobre esse requerimento, que é a medida que antecede à

colocação em deliberação desta Comissão do referido requerimento.

Com a palavra a Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, em nome da boa diplomacia e do multilateralismo necessário nas relações internacionais e também em relação à solidariedade expressa no requerimento do Senador, eu apoio, aprovo e aceito a sua indicação. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – E o seu relatório é de aprovação favorável?

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – De aprovação favorável.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Vamos colocar, então, em discussão o requerimento apresentado pelo Senador Suplicy, relatado oralmente pela Senadora Ana Amelia, favorável à posição brasileira de um pedido de cessar-fogo no conflito da Líbia.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o requerimento e com o relatório apresentado pela Senadora Ana Amélia permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Gostaria, ainda sobre essa questão aqui suscitada, de comunicar aos Srs. membros desta Comissão, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, que a Mesa recebeu correspondência da lavra do Embaixador Sérgio Danese, que sempre, com a sua presença, prestigia-nos nesta Comissão, dizendo que:

Considerando o Requerimento nº 2, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de autoria do Senador Pedro Simon, que convida o Ministro das Relações Exteriores, Sr. Antonio Patriota, diante da situação de emergência instalada em países do Oriente Médio, para informar e discutir com os Senadores sobre a condição em que vivem atualmente os milhares de brasileiros naquelas nações, bem como avaliar o impacto e as consequências nas relações internacionais, [a que ele aqui pudesse estar presente para debater conosco, como dito anteriormente], nesse sentido, S. Exª, o Sr. Embaixador Patriota, Ministro das Relações Exteriores, oferece as seguintes datas possíveis para seu comparecimento a esta Comissão [...].

Ele oferece duas datas, que eu gostaria de colocar para deliberação das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores: o dia 30 de março, quarta-feira próxima, ou o dia 19 de maio, quinta-feira, no horário da reunião ordinária desta Comissão. Esse intervalo entre o dia 30 de março e 19 de maio é em função da viagem

que Sua Excelência Presidenta da República Dilma Rousseff estará realizando à China.

Deixo à consideração de V. Exªs qual dessas duas datas seria a mais conveniente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique; em seguida, Senador Vital do Rêgo.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Tendo em vista a urgência do assunto envolvido, proponho que seja 30 de março.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu gostaria apenas, antes de passar a palavra, pela ordem, ao Senador Vital do Rêgo e ao Senador Randolfe, de lembrá-los: o dia 30 de março é uma quarta-feira e, portanto, a reunião será extraordinária. Seria quarta-feira, às 14 horas. Às 16 horas, teríamos o início da Ordem do Dia. Eu acho que é um tema muito denso e muito abrangente para que nós, em apenas duas horas, pudéssemos esgotar os assuntos que seguramente suscitarão o interesse das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores. Apenas coloco isso como um lembrete para que os senhores deliberem de acordo com aquilo que julgarem conveniente.

Senador Vital do Rêgo, com a palavra pela ordem. Senador Randolfe e Senador Aloysio Nunes Ferreira, em seguida.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Só para concordar com o Senador Luiz Henrique, tendo em vista a necessidade e a urgência que o tema nos impõe: a data de 30 de março seria, entre as duas que nos foi dada à escolha, a mais necessária.

V. Exª tem razão quando coloca que a tarde, por força da exigência regimental da interrupção dos nossos trabalhos em virtude da Ordem do Dia, possa ter um impedimento. Poderíamos fazer pela manhã. De manhã, há reunião da Comissão de Constituição e Justiça. A maioria dos Senadores desta Comissão faz parte da Comissão de Constituição e Justiça.

Sobreveio uma ideia. Não sabemos qual seria a pauta da sessão de quarta-feira na Ordem do Dia. Podemos flexibilizar um pouco isso com o Presidente Sarney, tendo em vista a importância da presença do Ministro aqui na Casa.

Continuo entendendo ser quarta-feira à tarde o melhor momento, pelo menos o momento mais necessário, mais imediato para a presença do Ministro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Vital do Rêgo.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, com todo respeito aos meus colegas, Senador Vital e Senador Luiz Henrique, quero concordar com V. Ex^a, pelo conjunto de ponderações.

Primeiro: regimentalmente, não podemos estender reunião de comissão enquanto estiver em curso Ordem do Dia. Logo, teremos um problema, iniciando o diálogo com o Ministro Patriota às 14 horas e a Ordem do Dia iniciar-se às 16 horas.

Temos outro problema ainda na quarta-feira: todos aqui, ou, se não todos, a ampla maioria dos membros desta Comissão também é da Comissão de Constituição e Justiça.

Se iniciássemos o diálogo às 8 horas, 10 horas nós temos Comissão de Constituição e Justiça, e todos sabemos que, quarta-feira, é, via de regra, o dia mais movimentado aqui do Senado.

Então, por esse conjunto, embora há urgência em conversarmos, eu creio que seria muito mais produtivo dedicarmos mais tempo para dialogar com o Ministro Patriota, para elucidar não somente a questão do conflito do Oriente Médio, que está em pauta. Há um conjunto de temas da diplomacia brasileira e precisamos de tranquilidade para dialogar com o Ministro Patriota.

Portanto, concordo com V. Ex^a e considero que a data do dia 19 é mais adequada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – 19 de maio.

Agradeço ao Senador Randolfe.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu também estou com V. Ex^a e com o Senador Randolfe, com todo o respeito à opinião contrária dos nossos colegas.

Nós temos uma agenda extremamente irracional aqui no Senado. Tudo se concentra em três dias e, mais especificamente, em dois dias. Aqui se pratica uma agenda parlamentar que praticamente esteriliza dois dias de trabalho por semana.

Não vejo como flexibilizar o horário da Ordem do Dia, uma vez que o Regimento diz que ela deve se iniciar impreterivelmente às 14 horas. A pressa é inimiga da perfeição. Claro que os problemas da política externa brasileira são amplos, são complexos e alguns são muito urgentes, mas eu penso que nós teríamos maior proveito se tivéssemos tempo e fizéssemos a nossa reunião dentro da agenda preestabelecida, a qual nós já acomodamos toda a nossa programação de trabalho. Eu ficaria desolado em ter que sair da Comissão em que está ocorrendo a audiência do Minis-

tro Patriota para acudir a Comissão de Constituição e Justiça, como é também minha obrigação.

De modo que eu fico com a posição do Sr. Presidente e do Senador Randolfe.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Gostaria também...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique e, em seguida, o Senador Suplicy.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com todo respeito à posição do Senador Randolfe Rodrigues, do Senador Aloysio Nunes, eu entendo que a urgência do conflito na Líbia exige também a urgência dessa audiência com o Sr. Ministro aqui.

Nós poderíamos marcar essa reunião para 13 horas e V. Ex^a poderia combinar com o Presidente Sarney retardar o início da Ordem do Dia, de modo que poderíamos fazê-lo no dia 30, até porque, no dia 19 de maio, essa audiência relativamente a esse conflito pode estar prejudicada, porque nós não sabemos o que vai acontecer nesses próximos dias, diante do poderio militar das forças coligadas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, também com todo o respeito aos Senadores Randolfe e Aloysio Nunes, eu acredito que a ponderação do Senador Luiz Henrique é de bom senso.

V. Ex^a tem sido muito disciplinador em nossos horários. Hoje, por exemplo, começou às 10 horas em ponto. Eu acho que pode haver, perfeitamente, um entendimento com o Presidente Eunício Oliveira, da Comissão de Constituição e Justiça, para que a CCJ termine, no máximo, às 13 horas; nós sacrificaríamos, neste dia, eventual refeição, faríamos um lanche em algum lugar cada um de nós, e, às 13 horas, pontualmente, com a disciplina com que V. Ex^a tem presidido os nossos trabalhos, iniciariamos, porque acho que, no dia 19 de maio, muito provavelmente nós vamos querer ouvir de novo, se necessário, o Ministro Antonio Patriota por causa dos novos temas que surgirão, mas a crise no mundo árabe, na Líbia... Eventualmente também, na próxima semana, dia 30, que ele possa dar uma informação, por exemplo, sobre como está o Haiti após as eleições de domingo último, tendo em conta que o Brasil coordena ali a Minustah. É muito importante que ele nos dê uma informação precisa e atual sobre esse tema no Haiti. Para a nossa América Latina, isso é fundamental. Então, eu acho que é importante, sim, que concentremos pelo menos três horas de atenção ao Ministro Antônio Patriota. E V. Ex^a

terá toda a condição de bem disciplinar os que queiram arguir o Ministro, para que, em três horas, tenhamos a informação necessária.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Suplicy. Mas a questão do horário, pelo o que foi passado por S. Ex^a, o ínclito Embaixador Sérgio Danese, os horários disponíveis pelo Sr. Ministro das Relações Exteriores estão bem delimitados: 30 de março, quarta-feira, às 14 horas.

Diante da colocação que aqui ouvimos por parte das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores – não sei se S. Ex^a, o Sr. Embaixador Danese, encontra-se no recinto, ou algum representante do Ministério das Relações Exteriores –, talvez solicitar ao Embaixador Danese, que, em contato com o Chanceler Patriota, saber dele se, em vez de no dia 30 de março, ele não poderia, apesar dos seus inúmeros afazeres, se dignar a comparecer a esta Comissão no dia 31, que é o dia da nossa reunião ordinária. E aí ficaria tudo isso resolvido, esse impasse solucionado.

Então, passo às mãos do Embaixador Danese a solução dessa questão. Embaixador Danese, eu pediria que V. Ex^a entrasse em contato com o Sr. Ministro. Deixaríamos que essa negociação, esse entendimento do Embaixador com o Ministro se processasse nesse período, nós entraríamos na apreciação da nossa pauta, da pauta do dia de hoje, e voltaríamos a esse assunto ao final, caso já tivéssemos obtido a resposta do Sr. Ministro, por intermédio do Sr. Embaixador Danese. Ou seja, se a resposta for que S. Ex^a realmente, no dia 31, não pode comparecer aqui na nossa reunião ordinária, nós teremos que colocar em votação e deliberação dos Srs. Senadores qual das duas datas os senhores entenderão como melhor para o comparecimento de S. Ex^a, o chanceler brasileiro.

V. Ex^{as} concordam com a sugestão que faço? (Pausa)

Está muito bem.

Então, voltaremos a tratar do assunto ao final desta reunião.

Passando à nossa pauta do dia de hoje...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Antes, pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –

Eu queria solicitar a retirada, pelo menos por enquanto, da Ordem do Dia da reunião de hoje, do meu requerimento que corresponde ao Item 8 da pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A solicitação de V. Ex^a será atendida. Agradeço a V. Ex^a pela solicitação.

Item nº 1 da pauta da nossa reunião de hoje.

Mensagem do Senado Federal nº 3, de 2011, caráter não terminativo, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Raymundo Santos Rocha Magno, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Romênia.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Vital do Rêgo.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Vital do Rêgo, Relator da mensagem, para ler o seu Relatório.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, essas relações do Brasil com a Romênia já tem 80 anos de entendimentos, e muito me honra a missão que V. Ex^a me designou para relatar a indicação do Sr. Raymundo Santos Rocha Magno, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Romênia.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso III).

Quarto. De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o indicado é filho de Raymundo Fernando Pantoja Magno e de Maria do Horto Santos Rocha Magno, tendo nascido em 11 de abril de 1953, no Rio de Janeiro. Ingressou na carreira diplomática por concurso público em 1974. Tornou-se 3º Secretário ano seguinte, promovido a Conselheiro, por merecimento, em 1990, e a Ministro de Segunda Classe em 1996.

Entre as funções desempenhadas na área pública, destacam-se a de conselheiro da missão junto a OEA, Organização dos Estados Americanos, Ministro Conselheiro da Embaixada de Montevidéu, em 1998, assessor especial do gabinete da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Embaixador na delegação permanente junto à Organização da Aviação Civil Internacional, em Montreal, no Canadá.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem um sumário executivo sobre a Romênia. O documento apresentado dá notícia histórica do relacionamento bilateral, bem como oferece informações relativas ao intercâmbio comercial entre esses dois países.

O Brasil, nos últimos cinco anos, exportou para a Romênia US\$1,610 bilhão, enquanto as importações alcançam algo em torno de US\$300 milhões. O superávit da balança comercial, nesse período, é da ordem de US\$1,3 bilhão.

Os dados relativos a esse comércio bilateral estão todos anexos ao documento enviado pelo Ministério das Relações Exteriores.

No âmbito das trocas comerciais, observa-se esse superávit em favor do Brasil. Exportamos minério de ferro, açúcar em bruto, soja em grãos e peças para automóveis. Importamos peças de carrocerias para automóveis, adubos, fertilizantes, blocos de cilindros para motores, turbo alimentadores de ar para motores de explosão e laminados de ferro e aço a quente.

Esse intercâmbio, no entanto, tem sofrido com as vicissitudes da recente economia global, bem assim com a adesão da Romênia à União Européia.

De todo modo, dados recentes apontam para o revigoramento econômico do relacionamento bilateral, com boas perspectivas para o futuro.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Vital do Rêgo.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Pela ordem, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Queria solicitar à comissão inversão de pauta, para que pudéssemos fazer análise do Item 9. Pode ser até depois do segundo relatório de indicação, que nós temos dois. Mas, se a comissão pudesse me conceder, porque tenho hoje um compromisso ao qual não posso faltar, e será por volta as 11 horas e 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Coloco à deliberação do Plenário a solicitação da Senadora Gleisi Hoffmann de inversão da pauta, para que Item nº 8, do qual ela é relatora, possa a ser colocado logo após a leitura da indicação do nome de um senhor embaixador, que é o Item nº 2 da pauta.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com essa inversão permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Item 2... *(Pausa.)*

É difícil quando o Secretário quer fazer as coisas no lugar do Presidente. Fica complicado!

ITEM 2 – Não Terminativo -

MENSAGEM (SF) Nº 34, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora ELIANA DA COSTA E SILVA PUGLIA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Guiné Equatorial.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senadora Ana Amelia

Concedo a palavra a Senador Ana Amelia, relatora da Mensagem, para ler o seu relatório.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigado, Presidente. É uma alegria fazer a apresentação deste relatório por se tratar de uma diplomata muito qualificada, nascida em Porto Alegre, a capital do meu Estado, Rio Grande do Sul.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Senhora ELIANA DA COSTA E SILVA PUGLIA, *Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Guiné Equatorial.*

Do currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, extrai-se que a Senhora ELIANA DA COSTA E SILVA PUGLIA é filha de Osvaldo Puglia e Teresinha da Costa e Silva Puglia, tendo nascido em 6 de outubro de 1960, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

A indicada ingressou na carreira diplomática em 1983, por concurso, tornando-se Terceira Secretária no ano seguinte. Foi promovida a Conselheira (2003) e a Ministra de Segunda Classe (2007), sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Administração Pública destacam-se a de Consulesa-Adjunta no Consulado Geral em Assunção (1991); Chefe da Seção de Contratados Locais (2003); Consulesa-Adjunta no Consulado em Rivera (2006); e Consulesa no Consulado em Rivera (2008).

Destaco, ainda, as seguintes condecorações recebidas pela indicada: Medalha do Pacificador, Brasil, e Medalha da Ordem do Mérito, Itália, no grau de Cavaleiro.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial informe sobre as relações entre os dois países. Destaco do documento o que segue. O relacionamento diplomático entre os dois países foi estabelecido em 1974. No ano seguinte, foi criada a

Embaixada brasileira na Guiné Equatorial. A missão era cumulativa da Embaixada em Gana até 1981, quando a cumulatividade foi transferida para a Embaixada no Gabão. O Brasil abre Embaixada residente em Malabo em 2005, mesmo ano da inauguração da Embaixada guinéu-equatoriana em Brasília.

As relações bilaterais adquirem maior densidade com a abertura das respectivas Embaixadas. Até então o relacionamento era modesto. Com a inauguração dos postos diplomáticos, os laços entre os dois países avançaram para novo patamar. Reflexo desse avanço foram as visitas oficiais do Presidente Teodoro Obiang Nguema M'basogo ao Brasil (2006 e 2008) e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva àquele país (2010).

Desses encontros resultou a assinatura de acordos nas áreas de defesa, cooperação técnica, isenção de vistos em passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviços, e exercício de atividade remunerada por parte de dependentes de pessoal diplomático. Os vínculos no campo da cooperação em projetos nas áreas de agricultura familiar, pesca, saneamento básico e esportes encontram-se em momento de destacado dinamismo. Digno de nota é, ainda, o treinamento oferecido pelo Instituto Rio Branco a diplomatas guinéu-equatorianos.

Na esfera econômica, as trocas comerciais estão se incrementando e revelam superávit favorável à Guiné Equatorial. As exportações brasileiras somaram US\$ 45 milhões (pedaços e miudezas de galinha, carnes e miudezas de peru, leites e tabaco) e as importações US\$ 257 milhões (óleos brutos e minerais betuminosos, óleos brutos de petróleo e propanos liquefeitos).

Ante o exposto, estimo que os integrantes desta Comissão têm elementos para deliberar sobre a indicação presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senadora Amélia, pela leitura do parecer, do seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor PTB-AL) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir fica concedido o pedido de vista coletiva nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº1 de 2011 da Comissão de Relações Exteriores.

Há inversão de pauta. Item nº 9.

Ato nº4 de 2011 da Comissão de Relações Exteriores.

Disciplina o rito para exame pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, dos pedidos para representação da Casa ou para missão no exterior.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann na autora do Ato nº 4 de 2011 da Comissão de Re-

lações Exteriores e Defesa Nacional para realização da leitura.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT-PR_ – Obrigada, Sr. Presidente.

Conforme encaminhamento da reunião passada desta Comissão trago a esta Casa o Ato nº 4 como consequência dos demais atos aqui aprovados.

Gostaria de proceder, da mesma forma dos atos anteriores, fazendo uma leitura desse ato que apresento hoje à Comissão.

Ato nº 4

Disciplina o rito para exame pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, dos pedidos para representação da Casa ou para missão no exterior.

Art. 1º De conformidade com o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRÊ), a fim de instruir decisão do Plenário do Senado Federal, proferirá parecer prévio sobre pedido para representação da Casa ou para missão no exterior em se tratando de matéria enquadrada nos incisos I ou II, b e d, do § 1º do mesmo artigo.

Parágrafo único. Estando o Senado Federal em recesso, ou não tendo sido instalada a CRÊ em razão do início da Legislatura, será adotado o procedimento previsto no art.41 do RISF.

Art. 2º A solicitação ou proposta que for despachada para a CRE, após a leitura em Plenário, terá relator designado pelo Presidente da comissão.

§1º O relatório deverá ser apresentado à Secretaria da CRÊ, a fim de ser pautado, preferencialmente, para a reunião seguinte.

§ 2º Lido o relatório, será ele discutido e votado somente com a presença do interessado ou do líder do bloco parlamentar ou do partido a que pertença, observando-se o disposto no art. 132 do RISF.

§ 3º O parecer da CRÊ será enviado à Secretaria Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Art. 3 A solicitação ou proposta da CRÊ, nos termos da alínea b do inciso II do § 1º do art. 40 do RISF, tramitará na comissão por iniciativa de seu Presidente, a requerimento de qualquer um de seus integrantes ou em razão de convite para a designação de representante.

Parágrafo único. Recebido o convite ou formulado o requerimento, o Presidente da CRÊ designará relator para a matéria, procedendo-se na forma dos parágrafos do art. 2ª do Ato.

Art. 4º Em todas as hipóteses em que o pedido para representação ou para missão no exterior tenha sido submetido à CRE, o Senador indicado terá até 10 (dez) dias, contados de seu regresso ao Brasil, para

apresentar relatório à comissão sobre as atividades desenvolvidas.

Parágrafo único. O descumprimento dessa obrigação, ou a mora, será considerado quando de nova solicitação do Senador.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor PTB-AL) – Esse é o Ato nº 4, lido e relatado pela Senador Gleisi Hoffmann.

Coloco a matéria em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir coloco a matéria em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovado o Ato nº 4 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) –

ITEM 3 – Não Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 116, DE 2008

Aprova o texto da Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Observação: Reunida a Comissão em 17/03/2011, a matéria foi retirada de pauta a pedido do relator.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, relator do projeto, para ler o seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB - RR) – Sr. Presidente, como foi salientado por V. Ex^a, eu solicitei a retirada de pauta para um reexame, diante de possibilidade de fazer algumas ressalvas.

Então, consultando a Consultoria Legislativa do Senado, verifiquei que essas ressalvas não têm amparo legal. Dessa forma, quero ler só o final do meu parecer, para economia de tempo, já que foi distribuído a todos os Srs. Senadores.

Ressaltamos que a ratificação desse tratado vai ao encontro de sentença internacional proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos contra o Brasil. Trata-se do § 287, de sua sentença de 24 de novembro de 2010 no Caso Gomes Lund e outros, que expressamente instou o Brasil a adotar, “em prazo razoável, todas as medidas necessárias para ratificar a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas”.

Portanto, a Convenção em questão merece ser ratificada, como já o fizeram Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

III – VOTO

Por todo o exposto, e visto que está adequado constitucional, legislativa e regimentalmente, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pela aprovação do projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria segue para a Secretaria Geral da Mesa, para prosseguimento da sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) –

ITEM 4

– Não Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 79, DE 2011

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área de Submarinos, celebrado no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador João Pedro Relatório: Pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Concedo a palavra ao Sr. Senador João Pedro, relator do projeto, para ler seu relatório.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O referido projeto de decreto legislativo, encaminhado a apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 908, de 11 de novembro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, tem o objetivo de definir as formas de apoio e cooperação entre os Estados brasileiro e francês no domínio das tecnologias de defesa, com o objetivo de viabilizar o desenvolvimento do programa brasileiro de forcas submarinas (art. 1º).

Conforme o art. 1º, a cooperação abrange: 1– os métodos, as tecnologias, as ferramentas, os equi-

pamentos e a assistência técnica em todas as fases (...) do projeto de submarinos convencionais do tipo SCORPENE (SBR), bem como de um submarino com armamento convencional (SNBR) destinado a receber um reator nuclear e seus sistemas associados, desenvolvidos pela Parte brasileira; 2– a assistência para a concepção (...) e para a construção de um estaleiro de construção e manutenção desses submarinos e de uma base naval capaz de abrigá-los; e 3– a transferência de conhecimento acadêmico relativo a submarinos, nas áreas da ciência e da tecnologia (...).

O art. 2º estabelece os princípios básicos do acordo, prevendo que, na sua execução, as Partes respeitarão não apenas suas obrigações e compromissos internacionais, mas também suas leis e regulamentos em vigor.

Detalha-se, ainda, os termos da cooperação ao ser especificado que serão adquiridos *quatro submarinos SBR, com transferência de tecnologia francesa ampliada para todas as fases (...) deste projeto de submarinos*. O apoio francês se estenderá, também, sobre a *concepção e construção da parte não nuclear do submarino SNBR*. Portanto, quanto a este último, a Parte brasileira será a autoridade de concepção, uma vez que não receberá assistência da Parte francesa para a concepção, a construção e a colocação em operação do reator nuclear embarcado, das instalações do compartimento do reator nuclear e dos equipamentos e instalações destinados ao funcionamento do reator ou à segurança nuclear (parágrafos 2.2 e 2.4).

Dessa forma, a Parte brasileira compromete-se a seguir procedimentos de segurança nuclear reconhecidos internacionalmente e será responsabilizada em caso de eventuais danos nucleares que possam vir a ser causados pelo submarino ou por instalações nucleares (parágrafo 2.5). Fica, ainda, estabelecida a escolha da tecnologia francesa para as plataformas, os sistemas de combate e as armas dos novos submarinos (parágrafo 2.3).

O art. 3º dispõe sobre as condições gerais de transferência de tecnologia, ficando a Parte brasileira comprometida a não autorizar a reexportação, a revenda, o empréstimo, a doação ou transmissão do conhecimento, da tecnologia e dos equipamentos fornecidos pela Parte francesa sem a concordância prévia do Governo francês, e a utilizá-los somente para os fins definidos pelo acordo.

O tratado prevê ainda: 1– que as modalidades de cooperação serão definidas e detalhadas em ajustes específicos (art. 4º); 2– disposições a respeito da comunicação e proteção das informações (art. 5º); 3– que as Partes considerarão favoravelmente a possibilidade de isenção total ou parcial de tributos diretos e indire-

tos sobre bens e serviços importados ou produzidos no âmbito da execução de contratos decorrentes do acordo (art. 6º); 4– modalidades para ressarcimento dos danos ocorridos no contexto da aplicação do acordo (art. 7º); 5– a criação de um Comitê de Cooperação para supervisionar a execução do acordo (art. 8º); 6– a solução de eventuais controvérsias por meio de negociação entre as Partes, pela via diplomática (art. 9º); 7– a possibilidade de emendas a qualquer tempo por mútuo consentimento (art. 10).

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 103, incisos I e V, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais e sobre as Forças Armadas.

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Está em conformidade com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal.

Quanto à juridicidade, o projeto não apresenta vícios. Tampouco, problemas de técnica legislativa.

No mérito, lembramos que a cooperação entre ambos os países não se restringirá aos métodos, tecnologias, ferramentas, equipamentos e assistência técnica em todas as fases do projeto de submarinos convencionais (SCORPENE – SBR) e de um submarino com armamento convencional (SNBR) destinado a receber um reator nuclear e seus sistemas associados, desenvolvidos pela Parte brasileira. Haverá, também, assistência para a concepção e para a construção de um estaleiro e de base naval indispensáveis para os novos submarinos e, sobretudo, haverá a transferência, por parte do Estado francês, de conhecimento tecnológico.

Cumpre-nos ressaltar que dois são os aspectos que tornaram a proposta francesa a mais atraente para o governo brasileiro. Primeiro, a necessidade de submarinos de propulsão nuclear há muito vem sendo sentida pela Marinha do Brasil que alega que, para o bom desempenho de sua missão, tais equipamentos são essenciais, na medida em que podem permanecer submersos por longos períodos. Os submarinos nucleares viabilizariam, portanto, a vigilância mais adequada das águas profundas, onde, inclusive, estão localizados os campos do chamado pré-sal.

Prosseguindo, Sr. Presidente, como vemos, o presente acordo, ao prever a compra de quatro submarinos convencionais SBR, com transferência de tecnologia para todas as fases, nos fornece meios essenciais para que possamos assimilar a nova tecnologia e, então, darmos um passo adiante: colocar o SNBR, também objeto desta compra, em condições de receber um reator nuclear desenvolvido pela parte brasileira.

Com efeito, não temos dúvidas de que o tratado firmado atende aos

interesses nacionais do Brasil e de que esta opção esta baseada na racionalidade e representa um olhar para o futuro, pois congrega a necessidade de se dotar nossa Marinha de submarinos de propulsão nuclear, obtendo-se, ao mesmo tempo, transferência de tecnologia. Desse modo, somos favoráveis à aprovação do projeto de decreto legislativo em exame.

III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, legal e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2011.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Para discutir, Sr. Presidente.,

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Obrigado, Senador João Pedro pela leitura do seu relatório.

Em discussão o relatório.

Para discutir, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto do submarino nuclear brasileiro é um projeto que tem um atraso já de quinze anos. Creio que, dentre os armamentos que propiciarão a modernização das Forças Armadas nacionais – e é preciso assinalar que o orçamento militar brasileiro caiu significativamente e o que é, inclusive, surpreendente é que essa queda se verificou mais fortemente durante o regime autoritário. Dentre a necessidade de reequipamento militar para o pleno exercício de suas atividades de defesa, o submarino nuclear é efetivamente a questão crucial.

É sabido que, se a Argentina possuísse um submarino nuclear, ou não teria havido a guerra das Malvinas ou provavelmente a Inglaterra perderia aquele conflito porque era um conflito muito distante da sua base de operações.

O projeto de construção do reator nuclear em Aramar, nas proximidades de Sorocaba é um projeto que já se arrasta há muitos anos, há mais de uma década e, portanto, o projeto tem todo o mérito no sentido de garantir, propiciar efetivamente que o Brasil melhore o seu aparelhamento de defesa através da efetivação desse que já é um sonho nacional de possuir pelo menos um submarino nuclear.

Voto pela aprovação do projeto.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Obrigado.

Continua em discussão a matéria.

Para discutir, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, sem sombra de dúvida, eu quero concordar com o Senador Luiz Henrique.

Nós temos que aplaudir esse acordo, que vem em boa hora. Ele nos chama a atenção de que precisamos construir as etapas que faltam para enriquecimentos de urânio, cuja tecnologia nós temos desenvolvida no Brasil, podemos no futuro ser grandes fornecedores de urânio.

O mundo, Sr. Presidente...outro dia eu vi um estudo da Unesco, que pregaram três arquétipos, um era o homem industrial, que eles consideraram um inglês de 1850; um agricultor moderno, que eles consideraram um europeu do século XV; e o homem tecnológico, quer seria um americano de 1950.

Então, segundo esse interessantíssimo artigo da Unesco, se nós adotássemos como 100 o consumo unitário, per capita, do homem industrial, o inglês de 1850, o agricultor moderno consumiria 20 de energia. E o homem tecnológico, o americano de 1950, consumiria 400 de energia. E o mais curioso é que, decompondo essa energia nos diversos consumos, em transporte o consumo do homem tecnológico era 100. Tudo o que o homem industrial consumia em 1850. Toda a energia consumida pelo homem industrial de 1850 era apenas o consumo em transporte do homem tecnológico em 1950. Então, podemos ver que, em termos de energia, o tempo se acelera vertiginosamente. Demoramos 400 anos para sair de um consumo 20 para 100, mas, em 100 anos, saímos de 100 para 400. O que é possível supor que, em mais 100 anos, vamos de 400 para 800. De tal maneira que a fome por energia é extraordinária.

Acho que V. Ex^a tomou uma atitude muito importante quando incluiu o debate da questão nuclear, do programa nuclear no Brasil. Nós não conseguimos acordos internacionais para enriquecer urânio; nós desenvolvemos tecnologia própria, ainda não temos duas fases do enriquecimento porque mandamos para o Canadá, eles mandam para a França na hora de transformar o gás e enriquecê-lo, mas todas as outras fases fazemos no Brasil. E esse submarino vai precisar disso. Então, e que é um excelente instrumento da nossa soberania, todos nós aplaudimos a maneira como o Brasil hoje se porta nos fóruns internacionais, sem medo de sanção, sem medo de perder empréstimos, pelo contrário, agora temos saldo na balança comercial. Desses 300 bilhões que temos na balança comercial, alguns temiam o retorno do capital para o Japão. Estive com V. Ex^a no Banco Central. Aliás, não sei se V. Ex^a estava na reunião que fizemos com o Banco Central, com os diretores, para saber se havia risco de retorno... O Ministro Dornelles estava. Não

chega a 30%, mesmo se todo o dinheiro das famílias japonesas investido em títulos brasileiros for retirado de uma hora para outra para reconstrução do país deles, ainda ficamos com 220 a 230 bilhões de dólares. Quer dizer, país, sétima economia do mundo, que não consegue vigiar suas águas, onde está o seu petróleo, é uma coisa incabível, bem disse o Senador Luiz Henrique. Já vai em boa hora.

Então, eu também quero manifestar o meu voto favorável. Acho que o Brasil se engrandece e as futuras gerações nos agradecerão.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado ao Senador Marcelo Crivella.

Com a palavra, para continuar a discutir o relatório do Senador João Pedro, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, como já assinalou o ilustre Senador Luiz Henrique, esse acorde de cooperação vai na linha de facilitar, de promover o reaparelhamento das nossas Forças Armadas, construção de quatro submarinos convencionais, com transferência de tecnologia, e o apoio à construção da parte não nuclear de um submarino a propulsão nuclear.

Eu considero, também seguindo na linha do Senador Luiz Henrique, que o nosso País está muito atrasado no reaparelhamento, na modernização e também na operacionalização daqueles equipamentos de que já dispomos. Recentemente, notícias veiculadas pelos jornais dão conta de que boa parte dos equipamentos das nossas Forças Armadas estão parados, subutilizados, por dificuldades das mais diferentes ordens, inclusive de ordem orçamentária. Penso que um País que tem o litoral da extensão do nosso, um País que tem a Amazônia a defender, um País que tem fronteiras a vigiar não pode prescindir de Forças Armadas bem aparelhadas, com alto nível de profissionalismo e de preparo técnico.

Eu até sugeriria, Sr. Presidente, que V. Ex^a, na programação das nossas atividades, um dia promovesse um debate ou um estudo aqui, pela nossa Comissão, sobre a quantas anda a indústria brasileira de armamentos.

A indústria brasileira de armamentos, requer, evidentemente, para que possamos ter plena autonomia sobre o nosso processo de defesa, o domínio de tecnologia e o domínio das fases cruciais, pelo menos, do processo de produção dos nossos equipamentos de defesa.

Queria também dizer que a simples frase do bem fundamentado parecer do Senador João Pedro, “a Marinha já domina o conhecimento do ciclo de combustível nuclear”, essa simples frase evoca uma história muito bonita, uma história de aplicação, de patriotismo, de desenvolvimento de produção de conhecimentos na área nuclear, que se conseguiram a duríssimas penas.

A figura do Almirante Álvaro Alberto é uma figura emblemática desse esforço dos brasileiros para dominar a tecnologia do enriquecimento de urânio, que foi encetado, apesar de muitas e muitas resistências, especialmente das potências dominantes do mundo, que procuraram, por todas as formas, cercear o nosso acesso a esse ramo fundamental do conhecimento humano, pelas inúmeras aplicações que têm no campo não apenas da defesa, mas sobretudo nos fins pacíficos de sua utilização.

A visita a Aramar, Sr. Presidente, é uma visita que nos faz sentir orgulho dessa história de êxito dos brasileiros.

Então, eu queria, ao apoiar e votar favoravelmente ao relatório do nobre Senador João Pedro, fazer essa simples referência, porque creio que merece ficar registrada essa lembrança na Comissão.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Sua lembrança é muito justa, Senador Aloysio Nunes Ferreira. Muito obrigado pela sua palavra.

Senador Blairo, eu pediria licença a V. Ex^a, mas o Senador Randolfe Rodrigues já havia solicitado a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em seguida, falará o Senador Blairo.

Senador Randolfe, com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, primeiro, quero concordar com a linha antecipada pelos colegas Senadores Luiz Henrique e Aloysio Nunes.

Esse projeto de decreto legislativo traz a necessidade do debate sobre o reaparelhamento das nossas Forças Armadas. Esse é um debate atual, e nossas Forças Armadas têm passado por um processo contínuo de sucateamento de sua estrutura nos últimos anos.

Em relação ao decreto, eu queria destacar o art. 3º, que considero fundamental. O art. 3º estabelece as condições de transferência de tecnologia. E isso é importante para nós. Não é importante somente o Acordo de Cooperação; é importante dominarmos a tecnologia dos submarinos nucleares e termos acordos com Estados-Nações, com países que concordem – aliás,

esse é o sentido de acordo; acordo é um contrato em que ambas as partes cedem algo. Nesse sentido, a nossa diplomacia tem caminhado muito bem em exigir acordos com Estados estrangeiros que concordem com a transferência de tecnologia.

No mais, ainda ontem, fomos recepcionados muito bem na Embaixada Francesa, no jantar oferecido pelo Embaixador, e me parece que temos de aprofundar, e muito, essa relação com o Estado francês. Primeiro, pela condição que já destaquei nesta Comissão várias vezes: somos o único país, das três Américas, que faz fronteira com a França e com a União Europeia. Mais do que isso: a nossa fronteira com a França é a maior fronteira da França, inclusive no continente europeu.

Nem na Europa a França tem uma fronteira com a dimensão que tem aqui no Brasil. Isso é uma razão para nos aprofundarmos cada vez mais. Nesse sentido, conversamos muito e tivemos muitas informações sobre isso no contato com o embaixador francês no jantar que por ele nos foi oferecido ontem. A despeito, Senador Suplicy, de nós divergimos da França, em especial na ação recente do Governo francês de bombardear a Líbia, da intervenção francesa no Oriente Médio, a despeito disso, temos que salvaguardar as relações que podemos ter com a França e, por conseguinte, com a Europa. Este acordo é um exemplo concreto nesse sentido e, por isso, terá nosso voto favorável, destacando, mais uma vez, o art. 3º do acordo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Continua em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi. Em seguida, o Senador Vice-Presidente desta Comissão, Senador Cristovam Buarque.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, conversei muito rapidamente com o Relator e também com os assessores da nossa Marinha, mas fico um pouco preocupado. Desculpem-me a falta de tato com a matéria, porque sou um Senador novo na Casa, estou aprendendo ainda o rito e como as coisas funcionam, mas, se eu não perguntar, não vou aprender nunca. Dizem que, para aprender, precisamos apanhar ou perguntar. Estou nessa fase.

Minha preocupação é com respeito ao seguinte: estamos votando aqui um decreto legislativo que aprova o texto do acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa na área de submarinos. Claro que esse acordo deve ter passado por centenas de nossos técnicos, cientistas e pela Marinha, mas eu, que vou ratificar – não serei contra na ratificação – eu gostaria de ter acesso, de olhar esse acordo, de poder ler esse acordo, de poder, de repente, auxiliar

e ajudar, porque eu já vi alguns acordos, não nessa área tão técnica, tão científica, mas nas áreas comerciais, por exemplo, e de troca de experiência industrial, que, depois que nós assinamos, começamos a ver que algumas coisas, depois da vírgula, não ficaram bem explicadas e acabamos tendo problemas, depois, por muitos e longos tempos até que a gente consiga rever aquele acordo, que, para a burocracia, para o governo foi um bom acordo, mas, para aquela área específica, não foi – o que não me parece o caso porque a Marinha brasileira está aqui. Mas eu gostaria de interpelar a Presidência quando é que eu, como Senador, posso ter disponível esses documentos e com qual antecedência, para que eu possa vir para a reunião com tranquilidade de vir aqui debater ou, se estiver satisfeito, inclusive, nem me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Passo a palavra ao Senador João Pedro, Relator do projeto, para responder à indagação feita pelo Senador Blairo Maggi.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, primeiro, o acordo está todo, na íntegra, na página 111 do nosso material do dia, da pauta da Comissão.

Agora, evidente que esse é um debate que tem uma profundidade, tem uma série de questões.

Para eu formar um juízo e apresentá-lo para esta Comissão, primeiro, apoiei-me no próprio Senado. Temos um corpo técnico aqui importantíssimo.

Segundo, eu ouvi a Marinha, que tem interesse e conhece por dentro o assunto, do ponto de vista estratégico e militar, do ponto de vista dos interesses nacionais.

Com esses dois instrumentos, com as conversas, eu apresentei para esta Comissão meu juízo, o parecer, fundamentalmente técnico e evidentemente que entendendo a magnitude do presente, mas também do futuro do Brasil e da importância desse acordo.

É isso, Sr. Presidente.

O acordo está na íntegra na pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente. Obrigado, Senador João Pedro.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Respondendo à indagação do Senador Blairo Maggi sobre a publicação na íntegra do acordo assinado entre a República Federativa do Brasil e a República francesa na área de submarinos.

Tem V. Ex^a, novamente, a palavra, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Presidente.

Senador João Pedro, eu não quero discutir o relatório, longe disso. A questão aqui é quando que a gente tem acesso aos documentos. Por exemplo, eu chego na reunião e recebi isto hoje. Ou a Comissão não está disponibilizando antes, ou a minha assessoria... Se for o caso, então vou falar com a minha assessoria, mas não me parece que é o caso...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pode falar com a sua assessoria, Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Porque chamei o assessor agora e ele disse: “Olha, não recebemos nada”. Então, só para esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Às 9 horas e 40 minutos da terça-feira passada, 9 horas e 40 minutos, todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, membros desta Comissão, receberam a pauta sobre a qual estamos hoje deliberando.

Então, talvez, tenha havido um equívoco da sua assessoria, porque foi distribuído, conforme norma aqui já aprovada, 48 horas antes todos os Srs. Senadores têm conhecimento da íntegra dos temas que serão debatidos, 48 horas depois, na reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Presidente. Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Bairo Maggi.

Com a palavra, o Senador Vice-Presidente desta Comissão, Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, ninguém pode, a meu ver, em sua consciência, ficar contra este acordo. Entretanto, eu quero fazer duas ressalvas: a primeira é que a Marinha brasileira já está há décadas trabalhando no desenvolvimento de tecnologias para o submarino. Inclusive, durante o período de sua Presidência esse trabalho era feito. Se não me engano, até houve uma visita sua como Presidente que teve bastante destaque.

Eu me pergunto se vamos receber apenas essa cooperação técnica ou se vamos dar também, até porque, pelas informações que tenho, certas técnicas têm sido desenvolvidas pela nossa Marinha, que não são conhecidas fora daqui.

Essa é a primeira ressalva, sendo a favor do acordo.

E a segunda é que este acordo permite uma lição. Por que, no caso dos submarinos, a gente faz esse acordo e, no caso dos caças, nós estamos comprando caças?

China, Índia, Israel e outros países não compram caças, fabricam caças. Claro que tomam décadas para conseguir desenvolver, mas a gente não tem nenhuma guerra em vista nos próximos anos. Nós temos tem-

po para desenvolver os nossos caças e temos uma empresa como a Embraer e a Aeronáutica – juntas, Aeronáutica e Embraer –, garantindo um longo prazo de pesquisa de elaboração dos protótipos de teste de voo.

O Brasil pode – não vou dizer em quanto tempo, mas não muito tempo – ter caças produzidos no Brasil.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu me preocupo que a gente esteja optando, no caso dos caças, por uma alternativa diferente da que optamos décadas atrás para os submarinos.

Essas são as duas referências, mas há um pedido de aparte, que eu acho que deve ser feito ao Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ah, não se permite aparte, desculpe... Eu estou ainda... Não?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Não, Senador Aloysio Nunes Ferreira, a praxe é: quem pede a palavra para discutir a matéria encerra a sua participação e, em seguida, passo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Perdão, desculpe-me.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu concordo muito intensamente com o Senador Cristovam Buarque. Nós precisamos nos esforçar – e temos competência para isso – para produzirmos aqui os nossos equipamentos militares, mesmo porque isso tem muitas consequências benéficas no domínio dessas tecnologias sobre a indústria civil.

Preocupa-me inclusive, V. Ex^a se referiu a Embraer, o fato de que aumentou, em proporções alarmantes, o número de componentes importados nos aviões produzidos pela Embraer.

É um assunto preocupante, porque podemos, de repente, estar retrocedendo numa área em que nós avançamos muito. Somos o único país da América latina a desenvolver uma tecnologia aeronáutica do porte e a produzir aviões da qualidade da Embraer.

No que tange ao submarino nuclear, a nossa dificuldade, em que pese o êxito da marinha brasileira na produção do motor do submarino nuclear, a nossa dificuldade, se não me engano, estava no casco que

pudesse abrigar esse motor, cujas dimensões estão sendo pouco a pouco reduzidas pelo esforço dos nossos engenheiros da Marinha. Nosso problema, e daí a necessidade de tecnologia, era o caso para abrigar o motor do submarino. Se não me engano é isso. O Relator poderia melhor esclarecer essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. Continua em discussão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, para discutir a matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pelas informações contidas no relatório do Senador João Pedro, haverá uma transferência obrigatória e automática de tecnologia na fabricação de navios nucleares, significando dizer que será mais uma oportunidade para o Brasil de aprender, na modernidade, como se constrói um navio nuclear e, futuramente, montar sua própria indústria de produção de navios com essa característica. Esse acordo é muito vantajoso, tanto do ponto de vista tecnológica, o do ponto de vista do conhecimento para as futuras gerações do nosso País em torno de um assunto tão complexo, como é a energia nuclear, como a Marinha e a Indústria locais vão se beneficiar com as tecnologias que serão transferidas. .

Portanto, o voto do PSB é favorável, com aplausos ao nobre relator, Senador João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira mais discutir, vou colocar em votação.

Em votação o relatório do Senador João Pedro, que conclui pela aprovação do projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem o Senador.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, eu peço urgência para esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – O pedido de V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado.

Passamos ao item 5:

Requerimento de 2011, que receberá o número depois da deliberação das Sr^{as} e Srs. Senadores:

Requer seja convidado o Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antônio de Aguiar Patriota, para participar de audiência Pública nesta Comissão, em data a ser oportunamente acordada, para tratar da política externa brasileira. Aatoria, Senador Francisco Dornelles.

Pergunto se V. Ex^a, Senador Francisco Dornelles, gostaria de tecer alguns comentários a respeito de seu requerimento, antes de colocar em discussão a matéria.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, vou ser muito breve. Eu considero extremamente importante que, no início do atual Governo, o Ministro das relações Exteriores compareça a esta Comissão para prestar esclarecimentos sobre a linha da política externa que ele deseja implementar, seja no campo comercial, seja no campo diplomático. Esse é o motivo do meu requerimento.

Eu quero dizer também a V. Ex^a que estou apresentando requerimento para ser submetido na próxima reunião, para que a Presidente da Anac compareça a esta comissão para falar sobre esse acordo, que se chama acordo “céu aberto”, realizado entre o Brasil e os Estados Unidos, porque tenho receio de que esse acordo traga enormes problemas para as empresas brasileiras de navegação aérea.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– O requerimento de V. Ex^a em relação à convocação da Presidente da Anac será recebido imediatamente pela Presidência da Comissão e incluído na pauta da nossa próxima reunião.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Em discussão a matéria a respeito do requerimento de aatoria do Senador Francisco Dornelles, convidando o Embaixador Ministro Patriota para comparecer a esta Comissão, para debater a política externa brasileira.

Em discussão esse requerimento. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o requerimento apresentado pelo Senador Francisco Dornelles.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, só para uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PT – SC) – Já que o Ministro propôs duas datas, em ele vindo agora

em março para debatermos a crise no norte da África, talvez aproveitássemos já o dia 9 de março para essa segunda presença do Ministro aqui na nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente.

Esta colocação feita pelo Senador Luiz Henrique enseja a retomada da discussão iniciada aqui no começo dos nossos trabalhos de hoje sobre as datas possíveis da presença do Sr. Ministro das Relações Exteriores a esta Comissão, com base no requerimento aqui aprovado de autoria do Senador Pedro Simon.

Conforme foi dito a V. Ex^{as}, S. Ex^a o Sr. Ministro das Relações Exteriores, devido à impossibilidade de outras datas, em função da viagem da Senhora Presidente Dilma Rousseff à China e de outros afazeres, nos colocou aqui as datas para comparecer à Comissão, sendo uma delas 30 de março, quarta-feira. Foi solicitado pelo Senador Eduardo Suplicy que, em vez de às 14 horas, conforme o Sr. Ministro das Relações Exteriores sugeriu, fosse às 13 horas, para termos mais tempo de discutir. Então, seria, no caso dos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras deliberarem que esta seria a melhor data, no dia 30 de março, quarta-feira. Lembro que será um reunião extraordinária...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente, não poderia ser quinta-feira, de manhã?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Aí eu vou chegar para aonde está direcionada a pergunta do Senador Ministro Francisco Dornelles.

Senador Ministro Francisco Dornelles, no início da reunião, colocamos esse assunto em discussão, qual das duas datas: 30 de março, quarta-feira, às 14 horas; ou 19 de maio, quinta-feira, no horário da nossa reunião ordinária. Então, enfim, em função de algumas divergências nas opiniões dos Srs. Senadores, nós solicitamos ao assessor do Ministério das Relações Exteriores, o Embaixador Danese, que entrasse em contato com o Ministro Patriota para saber se não seria possível a vinda dela aqui, em vez de ser no dia 30, no dia 31, que é o dia da nossa reunião ordinária. Porque, no dia 30, quarta-feira, temos a Comissão de Constituição e Justiça e temos também o horário da Ordem do Dia, que, impreterivelmente, temos que encerrar aqui os trabalhos. Caso seja essa a data escolhida, aprovada pela Comissão, pelo início da Ordem do Dia, regimentalmente, assim nos obriga. De modo que, nesse meio tempo, foi feita a consulta ao Sr. Ministro Patriota para saber se não poderia ele comparecer, em vez de no dia 30, no dia 31, data da nossa reunião ordinária, quinta-feira. Mas ele disse que não poderia no dia 31, segundo informação trazida pelo Embaixador Danese

nesse meio tempo, porque aqui estariam presentes os Chanceleres de Burkina Faso.

Não, porque ele estaria recebendo aqui, no dia 31 de março, o representante especial do Secretário-Geral do ONU para a Guiné-Bissau, o Ministro de Infraestrutura da Alemanha, o Ministro do Interior do Paraguai e o Chanceler da Dinamarca. São representantes de extrema importância que, naturalmente, na avaliação do Sr. Ministro, têm supremacia sobre o interesse da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Senado Federal, de melhor conhecer a posição do Governo brasileiro em relação a esses eventos que estão hoje nos atormentando.

De modo que S. Ex^a, portanto, já deu sua resposta: “Não”. Não poderá comparecer no dia 31, porque tem como prioridade receber essas autoridades aqui relacionadas.

Mas aí eu solicitei ao Embaixador Danese que consultasse S. Ex^a para saber se invés das 14 horas, data que ele explicitou na resposta dada ao requerimento aqui aprovado para sua presença na comissão, ele poderia chegar às 13 horas, conforme solicitação e sugestão do Senador Suplicy. Aí, ele aquiesceu. Nós queremos aqui agradecer penhoradamente ao Sr. Ministro por ele ter cedido seu tempo tão precioso para que pudesse estar aqui uma hora a mais no nosso convívio, debatendo conosco as questões que tratam da política externa brasileira.

Eu agora colocaria em deliberação do Plenário duas datas: 30 de março, quarta-feira, às 13 horas, e uma outra data, 19 de maio, quinta-feira, no horário da reunião ordinária.

Há também a sugestão feita pelo Senador Luiz Henrique, dada a aprovação do requerimento do Senador-Ministro Dornelles, para que o Sr. Ministro aqui esteja presente para tratar da política externa de modo geral, que ele viesse no dia 30, para tratar do objeto do requerimento apresentado e aprovado nesta comissão, de autoria do Senador Pedro Simon, para tratar especificamente da questão do norte da África e do Oriente Médio. Segundo coloca o Senador Luiz Henrique, que no dia 19 de maio ele aqui voltasse para tratar da política externa de forma geral, conforme requerimento do Senador-Ministro Francisco Dornelles.

Então, pergunto a V. Ex^{as} se já se encontram em condições de deliberar sobre isso.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. *Fora do microfone.*) – Ele viria duas vezes à comissão?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Viria duas vezes à comissão, uma vez, no dia 30 de março e uma segunda vez por sugestão do Senador Luiz Henrique, que está submetida à deliberação de

V. Ex^{as}. No dia 30 de março, quarta-feira, às 14 horas e 15 minutos, quarta-feira, às 13 horas, que foram as duas datas que o Ministro aquiesceu comparecer à reunião aqui, com base no requerimento do Senador Pedro Simon, para tratar da crise do norte da África e do Oriente Médio. Ele ofereceu duas datas: 30 de março, quarta-feira, às 14 horas, que, agora, nós conseguimos que ele antecipasse para as 13 horas, para termos mais tempo de debatermos essa questão, ou, também para debatermos essa questão, a data de 19 de maio, quinta-feira, no horário da reunião ordinária.

Ficamos de, ao final da reunião nossa, deliberarmos sobre qual das duas datas os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras achariam melhor para que Sua Excelência o Ministro das Relações Exteriores aqui estivesse, para debater o assunto objeto do requerimento apresentado pelo Senador Simon.

Aproveitando agora que V. Ex^a, o Senador-Ministro Francisco Dornelles, apresenta um requerimento, já aprovado, para o comparecimento do Ministro de Relações Exteriores para tratar da política externa.

O Embaixador Danese nos comunicou que ele poderia estar aqui nas duas datas sugeridas. Como ele poderá estar aqui nas duas datas sugeridas, ensejou, acredito eu, a colocação feita pelo Senador Luiz Henrique, de que na quarta-feira, 30 de março, ele aqui esteja para debater questões relacionadas no norte da Europa e Oriente Médio e, no dia 19 de maio, para debater a política externa, atendendo ao requerimento hoje apresentado por V. Ex^a.

Então, a programação é: dia 30 de março, quarta-feira, às 13 horas, comparecimento do Ministro das Relações Exteriores a esta comissão, cuja finalidade será discutir os eventos que hoje nos afligem no norte da Europa e no Oriente Médio; e, no dia 19 de maio, novamente, se puder nos dar o prazer de sua presença aqui, na quinta-feira, em horário de reunião ordinária, para tratar da política externa brasileira de modo em geral.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a aceitação dos convites para essas datas queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Eu peço ao Sr. Embaixador Danese que comunique então a S. Ex^a que a Comissão de Relações Exteriores sente-se por demais honrada com a deferência dele em oferecer duas datas, dentro da agenda tão congestionada como a dele. A Comissão de Relações Exteriores sente-se homenageada com essa decisão do senhor ministro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. O Senador Randolfe Rodrigues nos deu uma informação sobre a qual alguns Senadores e eu ficamos curiosos por saber que me-

da é correta. De fato, o Brasil tem a maior fronteira com a França, considerada a fronteira com a Guiana Francesa. A assessoria de V. Ex^a como Presidente nos prestou as informações precisas que, aliás, o Senador Heráclito Fortes um dia havia solicitado. A França tem com a Espanha 623 quilômetros de fronteira; com a Alemanha, 451 quilômetros; com a Suíça, 573 quilômetros; com a Itália, 488 quilômetros; e com o Brasil, 730 quilômetros. Presidente, eu não tinha consciência disso, mas acredito que é importante para todos nós sabermos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a pelas informações trazidas a esta comissão.

Item nº 6 da pauta: requerimento nº..., de 2011, requer seja convidado o Senador Edison Lobão para informar e ouvir as opiniões dos Senadores sobre o Programa Nacional de Ampliação do Uso de Energia de Fonte Nuclear e sobre a segurança das atuais usinas em funcionamento em Angra dos Reis. Aatoria, Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque para suas considerações iniciais antes de colocarmos em discussão a matéria.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, considero esse um tema da maior importância. Entretanto, entre o período da apresentação do requerimento e hoje, recebi contato do gabinete do Ministro Edison Lobão fazendo uma ressalva. Primeiro, que há muitas pessoas convocadas para outras comissões para discutir o assunto não somente do Ministério de Minas e Energia, mas também do Ministério de Ciência e Tecnologia. A sugestão que recebi – não do ministro, mas do gabinete dele – é que deveríamos adiar o depoimento dele – ele tem o maior prazer em vir – para depois dos depoimentos em outras comissões.

Se essa for a ideia da comissão, eu estou totalmente de acordo em retirar o meu requerimento, mas antes quero ouvir se algum Senador pensa em subcrever. Se houver subscrição de outros, eu não retiro. Mas entendo perfeitamente como correta a posição do ministro de adiarmos para depois dos depoimentos que estão sendo feitos em outras comissões.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a é senhor absoluta desta decisão de retirarmos ou não da pauta. Se essa é a sua decisão, a comissão tenderá a apoiar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Presidente, o Senador Cristovam Buarque está sendo coerente com o pedido e com o requerimento que fez, porque as Comissões de Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Infraestrutura estão recebendo autoridades, cientistas e especialistas neste assunto de energia nuclear e discutindo a questão do acidente ocorrido no Japão e as providências que poderiam ser tomadas pelo Brasil na ocorrência de um acidente nuclear. Mas o Ministro Edison Lobão, em nenhuma dessas Comissões, foi convidado. Se for viável esse seu convite à esta Comissão, é uma oportunidade para ouvirmos o Ministro sobre assunto tão palpitante como este que estamos a discutir nas demais Comissões.

Agradeço a V. Ex^a e apoio a sugestão, a ideia do Senador Cristovam Buarque de manter o ser requerimento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pelo que eu entendi, o que o Senador Cristovam Buarque disse é que ele vai manter a intenção de convidar o Ministro de Minas e Energia para aqui comparecer, mas numa oportunidade posterior àquela em que hoje vivem as Comissões temáticas do Senado, que estão sobrecarregando bastante, pelos eventos acontecidos recentemente no Japão, a área de Minas e Energia, sobretudo o Sr. Ministro.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Inácio Arruda, com a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, vamos fazer uma ação combinada. Acho que o requerimento é pertinente. Acho que nós devemos aprová-lo e combinar, V. Ex^a com o Senador Cristovam e o Ministro, a data para ele vir aqui. Aprovamos o requerimento e deixamos a data para uma combinação entre V. Ex^a, o Senador Cristovam e o Ministro Lobão, que também é nosso colega aqui da Casa e saberá fazer isso com tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Cristovam Buarque, a decisão de V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu não tenho nada contra essa sugestão. Eu reconheço o que o Ministro mandou me dizer, só que eu não quero frustrar o meus colegas Senadores, porque muitos deles poderiam querer ter assinado. A posição do Senador Inácio Arruda resolve: aprova-se, mas para uma data posterior a se discutir, depois de ouvirmos o que vai ser debatido em outras Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Vamos colocar, então, em discussão a matéria.

Está em discussão a matéria.

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Aprovado do requerimento do Senador Cristovam Buarque.

O último item da nossa pauta, item 7: requer seja criada Comissão Temporária Externa do Senado Federal, composta por no mínimo três membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de visitar um grupo de refugiados haitianos em Tabatinga, no Estado do Amazonas. Autoria: Senador João Pedro.

Concedo a palavra ao Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Sr. Senadores, eu quero chamar a atenção desta Comissão porque estão chegando no Brasil e não somente no Amazonas famílias haitianas que chegam por conta da última tragédia, mas por conta da crise política, da pobreza absoluta em que vive aquele País. No Acre, há em torno de 300 haitianos; e, no Amazonas, em torno de 1.000 haitianos.

Ora, a situação dessas pessoas é uma situação dramática, mas me chama a atenção a assessoria da nossa Comissão de Relações Exteriores sobre a falta de consistência para tirar uma comissão de três Senadores. Ela está me chamando a atenção para o aspecto leal.

Eu quero registrar aqui a minha preocupação como membro sobre a responsabilidade que tem o Brasil lá no Haiti de reconstruir. O Brasil lidera, por intermédio das Forças Armadas, o processo de reconstrução daquele país. Os haitianos chegam aqui, do ponto de vista humano, numa situação muito precária. Quero chamar a atenção do Senado para algumas providências. Evidentemente que não é competência nossa, mas politicamente o Senado pode ajudar, chamando a atenção do governo federal como do governo estadual, nas providências que nós temos que adotar para um povo que chega a um país que é uma liderança na América Latina. A situação é dramática, Presidente Collor.

Então, se não tem amparo legal, posso retirar o requerimento. Mas temos que adotar um gesto com irmãos da América Latina que chegam ao País em uma situação absolutamente desconfortável.

Não quero contrariar a legalidade dos procedimentos aqui, quero chamar a atenção desta Comissão, de V. Ex^a que preside esta Comissão de Relações

Exteriores para o ponto de vista de nós adotarmos um gesto político, uma atitude política para chamar a atenção do governo brasileiro, dos ministérios, do governo do meu Estado. Estou sabendo que o ex-Senador Tião Viana tem adotado procedimentos, tem acomodado os haitianos que estão chegando no Estado do Acre e também é esse o procedimento da Igreja, de alguns empresários, do governo do Estado em adotar as primeiras providências para os haitianos que estão chegando aqui no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador João Pedro. Se V. Ex^a aceitar a sugestão de talvez apresentar uma moção – para ser votada pela Comissão de Relações Exteriores – de apoio e de solicitação de continuada assistência a esses irmãos haitianos que estão migrando aqui para o Brasil. Mas, realmente, do ponto de vista legal, o Senador João Pedro foi informado que esse seu requerimento terá que ser apresentado pela Mesa do Senado.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Temos aqui dois requerimentos que passo a ler e que serão colocados na pauta da próxima reunião para deliberação.

Requerimento assinado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti.

“Nos termos do Art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja alterada a composição da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, criada através do Requerimento nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, passando a mesma a ser constituída por oito membros titulares e igual número de suplentes.

Justificação

Diante da relevância e abrangência dos temas afeitos à Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, a demanda tem muito aumentado, motivo pelo qual pedimos a dilatação do número de integrantes, visando uma melhor acomodação das diversas correntes.”

Há um outro requerimento, de autoria do Senador Cristovam Buarque. O Senador Cristovam Buarque apresentou um requerimento para a criação de um grupo de trabalho que acompanhe a organização da Conferência Rio+20. É uma Conferência que foi aprovada no plenário das Nações Unidas, acatando uma sugestão feita pelo Governo brasileiro, de que o Rio de Janeiro sediasse a Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 2012, data esta que coincide com o fim da vigência do Tratado de Kyoto, e também para fazer uma avaliação do que ocorreu vinte anos após a realização da Rio 92, realizada em 1992.

Então, o Senador Cristovam Buarque apresenta requerimento para a criação de um grupo de trabalho que acompanhe a organização desta Conferência.

Esta Presidência esclarece que funciona, desde de 2003, nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional uma Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas. Como este tema “Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas” está incorporado a uma dos itens que serão debatidos na Rio+20 e por nós já termos aqui, na Comissão de Relações Exteriores, o número máximo de subcomissões permitidas para funcionamento em cada Comissão, que é quatro. A sugestão é que essa subcomissão passe agora a ser Subcomissão de Acompanhamento dos Trabalhos para a Realização da Conferência Rio+20, tendo como uma das suas preocupações, e será uma preocupação maior na realização desse evento, é claro, que o regime internacional sobre mudanças climáticas passe a ser um desses temas. Para isso, gostaria de convidar e contar com o apoio de V. Ex^{as} e convidar o Senador Cristovam Buarque para presidir esse grupo de trabalho.

Há uma conexão entre as matérias, como eu disse, e, se não houver uma objeção do Plenário desta Comissão, o requerimento do Senador Cristovam Buarque, com o aditamento de tema e atribuições à Subcomissão, que ainda deverá ter sua composição designada, será colocado na pauta da próxima reunião. Deixo aqui eu a sugestão aos Srs. e Sr^{as} Senadoras para que o Senador Cristovam Buarque, Vice-Presidente desta Comissão, presida esse grupo de trabalho de acompanhamento da realização da Conferência Rio+20. Mas isso será objeto da nossa próxima reunião. Portanto, este assunto constará da pauta da nossa próxima reunião.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – A despeito do mês, que não será em janeiro, e talvez o rio melhor ou mais adequado fosse o rio Ceará ou o rio Amazonas, eu gostaria de subscrever a sugestão com o sentido que V. Ex^a deu à formação dessa Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Inácio Arruda.

Senador Ministro Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – É que eu apresentei a V. Ex^a um requerimento, que V. Ex^a afirmou que seria votado na próxima reunião, convocando o presidente da Anac para falar sobre a política...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Exatamente.

A pedido do Senador Ministro Francisco Dornelles e de acordo com a praxe que estamos adotando em função dos cumprimentos dos atos aqui aprovados por esta Comissão, o Requerimento nº 5, já foi colocada sua numeração, de autoria do Senador Ministro Francisco Dornelles, será colocado na pauta da próxima reunião, para deliberação do Plenário. S. Ex^a requer, nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado, seja convidado o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para comparecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos acerca do acordo de céu aberto, assinado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, que conduzirá a total liberalização das operações aéreas entre os dois países a partir de outubro de 2015.

A justificação de S. Ex^a.

A imprensa brasileira noticiou que os governos do Brasil e dos Estados Unidos assinaram um acordo de céu aberto, que conduzirá a total liberalização das operações aéreas entre os dois países a partir de outubro de 2015. Dessa forma, seria importante que o presidente da Anac comparecesse ao Senado para explicar os detalhes do referido acordo.

O requerimento de S. Ex^a estará incluído na pauta da nossa próxima reunião ordinária.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Gostaria brevemente de informar que, designado pelo Presidente José Sarney para representar o Senado a convite do Comitê pelo Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino, fui convidado para participar da reunião da ONU na América Latina e Caribe em apoio à paz entre Israel e Palestina, que ocorrerá em Montevideu, terça-feira próxima. Ali vou realizar uma palestra, na reunião plenária, com o tema “Avançando na paz entre israelitas e palestinos: obstáculos e oportunidades”. Depois, reportarei o resultado dessa conferência, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy, pela comunicação a esta Comissão...

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sem ônus para o Senado, é importante dizer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um breve co-

municado, embora não seja o tema das relações exteriores, mas...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – ... mas considero que é seja de defesa nacional, porque trata da formação da juventude brasileira.

Que trata da formação da juventude brasileira. Está ocorrendo aqui em frente ao Congresso, na esplanada, uma manifestação dos estudantes brasileiros organizada pela UNE e UBES que pedem a aplicação de 10% do PIB para a educação, especialmente pedem 50% do fundo do Pré-sal. Querem discutir, também, a vinculação dos royalties do Pré-sal à educação, porque não há como se falar em segurança e defesa nacional se não dermos uma boa formação ao nosso povo.

É uma manifestação tranqüila, pacífica, com a presença de vários Senadores e Deputados e bonita. Os estudantes tomaram um bom banho no espelho d'água que ali foi construído, evidentemente, não só para criar peixes mas também para se tomar banho. Um grupo de paraquedistas também desceram com faixas da UNE, da UBES, reivindicando os 10% para a educação. Creio que o assunto está muito ligado ao nosso tema e, quem sabe, ao tema do Mercosul que hoje podemos comemorar já com a bandeira do Mercosul presente na nossa Comissão. Podemos daqui a pouco comemorar na sessão do Congresso Nacional, na sessão do Senado os 20 anos do Mercosul que entre outros dirigentes do nosso País, V. Ex^a teve papel de destaque.

Queria agradecer esta oportunidade, fazer este comunicado e, tenho certeza, que se alcançarmos os 10% para nossa educação vamos ter a garantia da defesa da nossa nação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB-AL) – Muito obrigado ao Senador Inácio Arruda.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todas as Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião a se realizar no dia 31 de março de 2011, 5^a-feira da semana que vem, às 10 horas da manhã neste plenário.

(Levanta-se a Reunião às 12h10min)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI

ATA DA QUINTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e onze, no Plenário nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presi-

dência da Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senadores: **Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antônio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Mozarildo Cavalcanti, Humberto Costa, Casildo Maldaner, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda e Jayme Campos.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a Presidente declara abertos os trabalhos, procedendo à leitura das atas da 31ª reunião, realizada em 2010, e das atas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª reuniões extraordinárias, que são aprovadas. A Presidente comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para conhecimento: Cópia do acórdão nº 2406, de 2010, do Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente à realização de inspeção na companhia brasileira de trens urbanos – CBTU, sobre a extinção do contrato 031-88/DT (TC 013.725/2010-6). A referida comunicação é uma resposta ao Requerimento do Senado Federal nº 247, de 2010, de autoria dessa Comissão, proposto pelo Senador Francisco Dornelles e aprovado pelos demais membros; e Ofício nº 31/2011-DR/Agência Nacional de Energia Elétrica, que comunica a decisão de negar o pedido de invalidação da metodologia de reajuste das tarifas de distribuição de energia elétrica e ratificar a impossibilidade de aplicar tratamento regulatório retroativo para devolução de parte de valores arrecadados, relativos a encargos setoriais, em ciclos tarifários pretéritos. se assim o fizesse, aí é que a Agência estaria descumprindo a legislação vigente e os contratos de concessão (processo nº 48500.006802/2009-65). A Presidente comunica que após a deliberação dos itens constantes da pauta da reunião, irá propor uma agenda de atividades destinadas a definir a realização de audiências públicas no âmbito da Comissão. Usam da palavra os Senadores **Flexa Ribeiro, Walter Pinheiro, Francisco Dornelles e Lindbergh Farias.** Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 51, DE 2011,** de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor CLÁUDIO PASSOS SIMÃO, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC”. A Presidente concede a palavra ao Relator Senador Blairo Maggi, para fazer a leitura do seu Relatório. Após a leitura do Relatório, usam da palavra para discutir a

matéria os Senadores **Francisco Dornelles, Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Flexa Ribeiro, Waldemir Moka e Jorge Viana.** A Presidente concede vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009 – CI. A Presidente acata a solicitação do Senador **Lindbergh Farias** de retirada de pauta dos Itens 7 e 8 e solicitação do Senador **Waldemir Moka** para subscrever o Requerimento constante do Item 2. **ITEM 2 – REQUERIMENTO Nº, DE 2011-CI,** de autoria do Senador Vital do Rêgo e Waldemir Moka que “Requer, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, as modificações introduzidas pelos novos normativos da Caixa Econômica Federal – CEF que estabelecem critérios para o financiamento do Programa Minha Casa, Minha Vida, com a presença das seguintes autoridades: Maria Fernanda Coelho, Presidente da CEF; Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção; e José Irenaldo Jordão Quintans, Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil de João Pessoa – SINDUSCON – PB”. Usam da palavra para discussão da matéria os Senadores **Waldemir Moka e Lindbergh Farias.** Em seguida, por solicitação do Senador **Francisco Dornelles,** a Presidente submete ao Plenário a votação dos Requerimentos em bloco que é Aprovada. Usam da palavra os Senadores **Waldemir Moka,** que solicita a retirada de pauta o Item 2, o Senador **Flexa Ribeiro,** que solicita subscrever e inclusão na pauta do Requerimento de Autoria do Aloysio Nunes Ferreira, o Senador **Inácio Arruda,** que solicita subscrever o Requerimento de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, item 9 da pauta. A Presidente aprova as solicitações. **ITEM 3 – REQUERIMENTO Nº 03, DE 2011-CI,** de autoria do Senador Waldemir Moka, que “Com fundamento no art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra de Souza Coelho, para prestar informações nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, sobre as medidas preventivas alusivas aos acidentes e catástrofes nas diversas regiões do País”. A matéria é Aprovada. **ITEM 4 – REQUERIMENTO Nº 04, DE 2011-CI,** de autoria dos Senadores Lindbergh Farias e Walter Pinheiro, que “Requer, nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de debates, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com o objetivo de estudar e debater questões pertinentes aos investimentos necessários em infraestrutura que viabilizem a extração do petróleo no pré-

sal, com a participação de expositores a serem definidos, oportunamente, pelo Plenário desta Comissão” A matéria é Aprovada. **ITEM 5 – REQUERIMENTO N° 05, DE 2011-CI**, de autoria dos Senadores Lindbergh Farias e Walter Pinheiro, que “Requeiro, nos termos do disposto nos incisos V e IX do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Nascimento, com o propósito de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos”. A matéria é Aprovada. **ITEM 6 – REQUERIMENTO N° 06, DE 2011-CI**, de autoria dos Senadores Lindbergh Farias e Walter Pinheiro, que “Requeiro, nos termos do disposto nos incisos V e IX do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado José Leônidas Cristino, Secretário de Portos da Presidência da República, com o propósito de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos”. A matéria é Aprovada. **ITEM 7 – REQUERIMENTO N° 07, DE 2011-CI**, de autoria dos Senadores Lindbergh Farias e Walter Pinheiro, que “Requeiro, nos termos do disposto nos incisos V e IX do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão, com o propósito de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos” A matéria é retirada de pauta, a pedido do autor. **ITEM 8 – REQUERIMENTO N° 08, DE 2011-CI**, de autoria dos Senadores Lindbergh Farias e Walter Pinheiro, que “Requeiro, nos termos do disposto nos incisos V e IX do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Cidades, Mário Negromonte, com o propósito de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos”. A matéria é retirada de pauta, a pedido do autor. **ITEM 9 – REQUERIMENTO N° 09, DE 2011-CI**, de autoria dos Senadores Vanessa Grazziotin e Inácio Arruda, que “Nos termos regimentais, solicito a realização de Audiência Pública, para discutir o Projeto Norte Competitivo, que tem como objetivo a elaboração do Planejamento Estratégico da Infraestrutura de Transporte e Logística de Cargas da Amazônia Legal, com as presenças de representantes do Ministério dos Transportes, da Confederação Nacional das Indústrias, das Federações das Indústrias

da Amazônia Legal e da empresa de consultoria Macrologística”. A matéria é Aprovada. **ITEM 10 – REQUERIMENTO N° 10, DE 2011-CI**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento, realização de Audiência Pública para prestação de esclarecimentos sobre a construção do trem-bala no Brasil. Convidados: Sr. Bernardo Figueiredo Jr.; Diretor – Geral da Agência Nacional de Transporte (ANT); Sr. Henrique Amarante da Costa Pinto – Técnico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Sr. Prof. Paulo Fleury; Diretor do Instituto de Logística e Supply Chain (ILOS); Sr. Hilário Pereira; Técnico na INVEPAR – Investimento e Participação em Infraestrutura; Sr. Marcos Vinícius Quintella Cury; Professor do Instituto Militar de Engenharia e Diretor de Operações da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos – EBTU; Sr. Marcos José Mendes; Doutor em Economia – Consultor na Consultoria do Senado Federal; Sr. Rodrigo Vilaça; Diretor-executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF”. A matéria é Adiada. **ITEM EXTRA-PAUTA – REQUERIMENTO N° 08, DE 2011-CI**, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, que “Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, combinado com o art. 93, II, do RISF, e considerando a indefinição do Governo Federal referente ao financiamento da construção do trem-bala e dos debates que têm ocorrido entre os especialistas quanto à viabilidade do projeto, que seja realizada audiência pública com a presença dos senhores Bernardo Figueiredo, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Rodrigo Vilaça, Diretor-Executivo da Associação Nacional de Transporte Ferroviário – ANTT, Joseph Barat, Economista da Planam Consult – Planejamento, Assessoria e Monitoração de Projetos Ltda. e Marcos Mendes, Consultor Legislativo do Senado Federal e outros especialistas, para apresentarem à Comissão de Infra-Estrutura, informações sobre o tema”. A matéria é Aprovada. A Presidente coloca em discussão a proposta de agenda de atividades destinada a definir a realização de audiências públicas no âmbito da Comissão e solicita aos Senadores que apresentem uma agenda de debates, bem como o ordenamento das próximas audiências públicas da Comissão. Usam da palavra os Senadores **Waldemir Moka, Blairo Maggi, Inácio Arruda, Francisco Dornelles e Lindbergh Farias**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das

notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente .

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom-dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 31ª Reunião, realizada em 2010, e das Atas 1, 2, 3 e 4 de Reuniões Extraordinárias realizadas em 2011.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Comunico aos Srs. Senadores que o Tribunal de Contas da União enviou, para conhecimento desta Comissão, cópia do Acórdão nº 2406, de 2010, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente à realização de inspeção da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, sobre a extinção do Contrato 01-88, de 2010.

Informo que a referida comunicação é uma resposta ao Requerimento do Senado Federal nº 247, de 2010, de autoria desta Comissão, proposto pelo Senador Francisco Dornelles e aprovado pelos demais membros.

O documento ficará à disposição dos senhores membros pelo prazo de uma semana, na Secretaria da Comissão.

Participo ainda o recebimento do Ofício nº 31, de 2011, da Agência Nacional de Energia Elétrica, em que se comunica a decisão de negar o pedido de invalidação da metodologia de reajustes das tarifas de distribuição de energia elétrica e ratificar a impossibilidade de aplicar tratamento regulatório retroativo para a devolução de parte de valores arrecadados relativos a encargos setoriais em ciclos tarifários pretéritos. Se assim o fizesse, a Agência estaria descumprimento a legislação vigente e os contratos de concessão (Processo nº 48500006802, de 2009).

Informo aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que, após a deliberação dos itens constantes da pauta da reunião de hoje, irei propor uma agenda de atividades destinada a definir a realização de audiências públicas no âmbito desta Comissão. Após a exposição da proposta, o tema estará em discussão para sugestões dos senhores membros.

Passamos agora à apreciação da pauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Srª Presidente, pediria a V. Exª que, antes de iniciarmos a pauta, que colocasse em apreciação os requerimentos que foram apresentados durante a primeira reunião de instalação sobre criação de subcomissões. Inclusive, que V. Exª fizesse a instalação hoje de uma subcomissão permanente de acompanhamento do PAC, que já está criada desde a legislatura passada, precisando apenas ser formalmente instalada.

O Senador Walter Pinheiro, na sessão de instalação da Comissão, defendeu a necessidade dessa subcomissão, para que nós possamos, juntos, fazer esse acompanhamentos das obras de infraestrutura do PAC, porque a imprensa hoje divulga que as obras estão num ritmo aquém do desejado para chegar ao final dentro do cronograma previsto.

Então, pediria a V. Exª que pudesse, dentro do rito regimental, fazer a instalação da subcomissão e fazer a apreciação dos requerimentos da criação das novas subcomissões propostas conforme documento entregue à Mesa.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Gostaria de informar a V. Exª que os requerimentos são o item 2 da pauta. Será apreciado hoje.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu pediria inversão de pauta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria, Senador Flexa, que V. Exª tivesse um pouquinho de paciência porque o Senador Blairo vai ler a indicação do representante da Anaq. Como estamos com quórum baixo, era preciso que as pessoas que aqui estivessem pudessem emitir opinião sobre o currículo do indicado.

Posteriormente, isso não vai demorar muito, são poucos Senadores, nós colocamos em votação os requerimentos, porque a votação dos requerimentos é muito rápida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Exª se contradiz na justificativa da leitura do currículo. Se há poucos Senadores presentes e é importante que eles tomem conhecimento da importância do currículo do indicado, a inversão de pauta trará benefício, porque a chegada de novos Senadores fará com que mais Senadores tomem conhecimento da leitura do currículo do indicado para a Anaq, que o Vice-Presidente, Senador Blairo Maggi, fará.

Enquanto isso nós faríamos a leitura dos requerimentos e a discussão e votação dos mesmos.

Então, eu pediria regimentalmente a inversão de pauta para que possamos fazer a instalação da Comissão de acompanhamento do PAC e...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não. A instalação da comissão não será fei-

ta hoje, Senador Flexa Ribeiro, em função da agenda que vou apresentar para que os senhores possam fazer as sugestões.

Eu não poderia instalar essa subcomissão hoje em função da programação já estabelecida na Comissão.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu ainda estou com a palavra, Presidente. V. Ex^a não concluiu o diálogo. Em que artigo do Regimento V. Ex^a se baseia para que não se instala a comissão no dia de hoje.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não está previsto na pauta e eu já disse...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não está, mas pode ser...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu já disse que não vou colocar nada extra-pauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas que artigo do Regimento determina que não se atenda a um pedido de Senador para extrapauta?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O que determina é que a subcomissão de acompanhamento do PAC já foi criada. Então, depois da sugestão da agenda, nós vamos fazer a sua instalação.

Esse é um ritmo de trabalho que eu quero determinar na Comissão. Como Presidente, eu quero essa prerrogativa de manter uma pauta para que seja obedecida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas V. Ex^a disse na sessão de instalação que faria na primeira reunião ordinária. Nós estamos na quinta e eu estou aguardando pacientemente e gostaria, então, que V. Ex^a dissesse que será na sétima ou na centésima primeira. Poderia ter o número da sessão em que V. Ex^a fará a instalação?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – No final desta sessão eu estabeleço a data.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, eu vou aguardar com paciência.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr^a Presidenta, eu queria, só à guisa de colaboração, me parece que esta é a segunda reunião desta Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não é a quinta?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não. Pelo que me consta, não. Nós tivemos, na semana passada, a eleição e para ser a quinta tem que se levar

em conta audiência pública, mas reunião deliberativa esta não é a quinta.

Queria apenas, para gente dialogar, lembrar que o primeiro item da pauta, Senador Flexa – e eu queria pergunta isso à Mesa – podia ser comunicado e não há necessidade, pelo menos compreendo assim, de uma leitura, cada Senador pode, inclusive, buscar aqui na Comissão, cópia do currículo; nós teremos a oportunidade da sabatina em relação ao dirigente da Anac... Então, esse item poderia ser de apreciação, de comunicação à Comissão da existência do currículo, dos dados do indicado para ocupação de cargo que já ocupa. Portanto, é uma renovação dessa função na Anac. E aí poderíamos, depois, na sequência, passar para os itens da pauta.

Como V. Ex^a apontou muito bem, Senadora, se há uma subcomissão criada, eu diria que o fundamental é que, na reunião de hoje, a Comissão disponibilizasse, Senador Flexa Ribeiro, para os partidos, aqui na Comissão, para que os partidos indicassem os nomes que devem compor essa subcomissão já criada. Tenho o maior interesse, quero reiterar, reafirmar e ratificar a nossa posição sobre a importância dessa subcomissão para o acompanhamento, até porque ela tem o cerne desta Comissão, já que o PAC, até de forma muito englobadora, tem a capacidade de juntar as diversas frentes de infraestrutura num único projeto, o que facilitaria inclusive a atuação da nossa Comissão, para não criarmos aqui subcomissão disso, subcomissão daquilo, subcomissão daquilo outro, porque não teremos perna nem Senadores suficientes para ocupar as diversas subcomissões. Então, acredito que é importante. Mas eu gostaria de ir ao encontro da sugestão feita pela Senadora Lúcia Vânia, para que déssemos oportunidade aos partidos. Não sei, ainda vou ter de travar aqui com meu amigo Lindbergh a boa batalha para saber quem vai para lá; com o PSDB, vai ter a discussão de quem vai; o meu nobre Senador Francisco Dornelles vai discutir lá no PP quem vai para essa Subcomissão do PAC. Então, os partidos receberiam aqui a orientação de apresentar seus nomes, para comporem essa subcomissão.

Deixaríamos a instalação dessa subcomissão para a próxima reunião e hoje dispararíamos o processo para que os partidos indicassem a Mesa da Comissão, quais membros que poderiam compô-la e, aí, seguiríamos a ordem da pauta. Tenho certeza de que meu amigo Flexa, que, ontem, veio de Belém do Pará, com todo gás, com todo entusiasmo, chegou aqui já um pouco tarde, tive oportunidade de encontrá-lo ainda na sessão, aparteando-me, então, ele vai continuar nessa aliança que começou aqui com o Lindbergh na reunião passada, mantendo essa aliança para

a gente conduzir de forma serena, tranquila e ágil os trabalhos desta Comissão, tendo a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Blairo Maggi como os nossos timoneiros nessa tarefa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada.

Está inscrito o Senador Dornelles. Logo em seguida, V. Ex^a.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senadora Lúcia Vânia, quero dizer que é um privilégio para mim participar de uma Comissão presidida por V. Ex^a e que tem como Vice o Senador Blairo Maggi.

Eu gostaria de discordar do Senador Walter Pinheiro. Acho extremamente importante que possamos ouvir o relatório do Senador Blairo Maggi sobre essa indicação feita para a Anac. Acho também que a indicação dos membros da Comissão é uma prerrogativa de V. Ex^a. V. Ex^a pode instalar a Comissão, não existe prazo para V. Ex^a instalá-la. Seria prudente que essa Subcomissão começasse a trabalhar, mas acho que ninguém pode estabelecer o prazo para V. Ex^a instalar uma subcomissão. Isso é uma prerrogativa da Presidente e que temos de respeitar. Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – É. Com a palavra o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Presidente, para contribuir, na verdade é intervenção do Senador Flexa Ribeiro. Foram apresentados vários requerimentos, alguns de criação de subcomissão. Eu apresentei um, cujo tema é discutir a competitividade. Acho que poderia, na próxima reunião, não sei se nessa ou na próxima reunião, a discussão em bloco. Cada Comissão tem direito a três subcomissões permanentes.

Então, na verdade, nós queríamos entender um pouco por que não está em pauta nesta reunião, se vem para a próxima, qual é o método que a senhora escolheu.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – V. Ex^a vai receber a proposta de trabalho e vai ver que temos uma sequência de...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mas a proposta de trabalho nada tem a ver com os requerimentos de criação de subcomissões.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Mas eu fiz a proposta de trabalho em cima dos requerimentos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Desculpe... Quanto a isso, Presidente Lúcia Vânia... A gente está querendo aqui discutir tudo em comum acor-

do, mas, na verdade, a proposta de trabalho nada tem a ver com a criação de subcomissões permanentes.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Lindbergh, quando...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – A gente pode até rejeitar aqui, mas tem de vir a pauta.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Quando V. Ex^a receber, quando nós formos discutir a proposta de trabalho, V. Ex^a pode fazer essa colocação, que nós vamos ouvir.

Mas vamos ao primeiro item da pauta.

Item 1:

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 51, DE 2011.

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Sr. Cláudio Passos Simão, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

Autor: Presidente da República. Relator: Senador Blairo Maggi.

Parecer: a Comissão dispõe de elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Observação: será concedida, automaticamente, vista coletiva, após a apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, nos termos do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Infraestrutura.

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi para proferir o seu relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento a nossa Presidente, Senadora Lúcia Vânia, e os Srs. Senadores aqui presentes.

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, o relatório que passo a ler.

Por meio da Mensagem (SF) nº 51, de 2011 (nº 58, de 2011, na origem), a Senhora Presidente da República submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Cláudio Passos Simão para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), autarquia vinculada ao Ministério da Defesa, criada pela Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005.

A Constituição Federal (art. 52, III, “f”) atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar previamente, por maioria absoluta e voto secreto, após arguição em sessão pública, a escolha de titulares de cargos que a lei determinar.

Nesse sentido, a Lei nº 11.182, de 2005, que criou a Anac, estabelece, no seu art. 12, que os diretores da Agência serão brasileiros, de reputação ilibada, forma-

ção universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados pelo Presidente da República, após serem aprovados pelo Senado Federal, nos termos da alínea “f” do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

Outrossim, em razão das competências previstas no art. 104 do Regimento Interno desta Casa, cabe a esta Comissão emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito estabelecido no art. 383, também da nossa carta regimental.

Consta dos autos da presente Mensagem o *curriculum vitae* do indicado, em obediência à prescrição regimental do art. 383, inciso I, e ao disposto no art. 1º, inciso I, do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que “disciplina o processo de aprovação de autoridades”.

Segundo informa o currículo apresentado, o Sr. Cláudio Passos Simão é cidadão brasileiro, nascido em 30 de março de 1959, na cidade do Rio de Janeiro, com formação acadêmica que abrange a graduação em Engenharia Aeronáutica, realizada pelo Centro Técnico Aeroespacial/Instituto Tecnológico da Aeronáutica e concluída em 1983; e a especialização em Ensaios de Voos, realizada no Instituto de Aeronáutica e Espaço em 1991.

Sua experiência profissional registra extensa atuação na área aeronáutica – inicialmente como militar e depois como servidor civil comissionado –, com destaque para as seguintes funções: Oficial Engenheiro da Força Aérea Brasileira; Engenheiro da Divisão de Aeronaves e Manutenção do antigo Departamento de Aviação Civil – DAC; Engenheiro de Prova da Divisão de Homologação Aeronáutica do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial –CTA/IFI; e Chefe da Divisão de Homologação Aeronáutica, Divisão de Certificação da Aviação Civil, também do CTA.

Na Anac, onde atua desde 2006, exerceu sucessivamente as funções de Gerente-Geral de Certificação de Produtos Aeronáuticos, de abril de 2006 a agosto de 2008, e de Superintendente de Aeronavegabilidade, de agosto a outubro de 2008, quando, por indicação do Presidente da República e após ter seu nome aprovado pelo Senado Federal, assumiu pela primeira vez o cargo de Diretor da Agência, no qual permanece até hoje.

As informações curriculares apresentadas dão conta, ainda, de sua participação em diversos cursos na área da aviação civil, entre os quais destacamos alguns realizados na Boeing, nos Estados Unidos; “Sistemas Automáticos de Controle de Voo”, também aqui no Brasil, no CTA de São José dos Campos, e também na Embraer, em São José dos Campos.

Registramos, por fim, que o indicado foi membro oficial do painel de especialistas em Aeronavegabilidade Continuada da Organização Internacional de Aviação Civil no período de 1987 a 1990.

A análise do *curriculum vitae* encaminhado evidencia, assim, que a formação acadêmica, a trajetória e o desempenho profissional do indicado credenciam-no para a recondução ao cargo para o qual foi escolhido pela Excelentíssima Senhora Presidente da República.

Consideram-se atendidos os requisitos estabelecidos no art. 12 da Lei nº 11.182, de 2005, bem como as exigências constantes do art. 1º do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, no tocante ao fornecimento, pela autoridade indicada, da documentação necessária à análise desta Comissão e demais declarações relacionadas aqui, no inciso II.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Cláudio Passos Simão, constante da Mensagem nº 51, de 2011 – nº 58, de 2011, na sua origem.

Além do que está escrito, eu gostaria de dar o meu depoimento sobre uma conversa informal que tive com o Sr. Passos. Conversei longamente com ele sobre as questões relacionadas à Anac e às suas preocupações para o futuro, principalmente no tocante à infraestrutura aeroportuária, às questões que temos de enfrentar agora para a Copa do Mundo, para as Olimpíadas. E confesso aos Srs. Senadores aqui presentes que fiquei muito bem impressionado com a conversa que tive, pela firmeza e pelo conhecimento que o Sr. Passos tem da área pela qual ele será responsável.

Portanto, não tenho aqui nenhum receio de fazer e de avaliar a sua indicação para o posto da Anac, conforme o relatório aqui determinou.

Agradeço às Sr^{as} e Srs. Senadores que votarão comigo, acompanhando o relatório, se assim for a vontade de cada um.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão.

Senador Francisco Dornelles, que já está inscrito.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr^a Presidente, Senador Blairo Maggi, cumprimento V. Ex^a pelo relatório.

Vou contar aqui uma situação numa pensão em Minas Gerais. Um cliente reclamou para o proprietário que a goiabada tinha gosto de abóbora, e o proprietário confirmou a mistura, dizendo: “Realmente, metade é abóbora, metade é goiaba”. Ou seja, para cada goia-

ba que eu coloco, coloco uma abóbora. Esse acordo de céu aberto assinado pelo Brasil me parece o que se chama a goiabada de abóbora. Nós temos duas companhias brasileiras que têm dificuldades de ocupar áreas no exterior, abrir o céu dos Estados Unidos para duas companhias nossas e o céu brasileiro para dezenas de companhias americanas.

Eu vi a morte da Varig. Como a Varig morreu? Foi feito um acordo aéreo Brasil-Estados Unidos em que a Transbrasil e a Vasp podiam chegar aos Estados Unidos e companhias americanas podiam chegar ao Brasil. A Varig tinha 70% da linha Brasil-Estados Unidos. As companhias americanas que aqui chegaram fizeram uma política de *dumping*, preço de passagem a 100 dólares, dificultando enormemente a Varig. Desvalorização cambial, aumento do preço do combustível, resultado: a Transbrasil e a Vasp morreram e a Varig também acabou.

Sr^a Presidente, eu recebi um documento do Sindicato Nacional dos Aeronautas, da Federação Nacional dos Trabalhadores da Aviação Civil que vou encaminhar a V. Ex^a e pedir que seja distribuído aos membros da Comissão para que venhamos a examinar com profundidade esse acordo do céu aberto porque realmente me parece o que chamei goiabada de abóbora: para cada goiaba nossa eles entram com 10 abóboras. E nós realmente podemos correr o risco de, sob o fundamento liberal de abrir os céus brasileiros, simplesmente acabar e matar as empresas brasileiras de navegação aérea.

Eu queria dizer a V. Ex^a que, na legislação anterior, fizemos um requerimento convocando a Sr^a Solange Paiva Vieira para comparecer a esta Comissão. Não conheço uma diretora de agência tão pretensiosa e tão desrespeitosa com o Congresso como foi a Solange Vieira. Aqui não veio e não deu satisfação. De modo que realmente quero reiterar meu respeito pelo nome que foi aqui apresentado. O depoimento que o Senador Blairo Maggi deu sobre a pessoa é extremamente importante, e eu não quero criar qualquer dificuldade à aprovação desse nome, mas acho que temos a obrigação de discutir aqui, no momento dessa aprovação, a política do céu aberto porque ela pode ser extremamente perigosa para as empresas brasileiras de navegação aérea. Nós, que já perdemos o nosso transporte marítimo, não podemos perder o nosso transporte aéreo.

De modo que eu queria apenas dizer ao candidato indicado que eu gostaria, durante a sabatina, que ele fizesse uma análise profunda e explicasse as vantagens e desvantagens dessa política, desse acordo de céu aberto assinado com os Estados Unidos.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Dornelles.

Solicito à Secretaria que recolha e distribua o documento.

Quero dizer, Senador Dornelles, que a Dr^a Solange encerrou seu mandato na Anac e parece que já não responde mais pela agência.

(Interrupção da gravação.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu queria só fazer coro ao relatório do Senador Blairo com relação ao Sr. Cláudio Passos Simão. Trata-se de uma recondução.

Eu, Senador Blairo, se não estou enganado, fui o Relator quando ele assumiu a diretoria pela primeira vez, e é um profissional muito experiente, é um homem competente.

Evidentemente, acho que as preocupações do Senador Dornelles são, absolutamente, válidas, e a gente já viu esse filme com Varig, com Transbrasil, enfim, com outras companhias. Eu acho muito importante que, nesta sabatina, nós tenhamos as condições necessárias de fazer uma avaliação profunda, não só desta questão, mas de outras também, porque nós temos recebido muitas informações sobre aviação civil. Inclusive, pediram-me uma reunião para discutir um pouco essas questões, não só no que se refere a este acordo que V. Ex^a falou, mas no dia a dia – o dia a dia da aviação civil e as dificuldades que todos têm enfrentado. Recentemente fecharam postos da Anac em várias capitais brasileiras.

Então, Senador Aloysio Nunes, quando um piloto precisa de renovar a sua licença, ele tem que vir a Brasília e aí ele gasta, porque, Senadora Lúcia Vânia, muitas pessoas imaginam que o piloto é o comandante da TAM, é o comandante da GOL, mas a grande maioria opera nos Estados, com pequenos aviões, com táxi aéreo e assim por diante. Não é barato um deslocamento, e, muitas vezes, ele vem para cá, fica vários dias, quando não retorna para depois vir de novo a Brasília para regularizar a sua situação.

Não foi para isso que a Agência Nacional de Aviação Civil foi criada. Eu fui Relator da Anac e acho que temos que discutir nesta Comissão de Infraestrutura essa situação da Anac, porque estamos vivendo perspectivas muito sombrias para a aviação civil brasileira, em função de tudo isso que vem acontecendo.

Eu acho que é um tema importante. Faço coro com o Senador Blairo, acho que o sabatinado, ou reconduzido possivelmente, é um dos melhores quadros da Anac, mas nós precisamos debater isto aqui no Senado, porque as coisas não vão bem, a despeito de uma “normalidade” na aviação civil.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Senador Delcídio, esses temas que V. Exª levanta eu também tive oportunidade de conversar com o Sr. Passos.

De fato, as reclamações contra a Anac são muito grandes, há um descontentamento enorme dentro da aviação civil e até disse a ele: “Você se prepare que, na sua arguição, todos esses pontos serão aqui levantados e debatidos”. E mais, como disse o Senador Flexa e outros Senadores como o Senador Mozarildo e eu também, que vivemos na área da Amazônia Legal: é uma tragédia o que acontece com a aviação nessa região, a ponto de a Anac exigir que um aeroporto, no interior do Pará ou no interior de Mato Grosso, tenha as mesmas condições que um aeroporto de São Paulo, de Minas Gerais ou do Rio de Janeiro. Quer dizer, não dá para entender como é que a Anac atua dessa forma.

E o senhor tem toda razão, Senador Delcídio. Esta Comissão de Infraestrutura, na minha avaliação, tem que passar uma peneira, um pente fino não só na Anac, mas em todas as agências reguladoras.

Eu não estava aqui quando elas foram criadas, mas tenho certeza de que não era esse o intuito ou não é o intuito de dar às agências o poder de elas criarem leis, de elas legislar, e elas estão usurpando um poder que não é delas, que é desta Casa, é desta Comissão.

Portanto, este é um assunto, eu diria talvez o mais importante, que a gente tem que discutir aqui na Comissão: a questão sobre as agências reguladoras, não somente a essa a que estamos nos referindo, porque elas estão simplesmente legislando, atrasando processos, atrasando a instalação de usinas hidrelétricas e outras coisas mais. São portarias normativas todos os dias que eu nem sei – eu não sou legislador, estou agora aqui, não sou advogado – se elas têm poder para fazer o que estão fazendo. Mas, enquanto ninguém reclama, vão levando adiante.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Srª Presidente, eu não quero prejudicar os debates, mas esse comentário do Senador Blairo Maggi é muito importante. Primeiro, quero registrar aqui: agência reguladora é agência de Estado, não é de governo. Esse é um conceito que nós precisamos deixar muito claro. Acho que este é um tema da Comissão de Infraestrutura fundamental: as agências reguladoras, o papel das agências reguladoras. Agora, elas têm que zelar pela regulamentação, pela fiscalização e descomplicar a vida das pessoas que atuam nesses setores.

O que está acontecendo é o contrário. É evidente que há algumas agências que atuam de uma forma muito mais competente, outras menos. Mas nós precisamos fazer este debate.

Política de setor não é feita por agência. Política de setor é feita por governo ou pelos órgãos responsáveis por essas políticas. Então, nós precisamos deixar muito claro isso, respeitando o papel das agências reguladoras, que foram criadas para ser agências de Estado. O que é um detalhe aparentemente pequeno, mas tem tudo a ver com o objeto da criação das agências.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidente, eu quero me associar às intervenções do nobre Senador Dornelles, do Senador Delcídio, mas estou um pouco preocupado de certa forma, até pela própria necessidade de discussão do tema. Esse tema de agência reguladora é central para o debate de infraestrutura, ele é, eu diria, a pedra angular para este debate de infraestrutura. Quando o Senador Dornelles falava aqui da goiabada, eu me lembrava aqui do Sítio do Picapau Amarelo, da música do meu amigo Gilberto Gil. Isso está virando uma verdadeira “marmelada de banana, bananada de goiaba, goiabada de marmelo”, por conta exatamente dessa confusão.

Nós propusemos, Senador Dornelles, na Lei das Agências, que os parlamentares... e perdi essa emenda, a lei continua, acho que nós podemos retomar isso. Um dirigente de agência deveria também ser convocado, como é um Ministro de Estado, Flexa. Eu convoco um Ministro de Estado, mas não convoco um dirigente de agência. Esse é um negócio fundamental. Se ela é um instrumento de Estado – e eu concordo peremptoriamente, meu caro companheiro Delcídio do Amaral –, como é que eu tenho um instrumento de Estado, a Casa tem a tarefa de fazer a fiscalização daquele que tem a tarefa de garantir a regulação e a fiscalização dos serviços, e eu não posso exercer isso? Eles são sabatinados por esta Comissão, por esta Casa, e a mesma Comissão que os sabatina e que, de certa forma, avaliza a sua indicação, chancela a sua indicação, não pode convidá-lo.

Então, eu quero mudar inclusive o critério. Antes de ler, a gente tem de dizer o seguinte ao sujeito que vier vir aqui: olha aqui vai ser o local do ingresso e o local também do acompanhamento de fiscalização. Do contrário, enquanto não alterar a lei, a gente podia jogar duro e dizer que tem que ter uma conduta, exatamente para evitar isso. Já imaginou, Senador Dornelles? Um Senador como V. Exª, um homem com uma larga experiência na gestão pública, um Senador respeitado, representando um grande Estado da

Federação, vem aqui e... Não como um desabafo. Eu diria até, muito mais, como uma constatação. Estou aqui há tanto tempo e uma senhora ou um dirigente de uma agência esnoba, não de um Senador só, mas do Senado da República. Portanto, não dá para continuar desse jeito.

E aí volto a insistir: esse debate é um debate que tem que ser pedra angular. E aí aproveitarmos, aqui na comissão, para fazer, inclusive, os diversos ajustes, os ajustes do tema. Há várias agências que vamos discutir aqui que não têm correlação com a nossa comissão: Anvisa, Ancine. Particularmente acho que a Anatel também deveria ir para outra comissão, a Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação. Para mim, volto a insistir, telecomunicações é comunicação, é estruturante, é infraestrutura, mas é infraestrutura de comunicação, assim como radiodifusão.

Portanto, acho fundamental que a gente fizesse até, Senadora, os ajustes disso e esta comissão, a partir disso que foi levantado hoje pelo Senador Dornelles e pelo Senador Delcídio, que apontássemos como ponto principal para a estruturação. Vamos fiscalizar o PAC aqui, ou acompanhar o PAC, meu caro Flexa, quando, na realidade, uma das tarefas, por exemplo, das agências, vamos deixar de lado. A agência é peça preponderante. Quero o PAC de infraestrutura para a gente ter serviços, meu caro Blairo. E aí como é que fica isso? Agências, às vezes, até capturadas pelas empresas. Agências que até cumprem seu papel, mas depois do fato consagrado. Não queremos agência para ficar só colocando multa. Nós não queremos caixa registradora. Nós queremos agências reguladoras. Não é arrecadar com multa, é garantir que o serviço funcione.

Então, é fundamental que essa seja, inclusive, a principalidade da nossa intervenção. Por isso, acho que é importante, quando a Senadora manda para a gente um plano de trabalho, a gente até organizar as nossas intervenções na comissão, porque reconheço que, se deixar um pouco solto, Senadora... Eu diria até que é da gênese parlamentar. A gente está apresentando diversos requerimentos – vamos fazer 500 audiências públicas, não sei o quê, tal e tal – e, às vezes, a gente vai saindo desse traçado.

Por isso, acho que é importante a gente organizar uma espinha dorsal nesta comissão, para a gente não passar os dois anos aqui e perder a oportunidade de interferir no grande gargalo do desenvolvimento econômico, que é a questão da infraestrutura, portanto, com os seus desdobramentos: agências, PAC e outros projetos que se encaixam nisso.

Portanto, é importante que, talvez até de forma coletiva, pudéssemos contribuir para que a Mesa tocasse os trabalhos nesse período de dois anos de maneira que

fôssemos ao encontro desse desejo, que é o desejo de todos os Senadores, e da ansiedade de quem está de fora em relação a nós, a partir da comissão. Dar essa contribuição, para que a gente, efetivamente, resolva um dos graves problemas no Brasil. Seja até do ponto de vista do espaço aéreo, que, como disse muito bem o Senador Dornelles, vivemos um caos nessa área. E agora vamos ter uma verdadeira enxurrada, uma abertura sem nenhum tipo de acompanhamento. Isso não é nem uma abertura, isso é um afrouxamento. Então, é importante que acompanhemos isso. Isso vale para o transporte aéreo, isso vale para o transporte rodoviário, isso vale para todo esse marco de infraestrutura que estamos discutindo no Brasil.

Então, só para a gente tentar trabalhar isso, acho que é fundamental que pudéssemos ter exatamente esse nível, para que, em cada audiência dessa aqui, em cada reunião de comissão, a gente pudesse ir tratando do assunto, já trazendo à baila o que a gente pode fazer, o que a gente pode emendar, Senador Delcídio, na Lei das Agências para dar esse caráter de Estado, para poder convocar dirigente de agência, para acompanharmos os trabalhos; como a gente instala a nossa subcomissão de acompanhamento do PAC para efetivamente contribuirmos com a execução de um importante programa de superação das dificuldades e instalação de infraestrutura no País.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Agradeço ao Senador Walter Pinheiro e concordo inteiramente, Senador. Acho que, se nós não ordenarmos os trabalhos, nós não vamos ter resultados. E acredito que todos que estão aqui desejam que esta comissão apresente resultados.

Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Vice-Presidente, Senador Blairo Maggi, Srs. Senadores, o debate será bastante proveitoso na próxima reunião.

O indicado, Dr. Cláudio Passos, assumiu interinamente a Presidência da Anac, quando da ausência da Drª Solange, numa viagem que ela fez, e praticamente encerrou o mandato da Drª. Solange na Presidência da Anac; hoje ele é indicado para ser reconduzido a uma diretoria. Tudo o que foi dito aqui vai ser discutido na sabatina da próxima reunião, tanto a questão da lei de céus abertos com relação a empresas americanas e empresas brasileiras, da goiaba com a abóbora, da mistura que, por si só, não tem igualdade porque a abóbora, além de ser mais barata é maior que a goiaba, embora seja menos saborosa. Então já há uma diferença, Senador Dornelles.

Mas o Senador Dornelles tocou num ponto fundamental, e o Senador Blairo mais ainda, quando se

referiu à Amazônia. Eu tive oportunidade de ter uma audiência com o Dr. Cláudio Passos ainda na Presidência da Anac antes do fechamento dos últimos escritórios da Anac, ocorrido no último dia 19. Isso eu quero deixar registrado, Seandor Walter Pinheiro. É uma ação de lesa-pátria fechar os escritórios da Anac no território nacional, é uma ação de morte anunciada porque, quando o Senador Delcídio do Amaral, relatou a instalação da Anac, lá estava escrito que, em cinco anos, o efetivo da Aeronáutica, a cada ano, seria retirado em 20% e seria repostado por funcionários concursados da Anac; mas a Anac não fez a reposição desse efetivo. Então a cada ano o efetivo ia diminuindo, e ela ia perdendo a capacidade de fiscalizar, a ponto de, agora, na última leva de 20%, ela ter que tomar a sábia decisão de simplesmente fechar os escritórios no Brasil, dizendo que ia fiscalizar pela Internet. É brincadeira, é brincadeira fiscalizar a aviação civil pela Internet, quando não o faz presencialmente. Os usuários da aviação civil são tratados de forma subumana. Se já na presença da Anac não são atendidos, imagine sem a presença da Anac! Como eles vão entrar lá e esperar resposta para ter uma ação imediata do problema que esteja ocorrendo naquele momento?

Todos os esforços, todos os pedidos foram feitos, mas lamentavelmente não houve nenhuma resposta da Anac com relação a isso. Chegou o dia 19 de março e foram desativados. Pior, estão sendo leiloados os bens da Anac para que sejam efetivamente suspensas as atividades e liberado o espaço físico nos aeroportos.

Então nós temos que tomar uma providência imediata para que isso não ocorra, não só pela questão do deslocamento, da licença, das escolas de aviação existentes no Brasil, em especial na Amazônia, no Pará, mas também pela segurança de vôos que na Amazônia é mais difícil ainda. O Dr. Passos se mostrou, pelo menos na audiência que tive com ele, sem nenhuma possibilidade de agir contra o fechamento. Mas nós vamos lhe perguntar aqui se ele mantém essa posição, Senador Aloysio Nunes, porque se assim for, temos que ter alguém com interesse de mudar essa posição.

Acho que também, Senadora Lúcia Vânia e Blairo Maggi, nós já deveríamos começar a discussão, na Comissão de Infraestrutura, antecipadamente sobre a nova Secretaria de Aviação Civil, cuja medida provisória já está encaminhada à Câmara Federal. Lamentavelmente, essa medida provisória vai chegar aqui já fora do prazo. Então não vamos ter tempo nem de lê-la, muito menos de discutí-la. Acredito, Senador Moka que já podemos fazer uma audiência pública para discutir e ir à Câmara Federal para expor junto aos Deputados as nossas sugestões de alteração. Já que Maomé não

vai à montanha, a montanha vai a Maomé. Já que não teremos tempo hábil de discutir aqui, vamos discutir na Câmara, porque, caso contrário, vamos ter que engolir goela abaixo como temos feito permanentemente com essas questões.

Com relação, Senador Walter Pinheiro,...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB-GO) – Para concluir, Senador Flexa Ribeiro...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB-PA) – Para concluir. Senador Walter Pinheiro, V. Exª tem toda razão. Algumas agências estão alocadas na Comissão de Infraestrutura equivocadamente. Algumas deveriam estar na Comissão de Saúde, CAS, outras, como a Anatel, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Existe um grupo de trabalho criado na legislatura passado e coordenado pelo Senador Tasso Jereissati que estuda o PRS Nº5 DE 2007 que trata da revisão do Senado Federal.

Na ocasião apresentei uma emenda sugerindo a transferência das sabatinas dos indicados à Anatel para a CCT. Podemos pedir ao Presidente Sarney que este grupo possa ser reativado e que nós possamos chegar ao final da revisão do Regimento que é importantíssimo. O Regimento precisa ser revisto para que ele possa se adequar à realidade de hoje.

Essa é uma sugestão que podemos fazer para que possamos atender não só a essa questão mas a tantas outras que enfrentamos diariamente nesta Casa. Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB-GO) – Agradeço, Senador Flexa, a contribuição ao debate.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB-MS) – Senadora apenas quero acrescentar um detalhe ao que disse o Senador Walter Pinheiro.

Eles também têm mandato, Senador Blairo, portanto, mais um motivo... Eles estão protegidos pelo mandato, portanto a vinda, aqui, é fundamental. O Senado tem que aprovar a indicação, tem que fiscalizar e convocar. Creio que essa é uma das questões que, sem dúvida nenhuma, a Casa não pode abrir mão.

Senadora Lúcia Vânia eu queria ter aparteado o Senador Walter para dizer que eles têm mandato, além de tudo que foi dito, é preciso dizer que eles têm mandato e isso pressupõe exatamente da satisfação quando lá estiver. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB-GO) – Passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT-AC) – Srª Presidente, Sr. Vice-Presidente da Comissão, caros colegas, penso que este assunto que o nobre Senador Dornelles tem conversado com muitos de nós Senadores, e que

o Walter Pinheiro também o aborda com muita propriedade, é um dos temas da maior importância.

Esta Comissão está estabelecendo a sua agenda, e eu gostaria de reforçar, associar-me a todos os colegas que se pronunciaram, para que não fiquemos aqui, mesmo que cumprindo o Regimento, as atribuições de Senadores e desta Comissão, apenas ouvindo mais um dirigente da Anac, aprovando o seu nome. Mas, quem sabe, com a dimensão que está se dando hoje aqui, é muito grave o que está ocorrendo hoje no País, porque o País vai ter que tomar uma decisão sobre a sua estratégia para lidar com o setor aéreo, neste momento em que temos pela frente Olimpíadas e Copa do Mundo, algo fundamental no mundo.

O Brasil é um dos Países onde mais tem crescido o mercado aéreo. Estamos fazendo inclusão: pessoas que não podiam andar de avião estão andando. É um atrativo. E essa história de céu aberto tem que ter o seu debate centralizado nesta Comissão, porque, se nós fizermos uma boa agenda para esta Comissão, de temas que atendem os interesses da população, nós vamos esclarecer o que pode estar por trás de um movimento como esse.

Não acredito que o País venha a se curvar. Neste momento em que, saído da crise da Varig, da crise da Vasp, da crise da Transbrasil, novas empresas começam a surgir, duas a se consolidar, nós corremos o risco de abrir um mercado atrativo, como é o nosso, e o pior: um mercado que se pode abrir com base falsa. Um discurso falso pode estar junto com essa história de céu aberto, que é dizer que isso é bom para o usuário. Pode ser bom no início, mas pode ser muito ruim para o País. O nosso País, com o seu crescimento econômico, que começou lá no Governo do Presidente Fernando Henrique e se consolidou no Governo do Presidente Lula, passou a ser referência em vários segmentos econômicos. E acho que o Brasil hoje pode se firmar como uma referência do ponto de vista de empresa de aviação, e não o contrário.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Peço silêncio. Não estamos conseguindo ouvir o orador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Srª Presidente.

Eu queria concluir, dizendo que isso diz respeito ao povo simples do nosso País, que, pela primeira vez, está podendo pegar um avião. Então, devemos tratar dos aeroportos, da nova secretaria, da Anac, da Infraero, da estratégia do Brasil para consolidar a infraestrutura da aviação e também da sua estratégia para lidar, do ponto de vista da política, com as suas empresas, tudo isso é fundamental, e esta é a Comissão que deve centralizar esse debate.

Então, como membro desta Comissão, associo-me aos demais colegas e espero que façamos uma agenda mais objetiva, aproveitando o que foi levantado hoje, para que possamos dar a atenção que este tema requer, com a dimensão que ele requer. Assim, vamos dar satisfação para o nosso povo e, ao mesmo tempo, colaborar com o nosso País.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigada, Senador Jorge Viana.

Perguntaria se mais alguém quer se inscrever ou se poderíamos encerrar a discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, concedo vista coletiva, a todos os Srs. Parlamentares.

Na próxima semana, será sabatinado o Diretor da Anac.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/ PT – RJ) – Peço a retirada do itens 7 e 8 da pauta, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pede a retirada de pauta dos itens 7 e 8 o Senador Lindbergh.

O requerimento assinado pelo Senador Vital do Rêgo não será votado em função da ausência de S. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O Senador Vital do Rêgo, não sei se o Regimento permite, me pediu que defendesse o requerimento. Posso subscrevê-lo e gostaria também de defendê-lo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vou passar o requerimento para que V. Exª o subscreva, e V. Exª pode fazer a defesa.

Vou ler o requerimento.

Requerimento nº 2010:

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, as modificações introduzidas pelos novos normativos da Caixa Econômica Federal, que estabelecem critérios para financiamento do Programa Minha Casa, Minha Vida, com a presença das seguintes autoridades: Maria Fernanda Coelho, Presidente da CEF; Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção; José Irenaldo Jordão Quintans, Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil de João Pessoa – Sinduscon.

Com a palavra o Senador Moka, para discutir.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Presidente, sem dúvida nenhuma, o requerimento é oportuno. É claro que houve uma modificação, houve uma reação; a Caixa prorrogou e houve modificações. Quero ser muito objetivo. Acho que é fundamental a vinda dessas pessoas e o que elas possam dizer. Porque eu, particularmente, tenho uma posição. Acho importante que a Caixa financie onde tenha infraestrutura. Acho isso fundamental, é um avanço, evita algumas especulações imobiliárias. Agora, não poderia ter feito a Caixa como fez. Depois de lançar um programa onde não havia exigência nenhuma, no meio do programa colocar exigências que, aí, sim, pegaram vários empresários, sobretudo os de pequeno porte, de surpresa.

Então, a vinda aqui me parece oportuna porque vão esclarecer a prorrogação e os novos critérios, e é uma oportunidade até para que o setor empresarial se informe com mais detalhe e a Caixa possa arguir realmente e sabatinar os critérios a serem definidos daqui para frente, com uma política realmente em que a Caixa continue financiando, é fundamental isso. Mas, no meu entendimento, realmente, deve prevalecer esse tipo de critério segundo o qual se vai priorizar o financiamento em lugares que tenham realmente essa infraestrutura.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) –

Sr^a Presidente, só para comunicar, Senador Moka, que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – e queria fazer a pergunta a V. Ex^a, Sr^a Presidente – acabou de convidar a Presidente da Caixa Econômica Federal para lá discutir o Programa Minha Casa, Minha Vida. Acho que a gente poderia aprovar este requerimento, mas a sugestão que eu daria é fazer uma reunião conjunta, por economia processual.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Eu gostaria de dizer que a Presidente da Caixa deve se afastar hoje, temos de dar um tempo, e gostaria de chamar a atenção dos Srs. Senadores para o fato de que, de acordo com os requerimentos, fizemos a pauta de trabalho. Então, ela tem uma ordem de prioridade que eu gostaria que os senhores analisassem, fizessem as sugestões e apresentassem as prioridades do ciclo de debates que vamos fazer. Nesse ciclo, estão as agências reguladoras, o setor elétrico, o sistema nacional de viação, que está trazendo um impasse aqui para projetos que temos de votar.

Então, eu gostaria que os Senadores olhassem a agenda, priorizassem o ciclo de debates, com que áreas iríamos iniciar o debate.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP –

RJ) – Pela ordem, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Pela ordem, o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP –

RJ) – Eu ia fazer uma proposta, não sei se regimentalmente é possível, para que todos os requerimentos, exceto aqueles que foram retirados de pauta pelo Senador Lindbergh, fossem aprovados em bloco.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Eu gostaria de perguntar aos Srs. Senadores... Os autores dos requerimentos precisavam estar presentes. Acho que poderemos votar em bloco aqueles que estão aqui. Temos requerimentos do Senador Lindbergh... Apenas dois não estão aqui: itens 9 e 10; os demais estão presentes.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ)

– Proponho que possam ser aprovados em bloco.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Solicito que o Plenário se pronuncie.

Todos concordam que seja votado em bloco?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) –

Acho ótima a sugestão do Senador Dornelles. Não há polêmica em nenhum desses requerimentos. Assim, ganhamos velocidade.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O

Senador Aloysio Nunes, que apresentou requerimento de mesmo teor do Senador Ricardo Ferraço, teve de sair para a reunião da Comissão de Relações Exteriores e solicitou-me que subscrevesse para que pudesse defender o requerimento, e assim o fiz.

Eu pediria que V. Ex^a também incluísse o item 10.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Certo. Está incluído, com a subscrição do Senador Flexa.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) –

Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Pela ordem, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr.

Presidente, o assunto é esse mesmo que o Senador Flexa acabou de falar. Aprovei um requerimento, ainda no ano passado, já aprovado aqui nesta Comissão, para ouvir algumas autoridades sobre essa questão do trem de alta velocidade. Já estão convidados Bernardo Figueiredo; Paulo Sérgio de Oliveira Passos, Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes; Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, porque envolve também financiamentos para o trem de alta velocidade.

Quanto ao requerimento do Ferraço, a não ser que houvesse um entendimento e que se convidasse alguma dessas autoridades que ele está convidando

aqui, mas a precedência deveria ser essa audiência pública que já está aprovada.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Certo.

Nesse requerimento, eu gostaria que os senhores pudessem entrar em entendimento e escolhessem apenas três expositores ou, no máximo, quatro, porque, do contrário, nós teríamos uma audiência pública prejudicada, em que os Senadores não poderiam debater.

Eu gostaria de colocar em votação, mas que, depois, V. Ex^{as} entrassem em entendimento, se for possível.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vou retirar o requerimento do Senador Vital do Rêgo, em razão dessa informação de que a presidente da Caixa está deixando...

Então, acho que é uma questão até de bom senso.

Não é minha autoria, só subscrevi para o Senador Vital do Rêgo, mas tenho certeza de que, se ele aqui estivesse, o procedimento dele seria o mesmo.

Estou retirando, de ofício, o requerimento.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Retirado o item 2 da pauta.

Os Senadores concordam com a votação em bloco dos requerimentos todos?

Em votação os requerimentos aí apresentados.

Os Srs. Senadores têm os requerimentos todos em mãos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr^a Presidente, solicito subscrever o item 9 para garantir que ele entre também no bloco.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Como?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Solicito subscrever o requerimento da Senadora Vanessa Graziotin para permitir que ele entre no bloco.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vai ser incluído o item 1; o item 2 foi retirado; o item 3, Requerimento nº 2011, do Senador Moka, foi retirado...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – Não, não.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Desculpe. O item 3 permanece; o item 4, requerimento do Senador Lindbergh, foi retirado? (*Pausa.*)

O item 4 permanece; o Requerimento, de autoria do Senador Lindbergh, nº 5, permanece; o Requerimento nº 6 permanece; o nº 7, de autoria do Senador

Lindbergh, retirado; o nº 8, do Senador Lindbergh, também retirado; o item 9 será subscrito pelo Senador Inácio Arruda, em votação; e o item 10, do Senador Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes e subscrito pelo Senador Flexa Ribeiro, em votação.

Em votação os requerimentos mencionados.

Os Parlamentares que concordam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovados.

O item 4 da pauta é a proposta de plano de trabalho para a Comissão de Infraestrutura. Todos os Srs. Senadores têm a proposta na mesa.

Eu gostaria que na próxima sessão os senhores pudessem, primeiro, estabelecer as prioridades dentro desses temas. Quero deixar claro que os temas que estão aqui são objeto dos requerimentos. Apenas ordenamos esses requerimentos para que tenhamos uma condução dos trabalhos. Então, os senhores poderão apresentar sugestão, estabelecer prioridades, para que a gente possa definitivamente andar em cima dessa pauta, naturalmente abrindo exceções para temas que sejam colocados, às vezes, numa emergência.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – RS) – Sr^a Presidente, eu queria discutir. Acho que a proposta é abrangente. Eu disse na reunião passada e vou repetir. Acho que a presença do nosso Vice-Presidente, o Senador Blairo Maggi, pode garantir. Todo mundo sabe que eu tenho uma atuação muito próxima do segmento da agropecuária, vamos chamar de agronegócio. Nós estamos vivendo um momento em que o País está fazendo o que nós chamamos de demanda reprimida, quer dizer, nós estamos dificultando o desenvolvimento. E por quê? Porque este País não tem infraestrutura, sobretudo nesse campo. Então, eu gostaria de garantir que esta Comissão pudesse ter uma agenda para discutir a infraestrutura, sobretudo logística, com a presença de grandes usuários, discutir essa questão da infraestrutura de portos, de rodovias, de ferrovias. Isso é fundamental. No dia em que este País tiver essa infraestrutura, nós não vamos estar segurando o desenvolvimento da economia deste País. Vou pensar nisso, mas quero consultar V. Ex^a e também o Senador Blairo Maggi. Acho que tem como, realmente, até porque conhece, é, sem dúvida nenhuma, também usuário desse setor. Nós poderíamos fazer aqui um debate importante e estabelecer prioridades também na infraestrutura do nosso País.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Senador Moka, nós colocamos aí, em primeiro lugar, o Ministros dos Transportes, para que ele pudesse vir aqui falar um pouquinho da implantação do sistema viário nacional., porque isso é a interligação dos di-

versos modais. Logo em seguida, a especificidade de cada área. Por exemplo, Dnit, o Secretário de portos, aeroportos. Enfim, está aí na agenda, ordenado, tendo uma noção, primeiro, global do sistema viário e, posteriormente, a especificidade de cada área.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr^a Presidente, me permite:

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não, com a palavra o Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Já que eu fui citado aqui pelo nobre colega, eu acho que foi de muita profundidade o que o Senador Moka colocou. Eu penso que se chamarmos aqui o Ministro Alfredo Nascimento, ele vai colocar os planos de governo. Se chamar aqui a Anatel, todo mundo vai dizer: olha, tem isso e aquilo, nosso programa é esse ou aquele.

Eu acho, sinceramente, que talvez poucos Senadoras ou Senadoras não tenham conhecimento do que o País está fazendo, ou pelo menos o que tem que fazer. Agora, se nós chamarmos aqui os usuários, como disse o Senador Moka, por exemplo, o pessoal das associações dos transportadores de carga, os usuários das ferrovias; talvez o que ele está operando é ferrovia, mas quem está pagando a conta para usar a ferrovia?

Nós tínhamos o monopólio público, que era a Rede Ferroviária Federal, e hoje há o monopólio privado, na mão LL. Ela determina o preço, o volume de carga, a velocidade, e a gente não ganhou nada com essa privatização. Pelo contrário, acho que nós perdemos.

Então, eu acho que esta Comissão deve começar a ouvir da demanda, as preocupações. Na hora em que trouxermos aqui uma associação, como a ATC, lá em Mato Grosso, a Associação dos Transportadores de Carga, e esse pessoal sentar aqui e contar quantas taxas, quantos regulamentos, quantos aporrimhações eles têm para carregar um caminhão de soja em mato Grosso e descer para um porto, eu tenho certeza de que nós Senadores não conhecemos isso. E aí, mais uma vez, vão entrar as agências, vai entrar o Dnit, todos eles, cada um coloca um peso em cima de um empresário desses.

Eu gostaria de ouvir aqui os usuários, aqueles que estão pagando a conta, aqueles que conhecem as dificuldades. Eu já fui duas vezes ao Dnit e ao Ministério dos Transportes para decidir a questão de peso entre eixos. O Mercosul estabelece o limite de peso de 10%; o nosso é 7%. Assim, um caminhão de fora pode andar aqui com peso diferente, e o nosso não pode. O peso bruto, total de um caminhão dá certo nas balanças nossas; o peso por eixo nas balanças nossas não bate. O caminhão na primeira balança está

com 30 mil quilos; na segunda balança está com 35 mil quilos; quer dizer, o caminhão engordou no meio do caminho.

Esta comissão tem que ouvir aqui para a gente tomar a decisão. E, quando chamarem o ministro para conversar, não só ouvir o ministro, mas argumentar com ele por que essa situação, por que não podemos mudar, por que não podemos flexibilizar, por que não podemos baratear o custo da nossa infraestrutura. Às vezes, reclamamos de um buraco nas estradas, mas as taxas que estão sobre o caminhão são enormes e elevam em R\$2,00, R\$3,00, por exemplo, uma tonelada de carga transportada.

Eu gostaria de deixar aqui a minha contribuição para a comissão para que a gente pudesse ouvir aqueles que realmente têm a reclamar. Não adianta só fazer de conta. Vamos ouvir o ministro, ele vem aqui, fala bonito, vai embora, a gente não faz nada contra ele, e as coisas amanhã continuam como estão.

A Sr^a PRESIDENTE (Lucia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senador Blairo Maggi, que tem vivência muito grande na área. Acredito que tanto ele quanto o Senador Moka podem fazer sugestões de alteração da agenda. A agenda é aberta, é apenas uma direção que queremos dar na comissão para que ela não fique ao sabor dos requerimentos colocados por este ou aquele motivo. Concordo inteiramente com um trabalho nesta direção ouvindo os usuários, ouvindo depois as autoridades; acho que é muito interessante e inovarmos no sentido de fazer audiências públicas que sejam realmente práticas.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr^a Presidente, só para colaborar mais uma vez, poderíamos estabelecer quais são desses que estão aqui na sua sugestão e, com antecedência chamar os usuários para depois ouvirmos os ministérios correspondentes.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr^a Presidente, concordo com o Senador Blairo. Nós elevamos o papel da nossa comissão se entrarmos em questões concretas. De fato, tanto a agência, quanto nossos ministros, via de regra, estabelecem um formato de apresentação. Chegam aqui, baixam uma apresentação em vídeo, e nós ficamos assistindo, às vezes, alguma coisa linda, o País sendo recortado por estradas. Por que aqui o nosso eixo é 7 e lá é 10? A estrada de lá suporta 10%, ele entra aqui com 10 porque está no acordo comercial. A nossa estrada de quinta categoria, às vezes, mal feita não suporta. Tem que ir diminuindo o peso em prejuízo do nosso transporte.

Tenho a impressão de que pode resolver melhor o método que o Blairo sugeriu. Vamos trazer aqui quem usa o sistema, quem está obrigado a usar o sistema para apresentar a questão concreta. “Olha, o proble-

ma nosso é este, nós temos que resolver isso aqui.” Aí nós chamamos o ministro, a agência, e dizemos o que tem que ser resolvido: “temos que resolver isso aqui, esse é o nosso acordo, e o nosso papel, a nossa responsabilidade”. Entramos em coisas bem concretas. Acho que é um método mais adequado de a comissão atuar e ajudar o processo de desenvolvimento do Brasil. Se não, a gente não contribui, seja da Oposição, seja da Situação.

A SRª PRESIDENTE (Lucia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Arruda e passo a palavra ao Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quero trazer meu apoio integral à proposta do Senador Moka, aqui ratificada pelo Senador Blairo Maggi e pelo Senador Inácio Arruda de que é importante nós ouvirmos os usuários. Sugeriria que V. Exª pudesse coordenar juntamente com o Vice-Presidente o Senador Moka, que foi autor da idéia, os usuários que nós poderíamos convocar. Começaríamos, eu acho extremamente importante, antes de ouvir o responsável ouvir os usuários que estão trazendo para nós problemas que nós não conhecemos e que muitas vezes os Ministros também não conhecem, porque, pela experiência que tenho da administração, Ministro, os Ministros são sempre os últimos a saberem, de modo que era importante, quero trazer aqui o meu aplauso completo à proposta do Senador Moka ratificada pelo Senador Blairo, pelo Senador Inácio Arruda. Gostaria que V. Exª comandasse fizesse esse grupo com os Senadores para estabelecer uma pauta desses usuários que poderiam vir à pauta.

A SRª PRESIDENTE (Lucia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Dornelles e passo a palavra ao Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – RS) – Na próxima reunião, me valendo da ajuda importante do Senador Blairo, vamos nos surpreender quando os grandes usuários, estou falando do sistema mesmo, a contribuição que eles têm a dar e as sugestões pertinentes, pelo menos na opinião de um leigo, mas eu acho que eles têm muita razão naquilo que eles colocam e acho que muitas dessas nós poderíamos resolver. Acho que o Senador Dornelles, com a experiência... disse a verdade mesmo. Os Ministros, em função até do seu dia-a-dia atribulado não chegam a eles. São questões que realmente são fundamentais. Acho que a Presidência de V. Exª, se permitir, nós vamos aqui só acrescentar quando eu digo os grandes usuários estou me referindo... Porque na agricultura sobretudo o pessoal sofre muito com essa questão do transporte, do preço, essa questão dos gargalos que vamos fazer com que os nossos produtos de grande qualidade

chegam ao mercado com um preço mais competitivo. Muito obrigado a V. Exª

A SRª PRESIDENTE (Lucia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Moka e quero dizer, Senador, que a agenda está aí aberta para que V. Exª, juntamete com o Senador Dornelles, Senador Inácio Arruda e principalmente o nosso vice-Presidente, que é um expert nessa área podem fazer as modificações que entenderem necessárias. Eu gostaria apenas que V. Exªs estabelecessem as prioridades para que a gente possa ordenar melhor os trabalhos.

Alguém mais quer discutir a agenda?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não, Srª Presidenta, acho que na próxima semana vou trabalhar em cima disso, tentar trazer algumas propostas bem concretas. Agora, eu acho que também na próxima semana – não sei se a próxima semana é sabatina -, na outra, devíamos trazer à pauta os outros requerimentos, inclusive de criação de subcomissões permanentes, porque eu acho que ajuda. Independente do plano de trabalho aqui, Srª Presidenta, a gente quer somar, vai estar ajudando a todo momento, mas acho que há alguns temas... Quando se juntam dois, três parlamentares e dizem: vamos nos dedicar a isso aqui, eu acho que tem efeito. Então, eu acho que independentemente do nosso plano de trabalho, nós temos que voltar aqui, e esta Comissão tem que escolher quais subcomissões permanentes tem que funcionar, ninguém tem pressa. A próxima reunião é a sabatina da Anac, na outra semana – eu faria esse apelo – para que todos os requerimentos que fossem apresentados, viessem à pauta para que gente discutir aqui coletivamente.

A SRª PRESIDENTE (Lucia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Lindbergh, eu não vou me furtar em colocar em votação os requerimentos. Só pediria a V. Exª um pouco de paciência, foi colocado aqui, nós estamos na segunda reunião. Então nós precisamos ordenar os trabalhos, estabelecer metas, buscar resultados...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Lucia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Para que a gente possa expandir o trabalho.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Perfeito e concordo com V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lucia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Então, eu pediria, porque o objetivo tanto do Senador Blairo quanto o meu, é fazer com que esta Comissão trabalhe com resultado. Nós não estamos aqui para apenas para votar requerimentos, chamar Ministros, nós queremos resultado, e queremos um ordenamento dos assuntos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Perfeito! Agora os requerimentos que foram tirados da pauta, foram os requerimentos que falavam de subcomissão permanente. Eu só defendo o seguinte: tudo quem que ser apreciado pelo Plenário, tudo tem que ser apreciado aqui. Então, se é um requerimento, tem vir à pauta, não tem pressa, queremos discutir; sinceramente, eu acho que podem funcionar algumas subcomissões permanentes, quando tem algum grupo de parlamentares para trabalhar. Mas não há pressa, queremos fazer isso tudo aqui...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço muito a V. Exª

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Srª Presidente, estou convencido do plano de trabalho, e na Comissão faremos uma grande atividade com resultados. Esse método que o Blairo adicionou à discussão que o Moka levantou vai ajustar os trabalhos da nossa Comissão. Isso não causa nenhum prejuízo a ter-se subcomissões. Inclusive, nós já temos duas subcomissões aprovadas, uma do PAC e outro do Desenvolvimento Urbano, para as quais V. Exª pode estabelecer um prazo para que se apresentem os nomes, as pessoas interessadas em participar dessas subcomissões. Oportunamente, V. Exª ponha em votação a indicação dos nomes para essas subcomissões.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Estou aguardando a indicação partidária. A do PAC já foi criada. As indicações partidárias não chegaram; V. Exª poderá ver aí na agenda que o PAC está incluído, exatamente em função da criação da subcomissão já na gestão passada.

Não havendo mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a Reunião às 10h52min.)

ATA DA SEXTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS.

Às nove horas e dezenove minutos do dia sete de abril de dois mil e onze, no Plenário nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senadores: **Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antônio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles,**

Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Ivo Cassol, Cyro Miranda e Jayme Campos. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a Presidente declara abertos os trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 5ª reunião extraordinária, que é dada como lida e aprovada. A Presidente lamenta o falecimento do ex-vice-Presidente da República e ex-Senador, José Alencar, e informa seu período na Presidência da Comissão de Infraestrutura. A seguir, a Presidente comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para conhecimento: Carta nº. 845/10, da Federação Sindical dos Servidores dos Departamentos de Estradas de Rodagem do Brasil, que encaminha a “Carta do Rio de Janeiro” elaborada durante o XIV Congresso Federativo Interestadual Sindical da FASDERBA, realizado no Rio de Janeiro no período de 23 a 25 de novembro de 2010, onde foram propostas adoção de política rodoviária e reestruturação do setor rodoviário; Aviso nº 248, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão que tem por objetivo converter em diligência e fixar prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência do presente Acórdão, para que a Secretaria de Portos da Presidência da República, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e a Casa Civil da Presidência da República se manifestem nos autos, a respeito da denúncia de irregularidades, supostamente praticadas por esses, relacionadas às autorizações para exploração de áreas portuárias classificadas como terminais privativos de uso misto; e Ofício nº 085/2011, da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República, esclarecendo a atuação desse órgão e as preocupações sobre regulação econômica, defesa da concorrência, proteção da propriedade produtiva e do investimento e da defesa do consumidor. A Presidente também comunica que participará, como palestrante, de evento da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres – ABRA-CE, a ser realizado dia 12 de abril do corrente, no Centro de Convenções Brasil 21, em Brasília – DF e a criação de uma página no Facebook para a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, assim como um perfil no Twitter: @CI_SENADO. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. **ITEM 1 – REQUERIMENTO Nº, DE 2011-CI, de autoria dos Senadores Vital do Rêgo e Waldemir Moka,** que “Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito des-

ta Comissão de Serviços Infraestrutura – CI, as modificações introduzidas pelos novos normativos da Caixa Econômica Federal – CEF que estabelecem critérios para o financiamento do Programa Minha Casa, Minha Vida, com a presença das seguintes autoridades: Maria Fernanda Coelho, Presidente da CEF; Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção; e José Irenaldo Jordão Quintans, Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil de João Pessoa – SINDUSCON – PB”. A matéria é retirada de pauta a pedido do autor. **ITEM 2** – REQUERIMENTO Nº 09, DE 2011-CI, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**, que “Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento, realização de Audiência Pública para prestação de esclarecimentos sobre a construção do trem-bala no Brasil. Convidados: Sr. Bernardo Figueiredo Jr.; Diretor – Geral da Agência Nacional de Transporte (ANT); Sr. Henrique Amarante da Costa Pinto – Técnico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Sr. Prof. Paulo Fleury; Diretor do Instituto de Logística e Supply Chain (ILOS); Sr. Hilário Pereira; Técnico na INVEPAR – Investimento e Participação em Infraestrutura; Sr. Marcos Vinícius Quintella Cury; Professor do Instituto Militar de Engenharia e Diretor de Operações da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos – EBTU; Sr. Marcos José Mendes; Doutor em Economia – Consultor na Consultoria do Senado Federal; Sr. Rodrigo Vilaça; Diretor-executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF”. Usam da palavra para discussão da matéria os Senadores **Ricardo Ferraço, Walter Pinheiro e Delcídio Amaral**. A matéria é aprovada. **ITEM 3** – REQUERIMENTO Nº 10, DE 2011-CI, de autoria do Senador **Francisco Dornelles**, que “Requeiro, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC para que compareça à Comissão de Serviços de Infraestrutura desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos acerca do acordo de “céu aberto” assinado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos que conduzirá à total liberalização das operações aéreas entre os dois países a partir de outubro de 2015”. Usam da palavra os Senadores **Francisco Dornelles, Vanessa Grazziotin, Ricardo Ferraço e Blairo Maggi**. A Matéria é Aprovada. **ITEM 4** – REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011-CI, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**, que “Nos termos do disposto no artigo 50 da Constituição Federal e do Art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhada à Ministra de Estado do Planejamento, Excelentíssima Sra. Miriam Belchior, convite de comparecimento à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal,

com intuito de informar quais as metas prioritárias do PAC para o ano de 2011”. Usam da palavra para discussão da matéria os Senadores **Ricardo Ferraço e Walter Pinheiro**. A matéria é aprovada. **ITEM 5** – REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011-CI, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**, que “Nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, requeiro seja CONVIDADO O Senhor Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), Antonio Gustavo Matos do Vale, para que compareça a esta Comissão com vistas a prestar informações acerca dos esforços que têm sido envidados por essa empresa para a ampliação e o aperfeiçoamento da infraestrutura aeroportuária, bem como sobre o planejamento com vistas aos grandes eventos esportivos programados para 2014 e 2016 e as mudanças advindas da criação da Secretaria de Aviação Civil”. Usam da palavra os Senadores **Ricardo Ferraço e Blairo Maggi**. A matéria é aprovada. **ITEM 6** – REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011-CI, de autoria da Senadora **Vanessa Grazziotin**, que “Nos Termos regimentais, solicito a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com o objetivo de debater sobre o andamento das obras de ampliação do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, na cidade de Manaus, com as presenças do senhor Valmir Campelo, ministro relator dos processos inerentes da Copa junto ao TCU; o Coordenador da Unidade Gestora da Copa do governo do Estado do Amazonas – UGP Copa – senhor Miguel Capobianco e o Senhor Antonio Augusto Matos do Vale, presidente da Infraero. Usa da palavra a Senadora **Vanessa Grazziotin**. A matéria é aprovada. A matéria foi apensada ao requerimento nº 12, de 2011-CI. **ITEM 7** – REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011-CI, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**, que “Nos Termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, requeiro seja convidado o Senhor Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, para comparecer a esta comissão com vistas a apresentar exposição informativa sobre a nova etapa do Programa de Sustentação do Investimento – PSI e também sobre os efeitos obtidos nesses quase dois anos de existência do programa. A Presidente dá continuidade da discussão da agenda de atividades destinada a definir a realização de audiências públicas no âmbito da comissão. Usa da palavra o Senador **Ricardo Ferraço**. A matéria é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezesseis minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente

com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Bom dia a todos. Declaro aberta a 6ª reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa da 50ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 5ª reunião.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

É com muito pesar que lamentamos o falecimento do Exmº Sr. Ex-Vice-Presidente da República e Senador José Alencar, Senador este que pode contribuir atuando como Presidente desta Comissão durante o período de março de 2001 a novembro de 2001.

Comunico aos Srs. Senadores o recebimento da Carta nº 845, de 2010, da Federação Sindical dos Servidores dos Departamentos de Estradas de Rodagem do Brasil, que encaminha Carta do Rio de Janeiro elaborada durante o 19º Congresso Federativo Interestadual Sindical da Fasderbra, realizado no Rio de Janeiro, no período de 23 a 25 de novembro de 2010, onde foram propostas a adoção de política rodoviária e a reestruturação do setor rodoviário.

Comunico também o recebimento do Aviso nº 248, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do acórdão que tem por objetivo converter em diligência e fixar prazo de 30 dias contados da ciência do presente acórdão para que a Secretaria de Portos da Presidência da República, Agência Nacional de Transporte Aquaviários e a Casa Civil da Presidência se manifestem nos autos a respeito da denúncia de irregularidades supostamente praticadas por esses, relacionadas a autorizações para exploração de áreas portuárias classificadas como terminais privativos de uso misto.

Acuso também o recebimento do Ofício nº 085, de 2011, da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral da República, esclarecendo a atuação deste órgão e as preocupações sobre regulação econômica, defesa da concorrência, proteção da propriedade produtiva e do investimento e defesa do consumidor.

Os referidos documentos estão à disposição dos Srs. Membros na Secretaria da Comissão.

Informo aos Srs. Senadores que participaremos do evento, como palestrante, a convite da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres – Abrace, que será realizado nos dias 11 a 13 de abril, no Centro de Convenções Brasil XXI, aqui em Brasília, no Distrito Federal. A minha participação será no painel “Energia

e Competitividade Industrial, a construção de uma agenda positiva do setor produtivo com o Congresso Nacional” e ocorrerá no dia 12 de abril do corrente, próxima terça-feira.

Estendo o convite a todos os Srs. Senadores para estarem presentes nesse evento. Informo que já foram confirmadas as presenças de diversas autoridades, entre elas Senador Delcídio Amaral, Deputado João Maia, Arnaldo Jardim, Ministro Moreira Franco, Secretários de Ministérios, Diretor de Agência Reguladora, Diretor do Operador Nacional do Sistema Elétrico, lideranças empresariais. Enfim, várias autoridades.

Gostaria de informar aos Srs. Senadores que criamos uma página do *facebook* para esta Comissão com o nome de Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal. Foi criado também um perfil no *twitter* @ci_senado.

Estivemos, nesta semana, fazendo um levantamento a respeito dos órgãos que nós temos de acompanhamento das obras do PAC e pudemos verificar que temos vários mecanismos de acompanhamento, no entanto nenhum desses acompanhamentos, Siafi, Sispac, Siga Brasil, Orçamento Brasil, é capaz de definir ou informar as obras sob o ponto de vista do estágio de construção de cada uma.

Portanto, estamos criando um grupo de trabalho para que os Srs. Senadores possam sugerir um mecanismo que nos permita realmente acompanhar não só o orçamento das obras do PAC, como também o estágio e a evolução dessas obras.

Item 1 da pauta.

O autor, Senador Vital do Rêgo, solicita a retirada definitiva do seu requerimento.

Item 2 da pauta.

Requerimento de 2011, de autoria do Senador Ricardo Ferraço:

“Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento, a realização de Audiência Pública para a prestação de esclarecimentos sobre a construção do trem-bala no Brasil. Convidados: Sr. Bernardo Figueiredo Júnior, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes (ANT); Sr. Henrique Amarante da Costa Pinto, Técnico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Professor Paulo Fleury, Diretor do Instituto de Logística e Supply Chain (ILOS); Sr. Hilário Pereira, Técnico na INVEPAR – Investimentos e Participações em Infraestrutura; Sr. Marcus Vinícius Quintella Cury, Professor do Instituto Militar de Engenharia e Diretor de Operações da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos – EBTU; Sr. Marcos José Mendes, Doutor em Economia – Consultor na Consultoria do Senado Federal; Sr. Rodrigo Vilaça, Diretor Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF.”

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço, para discutir a matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Srª Presidenta, Srs. Senadores, indago a V. Exªs se não teria sido aprovado, na sessão anterior, o mesmo requerimento, com igual teor de iniciativa, do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Se já houver a aprovação de um requerimento com o mesmo teor, julgo e proponho que possamos ampliar eventuais convidados que não estejam relacionados dentre os técnicos que o eminente Senador Aloysio Nunes Ferreira recomendou.

Enfatizo e evidencio a necessidade, tendo em vista inclusive que a Câmara dos Deputados, ontem, aprovou a medida provisória que trata do tema.

Esse é um tema da maior relevância para o País. Talvez seja o maior investimento no campo da infraestrutura que o Governo Federal esteja se propondo. E me parece que esse debate em plenário tende a ser muito mais político do que um debate técnico que possa nos dar evidências de algumas dúvidas e questionamentos que não só eu tenho, mas também grande parte dos técnicos brasileiros em relação a esse projeto.

Então, essa é a necessidade, Srª Presidente, de estarmos aqui discutindo e ampliando o debate em torno da implantação do trem de alta velocidade ligando a cidade do Rio de Janeiro à cidade de Campinas.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, acho que a oportunidade de fazer se encaixa exatamente na decisão de ontem à noite na Câmara dos Deputados de uma matéria que fatalmente, se não no dia de hoje, amanhã ou na próxima semana, quando teremos oportunidade de enfrentar a Ordem do Dia, nós teremos a medida provisória que trata dessa matéria lá no debate do plenário. E acho que é importante o que levanta o Senador Ferraço no que diz respeito à oportunidade e à qualidade do debate sobre essa questão. É óbvio que não estamos com isso querendo tirar a possibilidade do debate em plenário. As ferramentas, o tempo regimental, as tratativas e as opções, todas elas transcorrerão dentro, digamos assim, de todas as ações adotadas pelos nossos pares, da forma que cada um achar melhor. Mas creio que, para a nossa Comissão em particular, se efetivamente a ideia é contribuir com o debate para encontrarmos um caminho de viabilidade inclusive dessa estrutura modal que é fundamental para o País, poderíamos acelerar o processo desse debate, tendo em vista que nós vamos nos deparar com a situação... É me parece que essa medida provisória tem um tempinho diferente das últimas que

aqui chegaram, mas não é esse tempo todo que nos permita jogar para adiante e avaliar a intervenção. Se não mais uma vez nós vamos aprovar o requerimento e ficar submetidos à lógica da pressão e da apreciação em plenário.

Então seria importante, Senadora, que a nossa assessoria visse exatamente esse prazo que a gente tem para encaixar essa audiência no curto espaço de tempo, permitindo que a gente faça o debate. Talvez a nossa disponibilidade para essa questão seja muito mais fácil de se lidar do que a disponibilidade dos palestrantes e dos expositores ou dos técnicos aqui apresentados pelo Senador Ferraço, mas nós teríamos que conversar com eles também nessa perspectiva. Se isso não for possível na totalidade, Senador, daqueles que indicaram, nós deveríamos levar em consideração a disponibilidade dos que efetivamente se apresentam para esse debate, até para não perder a oportunidade. Por isso fiz questão de interferir no debate dessa matéria muito mais à guisa de organizar até a próxima semana, e não estou falando de um tempo tão longo assim.

Eu sei que todos nós temos tarefas, comissões. É algo que eu conversava nesse instante com o Senador Blairo, que é a situação dessa coincidência. Particularmente, fiz questão de fazer as minhas escolhas de comissões de maneira que eu pudesse entrar em comissão que tivesse reunião na terça, na quarta e na quinta, para não haver nenhuma coincidência. Então as minhas três comissões, já disse ao meu Partido que não quero mais nenhuma. Estou querendo me desfazer de uma das três para ter tempo, mas, de qualquer maneira, nós vamos convivendo com processos de junção, audiência pública ou suplência, até cobrir tarefa de outros companheiros, em outras comissões, na suplência. Então acho que é extremamente difícil, mas nesse particular eu não sei se daria para a gente esperar esse debate ser feito até a quinta da semana que vem, porque nós perderíamos talvez um tempo razoável, levando em consideração que a próxima semana depois dessa a que me referi é uma semana literalmente inviável para esse tipo de debate, tendo em vista a semana do feriado em que vamos, de certa forma, esvaziando os trabalhos na Casa.

Era isso, Senadora. Eu queria contribuir para a gente ter uma resposta da assessoria, para tentar encaixar a oportunidade desse importante debate sobre essa questão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Srª Presidenta e Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu gostaria só de registrar a importância desse deba-

te, manifestar aqui a procedência desse requerimento apresentado pelo Senador Ricardo Ferraço, porque esse é um tema que nos preocupa

Aliás, o tema ferroviário nos preocupa muito. Nós temos um grande debate agora na ANTT sobre direito de passagem, que é uma confusão considerável. Quem pede é o País, devido a essa encrência de direito de passagem. Esse problema é generalizado nas ferrovias. Pelo menos em boa parte das ferrovias, que hoje estão nas mãos de empresas privadas, o escoamento de cargas e o direito de passagem têm sido um nó a ser desatado. Espero que a ANTT assim o faça, porque quem pede é o Brasil, especialmente num item de alta relevância que é a questão da logística, da infraestrutura, do escoamento da produção.

Dentre todos esses temas e dentro da exigência de fortalecermos o modal ferroviário, a discussão até então foi sempre focada em carga e agora vem o trem-bala. Pela qualidade das pessoas que estão sendo convidadas, que já estudam esse projeto há um bom tempo, acho que esse é o foro. Costumo dizer o seguinte, parafraseando o Senador Walter Pinheiro, que diz: “Na Comissão é que o Parlamentar exercita o seu mandato, porque votação em plenário é ditadura de líder”. Então, eu acho que, independentemente da votação da medida provisória, que, segundo a Senadora Carminha, é na próxima semana, nós temos um prazo até a próxima semana...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Até o dia 17.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Até o dia 17. O Senador Walter também falou sobre isso. Eu acho que é muito pertinente essa discussão, porque, em todos os grupos com quem conversei sobre o trem-bala, Senador Ferraço, existem muitas dúvidas com relação ao projeto, com relação ao traçado. É uma ferrovia que, se não me engano, tem dezenas de quilômetros em túneis. Os problemas ambientais, naturalmente, virão. As desapropriações, também, que é uma outra questão importante. Pelo tamanho do projeto, quais são as garantias? Qual é a formatação que vai ser adotada para atrair investidores? Tenho visto um interesse muito grande de fornecedores de equipamentos, de construtores. Agora, não tenho visto ninguém que queira investir, ser operador de um projeto como esse. Então, é bastante razoável o requerimento apresentado pelo Senador Ricardo Ferraço e uma oportunidade de discutirmos, pela primeira vez, aqui no Senado, na Comissão de Infraestrutura, especialmente, que é a Comissão que tem tudo a ver com essa questão, o problema do trem-bala, até para esclarecer, porque, às vezes nós estamos tendo uma opinião desfocada, uma opinião não compatível com o

andamento do projeto. Então, vamos ter uma excelente oportunidade de fazer esse debate aqui, na Comissão de Infraestrutura.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Eu gostaria de sugerir aos Srs. Senadores, respondendo ao Senador Walter Pinheiro, que poderíamos fazer essa audiência pública na terça-feira, às 14 horas. Não sei se os senhores concordam. Nós contataríamos os palestrantes.

Eu acho que seria o horário mais razoável, porque, pela manhã, nós vamos ter, no início da semana, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Constituição e Justiça, onde estará grande parte dos Parlamentares que estão aqui. Se nós deixarmos para a próxima quinta-feira, teremos a sabatina do Diretor da Anac, que era para ser hoje e foi adiada para a próxima semana.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – V. Ex^a me permita. É bem provável, inclusive, que, na próxima quarta-feira, já entre no plenário, porque dia 17 é uma terça-feira...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Não, dia 12 é terça-feira.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Dia 17 é domingo, pior ainda.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Seria 12 ou 13. Acho que são os dois dias...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Estou concordado com V. Ex^a por conta do prazo de vencimento da medida provisória. Então, por exemplo, na próxima quarta-feira esta medida provisória fatalmente vai estar no plenário. Se não fizermos um debate na terça-feira, não teremos mais condições de falar dela, falar inclusive para ela, antes de ser votada. Como dia 17 é um domingo, a tendência natural é que haja uma tentativa de apreciação dela na quarta-feira ou na quinta-feira da semana que vem. Se ela não entrar no plenário na terça-feira.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Os senhores concordam com terça-feira, às 14 horas?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Pela ordem, Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu queria fazer a seguinte sugestão. Na terça-feira eu já marquei a comissão da Copa, de fiscalização, para fazermos uma reunião, às 14h30. Então não tenho tempo.

Eu gostaria de sugerir, Senador Walter, que a gente ocupasse a segunda-feira à tarde, às 17 horas,

por exemplo. O que tem acontecido nessas audiências é que todas as reuniões estão acavando umas sobre as outras e ninguém está tendo tempo de discutir. Às vezes a gente faz uma pergunta, sai daqui e não consegue ouvir a resposta.

Então temos que marcar isso com mais tempo. É um tema delicado, importante, que vai suscitar muita discussão. E penso eu que a maioria dos Senadores está de volta na segunda-feira, às 17 horas, e podemos entrar pela noite para discutir. É um tema importante. É um tema que não tem como prorrogar da semana que vem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Vejam a outra sugestão. Na segunda-feira acho que é complicado, porque vamos ter poucos parlamentares aqui. Mas e na terça-feira à noite, por volta das 19 horas?

Com a palavra, a Senadora Vanessa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senadora Lúcia Vânia, eu até havia perguntado, não fiz publicamente, a respeito dessa sequência de reuniões simultâneas que estão acontecendo aqui e tenho a mesma preocupação do Senador Blairo. Mas sou informada, estou aqui com o Regimento, de que na terça-feira não há previsão ordinária de reunião, nesse horário, de nenhuma comissão. A hora sugerida por V. Exª é 14 horas da terça-feira? Foi essa a sugestão. Não há previsão regimental de nenhuma reunião ordinária. Então acho que cabe a nós priorizarmos, em decorrência da urgência da matéria. E, se não há outra data, foi votada na Câmara dos Deputados a matéria, acho que seria importante, pelo menos para os membros desta Comissão, esse debate mais profundo, com antecedência, antes de chegarmos ao plenário. Apoio a proposta do Senador Ferraço.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mais uma vez fica evidente o quanto o Senado da República tem estado impossibilitado de fazer debates de temas relevantes que têm como origem medidas provisórias. De novo o Senado da República está sendo inibido por conta da necessária mudança que nós precisamos fazer no processo de deliberação do Congresso Nacional. De modo que para mim segunda-feira ou terça-feira não é o mais relevante. O mais importante é que possamos fazer o debate e que possamos ter aqui senão todos os técnicos, como bem fundamentou o Senador Walter Pinheiro, os técnicos possíveis. Agora, independente da aprovação, o debate é válido, porque ele continua compondo a nossa pauta e esse debate aqui pode, de alguma forma, se for o caso, não apenas influenciar na medida provisó-

ria, mas influenciar nas decisões conseqüentes que o Governo Federal vai precisar tomar

É a contribuição que trago, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Senador Ferraço, eu gostaria de pedir a V. Exª que se sentasse com o Senador Aloysio e definisse. Nós vamos colocar em votação o seu requerimento, porque tem nomes que não tem no outro, mas que V. Exª se sentasse com o Senador Aloysio e definisse esses nomes, porque a quantidade de nomes é muito grande. Eu acho que o debate ficaria prejudicado. Não sei se V. Exª concordaria em fazer dessa forma.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu discordo, Presidente. Discordo, porque o tema é muito relevante e são todos profissionais com larga experiência. Se tivermos que fazer mais de uma audiência pública, isso se justifica em razão dos investimentos que o Governo Federal sinaliza para esse que é o primeiro investimento contemporâneo que trata do tema de transporte de passageiros. Eu acho que, se tivermos que fazer duas ou três, isso tem sentido, para que possamos ter um juízo de valor firmado em relação a um tema dessa relevância.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Então, vou colocar em votação o requerimento de V. Exª. Faremos, então, duas audiências públicas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Na terça-feira?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Na terça-feira, às 14 horas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Na terça-feira, às 14 horas, que é o horário regimental da Comissão, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – É o horário ordinário da Comissão.

Fariamos, então, duas audiências públicas, aproveitando aqueles que poderiam estar disponíveis na terça-feira. Os primeiros seriam aqueles que estivessem disponíveis e, para a segunda audiência, ficariam os demais.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Agora, seria muito importante que pudéssemos ouvir alguém do Governo, alguém do setor privado e alguém que pudesse responder por uma entidade de classe, para que tivéssemos uma diversidade nas manifestações. É a minha proposta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vamos propor, então, terça e quarta-feira, no mesmo horário, duas audiências públicas. Se V. Exª achar necessário que haja outras, nós poderemos discutir depois.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Walter.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senadora, eu acho que tem uma pressão por conta da votação. O que eu sugiro ao Senador Ferraço é tentar fazer, na terça, uma audiência mais enxuta, até para permitir que discutamos e que tenhamos mais informações do projeto e para nos posicionarmos na votação. Posteriormente, faríamos o debate sobre a implementação, o caráter técnico. Há muitos convidados aqui apresentados pelo Senador Ferraço que virão muito mais para dar o detalhamento de coisas que, efetivamente, serão processadas ao longo do curso a aprovar dessa matéria. Talvez não tivesse a necessidade de se fazer terça e quarta. Quais são as peças centrais que teriam que estar numa audiência dessa, na terça, cujas informações nos colocariam de frente com o problema ou a solução para a apreciação da medida provisória? O restante, que agrega fatores ou valores que seriam possíveis de ser discutidos depois da aprovação, seria separado por nós. Então, acho que esse esforço seria bom para isso. Pode ser?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não. Está perfeita a manifestação do Senador Walter Pinheiro. Julgo necessário, por exemplo, convidar o Dr. Bernardo Figueiredo, que é o Presidente da ANTT. Julgo importante convidar, por exemplo, o Dr. Marcos Mendes, que é doutor em Economia e Consultor do Senado da República. Enfim, são duas ou três presenças que podemos, em seguida, detalhar com a assessoria da Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em votação o requerimento do Senador Ferraço.

Os Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

O Item 3 da pauta é um requerimento do Senador Dornelles, que não está presente. Portanto, está prejudicado.

Item 4 da pauta, do Senador Ferraço:

“Nos termos do disposto no art. 50 da Constituição Federal e no art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado à Ministra de Estado de Planejamento, a Ex^{ma} Srª Miriam Belchior, convite de comparecimento à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, com intuito de informar quais são as metas prioritárias do PAC para o ano de 2011”.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Srª Presidente, julgo ser autoexplicativa a necessidade de incorporarmos a esta Comissão de Infraestrutura e Serviços uma exposição dos investimentos que este estratégico e importante programa no campo da intervenção da infraestrutura para o nosso País. É uma oportunidade para que nós possamos fazer uma avaliação dos avanços que foram alcançados, uma oportunidade para que nós também possamos conhecer as prioridades que o Governo Federal estará adotando no campo do PAC para o exercício de 2011. É autoexplicativo e eu peço o apoio dos Srs. Senadores para que possamos incorporar uma agenda de trabalho focada nos termos da Comissão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidente, quero me somar à iniciativa do Senador Ferraço e até buscar contribuir com a efetiva realização dessa audiência. Ontem, Senador, nós aprovamos, na Comissão de Orçamento, portanto a Comissão Mista, a vinda da Ministra Miriam Belchior, até porque, a partir do dia 15, nós receberemos a peça da LDO. Então, ela virá para fazer, exatamente, a primeira apresentação das linhas gerais da LDO e, portanto, já sinalizando claramente quais os passos que o Governo deve apontar nessa questão orçamentária, que tem uma relação direta e imediata com essa questão do PAC.

Então, acho importante, eu até insisti muito ontem, na Comissão do Orçamento, meu caro Ferraço, para que nós não fizéssemos uma audiência, neste primeiro momento, com a Ministra Miriam Belchior, em conjunto com diversas Comissões, como queriam diversos Deputados e Senadores.

Eu acredito que, para esse primeiro momento, o ideal é que Comissões como a CAE e, no caso da Câmara, a de Finanças e Tributação pudessem participar dessa primeira audiência em conjunto, porque nós discutiríamos, exatamente, caminhos e diretrizes orçamentárias e, depois, nós faríamos, até se possível, em conjunto ou não, o debate sobre temas como esse. Nós temos pedido na Comissão de Desenvolvimento Urbano, temos pedido de outras Comissões aqui na Casa.

Penso que ideal seria aguardarmos a audiência, onde se deve apresentar as linhas gerais, e nós faríamos, depois, com a Ministra aqui o debate sobre temas específicos: Minha Casa, Minha Vida, PAC, enfim, como as Comissões assim acharem e, portanto, até ajustar isso no calendário.

Eu tive oportunidade de conversar com a Ministra antes dessa reunião da Comissão de Orçamento e ela deixou muito claro que não tem nenhum problema: “Eu topo ir no Congresso duas, três, quatro, cinco vezes; não há nenhum problema.” Mas eu acho que, só para

organizarmos a nossa intervenção, é importante que nós cumpramos a primeira etapa, que é uma etapa que aflige a todos nós. Portanto, até para aproveitar essa oportunidade, a Ministra falar do contingenciamento, que tem impacto também no PAC, falar da liberação dos restos a pagar ou da prorrogação ou não do prazo desses restos a pagar, que também tem uma interação direta com o que nós estamos fazendo. Assim, limpando essa área, a gente, depois, poderia fazer o debate com a Ministra Miriam Belchior nesse importante tema – concordo com o Senador Ferraço. Ele é organizador das intervenções de infraestrutura para esse próximo período.

Então, é fundamental que a Ministra que, inclusive, durante o período em que esteve na Casa Civil, foi, eu diria, a comandante-em-chefe das obras do PAC e, portanto, tem hoje, no Ministério do Planejamento, as ferramentas e as conduções e, ontem, era a figura que tinha a condução do processo. Portanto, é a figura ideal para nos falar sobre esse programa.

Eu só pediria que pudéssemos fazer exatamente em consonância com essa agenda. No dia 27, parece-me, meu caro Ferraço, foi o dia que ficou acertado para que ela viesse à Casa, para apresentar essas questões a que eu me referi aqui antes.

Então, posteriormente a isso, nós poderíamos acertar com o Ministério do Planejamento a vinda da Ministra para fazer esse debate aqui no Senado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Vamos colocar em votação. E posteriormente, a assessoria entraria em contato para ajustar a data.

Em votação o requerimento do Senador Ferraço.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Gostaria de retificar o Item 3 da pauta, porque eu disse requerimento de autoria do Senador Dornelles, que coloquei com prejudicado. Quero dizer que ele está apenas suspenso, uma vez que o Senador não está presente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O Senador Dornelles inclusive está apresentando este requerimento com o mesmo teor. Não quero arriscar aqui para não errar, mas provavelmente, neste mesmo momento, na Comissão aqui ao lado, eu até estava aguardando uma posição dele para ver se era possível a gente..., que ele inclusive não propõe essa audiência em conjunto, mas ele está apresentando na Comissão aqui de Relações Exteriores o mesmo debate. Então, seria importante se a gente pudesse otimizar para a nossa participação o velho drama, que a gente pudesse inclusive tentar juntar as diversas iniciativas para poder acompanhar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Acho que o Senador Walter tem razão. A gente já fez isso na primeira audiência pública. Nós temos de procurar fazer algumas audiências públicas em conjunto, porque, na verdade, para fazer isoladamente, primeiro, é uma demanda enorme dos Ministros e das autoridades aqui. E, segundo, porque não tem parlamentar para frequentar todas as audiências públicas que estão sendo requeridas.

Requerimento também do Senador Ricardo Ferraço.

Item 5 da pauta. Nos termos do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, requeiro seja convidado o Sr. Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), Antonio Gustavo Matos do Vale, para que compareça a esta Comissão, com vistas a prestar informações acerca dos esforços que têm sido envidados por essa empresa para a ampliação e o aperfeiçoamento de infraestrutura aeroportuária, bem como sobre o planejamento com vistas aos grandes eventos esportivos programados para 2014 e 2016 e as mudanças advindas da criação da Secretaria de Aviação Civil.

Quero aqui dizer que esses requerimentos que estão sendo votados fazem parte da agenda que já foi distribuída na primeira reunião. Estamos apenas consolidando a agenda, selecionando aqueles requerimentos que fazem parte da agenda que distribuímos.

Em discussão o requerimento do Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É o item 5, é isso, Srª Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Item 5

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O item 5 não foi votado e nem discutido?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O quinto, não. Da Infraero.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É isso. É o 5º. Srª Presidente, de novo um tema absolutamente presente no dia a dia dos brasileiros: o caos no sistema aeroportuário do Brasil. Em bom tempo, assistimos à Presidente Dilma trazer para si quase que a gestão dessa agenda. Em bom tempo, criou a Secretaria Nacional de Aviação Civil, cujo novo diretor foi indicado ontem. Estamos com uma nova diretoria também na Infraero.

Portanto, julgo importante que possamos debater nesta Comissão as alternativas e os caminhos que o Governo Federal está pensando, como forma de gerarmos uma melhor condição de conforto, segurança, agilidade. Não apenas isso, também os modelos que estão sendo pensados para a concessão dos aeroportos.

tos brasileiros, como forma de atrair o setor privado, para, como acontece mundo afora, nós termos uma melhoria numa menor escala de tempo dos aeroportos brasileiros.

Julgo ser esta uma boa oportunidade e acho que o tema também é autoexplicativo para tudo a que estamos assistindo e com que estamos convivendo nos últimos anos, e a necessidade de proporcionarmos melhorias para os próximos anos, sobretudo em razão dos grandes compromissos internacionais que temos, como Olimpíadas, Copa do Mundo, mas não apenas isso, o dia a dia dos brasileiros, dos trabalhadores, empresários e empreendedores, do turismo, enfim, que necessitam, de uma melhor infraestrutura aeroportuária. Então, conhecer as novas diretrizes, os caminhos e alternativas que não apenas a Infraero, mas também a nova Secretaria vai trabalhar, assim como os modelos de concessão parecem-me oportuno e adequado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão. *(Pausa.)*

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu gostaria de uma informação da Mesa, talvez nosso pessoal de apoio possa informar. Na Comissão de Fiscalização da Copa e das Olimpíadas também, praticamente todos esses requerimentos estão sendo feitos aqui, Infraero, Anac, também estão sendo feitos por lá. Aí, o pessoal vai ter de vir aqui duas, três vezes. Então, como podemos proceder isso? Tem uma forma de a Comissão de lá pegar uma carona com a Comissão daqui e estar junto aqui para participar. Porque eu também não posso vir aqui agora e pedir por aquela Comissão. Eu tenho de consultar meus Pares.

Então, tem esse mecanismo de, na hora da instalação da Comissão, a Comissão de lá estar aqui presente: olha, nós fizemos parte dessa Comissão, daqui para frente, para os nossos relatórios.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Blairo, o que V. Exª pode fazer é colocar em votação requerimento para uma reunião conjunta. Se for aprovado, nós colocamos também em aprovação aqui. Não tem problema.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Mas isso com antecedência lá naquela Comissão e aí você adere aqui?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – É, primeiro lá; depois, aqui, ou pode ser aqui e lá.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– A ideia é muito boa. A diferença é que nós não vamos apenas discutir a crise nas cidades onde acontecerá a Copa. Nós queremos discutir a aviação regional, por exemplo. Então, existe todo um contexto desta Comissão, que, em parte, tem convergência com a Subcomissão, Senador Blairo, em parte não tem. Então, temos de ver como convergir.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu acredito que a gente pode fazer conjunta para uma visão geral e, quando for para especificar a regional, faria lá.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Perfeito, aprovamos o requerimento e incorporamos o calendário para...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – A minha preocupação, neste momento, é só entender o seguinte: tem forma legal de eu trazer aquela Comissão e participar aqui, e que, nos Anais desta Comissão ou desta reunião, também sirvam para lá.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sim, pode ser feito.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que concordam com o requerimento do Senador Ferraço, já aqui discutido, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Voltamos ao Item 3 da pauta.

Requerimento de autoria do Senador Francisco Dornelles.

Requeiro, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), para que compareça à Comissão de Serviços de Infraestrutura desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos acerca do Acordo de Céu Aberto, assinado entre os Governos do Brasil e Estados Unidos, que conduzirá à total liberalização das operações aéreas entre os dois países a partir de outubro de 2015.

Em discussão.

Passo a palavra ao autor do requerimento.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Srª Presidente, esse problema céu aberto é de uma complexidade muito grande. Acho que exige maiores explicações. Ninguém pode ser contra ou a favor do Acordo de Céu Aberto sem conhecer os seus termos, porque, da mesma maneira que ele pode ser altamente vantajoso para o Brasil, ele pode realmente trazer muitas grandes perdas para as empresas brasileiras de navegação aérea.

O Brasil hoje já não tem empresa de navegação marítima. Nós realmente estamos gastando com frete quantias enormes e não podemos correr o risco de

perder as nossas empresas de navegação aérea. Nós temos duas empresas mais fortes que, para disputar o Céu Aberto dos Estados Unidos, teriam as maiores dificuldades. Agora, eles têm 10, 12, 15 que podem invadir e tomar conta dos céus brasileiros. De modo que é importante conhecer os termos do Acordo.

Eu nunca tive, pela Presidente da Anac, o menor respeito e a menor admiração. Acho que uma das administrações mais desastrosas que o País conheceu foi a administração da Anac na gestão da Presidente Solange.

De modo que eu parto de um sistema de desconfiança e gostaria que fossem prestados esclarecimentos sobre essa política de céu aberto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão o requerimento.

Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu quero, primeiro, cumprimentar o Senador Dornelles por trazer um assunto de tamanha relevância e importância para esta Casa. Eu concordo em gênero, número e grau com as observações aqui feitas por ele. Nós estamos, de fato, sentindo. Não que sejamos contra. Eu, particularmente, não sou contra a abertura do País para o mundo, que cada vez está mais globalizado. Mas nós temos de saber o momento de abrir. E como abrir. Quando abrir. Acho que o Senador Dornelles tem razão.

O Senador falou aqui há pouco que o Senador Dornelles estaria apresentando e aprovando um requerimento semelhante na Comissão de Relações Exteriores. Então, eu gostaria de perguntar a V. Ex^a que ouvisse o Senador Dornelles da possibilidade de fazer audiência conjunta, Comissão de Infraestrutura e Comissão de Relações Exteriores.

Acho que teríamos um número maior de Parlamentares. É um debate extremamente importante. Se não seria possível. O Senador Walter Pinheiro parece que relatou aqui o fato de que o Senador Dornelles havia aprovado noutra reunião.

Então, poderíamos fazer conjunta a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu não tenho objeção. Quando apresentei na Comissão de Relações Exteriores, acredito que foi no ano passado, eu queria ver o aspecto diplomático, porque eu estou sentindo que o Itamaraty, ele que é um dos Ministérios melhor aparelhados, com pessoas de alta categoria, está tomando uma função importante, política, mas não está participando de certas decisões.

Então, você pode ver o que aconteceu no ano passado. O Secretário da Receita assinou, com o

embaixador dos Estados Unidos, um acordo que ele disse que era troca de informações tributárias, mas que, na realidade, era botar o contribuinte brasileiro fiscalizado pelo fisco dos Estados Unidos. O Itamaraty não participou.

No último assunto aqui, o acordo de patentes, eu não vi a participação do Itamaraty. No último acordo aqui, o do céu aberto, eu queria saber se o Itamaraty participou, estudou, examinou.

De modo que, quando eu botei nas Relações Exteriores, era para dar enfoque da participação do Ministério das Relações Exteriores no Acordo de Céu Aberto.

Mas eu não tenho nenhuma objeção aí. Sobre essa parte operacional, o que V. Ex^a decidir com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, eu estou de pleno acordo.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É apenas para esclarecimento. Não tem definida uma vinda aqui do Presidente da Anac, para ser sabatinado?

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Na próxima semana.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Nós não poderíamos transformar essa mesma audiência e convergir em torno de todos esses assuntos? Aproveitar que estará sendo sabatinado para que possamos conhecer?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Estou de pleno acordo.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu acredito que nós poderíamos, logo após a sabatina, fazer uma audiência pública a respeito...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ou mesmo durante a sabatina.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Durante a sabatina, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – É claro que o tema será abordado na sabatina, mas, se quisermos a Diretoria da Anac, acho que nós teríamos de ter uma audiência pública. Não sei se V. Ex^a gostaria de ouvir também o Presidente da Infraero.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Anac.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Só a Anac?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Porque nós vamos examinar aqui a Presidente da Anac?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não. Diretor da Anac.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr^a Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Quem vai ser sabatinado é o Diretor da Anac.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ah, não é o Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não é o Presidente. O Presidente ainda não foi...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não poderíamos convidar o presidente para acompanhar o diretor e tentarmos...

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não, eu acho que a sabatina, não. A sabatina teria de ser separada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Após a sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Após a sabatina. Pode deixar que a parte regimental eu vejo aqui e acerto.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr^a Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com respeito a essa questão da sabatina do Sr. Claudio Passos Simão, eu gostaria de informar aos colegas Senadores e Senadoras que, depois de lido o relatório aqui, há duas semanas, começou a chegar ao meu conhecimento e ao conhecimento também da Presidente, tenho certeza de que de alguns Senadores também, alguns questionamentos sobre alguns procedimentos dentro da Anac que dizem respeito ao Sr. Cláudio Passos Simão.

Eu o convidei para vir conversar comigo. Conversei longamente com ele sobre os assuntos. Disse a ele o que estava sendo colocado a respeito de alguns procedimentos internos na Anac. Ele fez uma explicação técnica. Está escrito, a Comissão já recebeu, distribuiu aos Senadores e eu gostaria de pedir a todos os Senadores que lessem com atenção, principalmente nós, base do Governo, que vamos aprovar essa matéria, com toda certeza.

As explicações estão bem coerentes, abertas, com base em legislação e, para a semana que vem, quando formos fazer a arguição dele, vou trazer um parecer técnico-jurídico aqui do Senado, para dar embasamento àquilo que ele colocou no relatório.

Portanto, para a gente não chegar aqui na semana que vem e alegar desconhecimento, ficar surpreso, que foi dito isso, que foi dito aquilo e não se tomou pro-

vidência, no dia de ontem, por exemplo, fui procurado, e a senhora também foi procurada, por vários Senadores que não tinham nenhum conhecimento a respeito da matéria e, por isso, foi feita a postergação para a semana que vem, mas não devemos deixar passar a semana que vem, sob pena de entrar na Páscoa.

Gostaria que todos os Senadores e Senadoras tivessem na mão isso. A gente recebe muito papel no Gabinete e acaba não lendo, mas, especificamente sobre esse assunto, para os membros desta Comissão, deve ir um documento para o Gabinete de cada um com a recomendação de se debruçar sobre esse assunto, porque a Oposição vai chegar aqui na semana que vem e vai querer nos triturar.

Nós vamos ter de defender, e vamos defender com coerência e conhecimento. Não vamos defender nada de que não tenhamos certeza de que está correto aqui nesta Comissão.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Blairo, e quero dizer aos Srs. Senadores que temos tido o cuidado de municiar todos os Srs. Senadores com todas as informações possíveis a respeito desse assunto e ele será levado à discussão na quinta-feira.

Não vamos passar de quinta-feira, uma vez que já alertamos todos os Senadores para as informações. Fizemos a leitura do currículo do indicado e, portanto, na quinta-feira, será feita a sabatina. E vou olhar a forma regimental de agregar a audiência pública na quinta-feira para tratar do assunto referente ao requerimento do Senador Dornelles.

Em votação o requerimento do Senador Dornelles.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 6 da pauta. Requerimento de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

Nos termos regimentais, solicito a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, com o objetivo de debater sobre o andamento das obras do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, na cidade de Manaus, com as presenças dos Srs. Valmir Campelo, Ministro Relator dos processos inerentes da Copa junto ao TCU; o Coordenador da Unidade Gestora da Copa do Governo do Estado do Amazonas – UGP Copa, Sr. Miguel Capobiango e o Sr. Antonio Augusto Matos do Vale, Presidente da Infraero.

Em discussão o requerimento da Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senadora, se V. Ex^a me permite, eu gostaria de sugerir ao Senador Ferraço, se ele concordar, porque

não podemos ficar fazendo uma audiência pública atrás da outra com temas muito assemelhados.

Eu trato aqui, especialmente, e fiz questão de tratar especialmente do Aeroporto de Manaus porque temos aqui o balanço da Copa, um material muito bom, produzido pelo Ministério dos Esportes, que procura agregar, de forma atualizada, informações de toda a execução da infraestrutura da Copa, da mobilidade urbana, passando pelos portos e aeroportos.

Percebo, por exemplo, que, nos aeroportos das doze cidades envolvidas, se a gente olha os dados da cidade de Manaus, está tudo perfeito, tudo adequado. Mas como é que a gente pode ter um projeto em que a conclusão da primeira etapa, primeira etapa, está prevista para o final de 2013? O que já tira Manaus da disputa da Copa das Confederações. A primeira etapa. Não é a conclusão de todo o aeroporto, não.

Então, é muito grave. É muito grave, e os dados que estão sendo passados para o coordenador pela Infraero não correspondem à realidade. Não temos projeto básico ainda, Senadora Lúcia Vânia. Não temos o projeto básico ainda. Então, não sabemos. Ora se fala em pista dupla, ora não.

E é muito ruim. É um tratamento muito ruim, independentemente da Copa, porque o Aeroporto de Manaus é o terceiro em movimentação de carga do Brasil – portanto, é superavitário – e enche os cofres da Infraero, que não o trata com o devido respeito. Eu não estou dizendo que tudo o que lá é arrecadado tem de ser aplicado. Tem de ser aplicado em outros aeroportos: do Acre, de Rondônia. É assim que nós funcionamos no País e é assim que tem de ser. Mas não pode. Foi inaugurado em 1976, há mais de trinta anos, e nunca foi feita nenhuma reforma significativa.

Eu sugeriria que ficasse na mesma audiência, se o Senador Ferraço concordar, acrescentaríamos alguns convidados, mas que fosse solicitado para o Presidente da Infraero já trazer toda a documentação relativa ao aeroporto de Manaus para a audiência, para que possamos ter dados, porque, essa conversa de que sai daqui a quatro meses, faz três anos que nós estamos esperando o projeto básico, que ainda não saiu. Eu estou muito preocupada com essa situação. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Então, vamos colocar em votação e, posteriormente, fazemos essa fusão.

Em votação o Requerimento nº 6, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que será apensado ao Requerimento nº 5, já votado, do Senador Ferraço.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Último requerimento, de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

Nos termos do art. 52, §2º, V, da Constituição Federal, requeiro seja convidado o Sr. Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Luciano Coutinho, para comparecer a esta Comissão, com vistas a apresentar exposição informativa sobre a nova etapa do Programa de Sustentação do Investimento – PSI e também sobre os efeitos obtidos nesses quase dois anos de existência do programa.

Em discussão o requerimento do Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Srª Presidente, julgo ser autoexplicativa a necessária presença do professor Luciano Coutinho nesta Comissão, tendo em vista a relevância do Programa de Sustentação do Investimento e a prorrogação do programa, para conhecer suas consequências, seus impactos, seus efeitos. Por isso, considero ser absolutamente adequado e compatível ao esforço desta Comissão. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vamos colocar em votação, Senador Ferraço, e vamos adequar a agenda a essa audiência pública.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Senador Ferraço.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo às Srªs e Srs. Senadores a presença.

(Levanta-se a Reunião às 10 horas e 17 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA QUINTA REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA COM A 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 29 DE MARÇO DE 2011.

Às dez horas e dois minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e onze, na Sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência dos Senadores ACIR GURGACZ e RODRIGO ROLLEMBERG, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos seguintes senadores(as): ANA AMÉLIA, ANA RITA, ANGELA PORTELA, ANÍBAL DINIZ, ANTONIO CARLOS VALA-

DARES, BENEDITO DE LIRA, BLAIRO MAGGI, CASILDO MALDANER, CLÉSIO ANDRADE, DELCÍDIO AMARAL, EDUARDO AMORIM, EDUARDO BRAGA, EUNÍCIO OLIVEIRA, FLEXA RIBEIRO, GLEISI HOFFMANN, IVO CASSOL, JAYME CAMPOS, JOÃO VICENTE CLAUDINO, JORGE VIANA, KÁTIA ABREU, LUIZ HENRIQUE, MARISA SERRANO, PEDRO TAQUES, VALDIR RAUPP, VANESSA GRAZZIOTIN, VICENTINHO ALVES, VITAL DO REGO e WALDEMIR MOKA. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Eduardo Suplicy, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, João Pedro, João Durval, Lobão Filho, Marinor Brito, Paulo Davim, Roberto Requião, Romero Jucá, Walter Pinheiro e Wilson Santiago. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores das respectivas Comissões, que são dadas como aprovadas. O Senhor Presidente da CMA, Senador Rodrigo Rollemberg, informa que a presente reunião se destina à realização de Audiência Pública Conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 11, de 2011-CRA, aprovado, com adendo, em 24/03/2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, e ao Requerimento nº 2, de 2011-CMA, aprovado em 01/03/2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e outros senhores senadores, com o Aditamento ao RQS nº 2/11-CMA, de autoria da Senadora Kátia Abreu, com o objetivo de debater sobre a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771/65), atualmente em curso no Congresso Nacional, com a participação do Deputado Aldo Rebelo – Relator, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a proferir parecer ao PL nº 1876, de 1999, que dispõe sobre áreas de preservação permanente, reserva legal, exploração florestal e dá outras providências (revoga a Lei nº 4771/65 – Código Florestal; altera a Lei nº 9.605/98), que tramita em conjunto com as seguintes proposições: PL nº 4524/2004, PL nº 4091/2008, PL nº 4395/2008, PL nº 4619/2009, PL nº 5226/2009, PL nº 5367/2009; PL nº 5898/2009, PL nº 6238/2009, PL nº 6313/2009, PL nº 6732/2010. Após as exposições dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu, Jorge Viana, Luiz Henrique, Blairo Maggi, Waldemir Moka, Ana Amélia, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, Pedro Taques, Jayme Campos, Sérgio Petecão, Eduardo Braga, Ana Rita e Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezessete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes

e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da CRA – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da CMA.

– 2 –

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª reunião conjunta da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a 5ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da primeira Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa das leituras das Atas das reuniões anteriores, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Audiência Pública Conjunta em cumprimento ao Requerimento nº 2, de 2011, aprovado em 1 de março de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e outros Srs. Senadores, e do Requerimento nº 11, de 2011, da Comissão de Agricultura aprovado em 24 de março de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de realizar o ciclo de debates destinado a coletar subsídios técnicos/jurídicos para o aperfeiçoamento do Código Florestal, Lei nº 4.771, de 1965, atualmente em curso no Congresso Nacional, com a participação do seguinte convidado: Deputado Aldo Rebelo, Relator do Projeto de Reforma do Código Florestal, na Câmara dos Deputados, a quem convido para compor a Mesa. (Pausa.)

Prezado Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; prezado Deputado Federal Aldo Rebelo, Relator do Projeto de Reforma do Código Florestal,

aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, eu quero muito rapidamente, Deputado Aldo Rebelo, agradecer a sua presença, dizer que é uma honra para esta Comissão tê-lo aqui para iniciarmos o ciclo de debates, aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, e pela Comissão de Agricultura, a respeito das modificações do Código Florestal Brasileiro.

O objetivo da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle de antecipar o debate, sabendo que este tema ainda está para ser apreciado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, é por entender a relevância e a complexidade do tema, a fim de que possamos aprofundar este debate antes mesmo de chegar o texto final a ser apreciado pela Câmara dos Deputados.

Sou testemunha do afinho e da dedicação com que V. Exª se dedicou a este tema, nos últimos anos, e digo sempre aos meus interlocutores, Deputado Aldo Rebelo, que os Parlamentares, as pessoas da socieda-

de civil podem ou não discordar de V. Ex^a. Mas afirmo com muita tranquilidade que V. Ex^a é um dos melhores Deputados que tive a honra de conhecer e conviver na Câmara dos Deputados, sempre se dedicando aos temas com muita seriedade, com muita profundidade; é um estudioso da questão e um profundo conhecedor da realidade brasileira.

Eu tenho dito aos meus Pares, aqui nesta Comissão, que eu tenho a convicção absoluta, a maior confiança de que nós, Congresso Nacional, seremos capazes de dar uma resposta à sociedade brasileira, aprovando um Código Florestal que possa dar tranquilidade aos produtores rurais brasileiros, mas que possa também se preocupar com o futuro e com a sustentabilidade dos nossos biomas.

Entendo que ao fazer este ciclo de debates, o que a Comissão de Meio Ambiente, a Comissão de Agricultura e o Senado Federal desejam é construir uma proposta equilibrada, em que o Brasil possa continuar sendo um grande produtor de alimentos, um grande produtor de agroenergia, mas que possa fazê-lo de forma sustentável, garantindo qualidade de vida para estas gerações e para as futuras gerações.

Eu penso que o aprofundamento deste debate trará resultados muito positivos para que o Brasil possa voltar a pensar de forma estratégica, possa planejar o futuro – e já vejo alguns subprodutos da maior importância neste debate sobre o Código Florestal, como a necessidade de resgatarmos o sistema nacional de pesquisa agropecuária, onde as universidades cumprem um papel importante no desenvolvimento da pesquisa básica; a Embrapa, no desenvolvimento de novas tecnologias, o fortalecimento das organizações estaduais de pesquisa, e também o fortalecimento das instituições de extensão de assistência técnica e extensão tecnológica, que foram destruídas no País, em passado não muito longínquo.

Considero importante também, como subproduto deste debate, a necessidade de o País produzir um grande zoneamento agrícola, um grande zoneamento ambiental, a exemplo do que foi feito com o zoneamento da cana-de-açúcar, que fez com que o Brasil pudesse produzir de forma sustentável e, assim, fosse respeitado pelo mundo todo.

Entendo, também, que esta Casa deve avançar, que o Congresso Nacional deve avançar numa legislação moderna de pagamento por serviços ambientais, pois entendemos que apenas as

medidas de comando e controle são insuficientes para garantir o cumprimento da legislação. Então, nós temos que criar mecanismos de incentivo financeiro para o produtor rural, especialmente aquele que cumpre

a legislação ambiental e que, muitas vezes até, cumpre mais do que a legislação ambiental exige.

Portanto, seja muito bem-vindo. Tenho convicção de que V. Ex^a, pela sua experiência, pelos estudos e conhecimentos que desenvolveu na relatoria desse projeto, é a melhor pessoa para iniciar este debate, porque é a partir do seu texto inicial, já aprovado pela Comissão Especial, que as Comissões debaterão e apresentarão propostas, buscando o equilíbrio entre a produção e a sustentabilidade.

Portanto, seja muito bem-vindo!

E agradeço, mais uma vez, a presença de todos e passo a palavra ao Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para as suas considerações iniciais, Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sr. Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, nosso convidado Deputado Aldo Rebelo, Relator do Código Florestal na Câmara dos Deputados, é com prazer que recebemos V. Ex^a aqui hoje para debatermos, já antecipando o debate neste Senado, mesmo antes de chegar aqui esse projeto que esperamos seja votado o mais rápido possível, e aprovado na Câmara dos Deputados, no sentido de nos anteciparmos para debater as divergências, apurar o contraditório que entendemos faz parte da democracia; enfim, debatermos essa questão com toda a lisura, com toda a transparência que a população brasileira necessita e espera que façamos.

Essas audiências públicas, elas têm sido feitas sempre em conjunto, ou seja, a Comissão de Reforma Agrária e Agricultura junto com a Comissão de Meio Ambiente, porque entendemos a importância de nós, da área de agricultura, caminharmos juntos com a Comissão de Meio Ambiente. Os dois segmentos têm, buscam o mesmo objetivo: produzir alimentos com qualidade e produzir um meio de vida com qualidade.

Portanto, a agricultura quer aumentar a produção agrícola, porque precisamos alimentar não só os brasileiros, mas todas as pessoas do Planeta, mas precisamos fazer isso com consciência ambiental. E trabalharmos, a Comissão de Agricultura juntamente com a Comissão de Meio Ambiente, é um exemplo de que queremos e temos os mesmos objetivos; ou seja, fazer com que o Brasil possa ser, nos próximos dez anos, o maior produtor de alimentos do Planeta. Este é o nosso objetivo. E queremos fazer isso com consciência ambiental, respeitando as nossas florestas, respeitando o meio ambiente, respeitando aquilo que é a melhoria de qualidade de vida para o povo brasileiro.

Agradeço a presença do Deputado. Temos algumas questões importantes, Deputado, e não quero aqui

iniciar com perguntas, mas faço questão de colocar um dos projetos que nós temos aqui no Senado no sentido de regularizar os nossos produtores rurais brasileiros, aqueles que fizeram os seus desmatamentos à lei da época. Nós entendemos que a lei não pode retroagir para prejudicar. Nós entendemos que a lei precisa ser preservada, o nosso produtor precisa ser

preservado. Quando foi convidado, por exemplo, para desbravar a Amazônia brasileira foi convidado para integrar para não entregar. E, naquele momento, determinada época, era permitido e obrigatório desmatar 75% das suas áreas. Em determinada época, era permitido e incentivado pelo Governo Federal o desmatamento de até 50% das suas áreas e, hoje, temos uma nova legislação que permite apenas 20% de desmatamento naquela área.

Mas entendemos que o que foi feito, sob aquela lei daquele momento, tem que ser respeitado e, hoje, não é o que acontece. Peço ao Deputado Aldo Rebelo que nas suas colocações, se for possível, apresentar esse assunto que para nós é muito importante. Nós entendemos que a preservação tem que acontecer, mas programas de governo que foram feitos ao longo dos anos, incentivando a ocupação, incentivando a produção de alimentos, tem que ser respeitado o que foi feito naquela época.

De antemão, mais uma vez, eu agradeço a sua presença aqui conosco e entendemos que esse assunto já foi amplamente debatido pelas audiências públicas que foram feitas na sua Comissão na Câmara dos Deputados, levando também, por várias vezes, Senadores que acompanharam essas audiências públicas em todo o País. Praticamente esse assunto foi debatido no País inteiro. No meu Estado de Rondônia, nós tivemos a satisfação de tê-lo, com toda a Comissão, no ano passado, quando foi debatido essa questão do Código Florestal, a reforma do Código Florestal. Assim como praticamente eu acredito – e V. Ex^a vai dizer – que em todos os Estados brasileiros, de modo que essa antecipação do debate que hoje nós fazemos é no sentido de tirarmos as dúvidas, Deputado, para que não haja modificações; para que, quando chegar aqui este Projeto, nós possamos debatê-lo, mas não produzir reformas no sentido de ter que voltar à Câmara novamente. Se tiver alguma modificação, que seja feita agora, nessas duas semanas que antecedem, Senador Marisa, à votação lá na Câmara dos Deputados, para que, quando chegar aqui este Projeto, nós possamos discutir e votar o mais rápido possível para que não aconteça o que aconteceu nos últimos anos. Já são onze anos de debate! Há onze anos este tema está sendo debatido na Câmara dos Deputados.

Nós nos antecipamos e entendemos que estamos ajudando o nosso produtor brasileiro e ajudando também os ambientalistas brasileiros.

Agradeço ao nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente por fazermos juntos esse debate. Tenho certeza que estamos contribuindo para as duas comissões.

Muito obrigado, Senador Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quero antes de passar a palavra ao Deputado Aldo Rebelo, informar que já temos outra audiência pública marcada para dia 5 de abril, terça-feira, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em que já estão confirmados representante da SBPC, da Academia Brasileira de Ciências, da Embrapa e o ex-Ministro Alisson Paulinelli.

Quero também comunicar que a Comissão terá uma diligência à usina de Jirau nessa próxima quinta-feira, com saída na quarta-feira à noite. Os Senadores interessados em participar dessa diligência, por favor, entre em contato com a secretaria da Comissão.

Passo, agora, então, a palavra ao Deputado Federal Aldo Rebelo. V. Ex^a tem o tempo que considerar necessário, Deputado.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, querido amigo e ilustre Senador Rollemberg, prezado Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz, Sr^a Senadora Marisa Serrano, Srs. Senadores Clésio Andrade, Waldemir Moka, querido ex-Governador Senador Luiz Henrique, querido ex-Governador Senador Blairo Maggi, eu creio, Senador Rodrigo Rollemberg, que V. Ex^a já fez de certa forma uma apresentação do esforço realizado até agora para enfrentar o desafio na construção de uma legislação florestal que contemple preservação ambiental e proteção da agricultura e da pecuária.

Foi exatamente o impasse em torno da combinação dessas duas exigências o fator que me levou a assumir a relatoria dessa matéria. Eu não integro a Frente Parlamentar da Agropecuária; nunca integrei a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados; sempre tive a minha atividade ligada muito mais à Comissão de Relações Exteriores, que integrei desde sempre e continuo a integrar, e de Defesa Nacional.

Solicitei na época – acho que V. Ex^a era o líder do nosso Bloco – uma vaga de suplente na Comissão pela curiosidade de acompanhar a repercussão no debate dessa matéria das disputas na Organização Mundial do Comércio, que é exatamente o órgão que cria a mediação entre a agricultura dos países desenvolvidos, europeus principalmente e da América do Norte, e do Brasil. E eu sempre via nos relatórios a questão am-

biental como uma coisa muito forte e presente nessa disputas. Eu queria acompanhar para saber até onde o Código acolheria ou não as reivindicações dos países ricos no uso da temática ambiental como fator de contenção da nossa agricultura na guerra comercial que se trava no mundo em torno dessa matéria.

Chegando lá, diante de um impasse, recebi dos líderes partidários, dos partidos do Governo e da oposição, a convocação para relatar a matéria. Por que nem podia ser reivindicado pelo meu Partido nem por mim, pela própria correlação de forças nas indicações dessas relatorias.

A Comissão foi criada em agosto de 2009 para relatar matérias que estavam esperando na Câmara há mais de dez anos. A matéria que encabeça a lista de projetos é de 1999, de um Deputado de Rondônia já falecido, o Deputado Sérgio Carvalho. Reunimos essas matérias e, por prudência e por método, resolvemos que a Comissão e o Relator fariam um inventário dos problemas relacionados com o assunto.

E fizemos esse inventário da seguinte forma: realizamos audiências públicas em Brasília e fora de Brasília – mais de 80 audiências públicas até hoje –, reunindo e ouvindo organizações não governamentais, as internacionais que têm sede no Brasil, Greenpeace e tantas outras; as nacionais, SOS Mata Atlântica e tantas outras, foram ouvidas várias vezes, em audiências públicas e privadas; as locais, no Mato Grosso, em Rondônia, no Rio Grande do Sul, em Minas, na Bahia; ouvimos a Embrapa, exaustivamente, dezenas de técnicos da Embrapa.

Ouvimos a Embrapa em Brasília; ouvimos a Embrapa em Petrolina; ouvimos a Embrapa Pantanal, em Corumbá; ouvimos a Embrapa Arroz, em Rio Verde; ouvimos a Embrapa

Floresta, em Curitiba; e colhemos da Embrapa todas as impressões sobre a matéria. Ouvimos a academia, cientistas, pesquisadores; ouvimos em Brasília, fui ouvir em Piracicaba na Esalq, passei o dia todo lá, ouvindo vários dos pesquisadores da Esalq; ouvimos as universidades federais no Amazonas, em Minas, no Pará, no Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Viçosa, de Lavras; ouvimos os parlamentares, naturalmente, ouvimos os órgãos ambientais, o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama, órgãos ambientais dos Municípios, dos Estados; e ouvimos também aqueles que nunca foram ouvidos nesta matéria: os agricultores, os pequenos, os médios, os grandes. E essas viagens que foram feitas do Rio Grande do Sul, da fronteira gaúcha até a fronteira setentrional, lá no Estado de Roraima, aonde não fomos apenas à Boa Vista, fomos ao interior, fizemos audiência pública – me lembro até o nome do povoado – em Tepequem,

lá nos contraforte dos maciço das Guianas, e creio que o que colhemos forma um inventário dos problemas e permite, portanto, um inventário das soluções. E o que vi, além de um exercício que me é muito caro e muito grato, conhecer cada vez mais o meu País, ouvir e colher de perto as suas expectativas, os seus sonhos, as suas esperanças, as suas angústias, os seus medos, verificar de perto o esforço que se faz para construí-lo; e muitas vezes a incompreensão que marca este esforço. Tudo isso, confesso às senhoras e aos senhores, Senadoras e Senadores, Senadora Vanessa Grazziotin, Senadora Ana Amélia, que esse esforço me foi muito grato, permitiu-me retomar aquilo que faço desde o tempo de estudante, quando visitei todos esses Estados, num esforço de reconstrução da gloriosa União Nacional dos Estudantes, e que faço permanentemente para contribuir com o possível para o nosso País.

A legislação florestal brasileira é uma legislação muito antiga. O conceito de reserva legal é um conceito que tem na sua origem o patriarca da nossa Independência, a figura grandiosa de José Bonifácio de Andrada e Silva, que concebeu, na medida de cada propriedade, que eram as sesmarias, que se mediam em léguas, diferente, portanto, da estrutura da propriedade fundiária hoje, mas José Bonifácio concebeu a reserva legal. Correspondia a 1/6 da propriedade que deveria ser reservada. Para que uso? Embora possa ser considerado o primeiro ambientalista da nossa pátria, José Bonifácio também concebia a reserva legal como elemento de sustentação do Estado e da propriedade. Reserva legal para José Bonifácio era madeira para a construção naval, essencial para a segurança do Estado. A reserva legal para José Bonifácio era a madeira para que as fazendas pudessem sustentar a construção civil, das casas, das pontes, das cancelas, das cercas; a energia para sustentar os engenhos, a atividade das serrarias e madeireiras, que defendiam o instituto da reserva legal porque precisavam dessa matéria prima. Era esse o conceito da reserva legal. Esse conceito passou para o Código de 34, da época do Presidente Getúlio, mas já herdando a concepção, a idéia do José Bonifácio. E esse conceito acompanhou o Código de 1965, votado, é verdade, na época de um governo militar mas, a bem da justiça, muito bem discutido, a partir de uma comissão criada em 61, que teve a presença de um grande brasileiro, o desembargador Osny Duarte Pereira, autor de um trabalho sobre legislação florestal de quinze anos antes, de 1950. E esse legislador dedica esse compêndio sobre legislação florestal exatamente para que não desapareçam as serrarias do Brasil, associando a preservação das florestas a essa atividade.

E esse Código de 65 permaneceu, e a partir dos anos 80 sofreu profundas modificações, porque hoje se lê facilmente nos jornais que nós da Comissão queremos alterar o Código. Não é verdade. O Código já foi completamente alterado, e o que resta dele, hoje, é pouco mais que o título e o nome.

Vou dar aqui o exemplo de duas alterações fundamentais. A primeira alteração é no conceito de reserva legal, que deixou de ser uma reserva de sustentação e de uso da propriedade e passou a ser uma reserva biológica, de preservação das espécies vegetais e animais. Eu não estou discutindo se essa evolução era necessária. Acredito que era necessária, mas a mudança do conceito mudou também o tratamento que cada proprietário dava à sua área de reserva legal.

Lamentavelmente, hoje em dia, numa sociedade urbana, poucas pessoas, poucos legisladores, poucos jornalistas, técnicos e cientistas conviveram com a vida no campo. Quem conviveu sabe que cada pequena fazenda tinha a sua reservinha legal, a sua matinha. E o que se fazia com essa mata? Um cabo de foice, de enxada, de machado, uma estaca para fazer uma cerca, um mourão, uma cancela, tudo isso o proprietário tirava da reserva legal. Era uma reserva de sustentabilidade sem que a mata desaparecesse por isso, porque a incidência dessa madeira chamada nobre, ou madeira de lei, ela é rara numa formação florestal. Não tem uma mata somente de madeira nobre. Você tira ali e, às vezes, estatisticamente, é até desprezível esse número, a não ser quando você converte a floresta para uso de agricultura e pecuária. Mas, para esse uso, é sustentável.

Quando isso aconteceu, os pequenos proprietários que se depararam com a ausência de qualquer possibilidade do menor uso dessas áreas, eles começaram a se desfazer dessas áreas e passamos a sofrer, principalmente na Mata Atlântica, um processo de substituição dessas matas pelo uso para a agricultura e pecuária. A legislação também alterou o conceito de área de preservação permanente. Hoje em dia está essa guerra em torno de 30 a 500 metros, porque eu propus, a pedido das federações de trabalhadores da agricultura e da confederação de trabalhadores da agricultura, e da agricultura familiar, reduzir a margem de 30 para 15 metros nos córregos de até 5 metros. E ninguém compreende isso, acha que isso é uma ameaça.

Agora, sabem qual era a mata ciliar do Código de 65? Era de 5 metros, e até 100 metros. O que era 5 passou para 30, e o que era 100 passou para 500. Eu examinei exaustivamente a legislação, cito inclusive no meu relatório, busquei a legislação do mundo inteiro. Na Austrália vai de 5 até 20 metros; em alguns países europeus simplesmente não existe, é um licenciamento

que vai determinar se você vai ter 4, 5, 6 ou 15 metros. Outros fazem a restrição de uso de herbicida, defensivo, a partir de uma certa metragem, mas impedimento do uso, como regra, não existe. E a reserva legal, que na Amazônia exige que 80% de uma propriedade seja destinada à reserva legal, simplesmente no mundo não existe. Não há um único país europeu que tenha reserva legal, nem de 1% da propriedade, nem de 2, nem de 5, nem de 10%.

Na Amazônia, as organizações não-governamentais sediadas na Holanda, na Bélgica, querem 80% e nos países onde têm a sua sede não defendem nem 1, nem 2, nem 3, nem 4%. Considero isso uma indignidade, inaceitável. Não que nós tenhamos a reserva legal porque permanece os 80% no meu relatório. Considero inaceitável que certas organizações e seus executivos assalariados que têm por mês uma renda que o agricultor em Rondônia não consegue em 1 ano, tenham a desfaçatez de chegar aqui e exigir de nós o que não defendem, o que não apontam. Aliás, nem esse debate existe. Consultei a agenda dos parlamentos da Europa e procurei, nas últimas décadas, debate sobre APPs e Reserva Legal., não achei. Procurei a mídia, a imprensa dos Estados Unidos e Europa, do Japão, da China, da Índia, da Rússia. Hoje é fácil fazer essa pesquisa, Debate na imprensa sobre APP e reserva legal. Nas academias de ciência de todo mundo, das mais antigas, da Alemanha, da Inglaterra da França. Provavelmente algum cientista tenha pautado a discussão sobre APP e Reserva Legal. Também não encontrei. É como disseram deputados da Espanha e alguns parlamentares gaúchos na Galícia: não, essa agenda aqui nós criamos para vocês, não para nós. A legislação foi sendo elaborada à margem do Congresso, por medidas provisórias que nunca foram votadas, decretos, portarias, Resoluções do Conama e instruções normativas. De 300 a 400 artigos que não mão de um agente público se transforma num código contra a agricultura.

Uma das Resoluções do Conama mudou o conceito de várzea de tal forma que levou para a ilegalidade todo o boi criado há 270 anos no Pantanal. Transformou o Pantanal numa única APP, inapta, por exemplo, para a agricultura e para a pecuária. Levou para a ilegalidade 75% do arroz produzido no Brasil, porque o arroz é produzido em várzea no Brasil, na China, na Índia, no Vietnã e resolveram que, aqui, não poderiam produzir arroz em várzea. Levaram para a ilegalidade agricultores ribeirinhos do Amazonas. Eu percorri a calha do rio Purus há 15 dias para ver o terror que se espalha no meio daquelas comunidades que estão lá há 300 anos cultivando na várzea e preservando a floresta. Apontavam Chico Corrente na Comunidade de

São Sebastião. “Veja aqui, deputados, como a floresta está intacta. Nós usamos a várzea”.

Saímos do rio Purus, entramos por um igarapé para chegarmos na comunidade dele de barco. Ele disse: “Deputado eu planto aqui.” Planta aqui onde? Ele disse: “Aqui, esse igarapé baixa, na seca, e nós plantamos aqui. Colhemos e o igarapé volta.” Vivem assim há séculos e hoje são criminosos ambientais.

A agricultura e a pecuária de topo de morro também estão proibidas. Por que? Porque tornou-se área de preservação permanente. Quem viajar pelo Brasil, quem tiver a curiosidade de olhar, basta olhar, você já sabe que está ilegal. Você pega um carro em Porto Alegre e vai a Torres, pela estrada você vai ver o pé da serra todo cheio de bananeiras. Está tudo ilegal. Toda banana do Vale do Ribeira que abastece São Paulo, que é uma dádiva da natureza e da geografia você ter 20 milhões de habitantes abastecidos de bananas há 80 quilômetros de distância. Os Estados Unidos compram banana do Equador e a Europa da Costa Rica. São Paulo, o meu Estado, a grande São Paulo, tem banana há 80 Km de distância. Está ilegal.

Eu trouxe um ofício dos bananicultores, pequenos proprietários, não conheço ninguém que tenha ficado rico vendendo banana, pelo menos no Brasil. Mostrei à Ministra Isabela a situação reinante em São Paulo. Ela olhou, pediu a um assessor que verificasse. O assessor voltou e disse-nos: de fato, a legislação não permite. Eu disse: Mas essa situação já perdura por 8 anos. Há oito anos essas pessoas estão nessa situação. Multadas, autuadas. O Ministério Público chegando nas propriedades, dizendo: isso aqui é APP, isso aqui é Reserva Legal.

Encontrei em Cândido Mota, no interior de São Paulo, um agricultor cearense, que veio do Ceará com medo da seca. Ele chegou lá e comprou uma propriedade com muita água. Perdeu 70% da propriedade. Ele disse que nunca imaginou, na vida, que fosse correr do Ceará com medo da seca e correr de São Paulo com medo da água. Porque, na pequena propriedade, se você considerar essa margem de 30 metros de cada córrego, qualquer fio de água... no sul de Minas, por ter um microclima muito favorável, há muitas nascentes que a gravidade transforma num fio d'água de um palmo, dois palmos. Tudo aquilo tem que ser protegido com 30 metros de cada lado. Há nascente com 50 metros. Aplicada a fórmula do cálculo da circunferência: *Pi r ao quadrado* você tira de uma propriedade quase 8 mil metros quadrados, quase um hectare. Isso ouvi, agora, na semana passada. Disseram, mas se eu tenho 5 hectares e 5 nascentes, o senhor vai me tirar, provavelmente, quase 40 mil metros de 50 mil. O que vai restar para ele produzir? O pequeno produtor de

café no morros de Minas vai ter que separar o topo do morro em alguns. Eles plantam com inclinação acima de 45 graus. O outro tem várias pequenas nascentes e a lei protege a nascente e córrego permanentes e aqueles que só aparecem na estação chuvosa. O que amplia o número de nascentes. E, às vezes, o terreno de fato é muito favorável à nascente e você tem numa pequena propriedade várias nascentes. Inviabiliza, completamente, a pequena propriedade. Por conta disso, encontramos num único município, em Querência, no Mato Grosso, 1920 assentados da reforma agrária. O mito de que isso aqui beneficia os grandes, não se segura em nenhum lugar. Os mais regularizados são os grandes, está aqui a estatística do Senador Luiz Henrique, que é Santa Catarina. Vemos que 64% das propriedades têm até 20 hectares. Vinte e nove por cento têm entre 20 e 100 hectares. Produtores maiores de 1000 hectares somam 2%. Com relação à reserva legal, observa-se que: os maiores de 500 hectares têm quase toda reserva legal, 19,11; ou seja, quase 20% exigido por lei. Quem tem menos de 20 hectares, só tem 7. E quem tem entre 20 e 100, tem 11.

Quem mais precisa da terra nessa comparação com a área destinada a APP Reserva Legal, é o pequeno. Para 10 mil hectares, 30 ou 50, ou 100 metros não vão fazer diferença. Vi nos assentamentos de São Paulo, o Ministério Público começa a medir a APP, quando ele está na metade já entrou na outra propriedade. Aí o assentado diz que a medida já está no vizinho. Ou seja, a propriedade foi toda, se o rio for um pouco mais largo. Isso é socialmente justo, isso tem alguma relação com proteger o meioambiente, a sociedade? Lá em uma cidade de Santa Catarina, Senador Luiz Henrique, vi uma estatística onde 90% dos catadores de lixo da cidade vieram do campo. Gente que troca a sua propriedade por uma Brasília usada, por um barraco na beira da cidade e porque torna-se inviável a sua sobrevivência. Tem como sobreviver. Isso já acontece em larga escala. Eu tenho aqui em Santa Catarina o quanto já aumentou de área verde no Estado e no Rio Grande do Sul. Aí conversei com o Secretário de Recursos Hídricos e ele disse: é propriedade abandonada. Ou ele vende para ser uma chácara de classe média, que não precisa cultivar, ou ele simplesmente abandona, pressionado pela família, porque a renda média desse agricultor é muito pequena, mesmo naquela agricultura toda integrada. Lá no Paraná, o município com o maior IDH, eu visitei, é um município de base agrícola e cooperativista. Você vai à propriedade, uma classe média rural aparente, mas em declínio,

porque a renda está em declínio. Conversa com a família, tem dois filhos, um está na faculdade e o outro

não está porque não pode pagar. Trago no bolso muitas vezes bilhetes de agricultores. Agora mesmo, lá no café, um produtor de café de Minas Gerais me dá um bilhete pedindo para eu telefonar para uma faculdade daquele Estado para pedir meia bolsa para a filha, porque ele não tem dinheiro para pagar nem sequer a taxa rodoviária para a menina ir e voltar. Essa é a renda média de 90% dos agricultores brasileiros.

Inviabilizados, eles abandonam as suas áreas, transferem para proprietários maiores – o que eu vi em Rondônia, lá em Ji-Paraná – e recebem um lote. No caso de Querência, eles receberam a terra autorizados a usar 50%, depois a lei mudou e disse que só poderiam usar 20% e que teriam que reflorestar por conta própria os 30% correspondentes à nova legislação. Custa dinheiro, tem que ter um plano, tem que comprar as mudas. É de 9 mil reais, se não me engano, o cálculo que eu vi lá em Rondônia, Senador Casol. Em São Paulo é mais. Aí chega o Ministério Público e você não tem alternativa. Eu vi com o João de Deus, do Meio Ambiente. Ele estava junto, em São Paulo, a uma mulher de 80 anos, chorando, dizendo que o marido com câncer de pele era obrigado, todo dia, a pegar um aguador, o dia inteiro no sol, para aguar 70 mil mudas que ele tinha se comprometido a fazer lá no TAC, porque essa é a exigência.

O que fizemos diante disso? Procurar uma solução, porque o problema ambiental existe e não é invenção de ONG. Lamentavelmente ele existe, é grave no Brasil e no mundo. É evidente. E a agricultura há de dar a sua contribuição, embora não seja a principal responsável por isso. Eu sou da capital de São Paulo, moro a algumas quadras da Avenida Paulista e sei qual é a situação do Rio Tietê.

A situação do Tietê em São Paulo não é responsabilidade de um sujeito que está criando uma vaca em Araçatuba ou plantando cana em Barra Bonita. Aquilo ali é o esgoto da cidade que vai para dentro do Tietê. Agora você chega em Marília e obriga uma agricultora que me disse o seguinte: meu avô plantava repolho, meu pai plantava repolho, eu plantava repolho numa pequena propriedade. O Ministério Público foi lá e disse: a senhora não pode continuar plantando repolho. Ela vendeu a propriedade e foi para a periferia de Marília. Foi criada uma APP para proteger um rio que passa em Marília, dentro da cidade, e apodrece. Ela dizia: eu nem podia usar a água, porque a água é imprestável. Mas ninguém foi obrigado a deixar de despejar o esgoto em Marília. Ela foi obrigada a sair da propriedade dela e deixar de plantar repolho. Isso aconteceu. Ela é Diretora da Federação dos Trabalhadores da Agricultura.

O problema ambiental existe e é preciso que todo mundo contribua. Não dá para fazer como a Folha de S. Paulo fez, ao dizer que o código que nem foi votado tinha responsabilidade pelas tragédias do Rio de Janeiro, que permitia a construção em encosta e levar um mês e seis dias para publicar que aquilo não era verdade. Mas a desinformação na sociedade e na própria imprensa é muito grande sobre isso. E todo mundo reproduz um jargão que é uma briga entre ambientalista e ruralista. Aliás está hoje aqui, reproduzido no jornal do nosso glorioso Senado Federal. A idéia é de uma briga entre ruralista e ambientalista. Isso é uma necessidade do País de proteger o meio ambiente e a agricultura.

O que nós, depois desse esforço, fizemos? Primeiro, conservar os nossos conceitos. Não vamos abrir mão do instituto da reserva legal. Embora ele só exista no Brasil, vai continuar existindo reserva legal de 80% na Amazônia. Agora, vejam, senhoras e senhores, 75% da Amazônia já é reserva natural, porque é terra pública. A Amazônia já tem 75% de reserva porque é terra indígena, parque, unidade de conservação. Só no Ministério da ex-Senadora Marina foram 50 milhões de hectares de parques, alguns nas melhores terras do Brasil e do mundo. Duvido que país do mundo faria o que fizemos, duvido, impunemente, o que fizemos, mas estão lá 50 milhões de hectares só ultimamente. Setenta e cinco por cento já são terra pública. Dos 25% que restam ainda transformamos 80% em reserva legal, 80% do que resta. No Estado do Amazonas do Senador Eduardo Braga e da Senadora Vanessa e dos demais, 98% são vegetação nativa, só tem 2% abertos, e destes 80% têm que ser reserva legal. E não vi essa contestação na Amazônia. Houve até uma certa serenidade em relação a isso. Teremos 35% de reserva no cerrado amazônico, 20% na Mata Atlântica. Tudo isso vai continuar na lei. Vai continuar na lei a proteção dos rios, de 15 até 500 metros. Continuará na nossa legislação. A proteção de morros, de encostas, tudo isso nós continuaremos acolhendo, porque a proteção do meio ambiente não é um compromisso de Governo, de Estado; é um compromisso civilizatório do Brasil. Por isso preservamos hoje 70% de vegetação nativa, e os europeus não têm mais nada, zero. Os europeus têm zero, e nós temos 70%.

Agora, não podemos aceitar, como li na *Folha de S. Paulo*, que um ambientalista vá lá em Manaus recepcionar os estadistas do primeiro mundo e diga que a peste que ameaça o planeta é a raça humana. Depois vi na internet: não é pouca gente que defende essa ideia, não. Então, não é um problema de meio ambiente, mas um problema de querer desantropizar a Amazônia. Este é o problema. É outra questão.

Estamos propondo que os pequenos proprietários detentores de até quatro módulos sejam dispensados da recomposição da reserva legal. É isso que nós estamos propondo até quatro módulos fiscais. Não sei qual é o módulo porque varia de município para município, mas para beneficiar o quê? Esses de até 20 hectares de Santa Catarina que compõem 64% dos estabelecimentos, mas têm apenas 18% da área. E os outros, uma parte de até 100 hectares que compõem 28%. Juntos eles somam 90%, praticamente, de estabelecimentos de Santa Catarina. Eles são dispensados não de APP, de Área de Preservação Permanente, mas da reserva legal.

Os demais proprietários teriam a possibilidade de somar a reserva legal com uma APP. Por quê? Porque a legislação atual pune quem mais protege. Quanto mais água na sua propriedade, mais você perde a sua propriedade e isso, muitas vezes, ocasiona efeitos deletérios: vê-se o proprietário enterrando mina, desfazendo-se de área onde pode ter água, para não perder a sua propriedade, principalmente, o pequeno.

Então, é possível somar reserva legal com APP nas médias e nas grandes propriedades. Isso não é para resolver problema da Amazônia, não. Isso é para resolver – vou dar o exemplo do meu Estado – principalmente em São Paulo, talvez no Rio Grande do Sul.

Para aplicar a lei hoje, em São Paulo, Senadora Kátia, no meu Estado, nós teríamos, segundo a Secretaria de Agricultura, que abrir mão de três milhões e seiscentos mil hectares de área produtiva. Nós teríamos que arrancar feijão, capim, cana, soja, café de três milhões e seiscentos mil hectares para plantar mata, com o desemprego ocasionado por essa medida, a queda da arrecadação do campo e o desemprego urbano. Quem fabrica máquinas, equipamentos e defensivos não é o agricultor, não. É o trabalhador urbano. E nós teríamos, portanto, 20%, exatos 19,9%, segundo o Instituto de Economia Agrícola da Secretaria da Agricultura de São Paulo. Dezenove vírgula nove por cento da área de agricultura de São Paulo seria transformada em mata. É concebível uma coisa dessas? É possível? E nos outros Estados aconteceria mais ou menos a mesma coisa.

Um Procurador da Fazenda Federal chegou a calcular para mim a perda, município por município, de emprego e arrecadação com base no produto agrícola dessa medida.

Então estamos propondo que se some reserva legal com APP.

Estamos propondo que naquelas propriedades onde não é possível fazer a soma da reserva legal com a APP você possa compensar a reserva legal no mesmo bioma, mesmo que fora do Estado, porque

a Constituição criou o conceito de bioma; não criou conceito de bioma por Estado. Cada área averbada é uma área protegida. Você preserva a área que está produzindo e passa a proteger uma área de vegetação nativa, isso também no esforço de regularizar as propriedades.

Fizemos ainda a proposta de a legislação ser aplicada na época da abertura da propriedade. Você não pode pedir para o assentado de Querência ou de Confresa ou de Rondônia que recebeu a propriedade quando podia ocupar 50% refloreste hoje 30%. A legislação da época protege, por exemplo, propriedade em Pernambuco cujo proprietário disse: não, isso aqui foi coisa do Duarte Coelho Pereira, em 1550 ou 60. Tem lá o registro. Como é que você vai ser responsabilizado por isso? E ele faz a aplicação da legislação à época em que a propriedade foi aberta.

Recebi da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura e das federações de trabalhadores da agricultura um apelo que tem a minha simpatia, mas ainda vou conversar lá com os companheiros da Câmara.

O que deseja a Contag e as federações de trabalhadores da agricultura? Que para a agricultura familiar essa margem de 15 metros até córregos de cinco metros, e assim por diante, seja reduzida em até 50% mediante autorização, mediante estudos de órgãos técnicos.

Eu acho absolutamente razoável, porque sei que para alguns proprietários mesmo os 15 metros, se tiver quatro ou cinco cursinhos d'água, três ou quatro nascentes, aplicado o PIR-2 ele não tem como sobreviver, está inviabilizado. E acho que não devemos contribuir para agravar uma situação já difícil no campo. Não devemos contribuir para isso. Mas ainda é um tema, uma questão em aberto.

Recuperar o trabalho de extensão, porque nós abandonamos o trabalho de extensão. Proteger solo e proteger água exige recursos. Não adianta prender, multar um agricultor que abriu uma pequena área de erosão porque não fez a curva de nível. Ele não faz a curva de nível porque quem é da agricultura sabe que isso exige conhecimento e recursos, dinheiro. Sem isso você não faz curva de nível. Sem recurso, sem tecnologia você não protege nem a água nem o solo, e a agricultura pequena e média do Brasil é pouco intensiva em tecnologia e capital, não tem tecnologia e capital. Aliás, em Querência, o embargo das propriedades dos assentados proíbe até receber o crédito da agricultura familiar, o Pronaf. Nem ao Pronaf eles têm acesso.

Aí tem a polêmica do que chamam de anistia: ah, está propondo uma anistia. Primeiro, não estou propondo anistia nenhuma. Anistia é simplesmente o perdão, embora o nosso país tenha a tradição de anistia, que

permanece, o que acho uma dádiva de generosidade da nossa civilização. Nós anistiamos no Rio Grande do Sul na Guerra dos Farrapos, degoladores de lado a lado. Anistiamos e agora há um debate para saber se anistiamos ou não o italiano Battisti.

Para não dizerem que fiquei em cima do muro, quero dizer que defendo a anistia, que é uma forma de anistia. Agora, o Edgar, que é um agricultor lá de Boca do Acre que esperou três anos por uma licença do IBAMA com os filhos dentro da propriedade, e essa licença não veio, e resolveu derrubar quatro madeiras para plantar milho, feijão e mandioca é um criminoso que não pode ter anistia. Esse é o criminoso para o qual não se pode falar em anistia.

Sinceramente, senhoras e senhores! O Edgar veio aqui, eu fui lá e vi o Edgar, que me falou de outras proprietárias pequenas, familiares, em que só trabalha o filho enquanto o Ministério do Trabalho não chega, porque o filho também não pode trabalhar na agricultura familiar. O fiscal do IBAMA foi lá e ela não tinha dinheiro para ir ao IBAMA atender à notificação. O fiscal pegou R\$ 30,00 do bolso e disse: tome, vá ao IBAMA para atender à sua notificação.

O Governador do Acre, Tião Viana, criou a comissão de anistia no estado dele. Por quê? Porque as multas são estratosféricas, não há correspondência entre a multa e o valor da posse, do bem. No Pontal do Paranapanema, no meu Estado, São Paulo, assentados da reforma agrária que estavam com as vacas morrendo sem capim, e tinha lá uma vastidão de capim numa área que estava em regeneração, botaram as vaquinhas lá dentro: 3 milhões e 500 mil reais de multa. Também não ouvi dizer não.

Tenho o nome das companheiras assentadas que foram a uma reunião comigo. Uma disse: olhe, desculpe, eu atrasei porque tive que sacrificar uma vaquinha da qual estava tirando leite, ela já deitada. Deu lá o remédio e não teve jeito. Mas não pode entrar. Ela disse: a vaca não come floresta; a vaca come capim. Ela não vai comer as árvores.

Não estou falando do caso. Deviam ter posto a vaca lá dentro, é verdade, mas uma multa de 3 milhões e 600 mil reais tem cabimento? O que vai fazer? Tem que legalizar, mas não pode anistiar. Com essas multas não legaliza ninguém. Já há em Boca do Acre o cartório está fazendo um inventário dessas pequenas posses, Senador Luiz Henrique, para vender, para leiloar. A Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Acre, D. Sebastiana,

com quem estive há poucos dias, disse que teve que reunir um monte de gente para impedir que alguém desse um lance, para que ninguém comprasse uma pequena propriedade. Oitenta e cinco por cento

dos pecuaristas do Acre têm menos de 100 cabeças. Como é que você vai fazer? Ou você legaliza e depois vai examinar, porque, se sou multado no trânsito, sei que vou poder pagar a multa. Se alguém é multado no imposto de renda sabe que vai poder pagar a multa. Nesta legislação a multa não tem correspondência com a posse. Você multa uma posse de um assentado em 3,5 milhões, e como é que fica? Então, é preciso analisar com prudência, com generosidade, com espírito humanitário a situação dessas pessoas. Elas não podem vir aqui, Senadores. Não podem. Para trazer a Luzia lá de Boca do Acre precisou que um amigo meu de São Paulo, que tem uma ONG que trabalha lá, fosse lá, fosse à Prefeita, a quem ela não tem acesso, e pedisse uma passagem para ela vir aqui, para poder falar comigo, com o Senador Petecão, com a Senadora Vanessa, a quem eu levei. Essas pessoas não têm acesso, elas não têm e-mails, a imprensa não vai ouvi-las. A imprensa ouve as ONGs, está certo, porque têm *internet*, têm tudo. Mas essas pessoas que estão aí nesse campo vão ouvir o agricultor de Miguelópolis, lá no interior de São Paulo, que perdeu 70% do que tinha? Essas pessoas, muitas vezes, não chegam aqui. Os grandes, naturalmente, têm mais condições de se apresentar, mas o problema principal não está com os grandes, eles têm mais facilidade de resolver. Os grandes são mais vítimas da guerra comercial entre a agricultura de funcionários públicos da Europa e dos Estados Unidos – funcionários públicos no sentido de que a renda deles não depende de atividade privada; depende do Tesouro – e essa agricultura do Brasil, que enlouquece esses americanos e europeus. É mais esta questão: bloquear fronteira agrícola nossa. Agora, o pequeno é um problema social também. Não é que eles não produzam, eles produzem. Os pequenos lá do Paraná exportam frango, carne suína, etc. Mas é um problema social, porque muitos deles vivem ali na terra, moram ali. Então, é preciso a gente ter um pouco até de clemência com esses brasileiros e fazer tudo para proteger o meio ambiente. Precisamos proteger. Protegemos mais do que os outros e precisamos continuar protegendo mais, e não tratar isso como assunto entre inimigos. Não é. A sociedade, o povo e a nação esperam que o Congresso legisle para proteger o meio ambiente, para proteger a agricultura, para proteger a natureza, para proteger o ser humano, para proteger os rios e as florestas e para proteger as pessoas que precisam continuar vivendo e que sempre viveram perto da floresta, perto dos rios. Esse é o esforço que nós precisamos fazer e acho que é possível, porque a maioria das organizações não governamentais já compreendem isso. Algumas não compreendem porque não querem ou porque não precisam compreender, mas

uma boa parte já compreende. Eu vi no Mato Grosso do Sul o esforço de zoneamento com a participação de ONGs, de instituições da sociedade. É esse o esforço que nós podemos fazer.

Peço aos senhores desculpa por um momento ou outro de exaltação desnecessária e agradeço a confiança do Senador Rodrigo Rollemberg, do Senador Acir Gurgacz e das senhoras e dos senhores por me ouvirem sobre esse tema.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero agradecer ao Deputado Aldo Rebelo por sua colaboração a esse debate.

Quero lembrar aos Senadores que chegaram depois da abertura desta sessão que na próxima terça-feira nós daremos continuidade ao ciclo de debates conjuntos da Comissão de Meio Ambiente com a Comissão de Agricultura, ouvindo representantes do SBPC, da Academia Brasileira de Ciências, da Embrapa e o ex-Ministro Alysson Paulinelli e que nós vamos adotar o seguinte procedimento: em primeiro lugar, nós vamos ouvir os autores e coautores dos requerimentos que, no caso específico, são os dois Presidentes das Comissões e a Senadora Kátia Abreu. Em seguida, estão inscritos o Senador Luiz Henrique, o Senador Blairo Maggi, o Senador Waldemir Moka, a Senadora Ana Amélia, o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Ivo Cassol, Pedro Taques, Jayme, Petecão... Vou pedir para o Presidente Acir ir registrando.

Quero cumprimentar o Deputado Aldo Rebelo e mais uma vez reiterar o profundo respeito que tenho pela trajetória política do Deputado e pelo seu trabalho. Embora eu tenha algumas discordâncias do relatório do Deputado Aldo Rebelo, que está aqui, quero registrar a seriedade e profundidade com que se dedicou ao tema, visitando todas as regiões deste País.

Vou me ater, para ser muito breve e dar oportunidade para outros Senadores para tratar a outros temas referentes a esse debate, à questão específica das áreas de proteção permanente, especialmente as áreas de proteção permanente ripárias, ou seja, às margens dos rios. E quero lembrar, retomar a história para lembrar que essa modificação referida pelo Relator Aldo Rebelo no Código Florestal de 1965, que ampliou as áreas de preservação permanentes de cinco metros para trinta metros, deu-se nos idos da década de 1980, a partir de uma iniciativa de um Deputado de Santa Catarina, Estado do ilustre Senador Luiz Henrique, o Deputado Artenir Werner, que, naquela época, apresentou a proposição de ampliação das áreas de proteção permanente de cinco para trinta metros. Essa ampliação foi aprovada por unanimidade pela Comissão de Agricultura, em função de uma tragédia, em

função das enchentes ocorridas naquela ocasião no Vale do Itajaí. E a Comissão de Agricultura, por unanimidade, entendeu que deveria ampliar as áreas de proteção permanente de cinco para trinta metros, por entender que o impacto daquelas enchentes foi muito maior em função das pequenas áreas de preservação permanente.

Quero registrar também que este tema, como me disse há pouco o Senador Valdir Raupp, é um tema estratégico para o País, empolgante, desafiador e, em função até de minhas responsabilidades como membro desta Comissão, tenho procurado me aprofundar no assunto. Foi com esse objetivo, Deputado Aldo Rebelo, que, há duas semanas, fiz questão de fazer uma imersão na Embrapa com representantes de alguns centros da Embrapa, com o Chefe da Embrapa Florestas, o Chefe da Embrapa Meio Ambiente, pesquisadores dessas unidades da Embrapa e uma diretora da Embrapa discutindo mais profunda e tecnicamente essa questão do Código Florestal.

Claro que, ao discutir a redução das áreas de preservação permanente de trinta para quinze metros, o ideal seria que nós já tivéssemos conhecimento científico suficiente, que o País tivesse investido em zoneamento e em mapeamento de solos ao longo dos anos, para que pudéssemos definir a área ideal das áreas de proteção e de preservação permanente, levando em consideração a questão da declividade do solo, a espessura do solo, a textura do solo e os serviços ambientais que aquela área de preservação permanente pode executar, além dos recursos genéticos que aquela área de preservação permanente tem, até porque vivemos em um país de extrema complexidade.

Então, realmente é muito difícil tratar de um tema tão complexo com a diversidade imensa de biomas como o da Amazônia, como o da Mata Atlântica, como o do Cerrado, como o da Caatinga. Além da diversidade de biomas, há uma diversidade muito grande no processo histórico de ocupação. Na Amazônia é de uma forma, em São Paulo já é extremamente consolidado e na Caatinga é de forma diferente. Por isso, se nós formos tomar esses exemplos que o Deputado Aldo Rebelo traz muito bem aqui, mostrando todo seu conhecimento e a oportunidade que teve, a riqueza que teve, que adquiriu ao visitar todas essas áreas do Brasil, nós temos uma infinidade de exemplos. Mas nós temos que tratar de uma questão central. E aí me preocupa, a par de todas essas questões específicas que precisam ser tratadas de formas excepcionais em alguns casos, simplesmente a área de redução – é o que mais me preocupa nesse relatório de preservação permanente – de trinta para quinze metros. E me chamou muito atenção a apresentação de um pesquisador

da Embrapa Meio Ambiente, que trata da questão dos serviços ambientais realizados pelas áreas de proteção permanente. Ele mostra várias pesquisas em que se faz uma relação do processo de polinização com o aumento da produtividade de algumas culturas. Cita, define o nível de dependência de polinização biótica, baseado nos aumentos ou quedas de produção, em função da polinização, definindo como essencial até 90% de redução na produção; alto, de 40% a 90%; modesto, de 10% a 40%; pouco, até 10%; neutro, sem interferência. Pesquisa 107 culturas mostrando que esse nível de polinização é essencial em 13%, alto em 30%, modesto em 27%, pouco em 21%, neutro em 7% e desconhecido em 9%. E demonstra em algumas culturas bastante comuns na agricultura brasileira, como soja, café, laranja, algodão, maracujá, pêssego, melão e caju. Para vocês terem uma ideia, a contribuição da polinização no aumento da produção de soja é de 50% da produtividade da soja; do café, de 40%, segundo esse pesquisador; de laranja, 35%; de algodão em caroço, 43%; do maracujá, 100%, totalmente dependente da polinização pela abelha mamangava; do pêssego, 14%; do melão, de 45% a 75%; a castanha de caju, 88%.

Por que eu trago esses dados aqui? Para mostrar que as áreas de preservação permanente cumprem um papel, um serviço ambiental fundamental no aumento da produtividade das culturas tradicionais, que são culturas, na maioria das vezes, temporárias: naquele período em que não estão sendo produzidas, as abelhas, os polinizadores, tanto precisam de alimentos como precisam de abrigos. E sem ter o conhecimento total dessa questão – do impacto da declividade, da espessura, da textura do solo, dos serviços ambientais, dos recursos genéticos

da cada área de preservação permanente – a precaução recomendaria, no meu entendimento, que é melhor manter os trinta metros para os rios de até cinco metros, excepcionando casos especiais, do que simplesmente reduzir essas áreas, porque se amanhã se confirmarem todas essas pesquisas e preocupações, certamente será muito mais caro e demorará muito mais tempo repor essas áreas de preservação permanente – e provavelmente já não conseguiremos fazê-lo com toda a biodiversidade que eles têm hoje – do que aumentar a produção e a produtividade em outras áreas, investindo em inovação tecnológica, ampliando, avançando a fronteira agrícola em áreas de pastagem degradadas, aumentando a produtividade da nossa pecuária e com isso abrindo áreas hoje destinadas à pecuária à agricultura, intensificando os processos de integração lavoura-pecuária– silvicultura.

Então me parece que a precaução e a cautela indicariam neste momento um caminho como esse do que reduzir as áreas de preservação permanente dos córregos até cinco metros para metade do que é hoje: de trinta para quinze metros. Lembrando que essa proposição é para rio de até cinco metros, lembrando que os rios, todos eles, começam pequenos. E, se nós afetarmos os pequenos rios, isso terá impacto nos médios rios e nos grandes rios.

Há cerca de dez anos tive a oportunidade de participar de uma expedição pelo Rio São Francisco que foi de Pirapora até a Foz do São Francisco e em todos os afluentes do Rio São Francisco: o Rio Uruçuaia, o Grande, o Paracatu. Quando a embarcação, Senador Luiz Henrique, chegava à foz desses rios, ela atracava e era preciso pedir socorro à cidade próxima. Demorava um dia, dois dias para desatracar a barca e a expedição continuar. Por quê? Em função de um processo avançado de assoreamento nos rios que começam nos rios menores, nos rios médios e vão desaguar, produzindo resultados no rio maior, no caso, o Rio São Francisco.

Quero registrar também uma posição em relação à questão da reserva legal como um único instituto jurídico presente no Brasil, não existente em outro país do mundo. Eu tendo a considerar que toda inovação em relação a outros instrumentos jurídicos, especialmente essa, é positiva. Se o Brasil conseguiu ser o grande produtor de alimentos que é, o grande produtor de agroenergia que é, entendo que temos que criar todas as condições para ser cada vez mais, mas mantendo a suas florestas, mantendo a sua biodiversidade, esse patrimônio genético ainda desconhecido. Isso nos dará condições de competitividade cada vez maior no futuro e nós não podemos abrir mão disso. Se hoje temos uma grande riqueza, se temos na agricultura, na pecuária e na agroenergia uma grande riqueza, temos também na nossa biodiversidade uma imensa riqueza ainda desconhecida e pouco explorada.

Ao concluir, quero lembrar também um estudo da Agência Nacional de Águas, lançado agora, no Dia Mundial da Água, que demonstra que, nas condições atuais, nós teríamos que investir em torno de R\$ 22 bilhões nos próximos anos para garantir o abastecimento de água nas cidades brasileiras. E é claro que nós teremos que investir R\$ 22 bilhões para ter água nas cidades brasileiras se nós tivermos as condições dos nossos rios e córregos como temos hoje. Se essa situação piorar é claro que esses recursos serão mais volumosos.

Entendo que neste debate sobre o Código Florestal, debate fantástico, como já disse, nós temos que produzir... E a Comissão de Meio Ambiente, a Comis-

são de Agricultura devem firmar alguns compromissos no sentido que na elaboração do orçamento a gente garanta de fato recursos expressivos para que o Brasil possa planejar estrategicamente o desenvolvimento da agricultura brasileira, da agroenergia brasileira, a recuperação do nosso sistema nacional de pesquisa agropecuária, que possamos continuar fazendo levantamento de solos e, especialmente, que o Congresso Nacional perceba a importância de evoluir, de avançar numa legislação inovadora de pagamento de serviços ambientais.

Lembrar também que o aumento da produção e da produtividade brasileira – e há gráficos da Embrapa que demonstram que nós tivemos um aumento da produtividade – permitiu que aumentássemos muito a produção nos últimos anos, aumentando muito menos a fronteira agrícola. E, portanto, isso nos ensina o caminho de investir fortemente em inovação tecnológica, em desenvolvimento científico e tecnológico. Para isso é fundamental fortalecer a Embrapa e todo o sistema nacional de pesquisa agropecuária e garantir recursos significativos cada vez mais, mas também garantir financiamentos mais adequados especialmente para aqueles produtores que utilizam os manejos adequados.

Nós temos que sair um pouco da condenação apenas dos sistemas de comando, das ações de comando e controle para construir uma agenda positiva.

Quero, para encerrar, Deputado Aldo, dizer que nos últimos dias me dediquei a reler o seu relatório e, como disse, tenho um profundo respeito pela sua dedicação. V. Ex^a é um brasileiro, tem compromisso com este País. Independentemente de qualquer possível divergência em relação ao seu entendimento da matéria, acho que V. Ex^a traz uma contribuição ao debate com profundidade, trazendo exemplos de situações que acontecem nos rincões deste País tão diverso e tão maravilhoso. Mas tenho plena confiança, plena convicção de que o Congresso Nacional, especialmente o Senado Federal, começa a dar essa demonstração hoje, ao unir as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária à Comissão de Meio Ambiente. Tenho a convicção de que temos todas as condições de produzir e de aprovar, ao final de tudo isso, um relatório equilibrado que possa garantir que o Brasil continue sendo um grande produtor de alimentos e de agroenergia, que o Brasil dê tranquilidade e segurança jurídica aos agricultores e que reconheça o papel fundamental que eles desempenham na economia nacional, na vida nacional. Mas que possamos fazer isso de forma inteligente, sem destruir o grande patrimônio genético que temos, sem degradar o grande patrimônio, os aquíferos que nós temos, os rios que nós temos, porque

esse, sem dúvida, será o grande diferencial. Este é o século das oportunidades para o Brasil e, para que a gente possamos aproveitá-las, temos que fazer tudo de forma sustentável. E temos elementos, condições e competência para fazer isso.

Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Deputado Aldo Rebelo, quero registrar que V. Ex^a colocou para todos nós a profundidade do seu conhecimento com relação a esse tema. Quero ser bastante direto para não tomar tempo dos nossos colegas que também querem iniciar o debate.

Eu faço duas colocações, Deputado. Aquelas pessoas que desmataram à época em que estava em vigência a lei do momento serão contempladas nesse novo código, respeitando o seu direito adquirido? Eles derrubaram, na época em que era permitido, até 75%. Depois, com a mudança da legislação, era permitido derrubar até 50% e depois veio essa nova lei pela qual é permitido derrubar até 20%. Essa é uma pergunta.

A outra pergunta, Deputado: colocar a Amazônia com 80% de reserva não estará engessando o desenvolvimento do nosso País e inviabilizando os futuros assentamentos que precisam ser feitos? É preciso contemplar a reforma agrária brasileira e nós só temos espaço praticamente na Região Amazônica.

Essa é uma pergunta que eu faço e gostaria de ter a sua resposta.

Agradeço mais uma vez a sua vinda aqui.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB– DF) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

Vou sugerir que a gente ouça cinco Parlamentares e a cada cinco eu passo a palavra para o Deputado Aldo Rebelo.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Obrigada, Presidente Rodrigo Rollemberg, Senador Acir, Presidente da nossa Comissão de Agricultura, nosso Relator Aldo Rebelo, competente na sua atuação à frente do Código.

Eu gostaria de registrar também que se hoje nós temos aprovações de transgênicos no Brasil devemos a Aldo Rebelo, pois, àquela época, eu ainda Deputada junto com Aldo, ele, Presidente da Câmara dos Deputados, permitiu que nós pudéssemos votar a matéria e uma emenda minha que alterasse o *quorum* da CTN-Bio, que era impraticável. Nós não teríamos nenhum produto aprovado de transgenia no Brasil se não fosse Aldo Ribeiro.

Portanto, eu tenho certeza do seu trabalho, do resultado do seu trabalho à frente do Código. Se hoje o

Código está difícil, a transgenia naquela época era muito mais difícil ainda, e tantos preconceitos existiam.

Naquela época já existiam divergências entre cientistas: cientistas a favor, cientistas contra a transgenia. E hoje nós estamos com o assunto praticamente pacificado, seguro e ajudando a agricultura. E, principalmente, ajudando a agricultura a produzir alimentos mais baratos para as pessoas nos supermercados, nos armazéns de todo o Brasil, à disposição dos brasileiros.

Fiz um desafio no ano passado para que qualquer ambientalista, todos eles, especialmente aqueles radicais que fazem do assunto meio ambiente um dogma, que nós da CNA, nós, produtores rurais do Brasil, estávamos dispostos a dar mil hectares para cada um deles, de

presente, na Região Norte do País, desde que todos cumprissem as três legislações impostas ao homem do campo, gerassem emprego e renda, reserva legal de 80, cumprir 252 normas trabalhistas que são impostas, cumprir o GUT e o GE da reforma agrária e ainda dar emprego e gerar lucro. Nós fizemos este desafio. Infelizmente, ninguém nunca apareceu para aceitar esse desafio.

Nos Estados Unidos, unidade de preservação é unidade de preservação. Unidade de produção é unidade de produção. O que isso quer dizer? As unidades de conservação, é papel do Estado fazer com recurso do Estado, com recursos do contribuinte, porque isso é um bem coletivo e não pode ter um ônus individual para o produtor rural. Reserva legal nos Estados Unidos é piada.

A *Farm Bureau* estará inclusive na CNA hoje. A *Farm Bureau* é a CNA americana. Não há a menor hipótese de eles aceitarem qualquer tipo de imposição de uma unidade de conservação dentro de uma unidade de produção, porque é um corpo estranho que prejudica todo o plano de negócios da empresa agrícola, que não tem diferença nenhuma de uma empresa privada.

A reserva legal que é jabuticaba brasileira, disse bem Aldo Rebelo, não existe em parte nenhuma do mundo. E nós estamos tratando hoje, no Brasil, de recomposição de um objeto que não é mundial, fazendo com que o Brasil imponha aos seus agricultores e à economia uma reserva legal, para depois importar arroz da China, feijão do México, que não têm nem sequer código florestal, que não têm nem uma margem de APP.

A Europa tem 0,02% de floresta nativa. Nós temos 60% de floresta nativa. Agora, importar produtos de toda parte do mundo, caso nós tenhamos que diminuir a produção, mesmo que não tenha APP, mesmo

que não tenha reserva legal, será que isso é honesto com o Brasil? Será que nós podemos fazer isso com os brasileiros? Não é com os produtores rurais, não, porque eu tenho dito a eles, em várias vezes, numa quantidade enorme de números: nós estamos fazendo o papel do Estado. Nós estamos fazendo o papel do governo, porque somos empresários. E o mercado funciona de toda sorte, em qualquer lugar do mundo, quer seja no campo ou na cidade: quanto menos oferta mais preço. Ou não é assim em qualquer parte do mundo?

Portanto, nós, produtores rurais, deveríamos estar do outro lado, rezando para que a reserva legal aumentasse, para que pudéssemos diminuir a produção e termos um preço mais elevado dos nossos produtos. Esse era o nosso papel e o governo não tinha que estar fazendo o papel contrário, exigindo que as áreas de produção pudessem ser aumentadas, preocupados com o abastecimento nacional e com a comida barata.

Se há 45 anos o brasileiro gastava 48% do seu salário com comida, ele gasta 18%. E só não gasta 12% hoje porque não nos deixam trabalhar, senão gastaria muito menos salário.

Nós que já fomos, 45 anos atrás, grandes importadores de comida, de arroz das Filipinas, que é o lugar mais longe do Brasil, 26 horas de voo, nós já compramos feijão do México, nós já compramos leite, e muito leite, da Europa; nós já compramos muita carne da Austrália, hoje nós somos autossuficientes.

Isso não foi à custa de deitar numa rede, esperando a comida chegar. Nós fizemos tudo isso foi trabalhando, foi desmatando, sim, abrindo áreas novas. Nós não jogamos terras ao vento, como se diz naquela novela antiga das oito. Nós transformamos cobertura florestal em arroz, feijão, milho, emprego, PIB e exportações. E isso não pode ser mudado do dia para a noite, como se os agricultores tivessem cometido um crime contra o Brasil e um crime de lesa-pátria. Portanto, o abastecimento é responsabilidade do Governo, do Estado, desta Casa e não dos produtores rurais sozinhos, como estão lutando hoje para aumentar suas áreas de produção todos os dias.

Quero chamar a atenção, Relator. Não poderia passar silenciosa diante deste detalhe do seu relatório. Com toda a competência, com todo o espírito democrático, V. Ex^a fez o que foi possível. Negociou, andou o Brasil inteiro atrás de acordos, de ouvir as pessoas, os divergentes, para elaborar o seu relatório. Mas quero dizer aos meus colegas Senadores que, como Presidente da CNA, o relatório ainda não está suficiente para atender às demandas da agropecuária brasileira, da economia nacional, porque discutir meio ambiente sozinho, sem considerar as questões ambientais, sem

considerar a questão econômica, sem considerar a questão social, não nos levará a parte nenhuma.

Gostaria, em um minuto, de apresentar um dado para que meus colegas pudessem ver com facilidade o que estou mostrando. O que diz respeito no relatório do Aldo Rebelo à reserva legal? Ele isenta a reserva legal até quatro módulos, o que acho ser de muita justiça para os pequenos agricultores do Brasil. Muitos deles estão 100% dentro da APP e, portanto, jamais conseguiriam ser minimamente competitivos se impusessem sobre eles a reserva legal. É mais do que técnico; é humano, é consideração, é solidariedade com essas pessoas que são pobres, que representam quase 80% dos produtores do Brasil.

Quando eu discordo, quando a CNA discorda que acima de quatro módulos a reserva legal tenha que ser composta, em algumas circunstâncias, mesmo antes ou depois da lei, nós pretendemos dizer apenas com essa tela o porquê disso.

Aqui, por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quero apenas fazer um apelo. Estou sendo cobrado por outros Senadores...

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, eu prometo falar muito menos do que V. Ex^a.

Em 1960, a área privada era de 250 milhões de hectares. Naquele tempo, na área privada, tínhamos apenas 191 milhões de hectares à disposição da produção agropecuária. Portanto, 46 anos depois, temos à disposição da agropecuária, à disposição da produção de alimentos no Brasil, apenas 230 milhões de hectares. Há 46 anos tínhamos 191 milhões de hectares, só que éramos 80 milhões de brasileiros e hoje somos quase 200 milhões de brasileiros. Nós aumentamos a nossa produtividade: 1.000% em carne e 650% em grãos.

Portanto, quero chamar atenção de que se prevalecer o relatório de Aldo Rebelo, que foi feito com a maior competência, com o maior espírito democrático, mas quero chamar atenção de que, se prevalecer a reserva legal recomposta acima de quatro módulos em várias propriedades do Brasil, essa área de produção nacional deverá diminuir enormemente.

Temos 850 milhões de hectares no Brasil inteiro. Portanto, nas mãos da produção temos apenas, em arroz, feijão, carne, milho e frutas, 230 milhões de hectares. Portanto, quero deixar essa reflexão de que possamos fazer a vontade do Senado Federal e pedir ao nosso Relator que faça um corte na legislação, porque o passado é o passado. Hoje nós estamos falando de uma agricultura moderna, de uma agricultura de ponta, de uma agricultura invejada em todo o mundo e não uma agricultura de 45 anos atrás, que nem sequer debatia o meio ambiente. Que pudéssemos fazer um

corte neste País. A anistia existe na legislação para ser usada e não só admirada. Que nós possamos passar um corte, seja em 2001, seja em 2005, que comecemos uma vida nova para este Brasil, para manter as áreas de produção intactas como estão hoje, a não ser que a ciência, que os cientistas possam apontar qualquer coisa na minha fazenda que esteja desrespeitando e trazendo perigo ao meio ambiente, qualquer detalhe mínimo que haja na fazenda de Aldo Rebelo para que a gente possa corrigir erros cometidos, mas que possamos manter as áreas de produção neste País.

Não temos o direito, com mais de 40 milhões de brasileiros que estão abaixo da linha de pobreza, de diminuir produção de alimentos e importar arroz da China, que não tem reserva legal nem APP.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Agradeço à Senadora Kátia Abreu. Peço desculpas. Na verdade, estou pressionado aqui pelo Regimento. Fui cobrado por alguns Senadores para cumprir o Regimento. E, pessoalmente, gostaria de ouvir a todos pelo tempo que considerarem necessário.

Vou solicitar, fazer um apelo para que os Senadores sejam os mais breves possíveis, lembrando que, pelo Regimento, cada um teria direito a três minutos. Não quero controlar o tempo de nenhum Senador, mas apelo para que todos sejam os mais objetivos possíveis.

Vamos ouvir a Senadora Ana Amélia, que também é coautora do requerimento. E passo, agora, a palavra ao Senador Jorge Viana, que também é coautor do requerimento. Em seguida, o Senador Luiz Henrique. E vamos ouvir o Relator Aldo Rebelo.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente... Srs. Presidentes, não é? Nós temos aqui o Senador Rodrigo.

Caro Deputado Aldo, eu queria dizer que li o relatório e tenho procurado me informar mais ainda. A preocupação com a Amazônia e com o Brasil no meu caso é muito vinculada à minha própria atividade. Sou engenheiro florestal. Estabeleci, no Acre, meus propósitos de me somar aos ideais de Chico Mendes, aos propósitos de Marina Silva, de Binho Marques e agora de Tião Viana, tentando fazer do Acre uma referência de busca de implementar na Amazônia uma atividade econômica que melhorasse a vida do povo, mas que especialmente pudesse ser

uma referência de um desenvolvimento que fosse feito acompanhado da palavra sustentável. Temos procurado e alcançado muitos avanços. Modificamos muito a realidade do nosso povo e do nosso Estado, mas ainda temos muito a fazer.

Esse tema que a gente discute nessa reunião de hoje está carregado pelo emocional, o que é natural, porque envolve a vida de brasileiros e brasileiras. Está carregado também pelos interesses, alguns interesses mais imediatos e outros interesses do nosso País. Não custa lembrar que o pretérito, a história do nosso País está essencialmente vinculada ao que estamos discutindo hoje. O próprio nome do nosso País vem de uma árvore, o que pode ser um alerta para a nossa consciência hoje. Essa árvore foi dizimada! Serviu de atividade econômica de uma maneira, eu diria irresponsável ou de baixa responsabilidade e, simplesmente, só ficou o nome.

Ouçó Parlamentares aqui. O País não é como o México ou outros países que foram citados. O Brasil é completamente diferente. Nós temos a segunda área de floresta do Planeta, a maior área de floresta tropical do Planeta. Nós temos biomas que são absolutamente complexos e diferenciados dentro do nosso próprio País.

Neste País, que recebe para guardar e para usar de maneira sustentável tanta riqueza, não cabe repetir nem buscar exemplo em outros países. Se os Estados Unidos não têm reserva legal, os Estados Unidos são completamente diferentes do nosso País por esse aspecto.

Para me prender aqui, aproveitando a presença do Aldo, queria dizer, Aldo, que você é um grande brasileiro. Já provou isso por onde passou. É um estudioso dos problemas do nosso povo e do nosso País. Acho que foi um desafio grande você aceitar. Eu sei disso. Mas que caiu em boas mãos, porque caiu na mão de um estudioso. Eu li. Você mistura, com sabedoria, a história do povo brasileiro com o tema que a gente discute hoje, com os desafios que temos.

Temos divergências? Obviamente. Temos um modelo de pensar esse assunto de maneira diferenciada e isso é rico, não é pobre. Quando você esteve no Acre, nas muitas vezes que você já foi na Amazônia, eu me associei com o Governador Binho fazendo uma crítica à reunião que você tinha realizado porque não podemos estar presos, mesmo que de um lado esteja a realidade de um produtor que enfrenta uma realidade perversa contra ele. Aquilo tem que ser levado em conta, tem que ser considerado, mas nós temos que pensar que estamos estabelecendo uma política não para quem trabalha na atividade agrícola hoje, mas também para quem trabalha hoje, para quem trabalhará amanhã e para quem trabalhará no futuro.

Por esse aspecto, entendo que já, já esse tema virá para o Senado. O Senado acertou em trazer o nobre Deputado Aldo, Relator, para cá. Nós todos estamos nos debruçando sobre o assunto, estudando esse

tema. Não posso me alongar, até porque eu acho que a riqueza está em ouvirmos todos, mas, sinceramente, acho que há um problema de origem nesse tema.

Nós temos uma legislação boa, feita no século passado, em 65. O ano de 1965 era um período em que o Brasil não estava nada bem do ponto de vista de ouvir, de consultar. Ao contrário.

Era um regime de exceção. Mas, ali, acumulando a experiência e levando em conta a realidade diferenciada do mundo inteiro, o Brasil fez uma legislação que nos trouxe até aqui.

Acho que as mudanças que foram feitas foram mudanças que tencionaram e agravaram situações que nos trouxeram à realidade de hoje. Talvez tenhamos aqui a grande oportunidade de fazermos o que eu chamo de uma atualização da legislação ambiental do Brasil, levando em conta não apenas a realidade que o povo vive e sofre hoje, aquele que quer produzir, mas também levando em conta, essencialmente, sem separar disso, os interesses da nossa Nação, do nosso País, para que essa atualização do Código signifique trazeremos o Brasil para o século XXI e não enterrarmos o Brasil no século passado.

E acho que há um erro de origem nesse debate. A floresta, os biomas estão sendo tratados como inimigos nossos. E aí eu me associo ao meu colega Rodrigo.

A floresta... Eu sou da Amazônia de pai, de mãe e de avô. Não posso reproduzir o brilhantismo, o heroísmo de quem chegou lá antes de nós no século passado. Estou falando do século retrasado, como os meus antepassados chegaram. Eles cumpriram uma missão heróica, mas nós não podemos... Temos que olhar para esse passado, valorizá-lo, mas nós não podemos reproduzi-lo e repeti-lo. Então, sinceramente, nós não podemos partir do pressuposto de que a floresta é o problema, meu caro colega Senador Acir. A floresta na Amazônia é a solução. Se nós formos com um problema, então vamos ter que discutir o quanto tiramos. E daí há uma diferença enorme que pode se aliar aos 20%.

No Acre, hoje, os pecuaristas, que foram para lá, ficaram lá e modernizaram-se – e não são poucos –, foram acolhidos por um modelo de desenvolvimento sustentável e, hoje, sentam-se com os índios, com os seringueiros, à mesma mesa e fazem um zoneamento, como está feito como referência. O grande aliado é a floresta. A reserva legal lá passou a ser o equilíbrio da atividade econômica no Acre. O produtor que trabalha com a agropecuária tem, na floresta, uma fonte de renda importante na economia dele. A floresta não valia nada há vinte, trinta anos, quando manejada. Hoje, é uma receita importante no equilíbrio, quando, por

exemplo, a carne tem problema. Quando a atividade que ele gosta de fazer tem problema, ele a equilibra com o preço do manejo que está fazendo, sendo a atividade disputada.

Então, esse é um ponto, para mim e para o Aldo, fundamental. Não é hoje o debate. Nós ainda não recebemos a matéria que vem da Câmara. Estou agradecido por estar aqui, mas, sinceramente, acho que nós não podemos contaminar do jeito que está contaminado. Uma coisa é trabalharmos para que o nosso País siga sendo um País que resolve o problema da fome no mundo, resolvendo os problemas dos produtores, problemas de créditos, problemas de burocracia, problemas de armazenamento, problemas de infraestrutura de estrada. Não vamos satanizar que todos os problemas dos produtores, hoje, estão vinculados à reserva legal, à APP. Não estão. Esse é um dos problemas. Esse não é o problema central dos produtores. A insegurança nas propriedades é um problema a ser resolvido agora.

Aí a Kátia Abreu – desculpa –, a Senadora Kátia Abreu tem razão. Nós temos que dar uma solução para as áreas consolidadas, estabelecendo qual será o período, quando será esse corte.

Sou defensor, mas isso não pode contaminar a nossa visão de fazermos uma legislação moderna, que veja a floresta como aliada – o nosso Presidente colocou aqui claramente –, que veja a floresta como fonte de recursos. Não posso admitir que, hoje, dentro de uma reserva extrativista com a qual o Chico Mendes sonhou e que nós lutamos para implementar, não possa ser feito o manejo. Quem é contra estabelecer manejo florestal dentro da floresta é inimigo da floresta, porque manejar, fazer uso inteligente dessa riqueza é ganho, é economia, é garantir que o usuário vai perpetuar aquilo que é fonte de renda dele. Se não deu certo, aqui no litoral, a floresta foi porque a floresta era vista como um problema e foi retirada. Na Amazônia, e outros biomas, o próprio cerrado, tem de ser visto como aliado.

Encerro meus comentários no sentido de parabenizar as duas comissões. Acho que temos muito o que ler e, principalmente, ver se o Senado... porque a Câmara é a Casa do povo, há os Deputados que representam o povo, o Senado é a Casa da Federação, além de representar o povo. Acho que aqui a gente pode buscar o equilíbrio, Senadora Kátia Abreu, o equilíbrio de fazer o País entender que uma legislação só não vai resolver os quatro, cinco biomas que temos, as cinco regiões que são completamente diferentes do ponto de vista da infraestrutura instalada, dos desafios que têm e da atividade econômica.

Então, dentro desse aspecto, podemos tirar o máximo do emocional, mas sem tirar do todo e trazer a atividade econômica, deixar de ver a floresta como um problema e, quem sabe, a gente encontra uma maneira de aperfeiçoar os propósitos do nobre Deputado Aldo, fazendo algo que seja bom para agora e para as futuras gerações.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Jorge Viana. Realmente o tema é apaixonante. É absolutamente constrangedor para mim regular o tempo de V. Ex^{as} em função das contribuições. Mais uma vez a Mesa está sendo tolerante com todos os Senadores, mas apelo pela objetividade, pelo tempo, para que possamos ouvir todos os Senadores.

E passo, com muita alegria, a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que me advirta quando eu chegar aos três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não terei condições de fazer isso, Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Começo tomando a expressão que V. Ex^a acabou de proferir no seu belo e alentado discurso: nós somos um País de extrema diversidade.

Quero cumprimentar o Deputado Aldo Rebelo – acabei de lembrar o grande companheiro nosso que foi Aldo Fagundes –, que se transformou num verdadeiro cavaleiro andante para dar ao Brasil uma lei que se compatibilize com aquilo a que o nosso Senador Jorge Viana acabou de se referir.

Temos que sair dessa dicotomia entre a satanização da floresta e o terrorismo sobre o pequeno agricultor. Temos que sair desse dilema. Mas quero abordar um aspecto muito mais importante para esta discussão. Nós fizemos a Constituição, fomos constituintes. O que estabelecemos na Constituição? Vou ler o art. 24 da Constituição:

“Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente”. Repito: “concorrentemente, sobre

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

VII – proteção ao patrimônio paisagístico.

VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente e aos bens paisagísticos.

§ 1º – no âmbito da legislação concorrente [concorrente, saliento], a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais”. Vou repetir o parágrafo:

“No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º. A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.”

Ora, Srs. Presidentes, ora, meu caro Relator, ora, minhas caras Senadoras, meus caros Senadores, o que a Constituição procurou estabelecer? Qual é a *mens legis* que está nesse conjunto de dispositivos que acabei de ler?

O que ela decidiu foi que em matéria ambiental a competência da União limita-se a traçar as normas gerais. Quando ela menciona competência concorrente com os Estados não significa dizer que os Estados têm mera ação subsidiária. Não! Os Estados têm ação concorrente para definir a lei em relação às suas peculiaridades territoriais, regionais, culturais. Por isso, vendo os agricultores submetidos ao terrorismo ambiental e toda essa posição equivocada, satanizando a Mata Atlântica, nós criamos um código ambiental no meio tempo, que foi difamado, que foi mal compreendido, que foi objeto até de ameaças ministeriais, exatamente para ser fiel ao que diz a Constituição.

O nobre Senador Jorge Viana tem razão: nós não vamos resolver essa questão com uma lei federal, até porque os cinco biomas traçados no art. 225 da Constituição têm peculiaridades diversas. Então, com relação, por exemplo, ao afastamento que é proposto em 15 metros, é o único que aspecto de que discordo do ilustre relator. A Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, editada durante o regime autoritário, numa época em que a Oposição não tinha capacidade de modificar dispositivo nenhum, uma lei autoritária, mas o que ela preservou? Ela preservou a cultura agrícola brasileira. O agricultor sempre respeitou cinco metros. Quem for a Santa Catarina pega o helicóptero, voa por todo o Estado e vai ver a mata ciliar intacta. O agricultor não ultrapassa os cinco metros. Então a lei não criou os cinco metros; a lei simplesmente preservou uma cultura nacional. Mas eu acho que nós não podemos estabelecer numa lei federal se são cinco, 15, 30. Em alguns Estados de rios largos e profundos pode até ser mais. O que advogo é que a lei não pode penetrar na competência exclusiva dos Estados de

fixar esses parâmetros de acordo com suas peculiaridades locais e regionais. Essa é a tese que eu espero que seja respeitada na votação do Código que for realizada pelo Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique. Agradeço a V. Exª e vou sugerir um novo encaminhamento, com a autorização do nosso convidado, Deputado Aldo Rebelo. Que possamos ouvir todos os

Senadores presentes, em seguida retornamos a palavra ao nosso convidado, se também O nosso Presidente concordar.

Passo, então, a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, aliás, nossos dois Presidentes, Acir e Rodrigo Rollemberg. Cumprimento também o nosso convidado, Deputado Aldo Rebelo, e quero saudar todas as Senadoras e Senadores aqui presentes.

Quero dizer, Deputado Aldo, que dificilmente o Congresso, a Nação brasileira teria tido oportunidade de debate tão rico se não fosse o senhor o relator desta matéria, primeiro, porque é um homem urbano, conhece bem o País. Mas é um homem urbano, mora a poucas quadras da Avenida Paulista. E para conhecer a realidade do Brasil é preciso ter disposição, colocar o pé na estrada, como dizemos lá no Mato Grosso, tirar a bunda da cadeira. E o senhor fez isso e viajou por todo este País, conversou com as pessoas, conversou com os sindicatos. Acho que não deixou de ouvir nenhuma das representações ligadas à questão da terra, à questão fundiária neste País. E, mais importante, ouviu o agricultor, ouviu a história dos agricultores e relembrou a vida de cada um e as dificuldades que cada uma das famílias que está aqui hoje sofreu para chegar até onde chegou.

Numa parte da sua fala, V. Exª me fez lembrar da minha família, do meu bisavô, do meu avô e do meu pai, que viveram na região de Torres, mais Três Cachoeiras, Lajeado e em todas aquelas encostas dos morros por onde se vem de Porto Alegre descendo para o Sul do Brasil. Ali os italianos tiveram que, como se diz, trepar naqueles morros, derrubar a floresta. E ali sustentaram gerações e gerações cultivando bananas. Toda a minha família veio da banana, vamos dizer assim.

E isso nos traz, nessa sua fala, a lembrança dos milhares ou dos milhões de brasileiros que estão aí hoje e que tiveram que passar pelo que passaram para termos o País que nós temos hoje.

Às vezes eu fico ouvindo o Senador Viana, que me antecedeu há pouco tempo, e também ouço todos os ambientalistas e suas opiniões divergentes, importantes – não quero dizer que elas não sejam importantes –, mas às vezes eu me pergunto se nós, de hoje, vivêssemos na época dos nossos bisavós, daqueles que vieram para cá e tiveram que fazer este País. E se eles tivessem a mesma mentalidade que a grande maioria dos urbanos tem hoje será que nós seríamos o País que somos hoje? O que seria deste País? Talvez nós fôssemos a África, com grande potencial, mas sem conhecimento, sem a coragem de fazer, sem a

vontade de fazer, sem a determinação de fazer. Então me sinto, às vezes, contra a parede.

Eu conheço a história da agricultura, conheço a história dos agricultores. Eu sou produto dessa luta pela terra, pela ocupação do oeste do Paraná por uma política feita pelo Getúlio Vargas, eu sou produto da ocupação do Centro-Oeste feita por uma política de Governo do regime militar, mas que acertou em tudo, porque hoje o Centro-Oeste brasileiro, junto com o Sul e com o Sudeste, mantém quase duzentos milhões de habitantes em mais de 150 países mundo afora sendo alimentados, em parte, pelos brasileiros de todas as regiões do Nordeste e do Norte também.

Então, de fato estamos numa encruzilhada. Queremos conservar, e acho que devemos conservar, mas não podemos, de forma nenhuma, esquecer daqueles que trabalham e fizeram no passado.

O senhor, nas suas andanças, no seu relatório, eu li com atenção, o senhor reconhece essa parte histórica do povo brasileiro, que trouxe o País até aqui. E os que trouxeram o País até aqui nos dão um recado também: temos que conservar, preservar, mas temos que continuar avançando.

A responsabilidade da produção de alimentos talvez seja das coisas mais nobres que o ser humano pode fazer, porque a gente vive sem o rádio, mas não vive sem comer todos os dias. E todas as atividades humanas, as necessidades humanas do dia a dia e até as supérfluas passam pela atividade de alguém no campo.

E, aí, quando nós estamos nos alimentando, a gente não tem a distinção de pequeno, de grande, de médio, porque a gente não sabe de onde vem a comida, a não ser em nichos específicos, agricultura orgânica, que é importante. Eu não desprezo nenhuma atividade, nenhum tipo de mercado. Mas a gente precisa pensar que amanhã cedo ou melhor hoje ainda no almoço, nós vamos almoçar, vamos jantar, tomar café da manhã e quem for tomar um *chopp*, uma cerveja estará usando dos serviços de um agricultor em qualquer lugar do mundo.

Então, de fato, a responsabilidade nossa nesta aprovação, na discussão deste novo Código Florestal deve levar em conta o que foi feito no passado, em cada uma das suas épocas, e o que queremos para o futuro. Queremos preservar, conservar, mas temos que continuar ampliando. Precisamos entender que o mundo vai ficando cada vez mais ricos. Novas regiões como a Ásia e o próprio Brasil vêm mostrando que, a cada dia, tem mais dinheiro no bolso ou sobra um pouco mais, e esse pouco mais vai vir para alimentação, vai vir para vestimenta, e nós precisamos estar atentos a tudo isso.

Então, eu não tenho nenhuma pergunta, meu caro amigo Aldo. Só essas constatações. Quero dizer que será um debate muito rico, muito rico. E o senhor, até aqui, trouxe uma contribuição enorme, uma contribuição muito grande para o debate. E eu tenho conversado também com aqueles que pensam diferente da gente ou de mim pelo menos, mas que a diferença no pensamento é que vai nos levar ao entendimento, porque esse entendimento é bom para a Nação brasileira e é bom para humanidade, de termos um Planeta e um País cada vez mais com produção, mas também cada vez mais preocupado com as questões ambientais.

Agora, o que foi feito foi feito. Não há como mudar o que foi feito. E foi feito de acordo com uma regra preestabelecida. Agora, daqui para frente, meu Senador e ex-Governador Jorge Viana, aí estamos de acordo. Para frente, nós vamos estabelecer um novo pacto, uma nova forma de produzir, mas não vamos jogar para fora, não vamos esquecer aqueles que nos antecederam, porque, se eles estivessem aqui, no mínimo, eles iam dar um puxão de orelha na gente: “olha, vocês estão dizendo que eu, com todo o meu sacrifício, com todas as malárias, com todas as dificuldades por que passei, vocês dizerem que eu estou errado e que eu fiz errado”, aí não podemos concordar.

Parabéns, e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Passo, então, a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Acir, eu quero dizer aos Srs. Senadores e Senadoras que eu, junto com Aldo, participei da formatação deste texto.

E me orgulho muito disso, Aldo. Orgulho-me da sua postura, orgulho-me do seu equilíbrio. E lembro quando, na Comissão de Agricultura, a chamada bancada ruralista insistia em ter o Micheletto como Presidente e o Homero, do Mato Grosso, como Relator. Eu dizia para eles: vocês não saem nem do papel porque a mídia não vai deixar e, depois de duas tentativas, em uma reunião, de forma até ousada, sugeri o nome do Deputado Aldo Rebelo à bancada ruralista. Quase fui crucificado e disse a eles: o Aldo não vai fazer o que os ruralistas querem, mas também não se deixará intimidar por aqueles que querem debitar no ombro do produtor rural toda a mazela do que hoje se discute nos desastres que envolvem o crime.

O Aldo é um nacionalista antes de tudo, um homem equilibrado que tem uma vida inteira e que trouxe uma postura sempre que foi designado para relatar, para cumprir alguma missão, o fez com muita coragem

e com muito equilíbrio. E acho que o texto que o Aldo coloca hoje foi o texto possível.

É claro que entre segmentos produtivos há discordância e são razões, tenho certeza de que são procedentes. Eu mesmo as defenderia. Mas não posso ter participado com o Aldo de uma discussão, ter participado da dificuldade que foi votar esse texto, chegar aqui e discordar do Relator. Quero dizer que apoio o seu relatório, acho que ele vai ser aprovado na Câmara. Acho que V. Ex^a deu uma demonstração, antes de tudo, de ser um grande brasileiro e a sociedade vai ganhar com essa discussão. Não vou entrar no mérito, Senador Rodrigo Rollemberg, mas já fiz o elogio e vou repetir: fiquei muito feliz ao vê-lo presidindo a Comissão do Meio Ambiente.

V. Ex^a tem na paleta, usamos essa expressão na fronteira... A Senadora Kátia Abreu é muito boazinha, muito tranqüila e tal, mas essa dupla: Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, não tenho a menor dúvida de que, quando da discussão do código, haveremos de fazer uma grande discussão. A Senadora Kátia Abreu é uma das pessoas mais preparadas que conheço para

discutir este assunto. Não tenho a menor dúvida. Rodrigo Rollemberg vai colocar essas questões e haveremos de fazer.

Quero encerrar com apenas um dado que não é nem do meu Estado. Se fosse do meu Estado, tenho certeza de que os Senadores que representam o Amazonas aqui... Olhem o que estamos dizendo: 75% das terras do Amazonas são públicas: ou são reservas indígenas ou são áreas de preservação. Restam 25%. Pois muito bem, dos 25% restantes, disse o Relator, 2% estão abertos. E, desses 2% abertos, você tem que deixar 80% da área. E ficamos ouvindo gente aqui ditar regras para nós.

Quero saber o que o pessoal da Europa preservou. O que eles preservaram? E vêm aqui em cima da gente impor esse tipo de discurso. O Aldo disse bem: a nossa agricultura concorre com o Tesouro do Mercado Comum Europeu. Essa que é a verdade. Eles têm que subsidiar cada vez mais. E quando você coloca um produto de boa qualidade com um preço mais baixo, meu caro Senador Jayme, eles têm que aumentar o subsídio. É esse o problema deles.

A cada ano que passa nós produzimos mais, com mais qualidade e com preço competitivo. Baixa o preço, um produtor que é subsidiado, o Tesouro tem que aportar cada vez mais dinheiro para manter isso lá. Por trás dessa discussão está isso aqui e não podemos deixar.

Encerro dizendo: não tem nada que o sul-matogrossense defenda mais do que o Pantanal e lá nós nos orgulhamos: há 250 anos produzimos, na chama-

da pecuária extensiva, a proteína vermelha, o nosso boi. E é o Pantanal, de longe, o bioma mais preservado deste País. E quem preservou? O produtor rural, os pantaneiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF.) – Muito obrigado, Senador Waldemir Moka. Passo a palavra à Senadora Ana Amelia.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS.) – Agradeço ao Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, ao meu Presidente, Senador Acir Gurgacz, e ao nosso grande bravo brasileiro, Deputado Aldo Rebelo, porque sou signatária do requerimento que, na Comissão de Agricultura, permitiu juntar o esforço de duas áreas em que o tema Código Florestal é crucial, fundamental e importante à Comissão de Meio Ambiente e à Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Agrário.

Assisti praticamente a toda a sua dissertação, Deputado Aldo Rebelo, e, como das outras vezes, em vários lugares do meu Estado do Rio Grande do Sul que acompanhei – Tupanciretã, Não-Me-Toque – continuo me emocionando, pelo vigor e profundidade, e, mais do que um homem preocupado com a questão da nacionalidade, o senhor está preocupado com a preservação ambiental e com a questão social e humana, que parece, às vezes, esquecida na discussão desses temas. O ambiente não pode ficar sozinho, sem a presença do homem preservando e desenvolvendo de forma sustentável. Assim – antes de Parlamentar, mas como cidadã – queria manifestar a minha alegria e o orgulho de ver um Parlamentar da sua qualidade, integridade e convicção e, sobretudo, que engrandece o Parlamento brasileiro.

Por quarenta anos acompanhei, como jornalista da área de comunicação, o setor agropecuário, e pensar que, muitas vezes, a mídia – posso falar isso, porque fui jornalista, faço autocrítica disso – não tem o olhar sobre a questão agrícola e agrária brasileira com a mesma atenção que dá para as questões urbanas ou financeiras do País. É nessa medida que vamos perdendo espaço, desvalorizando um setor que sustenta a balança comercial brasileira, pois, hoje, se verificarmos, todo o nosso superávit comercial está sustentado pelo campo, o campo é que sustenta a reserva cambial brasileira e é esse campo que não está sendo devidamente valorizado. E o agricultor brasileiro, hoje, tem que cuidar, da porteira para dentro, da sua produtividade, de aumentar a sua capacidade de produção, usando agricultura de alta precisão e plantio direto, porque é um preservacionista. Mas isso não é visto e não é avaliado como posição positiva dos nossos agricultores, no nosso país.

Queria congratular-me, meu caro Aldo Rebelo, com suas posições e lhe fazer uma pergunta, pela experiência que tem do embate. De acordo com o presidente Marco Maia, na Câmara, este tema seria votado em março. Março está terminando, a Câmara não votará em março. Quero saber se, em abril, maio ou junho, haverá condições de fazer essa votação, porque, no dia 30 de junho, encerra o prazo dado pelo Governo, e os agricultores, se isso não for votado, ficarão na ilegalidade, correndo o risco de um agricultor – como o senhor descreveu aí –, em várias partes do Brasil, ser preso, denunciado por um crime ambiental que não teve informação suficiente para saber, enquanto bandidos que matam estão soltos e podem encher as cadeias. É essa questão simples e singela que coloco a V. Ex^a, e o que vai acontecer no dia 30 de junho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF.) – Muito obrigado, Senadora Ana Amelia.

Passo, agora, a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA.) – Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg; Presidente, Senador Acir Gurgacz; meu querido amigo, Deputado Aldo Rebelo; senhoras e senhores Senadores.

Deputado Aldo Rebelo, para mim é uma alegria e uma honra recebê-lo aqui na audiência conjunta das Comissões de Meio Ambiente e de Agricultura do Senado Federal. Quero parabenizá-lo pelo trabalho que V. Ex^a fez ao presidir a Comissão Especial da Câmara, para o relatório de revisão do Código Florestal. V. Ex^a, com competência e inteligência, elaborou um relatório. Sei da dificuldade que deve ter ao elaborar esse relatório, porque apresentei, lá em 2005, um projeto, de uma única página, que deu início a essa discussão toda. É o PLS nº 110, de 2005, em que eu apenas previa a utilização de espécies nativas ou exóticas no reflorestamento de áreas antropizadas, não derrubava uma única árvore existente, para que se pudesse utilizar essas áreas antropizadas com espécies nativas ou exóticas, com recuperação dessas áreas e fosse possível, então, usá-las como recuperação florestal. Foi aprovado, por unanimidade, no Senado Federal, ainda em 2005, encaminhado à Câmara e, até hoje, a tramitação na Câmara resultou nessa Comissão Especial que V. Ex^a então fez o seu relatório.

Quero dizer que dividimos a discussão entre ruralistas e ambientalistas, e esquecemos, como bem disse a Senadora Ana Amelia, de olhar o homem. E V. Ex^a – como nordestino que migrou para São Paulo e lá fez a sua vida política – focou, nas suas andanças, para poder compor a sua consciência no seu parecer, exatamente a questão do homem.

Quero lhe dizer, futuro Senador Aldo Rebelo, que, ao andar pelo meu Estado, me constrange, meu coração fica apertado de ver aqueles brasileiros, no interior do interior do meu Estado, morrendo de malária, em pleno século XXI, sem terem acesso a nenhuma condição, eu diria, sub-humana de vida, enquanto as autoridades aqui de Brasília, encasteladas em seus gabinetes refrigerados, ficam ditando regras, assinando sem saberem que estão mudando a vida daqueles brasileiros que lá estão trabalhando há décadas e décadas, desrespeitando o mínimo, que é a existência humana das pessoas, Senador Acir. Não é possível que, com uma decisão monocrática, se possam criar – em desrespeito aos estados brasileiros, à federação brasileira – reservas, sejam elas ambientais ou indígenas, sem ouvir os Estados, sem ouvir os governantes, sem que se faça, Senadora Kátia, o que manda a Constituição brasileira, que é fazer a verificação, *in loco*, da existência de pessoas naquelas áreas, de propriedades, de trabalho executado naquelas áreas, de determinar o valor daquele trabalho, de indenizar, para depois, então, homologar as reservas. Não. Simplesmente são definidas essas reservas e que se danem as pessoas que estão lá há décadas, criando as suas famílias.

Meu querido Deputado Aldo Rebelo, temos que proteger esses brasileiros. O meu Estado, o Estado do Pará, tem 24% do seu território aberto; 76% do território do Pará são áreas de conservação, sejam elas ambientais, sejam elas indígenas, sejam elas de qualquer tipo. Estão intactas. O governador, enquanto no Estado – e quero aqui, com todo respeito ao Estado do Amazonas –, recebia no seu território personalidades internacionais para fazerem discursos, discursos para o mundo apontando o dedo, “as mazelas”. O Governador do Pará, Simão Jatene, ia a Paragominas, que é um Município modelo, lançar um programa de municípios, o Programa Municípios Verdes, mostrando que é possível, sim, quando há um pacto da sociedade. E aí não adianta a União querer determinar o que fazer, Deputado Aldo Rebelo. É preciso que haja um compromisso, um pacto da União com o Estado, com os Municípios para que se possa fazer uma ação de conscientização do homem, para que haja realmente um exemplo e um êxito, uma eficácia na ação, criando inclusive um ICMS ecológico acima dos 25% para aqueles Municípios que assumirem a postura. Não precisamos derrubar, Senador Moka, nenhuma árvore a mais no Brasil, mas precisamos, sim, consolidar as áreas abertas. Já concluo, Presidente Rollemberg.

Deputado Aldo Rebelo, V. Ex^a tem um compromisso: a Nação brasileira. Tenha a coragem cívica. O Código Florestal não é dogma, tem mais de 40 anos, precisa ser revisto. A ciência e a tecnologia avançaram

nesse tempo. Podemos hoje produzir muito mais com a inovação. Nesta semana fomos surpreendidos. Estamos importando álcool dos Estados Unidos. Quando podíamos imaginar que o Brasil importaria álcool dos Estados Unidos? E aí o Governo

Federal diz que não se pode plantar cana na Amazônia. É um absurdo, uma blasfêmia dizer que não se pode plantar cana na Amazônia! Dizer que não se pode derrubar floresta para plantar cana, todos vamos aplaudir. Agora, é uma ignorância não saber que não existe uma Amazônia, mas que existem várias Amazônias, inclusive Amazônia de cerrado, de campo natural, onde não existe mata e se pode plantar cana. Não é possível que a União seja madrastra para com a Amazônia.

Faça, tenha coragem de fazer justiça para com os brasileiros que estão sendo massacrados por ambientalistas que são cegos para com aqueles que ajudaram a construir esta Nação.

Parabéns pelo seu relatório!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Estou com uma dificuldade que gostaria de compartilhar com o nosso convidado e com os nossos oradores inscritos. São sete oradores inscritos. O Deputado Aldo Rebelo está me comunicando que tem um voo marcado para as 13 horas e 30 minutos. Portanto, vou pedir que os nossos oradores respeitem agora os três minutos regimentais e apelo ao Deputado Aldo Rebelo que permaneça mais um pouco, para que a gente possa levar nossa audiência pública tão positiva até o final.

Quero registrar aqui a presença do Deputado Valdir Colato e do Deputado Marcos Monte. É uma alegria tê-los aqui.

Com o apelo para que possamos andar bastante rápido, passo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (PP – RO) – Obrigado.

Sr. Presidente, também quero cumprimentar o Relator, Deputado Aldo Rebelo, e dizer que o Estado de Rondônia tem 83% de pequenos produtores, 15%, de médios e 2% de grandes. Servimos, na década de 70, na ditadura militar, como berço da reforma agrária do Governo Federal. Para se ter uma ideia, Presidente, Relator Aldo Rebelo, o desmatamento onde acomodou, onde assentou essas famílias do nosso Estado foi oriundo do Governo Federal. Foi o Governo Federal que estimulou que as pessoas fossem para Rondônia, para não entregar a Amazônia. No documento eles diziam, o INCRA: ou você desmata ou você perde a terra. Sou testemunha disso, como meus familiares também são.

Hoje, tentam colocar a culpa, como se os culpados fossem os nossos produtores – e não só em Rondônia, mas no Brasil inteiro. Se formos colocar a lei em prática, vão sobrar poucos em Santa Catarina, São Paulo e demais Estados da federação brasileira. O Governo federal sempre veio de carona. No tempo em que fui Governador, Aldo Rebelo – por dois mandatos –, o Ministério do Meio Ambiente, sob o comando de pessoas que dizem que são os preservadores da Amazônia, não investiram uma cibalena no meu Estado para ajudar a preservar e nem para diminuir o desmatamento. Passamos como cobaia na mídia nacional, como se estimulássemos o desmatamento. Então, o que precisamos? Sou a favor da Kátia Abreu, fazer um risco do que foi feito no passado e começar a exigir o presente. Nós viemos com uma proposta de Rondônia para desmatamento zero para o Brasil. A exemplo disso,

temos a Zona Franca de Manaus. Se amanhã a Zona Franca, Eduardo Braga, acabar em Manaus, o pessoal vai todo para Juquira. Nós temos as usinas do Rio Madeira. Se, amanhã, não dermos opção para aquele povo que está lá, o pessoal vai todo desmatar novamente.

Precisamos criar, nesse Código Florestal, uma compensação para quem preserva. Temos que criar o ICMS verde, no Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Não podemos ficar aqui exigindo. É muito fácil um cara, em São Paulo, no Rio de Janeiro e aqui em Brasília, no conforto, no ar condicionado, com energia à vontade – que vem da região amazônica – só nos cobrar, sem dar nada em troca. O que alguns ambientalistas querem? Que fiquemos de pires na mão, pedindo esmola para americano que derrubaram tudo, desmataram tudo e não deixaram nada. É isso que eles querem.

Quando o senhor está falando na questão das multas, quero dizer-lhe um simplificado do nosso Estado. Boa parte das multas do nosso Estado os agricultores não têm como pagar. Outra parte das multas... Olha como é o abuso que vem dos órgãos ambientais: fiz um acordo com o Palácio do Planalto, no passado, a compensação das usinas, mudamos uma flora, acabou o futuro – e está aqui o Acir e o Raupp, que sabem disso. Fizemos a compensação e, lá dentro, estava o Ibama, o Rebio, multando os agricultores, mesmo tendo um acordo pactuado com o Governo Federal. Multas de dois, três, quatro milhões. As outras multas, boa parte não procedem. Dou exemplo aqui, como cobaia: tenho quatro autos de infração, quatro multas na minha pele, no meu CPF, e nenhuma na minha propriedade, em propriedade dos outros. Tudo por retaliação, porque o Ibama cometia exageros no meu Estado e eu ia defen-

der, a exemplo da usina de calcáreo que fecharam no meu Estado e eu tinha que buscar calcáreo no Estado do Mato Grosso, do Blairo Maggi.

Faço um desafio aqui para os ambientalistas. Sou a favor de preservar, mas também sou a favor de produzir alimentos para nos sustentarmos e sermos competitivos a nível mundial. Caso contrário, seremos importadores de leite, de arroz, de milho, de tudo. Tenho aqui uma sugestão, um desafio, Sr. Presidente, para os ambientalistas. Aqueles que são ambientalistas que, às vezes, falam que recebem em reais, mas muitos deles recebem em dólares. Gostaria que viessem aqui nesta Comissão, se tivessem condições de chegar aqui sem agredir o meio ambiente. Queria que um ambientalista chegasse aqui e, no mínimo, viria com roupa de bananeira ao redor, com o sapato, eu viria a pé, quer dizer, sem o calçado, então, qualquer coisa que fizemos vai agredir o meio ambiente. Mas temos que ser inteligentes: de um lado preservar e, de outro, produzir. E somos capazes disso. A exemplo do que o Blairo Maggi fez, como governador no Mato Grosso, a exemplo do que fiz em Rondônia, a exemplo do que Eduardo Braga fez lá... A exemplo de cada Estado, respeitando suas potencialidades regionais. Mas, para isso, é importante, Sr. Presidente, que coloquemos junto, no Código Florestal, uma compensação, para os proprietários, para os municípios e para o Estado, das reservas das áreas de preservação. Aí passa a ser fonte de renda, e não o exemplo que está aqui hoje.

Vou dar um exemplo simplificado, para terminar: hoje, sai a Polícia Federal daqui, a Guarda Nacional, para ficar cuidando das reservas do Estado de Rondônia. Por que o Governo

Federal, esta Casa aqui, não aprova um projeto de lei para pagar os que moram em torno das reservas, para não deixar ninguém entrar diante das reservas? Ficaria muito mais barato que uma diária de mil reais para o cara ir lá. Com duzentos, trezentos, quatrocentos reais, uma bolsa de preservação, daria muito mais resultado. É isso que defendo. Portanto, sou a favor da produção, sou a favor da preservação, mas temos que separar o passado, que foi estimulado pelo próprio Governo – e, quando falo Governo, todos eles que passaram, pelo presente e pelo futuro –, porque não podemos ser cobaias dos outros países que não preservaram. Queremos preservar, mas queremos produzir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Registro, com alegria, a presença da Deputada Rebecca Garcia.

Passo a palavra ao Senador Pedro Taques, mais uma vez apelando para que sejam breves.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Deputado Aldo, quero expressar a V. Ex^a o meu total respeito. V. Ex^a é um grande brasileiro e esse trabalho aqui revela que aqui V. Ex^a não está preocupado com ruralista ou com ambientalista; V. Ex^a está preocupado com os brasileiros. V. Ex^a aqui teve uma isenção e uma imparcialidade. Isso demonstra o seu espírito público. Eu quero cumprimentá-lo por isso e dizer que é uma honra falar diante de V. Ex^a.

Se um marciano descesse agora a esta reunião, ele chegaria à conclusão de que são o Ministério Público, os ambientalistas e o IBAMA que fazem a lei, que criam normas, mas quem faz a lei é o Congresso Nacional. Essa discussão revela a incompetência e a omissão do Congresso Nacional e joga a culpa nos ambientalistas, no Ministério Público, no IBAMA. O Congresso Nacional é omissor, porque se pauta pela agenda do Poder Executivo e não passa de um carimbador do Poder Executivo.

Vamos trazer essa discussão do Senado para cá e o Senado terá quase dois meses - porque temos um prazo, a não ser que se prorrogue o decreto - para discutir um tema de vital importância para a sociedade brasileira. Nós estamos discutindo esse tema de afofado. V. Ex^a viajou o País todo e teve a percepção de ouvir todos os setores. O Senado da República não tem condições técnicas de decidir um tema como esse em dois meses.

Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Sr. Presidente da Comissão de Agricultura, o que vamos fazer é uma outra questão. Esse é o primeiro ponto que eu queria trazer.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Freud, Sr. Deputado, afirma que existem alguns momentos importantes na vida da humanidade. Um primeiro momento foi quando Copérnico descobriu que nós não somos o centro do universo. Nós somos uma poeira cósmica no universo. Esse momento é importante. Um segundo momento, para aqueles criacionistas, contrários aos evolucionistas, foi quando Darwin chegou à conclusão de que já fomos uma ameoba. Um outro momento – e este V. Ex^a conhece muito bem – foi quando um alemão, de 29 anos, em Paris, falou sobre determinismo

histórico e ideologia. Por fim, um outro momento é quando ele, Freud, construiu o conceito de inconsciente.

O que eu quero dizer com isso? Nós todos temos as nossas pré-compreensões. Eu sou eu e as minhas circunstâncias. Agora, essas minhas circunstâncias têm um limite e esse limite é a Constituição. Esse é o limite no Estado Democrático de Direito. Num Estado

autoritário, pode ser um partido político; num Estado teocrata, pode ser Deus. O nosso limite é a Constituição. Como vamos decidir temas de vital importância para a sociedade brasileira sem encontrarmos esse limite na Constituição?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Pergunto a V. Ex^a, com todo respeito: nesse relatório, qual foi o papel da ciência para que pudéssemos definir de 30 para 15 a APP? Eu gostaria de saber o papel da ciência nessa discussão. O nosso limite é a Constituição, mas não podemos aqui nos pautar pelo inconsciente, pela nossa ideologia. Temos de ser aqui razoáveis e a ciência nos dará esse componente de razoabilidade. A minha pergunta objetiva é nesse sentido. Parabenizando V. Ex^a, eu gostaria de saber qual é a contribuição da ciência. Não podemos definir aqui 15, 14, 16, 30, porque, quando se define...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

(Interrupção do som.)

Já vou concluir.

Quando se define, não é feito “a zoio”, como se diz no Estado de Mato Grosso. Isso tem de ter um componente científico.

Essa é a minha indagação a V. Ex^a. E eu gostaria de saber se V. Ex^a entende como razoável o Senado da República discutir um tema como esse em dois meses.

Quero aproveitar a oportunidade para fazer referência aos produtores lá do Estado de Mato Grosso que aqui se encontram, brasileiros que contribuem para o progresso do nosso Estado. Quero cumprimentá-los e dizer que, neste tema, temos que afastar os radicais, os xiitas de todos os lados, e construir pontes, porque a questão, além de ser de consciência ambiental – que todos temos –, deve ser também de conquista de mercados internacionais, mas este desenvolvimento econômico da República Federativa do Brasil não pode passar por um desenvolvimento social e ambiental, porque o limite aqui é a Constituição.

Obrigado, são essas duas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF.) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques. Passo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT.) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg; Sr. Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir Gurgacz; prezado, valoroso e operoso Deputado, grande homem público, Deputado Aldo Rebelo, por quem tenho e confesso, de público, a maior admiração. Sobre tudo, conhecedor da

sua trajetória como homem público deste País, e confesso que acho que as novas e futuras gerações tinham que se espelhar nesse grande brasileiro que V. Ex^a tem demonstrado ser, ao longo de sua vida pública.

Todavia, Sr. Presidente, após ouvir atentamente aqui os nossos Senadores e Senadoras, acho que é um momento ímpar para discutirmos a questão da política do Código Ambiental Brasileiro. Apenas para recapitular aqui – eu, particularmente, que sou do Estado do Mato Grosso, Deputado Aldo –, recorro muito bem que, na década de 1964 e 65, quando o poder militar, ou seja, os militares assumiram o Governo, a Escola Superior de Guerra começou a discutir a divisão do Brasil, sobretudo e, particularmente, esta vasta divisão do Brasil, que eram o Centro-Oeste e a Amazônia. Naquela oportunidade, foi consolidada a sua divisão, no Governo do Presidente Ernesto Geisel, que assinou a divisão do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Recordo muito bem, Deputado Aldo Rebelo, que a proposta, naquela oportunidade – e que era pertinente –, era a ocupação da Amazônia, para garantirmos a soberania nacional. Isto aconteceu na década de 1970, com a abertura da Cuiabá-Santarém, que é a BR-163, em que o próprio Governo Federal encaminhava, induzia alguns milhares de brasileiros – sobretudo do Sul e Sudeste – a ocupar aquela parte do Brasil. O tempo passou – mais de trinta anos – e aquelas pessoas que foram para lá, para garantir a soberania nacional, essas mesmas pessoas – brasileiros e brasileiras que, muitos, perderam entes queridos, suas famílias –, hoje passaram a ser tratados como bandidos, como V. Ex^a teve a oportunidade de ir a alguns municípios daquele Estado, sobretudo numa pequena comunidade chamada São José do Apuí. V. Ex^a esteve lá e testemunhou o sofrimento daquela gente valorosa, sofrida, mas, acima de tudo, que tem crença, fé e esperança em um Brasil de baixa oportunidade e de injustiça social.

Mas, quero dizer a V. Ex^a que não se acovarde. V. Ex^a é corajoso, é brasileiro, nacionalista, acho que está sendo muito tímido aqui, quando V. Ex^a apresenta o seu relatório. Não podemos abrir mão, em hipótese alguma, Deputado Aldo Rebelo, da questão das áreas consolidadas, de maneira alguma. O que passou passou.

Quando ouço aqui o Senador Flexa Ribeiro dizer que o Brasil está importando álcool dos Estados Unidos, isso é uma vergonha para nós. Aconteceu até um fato bizarro lá, Deputado Aldo Rebelo. O Governo Federal, por meio do Decreto nº 6.139, passados já trinta anos que uma vasta região no meu Estado produz álcool, com mais de cinco usinas de álcool, baixou um decreto dizendo que aquela região não podia mais

plantar cana porque ia contaminar. Ou seja, a bacia do Alto Paraguai não podia produzir mais, porque ia contaminar o Pantanal. É até bizarro. Eu não posso, em hipótese alguma, entender que um governo... O governo nada mais é que responsável pelas boas políticas públicas do País. O Governo perdeu o compromisso com a sociedade brasileira, sobretudo desta vasta região do Brasil.

Não posso admitir, meu caro Deputado Aldo Rebelo, que um País como este, que preserva 60% da sua cobertura vegetal, um País que mais respeita os povos indígenas – nós temos 120

milhões de hectares à disposição dos povos indígenas... É um País que certamente tem o respeito também pela questão ambiental.

De modo que quero encerrar... Falo isso com a autoridade que tenho como Senador e como ex-Governador do meu Estado. Fui Prefeito da minha cidade. Eu fui o primeiro Governador deste País, Deputado Aldo, que assinou um convênio, ou seja, um contrato de financiamento com o Banco Mundial para fazermos a política ambiental no meu Estado. Fui o primeiro Governador que assinou com o PPG 7 um convênio já buscando as políticas de preservação ambiental no Estado do Mato Grosso. De maneira que nós temos que discutir com o Benício e o Senador Pedro com bastante exaustão, mas, sobretudo, nunca perdendo o cidadão brasileiro de vista. A terra é um bem social. E nós não podemos, em hipótese alguma, largar milhões de brasileiros à mercê de políticas públicas não condizentes com a nossa realidade. O que precisa é o Governo respeitar o povo brasileiro. Feito isso, tenho certeza de que vamos chegar a um caminho que certamente vamos preservar, mas nunca perdendo de vista a nossa produção.

Essa era a minha colocação. Gostaria de falar muito mais, mas sei do adiantado da hora. Fica aqui o respeito e admiração do Senador Jayme Campos diante do que V. Ex^a teve a coragem de escrever aqui: a versão da sua relatoria como Presidente da Comissão Especial da Câmara do nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos. Nós também gostaríamos de ouvi-lo muito mais, mas eu estou aqui espremido com a questão do tempo em função do compromisso de viagem do nosso convidado, Deputado Aldo Rebelo.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Acir Gurgacz, Deputado Aldo Rebelo, eu estava conversando com o Senador Eduardo e fico pensando naquelas primeiras reuniões que foram feitas lá, na

Câmara, quando V. Ex^a teve a coragem de encampar esse debate, porque, na verdade, isso era uma batata quente. Eu lembro que ninguém queria segurar esse pepino, aquele debate com a WWF, com o Greenpeace. E V. Ex^a, com muita humildade, foi e foi. E hoje eu estou muito feliz em ver um depoimento da maioria dos Senadores aqui de apoio, de solidariedade e reconhecer que V. Ex^a está no caminho certo. É lógico que, como V. Ex^a sempre tem tido, não é perfeito. Esse relatório aqui é para que nós possamos abrir um debate, corrigindo o que o entendimento desta Casa achar que deve ser corrigido. Na Câmara, com certeza, será o mesmo. Eu fico feliz.

De uma coisa eu estou tranquilo. Tive a oportunidade de acompanhá-lo em algumas audiências e V. Ex^a tem dado uma atenção para as pessoas que estão vivendo com o problema. V. Ex^a esteve no meu Estado já por duas vezes. Infelizmente, na primeira vez, numa audiência pública e tive a oportunidade de presenciar – e lamentei –, na gestão do então Governador Binho Marques, uma audiência pública em que teve uma participação maravilhosa. No outro dia, comprei os jornais e trouxe para o senhor. A imprensa sequer deu uma linha. Não deu uma linha. Graças a Deus, e ouvi o senhor dizendo aqui agora, que o ex-Senador Tião Viana,

nosso atual Governador, teve a sensibilidade de criar uma comissão para rediscutir as multas do Iba-ma e do Imac. Não é isso? Pelo menos foi o que ouvi da sua boca. Isso me tranqüiliza, porque a situação o senhor já conhece e ouviu aquele depoimento naquela audiência pública de Boca do Acre.

Na verdade, eu só queria parabenizá-lo pela sensibilidade de ir ao encontro das pessoas, pelos menos daquelas que não têm a oportunidade de vir aqui. Eu, quando cheguei em seu gabinete e vi a presença do Chico Corrente, que é um morador lá do rio Purus... Lá das beiras de Boca do Acre abaixo ainda dá uns dois dias de voadeira. Então, isso é legal. Isso é legal porque a aflição e a angústia dessas pessoas que estão naquela situação muito difícil.... Você está dando a oportunidade para que essas pessoas possam se manifestar. Pelo menos, é o direito, como nós chamamos lá no Acre, de estrebuchar. É o direito de o cidadão estrebuchar. Se vai resolver alguma coisa é um outro problema. Mas ele está tendo, pelo menos, o simples direito de espernear.

Então, era isso, Deputado Aldo. Parabéns. Com certeza, estamos aqui tendo a oportunidade de ter acesso a esta peça, seu relatório. Com certeza, os Senadores, como Eduardo Braga, que para mim é uma das maiores autoridades da Amazônia... Eu conheço porque... O maior é o Petecão, 1,96m, mas o Eduardo

é uma pessoa competentíssima. Digo porque eu conheci o Secretário de Desenvolvimento Sustentável e de Meio Ambiente, Virgílio Viana, uma das maiores autoridades deste País de conhecedor da nossa região e conhecedor da situação, principalmente do caboclo. E fizeram uma política direcionada aos menos favorecidos.

Eu acho que esta Casa poderá, com certeza, dar uma contribuição e corrigir, se houve necessidade, o Código Florestal.

Parabéns, Aldo. Obrigado, Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Sérgio Petecão, por colaborar com a previdência dos trabalhos.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Meu caro Presidente Rollemberg, meu caro Presidente Acir Gurgacz, meu caro Deputado Aldo Rebelo, quero, em primeiro lugar, dizer da minha admiração, do meu respeito e da minha alegria de poder estar hoje aqui debatendo com o nosso Deputado Aldo Rebelo a elaboração de uma proposta de Código Florestal. E gostaria de dizer que assino em baixo de todas as declarações de apoio ao político, ao brasileiro, ao cidadão Aldo Rebelo. Já tive a oportunidade de fazer isso ao longo da nossa história e ao longo dos embates que já travamos em favor da democracia no Congresso Nacional e fora do Congresso, no exercício da cidadania.

Quero dizer que essa questão do Código Florestal tem que estar baseada, meu caro Deputado Aldo, basicamente em cima de um binômio: bom senso e equilíbrio. É preciso ter bom senso para entender que nem sempre o que foi executado ou o que é executado nos países desenvolvidos é a solução definitiva dos problemas. E cito apenas um exemplo para mostrar isso. Há três, quatro anos, o Brasil era fortemente criticado pelo excesso de regulação no

sistema financeiro brasileiro. Se não fosse o excesso de regulação no sistema financeiro brasileiro, os bancos brasileiros não teriam sobrevivido à crise financeira que abateu os bancos dos países mais desenvolvidos e mais ricos com o *subprime* e às consequências que isso trouxe à economia mundial. Portanto, nem tudo que os americanos fazem é perfeito. Nem tudo que os europeus fazem é perfeito. Porque, se fosse, nós seríamos eternamente colônia deles. E não precisaríamos desenvolver nossas teses e nossos deveres para com o nosso País, e a independência não teria sido proclamada.

Por outro lado, é preciso também perceber que viver na Amazônia não deveria ser uma punição; que viver na Amazônia não deveria significar ser excluído de tudo. Ainda há pouco, um Senador falava – o Se-

nador Flexa Ribeiro – que é proibido plantar cana na Amazônia. Cana-de-açúcar, palma de dendê, etc. é proibido plantar apenas em novas áreas devastadas, mas, em áreas já degradadas, é possível. É possível. O problema...

Não, não, não. Nas áreas degradadas não está proibido. O que não há hoje é a identificação das áreas degradadas. O problema hoje é que não estão identificadas as áreas degradadas. Portanto, se houver áreas degradadas identificadas, é possível, sim, tanto que eu sugeriria que se discutissem, junto com o Código Florestal, outras questões. Por exemplo, a questão do clima é tão fundamental para a agricultura quanto a questão do Código Florestal, porque, sem o ritmo hidrológico mantido para a agricultura brasileira, teremos grandes problemas. E essa questão do clima vai além da questão apenas hidrológica ou da temperatura, do ritmo das águas, vai também para aspectos mercadológicos.

Se a soja brasileira for classificada como uma soja que é inimiga do clima e do meio ambiente, haverá graves e sérios problemas nos mercados. Mas não é, ela não é inimiga, não precisa ser inimiga. Mas, se não discutirmos isso com bom senso, com equilíbrio; se não houver um equilíbrio entre as posições – aqueles que querem cada vez mais plantar, plantar, plantar *versus* o equilíbrio com as áreas florestais –, teremos grandes problemas.

Veja, não sou contra a reforma do Código Florestal, sou a favor. Acho que esse Código, para o qual há aqui a apresentação de substitutivo do Deputado Aldo Rebelo, tem avanços em inúmeras áreas e pontos que devem merecer uma discussão mais profunda. Acho que podemos avançar. É preciso discutir a questão da sustentabilidade, que tem aspectos econômicos, sociais e ambientais que precisam ser levados em consideração.

As áreas consolidadas são uma inovação desse Código. Precisamos discutir em que momento deve ser feito o plano de corte. Sou a favor de que seja feito um plano de corte, mas também preciso reconhecer que, se quisermos manter a floresta em pé na Amazônia e se isso, em vez de ser um problema, for uma vantagem comparativa do Brasil, é preciso que o Brasil implemente serviços ambientais.

Aqui, neste Código, no substitutivo, estão previstos alguns artigos sobre a questão dos serviços ambientais. No entanto, o projeto de lei que institui os serviços ambientais no Brasil está paralisado na Câmara dos Deputados. Essa lei dos serviços ambientais tem de caminhar

pari passu com a lei do Código Florestal, sob pena de haver um desequilíbrio básico na legislação.

Se não tivermos estruturado a questão do carbono florestal dentro do Brasil; se não tivermos estruturado os mecanismos de compensação ambiental, com serviços ambientais como o *Redd Plus*, não teremos autoridade moral para questionar, em relação aos países desenvolvidos, as compensações na Floresta Amazônica brasileira.

Se queremos trazer a discussão com Bill Clinton, com o Governador Shwazneger, com Obama... O Presidente Obama veio ao Brasil, e não se fez nenhuma menção sobre a Amazônia, nenhuma menção com relação à questão do aquecimento global e nenhuma menção com relação às compensações de uma economia que é altamente emissora de gases de efeito-estufa.

Portanto, Sr. Presidente, para concluir, gostaria de dizer que é extremamente importante e meritório o trabalho que o Deputado Aldo Rebelo vem engajando. No meu Estado, S. Ex^a esteve em Boca do Acre. Em que pese o nome "Boca do Acre", Boca do Acre pertence ao Estado do Amazonas.

Um dos pouquíssimos municípios no meu Estado, que é agrícola e que precisa efetivamente de uma política diferenciada. Reconheço os avanços que traz aqui para o pequeno agricultor, para os quatro módulos fiscais. No entanto, acho que este debate tem que ter, como sempre, um princípio básico: bom senso e equilíbrio.

Os serviços ambientais são fundamentais para uma formulação moderna, equilibrada de uma discussão de como fazer com que as reservas legais e as áreas de proteção ambiental sejam mantidas e deixem de ser um problema para ser uma solução. Acho que esse é um ponto básico com relação a esta questão.

Com relação à anistia, acho que esse será um grande debate, um bom debate que o Brasil terá no Congresso Nacional com relação ao Código Florestal.

No mais, quero deixar aqui o meu respeito, a minha admiração pelo trabalho desenvolvido pelo companheiro Deputado Aldo Rebelo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Eduardo Braga, por sua brilhante contribuição.

Apelo mais uma vez – estou muito à vontade, posso ficar aqui o tempo que for necessário; o debate é interessantíssimo – estou preocupado com o compromisso do nosso convidado.

Passo a palavra à Senadora Ana Rita, nossa penúltima inscrita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Quero, primeiramente, saudar aqui os nossos Senadores e, de uma maneira especial, saudar o Deputado Aldo Rebelo, e dizer da importância deste momento, desta

audiência pública envolvendo as duas Comissões, a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura, discutindo um tema tão importante como é o caso do Código Florestal.

Eu gostaria, Sr. Deputado – na verdade, a gente tem muito coisa para dizer –, apenas de dizer que a minha fala nesse momento não é uma fala apenas da Senadora Ana Rita. Quero aqui

manifestar também as preocupações que os agricultores familiares, os ambientalistas e de uma maneira geral as pessoas do meu Estado, o Espírito Santo, que muito têm nos abordado manifestando as suas preocupações com relação ao que está proposto no Código Florestal, sabe, Sr. Deputado.

E, diante disso, quero ser breve, gostaria de fazer algumas perguntas. Na verdade, não vou entrar no debate porque o tempo não permite, mas gostaria de fazer essas perguntas e, na medida do possível, obter as respostas pelo menos com relação a um dos temas que a proposta nos apresenta, que é com relação ao topo de morro.

A pergunta é a seguinte: como suprimir as APPs de topo de morros, montes, montanhas e serras, independente de ser em áreas urbanas ou rurais? Primeiro. Segundo a SBPC, essas são áreas insubstituíveis em função da sua biodiversidade e do alto grau de especialização e endemismo da biota que abrigam.

Segundo: o Brasil se tornou signatário de importantes compromissos internacionais, como a Convenção da Diversidade Biológica e a Convenção de Áreas Úmidas em Ramsar.

Terceiro item: o ano 2010 foi o ano da biodiversidade e COP-10, Japão 2010, e a participação do Brasil foi no sentido de ampliar as áreas de preservação da biodiversidade e de redução do desmatamento. Como assumir compromissos internacionais e aqui estarmos trabalhando em legislação em sentido contrário? Essa é minha pergunta, Deputado. A outra pergunta: qual é o embasamento científico para isso?

Gostaria de ouvir de V. Ex^a os devidos esclarecimentos. São perguntas que nos indagam.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita. Agradeço muito a compreensão de V. Ex^a e passo a palavra à última oradora inscrita, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu também, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a, quero dizer que vou colaborar com o Deputado Aldo Rebelo para que ele não perca o avião. Portanto, não vou fazer nenhuma pergunta, apenas alguns registros.

Sou daquelas pessoas que consideram, assim como a maioria que falou, esse debate importante. Não sou contra a revisão do Código Florestal, datado da década de 30.

O próprio Deputado quando começou sua explanação disse que o Código já foi reformulado há muito tempo. Foi remendado, na realidade. O que estamos fazendo, tentando fazer, é transformar aquilo que é uma colcha de retalhos numa lei, não de fácil aplicabilidade, mas numa lei que tenha nexos entre si. Na realidade, é isso. Quero dizer que apoio integralmente.

Entretanto, acho que, para a preservação ambiental, esse talvez não seja o caminho mais eficiente. Dou um exemplo aqui, daquilo que o Senador Eduardo já falou, e acho que o Senador Cassol citou: o Estado do Amazonas, maior Estado do Brasil e, portanto, da Amazônia, tem 1,5 milhão de quilômetros quadrados. É o Estado que tem o maior índice de preservação.

Aí, eu poderia fazer uma pergunta simples. Será que o Governador Eduardo foi mais eficiente do que o Governador Blairo na política de preservação? Não, são dois Estados com características diferentes. Um explora a sua produção de setor primário, e o outro tem o maior

polo industrial eletroeletrônico da América Latina, e é isso que faz com que não haja a pressão sobre a floresta, como há no Mato Grosso, por exemplo.

Então, nós precisamos discutir saídas para a preservação, saídas econômicas, dar sustentabilidade para os Estados, para os Municípios, para as pessoas.

Não adianta chegar para o caboclo – V. Ex^a tem andado muito na nossa região – e dizer para aquele ribeirinho que mora lá, a mil quilômetros da cidade de Manaus, “não toque fogo, não. Não pode, não. É proibido tocar fogo”. Ele vai limpar a área dele com o quê? Com o terçado? É com aquilo que ele e a família dele vão limpar a área?

Então, são saídas econômicas de modernização da produção, de investimento nessa região, que vão fazer com que a Amazônia seja efetivamente preservada. Então, Deputado Aldo, quero dizer que V. Ex^a sabe, porque não é uma preocupação só do Parlamento... V. Ex^a faz parte da Bancada do meu Partido e nos orgulha muito. Sabe que estamos buscando, senão um consenso total, mas pelo menos em grande parte do Código Florestal. As divergências não são só entre partidos, mas entre pessoas. Na Bancada do PCdoB, eu mesma tenho uma polêmica com o Deputado Aldo, quando ele coloca a isenção, a não necessidade da reserva legal para até quatro módulos.

Eu acho que seria um grande equívoco, mas apoio totalmente, integralmente, em tratar a Amazônia da forma como ela realmente é. A Amazônia não é uma

floresta única, não. A Amazônia tem biomas diferentes e dessa forma ela tem que ser tratada.

Então, sou daquelas que acredita no diálogo, acredita na negociação, e tenho certeza de que o Congresso Nacional – Câmara e Senado – vai contribuir muito, e principalmente o Deputado Aldo, com o seu empenho, vamos contribuir muito com o desenvolvimento deste País. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu que agradeço à Senadora Vanessa Grazziotin, pela sua contribuição, e passo agora a palavra ao Deputado Aldo Rebelo.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Boa tarde, Sr^s e Srs. Senadores, Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, Sr. Presidente Acir, eu creio que seria pretensioso da minha parte dizer que vou, pelo menos, tentar responder as diversas questões, perguntas ou divergências que surgiram aqui ao longo da exposição das Senadoras e dos Senadores. Quero dizer que não é esta a minha pretensão.

Sou muito grato às referências elogiosas e imerecidas das senhoras e dos senhores. O que fiz foi muito menos do que a minha obrigação e o meu dever, de brasileiro e de legislador nacional. É claro que o trabalho ainda apresenta lacunas a serem esclarecidas e preenchidas, e é natural no trabalho humano, ainda mais quando se trata de compor interesses legítimos e contraditórios, num país tão cheio de desequilíbrios e desigualdades regionais, econômicas, sociais, culturais, climáticas, de bioma. Não é fácil. Então, é um esforço que exige, acima de tudo, humildade, para saber que vai fazer algo que vai deixar muito a desejar, como a corrida de bastão, em que alguém vai ter que pegar isso e levar mais adiante.

Eu fui orientado por duas exigências. A primeira: a de fazer o esforço de preservar o meio ambiente no Brasil e, a segunda, urgentíssima, a de tirar da ilegalidade 100%... Hoje, Senadora, tenho recebido essas preocupações do seu Estado, mas tenho recebido também as preocupações que apontam no sentido de que mais de 80% dos agricultores do seu Estado estão na ilegalidade, mais de 80% num Estado onde se cultiva em áreas acidentadas, topo de morro, encostas, numa geografia completamente carregada desse relevo, como é a geografia física do Brasil – dali de Santa Catarina, da fronteira gaúcha até o Ceará, perto do Maranhão, nós temos toda essa região de pecuária e de agricultura marcada por essas áreas de relevo acidentado, da Serra do Mar, da Mantiqueira, da Diamantina, até a Borborema ou o Ararape, lá no Ceará, é tudo assim.

A legislação nos aponta limitações no uso dessas áreas. Eu falei para a Ministra do Meio Ambiente

que, se a nossa legislação fosse aplicada na Bolívia e no Peru, as civilizações boliviana e peruana estariam condenadas a desaparecer, porque lá, no lugar que eles chamam de Vale, são 2,8 mil metros de altitude, que é aquela região de Cochabamba, de Sucre. No altiplano, vai para quatro mil metros.

Aqui nós proibimos, definitivamente, qualquer atividade agrícola ou pecuária acima de 1,8 mil metros. Boa parte da Europa não teria mais atividade agrícola nem pecuária, assim como boa parte da China. E aqui, então, no Peru e na Bolívia, acabou. Então, lá no Estado da senhora, há essa limitação.

A ciência.

Não sei se depois do Parlamento, Senador Taques, mas antes ou depois do Parlamento, a ciência no Brasil está, em cada passo, na responsabilidade pela omissão em relação a essa questão, lamentavelmente.

Agora apareceram as cobranças em relação ao fato de a ciência não ter sido ouvida. Quero saber se a ciência foi ouvida quando se estabeleceu que era cinco ou cem metros, trinta ou quinhentos.

Um grande pesquisador da Embrapa, o Dr. Gustavo Ribas Curcio, disse que essas são medidas tiradas da cartola, disse que não se apóia em base científica você dizer se são trinta, cinquenta, cem ou quinhentos metros. Isso depende de fatores que a metragem vai obedecer: a natureza do terreno que margeia o rio tem declive ou é plana? Aí, a largura da mata ciliar vai ser condicionada pela declividade do terreno. Um terreno plano pode ter uma mata ciliar menor; um declive acentuado, que fragiliza aquela margem pela ação da gravidade e da chuva, uma mata ciliar maior.

Outro fator é a natureza do solo. No solo arenoso, a proteção é maior. Há aqueles rochedos que margeiam o São Francisco entre Petrolina e Penedo quase, mas pelo menos até Piranhas, que é rocha pura. Ali não tem nem como ter mata ciliar, porque não nasce nem mato ali. O rio desce naquele cânion de 30, 50, 100, 200 metros e, na margem, é só pedra. Não pode ser a mesma coisa.

Eu acho que é isso que orienta alguns países no sentido de estabelecer que deve ser feito mediante licenciamento. Aí, você vai dizer onde são 30, 50 ou 100 metros. Os cuidados derivam da natureza do terreno e do solo e da natureza também da utilização. Você não pode, por exemplo, na Suécia, até 30 ou 50 metros, usar defensivo – você não pode fazer isso, outras coisas você pode fazer.

Fizemos o esforço de ouvir universidades. Fiz uma reunião lá com a SBPC, a Academia Brasileira de Ciências. Por quê? Porque não há uma regra que estabeleça a partir de metragem nem de reserva legal.

A proteção de biomas e a proteção das espécies não estão associadas, necessariamente, à existência de uma reserva legal de tal tamanho, mas, sim, à natureza dessa reserva legal. Se tivermos uma reserva legal onde não haja nem água, por exemplo – você averbrou sua reserva legal em um lugar que não tem água –, qual a espécie que vai sobreviver sem água? Nem grilo, nem bicho, nem carrapato, nem gafanhoto.

Então, a reserva legal, para algumas funções, exige determinados tamanhos, proximidade com água, mas isso não se estabelece com uma medida que tem que ser, por exemplo, 80, 20, 30 ou 50, porque não houve de fato, e nem há.

O que estou propondo, derivado do que a legislação já estabelece, ou seja, não houve definição científica para cinco ou cem, para trinta ou quinhentos, e nem há agora. O que a ciência diz é o seguinte: depende da situação, da circunstância. Mas isso é um debate que não tem como ser superado neste momento.

Tenho a preocupação em resolver também uma questão social, esta ligada à pequena agricultura. Vamos ter que enfrentar o desafio, porque, de fato, o rio começa pequeno, o rio começa estreito. Mas aí dizem: você vai proteger menos o rio ali? De fato, o rio deveria ter uma proteção maior na sua nascente. É ali. Você tem a sorte de o São Francisco ter um parque, o da Serra da Canastra. E outros que não têm?! O rio, depois de ganhar o seu curso normal, torna-se mais forte, mais resistente, menos vulnerável. Como é que pode fazer isso nessa lei? Pode-se fazer isso permitindo que, por exemplo, o órgão ambiental privilegie a reserva legal, se a propriedade tiver nascente, na área da nascente.

Os planos de bacias... Só que metade dos Estados nem têm os comitês de bacias, porque isso é uma coisa muito mais dos comitês de bacias. Isso é que deveria estar sendo definido por esses comitês.

Então, rigorosamente houve essa omissão do Congresso. Nós passamos... Esses exageros das multas ambientais, que estão na legislação de crimes ambientais, são decorrentes de uma lei que foi aprovada aqui. Houve uma medida provisória, mas também houve coisas aprovadas aqui, as quais não se ouviu, não se levou em conta as consequências, a advertência do Conselheiro Acácio. As consequências vêm sempre depois. São óbvias, mas são sábias.

E a ciência precisa se aproximar não com uma opinião, porque não é só a opinião do cientista que é ciência. Ciência exige um método: a observação, a experimentação, a descoberta, até a invenção. Temos opiniões. Sobre um código que apresentei uma proposta, vem um monte de

opiniões, opiniões respeitáveis, de cientistas, mas, com todo o respeito, opinião de cientista não é ciência. Opinião é opinião e todo mundo pode ter. A ciência exige a experimentação, a comprovação. E onde está isto? Não foi feito.

Um disse: vai desaparecer a jararaca de São Paulo. Eu fui ver. Há 25 tipos de cobras só no Município de São Paulo, apesar daquela ocupação toda. E quem conhece o campo sabe que jararaca não desaparece desse jeito. Mas as opiniões vêm assim.

Portanto, creio que para além de um pacto que resolva... Qual é o pacto possível, Governador Eduardo Braga? O pacto possível é aproximadamente o seguinte: consolida-se o que está em uso e preserva o patrimônio que não é pequeno. Nós temos muita coisa, muita coisa. Será que é um pacto possível? Preservar e consolidar o que está em uso significa tudo? Não! Em áreas onde, de fato – principalmente APP –, a regeneração, a recomposição seja uma coisa essencial, penso que a lei não deve tergiversar; tem que recuperar, recompor. Água, solo frágil, tudo bem. Mas usar uma regra geral que tem de recompor tudo. Vai criar uma confusão que não pode ser alcançada, não tem como em São Paulo...Ninguém vai conseguir converter em mata 3,6 milhões hectares. Não tem como fazer isso. Isso é impossível. Aí você tem de compensar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – *(intervenção fora do microfone)* – ... serviços ambientais...

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Serviços ambientais, pagamentos que é preciso saber de onde, não é fácil.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Deputado Aldo, a oportunidade desse pagamento vir de onde é exatamente quando nós queremos resolver um passivo ambiental e jurídico histórico num país cuja economia é baseada no agronegócio. Isso é que mudaria a posição do Brasil, efetivamente, no cenário internacional, de deixar de ser aquele que copia para ser aquele que inova e que acaba liderando as transformações em uma economia globalizada.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP) – Pois bem, então eu creio que eu apresento ao senhor uma outra questão: o Senado pode resolver isso em dois meses? Essa é uma pergunta para a qual, de fato, eu não tenho resposta, porque, infelizmente, a minha vaga de Senador talvez fique para a próxima eleição.

Mas eu quero fazer uma outra pergunta: 98% ou 99% dos produtores rurais sobre os quais cairão a fúria de todos quando esse decreto esgotar em junho podem esperar também?

Então, eu acho que tem de compor a necessidade ou a prerrogativa do Senado de discutir mais a maté-

ria e a situação desses brasileiros que aguardam com expectativa, até com medo, com receio que, esgotado esse decreto do ex-Presidente Lula, eles se vejam em uma situação incontornável. Mas isso, naturalmente, uma Casa onde a sabedoria é maior saberá resolver com melhores consequências.

Muito obrigado mais uma vez e boa tarde aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, quero agradecer ao Deputado Aldo Rebelo, agradecer a todas as Sr^{as} e aos Srs. Senadores aqui

presentes, a todos que nos prestigiaram com a sua presença, de forma muito especial, agradecer ao Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir Gurgacz, lembrando que, para a próxima terça-feira, a nossa audiência pública é com a SBPC, Academia Brasileira de Ciências, Embrapa e com o ex-Ministro Alysson Paulinelli.

Muito obrigado.

(Levanta-se a Reunião às h min.)

ATA DA SEXTA REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA COM A 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 5 DE ABRIL DE 2011.

Às dez horas e três minutos do dia cinco de abril de dois mil e onze, na Sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores **ACIR GURGACZ e RODRIGO ROLLEMBERG**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos seguintes senadores(as): **ANA AMÉLIA, ANA RITA, ANÍBAL DINIZ, ATNÔNIO CARLOS VALADARES, ANÍBAL DINIZ, ANTONIO CARLOS VALADARES, BLAIRO MAGGI, CASILDO MALDANER, CLÉSIO ANDRADE, DELCÍDIO AMARAL, EDUARDO AMORIM, EDUARDO BRAGA, EDUARDO SUPLICY, EUNÍCIO OLIVEIRA, FLEXA RIBEIRO, IVO CASSOL, JAYME CAMPOS, JOÃO PEDRO, JORGE VIANA, LUIZ HENRIQUE, MARISA SERRANO, PEDRO TAQUES, VANESSA GRAZZIOTIN, VICENTINHO ALVES, VITAL DO REGO e WALDEMIR MOKA**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Angela Portela, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Eduardo Amorim, Garibaldi Alves, Gleisi Hoffmann, João Alberto Souza, João Durval, João Vicente Claudino, Kátia Abreu, Lobão Filho, Marinor Brito, Paulo Davim, Roberto Requião, Romero Jucá,

Walter Pinheiro e Wilson Santiago. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores das respectivas Comissões, que são dadas como aprovadas. O Senhor Presidente da CMA, Senador Rodrigo Rollemberg, informa que a presente reunião se destina à realização de **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 9, de 2011-CRA**, aprovado em 24/03/2011, de autoria das Senadoras Ana Amélia e Gleisi Hoffmann, e ao **Requerimento nº 2, de 2011-CMA**, aprovado em 01/03/2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e outros senhores senadores, e ao **Aditamento ao RQS nº 2/11-CMA**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, com o objetivo de examinar, em todos os aspectos, a reforma do Código Florestal (**Lei nº 4.771/65**), atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, objeto do **PL nº 1876, de 1999**, que dispõe sobre áreas de preservação permanente, reserva legal, exploração florestal e dá outras providências (revoga a Lei nº 4771/65 – Código Florestal; altera a **Lei nº 9.605/98**), que tramita em conjunto com o **PL nº 4524/2004**, **PL nº 4091/2008**, **PL nº 4395/2008**, **PL nº 4619/2009**, **PL nº 5226/2009**, **PL nº 5367/2009**, **PL nº 5898/2009**, **PL nº 6238/2009**, **PL nº 6313/2009** e **PL nº 6732/2010**, com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Alysson Paulinelli**, ex-Ministro da Agricultura – **MAPA**; Sr. **Elíbio Leopoldo Rech Filho**, representante da Academia Brasileira de Ciências – **ABC**; Sr. **Pedro Antonio Arraes Pereira**, Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – **EMBRAPA**; e Sr. **Antonio Donato Nobre**, representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – **SBPC**. Após as exposições dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Ana Amélia, Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, João Pedro, Blairo Maggi, Ivo Cassol, Pedro Taques, Luiz Henrique, Paulo Davim, Aloysio Nunes Ferreira, Ana Rita, Anibal Diniz, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da CRA – Senador **Rodrigo Rollemberg**, residente da CMA.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto com a 6ª reunião da Comissão de Agri-

cultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

As Srs^{as} e Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura das Atas anteriores, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se a realização de Audiência Pública, em cumprimento ao requerimento nº 02, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, aprovado em 1º de março de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e de outros Srs. Senadores, e do Requerimento nº 09, de 2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, aprovado em 24 de março de 2011, de autoria das Srs^{as} Senadoras Ana Amélia e Gleisi Hoffmann, com o objetivo de realizar um círculo de debates, destinados a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal, Lei nº 4.771, de 1965, atualmente em curso no Congresso Nacional.

A presente audiência conta com a participação dos seguintes convidados: Ministro Alysson Paulinelli, ex-Ministro da Agricultura, que está em deslocamento, daqui a pouco estará chegando; Doutor Pedro Antonio Arraes Pereira, Presidente da Embrapa, a quem convido para compor a mesa; Doutor Elíbio Leopoldo Rech Filho, representando a Academia Brasileira de Ciências, a quem também convido para compor a mesa, e Doutor Antonio Donato Nobre, representando a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a quem também convido para compor a mesa.

Eu quero agradecer a presença de todos, especialmente das Srs^{as} e dos Srs. Senadores e, de forma muito especial, ao Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que ontem nos acolheu, junto com os demais Senadores de Rondônia, em Rondônia, para uma diligência, aprovada pela Comissão de Meio Ambiente, nas obras de Jirau e de Santo Antônio.

Quero dizer da minha satisfação em poder estar presidindo uma reunião com a participação de eminentes cientistas, que vão trazer a sua contribuição para o aperfeiçoamento do nosso Código Florestal.

Hoje é um dia de muito movimento no Congresso Nacional, temos uma ampla mobilização de agricultores de todo o Brasil. Eu já tive oportunidade de passar pela Esplanada e ver um número muito grande de produtores rurais. Ontem, Senador Moka, o nosso avião veio com muitos produtores rurais, com muitos Deputados Estaduais daquele Estado interessados nesse debate.

Quero aqui reafirmar a minha plena convicção de que o Congresso Nacional, de forma especial o Senado Federal, quando a proposta de Código Flo-

restal chegar aqui, terá capacidade de produzir uma legislação moderna, eficiente, que cria as condições para regularizar a situação dos nossos produtores rurais, que valorize a atividade agrícola, a produção de alimentos, a produção de agroenergia, mas que o faça de forma sustentável.

Temos conhecimento técnico e científico para isso. E hoje essas instituições que estão aqui, as pessoas que estão aqui têm toda a capacidade de contribuir com esse debate, para que possamos dar a melhor contribuição possível.

Quero passar a palavra ao Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para as suas considerações iniciais. Em seguida, vamos ouvir imediatamente os nossos convidados.

Muito obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Presidente Rodrigo Rollemberg, a quem cumprimento. Os meus cumprimentos também às Sr^a e Srs. Senadores e aos nossos convidados para essa audiência pública. Também dou boas-vindas aos nossos amigos que estão em Brasília, a todos os produtores rurais que vieram em busca de uma solução para esse problema que se aproxima. No dia 11 de junho encerra-se o prazo da averbação das APPs. Se não avançarmos com a aprovação da reforma do Código Florestal, que dará uma nova visão, novos meios para a regularização dos nossos produtores, eles terão muitos problemas.

Fica aqui o nosso pedido, mais uma vez, para que a Câmara dos Deputados possa aprovar essa reforma, que ela chegue aqui o mais rápido possível para que possamos continuar os nossos debates e também apreciar, avaliar e dar seguimento, atendendo a esse anseio da população, principalmente dos produtores rurais brasileiros.

É um dever nosso, dando celeridade a esse processo que vai realmente transformar e modernizar a vida no campo, que vai fazer com que o nosso produtor rural, o nosso agricultor possa continuar no campo, vivendo lá no campo, produzindo e dele constituir conforto a sua família e possa, através desse novo Código, fazer com que ele tenha um maior sucesso no seu negócio, que é o agronegócio, seja o pequeno, médio ou grande.

Nós precisamos dar uma resposta ao nosso produtor brasileiro – esse é o motivo das nossas audiências públicas. Agradeço a sua visita, Sr. Presidente, a Rondônia, ontem e anteontem. Entendo que foi muito proveitosa, muito importante, vimos muitas coisas importantes com relação ao meio ambiente, principalmente aquelas obras de um valor grande para o país, mas principalmente para o nosso Estado de Rondônia.

E a paralisação daquelas obras é um prejuízo nacional e um prejuízo para Rondônia também, mas entendo que muitos avanços nós conseguimos nas reuniões. Ontem, Santo Antônio já reiniciou as suas obras. Acreditamos que as conversações entre sindicatos e empresas deva continuar. Acredito que, na semana que vem, com a visita do Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, em Porto Velho, nas obras, fazendo parte das reuniões também seja decisivo para retomada das obras em Jirau.

Então, ficam aqui os nossos agradecimentos pela sua visita, pelo seu empenho, pelo belo trabalho que esteve a frente desta Comissão lá no nosso Estado, assim como os demais Senadores, Senador Valdir Raupp, Senador Ivo Cassol, Senador Blairo Maggi, Senador Jorge Viana, Senador Rollemberg, que presidiu toda a Comissão. Muito obrigado pela presença em nosso Estado.

Passo a palavra novamente ao Presidente para dar sequência à nossa audiência pública.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Acir, nós é que agradecemos mais uma vez a acolhida e passo, então, agora, a palavra ao Presidente da Embrapa, Pedro Arraes.

O SR. PEDRO ANTONIO ARRAES PEREIRA – Bom-dia a todos!

É um prazer grande estar aqui a convite da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. É interessante que esta seja uma reunião conjunta, porque acho que, daqui para frente, depois de todas essas discussões que vamos ter no Código Florestal, acho que a gente tem que andar de braços juntos porque no Brasil sustentável espero que a gente esteja plantando aqui os fundamentos da nossa agricultura pujante, como sempre foi. E a agricultura verde e o Brasil têm tudo para dar o exemplo, já que o País detém quase que 60% da sua cobertura original ainda.

Cumprimento aqui o Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz; o Senador Rollemberg, companheiro nosso; os Senadores presentes, a Senadora Ana Amelia, o Senador Blairo Maggi, o Senador Moka, o Senador Cassol. É um prazer estar aqui.

E nós obviamente vamos passar de uma forma resumida algumas das interferências e das contribuições que a Embrapa deu para essa discussão do Código Florestal.

É importante ressaltar que a Embrapa é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, do Governo Federal e nada mais é do que o braço tecnológico, científico da nossa agropecuária, que dá

os elementos técnicos para que a gente possa ter uma agricultura na competitividade, na sustentabilidade, tanto do meio ambiente, como a sustentabilidade social.

Então, agradeço realmente o convite.

Primeiro, resumindo muito rapidamente. Obviamente que esta é uma discussão importante que acontece nesta Casa e a Embrapa, então, ao longo dessas discussões, que estão acontecendo há algum tempo, gerou uma série de indicadores técnicos para subsidiar essa nova lei.

A Embrapa reconhece a importância das APPs, reconhece a importância das reservas legais, principalmente, em ambientes frágeis, e a gente desenvolve uma série de tecnologias. E eu acho que aqui é importante deixar bem claro: a questão da sustentabilidade não reside só aqui, ela reside, efetivamente, no uso de algumas tecnologias sustentáveis que viabilizam a produção em termos de produtividade e viabilizam uma série de outras coisas, como a conservação do solo e a produção e produtividade com melhor aplicação de área.

Nesse aspecto, vou ser muito breve na minha apresentação, mas acho que essa figura mostra muito claramente o que a gente fez ou o que o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária fez ao longo do tempo. Nós, em 1975... A Embrapa foi fundada em 1973, praticamente com outras empresas estaduais de pesquisa. Então, na linha vermelha aqui, temos uma linha crescente da produtividade, acompanhada de perto com a produção total do Brasil de grãos – obviamente que é uma relação muito próxima, mas existem outros fatores aqui, como políticas públicas que também contribuíram, substancialmente, para esse aumento da produção. Então, tivemos aí uma variação em termos de produtividade e percentual fantástica, esses números impressionam qualquer um em qualquer parte do mundo e, quando a gente olha a área plantada, a variação é bem menor nestes anos todos que tivemos aí, quase 40 anos.

Então, a primeira coisa que acho que é muito importante ressaltar é o seguinte: se tivéssemos as produtividades que tínhamos na nossa agricultura em 1975, estaríamos, hoje, ocupando uma área cinco vezes maior do que essa área que a gente ocupa hoje. Então, na verdade, o aumento de produtividade por área é fundamental para que conservemos o que temos conservado na nossa biodiversidade, nas nossas matas. Acho que esse dado é fundamental que coloquemos. E, obviamente, nisso aqui está envolvido não só a Embrapa, como as empresas estaduais, as universidades, quer dizer, todo o arcabouço de destruições que lidam com tecnologia no Brasil voltadas para a área agrícola.

Outra coisa importante de se colocar aqui são as tendências que a gente tem que olhar, mas olhamos que existem, aqui, as pastagens, uma certa estabilidade no percentual de áreas dos imóveis com pastagens, existe uma certa estabilidade com a questão das matas e, obviamente, um aumento na área plantada. Acho que é importante... Tem um relatório, agora, da FAO, tem um relatório do Governo britânico, onde pontuo algumas coisas que acho que o Brasil tem que olhar. Primeiro, a produção mundial deverá atingir 9 bilhões de pessoas em 2050; o crescimento substancial da China, é só a gente olhar o preço da carne brasileira hoje, e você vê que o aumento da questão do consumo de carne nesses países como a China, a Índia, na parte em que se come carne, e em outros países de crescimento, como Rússia – nos Brics, na realidade os Brics, incluindo o próprio Brasil – aqui, a gente vê claramente a subida, vamos dizer, dessas classes menos favorecidas no consumo de alimentos. Então, vai haver uma demanda maior por alimentos no mundo, isso é inquestionável. Então, temos que, efetivamente, ver como que a gente pode fazer isso mantendo o nosso ambiente.

A outra coisa também, às vezes colocada como o vilão da história, a questão dos animais, da nossa criação. Este é um gráfico invertido, na verdade, por exemplo, em 50, 60, tínhamos 2,5 animais por hectare. Então, vocês veem que o número de animais... Quer dizer, aqui, 2,5 hectares para cada animal, desculpem-me. E, ao contrário, hoje, já estamos – ainda não é uma média razoável – quase em um animal por hectare. Também, da mesma forma em que se intensifica a questão das lavouras aumentando a produtividade por área, está-se intensificando – a pecuária é um pouco mais lenta –, a questão do uso da terra com mais intensidade, o que diminui, tudo isso, a pressão sobre novas áreas.

Um outro ponto importante, obviamente que a gente já viu isso em alguns lugares; hoje ainda é mais raro no Brasil: o Brasil hoje tem 22 milhões de hectares plantados com plantio direto. Na verdade, o produtor passa a ser um produtor de água, um produtor de carbono sequestrado. “Não, olha a quantidade de carbono que você sequestra no campo com esse sistema...”. E diminui também toda essa questão de sedimentos que você envia para...

Então, como eu falei, é o seguinte. Obviamente, o Código tem de evoluir, com certeza absoluta. Além do Código, tem outras práticas agrícolas que também aumentam muito a sustentabilidade. Então, isso tem de estar num conjunto maior de políticas públicas, visando atingir esse objetivo maior.

Uma das questões colocadas hoje com muita ênfase é a questão da definição das larguras baseadas na lâmina d'água. Isso é colocado tanto no Código Florestal vigente, como no substitutivo. Obviamente que esse é um fator importante. Agora, existem outros fatores nesse desenho, e você pode ver com muita propriedade.

Primeiro, é a questão da declividade desse relevo, e também é muito importante que se tenha em mente a textura do solo nesse relevo. Obviamente que existem solos muito mais frágeis do que outros; solos mais arenosos, por exemplo, são muito mais frágeis do que solos que têm uma textura mais firme, como os solos mais argilosos. Eu não vou entrar em detalhes do que tem de ser feito. Isso tem de ser olhado. Esses são pontos que têm de ser olhados; é importante que sejam olhados.

Em relação à localização da reserva legal, acho que o fator importante... Toda propriedade rural, independente do tamanho, tem locais que são mais frágeis e locais menos frágeis. Então, acho que a questão do princípio da fragilidade tem de ser olhada também nessa questão da reserva legal. Quer dizer, a reserva legal, além de você olhar obviamente a fragilidade, recargas hidrológicas, que estão muito relacionadas com a fragilidade, obviamente você tem de olhar o fluxo de biodiversidade e fluxos gênicos, com certeza absoluta. Mas a questão do princípio da fragilidade tem de estar nessa questão da reserva legal. É um conceito que a gente gostaria de enfatizar aqui.

A compensação dessa reserva legal, a gente acredita que ela deva ser feita na mesma unidade fitoecológica; ou numa bacia hidrográfica ou numa sub-bacia. Obviamente, quando você fala numa bacia hidrográfica, como a do Araguaia, é complicado em uma bacia daquele tamanho. Então, obviamente, você vai ter de trabalhar em uma sub-bacias ou alguma divisão de bacia para ficar uma coisa mais prática de ser aplicada. Mas é importante que se tenha em mente essa questão da unidade fitoecológica.

O bioma cerrado brasileiro não é uniforme. Todo mundo que trabalha no cerrado sabe disso – estou dando o que é mais simples de ver – muito menos a Mata Atlântica. Aqui você tem campos limpos, cerradão, um cerrado mais contorcido, como esse do entorno de Brasília. Então, essas coisas têm de ser olhadas também. É importante que se tenha em mente esses critérios também.

Em relação à questão da inclinação de 45°, obviamente tem de ter um limite, mas a gente acha que deva ser olhada a questão da agricultura, quer dizer para o quê é usada: é usada para a agricultura, é usada para a pecuária ou para povoamentos florestais.

Dependendo do uso, essa inclinação pode ser mais ou menos. Obviamente que depende também da textura e de uma série de outras coisas. Mas isso aí não está contemplado em lugar nenhum, ninguém fala do uso. Acho que esse é outro ponto importante que seja considerado também nesse debate.

Eu acho que cabe à Embrapa, neste momento... Primeiro que a Embrapa sempre trabalhou com o pilar de produtividade. Obviamente, a gente tem um componente muito grande dessa questão de sustentabilidade ambiental e de sustentabilidade também social das nossas tecnologias hoje. A complexidade é bem maior. São três pilares que a gente tem de lidar. A gente tem muito a avançar, não só a Embrapa, mas o conhecimento científico tem muito a avançar em várias dessas áreas que permeiam o Código Florestal, o substitutivo. A gente tem de avançar muito nisso. É muita coisa em que ainda não existe conhecimento científico e que a gente tem de avançar.

Mas a gente tem de avançar em uma série de coisas que são importantes para a Embrapa, por exemplo, ordenamento e monitoramento da gestão territorial; por exemplo, o mapa dos solos brasileiros.

A gente ainda tem um mapa de solos brasileiros numa escala completamente incompatível com qualquer coisa que seja planejamento. É um para um milhão; um para 250 mil. Isso é uma escala muito grande. A gente tem que fazer o nosso mapa de solos de um para cem mil. Essa é uma urgência urgentíssima.

Isso não é só a Embrapa que vai fazer não, porque a Embrapa não tem competência sozinha para fazer; é a Embrapa, as empresas estaduais, as universidades, porque você tem que ir *in loco* fazer isso. Eu acho que isso pode dar um avanço muito grande pro Brasil, e a Embrapa vai propor isso junto ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo, no sentido de desencadearmos esse processo para podermos, aí, sim, ter um ordenamento e um monitoramento da gestão dos territórios, que acho que é o sonho que todos almejam.

Obviamente, nós vamos continuar gerando tecnologia renovável. A questão da integração lavoura-pecuária hoje, eu acho que está tomando uma dimensão imensa. Outro dia eu estive conversando com o Diretor-Presidente da Caramuru; ele, economista e administrador, começou a colocar no papel: se usássemos 40% do que a gente estava dizendo que era o potencial, com certeza atingiremos a meta, em 2025, de superar os Estados Unidos em termos de produção de grãos. Os Estados Unidos produzem em torno de 300 milhões de toneladas, e a gente vai passar os Estados Unidos, só ele fazendo essa contazinha. E é um sistema extremamente sustentável, que retém carbono e uma série de... Integra mais e intensifica

mais por unidade de área, que eu acho que essa é a grande questão que a gente tem que fazer.

A outra coisa que nós devemos fazer é a questão do manejo de recursos florestais e hídricos. Precisamos ter tecnologia. Já temos algumas e temos que disponibilizar mais, para a gente usar, no caso, por exemplo, da Floresta em Pé na Amazônia, uma série de tecnologias que nós temos – não vou detalhar isso aqui.

E a última coisa é, obviamente, a agregação de valor, principalmente para os pequenos produtores, para que realmente os pequenos produtores possam aumentar a sua renda e efetivamente continuar no campo, para evitar o êxodo rural. Então, eu acho que esses são componentes importantes, tecnológicos, que a Embrapa tem que continuar gerando com bastante fortaleza, para que a gente possa efetivamente alavancar, vamos dizer assim, tecnologias para os próximos trinta anos.

Próximo.

Eu agradeço. Essa foi uma breve explanação e eu espero que tenha sido motivo para podermos debater e discutir. Coloco-me à disposição de todos os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Pedro Arraes, Presidente da Embrapa.

Consulta a Secretaria sobre se o Ministro Alysso Paulinelli já chegou? (*Pausa.*) Ainda não?

Vamos ouvir, então, agora, o Dr. Elíbio Leopoldo Rech Filho, representando a Academia Brasileira de Ciências.

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Bom dia a todos. Gostaria de agradecer ao Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, pelo convite; ao Senador Acir Gurgacz, Presidente da Mesa; e aos demais integrantes da Mesa; às autoridades presentes; às senhoras e aos senhores.

Eu estou mostrando uma foto do nosso Planeta, porque gostaria de colocar essa questão de biodiversidade e do Brasil. Como isso se integra e como tem sido visto em nível global?

Existem vários estudos que indicam que para 2050 nós vamos ter que duplicar, quem sabe triplicar a produção de grãos no mundo. Isso em função de várias questões envolvendo aumento populacional. Então, o que notamos é que temos dois fatores muito importantes nesse contexto de produção de alimentos: um é a iniquidade e outro é a não sustentabilidade dos sistemas e das práticas agrícolas atualmente utilizadas.

Bem, vem a pergunta e um consenso também global da necessidade imperativa de nós intensificarmos

a produção de alimentos de uma forma sustentável. E o que isso significa?

É claro, essa foto representa a riqueza do nosso País, que tem a pauta de exportação baseada em produtos do agronegócio. É uma foto importante.

Agora nós temos que ter em mente que a previsão para os próximos 30 anos é que nós continuemos de 0,8% para 0,9% a nossa contribuição de produtos manufaturados na pauta de exportação. O que significa isso? Significa que nós continuaremos a ser exportadores de matéria-prima e continuaremos a ter o agronegócio como a principal fonte de geração de riqueza para o nosso País. Como consequência, sabemos da importância da introdução de novas tecnologias para agregação de valor e, com isso, de passarmos a contribuir não somente com matéria-prima mas também com produtos de maior valor agregado, que é onde entra a questão da sustentabilidade do futuro. Por outro lado, somos um País da megabiodiversidade, uma das maiores biodiversidades do Planeta, biodiversidade esta que pode ser usada, e esperamos intensificar o uso com tecnologia de fronteira na área de biologia sintética, engenharia metabólica, onde estaremos usando os biomas do Cerrado, da Amazônia, da Mata Atlântica como moldes para o desenvolvimento e geração de produtos de alto valor agregado e novas moléculas utilizadas e desenvolvidas dentro do Brasil, para contribuir, assim, como eu disse, para diversificar pauta de exportação e caminhar para o avanço necessário do nosso País. E porque, além de exploração e agregação de valor, sabemos que a biodiversidade, na verdade, sustenta todo o sistema agrícola que nós temos e esse potencial e toda a produção ao longo de vários anos. Sabemos, também, que a manutenção e a sinergia entre a biodiversidade e o agronegócio deve ser intensificada.

Um novo, que costumo mencionar...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF. Fazendo soar a campanha.) – Um minuto. Só para agradecer a presença do Ministro Alysso Paulinelli e para convidá-lo para a Mesa.

Desculpe, Dr. Elíbio. Pode continuar.

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Então, concluindo a mensagem que eu gostaria de deixar, nós, ao olharmos o Brasil do futuro e a geração de riqueza, se vocês me pedirem um retrato de qual vai ser este País, este é o retrato do Brasil do futuro: nós, sabidamente, seremos os Estados Unidos, o Brasil, a China e provavelmente a Índia, como os principais responsáveis por duplicar, quiçá triplicar a produção de alimentos para 2050, seremos responsáveis históricos, não por opção, mas por uma questão histórica e territorial de capacidade de produção de produtos

derivados do agronegócio. Como consequência, será de imperativa importância que tenhamos esse novo cenário e essa nova visão internalizada e intensificada dentro do nosso sistema de produção agrícola e, obviamente, do sistema de sustentabilidade.

Nós temos consciência dos impactos que a agricultura causa no meio ambiente, mas estamos cientes de que dominamos, nos nossos sistemas de tecnologias agrícolas, ferramentas para minimizar esses impactos ao meio ambiente.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Elíbio. Quero saudar aqui a presença do nosso Ministro Alysso Paulinelli. É uma alegria muito grande tê-lo aqui. Tive a honra de conviver com o Ministro Alysso Paulinelli no Fundo Setorial do Agronegócio.

Vamos, neste momento, passar a palavra para o Dr. Antonio Donato Nobre, representando a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

O SR. ANTONIO DONATO NOBRE – Bom dia a todos. Queria primeiro agradecer ao Senador Rollemberg, ao Senador Acir Gurgacz – não sei se falei seu nome certo – e a todos os presentes. Eu queria também manifestar que os colegas da Embrapa já colocaram uma parte importante do trabalho que estamos fazendo pela Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, e, ao invés de entrar uma parte importante do trabalho que nós vimos fazendo pela Academia Brasileira de Ciência à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. E, em vez de entrar nos pormenores que eles abordaram muito bem, relatando uma parte inicial do trabalho que está sendo concluído, eu vou usar alguns minutos para relatar para vocês como esse grupo se formou e como ele pode significar, sem querer ser pretensioso, um exemplo de diálogo, porque a sociedade científica é um microcosmo da sociedade maior, e cada um, dentro da sociedade científica, tem suas próprias visões, tem suas paixões também, tem seus achismos.

Nós nos reunimos para fazer esse trabalho há nove meses. Vou ler rapidamente esse histórico do grupo de trabalho que foi formado pelas duas organizações, com a intenção de ilustrar como a gente pode realmente desenvolver um diálogo:

“A Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, fundadas, respectivamente, em 1916 e em 1948, são entidades representativas da comunidade científica do País, isentas de viés político-partidário e sem fins lucrativos.

Entre seus objetivos, destacam-se:

- representar a comunidade científica brasileira, nacional e internacionalmente, visando à implementação de uma política de ciência e tecnologia que promova o desenvolvimento da ciência em benefício da sociedade;

- promover a mobilização da comunidade científica para que...”

O ruído de fundo é normal aqui ou sou eu que não estou habituado ao Senado?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não está acostumado ao Senado.

O SR. ANTONIO DONATO NOBRE – Não estou acostumado ao Senado. Certo. Tudo bem. Então, perdoem-me. Vou continuar aqui a minha leitura rapidamente:

- “promover a mobilização da comunidade científica para que ela atue junto aos poderes constituídos, visando ao avanço científico e tecnológico nacional e incentivo à inovação;

- zelar pela manutenção de elevado padrão de ética entre os cientistas e suas relações com a sociedade;

- lutar pela remoção dos empecilhos e da incompreensão que embaracem o progresso da ciência;

- tomar posições em questões de política, científica, educacional e cultural e programas de desenvolvimento científico e tecnológico que atendam aos reais interesses do País.”

Então, como missão, essas duas organizações, que são congregações de natureza civil, ficam definidas dessa forma.

Eu poderia descrever em detalhes como esse grupo de trabalho foi montado, mas eu gostaria, antes, de colocar um esclarecimento necessário.

Por que a ciência não se manifestou antes? Isso tem freqüentado as páginas dos jornais. Por isso acho que é importante colocar as razões e vejo duas razões.

Primeiro, a natureza da atividade científica é reducionista e fragmentada. Esse é o nosso orgulho, inclusive, porque somos especialistas. Todos são especialistas. Inata vocação, o Código Florestal não é reducionista nem pode ser tratado de maneira fragmentária. Então, cientistas individuais, por mais que pudessem sair dos seus laboratórios e vir a público para falar: “Eu acho isso, eu acho aquilo. Eu penso isso. Olhem aqui meus dados”, isso não serve à sociedade como tem que ser, porque nós precisamos conseguir um diálogo horizontal. Esse é um desafio muito grande para o cientista convencional. Então, essa era a primeira coisa.

A segunda coisa: não fomos convidados. Antes de junho de 2010, não existia, inclusive, a força de ativa-

ção ou a energia para que se iniciasse esse processo de a comunidade falar: “Precisamos fazer”. Foi feito a partir... Talvez tenha um mérito esse grande debate que se abriu em torno da aprovação na Comissão na Câmara por impulsionar – sabem quando o carro não pega e você bota o *jump start* no motor do carro? – a comunidade a falar: “Precisamos nos juntar”. E aí vários luminares da área tomaram a iniciativa de fazer isso.

Então, chamamos várias instituições. Rapidamente, vou listar aqui: a Embrapa – vocês já viram uma parte dos resultados –, cuja participação é fundamental, majoritária, nesse esforço; o Instituto Butantã; o Instituto de Pesquisas Espaciais, Inpe; o Instituto de Pesquisas da Amazônia; o Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, IBAMA; o Museu paraense Emílio Goeldi; o Ministério do Meio Ambiente; o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura; a Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais; a Sociedade Brasileira de Silvicultura; a Associação Brasileira de Florestas; a Rede Brasileira Agroflorestal e as universidades: Unicamp, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade Federal de Viçosa e a Esal, aqui da USP. Obviamente esse não é um grupo exaustivo de todas as pessoas. Tem milhares de profissionais trabalhando nessa área, mas essa foi a primeira tentativa e, como tal, tem rendido frutos muito interessantes.

Ao longo de nove meses, fizemos esse exercício de chamar o contraditório para conversar e conseguimos algo que me parece extremamente ilustrativo para este momento que estamos vivendo.

Como é que a gente dialoga se eu acredito nisso e você acredita em coisa diferente? Qual é o ponto em comum? Gostaria até de citar uma eminente Senadora aqui da Casa que dizia: “A ciência vai nos salvar”. E a ciência está nos salvando. Por quê? Coloque os fatos. Coloque as evidências na mesa. Discutamos em cima das evidências e não de paixões, percepções ou achismos. E isso foi feito.

Nesse período de nove meses, o grupo de trabalho consultou mais de trezentas publicações científicas, das quais 170 estão citadas em análises específicas. Aqui está o relatório final. Está grampeado aqui – não vou dar a vocês hoje, mas está quase pronto. Tem 156 páginas. Obviamente não é exaustivo; é um exercício, é a primeira abordagem que fizemos. Em ciência, você nunca tem algo definitivo. Você descobre qual é a evidência naquele momento e apresenta. O contraditório é o dia a dia do cientista. Aceitar que uma coisa pode estar errada, que tem defeitos ou pode melhorar é o nosso dia a dia.

Nós acreditamos que esse método nos salvou de uma... Como se diz quando não se consegue chegar a um consenso? Empate?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Impasse.

O SR. ANTONIO DONATO NOBRE – Ele nos salvou de um impasse. No início, tínhamos todo o espectro de posturas, de paixões, de percepções dentro desse grupo de trabalho. E hoje nós vamos apresentar um documento que passou por várias etapas, por isso está demorando. Ele está demorando porque passou por etapas de cheque externo. Fizemos uma primeira aproximação. Então mandamos para alguém fazer revisões. Voltam as críticas. Absorvem-se as críticas. Depois mandamos para especialistas com pontos de vista contrastantes, em diferentes universidades brasileiras independentes, que não participaram do grupo de trabalho. Eles mandaram uma saraivada de questões, etc. Foi tudo absorvido. E esta semana está com o Conselho Superior da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e com os acadêmicos da direção da Academia Brasileira de Ciência para uma revisão final, para que as organizações assinem embaixo e, consequentemente, isso possa ser entregue à sociedade como a nossa contribuição.

Nós estamos afirmando o seguinte: obviamente essa contribuição fez algumas análises acerca da discussão que está colocada: o Código Florestal. Uma primeira conclusão que posso relatar a vocês é que o Código Florestal já está velhinho. Ele precisa de atualizações. A gente tem que fazer esta afirmação, mas os Códigos Florestais de 34 e 35 contaram com a melhor ciência que existia naquele momento. Nós precisamos garantir que, neste momento em que nós temos satélites no espaço, a Embrapa fazendo esse trabalho maravilhoso que a gente vê, conhece e se orgulha, uma penca de instituições com enorme capacidade, é necessário que isso seja aproveitado no processo legislativo. Essa é a nossa oferta, obviamente não sendo pretenciosos. A gente não quer dizer: é assim, é certo, é errado, mas gostaríamos de que isso aportasse ao processo e de que o processo levasse isso em consideração.

O sumário executivo desse trabalho foi colocado numa ordem inversa, porque a gente soltou em fevereiro, antes de terminar o documento principal, isso por sensibilidade da demanda e do clamor, em função de que a gente não podia precipitar o processo de análise científica, de amadurecimento. Então demorou mesmo para fazer esse documento grande, mas, sensibilizados pela demanda, etc., perguntamos: do que a gente já fez, o que poderíamos apresentar provisoriamente? Isso está no sumário executivo, que é público. Não vou

entrar nos detalhes. Vou até dar uma cópia novamente para os Presidentes dessas Comissões... E eu poderia fazer um sumário muito rápido com quatro pontos. A investigação científica dessa análise que nós fizemos, sujeita a críticas, e que certamente pode ser aperfeiçoada, encontrou suporte qualificado para ambos os lados. Se a gente fala de mundo rural e mundo ambiental ou rural *versus* urbano, ou seja, essa oposição que me parece muito artificial, na realidade – mas essa é uma posição minha –, é um suporte qualificado para ambos os lados.

O primeiro ponto, meus dois colegas da Embrapa colocaram de maneira extraordinária: é possível aumentar e melhorar a produção agrícola com mínimo impacto ambiental. Então, isso é lugar comum, não é?

Segundo ponto, no alvorecer de uma nova era onde a economia verde tenderá a dominar, o chamado passivo ambiental muda de sinal e passa a ser um valioso ativo econômico para a propriedade, se recuperado.

E queria rapidamente citar um estudo que saiu publicado em janeiro agora, no Estado da Geórgia, nos Estados Unidos, um estado do tamanho do Acre, segundo o qual organizações florestais do agronegócio e ambientalistas se uniram para fazer um estudo e estimar o valor dos serviços promovidos por florestas privadas, em propriedades privadas, no Estado da Geórgia, para as áreas urbanas. E chegaram a uma cifra, só contabilizando o valor da água – e estou aqui do lado e sinto orgulho de ter conhecido um produtor de água genuíno, de Minas Gerais, não é, Ministro Paulinelli –, de 37 bilhões de dólares por ano. Serviços ambientais de maneira conservadora, vamos dizer assim. Nem todos os serviços foram computados. Isso baseado em trabalhos publicados, em métricas feitas, etc.

Essa é uma novidade. E lá, ruralistas e ambientalistas estão juntos, tentando vender isso para o cara urbanóide, porque o urbanóide não paga pelo que ele recebe da área rural.

Então, essa é uma outra conclusão que acho que pode ser tirada desse amplo estudo que a gente fez.

A terceira conclusão: urbano e rural, em consequência, podem ser interligados de maneira sinérgica, com vantagens mútuas. Então, quando alguém na área urbana paga para alguém na área rural para manter uma APP, serviços ambientais da água, isso não é custo, porque ele tem uma água melhor, é mais barato produzir assim e ele tem uma saúde melhor, porque consome uma água de melhor qualidade. Então, isso também ficou evidente. Há muitos estudos mostrando isso daí.

Por último, que não necessariamente é a última, mas é muito importante também, as áreas de con-

servação têm amplo suporte científico, portanto se qualificam como produtivas unidades da paisagem, para a gente parar de discutir: vamos diminuir, vamos aumentar, etc.

Esse é o sumário que fiz do sumário executivo e peço a paciência de vocês. Estamos no processo final para entregar o documento grande, que deve durar talvez mais uma ou duas semanas.

E queria só antecipar o que concluímos de propostas de encaminhamento. Então, a SBPC e a ABC desejam continuar contribuindo para o aprimoramento do Código Florestal. Essa é uma conclusão importante que muda um paradigma.

Em termos de consenso, encontramos suporte suficiente na literatura para dizer que o Código Florestal precisa urgentemente ser atualizado. Ele tem muitos problemas. E podemos fazer isso.

Essa é uma conclusão importante. E as duas organizações gostariam de estar envolvidas nesse processo com aportes.

A revisão crítica dos vários temas abordados no Código Florestal deverá ser feita também à luz da ciência e das tecnologias mais avançadas. Vocês viram aqui na palestra do Presidente da Embrapa alguns elementos dessa perspectiva, numa prospecção cuidadosa das virtudes e dos problemas da lei vigente. Já fizemos um exercício nesse documento grande que vai ser demonstrado, pois é preciso avançar na legislação ambiental e agrícola brasileira.

E a gente construiu cinco princípios ou premissas que deveriam ser consideradas primordiais numa nova política ambiental ou florestal. Então, a primeira: deverá se fundamentar numa construção participativa consensuada com consulta de todos os setores diretamente envolvidos com a temática.

O que temos visto até aqui são fortes lobbies trabalhando de um lado ou de outro, e a gente não vê, por exemplo, as duas organizações envolvidas com a temática. O que nós estamos vendo até aqui são fortes lobbies trabalhando de um lado ou de outro, e a gente não vê, por exemplo, as duas organizações maiores de ciência do Brasil serem chamadas. Então isso é sério e introduz o segundo ponto, que é: todas as posições deverão estar fundamentadas no conhecimento científico sobre o tema. E eu acho que é uma obviedade falar isso.

Deverá estar embasado numa visão plural e propositiva que integre o meio rural com o urbano, respeitando particularidades ambientais de cada bioma. Os que me antecederam falaram sobre isso e vou fazer uma pequena apresentação para ilustrar como essa questão de respeitar os biomas é muito séria.

Estará fundamentada numa visão integrada da propriedade rural, dentro da perspectiva de sua adequação ambiental, considerando as áreas de produção agrícola, as áreas de preservação e uso misto e incorporando também os serviços ambientais, que é uma novidade e que tem potencial imenso.

A adequação tecnológica na ocupação de áreas agrícolas deverá ser feita com base em sua aptidão, visando potencializar a produtividade agrícola com o menor impacto possível, usando tecnologias que estão cada dia mais disponíveis. Vou ilustrar para vocês em um minuto uma delas.

E também – e essa é uma parte bastante contenciosa – o conceito principal deverá ser a construção de uma legislação ambiental estimuladora de boas práticas e não somente punitiva. Isso possivelmente não está no nosso domínio, são V. Ex^{as} que fazem a lei, mas nos parece que isso seria um fator importante para fazer uma lei pegar, a lei realmente ter eficácia.

Por fim, nas áreas urbanas devem-se estabelecer princípios de limites diferenciados em função do que a gente viu acontecer no Rio de Janeiro recentemente.

Agora eu gostaria de passar a apresentação. De 1965 para cá, são quarenta e tantos anos. Em 1965 não tinha praticamente nenhum satélite margeador da Terra, na órbita da Terra, o Sputnik já tinha saído, e de lá pra cá a gente tem uma renascença dessa área de estudo da superfície com sensoriamento remoto. Essas imagens permitem que nós tenhamos uma visão diagnóstica quantitativa, portanto não de achismo, não de ir o técnico lá e ver no local, etc.

Essas imagens horizontais já nos permitem uma série de dilemas e problemas, mas o Brasil é líder absoluto na área de monitoramento, de cobertura, isso não é nenhuma novidade para ninguém. Mas agora nós estamos introduzindo uma nova abordagem, que é a terceira dimensão. Nós estamos falando de maquete eletrônica da paisagem.

Como a gente reproduz a paisagem dentro da tela do computador? Combinando conhecimento de geologia, geomorfologia, solos e hidrologia em modelos matemáticos tornou-se possível identificar e mapear acuradamente o potencial de uso, as fragilidades e os riscos de cada terreno.

O cruzamento de mapa de potenciais e fragilidade dos terrenos com os mapas de uso e cobertura da Terra permite avaliar o que está bom e onde pode melhorar. Isso já é disponível hoje.

Todo esse mapeamento, como a previsão do tempo, pode ser transparentemente colocado à disposição da sociedade via Internet. Numa outra oportunidade, aqui no Congresso, eu mostrei, no Google Earth, que é um sistema espetacular de imagens do

Planeta todo. A gente coloca os mapas em cima das imagens e você pode ver na sua propriedade que terras vai usar com o quê.

Antes, para fazer agricultura de precisão – e eu sou agrônomo, acho fascinantes essas novas áreas em que você leva um GPS dentro do seu trator, da adubadeira, para otimizar a utilização dos solos –, você precisava contratar uma consultoria caríssima. Não estou tirando o emprego dos consultores, mas você precisava contratar para ele ir lá mapear – eu trabalhei muitos anos com solo – e dizer em que lugar fazer uma grade e tal. Nós temos condições de fazer isso remotamente, até um certo grau.

Essa é uma maquete tridimensional. Não dá para ver tridimensionalmente, porque vocês não estão usando óculos do Avatar, mas é uma imagem tridimensional da superfície feita pelo ônibus espacial, em 2000, usando radar. Cada ponto tem 90x90 metros de dimensão e dá para se ver direitinho os morros, os vales, os rios etc.

Essa maquete digital você pode olhar e ver que tem topografia, isso já está sendo usado, mas ainda não dá para dizer-se onde está o lençol freático e que terrenos estão ali em cada um daqueles pontos da paisagem. Você tem que ir lá e fazer um furo no solo para ver.

Nós desenvolvemos, entre o Instituto de Pesquisa da Amazônia, onde eu trabalho, e o INPE, onde estou atualmente, um novo algoritmo, que acabou de sair publicado, que consegue fazer uma normalização do terreno e a gente transforma todos os rios e igarapés como se fossem referência de altitude; e todos os vales, encostas e os morros eles passam a ser referenciados aos igarapés e aos rios. Com isso, a gente consegue fazer mapas dos terrenos. Isso é uma novidade muito poderosa, extremamente simples por um lado, e ali a gente vê que o que está em azul é brejo; o que está em verde é uma transição, lençol freático raso; o que está em amarelo é encosta, obviamente declividade: o que está em vermelho é platô.

Essa capacidade de você mapear os terrenos ela surge... Se você olhar numa seção transversal, ali está a topografia em marrom, embaixo, nos triangulinhos, você vê o lençol freático. A gente tinha vários postos de monitoramento lá, é uma área que a gente estuda na Amazônia. Em cima, as linhas quebradas são os pixels da imagem tridimensional do radar, e já classificadas. Embaixo você tem onde está o igarapé; em azul o lençol freático da superfície; em verde a transição; em amarelo, encosta; e em vermelho os platôs.

Com esse mapa, eu consigo saber que tipo de terreno eu tenho aqui. Nós estamos tirando emprego daqueles que achavam água usando aquela vareta, a

forquilha. No meu tempo usavam a forquilha para achar onde estava o lençol. Tiramos o emprego deles, porque hoje a gente já sabe, de acordo com o mapa exatamente que fundura vai dar água aqui.

Só um exemplo muito rápido. Se a gente pegar uma área de Ribeirão Preto, perto de Brodósqui, você olhando a imagem de satélite é difícil você dizer que terrenos estão ali. É claro que você sabe que tem um rio ali, tem uma área de galeria, que tem uma área inclinada. Quando você aplica esse método que nós desenvolvemos, você tem um mapa caracterizado – e vou dizer o que são as cores aqui. O que você tem em preto ali é terreno ótimo, pode colocar tratar, colheiteira, terreno plano, está relativamente distante do lençol freático, é um terreno extremamente adequado para agricultura. A própria imagem que vocês viram antes mostra que ali já tem realmente... Essas áreas todas em negro aqui são áreas sem restrições fortes. Claro que se você usar um trator muito pesado você compacta o solo. Tem todas as restrições normais que quem mexe com o solo sabe e tem que considerar.

Mas, se olhar outras áreas... Essas daqui, por exemplo. Você tem azul aqui: área de brejo. Aí reforçando o que nosso colega da Embrapa falou, o Pedro, não tem sentido você usar uma faixa fixa ali.

Nós recebemos uma crítica ao nosso trabalho, de um dos revisores, que chamou de geometrismo burro do Código Florestal, que não está contemplado como alteração nisso no substitutivo proposto. Ou seja, a natureza é orgânica, ela é maleável, que nem o pé. Você não usa um sapato quadrado, você usa um sapato que se adapte à forma do seu pé e do seu tamanho.

Hoje, nós temos condições de mapear e dizer onde estão esses terrenos. Esse é um dos princípios importantes para ordenamento territorial, é você promover ou prover um método que seja simples, que seja aplicável e não seja arbitrário. Eu tenho uma propriedade aqui, a área de proteção tem que ir mais para lá, mais para cá. Nesse mapa, além das áreas de ripárias aqui em azul, verdes são áreas imediatamente próximas das ripárias com lençol raso, são áreas que você tem que usar com cuidado; em amarelo e vermelho – está um pouco ruim o esquema de cores – são áreas muito declivosas e quem têm que ser mantidas com vegetação; e em rosa, *pink* e em magenta são áreas com declive relativamente acentuados nas quais você tem que usar as práticas conservacionistas para curva de nível etc, para ser usado. Isso é uma novidade. Obviamente se a ciência não saiu de dentro dos laboratórios para comunicar, como a sociedade poderia usar. Mas a gente está fazendo isso agora, é um novo tempo, existe uma harmonia muito grande dentro do grupo de trabalho.

Tem pessoas de todas as visões, tem desde aquele maluco ambientalista, biodiversidade só e acabou, para tudo, tem até aquele que fala: “não, acho que a gente tem que liberar geral, etc.”, mas em cima das objetividades que encontramos na literatura, usando essas novas tecnologias de ponta, essa é uma só, a gente tem condição de ampliar o diálogo. E é isso que viemos hoje, aqui, comunicar, já fizemos aqui. Esta é a oportunidade, acho que é um momento bom para a gente entrar nessa discussão, e eu gostaria de chamar isso de diálogo, não só de discussão, porque não precisa ter perdedor, pode ter só ganhador, se a gente realmente dialogar com sinceridade e com compromisso pela verdade.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/ PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Antonio Nobre.

Vamos ouvir, agora, então, o Ministro Alysso Paulinelli.

O SR. ALYSSON PAULINELLI – Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, Sr. Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, meus caros colegas e participantes desta Mesa, meu querido Presidente da Embrapa, meus senhores e minhas senhoras, quero, em primeiro lugar, pedir desculpas, porque estou com dois problemas: um, vocês devem estar vendo, estou num estado gripal um pouco forte, então, minha voz está bastante rouca, e o segundo foi que, infelizmente, achei que o avião chegaria em tempo, e acabei me atrasando um pouco e gostaria de ter participado e ouvido todas as apresentações, para que eu pudesse ser mais conciso e, sobretudo, menos repetitivo, mas venho aqui, ao Senado, com muita satisfação.

Quero, especialmente, dizer aos Srs. Senadores que, há 38 anos, estive aqui, no Senado, como Secretário de Agricultura de Minas Gerais, trazendo um projeto que tínhamos começado há dois anos, cujo nome era meio estapafúrdio, Pipaemg, Projeto Integrado de Pesquisas Agropecuárias do Estado de Minas Gerais, que havia mudado a face da pesquisa em Minas. O que se procurou fazer não teve nada de milagroso, foi apenas objetivo. Eu vinha de uma universidade, fui convocado, sacado de lá com a obrigação de ser o Secretário da Agricultura, e, quando o Governador da época, Dr. Rondon Pacheco, um homem de muita experiência política e de visão, num dos nossos primeiros despachos, disse-me: “Olha, eu tenho um compromisso de recompor o Instituto Agrônomo de Minas Gerais”, dei um salto na cadeira! Um professor universitário ouvir isso de um Governador é a melhor notícia que se pode

ter. “Mas o senhor vai recriar um paquiderme, Governador”. Aí, foi ele que levou um susto.

Os pesquisadores do Instituto Agrônomo de Minas Gerais, que havia sido fechado, transformaram-se – e, hoje, vários deles ainda são vivos – em burocratas de terceira linha. Eles gastavam, seriamente, até seis meses para requisitar uma diária e mais seis meses no ano para comprovar as despesas da viagem: o combustível, alimentação, hotel, etc., etc., e à pesquisa não sobrava tempo.

Então, eu disse ao Governador o seguinte: “O senhor me trouxe para cá porque viu o trabalho que eu estava fazendo. Eu estava amparado no Decreto-Lei 200”, que era o único que existia na época, “para executar a minha tarefa, e eu acho que a estou executando bem, porque, lá, tenho autonomia administrativa, técnica e financeira”. Aquilo causou um impacto, especialmente a um homem de vivência política como o Governador Rondon Pacheco, e ele me fez mais uma série de questionamentos. Em meia hora, ele falou: “Olha, da minha parte, está decidido. Você convença o Advogado-Geral do Estado, que vamos mandar a lei para a Assembléia”. Quero confessar aos senhores que a tarefa foi bem mais difícil na Advocacia-Geral do Estado. Levei mais de um mês para mostrar a necessidade de que reformulássemos os programas de pesquisas no Brasil e que o pesquisador não fosse submetido a uma situação vexatória de ser um simples burocrata. Felizmente, com um mês e pouco, eu consegui também convencer a Advocacia-Geral do Estado e no mês de abril foi mandada a lei para a Assembleia criando um programa chamado PIPAEMG em substituição ao Instituto Agrônomo de Minas Gerais.

Eu quero informar aos senhores que foi um instrumento fabuloso que nós tivemos em Minas. Primeiro, porque esse programa era capaz de incorporar todo o esforço das pesquisas realizadas no Estado, no Governo Federal, nas universidades. Minas, naquela época, tinha praticamente três universidades no campo das Ciências Agrárias: Lavras e Viçosa na Agronomia e Belo Horizonte, um expoente na Veterinária, como também a iniciativa privada.

Essa instituição foi, sem dúvida, o estopim para as grandes evoluções que nós precisávamos fazer em Minas Gerais. Em dois anos, nós conseguimos, graças à integração de esforços não só do novo órgão criado... Naquela época, com muito sacrifício, nós conseguimos contratar 62 profissionais, apenas 12 com pós-graduação, três estrangeiros com pós-graduação, e esses profissionais foram colocados em choque para montar um programa de pesquisas para a agropecuária de Minas Gerais que atendessem às demandas dos produtores.

Posso garantir aos senhores que foi espantoso. Houve um total envolvimento de todas as instituições científicas de Minas. E o que mais me satisfez foi que com dois anos de trabalho nós tínhamos 352 projetos de pesquisa em todas as áreas de Minas Gerais: em agricultura, nos principais ramos, café, milho, arroz, feijão, florestas, pecuária, pecuária de leite, pecuária de corte, frutas, hortaliças. E esse projeto causou uma quase estranheza, como ele tinha se tornado versátil.

Em agosto de 1973, foi nos visitar lá o então Ministro da Agricultura do Brasil, Luís Fernando Cirne Lima, que eu confesso, tenho por ele a maior admiração. E o Dr. Rondon era um homem, para isso, um pouco exigente e muito cuidadoso e cioso. Quando chegava um ministro da área, ele convocava todos os órgãos do setor para apresentar os trabalhos que nós estávamos fazendo. E quando o Dr. Helvécio Mattana Saturnino foi convocado a apresentar o programa do PIPAEMG, o Ministro Cirne Lima se impressionou demais e pediu: pare por aí. Como é que pode? Quanto vocês têm de orçamento? Tanto. É dez vezes menos do que o Dnpea. Quantos pesquisadores vocês têm? Tantos. É muito menor do que número de pesquisadores do Dnpea. Eu vou trazer uma informação para vocês. O Dnpea tem hoje 35 projetos de pesquisa no Brasil. Ele bateu na mesa, pediu a mim, que sou colega dele: Paulinelli, leve sua turma para Brasília, porque o Dnpea não pode continuar como órgão de pesquisa.

Por que estou dizendo isso aqui? Porque foi uma mudança de conceito. Foi aquela visita dele, aquela decisão que ele tinha de fazer a pesquisa funcionar. Ele tinha aqui grupos de trabalho. Esses grupos de trabalho foram para Minas, analisaram o que estava sendo feito, viram custos, viram racionalidade e aqui, na Universidade de Brasília, em outubro, foi proposta a criação da Embrapa.

A proposta foi para o Congresso em abril de 1973 e, logo em seguida, foi transformada em lei.

Para nós, confesso que o entusiasmo foi grande demais, mas logo acometido de uma incerteza muito grande. O Ministro Cirne Lima se indispõe no Governo e, nove dias depois da assinatura da lei, ele pede demissão e, aí, ficou a grande incógnita: a Embrapa é para valer? Foi.

Era um novo conceito que precisava vencer e venceu. Venceu. Ela precisava sair do papel, o nosso substituto do Ministro Cirne Lima, com quem tive o grande prazer de ter uma amizade muito forte, o José Moura Cavalcanti era um advogado preocupado com aquela ideia, chegou a me chamar aqui e a dizer: Paulinelli, dizem que essa ideia é de vocês lá de Minas. Vocês podiam assumir isso”. Eu disse: “Não, quem assume

isso é o Ministro e, olhe lá, isso é a grande preciosidade para o Brasil, e não para o Ministro”.

Ele cumpriu uma fase muito difícil, que foi a fase burocrática, a incorporação dos bens materiais, semoventes e, principalmente, o pessoal do DNPEA na Embrapa. Foram praticamente sete meses de uma longa luta. Estou dizendo isso porque, para mim, foi um marco fundamental esta decisão de se dar à ciência no Brasil condições de trabalhar.

A Embrapa surgiu como uma necessidade. Essa necessidade, eu gostaria de tomar pelo menos três ou quatro minutos dos Srs. Senadores, para explicar bem o que era essa necessidade. O Brasil vinha de um grande esforço de desenvolvimento, começando por Getúlio Vargas na década de 30, quando ele montou aquele seu primeiro plano de industrialização no Brasil.

O Brasil, nessa época, tinha 20% de sua população urbana e 80% rural. O plano de Getúlio deu certo. Ele criou especialmente o carro-chefe, que foi a Companhia Siderúrgica Nacional, diversas outras siderúrgicas, entrou na indústria de madeira, na indústria de tecidos, indústrias de material de consumo etc., e o Brasil começou a industrializar, começou a mudar, e essa mudança veio num crescente, quando aparece um conterrâneo meu chamado Juscelino Kubitschek de Oliveira, que, com sua capacidade de mobilização, a minha impressão é a de que ele conseguiu dar uma injeção de cânfora na veia de cada brasileiro e o País se agitou e aquele seu programa de fazer o desenvolvimento do Brasil crescer 50 anos em 5 foi uma realidade.

O Brasil realmente se agitou e se modificou. Quando Juscelino deixou o Governo, o Brasil era outro: quarenta e dois milhões e meio de habitantes no meio rural e quarenta e dois milhões e meio de habitantes em nossas cidades.

A urbanização foi a consequência dessa evolução. A urbanização trouxe uma modificação fundamental ao Brasil. Eu gostaria de dar aqui um exemplo do que ocorreu na minha família. Eu, ainda menino, de calças curtas, na fazenda do meu avô, lembro-me bem: nas várzeas mais baixas ele plantava arroz, nas mais altas ele plantava milho e feijão juntos; tinha solto no cerrado um gado, tirava um leite; tinha o porquinho, que tratava com o milho que colhia, a horta. E, assim, ele fazia o seu autoabastecimento: dele, de toda a sua família e daqueles que trabalhavam com ele.

Só que, depois que o Brasil começou a se modificar, e esse brasileiro foi em busca de novas condições de vida, de melhorar suas condições de vida, a coisa começou a se complicar. Os quarenta e dois milhões e meio de habitantes que existiam no meio rural não

estavam conseguindo abastecer os quarenta e dois milhões e meio que estavam nas cidades.

E há grande frustração.

Eu tive a oportunidade, porque comigo houve um fato interessante. Eu me formei, fui bom aluno, fui eleito orador da turma e quem fez o discurso de formatura fui eu. E o Paraninfo era Juscelino Kubitschek de Oliveira. E eu fiz um discurso violento em cima dele, porque tinha desenvolvido o Brasil e esquecido a agricultura. E eu, depois, tive a oportunidade de pedir desculpas a ele, porque se ele tivesse gastado todo aquele dinheiro na agricultura, provavelmente teria jogado aquele dinheiro fora, por uma razão muito simples: o Brasil não tinha conhecimento dos seus biomas.

Foi muito interessante, porque ele cassado, indo a Minas, teve vontade de conhecer a minha universidade e eu o recebi. Eu o recebi e tivemos um diálogo. Ele me deu, depois, um bilhetinho que eu guardo com muito carinho. Foi um diálogo muito interessante. Ele falou: “Olha, professor, se eu voltar a ser Presidente um dia, vou fazer um governo agrícola, porque vi que todo esforço que fizemos está sendo baldado pela nossa incapacidade de autoabastecimento”.

A família média brasileira, nas décadas de 60 e 70, consumia de 46% a 48% de toda a sua renda – não é salário mínimo – em alimentação. Ora, se o Brasil se industrializou, investiu, buscou soluções no processo industrial, estava sendo vergonhosamente solapado pelo custo da alimentação, que não permitia àquele brasileiro, que saiu do campo e foi para a cidade buscando melhores condições de vida, encontrá-la, porque toda a sua renda corria para o custo da alimentação.

Srs. Senadores, não era fácil. Para quem gasta de 46% a 48% em alimentação não sobra dinheiro para vestuário, transporte, educação, saúde – especialmente remédios –, moradia. Era um desenvolvimento capenga. Ele entendeu isso bem. Tinha de fazer alguma coisa.

Fui convocado para o governo em 1971. O quadro era o mesmo, só que, naquela época, o Brasil já era um grande importador de alimentos. Nós importávamos arroz das Filipinas; trigo da Europa; leite da Europa, dos Estados Unidos. Engraçado que era um leite... Quando eu cheguei ao governo federal e fui analisar bem, o leite que o Brasil importava da Europa era o leite industrial que ia para as rações e eles nos vendiam aqui para nós fazermos a hidratação e vendermos como leite de consumo.

A carne era da Argentina, do Uruguai. Inclusive, a Nova Zelândia teve o Brasil como um dos seus principais fregueses na importação de carne. O feijão era importado. Os Estados Unidos não consomem feijão; passou a produzir feijão para exportar para o Brasil. O

Chile, que não tem área, exportava feijão para o Brasil. Até o México exportou feijão pro Brasil.

Vejam bem, com um mercado demandador como era o de alimentos, você, um importador esporádico, comprava um *spot*, não tinha a reserva adequada do frete, ficava com esse produto à espera de frete, sempre pagava mais caro; e o Brasil passou a consumir o alimento mais caro do mundo nas décadas de 60 e 70, pagando a sua família uma média de 46% a 48% de sua renda familiar. Esse era o drama da época.

Esse era o grande desafio que tínhamos. A agricultura se desenvolveu no mundo – todos nós sabemos – no hemisfério temperado. Tinham vantagens comparativas pelo conhecimento que adquiriram – mais de quatro mil anos de produção – e dominaram o mercado internacional. A colonização dos Estados Unidos foi muito simples. Os europeus saíram do clima temperado europeu e foram para o clima temperado americano, levaram as plantas, os animais. Todo o processo produtivo foi incorporado sem nenhuma dificuldade. Nós aqui, no Brasil, inclusive, nos esforçamos. Importamos tecnologia sim. A tecnologia química, nós nos utilizamos dela – fertilizantes, defensivos. A tecnologia mecânica, nós nos utilizamos muito dela sim – compramos máquinas, tratores, que multiplicavam a ação e a força do homem –, mas a biológica nós não conseguíamos exatamente porque nós não conhecíamos os nossos biomas e, se não os conhecíamos, não éramos capazes de ser produtores competitivos.

Quando entrei no Governo, o Brasil produzia 200 mil toneladas de soja. Vocês têm vários Municípios que produzem dez vezes isso hoje, no Mato Grosso. Só se produzia no seu Alegrete pra baixo, por uma razão muito simples: a soja que nós tínhamos aqui exigia dezesseis horas de insolação por dia. Ela era de clima temperado. E dezesseis horas de insolação por dia só se tem abaixo do Alegrete. Foi lá que se produziu a soja. Estávamos fadados a ser apenas um espectador.

Meus amigos, quero confessar aos senhores que ciência é capaz de resolver problemas que, muitas vezes, nós não conhecemos. Falamos e repetimos bobagens, criamos muitas arengas sem que houvesse necessidade. O que eu venho, sinceramente, conversar com os senhores aqui é uma preocupação que estou tendo no Brasil hoje. Os senhores haverão de reconhecer que a Embrapa passou por 24 anos de apagão científico. Você sabe disso, Senador. Nós discutimos isso várias vezes. Quando você, inclusive, nos pediu para fazer alguns estudos lá, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, eu identifiquei: a Embrapa tinha 4% do seu orçamento para pesquisa livre. Ora, isso é um desperdício do maior potencial do mundo em agricultura tropical, que está sendo jogado fora.

Se o Presidente Lula não abre aquele PAC, nós estaríamos com a Embrapa ainda mais sucateada do que foi. Agora, por que estou dizendo isso aqui? Eu tenho a experiência. Vivi o que ocorreu no Brasil nesta evolução, de quando se tomou decisão para buscar conhecimento dos nossos biomas. Houve uma mudança. Não seremos capazes nem de produzir alimentos para a nossa população, muito menos competir no mercado internacional. Temos de mudar essa posição. Só por meio do conhecimento, da busca incessante de soluções científicas, tecnológicas, as inovações que precisavam ser feitas para que o Brasil viesse a ser capaz de se autoalimentar. Eu vivi isso na década de 70 intensamente. E quero dizer aos senhores que, no meu discurso de passagem do Ministério – eu fiquei cinco anos no Ministério – eu tive a honra de dizer: o Brasil se libertou da peia da dependência alimentar.

Não precisamos mais importar alimentos. Em cinco anos se fez isso. Em vinte anos, o Brasil mudou o conceito internacional de agricultura tropical. Criamos aqui, graças à competência desses moços, a primeira agricultura tropical competitiva, que hoje tem o respeito do mundo inteiro. Deram a mim e a um pesquisador da Embrapa um título que me incomodou, eu não sou pesquisador, eu fui um administrador que ocasionalmente passei pelo governo tentando cumprir a minha missão. Mas a Embrapa? Eu concordaria. O mundo inteiro hoje sabe que nós não vamos passar fome porque foi capaz de ser desenvolvida uma nova etapa no processo produtivo mundial: agricultura tropical que o Brasil domina.

Não pensem os senhores que o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, veio aqui pelos olhos bonitos da nossa Presidente ou de alguns de nossos brasileiros. Ele veio aqui em busca do conhecimento da agricultura tropical, porque ele sabe – pelos seus assessores, pelos competentes homens que ele tem no governo – que aqui está a solução da fome do mundo; aqui está a solução também da energia limpa, que foi desenvolvida neste mesmo período.

Gostaria que os senhores pensassem um pouco. Eu só pude pegar parte do total da conferência do meu colega Antonio Donato Nobre. Você tem toda razão. Nós estamos querendo criar problemas em cima de áreas que não deveriam ter problemas. Discutir minúcias de detalhes em base de “achismo”, de falta de base científica, tecnológica, de conhecimento. Isso não pode ocorrer. Num país como o Brasil, que tem hoje todas as credenciais do mundo como o país que mais pode contribuir para reduzir a fome mundial, que é um país emergente que está com a sua equação certa, meus caros Senadores, voltarmos as costas ao que nós temos de competência na ciência e querer

estabelecer regras legais baseadas num princípio do qual precisamos fugir? O fiscalismo. Esse fiscalismo não nos leva a nada. Leva a uma corrupção desenfreada – e não posso dizer porque não conheço nenhum caso, mas leio na imprensa a mesma coisa que vocês lêem – a uma corrupção desenfreada de onde se criam dificuldades para vender facilidades. Esse é o resultado do fiscalismo no mundo inteiro. Será que não somos competentes para chamar uma Embrapa e até, se necessário, desenvolver um novo sistema que busque conhecer os nossos biomas e dar a eles a forma mais racional de utilização?

Quem está falando para os senhores é um produtor de água sim. Eu tenho propriedade nas regiões mais secas de Minas. Tenho lá 64 barragens de controle de chuva, e já tenho água inclusive para irrigação de salvação. Estou no nono ano da integração lavoura e pecuária, e as minhas terras estão muito mais férteis do que quando comecei. Vou entregá-las aos meus filhos muito melhores do que as recebi.

É uma tecnologia simples em evolução, onde vejo que a Embrapa tem dificuldades. E vou dizer mais: fiquei muito preocupado no final do ano passado, quando o Brasil foi à COP-15 e se comprometeu a uma redução bastante ampla de emissão de CO₂.

E cumpriu. Colocou no seu Orçamento e está hoje no BNDES, à disposição do Banco do Brasil e dos bancos privados, R\$ 2 bilhões para se fazer uma agricultura de baixo carbono.

Srs. Senadores, até dezembro, não tínhamos um projeto sequer de agricultura de baixo carbono em operação. Nenhum! Nenhum! E eu vim aqui pedindo pelo amor de Deus! Vocês falam que eu sou o homem do cerrado, que fiz isso, fiz aquilo. Fiz nada! Quem fez foi o produtor. Eu apenas consegui, naquela época, US\$ 3 bilhões, que foram colocados à disposição do Polo-centro, e nós mobilizamos as principais áreas em que nós já tínhamos tecnologia pelo menos adequada para desenvolvê-las. E, ao invés de fazermos 3 milhões, fizemos 5,5 milhões de hectares.

O Governo dispõe hoje de mais de US\$ 1,5 bilhão, e não conseguiu um projeto sequer. Soube que agora o Banco do Brasil entrou na questão e deu ordens sobre as agências. Inclusive, eu fui procurado, porque eu tinha pedido que eu queria, numa nova área que eu arrendei, absolutamente degradada, tentar recuperá-la também, para eu completar o meu projeto. Vamos ver se consigo. Recursos não faltam; tecnologia, já as temos, só que não podemos parar aí.

Nós vamos agora – e eu venho aqui com esse mesmo espírito do meu querido colega Dr. Antonio – engalfinhar-nos em discussões absolutamente inertes sobre tamanho, isso e mais aquilo, se a SPC entra

na reserva... Gente, esse não é um assunto para ser colocado como um ponto de divergência a ponto de paralisar a agricultura brasileira. Mantenham o atual Código Florestal e vocês vão ver a agricultura brasileira parar.

Eu era constituinte aqui. Há alguns constituintes, e eu tive a honra de participar com eles. Se eles se lembrarem, no dia em que criamos o Ministério Público, eu falei: “Olhem a responsabilidade que nós estamos dando a esses moços que vão vir aqui. Eles vão ter de fazer cumprir a lei, e o Brasil gosta muito de lei absolutamente ‘incumprível’”.

Agora vem um grupo que se dispõe a ir ouvir o produtor, ouvir o ambientalista; propõe uma modificação também baseada em “achismos”, mas que pelo menos, para mim, tem uma grande vantagem. Se os senhores observarem, esse substitutivo dá um espaço de cinco anos em que nós teremos de nos entender. E para se entender com tranquilidade, com eficiência, com competência, é através da ciência. Nós não podemos perder essa oportunidade.

O Brasil experimentou ter um plano chamado Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, que envolvia à época a Embrapa, as dezessete instituições estaduais de pesquisa, as universidades, que naquela época eram muito poucas – eram 12 de agronomia e 9 de veterinária. Hoje, nós temos mais de 400 de agronomia e mais de 300 de veterinária, com um potencial científico incalculável. Meus amigos, presenciei, junto com o Senador Rodrigo Rollemberg, a evolução e o esforço que o Brasil fez para a formação de doutores. Hoje, estamos formando 11.500 doutores por ano.

Tenho de contar aqui uma história aos senhores. Quando criamos a Embrapa, briguei, naquela época, com o chamado Dasp, porque eu mandei abrir um concurso para mil profissionais. E eu queria que os que tivessem pós-graduação entrassem direto; os que não tivessem entravam, pois eu ia dar o curso de pós-graduação para eles. O Pedro pode buscar nos seus alfarrábios e vai mostrar para vocês. Apareceram 52 pós-graduados no Brasil inteiro, três estrangeiros e um naturalizado. Hoje, se se abre um concurso para uma vaga na Embrapa, eu falei: “vão aparecer os 53”. Corrigiram-me: está acima de 100 a média de doutores concorrendo a vagas na Embrapa. O que significa isso? O Brasil de hoje tem uma força e uma competência científica que não existiam. E, quando não existia, foi capaz de fazer. Por que, agora, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós não tomamos essa decisão de colocar em xeque, mais uma vez, as bobas e nefastas discussões, entregando à ciência a busca dos resultados de que nós precisamos? Primeiro, conhecer os nossos biomas; segundo, ensinar-nos como manejá-los para

que não venhamos a destruir os recursos naturais que possuímos.

Eu pediria ao Senado que pensasse claramente nisso. Disponho-me a trazer todo o material que tenho. Hoje tenho dado consultoria a outros países que estão tentando fazer isso. Mas não percamos a oportunidade de o Brasil de hoje fazer com que nós, da mesma forma que conquistamos o prêmio de competência em agricultura tropical, indiquemos as soluções para que essa agricultura tropical seja a mais preservacionista que o mundo deseja. Já o é, mas ela precisa ser ainda mais. Eu pediria às Sr^{as} e Srs. Senadores que pensassem nessa minha conversa. Eu vim aqui trazer a minha experiência, um conceito que nós, na década de 70, abraçamos e que esses moços da Embrapa trouxeram, com todas as dificuldades, até hoje. Vamos dar recursos para se recompor esse sistema nacional de pesquisa agropecuária, recompor essas dezessete instituições que viraram seis, trazer de volta as universidades, que hoje têm uma competência que não pode ser alienada.

Meus amigos, este Brasil é grande e é capaz. Vamos testá-lo. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro Alysson Paulinelli. Eu quero confessar que estava com saudade de ouvi-lo, com todo o seu entusiasmo. V. Ex^a é um grande brasileiro.

Eu quero sugerir o encaminhamento... E, para a continuidade dos nossos trabalhos, estão inscritos a Senadora Ana Amelia, autora de um dos requerimentos, o Senador Acir – eu também estou inscrito – e o Senador João Pedro. Vou inscrever todos os demais. Pelo Regimento, nós teríamos três minutos para cada Senador. Se houver concordância do Plenário, eu vou dar um encaminhamento diferente: darei cinco minutos, em função da relevância do tema, para cada Senador e, aos quatro minutos, vou dar um leve toque de campainha para avisar que está faltando apenas um minuto. Todos concordam com esse encaminhamento? Senador Acir, pode deixar que eu serei mais rigoroso comigo.

Ao longo das intervenções, nós avaliamos – vou inscrever todos – se ouvimos todos para depois retornar a Mesa ou se faremos um intervalo.

Com a palavra a Senadora Ana Amelia.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Rodrigo Rollemberg, Presidente Acir Gurgacz, eu queria, primeiro, agradecer ao Pedro Arraes, Presidente da Embrapa, ao Dr. Antonio Donato Nobre e também ao Alysson Paulinelli, porque esta reunião está acontecendo por uma iniciativa minha, um requerimento, exatamente pela necessidade e por entender que

quanto mais estivermos em campos opostos nessa questão, ambientalistas e produtores rurais, dificilmente chegaríamos a lugar algum. Então, o objetivo foi esse e felizmente a segunda sessão, que estamos vendo, está se revelando extremamente produtiva.

A riqueza do que foi apresentado aqui é suficientemente forte para a convicção de que a ciência realmente é o caminho. E fiquei muito feliz, sobretudo com o princípio defendido pelo Dr. Antonio Donato e pelo nosso Ministro Paulinelli, de que a política que for resultado desse novo código que está sendo desenhado pelo Congresso, com a participação da sociedade, deve ser estimuladora, não punitiva nem fiscalizadora. E os argumentos que o Sr. Paulinelli deu do aspecto político sobre criar dificuldades para vender facilidades é uma realidade que temos que banir na hora em que fizermos uma lei que diga respeito ao futuro, não do Brasil, mas ao futuro desse mundo globalizado que, cada vez mais, precisa de comida, porque está crescendo. A demografia está nos ensinando isso.

Ministro Paulinelli, continuamos importando comida. Temos toda essa área disponível e ainda compramos mais da metade do trigo que consumimos aqui. Os produtores de arroz do meu Estado sofrem com cem mil toneladas de arroz que chegam mensalmente da Argentina sem necessidade. Compramos carne, compramos vários produtos alimentícios para abastecer o mercado. E a FAO recentemente, em março, apresentou um relatório com o apoio do ICA – que o senhor conhece bem – e também com a CPAO, mostrando alguns equívocos das políticas dos governos, especialmente da América Latina, muito focados em relação ao controle da inflação e também na questão do consumidor, e pouco focados na proteção do produtor rural.

Então, acho, penso e tenho a crença de que o Brasil é feito de muitos Alyssons Paulinellis, no sentido de serem preservacionistas. Estamos estigmatizando produtores rurais, nesse debate também, não hoje, claro, porque estamos diante de pessoas muito qualificadas, que entendem a produção, mas, o dado trazido pelo Presidente Pedro Arraes me parece desmistificador de um conceito que foi apresentado pelo Dr. Elíbio, que abriu a frase dizendo que a forma da insustentabilidade da produção hoje vai nos arrebentar.

Penso que hoje estamos já cuidando, como faz o Sr. Paulinelli, da sustentabilidade. O número trazido, de 1975 a 2010, de área, a evolução da área cultivada no Brasil é de 48%, enquanto a produtividade foi de 268%. Esse número e esse percentual são ilustrativos de que somos preservacionistas. E gostaria de dizer que o senhor usou na sua apresentação uma foto de um pedaço pequeno do Brasil, Dr. Elíbio. Queria que

viesses a foto do meu Rio Grande do Sul, da agricultura de alta precisão, onde, na região de Não Me Toque, produzem-se 220 sacos de milho por hectare, com alta precisão, com plantio direto, com curvas de nível e biotecnologia, que também foi um debate que se diluiu em questões ideológicas e pouco científicas. O Brasil perdeu tempo na biotecnologia, perdeu tempo na medicina, perdeu tempo na agricultura, por conta desse atraso que a gente impactou aqui.

Felizmente, hoje, graças à biotecnologia, essas lavouras estão com esse índice de produtividade. Estamos com soja com mais de 70 sacos por hectare em algumas regiões do meu Estado do Rio Grande do Sul. E se fotografar por cima vai verificar as matas nativas que estão preservadas. Não foram plantadas árvores. Elas são nativas, de preservação, exatamente pela consciência de que não há outro caminho a não ser a sustentabilidade.

Então, é preciso que tenhamos, em relação à produção rural, a consciência de que, de um modo geral, nós temos produtores comprometidos com a sustentabilidade. Não fosse isso, o mundo não estaria olhando também o Brasil com esse apetite. Como disse o Ministro Paulinelli, o Obama veio aqui não para olhar os nossos olhos, mas interessado nesse mercado e na área que temos disponível. Os chineses já estão aqui verificando que somos produtores. Claro que a Embrapa tem muito de contribuição nesse processo. E nós, Ministro Paulinelli, não somos tão competitivos porque não temos as condições competitivas em infraestrutura e até num suporte maior da Embrapa.

Agora, como o Dr. Antonio Donato falou e tive uma boa informação, a Aeronáutica não está recebendo aviões caça, mas vai receber aviões com radar que farão a leitura do subsolo em altas profundidades e também do Pré-sal. É isso que precisamos fazer, aliados a um conceito de que também a questão urbana não está sendo tocada com o mesmo rigor que a questão rural é cobrada.

E quando se fala do desmoroamento na região serrana ou lá em Blumenau, isso é uso de solo urbano. Não tem nada a ver com a agricultura, apenas uso inadequado do solo urbano. E das autoridades municipais onde hoje está 80% da população, antes eram 80% que estavam na área rural, como disse o Dr. Paulinelli, nós temos que ter cuidado com essa área e tratar de forma diferente situações completamente diferentes. Então, faço essa colocação, agradecida pela contribuição que os nossos cientistas, a Embrapa, deram. E estou aqui, Senador Paulinelli, para reforçar com todos os Senadores que estão participando deste debate e da questão fundamental que é a elaboração desse novo Código, disposta a realmente criar essa idéia de

que temos de dar um empoderamento ainda maior às nossas áreas de ciência, especialmente a nossa Embrapa. Queria agradecer mais uma vez a presença de todos aqui, porque deram uma valiosa contribuição a este debate. Obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Agradeço mais uma vez ao ex-Ministro Alysson Paulinelli pela sua brilhante colocação para nós. Nesta manhã, aqui no Senado, da mesma forma, aos nossos cientistas.

Vou direto à questão, Ministro.

Ao colocar a Amazônia com 80% de reserva, não vamos engessar uma riqueza, diria, ainda desconhecida de nós, brasileiros, ao deixarmos apenas 20% das áreas da Amazônia, que correspondem a 61% das terras brasileiras? Somente 20% de produção? Eu me preocupo se isso não está engessando uma área muito rica e uma capacidade produtiva enorme. Evidente que dentro da Amazônia temos lugares que precisamos conservar 100%, mas temos áreas da Amazônia que podemos avançar além dos 20, 30, 40 até 50% de áreas produtivas. Essa pergunta deixo para todos, fazendo só uma colocação de que algumas das coisas importantes que temos na Amazônia é a jazida de silvinita, em Nova Orlinda do Norte. Essa jazida nos tornará autossuficientes na produção de fertilizantes de todo o Brasil, sendo que hoje importamos praticamente 70% dos fertilizantes usados no Brasil. E essa usina pode nos dar total independência da importação de fertilizantes. E com uma situação interessantíssima: está localizada no Estado do Amazonas, Senador João Pedro, onde não temos frete de retorno para a produção de soja que vai do Centro-Oeste do Brasil, de Mato Grosso, de Rondônia, para embarcar nos navios. Nós não temos frete de retorno. Seria um avanço muito grande. Mas essa é só uma das riquezas que estamos apontando na Amazônia.

Então, essa é a pergunta que deixo para todos nesta manhã. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Acir.

Quero que alguém da Secretaria que acerte o tempo, os meus cinco minutos.

Quero cumprimentar todos os nossos convidados pela riqueza das exposições e quero dizer, Acir, que estou muito feliz com o gesto simbólico do Senado de fazer este debate conjunto da Comissão de Agricultura com a Comissão de Meio Ambiente. Na Câmara está havendo um confronto muito grande entre as duas

comissões, e eu entendo que é um passo importante buscar um equilíbrio e que esse debate se faça de forma conjunta.

Concordo com o Ministro Alysson Paulinelli, no sentido de que temos que modificar o paradigma desse debate e entendo que é possível que os subprodutos desse debate do Código Florestal, tomara que seja assim, sejam ainda mais importantes do que a própria reforma do Código Florestal. O Brasil precisa se conscientizar da importância de investir fortemente em conhecimento, em novas tecnologias, no fortalecimento do sistema nacional de pesquisa agropecuária, para que possamos ser cada vez mais um grande produtor de alimentos, um grande produtor de energia, mas um exemplo mundial de preservação do meio ambiente e de aproveitamento da nossa imensa biodiversidade, desenvolvendo a nossa biotecnologia e outras áreas da fronteira do conhecimento. Este é o novo paradigma: transformar este debate e o Brasil ser o *player* mundial de uma nova economia, de uma economia verde. Uma economia extremamente sustentável na produção de alimentos e na produção de agroenergia.

Eu tive a oportunidade de fazer imersão na Embrapa, há cerca de três semanas, sobre Código Florestal. E ali, salvo engano, a informação de que em torno de 12% ou 13% da energia utilizada no Brasil é oriunda de biomassa e que apenas 1/3 do carvão vegetal hoje utilizado no Brasil é de floresta artificial, ou seja, 2/3 ainda é de desmatamento de floresta nativa. Isso mostra o imenso potencial de um segmento da economia verde.

Tivemos oportunidade ontem de visitar Santo Antonio, Girau. Todo processo de hidroelétrica, em função de seus impactos, gera grande debate; agora, a questão nuclear gera debate. Não estou descartando nenhuma dessas formas de energia que são importantes para o País, mas o Brasil tem oportunidades que outros países não têm de ampliar muitíssimo a nossa matriz energética por meio da agroenergia, das florestas energéticas, e para isso é fundamental investir em tecnologia. Para mim, ficou muito claro na apresentação do Presidente da Embrapa que a forma mais eficaz, mais eficiente de protegermos o meio ambiente é investir em conhecimento, investir em novas tecnologias.

Estamos diante de um fato concreto que é a discussão da revisão do código florestal e este debate é de fundamental importância para trazer a comunidade científica e suas entidades, suas instituições, para trazer elementos de que precisamos para modernizar o Código Florestal que garanta isto: que o Brasil continue sendo e possa ser cada vez mais um grande produtor de alimentos, um grande produtor de energia. É fundamental o ganho social que o desenvolvimento da

agricultura brasileira produziu com o barateamento dos alimentos, mas é fundamental também registrar que hoje nós desenvolvemos as tecnologias de integração lavoura, pecuária, plantio direto; temos o instituto da reserva legal que outros países não têm e que cumpre um papel fundamental nos serviços ambientais produzidos por esta vegetação nativa, por esta biodiversidade, e não podemos abrir mão dessas diferenças. Nós conseguimos ter uma agricultura competitiva com legislação ambiental rigorosa. Ela está ultrapassada? Sim. Ela precisa ser alterada? Sim, ela precisa ser alterada, mas não vamos perder nosso grande diferencial de nos transformarmos, continuarmos cada vez mais o grande produtor de alimentos, o grande produtor de energia.

Temos que continuar sendo referência mundial em preservação ambiental. Tenho certeza que a contribuição de V. S^{as} neste debate é da maior importância. Esta Casa tem que saber da relevância de investir em tecnologia, de fazer mapas de solos, recursos significativos para fazer zoneamento ambiental, agrícola e para garantir recursos para o sistema nacional de pesquisa agropecuária.

Estou com autoridade agora para controlar o tempo dos nossos colegas.

Com a palavra, o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Srs. Convidados, Srs. Presidentes das Comissões de Agricultura e Meio Ambiente, Srs. e Srs. Senadores, as duas comissões e o Senado propiciam debate importante no sentido de construirmos uma política de Estado. Esse é o desafio. Essa discussão não pode ser no grito; ninguém pode ganhar no grito. É bom lembrar que a reforma do Código Florestal está há quinze anos tramitando na Casa. Mas é bom lembrar a história do Código Florestal no Brasil, porque continua atual o item no sentido de restringir para cada lote de terra um percentual de floresta. Vem de 1934. Lá na década de trinta o bom-senso de quem elaborou o Código Florestal já imprimiu restrições. Agora falta nós, com conhecimento avançado, com a dinâmica da economia, com a dinâmica da sociedade civil, com a dinâmica de quem quer compatibilizar a questão ambiental com a economia, com o conhecimento, encontrarmos o mesmo princípio que norteou os cientistas, os brasileiros, que criaram o primeiro Código Florestal na década de trinta. O 1965 continua norteando, tem um percentual para nós combinarmos produção com a questão ambiental. Esse é o debate. Nós precisamos ter tranquilidade. Aí não há divergência. Penso que deve prevalecer a ciência. Não pode ser a política. É evidente que nós temos de falar da política. Nós, os políticos, temos de decidir e combinar um Código Florestal com a responsabilidade de pen-

sarmos o Brasil como um todo. Eu sou do Amazonas. Minha mãe me levou, arrastado, criança, para assistir a um evento quando V. Ex^a era Ministro. Era juta. Não há mais juta. V. Ex^a lembra dessa agenda? Lembro do início do trabalho desse grande pesquisador, Antônio Nobre, pelo Inpa lá em Manaus.

Então sou um quase agrônomo, sou um capa gato, como chamam carinhosamente os técnicos agrícolas, e sei da importância desse conhecimento sistematizado pela SBPC para ajudar nesse debate, bem como das instituições que estão aqui representadas, e combinar esses últimos acontecimentos com essa decisão.

No meu Estado, Amazonas, tivemos em um ano a maior cheia da história e a maior vazante, a maior seca da história. Ficou todo mundo em polvorosa. Está lá o maior rio do mundo, o nosso Amazonas, que em um ano propiciou esse susto emblemático. São desafios.

Estou tranquilo. Esse é o primeiro debate. Nós precisamos acumular. Eu, evidentemente, não formei o meu juízo, mas sei hoje da importância da floresta em pé para distribuir a chuva por esse Brasil que produz e que é uma liderança internacional na agricultura. Sei hoje, por conta da ciência, que a chuva lá, que a água concentrada acima da Amazônia vai até a Inglaterra e a costa da África. Então como deixar a floresta em pé? Como gerar renda, emprego e respeitar conhecimentos milenares dos povos indígenas, dos caboclos e combinar isso com instituições relevantes para ajudar na definição política, na definição desse debate do Código Florestal, que se arrasta no Senado há mais de uma década? Então precisamos combinar isso tudo. Acho que esse é um grande debate. É o começo. Vamos ter, sem grito, a responsabilidade de definir um Código Florestal para nossa geração, para gerações futuras, para a Amazônia, para o Brasil, para a agricultura, para a agricultura familiar, mas principalmente para o planeta Terra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

Nosso próximo inscrito é o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento nosso Presidente da Comissão, Senador Rodrigo, e também o Senador Acir, quero cumprimentar os nossos palestrantes presentes e dizer que é uma alegria muito grande ver o Dr. Alysson Paulinelli nesta sessão, assim como os demais convidados, o Presidente da Embrapa, da SBPC e da ABC.

Mas eu gostaria de dizer, Ministro Paulinelli, que fiquei muito contente de ouvi-lo aqui com toda essa energia, toda essa determinação. Eu sou produto da sua política, não só no campo da agronomia também, assim como o Antônio também é agrônomo, mas eu

e milhares de pessoas viemos para o centro-oeste brasileiro em função das decisões políticas que vocês tomaram lá atrás. E fiquei contente de ouvir aqui de onde ela saiu, como ela saiu, como ela surgiu.

Então, eu quero cumprimentar o senhor por tudo que fez, agradecer por tudo que fez pelo nosso Brasil, pelo meu Estado, o Estado de Mato Grosso. Se hoje o Centro-Oeste e o Mato Grosso podem apresentar aquela foto que a minha colega Ana Amélia reclamou que o Rio Grande do Sul não está ali, aquilo, Senadora, é o resultado dos gaúchos lá no Mato Grosso. Aquilo é o nosso cartão postal, é a nossa foto de apresentação. É um Estado que hoje se transformou no maior produtor agrícola do País e que tem muito campo pela frente. E esse campo pela frente passa por toda essa conversa que estamos fazendo hoje aqui.

O Estado de Mato Grosso, com toda aquela produção, passando já de 35 milhões de toneladas, ele ocupa 8% do território para a agricultura. Quer dizer, de um território de 90 milhões de hectares, nós estamos falando de um pouco mais de sete milhões de agricultura naquele Estado.

Então temos muita coisa para fazer. Agora, como vamos fazer sem infringir a moral, sem infringir os costumes atuais, sem que os mercados nos condenem e sem que a gente ultrapasse o bom senso e ultrapasse toda a questão, também, da biodiversidade e de preservação?

Eu não sou contra nenhum tipo de política de preservação, não sou contra reserva legal, não sou contra APP, só acho que a gente tem que achar o tamanho de tudo isso. O que me preocupa às vezes, quando a gente deixa na mão da ciência... Como tudo, a gente tem agricultor bom e tem agricultor ruim, tem político bom e tem político ruim, tem cientista bom e tem cientista ruim, e depende de quem ganha a possibilidade de colocar as coisas no jornal, na mídia, parece que é a ciência que fala aquilo.

Então, fico muito satisfeito de ver, hoje, que a SBPC, a ABC e todas as demais que aqui foram nominadas estão falando num conjunto, num grupo de discussão. E terão oportunidade de falar, porque é importante que vocês falem e que deixemos de lado tanto os radicais da conservação quanto os radicais que querem colocar tudo no chão.

Não é esse o caminho. O caminho é, junto com a ciência, com bom senso, nunca esquecer da história que foi contada aqui pelo Paulinelli e nunca esquecer que este País não pode, jamais poderá, depender de alguém para comer.

Algumas coisas, Senadora Ana Amélia, como comprar trigo, são política de governo. Nós precisamos

comprar alguma coisa também. Os argentinos, os *hermanos*, também precisam sobreviver. Então...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Tá bom. Com dólar baixo, vamos comprar truta.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – ... é a mesma coisa. Nós compramos álcool dos Estados Unidos. Todo mundo reclamou do álcool. Eu acho fantástico nós comprarmos álcool dos Estados Unidos, porque, se nós estamos comprando álcool deles, significa que a gente fez mais açúcar, trouxe mais dólares para cá, para o País.

Então, essa questão de comércio é muito rápida, muito dinâmica, e a gente tem que estar atento a esse tipo de coisa.

Para finalizar – estou vendo que tenho trinta segundos –, quero agradecer a presença de vocês e dizer que nós, no Senado, assim como na Câmara, vamos ter que tomar uma decisão. Não podemos deixar entrar na ilegalidade o setor produtivo e temos que ouvir de fato a ciência. Fico muito preocupado, como na questão da cana-de-açúcar naquela vez: a Embrapa deu uma posição e o Governo tomou outra decisão – de não fazer cana na Abap e não deixar plantar cana na Amazônia. Quer dizer, foi uma decisão política e não técnica, e nós queremos uma posição técnica e uma decisão com vistas ao bem do País.

Parabéns a todos e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi. Agradeço a sua disciplina em relação ao tempo, o que facilita muito o trabalho da Presidência.

Passo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado.

Primeiro, quero agradecer ao nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente Rodrigo Rollemberg, que nos acompanhou na visita de auditagem e fiscalização das usinas do rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, acompanhado dos Senadores Acir, Raupp, Blairo Maggi e Jorge Viana. Quero também cumprimentar o Presidente da Comissão de Agricultura Acir Gurcacz e agradecer a presença das nossas autoridades, especialmente quando se fala em produção.

Depois de ouvir todos os palestrantes, tanto o nosso Presidente da Embrapa como o ex-Ministro, que nos deu uma aula de tecnologia e produção, queria aqui só deixar uma pergunta: se nós fôssemos atender hoje os ambientalistas no que eles querem quanto ao Código Florestal, o que seria do nosso povo?

O ex-Ministro falou que 48% do que o cidadão brasileiro ganhava era gasto com alimentos. Se nós fôssemos atender essa demanda ambiental... Concordo

com os palestrantes quando dizem que os ambientalistas e os demais produtores da agricultura e da pecuária têm de andar lado a lado. De fato, um depende do outro, tem de acabar esse comportamento de tratar um ao outro como bandido.

Afinal de contas, as pessoas que defendem só para preservar estão fazendo esse trabalho, essa campanha, para quem e por quê? Alguém está bancando isso. Querem fazer o nosso Brasil voltar no passado, quando não tínhamos produção, quando não tínhamos terreno?

Vamos recordar o que vimos no quadro, os dados mostrados: não aumentamos em quase nada a quantidade de terra, mas em quantos milhões de toneladas aumentamos a nossa capacidade de produção? Quem poderia dizer, no passado, que o cerrado de Mato Grosso e o cerrado de Rondônia se transformariam em um dos maiores celeiros agrícolas do Brasil?

Queremos preservar? Lógico que queremos.

Agora vou deixar esta pergunta bem simples para todos: o que será do Brasil se nós atendermos a legislação vigente? O que não falta neste País são leis, não adianta negar isso. Temos de tomar providências quanto à questão do Código Florestal, pelo menos estabelecer o marco zero e começar um marco novo daqui para frente. Está todo mundo na cana, está todo mundo ferrado, de mamando a caducando, de mineiros a gaúchos, de gaúchos a catarinenses, de rondonenses e mato-grossenses a capixabas, está todo mundo descumprindo a legislação. Vamos atender os ambientalistas, mas como é que vai ficar o Brasil? Essa é a pergunta simples que deixo para vocês aí: como é que fica?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Passo a palavra ao Senador Pedro Taques e, em seguida, ao ex-Governador e Senador Luiz Henrique.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente Rodrigo, Sr. Presidente Acir, ilustres convidados que nos honram com sua presença, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, vou ser breve.

Na audiência passada, o Exm^o Sr. Deputado Aldo aqui veio, e eu perguntei a ele: “É possível nós fazermos um Código Florestal sem nos valermos da ciência?” Ele fez referência – está gravado – que a ciência foi omissa na discussão do projeto do Código Florestal na Câmara dos Deputados.

Nós todos sabemos que a ciência é dinâmica, não é estática. A cada momento você vê um objeto – a partir da teoria da imprecisão ou da incerteza – de uma dimensão. Conforme essa teoria, na ciência nada é absoluto, mas relativo.

Muito bem. Gostaria de indagar dos senhores, que são cientistas, o seguinte: é possível o Senado da República discutir esse Código Florestal em dois meses, sem nos valermos a ciência, ou vamos ficar aqui no palpite, no achismo?

Eu defendo que um tema de vital importância como este, para que nós possamos preservar esta e futuras gerações, para que a República Federativa do Brasil possa se consolidar internacionalmente na dominação de mercados... Estamos falando de mercados - Ministro Paulinelli, eu o ouvi com muita atenção e quero parabenizar V. Ex^a pelo seu trabalho -, e o Brasil hoje se consolida internacionalmente. Nossos produtos conquistam os mercados internacionais. Isso é muito bom para os produtores, mas não só para os produtores, que sustentam a balança comercial do Brasil; é bom para a população brasileira como um todo o fato de que o valor que hoje a sociedade gasta com alimentos, da década de 70 para cá, diminuiu muito - e V. Ex^a fez referência a isso.

Agora, eu gostaria de indagar o seguinte aos senhores, cientistas: como eu, como Senador da República - que sou um técnico na Constituição, não sou um cientista dessa área -, posso votar um projeto de afogadilho, com essa velocidade, sem me valer da ciência? Eu quero me valer da ciência, e eu tenho certeza de que a ciência brasileira não foi omissa na discussão do Código Florestal, porque essa discussão vai produzir resultados num futuro até distante, porque nós não podemos, a todo instante, modificar a legislação. O que nós todos queremos, e tenho certeza de que também os produtores - e eu represento o Estado de Mato Grosso, onde temos a honra de possuir uma tecnologia avançada nesse setor, e o Ministro deu a contribuição à Embrapa, onde os gaúchos para lá foram, nas décadas de 70 e 80, encontraram os matogrossenses que lá já estavam desde 1720... Muito bem, como eu posso bem representar o meu Estado, votando um projeto sem que eu tenha base científica? Preciso de subsídios para votar sem achismo e sem palpite, porque, de achismos e de palpites, nós todos já estamos cansados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB - DF) - Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Passo, então, a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB - SC) - Nobre Senador Rodrigo Rollemberg, nobre Senador Acir Gurgacz, que presidem esta reunião, nobres convidados, eu quero acrescentar a esta discussão uma questão que eu acho fundamental: a questão do critério científico é indescartável, evidentemente, mas é preciso que, ao olharmos as políticas nacionais, nós

olhemos os brasis, nós olhemos as diversidades. Não foi por outra razão que a Constituição Federal estabeleceu cinco biomas, caracterizando as suas diferenças. Mas é importante que esta discussão vá ao conteúdo da Constituição Federal.

O Código Ambiental é de 1965, portanto, anterior à ordem constitucional; e os remendos, as emendas, que foram piores do que o soneto, que vieram posteriormente à vigência da nova Carta Constitucional, mantiveram a mesma linha de inconstitucionalidade, ou seja, a atual legislação é inconstitucional.

Por quê? O Ministro Alysson Paulinelli, como asseverou há pouco, foi membro da Assembleia Nacional Constituinte. Eu tive também essa honra. O Senador Aloysio Nunes Ferreira também teve essa honra de ser representante do povo na elaboração constitucional.

E ainda fui contemplado com a incumbência de ser membro da comissão de redação final do texto. Participei da redação final do texto. Eram poucos membros. Se não me engano, éramos 15 membros na comissão de redação final do texto. O que nós escrevemos na Constituição? Que tem que ordenar essa discussão, tem que ordenar essa elaboração. Nós não podemos ter um código florestal que seja divergente do mandamento constitucional. O que nós escrevemos? Eu vou ler, e já o fiz na reunião passada:

Art.24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente [concorrentemente; não é subsidiariamente nem supletivamente; é concorrentemente] sobre:

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

O que estabelece o §1º?

É muito claro, não há discussão. Estabelece o seguinte:

“§1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer as normas gerais.”

Ou seja, o que estabeleceu o legislador constituinte? Estabeleceu que, em matéria de meio ambiente, a União traça as normas gerais, e cabe aos Estados, de forma concorrente, em relação ao texto constitucional nacional, estabelecer as normas que sejam peculiares às suas condições regionais e locais.

O Brasil é um continente e não pode continuar tendo suas políticas dirigidas de forma concentradora. Nós já concentramos 65% dos recursos arrecadados do povo nas mãos da União e concentramos políticas que deveriam ser estaduais e locais nas mãos da União.

Como os senhores veem, essa é a realidade e, em vez de estabelecermos um monstrengo nacional que não vai atender às peculiaridades regionais, esta-

belece uma lei coerente com o termo constitucional, ou seja, traçando as normas gerais e deixando aos Estados e ao Distrito Federal o estabelecimento das normas relativas às suas peculiaridades regionais.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Srs. Presidentes Senador Rodrigo Rollemberg e Senador Acir Gurgacz, ilustres convidados, ao ouvi-los, cada vez mais consolido a minha convicção de que esta Casa deverá embasar o seu pensamento e a sua posição na palavra da ciência. Estou convencido disso.

É verdade que o Brasil precisa reformular o seu Código Florestal; todos concordamos. Mas também é verdade que precisamos descontaminar esse debate. Precisamos tirar desse debate o tempero ideológico. Precisamos tirar desse debate os interesses mais variados possíveis e deixar nele o interesse soberano do Brasil.

Precisamos acabar com alguns mitos como por exemplo de ambientalista contra o agronegócio, claro que não, nós sabemos a importância do agronegócio do PIB brasileiro. Nós queremos um Brasil forte, pujante economicamente, produzindo. É isso que nós queremos. Competitivo. Mas também nós sabemos da importância da nossa biodiversidade, até porque continentes como a Europa se pudessem voltar 1500 anos não teriam urbanizado tanto aquele continente. E hoje nós pagamos um preço alto porque, na verdade, não existia essa consciência ambientalista que hoje nós temos. Acho que SBPC, a Embrapa, ABC, poderiam participar de uma forma mais decisiva nesse debate. Eu acredito que o Brasil vem crescendo e, apesar de tudo, consegue ter essa visão ambientalista. Na década de 60 produzia-se no Brasil um pouco mais de 700 quilos por hectare de grãos. Hoje se produz mais de 3 mil quilos por hectare de grãos. Isso deveu-se à modernização da produção como o ex-Ministro Alysso Paulinelli mencionou em sua conferência. Estou convencido que precisamos chegar a um ponto de equilíbrio. Precisamos fortalecer o Brasil na condição de produtor e fortalecer o agronegócio mas também precisamos conservar a sua biodiversidade. Isso é o que chamo de desenvolvimento sustentável. Não podemos fazer um código partindo das exceções mas sim da regra. Não podemos fazer um código que seja mutável ano a ano. Precisamos fazer um código o mais próximo da perfeição, já que ela é utópica, e mais atualizado possível, ao longo dos anos. Acho que esse tema é importante. Não é sem motivo que o Brasil discute e debate esse tema. A assembleia legislativa

do meu Estado vai promover audiência pública para debater o Código Florestal. A sociedade civil organizada está debatendo esta questão porque nós brasileiros sabemos da importância da produção e sabemos dessa patrimônio inestimável que nós temos que é a nossa biodiversidade. Precisamos acabar com a ideia de partir do pressuposto que a floresta Amazônica, o cerrado, a Mata Atlântica são problemas. Elas não são problemas, são soluções.

Concluindo, Sr. Presidente, quero dizer que a biodiversidade é tão importante que nós sabemos que o remédio mais conhecido para hipertensão, no Brasil, que é o captopril foi extraído do veneno da jararaca.

A digoxina, que é um remédio utilizado para miocardiopatia dilatada, ou insuficiência cardíaca, foi extraído das digitais lanatus da digitais pupunha.

A biodiversidade é uma prateleira de oportunidades científicas. Portanto, esquecer dessa possibilidade de avanço científico em várias áreas.

Muito obrigado e quero agradecer a presença de todos os convidados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB-DF) – Muito obrigado, Senador Paulo Davim.

Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB-SP) – Sr. Presidente, ilustres convidados, peço desculpas mas infelizmente não foi culpa minha por não estar aqui desde o início. É uma organização absolutamente irracional da agenda dos nossos trabalhos que nos leva à concomitância de reuniões de comissões das quais somos titulares.

Há algumas perguntas que são típicas

Se já foram respondidas, depois vou buscar a degravação das intervenções para satisfazer minha curiosidade. Eu não acredito, só por uma consideração de ordem geral, que a ciência tenha sido omissa nesse debate, mesmo porque não existe um comitê central da ciência que se reúna para dizer: é isto, é aquilo. Isso, nem no tempo do Lysenko, na União Soviética, na época de Stálin. Não existe isso. Também na ciência existe um largo campo para as opiniões, e a política é toda feita de opiniões.

Vamos buscar a maior convergência possível, evidentemente. Mas decisões que se tomam em matéria legal são decisões políticas. Eu acho que houve omissão, sim, nesse assunto, e foi do Governo. Veja, nós estamos aqui numa Casa Legislativa em que, dos 81 Senadores, temos 18 Senadores de oposição. Se se fizer uma enquete na base do Governo – os senhores aqui tiveram uma amostra – e também na oposição, é bem verdade, haverá uma polarização semelhante à que se encontra hoje no debate público entre ambien-

talistas e defensores da agricultura. Uma discussão falsa, em grande medida. Mas, no governo passado, quando essa discussão estava em seu ponto mais acalorado, o governo se omitiu. Mais que isso: emitia sinais contraditórios. O Ministro Minc dizia uma coisa, e o Ministro Stephanes dizia outra, totalmente diferente. O governo, evidentemente, deixou a coisa correr porque estava em um período de eleição e não interessava comprar briga com um lado ou com o outro.

Parece-me, agora, que o Governo está entrando nesse assunto. Isso é importante, porque o Governo tem uma base parlamentar ampla. E esta é uma Casa política em que a Liderança do Governo e a força política do Governo são absolutamente decisivas para o encaminhamento das questões.

Ontem, ou anteontem, a Ministra do Meio Ambiente esteve na Fiesp, em São Paulo. Ela afirmou, espero que tenha razão, que as questões que eram controversas estão praticamente hoje sendo objeto de consenso. Mas ainda há questões espinhosas. Por exemplo, a extensão da área de preservação permanente ao longo dos cursos d'água, proteção das matas ciliares. Qual é a extensão que seria desejável para que essas áreas cumprissem sua função? A partir de que ponto do rio deve ser medida, o leito baixo ou o leito alto? O que fazer com as áreas com as culturas tradicionais colocadas em encostas e toco de morro: uva, banana ou arroz de várzea? Como resolver o passivo ambiental? É possível resolver o passivo ambiental sem quebrar a regra geral de proteção desse tipo de topografia? Há o cômputo, ou não, da área de reserva legal das APPs nas áreas de preservação permanente e na reserva legal? É possível juntar as duas coisas? Deixar pelo menos criar zonas de círculos secantes entre elas é possível? E, finalmente, a questão da possibilidade ou não da exigência legal ser cumprida englobadamente no mesmo bioma, ou ser cumprida em cada uma das propriedades individualmente.

São questões que, me parece, segundo disse a Ministra, ainda não estão resolvidas, e são questões muito espinhosas. Se os nossos convidados já falaram sobre elas, eu me penitencio e vou buscar depois nos anais da reunião; senão, gostaria de ouvir a opinião dos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Com a palavra, agora, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Inicialmente, gostaria de dizer da nossa satisfação de poder ouvir aqui representantes tão bem conceituados da comunidade científica para falar sobre esse tema da questão ambiental, da reforma do Código Florestal. Quero falar

da importância, inclusive, da comunidade científica no processo de desenvolvimento do nosso País.

Acreditamos num desenvolvimento que venha para atender a todas as pessoas e não apenas a alguns setores ou alguns segmentos. Então, acho que o papel da ciência é justamente atender a toda população. Isso é muito importante.

Elaboramos aqui três perguntas, e é claro que uma delas já está mais ou menos contemplada pela intervenção do Senador Pedro Taques. Mas, de qualquer maneira, eu gostaria de fazê-las e de ouvir, se possível, um retorno de vocês, embora eu não possa ficar até o final. Solicitei a nossa assessoria, que está aqui, Sr. Presidente, que providencie uma cópia, junto à TV Senado, da realização desta audiência de hoje, porque a considero extremamente importante para os próximos diálogos e conversas que faremos acerca do assunto. Nosso tema hoje é o Código Florestal, e as três perguntas que vou fazer estão direcionadas a isso.

A primeira é: o substitutivo do Deputado Aldo Rebelo propõe que propriedades de até quatro módulos fiscais ficassem isentas da obrigatoriedade da manutenção de áreas de reserva legal. Do ponto de vista de equilíbrio ecológico e ambiental, qual seria o impacto dessa isenção e a consequente supressão de reserva legal em pequenas propriedades? Além disso, como a SBPC e a Embrapa entendem o fato de essa liberação estar condicionada a quatro módulos rurais, sabendo que a área de cada módulo varia conforme a região do País? Essa é uma primeira pergunta.

A segunda pergunta é: na discussão da Câmara dos Deputados, o substitutivo apresentado propõe que as APPs nas margens dos rios sejam reduzidas de 30m para 15m. Durante a reunião da semana passada, questionei o Deputado Aldo Rebelo sobre o embasamento científico para essa proposta. Foi-me respondido, como o Senador Pedro Taques já fez referência, que não há, e não houve em nenhum momento da discussão do Código Florestal, um posicionamento científico sobre a necessidade de aumentar ou reduzir essa área de APP, que a academia nunca se posicionou a respeito. Essa foi a fala do deputado Aldo Rebelo. Temos como dizer que não se pode reduzir de 30m para 15m? Qual é a avaliação científica para isso?

Uma terceira pergunta: também está sendo proposta a exclusão de APPs em topo de morro. Como a comunidade científica avalia essa exclusão? Qual o impacto dessa medida? Então, senhores, essas são as três perguntas que eu gostaria de fazer com relação à discussão acerca do Código Florestal. Infelizmente, estou sendo chamada para uma outra reunião, mas a nossa assessoria está aqui para receber – gostaríamos muito – o retorno de vocês. Estamos, como disse,

solicitando cópia desta audiência à TV Senado, para que possamos tê-la como subsídio para as discussões. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado. Senadora Ana Rita, pela sua colaboração e contribuição.

Passo a palavra ao Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Rodrigo Rollemberg, Sr. Presidente Acir Gurgacz, é uma honra participar dessa exposição, em que se pode contar com a contribuição da ciência para tentarmos entender um pouco melhor essa discussão a respeito da reformulação do Código Florestal. Podemos, também, tentar conduzir nossas opiniões a partir de alguns parâmetros que a ciência aprovaria. Não optáramos apenas pela opinião baseada no “achismo”.

Gostei muito de ouvir aqui que alguns consensos já estão estabelecidos apesar das tantas divergências. O primeiro consenso é o de que o Código realmente precisa ser atualizado.

É um consenso, aparentemente pequeno, mas é a base desse esforço todo que está envolvendo o Congresso Nacional, o Governo, comunidade produtiva e também ambientalistas.

Agora, a partir da contribuição de vocês, vejo aqui de cara que essa reformulação tem que acontecer à luz da ciência. E isso para nós é fundamental. Por que? Porque nós temos consensos estabelecidos sim, de que temos que aumentar nossa produção, nós temos que aumentar nossa contribuição planetária no sentido de contribuir com alimento para um planeta que marcha fortemente para o perigo da fome, principalmente porque o aumento da população mundial acontece exponencialmente. Então, temos esses consensos estabelecidos. Nós temos que também, a partir dessa reflexão feita aqui, que aprofundar a legislação ambiental no sentido do estímulo às boas práticas e menos no sentido punitivo, porque realmente a punição, a fiscalização eu praticamente não considero como um caminho produtivo, porque o caminho adotado no Estado do Acre foi o do zoneamento ecológico econômico, a identificação das potencialidades e das fragilidades de cada uma das regiões para podermos direcionar os investimentos e, assim produzirmos um projeto de desenvolvimento sustentável que está orientando o caminho do desenvolvimento econômico e social do Acre, a partir da proposição e não da punição.

E, por último, a possibilidade de transformarmos o passivo ambiental em ativo, porque podermos construir práticas para o seqüestro de carbonos, a partir do passivo ambiental é algo muito alvissareiro.

Agora, o que me angustia, senhores, é podermos ouvir aqui discursos muito eivados de emoção e de

política que dizem que a floresta impede o desenvolvimento. E quero entender que, com todo o esforço da Embrapa, que tem sido, por tudo que foi relatado aqui pelo Professor Alysson, o tanto que tem contribuído para o aumento da produtividade com o menor impacto ambiental, por que o discurso permanece na mesma tecla: temos que diminuir a área de reserva ambiental. E o pior é que o número é absurdo, parte-se de uma redução de 80% de reserva legal para 50%, como se fosse um número qualquer. E nós não estamos falando de um número qualquer, reduzir de 80 para 50 é um impacto planetário.

Então, à luz da ciência, é mesmo necessário reduzir essa reserva legal para a Amazônia, ou podemos compatibilizar o aumento da produtividade com a introdução cada vez maior de conhecimento e de novas tecnologias e garantir a preservação da nossa floresta que é um ativo fenomenal e pode ser convertida sim em dinheiro, em valor, porque o planeta precisa disso e podemos fazer o seqüestro de carbono, a partir de nossa floresta em pé, com a contribuição fantástica que foi apresentada aqui pela ciência de que é possível, também, seqüestrar carbono, a partir das áreas cultivadas, o que é muito alvissareiro para nós ouvirmos nesse debate.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado Senador Anibal Diniz. A Senadora Vanessa não se encontra.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Meu caro Presidente Rollemberg, nosso querido Presidente Acir Gurgacz, eu gostaria de justificar a minha ausência assinando em baixo e concordando com as palavras do nosso Senador Aloysio Nunes e de outros Senadores que aqui se pronunciaram antes de mim.

É um tema extremamente importante, afeito ao meu Estado, o Amazonas e, portanto, se não estive presente desde o início peço escusas à Comissão e aos palestrantes, mas é em função desse paralelismo de agendas que temos aqui no Senado. Indo ao ponto do debate sobre o Código Florestal, eu gostaria, primeiro, de cumprimentar a Comissão de Meio Ambiente e Agricultura pela qualidade dos debatedores.

Trazer aqui Alysson Paulinelli para debater esse tema é absolutamente oportuno; trazer a Embrapa, a Associação Brasileira de Ciência e a SBPC é absolutamente indispensável para que os nossos Senadores possam ter uma visão mais global desse debate sobre o Código Florestal.

Tenho insistido, Srs. Debatedores, nossos Presidentes, que essa questão do Código Florestal é mais ampla do que simplesmente o Código Florestal. E digo isso porque, no bojo dessa discussão em torno do

Código Florestal, estão questões extremamente estratégicas e prioritárias para a viabilidade de uma nova economia que deverá surgir no século XXI.

Nós não estamos mais, Senador Acyr, em um século em que a agricultura é a base do desenvolvimento da terra e ponto; não! Nós estamos num novo milênio, num novo século em que o desenvolvimento sustentável, a biotecnologia, a biodiversidade, a economia verde, os serviços ambientais e todas essas questões em relação ao aquecimento global deixaram de ser apenas discussões acadêmicas de cientistas para passarem a ser ativos econômicos, sociais e ambientais da maior envergadura.

Portanto, discutir o Código Florestal não pode ser apenas dizer assim: “nós vamos reduzir a reserva legal na Amazônia de 80% para 50%”. Por que se vai reduzir de 80% para 50% a reserva legal na Amazônia? Para aumentar a área agricultável na Amazônia? Mas de que Amazônia nós estamos falando? Da Amazônia que consegue produzir soja ou da Amazônia que não consegue produzir soja porque as áreas degradadas foram abandonadas e que, ao contrário, criam problemas ambientais com o assoreamento dos seus rios, que são as suas hidrovias e que traz sérios problemas para todos? Ou nós vamos tratar a Amazônia com um outro binômio, o binômio do equilíbrio e do bom senso? Isso tudo o Código Florestal traz em seu cerne, o núcleo dessas ações.

Eu quero, portanto, começar essa fase dizendo o seguinte: o bom senso e o equilíbrio precisam estar presentes no novo Código Florestal brasileiro. Uma questão a respeito da qual me parece importante ouvir aqui os Srs. Cientistas e o Sr. Alysson Paulinelli é sobre as áreas consolidadas. Elas são necessárias? Creio que sim, mas o ponto de corte das áreas consolidadas nem o mais otimista e conservador ruralista acredita que deva ser 2008, porque fazer isso com o plano de corte em 2008 é simplesmente aniquilar a possibilidade de redesenharmos um novo modelo para a economia verde no Brasil; porque, neste momento, estaríamos confundindo alhos com bugalhos e anistiando aqueles que foram os desbravadores, aqueles que foram os incentivados para desmatar com aqueles outros que, por visão antecipada da economia e por pressões de mercado, invadiram a reserva legal, invadiram as áreas de proteção permanente, plantaram de forma consciente e que obtêm grandes resultados econômicos.

O Brasil exerce uma posição de liderança no mercado mundial e na governança mundial em relação ao meio ambiente, não apenas pelo seu modelo de geração de energia – e o Brasil tem um dos melhores modelos de geração de energia –, mas também porque o Brasil tem, graças à Embrapa, graças à ciência e à tecnolo-

gia desenvolvidas, resultados pragmáticos e objetivos com relação ao etanol, com relação ao biodiesel, com relação à biomassa e às matrizes energéticas alternativas àquelas que são fortemente comprometidas com a emissão de gases de efeito estufa..

Portanto, eu gostaria de ouvir a opinião da Academia e do Dr. Alysson Paulinelli com relação às áreas consolidadas. Qual é o ponto de corte do bom senso e do equilíbrio?

Segunda questão: o Brasil criou, há dois anos, um fundo para a agricultura de baixo carbono.

Ora, eu queria ouvir do nosso Ministro Alysson Paulinelli se há uma sugestão para que façamos esse fundo de financiamento para agricultura de baixo carbono, que ele seja aplicado...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Presidente, vou concluir.

Quero apenas dizer que nós temos R\$2 bilhões num fundo para estimular a agricultura de baixo carbono. Nesses dois anos, Presidente, quanto foi aplicado nesse fundo? Zero. Zero. Portanto, quando discutimos o Código Florestal não se pode ater a temas como: a reserva legal vai diminuir de 80 para 50. Não pode ser: vamos diminuir a mata ciliar de 30 para 15. A questão é muito maior do que isso. É simplificar demais essa equação, porque, senão, amanhã, o produto agrícola brasileiro vai ser carimbado e rotulado na comunidade internacional como não sendo um produto agrícola amigo do meio ambiente. E, se isso acontecer, os prejuízos para os nossos produtores e para os *commodities* agrícolas brasileiros serão enormes. Portanto, o Brasil precisa ter bom senso, precisa ter equilíbrio, precisa ter fundamentos da ciência nas decisões que vai tomar. A biodiversidade é algo que precisamos analisar permanentemente todas as vezes que mexermos nesses limites, em função de que há um custo benefício.

E para finalizar, Sr. Presidente, pois já percebi que o andar da hora nos espreme, tenho duas questões bastante objetivas e diretas.

Serviços ambientais. Esse Código Florestal não fecha a equação de APP e reserva legal, se é ônus ou benefício, sem incluir a estruturação dos serviços ambientais dentro do Brasil. Se houver a estruturação dos serviços ambientais dentro do Brasil, duvido que algum agricultor virá a este Congresso novamente para discutir se é bom ou ruim ter reserva legal ou ter APP, porque ele passa a ter um fundo de capitalização para os seus negócios pelos serviços que essas florestas em pé vão prover para os seus negócios. E não anda; está estacionado. E todo *lobby*, toda pressão neste mo-

mento é para fazer andar o Código Florestal, e nada com relação aos serviços ambientais.

E, finalmente, para que possamos ter a liderança efetiva, Presidente Rollemberg, no meio internacional, como o Brasil vem se posicionando, não apenas porque cortou o desmatamento no bioma da Amazônia, o Brasil precisa recompor outros biomas; o Brasil precisa entender as compensações de serviços ambientais como mecanismos de sustentabilidade; entender a oposição dos senhores sobre o *redplast*; entender por que o Brasil e as lideranças do setor da agricultura, da ciência, da academia não se manifestam publicamente também num *lobby* para que possamos, aí sim, ter uma solução globalizada para esse problema: um novo Código Florestal, um novo projeto de serviços ambientais, um novo modelo de estruturação de economia verde com o *redplast* e o novo pacto brasileiro com relação à biodiversidade.

Eram essas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Eduardo Braga. Eu só quero registrar, prezados Senadores e Senadoras, que, no início desta reunião, eu comuniquei que o Regimento prevê três minutos para cada orador, mas, por um acordo, definimos cinco minutos para cada orador e estamos procurando, na medida do possível, cumprir rigorosamente.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, Sr. Senador Acir Gurgacz, senhores convidados, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero parabenizar as Comissões de Meio Ambiente e de Agricultura e Reforma Agrária por mais uma audiência pública para tratar da revisão do Código Florestal. Esta é uma audiência muito importante e aqui temos a presença do ex-Ministro da Agricultura, uma referência na área, o Ministro Alysson Paulinelli, e a ciência e a tecnologia representadas pela Embrapa, referência mundial e orgulho nacional, Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Os Senadores que me antecederam já falaram bastante sobre a questão do Código Florestal, sobre a necessidade – e me parece que este é o nosso único consenso –, Senador Eduardo Braga, de se fazer a revisão do Código Florestal. Lamentavelmente, em alguns setores, esse Código é tido como um dogma, como algo que nem se pode discutir. Mas, hoje, parece-me, isso está vencido. É necessário fazer essa revisão, pois é algo que foi construído há mais de quarenta anos. A ciência, a tecnologia e a inovação avançaram. O que se fazia há quarenta anos, com enxada, com carrinho

de mão, hoje, não comporta mais, pois a tecnologia avançou demais.

Senador Eduardo Braga, concordo com V. Ex^a, mas algo tem de ser colocado como ponto de partida nas questões que dizem respeito, principalmente, à nossa região, que é a região amazônica: a soberania do nosso País. A soberania brasileira tem de estar em primeiro lugar na discussão do que se deve fazer com a nossa região. E aí somos nós, brasileiros, somos nós, amazônidas, que devemos discutir e dizer o que se fazer da Amazônia.

E a Amazônia – V. Ex^a, com toda razão, fez referência a isto – não pode e não deve ser vista como uma Amazônia só. Há inúmeras amazônias em nosso território, mas, lamentavelmente, quando o Governo Federal legisla sobre a nossa região, o Governo o faz de uma única forma. O Governo discute percentual de reserva legal como se fosse um jogo de dados: joga o dado, e, quando este cai, são 50%, mas poderiam ser 60% ou – por que não? – 40% ou 80%. Ou seja, não há um número que tenha uma defesa técnica ou científica. Não! Ou há uma pressão externa, ou virá um evento internacional ou um grande líder internacional defensor da causa ambiental no Brasil.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Isso ocorria no passado, não hoje.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É verdade!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Isso se dava no passado, Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Eduardo Braga, há pouco tempo, há um ou dois anos, foram criadas reservas ambientais. Existem projetos tramitando no Congresso Nacional que, lamentavelmente, não andam. O Senado Federal deve ser ouvido antes que o Governo, de forma autoritária, possa criar reservas, sejam elas ambientais, indígenas ou qualquer tipo de reserva, sem ouvir a representação dos Estados e sem cumprir a Constituição.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador, deixe-me complementar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o maior prazer. V. Ex^a é uma referência nessa questão. Eu gostaria de continuar aprendendo com o que V. Ex^a tem a nos ensinar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu é que aprendo com sua sabedoria, com sua experiência.

Eu gostaria apenas de fazer aqui um ponto de corte. Penso que o discurso que V. Ex^a traz à lume neste debate é pertinente à década de 70 ou à década de 80. Nos anos 2000 – posso lhe dizer da experiência de ex-Governador do Amazonas –, quanto às unidades

de conservação estadual, às unidades de conservação federal e às terras indígenas, quase 60% do seu território está protegido, mas está protegido com base no diálogo e em critérios de ciência, da agricultura.

Veja, caro Senador, que o Zoneamento Agroecômico e Ecológico é a base do que deve existir. Por isso, o Código Florestal não pode ser discutido exclusivamente, ele tem de ser discutido inclusivamente numa política geral. Digo isso, apenas para que não se confunda a situação da Raposa Serra do Sol com uma situação generalizada na Amazônia brasileira e também para contribuir com o discurso de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não vou fazer um debate paralelo com o Senador e Governador Eduardo...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – E o seu tempo já está esgotado. Peço para V. Ex^a concluir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas ele é um privilegiado. O Estado do Amazonas é privilegiado. Quero dizer a V. Ex^a que, há dois anos, foi homologada uma reserva indígena de 750 mil hectares no Município de São Félix do Xingu, ao arrepio do zoneamento econômico ecológico, aprovado por unanimidade pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, para 141 índios. Não tenho nada contra os indígenas, mas 750 mil hectares para 141 índios, quando, nessa mesma área, em 200 mil hectares o Incra tinha feito um assentamento para três mil famílias, feito pelo Governo Federal, algo está errado no Reino da Dinamarca. Quero dizer a V. Ex^a... Vamos conversar depois, fora da audiência pública, quero aprender com V. Ex^a e saber o caminho das pedras, porque V. Ex^a devia ter uma relação muito boa com o Presidente Lula, que não gostava da Governadora Ana Júlia, que era do partido do Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Conclua, por favor, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas eu vou concluir. Quero dizer aos nossos convidados que fico muito feliz de ver que nós vamos incluir na revisão do Código Florestal a questão da ciência e tecnologia.

Eu dizia ao Senador Aloysio Nunes que fico pasmo, Senador Rollemberg, pasmo de ver que o Governo que trata tão bem o Governador Eduardo no Amazonas, por merecimento, sim, porque a Governadora do partido do Presidente Lula, que era a Governadora Ana Júlia, não merecia, ele baixou...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Depois mandou o Amazonino.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ...um decreto, dizendo que, na Amazônia, e atingiu V. Ex^a, não se pode plantar cana. Existe um absurdo maior, Ministro Paulinelli, dizer que na Amazônia não se pode planta cana? Se o Presidente dissesse que não se pode derrubar a floresta para plantar cana, o Senador Flexa Ribeiro iria aplaudi-lo em praça pública. Agora, dizer que não se planta cana na Amazônia, quando Roraima tem campos naturais, quando o Marajó tem campos naturais, quando o bioma da Amazônia são vários, então ou é ignorância, ou é...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – O Senador Flexa com essas posições vai assustar os nossos amigos da ciência aqui, viu.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, mas eles sabem disso. E tenho certeza de que...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Vai causar um constrangimento...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, constrangimento... Pelo contrário, eu não tive o prazer, pelos mesmos motivos. Estávamos discutindo lá na CAE problemas da economia, que vai mal, mas...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Conclua, por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vou concluir. Eu gostaria só que V. Ex^a... Eu só queria que V. S^{as} pudessem me responder dois quesitos. Primeiro, se V. S^{as} concordam com que nós possamos, e aí concordo com o Senador Eduardo, não vamos definir o marco, se é 2008, 2005, 2002, 2006, mas que possamos fazer uma consolidação das áreas já abertas e fazer um uso intensivo dessas áreas e que se possa fazer uma compensação em áreas de reserva segundo o zoneamento econômico-ecológico de cada Estado e que se respeite o pacto federativo, que a União não interfira no que os Estados definam como áreas de uso intensivo, de uso moderado ou de preservação. E mais, se as áreas de reservas não devam ser mais por propriedade isolada e, sim, em conjunto. Propriedade isolada me parece que intensiva a penetração da devastação da floresta, em vez de ajudar o equilíbrio. O Governador do Estado lançou agora um programa...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador, por favor, conclua.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ...para evitar exatamente a devastação e entrar com um programa de corte zero da floresta.

No Pará não se derruba uma única árvore a partir de 1º de janeiro de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Vamos voltar a ouvir, agora, os membros da Mesa, os nossos convidados.

Passo a palavra, em primeiro lugar, ao Dr. Pedro Arraes, presidente da Embrapa.

O SR. PEDRO ARRAES – É difícil respondermos a tudo isso, esse tempo que temos é bem escasso aqui, mas há alguns pontos que eu gostaria de ressaltar.

Obviamente, como cientista e como presidente da Embrapa, acredito em tecnologia, acredito em ciência, mas existem posições divergentes em alguns temas, como em todas as áreas existem posições divergentes. Inclusive, um dos motores da ciência é a própria divergência que existe. Então, isso é importante. E muitas dessas coisas que são discutidas aqui entram na seara dos senhores, na questão política, na questão legislativa, e também de bom senso.

E a outra coisa importante de se colocar é que de muitas dessas coisas nós não temos conhecimento ainda para podermos ter uma certeza de “a”, “b”, “c”. Acho que isso é importante ser colocado.

Fiz uma exposição aqui, no começo – falo para aqueles Senadores que não estavam presentes –, em que coloquei alguns pontos, não colocando a questão da largura, desses pormenores, se são 30, 15, 50, mas trouxe alguns pontos que acho importante que sejam colocados, como a questão da fragilidade ambiental, da textura do solo, a questão da declividade desses locais. Ou seja, há uma série de outros fatores, e aí acho que entra muito na questão regional mesmo, local, que é difícil generalizar, para um país que tem essa diversidade que temos de tudo. Não somos megadiversos em biodiversidade, mas há o nosso relevo, há uma série de coisas que são diversas; é difícil fazer uma aplicação geral. Então, não sei, acho que, se colocarmos algo muito rígido no substitutivo, talvez isso não seja aplicável na prática. Acho que é muito importante, na hora do calor da discussão, ter esta noção: é importante que o Código, efetivamente, funcione na prática, porque, senão, vai ser mais uma coisa que não funciona. Isso vale para todas essas questões, do morro, quer dizer, a textura também é importante. Há outras coisas que conhecemos muito bem e que podem ser utilizadas.

Concordo totalmente com a questão dos serviços ambientais. Acho que temos de avançar nessa área. Isso aí pode ser um grande *buffer*, vamos dizer assim, para toda essa divergência que vemos hoje e que não deve existir; o Brasil tem tudo para não ter essa divergência, não precisamos ter essa divergência. Se formos à Holanda, que não tem 1% só de área virgem, acho que poderíamos até ter essa divergência, mas aqui temos uma área virgem imensa, com possibilidade de recuperação, com possibilidade de aumento de produtividade, sim, sem aumentar área nenhuma

praticamente. Quer dizer, temos todas as condições de avançar nisso.

E a Embrapa, aqui coloco a Embrapa à disposição dos senhores, no que for possível. Tentamos dar a nossa contribuição – esse é o último comentário que eu gostaria de fazer. Ao longo do tempo, a Embrapa, as unidades individuais ou pesquisadores individuais convocados pelos Senadores, pelos Deputados, tiveram a oportunidade de colocar as suas posições pessoais, em termos de vários aspectos do Código. Então, houve uma participação. Poderíamos até dar mais, sim, acho que sim, mas houve uma participação da Embrapa mostrando a diversidade que temos de opinião. E acredito que isso tenha auxiliado o Deputado Rebelo no sentido de construir algo mais assim, em um assunto tão difícil e tão polêmico quanto esse, neste momento.

Então, essas seriam as minhas considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço ao Dr. Pedro Arraes.

Solicito aos Senadores que permaneçam na Comissão após o encerramento da audiência pública, porque teremos a eleição da subcomissão permanente de acompanhamento das obras de Belo Monte e do plano de trabalho da subcomissão encarregada de fiscalizar as obras da Copa.

Passo, então, agora a palavra ao Dr. Elíbio Leopoldo Rech Filho, representando a Academia Brasileira de Ciências.

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Agradeço todos os comentários.

Eu gostaria de enfatizar, uma vez mais... (*interrupção do som*) ...como da intensificação sustentável da produção agrícola como uma oportunidade muito importante para o Brasil. Uma oportunidade econômica e social que nós temos de estabelecer e sermos protagonistas no estabelecimento de uma nova métrica para a agricultura mundial, que é, como eu mencionei, intensificação sustentável da produção. Nós temos que produzir mais, injetando tecnologia nos sistemas produtivos. Isso vai ter um tremendo impacto de uma nova métrica, onde você utiliza a enorme pujança de um segmento de agricultura familiar no Brasil, que já tem uma participação acima de 30% do valor bruto da produção nacional. E nós estamos falando de milhões.

O Censo Agropecuário, muito bem determinado, senão só o de 95 como o de 2006, mostra claramente um retrato da estrutura agropecuária do Brasil e a pujança que este setor tem. Com simples modificações e fornecimento de insumos, você poderia mudar toda uma estrutura agrícola. Então, eu intensifico, mais uma vez, essa mensagem no sentido de que os pos-

samos ver essa relação e sinergia ambiente e sistema agrícola como uma nova métrica e como, mais uma vez, sermos protagonistas do estabelecimento disso a nível global.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Elíbio.

Passo agora a palavra ao Dr. Antônio Donato Nobre, representando a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Obrigado, Sr. Presidente. Eu queria, primeiro, que os vários Senadores, especialmente os dois que estão conversando agora, escutassem isso. É porque vocês mencionaram, então, o querido Governador do Amazonas falar que eu construí minha carreira, se se lembra de mim. Nós temos que deixar claro aqui uma resposta ao Deputado Aldo Rebelo, por quem tenho grande admiração pela grande envergadura do movimento que construiu, de que a ciência não se omitiu, ela não foi convidada. E, quando você não convida alguém, significa que você não está interessado no que esse alguém possa lhe dizer, não é?

Então, a iniciativa que eu apresentei hoje aqui – e alguns de V. Ex^{as} aqui não puderam estar – mostra que esse documento que está quase pronto aqui, que devemos soltar em uma semana, constrói dados em cima de dados publicados, que já poderiam estar na Câmara dos Deputados hoje. Não precisaríamos ter esse atraso que está agora desaguando aqui no Senado. Estamos aqui hoje por convite. Nós não podemos simplesmente vir aqui, batendo nas portas e falar: olha, nós somos cientistas e queremos oferecer a nossa opinião, o nosso ponto de vista. Então, que fique registrado isto muito claramente: primeiro, não fomos convidados.

A segunda coisa eu já mencionei na minha apresentação. Ciência não é uma entidade única – e o Senador de São Paulo colocou isso –, sapiente, onipresente e toda poderosa. Ciência é uma organização humana e, como tal e por característica própria, é fragmentada. A gente se orgulha de falar que é um especialista, ou sejam, entende tudo sobre o nada, essa é a conflagração os ambientes científicos. E o Código Florestal, por natureza, é uma instituição horizontal, holística, requer integração. Então, chegar simplesmente e convocar a ciência hoje e dizer que venha amanhã apresentar a sua posição seria achismo, a gente ia dar opinião. Mas não fizemos isso. Estamos há nove meses trabalhando. Trezentos trabalhos publicados foram consultados, mais de 170 são citados em análises específicas. A maior parte das questões que foram levantadas pelos Senadores aqui, hoje, estão respondidas. Algumas delas, como foi colocado pelo colega da Embrapa,

precisam ser mais bem analisadas, mais trabalhadas. Mas isso faz parte da aventura humana: desenvolvimento do saber etc.

Agora, eu queria colocar uma questão muito importante em relação aos dois meses que temos. Se eu pensar como agricultor eu sou agrônomo. Se eu fosse agricultor, eu estaria bem preocupado agora, Nós temos um dead line. É como se fosse o 21 de dezembro de 2012, lá no calendário maia. Nós estaremos com uma situação real. Dá para a ciência, que levou nove meses para preparar esse documento, que é uma primeira abordagem, primeira contribuição. Em dois meses, municiar os senhores nesta Casa com evidência, suporte, substância, que não é simplesmente opinião, para que os senhores possam decidir sabiamente e mudar o Código Florestal, que está aí há quarenta anos. Existe um problema de irreversibilidade. Se você comete um equívoco – e nós acreditamos que esse substitutivo que está sendo considerado comete várias equívocos, e a gente levanta aqui vários deles, e falamos também dos equívocos do Código Florestal – existe a questão da irreversibilidade. Se daqui a cinco anos, Ministro Paulinelli, como o senhor sugeriu, a gente chegar à conclusão, fazendo grandes análises, etc., de que não era bem assim, que tínhamos que proteger mais, Inês já é morta. Então, o que colocamos?

Fiz uma apresentação de uma nova tecnologia que desenvolvemos no INPE de mapeamento geomorfológico de terrenos, usando maquetes digitais eletrônicas que a gente reconstrói no computador, que consegue saber onde está o lençol freático, quais são os terrenos que devem ser feitos e para que aplicação. Isso se chama geomorfologia quantitativa turbinada. Nós não precisamos de cinco anos. Eu já tenho o mapa da América do Sul inteira numa resolução de 90 metros, de todos os terrenos. Já temos o mapa do Brasil inteiro, em algumas áreas a 30 metros de resolução. Não precisamos esperar. A tecnologia nos facilita hoje, e não facilitava há três anos. Hoje já nos facilita fazermos esse trabalho em tempo recorde. Quando o Pearl Harbor caiu nas mãos dos japoneses, os americanos, *overnight*, de um dia para o outro, fizeram fábrica de boneca produzir munição. Temos uma condição real grave no Brasil deas conflito. Precisamos resolver a situação dos agricultores, por um lado. Não sou Senador, mas estou falando como se fosse político. Precisamos resolver a situação dos agricultores, a gente tem que ter sensibilidade para isso, e esse crédito tem que ser dado para o Aldo Rebelo, porque ele foi lá, meteu a alavanca. Posso discordar dos métodos, posso discordar que ele não convidou a ciência, mas ele criou um fato, esse fato nos colocou hoje conver-

sando, e esse diálogo é fundamental para a Nação. Essa é a primeira coisa.

Segunda coisa: não podemos jogar o bebê com a água do banho. O Brasil é o país mais rico. O senhor sabe, aquela borboleta Morpho que tem na Amazônia, aquela azul brilhante, a Hitachi acabou de fazer um display de LCD usando a tecnologia de refração física da luz que a borboleta usa, é da nossa biodiversidade. É um manancial infinito de riqueza a nossa biodiversidade. Então, o que se propõe? O que nós gostaríamos de propor? E a gente cogitou várias vezes – não lembro se o senhor estava presente –, nesse grupo de trabalho da SBPC e da ABC, que nós precisamos de tempo – não cinco anos nem nove, talvez dois, quem sabe mais rápido, dependendo do suporte. Nós fizemos esse estudo em nove meses sem apoio nenhum governamental ou da casa legislativa, no nosso tempo vago. Muita gente ocupada, presidente de órgão, diretor de institutos, etc.. Fizemos, está aqui, 150 páginas. Fizemos uma análise e estamos contribuindo. Se houver realmente interesse, com essas novas tecnologias de geomorfologia quantitativa turbinada, o que a gente costuma pensar é aquela geomorfologia semântica, saudosa, de Ab'Sáber e Bigarella. Nós temos uma nova realidade hoje, nós podemos fazer isso rapidamente. E aí os senhores resolvam o problema dos agricultores temporariamente, até que isso seja resolvido. Essa era uma proposição que não estou obviamente falando em termos de IGT, mas estou colocando para os senhores várias ponderações que aqui foram levantadas. Acho que... Por que não? Se o tempo urge, não vamos nos engessar – e várias vezes foi colocada aqui a palavra engessar – nas possibilidades deste País, que é riquíssimo. Não!

Para concluir, eu queria só reforçar uma coisa que já falei na minha apresentação: os princípios, que a gente elencou no final do nosso documento, as perspectivas para o futuro, além, obviamente, de nos colocar à disposição, a Academia, a SBPC. E há um monte de instituições que gostariam de participar, nós fizemos só um início. Um dos princípios fundamentais é que deverá se fundamentar, qualquer construção de um novo Código, numa construção participativa. Com todo o mérito que tem a iniciativa do Deputado Aldo Rebelo, não foi participativa para a sociedade inteira, foi para um setor que estava ignorado, que era o setor agrícola. Muitos agricultores estavam em situações realmente difíceis.

Eu me sensibilizei. Não é minha tradição nessa área, apesar de eu ser agrônomo, mas me sensibilizei em ver quantos agricultores têm que lidar com fiscais às vezes autoritários etc. É um ganho para sociedade ter levantado isso, mas com a consulta de todos os

setores diretamente envolvidos com a temática. Nenhum setor do meio rural ou urbano deverá ser unilateralmente privilegiado nessas alterações. Aí a gente dá um destaque para a propriedade família. Todos os setores devem ter espaço para pronunciamentos e para influir na decisão sobre alterações propostas. Agora, se os senhores resolverem isso em dois meses está garantido que isso não vai acontecer. Para começar, isso não é um tempo viável para mandar um homem à lua, não é um tempo viável para a gente resolver as questões.

Muitas coisas já estão disponíveis, eu não queria responder ponto a ponto o que foi levantado aqui. A Senadora Ana Rita levantou algumas coisas. Nós fizemos um estudo, que também estaremos liberando proximamente, sobre a área ripária. A discussão sobre se são 15 metros, 30 metros, 7,5 metros – agora ouvi falar 7,5. Onde estão os brejos do Brasil? Essa é uma questão relevante. Nós sabemos onde estão os brejos? Se for na propriedade e andar lá... O Ministro Paulinelli certamente sabe onde estão os brejos da propriedade dele, mas nós não sabíamos.

Hoje nos temos uma ferramenta para mapear os brejos. E nós fizemos isso lá no Inpe: mapeamos os brejos de 308 mil quilômetros quadrados no Brasil, em quatro áreas distintas. Depois, nós pintamos lá as faixas: 30 metros, 15 metros, e fizemos as análises de cenário. E o que encontramos? Que o Código Florestal atual, com 30 metros, 50 metros, 100 metros, 200 metros e 500 metros de acordo com o tamanho do rio, ele protege por volta de 7% da propriedade privada em média.

O substitutivo do Aldo Rebelo reduz essa proteção em 31%, cai para 5% ou menos, 4,5%. E quanto é a área de brejo? Dezessete por cento.

O que achamos fazendo uma análise efetiva? Você pode ir lá, fazer um furo e ver que tem um brejo lá. Que os solos hidromórficos são solos frágeis. É ali que você precisa de proteção, porque é dali que surgem os sedimentos, a contaminação da água. É ali que tem um monte de fatores, que estão analisados no nosso documento em profundidade.

Se o Código Florestal atual protege só 40% dos brejos, como é que você vai diminuir? Então, tem outros casos em que a análise produz a conclusão inversa. Por exemplo, a questão de topo de morro. Como se define topo de morro? Nós temos muita dificuldade para fazer essa análise, e, finalmente, chegamos à conclusão de que existem modos diferentes de ser fazer isso. A gente tem condição hoje, temos competência e capacidade no Brasil de resolvermos essas paradas, num tempo relativamente curto, não precisa ser 5 anos não. Eu diria

que, com suporte, com empenho, com engajamento, em dois anos resolvemos essa parada.

E, se os senhores acharem uma solução para os agricultores que precisam de uma solução para esses dois anos, daqui a dois anos nós teremos um Código Florestal que realmente atenda ao Brasil.

Então era isso que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB –DF) – Muito obrigado, Dr. Antonio Nobre.

Passo agora a palavra ao Ministro Alysson Paulinelli.

Senador, vamos ouvir primeiro, depois, se for o caso...

Nós ainda temos que instalar a subcomissão da qual V. Ex^a será presidente.

Com a palavra o Ministro Alysson Paulinelli.

O SR. ALYSSON PAULINELLI – Eu gostaria de ter o tempo suficiente para responder ao questionamento que Srs. Senadores fizeram, mas eu vou tentar aqui fazer uma análise um pouco mais rápida porque algumas das questões são bastante semelhantes. Antes eu gostaria de dizer ao senhores que esse assunto realmente me preocupa muito. Eu já administrei o Código Florestal brasileiro numa época em que o Brasil tinha fome, importava alimentos, pagava caro por isso.

A nossa conta café, que financiou a industrialização do Brasil em 1950, já não dava mais para comprar alimentos, pagar a tecnologia industrial que não cuidamos de ter antes: o Brasil fez indústrias importando maquinaria, conhecimento e – pasmem – até matéria prima! A indústria brasileira de tecido já produziu no Brasil tecido com algodão importado desde o seu início. Isso me preocupa porque, em vez de buscarmos soluções para o que vem aí, nós estamos tentando amarrar.

E vou ser franco com os senhores: foi-me solicitado pelo SBPC e eu acompanhei quase todas as reuniões regionais feitas no Brasil, procurando dentro da minha agenda o que fosse necessário; só não fui ao Sul. Participei intensamente no Pará, no Nordeste, que foi em Natal, no Brasil Central, que foi em Lavras e São Paulo, e não fui ao Sul nem ao Centro Oeste.

Quero dizer uma coisa para os senhores: quando eu falo em cinco anos, para mim, a ciência não tem limites para o conhecimento. Eu conheço o trabalho do Dr. Antonio Donato Nobre; eu estava na reunião em que ele apresentou esse trabalho e fiquei muito bem impressionado. Mas entendo que não seja um trabalho conclusivo; ele apenas indica posições e posições que vão ter que ser politicamente discutidas. O Brasil não é um só.

Ele não está aqui, mas o nosso ex-Governador de Santa Catarina disse-o bem: nós temos vários bra-

sis. Quando ouço falarem da Amazônia, Eulálio, ouço que ela é vista no mundo como uma floresta úmida, trópico úmido, quando sabemos que na Amazônia legal quase um terço é de floresta úmida; o resto são cerrados, campos, etc.

Vou confessar para vocês um dilema que tive quando fui convidado para ser ministro. O Governo brasileiro havia se voltado para ocupação da Amazônia com a tese: integrar para não entregar. E eu tive que confessar para o meu Presidente: olha, eu não conheço nada de Amazônia, como é que vou mexer com isso? Sou profissional, eu era professor! Como é que vou mexer nisso? Tentei ouvir meus conhecidos à época, para que eles me dissessem o que era a Amazônia. A conversa mais objetiva que tive foi com meu prezado amigo cientista Paulo de Tarso Alvim, que viveu lá 20 anos: “Você não fique triste por isso, você é um homem sincero; estou lá há 21 anos e não conheço a Amazônia. A Amazônia é composta de tantos microclimas, muito mais variados do que os que vocês têm no Centro Sul. E não vão poder mexer naquilo sem conhecer.”

Eu fiz uma proposição ao presidente e ele aceitou: olha, já temos um bioma no Brasil chamado Cerrado do qual nós já conhecemos alguma coisa; já tem infraestrutura e é possível tirar o Brasil desta agonia em que ele se encontra. O dinheiro do café não dava para continuar pagando tecnologia industrial.

Especialmente os senhores que são de São Paulo, Rio de Janeiro, sabem que até os galpões industriais foram importados. Lá estão hoje. Pagar tecnologia da indústria, pagar alimentos, e a conta alimentos já era muito alta porque a partir de 1968 houve aquele grande choque com o embargo não político dos Estados Unidos, e o alimento duplicou de preço no mercado internacional, o Brasil teve que dispor de muito mais recursos para importar, além do choque de petróleo de 1972, que elevou de três para onze dólares o barril, e o Brasil dependia de 80% do petróleo que importava. Nós estávamos diante de um dilema: vamos ser um País que se afirma ou vamos ser um País falido?

Foi por isso que buscamos as soluções que melhor seriam possíveis de ser atingidas a curto prazo. Não abandonamos a Amazônia. Pegamos alguma coisa que conhecíamos, porque a soja saiu.

Acir Gurgacz, na sua Rondônia, havia sido feito um grande esforço e nós entendíamos, como vocês têm cerrado e têm áreas muito férteis, que ali seria uma possível experiência. E, olha, pusemos dinheiro ali. Foi o Estado que mais rapidamente foi formado. O primeiro gesto foi o Incra entregar ao Estado as terras. E vocês administraram as terras de lá e, com isso, a Amazônia teve um exemplo de evolução. Seu Estado hoje é um Estado da Amazônia desenvolvido

em pecuária, em produção de grãos, na exploração da madeira, inclusive tem várias madeiras com manejo sustentável – eu conheço algumas.

A nossa angústia é que temos um País que tem suas necessidades que têm de ser resolvidas a curto prazo. Quando falo em ciência, não falo em ciência que para; falo na ciência que é continuada. Cito meu exemplo: estou no nono ano – vai fazer nove anos – de integração lavoura e pecuária. Cada caso é um caso. Cada pasto é uma tecnologia. A Embrapa passa apertada comigo, porque eu cobro dela. É uma tecnologia em evolução e vai demorar muito mais do que dez, doze, quatorze anos. Tenho certeza de que a cada ano se incorporam mais processos de sustentabilidade. Portanto, eu fui acompanhando todas essas reuniões porque eu queria ouvir dos cientistas, das universidades, da Embrapa, que participou comigo intensamente, o que eles pensavam sobre isso. Eu posso dar aos senhores uma garantia: nós não estamos pensando em oferecer nenhuma solução que seja imediatista. A ciência será capaz de analisar caso a caso e promover evoluções.

Vou citar para os senhores um fato que tive oportunidade de lembrar esta semana quando eu estava em Goiás. Lá estava a Cooperativa Cocamar, de Maringá, que está fazendo um grande esforço na aplicação da integração lavoura e pecuária – pasmem! – em cima do Arenito Caiuá. Como agrônomo, fui lá ver. Não quis ouvir, nem ver só a fotografia. Fui, pessoalmente, ver. Colegas nossos acabaram indicando produção em cima de um solo muito raso, superarenoso. Eu jamais faria isso. Vão lá ver agora: estão produzindo quase 70 sacos, em média, de soja – 68 e pouco, está muito próximo. – com a integração lavoura e pecuária dando lá de doze a quatorze arrobas de boi por ano, no mesmo ano, em cima do Arenito Caiuá. Isso é ciência em evolução. Deixar o arenito sujeito às pastagens naturais ele teria ido embora e nós teríamos lá crateras tremendas, mas está o homem manejando o arenito. Acho que essa é a solução que a ciência, a médio e a longo prazo, pode oferecer aos senhores. Essa é a evolução de que nós precisamos. Quando a gente tem matéria concluída, como essa, ela vai servir de base, mas se nós pararmos no trabalho do Dr. Antônio, é provável que estaremos inviabilizando grande parte da área brasileira em Estados como Santa Catarina, como Minas Gerais. A ciência que entendo é aquela que quer oferecer inovações. Nessa eu acredito. A ciência não será determinante para dizer sim ou não. Se ela cair dentro do sim ou não, ela vai acabar levando o nosso Código Florestal ao mesmo fiscalismo com que hoje está contemplado. Vou dizer mais: meus senhores, eu escolhi algumas áreas da Amazônia para serem atacadas. Escolhi, sim, no Estado de Rondônia, escolhi

no norte do Mato Grosso, levei para lá Ênio Pipino e Ariosto da Riva, que, para mim, eram os dois maiores colonizadores, que deixaram lá alguma marca. É o Brasil de hoje. Evoluíram muito.

Coincidentemente, fui lá agora para verificar um trabalho da USP, junto com a Embrapa, para medir a incorporação de carbono anual na integração entre lavoura, pecuária e floresta em Sinop. Já se sabe que não será menos que cem toneladas de carbono/ano.

Essa é a ciência em que eu confio, aquela que é inovadora. Eu não vejo a ciência para lhes oferecer o garrote para falar. É 15, é 20, é 30 ou 50. Essa é uma ciência que nos ajuda na decisão política. Fazendo isso, nós acabamos com a agricultura de Minas, do sul de Minas, da Zona da Mata. O café de Minas e da Zona da Mata é todo irregular. Nós vamos acabar com grande parte da agricultura do Rio Grande do Sul.

Não é assim. Não é a ciência que eu penso. Eu vejo que a ciência que nós precisamos incorporada dentro desse processo é aquela que seja capaz de achar soluções de manejo dos nossos recursos, manejos que sejam sustentáveis quando analisados sob o ponto de vista dos recursos naturais de que nós dispomos. Essa é a ciência em que eu acredito.

É por isso que fui a todas as reuniões. Eu me expus, debati. Fui muito criticado porque, quando cheguei lá, acharam que eu era representante dos grandes produtores. Eu, pessoalmente, sou pequeno ou médio produtor. Não, eu acredito na ciência que seja continua nas suas inovações, nos seus conhecimentos, e que possa resolver os problemas dos produtores. Sem isso, não precisamos dessa ciência, não, vamos resolvê-la de forma diferente.

É essa mensagem que eu quero que os senhores entendam. Eu não estou propondo, naquela minha fala, trazer o cabresto da ciência para um instituto legal perigosíssimo.

Eu chamaria mais a atenção... Já que tantos Senadores não usaram essa expressão, eu usaria. Será que nós não seremos capazes... Se for aprovada agora – eu acho que é benéfico para o Brasil a aprovação do que se propõe –, ela alivia um pouco a tensão, mas não resolve. Não resolve! Não seria mais factível que o Brasil tivesse a consciência de discutir um código ambiental e envolvesse as cidades, as partes urbanas, as áreas rurais, produtoras ou não? Que o Brasil se dispusesse, efetivamente, a não fazer o que está fazendo, criando, aleatoriamente, tantos parques nacionais e depois abandonando-os?

Hoje se criam por decreto as resec. Essas resec são um perigo, porque quem estiver lá dentro não é indenizado. Toda sua vida vai embora sem... Não perguntam se ele gastou para estar ali ou não. Eu acho

que isso nós precisávamos ajudar, sim. Isso é um ponto político que tem que ser analisado, bem analisado, porque nós precisamos é de uma consciência do que é necessário. Para os nossos biomas serem, efetivamente, preservados, teremos de escolher grandes áreas e dar a elas o tratamento que elas merecem, não criar um parque e abandoná-lo.

Eu tenho uns exemplos críticos na minha vida. Eu nasci no segundo Município que o São Francisco banha. O Sr. Jânio Quadros, quando veio aqui, fez um decreto desapropriando 250 mil hectares na serra da Canastra. Mais de trezentos produtores foram expulsos de lá e ele não pagou a ninguém. Eu era de lá. Se eu começasse a mostrar a intenção de pagar, “ah, ele deve ser parente dele ou coisa semelhante”. Não, levamos uma equipe de alto nível que definiu que, para preservar aquele bioma da (ininteligível) São Francisco, 78 mil hectares eram suficientes. E eu paguei a todos.

Agora, também na base do achismo, estão querendo voltar para os 250, e ninguém sabe o que vão fazer com aqueles outros 300 que foram expulsos para lá, voltaram e estão levando sua vida lá. O Brasil está cheio disso hoje. Citei este apenas como um exemplo.

Em Minas Gerais estava sendo criada uma resex da Sempre-Viva, e essa reserva até pegava um projeto do qual eu era orientador. Orientei o pessoal – estava aqui no Congresso já... Aliás, era muito interessante, porque era proposto por um professor da Universidade de Goiânia, que dizia “o nosso Estado”, e o padre também, que dava o parecer dele, falava “o nosso Estado” – e ele era de Goiás. Eu falei: “Parece-me que esse projeto não foi bem feito”. Mas tudo bem. E foi muito interessante, porque ele criava não uma, mas três reservas, uma de 28, outra de 32 e outra de 38 mil hectares em Minas Gerais.

Os senhores talvez não saibam – convidou-os a ir lá –, mas em Minas Gerais há uma resex próxima a Diamantina com duzentos mil hectares: tem um jipe com o motor fundido, dois funcionários e um carro que está funcionando. Será que essas são as soluções que nós vamos dar aos nossos biomas que precisam ser preservados ou é o produtor que vai fazer isso? Isso precisa de ser discutido, e bem discutido, para que não façamos bobagens maiores do que as que já fizemos.

Meus amigos, o que vim pedir é uma ciência que seja capaz de resolver, que pegue o Arenito Caiuá – aqui não tem ninguém do Paraná, não é? – e faça o que estão fazendo lá. Que peguem as várzeas de Minas ou de onde quer que seja e aprendam a manejá-las, se for o caso, com soluções da Amazônia, com soluções que sejam capazes de não deturpar aquele bioma que lá está, até deixando-as vazias se for o caso. Eu acredito

na ciência que seja permanente, que crie inovações e que dê soluções para este País.

O que nós temos é um país grandioso – aqui já se falou hoje –, um país continental que nós recebemos dos nossos ancestrais, felizmente livre, e cabe a nós, brasileiros, fazê-lo produzir. Está em nossas mãos: ou vamos torná-lo produtivo ou, pela nossa incomprensão e incapacidade, vamos destruí-lo.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, prezado Ministro.

Agradeço a presença de todos os nossos convidados.

Solicito aos Senadores que permaneçam no plenário, porque vamos instalar a Subcomissão de Acompanhamento das Obras de Belo Monte.

Só quero dizer, em nome da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e da Comissão de Agricultura, que me sinto extremamente honrado de termos iniciado o debate sobre o Código Florestal procurando ouvir a ciência. Tenho convicção de que a Academia Brasileira de Ciências, a Embrapa, a SBPC, o Ministro Alysson Paulinelli e muito outros terão imensa contribuição a dar para que possamos construir a melhor legislação possível para o Brasil.

Muito obrigado.

Antes de encerrar a reunião, submeto a ata à deliberação do Colegiado.

Os Senadores que concordam com a aprovação da ata desta reunião queiram permanecer sentados.
(Pausa)

Aprovada.

Declaro encerrada esta reunião conjunta.

Muito obrigado.

(Levanta-se a Reunião às 13h27min.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; COM A 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; COM A 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 14h00.

Às quinze horas e seis minutos do dia vinte e três de março de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência dos

Senhores Senadores **LÚCIA VÂNIA** e **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúnem-se conjuntamente a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA; Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT; e a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ALOYSIO NUNES FERREIRA, ANÍBAL DINIZ, ANTONIO CARLOS VALADARES, BLAIRO MAGGI, CÍCERO LUCENA, CYRO MIRANDA, DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO AMORIM, EDUARDO BRAGA, EUNÍCIO OLIVEIRA, INÁCIO ARRUDA, IVO CASSOL, JOÃO PEDRO, JOÃO RIBEIRO, JORGE VIANA, KÁTIA ABREU, LINDBERGH FARIAS, LOBÃO FILHO, LÚCIA VÂNIA, MARCELO CRIVELLA, MOZARILDO CAVALCANTI, PEDRO TAQUES, RICARDO FERRAÇO, RODRIGO ROLLEMBERG, VANESSA GRAZZIOTIN, VICENTINHO ALVES, VITAL DO REGO, WALTER PINHEIRO, WELLINGTON DIAS** e **WILSON SANTIAGO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, AÉCIO NEVES, ANA RITA, ANGELA PORTELA, ARMANDO MONTEIRO, BENEDITO DE LIRA, CASILDO MALDANER, CIRO NOGUEIRA, CRISTOVAM BUARQUE, DEMÓSTENES TORRES, FERNANDO COLLOR, FLEXA RIBEIRO, FRANCISCO DORNELLES, GARIBALDI ALVES, GILVAM BORGES, GIM ARGELLO, HUMBERTO COSTA, JAYME CAMPOS, JOÃO ALBERTO SOUZA, JOÃO VICENTE CLAUDINO, JOSÉ AGRIPINO, JOSÉ PIMENTEL, LÍDICE DA MATA, LUIZ HENRIQUE, MAGNO MALTA, MARIA DO CARMO ALVES, MARINOR BRITO, MARISA SERRANO, PAULO BAUER, PAULO DAVIM, PAULO PAIM, RANDOLFE RODRIGUES, RENAN CALHEIROS, ROBERTO REQUIÃO, ROMERO JUCÁ, VALDIR RAUPP** e **WALDEMIR MOKA**. O Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO** justifica sua ausência, decorrente de missão em representação à Presidência do Senado Federal, conforme Ofício nº 227/2011-PRESID., de 22 de março do corrente ano. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 8, de 2011-CMA; nº 2, de 2011-CCT e nº 1, de 2011-CI, que visam esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre o programa nuclear brasileiro, em face dos desastres nucleares ocorridos recentemente no Japão, incluindo: sistemas de segurança das usinas nucleares já instaladas, assim como planos de emergência em caso de acidentes; plano de expansão do programa nuclear brasileiro, com foco nos sistemas de segurança, prevenção de acidentes e armazenamento dos resíduos radioativos. Comparecem os seguintes convidados: Sr. Luiz Pinguelli Rosa – Professor Dr. da Universida-

de Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Sr. Aquilino Senra Martinez – Professor Dr. da Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ). Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, LINDBERGH FARIAS, MARCELO CRIVELLA** e **LÚCIA VÂNIA** apresentando seus questionamentos. Os convidados respondem às perguntas e fazem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às Dezesete horas e treze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente CMA. – Senador **Eduardo Braga**, Presidente CCT. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente CI.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – (...) Reunião Conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a 4ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura e a 5ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa das leituras das atas das reuniões anteriores permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o Programa Nuclear Brasileiro e o sistema de segurança das usinas nucleares e avaliar as medidas de prevenção de acidentes e a capacidade de resposta do Estado brasileiro em caso de desastre, com a participação dos seguintes convidados: Professor Aquilino Senra Martinez, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professor Luiz Pinguelli Rosa, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a quem convido para tomar assento à mesa.

Para agilizar a nossa reunião, passo imediatamente a palavra ao Professor Luiz Pinguelli Rosa, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Senadora, permite-me...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não. Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Quero dar as boas vindas... Primeiro, cumprimentar V. Exª, dar as boas vindas ao Dr. Luiz Pinguelli e também ao Dr. Aquilino e dizer que a Casa funciona mais ou menos assim: estou sozinho agora aqui, mas, daqui a pouco, começa a chegar mais gente. É que nós estávamos na outra sala, e aí as assessorias ficam olhando: “não

há ninguém ainda”. Então, o Senador não sai do gabinete dele ou de reunião em que se encontra para chegar até aqui. Então, não se sintam desprestigiados, por favor. Tenho certeza de que, daqui a pouco, nós teremos mais Senadores aqui para poder ouvi-los e questioná-los naquilo que acharem importante. Portanto, sejam bem vindos aqui a esta reunião. Serei todo ouvidos aqui.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de acrescentar, Professor, que a reunião anterior terminou por volta de duas horas, daí por que também o atraso.

Passo a palavra ao Professor Luiz Pinguelli.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Agradeço muito a honra de participar... (*Pausa.*)

É uma honra estar participando aqui de uma reunião das Comissões.

Quanto tempo eu tenho, Senadora? Qual é a previsão?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu pediria, Professor, que o senhor pudesse usar o tempo necessário, com a preocupação de que nós teremos a Ordem do Dia às quatro horas. Então, teremos um curto espaço para o debate. Mas eu gostaria que o senhor ficasse à vontade para fazer a exposição que entender importante.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Bem, eu vou fazer uma introdução ao problema dentro do meu ponto de vista.

Em assuntos desse tipo, existe uma parte da questão que é praticamente matéria de fato, onde há uma objetividade muito grande; um acidente nuclear significa certos fenômenos, certos processos tecnológicos e consequências. E há também uma parte opinativa, que depende de uma avaliação das possibilidades, do que poderia ter acontecido, do que aconteceu, do que poderá acontecer. Então, é preciso ficar claro que não é tudo matéria de fato. Há uma parte que é matéria de fato e uma parte que é matéria de opinião.

Os fatos creio que já estão colocados. O reator nuclear, qualquer um, tem um problema inerente muito sério, é uma questão com a qual é preciso lidar com bastante atenção e cuidado.

O reator produz energia por um processo de fissão nuclear.

Fissão é partir certos núcleos pesados, particularmente o urânio 235, que é um tipo de urânio – a maior parte do urânio não é 235, é 238, uma pequena fração é 235. Daí a necessidade do enriquecimento do urânio nessa tecnologia, que é usada no Japão e aqui, que se chamam reatores de urânio enriquecido e água leve. A água leve é água comum, que se distingue da água

pesada, que é usada em outros reatores, por exemplo, na Argentina, na Índia, no Canadá, que usam urânio natural, não enriquecido.

Bem, eles dão essa tecnologia, todos os reatores têm essa característica de que a fissão se dá por bombardeio de nêutrons quando atingem, com velocidade baixa, esse núcleo de urânio 235. E, nesse processo, são produzidos novos nêutrons, que vão atingir outros núcleos de urânio, numa reação em cadeia, como um incêndio, só que controlada.

Toda tecnologia evita que aumente o número de nêutrons descontroladamente. Eles são absorvidos numa proporção correta. Nesse processo, há uma produção de energia. Parte da massa se transforma em energia, numa proporção muito grande, uma pequenina quantidade de massa muito pequena que se transforma em energia em quantidades muito grandes.

O problema é que esses fragmentos do urânio, que são produzidos pela fissão, são uma gama de núcleos atômicos variadíssima, praticamente tudo que existe na natureza e que não existe na natureza e é artificialmente produzido, e que são todos – todos não, mas uma parcela significativa – muito radioativos, emitem radiação. Essa radiação é muito danosa aos organismos vivos de todo tipo, inclusive os seres humanos – radiação que tem três nomes, alfa, beta e gama, que a gente aprende na escola.

Aí existe um duplo problema. O primeiro problema é que esse material tem que ser tratado com muito cuidado, tem que ser confinado. Grande parte da tecnologia nuclear destina-se ao seu confinamento, à separação do meio externo. Então, o reator tem várias barreiras destinadas a isso. E, depois do uso desse material nos reatores, ele tem que ir para, numa primeira fase, um armazenamento próximo ao reator, num tanque d'água, numa piscina onde ele fica resfriando, e é muito radioativo, muito radioativo por muito tempo. É um problema não bem resolvido pela tecnologia nuclear o destino final desse material que é produzido dentro do reator nas fissões nucleares, os chamados produtos de fissão. Esse é um problema muito sério.

O segundo problema, ligado ao primeiro, é que, quando se desliga o reator – e essa é uma operação muito segura, não sei de caso onde reator não tenha sido desligado em situação de acidente, de irregularidade, ou seja, desliga-se com bastante eficácia o reator – cessam as fissões. O que se faz é jogar dentro do reator materiais que funcionam como esponjas de nêutrons, eles absorvem os nêutrons. Um deles é o cádmio, que em geral é sólido, são barras de cádmio que são inseridas por gravidade, elas caem, elas são suspensas de uma forma que essa queda é muito simples, é um comando imediato. E também joga-se

boro na água; mistura-se com a água boro, que tem o mesmo papel do cádmio. Eles absorvem nêutrons e produzem radiação gama, mas nesse caso não é o problema, a radiação gama; a vantagem é absorver os nêutrons. Logo, o reator desliga, mas os produtos de fissão continuam a emitir as radiações alfa, beta e gama, que também significam calor. Elas têm uma energia que aquece a água.

No funcionamento normal do reator, a grande parcela do calor vem da fissão, da transformação de massa em energia nesse processo. Quando se desliga o reator, isso cessa, mas, na ordem de 7% da potência térmica dele, continua a ser produzido pelas desintegrações radioativas dos produtos de fissão. Logo, o reator é uma máquina rebelde. Quando a gente desliga, ele continua funcionando.

Há uma confusão comum quando se tem a idéia de que é como algo quente que a gente desliga e ele continua quente. Uma panela que você desliga o fogão e continua quente. Se você colocar a mão, queima. Você tem que dar um tempo para ela esfriar. Mas não é isso que eu estou falando. É um fogão que você desliga e a chama continua acesa, mais fraca, e vai ficando cada vez mais fraca. Existe um decaimento exponencial, seguindo uma lei da natureza, incontrolável, porque é a natureza, não há o que fazer com isso. Ninguém dá um jeito nisso. Não há tecnologia que possa resolver esse calor residual produzido. Você, portanto, tem de retirá-lo, ou seja, a refrigeração do reator tem que ser continuada, não pode ser interrompida, a preço de você derreter as barras de combustíveis, que são barras muito finas para facilitar a transmissão do calor do combustível para a água.

São tubinhos ociosos, varetas – aliás é a palavra que em português se usa – cheias de óxido de urânio, que é o material que sofre a fissão e que ficam cheias dos produtos de fissão radioativos e de plutônio, que é produzido no reator daquilo que eu chamei de urânio 238, uma parcela vai virando plutônio – e plutônio também é muito radioativo.

Então, derretimento dessas varetas significa a liberação de radioatividade para a água que está dentro de um vaso. O reator é um grande vaso de uma espessura muito grande, de aço, protegido por uma contenção, dentro de um edifício, enfim as barreiras para manter o material radioativo isolado no ambiente. Mas esse material continua produzindo calor, e o reator tem que ser refrigerado.

O problema em um acidente é que você não pode gerar energia com um reator. Nenhum acidente nuclear pode ser... O que é o acidente? É uma irregularidade, uma anomalia como foi lá o terremoto, que ele é interrompido. Então, para a fissão, para também a geração

de energia elétrica. O reator precisa receber energia elétrica de fora. Isto é previsto: todo reator recebe energia elétrica de fora. Mas pode acontecer de haver um colapso, como aconteceu no Japão, porque era um terremoto, era um *tsunami*, não havia energia elétrica de fora, mas novamente, no princípio de redundância, você tem os geradores de emergência – redundante, tem que haver mais de um.

Acho que o Aquilino poderá completar muito melhor do que eu, pode haver até mais de dois. O princípio da redundância é fundamental na tecnologia nuclear como na tecnologia da aviação. Tudo no avião tem que ser redundante, se falhar eu tenho a segunda possibilidade. Nós já tivemos a tragédia do *airbus* da Air France, com aquela discussão do tubo de Pitot, que é uma das coisas mais elementares do avião e que parece que não estava bem ali, pelo que se mal divulgou. Se é uma coisa mal divulgada é o que se passou naquele acidente.

Mas o fato é que os reatores têm vários geradores; um ou dois, no mínimo. Eles entram em operação e fornecem a energia elétrica necessária para fazer face a urgência. O principal problema é a circulação da água. Eu tenho que circular a água, mesmo depois de desligar. Por algum tempo, por alguns dias, poucos dias, depende do projeto, depende do problema. Então o reator precisa dessa circulação.

Um dos problemas mais sérios da tecnologia nuclear discutido há muitos anos é o acidente de perda de refrigeração, cuja sigla em inglês é *Loca* (*loss of coolant accident*).

Se se perde a refrigeração, tem-se o problema de que esse material que está desintegrando-se vai aquecendo a água, podendo até fazê-la evaporar totalmente, deixando o combustível sem refrigeração, podendo até derretê-lo. Com isso, o material radioativo pode ir para o meio ambiente.

Não há nenhuma possibilidade de uma explosão nuclear. Outro erro comum nas leituras que fazemos nas matérias: não há possibilidade nenhuma, é impossível fisicamente uma explosão nuclear. Ele é intrinsecamente seguro, por uma razão que dá para entender: o nêutron que é produzido na fissão nuclear – por favor, controle meu tempo à vontade; dê-me um alerta de cinco minutos, e isso tudo acaba, porque senão vou falando.

O nêutron que é produzido na fissão nuclear sai com uma velocidade muito grande. Eu tinha dito que, para produzir a fissão com alta probabilidade, ele deve chegar ao núcleo de urânio com baixa velocidade. Então, é preciso um moderador, que, nesse tipo de reator, é a própria água. A água serve para reduzir a velocidade do nêutron.

Ora, se houver um processo de uma explosão, ou seja, um descontrole, a primeira coisa que vai acontecer é o afastamento da água do combustível. Ela é um fluido e vai embora. E, sem a água, a fissão para, porque não se tem a moderação, que é essencial. Então, ele não vira uma bomba, nem que o diabo goste; não há como.

Então, o problema não é uma explosão nuclear, que seria um horror. Seria como Hiroshima. Não é isso. Mas o problema é que o material radioativo que está acumulado lá dentro é o de centenas de bombas de Hiroshima. A bomba de Hiroshima matou 70 mil pessoas pela explosão, instantaneamente, e outro tanto pelos efeitos da radiação. Esse é um problema, os efeitos da radiação. Como pode haver a explosão? Uma explosão térmica. A pressão exagerada pode romper o vaso, em situação de anomalia, claro. Segundo, há reações químicas que podem ocorrer dentro do vaso, e uma delas produz hidrogênio, gás hidrogênio, H_2 , que são dois átomos de hidrogênio formando molécula de um gás muito explosivo, sabidamente explosivo. Aliás, é um combustível alternativo, que pode ser produzido de alguma coisa, para uso em máquinas, não é? O hidrogênio é muito explosivo.

E foi isso que aconteceu em Fukushima: a explosão de hidrogênio dentro do prédio, que se rompeu.

Em Three Mile Island, em que o reator era parecido com o nosso, da mesma tecnologia brasileira – que tem uma certa vantagem sobre o reator japonês, que é de água chamada fervente –, em que o reator era do tipo pressurizado, como o do Brasil, também aconteceu explosão de hidrogênio, mas o prédio do reator resistiu.

O vaso de contenção dos reatores tipo PWR é melhor do que o do tipo BWR, mas mesmo assim, em Three Mile Island, houve um acidente desse tipo, de perda de refrigeração, e o reator também derreteu uma parcela do seu combustível.

Isso é o que aconteceu. O problema não está encerrado, embora a evolução tenha melhorado nos últimos dias. As informações são de que hoje o início da refrigeração conseguiu ligar energia externa para acionar bombas, mas há radioatividade fora do relator. Já está detectado que houve consequências. Ou seja, existe radioatividade em nível variado, acima do tolerado, permitido na água e em alguns locais fora. Então, está havendo consequência desse acidente. Somente ao fim do acidente é que se vai ter a certeza de quais serão essas consequências. O bom é que eles evacuaram a população; foi uma medida muito acertada: um, dois, três, evacua. Não ficaram pensando. Isso foi muito eficiente. No segundo dia se decidiu evacuar. Evacuou primeiro uma área de 10 km; segundo, passou para

20; e terceiro, para 30. Isto é muito vantajoso, porque esses efeitos da radiação ficam restritos aos técnicos que são obrigados a tentar controlar o reator. Mas ele estão, em geral, protegidos por roupas especiais e por treinamento, embora já se saiba que alguns deles foram vitimados. Isso é quase inevitável num acidente desta proporção; é uma atividade heróica lidar com um reator nessas condições.

Esse foi o terceiro grande acidente nuclear; existem muitos pequenos acidentes com reatores nucleares. Mas grandes, eu já citei aqui hoje o de Three Mile Island, na Pensilvânia, nos Estados Unidos, em 1979, em que aconteceu o loca, a perda de refrigeração e o reator passou vários dias fora de controle, produzindo calor sem refrigeração. Não foi nenhum problema de terremoto, completamente diferente, uma série de erros sequenciais levaram a uma situação dessa. Mas, a explosão de hidrogênio se deu dentro do prédio e quase todo material radioativo ficou confinado.

O segundo acidente foi o maior deles, em Chernobyl, na Ucrânia, ex-União Soviética, em um reator totalmente diferente em que o moderador não era água, o moderador era grafite, e o grafite pega fogo numa temperatura muito alta. É uma raridade. O grafite que estamos falando é o grafite da ponta do lápis, só que purificado e com propriedades mais sofisticadas. E lá, o descontrole que houve, também por um erro de operação, levou ao incêndio do grafite e com isso se perdeu o controle e uma quantidade enorme de material radioativo foi para o ambiente. O prédio ruiu e foi muito longe, da Ucrânia até o norte da Europa. Houve comprometimento da produção agrícola e pecuária do norte da Europa, que ficou contaminada. Infelizmente, o Brasil importou carne e leite do norte da Europa naquela ocasião, o que achei completamente errado. Não que os níveis de radioatividade fossem tão altos, mas não havia porque trazer um problema lá da Ucrânia para o Brasil. Isso foi de um mau gosto absoluto. Espero que a gente não importe peixe do Japão no momento. Esse é um problema atual. Do azar a gente tem que se prevenir contra ele. É claro que o peixe japonês não está todo ele contaminado, é o óbvio. Provavelmente a maior parte não está, porque não há uma área de pesca em torno do reator de Fukushima, mas a prudência manda que nós tomemos cuidado, contando com o azar.

Chernobyl foi muito mais grave. V. Ex^{as} vejam a vulnerabilidade, como a gente erra numa coisa tão sofisticada quanto um reator nuclear numa trivialidade. Todos os geradores de emergência foram vítimas de uma falha comum, pois um dos princípios da redundância é protegê-la da falha comum. Se eu tenho duas coisas que são redundantes uma com a outra para me

proteger o reator, é razoável que eu procure evitar que se uma falha, a outra falha também. Mas todos estavam expostos ao tsunami, que é uma probabilidade baixíssima, mas os japoneses convivem com terremotos e são muito precavidos contra terremotos. Mas viu-se que para tsunamis não estão muito precavidos, porque não houve proteção, e todos os reatores de *Fukushima* foram vitimados. Eles não têm um problema, eles têm não sei se quatro ou cinco problemas – você vai falar disso melhor do que eu, Aquilino. Eu sou o diretor da Coppe. Em geral, diretor não entende muito; ele é professor de engenharia nuclear, coisa que já fui no passado, mas hoje eu trabalho em outra área. Então é uma multiplicação de problemas; eles não têm um reator acidentado, mas um conjunto de reatores acidentados, todos com material radioativo.

Há um outro problema que ocorre lá, é um outro detalhe ao nível de nossa discussão aqui, que é a piscina que guarda o combustível irradiado. Eu falei que é o caso que não há solução final para esse combustível irradiado, usado; eles ficam depositados num tanque, numa piscina, que também tem que ser refrigerada e que, portanto, também, sofre todo o problema da falta de refrigeração. Enfim, eles também enfrentam esse problema lá, que a gente vê que eles estão jogando água na piscina, etc.

Lição para o Brasil. Encerro, acho que este é o ponto em que vocês estão mais preocupados – o Aquilino vai falar, acho que o Othon já falou. Mas a gente tem que aprender com isso.

Quando houve o incidente em *Three Miles Island* e também em *hernobyl* aconteceram mudanças de certos procedimentos. *Three Miles Island* afetou diretamente a nós, por quê? Porque é a mesma tecnologia basicamente, não é exatamente a mesma, porque *Miles Island* era um pouquinho mais antigo do que o nosso Angra I, que é o mais antigo. É uma tecnologia baby coque, mas era baseado na *Westinghouse*. É o mesmo princípio, é o mesmo projeto básico que nós temos em Angra I. Já Angra II é um reator alemão, da Siemens/KVU.

Então nós aprendemos muito com Angra I, o Aquilino trabalhou com vários colegas da Coppe no projeto de reformulação do sistema de controle dos painéis que foram recomendados com base em *Three Miles Island*, porque lá houve erro do operador, as informações do painel foram mal interpretadas, houve um erro de operação. Então mudou-se um pouco esta interface homem-máquina, e nós fizemos isso adaptando o nosso reator.

Acho que aqui eu recomendo amanhã, bem cedo, os senhores pedirem que a Eletronuclear proteja completamente os seus geradores de emergência, que os

japoneses não fizeram. É claro que aqui não tem tsunami, mas não tem até agora. Eu quero que nunca tenha, porque eu moro perto da praia, no Rio de Janeiro. Agora, ninguém pode garantir que nunca tenha. Além disso, ondas terríveis podem ser formadas por tempestades terríveis, mas nós também não temos, como o Katrina, lá em *New Orleans*. Mas já tivemos o nosso Catarina, mais fraquinho, aqui no Sul do Brasil.

Mas essa história de mudança climática, um dos problemas possíveis é a intensificação de fenômenos atmosféricos severos. Como o nosso reator está na beira do mar, ele tem uma proteção, tem um quebra-mar, está protegido para ondas, mas eu não sei se os geradores estão devidamente protegidos. Seria a primeira coisa: proteger os geradores de emergência; garantir a sua redundância; evitar a falha comum. Segundo: cuidar muito mais do plano de emergência externo.

Eu não gostei quando, há muitos anos, as Forças Armadas foram retiradas do engajamento maior desse plano. Uma das maiores razões que foi alegada pelas Forças Armadas foi a inexistência de equipamentos adequados para eles intervirem, ou seja, eles não tinham roupas especiais. Como vou mandar o soldado para o local de perigo sem uma proteção? Então, agora não é mais assim, é a defesa civil nos três níveis: federal, estadual, municipal. Os bombeiros lá estão bem treinados para isso, existem exercícios, mas o raio de exclusão é muito pequeno. Pelo que leio e estou sabendo, a eletronuclear está interessada – não é obrigação dela, porque é encarregada do plano de emergência interno, que reputo muito adequado, está num padrão internacional. Mas o plano de emergência externo extrapola a eletronuclear, porque envolve a população. Imagine evacuar uma população. Para japonês é fácil, porque eles são muito ordeiros; para brasileiros, que são muito indisciplinados, é uma tarefa gigantesca e com vias muito limitadas, terrestres.

Já naquele tempo das discussões das Forças armadas, havia previsão do uso de embarcações, porque ali está o Colégio Naval, ou seja, há uma presença militar na cidade. Poderia ser necessário porque, no momento de uma evacuação, determinada por um acidente – espero que jamais aconteça – você ter um problema meteorológico grave e haver um desabamento interrompendo a saída da cidade. Assim, não haveria uma direção. Isso poderia complicar. Já houve um desabamento sério que atingiu um laboratório com material radioativo do reator, da central nuclear – e caiu ao mar. Claro que a central está longe da encosta, é muito difícil qualquer problema, porque a central é um edifício muito sólido, a central, os dois reatores, Angra I e II. Mas aquela área é uma área muito sensível, uma evacuação ali vai exigir uma organização muito gran-

de. Acho que essas são as questões mais importantes. Acho que os quatro reatores que o Governo tem a intenção de fazer deveriam ser repensados. Não há pressa. Acho que é melhor dar tempo ao tempo e ver a evolução da tecnologia nuclear, o que vai ser recomendado. Existem já os chamados reatores avançados, que poderão ser usados no Brasil, nos quais existem convexão natural em caso de acidente, ou seja, pode-se ter circulação de água sem bombeamento. Isso é uma vantagem enorme.

Bem, acho que o eu teria que falar era isso. Agradeço muito a oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Professor Pinguelli. Quero manifestar, Professor, nossa satisfação em recebê-lo e principalmente em ouvi-lo nesta exposição.

Eu gostaria de acrescentar que V. Sª respondeu aquilo que a maioria dos Senadores têm se perguntado durante esse período após o desastre do Japão. Há sempre aquela pergunta: como está o programa nuclear brasileiros, qual a segurança de que dispomos e qual a estratégia do Governo no sentido de ampliar o projeto nuclear e, ainda, se a tecnologia que usamos é a tecnologia avançada. Acho que V. Sª procurou responder essas perguntas, que poderão ser complementadas pelos Srs. Senadores durante o debate. Não vou me alongar para que o Professor Aquilino possa fazer sua exposição e para que se abra a possibilidade de os Srs. Senadores perguntarem.

Com a palavra o Professor Aquilino Martinez.

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Boa tarde, agradeço o convite em nome da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores presentes.

Quando eu recebi o convite, o texto dizia: “para discutir o programa nuclear brasileiro.”

Entendo que discutir o programa nuclear brasileiro durante a ocorrência de um acidente como esse do Japão pode levar a conclusões diferentes das que, certamente, se poderiam tomar se ele fosse discutido num cenário, eu diria, mais tranquilo.

Eu preparei uma longa apresentação, mas eu entendo que os senhores, na parte da manhã, já tiveram, certamente, informações suficientes sobre o que aconteceu no Japão, inclusive com os cenários possíveis de desdobramento desse acidente, que foi sério, grave, embora tenha sido consequência de eventos naturais de grande magnitude.

Digamos assim: as usinas nucleares são preparadas para acidentes com eventos naturais severos – é o caso de terremotos e *tsunamis* –, bem como acidentes causados por qualquer outra razão, como, por exemplo, se houver tráfego aéreo em cima de uma usina nuclear – a usina nuclear tem de estar protegida para a queda

de um avião em cima do prédio da contensão –, como também explosões por materiais químicos ou bélicos. Isso acontece muito, por exemplo, em países como a Alemanha, em que as usinas nucleares estão, em boa parte, localizadas nas margens dos rios.

Uma usina nuclear tem uma característica: ela precisa de água em abundância para fazer o seu resfriamento terciário, não é esse resfriamento que vou, aqui, apresentar e mostrar para vocês. Então, ela tem de estar ou na beira do mar, ou nas margens dos rios. Oitenta por cento das usinas nucleares... Atualmente, no mundo, existem em operação 442 usinas nucleares, que respondem pela geração de 17% de toda a eletricidade consumida no Planeta. Se a gente fizer uma conta, a grosso modo, estamos dizendo que abastecem um bilhão de pessoas.

Então, quando eu vejo, logo após o acidente, alguns países manifestarem uma revisão do uso da geração de energia nuclear para produção de eletricidade, entendo que será difícil se tomar uma decisão de abandono total dessa forma de geração de energia elétrica, porque isso implicaria criar outros problemas para a sociedade, talvez mais graves do que aqueles decorrentes dos acidentes em uma usina nuclear. E acidentes em uma usina nuclear aconteceram três, com esse de Fukushima, e vão acontecer outros, porque é uma instalação industrial complexa, embora o princípio seja básico, como, daqui a pouco apresentarei algumas figuras, vocês verão.

É uma usina nuclear, uma instalação que transforma calor em eletricidade e esse calor, no caso de uma usina nuclear, é proveniente das fissões nucleares. Fosse ela uma térmica a carvão, seria da queima do carvão; se fosse de gás natural, seria da queima do gás natural. Enfim, o princípio é simples, mas a estrutura tecnológica é bem complexa e é quantificado, baseado em modelos probabilísticos, o risco de um acidente numa usina nuclear. E ele não é nulo, não é nulo porque a probabilidade de ocorrência do acidente não é nula. Então, houve esses três acidentes e haverá, certamente, outros acidentes.

O que se faz é tentar reduzir, ao longo da operação dessas instalações, a probabilidade de reprodução de acidentes já ocorridos.

Então, em 1979, ocorreu um acidente em uma usina nuclear no Estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos, e essa usina é do mesmo tipo das nossas usinas de Angra dos Reis. É a usina tipo PWR, de água pressurizada

E um acidente que, felizmente, não causou perda de vidas humanas e os danos foram materiais, no investimento. Mas, para isso, qualquer investimento industrial sujeito a acidentes está embutido, na lógica

daquele investimento, a perda desse bem dessa estrutura. O importante é garantir que a população em torno daquela instalação não seja atingida por esse acidente. E daí, como já citado pelo Pinguelli, foi importantíssima a decisão do governo japonês de remover, do entorno da usina, até 20 quilômetros, 140 mil pessoas.

Quando essa decisão foi tomada, no sábado, eu confesso que fiquei preocupado com a ação. Por quê? Uma coisa é remover 140 mil pessoas numa condição estável, em que as telecomunicações funcionam perfeitamente, os transportes estão fluindo, não há nenhum colapso nas estradas, o fornecimento de energia normal e os serviços públicos funcionando também normalmente. Lá era tudo ao contrário: transporte colapsado, fornecimento de energia elétrica interrompido, telecomunicações colapsadas e os serviços públicos atuando de forma precária. E eles removera a população. Isso foi importante, porque essas 140 mil pessoas não ficaram expostas à radiação que foi liberada dos reatores da usina de Fukushima. Se não tivesse sido feito isso, possivelmente nós teríamos hoje pessoas tendo sido expostas à radiação nesse universo de 140 mil pessoas. Houve, sim, 19 pessoas expostas que são operários, operadores e profissionais que trabalham no complexo dessas usinas.

As informações que chegam é que as doses, embora elevadas, não foram em nível de causar danos severos à saúde desses 19 empregados. Houve, sim, 31 casos de acidentes, mas aí acidentes na ação que se seguiu ao desligamento das usinas. Houve pessoas que se feriram por utilização lá dos guindastes, na hora da operação de apagar os incêndios. Mas, de efeitos da radiação, são esses 19 funcionários. Isso é um pouco o resultado da ação do governo japonês de remover a população local.

Isso remete para uma questão: a importância de um plano de emergência local para evacuação no caso de acidente.

O acidente ainda está em curso, não podemos aqui afirmar que está encerrado, porque essa condição só ocorre quando se garante que o reator foi totalmente resfriado e não há possibilidade de ele vir ainda a emitir radioatividade na atmosfera.

Eu diria que o quadro hoje é bem melhor do que era na semana passada, mas ainda merece atenção e acompanhamento. Haverá outros desdobramentos, como, por exemplo, agora já estão sendo notificados, do aumento da radioatividade em torno da usina em rios que passam através da região próxima à usina. E para isso exige um monitoramento constante das condições da água e dos alimentos, e aí cabe ao governo tomar as medidas de cancelamento das colheitas e

utilização dos legumes principalmente para o consumo da população.

Bom, como eu dizia, discutir um programa nuclear nesse momento pode levar a entendimentos diferentes. Na percepção da sociedade, a energia nuclear tem um risco. E ela, no imaginário popular, é sempre associada a duas situações: acidentes em usinas nucleares e bombas nucleares. Quando se fala em energia nuclear, o que vem à cabeça da população é isto: um reator explodindo, quer dizer emitindo radioatividade, porque não explode, no meio ambiente, ou uma bomba nuclear sendo lançada, que foi o caso de Nagasaki e Hiroshima. Infelizmente, agora, o acidente nuclear também ocorre no Japão.

Mas a energia nuclear – e pediria para passar um vídeo – é mais do que isso: é mais do que usinas nucleares e muito mais do que bombas nucleares. Envolve uma parte que chamamos de tecnologia nuclear, voltada para a geração de energia e aplicação de radioisótopos. O que está no lado direito é socialmente aceito. A contribuição da energia nuclear em diversos campos da sociedade é completamente aceita, seja ela na aplicação na Medicina, na agricultura, na indústria, inclusive aplicações na área de materiais. Ela tem a completa aceitação, mas ela também precisa, para ser posta em prática, de radioisótopos, que são produzidos em reatores nucleares.

Próximo. Então, essas são as diversas aplicações, e eu destaco na Medicina, desde diagnósticos e tratamentos à utilização de radiofármacos.

Chamo aqui a atenção dos Senadores para um problema. O Brasil importa radiofármacos para aplicações na saúde e, no ano passado, houve uma descontinuidade no fornecimento desses radiofármacos, o que implicou a redução de exames utilizando esses radiofármacos no diagnóstico de doenças.

Isso motivou inclusive a classe médica a solicitar ao Governo Federal a prioridade na construção de um reator multipropósito. É um reator nuclear, digamos assim, com as mesmas características desses reatores que geram energia elétrica, mas com uma potência bem mais baixa. Estamos falando aí algo de 10 a 15% da potência necessária nos reatores para geração de eletricidade. E o Governo brasileiro, a partir do ano passado, deu início a um projeto que agora está sendo desenvolvido em cooperação com a Argentina, que é o projeto de construção de um reator para a produção de radioisótopos, aplicados depois na Medicina.

Próximo. E, dessas aplicações todas, tem a geração de energia elétrica, e a geração de energia elétrica – é aquilo que eu disse no início da minha intervenção: é uma usina térmica convencional. O sistema que vai gerar o vapor ou virá das fissões nucleares,

ou da queima do carvão, ou de qualquer outro combustível fóssil. Depois de gerado o vapor, as usinas são rigorosamente iguais. A mesma coisa acontece nos projetos das usinas nucleares, onde o material que gera o calor são as fissões nucleares, mas o lado secundário é exatamente igual.

Pode passar o próximo, por favor.

Esse é um diagrama que vocês já devem ter visto hoje na parte da manhã, que é o diagrama de uma usina nuclear tipo PWR. O lado direito é o que chamamos de sistema secundário: é a turbina, que aciona um gerador elétrico, produz a eletricidade, que joga na rede de energia elétrica. O que está dentro daquele prédio da contenção – quem já viu alguma foto ou passou no litoral de Angra dos Reis – são aqueles dois grandes prédios, de aproximadamente 60 ou 70 metros de altura, um numa forma cilíndrica e outro na forma esférica. O objetivo desses prédios é conter a radioatividade caso ocorra algum acidente dentro da instalação.

O reator de Fukushima tem algo parecido com isso, mas há uma grande distinção.

Próximo slide.

Se vocês observarem, verão aquele segundo prédio da contenção, que também tem uma altura de sessenta a setenta metros, que foi o que explodiu no reator da Unidade 1 e no reator da Unidade 3. O que se parece mais com o prédio das nossas usinas é o primeiro prédio da contenção, que, na realidade, é um invólucro do reator nuclear, que é onde são geradas as fissões nucleares.

Para demonstrar essa diferença, tenho um próximo eslaide, que mostra apenas aquela parte onde é gerada a fissão nuclear.

O da esquerda é o que caracteriza um reator PWR, e o da direita, um BWR. Os senhores podem perceber que o sistema de refrigeração de um PWR é duplo, tem um lado por onde a água passa através do reator nuclear, onde há o risco de haver material radioativo, depois, há uma troca com um gerador de vapor – aqui, mal comparando, é como se fosse uma serpentina de chope: o chope circula pela serpentina e, do lado de fora, tem o gelo que faz diminuir a temperatura do chope. Ali é a mesma coisa. A água, que está desenhada de amarelo, tem uma alta temperatura e aquece a água azul, que circula pela parte do secundário e gera o vapor que movimenta uma turbina, que, por sua vez, aciona um gerador elétrico e produz eletricidade.

Essa duplicidade se caracteriza como uma segunda barreira contra a liberação de radioatividade no meio ambiente. Essa é uma diferença importante entre os dois projetos. Isso não quer dizer que, num reator PWR, não possa ocorrer um acidente como o

que aconteceu no reator BWR, tanto é que, o primeiro acidente de grandes proporções na indústria nuclear foi em 1979, na usina de Three Mile Island, que era do tipo PWR.

O segundo acidente, em Chernobyl, em 1986, já é um outro conceito de reator. Este, inclusive, é um conceito mais primário, porque usa grafite, e foi justamente ali, na grafite, que ocorreu um incêndio seguido de uma explosão do núcleo do reator, o que levou a radioatividade a níveis muito altos de altura e fez com que a liberação fosse parar em países dois mil quilômetros distantes dali.

O BWR, do reator de Fukushima, teve um problema sério. No momento em que houve o acidente, as usinas foram desligadas e, então, elas pararam de gerar novas fissões. Com isso, não se gerava mais eletricidade, mas, para remover o calor ali remanescente, é preciso que funcione um sistema que é eletromecânico e, como todo sistema eletromecânico, precisa de eletricidade, porque tem bombas, tem válvulas, tem trocadores de calor. Quem fornece a eletricidade para esses sistemas é uma rede externa – não pode ser da própria usina, porque a usina, em sendo desligada, não produz mais eletricidade. Com a ocorrência do terremoto e do *tsunami*, as torres de transmissão externas colapsaram e não houve alimentação externa. Nenhum problema, porque isso pode acontecer em decorrência de um blecaute, como já aconteceram, várias vezes, blecautes em locais onde estão instaladas usinas nucleares. Para isso é que existem os geradores a diesel, de emergência, como em qualquer centro cirúrgico – um hospital é alimentado por uma rede elétrica externa, mas, se acabar a eletricidade, o gerador a diesel entra em operação e a cirurgia continua normalmente. Não é de se esperar que haja uma falha.

Entendo que a falha ocorrida foi uma falha de projeto que fez com que os geradores de emergência a diesel – como o nome diz, são geradores de emergência –, na hora em que as usinas precisaram desses geradores, não estivessem disponíveis. Então, essa é a causa raiz de tudo o que aconteceu nas usinas de Fukushima, e isso é inaceitável.

Certamente, agora, passado o acidente, será criada uma comissão, como foi feito no caso dos Estados Unidos e, depois, no da antiga União Soviética, agora Ucrânia, para analisar as causas do acidente e verificar o que precisa ser mudado nos procedimentos operacionais ou nos projetos da usina, a fim de que esse acidente não se reproduza para as outras 440 usinas ao redor do mundo.

Este é o conceito: tirar lições dos acidentes e usá-las para aperfeiçoar o que aí está.

Vou fazer um relato rápido, porque os senhores já tiveram informações sobre isso. As seis usinas da central de Fukushima foram atingidas por um terremoto de 8.9 na escala Richter. Elas foram projetadas para suportar terremotos até 8.2 nessa escala. Isto significa o seguinte: um terremoto sete vezes maior em intensidade e magnitude, porque a escala Richter é logarítmica. Então, de 8.2 para 8.9 significa sete vezes mais intenso.

As usinas suportaram o terremoto. Por quê? Elas foram desligadas e, imediatamente, entrou em operação os sistemas de refrigeração do reator para remoção do calor residual. E operaram durante uma hora. Se acaso o terremoto tivesse colapsado alguma das usinas, já nesse momento teria havido uma interrupção desse resfriamento. E operou durante uma hora até vir a *tsunami*, a grande onda.

As usinas de lá estariam projetadas para suportar ondas até cinco metros e meio, aproximadamente. E essa, por enquanto ainda não há certeza absoluta, parece que tinha uma altura de dez metros. Segundo informações mais recentes, parece que chegou a 12 metros. Assim, essas usinas não suportaram, porque elas não estavam projetadas, a intensidade dessa *tsunami*. Isso levou a uma situação que consideraria ridícula.

Quando houve a interrupção do fornecimento de energia elétrica, entraram os geradores diesel em operação. Quando veio a onda, os tanques que continham o combustível diesel que alimentava o gerador foram varridos. Tentei botar uma imagem da onda chegando no momento do impacto. Assim, não houve o fornecimento de combustível, de óleo diesel, os geradores deixaram de funcionar e os sistemas de refrigeração não atuaram.

Isso é um relato, não vou me estender. Depois, se os senhores quiserem, posso aprofundar o que foi o ponto a ponto: a operação, o abastecimento pelas baterias, etc. Mas entendo que pode ser discutido depois no questionamento dos Srs. Senadores.

O próximo *slide* mostra o cenário e a sequência de danos do reator. Em azul mostra a água que deveria estar cobrindo todas essas varetas de combustível. Com a perda da refrigeração, o nível de água caiu e uma parte do reator ficou descoberto. E não havendo a refrigeração, essas varetas foram aquecendo. A temperatura lá dentro das varetas pode chegar, no pico, a 1.200 ou 1.300 graus. E essa água em volta circula com temperaturas em torno de 300°C, aproximadamente.

Com o aquecimento e a não refrigeração, começou a haver um dano nos reatores – estou aqui com uma representação que atinge 70% do reator – e a

perda de material radioativo dentro do núcleo do reator, que é uma parte que está desenhada aqui, que é encapsulada pelo primeiro prédio da contenção.

Aumento da temperatura, aumento da produção de vapor e, consequentemente, dos gases produzidos nas fissões nucleares, adicionados ao hidrogênio. Houve a necessidade de fazer o que se chama de dreno do primeiro prédio da contenção para o segundo. Isso era programado, tanto é que existem filtros na cabeça desse primeiro prédio que retém parte da radioatividade liberada no momento do dreno. Isso foi para o segundo prédio da contenção que, embora chamado de prédio da contenção, não tem a estrutura física em termos de suporte a grandes explosões como, por exemplo, existe nos reatores PWR. Dentro desse prédio da contenção havia vapor, gases de fissão e hidrogênio. Hidrogênio, a uma determinada temperatura e pressão, explode, e foi o que aconteceu. Esse hidrogênio foi produzido dentro do reator na reação do zircaloi a alta temperatura com a água, e aí eliminado.

Próximo slide. Houve a explosão e a liberação de radioatividade no meio ambiente. Eu queria apenas informar aos senhores que os 440 reatores no mundo são da geração 1 e da geração 2 da indústria nuclear. A geração 3 é resultado de novos projetos que foram desenvolvidos a partir do acidente de Chernobyl, em 1986. Existem pouquíssimos reatores em operação da geração 3, que têm várias diferenças em relação aos reatores das gerações 1 e 2, mas uma das principais é que eles têm sistemas passivos de remoção do calor residual. Em outras palavras, eles não precisam de eletricidade para fazer essa remoção.

Esses reatores, como eu disse, ainda estão em fase de construção. A China está construindo cinco desses novos reatores, os Estados Unidos têm quatro desses reatores em licenciamento, a Finlândia está desenvolvendo um reator desse e a França também. Não tenho toda a distribuição, porque atualmente têm 65 reatores em construção no mundo. Mas essa tecnologia que, como vocês vêem, a sigla é PWR, P600 e EPR, que são projetos avançados de reatores da segunda geração.

Por que eu digo isso? No horizonte de 2015 a 2020, os reatores que forem construídos serão dessa terceira geração. Os reatores das usinas de Angra dos Reis são da geração 2, tanto Angra 1 quanto Angra 2, bem como Angra 3. E já tem em desenvolvimento reatores da quarta geração, que se propõem, entre outras coisas, a reduzir o inventário de material radioativo que é retirado da usina depois que a energia é gerada.

Próximo slide. Isso é uma distribuição da reserva mundial de urânio. Se, depois, os senhores se interessarem, eu posso aprofundar esse assunto.

Próximo slide. Esse é o cenário atual, aquilo que eu dizia no início. Tem 440 usinas. Na realidade, são 442 para ser mais preciso, que respondem por 17% da eletricidade consumida. E, das 440, tem 125 que receberam licença para extensão da vida útil. E aí há um pequeno, digamos assim, truque. Alguns países centrais, depois do acidente de Chernobyl, decidiram fazer moratória, dizendo: não construímos mais usinas nucleares. Exemplo claro disso é a Alemanha, que tem 17 usinas nucleares e diz: não fazemos mais nenhuma usina nuclear.

O acidente de Chernobyl foi em 1986. Em 1990, começou-se a estudar a extensão de vida das usinas. Elas foram inicialmente projetadas para durar 40 anos de operação contínua. Depois, ao longo do tempo, verificou-se que esses projetos de engenharia eram muito conservativos e poderiam ser estendidos. E foi feito isso.

São 125 usinas.

Então, os reatores, no caso da Alemanha, os 17, que eram para operar durante 40 anos, estenderam a vida útil de operação para 60 anos. Isso implica uma expansão de 50% no parque de geração nuclear dos países. Então, digamos assim, sem promover grande alarde, sem grandes discussões, expandiu-se em 50% a produção de eletricidade através de reatores nucleares nos países que já tinham a tecnologia nuclear para essa finalidade. Digo isso porque se falou muito, na década de 1990, de 1980, de uma moratória. É bem verdade que foi durante esse tempo que a indústria nuclear começou a fazer os reatores de terceira geração. Mas os países não abandonaram o uso da energia nuclear. Muito pelo contrário, ampliaram-no.

Então, entendo a dificuldade do discurso, às vezes, que tem que se dar e o debate de botar em prática a redução de 17% da energia elétrica consumida no planeta.

Bom, aqui é só para os senhores terem uma ideia. Os Estados Unidos têm 104 usinas nucleares, e isso representa apenas 20% da eletricidade consumida nos Estados Unidos. Já a França, segundo colocado, com 59 usinas, isso representa 80% da energia nuclear. Japão, com 54 usinas nucleares, representa 25% de toda a eletricidade consumida no Japão. O Japão terá dificuldade de tomar uma decisão de extinguir o uso da energia nuclear de uma hora para outra. Alemanha, como eu disse, são 17 usinas nucleares, que responde por 28% da geração de eletricidade.

Deixarei esses dados com os senhores, caso precisem de alguma informação adicional.

Próximo.

Os aspectos da geração de eletricidade através das usinas nucleares. Os aspectos questionados. É a

questão da segurança, que é isso aqui sobre o qual estamos conversando. O problema dos rejeitos radioativos, porque a usina nuclear, depois da sua operação, mantém ainda rejeitos radioativos que precisam ser armazenados. No estágio atual, precisam ser armazenados por milhares de anos. Há uma proposta em andamento, feita pelo Prêmio Nobel, físico, Carlo Rubia, de um sistema novo que incinera os rejeitos radioativos. Incinerar não é no sentido químico da combustão, mas é sinônimo de redução do tempo de vida de milhares de anos para algo em torno de 250 anos, que, na escala da humanidade, é possível fazer um armazenamento desses rejeitos.

São armazenados durante a operação da usina em piscinas, que são colocadas ao lado das usinas, e que também tem um sistema de resfriamento. Depois da operação da usina, o que se dá de 40 a 60 anos, eles devem ser depositados em depósitos onde haja estabilidade geológica, baixa densidade populacional, baixos índices pluviométricos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – E os rejeitos de baixa e média intensidade?

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Esses são armazenados dentro da usina também e podem ir para um local de, digamos assim, menor duração. Rejeitos de baixa e de média atividade durarão, no máximo, 200 a 250 anos. E eles têm uma característica: eles têm muito volume, mas têm baixa atividade. Os rejeitos nucleares, que são os elementos que saem da usina, são de volume reduzido, mas de alta atividade. Dou-lhe um exemplo: um operador, ao trabalhar, usa uma ferramenta, dentro da usina, que pode cair uma gota de material radioativo. Não se faz uma retirada; joga-se o equipamento fora. Usam um macacão, como se fossem mecânicos, que, se cair uma gota de material radioativo, não se recorta. Só se tira a gota. O macacão é que é retido.

Então, a intensidade é baixa, mas o volume é grande. E eles têm que ser armazenados por este período: de 200 a 250 anos.

Já os que vêm provenientes do núcleo do reator, o horizonte de armazenamento é acima de mil anos.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSDB – DF) – Professor, só uma pergunta: no caso desse material de maior potencial radioativo que fica guardado nas piscinas, essas piscinas são dentro da área de contenção?

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Podem ser e podem não ser. No caso específico aqui das nossas usinas. Angra II que é um projeto da Siemens alemã, nos projetos desses reatores as piscinas são dentro do prédio da contenção. Já a Angra I, que é um projeto da Westinghouse, que segue, também, os

projetos das usinas americanas é fora do prédio da contenção.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSDB – DF) – Então, por exemplo, no caso de uma grande onda que invadissem o local esse material dessa piscina seria espalhado no ambiente.

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – No caso específico das usinas de Fukushima havia os dois casos, também. E relatos, até o momento, revelam que não houve nenhuma dispersão desse material radioativo. O que houve lá é um problema também referente ao resfriamento, porque essas piscinas têm que ter, também, um sistema de refrigeração. Como foi dito pelo Professor Pinguelli, o material quando sai do reator continua produzindo calor, em menor quantidade. Para produzir eletricidade, digamos assim, preciso gerar 100% de calor. O calor de decaimento radioativo é em torno de 3 a 6%; nos nossos reatores é em torno de 6%, esse reator do tipo PWR tem uma intensidade proporcionalmente menor, de 3%. E esse calor tem que ser removido. Então, mesmo na piscina, fica uma bomba gerando e a água passando por esses elementos. Não sei se os senhores já tiveram oportunidade de ver em algum filme, é uma piscina como a de natação onde os elementos são colocados e uma água fica constantemente circulando. Com a perda de eletricidade e abastecimento, deixou de haver a refrigeração, e esse foi o pior problema, porque esses elementos superaqueceram, possivelmente houve algum rompimento e a liberação de radioatividade na atmosfera. Então, estaria mais preocupado com a não refrigeração da piscina, no caso de um *tsunami*, do que com o espalhamento desse material em torno da usina. Eu diria que é mais provável que se reproduza essa situação de não refrigeração.

Bom, eu tinha mais assuntos, acho que já tomei o meu tempo. Senadora Lúcia Vânia, a minha presença aqui é no sentido de passar as informações que os senhores considerem necessárias. E, se houver necessidade, posso aprofundar com o restante dos slides.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB/GO) – Agradeço o Professor Aquilino. Quero dizer da nossa satisfação em tê-lo aqui conosco. Tenho certeza de que os Senadores terão perguntas que ainda vão enriquecer esse debate.

Gostaria de comunicar à Comissão que passarei primeiro a palavra ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente e, em seguida, para o autor do requerimento Senador Lindbergh.

Com a palavra o Senador Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSDB – DF) – Muito obrigado Senadora Lúcia Vânia.

Quero cumprimentar os nossos palestrantes, os nossos convidados, Professor Luiz Pinguelli Rosa, velho conhecido nesta Casa, e o Professor Aquilino, também, que já tive o prazer de ouvi-lo em outras ocasiões. Realmente o Senado, como de resto o povo brasileiro, está preocupado com tudo o que aconteceu no Japão e com as possíveis consequências de um acidente no Brasil.

Fiz uma pergunta hoje, o Professor Othon foi muito delicado, mesmo tendo uma audiência pública na Câmara, em vir primeiro a uma audiência pública no Senado, mas não teve oportunidade de responder a todos os questionamentos e ficou de retornar na próxima quarta-feira. Mas eu gostaria de fazer um questionamento para os dois convidados. Essa questão do uso da energia nuclear sempre foi um tema bastante polêmico e bastante debatido, especialmente em função dos riscos da sua utilização.

Ou seja, o risco de acidente é muito pequeno. Há probabilidade de acidente, e, quando isso acontece, as consequências são enormes.

A utilização dessa energia voltou a ter força e a ser defendida em função da questão das mudanças climáticas – até tive oportunidade de acompanhar o Professor Luiz Pinguelli na Comissão de Mudanças Climáticas e vários debates – e em função das suas baixas emissões de dióxido de carbono, em comparação com outras fontes de energia. No entanto, essa energia, hoje, ainda é responsável por pouco mais de 2% da matriz energética brasileira, que tem uma característica estratégica importante, que sua diversidade. Somos um país que, diferentemente de outros países, como, por exemplo, o Japão, contamos com uma possibilidade enorme de fontes para compor nossa matriz energética.

Eu gostaria de fazer duas perguntas, para saber os pontos de vista dos nossos dois cientistas.

Sabemos que há uma série de outras aplicações da energia nuclear e do conhecimento na área nuclear. Especificamente no que diz respeito à utilização da energia termonuclear para a geração de energia elétrica, V. S.s consideram que é importante e estratégico para o País continuar ampliando sua matriz energética, utilizando, em parte, a geração termonuclear? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta é a seguinte: há estudos recentes feitos pelo Governo sobre o que significaria, em termos de economia concreta de energia, um grande programa de eficiência energética? Já que a utilização de energia termonuclear representa pouco mais de 2% da nossa matriz, um grande programa de eficiência energética, mobilizando a população com

campanhas educativas permanentes, teria um impacto próximo disso?

São essas as questões que eu deixaria aqui.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de solicitar aos Srs. Senadores autorização para que fizéssemos as perguntas em bloco, uma vez que já vamos iniciar a Ordem do Dia.

Eu pediria ao Senador Lindbergh – sei do interesse dele no assunto – que fosse breve, para dar oportunidade ao Senador Crivella de também se manifestar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – É claro. Serei bem breve.

Professor Pinguelli e Professor Aquilino, primeiro, quero agradecer aos senhores a presença aqui. Sei que, pela manhã, estavam na Câmara.

O debate, hoje, aqui, foi até as 14 horas e movimentou muitos Senadores. Houve essa dificuldade novamente, pois se encheu este plenário. O Senado está muito interessado em toda essa discussão.

Estive conversando com o Professor Pinguelli sobre o Sistema Nacional de Prevenção e Alerta a Catástrofes, em virtude do que aconteceu na região serrana.

O senhor sabe, Professor Pinguelli, que já fui prefeito. Pelo que aconteceu na região serrana, entrei um pouco neste debate. A Presidenta Dilma, quando veio lançar sua mensagem ao Congresso Nacional, reconheceu que nosso marco regulatório do Sistema Nacional de Defesa Civil é muito frágil. Chamou, inclusive, este Parlamento a construí-lo com ela.

Aqui, ninguém quer satanizar nosso programa nuclear, mas este é um momento em que o mundo inteiro para, a fim de discutir a questão de segurança. Todo mundo sabe que o risco é baixo. A gente espera que nunca aconteça qualquer problema, mas sabe que, se isso acontecer, o dano será altíssimo. O Senador Walter Pinheiro, hoje, falava da falta de uma cultura de se trabalhar concretamente essa questão de segurança.

Expresso nossa maior preocupação, Professor Pinguelli e Professor Aquilino. Tenho essa preocupação, porque sou leigo e, agora, estou entrando nessa discussão sobre as usinas e sobre os problemas das usinas. Penso que temos de aprofundar também essa discussão. Mas há um problema que diz respeito justamente a esse plano de emergência externa, de cara. Uma comissão externa desta Casa vai visitar as usinas de Angra I e de Angra II na próxima semana. Nossa ideia não é somente a de olhar as instalações. Queremos olhar as instalações, mas queremos também discutir com a cidade, com prefeitos, com vereadores, com associações de moradores.

Vejam bem: qualquer chuva interrompe a rodovia Rio-Santos. Há um ano e meio, houve um desastre em Angra.

Eu fiz esta pergunta hoje ao Presidente Othon: se as atividades da usina foram paralisadas. Na verdade, não era só a Rio-Santos que estava parada não; todo o trecho de comunicação com Angra estava completamente parado. Nós temos este problema: o treinamento. Eu tomei uma decisão – isso não é um método científico, nós temos que ir lá ver –: liguei para vereadores, liguei para amigos, liguei para todo mundo de Angra, e ninguém, absolutamente, participou, em algum momento, desse trabalho de treinamento. O raio inicial é de 3 Km. No Japão, foram removidas, até 20 Km, 140 mil pessoas. Concretamente, vamos falar aqui: nós não temos condições de remover numa situação como essa se acontecer alguma coisa – não vai acontecer – agora em Angra. Qual é a nossa capacidade em relação a tudo isso?

Então, espanta-me, e queremos discutir tudo isso porque não se trata de condenar o programa nuclear, mas tem de haver segurança. Para continuar existindo, tem de haver segurança, tem de haver um plano sério, efetivo. E sei que o Professor Pinguelli tem muitas opiniões sobre isso e pode nos ajudar aqui.

Em relação às usinas, acho que nos falta conhecimento. Esta é uma conversa inicial; eu quero ligar depois para o Professor Pinguelli e para o Professor Aquilino também, e falar de algumas preocupações com a usina em si.

O Senador Rollemberg fez um questionamento sobre os resíduos de alta atividade – é assim que se chama. Mas o Professor Pinguelli nos mostra um caminho, que é proteger seus geradores de emergência. É importante ver como está a situação lá. Mas eu perguntaria também se há mais algum outro problema que poderia existir, que teríamos de dar um reforço na segurança, nas características próprias de Angra I e de Angra II.

Hoje nós tomamos um susto aqui, Professor Pinguelli, com uma matéria do *Correio Braziliense* que diz que Angra II opera sem licenciamento definitivo. O representante do Cnen disse que, na verdade, está todo mundo de acordo, não há grandes problemas, apenas um problema com o Ministério Público. Mas isso causa estranheza. Como é que há uma usina funcionando, desde 2002, sem licenciamento definitivo?

Em relação aos rejeitos radioativos de baixa e média atividade, pelo que eu estou sabendo, esses rejeitos estão armazenados em galpões no local da usina. São cinco mil barris. Eu citei aqui, inclusive, uma reunião da comissão interministerial em 2008, de que a Ministra Dilma, da Casa Civil, participou, em que fi-

caram estabelecidas metas para a construção de um depósito definitivo para esses rejeitos radioativos. Ninguém soube me explicar em que situação está isso. Mas apresenta perigos? O que nós temos que fazer?

Então, é este o momento, Professor Pinguelli, Professor Aquilino, sem satanizar, de parar para discutir.

Devo dizer que a minha sensação em relação, inclusive por conhecer, à fragilidade desse sistema nacional de prevenção, por saber disso, é de apreensão; isso me assusta muito. Não estou querendo ser alarmista, mas acho que temos que tirar a lição desse episódio e sair para medidas concretas de segurança nessa área.

(Falha na gravação.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Marcello Crivella, também representante do Rio de Janeiro.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Professor Pinguelli, é uma honra, e o Rio se engrandece com a sua presença aqui, junto com o Professor Aquilino. Muito obrigado por estarem aqui conosco.

Nós temos realmente essas vulnerabilidades citadas aqui, e todos nós nos preocupamos imensamente. Vemos que os americanos têm um plano de evacuação, em caso de calamidades, excepcional. Eu já li sobre isso. Mas o Congresso Nacional ampliou a vida útil das usinas, eles estão construindo uma nova, estão queimando carvão – segundo eles, com emissão zero –, estão explorando petróleo no Alasca, estão com grande programa de nitrogênio, estão fazendo biocombustível de milho com baixo rendimento, de tal maneira que o consumo de energia do mundo é uma variável importante nessa equação, porque precisamos. O fato é esse.

E nós vamos ter que ponderar. Às vezes fico pensando: se nós tivéssemos um terremoto de proporções idênticas em Angra ou em Itaipu, o que seria pior? Eu acho que seria Itaipu. Acho que Itaipu teria um alcance destrutivo maior do que um escape de radiação em Angra.

É o momento, realmente, de contarmos com a nossa academia, porque a nossa tranquilidade virá exatamente do peso dessas probabilidades. Não há segurança no mundo, em lugar nenhum, há riscos para tudo, mas nós podemos, como disse o Senador Lindbergh, nos preocupar e tratar isso com muito cuidado para que a probabilidade de que acidentes ocorram seja mínima.

Na nossa matriz energética, exploramos muito pouco a energia solar, os ventos, a força das marés, até mesmo a nossa hidroeletricidade. Fazemos isso porque temos tempo. Não digo que devemos abandonar a energia nuclear, mas que devemos estudar suas

possibilidades com tranquilidade. Não estamos como a França, que não tem tempo para estudar o assunto com tranquilidade porque depende da energia nuclear. Eles não têm rios, eles não produzem biocombustíveis porque não têm espaço. Nós temos. Então, faço este apelo, como fez o Senador Lindbergh, no sentido de que devemos promover um amplo debate para encontrar as condições para nos prepararmos.

Eu estava fazendo um estudo sobre Itaipu, um pequeno município do noroeste fluminense. De 2005 a 2010, eles tiveram, entre decretos de calamidade pública e de situação de emergência, todos homologados pelo governo do estado e pelo governo federal, prejuízos de R\$70 milhões. 2005 a 2010: ora enchentes, ora seca. Ficaram sem abastecimento de água durante semanas. Até hoje, chegaram R\$3 milhões do governo federal! Quer dizer, nós continuamos tendo problemas para conter nossos rios, nossas encostas, e as obras que fazemos são de recuperação. Quer dizer, cai a ponte, e nós consertamos sabendo que, na próxima enchente, se aquele rio não for contido, vamos consertar de novo a ponte. Aliás, lá há pontes que já foram consertadas três ou quatro vezes.

Realmente, esse assunto nos preocupa. Nós devemos isso à nação, o Senado tem de se debruçar sobre isso para elaborar um grande plano nacional de defesa civil. Temos tempo para estudar medidas. Depois desses acidentes – os tropeços sempre nos empurram para frente – aprendemos lições. Infelizmente, nesses graves acidentes, acabamos verificando a ocorrência de falhas ridículas, como foi bem dito pelo professor Aquilino. Gastamos tanto dinheiro, nos desenvolvemos – a descoberta de Einstein foi no início do século XX –, cientistas do mundo inteiro pesquisam como utilizar positivamente a radioatividade e, de repente, um acidente num gerador. É brincadeira!

Senadora Lúcia Vânia, só queria mais um minuto para agradecer a presença dos nossos ilustríssimos professores, que são motivo de orgulho para a minha terra, para me solidarizar com o Senador Lindbergh e para conclamar os Senadores a nos debruçarmos sobre o assunto para oferecer à nação um plano de segurança para as nossas usinas nucleares, mas não só para elas, também para as demais instalações que temos em nosso país.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB/GO) – Agradeço ao Senador Crivella, e, por fim, eu gostaria de fazer uma pergunta que foge um pouquinho da segurança, foge um pouquinho da tecnologia. A pergunta se refere à expansão do projeto nuclear brasileiro. Qual a vantagem do domínio dessa tecnologia, não só para o setor elétrico como também para outros setores.

No mais, agradecer a todos os Senadores e passar a palavra agora ao Professor Pinguelli e, posteriormente, para o Professor Aquilino.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Obrigado.

Começando pelo Senador Rollemberg, as duas questões que anotei aqui, sobre a ampliação da energia nuclear, o quão é importante para o País.

Isso é uma decisão política. Há outras formas de geração elétrica. Portanto, não podemos dizer que a geração de um certo tipo é imprescindível, incluindo a nuclear. Não somos obrigados à opção nuclear. Ela deve ser tomada por ponderação de vários fatores. Acho que o conhecimento dela, incluindo, por exemplo, a constituição desse reator multipropósito, que o Aquilino mostrou, na sua apresentação, acho que isso deve ser feito. Quer dizer, não podemos jogar fora o conhecimento. Também Angra III, que vai levar algum tempo para ser construída, será uma escola, como foram as outras, porque, no futuro, aí poderá ser muito importante a energia nuclear. O potencial hidrelétrico brasileiro chegará a um limite fatal e com impressão ambiental muito maior sobre ele do que sobre a nuclear. Mesmo com o acidente do Japão, a pressão sobre o hidrelétrico é muito maior, no Brasil, do que sobre o nuclear.

Aliás, estamos com um episódio extremamente desagradável na área hidrelétrica, com a rebelião dos trabalhadores na usina de Jirau, no rio Madeira. Isso é um absurdo. Isto exige posição do Estado brasileiro: botar pessoas trabalhando, num local distante, sujeitas a uma condição dessa, porque faltou o poder de polícia, faltou o Estado. Não se pode entregar operários a um consórcio de empresas. E lamento que empresas estatais estivessem presentes no consórcio e não tivessem evitado uma coisa dessas. Construir hidrelétrica nessas condições não se deve fazer. Parece um campo de concentração o ambiente que se criou lá.

Mas, voltando à questão, acho que ampliar energia nuclear é uma opção política. O conhecimento sobre a tecnologia nuclear, acho que deve ser preservado. Não vejo a necessidade de se decidir, já, fazer mais quatro reatores. Acho que é o momento de compasso de espera, até pelo quadrinho que o Aquilino mostrou ali, da hipótese dos reatores de geração quatro, dentro de uma década mais ou menos.

Economia e deficiência energética, ela é importante e deve ser sempre utilizada. Agora, ela não é substituta, porque eficiência energética é um percentual sobre o que existe. Ela pode adiar, de fato, algumas construções de seja lá o que for, de geração elétrica, mas ela não se reproduz o tempo todo. Pode dar um adiamento, se tem um percentual, que tem que ser feito. O que vai significar? Um bom programa de efici-

ência energética vai significar uma quantidade menor de usinas necessárias, mas não zero, porque não somos a Suíça, nem a Suécia. Tem gente muito pobre neste País, e nós usamos muita energia. Nós, a classe média alta, porque agora tem essa classe média que ganha mil reais. Não sei por que chamam isso de classe média. Deveria ser chamada de “não pobres”. Isso é o correto, mas “classe média” é um exagero!

Mas o fato é que uma parcela pequena da população com consumo exuberante, europeu. Não chega a ser americano, porque o consumo americano nem os europeus alcançam. É um desperdício de energia fabuloso. Mas nós, vamos dizer, temos um consumo ibérico, essa parcela da população.

Portanto, nós vamos ter de dar um padrão de vida digno para todos os brasileiros, como têm os europeus. Se, além disso, tem a indústria, que também consome energia, nós precisamos de energia e precisamos de eficiência energética.

O erro dos ambientalistas é colocar uma contra a outra. Não é eficiência energética ou geração elétrica. É preciso eficiência energética e geração elétrica, e o que a eficiência energética vai permitir é menor quantidade necessária de geração elétrica. Não há substituição e, sim, complementação, na minha opinião.

Quanto ao Senador Lindbergh, evacuação de Angra é, realmente, uma velha discussão. Eu não considero o plano de emergência externo pronto e acabado. Ele já foi objeto de uma imensa polêmica.

No tempo dos governos militares, o plano de emergência externo era secreto. A população não podia saber que tinha de ser evacuada. O sujeito tinha de ser acordado de noite: “Pom, pom, pom. Olha, você vai ser evacuado.” Não se podia assustar a população, então, era como um edifício onde as portas de emergência para caso de incêndio eram secretas, para não assustar ninguém com incêndio. Na hora em que começasse um incêndio, você diria: “A porta é lá.”

Isso melhorou muito, mas, de qualquer modo, não acho, ainda...

Por exemplo, nessa questão do raio, era quinze o raio de exclusão e passou para cinco, com a garantia de que nunca haveria um acidente que precisasse de evacuação. A recomendação era: “Vá para dentro de sua casa.” E pode ser mesmo. Dependendo da situação, basta isso, ou, às vezes, é só o que se pode fazer, mas eu acho que contar com um maior azar é importante. O Aquilino colocou o exemplo da queda de um avião, que também é uma velha discussão.

O reator de Angra tem a espessura do prédio de contenção menor que a dos últimos reatores gêmeos dele na Alemanha, que eram os de Biblis, porque, lá, o reator tinha uma especificação de suportar o cho-

que de um avião. Na realidade, eles padronizavam no avião Fanton, um caça militar que fazia voos rasantes porque eles estavam junto à Cortina de Ferro, eram Alemanha Oriental e Ocidental.

Aqui, no Brasil, nós reduzimos de 1/3 essa espessura, porque não se considerou isso necessário. Tudo bem, mas há uma probabilidade remota de um grande choque de avião.

Nós trabalhamos, há muitos anos, num grande choque de um avião pior possível, que é o 747, com a turbina se chocando, porque no avião, o pior dele, são as turbinas, que são muito duras, como martelos. O resto do avião é mole, mole no sentido de que é macio, então, o choque não é tão penetrante, poderia abalar o prédio.

Bom, esta é apenas uma observação, porque a probabilidade, de fato, é muito pequena, agora, a evacuação de Angra eu acho que é um problema que deve ser colocado na pauta. Como é que está isso, como é que está a possibilidade de evacuar, a mobilização, quem é responsável por que, exatamente, porque isso não é da Eletronuclear. Ela participa, mas isso é um problema que envolve as administrações federal, estadual e municipal, porque é uma questão de defesa civil.

Eu acho que isso tem de ser tratado com muito mais especificidade do que um problema geral de defesa civil, até por causa da questão da estada lá, etc.

Rejeitos de baixa e média atividade, tem toda razão o Senador. Isso nunca foi resolvido e isso é solúvel.

O de alta atividade tem a possibilidade tecnológica de redução por um bombardeio de acelerador de partículas, que ainda não é viável, quer dizer, é uma questão em desenvolvimento. Não há um projeto pronto para ser feito, mas poderá ser feito no futuro. De qualquer modo, se justifica um certo tempo, até porque, no caso de Angra 2, ela está dentro do prédio de contenção, a piscina, e não haveria com ela o que está havendo, exatamente, lá no Japão, onde as piscinas estão desprotegidas.

Os de baixa e média atividade estão em galpões que eu não sei se são adequados. Eu já os inspecionei há muitos anos. Alguns eram adequados, outros não eram, estavam sobrecarregados, e ali não é lugar de botar rejeito eternamente é um depósito provisório; nunca se fez o definitivo. Temos a tecnologia, não é uma grande dificuldade. O depósito de Abadia, junto à Goiânia, onde ficou o material contaminado pelo Césio 137, que foi um acidente grave, embora não de reator nuclear, mas matou pessoas, inclusive crianças, e deixou um contingente de população significativo sujeito ao câncer. Eu acho até que foi um erro grave a

mudança do procedimento lá em Goiânia, porque havia uma Fundação específica, Leide das Neves, para tratar, cuidar do contingente de população de risco, mas foi fechada. E essa população ficou no SUS comum. Acho que essa população tem de ser tratada com todo o carinho, porque foi uma responsabilidade do Estado brasileiro acontecer o que aconteceu lá. E mas: ficaram impunes os responsáveis por essa Justiça esculhambada do Brasil.

Então, quanto aos rejeitos de baixa e média radioatividade, é possível ter uma solução mas não tem. Não há definição de "vamos fazer", "quando vamos fazer", "é possível fazer". O de alta, talvez o melhor seja ficar mesmo na piscina. Mas tem de ter uma decisão um dia, não pode ficar eternamente; mas há tempo. O de baixa e média, eu acho mais urgente.

A observação do Senador Crivella.

Não há usina de carvão com emissão zero. Isso é uma confusão que, às vezes, se coloca. Emissão zero é que nem *diet*, coca-cola, etc. Não é bem assim. Não há usina de carvão com emissão zero. Existe no papel. É o chamado sequestro e captura. Coloca-se embaixo da terra, em geral é essa a ideia, ao invés de ter uma chaminé para cima tem-se de bombear para baixo o CO², e ele seria sequestrado. Quem está fazendo alguma coisa nessa direção é a Petrobras e algumas universidades, inclusive, nós, lá, temos um trabalho com a MPX, companhia de energia sediada no Rio, sobre a possibilidade de fazer isso. Mas não há. Existem alguns sequestros de carbono de demonstração. Inclusive eu já visitei, na Europa, várias instalações disso. Mas é um percentual pequenininho do CO² da usina que retira para mostrar que pode, porque é quase fazer uma outra usina do lado da usina. Você tem uma usina de carvão, que é uma coisa enorme; aí você vai fazer uma outra coisa enorme ao lado dela. A atual tecnologia de sequestro é muito pesada. Eu acho que isso vai ter de evoluir para algo mais adequado.

O gerador *diesel* de emergência, o senhor tocou aí, tem toda a razão, o Aquilino esgotou esse assunto, eu acho que nós devemos cuidar bem dele, aqui no caso brasileiro. Itaipu tem toda a razão. Os argentinos não queriam Itaipu por que eles diziam isso: que o Brasil vai inundar o estuário do Prata. De fato, um acidente grave em uma barragem daquela dimensão seria muito sério. O projeto de engenharia de barragem inclui a proteção contra terremoto, como também o do reator nuclear. Eu não saberia dizer que intensidade de terremoto está previsto, eu não sei. Mas é perfeitamente possível proteger barragens. O Japão tem barragens e não houve desastres proporcionais lá. Então é possível isso. A engenharia civil tem con-

dição de proteger barragens contra terremoto. Espero que estejam protegidos.

Senadora Lúcia Vânia, quanto a expansão da energia nuclear no Brasil, eu já dei a minha opinião. A energia nuclear tem a vantagem – acho que o Aquilino já citou isso – de ela não emitir gás efeito estufa na sua operação; emite na sua construção, porque leva aço, cimento, que são produzidos com uso de combustível, mas na geração, não. Então, ela tem uma vantagem grande. E, para muitos países, é a maneira de se evitar emissões. Se o efeito estufa é muito grave e poderá causar consequências catastróficas, não o tsunami, que é fenômeno interno da terra, mas as ondas de tempestades, que são tão terríveis, aquelas tempestades do Golfo do México criam ondas, muito altas. Então, se o efeito estufa é muito importante, a energia nuclear pode ser uma solução, com todos os seus problemas, ou seja, vai ter que melhorá-la no mundo. No Brasil, não é uma urgência, porque o País tem muitas opções, tem que escolher, e pode. O que já tem, na minha opinião, deve completar, é o caso de Angra 3. O conhecimento deve se expandir, que é o caso do Reator Multipropósito. E o estudo de um terceiro – terceiro não, um quarto, quinto, sexto ou sétimo – ou de mais quatro reatores brasileiros deve ser reestudado com vistas ao que está acontecendo no momento, dando um certo tempo. Então, o cronograma atual não deve ser mantido, porque nós temos tempo e a tecnologia está mudando. Esses reatores avançados, ainda não há nenhum funcionando no mundo, estão em construção, e vai-se aprender com os primeiros, inclusive. O Brasil, na minha opinião, tem tempo. Estamos jogando fora bagaço de cana queimado, com baixíssima eficiência. O potencial do bagaço de cana na rede é importante. O lixo urbano pode servir. Em vez daquela brigaria, no Rio, de onde é que põe o lixo, ele poderia virar energia. Não há uma política adequada porque envolve Município, Estado, União. A energia do lixo é ridiculamente aproveitada, o bagaço de cana, muito pouco, fora ainda a expansão hidrelétrica, se conseguir evitar absurdos como o que está acontecendo no rio Madeira. E tem um potencial ainda muito grande, fora a eólica, etc. Então, acho que o Brasil tem que usar todas as possibilidades, na sua medida. E pode ser que dentro de um período de tempo a nuclear se torne uma necessidade também.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB/GO) – Agradeço ao Professor Pinguelli.

Professor, como goiana, eu gostaria que o senhor completasse a sua posição em relação ao depósito do Césio 137. Eu lutei aqui oito anos para conseguir pensão para aquelas pessoas que foram atingidas ou que tiveram contato mais direto. Infelizmente, não con-

segui. Como o senhor mesmo disse, o Instituto Leide das Neves foi fechado. Então, eu gostaria de ouvir... Parece que o senhor não concluiu qual é a posição do depósito do Césio 137.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – É boa. O depósito de Abadia foi feito com competência técnica. E digo mais, o socorro que foi propiciado à população de Goiânia naquele momento foi eficaz. Dentro da desgraça, da tragédia, foi eficaz. O absurdo foi o acidente acontecer, porque aquele não tinha nenhuma necessidade de acontecer. Deixar uma bomba de Césio, de tratamento médico, abandonada num local, ainda que privado, acessível a um catador de lixo simples, que não sabe o que quer dizer *danger*... E não tem que saber, porque somos brasileiros, não temos que colocar *danger* em porcaria nenhuma. E no lugar daquele trevo do símbolo nuclear deveria haver uma caveira com dois ossos cruzados embaixo, como é o símbolo de alta voltagem ou de veneno. Então, acho que aquilo não precisava acontecer.

Agora, o depósito de Abadia segue normas técnicas. É possível dar toda segurança aos rejeitos de baixa e média atividade. O difícil é o de alta atividade, que depende de alguma tecnologia que está em desenvolvimento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB/GO) – Obrigada, Professor Pinguelli.

Com a palavra agora o Professor Aquilino, para as suas considerações.

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Eu vou tentar ser breve, porque vocês certamente têm aí outras atividades.

Senador Rodrigo Rollemberg, por diversas ocasiões tivemos oportunidade de interagir na Comissão de Ciência e Tecnologia, se não me engano, inclusive com muito apoio à nossa Instituição, COPPE, pelo qual agradeço aqui publicamente. Concordo plenamente com a sua afirmativa quando o senhor diz da necessidade de diversidade da matriz energética brasileira.

Não podemos colocar todos os ovos no mesmo cesto. De certa forma, temos que contar com todas as fontes de energia – eólica, solar, carvão –, apesar dos problemas. Nós felizmente temos um grande potencial hidrelétrico ainda a ser explorado. Evidentemente que há também questões que são cobradas no aproveitamento desse potencial. Eu acho que o País tem que superar esses problemas. E para isso é que existe a tecnologia, para isso é que existem instituições como a Coppe, que se preocupam em desenvolver tecnologias que façam esse desenvolvimento harmônico entre energia, tecnologia de energia e meio ambiente. Acho que esse tem sido o nosso papel.

O senhor fala da economia da eficiência energética. Em tese, é muito boa, mas, na prática, acaba não sendo eficiente, por razões diversas. Quem usa, às vezes quer continuar usando daquela maneira porque é mais fácil, não quer fazer grandes investimentos, principalmente nas indústrias, para ter um uso mais eficiente da energia. Mas tem que existir uma política de Governo no sentido de, eu diria, mais do que incentivar, cobrar essa eficiência energética.

No tocante à sua pergunta se devemos usar a energia nuclear, eu digo, até por dever de ofício, sou um professor universitário na área de formação de Engenharia Nuclear, eu teria que largar de fazer o que estou fazendo porque, senão, seria, eu diria, um crime contra a humanidade, colocar alunos, técnicos no mercado de trabalho e aqui dizer que não deve ser usada para absolutamente nada. Teria que sair daqui direto para o hospício. Eu acho que é importante a tecnologia nuclear para a geração de energia elétrica. O Brasil conquistou isso a duras penas. O Brasil teve diversas tentativas do domínio do ciclo do combustível nuclear. Duas completamente fracassadas. A última era a do acordo Brasil-Alemanha. E, por esforço próprio, o Brasil dominou a tecnologia do enriquecimento do urânio. Só existem nove países no mundo que têm essa capacidade. E nós temos algumas características importantes. Sem prospectar muito o território, somos a sexta maior reserva de urânio. Se houver um trabalho de prospecção devido, passamos facilmente a ser a segunda ou primeira reserva de urânio. Podemos ser um exportador de minério, pegar esse urânio, exportar *in natura*, e vamos agradar vários países, porque existem países que querem comprar o urânio brasileiro. Inclusive alguns que não são signatários do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, e este Congresso pede que o Brasil faça qualquer acordo comercial nesse sentido.

Então, o País tem minério, tem a tecnologia, domina a tecnologia, com esforço próprio, não foi uma coisa adquirida ou comprada do exterior, e já faz uso da geração nuclear para a produção de eletricidade. Eu acho que tem que ser avaliado nesse contexto o esforço que foi feito ao longo de décadas para chegar nesse estágio. Já temos agora a construção de Angra III em andamento. E minha posição é que ela tem que ser concluída. Ela já está sendo concluída tardiamente. Foram desperdiçados recursos, só no armazenamento, na estocagem dos equipamentos, US\$20 milhões por ano. Ao longo de 25 anos de atraso, isso representa US\$500 milhões, que saíram do nosso bolso para pagar por algumas incertezas e discussões. Então, sou francamente favorável à sua conclusão.

Concordo plenamente com a expansão do programa e desafio também que seja encontrado, em algum lugar, quando serão construídas essas usinas nucleares. Porque a EPE, quando fez seu estudo, em 2007, que é o Plano Plurianual de 2030, previa a construção de duas, quatro ou oito usinas. A revisão atual, para o ano de 2019, não contempla nenhuma usina nuclear. Então, estamos falando que se acaso este País venha a expandir o setor nuclear, isso se dará depois de 2020. Não tem a menor possibilidade de ser antes disso. E eu acredito que este é o momento de rediscutir essa questão.

E aproveito para responder ao Senador Lindbergh que ele está coberto de razão.

Acidente em usina nuclear já aconteceu e vai acontecer. Esperamos que não seja nas nossas usinas no Brasil. Mas não importa: mesmo que não venha a acontecer, se Deus é brasileiro, que não aconteça, temos de estar preparados para que possa acontecer, porque os números comprovam claramente que há uma probabilidade de derretimento do núcleo do reator com liberação de radioatividade na atmosfera.

E aí é importante o papel do Congresso Nacional de cobrança de uma eficiência no sistema de proteção à população em torno das usinas nucleares. Recentemente, vimos, no Rio de Janeiro, a catástrofe que ocorreu em Friburgo e em Teresópolis. E vimos um pouco da precariedade do atendimento em emergência. Muita vontade, solidariedade, apoio, coisa que não falta na sociedade brasileira, mas às vezes falta material básico para atendimento – às vezes, uma bota, uma ferramenta, um helicóptero, uma forma de retirar.

E entendo que, na medida em que se geram recursos com a produção de eletricidade, parte desses recursos pode ser utilizada para melhorar as condições de atendimento numa emergência. É fundamental isso.

Os raios de evacuação certamente vão ser re-discutidos e não só aqui no País, mundialmente, porque, vamos dizer, há um padrão internacional de que, até cinco, evacua-se e, de cinco a quinze, faz-se a abrigagem.

Demonstrou-se, claramente, agora, a necessidade de evacuar até vinte quilômetros e de se fazer a abrigagem de até vinte a trinta quilômetros. Não tenho dúvida de que isso é um ponto de discussão não só no País, como internacionalmente. E vamos adotar, certamente, essa nova regulamentação.

Uma outra questão que vai ser revista é a da estagnidade dos geradores *diesel*. É inaceitável que se reproduza, em qualquer uma das 440 usinas ao redor do mundo, em particular, nas duas usinas, o mesmo problema, seja por uma onda, seja por um deslizamen-

to de terra, pelo que for. Esses geradores têm de estar operados. E, se não estiverem, tem de haver alguma outra fonte que garanta a alimentação elétrica. Isso é fundamental, é um dos pontos que vejo.

E existe a questão dos depósitos de rejeitos radioativos de média e baixa atividade.

Esta Casa tem uma lei aprovada, atribuindo à Comissão Nacional de Energia Nuclear a responsabilidade pelo projeto e pela construção do depósito de rejeitos radioativos de baixa e média atividade. Não sei exatamente o ano, mas, se não me engano, é alguma coisa entre 2005 e 2007. Seria bom que fosse analisado.

A pergunta é – deveria até estar aqui o Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear –: a Comissão Nacional de Energia Nuclear tem condições, seja financeiras, seja de capacidade técnica de projeto, de executar o que esta Casa aprovou? Essa é a pergunta. Há orçamento? O orçamento tem sido...

Então, acho que o momento é agora. Ou seja, não é uma discussão sobre fazer, os senhores já mandaram fazer: cumpra-se. Então, parece que há razões, e não vou falar aqui em termos da Comissão Nacional de Energia Nuclear, não me cabe fazê-lo, mas isso deve ser de imediato cobrado. E não é preciso fazer nada, já está pronto, já está feito.

Quanto a depósitos de rejeito radioativo de alta radioatividade, o procedimento adotado é o adequado. É melhor deixar lá do que levar para outro canto, até porque, durante um tempo, eles têm de ficar lá para serem resfriados. Há o problema de transportes, tem-se de definir o local. Então, é o que se faz internacionalmente. A rigor, a rigor, ainda não existe, para as 440 usinas, um depósito, exceto na Finlândia, que já tem um em andamento, e nos Estados Unidos, que têm um em construção, mas que foi paralisado, quando o Presidente Obama entrou no governo, por uma razão de fazer um estudo de reutilização dos rejeitos radioativos. Porque rejeitos radioativos é como um lixo, citado pelo Pinguelli. Na realidade, ele é energético. Ele poderia ser utilizado para gerar mais energia. Mas, para não haver a proliferação, definiu-se que o seu uso em armas nucleares não pode ser reprocessado. Então, para não ser reprocessado, ele passa a ser um lixo, em vez de ser um produto energético.

Essa discussão está hoje no plano internacional, de como fazer esse aproveitamento.

Eu teria destinação para o rejeito de Angra, facilmente, para ser utilizado em reatores. E não entendam aqui má-fé no que vou falar, mas os nossos rejeitos poderiam ser aproveitados nos reatores da Argentina. Talvez os argentinos queiram receber os nossos rejeitos. Mas, há uma complementaridade entre os reatores do

tipo do Brasil e os da Argentina. A Coréia faz isso. A Coréia pega os reatores do tipo PWR e bota num reator Candu, e queima quase até a sua exaustão.

São decisões tecnológicas; não acho que devam ser aprofundadas.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Chega ao ponto – desculpe professor – de ele virar, por exemplo, uma radiação muito pequena, tipo radioisótopo?

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Não, ele ainda vai ter uma atividade, só que reduz o seu tempo de armazenamento geológico permanente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Mas ele poderia ser usado, por exemplo, numa otimização, como um radioisótopo para a medicina?

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Poderia, poderia. Dentro do reprocessamento, o cézio, que é produzido, que saiu para a atmosfera, pode ser usado em bombas para tratamento de câncer, como é o caso do cézio de Goiânia. Era uma bomba – bomba que eu digo é um recipiente que blinda aquela fonte radioativa – que é utilizada para tratamento de câncer. Radioatividade tem essa característica. Em baixas doses, ela pode curar; em altas doses, pode matar.

Então, temos é que nos preparar para não permitir que a exposição da radioatividade atinja a população em torno da usina.

Os meus três pontos são esses: cobrem a questão dos geradores *diesel*, demonstrem claramente que eles estão estanques, que não há possibilidade alguma de violação no pior caso; e, se houve, que também pode ser que não tenha como, estabeleçam propostas alternativas – não sei – botem estações móveis de geradores *diesel* no alto da serra, que passa por cima da usina – a onda jamais chegará lá.

Segundo, a questão dos depósitos de rejeitos de média e baixa atividade: façam cumprir o que já foi aqui decidido.

E, quanto à discussão do plano evacuação, entendendo que isso será uma discussão internacional, e o Brasil adotará, certamente, essas novas resoluções.

Quanto ao Senador Crivella – já tivemos oportunidade de discutir também vários outros assuntos – digo o seguinte: infelizmente, nessa área de geração de energia, todas as fontes têm algum impacto ambiental. Não tem como fugir disso. A nuclear ressurgiu pela questão do aumento da temperatura do planeta, que é um caso concreto. Eu, quando garoto, tinha medo de o mundo acabar numa guerra nuclear. Hoje, mais velho, tenho medo de o mundo acabar num grande número de catástrofes naturais.

Então, a nuclear saiu do foco da destruição para ser uma solução. Por quê? No círculo completo de vida,

ela é a segunda que menos emite gases de efeito estufa. A que menos emite é a hidrelétrica, que também emite. E a segunda que menos emite é a nuclear. A eólica e a solar, por mais difícil que seja de entender, elas têm uma contribuição grande, porque elas são limpas no seu fim mas, no seu meio, envolvem processos altamente emissores de CO2 e de gases de efeito estufa. Então, esse balanço é que fez a nuclear ressurgir, a ponto de ter 65 novas usinas. Mas isso não é definitivo porque acidentes como esse abalam, certamente, a confiança da sociedade e ela vai questionar se aquilo é ou não o que ela quer.

Acho que o Brasil tem opções suficiente durante um bom tempo, caso que não ocorre em outros países, como o a França, o próprio Japão. O Japão não tem recursos hídricos, importa carvão e vai precisar da nuclear, porque precisa da energia elétrica. Esse é um balanço que a sociedade tem que fazer. É o tal do risco consentido. O automóvel mata 25 mil pessoas por ano, mas nós andamos de carro para cima e para baixo; é o risco que nós consentimos. É evidente que há pessoas que sequer têm automóvel, sequer andam e assumem esse risco, podem ter até as consequências, mas a sociedade faz essas opções ao longo da sua história. O ideal seria que não tivéssemos nenhum desses problemas e trabalhássemos sem usar a eletricidade, não ter ar condicionado, viver uma vida diferente da que, digamos assim, nos foi posta como opção.

Então, essa é uma decisão política que envolve diversos conceitos e não acho que seja simplesmente definir essa ou aquela tecnologia em função do seu risco. É um balanço que tem que ser feito.

Mas, concordo com o senhor no sentido de que mesmo outras fontes que são, em princípio, menos impactantes no caso de um acidente, podem levar a um grande nível de destruição, dependendo dos acidentes naturais que ocorrerem. E as mudanças climáticas estão levando a isso. Não quero dizer que a questão ocorrida no Japão ... Ali já há um outro problema, a questão da estabilidade geológica, o fato de estar na ponta da placa tectônica que leva a ter uma magnitude.

Agora, é impensável um terremoto de 8.9 na Richter seguido de um *tsunami* de 10 metros de altura. Poucas instalações dentro do Japão resistiram a isso. Usinas, instalações industriais, refinarias, nós vimos nas fotos refinarias destruídas e pegando fogo. Indústrias químicas que, certamente – e não estamos falando nesse aspecto agora –, terão impactos dentro do meio ambiente.

Então, resumindo, queremos o benefício, mas, às vezes, ficamos relutantes em pagar o preço. Essa é uma decisão da sociedade brasileira; tem que ser

feita, e os senhores sendo os representantes devem discutir e aprofundar essas questões.

Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia, pelo convite.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB/GO)

– Agradeço o Professor Luiz Pinguelli, o Professor Aquilino Martinez, a presença dos Srs. Senadores, dos Srs. Assessores.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2011.

Às nove horas e quatorze minutos do dia seis de abril de dois mil e onze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Marcelo Crivella, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Pedro Taques, Lobão Filho, José Agripino e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Requerimento nº 05, de 2010 – CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que “Nos termos do art. 90, V, c/c art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no sentido de que sejam ouvidos os Presidentes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Glaucius Oliva; da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Glauco Antonio Truzzi; e, da Agência Nacional de Telecomunicações, Ronaldo Mota Sardenberg, com o propósito de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de suas respectivas pastas, para os próximos dois anos.” O requerimento é aprovado. **Item 2: Requerimento nº 06, de 2010 – CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Ângela Portela e Randolfe Rodrigues, que

requer "..., nos termos regimentais, a realização de reunião de audiência pública com o objetivo de discutir a situação do Plano Nacional de Banda Larga no País e as deficiências de atendimento na transmissão de dados via internet, com ênfase na Região Norte, bem como os subsídios, subvenções e demais políticas públicas destinadas aos fornecedores desse serviço. Nessas condições, indico, na qualidade de convidados-expositores, os seguintes nomeados: Cesar Alvarez, Secretário Executivo do Ministério das Comunicações; Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel; Luiz Eduardo Falco, Presidente da empresa Oi; Rogério Santanna dos Santos, Presidente da Telebrás." Durante a discussão, foi apresentado Requerimento n.º 07, de 2011 – CCT, de autoria do Senador Eduardo Braga (Item 2 – Extra-Pauta). O requerimento é aprovado.

Item 3: Requerimento n.º 08, de 2010 – CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Braga, que requer "Com amparo nos arts. 58, § 2º, II da Constituição Federal, e 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para debater o conteúdo e a forma de encaminhamento da proposta de um Marco Civil da Internet, em elaboração pelo Governo Federal. A título de sugestão, a audiência deverá ter como convidados representantes das seguintes entidades: Ministério da Justiça; Agência Nacional de Cinema; Agência Nacional de Telecomunicações; Concessionária de Radiodifusão de Sons e Imagens; Associação de Provedores de Serviços de Internet; Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)." Durante a discussão, foram apresentados Requerimentos n.º 09 e 10, de 2011 – CCT, de autoria dos Senadores Eduardo Braga e Aníbal Diniz, respectivamente (Item 3 e 4 – Extra-Pauta). O requerimento é aprovado. **Item 4: Requerimento n.º 11, de 2010 – CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Braga, que requer "..., com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para avaliar a gestão e a efetividade dos mecanismos de financiamento das atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. A título de sugestão, apresentarão seus pontos de vista os seguintes convidados: Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; Glauco Arbix, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); Glaucius Oliva, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)." O

requerimento é aprovado. **Item 5: Requerimento n.º 13, de 2010–CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Braga, que requer "..., com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para identificar os fatores limitantes do sistema de proteção da propriedade intelectual e da atividade inovadora no País. A título de sugestão, apresentarão seus pontos de vista os seguintes convidados: Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; Jorge de Paula Costa Ávila, Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI); Luiz Henrique do Amaral, Presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI)." O requerimento é aprovado. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 548, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Solidária de Pais e Amigos de Pessoas com Necessidades Especiais para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belém do São Francisco, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o parecer é favorável. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 17, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SNC – Sistema Norte de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marabá, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o parecer é favorável. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 58, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Vale Aprazível Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jaguaquara, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o parecer é favorável. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 178, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro Agrovila – Santa Maria da Boa Vista – PE – ASSMOBAG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria da Boa Vista, Estado de Pernambuco." A relatora designada é

a Senadora Ângela Portela e o parecer é favorável. A apreciação da matéria é adiada. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Difusora Comunitária do Sul de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Alegre, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Gim Argello e o parecer é favorável. A apreciação da matéria é adiada. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente, Cultural e Comunitária do São Gabriel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer é favorável. A apreciação da matéria é adiada. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Organização Raízes da Barra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacinto, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o parecer é favorável. A apreciação da matéria é adiada. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 684, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores e Amigos da Nascente do Rio Araguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Araguaia, Estado de Goiás.” O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o parecer é favorável. A apreciação da matéria é adiada. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Ipiranga de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipiranga de Goiás, Estado de Goiás.” O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o parecer é favorável. A apreciação da matéria é adiada. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 651, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Columbia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de

Lorena, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o parecer é favorável. A apreciação da matéria é adiada. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 664, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Difusão Cultural Rádio Real – FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piratininga, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o parecer é favorável. A apreciação da matéria é adiada. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação João Sotero – FUNDACARU para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Jardim, Estado de Pernambuco.” O relator designado é o Senador Ciro Nogueira e o parecer é favorável. A apreciação da matéria é adiada. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro Bom Jesus para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Axiá do Tocantins, Estado do Tocantins.” O relator designado é o Senador João Ribeiro e o parecer é favorável. A apreciação da matéria é adiada. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Vale do Xingu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso.” O relator designado é o Senador Pedro Taques e o parecer é favorável. A apreciação da matéria é adiada. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Montanhese Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Pedro Taques e o parecer é favorável. A apreciação da matéria é adiada. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 624, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Ambiental São Sebastião dos Campos para exe-

cutar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Amaral, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Vital do Rêgo e o parecer é favorável. A apreciação da matéria é adiada. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária da Cidade de Quixaba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixaba, Estado da Paraíba.” O relator designado é o Senador Vital do Rêgo e o parecer é favorável. A apreciação da matéria é adiada. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à H. Sul FM Radio Difusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Herval, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável. A apreciação da matéria é adiada. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 625, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão e Integração Cultural de Maribondo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maribondo, Estado de Alagoas.” O relator designado é o Senador Fernando Collor e o parecer é favorável. A apreciação da matéria é adiada. Nesse momento, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Braga, Anibal Diniz, Marcelo Crivella e Walter Pinheiro requerem a inclusão, extrapauta, de requerimentos, o que é aprovado. **Extrapauta, Item 01: Requerimento nº 04, de 2011-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que requer “..., nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT a fim de discutir denúncias sobre a utilização de empresas em nome de “laranjas” para comprar concessões de rádio e TV nas licitações públicas realizadas pelo governo federal, com os seguintes convidados: Sr. Genildo Lins de Albuquerque Neto – Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações; Representante da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; Representante do Tribunal de Contas da União – TCU; Representante do Ministério Público Federal e Venício A. de Lima – UnB.” A Presidência, após deliberação do Plenário, instituiu um grupo de trabalho, composto pelos Senhores Senadores Walter Pinheiro,

Valdir Raupp e Aloysio Nunes Ferreira para, sob a coordenação do Senador Walter Pinheiro, propor novos procedimentos para as concessões de rádio e televisão. O requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 02: Requerimento nº 07, de 2010-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “Em aditamento ao Requerimento nº 06, de 2011-CCT, de autoria dos Senadores Ângela Portela e Raulo Rodrigues, para realização de audiência pública sobre o tema “A situação do Plano Nacional de Banda Larga em todo o Brasil e particularmente na Região Norte”, requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja incluído, como convidado para a mesa de debates, o Deputado Marco Antônio Chico Preto – Presidente da Comissão de Gestão e Serviços Públicos (CGESP) da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM).” O requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 03: Requerimento nº 09, de 2011-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “..., nos termos regimentais, requeiro o aditamento ao Requerimento nº 08/2011-CCT a fim de convidar um representante da Associação Nacional de Jornais – ANJ e um representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT para participar da audiência pública com o objetivo de debater o conteúdo e a forma de encaminhamento da proposta de um Marco Civil da Internet em elaboração pelo Governo Federal.” O requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 04: Requerimento nº 10, de 2011-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que requer “..., nos termos regimentais, requeiro aditamento ao requerimento nº 08/2011 – CCT, no sentido de que seja também convidado o Professor Marco Bonito – Universidade UNISUL.” O requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 05: Requerimento nº 12, de 2011-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “..., nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para tratar de assunto de interesse público relevante, concernente à opção tecnológica para implantação do Trem de Alta Velocidade – TAV, entre as cidades de Campinas – SP e Rio de Janeiro – RJ”. O requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 06: Requerimento nº 14, de 2011-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Demóstenes Torres e Walter Pinheiro, que requerem “..., nos termos regimentais, seja realizada audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

– CDH e com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, no sentido de que sejam ouvidos o Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage Sobrinho; o Diretor Executivo da ONG – Transparência Brasil, Claudio Weber Abramo; o Embaixador Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação do MRE, Hélio Vitor Ramos Filho; e o Coordenador do Setor de Comunicação e Informação da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Educação – UNESCO, Guilherme Canela Godoi, com o objetivo de discutir o PLC n.º 41, de 2010, que versa sobre a Lei Geral de Acesso à Informação.” O requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 07: Requerimento nº 15, de 2011-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Braga, que requer “..., nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública conjunta a ser realizada pelas Comissões de: Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; Constituição, Justiça e Cidadania; Assuntos Econômicos; Educação, Cultura e Esporte e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para debater o Projeto de Lei da Câmara n. 116, de 2010 que “Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências”, tendo como convidados o Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, o Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, o Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA, o Presidente da Associação Brasileira de TV Por Assinatura – ABTA, o Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL, o Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV e o Presidente da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA.” O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e trinta e um minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco / PMDB – AM) – Havendo número regimental, e sob a proteção Divina, declaro aberta a 6ª reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação de Informática do Senado Federal.

Na 1ª sessão legislativa ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza hoje, 6 de abril de 2011, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Dispensada a leitura da Ata, será publicado no *Diário do Senado Federal*.

Dando prosseguimento à reunião, passamos ao item 1 da pauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco / PMDB – AM) – Pela ordem, concedo a palavra ao ilustre Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fui encarregado pela Presidência desta Comissão de apresentar a este Colegiado pareceres dos itens 15 e 16 da pauta, que trata de renovação de concessões.

Queria compartilhar com os membros desta Comissão um sentimento que me tomou, e que me leva a tomar pessoalmente uma decisão – aliás, já comuniquei ontem ao Presidente Eduardo Braga –, daí eu querer comunicar à Comissão.

Sr. Presidente, eu não pretendo mais relatar matérias dessa natureza, por enquanto, por uma razão: o jornal *Folha de S.Paulo*, publicou, na semana passada, uma reportagem estarrecedora, que nos leva a refletir muito sobre o papel do Senado na homologação de processos de concessão e renovação da concessão de emissoras de radiodifusão. A *Folha de S.Paulo* constatou um número alarmante de concessões que foram outorgadas a laranjas – pessoas que emprestam o seu nome para os reais proprietários. Publicou também a existência de *sites*, que fazem uma espécie de corretagem de concessões ao arrepio da lei. Provavelmente isso já vem acontecendo há bastante tempo – não quero colocar isso na conta do atual Governo. Eu mesmo fui membro da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara e relatei vários processos dessa natureza. E os relatei com a maior tranquilidade. Acontece que, diante dessa revelação, eu, como membro desta Comissão, pus a pulga atrás da orelha, fiquei com a pulga atrás da orelha e não me sinto mais na condição de relator. Por quê? Por que o próprio Governo, na pessoa do Secretário do Serviço

de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, Sr. Genildo Lins de Albuquerque Neto, diz que não tem meios de identificar – cito a reportagem da *Folha* – se os nomes que aparecem nos contratos sociais das empresas são laranjas ou de proprietários de fato, e que essa é uma tarefa para a Polícia Federal e para o Ministério público.

Então, o Governo não pode se certificar da autenticidade dos atos e, de alguma maneira, lava as mãos, coisa que é do Ministério Público ou da Polícia Federal e remete para o Congresso. O Congresso, evidentemente, não tem como verificar a autenticidade dos documentos. Ele se baseia, se louva no exame que deveria ter sido feito pelos órgãos competentes. Afinal de contas existe o princípio da presunção da legalidade nos atos administrativos. Os processos são encaminhados ao Congresso. Aqui, no Senado, temos um corpo de Assessores, de cerca de 150 a 200 –, não sei quantos estão hoje efetivamente, exercendo as suas funções na Consultoria do Senado, que, evidentemente, também não podem fazer o trabalho que deveria ser feito pelo Ministério da Comunicações. E aí os processos vêm para a Comissão de Ciência e Tecnologia, são distribuídos ao relator, que também não pode verificar e apõe a sua assinatura, o relator, a um estudo preparado pela assessoria com base na pressuposição de que o Ministério estaria fazendo o seu serviço. Aí nós corremos o risco de termos a nossa assinatura referendando um processo fraudulento. E, além da nossa assinatura, o carimbo do Senado Federal, o carimbo do Congresso Nacional. E o Ministério alega que não pode fazer. Ora, um Ministério que deve ter não sei quantos, centenas, talvez milhares de funcionários não pode fazer o que um único repórter da *Folha de S. Paulo* fez. De modo que eu pessoalmente não me sinto mais em condições de relatar processos dessa natureza.

Não quero, claro, colocar sob suspeição a quantidade de todos os processos que tramitam aqui na nossa Casa. Mas basta que haja a declaração para mim, do Ministério, de que não tem condições de verificar a autenticidade dos atos, remete a questão à Polícia Federal. Ora, eu não sou Polícia Federal, não sou Ministério Público. O Senado não é feito para isso. Creio que o Senado, na minha opinião, deveríamos suspender o exame dessas proposições enquanto não fossem tomadas providências para que o exame da documentação tenha o mínimo de confiabilidade. Nós não podemos suprir com o prestígio, a tradição, o peso político do Senado a inoperância de um órgão que não faz o trabalho, não faz o dever de casa.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu apresentei a esta Comissão de Ciência e Tecnologia um

requerimento de audiência com algumas autoridades, para que discutíssemos essas denúncias e dessa discussão surgissem propostas de aperfeiçoamento dos métodos, de tal forma que pudéssemos ter segurança da legitimidade dos processos que estamos examinando. Esse requerimento é no sentido de trazer perante esta Comissão o Sr. Genildo Lins de Albuquerque Neto, um representante da Anatel, o representante do TCU e o representante do Ministério Público Federal.

Pessoalmente, Sr. Presidente, estou devolvendo todos os processo que fui incumbido de relatar. Insisto que a Comissão delibere sobre esse requerimento. Se considerar que ele tem procedência, façamos essa audiência pública, que tem como objetivo aperfeiçoarmos os métodos dos nossos trabalhos.

Não vejam nisso os nobres colegas da Situação um propósito de polêmica política. É uma questão, no meu entender, institucional da mais alta relevância e que deveria ser tratada com espírito desarmado entre nós, para aperfeiçoarmos algo que, visivelmente, está fazendo água. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Senador Aloysio Nunes, não sei os demais companheiros, mas eu de pronto faço a inversão, coloco o seu requerimento como item 1 da pauta de hoje. Estamos, então, discutindo o seu requerimento, está bem?

A partir deste momento, também acho que a sua proposição é bastante válida. Temos que trabalhar com essa transparência colocada.

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senador Gim Argello, quero dizer que a proposição feita pelo Senador Aloysio Nunes é muito importante. Eu até acrescentaria, como já tinha feito, Senador Aloysio, até em uma provocação pública ao Ministro Paulo Bernardo, a questão por parte desta Comissão de um procedimento que adotamos na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, na época, que foi a Subcomissão de Radiodifusão, em que fizemos, a partir daquele debate, toda uma construção, eu diria até de orientações e passos, para que o Ministério e a Anatel pudessem agir no que diz respeito às informações passadas à Comissão de Ciência e Tecnologia, que todo processo de pedido de renovação ou até de outorga de radiodifusão viesse acompanhado de parecer desse processo. Porque, mesmo levando em consideração a quantidade de consultores, as informações aqui ajustadas a cada relatório desses por parte daqueles que nos assessoram, tanto aqui quanto na Câmara dos Deputados, são informações em que, na realidade, são feitas consultas através do próprio sistema. Não necessariamente... Então, se não constam no sistema, não há como nós acompanharmos.

Por outro lado, a partir da matéria feita pela jornalista Elvira Lobato, se não me falha a memória, no domingo retrasado, a matéria da *Folha*, o próprio Ministro respondeu, em um passo seguinte, diferentemente do que disse o Secretário da Pasta, que o Ministério abriria, a partir dali, um processo de aplicação da lei. Então, eu acho que até a nossa Subcomissão não precisa inventar nada. Nós precisamos exatamente pedir à Anatel que cumpra a parte dela, que diz respeito...

A nossa Subcomissão não precisaria criar nenhuma legislação. Mesmo porque eu acho que o trabalho feito é muito mais até... A proposta da Subcomissão, para depurarmos e vermos quais são os procedimentos a serem adotados, eu acho que é importante essa audiência pública, é fundamental, mas o próprio Ministro reconheceu publicamente que dá sim, Senador Aloysio, para punir isso. E inclusive cassar as concessões quando verificada e constatada essa prática do uso de laranjas e dos contratos de gaveta. Não sei se V. Ex^a...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permita, Senador.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Acho importante punir, mas acho que também é muito importante prevenir.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Lógico. Por isso que eu acho que é importante...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ...bem instruídos aqui na Comissão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Isso. Isso. Nós adotarmos... Por isso que estou propondo a subcomissão, que é para adotarmos métodos e procedimentos. Ou seja, para vir ao Congresso, seja para outorga nova ou renovação, deveria vir acompanhado desse parecer por parte da Anatel e do Ministério das Comunicações, o que consubstanciaria o nosso voto. Eu tive... Se V. Ex^a pegar o histórico, eu passei, em meus quatro mandatos, pela Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, em que eu me negava inclusive a votar nos processos... Votar sequer. Eu inclusive fazia questão de votar contra. Lá, nós votávamos em globo, V. Ex^a se lembra disso. Eu inclusive pedia separado. Às vezes eu dizia: na dúvida, não ultrapasse. Era essa a expressão que eu usava. O senhor pode ver lá nos registros da Comissão de Ciência e Tecnologia. Eu literalmente votei contra...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu me lembro perfeitamente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – ...todos os processos, assim como... E achei estranho uma coisa – e inclusive aqui tem um parecer meu – que até

adotávamos na Comissão de Ciência e Tecnologia de lá e daqui. Quando recebi os dois processos para relatar, perguntei: e aqui no Senado, vou relatar renovação e concessão de emissoras em meu Estado? Porque isso possibilita uma outra coisa: quer queira, quer não, nós estamos tratando de um terreno das questões muito corretas, um relator pode segurar um processo ou acelerar um processo. Principalmente quando isso tem a ver com a sua base. Então, era essa outra indicação que eu gostaria de fazer aqui para a Comissão. O ideal seria que, do seu Estado, um Senador não relatasse matéria dessa ordem. Eu acho que é importante isso. Até para manter o processo de impessoalidade em uma relatoria de algo que tem a ver com concessão pública. Nós fizemos isso ao longo dos anos na Comissão de Ciência e Tecnologia. E até fiquei surpreso porque, na semana passada, quebraram essa regra lá. Então, eu proporia que introduzíssemos isso aqui. Porque basta o Senador dizer: “O cara da rádio lá é meu adversário, eu seguro”. O cara pode até estar extremamente correto. Eu, por exemplo, não adoto esse tipo de atitude.

Se, vier, meu amigo vai; se estiver correto, ele pode ser meu arquiinimigo, não dá para fazer isso. Então, acho que era importante adotarmos essa prática aqui. Acho que é salutar, não há nenhum problema.

Concordo plenamente. Até proporia que pegássemos os processos que foram distribuídos e aí – até fazendo um adendo à proposta do Senador Aloysio Nunes – suspendêssemos a aprovação desses processos, fizéssemos audiência pública com vistas a ajustar com o Ministério... Nessa audiência pública, não vi a participação, Senador Aloysio, de alguém da Anatel.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Se me permite, Senador, eu gostaria de aditar o meu requerimento um convite ao Professor Venício de Lima.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Da UnB, que fez conosco o trabalho do mapeamento das propriedades de rádio e TV no Brasil.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Exatamente. E que é autor sobre direito de regulação das comunicações.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Isso. Muito boa lembrança.

Então, é isso. Acho que poderíamos... Só para encerrar, proporia que fizéssemos dessa forma, aprovássemos o requerimento.

Estou fazendo aqui oralmente, mas gostaria, até para dar consequência à proposta que o Senador Aloysio fez, da audiência pública, que criássemos a subcomissão. Portanto, com o prazo definido, para, a partir dessa audiência pública, debruçarmos sobre

quais propostas o Senado deve apontar, para exatamente lidar com essa questão, no que diz respeito ao cumprimento da lei, à adoção de envio de mensagem para cá, a qual deve ser o nosso procedimento na apreciação dessas matérias, a quem pode relatar e de que forma, ao prazo que trabalhamos em relação a isso e à verificação.

Só para dar um exemplo bem claro, Senador Aloysio, lembro-me de que, no processo envolvendo o Banco Panamericano e o SBT, ouvi, certa feita, a declaração do Sílvio Santos, em que ele dizia assim: “Os credores podem ficar tranquilos, porque no limite tenho o SBT e, portanto, o SBT vale muito”. Até fui a público e disse: o Sílvio Santos pode vender o estúdio, o equipamento, mas a concessão é pública; ele tem de devolver”. Só que ele estava falando de algo que efetivamente todo mundo pratica, o que ficou agora mais do que evidenciado. Não se transfere, meu caro Presidente Eduardo Braga, mas vai para a gaveta o contrato. Então, isso vale para rádio, TV. Fica esta história de o sujeito ir negociando uma concessão, e, obviamente, isso gera outro problema, além de uma coisa, Senador Aloysio, muito importante, que o Ministro Paulo Bernardo, depois dessa matéria, informou publicamente: que muita gente disputa o leilão, dá um valor altíssimo, sabe que não pode pagar, para exatamente comercializar. Ou seja, um terceiro pagaria um valor acima do valor que ele apresentou no leilão, e, com a diferença desse valor, ele paga o que deve ao Ministério e faz desse processo de participação de radiodifusão uma forma de enriquecer, fazendo, portanto, um verdadeiro malabarismo nesse processo.

Então, acho corretíssima a posição de V. Ex^a. A Comissão poderia caminhar nesta direção de aprovar o requerimento, sustar a apreciação, fazer imediatamente essa... Até para adotarmos procedimentos para salvaguardar o nome de cada um e, principalmente, concordo plenamente, Aloysio, o nome da instituição.

Aí faríamos, a partir dessa relação com o Ministério, até um arrazoado, enxuto, mas consistente, sobre quais procedimentos deveriam adotar o Ministério e a Anatel, para que aqui fizéssemos a nossa parte prevista pela Constituição, que é garantir a aprovação dessas renovações ou concessões de radiodifusão no Brasil.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Senador Walter Pinheiro, há mais dois inscritos para continuar esse debate sobre a reversão do item.

Há uma inversão do item, Sr. Presidente, a pedido do Senador Aloysio Nunes. S. Ex^a pediu para o requerimento dele ser o item 1 da pauta, tendo em vista que é um assunto grave que ele levantou, sobre uma

matéria publicada na *Folha de S. Paulo*, no domingo atrasado. O primeiro inscrito foi o Senador que o senhor ainda teve a oportunidade de pegar a brilhante exposição, Senador Walter Pinheiro; em seguida está inscrito o Senador Valdir Raupp e, depois, o Senador Cyro Miranda.

Passo agora a presidência ao nosso Presidente, nobre Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao nosso Senador Gim Argello.

Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp para as suas considerações.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, Senador Gim Argello, que presidiu até o momento, Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito que o requerimento do Senador Aloysio é pertinente, muito importante, devemos apoiar, já estava na hora de a gente se preocupar um pouco mais com essa questão. Por outro lado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o problema não está tanto aqui na Comissão do Senado, de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, nem tanto na Comissão da Câmara. Acho que é mais uma questão de fiscalização, dos órgãos de fiscalização do Ministério das Comunicações – isso caberia à Anatel – porque não há essa fiscalização. No passado, as concessões de rádio e televisão eram distribuídas até em troca de favores políticos, de apadrinhados. Isso em um passado não muito distante. Depois foi aperfeiçoado e hoje é um processo licitatório, aberto, demorado, no qual todas as empresas interessadas podem se habilitar e participar.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Todas as pessoas físicas.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Todas as pessoas físicas. Exato.

Todas as pessoas físicas podem se habilitar e participar de um processo licitatório, o que já melhorou bastante do que era no passado. Falo das rádios e tevês comerciais. As comunitárias não são diferentes. Várias associações entram também para se habilitar no Ministério e aí é feita uma consulta pública através das propostas feitas para as associações. Depois que passa, depois que o Ministério encaminha para o Congresso, que vai para a Casa Civil, é que entra, de repente, essa outra área de desvio. O problema não está assim tão arcaico, tão frouxo. A situação está mais na área de fiscalização. Mas é importante a audiência pública para ouvir essas pessoas e ver que caminho a gente pode dar para isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito bom dia, Sr. Presidente Eduardo Braga, Sr. Vice-Presidente Gim Argello, quero concordar em gênero e número com os meus colegas e também acrescentar que estamos encima apenas de documentos, análise feita por documentos.

O Senador Aloysio Nunes tem toda razão, inclusive quando fala do desconforto que temos de ter que relatar esses pedidos, essas outorgas dos nossos Estados. Acho que isso devia ter uma troca, para que a gente não tenha nenhum tipo de envolvimento nem sofra nenhum tipo de pressão.

Tenho também que salientar que, quanto à fiscalização, ela é extremamente falha. A Anatel deixa a coisa correr, assim, muito frouxa, inclusive em relação às funções que têm as rádios comunitárias. Na maioria das vezes, elas são usadas até como motivo político.

Então, acho que é de muito bom tom e propício, neste momento, que a gente suspenda e realmente faça essa audiência, para que a gente normatize e possa dar andamento com segurança, porque estamos chancelando uma outorga que não temos a menor condição de auferir.

Concordo plenamente com o meu colega, Senador Walter Pinheiro, quando coloca todas as questões que realmente fragilizam a nossa posição: quanto à fiscalização, quanto ao documento que aqui está, sobretudo, também, que não venha para a gente, o nosso Estado – seja feito um rodízio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao nosso Senador Cyro Miranda e submeto a votos o requerimento do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Aqueles que estiverem de acordo com o requerimento queiram permanecer sentados.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, infelizmente cheguei agora e peguei a discussão um pouco avançada e, pelo que percebo, parece que há denúncia de algumas pessoas que seriam “laranjas” nessa questão das rádios comunitárias.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Todas elas.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – As comerciais.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – É isso? As comerciais também.

Bom, eu acho que é importante apurar tudo o que for possível apurar. Onde há denúncia deve ser

apurado, mas que façamos isso rápido, Sr. Presidente, porque as pessoas corretas não têm culpa disso. Esse é o problema. Então, se precisamos apurar, vamos fazer isso de forma bem célere, para não prejudicar as pessoas que estão trabalhando de forma correta.

Era isso o que eu queria colocar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador João Ribeiro e coloco em votação o requerimento do Sr. Aloysio Nunes Ferreira.

Aqueles que estiverem de acordo com o requerimento queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com relação ao segundo item proposto pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, eu gostaria de ponderar aos Srs. Senadores que a criação de uma subcomissão...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Se V. Ex^a me permite, eu falei em subcomissão até muito na organização, mas a ideia com isso, eu até tinha falado aqui com o Senador Aloysio, seria de criar, na realidade, um grupo com três Senadores que ficariam responsáveis pela elaboração de uma proposta. Apresentaria isso à Comissão num curto espaço de tempo, para a gente analisar esse procedimento, trazer à Comissão e fazer, depois, uma apreciação na própria Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Ah, uma apreciação...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Seria bem melhor isso, mais ágil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Uma metodologia interna. Então, gostaria de colocar à apreciação a formação de uma comissão composta pelos Senadores Walter Pinheiro, Aloysio Nunes Ferreira e Valdir Raupp, coordenados pelo Senador Walter Pinheiro.

Seria uma comissão para apresentar à Comissão um procedimento de trabalho, e vamos também estabelecer um prazo para que esta comissão apresente... Então, vamos acatar a sugestão do Senador Walter Pinheiro, para que, no prazo de 15 dias, esse grupo de trabalho possa apresentar uma proposição a esta Comissão no que diz respeito à questão de outorgas e aprovações de outorgas junto a esta Comissão.

Aqueles que estiverem de acordo com o requerimento queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Próximo item da pauta.

Item nº 1 da pauta.

Nos termos do art. 90, V, c/c art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a reali-

zação de Audiência Pública, no sentido de que sejam ouvidos os Presidentes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Glauco Oliva; da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Glauco Antonio Truzzi; e, da Agência Nacional de Telecomunicações, Ronaldo Mota Sardenberg, com o propósito de apresentar as iretrizes e os programas prioritários de suas respectivas pastas, para os próximos dois anos. Autoria: Senador Walter Pinheiro

Em discussão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Esperávamos ter oportunidade nesta Comissão de, em fazendo já a apresentação do que seriam as linhas gerais de cada órgão desse, discutir com eles vários dos problemas existentes nessas áreas. Sei que às vezes há dificuldades do ponto de vista de horário, agenda, há também um volume excessivo de temas para uma única audiência pública, mas creio que não teríamos tempo suficiente para um processo, digamos, de separação de auscultas do que cada setor desse, do que cada entidade dessa pratica. Então, a ideia seria juntar e permitir que cada um fizesse uma rápida exposição e que nós, além de aprofundarmos com cada um deles as nossas relações, estabelecêssemos os passos seguintes.

Agora mesmo nós acabamos de discutir um dos problemas que envolvem a Anatel no que diz respeito à fiscalização. Para que os meus nobres pares tenham uma ideia, só na área de fiscalização, meu caro Raupp, no caso do Fistel, este ano nós vamos ter um arrecadação superior a R\$ 2 bilhões. Se você imaginar duzentos milhões de celulares, mais as próprias emissoras e tal, estamos falando em algo superior a R\$ 2 bilhões de arrecadação. Então, o Fistel vai arrecadar uma soma razoável. Sendo assim, meu caro Eduardo Braga, o debate com essas entidades é por conta até de nós interferirmos no processo orçamentário, inclusive na utilização desses recursos, e cobrarmos dessas entidades um certo nível de ajuste de trabalho conosco.

Diversas vezes V. Ex^a esteve aqui no Parlamento não como membro, mas como Governador e, por diversas vezes, pleiteou junto aos parlamentares todos um nível de apoio a essas entidades para o desenvolvimento lá na região, no Estado do Amazonas e em toda a região amazônica. Então, é fundamental que tenhamos, no estabelecimento dessa relação, o nível de desempenho de cada atividade dessa, mas

não só no final do ano, quando CNPQ e Finep aqui desembarcam atrás de emendas orçamentárias ou de reforço. Aliás, isto foi uma das coisas que eu dizia ontem à Ministra do Planejamento: quem mais pede para nós aumentarmos – Senador Valdir Raupp, V. Ex^a, que teve a experiência de relator e, portanto, foi militante no Orçamento, sabe –, quem mais mobiliza a Comissão de Orçamento para aumentar a expectativa de receita são os ministérios. Depois que fazem o debate interno lá no Governo, Aníbal, ficam meio que achando que perderam algum dos projetos e, aí, vêm, em grau de recurso, buscar os parlamentares para, nas emendas principalmente de comissões, ter aumentada a verba para cada ministério, para os programas.

Portanto, se nós servimos para isso, por que não servimos também para interferir no desempenho, para cobrar da Anatel maior rigor nessa questão da fiscalização das rádios? Podemos fazer isso. O Senador Valdir Raupp falava aqui das rádios comunitárias. Estamos tendo problemas sérios nessa área das rádios comunitárias, sérios, porque muita gente que perde o leilão da rádio comercial termina também fazendo um laranjal nas associações comunitárias e, aí, cria associações comunitárias como “associação comunitária do meu pai”, “associação comunitária de minha mãe”. Lembro que, na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, Senador Eduardo Braga, teve oportunidade de pegar uma associação comunitária cujos dirigentes eram dirigentes de associações comunitárias em Pernambuco e em Alagoas. Quer dizer, estavam fazendo rede nacional de associações comunitárias. Então, é o caso de se discutir com a Anatel. Quero saber de que forma a Anatel vai se relacionar conosco, de que forma a Anatel pode continuar alimentando as informações aqui durante o desenvolvimento do seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu gostaria de aditar ao que disse o Senador Walter Pinheiro, dizendo que o PRS nº 05, Projeto de Resolução do Senado que trata da questão das comunicações e da Anatel, já está desarquivado, já está na CCJ para ser relatado e, caso seja aprovado, a Anatel passará a ser da competência desta Comissão, o que nos dará, na Comissão de Ciência e Tecnologia, a competência para não apenas discutirmos, debatermos, prestarmos atenção e cobrarmos da Anatel as respostas colocadas ainda há pouco pelo Senador Walter Pinheiro, mas também a possibilidade de exercermos efetivamente um papel de formulador da política pública que a Anatel deveria exercer como gestor.

Ainda há pouco, na aprovação do requerimento do Senador Aloysio Nunes Ferreira, foi colocada uma questão que é muito comum, lamentavelmente, nas li-

citações. As pessoas entram na licitação, apresentam valores a serem pagos para o sistema de comunicação, valores estes que não são correspondentes com o capital social das empresas, já que não há nenhuma exigência de comprovação de capacidade financeira para com aquilo que eles propõem pagar, e aí, ganhando a licitação, isso vira um segundo movimento, alheio ao Poder Público, de “venda” de uma concessão que ainda não está homologada, que ainda não está resolvida, para que ele possa, ao ganhar o adicional, vir a realizar o pagamento do Poder Público.

Quer dizer, essas distorções, efetivamente, precisam e devem ser corrigidas. Creio que este grupo de trabalho e essas ações que a Comissão de Ciência e Tecnologia vem adotando no sentido de robustecê-la, no sentido de dar a ela os instrumentos para que possa formular políticas e cobrar e fiscalizar resultados a partir da Anatel serão, sem dúvida nenhuma, um avanço para a política de ciência, tecnologia, inovação e informática do Governo brasileiro.

Ainda em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco em votação.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estejam de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento de autoria da Senadora Angela Portela e do Senador Randolfe Rodrigues
Item 2:

Requeiro a V. Ex.^a, nos termos regimentais, a realização de reunião de audiência pública com o objetivo de discutir a situação do Plano Nacional de Banda Larga no País e as deficiências de atendimento na transmissão de dados via Internet, com ênfase na Região Norte, bem como os subsídios, subvenções e demais políticas públicas destinadas aos fornecedores desse serviço. Nessas condições, indico, na qualidade de convidados-expositores, os seguintes nomeados: Cesar Alvarez, Secretário Executivo do Ministério das Comunicações; Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel; Luiz Eduardo Falco, Presidente da empresa Oi; Rogério Santana dos Santos, Presidente da Telebrás.

Em discussão. (Pausa.)

Com a palavra a Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente Eduardo Braga, queria dizer ao companheiro Walter Pinheiro que, realmente, é o grupo do Norte que está tentando amenizar os problemas de banda larga, principalmente nos Estados da Região Norte.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Porque lá está uma banda larga.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – A banda passou por lá; a banda realmente está complicada. Então, eu gostaria...

O SR. MARCELO CRIVELLA (PRB – RJ) – Pior é no Rio, que tem a banda podre, Senadora.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Nós temos banda podre lá também. Mas a ideia é buscar esclarecimentos com o Governo, com o Ministério das Comunicações, com a agência reguladora, com a empresa Oi, que atua na Região Norte do País. E gostaria de tomar como exemplo Roraima, que nós temos lá toda uma infraestrutura do cabo de fibra ótica que vem da linha de Guri. A empresa recebeu subsídios públicos, recursos públicos para realizar a construção do cabeamento ótico, de fibra ótica de Roraima até o Amazonas, e a gente espera que o Ministério das Comunicações, a Anatel, faça cobranças à empresa, para que ela possa, efetivamente, cumprir a contrapartida no contrato, que é oferecer Internet banda larga nas escolas públicas e aumentar o número de domicílios beneficiados.

Para se ter uma ideia, amigo Senador Walter Pinheiro, em Roraima, no Município de Boa Vista, temos mais de 70 mil domicílios; e apenas 3.600 domicílios foram contemplados, foram beneficiados. Nos demais Municípios do interior, embora passe pelo cabeamento ótico, que vai até o Amazonas, nenhum Município foi contemplado. Nenhum.

Então, a gente queria que o Governo brasileiro, apesar de o Ministro das Comunicações, que esteve aqui, na nossa Comissão, e explanou muito bem sobre as dificuldades do Plano Nacional de Banda Larga, e a gente sabe que o Ministro Paulo Bernardo tem disposição de resolver os entraves e as dificuldades. Sabemos também que o Governo está executando dois planos para melhorar, para baratear e ampliar o serviço de Internet no País, que é muito, geograficamente, desigual e injusto – e, aqui, eu queria destacar a Região Norte.

Então, mesmo assim, a gente quer a realização dessa audiência pública, para tentar sanar essas dificuldades no Brasil inteiro e no Norte.

Eu queria dizer que as dificuldades não se concentram só no Norte, não, embora a gente queira discutir especificamente no Norte, porque a situação lá é mais grave. Mas a gente queria destacar aqui, para fortalecer a justificativa dessa audiência pública, que, ontem, no jornal *O Estado de S. Paulo*, foi publicada matéria em que a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro publicou e, inclusive, levou essa pesquisa para o Ministro Paulo Bernardo, que já tem conhecimento dela, que mostrou as características do sistema brasileiro de Internet banda larga. É cara,

lenta, com cobertura geográfica desigual e deficiente, com meta de expansão muito tímida em comparação com a situação de outros países, inclusive da região da América Latina, da América do Sul.

Então, acho que é um tema que é de muita importância para nossa Comissão de Ciência e Tecnologia estar discutindo.

Hoje em dia, não se pode mais... A ausência de Internet significa desconectar-se do mundo. Isso é uma opinião. É uma realidade.

Então, eu gostaria de pedir o apoio dos companheiros Senadores para que a gente pudesse aprovar a realização dessa audiência pública, para discutirmos, aqui, a Internet banda larga no Brasil, na Região Norte.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço à Senadora Angela Portela.

Para discussão, eu gostaria, em aditamento ao requerimento da nobre Senadora, dizer que recebemos aqui requerimento, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, solicitando, em aditamento ao requerimento de V. Ex^a e do Senador Randolfe Rodrigues, para que, na realização de audiência pública sobre o tema “a situação do Plano Nacional de Banda Larga em todo o Brasil e, particularmente, na Região Norte”...

Requeiro, nos termos regimentais do Regimento Interno do Senado, que seja incluído, como convidado para a mesa dos debates, o Deputado Marco Antônio Chico Preto, Presidente da Comissão de Gestão e Serviços Públicos da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Portanto, colocaremos em votação o requerimento da nobre Senadora com o requerimento “em aditamento” ao requerimento.

Aqueles que estão de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item nº 3.

Requerimento de autoria do Senador Eduardo Braga, com amparo nos arts. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal; 90, inciso II; e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para debater o conteúdo e a forma de encaminhamento da proposta do marco civil da Internet em elaboração pelo Governo Federal. A título de sugestão, a audiência deverá ter como convidados representantes das seguintes entidades: Ministério da Justiça, Agência Nacional de Cinema, Agência Nacional de Telecomunicações, Concessionárias de Radiodifusão de Som e Imagens,

Associações de Produtores de Serviços de Internet e Comitê Gestor de Internet no Brasil.

Creio que o requerimento é autoexplicativo.

Em discussão. *(Pausa.)*

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas uma informação. O que é o marco civil da Internet?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Bem, a informação que temos é que nesse momento, o Governo Federal está elaborando, com o intuito de encaminhar a esta Casa, um novo marco regulatório que trata das questões... Um momento, por favor... Realização de audiência no âmbito da Comissão de Tecnologia para debater o conteúdo e a forma do encaminhamento da proposta do marco civil da Internet, que diz o seguinte:

Em elaboração desde 2009, sob a coordenação do Ministério da Justiça, o projeto de um marco civil para a Internet deverá propor a regulamentação de temas de elevado interesse pela sociedade brasileira, associados ao uso de serviços da capacidade de disseminação de informação, pela Internet. Entretanto, não se tem notícias recentes do andamento desse processo, nem do conteúdo, nem das medidas que o Governo Federal pensa em propor para regular o uso da nova mídia. É dever do Congresso Nacional, e em especial desta Comissão do Senado, organizar e liderar esse importante debate, aproveitando o início de uma nova Legislatura, para que, ao final do processo legislativo, tenhamos um instrumento normativo moderno e compatível com os princípios constitucionais que regem as relações sociais em nosso País. Portanto, o nosso objetivo é que possamos estar informados, abrir este debate, abrir essas questões até para que amanhã não tenhamos uma discussão sobre uma proposta que cerceie a liberdade de expressão, que cerceie o conteúdo, com relação a esse poderoso mecanismo de comunicação aqui debatido.

Há inclusive uma solicitação de aditamento a este requerimento, para serem convidados, os representantes da Associação Nacional de Jornais – ANJ –, e um representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert –, para participarem da audiência pública, com o objetivo de debater o conteúdo e a forma de encaminhamento da proposta de um marco civil da Internet, em elaboração, do Governo Federal.

Em discussão. *(Pausa.)*

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pois não. Senador Aníbal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Considerando que essa proposição volta-se, fundamentalmente, para a parte de conteúdo, não só do ponto de vista da infraestrutura tecnológica, mas fundamentalmente de conteúdo, queria sugerir, se possível, que a gente pudesse acrescentar um convite a um especialista em formulação de conteúdo e estudo científico de conteúdo de Internet. Nesse sentido, atua no Rio Grande do Sul, o Professor Marco Bonito, que desenvolveu uma teoria a respeito dessas novas tecnologias, e está estudando sobre a sociedade dos “informívoros”, as pessoas que sobrevivem da informação. Eu gostaria de propor, em aditamento a esta proposição, que a gente pudesse convidá-lo também para fazer parte desse debate, o Professor Marco Bonito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Colocamos, portanto, em votação o requerimento com o primeiro adendo, que inclui a ANJ e a Abert. E agora, por sugestão do Senador Anibal, a inclusão do professor Marco Bonito.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O cara, além de ser um marco, ainda é bonito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – É quase que impossível.

Aqueles que estejam de acordo fiquem como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento de autoria do Senador Eduardo Braga, que requer, com o amparo do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do Regimento interno do Senado, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação e Comunicação, para avaliar a gestão e a efetividade dos mecanismos de financiamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. A título de sugestão, apresentarão seus pontos de vista os seguintes convidados: Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; Glauco Arbix, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); Glaucius Oliva, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Eu gostaria de fazer aqui uma explicação aos companheiros Senadores. Neste momento o Brasil discute dois pontos bastante importantes com relação aos recursos públicos: de um lado, cortes no orçamento; de outro lado, a discussão dos novos recursos provenientes da área de pré-sal, principalmente com *royalty*, recursos esses que não podem simplesmente estar para enriquecer aqueles que são mais ricos. Que o País possa efetivamente se utilizar desses recursos para fomentar políticas que preparem o Brasil de amanhã, como, por exemplo, ciência e tecnologia; discutir de que forma podemos criar novos grupos se-

toriais para o financiamento de ciência e tecnologia, de que forma podemos fazer avanços sobre áreas ainda não pesquisadas no Brasil, até para que nós possamos ter uma sinalização de como se vai concluir a cadeia de domínio de produção, por exemplo, em energia nuclear.

Por todas essas razões, entendo que seria oportuno um debate desta Comissão, tendo em vista que muito em breve o Senado da República estará discutindo novamente a questão dos *royalties* da região do pré-sal, estará discutindo novamente novos compartilhamentos de receita, e a ciência e a tecnologia e inovação não podem estar alheios a esta questão.

Em recente publicação de uma revista inglesa chamada *Royal Society*, saiu o *ranking* dos investimentos mundiais em ciência e tecnologia. Senador Aloysio Nunes, o Brasil já ganha percepção internacional pelos avanços que vem alcançando em pesquisa e desenvolvimento. Mas é notório que países que estão na mesma situação de países emergentes como o nosso estabelecem um ritmo e um volume de recursos muito acelerados em relação a pesquisa e desenvolvimento. Podemos citar inclusive o caso da copaíba. Nós temos artigos científicos publicados, nós temos o conhecimento tecnológico sobre o princípio ativo da copaíba, mas não temos uma patente sequer realizada com copaíba. De todas as patentes que foram produzidas no mundo sobre copaíba, Senador Valdir Raupp, nenhuma delas é de brasileiro, nenhuma delas é brasileira.

Portanto, é preciso que o Brasil esteja atento. O Brasil está inserido no novo contexto da economia mundial, mas o Brasil precisa ter um plano cada vez mais ousado, cada vez mais dinâmico de financiamento de pesquisa e desenvolvimento e de inovação tecnológica. O Brasil precisa ter cada vez mais claro qual é a sua política, para que possamos transformar essa pesquisa, esse desenvolvimento, essa inovação tecnológica em patentes que possam dar resultado numa nova fronteira econômica.

Portanto, declaro a importância que vejo neste debate e coloco a discussão com os Srs. Senadores.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Para discutir, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, quero aqui dar um exemplo concreto. Ano passado, levei ao Ministério das Comunicações e às principais operadoras de telefonia celular do País uma inovação da PUC do Rio de Janeiro, que era uma mesa telefônica digital. Os investimentos para pesquisa seriam de R\$10 milhões. Havia o interesse de todas as

operadoras e do Ministério das Comunicações, mas não havia um fundo de financiamento para isso. Seria uma coisa tão inovadora que no mundo não há. Esses meninos que desenvolveram esse projeto na PUC são os mesmos que escreveram o *software* do Ginga, da nossa televisão digital.

E eu gostaria, nessa audiência que V. Ex^a promove na nossa Comissão, de perguntar aos ilustres convidados se nós vamos continuar marcando passo, até que um chinês venha vender aqui sua central telefônica digital, ou um americano ou um europeu. Porque temos o projeto, mas não conseguimos desenvolver, simplesmente por causa de R\$10 milhões. Então, eu acho que isso é mais do que importante. Nós temos mais do que o dever, nós temos mais do que a obrigação. Eu acho que é compromisso moral desta Comissão com o País conseguir linhas de financiamento para pesquisas relevantes que tenham interesse do Governo e da iniciativa privada e que não se realizam não sei por quê.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Obrigado, Senador Crivella.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Eduardo Braga, o requerimento de audiência pública que V. Ex^a apresenta é da maior importância. Na legislatura passada, quando tive a honra de presidir a Comissão de Ciência e Tecnologia, nós realizamos algumas audiências públicas para discutir ciência, tecnologia e inovação na nossa região amazônica. Eu gostaria de aditar ao requerimento de V. Ex^a apenas um detalhe: que os convidados a essa audiência pudessem trazer, quando da apresentação que farão aqui na Comissão, destacadamente, o investimento de ciência, tecnologia e inovação por região brasileira, para que os Senadores possam ter, de forma bem transparente, a distorção lamentável que há do fluxo de recursos destinados a essa área de vital importância ao desenvolvimento. Lamentavelmente, nós, Senador Eduardo Braga, amazônidas, vamos ver que a nossa região carece de atendimento nessa área. Quanto ao número de doutores na Amazônia, em relação ao resto do Brasil, a disparidade é de um para quarenta, em algumas regiões. Sem levarmos em consideração que isso é em valores absolutos. Se formos falar em termos de densidade, de espaço geográfico, então vamos ter uma disparidade enorme. Se formos falar em biodiversidade – e a nossa é a maior do planeta –, então o investimento é praticamente nenhum.

Eu pediria a V. Ex^a que, no convite que fosse encaminhado aos nossos convidados, fosse destacado que seria importante que tivéssemos aqui detalhados

os investimentos por região brasileira, para que pudéssemos ter deles uma explicação sobre qual o motivo da concentração desses investimentos em tal região e não nas regiões periféricas do nosso País.

E parabéns pela autoria do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Concordando com as colocações do nobre Senador Flexa Ribeiro e acatando, portanto, a sugestão, coloco em votação o requerimento.

Aqueles que concordam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente, será que V. Ex^a poderia colocar extrapauta um requerimento para discutirmos o trem-bala?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a maior satisfação.

Requerimento extrapauta, de autoria do nosso Senador Marcelo Crivella, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado.

“Requeiro a realização de audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para tratar do assunto de interesse público relevante concernente à opção tecnológica para implantação do Trem de Alta Velocidade – TAV entre as cidades de Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro.

Para tanto solicito que sejam convidadas as seguintes personalidades: Ministro de Estado dos Transportes, Presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres, um representante do Ministério Público Federal e um representante do Tribunal de Contas da União.”

Com a palavra, o Sr. Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, é apenas para podermos debater aqui as notícias que vêm ocorrendo sistematicamente nos jornais e que são desconstruídas.

Mais uma vez, a licitação foi adiada, não há acordo entre empresários que vão participar da obra, nem das autoridades das agências do Governo e do próprio Ministério Público.

Se pudéssemos reuni-los todos aqui, quem sabe poderíamos, com a nossa mediação, encontrar um caminho. Aliás, a lei foi votada ontem, na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Concordando com as explanações do Senador Marcelo Crivella, coloco a votos o requerimento.

Quem está a favor permaneça sentado. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e nos arts. 90, II, e 93, do Regi-

mento Interno, para realizar audiência pública no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para identificar os fatores limitantes do sistema de proteção da propriedade intelectual e da atividade inovadora no País.

A título de sugestão, apresentarão seus pontos de vista os seguintes convidados: Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; Jorge de Paula Costa Ávila, Presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial; Luiz Henrique do Amaral, Presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual.

Coloco em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Senadores que estão de acordo permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo...

Deixe-me consultar aqui os Srs. Senadores. Estava previsto na pauta de hoje colocarmos em votação projetos de decretos legislativos que tratavam de questão de outorga e autorização de rádio, televisão, etc.

Diante da decisão que esta Comissão adotou previamente, ainda nesta audiência de hoje, quando da aprovação do requerimento do Senador Aloysio Nunes, com o adendo do Senador Walter Pinheiro, indagado aos Srs. Senadores se aquela decisão já alcança esta pauta. *(Pausa.)*

Estamos todos de acordo de que a decisão alcança já a pauta do dia de hoje?

Portanto, retiro de pauta os itens 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pois não. Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, cheguei à Comissão – estava em uma audiência no gabinete – após a discussão desse item levantado pelos Senadores Aloysio Nunes e Walter Pinheiro, mas concordo plenamente que se possa discutir. Isso já vem de há muito tempo. Desde a instalação, quando a Comissão foi presidida pelo Senador Wellington Salgado, depois na gestão seguinte, quando eu a presidi, tanto que apresentei Proposta de Emenda à Constituição, cuja ementa diz o seguinte: “Altera o art. 223 da Constituição Federal, para determinar que as transferências de outorga para exploração dos serviços de radiodifusão sejam submetidas à deliberação do Congresso Nacional”. Ou seja, o comércio que é feito, de transferência de serviços de radiodifusão e que o Congresso não toma conhecimento, porque a

transferência ocorre somente no nível do ministério, passaria, aprovada essa emenda à Constituição, também por um processo de análise do Senado Federal, em especial, Senador Walter Pinheiro, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Essa PEC encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania parada, à espera de que seja definido um relator.

Passei cópia ao Senador Aloysio, vou passar ao Senador Walter Pinheiro, para que possam fazer andamento.

Também, o Projeto de Resolução do Senado nº 11 foi aprovado na CCT e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com uma emenda de minha autoria, que lamentavelmente em plenário foi derrubada, mas que abria um prazo.

A emenda é muito simples, dizia que: Recebida a matéria na Comissão designada para decisão terminativa (que é a CCT), será aberto prazo de 10 dias para recebimento de manifestações de apoio ou contestação fundamentada referente ao procedimento de outorga ou renovação em exame, ou a entidade por ela beneficiada.

§ 2º A apresentação de manifestações de que trata o § 1º deverá ser feita por escrito, de acordo com regulamentação a ser expedida pela CCT.

§ 3º As contestações fundamentadas, apresentadas perante a Comissão, se for o caso, serão encaminhadas às autoridades competentes para sua apuração.

E vem mais alguns outros parágrafos, exatamente para abrir oportunidade para a sociedade se colocar também no processo de análise e de aprovação dessas outorgas feitas pelo Senado através da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Lamentavelmente, Senador Walter Pinheiro, a resolução foi aprovada pelo Plenário do Senado mas essa emenda caiu, apesar, repito, de aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e na CCT, e no Plenário ela caiu. Então, vou passar ao Senador Aloysio Nunes e passo ao Senador Walter Pinheiro e ao outro Senador que vai fazer parte da Comissão, o Senador Valdir Raupp., passarei também os dois documentos, como subsídio ao trabalho que será feito pelos três Senadores. Quero deixar a minha concordância a esse trabalho que será feito e acho que V. Ex^a age corretamente fazendo a suspensão da pauta de hoje, até mesmo, Presidente Eduardo Braga, porque não temos quórum para votar os projetos terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Perfeitamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mesmo que V. Ex^a não quisesse já colocar em prática

a resolução aprovada, nós não teríamos como votar esses projetos terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Perfeitamente, Senador Flexa Ribeiro.

Ainda consta como extra-pauta à Mesa requerimento de autoria dos Senadores Paulo Paim, Demóstenes Torres e Walter Pinheiro:

Solicitamos sejam convidados o Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, CGU; o diretor-executivo da ONG Transparência Brasil; o diretor do Departamento de Comunicação e Documentos do Ministério das Relações Exteriores – MRE; e o coordenador do setor de comunicação e informação da Unesco no Brasil, a comparecerem à audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para dispor sobre o PLC nº 41, de 2010.

Com a palavra o autor do requerimento Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, fiz questão até de pedir a V. Ex^a para colocar esse item extra-pauta. Na realidade, nossa intenção era ter discutido isso na semana passada, mas, em virtude do falecimento do Vice-Presidente José de Alencar, nós adiamos.

As duas comissões tinham solicitado – já que eu sou Relator desta matéria – que nós patrocinássemos uma audiência pública. É óbvio que tinha uma diferença, e eu concordei tanto com o Demóstenes quanto com o Paim. Eles até brincaram comigo, dizendo: “Para você é mais tranquilo querer apresentar o relatório, porque você participou do debate desse projeto na Câmara”. Nós acompanhamos realmente todo esse projeto na Câmara. Há uma necessidade de o Brasil aprovar isso.

O dia 3 de maio, inclusive, Senador Flexa, é o Dia Mundial da Liberdade de Expressão e, portanto, do acesso à informação. E, dos países de ponta democráticos e ao mesmo tempo que têm avançado nessa área na legislação, o Brasil é um dos que até agora não aprovou essa matéria. E a ideia nossa é que, se no dia 3 a Presidente da República pudesse sancionar essa lei e entregar à sociedade brasileira essa importante ferramenta, seria ideal.

Efetivamente, com esse atraso de uma semana, não sei se teremos condições para isso, porque dependeríamos da aprovação dessa matéria aqui e em Plenário. Eu tinha sugerido tanto a Paulo Paim quanto ao Senador Demóstenes Torres que pudéssemos levar essa matéria direto ao Plenário, mas eu não queria efetivamente inibir, nem tampouco ser obstáculo para que o debate se estabelecesse aqui na Casa.

Então, a ideia é fazermos essa audiência, se possível, na semana que vem e, portanto, pode ser fora do horário das comissões – foi isso que eu disse a Paim –, inclusive para não atrapalhar o andamento. Uma das coisas que defendo, Senador Eduardo Braga, é que possamos fazer em outros horários, porque assim mantemos a pauta de apreciação numa pauta de audiência pública. Então, a ideia é essa, porque esse projeto é muito importante.

É óbvio que aí estão sendo chamados os que efetivamente tiveram participação e têm poder de participação nisso – CGU, com o Ministro Jorge Hage, o Ministério de Relações Exteriores e a Transparência Brasil, como representante da sociedade. É importante para a gente ter isso. É o acesso à informação, ou seja, os nossos atos, os atos de Governo, principalmente nesse cenário de utilização de tantas ferramentas de publicização. Por que os homens públicos, as esferas públicas, não podem disponibilizar os seus atos e as suas práticas? Essa é uma forma eficiente de coibir a corrupção. Mais do que chegar depois para punir, é fundamental que as nossas instituições possam contribuir para evitar a malversação, a prática de corrupção, o desvio, e esse projeto é muito importante para isso. Creio que a sociedade brasileira espera a aprovação de matéria como essa para que possamos, com um olhar cada vez mais ampliado, acompanhar os passos dos gestores públicos e dos homens públicos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Não havendo mais quem queira discutir, passamos à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

Último item extrapauta da sessão ordinária de hoje:

Requerimento de audiência pública conjunta a ser realizada pelas comissões de Ciência e Tecnologia, Constituição e Justiça, e Educação, a respeito do PL nº 116, para que possamos dar oportunidade aos novos Senadores de, numa ampla audiência pública, tomar conhecimento deste projeto de lei de iniciativa da Câmara – passou quatro anos em discussão na Câmara, onde o Senador Walter participou...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O projeto nº 332, que é de minha autoria, estava pensado ao 29. Esses são projetos de 2007.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu fui relator do 29, Walter.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É que ele foi, depois da CCT, para a Comissão de Defesa do Consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Isso mostra quanto tempo esse projeto ficou na Câmara dos Deputados. Esse projeto chega ao Senado da República quando novos Senadores foram eleitos, agora em 2010. Muitos não conhecem ainda o conteúdo do PLC nº116. Portanto, é oportuno fazer uma ampla audiência pública com a participação do Presidente da Agência Nacional de Cinema, Ancine; o Presidente da Agência de Telecomunicações, Anatel; o Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Abert; o Presidente da Associação de Radiodifusores, a Abra; o Presidente da Associação Brasileira de TV por Assinatura, a ABTA; o Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações, Telebrasil; o Presidente da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão, ABPI-TV; e o Presidente da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura, ABPTA.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para apresentar uma sugestão.

Primeiro, quero parabenizar V. Ex^a, que está tendo cuidado e zelo na apreciação dessa matéria tão importante e, tendo em vista a presença de novos atores nesse processo, que são os Senadores que integram os 2/3 da nova bancada do Senado, convoca audiência pública para dar conhecimento do projeto àqueles

muitos Senadores que não conhecem o projeto. Eu e o Senador Walter Pinheiro conhecemos o projeto, mas a maior parte da nova bancada não tem ideia da complexidade, da dimensão, do alcance desse projeto.

Essa audiência pública servirá para oferecer elementos novos até para nós, que conhecemos o projeto, mas peço a V. Ex^a não apenas uma audiência pública: que possamos dividir em duas grandes audiências públicas, tendo em vista a dimensão do projeto.

Eu sugeriria que nós sentássemos juntos – V. Ex^a, eu e o Senador Walter, que conhece mais do que eu a matéria – e dividíssemos as entidades a serem ouvidas em duas audiências públicas. V. Ex^a vai ver que, até com duas, ainda vai carecer de explicações adicionais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Aceito a sugestão de V. Ex^a e proporia que nos reuníssemos – V. Ex^a, o Senador Walter Pinheiro, eu e os Presidentes da Comissão de Constituição Justiça e o Presidente da Comissão de Educação, para que pudéssemos, então, conjuntamente, os três Presidentes, definir a pauta das duas reuniões da audiência pública.

Se estão de acordo, aprovado.

Não havendo mais matéria sobre a mesa, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a Reunião às 10h31min.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amelia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.3.2011)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 16/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marta Suplicy (PT-SP) (5)	1. Lídice da Mata (PSB-BA) (3)
Angela Portela (PT-RR) (4)	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) (7)
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (2)	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) (1)	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (6)	

Notas:

1. Em 05.04.2011, a senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Ofício nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.04.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 050/2011 - GLDBAG)
3. Em 13.04.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 050/2011 - GLDBAG)
4. Em 13.04.2011, a Senadora Ângela Portela é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 050/2011 - GLDBAG)
5. Em 13.04.2011, a Senadora Marta Suplicy é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 050/2011 - GLDBAG)
6. Em 13.04.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
7. Em 13.04.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 050/2011 - GLDBAG)

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NO ACRE E DEMAIS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os
Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽³⁾
Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(4,5)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3.
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4) REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽²⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amelia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR)	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amelia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁴⁾
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Gleisi Hoffmann (PT)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amelia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
(1)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amelia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.

3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amelia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amelia (PP-RS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amelia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amelia Vice-Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Renan Calheiros (PMDB) ^(3,5,17)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Mário Couto (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽²⁾

TITULARES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Eduardo Suplicy (PT)	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	
Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁷⁾	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Francisco Dornelles (PP)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amelia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Aníbal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
João Pedro (PT)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Kátia Abreu (DEM)

Notas:

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO (1)
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
João Pedro (PT)	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁹⁾
VAGO ⁽²⁾	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽³⁾	1.
⁽¹⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 045/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB).
6. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
8. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
9. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amelia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2003, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	4. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amelia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, O Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁾
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Mário Couto (PSDB) ⁽²⁾	3. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amelia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amelia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amelia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁷⁾
PTB	
(1)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 12h -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Cyro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 02/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) ⁽⁶⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁴⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽²⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 24/02/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁷⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁸⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁹⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 13/04/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁶⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾
PP
Ana Amelia (RS) ⁽⁷⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁵⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁴⁾

Atualização: 13/04/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽⁴⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽²⁾
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽⁷⁾
PV

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 24-3-2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
(Resolução nº 01, de 2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878
Fax: (61) 3216-6880
E-mail: cpmc@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Mário Couto (PSDB/PA)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Fernando Collor (PTB/AL)

Câmara dos Deputados

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)

(Atualizada em 24.3.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN



Edição de hoje: 480 páginas

OS: 2011/11480